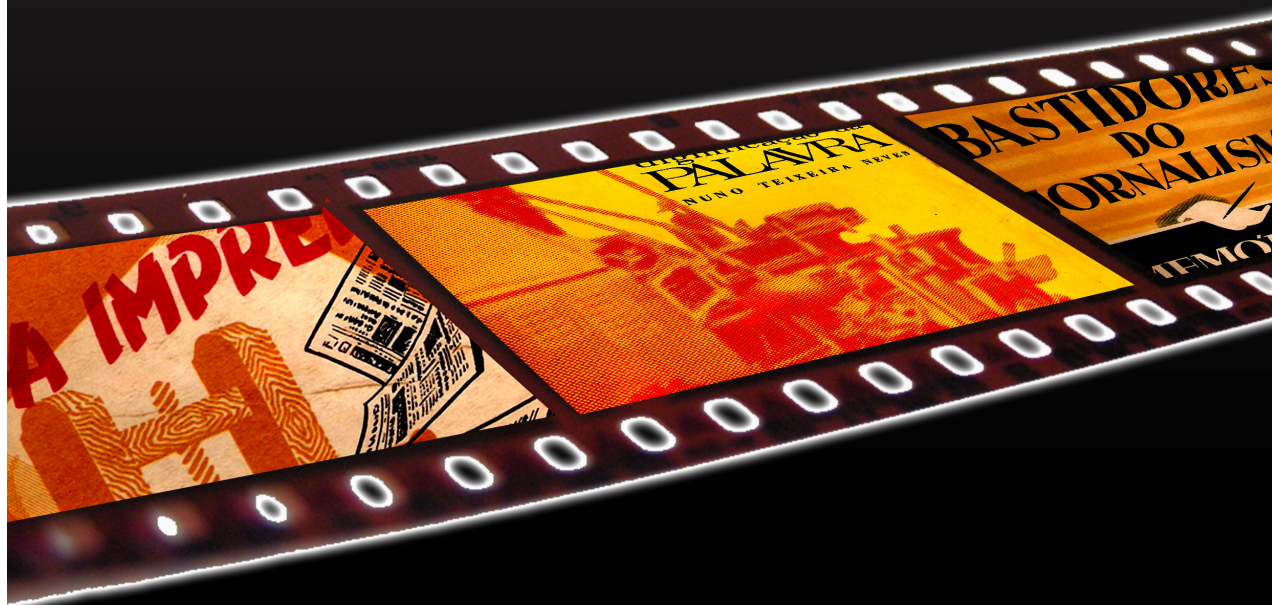


O PENSAMENTO JORNALÍSTICO PORTUGUÊS:

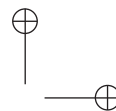
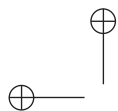
DAS ORIGENS A ABRIL DE 1974

VOL. II - APÊNDICES

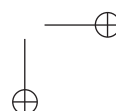
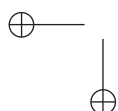
Jorge Pedro Sousa (Coord.), Mário Pinto, Ricardo Jorge Pinto,
Gabriel Silva, Nair Silva, Carlos Duarte, Eduardo Zilles Borba,
Mônica Delicato, Patrícia Teixeira e Patrícia Ciano.

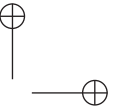
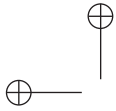


LabCom, 2010



Livro produzido no âmbito do projecto “Teorização do Jornalismo em Portugal: Das Origens a Abril de 1974”, referência PTDC/CC-JOR/100266/2008 e FCOMP-01-0124-FEDER-009078, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Programa Operacional Temático Factores de Competitividade (COMPETE) do Quadro Comunitário de Apoio III, participado pelo Fundo Comunitário Europeu FEDER.

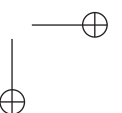
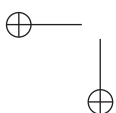


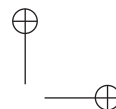
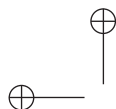


**O Pensamento
Jornalístico Português:
Das Origens a Abril de 1974
VOL. II**

Jorge Pedro Sousa (Coord.), Mário Pinto, Ricardo Jorge Pinto,
Gabriel Silva, Nair Silva, Carlos Duarte, Eduardo Zilles Borba,
Mônica Delicato, Patrícia Teixeira e Patrícia Ciano.

LabCom 2010





Livros LabCom

www.livroslabcom.ubi.pt

Série: Estudos em Comunicação

Direcção: António Fidalgo

Coordenação e Edição: Jorge Pedro Sousa

Design da Capa: Eduardo Zilles Borba

Paginação: Jorge Pedro Sousa e Eduardo Zilles Borba

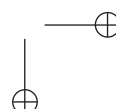
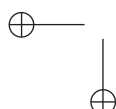
Covilhã, Portugal, 2010.

ISBN: 978-989-654-058-6

Título: *O Pensamento Jornalístico Português: Das Origens a Abril de 1974.*

Copyright © Jorge Pedro Sousa, Mário Pinto, Ricardo Jorge Pinto, Gabriel Silva, Nair Silva, Carlos Duarte, Eduardo Zilles Borba, Mónica Delicato, Patrícia Teixeira e Patrícia Ciancio.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação deve ser reproduzida, alojada em sistemas de troca de dados, ou transmitida, em qualquer formato ou por qualquer motivo, eletrônica, mecânica, fotocópia, gravação, e demais, sem a autorização dos autores.



AGRADECIMENTOS

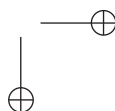
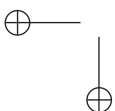
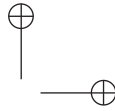
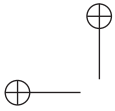
À Fundação Fernando Pessoa e à Universidade Fernando Pessoa
pelo apoio logístico e financeiro concedido a este projecto.

Ao CIMJ, pelo enquadramento.
Ao LabCom da UBI, pela colaboração e pela confiança.



Centro de Investigação Media e Jornalismo





Índice

APÊNDICE 1

Indicadores de produção bibliográfica portuguesa sobre jornalismo até à Revolução de 25 de Abril de 1974	1

APÊNDICE 2

A teorização do jornalismo em Portugal até 1974: Uma visão global do jornalismo até à Revolução de 25 de Abril de 1974	23

FICHAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, 1927	153
Amaral, 1932	174
Andrade, 1937	179
Anónimo, 1959	186
Anónimo, 1968	193
Anónimo, 1821-A	196
Anónimo, 1821-B	199
Anónimo, 1821-C	205
Anónimo, 1851-D	208
Anónimo, 1973	212
Ascensão Araújo, 1931	220
Associação Jornalistas de Lisboa, 1902	222

Autores vários, 1948	224
Autores vários, 1963	228
Autores vários, 1971	254
Azevedo, 1644	262
Baptista, 1966	265
Barbosa, 1894	274
Barbosa, 1964	277
Barros, 1944	286
Bessa, 1898	289
Bessa, 1899	294
Bessa, 1904	297
Boavida Portugal, 1949	307
Boavida Portugal, 1959	310
Boavida Portugal, 1971	312
Borges, 1900	315
Bramão, 1899	318
Branco, 1938	323
Brás Medeiros, 1956	327
Brito Aranha et al., 1894	330
Brito Aranha, 1885	333
Brito Aranha, 1886	347
Brito Aranha, 1900	350
Brito Aranha, 1907-1908	353
Cabral, 1949	359
Cabreira, 1902	382
Caetano, 1965	386
Caio, 1966	395
Câmara Manuel, 1943	399
Carneiro Silva, 1947	406
Carneiro, 1955	417
Carneiro, 1973	421
Carqueja, 1893	423
Carqueja, 1924	429

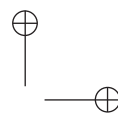
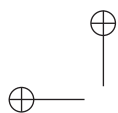
Carqueja, 1925	434
Carqueja, 1934	438
Carvalhal Rivas, 1953	448
Carvalho, 1924	460
Carvalho, 1932	464
Carvalho, 1973	471
Castro Lopo, 1952	479
Castro Lopo, 1964	483
Castro Lopo, 1965	488
Cerqueira, 1952	491
Coimbra, 1934	502
Correia, 1912	508
Costa, 1954	511
Costa, 1963	516
Cunha, 1891	519
Cunha, 1913	525
Cunha, 1914	528
Cunha, 1923	537
Cunha, 1925	549
Cunha, 1930	553
Cunha, 1939	556
Cunha, 1941-A	560
Cunha, 1941-B	563
Cunha, 1941-C	571
Cunha, 1942	576
Curado, 1964	580
D'Abreu, 1912	584
Daciano, 1958	589
Dantas, 1942	592
D'Armelin Júnior, 1909	594
D'Assumpção, 197_	598
Diário de Notícias, 1925	602
Diário Popular, 1962	608

Dias, 1957	612
Eça, 1953	626
Falcão, 1932	628
Ferreira, 1945	632
Ferro, 1949	638
Ferro, 1950	642
Fraga, 1958	645
Freire, 1934	650
Freire, 1936	655
Freire, 1939	663
Galvão, 1937	667
Gama, 1956	670
Gamboa, 1822	677
Gândara, 1956	682
Gastão, 1959	687
Germando da Cunha, 1893	692
Gomes, 1925	695
Gomes, 1926	700
Gonçalves, 1961	703
Gonçalves, 1963-A	707
Gonçalves, 1963-B	715
Gonçalves, 1964	732
Gonçalves, 1965-A	738
Gonçalves, 1965-B	742
Gonçalves, 1966	748
Gonçalves, 1967	757
Gonçalves, 1972-A	761
Gonçalves, 1972-B	768
Gracias, 1880	775
Grave, 1929	779
Ipope, 1973	784
Jornal de Notícias, 1963	790
Lacerda, 1904-A	793

Lemos, 1964	802
Lima, 1911	805
Lopes, 1987	810
Lupi, 1944	816
Lupi, 1956	819
Lupi, 1958	823
Macedo, 1812	829
Macedo, 1821-A	831
Macedo, 1821-B	835
Macedo, 1821-C	838
Macedo, 1821-D	840
Macedo, 1821-E	843
Macedo, 1826	847
Maciel, 1958	850
Magalhães Basto, 1939	854
Magalhães Godinho, 1971	859
Magalhães Godinho, 1974	865
Manso, 1942	870
Marta, 1921	873
Martins, 1964	877
Martins Rocha, 1942	881
Matos, 1965	888
Matos Lemos, 1973	891
Maximiano, 1900	895
Mello, 1854	899
Mendes et al., 19__	903
Mesquita et al., 1903	910
Miranda, 1960	913
Monsaraz, 1946	916
Morais, 1941-A	920
Morais, 1941-B	923
Moreirinhas Pinheiro, 1971	926
Moura et al., 1968	929

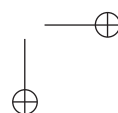
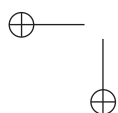
Moutinho (Org.), 1971	933
Neves, 1969	39
Nogueira, 1945	941
Noronha, 1912	943
Noronha, 1913	950
Nunes, 1962	953
O Primeiro de Janeiro, 1948	960
Oliveira, 1956	963
Oliveira, 1959	966
Oliveira, 1973-A	969
Oliveira, 1973-B	975
Pacheco, 1964	980
Pereira, 1895	986
Pereira, 1897	989
Pereira, 1960	992
Pina, 1894	995
Pina, 1945	997
Pinto Balsemão, 1971	1001
Pires Cardoso, 1941	1026
Portela, 1943	1030
Portela, 1973	1037
Quadros, 1949	1041
Reis Príncipe, 1973	1045
Reis, 1943	1051
Rocha, 1946	1055
Rocha, 1956	1061
Rosado, 1966	1063
Sacadura, 1945	1066
Salgado, 1945	1068
Sampaio, 1906 (1987)	1078
Schwalbach, 1944	1085
Silva Dias, 1968	1093
Silva Ferrão, 1850	1098

Silva Pinto, 1872	1101
Silva, 1944	1105
Silva, 1969	1008
Silva, 1974	1113
Sindicato dos Jornalista, 1971-A	1118
Sindicato dos Jornalista, 1971-B	1127
Sousa Veloso, 1963	1135
Taborda e Guerreiro, 1954	1139
Tavares de Carvalho, 1940	1143
Teixeira, 1941	1146
Teixeira, 1965	1149
Tengarrinha, 1965	1156
Teotónio, 1970	1167
Trigueiros, 1963	1177
Trindade Coelho, 1897	1183
Vasconcelos, 1914	1187
Veloso, 1910-A	1192
Veloso, 1910-B	1196
Veloso, 1911-A	1198
Veloso, 1911-B	1201
Veloso, 1911-C	1204
Vieira, 1850	1206
Vieira, 1950	1210
Vieira, 1960	1221



APÊNDICES

VOL. II



Apêndice 1

» Indicadores de produção bibliográfica portuguesa sobre jornalismo até à Revolução de 25 de Abril de 1974

Jorge Pedro Sousa, Nair Silva, Mônica Delicato, Gabriel Silva, Carlos Duarte e Eduardo Zilles Borba

Introdução

Este texto insere-se no projecto “Teorização do Jornalismo em Portugal: Das Origens ao 25 de Abril de 1974”¹, no âmbito do qual procurámos inventariar os livros e similares (ou seja, obras “*individuais*”) que teorizam sobre jornalismo editados em Portugal até à Revolução de 25 de Abril de 1974 e que são da autoria de autores portugueses. Não foram contemplados no estudo livros de autores portugueses editados fora de Portugal, livros de autores estrangeiros editados em Portugal, publicações periódicas e contribuições sobre jornalismo em obras colectivas cuja temática não é exclusivamente jornalística. Também não foram integrados no estudo obras dactilografadas e outras, apesar do seu interesse para a teorização do jornalismo, como sejam a monografia de Mário dos Reis Príncipe (1971) intitulada *Aspectos Sociológicos da Informação no Estado Moderno (O Papel da Rádio)*, mais tarde publicada sob a forma de livro, e a dissertação de licenciatura de Matilde Rosa Araújo (1946), intitulada *A Reportagem Como Género: Génese do Jornalismo Através da Constante Histórico-Literária*. No entanto, foram englobadas as separatas de artigos publicados em periódicos (uma

¹ Financiado pela Fundação Fernando Pessoa.

vez que satisfazem a condição de “*obra individual*” previamente definida) e as obras publicitárias produzidas pelos órgãos jornalísticos com interesse relevante para a compreensão da actividade (por exemplo, ao descreverem os equipamentos, os processos produtivos, etc.), que são em número residual.

Tendo em conta que uma grande parte da época histórica que nos propusemos estudar corresponde a um período em que a pesquisa e reflexão em jornalismo se começou gradualmente a impor, não tendo, portanto, as características de cientificidade e rigor que possui nos dias de hoje, demos um *enquadramento amplo* ao que considerámos “teorização sobre jornalismo”, englobando no conceito, por exemplo, livros de memórias de jornalistas com reflexões sobre a actividade, antologias jornalísticas onde existem reflexões sobre jornalismo e jornalistas, livros sobre comunicação que abordam o tema do jornalismo, etc.

O inventário foi realizado, sobretudo, através da pesquisa em catálogos manuais e electrónicos das bibliotecas portuguesas (incluindo, obviamente, a Porbase), em especial na Biblioteca Nacional. Consultámos, ainda, as bibliografias das várias obras inventariadas e de outras obras mais recentes, que, por vezes, indicam livros cujos títulos dificilmente seriam conectados com a “teorização do jornalismo” numa pesquisa pelos catálogos. A pertinência da inclusão das várias obras no inventário foi testada, excepto em casos pontuais, pela leitura das mesmas. É de realçar, a propósito, que, em certas ocasiões, inventariámos livros cuja leitura revelou não serem pertinentes para figurarem na lista, incluindo livros que em determinadas bibliografias são referidos como estando relacionados com a teorização do jornalismo. É o caso, por exemplo, de obras com estatutos de associações de jornalistas ou com relatórios de actos das direcções dessas associações, que não incluimos no inventário porque não os considerámos como relevantes para a teorização do jornalismo, embora sejam importantes, por exemplo, para a edificação de uma história do jornalismo. É o caso, por exemplo, do Relatório dos Actos da Direcção da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto (1896). Assim, de uma lista original de mais de 400 obras, acabámos por ficar com uma em que figuram apenas 356 livros. Houve, no entanto, quatro obras de que encontrámos referências bibliográficas mas de que nunca encontrámos exemplares e que poderiam, eventualmente, vir a integrar o inventário: *Relatório dos Trabalhos da Direcção Acerca da Denominada Crise da Imprensa, em 1916*, publicado pela Associação

de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa (1917); *Os Jornalistas e a Lei de Imprensa: Consonâncias e Dissonâncias na Assembleia Nacional*, de Júlio Sereno Cabral (1970); *Administração Geral: Organização e Administração de Jornais*, de João Rodrigues (s/d), que existe na Casa da Imprensa, em Lisboa, cota 070, instituição que não facultou a sua consulta; e ainda *Teoria da Informação*, de João Carlos Beckert d'Assumpção (1971/1972).

Os indicadores de produção bibliográfica aqui apresentados permitem-nos ficar com uma ideia aproximada da produção intelectual portuguesa sobre jornalismo antes de 1974. Não excluimos que existam livros não inventariados no âmbito deste projecto, mas pensamos que serão uma minoria, pelo que a sua hipotética exclusão destes indicadores não afecta o desenho das grandes tendências da produtividade que aqui tentámos realizar. Por outro lado, sabemos que os indicadores de produtividade não explicitam a qualidade da teorização produzida, mas são relevantes para se determinar quais as épocas em que mais fervilhou a reflexão e a pesquisa sobre jornalismo.

Recordamos que, no âmbito do projecto de investigação, restringimos o objecto de estudo aos livros e similares, razão pela qual destes indicadores estão excluídas as publicações periódicas, como a revista *Informação, Cultura Popular e Turismo*, que inclui alguns dos primeiros artigos científicos sobre jornalismo e comunicação publicados em Portugal, e as publicações periódicas de classe. Reconhecemos, porém, que alguns dos periódicos de classe foram bastante importantes para a teorização do jornalismo em Portugal. Podemos citar, a título de exemplo, os boletins do Sindicato dos Jornalistas (então chamado Sindicato Nacional dos Jornalistas) e a *Gazeta Literária* da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto. No entanto, toda a pesquisa tem de ter as suas fronteiras, o seu objecto de estudo deve ser definido com nitidez e o nosso não contemplou essas publicações.

Foi nossa intenção responder neste texto às seguintes perguntas de investigação:

- 1) Como evoluiu quantitativamente a produção de livros que teorizam sobre o jornalismo em Portugal até 1974, em geral?
- 2) Quais os grandes temas da produção intelectual portuguesa sobre jornalismo antes de 1974?

Livros LabCom

- 3) Como evoluiu, tematicamente, a produção intelectual portuguesa sobre jornalismo antes de 1974?
- 4) A edição de livros sobre jornalismo espalhou-se por todo o país, à semelhança da própria imprensa, ou tratou-se de uma actividade centralizada na capital?
- 5) Quais os autores mais produtivos?

Para respondermos à segunda e à terceira questões, definimos as categorias temáticas referidas na tabela 1, nas quais procurámos integrar os livros inventariados. Note-se que os livros foram classificados de acordo com o seu tema principal, pois vários entre eles abordam, efectivamente, mais do que um tema. Em outros casos, o tema principal do livro só colateralmente toca a teorização do jornalismo. É o que acontece, por exemplo, em colecções de crónicas escritas por jornalistas em que numa ou noutra se reflecte sobre a actividade. Nestes casos, incluíram-se os livros no inventário, considerando-se por tema principal o tema da crónica ou crónicas onde se reflecte sobre jornalismo. Por outro lado, as reflexões sobre jornalismo das primeiras décadas do século XIX, apesar de inventariadas, são, normalmente, feitas no quadro das lutas ideológicas travadas entre liberais e absolutistas, pelo que o seu tema toca quase invariavelmente as questões relacionadas com a liberdade de imprensa. Aliás, não foi propósito desses autores das primeiras décadas de Oitocentos, em especial daqueles cujas obras foram escritas no calor da Revolução Liberal (1820), produzir grandes teorias sobre jornalismo. Na verdade, as obras dessa época que constam da nossa inventariação são, essencialmente, reacções a textos publicados e ataques pessoais, mas como, com maior ou menor peso, mais ou menos directamente, polemizam sobre a liberdade de imprensa, optámos por inclui-las no inventário.

As categorias que desenhámos para classificação dos livros encontram-se expressas na tabela 1. Foram definidas *a priori*, mas sofreram vários ajustes *a posteriori*, no decorrer do processo de classificação dos livros.

É de realçar que, no que respeita à teorização sobre jornalismo especializado, e excluindo os livros cuja perspectiva é meramente histórica e bibliográfica, apenas se encontraram livros sobre jornalismo médico

(poucos), mas não se criou qualquer categoria para eles. Similarmente, não se encontraram livros sobre a utilização dos meios jornalísticos no contexto escolar. Ainda é de referir que a quase inexistência de obras classificadas na categoria “Outros” indicia a pertinência das categorias criadas, o que não equivale a dizer que a categorização tenha sido fácil e que não houve lugar para dúvidas. Aliás, o valor médio da fiabilidade intercodificadores (0,75) aponta-o. Efectivamente, a categorização de vários livros ofereceu muitas dúvidas. Inicialmente, até tínhamos pensado em mais categorias, distinguindo, por exemplo, a categoria “Liberdade de Imprensa” da categoria “Ética, Direito e Deontologia”, mas chegámos à conclusão que na maioria dos livros estes assuntos estão de tal forma miscigenados que seria enganador separá-los em duas ou mais categorias. Por outro lado, muitos dos livros que abordam as questões da liberdade de imprensa também abordam o conceito de opinião pública. Ora, inicialmente categorizámos alguns livros sobre opinião pública, mas que também abordavam a liberdade de imprensa, na categoria “Teoria do Jornalismo”, mas acabámos por verificar que essa perspectiva não era, possivelmente, a mais correcta, já que, normalmente, a abordagem do conceito de opinião pública nesses livros não é de cariz sociológico, mas sim da área do direito. Frequentemente, o conceito de opinião pública apenas é usado em sentido comum, com pouco rigor científico. Assim, optámos por estender a categoria “Liberdade de Imprensa” aos livros sobre opinião pública, excepto quando a abordagem do conceito de opinião pública era de cariz sociológico.

Algumas colectâneas de antologias e crónicas jornalísticas (por exemplo: Falcão, 1946) têm alguns textos especificamente sobre jornalismo, razão pela qual foram incluídos no inventário, em diversas categorias. Alguns desses textos são reflexões sobre jornalismo misturadas com relatos da actividade profissional, o que dificultou a categorização (poderiam ser classificados quer em “Teoria do Jornalismo” quer em “Jornalistas e Vida Profissional”). A inclusão ou exclusão de livros na categoria “Jornalistas e Vida Profissional” ou na categoria “Teoria do Jornalismo” dependeu sempre do principal enfoque: quando se tratava de relatos, por vezes anedótico, de casos da vida profissional, os livros foram classificados em “Jornalistas e Vida Profissional”; ao invés, quando se verificou um predomínio da reflexão sobre a actividade jornalística, os livros foram classificados

em “Teoria do Jornalismo”.

Um outro problema ilustra as dificuldades de categorização de alguns livros, embora num único caso, conforme já referimos. Tratou-se de um livro que aborda vários assuntos, de várias categorias diferentes, cada assunto num capítulo específico. Uma das hipóteses que se nos oferecia consistia em contabilizar 0,5 em cada categoria, mas como esta solução poderia levantar dúvidas ao leitor, criámos a categoria “Outros”, na qual classificámos esse livro multitemático.

Tabela 1
Categorias temáticas para classificação dos livros inventariados

Categorias	Definição
Teoria do jornalismo	Obras que teorizam sobre jornalismo e a sua interacção e influência sobre a sociedade e a cultura desde o ponto de vista académico, filosófico ou mesmo científico (sociológico), com excepção das obras sobre opinião pública e aspectos correlatos e outras melhor inseridas noutras categorias. Livros que teorizam sobre as técnicas, géneros e estilos jornalísticos. Livros sobre jornalismo, desenvolvimento e progresso. Livros sobre teoria jornalismo especializado. Reflexões, em geral, sobre jornalismo que não caibam noutras categorias. Textos sobre comunicação que incluem o jornalismo.
História do jornalismo	Obras sobre a história do jornalismo, a nível internacional, nacional ou local. Catálogos e dicionários bibliográficos e hemerográficos, desde que elaborados numa perspectiva histórica. História das agremiações profissionais. História dos meios de comunicação jornalísticos. Excluíram-se desta categoria as biografias e os livros de memórias profissionais, que se classificaram na categoria “Jornalistas e Vida Profissional”.
Ética, direito e deontologia do jornalismo, liberdade de imprensa e opinião pública	A ética, o direito e a deontologia do jornalismo correlacionam-se intrinsecamente entre si, na medida em que regulam a actividade jornalística. Por seu turno, a liberdade de imprensa emerge das leis e códigos deontológicos e é regulada por eles, ainda que a reflexão sobre ela se possa fazer filosoficamente, sem se abarcarem as questões legais. As discussões sobre a influência da imprensa sobre a sociedade e em particular sobre a opinião pública, repousam também, amiúde, sobre o princípio da liberdade de imprensa. Daí que esta categoria abarque todos esses assuntos e ainda as questões do jornalismo e da verdade quando associadas à liberdade.

Ensino do jornalismo	Livros cujo principal propósito é o de abordar questões ligadas ao ensino do jornalismo, como sejam: a sua necessidade; a estrutura de cursos de jornalismo; a fundação e organização de escolas de jornalismo, etc. Pedagogia do jornalismo.
Jornalismo e educação	Livros sobre o papel pedagógico do jornalismo e dos meios jornalísticos na educação, em particular no contexto da sala de aula. Jornalismo escolar (desde que abordado na perspectiva pedagógica e não histórica). Elaboração de jornais escolares. Imprensa na escola. Apesar desta categoria ter sido criada, não teve ocorrências.
Jornalistas e vida profissional	Biografias de jornalistas. Memórias de jornalistas enquanto profissionais do jornalismo. Reflexões sobre a profissão e o seu dia a dia desde a óptica do jornalista. Reflexões sobre os grémios profissionais (desde que não sejam feitos na perspectiva histórica ou conjuntural).
Conjuntura jornalística	Análises do mais variado tipo sobre a conjuntura jornalística, incluindo reflexões sobre questões da actualidade jornalística e relatórios de actividades das associações profissionais com inclusão de reflexões sobre jornalistas e jornalismo. Livros que analisam o jornalismo do tempo em que foram editados, enfatizando as estruturas das empresas jornalísticas existentes, as tiragens e/ou audiências, os públicos, o mercado, etc. Livros sobre as perspectivas de desenvolvimento dos meios de comunicação jornalísticos. Obras sobre a situação das associações de classe. Catálogos e dicionários hemerográficos elaborados numa perspectiva de actualidade e não histórica. Obras publicitárias dos órgãos jornalísticos com informações relevantes sobre os recursos que possuíam.
Outros e vários temas	Obras sobre jornalismo não enquadráveis nas categorias anteriores. Obras colectivas em que os autores abordam temas diferentes, cada um deles categorizável numa das categorias anteriores.

Fiabilidade média intercodificadores: 0,75

Resultados

Para respondermos à primeira pergunta de investigação, decidimos agrupar os livros por décadas, com duas excepções: na primeira classe que formámos englobámos todos os livros inventariados até 1810; a última classe formada, por seu turno, só abarca 4 anos.

Livros LabCom

Tabela 2
Evolução da produção intelectual portuguesa sobre jornalismo

Décadas	N.º de livros inventariados	%
Até 1810	8	2,3
1811 – 1820	3	0,8
1821 – 1830	37	10,4
1831 – 1840	3	0,8
1841 – 1850	6	1,7
1851 – 1860	6	1,7
1861 – 1870	3	0,8
1871 – 1880	4	1,1
1881 – 1890	10	2,8
1891 – 1900	29	8,2
1901 – 1910	17	4,8
1911 – 1920	14	3,9
1921 – 1930	22	6,2
1931 – 1940	26	7,3
1941 – 1950	47	13,2
1951 – 1960	40	11,2
1961 – 1970	45	12,6
1971 – 25 de Abril de 1974	33	9,2
Não datados e sem possibilidade de determinação indirecta do ano de publicação	4	1,1
Total	357	100

A tabela 2 mostra que foi durante o processo de industrialização acelerada do jornalismo, no último vinténio de Oitocentos, que os estudos e reflexões sobre jornalismo se começaram a fazer com uma certa estabilidade e sistematicidade, adquirindo particular relevância a partir da década de quarenta do século XX. Assim, pese embora a ditadura e a censura do Estado Novo, os estudos jornalísticos desenvolveram-se em consonância com o progresso do sistema educativo (universalização da educação básica, aumento do número de estudantes no ensino

secundário e nas universidades) e as mudanças no sistema mediático (introdução da rádio e, depois, da televisão, por exemplo). Há, porém, uma exceção a essa regra. Na década de vinte do século XIX, devido à Revolução Liberal e à institucionalização constitucional do direito à liberdade de imprensa, surgiram vários livros que abordam directa ou indirectamente essa problemática, quase todos pequenos opúsculos, muitos deles motivados por ataques pessoais (à semelhança de alguns blogs contemporâneos). No resto do século XIX, porém, não se volta a verificar essa produtividade vintista. A guerra civil entre liberais e miguelistas, bem como os períodos ditatoriais, terão tido alguma influência nesses resultados.

Tabela 3
Evolução da produção intelectual portuguesa sobre
jornalismo por épocas históricas

Época histórica	N.º de livros inventariados	%
Monarquia	128	36
I República	26	7,3
Estado Novo	200	55,9
Sem possibilidade de determinação do período a que pertencem	3	0,8
Total	357	100

A tabela 3 mostra-nos a produtividade dos estudos jornalísticos por época histórica, oferecendo-nos uma perspectiva geral. Podemos concluir, pela sua observação, que os progressos técnicos, educativos e jornalísticos se sobrepuseram à existência de censura institucional no que respeita aos estudos jornalísticos. Em concreto, é de explicitar que, apesar de o Estado Novo ser ditatorial e censório, os estudos jornalísticos floresceram durante essa época, graças aos progressos sociais (educativos, científicos, económicos, técnicos) e mediáticos.

A tabela 4, por seu turno, dá conta da produtividade intelectual sobre jornalismo até 1974, em função das categorias temáticas definidas na tabela 1. Três categorias abarcam a maioria dos livros. A maioria relativa deles insere-se na categoria “Ética, Direito e Deontologia do Jorna-

lismo, Liberdade de Imprensa e Opinião Pública”; seguidamente, e por ordem, surgem-nos as categorias “História do Jornalismo” e “Jornalistas e Vida Profissional”.

Tabela 4
Produtividade intelectual no campo do jornalismo

Categorias	N.º de livros inventariados	%
Teoria do jornalismo	52	14,3
História do jornalismo	98	27,5
Ética, direito e deontologia do jornalismo, liberdade de imprensa e opinião pública	109	30,6
Ensino do jornalismo	3	0,8
Ensino do jornalismo	3	0,8
Jornalismo e educação	0	0
Jornalistas e vida profissional	66	18,5
Conjuntura jornalística	28	7,9
Outros	1	0,3
Total	357	100

São várias as razões que explicam o predomínio da teorização sobre liberdade de imprensa e os estudos históricos, conforme indiciado pelos dados da tabela 4. Por um lado, as revoluções, a guerra civil do século XIX e as ditaduras propiciaram férteis debates acerca do tema. Embora a Revolução Liberal tenha aberto as portas à liberdade de imprensa, e embora esta liberdade fosse mais ou menos tolerada durante o Rotativismo, as ditaduras de Costa Cabral, a meio do século XIX, de João Franco, antes da Revolução Republicana, e do Estado Novo (Salazar e Caetano) cercearam-na. Assim, as elites afectas aos vários regimes censórios necessitaram de justificar a imposição da censura (por exemplo: Salgado, 1945); por outro lado, as elites das oposições não deixaram, insinuantemente, de debater o tema, com maior ou menor dificuldade (por exemplo: Balsemão, 1971).

Os estudos históricos são, também, relevantes na produção teórica

portuguesa sobre jornalismo. O elevado número de estudos históricos no campo jornalístico justifica-se porque o objecto de estudo (em particular os jornais) é, normalmente, acessível. Além disso, existem fundos documentais que facilitam esses estudos e, por vezes, é possível obter testemunhos pessoais do que aconteceu, o que ajuda a explicar essa profusão de estudos históricos. Em acréscimo, e como derradeira razão justificativa do relativamente elevado número de estudos no campo da história do jornalismo, podemos invocar a vontade de preservação da memória histórica, própria das pessoas e dos povos. A preservação da memória histórica é até, frequentemente, alimentada pelos governos para arregimentar partidários, como aconteceu em Portugal durante o Estado Novo, que impôs ao país uma ideologia nacionalista. Por exemplo, as celebrações do tricentenário da Restauração da Independência, que ocorreram em 1940, e nesse mesmo âmbito as celebrações do tricentenário do primeiro periódico português, a *Gazeta* “da Restauração”, foram pretexto para vários estudos históricos no campo do jornalismo. Embora alguns desses estudos históricos sejam, essencialmente, revisões bibliográficas que pouco ou nada oferecem de novo (por exemplo: Rocha Martins, 1942), outros dão relevantes contributos monográficos para a edificação de uma história do jornalismo, a nível nacional (por exemplo: Cunha, 1941 a), mas também ao nível regional e local (por exemplo: Costa, 1963).

A terceira categoria em que os autores portugueses que reflectiram sobre jornalismo foram mais prolixos é a dos “Jornalistas e Vida Profissional”. Os livros classificados nessa categoria dizem maioritariamente respeito a discursos evocativos de personalidades e a memórias de jornalistas, que relatam em tom de confiança episódios da sua vida profissional, centralizando neles próprios o protagonismo das histórias. Embora, por vezes, tenham um tom narcisista, essas obras oferecem informações preciosas sobre as rotinas jornalísticas de cada época, os processos de recolha e processamento de informações, as interações entre jornalistas e protagonistas sociais (políticos, artistas, empresários...), a hierarquia das redacções e a estrutura das organizações noticiosas (por exemplo: Bramão, 1936; Serra, 1965). Outros livros, como os do jor-

nalista Eduardo Noronha² *À Porta da Havanese* (Porto: Magalhães & Godinho, 1911) e *À Esquina do Chiado* (Porto: Magalhães & Godinho, 1913), não foram incluídos no inventário, pois são romances, apesar de o segundo ter por protagonista um jornalista (Cândido Formosinho, “dulcíssimo redactor do *Carnet Mondain*”) e de revelarem, com conhecimento de causa, aspectos interessantes da vida profissional dos jornalistas (neste caso, dos finais do século XIX e princípios do século XX). Do mesmo modo, livros como *Crónicas dos Tempos Idos*, de Luís Teixeira (Lisboa: Imprensa Nacional de Publicidade, 1954), também não foram incluídos no inventário, por falarem de assuntos alheios ao jornalismo apesar de evocarem episodicamente jornalistas e jornais³.

As obras que teorizam sobre jornalismo desde pontos de vista técnicos ou académicos, classificadas na categoria “Teoria do Jornalismo”, apareceram em Portugal principalmente a partir dos anos Sessenta do século XX, devido ao desenvolvimento das ciências sociais em Portugal, a partir da fundação do Instituto de Estudos Sociais (1963), que daria origem ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), e do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas⁴ (ISCSP), na altura designado Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina. Os trabalhos de José Júlio Gonçalves (1960; 1962...), publicados pela Junta de Investigações do Ultramar, são particularmente relevantes nesse quadro.

A categoria “Conjuntura Jornalística” engloba, por exemplo, trabalhos produzidos para congressos internacionais, revelando indicadores (como tiragens, número de jornalistas, etc.) que nos permitem entender melhor o panorama jornalístico do passado (exemplo: Aranha, 1900), bem como relatórios sobre a situação conjuntural de grémios jornalísticos (por exemplo: Bessa, 1899).

² Eduardo Noronha (1859-1948) foi oficial do exército, escritor e jornalista, tendo nesta qualidade exercido o cargo de secretário de redacção do jornal *Novidades*, dirigido por Emídio Navarro, que na viragem do século XIX para o XX era um dos mais influentes periódicos político-informativos portugueses.

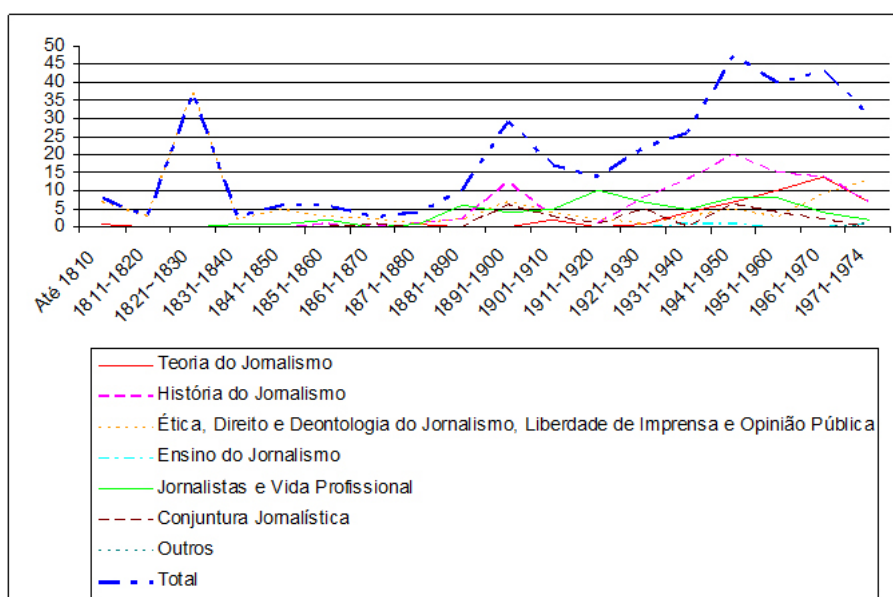
³ *Crónicas dos Tempos Idos*, por exemplo, é um livro sobre a vida em sociedade em Caldas da Rainha.

⁴ Herdeiro da Escola Colonial (1906), sucedida pela Escola Superior Colonial (1927) e Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (1954).

As restantes categorias tiveram resultados residuais ou não tiveram livros nelas categorizados (como sucedeu com a categoria “Jornalismo e Educação”). Há que dizer, ainda, que os únicos livros sobre jornalismo especializado que encontrámos foram categorizados em “Teoria do Jornalismo” e dizem exclusivamente respeito ao jornalismo médico.

A tabela 5 permite observar como evoluiu a publicação de livros sobre jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974 tendo em conta as principais categorias explicitadas na tabela 1.

Tabela 5
Distribuição ao longo do tempo, por categorias temáticas,
dos livros sobre jornalismo editados em Portugal (até 1974)



Do exame dos dados da tabela 5, sobressai o seguinte:

- 1) A produção editorial portuguesa sobre jornalismo até 1974 é irregular, mas intensificou-se a partir da segunda metade do século XX.
- 2) Somente a partir das duas últimas décadas do século XIX é que

estabilizou a edição de obras sobre jornalismo em Portugal, em consonância com o incremento da publicação de periódicos (Tengarrinha, 1989) e com a entrada do jornalismo português na sua fase industrial.

3) Por vezes, a produção de livros com determinada temática é conjuntural e, provavelmente, uma questão de “moda”, em particular no que respeita aos livros da categoria “Jornalistas e Vida Profissional”.

4) O pico de edição na década de 1941-1950 reflecte a circunstância conjuntural do interesse pela génese e história do jornalismo em Portugal, no quadro das comemorações do tricentenário da Restauração da Independência e do tricentenário do início da publicação da *Gazeta* “da Restauração”, primeiro periódico português (1641-1647). Aliás, após esse período o interesse pelo jornalismo enquanto objecto de estudo e reflexão não esmoreceu, encontrando-se novos picos de produtividade editorial sobre jornalismo nas décadas de 1951-1960 e 1961-1970.

O pico da década de 1821-1830 é conjuntural, decorrendo, conforme já explicámos, da publicação de livros e opúsculos classificados na categoria “Liberdade de Imprensa”, no seguimento da Revolução Liberal de 1820.

Sobressai, de facto, da análise da tabela 5 a explosão que se verificou na edição de obras que reflectem sobre a liberdade de imprensa na década 1821-1830, devido à Revolução Liberal de 1820, que tirou a mordaça a uma elite burguesa instruída, ávida de intervir nos negócios públicos. O interesse pelas questões relacionadas com a liberdade de imprensa manteve-se, de resto, ao longo do tempo, com os números a assinalarem que nos períodos ditatoriais que antecederam a Revolução Republicana de 5 de Outubro de 1910 e a Revolução Democrática do 25 de Abril de 1974 (período marcelista do Estado Novo) se notou um certo incremento da atenção pela temática, em consonância, aliás, com a agitação social que se viveu em ambas as épocas. A apreensão de periódicos antes da implantação da República, por exemplo, motivou a publicação de vários textos, nomeadamente de textos de defesa de jornais e jornalistas perante os tribunais, conforme é exemplificado pelo texto de Boto Machado intitulado *A Liberdade de Imprensa: Carta Aberta e Minuta Extra-Processual a Propósito do Processo Instaurado Sobre a*

Penúltima Apreensão do Jornal Republicano “O Mundo”. As discussões que antecederam a publicação de uma nova Lei de Imprensa, em 1971, e aquelas que se lhe seguiram também motivaram a publicação de várias obras sobre liberdade de imprensa, de que é exemplo o livro de Arons de Carvalho e Monteiro Cardoso (1971), justamente intitulado *Da Liberdade de Imprensa*.

A observação da tabela 5 mostra, igualmente, que a teorização de cariz académico e técnico sobre jornalismo (englobados na categoria “Teoria do Jornalismo”) apenas se desenvolve consistentemente a partir de da segunda metade do século XX, mantendo uma evolução positiva até aos anos setenta, presumivelmente devido a factores já referidos, como sendo: 1) Desenvolvimento das ciências sociais e do ensino universitário; 2) Atmosfera política e social efervescente; 3) Crescimento económico e progresso educativo e científico; e 4) Desenvolvimento do sector mediático. Na realidade, o final decrescente das linhas do gráfico é enganador, pois apenas foram contabilizados os livros publicados entre 1 de Janeiro de 1971 e 25 de Abril de 1974. Se as fronteiras da pesquisa se tivessem estendido pelo tempo, pelo menos até ao final da década de setenta, certamente teríamos mais ocorrências de livros, nomeadamente na categoria “Teoria do Jornalismo”, até porque, no final dessa década, se criou o primeiro curso universitário de Comunicação português, o da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, agregando eminentes teorizadores do campo, como os professores Adriano Duarte Rodrigues e, em especial, Nelson Traquina, que é, quanto a nós, o primeiro teórico eminentemente científico do jornalismo, em particular de uma sociologia do jornalismo, que surge em Portugal (o seu livro *O Quarto Poder Frustrado*, escrito em parceria com Warren K. Agee no início da década de Oitenta, representa bem a cientificidade trazida por Traquina aos estudos jornalísticos).

A história do jornalismo passa a ser tema relevante na produção bibliográfica a partir da viragem do século XIX para o XX e mantém-se como tema frequente durante as sete décadas estudadas deste último século. São várias as razões que se podem apontar para o fenómeno: 1) A existência de material passível de ser estudado; 2) A facilidade de acesso a esse material; 3) A sobrevivência de testemunhas directas de alguns dos fenómenos historiografados; 4) A possibilidade de se tratarem temas históricos sem grande asfixia censória; e 5) A vontade de imortalidade simbólica, em alguns casos pessoais, ou a vontade de preservação e en-

grandecimento da memória histórica, que, no caso do Estado Novo, foi intensificada pela ideologia nacionalista mais ou menos oficial, assumindo particular relevo na comemoração do tricentenário da Restauração da Independência, em 1940, no âmbito do qual muito se escreveu sobre o primeiro periódico português, a *Gazeta* “da Restauração”, e sobre a génese e evolução do jornalismo em Portugal (por exemplo: Cunha, 1941 a).

Terá sido também a vontade de imortalidade simbólica, a par de uma certa vaidade pessoal, que compeliu alguns jornalistas a deixarem para a posteridade livros de memórias. Por outro lado, a amizade e os costumes da época justificam por que razão alguns autores escreveram obras de homenagem a outros jornalistas, frequentemente elogios fúnebres, sendo que, por trás destes últimos, se esconderá, ainda, a vontade de ostentar a amizade com o falecido, engrandecendo o próprio autor. Essa “moda” das biografias e memórias profissionais, englobadas na categoria “Jornalistas e Vida Profissional”, embora tivesse surgido a meio do século XIX, com algumas publicações pontuais, só se consolidou no final de Oitocentos, mantendo-se com maior ou menor expressão ao longo das primeiras sete décadas do século XX, em especial entre 1911 e 1930. Já fizemos referência a esses livros, que embora pouco avancem numa teorização de raiz académica do jornalismo, são importantes porque, para além das reflexões que os autores fazem sobre a actividade, deixaram-nos pistas importantes para compreendermos o que foi o jornalismo português e como se fez jornalismo em Portugal ao longo dos anos, pois descrevem rotinas profissionais, hábitos sociais dos jornalistas, formas de interacção com as fontes, etc.

É curioso notar que o pico da categoria de livros “Jornalistas e Vida Profissional” ocorre entre 1911 e 1920, num momento em que decrescem os livros de todas as restantes categorias. Embora esse pico não represente apenas uma “moda passageira”, já que se continuaram a publicar livros sobre “Jornalistas e Vida Profissional” em anos posteriores, dá a sensação de que houve uma pontual mobilização de energias para a publicação de livros dessa categoria, que exauriu as energias necessárias à edição de livros com outras temáticas.

Para concluirmos a análise do gráfico da tabela 5, uma referência às obras que analisam a conjuntura jornalística. Nasceram no final do século XIX, graças a intervenções portuguesas em vários congressos jornalísticos internacionais (por exemplo: Aranha, 1894), tornando-se

constantes, embora em reduzido número, ao longo das primeiras sete décadas e meia do século XX (por exemplo: Correia, 1912).

A tabela 6, por seu turno, permite dar resposta à quarta pergunta de investigação, sobre a localização geográfica da edição de livros sobre jornalismo.

Tabela 6
Locais de edição dos livros sobre jornalismo
publicados em Portugal até Abril de 1974

Localidades	N.º de livros inventariados	%
Lisboa	240	67,2
Porto	40	11,2
Coimbra	19	5,3
Outras localidades	55	15,4
Total	357	100

A tabela 6 evidencia que a edição de livros sobre jornalismo em Portugal antes do 25 de Abril de 1974 foi concentradíssima em Lisboa. Com excepção do Porto e Coimbra, o resto do país (incluindo as ex-colónias) é quase um deserto nessa matéria, pois as várias cidades e vilas onde se editaram livros sobre jornalismo contribuem somente com um ou dois livros para os resultados finais (excepções: Lourenço Marques – actual Maputo e Luanda, que contabilizaram cinco livros publicados cada uma, e Famalicão, onde se imprimiram nove livros entre os inventariados). A existência de universidades em Lisboa, Porto e Coimbra, bem como a existência de grandes meios de comunicação e associações profissionais em Lisboa e Porto (incluindo o Sindicato dos Jornalistas, em Lisboa), a par da pujança económica e editorial revelada pelas duas principais cidades do país, terão contribuído para esse resultado desequilibrado.

Finalmente, a tabela 7 dá-nos o ranking dos autores mais produtivos no campo do jornalismo até ao 25 de Abril de 1974.

Tabela 7
Autores mais produtivos no campo dos estudos
jornalísticos até ao 25 de Abril de 1974

Autores	N.º de livros inventariados	%
José Agostinho de Macedo (1761 – 1831)	19	5,3
José Júlio Gonçalves (Contemporâneo)	12	3,4
Alfredo da Cunha (1863 – 1942)	11	3,1
Rodrigo Veloso (1839 – 1913)	6	1,7
Alberto Bessa (1861 – 1938)	5	1,4
Pedro Venceslau de Brito Aranha (1833 – 1914)	5	1,4
José M. Boavida Portugal (1917 - 2006)	4	1,1
João Paulo Freire (1885 – 1953)	4	1,1
Bento Carqueja (1860 – 1935)	4	1,1
A. Xavier da Silva Pereira (1838 – 1902)	3*	0,8
Livros escritos sob anonimato (todos no século XIX, em especial no período pós-Revolução Liberal)	25	7

*Nota: Apenas se incluíram autores com quatro ou mais obras sobre jornalismo inventariadas, excepto no caso de Augusto Xavier da Silva Pereira, que merece ser destacado entre os autores com apenas três obras por ter legado para a posteridade o manuscrito *Dicionário Jornalístico Português*, um trabalho que durou vinte anos a fazer e que constituiria a quarta e mais relevante obra do autor.

Da tabela 7 ressalta que os primeiros oito autores nela mencionados são responsáveis por 20,4% da produção teórica sobre jornalismo antes de 1974.

A lista de estudiosos do jornalismo mais produtivos é encimada por José Agostinho de Macedo, um polémico padre de vida dissoluta, mas pró-absolutista, bastante prolixo na década de vinte do século XIX. As obras de Macedo não são académicas. Escritas maioritariamente no

rescaldo da Revolução Liberal de 1820, são quase todas elas ataques pessoais que, colateralmente, versam o tema da liberdade de imprensa. Outras das suas obras, porém, vão ao âmago do problema, considerando o autor que a liberdade de imprensa corroía os alicerces morais da sociedade portuguesa. É o caso de três textos emblemáticos e de título sugestivo, todos de 1821: *Cordão da Peste ou Medidas Contra o Contágio Periodiqueiro*; *Exorcismos Contra Periódicos e Outros Malefícios*; e *Reforço ao Cordão da Peste*. É de salientar, a propósito, que José Agostinho tem muitas outras pequenas obras que também são ataques e resposta a ataques à sua pessoa, mas após leitura atenta apenas incluímos no inventário aquelas em que de facto o Padre Macedo reflecte sobre o jornalismo, nem que seja, como dissemos, para condenar a liberdade de imprensa. Por outro lado, também não incluímos no inventário, por exemplo, as cartas (várias delas manuscritas) de José Agostinho de Macedo, compiladas por Teófilo Braga no livro *Obras Inéditas [de José Agostinho de Macedo]: Cartas e Opúsculos* (1900). Se o tivéssemos feito, a contagem das obras escritas por Macedo ascenderia a um número superior.

Em segundo lugar no ranking de produtividade encontram-se dois autores: José Júlio Gonçalves e Alfredo da Cunha.

José Júlio Gonçalves é um académico contemporâneo, professor do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e antigo reitor da Universidade Moderna, cujo auge de produtividade no campo dos estudos jornalísticos se situa na década de sessenta e no início da década de setenta do século XX. A sua abordagem do jornalismo é eminentemente académica, sociológica, embora grande parte da sua produção (cheia de dados interessantes sobre a conjuntura jornalística da época) diga respeito às ex-colónias portuguesas e não tanto ao jornalismo português metropolitano.

Alfredo da Cunha, antigo director do *Diário de Notícias*, distinguiu-se, essencialmente, como historiador do jornalismo português, sendo a sua obra emblemática, *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa* (1641-1821), dada à estampa um ano antes da sua morte, que ocorreu em 1942. A quase totalidade dos seus textos, nomeadamente se excluirmos um livro sobre a história do *Diário de Notícias* (Cunha, 1914) e uma intervenção historiográfica sobre o associativismo dos jornalistas (Cunha, 1941 b), versam, em especial, a génese do jornalismo em Portugal, sendo particularmente interessantes as discussões que o autor travou sobre o primeiro periódico português, que alguns consideravam ser as *Relações* de Manuel Severim de Faria e outros, como Alfredo da Cunha,

a Gazeta “da Restauração” (por exemplo: Cunha, 1939; Cunha, 1942).

Em terceiro lugar, surge o bibliófilo, jurisconsulto e jornalista Rodrigues Veloso, que publicou seis curtas biografias de importantes jornalistas portugueses do século XIX e princípios do século XX (exemplo: Veloso, 1910), sendo essa a única razão por estar na lista dos mais produtivos.

Em quarto lugar, empatados no ranking de produtividade, estão o jornalista Alberto Bessa (trabalhou no *Diário de Notícias*, no *Século*, no *Diário* e no *Jornal do Comércio e das Colónias*, do qual foi director), e ainda o jornalista e bibliófilo Pedro Venceslau de Brito Aranha.

Alberto Bessa interveio na fundação e direcção da Associação da Imprensa Portuguesa e, nessa qualidade, foi relator de pelo menos dois relatórios à respectiva assembleia-geral nos quais se fazem reflexões sobre o jornalismo nacional (Bessa, 1898; Bessa, 1899). No entanto, as suas obras emblemáticas são *O Jornalismo*, de 1904, na qual o autor historiografa a comunicação social em vários países do mundo e faz uma análise conjuntural da mesma, e *100 Anos de Vida: A Expansão da Imprensa Brasileira no Primeiro Século da Sua Existência*, cujo título é eloquente e que foi publicada em 1929.

As obras do jornalista e bibliófilo Pedro Venceslau de Brito Aranha são, igualmente, diversificadas, abarcando memórias (Aranha, 1907/1908), historiografias (Aranha, 1885) e até uma comunicação a um congresso internacional (Aranha, 1894). Aranha, um autodidacta que exerceu o cargo de redactor principal do *Diário de Notícias* após a morte, em 1889, do fundador do jornal, Eduardo Coelho, e que como jornalista também tinha dirigido os últimos números da revista enciclopédica ilustrada *Arquivo Pitoresco*, tornou-se conhecido, em particular, por ser autor, em conjunto com Inocêncio da Silva⁵, do *Dicionário Bibliográfico Português* (um livro que, em abono da verdade, inclui várias referências a publicações jornalísticas, embora não esteja no inventário porque essas referências não são o seu propósito principal).

Boavida Portugal, recentemente falecido, foi um jornalista, também dramaturgo e poeta, que se salientou, sobretudo, pelo seu protagonismo na criação e desenvolvimento da Casa da Imprensa, associação mutualista dos jornalistas. É nesse quadro que desenvolve a maioria da sua pesquisa e reflexão sobre jornalismo, como exemplificam o livro *Para a História da Casa da Imprensa* e o folheto *Para Um Mais Certo Conceito*

⁵ Inocêncio da Silva nomeou Brito Aranha seu executor testamentário, tendo-lhe deixado várias anotações que permitiram a este último continuar o projecto do primeiro.

da Profissão Jornalística.

João Paulo Freire foi um combativo jornalista e escritor que se distinguiu nas primeiras décadas do século XX, tendo trabalhado para jornais regionais e mesmo para o jornal religioso *A Ordem* (do qual foi director), bem como para *A Nação*, *Diário Ilustrado*, *A Capital* e *Jornal de Notícias*, no qual saíram as suas últimas crónicas, poucos dias antes de morrer. Além de um livro historiográfico (Freire, 1939) sobre o *Diário de Notícias*, o referido autor legou-nos obras combativas que reflectem sobre os problemas do jornalismo e da censura (Freire, 1926; Freire, 1934), tendo sido, também, um dos primeiros portugueses a reflectir sobre o profissionalismo jornalístico e o ensino do jornalismo (Freire, 1936).

Bento Carqueja dirigiu *O Comércio do Porto*, tendo assumido a direcção do jornal quando morreu o seu tio e co-fundador do mesmo, Manuel Sousa Carqueja. Foi na qualidade de director do *Comércio* que Bento Carqueja escreveu três obras historiográficas sobre esse importante e recentemente desaparecido diário portuense (por exemplo: Carqueja, 1934), embora também tenha reflectido sobre a liberdade de imprensa, num livro publicado em 1893.

Augusto Xavier da Silva Pereira (1858-1902) foi um funcionário público administrativo, autodidacta, que tentou elaborar uma hemerografia (por ele designada “história”) do jornalismo português até ao final do reinado de D. Luís I (1889). Elaborou, assim, um *Dicionário Jornalístico Português*, que tentou, sem sucesso, publicar até ao fim da sua vida e cujo manuscrito ainda se conserva na biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa⁶. Desse *Dicionário* inédito, Silva Pereira extraiu dois dos livros referidos no nosso inventário (Pereira, 1895 e Pereira, 1897). O autor ainda elaborou uma colecção anotada das leis de imprensa em Portugal (Pereira, 1901), perfazendo-se, assim, a lista de três livros que dele inventariámos.

É de referir, conforme foi, aliás, evidenciado por Alfredo da Cunha (1941 a: XVI-XVII), autor que se autopropôs rever e preparar para impressão o manuscrito legado à Academia das Ciências por Silva Pereira, que o *Dicionário* deste último enferma de várias incorrecções (que acabam por também macular os dois livros que o autor dele extraiu):

“A revisão, para ser perfeita., teria de fazer-se nome por nome, data por data, anotação por anotação, isto é, linha por linha, para que não escapassem erros, contradições ou equívocos que a desvalorizariam. E

⁶Cota: manuscrito Azul 445 a 47.

as inexactidões e lapsos que se me depararam não eram todos, por assim dizer, veniais, como enganos de fácil ocorrência em manuscritos copiados e recopiados diversas vezes: alguns se me afiguraram capitais e de fundamental importância para a história. Reconheci, com pesar, que o *Dicionário* manuscrito padecia do mesmo mal de que enfermavam os dois livros sobre o assunto publicados por Silva Pereira. (...) Ora o *Dicionário*, se, em geral, está certo na indicação dos títulos, formatos, números de páginas, localidades e oficinas de impressão, datas de aparecimento, suspensão ou terminação, nomes dos fundadores, redactores e colaboradores – o que já é muitíssimo – peca frequentemente no que respeita a anotações críticas ou deduções tiradas pelo autor e apresentadas como resultantes de observações próprias”.

Assim, as incorrecções do *Dicionário Jornalístico Português* acabaram por adiar *sine die* a sua publicação e embora continue, no presente, a ser consultado por estudiosos do jornalismo na Academia das Ciências, provavelmente continuará impublished, ainda que nele Augusto Xavier da Silva Pereira tenha investido vinte anos de labor.

Conclusões

Face aos dados apresentados, há três grandes conclusões a tirar:

1) Existe uma vasto número de obras sobre jornalismo publicadas em Portugal e por autores portugueses antes do 25 de Abril de 1974, sendo muitas delas ignoradas, mesmo pelos teóricos do campo.

2) A produção teórica sobre jornalismo incrementou-se e, até certo ponto, diversificou-se ao longo do tempo, mas esteve sempre sujeita à conjuntura histórica de cada época. Dois exemplos contribuem para sustentar esta conclusão. Por um lado, a intensificação do ritmo de aparecimento de novas publicações e a industrialização do jornalismo incentivaram os estudos jornalísticos; por outro lado, em épocas ditatoriais e de repressão sobre a imprensa aumentou o número de escritos que versaram sobre liberdade de imprensa.

3) Reflectindo a situação do país, a produção livreira no campo do jornalismo até 1974 centrou-se em Lisboa.

Apêndice 2

» A teorização do jornalismo em Portugal até 1974: Uma visão global⁷

Jorge Pedro Sousa, Nair Silva, Gabriel Silva, Carlos Duarte, Patrícia Teixeira, Mônica Delicato, Patrícia Ciancio, Eduardo Zilles Borba e outros⁸
(Universidade Fernando Pessoa e Centro de Investigação Media & Jornalismo)

Neste apêndice, apresenta-se, com algumas adaptações, o texto de 2008 onde foram apresentados os primeiros resultados globais da pesquisa que dá corpo a este livro.

Estruturou-se este texto em função das categorias temáticas em que se classificaram os livros inventariados. Em cada ponto, correspondente a uma categoria de livros, apresentam-se, para exemplo, algumas das obras encontradas e, posteriormente, atenta-se no contributo de determinados autores e livros para o pensamento jornalístico português.

1. Os primeiros passos

Tanto quanto se pode observar pelas pesquisas desenvolvidas em livros existentes nas bibliotecas públicas portuguesas, os primeiros passos do jornalismo português não foram imediatamente acompanhados pelos

⁷ Adaptação do primeiro texto com os resultados da pesquisa, surgido em: SOUSA, Jorge Pedro (Coord.) *et al.* (2008): *Jornalismo: História, Teoria e Metodologia da Pesquisa*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

⁸ Na pesquisa que deu origem a este texto colaboraram também cerca de 50 alunos de Ciências da Comunicação da Universidade Fernando Pessoa. Vários dos livros inventariados e dos excertos de textos aqui incluídos devem-se ao seu empenho na realização deste projecto.

primeiros passos do “pensamento jornalístico nacional”. De facto, as primeiras manifestações nacionais de cariz jornalístico, como as relações de acontecimentos ⁹e as *Relações* de Manuel Severim de Faria (1626 – 1628)¹⁰, não encontram paralelo na produção de livros que teorizem ou reflectam sobre jornalismo, presumivelmente inexistentes até 1644. Porém, não se andará longe da verdade ao sustentar-se que o estudo das *artes retóricas* e da *gramática*, a que eram sujeitos todos os letrados da época durante o período de frequência escolar, influenciou o jornalismo, já que os gazeteiros e “escritores de jornal” estudavam, nos bancos das escolas e das universidades, não só a forma de melhor persuadir, mas também a maneira de melhor contar as novidades. Eram estudados manuais retóricos como, em Portugal, o de António Soares Barbosa (1839), autor que tal como Peucer (1690), se baseou nas *Instituições* de Quintiliano para se referir à disposição dos discursos e às questões a respeitar para bem contar novidades (*Quis? Quid? Ubi? Quibus Auxiliis? Cur? Quomodo?*). As gramáticas também eram estudadas, formatando estilos jornalísticos e contribuindo para normativizar e unificar a língua, sendo relevantes, desde logo, as primeiras gramáticas da língua portuguesa, nomeadamente a de Fernão de Oliveira (1536), a de João de Barros (1540) e a de Pedro de Magalhães Gudavo (1591)¹¹, mas também, por exemplo, as de Lobato (1771), Figueiredo (1799), Fonseca (1799), Sousa (1804) ou Barbosa (1822). Em consequência, pode afirmar-se que, embora não tenha existido no Portugal dos séculos XVII, XVIII e XIX, tanto quanto se constatou, uma linha específica de reflexão sobre jornalismo, não é menos certo que o estudo da **retórica** contribuiu indirectamente para o desenvolvimento dos formatos e dos estilos jornalísticos.

Além da retórica, e tal como também é comprovado pela pioneira tese de Tobias Peucer (1690) e outros escritos, o jornalismo emergente vai ser influenciado também pela **historiografia**. A arte clássica de fazer história, de narrar a história, da forma como foi proposta, na Grécia Antiga,

⁹ Devem lembrar-se, em especial, as *relações* de naufrágios, que surgiram, em Portugal, no século XVI.

¹⁰ As *Relações* partilhavam muitas das características das *gazetas*, em particular a sua intenção noticiosa e de venda para dar lucro.

¹¹ Este texto, diga-se, tem duas partes: um elenco de regras ortográficas do Português e um discurso em defesa da Língua Portuguesa, crescentemente diluída no seio do castelhano, falado pelas elites assimiladas no período filipino (de 1580 a 1640, Portugal e Espanha estiveram unidos sob um mesmo Rei).

por autores como Tucídides e Xenofonte, emprestou ao jornalismo emergente os valores da *verdade* e da *fidelidade ao facto*. A discussão sobre a verdade ou, mais precisamente, sobre a *falta de verdade* do jornalismo alimentou, subsequentemente, os primeiros escritos de autores portugueses (e estrangeiros¹²) que, conscientes dos crescentes efeitos sociais do jornalismo e do impacto das gazetas na sociedade seiscentista, inauguraram a tradição de pesquisa genericamente conhecida por **crítica dos media**, ou, neste caso, **crítica do jornalismo**. A própria tradição legal refere-se à *verdade* ou à *falta dela* como motivo para constranger o jornalismo emergente¹³. Portanto, não é de espantar que aquele que aparentemente é o primeiro registo documental de uma reflexão crítica sobre jornalismo elaborada por um português discute, precisamente, a alegada falta de verdade das publicações jornalísticas, pelo que se enquadra nessa corrente crítica.

Foi no contexto das guerras da Restauração da Independência que opunham, desde Dezembro de 1640, Portugal a Espanha, que o capitão português Luís Marinho de Azevedo, destacado no Alentejo, reflecte, num opúsculo publicado em 1644, sobre a verdade e a mentira jornalísticas, a propósito das alegadas falsidades propagandeadas pelas “relações¹⁴ de Castela” e pela *Gazeta de Génova*, que classificavam o resultado da batalha do Montijo (Espanha), travada entre os exércitos de Portugal e de Castela, como uma vitória espanhola. Escreve Luís Marinho de Azevedo (1644):

“Não há coisa no mundo mais poderosa do que a verdade. (...) Querer obscurecê-la com uma mentira é como tapar a luz do sol com uma pe-

¹² Lembre-se, por exemplo, Ahasver Fritsch, um dos autores seiscentistas que primeiro reflectiu sobre o jornalismo emergente, num tom apocalíptico.

¹³ Basta recordar que um dos primeiros documentos reguladores da imprensa portuguesa é a Carta Régia de D. Filipe III ao chanceler-mor do Reino, Cristóvão Soares, datada de 26 de Janeiro de 1627, na qual o Soberano impõe a censura e o licenciamento prévio das “relações de novas gerais” em Portugal por nelas se escrever “com pouca certeza [itálico nosso] e menos consideração, de que resultam graves inconvenientes”. D. João IV, por seu turno, proibiu a circulação de gazetas a 19 de Agosto de 1642, “em função da pouca verdade de muitas [itálico nosso] e do mau estilo de todas elas”.

¹⁴ As relações tanto podiam ser monotemáticas (espécie de livros-reportagem) como pluritemáticas (incluírem notícias variadas, como as gazetas), como se observou nos capítulos dedicados à história do jornalismo.

quena nuvem. (...) Mas quis a política humana que fosse mais sustentável colorir uma mentira do que acreditar numa verdade (...), apesar de contra esta não prevalecerem, na opinião de Séneca, artifícios retóricos, palavras artificiais nem relações sofisticadas. Destas usou sempre Castela para vulgarizar as mentiras que publica e as verdades que oculta com dialogismos e admoestações loquazes. (...)

Nasceu a verdade nua (...) e os vestidos com que a quiseram adornar (...) só servem de remendos (...), como sucedeu com as *relações* [itálico nosso] que imprimiu Castela. (...) Publicou Castela que se havia levantado o sítio (...) como sempre faz quando toma alguma praça, mas procura sempre desmentir as perdas consideráveis (...), distraíndo o povo com *relações* ridículas para que este não sinta [essas perdas]. E ainda que um político tenha dito que não há ofensas que mais se devam ignorar que as das línguas, penas e imprecisões, para nos podermos empenhar em defendermo-nos de outras maiores, por justiça se antepõem as nossas verdades às suas [de Castela] mentiras; nossa sinceridade aos seus enganos; nossa circunspeção aos seus embustes. (...) Querem os castelhanos torcer e adulterar a verdade como sempre fizeram (...). E ainda que o sargento-mor Dom António Pardo, que foi autor da *relação* que se imprimiu em Sevilha, [tenha dito algumas verdades], ocultou a maior parte, para não deslustrar a reputação de Castela. (...) E que assombração provocou António Pardo ao que escreve *gazetas* em Génova (...) para este dizer disparates sem pés nem cabeça e escrever mentiras (...), falseando (...) a verdade. Porque tudo (...) o (...) gazeteiro genovês escreve ao contrário. (...) Poderiam os senhores genoveses manter a neutralidade. (...) Se o autor da *gazeta* [genovesa] dissesse o seu nome poder-se-lhe-iam esgrimir os nossos argumentos (...). Gastem muita arrogância os castelhanos nas suas *relações* e dêem os genoveses muitas falsidades nas suas *gazetas* que apesar disso do dito ao feito vai grande distância (...) apesar das *relações* caluniosas escritas com penas mendigantes.”

Podemos observar pelo excerto de texto acima como já estavam, de facto, fortemente vinculados ao jornalismo seiscentista os valores da *verdade* e da *fidelidade aos factos* que provinham da Grécia Antiga, desde que os primeiros historiadores, nomeadamente Tucídides e Xenofonte, começaram a escrever uma história descontaminada de mitos e lendas.

Luís Marinho Azevedo denuncia ainda, indirectamente, quanto o jor-

nalismo emergente servia para *propaganda*¹⁵, tornando evidente o crescente impacto do jornalismo nas sociedades seiscentistas europeias.

Curiosa também é a designação “*gazeteiro*” para apelidar o “escritor de gazetas” ou “autor de gazetas”. Os gazeteiros eram já, de certa forma, *profissionais* à parte. O seu aparecimento e autonomização no seio das classes profissionais contribuiu para que *o jornalismo se fosse formatando como profissão*.

Indirectamente, o texto de Luís Marinho de Azevedo confirma, também, o que se escreveu nos capítulos dedicados à história do jornalismo: as gazetas seiscentistas circulavam por toda a Europa. Luís Marinho de Azevedo lia e conhecia, de facto, não apenas as relações publicadas em Espanha, país com o qual Portugal estava em guerra, mas também a *Gazeta de Génova*.

Em resumo, e isso é extremamente importante, pode concluir-se que *a reflexão sobre jornalismo em Portugal nasce com a crítica à imprensa*. A **crítica do jornalismo** é, assim, se quisermos, a primeira linha de pesquisa e reflexão sobre jornalismo que surge em Portugal, continuando até aos dias de hoje.

No século XVIII, a **crítica ao jornalismo** manteve-se no mesmo tom que se nota no texto seiscentista de Luís Marinho de Azevedo. A crítica ao jornalismo serviu, essencialmente, para acusação ou rectificação de informações dadas pelas gazetas, ou para contraposição de argumentos. Alguns dos opúsculos que se publicaram nesse período são, de facto, meros ataques a artigos editados nas gazetas, elaborados por pessoas que se sentiam atingidas ou revoltadas com o que era escrito. Também se encontram folhetos de contra-ataque a outros entretanto publicados.

No início do século XIX, a crítica do jornalismo não fugia do tom empregue em anos anteriores. Assim, em 1808, José Acúrcio das Neves, no contexto das invasões francesas, voltava, novamente, a reflectir sobre o jornalismo e a verdade, desta vez para se queixar das imposições

¹⁵ Tengarrinha (1989: 38-39; 2006: 28-30) esclarece, por exemplo, que o primeiro periódico português, a *Gazeta “da Restauração”*, propagandeava a causa independentista da Casa de Bragança. Segundo o principal historiador da imprensa portuguesa, essa *Gazeta* visava “contrariar o efeito negativo dos boatos postos a circular pelos espanhóis (...), destacar as vantagens militares e diplomáticas alcançadas sobre a Espanha, exagerar as dificuldades que estava a experimentar a monarquia espanhola, animar os que duvidavam do bom desfecho da iniciativa restauradora, influenciar as cortes europeias sobre a legitimidade da nova monarquia e a possibilidade de esta dominar o conflito. Tratava-se, pois, de um empreendimento jornalístico com um objectivo político circunstancial e bem determinado”.

propagandísticas dos invasores franceses sobre os gazeteiros nacionais, que atraíam, precisamente, os valores da *verdade* e da *fidelidade aos factos*, crescentemente reivindicados pelos “jornalistas” como seus. Interessante também é apercebermo-nos da clara consciência de Acúrcio das Neves sobre o impacto do jornalismo na sociedade oitocentista (os jornais amplificam as vozes dos actores sociais), que levava os poderosos a aproveitarem os periódicos para fazerem propaganda e travestirem a mentira de verdade, usando para isso vários artificios, claramente descritos pelo referido autor:

“[As invasões] trouxeram consigo privações imensas, e principalmente a do pão (...); e quando mais se experimentavam faltas tão sensíveis, Junot e Lagarde [comandante das forças francesas e da polícia] publicavam em nome do gazeteiro de Lisboa grandes abundâncias de todos os géneros por preços cómodos e anunciavam esta cidade [Lisboa] devastada como uma habitação de delícias.

Pobre gazeteiro, a quantas imposturas, a quantas velhacadas não fizeram aqueles monstros prestar o teu nome! Quantas vezes te não obrigaram eles a dizer o contrário do que pensavas e do que vias? Quantas injúrias não vomitaram pela tua boca contra o nosso amabilíssimo Príncipe [D. João VI] e o seu Conselho? Quantas vezes não suprimiram as próprias gazetas que tinham formado, para em outras de novo formarem novas tramas? E com que desaforo o não faziam? Não chegaram eles a mandar suprimir e [substituir] por outra a de 17 de Julho deste ano de 1808, depois de publicada, vendida e distribuída pelos assinantes? E para quê? Para mentirem à-vontade sobre os públicos sucessos (...), para taparem os olhos do Povo de Lisboa e enganarem o resto da Nação. Quando te faziam copiar, adicionar e variar de mil maneiras as mentiras do *Monitor* e do *Diário do Império*, aumentar e diminuir cifras, publicar revoluções na Inglaterra, perdas de esquadras e quanto lhes fazia conta, não conhecias tu a falsidade e o fim fraudulento de semelhantes contos. E aquela célebre expedição dos cinco pinques carregados de ingleses que vieram atacar a corveta *Gaivota* no porto de Lisboa, em que de um golpe de pena mataste quarenta ingleses, incluindo o comandante, cujos corpos foi necessário lançarem-se ao mar!... Não sabias que os cinco pinques se reduziam a um ou dois escaleres, que a resistência dos bravos franceses foi tal que deixaram a sua lancha, e se deixariam levar a eles próprios e à corveta se não fosse a rede que os defendeu, que os quarenta ingleses mortos consistiram em um chapéu que estes deixaram, único sinal desta assinalada vitória da

guarnição francesa? Quando tantas vezes te fizeram repetir os evidentes testemunhos de amor e afecto que todo o Povo de Lisboa professava pelo nosso Governo, e ao intruso governador de Portugal, não presenciavas tu que Governo e Governador eram geralmente olhados com a execração que merecem as suas máximas tirânicas; que toda a indústria e todas as manhas de Junot não puderam ainda procurar-lhe um sinal de alegria da parte do Povo Português? Quando te faziam preconizar tantos bens e tantas vantagens aos povos que viviam debaixo de tal governo, deixavas tu de presenciar o abatimento, a opressão, a miséria de todo o Portugal, e especialmente da própria Lisboa, onde se publicavam tais imposturas? Não sabias que todo o Norte de Portugal e todo o Algarve estavam em armas para sacudir o jugo da tirania, quando ainda te faziam dizer que todo o Reino estava tranquilo? Podias acaso ignorar que regimentos inteiros de espanhóis tinham executado (...) o projecto de se irem incorporar aos seus compatriotas, para restaurarem a sua Monarquia, quando te faziam reduzir essa gente valorosa a uns cem desertores (...)?

(...)
O usurpador francês, para destruir monarquias e roubar nações aliadas, serve-se (...) das gazetas e de quantas baixezas lhe ministra a sua imaginação fecunda.” (Neves, 1808: 7-28).

Assim, pode dizer-se que os autores que directa ou indirectamente escreveram sobre jornalismo em Portugal durante o Século das Luzes e no início do século XIX se serviram da pena essencialmente para denunciar alegadas falsidades propagandeadas pela imprensa, antepondo-lhes sempre o valor da *verdade* (ver, por exemplo: Lima e Lima 1762; Neves, 1808). Por vezes, nesses textos dão-se versões alternativas de factos narrados pela imprensa, ou propõem-se ideias alternativas, frequentemente numa matriz *escrito – resposta – escrito – resposta – etc.*, à semelhança do que sucede com as *cartas dos leitores* (ver, por exemplo: Anónimo, 1809). Aliás, é ilustrativo que o texto de Lima e Lima (1762) acima referido tenha merecido resposta de Leandro Moniz da Torre (1763), tornando notório que, em alguns casos, a crítica descia ao ataque pessoal. De qualquer maneira, esta espécie de pingue-pongue argumentativo nada trouxe de novo, durante o século XVIII e primeiros anos do século XIX, à crítica à imprensa. Aliás, num país vigiado e de regime absolutista como era Portugal, em que, durante grande parte do século XVIII e início do século XIX se sentiu a governação do marquês de Pombal, a

acção do intendente da polícia Pina Manique, as publicações eram alvo de censura, pelo que tardaram a ecoar nas publicações portuguesas os ecos das revoluções Americana e Francesa e as ideias revolucionárias do Iluminismo e do Racionalismo. Porém, se para alguma coisa serviram, as invasões francesas (1807-1808, 1809 e 1810) contribuíram para espalhar em Portugal as ideias que agitavam o Velho Continente e o Novo Continente, pondo em causa o Antigo Regime e as ideias hiper-conservadoras que o sustentavam, pese embora a vigilância e a propaganda exercida pelos invasores sobre a imprensa portuguesa.

2. Da crítica do jornalismo à teorização sobre a liberdade de imprensa

A teorização do jornalismo em Portugal até 1974 reflectiu as condições das diferentes épocas em que foi produzida, mas uma grande parte dos livros e folhetos publicados traduz a passagem de uma crítica intempestiva e pessoal do jornalismo para uma crítica baseada em discussões de cariz essencialmente jurídico ou sociológico sobre a imprensa. Nesse contexto, nasceu uma terceira tradição de pesquisa e reflexão sobre o jornalismo em Portugal, a da discussão sobre **liberdade de imprensa**, que depois se enquadraria numa reflexão sobre os efeitos sociais do jornalismo, em particular dos efeitos do jornalismo sobre a opinião pública.

Foi no início do século XIX que em Portugal se começaram a publicar com regularidade textos que abordavam a questão da *liberdade de imprensa*, no calor da luta ideológica e política que opôs os conservadores absolutistas aos constitucionalistas liberais. Em grande medida, essa discussão deriva da penetração, em Portugal, dos valores iluministas e revolucionários desde o século XVIII. Vários desses textos são anónimos (Anónimo, 1810; Anónimo 1821 a; Anónimo, 1821 b; Anónimo, 1822 a; Anónimo, 1822 b), enquanto outros são da autoria de conhecidos polemistas, como os religiosos conservadores Frei Joaquim de Santo Agostinho (1809) e Padre José Agostinho de Macedo (1812; 1821 a; 1821 b; 1821 c; 1821 d; 1821 e) ou os liberais Pedro Cávroé (1821) e Fernandes Tomás (1821), bem como de outros autores (por exemplo: Sá, 1810; Campos, 1810). Neles não se faz qualquer discussão profunda sobre jornalismo.

Alguns são mesmo meros duelos pessoais e ideológicos travados com a pena e não com a espada que extravasam o campo do jornalismo para entrarem no campo da política e do regime que mais interessaria a Portugal (veja-se, por exemplo: Silva, 1821; Andrade, 1822; Costa, 1826 b; Macedo, 1821 a; Macedo, 1821 b; Mendonça, 1823). Num país que, a partir de 1820, graças à Revolução Liberal, descobriu a *liberdade de imprensa* e assistiu a um movimento de fundação de periódicos como até então nunca tinha sido visto, esses escritos do início do século XIX, nomeadamente os da primeira época da emigração de exilados liberais em Londres e do período pós-Revolução Liberal, para além das questões políticas (veja-se, por exemplo, Mendonça, 1823; Macedo, 1825), criticavam ou defendiam a liberdade de imprensa, a proliferação de jornais e a propagação das ideias liberais e constitucionalistas.

Os conservadores absolutistas viam a *liberdade de imprensa* e a propagação das ideias liberais através dos jornais como um ataque à Monarquia de direito divino e à Igreja Católica, que consideravam o melhor dos regimes. Mais, os conservadores olhavam para os periódicos, em particular para os periódicos políticos, como instrumentos de confusão dos povos e de manipulação das gentes para as levar a seguir projectos insensatos (ver, por exemplo: Macedo, 1821 c; Macedo, 1821 d). No pólo oposto, os liberais defendiam a liberdade de imprensa e a publicação de jornais como decorrentes do direito natural do homem à comunicação dos pensamentos e opiniões, como factores de progresso, de difusão de ideias e de conhecimentos, de acompanhamento dos actos políticos e de contenção do poder político para não se cair novamente no despotismo (por exemplo, Cavroé, 1821; Fernandes Tomás, 1821). O principal historiador “comunicológico” português da imprensa Oitocentista, José Manuel Tengarrinha (1993: 35), assume, aliás, juízo semelhante:

“Uma linha de separação (...) poderemos divisar: os que atacavam sobretudo as Cortes, defendiam o Trono e a superioridade do Governo (que exercia o poder executivo em nome do Rei ou, após 4 de Julho de 1821, sob a sua directa nomeação e dependência), em regra exageravam os perigos externos e acusavam com violência, não raro descabelada, os dirigentes liberais ou responsáveis do regime (eram, em geral, os anti-liberais); e os que defendiam a superioridade das Cortes como directa emanção da Nação e desferiam ataques pessoais mais comedidos (eram, em geral, os liberais menos moderados).”

Entre os polemistas do início do século XIX, o padre ultra-conservador José Agostinho de Macedo é um caso à parte, não só pelas eminentes contradições da sua vida¹⁶ mas também pela numerosa publicação de opúsculos em que reflecte sobre jornalismo, criticando neles a proliferação de periódicos. Os jornais políticos, que apareciam às dezenas, eram para ele uma “peste”, que causava o pernicioso efeito de confundir as mentes, como escreve no texto *O Cordão da Peste ou Medidas Contra o Contágio Periodiqueiro*:

“A Pátria (...) está (...) oprimida com o pestilencial flagelo dos periódicos. (...) Como se pode combinar a estabilidade do Governo, o sossego público, o amor da ordem, a observância das leis do novo regime, com a inquietação que nos ânimos derramam tantas ideias destampadas, tantas notícias falsas, tantos projectos loucos, tanta flutuação de ideias, tanta contrariedade de doutrinas e tão encontrados gritos dos incansáveis periodiqueiros? Quem por eles saberá o que deve pensar e o que deve fazer? A censura olha para os papéis e olha para os rostos dos autores e perdoa a miséria de uns pela fome que descobre nos outros.” (Macedo, 1821 c, pp. 43-44)

Noutro opúsculo, intitulado *Exorcismos Contra Periódicos e Outros Malefícios*, Macedo volta ao tema da profusão de periódicos, cujas posições diferenciadas impediriam a necessária obtenção dos consensos e da tranquilidade que a governação exigiria. Além disso, Agostinho de Macedo critica os que abandonavam os seus ofícios para se consagrarem a um periodismo de fraca qualidade, dando pistas não só para se perceber a origem social e cultural de muitos dos “jornalistas” portugueses das primeiras décadas de oitocentos mas também para se compreender como funcionavam e eram vendidos os periódicos de então:

“Costuma-se chamar flagelo, ou praga, tudo aquilo que consigo traz calamidades para os Povos (...). Ao século da Política, que outra praga se devia adoptar que não fosse a dos periódicos políticos? (...) Portugal está coberto, alastrado, entulhado de periódicos, como o Egipto e mais que o

¹⁶ Era padre, mas tinha uma vida dissoluta, tendo tido filhos de várias mulheres; criticava os jornais, mas não hesitava em fundar e dirigir periódicos conservadores.

Egipto, de rãs, de gafanhotos, de moscas, de diabos. Apareceu um Astro maligno [referência ao jornal liberal *Astro da Lusitânia*] (...) que multiplicou (...) os soltos vendavais dos periódicos, dos flagelos, das pragas que nos apoquentam. Não há forças humanas que se oponham e contrastem os lastimosos estragos desta febre-amarela. Não há cordão que lhes vede a passagem. São precisas forças sobrenaturais, Exorcismos com eles (...) e (...) por virtude do exorcismo (...) diminuirá a praga dos periódicos. Terão ao menos os tristes censores um bocado de tempo para comer, e para dormir?

(...)

Com efeito, é triste a condição das coisas humanas! Não há um bem puro sem a mistura de algum mal! (...) A multidão dos faladores fez parar a majestosa Torre da Babilónia: onde todos falam ninguém se entende. A confusão (...) deitou aquela grande fábrica a perder (...). O falatório era de alto a baixo e como ninguém se entendia, todos desampararam o edifício, até que se abateu de todo (...). Calem-se diabos (...) que se malogra a obra da prometida ventura aos portugueses. Mas quem são os periodiqueiros? É preciso conhecer o género, ou a casta de diabos, para se lhes fazer o competente exorcismo. No Evangelho se fala de um género de demónios que não se iam embora senão com o jejum, e eu creio que o jejum, ou a barriga vazia, é quem acarretou sobre as nossas cabeças a nuvem periodiqueira. (...) Sapateiros (...), livreiros, passamaneiros, cabeleiros (...), (...) a quem se lembraria que no momento em que Portugal mais necessitava de mais luzes, mais ciência, mais conhecimentos, que coadjuvassem a mais árdua e difícil empresa, (...) tudo seria desamparado e (...) os seus cultores se convertiam em periodiqueiros? Parece que para a grande arte de Escritor se não necessita de outra coisa mais que saber formar bem ou mal, tortos ou direitos, os caracteres do alfabeto. (...) Fugi diabos, ide para as vossas oficinas, tornai para a enchó, para o sarrafo. Se podes fazer bem uma cadeira, para que te metes a fazer tão mal um periódico?

(...)

Ora se é praga deixar o próprio ofício para ser periodiqueiro, ainda é maior flagelo não ter ofício nenhum, senão o de periodiqueiro. Vivia um ocioso pelos cantos dos botequins (...) e de repente salta ao mundo com um periódico (...). Que quer este diabo com a folha diária ou semanária? Ilustrar a Nação? Como? Copiando muito mal da aluvião dos periódicos castelhanos (...), retalho aqui, fala acolá, reflexão além, mas tudo sem ordem, sem uma ideia dominante, sem um fim, e quando este devia fixar a opinião sobre um objecto único, grande, público, vantajoso à causa,

não faz mais que desvairá-la de tal maneira que ninguém se entende (...). O pior é abrir as portas às correspondências, ou reais, ou fantasiosas, e transcrever quantos desaforos lhe enviam, ou fingem que lhe enviam. Que vantagens tem tirado a Nação desta praga periodical (...)? Talvez maiores males, do que bens. Segue-se a uma mal entendida liberdade de falar uma mais mal entendida liberdade de pensar, e obrar.

(...)

É preciso ilustrar a Nação (...), é preciso que o povo conheça o que se faz, para aprovar o que se faz, (...) porém os meios são os periódicos? Basta que qualquer diabo (...) pegue na pena e escreva um periódico (...) e o último diz o mesmo que o primeiro, e todos com uma linguagem avessa (...) e (...) parvoíce em política. Eu os tenho observado (...), são verdadeiros camaleões, tomam a tintura do ar que respiram. Nove meses os vi franceses de gema, nunca falavam em Napoleão que não viesse o trambolho “O Grande” (...). Pois este (...) periodiqueiro apenas aí aportaram os ingleses parecia um cidadão de Londres.

(...)

Quem não conhece o peso desta praga devastadora (...) quando pela manhã (...) uma nuvem de rapazes, ministros executores da praga, levanta as desconcertadas vozes e grita (...): “Quem leva o *Astro*? Quem vem ao *Liberal*? (...)”. Isto em todos os becos, em todas as alfurjas, às portas de todas as tabernas. (...) E que dizem estas pragas, estes periodiqueiros? Todos aflige o mesmo, que não haja *Frades*.

(...)

Mentem, tanto dizem, tanto desdizem, tão mal, tão fora do tempo querem propor coisas, demolindo em lugar de consertar, que o povo alucinado (...) cuida que se obra no Governo e no Congresso, como os periodiqueiros falam, que têm as mesmas ideias incendiárias, subversivas, destampadas, que há impressas nos periódicos (...), revoltam e desorientam a Nação (...). É justo ganhar dinheiro (...), mas três vinténs por parvoíces...

(...)

Eu não ataco nenhum em particular (...), falo em geral, exorcismo à praga. Portugueses, fazei um cordão (...) a esta peste (...). Fugi de periódicos (...).” (Macedo, 1821 d)

É interessante notar que José Manuel Tengarrinha (1993: 34-35), em alguns pontos, concorda, passado mais de um século e meio, com José Agostinho de Macedo:

“É certo que o aparecimento de alguns jornais se deve sobretudo a motivos de natureza económica: quem quisesse ganhar a vida (...) não tinha mais que fundar um periódico. Não surpreende, pois, que o nível de muitos jornais fosse baixo, tentassem ganhar público seguindo-lhe o gosto (...), enveredassem com frequência pelo insulto e a chicanice pessoal, abusassem de populismos e expressões vulgares, quase sempre estivessem em doloroso impacto com a sintaxe.

(...)

Esta quase generalizada vulgaridade da imprensa teve uma directa incidência nos critérios da censura: as matrizes ideológicas dos jornais não se apresentavam com nitidez, sendo muitas vezes difícil definir com rigor se eram adversários do regime ou apenas críticos do moderantismo dos governantes. De resto, não se desenvolvia debate sobre os sistemas políticos, havendo acordo, na aparência, sobre as vantagens do constitucionalismo”.

Um outro autor que clamou contra o “excesso” de periódicos foi José Daniel Rodrigues Costa (1826 a; 1826 b; 1826 c), redactor do satírico *Almocreve das Petas*, mas este, interessadamente, fê-lo (também) em verso, clamando, igualmente, contra a agressividade fundamentalista dos “jornalistas”, ou antes, com mais propriedade, dos “escritores de jornal” ou ainda, se se quizer, dos “políticos de jornal”:

“Fora com a profusão de tais periódicos!
Isto sonho não é, nem é quimérico!
Com eles anda o povo cadavérico
Apesar de ainda terem preços módicos.

Poucos folhetos há sendo metódicos,
Porque os autores têm génio colérico
(...)” (Costa, 1826 b: 2)

O mesmo autor vaticinava, embora erroneamente: “as lotarias e os periódicos hão-de acabar muito antes do que se pensa, as lotarias como esponjas por não terem já que chupar ao povo, os periódicos por lhes faltar matéria para encerem a folha” (Costa, 1826 a)

Apesar do intenso e polémico debate sobre o papel da imprensa, os portugueses entraram na terceira década do século XIX a fazerem a “aprendizagem da cidadania”, como lhe chamou Isabel Vargues (1997),

Livros LabCom

graças aos jornais que transformaram o país, ou pelo menos as elites do país, numa espécie de fórum. Tengarrinha (2006: 117 e 157), por seu turno, expressa assim a sua perspectiva:

“O “espaço público” torna-se um “espaço público politizado” quando, além da influência dos media, nele concorrem factores de três naturezas: por um lado, a existência de instituições de governo representativas e formas de representação relativamente amplas; por outro, o espaço, a dinâmica e o sentido que as múltiplas formas de comunicação abriram, conducentes à formação dos consensos que materializavam a expressão da vontade colectiva; e ainda os novos espaços de sociabilidade que se alargavam na sociedade. Isto é, quando o direito de voto é ampliado (...); quando a opinião pública passa a ser influente na ordem política; quando é mais diversificada a origem social e cultural dos intervenientes; quando os conflitos (...) não apenas são mais intensos, mas se apresentam com maior visibilidade; quando a expansão da sociedade exige meios de comunicação mais vastos que não se reduzem aos meios escritos mas se alargam a instrumentos, dispositivos e actores de não menor efeito (...).
(...)

É óbvio que o alargamento da participação política directa das populações pelo exercício do direito de voto teve importância fundamental na ampliação constante, ao longo do século XIX, do “campo político” em Portugal. Mas este fenómeno capital não poderá ser compreendido em toda a sua extensão se não for considerada a influência de uma comunicação mais fluida, geral e regular, que ultrapassou os particularismos e contingências da comunicação directa, interpessoal. Apesar de todas as limitações, foram assim os jornais os meios que em Oitocentos estiveram em condições de melhor cumprir esta função. São eles, pois, um dos principais factores de abertura e dinamização do espaço público politizado não apenas pela comunicação que estabeleceram como pela sequente mobilização que provocam.”

No decorrer dos tempos, continuaram a publicar-se opúsculos onde a reflexão sobre jornalismo desceu, essencialmente, ao nível do ataque e defesa em relação ao que se escrevia nos periódicos. Esses textos, porém, não acrescentam nada de especialmente relevante ao conhecimento do jornalismo (por exemplo: Anónimo, 1836; Barreto, 1861; Beirão, 1942).

De qualquer modo, a teorização sobre liberdade de imprensa em Portugal, depois da intempestiva fase inicial do período 1820-1823, foi ul-

trapassando a crítica pessoal e panfletária para, gradualmente, ir assumindo contornos jurídicos e sociológicos. Teóricos como Ferrão (1850), Paiva (1850), Vieira (1850), Castelo Branco (1860), Carqueja (1893), Trindade Coelho (1897), Brochado (1960), Matos e Lemos (1964), Moura, Neves, Fernandes e Zenha (1968), Neves (1968), Azevedo (1969), Rego (1969; 1974), Borges Coutinho (1969), Araújo (1969), Carvalho e Cardoso (1971), Osório (1971), Vasconcelos (1972), Carvalho (1973) e Godinho, (1971 e 1974), Silva e Sousa (1974), Ventura (1974) teceram considerações jurídicas e de outra natureza sobre os regimes legais da imprensa em Portugal e noutros países, procuraram definir, justificar ou criticar a liberdade de imprensa e a censura, historiografaram os regimes legais a que a imprensa foi sujeita em Portugal e ainda tentaram discutir as imposições jurídicas e as implicações sociais das sucessivas leis que regularam o jornalismo português. Em certos casos, a intenção “pedagógica” e descritiva é notória (por exemplo, Gonçalves, 1936); noutros casos, é essencialmente a preocupação com as consequências da censura que transparece (por exemplo: França Borges, 1900; Silva, 1968), defendendo França Borges (1900) que a censura impedia o público de conhecer acontecimentos “gravíssimos”. Outra opção foi a de fazer críticas veladas ao regime censório sobre a imprensa através do teatro, como fez Eduardo Coelho, na peça *Opressão e Liberdade* (1871). Entre todos esses trabalhos, talvez seja de destacar o livro de Alberto Arons de Carvalho e de Monteiro Cardoso (1971), intitulado *Da Liberdade de Imprensa*, pois trata-se de uma ampla (630 páginas!) exposição comparada e objectiva de diversos regimes jurídicos do jornalismo no mundo (França, como exemplo das democracias políticas; regimes socialistas; regimes autoritários – Espanha, Grécia e Brasil; Portugal), acompanhada pela descrição dos sistemas políticos que os sustentam. No livro, os autores defendem “a defesa do direito dos povos a serem informados e a discutirem livremente” (Carvalho e Cardoso, 1971: 9).

Uma variante nos trabalhos sobre liberdade de imprensa é a compilação, anotada ou não, de legislação (Anónimo, 1889; Silva Pereira, 1901; Castro, 1859; Gonçalves, 1965; Prazeres, 1971; Prazeres, 1972).

É interessante notar que a produção intelectual sobre liberdade de imprensa foi mais intensa em períodos em que o país procurava encontrar um rumo (como no início da Regeneração e no início da República) ou estava em crise, havendo forte censura, como durante a fase final da Monarquia (1890 a 1910) e o estertor do Estado Novo (1958 a 1974).

Recorde-se, a propósito, que Salazar (*cit. in* Cunha, 1941b: 37) justificava assim a censura à imprensa:

“O jornal é o alimento espiritual do povo e deve ser fiscalizado como todos os alimentos. Compreendo que essa fiscalização irrite os jornalistas, porque não é feita por eles, porque se entrega esse policiamento à censura, que também pode ser apaixonada, por ser humana, que significará sempre, para quem escreve, opressão e despotismo.”

Alguns dos escritos sobre liberdade de imprensa que foram publicados em Portugal são cópias dos documentos jurídicos de defesa de jornalistas e jornais acusados de abuso de liberdade de imprensa ou de declarações (também jurídicas) de protesto contra a apreensão de jornais (Silva, 1852; Coelho, 1891; Aragão, 1911; D’Abreu, 1912; Magalhães, 1894; Boto Machado, 19__; Ferrão, 1946; etc.). Outros textos resultaram dos pareceres jurídicos sobre a punição dos crimes de liberdade de imprensa elaborados a pedido das próprias organizações de classe dos jornalistas (Associação dos Jornalistas de Lisboa, 1902 a; 1902 b) ou mesmo das intervenções sindicais nos debates sobre a legislação reguladora do jornalismo e da liberdade de imprensa (Sindicato Nacional dos Jornalistas, 1971 a; Sindicato Nacional dos Jornalistas, 1971 b), até porque, de certa forma, os jornalistas tendem a valorizar “intuitivamente” a liberdade de expressão, já que “exprimirem-se” é a sua principal ferramenta.

Encontram-se, também, intervenções e relatórios de deputados sobre questões relacionadas com a liberdade de imprensa (por exemplo: Cabral, 1850; Ribeiro, 1898) e até estudos académicos e compilações sobre as discussões parlamentares acerca da liberdade de imprensa (por exemplo: Dias, 1966).

De realçar que José Júlio Gonçalves (1972) cruzou a historiografia com o direito e a sociologia para analisar a forma como o desenvolvimento da imprensa portuguesa foi constrangido pelos diferentes instrumentos jurídicos de regulação da actividade jornalística, entre outros factores, pelo que, necessariamente, abordou as questões da censura e da liberdade de imprensa enquanto, respectivamente, travadora e promotora do desenvolvimento do jornalismo. Também do meio académico surgiu o livro de José Timóteo da Silva Bastos *História da Censura Intelectual em Portugal*, de 1926. Não se trata de uma obra sobre jornalismo, mas fala das entidades civis e religiosas que censuraram os jornais, situando-se a meio caminho entre a teorização sobre liberdade de expressão e a história.

2.1 Bento Carqueja (1893) sobre a liberdade de imprensa

Entre os autores referenciados, é útil analisar as obras de alguns para se perceber melhor o que, em várias épocas, se pensou em Portugal sobre liberdade de imprensa.

Bento Carqueja, professor e director do jornal *O Comércio do Porto*, num livro publicado em 1893, em plena época de crise monárquica e de endurecimento das medidas repressivas contra a imprensa, apresenta o direito à liberdade de imprensa como sendo um direito natural do homem, decorrente do direito à livre comunicação dos pensamentos e das opiniões, benéfico para a sociedade no seu conjunto, embora traga consigo idêntica dose de responsabilidade por parte de quem o exerce. Clama, aliás, que “a imprensa vive pela liberdade e para a liberdade” (Carqueja, 1893: 10).

Para o autor, é errado pensar que a manutenção do equilíbrio social pressupõe a repressão da liberdade de discussão e de crítica. “A ideia voa através de todos os obstáculos, vence todas as distâncias; é arrastada, como semente, de cérebro para cérebro”, diz Bento Carqueja (1893: 12), para se referir àquilo que a liberdade de imprensa significa: um direito acessível a todos porque o conhecimento deve ser acessível a todos. “Pretender cortar essa soberba corrente equivale a perverter as leis da Natureza”, acusa Carqueja (1893: 12), que inclusivamente vê as tentativas de cerceamento da liberdade de imprensa como inúteis, já que, mais tarde ou mais cedo, este direito acaba por triunfar. O autor enumera a censura, a prisão, a multa, entre outros métodos, como instrumentos descabidos “dos carrascos políticos” para fomentar “o empenho em asfixiar a opinião” e evitar a difusão da verdade (Carqueja, 1893: 14).

O autor reconhece, porém, que a liberdade de imprensa carece, igualmente, de deveres que a Lei deve definir, pois esta existe, defende, para prevenir e resolver problemas, devendo ser defensora dos direitos do Homem e protectora da liberdade. Dessa forma, defende o autor, será possível atingir um verdadeiro equilíbrio social. A nível de responsabilidades, o jornalismo é mesmo comparado a um sacerdócio por Carqueja, comparação que, de resto, é comum nos autores portugueses com experiência profissional de jornalismo.

O autor escreve, ainda: “Se um Governo merece o apoio do país, a liberdade de Imprensa consagrar-lhe-á esse apoio; se mantém o poder contrariamente à opinião pública, é verdadeiro usurpador e, nesse caso, o

bem publico exige que se substitua.” (Carqueja, 1893: 19)

No resto do livro, Carqueja defende a abolição de vários constrangimentos legais à liberdade de imprensa em Portugal, propõe medidas específicas para o reforço dessa liberdade em Portugal e para a punição dos seus abusos e compara o regime legal da imprensa do país com aquele que vigorava noutros países, com o objectivo de mostrar quanto o Governo português estava errado ao reprimir a liberdade de imprensa.

2.2 Mário Matos e Lemos (1964): a abordagem jurídico-filosófica

No ensaio *Liberdade de Imprensa em Portugal*, Mário Matos e Lemos (1964) começa por lembrar que a imprensa periódica “nasceu num meio político e social – e consequentemente jurídico – onde a liberdade de expressão não era possível”. Por isso, salienta o autor, a censura à imprensa aparece codificada desde o século XVI. A censura só foi abolida pela primeira vez no final do século XVII, em Inglaterra, lembra o autor, graças à Revolução de 1688, “que fez triunfar a ideia de que as instituições políticas e sociais – como Hobbes o sugerira – só se justificam na medida em que protegem os interesses e garantem os direitos individuais”. Mário Matos e Lemos (1964: 8) cita, igualmente, John Locke, filósofo político para quem “não há felicidade sem garantias políticas e toda a política deve tender a dar felicidade”. Assim, diz o autor, gradualmente os Estados liberais ocidentais foram admitindo a liberdade de expressão e de imprensa. Porém, estas liberdades foram suprimidas “de cada vez que a concepção de Estado não se fundava” nos princípios liberais, casos do comunismo, do fascismo e do nazismo.

Em directa oposição às ideias liberais, o direito marxista, salienta Matos e Lemos (1964: 9-11), não reconhece os valores inerentes à personalidade humana, vistos como “simples conceitos de classe” e “manifestações de privilégio da classe capitalista” de que o operariado não beneficia. Os teóricos comunistas, lembra o autor, procuram explicar que, na realidade, a imprensa nos países capitalistas é dominada pelo capital, pelo que o operariado não lhe tem acesso. Nesse sentido, para os teóricos comunistas não existiria real liberdade de imprensa nas democracias liberais. Similarmente, nos estados comunistas não existiria liberdade de imprensa para os “capitalistas derrotados pela revolução”.

Para Matos e Lemos (1964: 11-13), o direito fascista nega, igualmen-

te, aos indivíduos a prossecução dos seus interesses particulares, pois o indivíduo, diluído no Estado, não seria mais do que o meio e não o fim da sociedade. Na concepção fascista, só o Estado é livre e é a ele que compete criar a nação, dando ao povo consciência e vontade unas. A liberdade individual e, consequentemente, a liberdade de imprensa têm, assim, pouco valor para o Estado fascista, totalitário. A imprensa no estado fascista é vista como um “serviço público”, devendo, portanto, nas próprias palavras de Mussolini, servir a causa do regime.

Finalmente, explica Matos e Lemos (1964: 13-15), na concepção nacional-socialista, o Governo e o seu líder emanam da comunidade, fundada no conceito de raça. O indivíduo é somente um membro da comunidade, submetido à ordem estabelecida pelo seu chefe (o fúher). Assim, o nazismo também nega os direitos individuais, incluindo o direito à livre expressão e, consequentemente, o direito à liberdade de imprensa.

A conclusão de Mário Matos e Lemos (1964: 15) é a de que em todos os estados totalitários, comunistas, fascistas ou nazis, a imprensa foi ou é considerada como *serviço público*, estando ao serviço de causas ou interesses supostamente colectivos, posição antiliberal e anti-individualista. Inversamente, para o autor, que evoca o teórico brasileiro Afonso Arinos de Melo Franco, a imprensa nas democracias liberais não é “serviço público, precisamente porque constitui o veículo das liberdades individuais que constituem a própria condição da existência da democracia”.

A derrota do nazismo e do fascismo na II Guerra Mundial teria propiciado, segundo Matos e Lemos (1964: 22-23), uma reformulação das doutrinas sobre a imprensa, que se teriam consubstanciado em três tipos:

- 1) Liberal tradicional, em crise;
- 2) Autoritárias, comunistas ou não comunistas, que consideram os meios de informação como um serviço público, com dimensões educativas e orientadoras, situação que a imprensa portuguesa vivia em 1964, apesar de o autor apenas se referir a Espanha, onde se estabeleceu o regime franquista;
- 3) Institucionalistas, que vêem a liberdade de imprensa não como uma liberdade individual mas somente como uma liberdade institucional, ou seja, “uma liberdade concedida com vista ao cumprimento de uma função social” e cujo exercício deve ter presentes os direitos de tercei-

ros. O princípio orientador desta concepção é o da *responsabilidade social* da imprensa.

Mário Matos e Lemos descreve, igualmente, a evolução das doutrinas jurídicas portuguesas sobre o princípio da liberdade de imprensa desde a lei liberal de 1821 e do articulado da Constituição de 1822, detendo-se, em particular, na conjuntura gerada pela Constituição instituidora do Estado Novo, de 1933, que vigorou até 1974, pesem embora as revisões de 1952 e 1959.

Para o autor, que cita Marcelo Caetano, a Constituição do Estado Novo tinha distintas influências doutrinárias, pelo que, embora enunciando os direitos liberais, remetia o seu exercício para regulamentação específica em lei ordinária, o que implicava o constrangimento desses mesmos direitos, incluindo os direitos à liberdade de expressão e de imprensa. Mário Matos e Lemos (1964: 21) identifica mesmo a doutrina constitucional do Estado Novo sobre a imprensa com os regimes próprios dos estados totalitários, pois quer em Portugal quer nesses estados era cometida à imprensa “uma função de carácter público”. Conforme se explicitava no próprio preâmbulo da Constituição do Estado Novo e nos seus artigos 22º e 23º, em Portugal essa função era a de “defender a opinião pública de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem comum”. Assim, o Estado Novo admitia a censura, apesar de todas as mudanças que o mundo então sofria (aumento do turismo, emigração, impossibilidade de controlo real sobre as emissões de rádio do estrangeiro, incremento da alfabetização...), e das discussões que se travavam sobre a liberdade de imprensa, conforme vinca o autor. Aliás, para criticar indirectamente o imobilismo português do Estado Novo face à questão da liberdade de imprensa, Mário Matos e Lemos (1964: 24) cita o espanhol Juan Beneyto, para quem a possibilidade de abuso de liberdade de imprensa não deve tolher à partida o exercício dessa liberdade, antes devendo ser instituídos mecanismos legais que punam o abuso. A sua conclusão é explícita: “a censura prévia está completamente ultrapassada” (Matos e Lemos, 1964: 26), tendo, inclusivamente, efeitos contraproducentes para o próprio regime, já que a população, conhecedora da situação, desconfia da comunicação social e a informação se pode (con)fundir com a propaganda. Para o autor, impunha-se que Portugal, para acompanhar o progresso social do mundo e mesmo o seu, abandonasse a concepção autoritária da imprensa, própria dos regimes totalitários antili-

berais, e adoptasse a doutrina da responsabilidade social, própria das democracias ocidentais contemporâneas. Ironicamente, o autor acrescenta: “se se quiser manter o actual sistema, monte-se então uma infra-estrutura que o faça funcionar efectivamente, como funciona, por exemplo, o sistema soviético”.

O último ponto do texto de Mário Matos e Lemos (1964: 30-32) é consagrado à defesa do ensino superior do jornalismo em Portugal, sem o qual seria “pouco menos que inútil introduzir reformas na legislação”.

3. Da teorização sobre liberdade de imprensa à teorização sobre opinião pública

A reflexão sobre os efeitos sociais do jornalismo, em grande medida articulada com a discussão académica, política e ideológica sobre liberdade de imprensa, conduziu à teorização sobre opinião pública, como o fizeram autores como Coelho (1871), Carvalho (1940), Caetano (1965) e Barbosa (1968), este último especificamente sobre a interacção entre a Igreja e a opinião pública por ocasião do Concílio Vaticano II. Entre eles merece particular destaque o trabalho académico do jurista e professor Marcelo Caetano, que três anos depois da publicação do livro se tornaria presidente do Conselho de Ministros, vindo a ser derrubado pelo golpe de Estado de 25 de Abril de 1974.

3.1 A visão de Marcelo Caetano (1965) sobre a opinião pública

Em *A Opinião Pública no Estado Moderno*, Marcelo Caetano defende que a opinião pública desempenha, desde o século XIX, uma função capital na política. Procurando defini-la, Marcelo Caetano recorda um político do século XIX que afirmava, caricaturalmente, que a opinião pública era a “opinião que se publica”, somente para avançar com a sua própria definição: “a opinião pública é constituída pelos juízos compartilhados por grande número dos componentes de dado grupo social, de tal modo que um indivíduo ao exprimir algum desses juízos perante os seus concidadãos tenha considerável probabilidade de o não ver repellido, mas sim de encontrar um ambiente de receptividade e aprovação. Trata-se de uma *opinião*, isto é, de um juízo individual; mas que é *pública* e, portan-

to, circula entre indivíduos num dado meio social de modo a tornar-se comum e até colectiva” (Caetano, 1965: 12). Além disso, Caetano admite que a opinião pública deve ser considerada em relação a um grupo social e que podem coexistir várias correntes de opinião, pelo que “o indivíduo (...) passando de grupo em grupo, encontrará aqui receptividade para certo juízo que acolá vê repellido” (Caetano, 1965: 13). Algumas opiniões circunscrevem-se ao indivíduo e não chegam ao estatuto de “públicas”, diz o autor, mas outras obtêm a adesão de grupos sociais amplos podendo constituir-se como correntes de opinião dominantes.

As correntes de opinião pública, reflecte também Marcelo Caetano, incidem sobre os mais variados temas e não são imutáveis, formando-se em três níveis: *as profundas, as intermédias e as superficiais*.

Diz o autor que as *correntes profundas* formam-se essencialmente através da educação, “que constitui o veículo transmissor da experiência das gerações passadas às gerações presentes” (Caetano, 1965: 19). A transição de experiências de geração em geração torna os novos indivíduos beneficiários de todo o saber acumulado. Mas mesmo as correntes profundas evoluem, explica Marcelo Caetano, exemplificando com as novas opiniões que, graças ao ensino dos avanços nas ciências, nas tecnologias e humanidades, circulavam entre os jovens e as mulheres dos anos Sessenta, bastante diferentes das opiniões profundas dos seus progenitores.

As correntes de opinião *intermédias* formam-se, de acordo com Marcelo Caetano, na experiência vivida pelos grupos sociais actuais. Assim, muito do que vem do exterior do indivíduo – imprensa, propaganda, arte... – contribui para a modelação dessas correntes de opinião, que retroactivamente alimentam esses mesmos discursos. Aliás, na versão de Marcelo Caetano pode mesmo acontecer que determinados indivíduos adiram a determinadas correntes de opinião intermédias não por força das suas próprias experiências, mas unicamente por força das experiências alheias que são relatadas e disponibilizadas publicamente. No entanto, Caetano afirma que a doutrinação de “ideias puras”, filosóficas, só alcança êxito quando a filosofia se converte numa ideologia atida a interesses e à realidade concreta: “A opinião pública forma-se em parte limitadíssima por elementos racionais e depende sobretudo de reacções de interesses, de sentimentos, de emoções e até de instintos. A propaganda de uma doutrina nos meios populares faz-se por isso através da exploração de situações concretas às quais se ajusta um breve comentário tendencioso para mostrar a iniquidade de um sistema ou a bondade de um

princípio. A ilusão de que se converte o povo mediante o ensino sistemático de proposições teóricas já não cabe na cabeça de nenhum técnico de propaganda. A própria pregação religiosa é tanto mais fecunda quando cingida ao concreto” (Caetano, 1965: 24-25). Por essa razão, diagnostica Caetano, os jornais estritamente políticos quase se desvaneceram, em favor dos órgãos de informação geral, onde a doutrinação se faz em correlação com as notícias sobre a realidade concreta. De qualquer maneira, o autor admite que a existência de grupos de opinião estáveis “contribui poderosamente para a estabilidade das correntes intermédias de opinião pública” (Caetano, 1965: 27).

Por último, o autor descreve as *correntes superficiais de opinião*, imediatas e reactivas, que dependem, essencialmente, das notícias e comentários que, por acumulação, vão deixando lastro nas correntes intermédias. Assim, Caetano (1965: 29) admite que “Em teoria, o processo ideal de formação da opinião pública consistiria em proporcionar a todos os indivíduos a mais ampla e circunstanciada documentação acerca dos factos e das ideias do seu tempo. Todo o cidadão deveria, pois, ter livre acesso à informação”. Porém, ainda de acordo com ele, a maior parte das pessoas não tem tempo para consumir mais do que alguma informação superficial, como acontece quando alguém folheia o jornal e se fica pela leitura dos títulos e de apenas uma ou outra notícia, mesmo assim nem sempre na totalidade. “Compreende-se, pois, o papel que a imprensa pode ter na formação das correntes superficiais e intermédias da opinião pública, não só através dos artigos e comentários que publica mas mediante a inserção, a disposição e a valorização do próprio noticiário” (Caetano, 1965: 30), sentencia o autor.

A pretensa objectividade jornalística merece o seguinte reparo de Marcelo Caetano (1965: 31): “Repare-se que, apesar da objectividade constituir o lema das agências de informação, dificilmente estas poderão escapar à influência das nações a que pertencem, dos capitais que as apoiam e dos redactores que as servem. Os países que não são produtores desta *mercadoria* – a notícia (...) – são forçados a receber os serviços de agências internacionais (...) com toda a carga de interesses que cada uma representa. A própria língua nacional fica (...) comprometida (...). Nunca como hoje tantos estrangeirismos se insinuaram por essa via no vocabulário e na sintaxe”. Portanto, segundo Caetano, as influências sobre a produção de notícias, bem como a selecção e valorização de umas em relação a outras, retroactivamente afectam a formação de correntes de

opinião: “Graças ao relevo dado a certo noticiário, a imprensa de informação pode provocar ondas de emoção ou despertar reacções de interesse que agitem momentânea, mas por vezes violentamente, a opinião” (Caetano, 1965: 31). Por isso, Marcelo Caetano exige honestidade aos responsáveis pela produção e apresentação das notícias, por exemplo, a jornalistas e paginadores, até porque, prossegue, por vezes as notícias se fundam em boatos e rumores que envenenam “situações, atitudes e reputações” (Caetano, 1965: 33), algo que os desmentidos não conseguem combater eficazmente.

Há que dizer, ainda, que em consonância com Marcelo Caetano existem relações ascendentes e descendentes entre os três níveis de correntes de opinião. A adesão a correntes de opinião intermédias, por exemplo, pode resultar das convicções profundas de um indivíduo, tal como o impacto diário dos acontecimentos pode “solidificar ou modificar os comportamentos ao nível intermédio e (...) a *longo prazo* as próprias atitudes ligadas às correntes profundas” (Caetano, 1965: 36).

Marcelo Caetano distingue a formação da opinião da expressão da opinião, salientando que algumas correntes opinativas têm origem obscura e se desenvolvem na clandestinidade, às vezes por culpa da invisibilidade mediática, da inacessibilidade aos *media*, dos indivíduos que partilham desses pontos de vista, confrontados com grupos dominantes que monopolizam o espaço nos meios de comunicação. Por isso, só alguns conseguem interpretar os sinais da existência dessas correntes obscuras e oprimidas de opinião, graças a manifestações ocasionais, dispersas e espontâneas das mesmas. Os principais métodos de apuramento sistemático das opiniões são, contudo, revela o autor, os inquéritos por sondagem e os sufrágios, “quando exercidos por eleitores conscientes em condições de autenticidade” (Caetano, 1965: 42).

É possível, ainda, de acordo com o autor, que determinadas correntes de opinião se solidifiquem e expandam graças ao papel da imprensa, que vai dando sucessivamente mais voz a quem com elas se identifica, numa espécie de “reacção em cadeia” (Caetano, 1965: 37). É o que acontece, por exemplo, com determinadas cartas de leitores, que podem suscitar o desenvolvimento de correntes de opinião, isto apesar de Marcelo Caetano reconhecer que, em grande medida, os comentadores regulares monopolizam o espaço opinativo dos jornais, sendo dado pouco relevo às contribuições espontâneas dos cidadãos. Outras vezes, a manifestação pública da opinião pública resulta de um estímulo, como um acontecimento que

gere comentários e controvérsia. Outras vezes ainda, minorias activas, ao promoverem sistematicamente as suas opiniões, também causam um efeito “bola de neve” ou até geram a incorporação insinuante dessas opiniões nas correntes maioritárias. Em todo o caso, como adverte Caetano: “O debate (...) só é (...) útil quando traduz o respeito recíproco (...) e decorre em ambiente de cortesia, tolerância e objectividade, raramente conseguido na vida pública. Por via da regra, (...) a controvérsia resvala para a polémica e esta degenera em questão pessoal” (Caetano, 1965: 40).

Segundo Caetano, o Estado moderno tem de agir não apenas como disciplinador da vida social e dador de segurança, mas também como empresário ou fiscal, entre outras funções. O autor afirma que “o Estado se tornou uma máquina tremendamente complexa e, por isso mesmo, cada vez mais pesada de conduzir e difícil de mover” (Caetano, 1965: 46). Uma das causas para isso, segundo Marcelo Caetano, é a opinião pública. Esta “aprova e condena actos e medidas” (Caetano, 1965: 49). Assim, Caetano explica que, num estado moderno, a opinião pública pode, em consequência, ter três funções: função *motora*, função *refreadora* e função *sancionadora*. Além disso, para o autor, a opinião também pode incidir sobre a legitimidade dos governantes e sobre a vigência das concepções da sociedade que eles defendem em vez de outras. O autor dá também exemplos de situações em que os governos, não podendo vencer, se juntam à opinião pública. O diálogo entre os governos e a opinião pública, de acordo com Marcelo Caetano, leva a que haja uma maior intervenção dos cidadãos sobre o Estado, de maneira passiva, quando é pedido esclarecimento, ou de maneira activa, quando envolve representação política.

Marcelo Caetano afirma que é essencialmente através da imprensa, rádio e televisão que, nos estados modernos, os governantes chegam ao público, até porque “não podem dispensar-se de dar contas do que pensam, projectam ou fazem” (Caetano, 1965: 55). Continua o autor, consciente do poder dos *media*:

“A cena parlamentar, inventada no tempo em que o convívio social decorria em conversas de salão, foi suplantada (...). Os governos acham-se constantemente em contacto com o público, sem necessidade de intermediários. Exposições ou entrevistas na televisão, discursos radiodifundidos, (...) difusão em larga escala de documentos impressos e até essa forma de facilitação da entrevista (...) que é o telefone (...) permitiram

aos que governam estar sempre presentes perante os governados e ao alcance destes como nunca. As conferências de imprensa (...) são meios de informação de excepcional amplitude (...). E tudo é televisionado, radio-difundido e publicado (...) de modo a permitir (...) o conhecimento dos projectos e reacções governamentais.” (Caetano, 1965: 55).

O autor relembra, no entanto, que apesar da proximidade entre políticos e meios de comunicação é imprescindível haver representantes eleitos por sufrágio, capazes de diluir e regular a influência dos *media* sobre as correntes de opinião. É necessário, diz ainda Caetano, a propósito, discernir a “autêntica” opinião pública de “meros manifestos”, até porque, segundo o raciocínio do autor, a opinião pública “facilmente se torna presa de aventureiros e charlatães”, pois “Se os indivíduos não estão habituados a examinar, discutir e julgar para escolher, qualquer ilusão os seduz” (Caetano, 1965: 63), diz ele, denunciando a sua crença na vulnerabilidade opinativa dos indivíduos em geral. Por isso, para Caetano os políticos não podem alicerçar as suas acções nas correntes de opinião superficiais nem sequer nas médias: “A estatura do governante mede-se mesmo, em muitos casos, pela coragem demonstrada em arrostar com a impopularidade até que os acontecimentos mostrem a razão que lhe assistia. (...) O Estado moderno não pode desprezar a opinião pública, mas também lhe é impossível deixar-se governar por ela.” (Caetano, 1965: 66) Sustenta, aliás, a sua posição socorrendo-se do economista austríaco Schumpeter, que insistia no predomínio de factores irracionais na formação da opinião pública e considerava que os eleitores médios revelavam “falta do sentido das realidades, enfraquecimento da noção de responsabilidade e ausência de espírito volitivo”. Relembra, igualmente, Walter Lippman, que, de acordo com Marcelo Caetano, mostrou quanto “uma pequena minoria actuante, usando de processos publicitários e empregando atrevidas ousadias, pode, no meio da passividade geral, dar a ilusão de que se está perante uma corrente poderosa de opinião, onde não há mais que paixão ideológica, ambições audaciosas, interesses cúpidos ou então despeitos reivindicativos ou explosões de recalques.” (Caetano, 1965: 66)

Marcelo Caetano discorre ainda, no seu livro, sobre a aproximação entre países trazida pelos modernos meios de comunicação. Porém, de um ponto de vista crítico, assinala: “No meio de tamanha abundância de informação, é natural que o leitor se perca e que as suas ideias acerca do que não conhece directamente tomem um carácter fragmentário e difu-

so.” (Caetano, 1965: 74) A solução para esse problema seria dispensar informação contextual através de crónicas e artigos analíticos e impedir a proliferação de “reportagens-relâmpago, feitas por jornalistas apressados, sem preparação nem reflexão.” (Caetano, 1965: 76)

Finalmente, o autor discorre sobre “Responsabilidades da Informação”. Começa por relembrar que o jornalismo não é apenas técnica, já que influi sobre a moral, a sociedade e a política. Assim sendo, questiona-se sobre a imensa responsabilidade que é decidir dentre as notícias potenciais quais se tornarão efectivamente notícias. Questiona-se, igualmente, sobre a capacidade dos leitores, maioritariamente impreparados, formarem “um juízo válido sobre os acontecimentos” (Caetano, 1965: 81), sobretudo os que ocorrem em países diferentes dos seus, e tecerem sobre os mesmos opiniões fundadas, devido ao carácter fragmentário e veloz com que a informação lhes chega e à super-abundância informativa.

3.2 António Barbosa (1968) sobre a opinião pública

Por seu turno, Barbosa (1968), no livro *Relações Entre o Concílio Vaticano II e a Opinião Pública do Seu Tempo*, embora pretendesse, essencialmente, descrever o impacto do Concílio do Vaticano II na opinião pública, na primeira parte do seu trabalho faz uma útil revisão sobre vários conceitos de opinião pública, sustentando que a mesma parte de juízos individuais que se tornam públicos, circulando entre indivíduos num dado meio social, de modo a tornarem-se comuns e até colectivos. Porém, o autor salienta que os juízos de opinião podem não ser certos, embora o homem seja obrigado a opinar sempre que não tem um conhecimento perfeito da realidade. Para ele, a opinião é também um acto de vontade e de orientação para a acção, necessitando de liberdade, “não apenas no sentido de uma liberdade jurídica, mas no sentido de uma *liberdade* concreta e prática” (Barbosa, 1968: 3).

Barbosa (1968) sustenta que na opinião pública se distinguem dois estados: estado *latente* e estado de *lucidez*. Além disso, para ele a intensidade das correntes de opinião pode ser medida, existindo opiniões pacíficas e tranquilas, que agitam levemente a vida social, e opiniões turbulentas, que alteram o ritmo de vida de uma nação. “Uma opinião pública nunca é um ponto imóvel e fixo, mas sim dinâmico que tende a desenvolver-se

vitalmente”, explicita Barbosa (1968: 5).

Para Barbosa (1968: 6), a opinião pública não é monolítica, embora seja estruturada, pois produz-se em contextos sociais e culturais definidos, em várias etapas:

“A opinião pública pode ter origem num acontecimento central ou numa série de pequenos factos simultâneos ou sucessivos (...). Esse acontecimento gerador da opinião pública precisa, para vingar, de um clima social propício. (...) O conteúdo ou mensagem desse acontecimento deve harmonizar-se. (...) A mensagem contida no acontecimento produtor da opinião pública deve ir ao encontro das necessidades confessadas ou inconfessadas de um grande número de indivíduos. (...) A transcendência do acontecimento conhecido num âmbito restrito numa primeira fase é posteriormente amplificada pelos *mass media*. (...) Por último, esse acontecimento deve encontrar um eco reforçado na intervenção directa dos indivíduos que constituem o todo social.”

A parte final do livro de Barbosa é dedicada exclusivamente à forma como a Igreja Católica se apresentou ao mundo, através da comunicação social, durante o Concílio Vaticano II, concluindo o autor que a acção comunicacional da hierarquia católica nesse sínodo supriu a falta de informação dos *media* sobre a vida da Igreja e tornou-a presente na opinião pública.

4. A história do jornalismo

O interesse de autores portugueses pela história do jornalismo, em particular pela história da imprensa, data do século XIX. O primeiro indício que se pode recolher sobre esse interesse, tanto quanto se pôde apurar, data de 1857. Trata-se de um pequeno livro, intitulado *Ensaio Sobre a História da Imprensa*, escrito por Tito de Noronha, sobre a introdução e evolução da tipografia em Portugal. Nele, colateralmente, são apresentados dados sobre as primeiras relações¹⁷ e folhas noticiosas bem como sobre os primeiros jornais portugueses (onde foram impressos, quem os

¹⁷ Por exemplo, fala da relação Naufrágio e Lastimoso Sucesso da Perdição de Manuel de Sousa de Sepúlveda, por Jerónimo Corte-Real, impressa em Lisboa, em 1594, por Simão Lopes. Esta indicação, por exemplo, contradiz informações posteriores.

imprimiu, etc.). José António Ismael Gracias (1880) desenvolveu o mesmo tipo de pesquisa, mas circunscrevendo-a à Índia Portuguesa, concretamente a Goa. Já o trabalho Morais (1941) limita-se a biografar Lourenço de Anvers, impressor do primeiro e outros números da *Gazeta* “da Restauração”.

A partir das duas últimas décadas do século XIX que se tornou constante o interesse pela história do jornalismo em Portugal. Eduardo Coelho (1881) evocou o nascimento e desenvolvimento do jornalismo em Portugal numa comunicação apresentada ao Congresso Literário Internacional de Lisboa, tendo feito o mesmo em 1898 (Coelho, 1898), por ocasião da celebração, também na capital do país, do V Congresso Internacional da Imprensa, evento em que foi acompanhado, no tratamento do mesmo tema, por Alfredo da Cunha (1898), que 43 anos mais tarde publicaria uma importante história do jornalismo português até 1821 (Cunha, 1941a), na qual autores posteriores recolheram abundantes dados.

A partir do final do século XIX, há várias orientações no tratamento da história do jornalismo. Alguns autores publicam obras sobre a história do jornalismo português em geral (por exemplo: Pereira, 1895; Pereira, 1897; Bessa, 1904; Cunha, 1930; Cunha, 1939; Cunha, 1941a; Cunha, 1941 c; Cunha, 1942; Martins, 1942; Salgado, 1945; Tengarrinha, 1965); outros debruçam-se sobre a imprensa e o jornalismo nas colónias ou em regiões e cidades do país (por exemplo: Aranha, 1885; Cunha, 1893; Silva Leal, 1898; Aragão, 1900; Fernandes, 19__ ; Freitas, 1908; Marta, 1921; Grave, 1929; Carvalho, 1931; Galvão, 1937; Branco, 1938; Basto, 1940; Monte, 1955; Jesus, 1955; Gama, 1956; Lapa, 1956; Dias e Eça, 1957; Oliveira, 1958; Nunes, 1962; Costa, 1963; Teixeira, 1965; Gonçalves, 1964, 1965b, 1966 e 1966/1967; Oliveira, 1969; Codam, 1973); outros ainda restringem-se à história do jornalismo especializado, nomeadamente nas áreas da medicina (por exemplo: Pina, 1945; Silva, 1974), do cinema (Costa, 1954) e da imprensa operária (Oliveira, 1973). Este último trabalho (*Imprensa Operária no Portugal Oitocentista: 1825 – 1905*, de César Oliveira) é particularmente interessante porque aborda temas sensíveis, como a imprensa socialista e anarquista e o respectivo discurso, numa época em que o regime ditatorial e corporativista censurava tudo o que pudesse soar a subversão.

Acham-se, igualmente, obras sobre a história de determinados jornais (por exemplo: Cunha, 1914; Carqueja, 1924; Carqueja, 1934; Freire, 1939; Teixeira, 1940; Morais, 1941; Cerqueira, 1952; Maciel, 1958,

Pacheco, 1964; Baptista, 1966), com especial destaque para o *Diário de Notícias* e *O Comércio do Porto*. A obra de Jacinto Baptista (1966) é singularmente interessante por se tratar de uma profunda análise do discurso do número do jornal republicano *O Mundo* de 5 de Outubro de 1910, data em que a República foi proclamada em Portugal. Aliás, é uma das primeiras análises do discurso encontradas em Portugal, tendo sido mesmo ponderada a criação de uma categoria de classificação específica para esse livro.

Descobriram-se, ainda, catálogos que descrevem jornais, como o de João Pereira da Silva (1892) e o de José Luciano Castro (1897), preciosos auxiliares para o estabelecimento de uma história do jornalismo em Portugal, e até um livro sobre a história da imprensa brasileira (Bessa, 1929).

A história das organizações jornalísticas e das personagens que nelas intervieram não foi esquecida pelos autores portugueses, sendo abordada por Luís Gomes (1925), Alfredo da Cunha (1941b) e por Boavida Portugal (1959), neste último caso restrita à Casa da Imprensa.

4.1 O caso de Augusto Xavier da Silva Pereira no final do século XIX

A. Xavier da Silva Pereira é talvez o primeiro caso particular de historiadores do jornalismo. Embora cheios de incorrecções, os seus catálogos sistemáticos e hemerográficos dos jornais portugueses (Pereira, 1895; Pereira, 1897) representam o resultado de um esforço pessoal hercúleo, nunca feito até então, de inventariação de todos os jornais publicados em Portugal até à data, com indicações preciosas sobre os fundadores, anos de publicação, etc.

Os dois livros publicados foram extraídos da obra maior manuscrita, nunca impressa (pesem embora os esforços do autor), *Dicionário Jornalístico Português*, conservada na biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa.

O *Dicionário* de Xavier da Silva Pereira é o mais relevante levantamento de periódicos portugueses realizado até ao final do século XIX. É constituído por 13 volumes e identifica cerca de seis mil periódicos portugueses publicados ou em circulação até ao final do reinado de D. Luís I, em 1889, englobando os publicados no estrangeiro, nos territórios ultramarinos e no Brasil até à independência. Inclui, igualmente, uma história

cronológica da legislação da imprensa portuguesa até 1898.

O autor identifica sete épocas na história do jornalismo português, inserindo os jornais nas suas respectivas épocas: Infância do Jornalismo Português (1625 a 1750); Época Pombalina (1750 a 1807); Dominação Estrangeira (1807 a 1820); Lutas entre Absolutistas e Constitucionais (1820 a 1833); Lutas entre Cartistas e Setembristas (1833 a 1851); Regeneração (1851 a 1861); e Reinado de D. Luís I (1861 a 1889).

Os dados avançados por Silva Pereira para cada jornal, embora com bastantes imprecisões e erros, dizem respeito ao título, índole, datas de fundação e término de publicação, fundadores, proprietários, directores, redactores, administradores, localidade e tipografia onde se imprimiu, formato, mudanças de título e formato, etc. Em alguns casos, o autor reporta o papel dos jornais referenciados, na política, artes e letras, ciências, economia, etc. São, assim, um importante apoio para os estudos históricos.

4.2 A prolixidade de Alfredo da Cunha

Alfredo da Cunha começou a interessar-se pela história do jornalismo no final do século XIX, quando apresentou no V Congresso Internacional da Imprensa, realizado em Lisboa, em 1898, uma comunicação sobre a origem e desenvolvimento do jornalismo nacional, tema que não mais abandonará (Cunha, 1930; Cunha, 1941a; Cunha, 1941c; Cunha, 1942). Em especial, o autor debruçou-se, nessas obras, sobre o aparecimento do *periodismo* português e batalhou para que se considerasse a *Gazeta* “da Restauração”(1641 – 1647) o primeiro jornal português, em detrimento das *Relações* de Manuel Severim de Faria, o que fez, inclusivamente, adiar para 1941 as comemorações do tricentenário da imprensa jornalística portuguesa, que alguns queriam realizar em 1926 (tricentenário da primeira *Relação* de Manuel Severim de Faria).

Alfredo da Cunha escreveu também uma excelente história do *Diário de Notícias* (1914) e ainda um importante texto sobre a história das organizações jornalísticas em Portugal, o primeiro devotado a esse tema (Cunha 1941b), no qual relembra a conturbada história das associações e sindicatos jornalísticos desde 1880 até 1941 e discute as divisões no seio da classe (elites literatas vs. “proletários”, incluindo nestes últimos os que queriam aglutinar todos os trabalhadores da imprensa sob um úni-

co telhado) e as indefinições sobre os conceitos de jornalismo (ramo da literatura, profissão liberal...) e de jornalista (“escritor de jornal”, profissional...). Recorda ainda, nesse mesmo texto as tentativas nunca concretizadas de fundação de uma Ordem dos Jornalistas em Portugal.

Apesar de todos os outros, o livro principal de Alfredo da Cunha é *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa 1641 – 1821*, editado em 1941. Com esta obra, Alfredo da Cunha pretendeu dar a conhecer o trajecto da imprensa periódica portuguesa nos séculos XVII, XVIII e XIX (essencialmente até à Revolução Liberal e período subsequente). Trata-se de um livro clássico e minucioso sobre a história do jornalismo em Portugal, no qual foram beber obras posteriores.

Ao contrário de autores anteriores, designadamente de Bessa (1904), Alfredo da Cunha opta por não se pronunciar sobre os fenómenos pré-jornalísticos, preferindo considerar que o verdadeiro jornalismo apareceu em Portugal com a *Gazeta* “da Restauração”, em 1641, apesar de também se referir às *Relações* de Manuel Severim de Faria e a dispositivos jornalísticos anteriores, recordando, por exemplo, a *Miscelânea* de Garcia de Resende.

O autor começa por contextualizar o jornalismo português, equacionando-o em função do grau de liberdade de imprensa de que beneficiou em cada época. Relembra desde logo que uma lei implementada por D. João IV proibiu, em 1642 (poucos meses após o início da publicação da *Gazeta* “da Restauração”), a circulação de gazetas, o que impediu, na versão do autor, um começo salutar da imprensa periódica portuguesa, constituindo este juízo uma crítica indirecta à censura exercida pelo regime ditatorial de Salazar. Aliás, Alfredo da Cunha (1941a: 8) faz uma observação curiosa quando se refere às contradições do uso da expressão “liberdade de imprensa”, afirmando que “o (...) intuito [do uso dessa expressão] não tem sido outro senão restringir ou refrear aquela liberdade”.

Para Alfredo da Cunha (1941a: 4), o jornalismo tornou-se um “género de primeira necessidade” de enorme impacto social. O autor relembra, a propósito, que devido ao impacto social do jornalismo se foram inserindo novos vocábulos na língua, correspondentes a outros tantos novos conceitos, por exemplo: jornalismo e jornalista; repórter; periodismo; periodístico, periodista e periodiqueiro; folhetinista e foliculário; diarista e gazeteiro; jornal, revista; artigo, reportagem, entrevista, crónica, etc.

O autor explica que a invenção da tipografia gutemberguiana promoveu o conhecimento e foi também o invento por trás da aparição dos

jornais, que se propõem satisfazer, com relativa frequência e a intervalos regulares, a curiosidade pública, proporcionando-lhe o conhecimento de “histórias presentes” e “casos que aconteceram”. (Cunha, 1941a: 35)

O autor lembra que a génese da imprensa periódica em Portugal ocorreu com a publicação da *Gazeta* “da Restauração” e do *Mercúrio Português*. Estes foram, na designação de Alfredo da Cunha, os “patriarcas do jornalismo português”, que não teve, no século XVII, outros representantes dignos de recordação. De acordo com Cunha (1941 a: 42), à *Gazeta* pode atribuir-se o título de primeiro periódico de notícias que se publicou em Portugal e ao *Mercúrio* o título de primeiro periódico político, de redacção literariamente cuidada. De qualquer maneira, fazendo o balanço do século XVII jornalístico português, Alfredo da Cunha (1941 a: 65) é cáustico: “do mesmo modo que a dois livros se não chama biblioteca, nem a dois quadros compete a classificação de museu, as duas folhas seiscentistas não podiam representar o jornalismo como força social, ou sequer deixar entrever o predomínio que ele viria a ter na vida dos povos modernos”. Portanto, para o autor não se pode considerar um grande feito terem existido dois periódicos no século XVII, uma vez que não tinham contribuído para a edificação do jornalismo como instituição nem determinaram a aparição de jornalistas profissionais.

O Século XVIII é considerado por Alfredo da Cunha como um período amorfo no que diz respeito à evolução da imprensa periódica portuguesa. Ele recorda que apesar de alguns periódicos, noticiosos (com especial destaque para a *Gazeta de Lisboa*, a que dedica muitas páginas) ou literários, enciclopédicos e de ideias, terem sido publicados em Portugal nesses cem anos, o jornalismo teve de enfrentar forte censura, inclusivamente do marquês de Pombal, apesar deste desconsiderar a imprensa, quer a “insípida” imprensa noticiosa quer a de ideias, nem sequer vendo nelas bons agentes de propaganda (Cunha, 1941a: 103). O autor explica, igualmente, que dos periódicos publicados no século XVIII, nenhum era de carácter político, de combate partidário; nenhum pretendia representar a “opinião pública”, uma vez que, de acordo com Alfredo da Cunha, a opinião dominante, que abafava ou sufocava todas as tímidas opiniões divergentes, “era a de quem governava”. “Não havia lugar a controvérsias ou comentários sobre a matéria de administração e não havia partidos políticos que se digladiassem pela obtenção do poder, porque este concentrava-se no Rei, segundo as doutrinas que prevaleciam no país”. (Cunha, 1941a: 114)

Alfredo da Cunha (1941a: 121), antes de começar a descrever a imprensa periódica portuguesa no século XIX, cita Henry Maret, segundo o qual “escrever a história do jornalismo no século XIX seria escrever a história do próprio século”. Este foi, de facto, em conformidade com Alfredo da Cunha, o século onde se denominou, pela primeira vez, o jornalismo como o “quarto poder”, uma vez que era a força que desfazia as outras três forças. Jules Claretie (*cit. in* Cunha, 1941a: 121) chamou a esse século, o século “dos jornalistas”, já que estes teriam conseguido, na versão de Cunha, que o público aderisse às suas ideias.

Em Portugal, diz Alfredo da Cunha, só apareceram periódicos de combate político no primeiro quartel do século XIX, devido quer às invasões napoleónicas quer ao influxo das ideias revolucionárias e liberais, em luta com as dos absolutistas.

“Fundavam-se umas folhas para defenderem outras para atacarem a separação do Brasil; umas criavam-se para provocarem a convocação das Cortes, outras para a combaterem; umas eram partidárias de D. João VI, outras de Carlota Joaquina, e ainda outras de D. Pedr ou de D. Miguel; umas eram dos jacobinos ou malhados, outras dos apostólicos ou corcundas; e até algumas nasciam principalmente para atacarem as redigidas por inimigos pessoais ou antagonistas políticos, como, por exemplo, o *Especador Português*, de José Agostinho de Macedo, cujo fito foi agredir *O Observador Português*, de Pato Moniz.” (Cunha, 1941a: 122)

Apesar de reconhecer que a pressão do regime absolutista refreou bastante a liberdade de imprensa e o ritmo de fundação de jornais, Alfredo da Cunha (1941a: 162) regista, igualmente, que “Do que não há dúvida é de que a imprensa de parcialidade ou de facção nasceu do embate das ideias liberais com as absolutistas, pois, enquanto estas forem as únicas professadas e predominantes, os periódicos não tiveram, para se desenvolverem e robustecerem na ginástica da discussão, o estímulo da polémica partidária e da controvérsia política”.

Alfredo da Cunha refere, igualmente, que, no Portugal do século XIX, raro foi o homem de letras ou homem político que não cultivou o jornalismo combativo e partidário e nele não tentou conquistar renome, quando, pelo contrário, no século anterior, os grandes prosadores, poetas, oradores ou políticos raramente se notabilizaram como jornalistas. Entre todos, embora nem sempre pelos melhores motivos, uma personagem sobressai

no panorama das lutas entre os jornais políticos das primeiras décadas do século XIX: o talentoso, mas também turbulento, violento, desenfreado e indecoroso padre José Agostinho de Macedo, redactor de diversos periódicos pró-absolutistas, que merece a Alfredo da Cunha uma análise de dez páginas (Cunha, 1941a: 141-151).

O livro encerra com dados hemerográficos, parte deles retirados das obras de Augusto Xavier da Silva Pereira (1895 e 1897), e índices onomásticos.

4.3 Augusto de Lacerda (1904): uma história canónica do jornalismo

O livro de Augusto de Lacerda (1904) é consagrado ao papel do jornalismo na “irradiação do pensamento”, mas a primeira parte, justamente intitulada “Através do Passado”, atem-se à história do jornalismo, a pretexto da tendência do homem em exprimir o seu pensamento por escrito desde que a escrita apareceu.

Mergulhando, como outros, na tese da origem sócio-cultural do jornalismo no Mundo Antigo, o autor relembra os escritos historiográficos de babilónios e gregos, as *Efemérides* gregas, segundo ele instituídas por Alexandre o Grande, e ainda o discurso de Demóstenes contra Filipe da Macedónia, amplamente copiado e distribuído na Grécia Antiga. Conclui Augusto de Lacerda (1904: 11), assim, que na “infância do jornalismo” estiveram “três aspectos capitais: histórico, noticioso e político”. Pode pois dizer-se que, segundo a visão do autor, na génese do jornalismo se encontra a historiografia, a necessidade de transmitir notícias à distância e ainda a política. Recorde-se, a propósito, sobre este último aspecto, que no início do século XX muitos jornais eram políticos, pelo que o texto de Augusto de Lacerda reflecte o contexto da época.

Augusto de Lacerda detém-se, em particular, sobre as *Actas Diurnas* romanas, salientando que historiadores como Du Cange, Beckmann e Victor Le Clerc “fazem datar das *Acta Diurna* a existência do jornalismo”, devido à função noticiosa e pública que elas tinham. As *Hebdomadae* de Varrão também são lembradas por Lacerda como uma espécie de protótipo de revista ilustrada.

Seguidamente, o autor passa em revista os fenómenos medievais que contribuíram para a génese do jornalismo, como sejam as crónicas, os registos historiográficos diários dos frades dietários e ainda Pasquim e

Marfório, considerados pelo autor precursores do jornalismo satírico. O autor conta que Pasquim era um sapateiro conhecido pelas suas tiradas humorísticas, mas “a sua popularidade generalizou o nome aos que usavam e abusavam da graça pesada” (Lacerda, 1904: 13). E continua: “No pedestal de uma estátua, Pasquim afixava pequenos cartéis com perguntas maliciosas; as respostas, ainda mais maliciosas, apareciam no pedestal de outra estátua baptizada com o nome de Marfório” (Lacerda, 1904: 13-14).

As folhas volantes renascentistas e os panfletos são igualmente considerados pelo autor como fenómenos jornalísticos, até porque o aparecimento da tipografia de Gutenberg potenciou a sua afirmação. Seguidamente, e seguindo o percurso histórico do jornalismo, o autor relembra as gazetas e mercúrios do século XVII, primeiros jornais. Refere, em particular, mas nem sempre com rigor, alguns dos periódicos mais conhecidos dessa época, como a *Gazette* de Renaudot. Relembra que Manuel Severim de Faria publicou as suas *Relações*, “primeira folha de feição jornalística” portuguesa, mas erra ao dizer que eram mensais (na realidade, só foram impressos dois números e uma reedição do primeiro número, intervalados por cerca de um ano cada um). Recorda, também, a *Gazeta* “da Restauração”, que se iniciou em 1641 e que foi o primeiro periódico português. Diz, ainda, que após a *Gazeta* surgiram em Portugal “mais ou menos regularmente várias folhas impressas, umas com feição jornalística, outras que tinham por fim tornar conhecidos certos e determinados factos isoladamente (...) e que à falta de melhores documentos são muitas vezes valiosos auxiliares históricos.” (Lacerda, 1904: 24-25) Fala, depois, dos periódicos portugueses setecentistas e ainda dos jornais que surgiram em Portugal graças à Revolução Liberal de 1820. Recorda, também, que antes da independência surgiram no Brasil vários jornais políticos nos quais predominava o ideal separatista.

O autor considera que as convulsões políticas foram “a legítima e poderosa força que daria decisivo impulso ao jornalismo” (Lacerda, 1904: 25), devido ao aguçar das necessidades informativas da população em situações de crise. Destaca, nesse âmbito, a Revolução Francesa e os conflitos entre absolutistas e liberais em Portugal, mas, reflectindo a francofilia da época, nada diz, por exemplo, sobre a evolução da imprensa inglesa, bastante mais relevante para a emergência do modelo Ocidental de jornalismo.

Encerrando a primeira parte do livro, o autor diagnostica os factores

que propiciaram o desenvolvimento do jornalismo em Portugal. Classicamente, evoca o Correio, que a partir de 18 de Janeiro de 1797 deixou de ser entregue a particulares e passou a ser um serviço público oficial; os caminhos-de-ferro, que potenciaram a circulação de notícias e permitiram uma melhor e mais rápida distribuição de jornais; o telégrafo, que tornou célere a transmissão de notícias; e ainda as medidas legislativas que facultaram a criação de jornais e instituíram e regularam a liberdade de imprensa.

4.4 Alberto Bessa (1904): a primeira história internacional do jornalismo publicada em Portugal

O Jornalismo – Esboço Histórico da Sua Origem e Desenvolvimento Até aos Nossos Dias, de Alberto Bessa, prefaciado por Edmundo d’Amicis, editado em 1904, é o primeiro exemplo de uma verdadeira história (internacional) do jornalismo publicada no país, embora o autor, como outros da mesma época, extravase o seu objecto de estudo para desenvolver, por exemplo, várias considerações sobre o jornalismo nacional e estrangeiro que se praticava na altura.

No seu livro, Bessa passa em revista a génese e desenvolvimento do jornalismo na Europa, perfilhando a tese da *origem sócio-cultural* do jornalismo, uma vez que considera as *Actas Diurnas* romanas, as *Efemérides* gregas e ainda fenómenos como o dos pregoeiros como dispositivos de natureza jornalística ou, pelo menos, pré-jornalística.

O autor consagra particular atenção ao aparecimento e desenvolvimento do jornalismo em Inglaterra, Espanha, França, Itália, Rússia e Portugal. Fala, também, do jornalismo nos Estados Unidos, China, Japão, Uruguai e Argentina. O Brasil merece-lhe, igualmente, particular atenção. Surge mesmo no livro uma resenha cronológica e alfabética dos jornais brasileiros com uma adenda sobre os jornais publicados no Estado de São Paulo, coisa que o autor não faz para Portugal. O autor também inclui várias referências aos jornais portugueses publicados nos territórios coloniais e noutros países, como a Inglaterra (em particular durante a emigração liberal), o Uruguai, a Argentina, os Estados Unidos e o Brasil.

Transparece do livro uma certa indistinção entre jornalismo e literatura, jornalista e literato, o que não é de estranhar tendo em conta que o jornalista do tempo era, essencialmente, um “escritor de jornal” e que nos

periódicos colaboravam, como folhetinistas e redactores (de artigos de fundo), altos vultos da intelectualidade e da política da época. Por exemplo, para o autor, o jornal *L'Echo de Paris*, surgido em 1884, conseguiu “democratizar a literatura”, graças às colaborações de grandes nomes das letras francesas. No entanto, o autor também dá repetidamente conta de que existia tensão entre o que o público queria e o que alguns entendiam dever-lhe dar. Por isso, os “pessimistas” diziam, segundo Bessa (1904: 178), que o jornalismo português tinha “falseado a sua missão, descendo a satisfazer o gosto depravado do grande público e esquecendo o seu papel de guia da opinião”. O povo, descreve Bessa (1904: 178-179) quer “a notícia desenvolvida e ridiculamente pormenorizada de uma cena de facadas na rua Suja ou de um caso de adultério na Baixa” e não os artigos dos “escritores consagrados”, “por melhor escrito e melhor pensado”, excepto nos poucos casos em que o artigo se notabilize pela “virulência da linguagem, pela revelação grosseira do escândalo ou pelo ataque descalabelado e irrespeitoso a qualquer dos poderes do Estado”.

A consideração de Bessa pelo jornalismo norte-americano e por alguns jornais ingleses, como o próprio *Times*, era ambivalente. Para ele, os jornalistas americanos, sob a pressão exacerbada do tempo [o autor estava perfeitamente consciente dos constrangimentos que o *factor tempo* provoca na actividade jornalística], tinham de fazer notícias “breves, sérias e secas, a não ser que se trate de casos verdadeiramente sensacionais” (Bessa, 1904: 208), o que obviamente “escandalizava” um autor, como Bessa, habituado ao artigo grave, solene, profundo e sério que constituía uma das imagens de marca de algum jornalismo português. O *Times*, por seu turno, “dá por uma insignificância a parte que pode chamar-se intelectual” (Bessa, 1904: 71). No entanto, o autor manifesta a sua admiração pelo número, dinamismo, poder, número de páginas, capacidade de cobertura e recursos humanos e tecnológicos (Bessa enfatiza a importância do telégrafo e, em menor grau, do telefone) dos jornais britânicos e americanos, graças à riqueza proporcionada pelas enormes tiragens, muitas vezes alimentadas pelos brindes distribuídos aos assinantes e pelos concursos, e pela massiva inserção de anúncios publicitários. De qualquer maneira, o autor não via o jornalismo português como “inferior ao das restantes nações da Europa”, pelo menos nos jornais politicamente independentes e “pelo que respeita ao seu pessoal que chamarei graduado” (Bessa, 1904: 183).

Em variadíssimas passagens, Bessa mostra também o seu assombro

pela capacidade de improviso e “desenrascanço” dos seus colegas estrangeiros para obtenção das melhores informações em primeira-mão, qualidade internacionalmente apreciada em qualquer repórter. A capacidade de envio de correspondentes para várias partes do mundo demonstrada pelos maiores jornais e o engenho por estes revelado para obterem e mandarem exclusivos para os seus jornais, escapando à censura, mesmo em situações de guerra, também são realçados pelo autor.

Outra qualidade que Bessa considera importante nos repórteres é a capacidade de dissimulação quando tomam contacto com uma informação importante, referida indiscreta ou imprevistamente. O repórter, para Bessa, não deve, nessas ocasiões, dar ao seu interlocutor a ideia de que este lhe deu matéria relevante, para que, na sequência da conversa, novas informações possam vir à superfície.

Uma das passagens mais interessantes do livro diz respeito a um jornal telefónico que Bessa diz que existia em Budapeste, que antecipa os radiojornais:

“Chama-se *Telefon-Hirmondo* e (...) [foi] criado em 1893. A empresa tem uma rede telefónica que distribui um fio e um aparelho auditor a cada assinante.

(...)

Na sala de redacção, os empregados (...) têm o seu serviço perfeitamente detalhado (...). Um tem o artigo de fundo, outro a crítica teatral, a científica, a literária, a secção de modas, a de desporto e assim sucessivamente, uma secção a cargo de cada pessoa. Outros redactores classificam e redigem os telegramas, as notícias políticas, militares ou sociais, as observações meteorológicas (...). O *Telefon-Hirmondo* substitui os jornais impressos, não tendo leitores mas tendo ouvintes.

A leitura dos manuscritos é feita diante de dois poderosos microfones, colocados a par um do outro e que não oferecem senão pequenas modificações em relação aos aparelhos ordinários. Para a música, os receptores acham-se munidos de pavilhões e a transmissão do canto realiza-se do mesmo modo que a da palavra. A sucessão das diversas secções acha-se perfeitamente determinada e todos os dias se reproduz pela mesma ordem. O jornal telefone funciona para todos os assinantes desde as 8 horas da manhã até às 11 da noite, podendo deste modo os respectivos subscritores, quando se deitam, ter já conhecimento das novidades que os assinantes dos jornais impressos só conseguem conhecer na manhã

seguinte. Às tantas horas, ouve-se o artigo de fundo, querendo ouvir-se; porque não querendo é só fechar a comunicação e esperar a hora em que deva ouvir-se a secção que mais agrade ou que mais directamente interesse a cada um dos assinantes.

Se há algum acontecimento de particular alcance (...) não se demora um momento a sua transmissão. Um sinal especial de alarme repercute nas campainhas e o assinante fica logo sabendo, sem se incomodar, que faleceu a rainha Vitória, que foi eleito enfim um novo papa ou que rebentaram as hostilidades entre a Rússia e o Japão.

A assinatura do jornal-telefone, que tem sobre os jornais impressos vantagens relativas em muitos pontos, custa apenas três francos por mês. Nada custa ao assinante a instalação do aparelho em sua casa, como também nada precisa despende quando há qualquer desarranjo. Tudo corre por conta da empresa (...).

Não só nas casas particulares, como nos bancos, companhias, hotéis, cafés, casas de espectáculos, etc., o jornal-telefone tem larga aplicação. Enquanto se espeta uma visita, o resultado de uma transacção, ou enquanto decorre o intervalo de um espectáculo, quantas novidades e quantas delas de particular interesse não podem saber-se por intermédio do jornal falado. E nos hospitais e consultórios de médicos e advogados, quantas aplicações pode ter e quantos minutos de aborrecimento fazer passar ligeiramente!” (Bessa, 1904: 279-281)

O futuro do jornalismo também não passa em branco a Bessa, mas o autor cinge-se, nesta matéria, aos avanços tipográficos, que permitiriam aumentar as tiragens, e à crescente proliferação de jornais em todo o mundo.

4.5 Rocha Martins (1942): uma pequena história do jornalismo

Rocha Martins, em 1942, publicou a sua *Pequena História da Imprensa Portuguesa*. Dividido em dez capítulos, o livro descreve alguns dos principais acontecimentos da história do jornalismo português desde o século XVII. Nele, tal como Bessa (1904) tinha feito, perfilha a tese da origem *sócio-cultural* do jornalismo. Para ele, a *Bíblia* já possui relatos eminentemente jornalísticos, sendo também eminentemente jornalístico o fenómeno das *Actas Diurnas* romanas. De qualquer maneira, o autor passa quase imediatamente das *Actas* para as gazetas do século XVII, detendo-se na descrição das *Relações* de Manuel Severim de Faria, que

considera o “primeiro noticiarista português”. A partir deste ponto, a narração histórica é canónica. Rocha Martins fala do aparecimento da *Gazeta* e do *Mercúrio* no século XVII; descreve os periódicos setecentistas, em particular a *Gazeta de Lisboa*; relembra os periódicos combativos surgidos após a Revolução Liberal, incluindo os periódicos católicos e operários; evoca a imprensa republicana, etc. Os últimos capítulos dizem respeito à imprensa na província, Açores, Madeira e colónias; aos jornais satíricos; e a outras modalidades de imprensa, como a imprensa ilustrada, a imprensa feminina e a imprensa desportiva.

4.6 Salgado (1945): a atenção à ética

A história do jornalismo é o tema central do livro de Joaquim Salgado (1945) intitulado *Virtudes e Malefícios da Imprensa: Escôço Histórico Sobre a Origem, Evolução e Ética do Jornalismo*. Embora a história do jornalismo seja o seu tema principal da obra, o autor afasta-se dele em numerosas ocasiões, para discorrer sobre, afinal, aquele que é o título do livro. É interessante notar que Salgado é, tanto quanto se constatou, o primeiro autor português a usar a palavra “ética”, referindo-se à ética jornalística, no título de um livro sobre jornalismo.

A história do jornalismo que resulta do livro de Salgado é perfeitamente ortodoxa. Os autores, até certo ponto têm de repetir-se uns aos outros, pois factos históricos são sempre factos históricos. Assim, Salgado perfilha, como outros antes dele, a tese da *origem sócio-cultural* do jornalismo. Portanto, dá aos dispositivos pré-jornalísticos romanos a honra de terem inaugurado o jornalismo e, mais até, o jornalismo periódico (Salgado, 1945: 13), embora com algumas incorrecções, como a de atribuir ao Imperador Marco Aurélio a responsabilidade pela instituição das *Actas Diurnas*. Também relembra a *Bíblia*, designadamente ao episódio da dádiva das Tábuas da Lei a Moisés, para, citando outro autor português, falar, algo absurdamente, da primeira notícia de que se tem conhecimento. Porém, mais à frente o autor especifica melhor a sua posição, que, embora mantendo a tese da origem sócio-cultural do jornalismo, adia para a Modernidade o seu verdadeiro aparecimento:

“nem os *Anais Máximos* nem as *Actas Diurnas* podem ser considerados como órgãos jornalísticos de existência normal. Faltaram-lhes os meios técnicos de desenvolvimento e de progresso (...) e (...) o ambiente indis-

pensável. O jornalismo exige um certo número de condições mínimas, que só mais tarde puderam verificar-se. A descoberta de Gutenberg revolucionou completamente os meios de comunicação, fazendo surgir no mundo essa forma extraordinária que é a imprensa.” (Salgado, 1945: 15)

Para Salgado (1945: 60-61), há a considerar três épocas na história do jornalismo português: uma primeira de predomínio do jornalismo noticioso que se arrasta até cerca da Revolução Liberal; uma segunda que corresponde ao aparecimento, predominância e posterior crise do jornalismo político e partidário; e a terceira correspondente ao aparecimento e gradual predominância dos jornais de informação geral pertencentes a grandes empresas, no seio do sistema capitalista.

É interessante notar, tal como procurou, depois, fazer Tengarrinha (1965), que Salgado tenta interpretar o desenvolvimento da imprensa em função do contexto social, económico, técnico e cultural de cada época, para o que dá a seguinte justificação: “a imprensa sofre e beneficia das condições gerais que regulam as sociedades. Se estas são boas – ela desempenha salutarmente a sua função; se más, ressent-se dos vícios gerais, e espalha-os, consideravelmente ampliados” (Salgado, 1945: 8).

Nos últimos capítulos do seu livro, Salgado reflecte criticamente sobre a natureza do jornalismo, abandonando, em consequência, pelo menos parcialmente, a história do jornalismo. O autor salienta, nomeadamente, que o carácter mercantil e industrial do jornalismo contemporâneo, que reconhece como necessários, afectam a independência da imprensa e empurram-na para o sensacionalismo (Salgado, 1945: 59-88).

4.7 A grande história do jornalismo português: José Manuel Tengarrinha (1965)

O livro de José Manuel Tengarrinha (1965) *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, reeditado em 1989, é “apenas” a grande obra de referência de todos os que se propõem estudar o jornalismo português durante a Monarquia. De facto, embora as últimas referências do livro digam respeito à I República e ao Estado Novo, o trabalho mais relevante do autor diz respeito ao período monárquico. Apesar de existirem outras histórias do jornalismo português anteriores ao livro de Tengarrinha, nenhuma atingiu o detalhe nem o nível de interpretação e contextualização

do tema evidenciados por este autor.

O livro de Tengarrinha não é um inventário de jornais, opção que o autor recusa desde o início: “Houve especial preocupação em não cair na enumeração excessivamente longa de periódicos (...), que parece ser (...) característica dominante dos trabalhos até agora efectuados” (Tengarrinha, 1965: 24). Assim, o autor, embora dando sempre as necessárias referências hemerográficas e autorais (mencionando, nomeadamente, o nome de vários jornalistas e outros intervenientes no processo jornalístico), tentou contextualizar a génese e desenvolvimento do jornalismo português em função das circunstâncias históricas (culturais, económicas, tecnológicas...) de cada época, merecendo-lhe particular atenção os mecanismos de controlo da imprensa, nomeadamente a censura e o licenciamento, que, no seu juízo, quando aplicados, retardaram não apenas o desenvolvimento do jornalismo nacional mas também o do próprio país, conforme sucedeu durante o Estado Novo:

“Os jornais tornam-se uma máquina cada vez mais complexa. Em contraste com a relativa facilidade com que dantes se fundava um jornal, exigem-se agora, além de outras condições, pesados investimentos de capitais, cujos interesses, depois, é necessário defender. Esta circunstância e os obstáculos de ordem legal (...) (entre os quais avultam a censura prévia, as dificuldades na obtenção de alvarás e o rigor no reconhecimento da “idoneidade intelectual e moral dos responsáveis pela publicação”) e reduzem a liberdade de movimentos da nossa imprensa actual a limites muito estreitos.

Vemos, assim, como a compressão ou a libertação da imprensa é determinada por factores profundos, acompanhando a compreensão ou a libertação da actividade humana nas suas diversas manifestações. E vemos, também, como a evolução do jornalismo se enquadra num amplo conjunto de circunstâncias que, por um lado, o determina e sobre o qual, por outro lado, ele age. A não ser que se queiram fazer meras resenhas jornalísticas ou colecções de factos *anedóticos*, a história da imprensa portuguesa não poderá ser observada como um fenómeno isolado e *sui generis*, mas como um dos aspectos – porventura um dos aspectos mais vivos e expressivos – da história da nossa cultura.” (Tengarrinha, 1965: 248)

Tengarrinha divide a história da imprensa portuguesa em três épocas:

- 1) Os primórdios da imprensa periódica em Portugal (até cerca de 1820);

2) A imprensa romântica ou de opinião (1820 em diante); 3) A organização industrial da imprensa, marcada pela fundação do *Diário de Notícias* (1865; 1864 caso se considerem os números experimentais).

Sobre a primeira época, o autor relembra que, considerando a periodicidade uma das marcas do jornalismo impresso, então a primeira publicação jornalística portuguesa é a *Gazeta* “da Restauração”, que propagandeava a causa independentista portuguesa e tinha um carácter noticioso. Diz que as técnicas jornalísticas eram rudimentares e que os autores escreviam, frequentemente, baseados nas crenças, rumores e boatos e não verificavam as informações. Realça que a censura e o licenciamento constituíram travões ao desenvolvimento do jornalismo português. No entanto, descreve a diversificação do panorama jornalístico nacional graças ao aparecimento de publicações literárias, científicas e de ideias no século XVIII, bem como o aparecimento dos primeiros diários, no final dessa primeira época. Evoca, também, a imprensa da primeira emigração, que chegou a circular clandestinamente no país, e a imprensa clandestina autóctone, quer durante as invasões francesas quer durante o período anterior à Revolução Liberal de 1820.

A segunda época é a do aparecimento e crescimento da imprensa política, permitida pela Revolução Liberal de 1820, acontecimento que fez disparar o ritmo da publicação de periódicos por todo o Portugal. Classicamente, o autor relembra, porém, os constrangimentos à imprensa durante o período miguelista e a emigração liberal, que induziu à publicação de jornais portugueses no estrangeiro. Estes, recorda José Manuel Tengarrinha, entravam e circulavam clandestinamente em Portugal.

As lutas entre cartistas e setembristas durante o período de instabilidade e os constrangimentos à imprensa que daí advieram até à Regeneração e ao Rotativismo também são motivos de reflexão do autor.

A organização do jornal e a situação do jornalista no jornalismo oitocentista também não passam despercebidas a esse historiador da imprensa portuguesa, que as descreve assim:

“(...) um jornal de certa importância era, em geral, constituído por um editor (responsável perante as autoridades), por um redactor-responsável (ou chefe da redacção), por um ou dois noticiaristas encarregados da tradução das folhas estrangeiras e da informação nacional (...) e um folhetinista (...). Uma secção que toma então grande desenvolvimento é a de «cartas ao redactor», através da qual se estabelece uma comunicação íntima e

constante entre o jornal e o leitor.

(...)

O chefe da redacção era o verdadeiro espírito e a alma da publicação. O jornal, geralmente, era *um homem*, mais até do que um *partido*. (...) Sendo o jornal *todo*, neles se concentravam não apenas as funções de redacção, mas também (...) as de direcção e administração. (...) Além dos elementos da redacção, o jornal contava com colaboradores eventuais, mais ou menos identificados com a linha política do jornal.” (Tengarrinha, 1965: 153-154)

Ortodoxamente, Tengarrinha refere, ainda, as restrições à liberdade de imprensa do final da Monarquia, sem se esquecer de abordar o aparecimento da imprensa ilustrada, o surgimento da imprensa operária e revolucionária, a evolução da tipografia e a introdução das rotativas, os movimentos reivindicativos dos tipógrafos, as formas de distribuição dos jornais nessa altura (por correio, por caminho-de-ferro, por assinaturas e através dos ardinas) e a sua influência na opinião pública. Sobre esta última temática, escreve Tengarrinha (1965: 174-177):

“(...) qual seria, efectivamente, o grau de influência dos jornais na opinião pública? Eis-nos colocados, assim, no vórtice de um dos mais delicados e complexos problemas que levanta a história da nossa imprensa.

(...)

É claro que a questão não pode ser observada *por grosso*, e esse grau de influência varia, sem dúvida, de época para época, de acordo com as suas condições específicas e numerosos factores. Tão importante problema só poderá ficar esclarecido depois de se efectuarem bem orientadas sondagens e prospecções que nos elucidem sobre os pontos de contacto profundo entre as doutrinas dos periódicos e a atitude mental e linha política dominante nos diversos estratos sociais.

Do que não resta dúvida, porém, é que foi nesta 2ª época que o jornalismo exerceu mais vincada influência na opinião pública. O âmbito dos leitores alargou-se (...) não apenas às camadas da burguesia, mas até à pequena burguesia, especialmente depois de 1836.

Referindo-se ao peso da imprensa, diz Júlio César Machado, em Lisboa de Ontem (p. 212) (...): «Entendiam uns que, como princípio, a imprensa não tinha direito algum senão o que se lhe concedesse e que os jornalistas usurpavam e exerciam sem mandato um poder exorbitante que fazia com que, pelo facto de ser imprensa, tivesse mais peso nos negócios políticos

do que as deliberações das câmaras.»

Os jornais, então, eram como que o centro da vida política e social. Por eles se liam os debates nas câmaras, se conheciam as disposições oficiais, se discutiam as directrizes do partido ou da facção expressas nos artigos de fundo, se sabiam os principais acontecimentos (...), se adquiriam conhecimentos (...), se dispunha de um meio de distracção e divertimento. Essa influência é tanto mais evidente quanto é certo que os leitores se agrupavam em torno dos jornais com que se identificavam ideologicamente, sendo de admitir, portanto, que as opiniões expostas (...) fossem reforçar ou corrigir as suas ideias.

(...)

Também não devem ser esquecidos alguns periódicos humorísticos de conteúdo político que, por esse tempo, alcançaram notável projecção. O facto de serem lidos com avidez (...) prova (...) [que] correspondiam (...) ao gosto do público.

(...)

Não há dúvida, portanto, de que a imprensa teve papel preponderante na formação [da] (...) opinião pública (...). Mas neste ponto da questão não podemos esquecer a esclarecida afirmação de R. Manévy: «A imprensa *faz* a opinião (...) na medida em que esta se quer deixar fazer» (...).»

O autor evoca, igualmente, ao longo das páginas dedicadas à segunda época do jornalismo português, os grandes nomes de políticos e escritores que se viam a si mesmos como jornalistas e que colaboraram, como folhetinistas e redactores (articulistas), nessa que Tengarrinha denomina de “imprensa romântica”.

A terceira época, de industrialização da imprensa, de acordo com Tengarrinha, faz esmorecer a imprensa opinativa e promove a imprensa informativa, o *noticiário*, a *reportagem* e, conseqüentemente, a figura do *repórter*.

“Esta preferência que o público mais largo manifesta pela *informação objectiva* (e não pela *opinião*), e até pelo pendor *sensacionalista* que a informação começa a tomar, só pode compreender-se por uma nova *atitude mental* da pequena e média burguesia (...) especialmente permeável aos relatos de aventuras ou de histórias de amor, como que buscando uma fuga emocional à estreita rotina do dia a dia.

(...)

Prefere-se cada vez mais a informação objectiva à discussão e à opinião,

as notícias sensacionais aos editoriais reflectidos (...). Na necessidade de encontrar um público mais largo, o jornal procura manter uma atitude imparcialmente objectiva, dirigindo-se assim a *todos*, e não a um mercado *específico* de leitores ideologicamente afins, mas necessariamente muito mais restrito.

(...)

Nesse período, portanto, os jornais não ficam apenas reservados à classe relativamente pouco numerosa de eleitores censitários, mas pretendem dirigir-se a todos os que sabem ler, cujo número vai crescendo gradualmente. Embora sem esquecer a camada mais instruída, que forma (...) o grosso dos assinantes, dirige-se assim ao novo público, menos abastado e instruído, com gostos menos exigentes e requintados.” (Tengarrinha, 1965: 194)

Que influência passa, então, o jornal informativo a exercer sobre o público nesta terceira época da imprensa periódica portuguesa? José Manuel Tengarrinha (1965: 194 – 196) tenta responder à questão, embora numa perspectiva extremamente negativa:

“(...) não distribuindo senão uma informação fragmentária, superficial e sem continuidade, a imprensa (...) noticiosa, se é certo que pode esclarecer o leitor acerca de determinado acontecimento, não o ajuda a formar uma posição crítica em face dele. Atendo-se a dados meramente *objectivos*, não se identifica com o pensamento do leitor nem pretende, pelo menos aparentemente, exercer qualquer influência sobre ele. (...) Agora, as relações entre jornal e leitor são frágeis (...). É chocante verificar o carácter efêmero das alterações de opinião provocadas pela imprensa periódica. Segundo um fenómeno que tem vindo a acentuar-se, o jornalismo pode obter resultados notáveis (...), mas não parece apto a orientar a opinião de maneira durável (...). Uma parte considerável dos leitores de jornais de grande tiragem não só não se identificam com a sua posição como até são contrários a ela. Foi esta observação que levou o jornalista Francis William a uma interessante inferência (...): «Quanto maior é a tiragem de um jornal tanto menos sensível aparece a sua influência sobre o leitor.»

O jornal agora é que tem de procurar o público, descer ao seu nível, adivinhar-lhe os gostos e apetites (...), ir ao encontro da sua mentalidade. Perde assim completamente o seu valor formativo. Com efeito, na medida em que os jornais deixavam de apoiar-se em facções políticas para

serem mantidos por grupos financeiros, a imprensa transformou-se numa indústria (...). O jornal passa a ser, portanto, uma mercadoria (...) transitória, apenas com valor durante algumas horas.”

A transformação industrial da imprensa, recorda Tengarrinha, trouxe modificações nas redacções. Por um lado, a chefia de redacção passa a ter mais funções de coordenação e supervisão do que de redacção. O secretário de redacção torna-se fulcral para a organização diária do trabalho, numa redacção que pode comportar dezenas de jornalistas. O novo jornalista assalariado da imprensa industrial pode, eventualmente, não se identificar “ideologicamente com o que escreve (...), é apenas o *operário de uma mercadoria* que é necessário vender o mais possível e com a qual não está ligado nem pelas ideias nem pelos interesses, pois não participa nos lucros e recebe um salário fixo que lhe permite viver exclusivamente dessa actividade.” (Tengarrinha, 1965: 208)

Apesar de tudo, e tal e qual como surgiram jornais noticiosos em plena época de domínio da imprensa partidária, no final da Monarquia, numa época de crescente domínio da imprensa informativa, apareceu, diz Tengarrinha, uma imprensa combativa revolucionária, de cariz republicano, por um lado, ou de cariz anarquista ou socialista, por outro. Aliás, o autor não se esquece de referir, também, os jornais da oposição monárquica durante a República (até ao Estado Novo).

Neste ponto do seu livro, Tengarrinha relembra, identicamente, as tentativas de controlo da imprensa desenvolvidas durante este terceiro período da sua história do periodismo em Portugal.

A parte final do livro é constituída por índices remissivos e extensas notas, muitas das quais remetem para textos legais portugueses no domínio da regulação da imprensa.

4.8 Rosado (1966): a justificação do regime

Finalmente, *A Imprensa*, livro de Nuno Rosado (1966). É quase integralmente uma história canónica do jornalismo impresso português (com algumas pinceladas sobre o jornalismo estrangeiro), embora, no início da obra, o autor discorra, contextualmente, sobre a “missão da imprensa no mundo”. Em várias passagens nota-se, por outro lado, e a propósito da cobertura internacional da política colonial portuguesa, um discurso

justificador e legitimador da acção de Portugal nas colónias e da política salazarista em geral. Salazar é enaltecido. As próprias fotografias inseridas no livro procuram mostrar que Portugal e Salazar não estavam internacionalmente isolados na época. Todas elas mostram Salazar ou Carmona com estadistas estrangeiros, não estando, portanto, minimamente relacionadas com o jornalismo ou com jornalistas.

5. Conjuntura jornalística

Os textos sobre a conjuntura jornalística dão pistas preciosas para se perceber a situação do jornalismo português em cada época. São, no entanto, de múltipla natureza. Encontram-se catálogos hemerográficos de periódicos (médicos) em circulação (Paulo, 1944; Sacadura, 1944; Sacadura, 1945; Paulo, 1948; Filho, 1965...), publicações descritivas de jornais preparadas para exposições ou para servirem de suplemento a determinados números comemorativos (*Diário de Notícias*, 1865; 1925; 192_; *Diário Popular*, 1962...), relatórios sobre a gestão e actuação de organizações jornalísticas – com considerações sobre defesa da liberdade de imprensa, dignificação do jornalista, mutualismo, etc. (Bessa, 1898; Bessa, 1899; Associação dos Jornalistas de Lisboa, 1903), um livro sobre uma intervenção na gestão e nos conteúdos de um periódico para o salvar da falência e extinção (Lemos, 1973), textos sobre negócios entre empresas jornalísticas (Rosa, 1928; Barata, 1956), comunicações em congressos sobre a situação e a evolução do jornalismo português (Aranha, 1894; Aranha, 1900; Cabreira, 1902) e ainda um interessante relatório sobre a visita de alunos de tipografia ao jornal *O Século* (Correia, 1912), que descreve, detalhadamente, os recursos tipográficos usados pelas empresas jornalísticas portuguesas no início do século XX.

Mariano Pina (1894), por seu turno, narra incidentes no *Diário Popular*, com publicação de cartas e trechos do autor para tentar clarificar uma situação que foi relatada na imprensa. Corria que o autor tinha tentado expulsar Mariano de Carvalho do jornal. O autor tenta expor a sua versão dos acontecimentos, expondo exaustivamente cartas, conversas e relatos de diferentes intervenientes.

Henrique Nogueira (1945) critica a decisão dos laboratórios médicos começarem a editar revistas, suprimindo ou diminuindo a inserção de anúncios noutros meios jornalísticos, designadamente nos jornais mé-

dicos. A questão que o autor coloca é se as revistas de carácter médico devem ser feitas por médicos ou pelos fabricantes de medicamentos, que são parte interessada na sua promoção e venda.

Mesquita, Parreira e Costa (1903) descrevem a sua participação no Congresso Internacional da Imprensa de Berna. Embora a parte final da obra, que é também maioritária, narre unicamente a forma como decorreu a estadia dos jornalistas na Suíça, na primeira parte os autores centram-se no que se passou no evento, chamando a atenção para os discursos que relevavam a necessidade de moralização e contenção verbal dos jornalistas, a proposta de criação de tribunais “de classe” para regular as questões relacionadas com a falta de ética dos jornalistas e a necessidade de os abusos de liberdade de imprensa serem julgados por tribunais específicos e especializados. Os autores registam, por outro lado, as propostas sobre a instituição, na Europa, da formação superior universitária dos jornalistas. Estas, porém, merecem-lhes um comentário que poderá indiciar a sua falta de acordo com elas (muitos jornalistas portugueses, como veremos posteriormente, discordavam de que fosse necessário um curso de jornalismo para se ser jornalista): “Mencionamos o facto não na esperança de que ele possa constituir estímulo entre nós, mas no propósito de assinalar todas as novas ideias (...) a despeito de todas as descrenças”. Mesquita, Parreira e Costa dizem, finalmente, que durante o congresso se discutiram ainda questões como a propriedade intelectual, as indemnizações aos jornalistas em caso de despedimento, as garantias aos profissionais pela mudança da propriedade de um jornal, as obrigações de um jornal para com os jornalistas condenados por abuso de liberdade de imprensa, o estatuto dos jornalistas desenhadores, etc.

5.1 Brito Aranha (1900) e a imprensa periódica portuguesa

Em *Mouvement de la Presse Périodique en Portugal de 1894 a 1899*, parecidíssimo com um trabalho anterior publicado em 1894, Brito Aranha (1900) procura dar notícia dos jornais portugueses existentes em território nacional e além-fronteiras entre 1894 e 1899. O trabalho encontra-se redigido em francês, pois destinava-se a marcar presença na Exposição Universal de 1900, em Paris. Apesar dos esforços tendentes a apresentar uma lista exaustiva dos periódicos nacionais em circulação, o autor adverte para a possibilidade de existirem lacunas, por alguns jornais pode-

rem ter cessado a publicação ou assumido outras formas. O autor aponta “as flutuações políticas ou o capricho dos proprietários” para explicar essas eventuais lacunas.

Sobre o formato e tipo de impressão dos jornais portugueses, Aranha (1900) regista que, normalmente, os diários políticos têm 48 cm de altura por 34 de largura, 54 por 35 ou ainda 58 por 42, enquanto as publicações especializadas têm menor formato (*in-quarto* ou mesmo *in-octavo*, entre outros) e os grandes diários podem atingir 72 cm de altura por 51 de largura. Regista, ainda, que “é difícil precisar as dimensões de forma perfeita” por causa “dos caprichos e conveniências particulares de editores e autores”. Além disso, o autor salienta que as dimensões dos jornais, bem como o número de páginas, podiam variar, em função do volume de anúncios e também do número e da qualidade dos textos a inserir em cada número e do prestígio dos respectivos autores.

Brito Aranha comenta, seguidamente, que, considerando o número de habitantes, Portugal pode ombrear com os países mais avançados da Europa em número de jornais publicados (583), até porque estes existem em todo o país, nas colónias e alguns são mesmo editados no estrangeiro.

A segunda parte da obra de Brito Aranha é uma compilação, ordenada por distritos, ilhas, possessões ultramarinas e estrangeiro, dos jornais portugueses em circulação, incluindo nos dados disponibilizados o local de edição dos periódicos, a data de fundação, a periodicidade e ainda o nome dos editores, redactores principais, proprietários ou outros responsáveis.

Na terceira parte da obra, Brito Aranha compara a situação portuguesa em 1894, ano em que fez uma comunicação do mesmo teor ao Congresso Internacional da Imprensa de Anvers, na qual tinha inventariado 389 jornais, com a situação em 1900, pelo que considera que o desenvolvimento do jornalismo em Portugal foi “maravilhoso”, sobretudo tendo em linha de conta que a população era “pouco considerável” e que o país era atrasado quando comparado com outros países europeus (Aranha, 1900: 47). Assim, no que ao jornalismo diz respeito, Aranha diz que Portugal se igualava aos países mais desenvolvidos, uma vez que tinha um jornal para 6500 habitantes, enquanto nos EUA a média era de um para sete mil habitantes, na Suíça de um por oito mil habitantes, na Bélgica, de um por 15 mil habitantes, etc. Porém, aqui Aranha, diga-se, tem um raciocínio equivocado, pois não entra em linha de conta com as tiragens, apenas com o número de títulos de jornais em circulação.

O autor regista ainda quais eram, na altura, os mais antigos jornais

portugueses em circulação: o *Jornal do Comércio* (47 anos de existência); o *Diário de Notícias* (36 anos); o *Comércio do Porto* (fundado em 1854), o *Primeiro de Janeiro* (fundado em 1868), o *Conimbricense* (53 anos), o *Instituto* (47 anos) e, finalmente, o mais antigo de todos [e que ainda circula]: o *Açoriano Oriental*, fundado em 1834. Brito Aranha salienta que mesmo nos territórios coloniais a imprensa teve grande vitalidade, pois em 1821 foi publicado um jornal em Goa e em 1822 já existia um jornal político em Macau.

No fim da obra, o autor inclui uma lista alfabética dos jornalistas, editores, administradores e proprietários dos jornais listados.

5.2 Uma visita ao Século (1912) por um estudante de tipografia

No *Relatório da Visita ao Jornal “O Século”*, escrito, em 1912, por Henrique Fernando de Oliveira Correia, estudante do 3.º ano da Escola Tipográfica, descreve minuciosamente as secções tipográficas desse jornal, os elementos que as constituíam, bem como as funções próprias de cada uma.

O autor considera, em primeiro lugar, que uma boa organização da tipografia permite ganhar tempo, algo fundamental em jornalismo. Seguidamente, descreve a oficina de Gravura, onde observou máquinas de reprodução de imagens, empregadas na fotogravura e fotozincografia. Reporta, a seguir, o que se passa e os equipamentos da secção de Estereotipia, onde se fazem os moldes e produzem os *clichés* para impressão. Da oficina de Impressão, que sucede à estereotipia no ciclo produtivo do jornal, Henrique Correia destaca as cinco rotativas onde se fazia a impressão do jornal e descreve a forma de impressão: “fica o jornal dobrado com todas as páginas seguidas; mas é ainda a própria máquina que se encarrega de dobrar” (Correia, 1912: 10-11). Fica -se ainda a saber que a capacidade de tiragem das máquinas era de doze mil a quinze mil exemplares por hora.

De forma menos detalhada, o autor refere-se às secções de Serralharia, Casa de Venda, Expedição, tipografia da *Ilustração Portuguesa* (revista do mesmo grupo) e Fundição. Dá, porém, relevância à oficina de impressão da *Ilustração Portuguesa*, devido, essencialmente, à máquina de imprimir com marginadores automáticos e à máquina de impressão não rotativa, que poupa tempo. O autor refere-se, ainda, à oficina de impressão

do suplemento do *Século*, pelo facto deste ser a cores, ainda que básicas.

Antes de fazer as considerações finais e agradecimentos, o autor refere-se ao sistema fornecedor de energia do jornal, insuficiente para as necessidades da empresa.

6. Jornalistas e vida profissional

As biografias, memórias e colectâneas de textos de jornalistas e ainda os elogios fúnebres e discursos de homenagens constituem a maioria dos textos¹⁸ que se podem incluir nesta categoria de reflexão e pesquisa sobre jornalismo. Eles dão pistas para a compreensão do que se entendeu por “jornalismo” e por “jornalista” ao longo dos tempos, para a percepção dos valores profissionais e dos temas que foram sendo discutidos no seio da classe e para o entendimento das rotinas produtivas em cada época histórica. De uma forma geral, pode dizer-se que nos primeiros textos eram elogiadas as competências literárias e a capacidade retórica e persuasiva dos polemistas e políticos que por escreverem em jornais ou por os manterem se intitulavam jornalistas (por exemplo: Fonseca, 1874; Anselmo, 1882; Ferreira, 1882; Vários Autores/Imprensa do Porto, 1882; Aranha, 1886; Pereira, 1890; Cunha, 1891; Bessa – dir., 1899; Aranha, 1907/1908; Sampaio Bruno, 1906; Noronha, 1912; Noronha, 1913; Carvalho, 1924; Cunha, 1925; Sarmiento, 1937; Portela, 1943; Cabral, 1949; Portela, 1953; Daciano, 1958; Pereira, 1960); um pouco mais tarde, as memórias de jornalistas acentuavam o espírito boémio e mundano, aventureiro e improvisador (o célebre “desenrascanço” português), mas também solidário, dos repórteres (por exemplo: Abreu, 1927; Bramão, 1936; Portela, 1943; Ferreira, 1945; Schwalbach, 1946; Amaral, 1949; Portela, 1956; Vieira, 1960; Mendes *et al.*, 19__); numa terceira fase, os textos começam a acentuar o profissionalismo jornalístico (ver, por exemplo, os argumentos para o ensino superior do jornalismo usados no projecto do Sindicato dos Jornalistas, 1971; Freire, 1936; Quadros, 1949; bem como: Sobreira, 2003; Correia e Baptista, 2006). Embora vários valores profissionais sejam constantemente referidos em todas as épocas históricas (em especial, o apego à verdade, à liberdade e a integridade), observa-se, nesses livros, uma evolução no conceito paradigmático de

¹⁸ Só o livro de Sampaio Bruno (1906) escapa a essa lógica. É essencialmente uma apresentação dos publicistas, suas acções e pensamento.

jornalista que acompanha a marcha dos tempos: em termos simples, o polemista e literato dá lugar ao repórter boémio e este dá lugar ao jornalista profissional. Do mesmo modo, acompanhando um lento mas constante processo de profissionalização dos jornalistas portugueses (ver: Sobreira, 2003; Correia e Baptista, 2006), transparece dos livros uma mudança na concepção do jornalismo. Se primeiro é visto predominantemente como uma *ocupação* de “escritores de jornal” e polemistas, que usam as suas capacidades retóricas “inatas” para persuadir um reduzido número de leitores e que, frequentemente, nem sequer auferem qualquer remuneração, progressivamente passa a ser visto como *profissão* informativa, remunerada, auto-regulada por uma *deontologia* própria onde se espelham os valores profissionais, com competências profissionais específicas (como o domínio das técnicas da notícia, da entrevista e da reportagem em imprensa, rádio, televisão e cinema) que podem ser *ensinadas e aprendidas* (o jornalismo como arte *liberal*)¹⁹.

Numa outra dimensão encontram-se os trabalhos de índole mais académica sobre os pioneiros do jornalismo português. Heitor Martins (1964), por exemplo, biografou Manuel de Galhegos, a quem foi licenciada a edição dos primeiros números da *Gazeta* “da Restauração”; Casimiro Morais (1941) biografou a vida do primeiro impressor desse primeiro periódico português, Lourenço de Anvers; José Leite de Vasconcelos (1914; 1917) biografou Manuel Severim de Faria, autor das *Relações* de 1626 e 1628; João Alves Neves (1969) fala de Pêro Vaz de Caminha como repórter, pois considera a *Carta* que este cronista escreveu ao Rei de Portugal narrando o descobrimento do Brasil como uma verdadeira reportagem.

Um caso particular será o do polemista José Agostinho de Macedo. Este truculento personagem do jornalismo português do início do século XIX foi biografado por vários autores. Debruçaram-se sobre ele Joaquim Mello (1854), Carlos Olavo (1938) e ainda Inocêncio da Silva e Teófilo Braga (1899).

É de dizer que alguns romances escritos por jornalistas, como os de Eduardo Noronha *À Porta da Havanese* (Porto: Magalhães & Godinho, 1911) e *À Esquina do Chiado* (Porto: Magalhães & Godinho, 1913), têm jornalistas por protagonistas e também fornecem interessantes indicações acerca das rotinas profissionais e da forma de vida dos jornalistas.

¹⁹ Ver o ponto consagrado aos livros sobre ensino do jornalismo.

6.1 Profissionalismo, rotinas e outras questões...

Os textos acima referenciados são algo repetitivos no tipo de informações que dão e que foram atrás relevadas e sumariadas. A título exemplificativo, Rodrigo Veloso autor de seis mini-biografias de jornalistas políticos (mais propriamente “escritores de jornais” ou “cidadãos jornalistas”) portugueses tardo-oitocentistas, via o jornalismo como um *arte liberal* (1911 b: 8) que exigiria ciência, talento, ilustração, conhecimentos sociológicos e políticos profundos, capacidade de observação desapaixonada, coragem, organização, independência e obediência exclusiva à voz da consciência, competência retórica e persuasiva, tanto quanto se deduz pelos atributos positivos que ele entende terem contribuído para a notoriedade dos seus biografados (Veloso, 1910 a; 1910 b; 1911 a; 1911 b; 1911 c; 1911 d). Aliás, Veloso (1911 b: 8-9) dividia os jornalistas entre os “jornaleiros”, profissionais do jornalismo que auferiam salários, e os outros, os jornalistas do tipo dos seus biografados, que o autor tinha, certamente, em mais alta conta, por divulgarem “a boa doutrina, lições proveitosas para instrução e educação do povo” e verem o jornalismo como “sacerdócio”. Esta ideia do jornalismo como *sacerdócio*, quase em oposição ao conceito de jornalismo como *profissão*, foi, sublinhe-se, recorrente na reflexão sobre jornalismo feita por jornalistas até meados do século XX.

Araújo (1931) critica alegadas mentira, calúnias e falta de qualidades humanas do “Repórter X”, Reinaldo Ferreira, a propósito do alegado envolvimento do autor no crime de falsificação de dinheiro (o caso das “verdadeiras notas falsas”) cometido por Alves dos Reis. Mais uma vez, são os valores da *verdade* e da *integridade* como paradigmas da orientação dos jornalistas que transparecem do texto.

Victor Falcão (1932: 202 e 206-207), na sua colectânea de crónicas intitulada *Reflexões e Paradoxos*, dizia que os jornalistas portugueses eram “maníacos” que trabalhavam sem terem “o direito de se queixar do menosprezo com que são tratados”. Denuncia, igualmente, o mercantilismo da imprensa e a cedência dos jornalistas às pressões dos proprietários dos jornais. Porém, assegura que nas redacções havia solidariedade.

João Paulo Freire (1934) fala da luta diária para manter um jornal com poucos recursos. Salienta, igualmente, que “não há em Portugal independência jornalística” pois para se criticar algo ou alguém é necessário ter dinheiro para se suportarem as consequências desses actos (Freire, 1934:

161), o que só se consegue, na versão do autor, com assinantes e vendas (Freire, 1934: 166). A “independência jornalística”, assegura João Paulo Freire (1934: 162), só existia no tempo em que os jornais representavam as vontades e os pensamentos de um único homem, como sucedeu no jornal *Novidades*, de Emídio Navarro. O valor da independência do jornalista também é vincado pelo mesmo autor num texto anterior (Freire, 1926), no qual narra os problemas com os “margalhos da censura”.

Noutro texto, João Paulo Freire (1936: 27) via o jornalismo como profissão liberal e desta a importância da função informativa dos jornais em detrimento da sua função opinativa ou mesmo polemista. Observa-se, assim, uma transformação gradual na auto-imagem do jornalista português. O “profissional” da boémia, da aventura ou da polémica dá gradualmente lugar ao profissional da informação.

Sarmento (1937: 159), igualmente numa colectânea de textos, recorda os jornalistas do Porto do início do século XX como um grupo aguerrido de apaixonados pelo jornalismo que queria mudar o mundo.

Cunha (1941 b) via nos jornalistas uma classe profissional que tinha por missão a promoção da cultura e da própria pátria.

Fernanda Reis (1943: 7) considerava que os condicionalismos em que se exercia o jornalismo em Portugal levavam os jornalistas à apatia e à indiferença, matavam-lhes a imaginação e impediam que a imprensa tivesse uma verdadeira “utilidade pública”. “O jornalista (...) não escreve o que sente e pensa. (...). Não lho consentem. Tem de escrever e traduzir – muitas vezes contrariado – aquilo que os donos da empresa industrial querem exprimir ou julgam pensar”. Para ela, a imprensa andava demasiado ocupada a procurar o lucro, esquecendo-se de “divulgar a cultura, informar com verdade e ponderação, esclarecer e orientar” (Reis, 1943: 6). A ênfase na verdade é, aliás, comum à reflexão sobre jornalismo em todas as épocas, como vimos desde 1644.

O político e jurista António Cabral (1949: 24), que se via a si mesmo como jornalista, escreveu no seu livro *As Minhas Memórias de Jornalista* que nem todos os indivíduos que escrevem em jornais são jornalistas. Para ele, um verdadeiro jornalista distinguia-se “pelo seu saber, pela sua arte, pelos seus dotes de escritor, pela sua cultura” devendo ser capaz de “tratar de qualquer assunto, prontamente, em qualquer caso”, “explicar, estudar e esclarecer todo e qualquer problema que, de repente, provoque a discussão e interesse o espírito dos sabedores e até do grande público, incapaz de destrinçar as mais difíceis e emaranhadas teses da ciência, da

arte, da religião, da política.”

O historiador da imprensa José Manuel Tengarrinha (1965: 155) escreve, a propósito da autonomização do jornalismo face à literatura:

“Pode dizer-se que, então [a partir de 1834], todos os grandes nomes das nossas letras e do nosso pensamento colaboravam assiduamente na imprensa periódica (...). Isso faz que o nível geral do jornalismo suba consideravelmente e os periódicos (...) sejam redigidos correctamente e num estilo cada vez mais individualizado.

É a partir dessa altura que se poderá dizer haver grande diferença entre *estilo literário e estilo jornalístico* (...). O que começa a caracterizar o *estilo jornalístico*²⁰ é a sua maior agilidade e vibração, a construção fácil, permitindo uma leitura corrente (...), visando um maior poder de comunicabilidade, o sentido agudo da oportunidade, que, não raro, sacrifica a perfeição à rapidez, um estilo mais *emocional* que *raciocinado*; por outro lado, a análise não tem a preocupação de ser profundamente exaustiva (...) mas sim de mostrar várias facetas (...) utilizando não o raciocínio lento e pesado, mas o raciocínio agudo e ágil”.

Ao nível das rotinas profissionais, pode dizer-se que autores como Jorge de Abreu (1927), Bramão (1936) e Rafael Ferreira (1945) destacaram, essencialmente, nos seus livros de memórias e similares, a vida na redacção, onde o *director*, o *chefe-de-redacção* e o *secretário-de-redacção* assumiam um papel fulcral; a capacidade de iniciativa individual de cada jornalista para obter a informação mais relevante em primeira-mão e assim bater a concorrência; e a capacidade de improviso, de recorrência aos mais diversos expedientes, de adaptação e resolução dos problemas manifestada, igualmente, por cada jornalista, ou seja, em português vernáculo, a competência individual que cada jornalista demonstra no “desenrascanço”. Os jornalistas também prestam abundantes testemunhos da *solidariedade* entre os membros da classe, no respeito óbvio pela possibilidade da caça individual ao exclusivo em primeira-mão (a “caça”), demonstração clara, entre os jornalistas, de competência e valor profissionais. Também transparecem desses textos de memórias as cum-

²⁰ Neste ponto, permitimo-nos discordar de Tengarrinha, pois os primeiros jornais portugueses do século XVII já evidenciavam características noticiosas, sendo de fácil leitura. Isto é, no século XVII já se encontra no periodismo nacional um estilo jornalístico bem definido, que Tengarrinha identifica apenas no século XIX.

plicidades dos membros da “tribo jornalística”, como lhes chama Nelson Traquina (2004), unidos pela vida (boémia) que levavam, pela profissão comum e pelos valores profissionais (admiração pelas “cachas”, respeito pela qualidade da expressão, apreço pela capacidade de socialização e convivência, sentido de missão...).

6.2 Sampaio Bruno (1906): a apresentação dos publicistas portugueses tardo-oitocentistas

Em *Os Modernos Publicistas Portugueses*, Sampaio Bruno apresenta vários dos jornalistas e escritores das últimas décadas do século XIX que dedicaram a sua vida a divulgar as novas ideias, descobertas, invenções e conhecimentos. O autor designa por “publicistas” estes intelectuais que procuravam ajudar a formar os indivíduos e a promover o progresso. Assim sendo, o livro inclui vastas referências aos “escritores de jornal”, às suas obras e aos periódicos da época. O texto acaba por ser também um hino à liberdade de imprensa, pois proporciona a “irradiação do pensamento”.

Para Sampaio Bruno, o publicista tem por dever “caminhar, ensinar, civilizar” e ocupar-se “dos interesses vitais da Pátria”, tornando-a “conhecida”. Mas os novos publicistas também eram cidadãos que se revoltavam contra os “monstros conservantistas” do velho Portugal, que, na sua óptica, retardavam o progresso do país. Em consequência, para o autor os publicistas tinham de informar, criticar e, se necessário, divergir, pois “o processo moral não pode dar-se desde que as almas só conheçam os preceitos do respeito e de obediência.” Conta, assim, que ele próprio, por exemplo, expôs as suas teorias sobre o federalismo ibérico nas colunas do jornal *Folha Nova*, numa série intitulada *O Federalismo*.

O autor não deixa de se referir às maneiras de agir dos publicistas, dando a perceber que a sua acção ultrapassava os limites das páginas de jornal. Sampaio Bruno relembra, por exemplo, as Conferências do Casino, organizadas por Antero de Quental, mas também as discussões em cafés e noutros locais, onde “se resolvia este mundo e o outro (...) em polémicas infundáveis (...) a berrar de Proudhon, Bastiat, Karl Marx, a Internacional, a Comuna”. Desses meios, de acordo com Sampaio Bruno, saíram personagens importantes na luta contra o conservadorismo, que escreveram a favor da liberdade e da democracia em jornais, folhetos e

livros. Porque, afirma ele, para que a democracia e liberdade existam é preciso educar o povo. Aliás, conforme ele próprio afirma, “a ignorância do povo português, é, infelizmente, incontestável!”

Segundo Sampaio Bruno, apesar de Ramalho Ortigão e Eça de Queirós terem escrito n’*As Farpas*, “crónica mensal de política, das letras e dos costumes”, que os intelectuais portugueses são “pequenos, obscuros, sem nenhuma (...) influência no movimento das ideias (...) ou no movimento dos factos universais”, o autor realça a influência “positiva” dos novos publicistas portugueses nos movimentos ideológicos de vanguarda.

A coragem dos publicistas ao desafiarem o conservadorismo legal e ideológico reinante na sociedade portuguesa também é posta em destaque por Sampaio Bruno. Com vários exemplos, ele procura mostrar, ao longo do livro, como no período conturbado do final do século XIX e início do século XX os publicistas eram perseguidos, precisamente por serem lidos, o que os tornava incómodos. Um dos vários exemplos que o autor usa para fundar a sua tese é o de José Falcão, “ameaçado de ser expulso da sua cátedra” e censurado por espalhar novas ideias.

Sendo os publicistas diferentes, pensando de maneira diferente, também diferente é o seu jornalismo. Sampaio Bruno observa, em consequência, por exemplo, a parcialidade jornalística de José do Patrocínio; o jornalismo propagandístico de Xavier de Carvalho em *O Estado do Norte*; o jornalismo elegante, embora com pouca popularidade, de Casal Ribeiro, em artigo publicado na *Revue Lusitanienne*; o jornalismo pedagógico em revistas como *O Ensino*, dirigida por Eduardo Falcão, e *Ensino*, de Teodoro Fernandes; e o jornalismo polémico, em vários opúsculos e jornais, como num folheto saído no Porto, onde um autor anónimo, que se designa a si mesmo “um português”, contesta a memória *A Ibéria*, apelidada de “perigosíssima”. O jornalismo político de cariz democrático, afirma Sampaio Bruno, estava patente, por exemplo, no *Eco Popular*, periódico fundado por José Lourenço de Sousa, que tinha como colaborador Rodrigues de Freitas. Era considerado “o órgão da mocidade possuía das ideias novas e intrépida na sua propaganda dentro duma sociedade estagnada” (p. 280).

O autor também referencia Teófilo Braga, que ao publicar *Traços Gerais da Filosofia Positiva* abriu caminho ao influxo das novas ideias do Positivismo e do Darwinismo, com reflexo imediato nos jornalistas e nos jornais, ou até nos publicistas em geral. Surgiram assim, explica Sampaio

Bruno, jornais e revistas difusores das novas ideologias científico-filosóficas. Segundo o autor, Ramalho Ortigão, nos folhetos mensais d'*As Farpas*, disse que essas publicações “eram (...) uma janela aberta, por onde entravam para o país grandes rajadas de civilização e de educação (...) varrendo os miasmas e trazendo sempre alguma boa semente.” No entanto, os conservadores também expressavam o seu pensamento através da imprensa. Conta Sampaio Bruno, por exemplo, que *O Besouro*, semanário humorístico, caricaturou Correia Barata, químico e biólogo, defensor das teses darwinistas. Contudo, o Darwinismo, segundo Sampaio Bruno, teve também eco em periódicos sérios e abertos às novas ideias, como a revista *Actualidade*, do Porto; a *Renascença*, de Joaquim de Araújo; a *Museu Ilustrado*, de David de Castro; a *Revista de Portugal*, dirigida por Eça de Queirós; a *Revista Científica*, de Ricardo Jorge”; e ainda a *Revista Ocidental*, orientada por Oliveira Martins, que “chasqueou” João Bonança e a sua *Reorganização Social*.

A admiração de Sampaio Bruno por Rodrigues de Freitas nota-se nas abundantes páginas que lhe reserva, contando que ele escreveu para jornais como *O Comércio do Porto* acerca de assuntos económicos e de administração pública, bem como para *O Jornal do Comércio*, *O Século*, *Discussão e Voz Pública*. (pp. 281-282)

Relembrando, individualmente, os contributos de outros publicistas para o debate intelectual em Portugal, Sampaio Bruno evoca, por exemplo, António Feliciano de Castilho, que escreveu uma “página indignada e comovida” sobre o “feitio inquisitorial das escolas primárias” – “em Portugal, a palmatória continua ser o troféu do nosso ensino (...) desde pequeninos, os portugueses são educados no terror, na humilhação, na covardia” (p. 223).

O autor recorda, também, que o publicismo português não se esgotava no território continental. Do próprio Brasil, por exemplo, vinham jornais que contribuíam para que novas ideias chegassem e fossem discutidas em Portugal. Sampaio Bruno relata, para fundar o seu raciocínio, o caso do periódico republicano *País*, do Rio de Janeiro, dirigido por Quintino Bocaiuva e que tinha por primeiro redactor Eduardo Salomonde, português naturalizado brasileiro.

7. Ensino do jornalismo

Pelo menos desde 1898 que, por ocasião da realização, em Lisboa, do Congresso Internacional da Imprensa, que se debate em Portugal sobre a necessidade, ou não, dos cursos de jornalismo (Cunha, 1941 b; Freire, 1936; Quadros, 1949; Matos e Lemos, 1964). A reflexão produzida especificamente sobre o ensino do jornalismo, embora de pequena monta, é uma das facetas da teorização sobre jornalismo em Portugal antes de 1974. Ela circunscreve-se a duas grandes questões:

- 1) O jornalismo pode aprender-se? (Um jornalista “faz-se” ou “nasce feito”?)
- 2) Faz sentido fundarem-se escolas de jornalismo? A serem fundadas, que tipo de escolas deverão e que tipo de cursos deverão possuir?

Como os autores que se debruçaram sobre essas questões eram, na generalidade dos casos, jornalistas feitos “na tarimba”, tinham sido recrutados mais pela impressão subjectiva que causaram nos recrutadores do que pelas competências objectivas demonstradas (Sobreira, 2003: 147) e viviam num mundo em que o jornalismo era, frequentemente, visto como uma dimensão da literatura, pelo que as competências técnicas exigidas aos jornalistas se restringiam, essencialmente, aos dotes literários e à capacidade de escrever²¹, a resposta às mesmas estava viciada à partida. Assim, em vários casos, certos autores defendem que o ensino do jornalismo não é necessário de todo. Bento Carqueja (cit. in Cunha, 1941 b: 30-31), por exemplo, dizia que “assim como não há escolas de poesia, também não as pode haver de formação de jornalistas”. Para ele, como para outros dos jornalistas (por exemplo: Gastão, 1959), o bom exercício jornalismo não depende da formação académica, mas dos dotes de cada indivíduo.

Também Alberto Bramão (1899: 16) considera inútil ter uma escola superior de jornalismo num país onde esta actividade não era vista

²¹ Não se deve esquecer que durante muitos anos os jornalistas circunscreveram o jornalismo à esfera dos jornais. Em Portugal, o jornalismo de rádio e de televisão, por exemplo, não foi considerado verdadeiro jornalismo durante muito tempo, pelo que os seus profissionais só bastante tarde puderam inscrever-se no Sindicato dos Jornalistas.

como “verdadeira profissão”. Outra razão avançada por Bramão para a não criação de um curso de jornalismo tem a ver com a impossibilidade de ensinar tão vasta matéria: “dentro do jornalismo cabe o universo inteiro”, releva (Bramão, 1899:15). Além disso, para ele “a prova do valor jornalístico não pode ser tirada em exames (...) porque sendo o jornalismo constituído por empresas particulares, de nada valeria o diploma de jornalista conferido pelo júris, a coacções e a erros. A prova do valor jornalístico só se verifica como a prova do valor guerreiro – no campo de batalha.” (Bramão, 1899: 15). Segundo Alberto Bramão, não é, portanto, “com diplomas de bacharelato que os jornalistas podem autenticar as suas faculdades” (Bramão, 1899: 16). Pelo contrário, as virtudes de um jornalista, segundo Bramão (1899: 16), são o talento e o trabalho: “Já o disse um poeta (...): com talento e um caderno de papel, está um homem armado para a imortalidade.”

Um outro autor que discorda da necessidade de ensino do jornalismo é Marques Gastão (1959). Em *A Nobre Condição do Jornalista Diante da Literatura*, o autor expressa a sua convicção de que os jornalistas comuns, mesmo quando ensinados, não chegam a ser autênticos, pois estes últimos teriam qualidades que os jornalistas comuns não possuem. O autor recorda Pulitzer, que defendia o ensino universitário do jornalismo mas que se questionava sobre se todas as condições necessárias para se ser jornalista podiam ser aprendidas, visto que várias delas tinham de ser qualidades intrínsecas. “O jornalismo não é uma profissão que se aprende como as outras profissões, pois é preciso improvisar, arrojo e audácia”, escreve Marques Gastão. Para o autor, o jornalista não pode ser uma pessoa indiferente ao que se passa à sua volta, “tem de ser dinâmico, extrovertido e apaixonado pelo que faz”. Desta forma, “não se faz um jornalista como se faz um engenheiro ou doutor”. Desse modo, o autor questiona: “se o jornalista autêntico tiver todos os requisitos de Pulitzer, para que precisa do ensino?” Marques Gastão relembra, igualmente, que há jornalistas que marcaram o seu lugar no mundo jornalístico sem o ensino universitário. Convictamente, diz que aqueles que estudam e desde cedo não mostram qualquer valor intrínseco para a profissão, irão falhar no futuro. Para o autor, apesar de existirem escolas de jornalismo na América e na Europa, o ensino não passa de um série de exercícios de redacção, faltando muita prática a quem delas sai formado.

Para outros autores, como se intui da leitura do livro de João Paulo Freire (1936), o ensino do jornalismo é visto como podendo ser útil, mas

não essencial. Alfredo da Cunha (1941 b: 34) tem a mesma leitura e diz que uma escola de jornalismo apenas pode adestrar competências pessoais. No entanto, este último autor admite que uma educação específica em jornalismo é conveniente, para que o exercício do jornalismo não seja um improviso. Já Luís de Quadros (1949) pugna não somente pela instituição de escolas de jornalismo mas também pela obrigatoriedade de uma formação específica em jornalismo para o exercício da profissão. Nuno Rosado (1966: 21) tem idêntica opinião: “a tendência é para a criação de escolas de jornalismo ao nível universitário”, muito embora o autor admita que um jornalista também tenha, antes de mais, de saber expressar-se e de ser capaz de lidar com as mais diversas pessoas.

Não é de excluir que por trás das posições hiper-conservadoras e de resistência à mudança evidenciadas por autores como Bento Carqueja estivesse um certo receio dos jornalistas “instalados” e “feitos” nas redacções à hipótese destas serem “invadidas” por jornalistas formados em escolas específicas ou mesmo em universidades. Mário Matos Lemos (1964: 28-32 e 39), por exemplo, acusou os jornalistas da “velha guarda” de não quererem uma escola superior de jornalismo por estarem presos “às antigas concepções jornalísticas” e não terem qualquer preparação teórica que lhes permitisse “acompanhar o progresso”. Para ele, era “praticamente impossível explicar a muitos dos velhos profissionais que se nasce tanto jornalista como médico ou advogado. A prática é indispensável, mas o conhecimento teórico é, pelo menos, tão indispensável como aquele.” (Matos e Lemos, 1964: 28) Mário Matos e Lemos, aliás, era extremamente crítico para com os padrões de recrutamento de então, que privilegiava quem “não quis ou não pode acabar o curso dos liceus ou superior. Surgem, assim, nas redacções um bom número de falhados que enveredam pelo jornalismo porque não sabem fazer mais nada do que escrever, geralmente em mau português, e mais nada.” (Matos e Lemos, 1964: 28) Este último ponto é relevante, pois os autores portugueses que reflectem sobre o ensino do jornalismo, mesmo quando admitem a existência de escolas e jornalismo, também manifestam dúvidas sobre os tipos de escola a fundar, os tipos de cursos a criar, em função dos possíveis destinatários e, em particular, sobre se o ensino do jornalismo deveria ter lugar nas universidades. Aliás, autores como Freire (1936) faziam depender o curso a frequentar do tipo de jornalista que um indivíduo queria ou poderia vir a ser no seio de uma classe extremamente estratificada, dividida, hierarquicamente, entre redactores, repórteres e informadores.

Mário Matos e Lemos (1964: 28-32) aborda, igualmente, um outro ponto correlacionado com o ensino do jornalismo. Para ele, seria quase uma perda de tempo mudar a legislação sobre a liberdade de imprensa em Portugal para a adequar ao princípio da responsabilidade social próprio das democracias ocidentais sem se alterar o regime de acesso ao exercício do jornalismo, o que começaria pela institucionalização de cursos superiores para a formação de jornalistas de quatro ou cinco anos de duração e coroados por um estágio, à semelhança do que acontecia em “todos os países do mundo civilizado”.

“A exceção que Portugal constitui – e qualquer reforma da imprensa que se faça deverá começar por aqui – é paga por um nível cada vez mais baixo nas redacções dos jornais. A velha guarda, naturalmente, presa às antigas concepções – a nenhuma preparação teórica impede-lhes, quase sempre, acompanhar o progresso; os novos, incapazes de apresentarem ideias estruturadas. Entre uns e outros, uns tantos novos, conscientes, debatendo-se, uns quantos veteranos já indiferentes. E cada vez menos os tempos permitem amadores seja onde for, portanto também não no jornalismo.” (Matos e Lemos, 1964: 29-30)

Costa Carvalho (1971: 8-10) afirma, por seu turno, que o jornalista “não se faz (...), nasce (...) para ser feito”, pelo que defende a institucionalização do ensino do jornalismo, certo de que se a escola não faz tudo, pelo menos completa e orienta. Mais, para ele “o diletantismo e o autodidactismo” já tiveram a sua época. Diz ele:

“não é raro que o jornalista adventício tenha de suportar, quando movido pelo esforço de valorização profissional, através do estudo sistemático, os motejos dos veteranos que, quantas vezes só na tarimba, chegam à tal “predestinação” de que se proclamam bafejados *ab ovo* e cujos favores entendem não ser de alcançar enveredando pela qualidade e quantidade das habilitações literárias.”

Costa Carvalho manifesta-se também bastante crítico para com as políticas de recrutamento dos jornalistas praticado pelas empresas portuguesas, que “*descobrem* os valores, recrutados ao acaso e com total confiança nos desígnios da Providência ou dos pedidos de intermediários das relações” (Costa Carvalho, 1971: 10).

Diga-se que, em 1941, o Sindicato Nacional dos Jornalistas apresentou ao Governo um projecto de curso teórico e prático de jornalismo, que funcionaria na sede do Sindicato, durante dois anos, e ao qual poderiam aceder jornalistas com pelo menos um ano de experiência ou candidatos habilitados com o antigo 5º ano dos liceus²². Participariam na leccionação jornalistas e professores universitários. A iniciativa foi, todavia, infrutífera, talvez também por culpa das próprias divisões da classe em torno da necessidade, ou não, da implementação do ensino do jornalismo.

A discussão sobre a criação, ou não, de escolas e cursos de jornalismo em Portugal continuou, animada por uma espécie de curso livre de jornalismo organizado pelo Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, em que vários palestrantes, numa série de conferências, abordaram os seguintes temas: “Técnicas de Edição e Preparação de jornais” (Pedro Correia Martins, director de *A Voz*), “Órgãos de Opinião e Órgãos de Informação” (Prof. Dr. Jacinto Ferreira, director de *O Debate*), “Ética e Responsabilidade no Jornalismo” (Barradas de Oliveira, director do *Diário da Manhã*), “Tendências Actuais da Imprensa” (João Coito, jornalista do *Diário de Notícias*), “A Imprensa Científica” (Doutor Almerindo Lessa, director da *Semana Médica*), “Responsabilidade do Jornalismo Infantil” (Adolfo Simões Müller, director dos jornais infantis *Zorro* e *João Ratão*), “Métodos e Problemas do Jornalismo Desportivo” (Trabucho Alexandre, chefe de redacção do *Diário Ilustrado*), “Técnicas do Jornalismo Falado” (Silva Dias, director de programas da Emissora Nacional), “Algumas Considerações sobre o Regime Jurídico da Imprensa” (Monsenhor António Avelino Gonçalves, director do *Novidades*) e “O Jornalismo e os Modernos Meios Audiovisuais” (Barradas da Silva, director-geral da RTP). Os textos das palestras foram, posteriormente, reunidas num livro editado, em 1963, pela Junta de Investigações do Ultramar/Centro de Estudos Políticos e Sociais, intitulado sugestivamente *Curso de Jornalismo*. Nele se verifica que alguns dos conferencistas, afinal, fugiram ao tema, desde logo o primeiro, que em vez de abordar a edição de jornais falou da sua vida de jornalista, argumentando que não tinha tido tempo de preparar a conferência. E assim decorreu esse pioneiro “curso de jornalismo” em Portugal...

Em 1964, Mário Matos Lemos, no já referido ensaio sobre liberdade

²² Equivalente ao actual 9º ano de escolaridade, termo da educação básica.

de imprensa²³, defendia a criação de uma escola universitária de jornalismo, com um curso de quatro ou cinco anos que culminasse num estágio profissional, devendo o número de vagas depender das necessidades do mercado. Dois anos depois, o *Diário Popular* organizou, com bastante sucesso, um curso de jornalismo nas suas instalações. Este foi seguido, em 1968, pelo curso de jornalismo do Sindicato Nacional de Jornalistas, frequentado por quase 200 interessados, alguns dos quais alunos por correspondência. Ainda assim, nenhum curso superior com reconhecimento oficial especificamente denominado como sendo de jornalismo veria a luz do dia em Portugal até à criação da licenciatura em Jornalismo da Universidade de Coimbra, em 1993, apesar do Sindicato Nacional dos Jornalistas ter submetido ao ministro da Educação, em 1971, o *Projecto de Ensino de Jornalismo em Portugal*, delineado por uma comissão constituída por jornalistas, alguns deles com formação superior em jornalismo obtida no estrangeiro, no qual se previa a fundação de um curso de Ciências da Informação, com dois níveis (três anos para bacharelato, cinco para licenciatura) que formasse jornalistas multimédia (de jornal, rádio, televisão e cinema) num estabelecimento de ensino específico, cuja denominação proposta era Instituto Superior de Ciências da Informação. O projecto admitia que o curso tivesse três domínios: ciências da informação; técnica da informação; e cultura para a informação. Nada diferente, portanto, da generalidade dos cursos de jornalismo e Ciências da Comunicação actuais.

No mesmo ano em que o Sindicato apresentou o seu projecto, o grupo Borges & Irmão, dono do banco com o mesmo nome, instituiu a Escola Superior de Meios de Comunicação Social, que oferecia cursos de Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade. Estes cursos, porém, não obtiveram reconhecimento oficial e a própria escola seria extinta após a vaga de nacionalizações posterior à Revolução de 25 de Abril de 1974, decorrente do Processo Revolucionário em Curso (PREC).

Em conclusão, pode dizer-se que a reflexão sobre o ensino do jornalismo produzida em Portugal acompanhou não só o processo de gradual profissionalização dos jornalistas como também a tendência de se considerar o jornalismo uma profissão técnica passível de ser ensinada, como outras profissões liberais, e um objecto científico, com fronteiras determinadas, teoria e metodologias próprias, embora estas últimas geralmente importadas, com adaptações, das ciências sociais e humanas.

²³ Era comum os autores ultrapassarem as fronteiras do objecto que eles próprios delineavam.

7.1 João Paulo Freire (1936): o primeiro livro sobre o ensino do jornalismo publicado em Portugal

O primeiro livro dedicado ao ensino do jornalismo editado em Portugal é da autoria do jornalista português João Paulo Freire (1936) e intitula-se *Escolas de Jornalismo*, sendo uma colectânea de quatro artigos que o autor publicou no *Diário da Noite*, jornal que fundou e dirigiu. Na obra, o autor aborda, em consonância com o título, a necessidade de existência, ou não, de escolas de jornalismo em Portugal, mas, frequentemente, extravasa as suas considerações para temas colaterais, para contextualizar as premissas que sustenta.

Freire parte do princípio de que o jornalismo é uma profissão passível de ser aprendida, como a medicina ou a advocacia, o que a colocaria no segmento das *profissões liberais*. Porém, também explica que no Portugal dos anos Trinta o jornalismo se fazia “ou por vocação e auto-didatismo ou por necessidade”, pelo que, embora existissem *profissionais*, não havia “aprendizagem escolar e científica” para o exercício da profissão. (Freire, 1936: 9).

Partilhando uma ideia comum na época, Freire pretende que um bom jornalista nasce já com vocação e qualidades para a profissão. Inclusivamente, Freire (1936: 20) sublinha que “os maiores jornalistas de todos os países não tiraram o curso de jornalismo”, embora falasse do jornalismo de um tempo em que não se exigiam ao jornalista as competências técnicas multimédia e o grau de especialização que subjazem ao jornalismo contemporâneo. No entanto, o autor reconhece, igualmente, que a educação pode aprimorar as competências e conhecimentos dos jornalistas, independentemente das qualidades inatas de cada um. João Paulo Freire afirma, por exemplo, que um bom jornalista tem de ter conhecimentos actuais acerca de todas as áreas da vida em sociedade, algo que só uma cuidada e permanente educação pode dar. Mais do que isso, “há uma grande distinção entre o que toda a gente resolveu chamar jornalista e o verdadeiro jornalista. Pode escrever-se num jornal e não se ser jornalista. Pode ser-se jornalista e não se escrever uma linha (...). O que ninguém pode é ser um jornalista completo, sem perceber do seu ofício” (Freire, 1936: 20). Por isso, ele admite que “Uma escola de Jornalismo é indispensável, mas uma escola de jornalismo prático, e não de jornalismo de diplomas” (Freire, 1936: 17).

Na sequência do seu livro, Freire passa em revista a discussão sobre

o ensino do jornalismo em Portugal e relata experiências de outros países. Relembra, nomeadamente, que a educação dos jornalistas começou a ser discutida, em Portugal, no 5º Congresso Internacional da Imprensa, realizado, em 1898, em Lisboa. Albert Bataille foi, segundo Freire, o defensor, durante o evento, da necessidade da educação profissional dos jornalistas durante o evento. Disse Bataille, citado por Freire (1936: 10), nessa ocasião:

“Com o aperfeiçoamento das máquinas de imprimir, com o telégrafo e com o telefone, com a transformação do espírito público, cada vez mais ávido de ser informado, uma metamorfose se operou (no jornalismo): a polémica foi relegada para segundo plano e a informação passou para o primeiro. E quando dizemos informação, encaramo-la sobre todas as suas fórmulas, com a maneira pessoal que lhe possa imprimir o talento do autor: quer se trate de crónica literária, crítica de arte, extractos das Câmaras ou dos tribunais, viagens ou expedições. (...) Por isso é necessário que a educação geral do jornalista seja completada pela educação profissional”.

Com essas palavras, Bataille deixou gravada para a posteridade a percepção que se tinha das transformações no jornalismo no século XIX (predominância da informação sobre a opinião), ideia que Freire (1936:27) acentua, ao excluir que se antigamente “o melhor jornal era aquele que melhor falava ao coração, hoje (...) é aquele que fornece melhores notícias (...) em maior número”. Mas Bataille também lembrou algumas das tarefas cometidas aos jornalistas na transição do século XIX para o XX e repisou uma ideia que já tinha expressões concretas na Europa e nos Estados Unidos desde o início de Oitocentos: a necessidade de formação específica para os jornalistas. Bataille (*cit. in* Freire, 1936: 13) queria um curso dirigido por professores universitários com “línguas estrangeiras, história da arte, história contemporânea e economia política, história do progresso das ciências e história do teatro contemporâneo”.

João Paulo Freire evoca, a propósito, várias experiências de ensino do jornalismo. Passa em revista o curso de Jornalismo da Universidade da Pensilvânia, que durava quatro anos, incluía disciplinas de história da imprensa, legislação, economia política e social, ciência política e expressão jornalística e mantinha um jornal, redigido pelos estudantes. Descreve, igualmente, um curso francês, que teria falhado por razões que o autor desconhecia e que assentava, como muitos outros, em disciplinas técnicas

(redacção jornalística, conhecimentos sobre o funcionamento dos jornais, impressão, composição e paginação, etc.) e de conhecimento geral e aplicado (história da imprensa, legislação aplicável ao jornalismo, história contemporânea, economia política, ciência política, etc.). Podemos dizer, inclusivamente, que a lógica da formação de jornalistas do século XIX e início do século XX se mantém no mundo contemporâneo, pois assentava, como assenta, em três grandes áreas: técnica jornalística; ciências sociais e humanas aplicadas; ciências sociais e humanas em geral.

De qualquer maneira, a formação escolar dos jornalistas não era tudo. Freire (1936: 13) defende, evocando Bataille, que no recrutamento para o exercício do jornalismo deveriam ter-se em conta não apenas os conhecimentos gerais e uma eventual formação específica dos candidatos, mas também a sua “moralidade”. Nesta posição de Freire, constata-se existir já uma nítida percepção sobre os efeitos do jornalismo e a consequente necessidade deste ter uma dimensão ética.

Na sequência do seu livro, João Paulo Freire critica algumas escolas de jornalismo norte-americanas por oferecerem, segundo ele, cursos por correspondência, que só “tolos” quereriam tirar (Freire, 1936: 28). Para justificar a sua crítica, Freire (1936: 28) cita J. Norton Leonard, um autor que certamente via no jornalismo essencialmente uma dimensão da literatura: “Embora umas sejam mais importantes do que as outras, no fundo todas as escolas são a mesma coisa. Todas saturam o estudante com técnicas complicadas ou o obrigam a seguir uma pauta que destrói a inspiração ingénita literária que ele possa ter.”

Para chegar à escola de jornalismo ideal, o autor refere as três categorias de jornalistas portugueses nos anos Trinta: por ordem hierárquica, os redactores, os informadores e os repórteres, cada qual com as suas responsabilidades, as exigências de cultura, o seu âmbito de acção e os seus vencimentos. “O *informador* é o que informa, sem responsabilidades de redacção. *Repórter* é o que se dedica à reportagem de acontecimentos com relativa responsabilidade de redacção. *Redactor* é o que toma, perante os chefes, a responsabilidade redactorial do que escreveram o repórter e o informador, ou o que ele próprio redigiu”, explica Freire (1936: 29-30). Assim, “Se há (...) responsabilidades diferentes, há, ou deveria haver, conhecimentos e cultura superiores. Logo, um curso para jornalistas tinha de ser *geral e superior*”, argumenta João Paulo Freire (1936: 30). Mas, “Antes disso, tinha de se estabelecer (...) o regime de categorias e o salário mínimo. Não se compreende, por exemplo, que

haja jornais onde os redactores ganhem menos do que os informadores doutros jornais”, salienta Freire (1936: 30).

Acusadoramente, João Paulo Freire (1936: 37) sustenta que onde se tentaram criar escolas de jornalismo “se caiu ou no fracasso ou na vigarice”, ideia que à luz do que conhecemos hoje parece deslocada e injusta e que é mesmo paradoxal tendo em conta os raciocínios expressos anteriormente pelo autor. Critica, também, o regime legal em vigor nas colónias portuguesas de então, que obrigava a que a direcção de um jornal fosse assegurada por licenciados, imposição que o autor vê como um “disparate” (Freire, 1936: 37), embora reconheça que se trata de um mecanismo de defesa do Estado, para evitar que à frente de um jornal não fique “uma criatura semi-analfabeta” (Freire, 1936: 38).

De qualquer modo, para João Paulo Freire era preciso criar uma escola de jornalismo, mas para ele “Uma escola de jornalistas não pode ser um curso de tretas, nem uma academia de larachas. Tem de ser um curso especializado, não para *improvisar* jornalistas, mas para completar o jornalista.” (Freire, 1936: 39) A escola de jornalismo ideal, na versão de Freire, teria dois cursos: um geral e outro superior, em função das necessidades específicas de informadores, repórteres e redactores. Esta discriminação é muito vincada na mente de Freire, em sintonia com a conjuntura sócio-cultural e profissional da época:

“Uma pessoa medianamente instruída (não digo culta) pode muito bem ser um jornalista informador ou um jornalista repórter. Mas se for apenas medianamente culta, já não deve aspirar a ser um jornalista redactor e muito menos um jornalista chefe ou um jornalista director. (...) Para um informador, o saber ler e escrever é o bastante. (...) Para um repórter, não é necessária uma cultura especializada, embora esta lhe não faça mal (...). Mas não ficaria mal se ao repórter profissional se exigisse o 5º ano dos nossos liceus²⁴. (...) Mas para o repórter o que se exige (...) é que ele tenha vocação. (...) Pode ser-se ao mesmo tempo repórter e redactor e então ser-se-á um jornalista completo. (...) Resta-nos (...) o redactor (...) que, pela sua posição dentro dum jornal, necessita ser um homem culto. Para o informador e para o repórter, a vocação é tudo, o resto auxilia. Para o redactor, a vocação não basta. Necessita, além duma cultura geral, conhecimentos especiais (...) e (...) para ingressar no (...) jornalismo devia exigir-

²⁴ Corresponde, grosso modo, ao actual 9º ano de escolaridade, término da escolaridade obrigatória em Portugal. No entanto, nos anos Trinta eram raríssimas as pessoas que chegavam tão longe no seu percurso escolar.

-se-lhe, além dum curso, a devida especialização” (Freire, 1936: 40-41).

Que habilitações defende, então, João Paulo Freire para os redactores? O curso geral dos liceus, acrescido de um ano de “preparação jornalística” onde o candidato adquirisse conhecimentos sobre história do jornalismo, organização dos jornais e técnicas de redacção e, para quem tivesse “aspirações de mando e destaque” (p. 43), um curso superior de jornalismo, agregado ao de letras, com três anos de duração e com defesa de uma tese no final. O primeiro ano seria, essencialmente, dedicado ao estudo da história do jornalismo, da organização dos jornais e das funções sociais do jornalismo no mundo; o segundo ano seria dedicado à aquisição de competências e conhecimentos técnicos (redacção, impressão) e ainda ao estudo de aspectos básicos da administração das empresas jornalísticas; finalmente, no terceiro ano, abordar-se-ia a legislação da imprensa e rever-se-ia toda a matéria dada.

Colateral mas contextualmente, João Paulo Freire refere-se, no seu livro, à constituição típica de um jornal português dos anos Trinta, a pretexto da adequação da formação em jornalismo às categorias profissionais existentes entre os jornalistas portugueses (redactores, repórteres e informadores). Diz, então, João Paulo Freire que um jornal dessa época tinha duas divisões gerais: a redacção e a administração. A redacção era, por sua vez, dividida em várias secções: política, social, falecimentos, desporto, etc. Cada uma das secções, segundo Freire, exige a liderança de um técnico especializado, “que se faz acompanhar de redactores, repórteres e informadores da sua confiança” (Freire, 1936: 22). Nesta parte do seu livro, Freire não apenas evoca as categorias profissionais dos jornalistas portugueses no início dos anos Trinta, mas também, implicitamente, reconhece que a profissão jornalística possui um cunho técnico e necessita de especialistas. No entanto, adverte o autor:

“Não basta hoje, para a confecção de um jornal, o conjunto (...) de boas vontades. É necessário que a essas boas vontades presida o saber, a competência, a cultura. Evidentemente, não se exige que um simples informador, ou mesmo um repórter, tenha uma cultura excepcional. Se a tiver, melhor. Mas requer-se que um chefe de redacção, um redactor categorizado, seja um jornalista com uma cultura geral e uma especiali-

zação, tanto quanto possível perfeita”. (Freire, 1936: 22-23).

A administração é, por seu turno, segundo Freire (1936: 23), a “chave mestra dum jornal”. Dividida, igualmente, em várias secções, a administração terá que ser competente para que um jornal funcione bem, mas tem de estar perfeitamente separada da redacção: “Num jornal que mereça este nome, os empregados duma redacção não devem poder entrar na administração, nem os da administração na redacção”, escreve Freire (1936: 24-25), indiciando o conceito de que o jornalismo é uma profissão com fronteiras e limites.

Além da administração e da redacção, um jornal, de acordo com Freire, teria de possuir uma boa biblioteca, uma secção de telefones e um competente sector de revisão, com revisores que aliem a sabedoria e o profissionalismo.

Ainda a título contextual, João Paulo Freire defende uma Lei de Imprensa que desse aos jornalistas “liberdade absoluta”, mas que também os punisse com rigor, em tribunais sumários; que impedisse a organização de jornais sem que os seus servidores vissem assegurados os seus direitos; e que assegurasse aos jornalistas reformas e protecção na saúde e na invalidez. Esta preocupação de João Paulo Freire tem, aliás, um tom bem contemporâneo, tantas as vezes o Sindicato dos Jornalistas clamou, recentemente, contra a criação de empresas jornalísticas mal organizadas e com péssimos planos de negócio, que, ao falirem, atiram para o desemprego centenas de jornalistas.

O último capítulo do livro é dedicado ao associativismo e sindicalismo jornalísticos. João Paulo Freire considera que a Associação de Trabalhadores da Imprensa, que deu lugar ao Sindicato dos Profissionais da Imprensa, entretanto desaparecido para dar lugar à Caixa dos Trabalhadores da Imprensa, e o recém-criado, naqueles tempos, Sindicato Nacional dos Jornalistas “a que pertencem alguns jornalistas e outras pessoas que por tal se intitulam” (Freire, 1936: 46) não davam resposta às necessidades da classe. O autor defende, assim, a criação de um sindicato que agrupasse todos os trabalhadores da imprensa (por razões de força), repartidos por secções específicas, de acordo com o sector em que trabalhassem (tipografia, redacção, etc.). O sindicato deveria ter agregada a si uma caixa de pensões e reformas e um tribunal arbitral que resolvesse questões laborais, nomeadamente situações de incumprimento do contrato de trabalho.

Merece realce a preocupação de Freire com o futuro dos jornalistas, pois, conforme ele próprio escreve sobre a dramática situação dos jornalistas portugueses no início dos anos Trinta, “Não se compreende que um jornalista que deu ao seu jornal 30, 40, 50 anos de esforço chegue ao cabo da vida esmolando a graça duns míseros cobres ou a complacência das empresas onde continua como um tropeço inútil e incómodo que só por caridade se tolera.” (Freire, 1936: 34)

7.2 Luís de Quadros (1949): a pugna pelas escolas de jornalismo e pela habilitação específica para o exercício da profissão

No seu livro *Falta uma Escola de Jornalismo em Portugal?*, o jornalista Luís de Quadros reedita um artigo que publicou no *Correio do Minho*, em forma de carta aberta ao Ministro da Educação Nacional, no qual defende não apenas a rápida institucionalização de escolas de jornalismo em Portugal mas também a exigência da habilitação específica em jornalismo para o exercício profissional.

O autor diz que parece existir uma “confusão” entre as palavras *profissional* e *jornalista*. Pior, “como se todo o confucionismo não bastasse por si só para amesquinhar uma das mais belas profissões que um ente humano pode exercer (...) [também se acusam] (...) os jornalistas de venais, de mentirosos, de estúpidos e ignorantes, como se toda a honestidade, verdade, inteligência e erudição deste mundo fosse personificada”. (Quadros, 1949: 10)

Luís de Quadros questiona-se sobre o porquê deste ataque à profissão de jornalista ainda acontecer no Portugal da sua época. E dá a resposta: “Pela simples e clara razão de que, falsamente baseadas num critério estreito, as sucessivas aristocracias mentais portuguesas (...) relegaram a um incompreensível ostracismo a actividade espiritualmente mais delicada que numa nação pode existir – a orientação da Opinião Pública”. (Quadros, 1949: 11)

Relembra o autor que já em 1898 Albert Bataille (*cit. in* Quadros, 1949: 15), numa tese exposta no V Congresso Internacional de Imprensa, havia referido a necessidade da “oficialização dos Cursos de Jornalismo já então existentes” e da “criação de escolas oficiais de jornalistas” Ao longo do texto, Luís de Quadros não faz mais do que repetir as ideias de Bataille, embora com novos argumentos, defendendo a criação de cursos

e faculdades de jornalismo que possam assegurar perante a sociedade que o estatuto de jornalista apenas seja atribuído a quem frequente esses mesmos cursos. Para ele, só os cursos superiores de jornalismo permitiriam elevar o jornalismo ao mesmo nível de outras profissões (mais uma vez se observa, aqui, o entendimento do jornalismo como *arte liberal*, passível de ser aprendido e ensinado, como outras profissões técnicas).

Luís de Quadros defende, igualmente, que a aceleração do ritmo da informação, graças à radiodifusão, foi uma das razões que levaram o jornalismo a tornar-se uma profissão específica, que exige competências específicas e, portanto, profissionais com formação adequada. Segundo o mesmo autor, também o grafismo dos jornais evoluiu tanto que se tornou um factor determinante não apenas para o seu sucesso, mas igualmente para a concretização da sua função informativa, pelo que deveria ser obra de profissionais devidamente habilitados.

Luís de Quadros entende que as mudanças sociais e ideológicas trouxeram ao jornalismo uma faceta de “correção e educação social” com uma aparência de “versatilidade e ecletismo”, mas para ele o jornalismo “sempre foi e há-de ser por muito tempo, a melhor arma dos fracos e oprimidos” (Quadros, 1949: 13).

O autor relembra que existem experiências de formação superior em jornalismo em vários países do mundo desde o século XIX, devendo Portugal inserir-se nesse movimento. Por isso, em jeito de conclusão, o autor sugere que se dê início “à fundação de uma escola oficial de Jornalismo integrada na Universidade Técnica [de Lisboa]” (Quadros, 1949: 19).

8. Teoria do jornalismo (em geral)

A grande dificuldade de seleccionar obras que se enquadrem nesta categoria reside no facto de todos os livros consultados, de uma ou de outra forma, teorizarem sobre jornalismo. Assim, todos os livros aqui teriam lugar, pelo que, necessariamente, incluímos aqui apenas as obras que, teorizando sobre jornalismo, não se enquadram melhor nas restantes categorias de classificação, sem excluir, em alguns casos, menções particularmente relevantes a obras já referidas anteriormente.

São diversos os temas das obras inventariadas. Excluindo, propositalmente, os livros já abordados neste texto ou que merecerão um tratamento posterior, pode dizer-se que os autores portugueses teorizaram,

por exemplo, sobre as relações entre jornalismo, história e pensamento (Figueiredo, 1957; Fraga, 1958), o boato (Lechner, 1971), a rádio e o jornalismo de rádio (Pires Cardoso, 1941; Silva Dias, 1968; Beckert d'Assumpção, 1970) e ainda sobre os meios de comunicação social e a defesa do regime (Lúpi, 1944; 1956; 1958).

Fidelino de Figueiredo (1957: 204), por exemplo, ao referir-se às relações entre história, jornalismo e sociedade explica que “A paz entre os homens e os povos começa nas aulas de história e nas redacções das agências noticiosas, das emissoras e dos jornais diários”. Beckert d'Assumpção (1971) vai além da história e pretende que no jornalismo se estudem as configurações do futuro.

Gustavo de Fraga (1958) reflecte, genericamente, sobre a performatividade jornalística, assente no domínio das técnicas de informação. Diz ainda que os meios de comunicação “constituem diariamente a teia intersubjectiva da consciência da época”, pelo que “o jornalista é um dos mais categorizados e responsáveis funcionários da humanidade”. Ora, como “o jornalismo será sempre, em grande parte, o que for o jornalista, dependerá em parte essencial da sua maturidade cultural e do seu escrúpulo e sentido de responsabilidade” (Fraga, 1958: 15), então o autor sugere que as responsabilidades cometidas ao jornalista tenham equivalente na formação que lhe é exigida, o que naturalmente significa uma formação superior. Qual é, então, a função do jornalista? É despertar as consciências individuais: “Quer actue na rádio quer na imprensa, sob limitações legais determinadas e sob condições técnicas que limitam e impõem certas formas de expressão, ele está na vanguarda de todos os que mantêm despertas as possibilidades de reacção do humano disperso na massa, se tomar consciência (...) da missão a que é chamado” (Fraga, 1958: 14)

Já sobre radiojornalismo, Beckert d'Assumpção (1970: 37), pretende que a rádio “como transportadora técnica de informações, ao mesmo tempo que cria uniformidades por um lado vai, pelo outro, abrindo mais as brechas da diversidade”. O autor exige, ainda, um maior controlo sobre a ética do radiojornalismo, pois considera que a rádio é um “poderosíssimo meio” de formação de opinião, pois encontra-se “mais perto da comunicação cara-a-cara, de homem para homem, com a preferência de ser omnidireccional, com a vantagem, por vezes, de ser anónima, impessoal, uma voz não deste nem daquele, mas que (...) actua (...) como a voz da consciência” (Beckert d'Assumpção, 1970: 40).

De qualquer modo, pode dizer-se que os livros sobre teoria do jorna-

lismo em geral, em Portugal, tendem a ser desenvolvimentos da crítica ao jornalismo feita no século XIX e assumem, predominantemente, cinco dimensões, como veremos:

- 1) O estabelecimento do *território* do jornalismo, da *natureza, funções e papéis sociais* da actividade, das suas *transformações* e dos seus principais agentes, os *jornalistas*;
- 2) A intenção de *moralização e dignificação* das práticas profissionais e da própria *profissão* (para uns) ou *ocupação* (para outros) dos jornalistas;
- 3) A *crítica aos media*;
- 4) A perspectivação da *influência* do jornalismo na sociedade;
- 5) As técnicas e a expressão jornalísticas.

É de referir que de uma teorização de natureza meramente intuitiva, se passará, progressivamente, a uma teorização de natureza mais sociológica, em que são visíveis várias influências estrangeiras, até pela diversidade de fontes citadas.

8.1 O território do jornalismo e os jornalistas

São muitas as descrições sobre o território do jornalismo e dos jornalistas na produção intelectual portuguesa. Talvez a mais interessante dessas descrições seja a do filósofo Gustavo de Fraga (1958: 15): “Mundo de aventura e de novidade que o é, o jornalismo é transmissão e recriação por um meio próprio de expressão”.

Edmundo de Amicis, ao prefaciар o livro de Alberto Bessa (1904: VII) escreve que o jornal é “um livro impresso sobre uma folha (...), um livro volante” que coloca os leitores a par dos grandes e pequenos acontecimentos do quotidiano, aconselha nos negócios, anuncia produtos e serviços e oferece empregos, oferece passatempos e folhetins e entretenimento para as crianças, mas que “na manhã seguinte está sepultado e esquecido” (Amicis, *in* Bessa, 2004: VIII). Joaquim Salgado (1945:

59-60) reconhece na imprensa um “ministério sacerdotal de instituição pública” e, em muitos casos, “o único agente de cultura e comunicação das pessoas que a lêem”. O autor considera ainda que a diversidade e acessibilidade dos conteúdos dos jornais e o seu papel na vulgarização das ideias permite alimentar as necessidades e interesses de informação, orientação ou simples distração dos mais variados tipos de leitores, sendo poucos os cidadãos que escapam à sua influência. Numa síntese abstracta dessas descrições concretas das missões da imprensa de Amicis e Salgado, chegaríamos, assim, a algumas das funções sociais do jornalismo: *informar; orientar; entreter*.

A primeira das citações anteriores também permite observar que, para muitos dos pioneiros da reflexão sobre jornalismo, este era visto, essencialmente, como um ramo da literatura. Joaquim Salgado (1945: 59), por exemplo, classifica, igualmente, o jornalismo como “o que logrou mais popularidade” entre “todos os géneros literários”, apesar de o ver, igualmente, como *instituição social*. Também para Alberto Bessa (1904: 29), a imprensa “é um grande bem (...) porque é a palavra organizada em instituição, tornada eco da multidão (...), servindo, com a sua voz, de válvula de segurança”. Estas palavras de Bessa e as anteriores, de Salgado, demonstram que em Portugal já se tinha espalhado, pelo menos desde o final do século XIX, o conceito sociológico da imprensa como *instituição social*, caro aos pioneiros oitocentistas alemães da sociologia.

Nuno Rosado (1966: 11-13) caracteriza a imprensa como um meio público de difusão de informações. Também chama a atenção para as funções da imprensa, já que considera ser principais deveres do jornalismo “informar com verdade” e, através dos conteúdos opinativos, “esclarecer (...) para *orientar*”. Para este último autor, é ainda missão da imprensa “exercer uma acção formativa” e moralizadora na sociedade. Rosado (1966: 18) aborda, em consequência, os critérios de noticiabilidade que devem presidir à selecção de notícias, que para ele são o *interesse*, a *oportunidade* e a *existência de um conteúdo cultural ou moralizador* e a *actualidade*. Sobre este último, Rosado (1966: 122) cita o jornalista Augusto de Castro:

“*Actualidade* – eis outra palavra que o jornalismo criou e que só o jornalismo explica. A actualidade é um fenómeno colectivo que apenas conheceram o último quartel do século último e o nosso século. O sincronismo da vida e de espírito, que a palavra *actualidade* exprime, provém do jor-

nal, ou, melhor, da actualidade mental que a palavra *jornalismo* traduz.”

Para Rosado (1966: 18), porém, também há critérios selectivos relacionado com a elaboração da notícia: o *nível literário* do texto, ou seja, a sua qualidade intrínseca, mas também a *clareza*, a *simplicidade*, o *realismo* e a *brevidade*. Apesar de o jornal sair para a rua todos os dias, conserva, para determinados autores, algo de *mistério romântico* (o que certamente atraiu para o jornalismo muitos jovens aos longo do tempo):

“Dos milhões de homens que lêem diários (...), uma grande parte não faz ideia da vasta complexidade do trabalho de que o jornal é a resultante, da grande variedade de cooperadores, da rigorosa economia do tempo, da admirável complicação de auxílios mecânicos que ele requer. (...) A folha sai, segundo eles pensam, de uma oficina misteriosa (...).” (Amicis, in Bessa, 1904: XI)

A citação anterior mostra que Edmundo de Amicis já tinha, ademais, no advento do século XX, uma noção clara da *pressão do tempo* sobre a complexa actividade jornalística.

Também se observam entre os autores portugueses, por vezes com o apoio de citações de autores estrangeiros, várias tentativas de circunscrever o *território do jornalista*.

Uma concepção comum do jornalista nos autores portugueses, na sua luta pela *dignificação e justificação* da profissão, é a do *jornalista paladino*, espécie de *cavaleiro andante*. Alberto Bessa (1904: 26) escreve: “O jornalista deve sentir todas as dores, revoltar-se contra todas as injustiças, aplaudir todas as boas acções, opor-se a todas as vilezas (...), só deve ferir combates cuja vitória nobilite e enalteça o vencedor”.

O conceito mais vezes repetido pelos autores portugueses para caracterizar o verdadeiro jornalista é o do *jornalista sacerdote*. “O jornalismo é um sacerdócio”, segundo Bessa (1904: 36), é uma frase “velha”, mas “justa, porque o sacerdócio (...) significa (...) o exercício de todas as funções elevadas, de todas as profissões nobres, e aplica-se a todos os misteres que demandam dedicação e desinteresse absolutos” como, para ele, sucedia com o jornalismo. Salgado (1945: 8) também emprega a designação “ministério sacerdotal” para qualificar o jornalismo.

Um binómio igualmente presente nos escritos dos autores portugueses que se debruçaram sobre o jornalismo é o da *máxima liberdade – máxima*

responsabilidade, como é o caso de Bessa (1904: 36). Por outras palavras, os jornalistas deveriam beneficiar da máxima liberdade, assumindo a máxima responsabilidade pelos seus actos.

O cruzamento entre jornalismo e democracia também vem de há muito tempo atrás. Em 1904, por exemplo, Alberto Bessa escrevia que o jornalista é o “catedrático de democracia em acção”.

Outras funções atribuídas aos jornalistas e que fazem parte do *território jornalístico* tal como foi pensado pelos teóricos portugueses são, como discrimina Alberto Bessa (1904: 36), ser “mestre das primeiras letras” (dimensão pedagógica oculta do jornalismo), “advogado e censor, familiar e magistrado”.

Numa altura em que a afirmação do repórter profissional sobre o “escritor de jornal” se fazia gradualmente sentir, os autores procuraram explicar e comentar esse fenómeno. Assim, para Joaquim Salgado (1945: 61-62), a profissionalização dos jornalistas radica na sua “proletarização”, provocada pela industrialização da imprensa:

“À industrialização da imprensa seguiu-se, era inevitável, a proletarização do jornalismo. Menos que intelectuais (...), os plumitivos de hoje são mais «profissionais da imprensa» do que jornalistas. Nas redacções, a sua função está taxativamente determinada, e raro eles a excedem, não lhes competindo a faculdade de iniciativa. A própria variedade e complexidade com que o periódico é feito gerou a especialização, do que resultou o trabalho ser dividido por secções e realizado por um pessoal que se confina às especialidades inerentes ao seccionamento estabelecido. Concorramos que o desenvolvimento que a factura do jornal tomou, aconselha e impõe esse sistema de trabalho; mas isso não nos inibe de reconhecer que tal sistema anulou, senão no todo, pelos menos numa grande parte, aquilo que no jornalismo e no jornalista havia de independência e espontaneidade, ou seja, a expressão mais forte e mais cara da sua inteligência e da sua personalidade.”

Por seu turno, Nuno Rosado (1966: 19-23), vê no jornalista um *profissional*, um *repórter*, frequentemente *especializado*, para poder comentar a notícia e orientar os leitores. A distinção entre a figura do repórter profissional e do “escritor de jornal” já é para esse autor, que escreve em 1966, um facto: “O jornalista não é, portanto, o dramaturgo que acidentalmente escreve um artigo, nem o político que de tempos a tempos publica um

ensaio. O jornalista desempenha as suas funções quotidianamente, vivendo em pleno as missões de que é incumbido a fim de as poder transmitir, com o maior realismo e brevidade, ao público” (Rosado, 1966: 19). Nuno Rosado (1966: 21-22) pretende, ainda, que uma das principais qualidades do jornalista é o *espírito da conquista* da notícia, por outras palavras, a capacidade de usar os mais diversos expedientes para obter informações exclusivas em primeira-mão, batendo a concorrência, juízo que, conforme já se observou, é compartilhado pela generalidade dos jornalistas que legaram à posteridade as suas memórias profissionais.

Fidelino de Figueiredo (1957: 203) diz que o ofício de jornalista tem duas vertentes: “o jornalista como profissional e o jornalista como homem de uma vocação típica e (...) de singular consciência”. A primeira dimensão compreende o domínio técnico e as competências profissionais, que o autor diz que em Portugal se aprendiam nas redacções mas que no estrangeiro tendiam a ser ensinadas em escolas universitárias; a segunda dimensão resulta do “exercício activo de uma espontânea inclinação do espírito”. O jornalista que mais cultiva a “vocação farejadora” e o “poder de expressão imediata” (Figueiredo, 55) é o que mais sucesso obtém a descrever acontecimentos críticos. Porém, como o jornalista também é um homem com uma consciência singular “não pode deixar de ser um homem de tendências”. E as tendências do jornalista revelam-se, sustenta Figueiredo (1957: 55) “na sua recolha (...) de notícias”, pois o jornalista “selecciona como o artista, organiza como o historiador, interpreta como o ensaísta e julga como o juiz”. O autor descreve, em consequência, o jornalista ideal como alguém que tenha “ideias seguras e livres, não de partido, sobre os sucessos quotidianos”. Para ele, a imprensa só será melhor quando um jornalista cobrir os acontecimentos “de acordo com uma filosofia da história e da vida de bases objectivamente realistas, tão seguro do seu sistema de ideias, dos seus métodos de acção e do seu papel de guia ou condutor como um professor na sua cátedra”.

Embora por outras palavras, também Gustavo de Fraga (1958: 5) coloca ênfase no jornalista como selector: “O redactor tem de encontrar a sua coordenada exacta, porque ele pode exercer uma acção permanente sobre a essência do serviço que lhe é entregue, descobrindo a perspectiva objectiva, seleccionando, dando ou evitando notas emocionais e pessoais, servindo ou não interesses e paixões, descobrindo o acidental e o transitório. O repórter pode ou não dominar o acontecimento, vivê-lo tomando, ou não, partido.”

8.2 Moralização e dignificação do jornalismo e dos jornalistas: ética e deontologia

São várias as considerações dos autores portugueses sobre os jornalistas e o jornalismo que enaltecem ou criticam a actividade e os seus agentes com fins de moralização e dignificação. Essas considerações desembocam, portanto, em grande medida, no campo da *ética* e da *deontologia*.

As elegias ao jornalismo e aos jornalistas, quando feitas, não são gratuitas. Alberto Bessa (1904: 27), por exemplo, como outros autores, associa o mérito do jornalismo à condição deste respeitar o histórico valor da verdade: “embora as maiores instituições humanas se alienem ou enxovalhem, restará sempre uma nova – a imprensa, capaz, por si só, de reconquistar todas as outras quando associada à (...) *verdade*” (Bessa, 1904: 27).

Outros valores profissionais realçados pelos teóricos portugueses do jornalismo são *a independência*, *a coragem*, *o civismo* e *a integridade*, que asseguram que o público considere o jornal *credível*:

“O jornal tem de ser um órgão vivo, correspondente a uma actividade necessária, executando um trabalho fecundo e proveitoso, servindo a inteligência (...) dos (...) que o lêem (...). Não deve ter hesitações nem fraquezas (...). No curso dos factos e das ideias entram como elemento de apreciação, de crítica e de estudo, o temperamento, o valor e o mérito do jornalista, que é o factor subjectivo e pessoal, moral e responsável, do exercício da imprensa. Deve ser de coragem, de independência e de civismo formado o seu carácter; de penetração, de lucidez e de imparcialidade formado o seu critério (...) a sua alma votada a todas as concepções mais elevadas (...) na justiça, na verdade e no bem.

O *cachet* pessoal que o temperamento do jornalista possa dar ao seu trabalho não o prejudica se ele tiver (...) originalidade e mérito. O que é preciso ter em atenção é que não basta a um jornal possuir a admiração dos que o lêem: necessita de ter a confiança daqueles que o procuram, porque o jornal é mais dos seus leitores do que dos seus redactores ou proprietários (...).

A característica da confiança que inspira um jornal está na segurança que possa ter o *seu* público (...), sendo a independência de opinião de um jornal o único meio de garantia de uma tal segurança.” (Bessa, 1904: 30-31 e 34-35)

Nuno Rosado (1966: 16-17) é outro dos autores que põe a tónica da acção jornalística no respeito pelos valores profissionais atrás referidos e ainda na *honestidade*, mas acrescenta às funções da imprensa uma *acção moralizante*:

“A verdade contida em certa notícia deve ser exposta não só com clareza e simplicidade mas também com honestidade (...) A independência que revela no exercício da sua missão mede-se pelos conceitos valorativos que utiliza tendo por ponto de referência os princípios da ética e os superiores interesses da colectividade. A imprensa tem, sobretudo na sua função orientadora, uma função cultural e moralizadora.”

Para Alberto Bessa (1904: 35), o jornal precisa, para concretizar a sua missão, de respeitar uma espécie de *contrato* que estabelece com o leitor, assente nos valores profissionais:

“Seja por afinidade de pontos de vista e de sentimentos, ou por comprovadas tradições de seriedade, de escrupulos, de independência e de honrabilidade, o leitor acostuma-se a um jornal (...) e quase lhe entrega a direcção do seu espírito, a justificação dos conceitos que emite, dos juízos que forma, das críticas que faz e até, por vezes, das resoluções públicas que toma. Para que este facto se generalize, é necessário que o jornal se tenha identificado com o geral da opinião, já dirigindo-a, já reflectindo-a (...)”.

Nuno Rosado (1966: 11-13), por seu turno, explicita que “Se a informação for deturpada, o leitor tende a perder a confiança; se os critérios [de noticiabilidade] (...) pecam por ausência de fundamentos, por inconsciência ou má fé, surge a desorientação.” Esse autor é particularmente crítico para com a propagação da mentira e do boato através dos meios jornalísticos e para com o sensacionalismo, que apenas aproveitaria, na sua versão, a “minoría de leitores apreciadora dos escândalos”. Por isso, embora não o diga claramente, o autor procura justificar a censura das autoridades civis e religiosas.

Joaquim Salgado (1945: 88) considera, por sua vez, que para cumprir idealmente a sua missão cívica, a imprensa tem de se constituir como “*um foro cívico em prol da comunidade (...), um serviço social em proveito da Nação.*”

Fidelino de Figueiredo (1957: 203-204) pretende que um jornalista é um “professor de actualidade, ensina a vê-la, a julgá-la e a extrair dela um

comportamento”. Por isso, sentenciava: “É tão necessária uma Ordem dos Jornalistas, com a sua disciplina moral e profissional, o seu juramento de fidelidade ao estatuto da Ordem e à sua deontologia, como foram necessárias uma Ordem dos Médicos e uma ordem dos Advogados”.

8.3 A crítica aos media

Entre outras perspectivas já delineadas, a produção intelectual portuguesa sobre jornalismo abordou com grande relevo a pretensa perda de independência dos meios de comunicação social e dos jornalistas pela sua ligação a grupos económicos (Tengarrinha, 1965: 194 – 196). Nuno Rosado (1966: 90), por exemplo, sustenta que “Os altos interesses financeiros de determinados grupos, detentores (...) de jornais e de outros órgãos de informação, nem sempre se curvaram perante as realidades. Quer dizer: Uma grande parte da imprensa (...) tende a comercializar-se, isto é, em vez de informar objectivamente vende notícias”.

Joaquim Salgado (1945: 8-9 e 61), no mesmo sentido, sublinha que o “carácter manifestamente mercantil” da imprensa impõe-lhe “limitações” e afecta a sua independência, já que “Os grandes diários são empresas de poderosos capitais – e visam, como não podia deixar de ser, uma exploração lucrativa”:

“A industrialização e outros factores (...) transformaram o jornalismo num profissionalismo respeitável (...) mas sem (...) a força original, a independência, que distinguiram a acção dos plumitivos do século passado. Eles podiam (...) não obedecer a ideias mestras de reconstrução; é possível que os movesse somente a senha dos interesses mesquinhos; admitimos, mesmo, que se não dessem conta das responsabilidades que se lhes impunha (...). Mas se, por um lado (...) falharam (...), dilacerando-se em lutas (...) e em cobiças insofridas, toda a inteligência, brilhantismo de forma, energia e vigor de estilo foram incomparáveis (...), tudo (...) imolando aos efeitos literários e à (...) febre das ambições”.

Para Salgado (1945: 63-64), a obediência teórica do jornalismo a dois senhores é um “drama” que decorre da sua organização industrial:

“O drama da imprensa parece consistir principalmente (...) na dupla na-

tureza pública e privada (...). Não há dúvida de que o jornalismo exerce uma função pública (...), visto que se destina a orientar, guiar, esclarecer a opinião; a par dessa função, compete-lhe, porém, sustentar os interesses das empresas (...) e até defender as pretensões ou planos de grande vulto que (---) os donos dessas empresas pretendam fazer vingar – pretensões e planos cujo reflexo social nem sempre se faz sentir em proveito da comunidade.

(...)

Nos países de intenso desenvolvimento, não há dúvida que a imprensa serviu os interesses capitalistas, por vezes duma maneira verdadeiramente escandalosa. (...) Como tantas outras questões (...), a imprensa sofre os vícios das condições gerais em que a vida social está organizada (...).”

A crítica de Salgado (e outros autores) ao mercantilismo da imprensa e à sua inserção no sistema capitalista, para alguém mais desavisado, pode ser uma surpresa, mas na realidade o juízo de Salgado denuncia apenas a influência do pensamento católico anti-capitalista num certo grupo de intelectuais portugueses, precisamente os que apoiaram doutrinariamente o regime corporativo de Salazar, ele próprio oriundo da intelectualidade católica e rural. Por isso, embora o autor atrás citado concorde que se deve conceder à imprensa “a liberdade máxima para o cumprimento da função que lhe cabe”, ele, tal como outros autores (por exemplo, Rosado, 1966) admite a censura prévia, justificando-a com a necessidade de evitar, precisamente, que o jornalismo caia na licenciosidade, no “desbragamento, no insulto, na malsinação das coisas mais sagradas” (Salgado, 1945: 66). Na versão de Joaquim Salgado, aliás, a censura não seria mais do que uma forma de proteger um povo civicamente impreparado:

“não existindo condições de civismo e de elevação que permitam o exercício proveitoso do curso das ideias; carecendo o povo daquela instrução mínima que o habilita para as tarefas que a sua própria qualidade lhe impõe; faltando, em suma, o espírito de cidadania (...), poder-se-á conceber o estabelecimento efectivo duma liberdade de imprensa destituída de qualquer *controle* fiscalizador? (...) Que os homens (...) decidam em consciência.” (Salgado, 1945: 68)

Apesar de tudo, Joaquim Salgado (1945) encontra na imprensa coisas positivas e coisas negativas, ou “virtudes e malefícios”, conforme o título

do seu livro. Subscreve, aliás, a posição do jornalista francês Veuillot, para quem a solução para evitar os males do jornalismo é a multiplicação dos jornais, de forma a aumentar a polifonia no espaço público e a evitar que alguém se proclame, sem oposição, “dono” da verdade. Isso entronca, aliás, com o seu conceito de opinião pública, já que, para Salgado, embora a expressão seja correntemente utilizada como sinónimo de maioria, na realidade não há uma opinião pública, mas várias correntes de opinião. Para além disso, conforme ele próprio salienta, mesmo quando existe, a propósito de um assunto, uma corrente de opinião majoritária, quantidade não significa qualidade e muito menos razão, pelo que, se não subjazesse a necessidade de atender às condições concretas de uma sociedade, a liberdade de imprensa seria sempre a melhor solução. (Salgado, 1945: 70-71) Porém, mantendo-se a “contradição entre o carácter público e o fim privado da imprensa”, então a “criação e desenvolvimento de uma imprensa livre (...) é das soluções mais difíceis (...), [pois] se o periodismo mercantil anula as virtuosidades originais que caracterizam a (...) imprensa, o jornalismo livre pode ser de efeitos ainda mais negativos, desde que resvale, como a experiência demonstrou já, numa aguda hipertrofia personalista, em que aos interesses da comunidade se sobreponham as ambições dos chefes, as paixões facciosas, o dogmatismo virulento das seitas.” (Salgado, 1945: 84-85)

Num registo diferente, João Arnaldo Maia (1974) acusa os meios jornalísticos de então de serem dominados por uma “minoridade dominante” sendo usados como uma “arma ao serviço do Governo para envenenar a opinião pública”. O autor exigia, assim, que na eventualidade do regresso à democracia no país se instituisse uma política de controlo democrático dos meios de informação e que um futuro Governo democraticamente eleito viesse a apoiar financeiramente os meios de partidos políticos e sindicatos. Também Miller Guerra (1971) denuncia os alegados perigos da concentração das empresas jornalísticas, pois, de acordo com o autor, os monopólios jornalísticos potenciam a uniformização, a banalização e a mercantilização dos conteúdos informativos, que passam a estar sujeitos às leis do mercado. “O objecto próprio (...) da imprensa que consiste (...) em informar, educar e distrair, decai ou degenera numa espécie de mercadoria em que o divertimento constitui a preocupação principal. As consequências (...) são desastrosas para a cultura dum povo” e para o exercício da crítica, afirma Miller Guerra (1971: 78).

Um outro alvo das críticas dos teóricos portugueses ao jornalismo é a

vertiginosa velocidade da informação, que deixa pouco tempo à reflexão, mas também aumenta o poder dos jornais, que ditam a actualidade: “Hoje é-se célebre em vinte e quatro horas”, dizia Augusto de Castro (*cit. in* Rosado, 1966: 122).

8.4 Os efeitos do jornalismo

Os efeitos sociais do jornalismo constituem outra das vertentes exploradas pelos autores que o pensaram antes de 1974. Nuno Rosado (1966: 121), lembrando as pesquisas de Jacques Kayser, diz que o jornalismo influencia o processo de instrução, alimenta debates e intensifica as polémicas. Amicis (*in* Bessa, 1904: IX) descreve-os de forma concreta, ao dizer que o jornal, além de colocar as pessoas a par do que acontece, pode ajudar o criminoso a fugir, o negociante a fechar um negócio, um cidadão a decidir; pode convocar o ódio ou o amor dos atingidos pelas suas notícias, provocar discussões e originar desmentidos, etc. Caminhando-se no sentido da abstracção, verifica-se que as ideias principais, sistemáticas e contemporâneas sobre os efeitos pessoais e sociais do jornalismo estão presentes nos textos desses autores, embora estes últimos as tenham formulado de forma concreta e seja desejável caminhar no sentido da abstracção. Assim, formulando-se em abstracto as situações concretas narradas pelos autores, verifica-se, em consequência, que os jornais têm efeitos:

- a) *Cognitivos*: Os jornais fazem as pessoas *conhecer* o que acontece e *alimentam as conversas*, ou seja, *agendam* temas, tal como sustentaram Rosado ou, antes dele, Amicis. Amicis (*in* Bessa, 1904: XVI) diz mesmo: “Suprimi o jornal e suprimireis entre milhões de homens a discussão dos negócios públicos”!
- b) *Comportamentais*: Uma notícia pode, por exemplo, originar que alguém a desmintas, como dizia Amicis.
- c) *Afectivos*: Os conteúdos podem gerar ódios e rancores, mas também paixões, conforme referem quer Rosado quer Amicis.

Interessantemente, Amicis (*in* Bessa, 1904: XI) também explica que os “ingênuos (...) formam um conceito quase fabuloso da força do periódico”. As palavras do autor documentam que alguns teóricos já no início do século XX tinham a percepção nítida de que certas pessoas, nomeadamente ao nível do senso-comum, têm tendência para exagerar os efeitos (perversos?) da comunicação social, ideia relevante da hipótese actual do *third person effect*²⁵. Porém, esse autor também estava consciente da capacidade de, a médio e longo prazo, o jornal, como diríamos contemporaneamente, não apenas agendar temas na agenda pública, mas também agendar os *enquadramentos* propostos para esses *temas* (ou seja, a comunicação social, junto de certas pessoas e em determinadas circunstâncias, pode ter idêntico êxito em não só levar as pessoas a pensar sobre certos assuntos mas também em fazê-las pensar de determinada maneira acerca desses mesmos assuntos): “Que interessante estudo poderia fazer-se sobre a lenta infiltração de ideias, sobre a gradual modificação de juízos e de convicções que realiza o jornal em grande número de homens, os quais, a pouco e pouco, acabam por não raciocinar senão com o raciocínio daquele” (Amicis, *in* Bessa, 1904: XIII).

O artigo-prefácio de Edmundo d’Amicis no livro de Bessa evidencia, por outro lado, que os autores portugueses liam e conheciam obras referenciais dos estudos jornalísticos. Bessa (1904: 31), aliás, cita Tarde e o seu importante livro *L’Opinion et la Foule* para diferenciar entre *público* e *multidão*. Relembra, identicamente, o brasileiro Medeiros e Albuquerque (*cit. in* Bessa, 1904: 33), segundo o qual cada pessoa “pertence simultaneamente a diversos públicos”. No entanto, de acordo com Bessa (1904: 33), “Esta *interpenetração* de públicos, sem a imprensa, não seria susceptível de se estender, porque cada um não teria tempo nem meios de procurar todos os que se ocupassem dos mesmos assuntos (...). É por isso que o jornal, grande formador de públicos, se constituiu (...) um verdadeiro dissipador de multidões.”

Também é visível que, conforme tendência geral da imprensa do final do século XIX e princípios do século XX, alguns autores vêem a imprensa como uma espécie de representante não eleita do público. É o caso de Alberto Bessa (1904: 35), que reflecte o pensamento do teórico brasileiro Rui Barbosa: “(...) [deve] o jornal dirigir a vontade, a resolução e os actos; reflectir a impressão, o sentimento, as emoções; dirigir o protesto, a

²⁵ Sinteticamente, as pessoas têm tendência a menosprezar os efeitos da comunicação social em si e a exagerá-los nos outros.

reclamação, a queixa; reflectir a agressão, a injustiça, o sofrimento; dirigir a iniciativa, o movimento, a liberdade; reflectir a ameaça, a opressão, a tirania.”

8.5 As técnicas e a expressão jornalísticas

Não se encontraram muitos livros respeitantes à teorização sobre técnicas jornalísticas e, algo estranhamente, tanto quanto se constatou, os que se encontraram dizem respeito à rádio (Pires Cardoso, 1941; Curado Ribeiro, 1964) e à televisão (Caio, 1966) e não à imprensa, há muito mais tempo implantada no país. Nenhum deles é, porém, exclusivamente um livro sobre técnicas jornalísticas, antes as abordam nos contextos mais vastos da produção de programas de rádio e de televisão, respectivamente.

Pires Cardoso (1941), reflectindo sobre aspectos de técnica de rádio aplicáveis ao radiojornalismo, dizia que a rádio tem de ser feita para o grande público; que os jornalistas têm de respeitar a linguagem própria do meio (frases claras, simples, curtas e incisivas, sem raciocínios demorados) e precisam de prender a atenção do ouvinte, evitando fatigá-lo; e que os jornalistas precisam ainda de explorar uma linguagem delicada e sensível.

Fernando Curado Ribeiro (1964: 125) já demonstrava perceber a individualidade do meio “rádio”: “A rádio-informação cumprirá melhor a sua missão se se alhear da ideia da existência de jornais. Deverá, pois, ter presente as características que o meio lhe impõe e utilizar as vantagens que lhe concede”. Como deve ser elaborada, então, a rádio-informação? Em primeiro lugar, o autor diz, e repete, que a *voz* é o principal instrumento do repórter de rádio e é na sua modulação que assenta o sucesso ou insucesso da locução. As notícias de rádio, prossegue o autor, devem ser redigidas de forma breve e clara e lidas com “boa voz” e “boa dicção”, em “tom neutro” e “íntimo”, evitando os momentos de silêncio, *dizendo* as coisas e não *falando-as* (Curado Ribeiro, 1964: 126-127). Além disso, a rádio deve aproveitar-se da sua velocidade para darem as notícias no momento dos acontecimentos ou mal se saiba das mesmas, embora o autor advirta, igualmente, que “a rapidez das informações é uma ameaça permanente à sua veracidade” (Curado Ribeiro, 1964: 126). Fernando Curado Ribeiro distingue, ainda, a reportagem em diferido da reportagem em directo. Para ele, o repórter de rádio deve treinar as suas técnicas de

improvisação para o directo, tirando partido dos sons que possam servir de pano de fundo nos locais dos acontecimentos. Para as reportagens em diferido, que podem ser editadas, o repórter de rádio deve, segundo Curado Ribeiro, adestrar-se nas técnicas de edição (sobreposições e justaposições de som, uso de sons de diferente proveniência, como os sons ambiente, os sons de entrevista ou a música).

Horácio Caio (1966) fala dos tipos de imagem, das técnicas de edição de imagens (corte, encadeado e fusão) e dá os seguintes conselhos sobre a escrita de notícias para televisão:

“1º *Despertar o interesse no trecho de abertura (...).*

2ª *Escrever para o ouvido*, adoptar um modo coloquial de dizer. Evitar o emprego de lugares-comuns e escolher (...) palavras de fácil compreensão. Decompor a notícia em frases, cada uma delas com um ou dois factos importantes.

3º *Escrever no tempo presente (...).*

4º *Ser objectivo (...).*” (Caio, 1966: 66)

A propósito da entrevista, Horácio Caio regista que “a conversa deve ser directa (...). O entrevistador deve tomar o lugar do espectador e procurar que o entrevistado responda a perguntas que estes desejariam fazer”, evitando intimidades e fugas ao tema.

8.6 Alberto Bramão (1899): a distinção entre jornalistas e políticos que escrevem em jornais

O Jornalismo, de Alberto Bramão, é a versão escrita de uma conferência que o autor fez a pedido da Associação dos Jornalistas de Lisboa, à qual pertencia, para definir o “honesto equilíbrio entre a missão moral do jornalista e o seu interesse prático” vencendo a grande dificuldade que representa “sustentar a equidade profissional dentro da necessidade financeira”. (Bramão, 1899: VI)

Ainda na “Explicação”, primeiro ponto do seu texto, o autor começa por definir o jornalismo como uma “gloriosa instituição” com “alta influência social” (Bramão, 1899: VII) Seguidamente, tenta reflectir sobre a questão “Qual a maneira de elevar o jornalismo?”. Para lhe responder, Bramão começa por assinalar o debate que se fazia na altura sobre a conveniência de uma escola de jornalismo em Portugal, à semelhança

do que acontecia no estrangeiro. No entanto, sem aprofundar a questão, parte logo para a distinção entre os jornalistas portugueses e os estrangeiros, pois, diz ele, não havia “salvo algumas poucas excepções, jornalistas portugueses à maneira dos jornalistas estrangeiros” (Bramão, 1899: 13). E porquê? O autor responde: “Alguns dos mais brilhantes espíritos da nossa imprensa diária, os que não desanimaram diante das asperezas da profissão, circunscreveram o seu talento ao único ramo jornalístico capaz de compensar a enormidade dos seus esforços: a política. O artigo de fundo passou a ser quase a única aspiração dos trabalhadores da imprensa diária. E assim acontece com alguns dos nossos mais afamados jornalistas: são simplesmente políticos que escrevem, e que norteiam as questões ao sabor de interesses mais ou menos partidários ou pessoais” (Bramão, 1899: 13). Ao contrário, prossegue Bramão (1899: 13-14):

“Os verdadeiros jornalistas, nos países em que esta profissão verdadeiramente existe, têm, como principal característica a faculdade de urdir, em boa prosa, impressões sobre todos os acontecimentos, o que não quer dizer que se não dediquem de preferência, para maior intensidade da sua obra, a uma ou outra especialidade. São homens de instrução variadíssima, embora, às vezes superficial, de rápido golpe de vista sobre os factos, de inteligência poderosamente assimiladora e de prontas faculdades de trabalho.”

Assim, para se triunfar no jornalismo no estrangeiro, era preciso, salienta o autor, “possuir uma completa vocação, (...) talento, e (...) ter uma contínua aplicação ao trabalho, que absorve o tempo todo, não deixando grande margem para acumulação de profissões”. Infere-se, em consequência, das palavras de Bramão que os jornalistas portugueses, na viragem do século XIX para o XX, eram pessoas que acumulavam uma outra profissão com o jornalismo. Porém, ter em Portugal jornalistas inteiramente dedicados a essa profissão seria, à época, “impossível, pela razão única e suficiente de não haver jornal que pague aos seus redactores o indispensável para eles viverem exclusivamente disso” (Bramão, 1899: 14).

Diagnosticando a situação do jornalismo nacional, Alberto Bramão reflecte sobre as reduzidas tiragens dos jornais e sobre a concorrência exacerbada, ironizando ao salientar que “Há jornais que chegam a quase a esta coisa fantástica – de terem mais colaboradores do que leitores.”

(Bramão, 1899: 17). A taxa de analfabetismo, que, segundo o autor, rondava 80% da população, também não contribuía para a prosperidade das empresas jornalísticas.

Esta situação trazia consequências, de acordo com o autor:

“Desta forma, o dono do jornal pensa apenas numa secção, a única de que o jornal é pretexto: o artigo político. Todas as outras secções merecem-lhe maior desprezo. Portanto, em vez de escolher para elas homens com habilitações especiais, com ilustração e talento, a quem teria de dar uma remuneração condigna, aceita para cooperadores os primeiros microcéfalos que lhe aparecem com desejo de dizer tolices gratuitamente, e com a única aspiração de bilhetes de teatro e regalias vaidosas de redactores.” (Bramão, 1899: 19)

Resultado dessa política? “Uma rumorosa desordem de notícias sem importância, escritas com má ortografia e impressas em péssimo papel.” (Bramão, 1899: 20).

A falta de recursos e a deficiente qualidade dos colaboradores, segundo Bramão, punham o problema da qualidade jornalística. “Porque também é este um caso muito curioso e creio que peculiar do nosso país: não é o jornal que dirige a opinião pública; a opinião pública é que dirige o jornal. O proprietário orienta-se pelo gosto da multidão.” (Bramão, 1899: 20). E que a multidão quer, interpretando o autor, é sensacionalismo, que não é sinónimo de qualidade, pois o jornalista, na visão de Bramão, deveria procurar não deixar “a impressão sugestionadora”, mas antes “lograr a que o sereno espírito dos leitores meça friamente até que ponto vai a verdade” (Bramão, 1899: 27).

“Qual a maneira de remediar o mal? Se a deficiência jornalística provém principalmente da deficiência financeira, visto que a colaboração gratuita nos jornais é o único recurso que os proprietários encontram para manter a propriedade, a maneira de remediar o mal seria uma única: valorizar licitamente todos os elementos de que o jornal dispõe”, explica Bramão (1899: 21). Ao jornalista compete, assim, “dar todo o relevo do seu talento e do seu carácter à obra que produz”; ao empresário do jornal compete “desenvolver os recursos financeiros, de forma a assegurar ao jornalista uma remuneração que o livre de contingências menos dignas”, pois “não pode haver independência sem lastro na algibeira”. (Bramão, 1899: 29) “A economia encerra a independência e a dignidade” (Bramão,

1899: 37), exclama o autor.

Em termos práticos, como Bramão pretendia que os jornais se tornassem em prósperas empresas jornalísticas? Através da venda de “artigos ou notícias de carácter mercantil” (Bramão, 1899: 34) e publicitário.

No final do seu texto, o autor recorda, em jeito de síntese conclusiva, que só empresas jornalísticas financeiramente saudáveis podem pagar a bons jornalistas que se dediquem exclusivamente ao jornalismo e se pautem pela independência, “atmosfera em que se mantém e se desenvolve a delicada flor da verdadeira dignidade” (Bramão, 1899: 41).

8.7 Augusto de Lacerda (1904): o papel do jornalismo na “irradiação do pensamento”

A *Irradiação do Pensamento* é um livro dividido em duas partes. A primeira é dedicada à história do jornalismo, e a segunda, intitulada “A Imprensa de Hoje”, é consagrada àquela que o autor considera ser a maior vantagem da imprensa: a capacidade de irradiar o pensamento.

Augusto de Lacerda procura demonstrar, em primeiro lugar, que alguma da crítica ao jornalismo é exacerbada, pois exigir-se-ia do jornalismo um grau de perfeição que está longe de constituir atributo das actividades humanas e exigir-se-ia dele também que corrigisse os erros sociais que não provoca. Aliás, Lacerda interroga-se sobre “como se pode exigir que a imprensa exerça nas sociedades uma missão de contrariedade à corrente geral, sendo, como é, uma parcela no conjunto das manifestações sociais”? Diga-se que nesta questão, como noutras que também coloca, o autor parece sugerir que o jornalismo é, em cada época, regido pelo respectivo contexto histórico-cultural, uma ideia cara a grande parte das correntes teóricas actuais sobre jornalismo.

O autor reconhece, também, nesta parte da obra, que a competição entre jornais se assemelha à luta pela vida (concorrência vital) que Darwin identificou como mecanismo que baseia a evolução das espécies.

Augusto de Lacerda fala, igualmente, dos defeitos do jornalismo português da sua época, enunciando três grandes razões para os mesmos: a política, os anúncios publicitários e a febre de informação. A política, ao invadir o jornalismo, tê-lo-ia feito “participante nos defeitos” da mesma, sendo notórios a irresponsabilidade e os agravos pessoais, mas também, noutro plano, a censura. Por outro lado, “O interesse do público de hoje

está em informar-se do que se passa, para aparentar depois, em frases de chapa, um sistemático desinteresse”, observa Lacerda (1904: 41). A publicidade exacerba o “louvor em causa própria” de estabelecimentos, bens e pessoas (Lacerda, 1904: 45). A febre de informação potencia a “bisbilhotice” e a divulgação de informação irrelevante, “para satisfazer o espírito do público”. (Lacerda, 1904: 53) Assim, “O repórter viu-se, portanto, em face destas duas obrigações: encher as colunas do jornal e bisbilhotar” (Lacerda, 1904: 53). Este diagnóstico evidencia que as discussões sobre sensacionalismo jornalístico não são de agora...

É interessante a forma como Augusto de Lacerda se refere à ascensão do repórter e de outra categoria profissional de então, o informador, nas redacções, inicialmente dominadas pelos “jornalistas de secretária”, ou seja, por aqueles que redigiam os grandes artigos, os “escritores de jornal”. O repórter, diz o autor,

“Começou por ser nas redacções jornalísticas uma criatura à parte: mais do que o revisor, menos do que o jornalista; o que quer que fosse semelhante a uma ave de arribação, que só aparecia se o calor de uma notícia sensacional o chamava para a mesa de trabalho. Da argúcia, precisão nos termos, riqueza de pormenores, colorido no descritivo, e quejandas qualidades requeridas para a sua profissão, nasceu a rivalidade entre os repórteres; e quanto mais a rivalidade aumentava, mais subia de ponto na classe o apuramento daquelas qualidades. Se uma parte do público é adversa a semelhante género de noticiário (...), a parte máxima, que infelizmente é menos ilustrada, tem pelo pormenor uma verdadeira mania (...). O repórter tornou-se rapidamente uma instituição; e assim passou à categoria de jornalista. Na América e em França, e depois em todas as nações europeias, o *interview* [entrevista], como fórmula interessante, impressionista e de atraente leitura, deu ao repórter foros especiais em matéria jornalística; e a profissão generalizou-se até a alguns indivíduos de elevada cultura intelectual. No nosso país, o repórter ficou sendo o jornalista das ruas e das antecâmaras, com o seu lugar perfeitamente demarcado no corpo da redacção, gozando da consideração que, em certos jornais, chega a ser superior à de alguns jornalistas de secretária; e como a profissão criou uma categoria distinta, logo exigiu a de alguns auxiliares secundários, que modestamente foram chamados «informadores».” (Lacerda, 1904: 53-54)

Na sequência do seu raciocínio, o autor relembra que a aspiração do informador é, logicamente, tornar-se repórter, pelo que procura “colher o

maior número possível de notícias, de boatos, de pormenores, de pequeninos nadas muito fúteis” (Lacerda, 1904: 55). Augusto de Lacerda relembra, neste ponto, que a ilustração não apenas tornou o jornal mais atraente a todos os públicos como também aumentou o valor da reportagem.

Apesar dos defeitos do jornalismo, o autor considera que o jornal, barato e transclassista, prestou “um altíssimo serviço” à “irradiação do pensamento” (Lacerda, 1904: 57), com resultados superiores aos do livro, que era caro e elitista (estas comparações entre livros e jornais e as discussões sobre se o jornal eliminaria o livro eram recorrentes desde o século XIX e prolongar-se-iam pelas primeiras décadas do século XX). Mesmo “A mania política e a febre de informação (...) deixam de ser (...) um mal, porque se transformam num atractivo que desenvolve nas classes pobres o gosto pela leitura e até o reconhecimento de que ela é hoje uma necessidade imprescindível”, afirma Lacerda (1904: 78). Inclusivamente, o autor salienta que através dos folhetins publicados nos jornais os mais pobres têm acesso à literatura.

O autor procura, igualmente, evidenciar que o jornalismo deu um contributo positivo a “todas as manifestações (...) da inteligência e da actividade humana”, porque “nele se debatem os assuntos que vão servir os interesses dessas manifestações” e se recorre ao anúncio publicitário para promover e divulgar pessoas, bens e serviços (Lacerda, 1904: 65-66). A publicidade, aliás, é vista, genericamente, como benéfica por Lacerda, já que, na sua visão, promove a concorrência e informa o público.

A impressão industrial não passou ao lado do autor, que faz uma referência aos benefícios que as rotativas emprestaram ao jornalismo, permitindo aumentar as tiragens, colocar mais cedo o jornal nas ruas e diminuir o preço por exemplar.

Outra reflexão que o autor faz é sobre os vários jornalismos existentes em Portugal: o da capital do Reino (Lisboa), o da capital do Norte (Porto) e o das províncias. Lacerda procura caracterizá-los e compará-los, começando pelos protagonistas do processo: os jornalistas.

O autor observa, assim, em primeiro lugar, que o jornalista de Lisboa, no início de Novecentos, se caracterizava por levar uma vida boémia, ter outros empregos e, em vários casos, também por se dedicar à política. Era um “frequentador de tabacarias célebres, de cafés ruidosos, de teatros, de centros onde se discutem os acontecimentos políticos da última hora, onde encontram primeiro eco, ou onde se forjam, os boatos que à noite ou no dia seguinte farão as delícias dos que se comprazem nas notícias

de sensação.” (Lacerda, 1904: 74) Já muitos dos jornalistas portugueses, segundo o autor, viviam exclusivamente do jornalismo, eram pessoas graves e laboriosas, conscientes e metódicas, pelo que se contariam no Porto “mais jornais bem feitos do que em Lisboa” (Lacerda, 1904: 75), que “conseguem oferecer leitura mais atraente” (Lacerda, 1904: 76). Finalmente, o jornalista da província, “talentoso e distinto”, era caracterizado pela “sinceridade inata ao homem mais em contacto com o campo (...) e por uma maneira muito sua de apreciar os casos da alta política, evidenciando a influência das discussões nos pequenos centros, onde os ditos casos parecem ser vistos por vidros esfumados” (Lacerda, 1904: 76). Os jornais de província, porém, procurariam imitar os lisboetas ao trazerem uma secção dedicada à “vida mundana”. “Em algumas terras de província, o jornalista apresenta um aspecto muito simpático (...). É pobreíssimo, vive apenas do que independentemente chama a sua profissão, e alguns escrevem, compõem, imprimem e distribuem aos vendedores o jornal que é obra deles e só deles” (Lacerda, 1904: 77), continua o autor. Nesse mesmo capítulo, Augusto de Lacerda não esquece os correspondentes brasileiros, que contribuem para manter as boas relações materiais e intelectuais que unem o “pequeno” Portugal ao “grande” Brasil.

Antes de concluir, o autor defende que “o jornalismo moderno é o mais sólido esteio dos direitos do Homem, a sentinela vigilante da sua liberdade, o propagador dos seus ideais e das suas aspirações” (Lacerda, 1904: 79), mostrando, nesta passagem, convicções de tom bem contemporâneo na liberdade de imprensa. Mais, para Augusto Lacerda nenhuma outra “instituição” (o jornalismo como instituição social é uma noção que provém do pensamento dos primeiros cientistas sociais alemães, do século XIX) “manifesta com mais justeza (...) o estado intelectual e moral de um povo, num dado momento, nem regista as tendências da humanidade” (Lacerda, 1904: 80). Além disso, o autor desconfia da onipotência que alguns atribuem a determinados jornais na condução da opinião pública, relembrando a pluralidade de jornais existentes: “A opinião pública, se por momentos é ofuscada (...), a breve trecho se orienta, não pelo que afirma este ou aquele jornal, mas pelo que (...) conclui das afirmações colectivas do jornalismo” (Lacerda, 1904: 82).

Em conclusão, para o autor “Não há interesses sociais, dos mais simples aos mais complexos, que não dependam do jornalismo (...), intenso foco de luz (...) irradiando a jorros (...) o fulgor do pensamento humano” (Lacerda, 1904: 83-84).

8.8 D'Armélím Jr. (1909): as funções do jornalismo

Em *O Papel da Imprensa na Grande Obra de Regeneração Nacional*, Manuel Veloso d'Armélím Júnior considera que o jornalismo é uma obra de “instrução e educação públicas” influente na “marcha ascensional e progressiva da civilização e na de todos os progressos científicos, industriais, artísticos, literários, económicos, morais, jurídicos e sociais e da grande obra da regeneração e progresso dos povos e dos estados” (D'Armélím Jr., 1909: 3).

Segundo o autor, a imprensa tem, assim, o direito, e dever, de reivindicar o seu “lugar de destaque”, devido ao seu potencial político, social, moral e jurídico; ao papel que tem percorrido e aos progressos que tem realizado, tornando-se um dos esteios da *democracia moderna*. No entanto, relembra d'Armélím Júnior, a força da imprensa impõe-lhe grandes responsabilidades, para que possa falar das “grandes conquistas em honra da glória da humanidade”, sua missão social e histórica. A informação jornalística, frisa o autor, deverá, em consequência, ser sempre correcta, pois a imprensa deve ser portadora da verdade e pôr sobre foco as coisas positivas. Mais, na versão do autor, o jornalismo tem de aportar um certo “espírito de tolerância”, contrapondo-se aos “fanatismos e facciosismos” exacerbados que “impelem e arrastam a lutas e polémicas bem encarniçadas, cruéis e iníquas, em que a verdade, a justiça e a bondade sangram” (D'Armélím Jr., 1909: 4). Manuel Veloso d'Armélím Júnior defende, em consequência, que a imprensa necessita de precisar, definir e afirmar a sua missão e o seu direito e, só depois, reivindicá-los para os poder exercer livremente. Considera a imprensa uma arma que deve ser sempre do bem e nunca do mal, da justiça e não da mentira. De vida e não de morte. Só assim, diz, virá o respeito.

Quais são, segundo V.M. d'Armélím Júnior (1909: 5-8), as funções “orgânicas” da imprensa na “grande obra da regeneração nacional”?

1. Função de Informação: A imprensa deve informar com “precisão e rigor” para corresponder a um “espírito público, sempre e cada vez mais ávido de notícias”, numa sociedade em rápida transformação em que a informação circula a rápida velocidade, graças a tecnologias como o telégrafo e o telefone e ao incremento das comunicações em geral. Para o autor, porém, os efeitos do jornalismo sobre pessoas predispostas a cometer crimes ou a serem protagonistas de escândalos

obrigam os jornalistas a serem contidos nas notícias e a realçar “alguma coisa útil para a moralidade pública”, pois “A narração descarnada, (...) a poetisada do escândalo, do facto vicioso ou criminoso, pode ser, e é bastas vezes, (...) incentivo a novos escândalos e exemplar de (...) novos crimes”.

2. *Função de Vulgarização*: A imprensa deve vulgarizar o conhecimento científico, artístico, industrial, económico-social, económico-doméstico, bem como “noções e ensinamentos morais e religiosos”.

3. *Função de Instrução*: A imprensa deve facultar um ensino público e útil.

4. *Função de Educação*: A imprensa deve dar noções que elevem a inteligência, transmitam valores e fortaleçam o carácter das pessoas.

5. *Função Crítica*: A imprensa deve ter uma visão crítica em todos os temas.

6. *Função Económico-Social*: A imprensa deve promover instituições de assistência, caridade e higiene públicas.

7. *Função Exemplar*: A imprensa deve contribuir, com o seu exemplo, para criar um ambiente de dignidade e moralidade;

Para que as funções orgânicas da imprensa se exerçam contribuam para a “regeneração nacional”, o autor considera que é necessário:

- a) Assegurar a formação moral, física e educacional do jornalista;
- b) Promover o associativismo jornalístico, para que os jornalistas percebam a força do jornalismo e as suas inerentes responsabilidades;
- c) Obter remunerações justas e equitativas para todos os trabalhadores da imprensa, assegurando-lhes “independência económica e moral”;
- d) Defender a propriedade intelectual de jornalistas e escritores por meio de tratados internacionais. Promover a instrução nacional, para

que aumente o consumo dos livros e jornais e, conseqüentemente, a remuneração dos escritores e jornalistas.

O autor remete ainda para o facto de o jornalismo ser, no seu entender, um “sacerdócio” (D’Armelim Jr., 1909: 8) Segundo ele, o ideal do jornalismo como sacerdócio não deve ser imposto pela violência, mas sim pela evangelização e pelo exemplo, embora existam algumas publicações que o ponham em causa.

A finalizar, o autor professa a sua fé na “mais ampla e absoluta” liberdade de imprensa, “contra todas as leis de excepção que a regem” (D’Armelim Jr., 1909: 8).

8.9 Joaquim Manso (1942): voz à moralização da imprensa

Em *O Jornalismo*, Joaquim Manso (1942) escreve que “O jornalismo é a voz dos acontecimentos, a mobilização geral das aspirações humanas”, por isso, “muito importa que o público não seja escravo do que lê nem o jornalista do seu leitor” (Manso, 1942: 5). Joaquim Manso (1942: 5) afirma, ainda, que “O jornal encontra-se ao mesmo tempo, entre o amor da verdade e o amor do lucro”.

Citando Salústio, o autor explica que um jornal, quando mal orientado, pode ter vários vícios, entre os quais o de ter “Muitas palavras e poucas obras” (Manso, 1942: 6). Esses vícios, sustenta Manso, têm repercussões sociais, pois “os povos tiveram no jornalismo uma segurança, um guia, um clarim, uma cidadela e bastantes vezes uma vitória” (Manso, 1942: 6), pelo que viciar a imprensa seria parecido a trair a confiança do público e a missão do jornalismo.

Porém, Joaquim Manso destaca, igualmente, que muitas vezes o jornalismo é falsamente acusado de muitos males, “paga o que deve e o que não deve à moral, à justiça, ao patriotismo e ao próprio Deus” (Manso, 1942: 6). “Os artigos, as notícias, as reportagens, as críticas e as crónicas não são redigidas por anjos, o que não implica que sejam por demónios” (Manso, 1942: 9).

Suprimir o jornal seria quase suprimir, segundo o autor, “um dos motores vitais da modernidade” (Manso, 1942: 8). A curiosidade humana nutre-se do jornal, prossegue Joaquim Manso (1942: 8), pois esse reúne nas suas páginas “uma riqueza apetecida e saboreada, embora fugaz, cor-

rida na terra inteira”. Mais do que isso, realça o autor, “Por intermédio do jornal todas as cidades falam, dialogam e discorrem, sob os nossos olhos”.

“O que é um jornal no fim de contas?”, interroga-se Manso. Dá então a resposta: “Uma folha volante que anda de mão em mão, na qual, sob a responsabilidade de alguém, se emitem opiniões e juízos, se narram acontecimentos e se apreciam factos, na hora em que tudo isto ferve, arde ou palpita, na mais rigorosa actualidade” (Manso, 1942: 9). Em síntese, para Manso um jornal “é a imagem viva do tempo” (Manso, 1942: 9), mesmo que não tenha a durabilidade dos livros.

O autor afirma, em conclusão, que “O jornalismo exige clareza mental, bom senso, visão rápida e segura, sentido moral agudo, a fim de não misturar, na forja em que tem de trabalhar, o certo com o incerto, a paixão cega com a tolerância amável, o episódio inventado com a realidade bem observada”. (Manso, 1942: 9-10)

8.10 António Ferro (1949): a visão do propagandista do regime sobre a imprensa

Em *Imprensa Estrangeira*, o principal estratega da propaganda do Estado Novo, António Ferro, defende que antes de se falar de liberdade de imprensa é preciso definir o conceito de liberdade. Para o autor, a liberdade de expressão “choca-se permanente contra o grande drama (...) [de cada] época, a conciliação da liberdade e da conseqüente autoridade para defendê-la da corrupção.” (Ferro, 1949: 11)

Segundo António Ferro, o facto de cada um ter o seu conceito de liberdade esvazia a palavra do seu conteúdo, tornando-se sinónimo de servidão e paixão.

António Ferro sustenta que existem muitos países que pensam gozar de uma liberdade completa, mas ao mesmo tempo nesses mesmos países existem limitações, designadamente de ordem religiosa, racial, literária ou até política. A verdade é que, segundo Ferro (1949: 12), “a liberdade integral não existe em parte nenhuma.” O autor explica, inclusivamente, que há dois conceitos rígidos e diferentes da liberdade de imprensa: um é o do “bloco da Imprensa considerado como engrenagem do Estado” e o outro o do “bloco da Imprensa considerada livre.” (Ferro, 1949: 12-13) Assim, para António Ferro, “já é tempo de sanear a atmosfera do mundo actual,

de não deturpar mais o sentido de algumas palavras (...) usadas como vocabulário de combate.” (Ferro, 1949: 13) Posteriormente, o autor esclarece que existiam, à época, algumas restrições à imprensa portuguesa, justificadas pelo facto de derivarem da Constituição e que se exerciam “principalmente em matéria que possa afectar a soberania nacional, as boas relações internacionais, a propaganda subversiva, e os incitamentos à guerra entre as nações e à guerra civil, que não é menos perigosa do que a primeira, porque constitui, muitas vezes, o seu prefácio.” (Ferro, 1949: 15)

Num texto intitulado “Cada Um em Sua Casa e Todos na Sua Pátria”, António Ferro escreve que a “imprensa quer dizer, antes de mais, sociabilidade, convívio”. Afirmar, ainda, que, em alguns lugares, como nas pequenas aldeias, não se sente a falta da Imprensa, porque a sociabilidade é forçosa. Aí, “o jornal não é escrito mas vivido naturalmente”. Deste modo, o jornal apenas se torna indispensável quando as populações aumentam, “quando é preciso criar essa tal sociabilidade que deixou de ser fácil” (Ferro, 1949: 20).

Ferro constata que “quando a própria organização da sociedade obriga a reunir os seus elementos dispersos (...) para se encontrarem nos seus ideais comuns (...), esse elo que liga os diversos sectores de uma sociedade, ou os elementos de cada sector, é, sem dúvida, a imprensa, que Gutenberg só tornou possível no século XV, porque só então se deu o alargamento do mundo e a sua consequente dispersão” (Ferro, 1949: 20).

“No breviário íntimo de todos os jornalistas deve existir o princípio da máxima sociabilidade: ouvir sempre o por e o contra. E tirar depois a média”, sustenta António Ferro (1949: 20). O autor, porém, adverte para o facto de o “contra” ser “mais sedutor, mais publicitário (...). O por é quase sempre apagado, fica nas entrelinhas”. (Ferro, 1949: 20) Consequentemente, para o autor, o “sensacionalismo do nosso tempo é raramente feito de boas notícias, tranquilizadoras” (Ferro, 1949: 20). Pelo contrário, “A imprensa pode (...) apressar as grandes catástrofes da História”, embora se admita que não as cria. Mais ainda, diz Ferro, a imprensa pode “criar ou engrossar as grandes correntes de ideias, os fortes movimentos espirituais, até consolidar e iluminar certas épocas de renascimento”. (Ferro, 1949: 21) Por isso, diz ele, é preciso “terminar com o sensacionalismo (...) e sobretudo com o mercado negro das falsas informações.” (Ferro, 1949: 14)

Numa segunda parte do livro, ligada à inauguração do Círculo da Imprensa Estrangeira, em Lisboa, António Ferro refere-se à “missão difícil,

espinhosa, delicada dos correspondentes”, dizendo acreditar “na sua boa fé, para além das suas ideias próprias, no seu desejo de compreensão do país em que passa a viver, em que deseja viver” (Ferro, 1949: 22). “O correspondente, aliás, quanto mais profundamente conhecer o país, quanto mais em contacto estiver com a sua alma, quanto melhor puder informar o seu jornal, mais probabilidade tem de reduzir visitas dos enviados especiais (...) e melhor poderá informá-los, encaminhá-los, diminuir os seus riscos quando a sua vinda for inevitável”. (Ferro, 1949: 24)

Quanto à permanência dos correspondentes estrangeiros em Portugal, Ferro (1949: 25) salienta que eles gozariam “duma liberdade absoluta, entendido, como todos entendem, certamente, que a liberdade termina onde começa a mentira” (p.25).

8.11 Boavida Portugal (1949): a pedagogia pública do jornalismo

A *Vida Complexa e Grandiosa do Jornal* explora o jornalismo impresso em várias vertentes: o jornal impresso e a sua complexidade; o poder do jornal; o processo de elaboração e divulgação da notícia (desde o momento em que uma notícia é aceite como tendo interesse até ao ponto em que o jornal é distribuído); a vida dos jornalistas correspondentes; e a importância do director do jornal. O autor finaliza com um elogio ao jornalismo que se fazia em Portugal na época em que o livro foi escrito, considerando o autor que os jornalistas portugueses se distinguiam pelo seu profissionalismo.

No início da obra, Boavida Portugal reflecte sobre a efemeridade do jornal. Diz ele: “A vida do jornal dura apenas umas horas. (...) Mas esta efemeridade (...) está longe de constituir a prova de que é superficial ou frívolo o que nele se escreve”. (Boavida Portugal, 1949: 1)

Segundo o autor do livro, apesar das diferentes abordagens que os vários leitores fazem ao jornal, este é indispensável a todos, pois funciona como “uma ponte que nos liga ao mundo”. (Boavida Portugal, 1949: 1)

Ao longo das poucas páginas que a obra contém, o poder do jornal é destacado. José Manuel Boavida Portugal afirma que o povo acredita piamente no jornal e que este, na maioria dos casos, molda o pensamento do leitor, mas “não quer isto dizer (...) que todos saibam apenas aquilo que o jornal lhes diz” (Boavida Portugal, 1949: 2). Basicamente, o autor acredita que o jornal “alicia, orienta e convence. Todos os dias é novo e

todos os dias deixa alguma coisa de si.” (Boavida Portugal, 1949: 2).

Na abordagem à complexidade do jornal, são destacados o necessário espírito de equipa, pois “ou puxam todos para o mesmo lado – ou não presta” (Boavida Portugal, 1949: 2), e a importância da abordagem de todas as matérias com o mesmo afinho.

No desenvolvimento do texto, o autor descreve o percurso da notícia num jornal português do final da década de Quarenta, desde que o acontecimento surge e um informador “de que os jornais dispõem em diversos pontos” (rede de captura de informações) avisa o jornal.

“O telefonista recolhe a informação. O chefe de redacção toma conhecimento e avalia a importância do que se passa. Às vezes um repórter chega [para cobrir o acontecimento]. Outras vezes é necessária toda uma equipa com jornalistas especializados (...) que conhecem as pessoas [as fontes] (...). Escolhido o pessoal, preparado o fotógrafo, aprontado o carro, segue-se para o local do sucedido. A equipa vai informando a redacção e regressa. Enquanto o repórter reúne as suas notas e o redactor as coordena, o fotógrafo encerra-se na câmara escura com os técnicos do laboratório. (...) Entretanto, a tipografia vai recebendo o original (...). A prova fotográfica chega à gravura e depois é reproduzida em vidro e depois em zinco. (...) A prova tipográfica (...) entra na revisão (...). Os paginadores esperam na composição (...). Jornalistas e gráficos (...) procuram (...) que a notícia se apresente ao leitor o mais elegantemente possível.” (Boavida Portugal, 1949: 3).

Segue-se a impressão e a distribuição do jornal, relata Boavida Portugal.

Recordando que “Quando a informação vem de fora não é menos entusiasmado nem menos complexo o jornal”, numa fase posterior do livro o autor mostra a sua admiração pelos correspondentes que, para o bem do jornalismo e para fazerem chegar às pessoas informação com rigor, passam momentos nada fáceis, como o caso de John del Val, um correspondente de guerra que esteve presente em alguns dos mais ferozes combates de que há memória, mas que sempre os retratou “com a objectividade que a profissão (...) exige.” (Boavida Portugal, 1949: 4).

Finalmente, Boavida Portugal evoca o director dos periódicos, que dirigem a organização que cada jornal é. “Quando o jornal é político, o nome do director tem de ser uma garantia”, frisa o autor. Mas “Ao lado do director, os jornais portugueses contam com jornalistas do melhor temperamento, da mais sólida cultura e da mais cuidada formação”, finaliza Boavida Portugal.

8.12 Gândara (1956): a importância do jornalismo de proximidade

Segundo Alfredo Gândara, a imprensa regional e local é uma realidade activa do Estado que responde a duas solicitações públicas: a curiosidade de saber ao mesmo tempo o que se passa no mundo e na “casa do vizinho”.

O autor pensa que a imprensa é o espelho de um povo, pelo que o sucesso ou insucesso de determinados tipos de jornais reflecte as preferências das pessoas. Porém, adverte Gândara, a dependência que os jornais denotam das preferências dos leitores é ao mesmo tempo força e fraqueza do jornalista. Apesar de tudo, para Gândara o jornalismo não se mede pelas tiragens, visto haver semanários locais com pequena tiragem mas grande peso na vida nacional.

Alfredo Gândara considera que a imprensa regional consegue aprofundar mais o conhecimento das regiões, o que, somado, aumenta o conhecimento nacional, ao contrário da imprensa nacional, que se dilui no espaço. Outra condicionante da grande imprensa, explica Gândara, é o tempo. O tempo torna cativos os profissionais da grande imprensa, que não possuem tempo para pensar. Refere também o autor que no outro extremo estará o pequeno jornal, “campo sereno e calmo de meditação”.

Gândara lembra que Portugal deve muito à Imprensa Regional, referindo que os grandes homens de letras, muitos políticos e jornalistas de relevo se iniciaram em jornais locais, como Eça de Queirós, António Nobre ou mesmo Salazar. À imprensa regional se deve, também, uma quota-parte da responsabilidade no “enriquecimento do património espiritual, moral, científico e estético da nação”.

Segundo o autor, a obra dos jornalistas de imprensa diária dura apenas 24 horas, ao contrário da do jornalista regional e local, mais perene. Este, sendo a “voz do adro” e o “arauto do bairrismo”, transforma-se num enriquecedor da nação. O pequeno semanário regional ou local “ensina, acorda consciências, associa vontades, pede, reclama, aconselha, protesta”, argumenta Gândara, pelo que se transforma numa autêntica ponte entre as regiões e a capital.

Alfredo Gândara considera, ainda, o papel relevante da imprensa regional “na defesa e propagação da ideia, credos e de posições mentais”. Refere, também, que “as publicações locais são escutadas como oráculos”. Só que, infelizmente, no diagnóstico de Gândara, os jornais regionais e locais, “riquíssimos repositórios de talento” estavam a desaparecer, embora ainda existissem alguns de grande relevo intelectual.

O autor lembra que o pequeno periódico muitas vezes é acusado de

ser provinciano, mas existe uma grande compensação com o que “muito de nacional e universal” nele encerra. “O seu poder persuasivo é perfurante”, salienta Gândara, cumprindo “a exortação de S. Paulo aos Tessalonicenses: “Não deixeis morrer o espírito”.

Alfredo Gândara define determinados “ingredientes” que o jornal da província tem de ter para encarnar “o pedaço de Portugal onde exerce a sua acção, o seu magistério”. São eles: “o modo de ser”, uma tradição, uma atmosfera, uma personalidade; (...) o solo, os monumentos, a paisagem – a dos Seres e a da Natureza”.

8.13 Gastão (1959): o jornalismo como um ramo da literatura

Em *A Nobre Condição do Jornalista Perante a Literatura*, Marques Gastão evidencia a forte competição que existe no jornalismo, de onde pode surgir o melhor, mas também o pior, criticando “a ânsia das novidades especulativas”, que provocam o aumento das tiragens, e o industrialismo jornalístico, que se sobrepõe ao idealismo.

Passando, seguidamente, às relações entre jornalismo e literatura, tema que dá mote ao título da obra, Gastão defende que, no essencial, o jornalista precisa de ser capaz de expor ao leitor notícias de forma concisa, clara, veemente, pitoresca e exacta, para serem entendidas e compreendidas sem erros, mas, apesar de tudo, para ele a elaboração do enunciado jornalístico é um *acto de criação*. O autor cita mesmo o jornalista e escritor brasileiro António Olinto, que afirmava que o jornalismo tem tantas oportunidades como as outras artes para criar obras artísticas, pois a matéria-prima do trabalho do jornalista é a mesma que o poeta e o escritor usam – a palavra. É errado, portanto, dizer-se que o jornalista não pode ser um artista, até porque “nem todos os poetas escrevem poesia”. O jornalismo, para Marques Gastão, é mesmo, pelo menos em potência, uma espécie de *literatura diária*.

Marques Gastão considera que a única ingratidão para com o jornalista é a falta de permanência da notícia, pois esta, ao longo do tempo, tende a perder a sua força, pelo desvanecimento do seu carácter de novidade: “O que pode torturar o jornalista é a permanência. Ligado ao tempo que flui, à notícia que, um dia depois, é capaz de perder a força, sente-se preso ao imediato, à transitoriedade. É preciso, contudo, que ele compreenda o que é *Notícia*. No plano mais alto, notícia (...) é tudo o que insuflando-se

nas palavras, busca uma comunicação”. Assim, o importante no trabalho jornalístico é, para o autor, que as notícias que um jornalista faz tenham algo de intemporal, para terem sempre a mesma força.

Para Gastão, a grande diferença entre a *literatura diária* e a *literatura de sempre* está na reacção do leitor. A literatura diária, própria do jornalismo, dá lugar a uma reacção imediata; a literatura de sempre gera a sedução da posteridade.

Apesar de tudo, Marques Gastão também acredita que as circunstâncias profissionais e os objectivos informativos dos meios jornalísticos limitam artisticamente o jornalista. Ainda assim, diagnostica que determinados jornalistas cultivam a técnica vocabular e um estilo próprio, enquanto outros não o fazem.

O autor cita, mais uma vez, Olinto, que afirmava que “os jornalistas, poetas e escritores colocam a sua arte num lugar pior que numa organização – ao serviço de uma ortodoxia”, mas, para uns e outros, o que importa é a permanência e importância da linguagem.

Marques Gastão defende, assim, em tese, que o trabalho de opinião elaborado por um jornalista pode ser elaborado com arte. Neste caso, o jornalista, enquanto homem com opinião, deve mostrar as coisas como são, mas também deve fazer as pessoas pensarem. Tanto o jornal como os romances são, na versão de Gastão, reflexões sobre a sociedade.

A reportagem, segundo Gastão, também permite a expressão jornalística com arte. A propósito, faz novo paralelo com a literatura. O autor socorre-se, neste ponto, mais uma vez, de Olinto, que no seu livro *O Sentido da Reportagem* explica que embora uma reportagem ou uma notícia façam reviver momentos do quotidiano, com sentido no imediato, uma obra literária pode também morrer com o tempo. Assim, para Gastão, um verdadeiro jornalista consegue fixar a notícia no tempo, tal como um escritor fixa a sua obra. Foi assim, naturalmente, que surgiram os livros de viagem elaborados por jornalistas, explica o autor.

Marques Gastão considera que o jornalista deve contemplar as situações e senti-las da mesma forma que as pessoas sentem. A partir daí, precisa de transformar essas sensações em palavras de uso diário. No entanto, seguindo as regras, não pode transpor para o seu texto as suas emoções, como o escritor faz, o que não o impede de redigir com arte. Aliás, para Marques Gastão nem todos os jornalistas estão viciados na rotina, pelo que as emoções, muitas vezes, aparecem mais sinceras e profundas no texto jornalístico do que num romance. Marques Gastão

afirma, porém, que o jornalismo, para assumir uma forma mais literária, sujeita-se à descrição e narração, mas não pode fugir da realidade, ao contrário da ficção.

De acordo com as regras, o jornalista que escreve tenta colocar o leitor numa posição “visual” para compreender o acontecimento. Tem de questionar: “Que coisa aconteceu? Quem provocou a coisa acontecida? Onde foi? Porquê? Para quê?” São estas, segundo Gastão, citando Olinto, as perguntas que têm de ser respondidas na notícia. Uma obra literária não necessita, relembra Gastão, de responder a estas questões todas.

Para Marques Gastão, a reportagem é também um conto, recolhendo factos e pessoas, de incidências boas ou más, para criar no seu próprio enredo, o que a torna próxima da literatura. Todas as reportagens são, para Gastão, contos que o jornalista escreve com dados actuais e factuais. O contorno literário e artístico na reportagem obtém-se, diz Gastão, através da utilização de uma linguagem pessoal pelo jornalista. Inclusivamente, o autor recorda que o hábito da reportagem contribuiu para muitos jornalistas escreverem livros.

Realçando pontos cruciais da teoria do jornalismo (relação entre jornalismo e realidade, valores, ética, pressão do tempo e do espaço, constrangimentos organizacionais, rotinas e “vícios profissionais”, adaptação ao público...), Marques Gastão conclui que devem acabar os preconceitos contra os jornais e os jornalistas capazes de redigir com arte sem fugir aos factos, pois “aqueles que negam ao jornalismo a classificação de Obra de Arte, eles que não são *Escritores de Jornal*” deveriam pensar nos casos de jornalistas-escritores como Jack London, Chersterton, Hemmingway e outros.

8.14 Trigueiros (1963): a reflexão sobre o jornalismo audiovisual

Luís Forjaz Trigueiros (1963), jornalista marcado por passagens pela Emissora Nacional e pela RTP, que então dava os primeiros passos, afirma que a relação entre locutor e ouvinte ou apresentador e telespectador é cada vez mais relevante, pois apesar de o contacto entre ambos não ser directo, deve haver diálogo entre os intervenientes. Sendo assim, e chamando-lhe de “observação de um espectador de dentro”, Luís Forjaz Trigueiros afirma que os apresentadores e jornalistas de rádio e televisão têm de abandonar um tom oratório, categórico, recorrendo, ao invés,

a um estilo que propicie proximidade com o ouvinte ou telespectador. Como apresentador, Trigueiros diz que aprendeu que os telespectadores e ouvintes estão também à espera de cordialidade.

Dividindo os três meios de comunicação por três épocas de civilização diferente (oral, escrita e visual), o autor constata que, quer na imprensa, quer na rádio, a pessoa pode escolher o seu conteúdo, uma vez que lhe é possível comprar o jornal que quer ou ouvir a rádio que quer. Mas sublinha que com a introdução da rádio, pela sua “imediatidade na transmissão na recepção”, houve uma clara mudança nas formas de transmissão de informação, marcadas por séculos de imprensa. No entanto, para Forjaz Trigueiros, a adaptação do meio televisivo à sociedade terá sido bastante mais fácil do que a adaptação da rádio.

Recorda o autor que, uma vez inserida a rádio na sociedade, foi altura de modelá-la ao seu público (segmentação das audiências), tendo, então, emergido as várias estações, que surgiram para os vários grupos sociais, com vários programas, música e informação. Aliás, segundo Trigueiros, tal não só aconteceu só na rádio mas também na televisão. Porém, a televisão, relembra Trigueiros, tem um dom suplementar à rádio: a imagem. Esta, segundo o autor, é capaz de captar muito mais a atenção de um telespectador, não importando quanto a oralidade seja boa e cativante.

A rádio tem, continua Forjaz Trigueiros, um “duplo trabalho”, pois precisa de captar a atenção dos seus ouvintes, tornando a notícia apelativa e importante de ouvir, sem cair no ridículo da enfatização excessiva. Já a televisão, continua o autor, tem a tendência de transmitir os acontecimentos em directo, gerando uma mais-valia de importância para os mesmos. Em consequência, antevê Luís Forjaz Trigueiros, as notícias sobre factos passados ou sobre factos que ainda se vão realizar cairão, no que à televisão diz respeito, num campo que apelida de “necrológico”.

A televisão, explica Trigueiros, é importante para mobilizar as pessoas, mas também pode ser usada com fins educativos, desde que com “responsabilidade”. No entanto, argumenta o autor, o poder da televisão levou os estados, um pouco por todo o mundo, a procurar controlá-la, de forma algo “excessiva” e “despropositada”. Trigueiros reconhece, no entanto, que certos programas de televisão e de rádio, mesmo passando por algum tempo de indiferença, podem fanatizar as massas. Luís Forjaz Trigueiros sugere, ademais, que a repetição de palavras, slogans, símbolos, sinais, mitos, pode influenciar directamente o ouvinte. Ainda assim, Trigueiros reconhece que as pessoas em geral conseguem manter a sua

própria opinião face aos conteúdos que lhes são apresentados, recusando atribuir à televisão um poder onnipotente na manipulação das consciências.

Trigueiros diz que a inexistência de imagens na rádio pode ser um trunfo, desde que com o som se fomente a imaginação do ouvinte. Mas a rádio também apresenta problemas, como:

“conseguir vitalizar uma notícia seca, autenticar, tornando-o presente, o relato dum acontecimento sempre frio em seu monótono enunciado, por mais emocional que seja o conteúdo da notícia a transmitir. Até porque se sabe que uma notícia sensacional não pode ser transmitida em tom sensacional, o que correria o grave risco dum ridículo irremediável. Um perfeito equilíbrio de exposição, servido por uma articulação perfeita, uma exacta noção subtil da modulação de voz, que discretamente sublinhe o carácter trágico ou irónico dum texto – eis uma qualidade indispensável ao locutor da rádio.” (Trigueiros, 1963: 17)

Ao contrário do que sucede com a rádio, para o autor a função da TV é, acima de tudo, mostrar. Assim sendo, em matéria de telejornalismo:

“Se (...) o público deseja cada vez mais ser cabalmente informado (...) com amplitude e síntese (...), quer também ser informado com clareza, tanto mais que (...) a instantaneidade dessa informação não deixa grande margem para reflectir sobre ela. Por isso, a reportagem directa do acontecimento, facilitada já hoje com os emissores transportáveis, com as câmaras portáteis ou mesmo telecomandadas, continua a ser a página principal – e sê-lo-á cada vez mais – desse jornal vivo que é a televisão. Se na rádio a transmissão duma cerimónia (...) foi já uma aquisição primordial, apenas dependendo a sua possibilidade da comunicação com o ouvinte, (...) da natureza do acontecimento, (...) da sua apresentação (...) e da sua inteligente dosagem, poupando-o à monotonia de longos discursos e interrompendo estes, por exemplo, com o recurso ao resumo intercalado, na televisão a grande reportagem, embora ainda influenciada, conforme os casos, por certo tom jornalístico (quanto à locução) e cinematográfico (quanto à sequência das imagens), tom que naturalmente aos poucos irá perdendo, virá a ser a sua forma superior de informação, e a mais representativa.” (Trigueiros, 1963: 26-27)

Outro dos pontos abrangidos pelo autor prende-se com a problemática da censura. Trigueiros considera “legítima” a luta pela liberdade de imprensa e contra a censura política por parte dos jornalistas, mas relem-

bra que existem outras formas de censura, nomeadamente as “pressões e interesses (...) da própria empresa proprietária [do órgão jornalístico]” e “os interesses comerciais da publicidade” (Trigueiros, 1963: 27).

Sobre a publicidade, o autor também é categórico. Reconhece que ela é necessária porque as empresas jornalísticas lutam pela sua rentabilização.

O autor também enaltece o papel da televisão e da rádio na promoção e revitalização cultural. Relembra, inclusivamente, que a televisão e a rádio levam cultura aos letrados e iletrados, mas para serem bem sucedidos nessa matéria necessitam de cultivar um estilo adequado a todos os públicos.

Em jeito de conclusão, Trigueiros afirma que os meios de comunicação (principalmente a rádio e a televisão) desempenham um papel que já não passa indiferente à sociedade, pois constituem cada vez mais uma forma de informação e entretenimento massiva, para todos os segmentos do público. Segundo o autor, os meios serão, no futuro, cada vez mais importantes e o mundo, sem eles, tornar-se-ia quase “inabitável”.

8.15 José Júlio Gonçalves: a sociologia da informação

Entre os autores que se debruçaram sobre o jornalismo releva-se o nome de José Júlio Gonçalves, pelos esforços que empreendeu para enquadrar a actividade à luz da sociologia e da antropologia em vários livros, como *Técnicas de Propaganda* (1961), *Sociologia da Informação* (1963), *Política de Informação* (1963) e *Os Meios de Comunicação Social à Luz da Sociologia*, entre outros.

Em *Técnicas de Propaganda* (1961), o autor salienta a tendência do homem para viver em sociedade, que o leva a estabelecer relações sociais e a trocar informações, opiniões, etc. Refere, abundantemente, o sociólogo Juan Beneyto, para quem as comunicações que o homem pode estabelecer com os seus semelhantes podem ser: *comunicações individuais; comunicações colectivas e comunicações comunitárias*. (Gonçalves, 1961: 15-16).

“Esta classificação dos meios de informação humanos corresponde, até certo ponto, à própria evolução da sociedade humana desde o passado remoto (...) até nossos dias, desde o começo da estratificação das sociedades primitivas até às contemporâneas, autênticas *sociedades de mas-*

sas que, não raro, as elites e pseudo-elites arrastam a seu belo talante sob a influência de uma bem norteada propaganda (...) obedecendo a estados emotivos provocados pela anestesia da capacidade de deliberar e de decidir” (Gonçalves, 1961: 16-17).

Gonçalves (1961: 18-19) relembra que a radiodifusão e a televisão permitem “levar informações, ideologias, sugestões e ordens, quase instantaneamente, a grandes distâncias e a todos os públicos (...). Por seu lado, os aperfeiçoamentos introduzidos na imprensa permitem a publicação de grandes diários (...), beneficiando (...) da aceleração dos transportes (...) que lhes asseguram cheguem aos leitores a tempo de não se desatualizarem ante os *diários falados, televisados e filmados*” (pp. 18-19). Devido a isso, a propaganda contemporânea, de acordo com Gonçalves, usa abundantemente os meios de comunicação social.

Beneyto, citado por José Júlio Gonçalves, explica que a propaganda pode dividir-se em: *propaganda política, propaganda comercial e propaganda religiosa*. Os meios jornalísticos desempenham, de acordo com Gonçalves, um papel de relevo em todos os tipos de propaganda, mesmo quando não o pretendem e quando não o fazem intencionalmente. O autor relembra, para finalizar o ensaio, várias técnicas de propaganda através dos meios de comunicação social, como sejam *a repetição, a simplificação da mensagem, a orquestração, a desfiguração, o sobredimensionamento, a individualização do inimigo*, etc.

Em *Política de Informação: Ensaio*, José Júlio Gonçalves (1963) começa por esclarecer que conceito está por trás da expressão “Política de Informação” tal como a concebe Dovifat, que evidencia o papel que a essa política cabe na formação da opinião pública. Discorrendo sobre as definições de Dovifat, o autor concorda que, em boa parte, elas giram à volta da “ideia de que a Política de Informação é preocupação essencialmente assinada pelos Governos” (Gonçalves, 1963: 17). No entanto, José Júlio Gonçalves explica que o prosseguimento de políticas informativas se verifica também em organizações. Mesmo com indivíduos com determinados estatutos e papéis sociais, salienta Gonçalves, também podem prosseguir políticas de informação, “uma força e, ao mesmo tempo, um instrumento poderoso de penetração psicológica” (Gonçalves, 1963: 18).

Tendo em conta a amplitude da Política de Informação e o peso da notícia na marcha da história, percebe-se, lembra o autor, o interesse por parte dos Estados e respectivos Governos e de outras instituições na in-

tervenção, negativa ou positiva, sobre a informação, condicionando-a, muitas vezes, apenas de acordo com os seus interesses, e percebe-se, também, a preocupação dos estudiosos acerca dos meios de informação e da sua conduta perante a atitude dos Governos.

José Júlio Gonçalves considera, basicamente, a existência de dois tipos de Política de Informação: a capitalista e a comunista, não deixando, no entanto, de tecer algumas considerações sobre a Política de Informação da Igreja Católica. Considera o autor que são três os aspectos essenciais comuns à política informativa dos dois modelos: (1) a preocupação de informar e de fazer propaganda; (2) a ideia de informar e educar, porque a informação conduz à educação que cada um dos regimes considera útil; e (3) a tendência para informar e “desinformar”. Em qualquer dos casos, a informação, diz o autor, é usada como meio eficaz de difusão de ideias políticas e como arma psicológica.

No seguimento do que anteriormente afirmou, o autor esclarece que as informações transportam uma carga ideológica que se destina a influenciar as populações, provocando mudanças de opinião e atitudes políticas. Salienta, igualmente, que educação e informação estão intimamente ligadas, visto que a primeira é o “mais eficaz obstáculo que pode opor-se à difusão das ideias que se deseja não penetrem no espírito da população” (Gonçalves, 1963: 21-23); finalmente, explica que a “desinformação” desprende os indivíduos da antiga perspectiva ideológica, substituindo ou mesmo eliminando a velha formação. O objectivo da desinformação é, de acordo com Gonçalves, proteger uma ordem política que se considera adequada ou discriminar outra diferente. José Júlio Gonçalves considera, ainda assim, que por muito relevante que a Política de Informação possa ser, esta nunca fica alheia à influência “das correntes interiores, dos grupos de pressão, dos mitos, etc.”.

Analisando o que mais representativamente caracteriza as Políticas de Informação capitalista e comunista, o autor afirma que a primeira se qualifica a si própria como livre, aberta e democrática, sendo a segunda geralmente considerada condicionada, fechada e ditatorial. A indústria cultural nos países capitalistas tende, por outro lado, releva o autor, a ser propriedade de entidades privadas, enquanto nos países comunistas é propriedade do Estado.

Objectivando o assunto em questão, José Júlio Gonçalves adverte que não há, em nenhum lugar, uma Informação isenta de controlo directo ou indirecto, mesmo no estado mais representativo do mundo capitalista, os

Estados Unidos. No entanto, o condicionamento legal da informação nas democracias capitalistas é admitido pelos cidadãos, apesar da existência de outros tipos de controlo exercido pelos grupos de pressão e pelo poder económico, à margem do Estado, para satisfação de interesses individuais. O autor explica, ainda, que nas democracias capitalistas, em concreto nos Estados Unidos, não há evidência de que a informação seja um instrumento do Governo, embora alguns meios possam servir os propósitos governamentais. José Júlio Gonçalves também não duvida que a propaganda técnica e cientificamente organizada é, depois da intervenção dos grupos e dos proprietários dos meios de comunicação, o fenómeno que mais alterações causa na objectividade da informação nos EUA. Para ele, a informação pode ser quer um meio de que se servem quer os particulares para atingir o poder, quer um meio do Poder para subsistir, impor-se ou convencer.

O autor informa que pode dizer-se que a propaganda no bloco capitalista nem sempre confunde, domina e orienta as pessoas tornando-as espiritualmente alienadas, uma vez que é impossível impedir os cidadãos de receber notícias fidedignas e verídicas de outras fontes. Para ele, nas democracias a informação é relativamente livre, aberta e democrática, apesar de o controlo económico e social de natureza privada poder condicioná-la.

Seguidamente, José Júlio Gonçalves passa à análise da Informação no bloco comunista, tomando como paradigma a Informação na [antiga] URSS, que caracteriza como sendo condicionada, dado que era governamentalizada e partidária e tinha como objectivo principal a “educação” política e cultural do povo. Para Júlio Gonçalves, a informação na [antiga] URSS era fechada e ditatorial, o que decorre do controlo que os órgãos políticos exerciam sobre ela.

Segundo o autor, na URSS informação e propaganda eram fenómenos que se confundiam, uma vez que quem informa promovia “directa ou indirectamente, a doutrinação dos indivíduos” (Gonçalves, 1963: 27-30).

Refere ainda o autor, a propósito do carácter fechado da Informação no bloco comunista, que a imprensa permitia que os seus colaboradores e leitores se ocupassem de problemas políticos, possibilitando-lhes pequenas discordâncias. Quando se queria mostrar neutro, o Partido Comunista chegava a fomentar críticas na imprensa aos responsáveis particulares por quaisquer fracassos e deficiências. Isto leva José Júlio Gonçalves a considerar tendenciosos os que afirmavam que a Informação da URSS era li-

vre, classificando-a, ele, de “poderosa arma psicológica, que habilmente explora todas as fraquezas do adversário interno e externo” (Gonçalves, 963: 31-32).

O autor explica, também, que um dos mais importantes aspectos da vida e sociedade contemporâneas que a URSS parecia apostada em condicionar, gastando para tal somas astronómicas (objectivo a que se opõe a contrapropaganda anticomunista), era o impacto da Informação-Propaganda comunista no mundo não comunista, e conclui que tanto nos EUA como na URSS a Informação parecia exprimir no seu condicionamento do início dos anos Sessenta uma tendência crescente para o aviltamento das suas essência, estrutura, ética e objectivos.

Tecendo considerações sobre as linhas principais da Política de Informação da Igreja Católica, instituição que José Júlio Gonçalves considera ser a maior autoridade moral no Ocidente, o autor afirma que a Igreja Católica, guardiã da ideia de expansão do catolicismo, tem vindo a pugnar para devolver à Informação a sua função social: ser objectiva, honesta, sem ferir a verdade e a moral. Essas recomendações da Igreja, explica José Júlio Gonçalves, são dirigidas a todos os manipuladores da Informação. O autor observa, ainda, que, para a Igreja Católica, o ideal seria a despolitização da Informação, pois a mediação ideológica torna subjectivas e imprecisas as notícias que, às vezes, já de si, são um mero produto de mercado, uma mercadoria à venda. No entanto, segundo Júlio Gonçalves, a Igreja Católica está perfeitamente consciente de que a informação não escapa às deformações provocadas por erros humanos e erros de transmissão e circulação alheios a factores humanos.

Em seguida, José Júlio Gonçalves refere alguns aspectos curiosos relacionados com o facto do preço da Informação ou a sua simples dádiva constituírem dois obstáculos à propagação e circulação das notícias. Dá como exemplos o facto de terem mais aceitação as notícias que se pagam a uma agência nacional ou mundial especializada do que as que a mesma agência oferece gratuitamente. Este fenómeno, de acordo com Gonçalves, tem diversas explicações, resultando, nomeadamente, dos elevados custos do dispositivo de verificação de notícias das agências, que permite ganhar a confiança dos destinatários, mas dificulta a difusão da informação. Aos obstáculos à difusão e circulação de notícias já indicados, o autor acrescenta, por exemplo, a carência de meios técnicos, a falta de quadros, os entraves burocráticos e o analfabetismo e não duvida que as maiores dificuldades a vencer pela Informação autêntica são as inerentes

aos aspectos negativos da Política de Informação, aludindo ao recurso à censura e a outros instrumentos eficazes e poderosos, postos em prática por Governos com uma política menos aberta, como seria, aliás, o caso português.

José Júlio Gonçalves explica, ainda, que a evolução das mentalidades e das práticas gerou o direito à Informação, o direito a informar e a obrigação de informar. Para ele, da informação como dádiva, como privilégio concedido pelos chefes (em que os veículos por excelência das informações eram a “viva voz” e o “boato”), evoluiu-se, com o advento da imprensa e dos modernos meios audiovisuais de comunicação social, para um sentido de responsabilidade perante a Informação. Daí decorre a ideia de que todos os elementos que compõem a sociedade têm o direito de serem informados livremente e ao direito à informação segue-se a necessidade de opinar, de comunicar e informar livremente os outros. O autor refere, ainda, que através dos serviços de *informação pública* os governos dos estados democráticos levam a cabo uma *missão social* institucionalizada que se exprime na obrigação de proporcionar informações relevantes aos cidadãos dos vários estratos sociais; porém, nos estados comunistas existem mecanismos de controlo que impedem os cidadãos da receber informações que não interessem ao poder.

O autor considera que o princípio da *liberdade de Informação* tem preocupado diversos organismos internacionais, nomeadamente a ONU, que por imposição do artigo 19^a da Declaração Universal dos Direitos do Homem, tem proclamado amplamente a sua adesão a esse princípio com tripla forma – liberdade de informar, de informar-se e de ser informado. José Júlio Gonçalves refere, ainda, que também através da UNESCO se tem procurado obter a cooperação internacional com o fim de melhorar os meios de comunicação, de os tornar mais livres e de alargar as áreas que abrangem, para atingirem um número de pessoas cada vez maior.

Em *Os Meios de Comunicação Social à Luz da Sociologia*, José Júlio Gonçalves (1972), propõe uma análise sociológica, em termos genéricos ou recorrendo a um exame da realidade empírica, aos problemas (étnicos/multiculturais) inerentes aos meios de comunicação social, tema que também aborda na obra *Efeitos dos Modernos Meios de Comunicação nas Sociedades Plurais* (Gonçalves, 1972b). Retrata, em especial, múltiplos problemas que podem surgir devido a uma comunicação intercultural deficiente.

Segundo o autor, há três tipos de sociedades: 1) *modernas*, 2) *tradi-*

cionais (também designadas primitivas ou arcaicas) e 3) *pluralistas ou plurais*. Uma sociedade pluralista resulta da interacção entre as duas primeiras, conjugando características de ambas mas caminhando no sentido de se transformar numa sociedade moderna. A sociedade tradicional é heterogénea, apresenta imobilismo tecnológico e resistência à mudança, bem como solidariedade de tipo tribal. Evolui lentamente. A “moderna”, caracterizada pela “europeidade”, é homogénea e culturalmente coesa e não apresenta entraves à mudança. A sociedade tradicional estaria em “processo de desagregação” (Gonçalves, 1972: 63); a moderna, de figurino ocidental, em expansão.

Na perspectiva de José Júlio Gonçalves, o crescente contacto das sociedades tradicionais com as modernas leva a mais rápidas transformações nas primeiras. Os *media* são, segundo o autor, uma peça chave nesse fenómeno: “as populações ainda tribalizadas, com o advento da televisão completarão o salto iniciado com a imprensa, o cinema e a radiodifusão sonora, de um sistema de comunicação de base marcadamente biológico-mecânico para, sem completo desaparecimento deste, um outro caracterizado pelo recurso a *meios de comunicação* de massa convenientemente estruturados e pelo aparecimento de novos *líderes formais e informais*, em que estes últimos tenderão a ceder o passo àqueles.” (Gonçalves, 1972: 66)

Para José Júlio Gonçalves, quando “dois ou mais sistemas de comunicação se põem em contacto, o mais avançado tecnologicamente (...) acaba (...) por exercer uma espécie de *dominância* que produz uma série de efeitos sociológicos que vão desde a *concessão e alteração de status até à modificação dos padrões de credibilidade* e das *pautas sociais, morais ou religiosas*, etc., aproximando a cidade do campo, a riqueza da pobreza e, naturalmente, a própria sociedade moderna da sociedade tribal” (Gonçalves, 1972: 66). A isto acresce que “Em geral, os *mass media* acumulam-se nas zonas citadinas, permitindo a formação, ali, de uma *elite de proximidade*, sem que o mesmo aconteça nas áreas rurais, não obstante estas constituírem verdadeiras *reservas de valores* que os meios de comunicação não *revelam* com a frequência com que o fazem em relação a quem está mais próximo.” (Gonçalves, 1972: 66-67). Os valores das sociedades tradicionais, difundidos pelos respectivos sistemas comunicativos (simples, assentes em meios bio-mecânicos), mesmo quando arcaicos, funcionam, porém, explicita o autor, como travões aos processos de socialização e aculturação promovidos pelos media techno-

logicamente avançados (sistemas comunicativos complexos) próprios das sociedades modernas. Mesmo assim, defende o autor, devido à acção dos media modernos sobre as sociedades tradicionais notam-se nestas últimas alterações nos estilos de vida, nas hierarquias sociais, nas relações entre as pessoas, nos padrões de conduta e, em suma, nas mentalidades. Mais, a imposição de sistemas mediáticos modernos às sociedades tradicionais, segundo Júlio Gonçalves, põe o domínio sobre os sistemas comunicativos nas mãos de profissionais, quando antes estava nas mãos dos líderes tradicionais.

Segundo José Júlio Gonçalves, as mensagens geram efeitos verticais (entre indivíduos de classe social diferente) e horizontais (entre indivíduos da mesma classe). No entanto, de acordo com o autor, quanto mais complexo e mutável é um sistema social, mais complexos e difíceis de detectar são os efeitos da comunicação social. Para ele, nas sociedades africanas, cada vez mais plurais (no sentido de misturarem traços modernos com traços arcaicos), é também cada vez mais difícil detectar e prever os efeitos dos *media*, até porque, nelas, o sistema comunicativo moderno coexiste com o sistema comunicativo tradicional. Contudo, o autor admite a existência de fenómenos de *resistência cultural* aos valores, modos de vida e atitudes propostos pelos *media* modernos, que inclusivamente seriam mais fortes nas sociedades plurais, que ainda mantêm sistemas comunicativos tradicionais paralelos aos modernos, do que nas sociedades modernas, marcadas pela complexidade e mudança.

Nota-se, na obra, que o autor perfilha várias teses do interaccionismo simbólico. Para ele, as instituições e grupos sociais são as mais básicas estruturas que se formam entre indivíduos para a satisfação das mais básicas necessidades. Comunicar, neste contexto, é indispensável. Essas instituições e grupos são responsáveis pela atribuição dos papéis e estatutos sociais que são fundamentais para a estabilidade e harmonia da sociedade. Estes papéis são, no entanto, afectados pela comunicação. José Júlio Gonçalves afirma, nomeadamente, que os *media* têm contribuído para a ocorrência de mudanças nas instituições e grupos sociais, ao nível das posições, status, papéis sociais, relacionamentos, comportamentos, sentimentos de vinculação, identificação e participação, algo que se compreende porque as instituições se estruturam ao redor de “padrões, papéis e relações que os indivíduos realizam segundo determinadas formas sancionadas e unificadas com o objectivo de satisfazer necessidades sociais básicas e que os grupos são conjuntos de pessoas em interacção

e comunicação obedecendo a normas, valores e interesses para concretizarem certos objectivos” (Gonçalves, 1972: 71). No contexto africano, que o autor tem presente, “os meios de comunicação (...) contribuem para acelerar o processo de destribalização” (Gonçalves, 1972: 72) ao acelerarem os contractos entre sociedades, ao proporem novas formas de encarar o mundo e de agir e ao facultarem processos de aprendizagem social alternativos aos tradicionais. Um efeito semelhante, aliás, segundo o autor, ocorre em torno das famílias, que estariam, segundo José Júlio Gonçalves, em plena transformação, quer nas sociedades plurais, quer nas modernas, pesem embora os fenómenos de resistência à mudança. “Começa a não se poder ler o presente e menos ainda o futuro dos jovens no passado de seus pais”, salienta Gonçalves (1972: 76). As mensagens mediáticas podem, aliás, contribuir para o surgimento de conflitos entre gerações, explica o autor.

Os meios audiovisuais, em particular a televisão, são, para José Júlio Gonçalves, os mais influente nas mudanças sociais e nos processos de mobilidade social, gerando mudanças de padrões comportamentais e promovendo a uniformização de padrões culturais. Ele admite mesmo que a escalada social anda intimamente ligada ao grau de informação e de conhecimentos de cada indivíduo, condicionado pelos meios a que acede. Por outro lado, sustenta o sociólogo, os líderes tradicionais podem-se ver substituídos por líderes revelados pelos *media*, pois estes são mecanismos de vedetização e revelação de líderes. Os trabalhadores dos *media*, de acordo com Gonçalves, também aumentam o seu prestígio social, assegurando a sua própria mobilidade social ascendente. Em consequência, devido aos *mass media* as sociedades tribais, prevê o autor, verão o seu sistema hierárquico antigo desaparecer, dando lugar a um sistema de modelo europeu.

O autor tenta também demonstrar que é através dos *media* que circula e é vinculada a propaganda e contrapropaganda, com vista à manipulação da opinião pública, especialmente de pessoas alheadas da vida política, que não procuram, ou não têm acesso, aos melhores e mais diversificados meios de comunicação. No entanto, o autor reconhece que as mensagens veiculadas pelos *media* estão sujeitas a diferentes interpretações e a diversos níveis de aceitação, consoante as crenças, religião valores etc. dos receptores. Em certas situações, o autor admite mesmo a ocorrência do efeito *boomerang*: as mensagens não só não são aceites como originam efeitos contrários aos pretendidos, voltando-se contra o emissor.

Por exemplo, procedimentos que na Europa se consideram correctos, fora dela mostram-se, por vezes, errados.

Mais à frente, encarando os meios, em particular a televisão e a rádio, como “veículos de informação e (...) instrumentos de cultura” (p. 83), o autor atribui-lhes grandes responsabilidades e necessidade de sentido ético na selecção da informação transmitida, pois conseguem afectar os valores fundamentais e geram mudanças de mentalidade. Estes aspectos estão intimamente ligados à problemática da doação cultural (mas também da propaganda e contrapropaganda), pois, segundo o autor, há *culturas doadoras e culturas receptoras*. Aqui estão em causa a aceitação ou recusa de valores, crenças, atitudes, comportamentos, etc.

Questionando-se sobre a influência da comunicação social sobre a segurança interna e externa de um país, o autor relembra que um variado número de informações veiculado pelos *media* pode ser usado pelos adversários desse país em seu próprio proveito, para além de os meios poderem ser usados como veículos de propaganda e contrapropaganda. Aliás, relembra José Júlio Gonçalves (1972: 88), “*o poder virtual de uma falsa notícia é sensivelmente o mesmo do que uma notícia verídica.*” Por outro lado, quando um órgão jornalístico se vê compelido pelas autoridades a emitir desmentidos frequentes, cai no descrédito: “O desmentido (...) pode fazer-se indirectamente. Deixa-se ao público o entendimento da comunicação não-directa sobre a notícia ou boato e evita-se, por vezes, que a dúvida e a desconfiança se ampliem. O *desmentido directo* alarga a audiência e faz desconfiar. (...) *Desmentir e rectificar* notícias são, pois, tarefas que requerem certos cuidados” (Gonçalves, 1972: 87).

A partir desse ponto, o autor aborda a questão da objectividade jornalística, reconhecendo que não é possível dar “*informação pura*”, nem sequer nos meios audiovisuais, mas que é possível pugnar por uma “*informação objectiva*” que cubra “sectores significativos do assunto, embora mesmo esta deva, na sua óptica, ser “limitada por valores essenciais”, para não conflitar com “os pilares da nossa existência”, pois “objectividade não é sinónimo de verdade” (Gonçalves, 1972: 88 e 90). De qualquer maneira, o autor reconhece ao receptor uma lata liberdade interpretativa e de aceitação ou rejeição das mensagens, embora temperada pelo grau de sugestibilidade destas últimas, em função de factores como a educação, a cultura, a religião, a ideologia, a localização geográfica, o sexo, a ocupação, a capacidade, etc.

Prosseguindo a sua análise sociológica dos meios de comunicação,

José Júlio Gonçalves refere que, tendencialmente, os *media* escrevem/dizem o que as pessoas querem ouvir/ler, para captar audiências. Os programas televisivos e radiofónicos, as páginas dos jornais e revistas, ressentem-se, de acordo com José Júlio Gonçalves (1972: 92), da “mediocridade do gosto popular”, dominante.

No que respeita ao jornalismo propriamente dito, o autor relembra a “*dissonância* resultante de algumas notícias e reportagens (...) serem incompatíveis umas com as outras” e o facto de “nos telejornais a *imagem* desmentir, por vezes, a palavra ou esta aquela” (Gonçalves, 1972: 92-93). Aliás, salienta: “Este mesmo fenómeno ocorre (...) devido à variedade de meios e suas ideologias, orientações, deficiências, etc., ou, noutra perspectiva, devido a distorções, localizações intencionais ou não das notícias, choque de informações, qual *wagon effect*, etc.” (Gonçalves, 1972: 93). E prossegue: “Quando a *dissonância* ocorre ou a *orquestração* fica à vista, há tendência para a neutralizar, para *reduzir* tal dissonância. É uma tentativa que envolve o risco de *efeito boomerang*” (Gonçalves, 1972: 93), pelo que, inclusivamente, diz o autor, há quem procure reduzir a dissonância de forma implícita e não explícita, recorrendo, por exemplo, não a um desmentido, mas sim a uma nova notícia que passe uma mensagem contrária à que se quer desmentir.

O autor recorda, finalmente, que os meios propõem modelos sociais e projectam, frequentemente, estereótipos. Ora, se “noticiar e fazer reportagem são duas funções primordiais dos meios de comunicação social” (Gonçalves, 1972: 97), então torna-se necessário que os jornalistas tenham uma profunda preparação, incluindo uma boa formação etnológica, para não cometerem erros graves nem gerarem efeitos de boomerang. Um vocábulo usado sem problemas na Europa, por exemplo, pode ferir susceptibilidades em África, relembra. Contudo, José Júlio Gonçalves, sem desculpabilizar os erros jornalísticos, também reconhece, para finalizar, que “recolher, verificar, seleccionar informações para fazer notícias, elaborar um telejornal, etc. não é tarefa fácil” (Gonçalves, 1972: 98).

8.16 Uma obra colectiva e multitemática: *Imprensa: Informar ou Deformar?*

Imprensa: Informar ou Deformar? é uma obra colectiva de vários jornalistas portugueses e estrangeiros, coordenada pelo jornalista Viale Moutinho, na qual se expõem temas que vão da liberdade de imprensa à condição de jornalista.

Viale Moutinho (1971:7), no prefácio, escreve que a liberdade de imprensa é “uma porta aberta para um amplo e salutar usufruto da verdade”, mas considera que a imprensa estava “cercada por todos os lados”, como defendia o Instituto Internacional da Imprensa.

Costa Carvalho reflecte, por seu turno, sobre a condição de jornalista. Em primeiro lugar, este autor parte do princípio de que o jornalista é, antes de mais, “homem de carne e osso” (Costa Carvalho, 1971: 8), havendo que distinguir, portanto, o jornalista como pessoa do jornalista como profissional. O autor defende o ensino do jornalismo como forma mais óbvia de aceder à profissão e a adopção pelos jornalistas portugueses das regras deontológicas dos jornalistas franceses.

Rui Osório, num texto sobre temas diferentes, ainda que interligados, defende a liberdade, a democracia e a acção fortalecedora do jornal sobre as bases da democracia, em especial sobre o “diálogo plural” (Osório, 1971: 42). O autor chega mesmo a citar Dovifat, que dizia que o jornal é um “órgão da democracia”.

Para Osório (1971: 43), “Sem informação não há opinião pública. Ela é o resultado da adesão livre dos receptores dos conteúdos de polarização propostos pelos promotores. Nasce do diálogo plural e contrastante”. Portanto, o autor, recordando, inclusivamente, as palavras do papa Pio XII, afirma, reportando-se à liberdade de expressão e de imprensa, que é uma “desdita” quando “o direito de todos se torna em privilégio de uns poucos” (Osório, 1971: 44). Rui Osório defende, assim, o princípio da liberdade de imprensa, na sua dupla vertente técnico-económica (existência de vários e alternativos meios de informação) e política (garantia legal da liberdade de expressão e de imprensa).

Qual o papel do jornalista numa sociedade livre onde exista jornalismo livre? Rui Osório procura responder a esta questão afirmando que ao jornalista cabe a proposição de “conteúdos de polarização” aos leitores, que, igualmente livres, emitem opiniões sobre os conteúdos que lhes são apresentados. Essas opiniões “postas em contaste, enriquecem e estimu-

lam a boa marcha da sociedade” (Osório, 1971: 46). Assim sendo, ao jornalista, na versão de Osório, exige-se *responsabilidade e formação* superior universitária, técnica, cultural, ética e humana.

Para finalizar, Osório recorda aquelas que na sua versão são as modernas teses da história do jornalismo, que a dividem em proto-história do jornalismo e três épocas históricas: a do predomínio do *jornalismo ideológico*; a do predomínio do *jornalismo informativo*; e finalmente a evolução para o *jornalismo de profundidade*, em que a imprensa se afirma como concorrente e complemento da rádio e da televisão, já que estas podem adiantar-se aos jornais na divulgação da notícia, mas estes podem interpretá-la.

Para além de textos que já referimos anteriormente, o livro organizado por Viale Moutinho traz uma derradeira contribuição de um autor português: o artigo “Dignidade da imprensa e dignificação da palavra”, de Nuno Teixeira Neves (1971), que o mesmo autor tinha publicado autonomamente em 1969.

Nesse texto, Nuno Teixeira Neves considera o problema da falta de liberdade de imprensa o principal dos problemas dos jornalistas portugueses do final do Estado Novo. Levanta, porém, dois outros problemas: “a ineficácia, por falta de vigor, daquilo que (...) deixam escrever” e “a destruição da palavra na consciência de quem escreve (...), a (...) ineficácia para a verdade ou (...) a nossa castração como seres voluntariosos e inteligentes” (Neves, 1971: 52).

O autor defende que a censura, em Portugal, resultava, em grande medida, da “incapacidade de as elites manejarem a contradição”, sendo necessário, por isso, defender “a legalidade da contradição” (Teixeira, 1971: 52). Por outro lado, a alegada ineficácia do jornalismo na transformação do país resultava, na versão do autor, da censura, que castra a inteligência e a expressão e limita o debate e o conhecimento, mas também das rotinas profissionais que tornavam as palavras ocas e repetitivas, empobreciam a cultura e diminuía o estatuto da Língua Portuguesa. Apesar de tudo, Nuno Teixeira acreditava que em Portugal se tinha desenvolvido uma impressionante capacidade de escrever e ler nas entrelinhas, única forma de contornar a censura.

Para concluir, o autor pedia, na altura, “palavras eficientes (...), que sejam um modo de participar na justiça e na dignidade nacionais, uma das ferramentas com que se construa um país moderno” (Neves, 1971: 59).

8.17 Pinto Balsemão (1971): informação na sociedade tecnocrónica

Escrito no calor das convulsões que ditaram o fim do Estado Novo e propiciaram a Revolução de 25 de Abril de 1974, *Informar ou Depend-der?*, do então deputado à Assembleia Nacional e jornalista Francisco Pinto Balsemão, que futuramente viria a exercer o cargo de primeiro-ministro de Portugal e é hoje um dos “patrões” dos media portugueses, é talvez o livro mais relevante sobre jornalismo, desenvolvimento tecnológico & sociedade publicado em Portugal, por um autor português, no início da década de Setenta do século XX, pois não apenas discute as questões relativas à liberdade de imprensa e à proposta de Lei de Imprensa que o autor tinha elaborado com Sá Carneiro e proposto ao Parlamento, mas também diagnostica o estado do jornalismo e, em tom de grande actualidade, conjectura fundamentadamente sobre o futuro desta actividade de comunicação social no quadro de uma sociedade tecnologicamente avançada e marcada pelo recurso massivo aos computadores. É extremamente interessante notar que mesmo desconhecendo a Internet e a convergência concreta entre informática, televisão e telecomunicações, Pinto Balsemão, suportado pela leitura de variadíssimos trabalhos, já tinha uma percepção muito nítida daquilo que seria a sociedade no início do século XXI, embora, obviamente, não designe os artefactos comuns do nosso quotidiano actual pelos mesmos nomes que nós lhes damos.

Pinto Balsemão antecipa as características da comunicação na actualidade. Questiona-se, a propósito, sobre a necessidade de uma língua mundial única; o aumento dos contactos pessoais a longa distância; a diminuição das deslocações pessoais; e ainda sobre a (im)praticabilidade da manutenção das barreiras de censura por parte dos estados. A palavra-chave, segundo Francisco Pinto Balsemão, para o sucesso da adaptação dos seres humanos à sociedade informatizada e tecnocrónica é *educação*.

O autor faz, por outro lado, a distinção entre informação e Informação (com maiúscula). O primeiro conceito reporta-se às informações corriqueiras; o segundo designa o sector dos *mass media*. O autor considera que a Informação deve ser livre e afirma que a edificação dos alicerces da sociedade do século XXI depende da Informação livre, nos termos colocados pela Escola de Jornalismo da Universidade do Missouri (independência, possibilidade de crítica, propriedade da Informação não concentrada). Repudia, no entanto, a ideia da nacionalização da imprensa, para lhe assegurar a liberdade, pois essa solução pode significar perda de

independência e qualidade. Em acréscimo, Pinto Balsemão estabelece uma correspondência entre liberdade de informação e desenvolvimento, sendo que a primeira seria indispensável para o segundo. Para ele, “a Informação livre de interferências serve a comunidade e contribui para o seu avanço”. E explica:

“Os *mass media* serão tanto mais eficazes quanto maior for o avanço tecnológico do país ou do grupo de países onde se produzem. (...) Através deles a cultura perde qualidade, mas ganha em número de pessoas atingidas. Isto significa que a cultura deixa de constituir privilégio de uma elite para ser partilhada pela maioria (...). Porque essa cultura de massas não poderá nunca corresponder à cultura usufruída por aquele escol, os seus objectivos, a sua profundidade, o seu conteúdo, a sua própria natureza terão de ser distintos. (...) *Cultura geral* (na acepção enciclopédica) é expressão ultrapassada: as pessoas apenas têm capacidade para tomar conhecimento dos princípios genéricos relacionados com os principais problemas do seu tempo (...) e para se especializarem, por gosto ou por necessidade, em alguns assuntos. Para além do verniz geral, a que se acede (e que se mantém) por educação de base (...) e pelos *meios de comunicação de massa*, a cultura torna-se portanto uma questão de opção (...) por certos assuntos; imediata rejeição por falta de tempo e de memória, de todos os outros”.

O computador, segundo Pinto Balsemão, poderá ser aproveitado em actividades culturais, o que “significará um acréscimo de produção cultural” e maiores possibilidades de apreender a cultura. Mas se o desenvolvimento informático é diferenciado, reflecte Balsemão, se nem todos têm acesso ao computador, então também se poderão formar hiatos culturais; por outro lado, se todos usarem computadores, então caminhar-se-á para uma globalização da própria cultura, acedida através deles. A Revolução Tectetrónica, nas palavras de Adriano Moreira, citado por Pinto Balsemão, gerará ainda a “progressiva internacionalização da vida privada”. Aos políticos competirá, então, encontrar medidas que permitam adaptar o desenvolvimento tectetrónico aos valores e cultura próprios de cada povo.

Debruçando-se, especificamente, sobre as transformações do jornalismo numa sociedade tectetrónica, Pinto Balsemão reserva à Informação grande parte da responsabilidade pela preservação das culturas nacionais, regionais e locais, pela comunicação inter-cultural, pela manutenção das liberdades individuais e ainda pela formação continuada dos indivíduos.

Balsemão antecipa, ainda, a era da Internet e das comunicações globais, antevendo que no futuro seria possível, como veio a acontecer, escolher entre centenas de emissões de rádio e televisão, aceder a jornais por via electrónica, personalizar a recepção dos conteúdos e usufruir de bibliotecas digitais. Adivinha, nomeadamente, a possibilidade de um jornal ter várias edições regionais, impressas em cada região. Diz, conforme veio a acontecer, que jornais, rádios e televisões teriam alcance mundial, por via electrónica. E pondera mesmo sobre a possibilidade de sobrevivência dos jornais em papel, sobre se estes beneficiariam, de alguma maneira, do progresso tecnológico, e sobre se as empresas de imprensa teriam de fabricar um produto diferente do da época em que escreveu o livro para conseguirem sobreviver numa sociedade tecnocrónica.

No que respeita à produção jornalística, Francisco Pinto Balsemão também é bastante apurado na sua antevisão da sociedade tecnocrónica contemporânea, prognosticando a massificação da redacção e investigação assistida por computador, as potencialidades que este traria para o armazenamento e gestão das notícias e das fotografias em bases de dados, a possibilidade de o repórter vir a usar uma “telemáquina de escrever portátil” que lhe permitiria enviar por telefone ou radiotelefone (telemóvel, portanto) o seu texto para a redacção, que poderia ser corrigido de imediato pelas chefias, etc.

O autor reflecte sobre um outro obstáculo à independência da informação: a concentração da propriedade dos media. Para ele, existiria a possibilidade de se formarem monopólios mediáticos que dominem, igualmente, o hardware de produção, gestão e distribuição desses mesmos conteúdos, o que permitiria a uma minoria economicamente poderosa garantir o acesso a informação reservada, perpetuando-se no poder devido ao aumento constante do hiato de conhecimento que a separaria do resto da população, pois “*aflitiva é a tendência para a Informação independente deixar de ser a mais bem informada.*” Assim, “para que a Informação permaneça na primeira linha do noticiário, para que o poder político e o poder económico não se tornem invulneráveis à actuação da Informação, é indispensável que esta disponha dos meios técnicos que assegurem a livre circulação de todas as notícias e impossibilitem a criação de núcleos de informação só acessível a determinados grupos”, algo a que, segundo Balsemão, só empresas jornalísticas fortes e rentáveis poderão aspirar.

Neste quadro, Pinto Balsemão sugere que a concentração monopolística das empresas mediáticas, em curso no Ocidente, pode contribuir para

agravar o problema atrás equacionado, ao eliminar a concorrência em benefício de alguns e ao restringir as vozes públicas, afectando, portanto, a liberdade de expressão e a liberdade de informação (que seguiria os ditames do Governo ou do grupo económico proprietário). Apesar de tudo, diz o autor, “*até certo ponto, uma concentração limitada seria aconselhável e desejável em Portugal*” para fortalecer as empresas jornalísticas, até porque são necessários vultuosos investimentos para dar resposta à maior exigência do ouvinte/leitor, às reivindicações sindicais (que aumentam a despesa) e ao investimento constante em novas tecnologias.

Francisco Pinto Balsemão observa, seguidamente, o cenário potencialmente reservado às publicações e emissoras regionais, ameaçadas por vários fenómenos: o desprezo dos particularismos regionais e locais no quadro da cultura de massas fomentada pelos meios de comunicação social de âmbito nacional; os elevados investimentos de que necessitariam para acompanhar a Revolução Tecnocrónica; e a falta de profissionalização dos colaboradores da imprensa regional e local, em especial em Portugal. No entanto, o autor acentua que a imprensa de carácter nacional e a imprensa de carácter regional e local podem conviver desde que respeitem os seus territórios específicos, até porque a proximidade da imprensa regional e local ao seu público-alvo dá-lhe um trunfo que não pode ser desprezado. De qualquer modo, para Pinto Balsemão a imprensa regional e local só conseguiria sobreviver se investisse em tecnologia e na contratação de jornalistas profissionais e na produção de conteúdos de qualidade capazes de vender, o que implicaria a concentração da propriedade e o abandono do amadorismo.

Seguidamente, o autor relembra que, por motivos técnicos, comerciais e de simples bom senso se torna necessário seleccionar e hierarquizar os conteúdos em função do perfil editorial de cada órgão jornalístico, havendo, para ele, a considerar três grandes tipos de jornais: jornais de qualidade, que servem as elites, jornais populares e jornais meio-termo.

O *jornal de qualidade*, segundo Balsemão, “dirige-se (...) à inteligência dos leitores. Não recorre às emoções, não apela para o sentido estético do público, nem se serve de grandes fotografias ou de paginações especialmente sugestivas. Limita-se a informar, a interpretar e a valorizar os acontecimentos, a emitir opiniões por intermédio dos seus redactores ou de colaboradores qualificados. Não tem a pretensão de cativar todo o público, mas simplesmente uma elite preparada para o ler e compreender. Publica mais artigos, comentários e críticas do que propriamente reportagens ou

entrevistas. Dedicar-se à política nacional e internacional, aos problemas técnicos, culturais, financeiros, económico-sociais, em detrimento do *fait divers* (...), prefere as notícias comentadas (*news analysis*) (...) aproveitando a oportunidade para a confrontar com outros factos (...) e lança precisões (...). Em certos casos são vendidos a um preço mais elevado.”

O jornal popular ou de sensação, conforme o autor, está nos antípodas do jornal de qualidade, preferindo notícias e temas leves e capazes de interessar a um grande número de pessoas, incluindo notícias sobre a vida privada das celebridades e notícias chocantes, tem um design sugestivo e apelativo e recorre a fotografias chamativas.

O jornal de meio-termo equilibra características dos dois tipos anteriores, para assegurar vendas sem macular o seu prestígio. Distingue-se pela leveza dos conteúdos, mas sem abandonar a seriedade e rigor com que são noticiados e analisados.

Para o autor, a priorização do lado comercial das empresas de Informação afecta a sua independência, pois “Cada vez mais parecem ser os gostos do consumidor que impõem a linha de orientação do meio de comunicação social, em vez de ser este, com autonomia e capacidade, a dirigir e a adiantar-se sobre a evolução da sua comunidade. Exemplo flagrante desta inversão de posições e de valores é o da importância por vezes assustadora que o *marketing* adquiriu (...) no sector das empresas de Informação”. O autor prossegue dando exemplos de como, com recurso aos computadores, vários jornais um pouco por todo o mundo automatizavam e rotinizavam os processos jornalísticos de maneira a agradar aos leitores, cujas preferências eram diagnosticadas através do recurso intensivo e científico ao marketing. Ora, se para Balsemão o marketing tem o aspecto positivo de obrigar as empresas de Informação, enquanto empreendimentos comerciais que são (e “não instituições de caridade”), a “atentarem nas necessidades da sua clientela” e não somente nas ideias dos proprietários e directores, também não é menos verdade que “*a tendência (...) para actuar apenas em função da reacção do consumidor do produto se afigura excessiva e atentatória da independência da Informação.*” Impõe-se, então, de acordo com o autor, um equilíbrio, para que sejam “*os media a influenciar a massa, e não [apenas] a massa a influenciar os media*”.

Na segunda parte do livro, devotada ao estudo da conjuntura informativa nacional, Francisco Pinto Balsemão, citando estatísticas, procura aduzir razões para a Informação portuguesa não cumprir em plenitude a

sua missão na comunidade e o seu papel de apoio ao desenvolvimento do país. Encontra motivos do falhanço da Informação nacional na “falta de independência, que provoca a falta de capacidade” e vice-versa. A censura prévia, na sua visão, era então o principal obstáculo à independência dos meios jornalísticos e o principal agente perversor da opinião pública, embora nos meios controlados pelo Governo e pela Igreja também se verificassem fenómenos de auto-censura.

Manifestando-se, porém, apostado em que a nova Lei de Imprensa que Portugal teria a partir de 1972, apesar de quase certamente baseada unicamente na proposta do Governo, pudesse, apesar de tudo, substituir a arbitrariedade da censura por uma certa legalidade, Balsemão considera-a uma “oportunidade única” para o jornalismo português. A reboque desse raciocínio, pega, então, no velho tema da formação de jornalistas, para insistir na instituição de um curso superior de jornalismo “com carácter permanente”, pois, diagnóstica, os jornalista portugueses começavam a exercer a sua profissão sem terem adquirido conhecimentos especializados sobre o modo de a exercer. “*A questão das vantagens das Escolas de Jornalismo está actualmente ultrapassada. Já ninguém discute que o jornalismo, como qualquer outra profissão, pode e deve aprender-se em cursos para o efeito criados*”, escreve Balsemão, admitindo, inclusivamente, uma certa receptividade do Governo para levar a proposta avante.

Para o autor, um bom curso de jornalismo deveria aliar uma sólida formação em ciências sociais e humanas às disciplinas de cariz jornalístico e teria de ser ministrado nas Universidades e não noutra instituição, pois só num contexto de autonomia universitária seria possível evitar que fosse politizado.

O autor recorda que há autores que perfilham a tese de que a censura à imprensa que então vigorava em Portugal seria irrelevante num tempo em que a televisão por satélite e os bancos de dados electrónicos acessíveis por computador a tornariam obsoleta, pelo que não faria grande diferença existir legislação restritiva da liberdade de imprensa. No entanto, a esse raciocínio Pinto Balsemão opõe os seguintes argumentos: 1) A palavra escrita deve ser valorizada por estimular à reflexão e impedir o “homem unidimensional” de que falava Marcuse; 2) A imprensa deve ser independente dos poderes político e económico, nacionais ou internacionais, sendo importante instituir para a mesma condições de vida autónoma; e 3) É à Informação de cada país que cabe combater os efeitos uniformizantes da Informação planetária, influenciada pelos grandes potentados da globalização.

9. Conclusões

Em síntese, é possível esboçar as seguintes considerações finais:

1) O jornalismo foi considerado um fenómeno social e cultural suficientemente relevante para merecer que vários autores, muitos deles engajados nessa estratégica actividade de comunicação social, o pensassem e discutissem. Teoriza-se sobre jornalismo em Portugal pelo menos desde o século XVII, conforme se demonstrou.

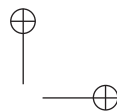
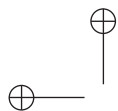
2) Embora num universo unitário todas as delimitações das suas partes tenham o seu quê de artificial, pode dizer-se que as áreas principais em que os autores portugueses pensaram o jornalismo foram as seguintes: crítica à imprensa; liberdade de imprensa, ética e deontologia; opinião pública; conjuntura jornalística; jornalistas e vida profissional; história do jornalismo; ensino do jornalismo; e teoria do jornalismo em geral, incluindo-se as ideias sobre efeitos do jornalismo, também relacionadas com a teorização da opinião pública. Embora não se tivesse observado a existência de estudos específicos sobre retórica jornalística, é preciso dizer-se que as teorias da retórica tiveram a sua influência no mundo jornalístico, devido à importação de várias noções retóricas pelas teorias da expressão jornalística e dos géneros jornalísticos.

3) O pensamento jornalístico português teve origem na crítica à imprensa, na qual a discussão em torno do paradigma da *verdade jornalística* foi central. A partir, sensivelmente, do meio do século XIX o pensamento jornalístico português foi-se estendendo, gradualmente, a outras áreas, como a liberdade de imprensa, a ética e a deontologia do jornalismo, a história do jornalismo, o ensino do jornalismo, etc. Foi ainda possível observar a ocorrência de variadíssimos cruzamentos entre as diferentes áreas do pensamento jornalístico português, ou seja, não há fronteiras nítidas entre as categorias criadas para classificar a produção intelectual portuguesa sobre jornalismo.

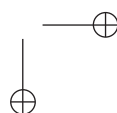
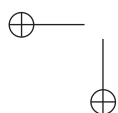
4) Alguns dos autores que pensaram o jornalismo português até 1974 conheciam alguma da reflexão sobre a actividade realizada no estrangeiro e essa situação até evoluiu positivamente à medida que o tempo passava, isto é, em Portugal aumentou ao longo do tempo o conhecimento e a referenciação de autores estrangeiros que escreveram sobre jornalismo. Porém,

por limitações políticas (censura intelectual e legal), culturais (francofilia) e linguísticas (recorde-se, nomeadamente, que o inglês apenas começou a substituir o francês como língua estrangeira mais falada em Portugal a partir dos anos Setenta do século XX), os autores estrangeiros mais citados são brasileiros, espanhóis e franceses ou, pelo menos, francófonos. Os grandes autores do espaço anglófono aos quais se deveu muita da cientificação dos estudos jornalísticos foram ignorados, ou quase, pelos autores nacionais. Apesar de se observarem referências esparsas a autores como Park, Lippmann e Pulitzer, não há, nos textos lidos, alusões a autores anglófonos hoje considerados clássicos e que produziram estudos jornalísticos antes de 1974, como White, Tuchman, Galtung e Ruge, Hall ou Breed, cujos trabalhos contribuíram para explicar os processos jornalísticos. Também não se encontram referências aos teóricos alemães que fizeram derivar os estudos jornalísticos para a esfera da sociologia no século XIX e inícios do século XX, como Bücher, Knies, Schäffle, Weber ou Tönies, apesar de o conceito do jornalismo como *instituição social* que nasceu na Alemanha oitocentista estar presente em vários dos trabalhos de autores portugueses. Poucas ou nenhuma referências há, igualmente, aos germânicos Gröth e Dovifat. Muito menos se encontram referências a autores críticos de pendor marxista, como Adorno. Mesmo alguns autores francófonos fundamentais, como Tocqueville ou Tarde, foram pouco ou nada citados pelos pensadores portugueses. Assim, pode concluir-se que o pensamento jornalístico português antes de 1974 tem características *autóctones* bastante vincadas, mas pode questionar-se se esse exacerbamento do carácter nacional do pensamento jornalístico português foi útil ou prejudicial para o desenvolvimento do mesmo. Quiçá tenha sido mais prejudicial do que útil, pois transformou o pensamento jornalístico português num pensamento com o seu quê de *parroquial*, modelado, em particular, pelas doutrinas *provincianas*, no sentido de serem pouco abertas ao mundo, de Salazar e do Estado Novo.

5) Observa-se no pensamento jornalístico português desenvolvido até 1974 uma certa dificuldade em delimitar o território do jornalismo e em definir o conceito de jornalista. A título de exemplo, o jornalismo foi considerado, ou não, um ramo da literatura; foi visto como sendo uma ocupação ou, em alternativa, uma profissão; e foi entendido como passível de ser ensinado e aprendido por certos autores, enquanto outros defendiam uma espécie de *predestinação* para o exercício da actividade jornalística.



FICHAS BIBLIOGRÁFICAS



» Abreu, 1927

Autor: Jorge d'Abreu

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1927

Título completo da obra: Boémia Jornalística (Memórias d' um Profissional com 30 anos na Fileira")

Tema principal: Jornalistas e Vida Profissional

Local de edição: Rua do Diário de Notícias, 61 – Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Livraria Editora Guimarães & C.^a

Número de páginas: 163

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: L. 29466 P

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Jornalista durante mais de trinta anos, Jorge d'Abreu trabalhou em jornais como o *Novidades*, *Tarde*, *Século*, *Pimpão*, *Capital*, *Popular*.

Índice da obra:

1. A Tarde de Urbano de Castro.....pag. 9
2. As Novidades de Emílio Navarro.....pag. 33
3. O Século de Silva Graça.....pag. 69
4. O Pimpão de Moraes Pinto.....pag. 121
5. Uma gazela desportiva.....pag. 127
6. Outros jornaes e jornalistas.....pag. 137
7. Últimos capítulos.....pag. 147

Resumo da obra (linhas mestras): A obra inicia-se com um pequeno texto que refere a opinião do Primeiro de Janeiro sobre alguns trechos do livro em questão, Boémia Jornalística. O diário afirmava que o seu

autor (“um irreal Mateus Sincero”) não possuía qualidades de estilista mas que procurava narrar factos com clareza, embora o seu estilo fosse “frouxo”. Ironicamente elogia o autor em algumas alturas, e noutras louva o seu esforço.

No primeiro capítulo da obra, Jorge de Abreu refere como quando era jovem ambicionava em ser navegante, mas tal não se realizou. Ainda não tinha completado doze anos de idade quando dispôs na família um jornal designado *Brado Português*. Por 15 reais vendia cada exemplar manuscrito, onde protestava contra as injustiças que se praticavam em Portugal e no estrangeiro. O jornal apenas durou cinco números mas, resolvido em abraçar a profissão de jornalista, ascendeu a um seminário académico e após ter escrito de tudo um pouco pela sua terra, partiu para Lisboa.

Um íntimo de Urbano de Castro, director do jornal *Tarde*, salvou-o tornando-o parte da redacção, depois do autor ter lidado com várias recusas e decepções pela capital. *Tarde* era um jornal preocupado em atrair o leitor pela variedade e humor. Encontrava-se em fase de decadência quando Abreu se juntou ao mesmo. O autor fala sobre os dias de lotaria como os melhores dias do jornal, em que Teodoro de Almeida tomava o peso da caixa, entusiasmado e malicioso. Nessas alturas, demorar o trabalho tipográfico, negligenciar o serviço e atrasar a impressão teria graves consequências na receita do jornal. Segundo Abreu, Teodoro costumava soprar nervoso, percorrendo todas as secções do jornal, preocupado que tais infortúnios se sucedessem.

Vinte e oito anos antes desta obra ter sido escrita, o jornal *Tarde* situava-se no Bairro Alto. O autor descreve o local interior como algo grandioso e sombrio, com os seus gabinetes e salas comuns. O mobiliário reduzia-se ao indispensável. O papel de parede caía enquanto algumas cadeiras ameaçavam partir. Era, citando o autor, “um ambiente morno e triste de casa velha” (pag. 14). O primeiro redactor do jornal a aparecer, pelas nove da manhã, era Almeida Campos. Descrito no livro como uma figura de janotismo e vaidade, atendia gente diariamente, que lhe fazia pedidos variados – sabiam-no relacionado na política, no ministério, nos hospitais, entre outros – que este nunca recusava. Aqueles que o procuravam compravam o *Tarde* como “moeda de pagamento”. Abreu chegou,

mais tarde, a acamaradar-se com o colega que, de vez em quando, redigia críticas literárias. Quando ambos fugiam do calor cidade nos dias de feriado, tornavam-se boémios e conversadores. Uma vez, Almeida de Campos desabafara-lhe aventuras amorosas, desfolhando lembranças com os olhos molhados em lágrimas. Abreu ouviu mas, como na altura se encontrava na casa dos vinte e poucos anos, “achava-o piegas e não lh’o ocultava...” (pag. 16). Outro redactor do *Tarde* – aliás, o redactor principal – era Alberto Bramão. Descrito pelo autor como “alto, forte, másculo, respirando saúde, a face transluzindo a alegria de viver” (pag.17), vinha dar à divisão na qual entrava, outra luz. Quando Urbano de Castro não redigia o artigo político para o jornal, era Bramão quem ficava encarregue de o fazer, dando largas ao seu humor e soltando comentários. Por vezes, recitava poesias suas ou de outros autores para desanuviar o espírito dos colegas, conta Abreu.

Quando Jorge de Abreu conheceu Urbano Castro, qualificou-o logo como um “homem de poucas conversas e ríspido no trato dos seus redactores” (pag. 19). Tinha-se apresentado como um novo redactor do jornal, mas Castro pouco ou nada lhe ligou na altura. Contudo, posteriormente, Castro deitou por terra a impressão que havia causado no autor, revelando-se expansivo e afectivo. Aconselhava-o e ensinava-o, pondo à prova às suas qualidades profissionais. Era um homem estrábico, de busto curvado e altura mediana e que dava um uso hábil às suas palavras, tanto na escrita como na conversa. Redigia com rapidez e justeza, recebendo comentários graciosos e olhares de respeito por parte dos colegas.

A revisão do jornal era feita por Julio Rocha, que pertencera ao quadro do *Diário de Notícias*. Diz Abreu, que era um “bom homem, modestíssimo, trabalhador incansável” (pag.22). Quando Rocha se relacionou com o autor, propôs-lhe várias vezes publicarem dramas/ peças de teatro. Abreu nunca sentiu disposição para realizar tal trabalho e a única peça de natureza teatral que chegou a ser feita foi um pequeno acto de opereta, denominado “Tourada em Família”. Contudo, a opereta nunca viu as luzes de ribalta por sua própria culpa, afirma o autor.

Um dia, Jorge de Abreu encontrou-se com Hintze Ribeiro, chefe do

governo na altura. Não era com ele que Ribeiro se pretendia encontrar mas, por acaso, era o único que estava disponível no jornal na altura. Em rápidas palavras expôs o que pretendia do jornal: o *Tarde* devia noticiar, em artigo de primeira página, que se o seu candidato adversário, José Luciano de Castro, ganhasse as eleições, não seriam tomadas decisões tão energéticas como ele tomaria. Abreu espantou-se com a mesquinhez do homem. Hintze Ribeiro era, por casualidade, um dos vários colaboradores do jornal.

Bulhão Pato, Eduardo Schwalbach, D. João da Câmara, Figueiredo “Pinturinhas” e Cipriano Jardim constituíam a “troupe” de amigos de Urbano de Castro. Tinham o hábito de ocupar a sala comum do jornal quando o amigo estava ocupado. O autor apenas descreve Pato e Câmara, dizendo que um despertava o interesse a todos quando falava, chamando toda a atenção para ele mesmo e outro, era silencioso, sempre com receio de incomodar ou ser importuno, respectivamente.

Quando os resultados para o partido político saem, Urbano de Castro abandona a direcção do *Tarde*. Hintze havido perdido as eleições e como Castro era tanto seu amigo como do seu adversário vencedor, não conseguiu lidar com o facto de ter que hostilizar um dos dois homens que durante tanto tempo defendera e exaltara. Depois de deixar o jornal, não voltou a praticar jornalismo. Pouco meses antes de falecer, prometeu ao jornal que redigiria uma peça de três actos e assim o fez. Quando esteve na redacção para entregar o seu trabalho, conversou com o autor e este notou uma certa nostalgia nas suas palavras. Depois desse dia, não o tornou a ver.

O *Tarde* passou a ser dirigido por Sérgio de Castro, que com ele trouxe para o jornal parte da sua equipa do *Diário Ilustrado*. O lugar de Alberto Bramão foi ocupado por João Costa e António Bandeira ficou incumbido da crítica teatral. Luiz de Araújo, conhecido pelo seu trabalho sensabor teatral, *O Casamento em Fanhões*, também se juntou ao jornal. Era um homem de idade já avançada mas que ainda tinha um espírito de moço e comportamentos boémios, era sarcástico e dado a más-línguas. O seu principal objectivo até falecer foi, supõe o autor, vingar-se de quem o havia feito perder o seu emprego no *Diário de Notícias*, através de umas

piadas venenosas que estavam sempre presentes no seu almanaque anual. Para fornecer ao jornal uma certa actualidade e brilho, João Costa desenvolve a reportagem e abre novas secções. António Bandeira tenta passar e atrair os leitores do *Ilustrado* para o *Tarde*, adicionando uma crónica, mas os seus esforços são em vão.

Um dia, entram na redacção do jornal dois homens: um, corpulento, alto e espadaúdo, e outro, acanhado, modesto e tímido. Um deles era o actor italiano, Ermete Zacconi e o outro era o seu cunhado, o Sr. Dominici. Abreu, crê que o homem mais insinuante é o conhecido actor, mas surpreende-se quando João Costa lhos apresenta e lhe revela que o homem mais franzido era o actor. Nessa mesma noite, viu uma peça sua e confirmou o seu notório desempenho como artista, aparentemente muito contraditório à modéstia que apresentara no jornal. A partir daí, ganhou pelo actor, um respeito ainda maior.

O segundo capítulo do livro inicia-se com o autor a falar sobre o Carnaval, comparando o de outros tempos com o da altura em que estava presente. A animação era maior, a preparação era um alvoroço, a agitação dos bailes era constante, havia alegria e euforia no ar e todos queriam participar, diz ele. Referia-se aqui ao Carnaval lisboeta. Vinte e cinco anos antes desta obra ter sido escrita, um governador civil resolveu reduzir a expansão da data e “quis *civilizá-la*” (pag.36), colocando leis e proibições “disto e daquilo”. Contudo, a realidade desiludiu-o pois a folia tornou-se violenta, mesmo apesar da mobilização policial. As ruas ficaram imundas, assim como as paredes dos prédios de Lisboa, e a polícia foi incapaz de agir. O jornal *Novidades* situava-se num prédio que fazia esquina com o Chiado e a Rua do Almada. Emídio Navarro, director, costumava alugar todas as suas janelas a algumas famílias de elite que pretendiam gozar dos divertimentos do Carnaval. Contudo, nenhuma janela de Lisboa sobreviveu à folia daquele Carnaval, e Navarro, apesar de ser amigo do governador civil da altura, ficou do lado dos cidadãos, “culpando-o” a ele dos estragos da sua *Novidades*. Nesse ano em que o Carnaval em Lisboa se tornou mítico por não tão boas razões, o aluguer às janelas do jornal de Navarro esgotou. Foram dezenas de pessoas que acudiram ao jornal, aglomerando-se até nas escadas do prédio. Navarro,

fechou-se, então, no seu gabinete e pediu para não ser incomodado, relembra Abreu, mas um descuido por parte de um contínuo, permitiu que uma velha senhora se lhe dirigisse. Navarro berrou com os seus contínuos e estes desfizeram-se em desculpas. Depois disso, chamou a senhora à parte e sussurrando-lhe que guardasse segredo, deu-lhe uma nota de cem mil reais. Abreu recorda esta história, dizendo que “revelou nitidamente o generoso coração do director das *Novidades*.” (pag.36). Mais à frente, escreve que Emídio Navarro foi um “jornalista completo” (pag.38), louvando a sua invulgaridade. Redigia artigos, comentários, notícias e reportagens, merecendo respeito pelo seu variado trabalho na área. O autor conta-nos ainda duas histórias em que o jornalista redigiu duas críticas sobre duas peças teatrais distintas, onde criticou uma e elogiou outra. No final, a sua opinião passou a ser a opinião geral do público.

Jorge de Abreu admite, na obra, que nunca teve o jeito “impecável de forma” (pag.41) que Emídio Navarro tinha quando redigia um artigo, dando o exemplo do artigo “Pae e Filha” que o colega de profissão havia escrito, numa tarde, inspirando-se num telegrama que o chefe de redacção, Melo Barreto, havia recebido. O “Mestre jornalista”, como assim era conhecido Navarro, teve durante muitos anos, as suas mãos nos “cordelinhos” da política portuguesa, amparando e guiando, através do seu jornal, a carreira pública de muitos políticos. Abreu descreve-o como afectuoso e extremamente dedicado aos seus amigos, convidando José d’Alpoim para a direcção do *Novidades*. José d’Alpoim encontrava-se na altura, debaixo de fogo por parte de José Luciano, no jornal *Correio da Noite*. O jornal atacava-o constantemente e Navarro quis ajudar o amigo, querendo defendê-lo.

Navarro não era homem de guardar rancor mas existiam pessoas pelas quais alimentava uma certa antipatia e, sempre que os seus nomes eram referidos, não hesitava em alfinetá-las. O general Pimentel Pinto fazia parte dessa sua lista e não escondia o desagrado que sentia pela sua pessoa, chegando mesmo a ridiculizar algumas das suas acções em alguns artigos que redigiu.

Eça de Queiroz chegou a colaborar com o *Novidades*, mas nunca se revelou simpático ao Mestre jornalista. Navarro chegou a supor que o

escritor dos Maias o quisera retratar e ao seu jornal no seu romance, mas ao lê-lo, não se encontrou nas suas páginas. A partir daí, passou a ver Eça de Queiroz como um falso amigo e, sempre que podia, criticava a obra do romancista. Ironicamente, Abreu comenta sobre este assunto: “O Mestre jornalista, contra o seu costume, não perdoará.” (pag.47).

Uma tarde, o autor foi chamado ao gabinete de Navarro, onde este lhe entregou o *Livro da Jungle*, pedindo-lhe que resumisse um capítulo. A ideia do director era criar uma peça em que se substituíam os animais da história por políticos em evidência da altura. Traduzido o texto, as personagens assentavam perfeitamente na pele dos animais do livro de Rudyard Kipling, de acordo com o momento que se vivia na altura em Portugal. Abreu escreve, na sua obra, após contar este breve episódio: “Cito este facto, como seria fácil citar outros e outros, para salientar a rapidez com que o director das *Novidades* colhia um assunto e lhe dava a melhor interpretação jornalística.” (pag.47).

Para além da política, o jogo do xadrez era outra das coisas que mais absorvia Emídio Navarro, elaborando notícias de primeira página sobre o assunto, quando necessário.

O trabalho no *Novidades* era calmo e sossegado de manhã e animado à noite. Trabalhava-se de manhã até às oito horas da noite. Numerosos *habitués* passavam pela redacção à noite, alegrando a sala comum de vívidas e alegres conversas. António Montenegro era uma dessas visitas, que trabalha no *Aliança*. Sofria de bronquite e, por isso, requeria sempre as janelas fechadas quando lá se encontrava. “Excelente homem, amigo do seu amigo, tinha um fraco pelo teatro lírico”, assim o descreve Abreu. O autor refere também o Dr. Braga, outro *habitué*, que era combatente africano, sombrio e cauteloso na fala.

Alberto Braga, um dos primeiros cronistas a serem contratados pelo director do jornal, era magro, seguidor da moda, amável e conversador. As suas crónicas eram bem acolhidas e deixava sempre uma boa impressão naqueles que o conheciam.

João Saraiva e Luciano Monteiro tinham ambos pertencido à equipa do *Novidades*, e este último ainda passava pela redacção de vez em quando. Mateus Sampaio (africanista) era outro que passava amiúde

pelo jornal, assim como Ferreira de Almeida (marinheiro), Paço Vieira (aristocrata), Moreira Júnior (político), Oliveira Matos e Silva Pinto e muitos mais. Todos eles eram “amigos da casa” que traziam consigo histórias das suas profissões. De Silva Pinto, o autor diz que sentia um certo “medo”, devido à sua “língua venenosa que ele esgrimia com uma velocidade de comboio expresso” (pag.52), que tantos estragos conseguia provocar.

Na altura em que esta obra foi escrita, a redacção do *Novidades* existia há vinte e três anos, mantendo durante esse período de tempo os mesmos redactores, subdirector, secretário, repórteres e cronistas. Todos eles se regiam pela tradição do jornal: ser elegante aos olhos do leitor, simplificar as notícias e dedicar todo o cuidado ao trabalho. Abreu conta que pouco depois de se ter juntado à sua equipa, foi repreendido por Emídio Navarro por ter introduzido “n’um artigo um fracasso que justamente o incomodou” (pag.53). Melo Barreto ficava encarregue do arranjo do texto, embelezando as notícias com títulos vistosos assim persuadindo os leitores e valorizando o trabalho dos seus colegas. Ficava encarregue das crónicas musicais do jornal, assim como as secções de teatro e de retocar os *Casos do dia*, que consistia numa “sobremesa quotidiana das *Novidades* onde forçosamente tinham de figurar os primores da quadra” (pag.54). Este pedaço do jornal deliciava não só o público como Navarro, que normalmente a redigia, e o próprio Abreu.

José Sarmento era um dos vários redactores da equipa, que o autor louva pela sua “leveza de prosa e umas tintas de humorismo” (pag.55). Mais à frente, refere que Sarmento e Amadeu de Freitas foram dos poucos jornalistas da sua altura que, até à data de 1947, ainda davam ao público o que falar, pela sua versatilidade.

Rússia e o Japão encontravam-se em plena guerra e quando o ministro japonês passou por Lisboa, Abreu e outros seus colegas jornalistas abordaram-no na estação do Rossio, pedindo-lhe informações. Este contudo, recusando-se a falar, desaparece das suas vistas, deixando os jornalistas desolados. Decidido em tentar falar com o ministro, o autor redige uma carta em inglês colocando as suas questões. Quando recebe a resposta, fica surpreendido em notar que o ministro afirma pouco saber

oficialmente sobre a guerra e que não pode dar impressões. A notícia é, mesmo assim, publicada no *Novidades*, transformada em entrevista, para satisfazer a curiosidade dos leitores.

A seguir a esta história, Abreu menciona dois redactores do jornal, conhecidos pelo seu trabalho de alto valor: Barbosa Colen e Armando da Silva. O primeiro teve uma grande importância no jornal, pois foi graças a uma crónica que redigiu – designada de *O Casamento Simulado do Soriano* – que o *Novidades* aumentou a sua tiragem e receita, logo no seu começo. Armando da Silva ficou conhecido pelo seu trabalho jornalístico de peso e pesquisas aprofundadas. Navarro tinha-o em grande consideração, apesar de lamentar o facto de ele não valorizar o seu trabalho ou se submeter às regras da sociedade.

Quando Navarro faleceu, Barbosa Colen regressou à actividade profissional, tornando-se o novo director do *Novidades*. Uma tarde, tentou convencer o autor que devia ensaiar o jornalismo político, dizendo-lhe que era a forma mais rápida de se chegar ao topo e bater a concorrência. Este apresentou o seu pedido de demissão e só tornou a vê-lo alguns anos depois, numa viagem para o Norte.

Quando Manuel Cardia iniciou a sua carreira jornalística, Jorge de Abreu ainda se encontrava a trabalhar no *Novidades*. De todos os jornalistas que conheceu na altura que eram da sua idade, Cardia foi aquele que mais rapidamente atingiu destaque e mérito. Suicidou-se quando ainda era jovem, mas o autor menciona-o na sua obra, elogiando ardentemente as suas competências, reportagens e dotes jornalísticos. Refere ainda algumas situações que este viveu e outra em que se encontrou com o jornalista, encontro esse que resultou com ambos na prisão do Limoeiro, onde Cardia pretendia fazer um inquérito ao príncipe Alexis Cretchet e ao Conde de Toulousse-Lautrec. Ambos presos por acusação de furto e falsificação de cheques, respectivamente, já tinham sido deveras mencionados na imprensa portuguesa, mas Cardia pretendia saber mais do que todos os outros. No final, de pouco adiantou pois as suas histórias estavam distorcidas.

Outra história que viveu com o colega Cardia aconteceu quando dois actores do teatro francês vieram a Portugal apresentar a sua peça, *Divina*.

Foram esperá-los ao Entrocamento, na esperança de conseguirem uma reportagem exclusiva. Chegando ao local com um dia de antecedência resolveram procurar alojamento mas, não optando pelo único albergue existente que tinha péssimas condições, guiaram-se por um funcionário que os aconselhou a irem para o Hotel Barquinha. Chegados à vila, e depois de vaguearem durante algum tempo, um velho capataz orientou-os para o hotel. Por infelicidade, todos os quartos se encontravam ocupados mas, contudo, o dono do hotel dispensou-lhes um compartimento no rés-do-chão, onde se podiam encontrar duas camas de ferro com os lençóis encharcados. Já Cardia se encontrava a dormir quando Abreu ouviu umas fortes pancadas na porta. Ambos ficaram em alerta e, imaginando que fosse um bando de malfeitores ou ladrões, colocaram-se em posição de combate e quando abriram as portas, duas galinhas entraram pelo quarto adentro, rapidamente. O autor não conseguiu pregar olho depois disso, conta, devido ao frio e à humilhação da situação, enquanto o colega dormiu e sonhou profundamente. No dia seguinte tornaram ao Entrocamento e, quando a actriz e o actor desceram do comboio, mostraram-se receptivos e alegres aos dois jornalistas. Ela, mais bem-disposta que ele, mostrou o seu melhor sorriso, deixando Manuel Cardia “túmido de adoração amorosa pela actriz quarentona e sabiamente maquilhada” (pag.67). Terminada a entrevista, ambos se dirigiram aos respectivos jornais para redigir as suas reportagens.

Uma tarde, o autor passeava pelo Mónaco com o amigo quando este avistou um trem que necessitava de apanhar. Despediu-se rapidamente do autor e correu a utilizá-lo. Meia hora depois, pelos arredores de Lisboa, disparou, inexplicavelmente, um tiro mortal sobre o seu peito.

O terceiro capítulo da obra inicia-se com o autor a relatar algo que Henrique Roldão lhe disse um dia sobre jornalismo, na redacção do *Primeiro de Janeiro*. Este defendia que mesmo não se tendo aptidão para a escrita, qualquer um era capaz de redigir uma notícia se estivesse confortável no espaço que o rodeava. Abreu pega nas palavras de Roldão e divaga, mais à frente, sobre as condições das redacções dos jornais na sua década, dizendo que quase todas ostentavam “a maior modéstia, vizinha da pelintrice” (pag.71). O jornal *Século*, afirma, não fugia à regra

com as secretárias em série e a lâmpada eléctrica sobre elas. Apesar das qualidades semelhantes de mobiliário, o *Século* era, então, o primeiro jornal português na expansão e na tiragem. Abreu conta como passou os seus três primeiros anos de estágio no jornal no gabinete de redacção, onde Silva Graça – o director – aparecia somente com o propósito de censurar ou fazer observações ríspidas. O trabalho dos quatro revisores e um chefe que trabalhavam no gabinete de redacção prolongava-se até de madrugada, exigindo “memória fresca e vista bem afinada” (pag. 72), relembra o autor. Terminado o estágio, Abreu é promovido a redactor. Deixando de parte o exibicionismo, Abreu admite que a sua promoção deveu-se mais ao facto de vários redactores do jornal se terem demitido do que a seu próprio mérito. Silva Graça teve, então, de improvisar uma nova equipa de redacção, entregando a chefia a António Maria de Freitas, e outros veteranos do jornalismo foram-se juntando como Armando da Silva, Luís Cardoso e Manuel Guimarães. Para a reportagem do crime, Graça recorreu ao correspondente do *Século*, Francisco Inácio da Silva mas, este pouco tempo ficou com a tarefa, tendo depois passado a auxiliar fotográfico dos trabalhos de Alberto Pimentel. Devido a alguns imprevistos, Inácio da Silva ficou também sem essa sua tarefa, passando Jorge de Abreu e Aires Carvalho a ficar encarregues desse serviço que o patrão considerava a de maior importância para o público.

Na página 75, o autor relata um acontecimento que lhe ficou na memória, acontecimento este que envolveu uma chamada feita para o , da qual uma testemunha afirmava ter assistido ao assassinato de um sapateiro, nos Olivais. Toda a redacção entra em frenesim e Abreu dirige-se ao local. Lá, todos lhe falam do crime acrescentando sempre um ponto à história e acusando o “compadre de má fama” do sapateiro. O homem, preso por suspeita, é levado para a prisão e Abreu dirige-se até lá, na esperança de saber o que realmente se passou. O prisioneiro encontrava-se a dormir, então o autor dirige-se até ao hospital para “ver... o morto e colher o resto da notícia” (pag.76). Quando lá chega, depara-se com o suposto sapateiro assassinado a conversar alegremente com um enfermeiro. A facada que supostamente tinha levado não passava de um corte superficial e, quando soube que o seu compadre se encontrava preso,

exclamou que o soltassem, dizendo que o seu agressor era outro homem que já há algum tempo o ameaçava. No dia seguinte, o verdadeiro culpado foi preso e Abreu opina, desta forma, sobre o sucedido: "...ainda hoje estremeço só de pensar que, por um tris, se não cometeu, em Portugal, mais um erro judiciário." (pag.76).

De acordo com o *Diário* e vários jornalistas, Saramago fora um dos melhores repórteres portugueses. Saramago era a alcunha pela qual todos o tratavam, pois ninguém sabia ao certo o seu nome. O autor fala sobre as suas habilidades surpreendentes, assim como o seu desmazelo na higiene e no vestuário e relata uma partida que este um dia pregou ao *Século*. Em breves palavras, Saramago escreveu uma carta falsa, supostamente endereçada a si mesmo, relatando um falso suicídio de um recluso que se encontrava na Penitência de Lisboa que, na altura, fazia correr tinta nos jornais. Saramago fez com que essa carta chegasse às mãos de António Maria de Freitas do *Século* e este, acreditou no que leu, sem averiguar os factos. Em confiança, Freitas pediu ao autor que redigisse o artigo e este assim o fez. No dia seguinte, Saramago ao ver que a notícia não tinha redigida por Freitas, espantou-se e acreditou que o facto talvez tivesse sido realmente autêntico.

Aproveitando a partida, o *Diário* acusou publicamente o *Século* de lhes roubar informação e de aproveitar correspondência sua. Contudo, quando se soube que o recluso estava, de facto vivo, a partida de Saramago foi revelada. António Maria de Freitas também sofreu com o sucedido pois teve que "explicar aos leitores do *Século* o que, afinal, não tinha explicação plausível..." (pag.78).

Um dia, Abreu dirigiu-se ao porto de Lagos, acompanhado pelo colega Joshua Benoliel, para conseguir uma reportagem sobre o governo inglês, que lá se havia colocado. A frota permaneceu lá durante quinze dias. Chegou-se mesmo a considerar, afirma o autor, que talvez estivessem a pensar em utilizar o porto de Lagos como base naval mas não era isso que os ingleses pretendiam. Os seus pedidos ao conde das obras públicas, Paço de Vieira, e ao Rei D. Carlos foram os de se construir um ramal ferroviário que ligasse Portimão a Lagos, dar aos portos cais atracáveis para o desembarque de um grande número de passageiros e er-

guer depósitos de combustível rápido nas baías. O rei D. Carlos, que durante a maior parte da estadia dos ingleses em Lagos ficou “hospedado” num dos navios, sentiu-se confortavelmente acomodado nos aposentos da marinha aliada, onde até se realizou um banquete e uma salva de canhões em sua homenagem. A cobrir o evento, enquanto durou, estava um considerável número de repórteres ingleses, relata Abreu. O *Times* por exemplo, tinha quatro jornalistas ao seu serviço. Abreu chegou a conhecer um deles mas, tomando-o por um oficial superior, forneceu-lhe a dada altura informações que havia recebido, na esperança de estar a ajudar. Foi só depois que se apercebeu que Tompson era um simples jornalista, quando este pegou nas palavras do autor, inutilizando desta forma os seus apontamentos. “Palavra: n’esse momento fiz, de mim para mim, um juízo pouco lisonjeiro da competência do colega do *Times* (...)” (pag.83), comentou Abreu sobre a ocorrência.

A frota inglesa finalmente partiu em direcção a Malta e, muitos anos depois, Serajevo sofreu um atentado e conseqüentemente deu-se a Grande Guerra. Nessa altura, os navios ingleses apetrecharam-se em Lagos para enfrentar o inimigo, sem terem a necessidade de voltar a “casa” para ficarem prontos para o combate.

Relembrando a Grande Guerra, Abreu relembra também um jornalista que conheceu no *Século* e que faleceu combatendo nessa mesma guerra. Jules Hedegan era o seu nome. Tinha trabalhado no estrangeiro e, por causa disso, mantinha certos hábitos britânicos que de vez quando desapareciam e davam lugar ao camaradismo e cavalheirismo. Era chefe dos serviços estrangeiros no jornal *Matin*, e costumava frequentar a redacção do *Século* à noite, tendo sempre a frase “-Veremos se se confirma” na ponta da língua, cada vez que lhe segredavam um boato ou uma notícia corrente. Antes de partir de Lisboa, Hedegan conversou com o autor sobre a troca de informações com jornais do estrangeiro e províncias, querendo saber se o *Século* fazia tal coisa, como era o caso do *Matin*. “O *Século* até então nunca o fizera.” (pag.85), escreve o autor, ao que Hedegan responde enumerando as vantagens dessa prática.

Durante o governo de João Franco, a imprensa foi constantemente censurada. Os jornais apenas podiam publicar o que lhes era permitido,

sendo a palavra do ditador mais importante que qualquer outra coisa. Quando se deu a explosão de bombas da rua do Carrião, Franco telefonou para a redacção do *Século* com uma mensagem clara: não era permitido redigir uma notícia pormenorizada sobre o acontecimento, sendo apenas permitido ao jornal escrever quais as vítimas. Abreu, que já tinha o relato minucioso sobre a ocorrência, viu-se forçado a ceder o seu trabalho a Cunha e Costa, que publicou a notícia num jornal do Rio de Janeiro.

A pressão exercida sobre a Imprensa portuguesa por parte do ditador acabou por levar à tarde do regicídio, que culminou com a chacina de Terreiro do Paço. Nessa tarde, Abreu saiu às ruas de Lisboa, por ordem de Silva Graça, para confirmar a notícia. As ruas estavam cheias de pessoas que, em frenesim, espalhavam a pavorosa notícia, os estabelecimentos iam fechando e a Guarda Municipal encontrava-se junto ao palácio do Município, de onde escoavam oficiais. As pessoas choravam sobre os cadáveres do rei e do príncipe, dando ao largo um aspecto de cortejo fúnebre. Regressando à redacção, o autor, juntamente com Silva Graça, redigiu uma notícia séria mas comedida sobre o sucedido, onde criticava o país que supostamente havia punido a pena de morte e não fez caso disso, chacinando Terreiro de Paço e ainda rei e filho, inocentes e com responsabilidades nacionais. Pouco momentos depois, enquanto ainda se encontrava a redigir, rebentavam descargas de infantaria para os lados de Campo d' Ourique. Abreu sentia a responsabilidade e a seriedade do momento, e temia redigir o artigo, com medo de represálias. Porém, o artigo foi publicado, somente não foi assinado.

Algum tempo passado, Jorge de Abreu deixou o serviço de ruas e passou a dirigir a secção do estrangeiro, juntamente com José da Costa Carneiro. Abreu fala dessa sua fase no *Século* como a melhor, relembrando as longas horas de trabalho, os jogos de damas e xadrez com os colegas e as conversas até de madrugada. Graças ao facto de ficarem na redacção até ao romper da manhã, isso permitia que alguns jornalistas estivessem a postos para os serviços de última hora, acudindo imediatamente aos locais dos acontecimentos e permitindo também ao jornal fazer boa figura.

Quando Virgínia Quaresma se juntou à equipa, a harmonia do jornal

não se alterou. Apesar de ser a única mulher no grupo, era moderna e conhecedora e rapidamente passou a contar como mais um camarada.

Seguidamente, Abreu fala na sua obra sobre a presença diária de um homem na redacção do *Século*, que durante cerca de um ano e meio, vinha trazer notícias e tentava impingir artigos. O autor designa-o como um “maníaco”, igual a tantos outros que pensavam saber fazer jornalismo e que debitava títulos de artigos, pormenores e como o jornal devia estar organizado, claramente tentando dizer aos outros o que deviam fazer. Mesmo sabendo que nada do que dizia era publicado, continuava a lá aparecer e só parou de o fazer um e ano e meio depois. Outro doido homem mais tarde surgiu, esse saído de um manicómio e com a mania de berrar. Para acalmá-lo, Abreu deixava-o sentar-se a uma secretária redigindo a sua obra, prometendo-lhe que seria publicada. O homem continuou a regressar ao *Século* durante duas semanas para continuar a sua obra e depois, deixou de aparecer. Abreu comenta que estes casos não eram raros e, até à altura em que esta obra foi publicada, ainda continuavam a ocorrer.

De todas as campanhas que o *Século* fez, Abreu relembra a de assistência infantil como a mais interessante e proveitosa. Tudo começou quando um dia, um jovem rapaz “de escassos palmos de altura” (pag.95) se dirigiu ao jornal explicando que a sua família era muito pobre e que não podia estudar porque não tinha livros. Deixou ficar no jornal uma lista dos livros que precisava e, no dia seguinte, de todo o lado acudiram várias procedências com o intuito de ajudar. Uma semana depois, não faltam livros empilhados nas secretárias do jornal, respondendo aos vários pedidos iguais que se foram seguindo. Depois, para além dos livros novos ou usados, começaram a chegar donativos de dinheiro de tal maneira que foi necessário abrir uma secção no jornal para tratar desses assuntos. Foi então que ocorreu a Manuel Guimarães, chefe de redacção, em ampliar a secção, criando uma base de assistência infantil. Foram realizados concursos de beleza infantil, fundaram-se cantinas escolares, entre outros, dando a todos os que colaboraram uma sensação de paz e orgulho. A paróquia juntou-se à causa, assim como grupos de médicos, que auxiliaram em diversos aspectos. O trabalho na redacção

tornou-se, durante alguns meses, muito mais pesado mas ninguém se pareceu importar, afirma Abreu.

A remissão do jornalista soldado, Eduardo de Carvalho foi “outra vitória do periódico de Silva Graça” (pag.98). O jornalista trabalhava no *Século* quando foi obrigatoriamente chamado para a tropa. Conseguiu fugir à vida do quartel e voltou para o jornal mas, uma tarde fez a sua confissão de fé e o ministério da guerra enclausurou-o “por não ter sabido ocultar hipocritamente o seu republicanismo (...)” (pag.99). O *Século* noticiou e acompanhou o caso que terminou com a libertação do jornalista soldado, quarenta e oito horas depois, devido a uma petição por parte dos republicanos que excedeu a verba necessária.

Certo dia, o autor foi cobrir a visita de Paço Vieira a Aldegalega. Este, recebido entre entusiasmo e foguetes, dirigiu-se depois para um banquete na Câmara para o qual os jornalistas são convidados mas que, à falta de lugares, acabam por almoçar a bordo do navio que havia trazido o ministro. O autor relata esta e outra história semelhante com alguma ironia, mostrando destas formas alguns dos vários incidentes cómicos que viveu enquanto repórter.

Quando se anunciou o preparo de Vinhais, incumbiram Abreu de ir até Verin. Acompanhado de Luz de Almeida e um oficial de cavalaria, atravessou a fronteira para o lado espanhol. Os consulados andavam em desavenças e as ruas naquela altura era um alvoroço tremendo. Tinha sido imposto a Abreu uma visita a Arnaldo Fonseca, que se encontrava preso. Estes conversaram sobre os efeitos da política em Portugal.

Meses mais tarde, Paiva Couceiro, juntamente com o seu bando, entraram em Portugal. Correu de um lado para o outro durante uma semana, entrando e saído de Portugal, fazendo um “autêntico *bluff*” (pag. 111). Os jornalistas acompanhavam os seus movimentos, assim como vários comandantes militares que ansiavam que Couceiro dispersasse definitivamente para o outro lado da fronteira. A certa altura, alguns jornalistas deslocaram-se até Espanha, incluindo Abreu, e lá ouviram que Paiva de Couceiro havia dado ordem de dispersão aos seus homens. Contudo, estavam animadamente a conversar num bar quando um homem lhes disse: “Os senhores têm vinte e quatro horas para abandonar

o território de *Hespanha...*” (pag.113), avisando-os que Couceiro não havia poupado outros jornalistas que ali haviam estado. Abreu, nervoso e receoso, avisou os colegas que partiria imediatamente de novo para Portugal. Pouco depois, caminhavam para a Portela do Homem, debaixo de uma forte chuva e vento. Chegaram ao posto fiscal de madrugada molhados, extenuados e feridos devido às quedas, mas este encontrava-se vazio. Os guardas já haviam notado que um bando se aproximava a escalar a serra e, nunca suspeitando que fossem jornalistas portugueses, haviam partido e preparado uma emboscada um pouco mais à frente. Os jornalistas permaneceram no posto fiscal até de manhã, esperando por auxílio e alimentos.

Um mês depois, em Lisboa, o autor é operado a um tumor no pescoço pelo Dr. José Gentil. Abreu apenas escreve sobre o facto: “Única cicatriz que recorda as minhas *campanhas* jornalísticas, essa que ficou da operação” (pag.115).

Mais à frente no capítulo, o autor resume a sua passagem pelo *Século* como uma “escalada heróica” (pag.118). Defende que desde o início da sua existência, o jornal procurou combater o inimigo, ficando do lado dos republicanos e dos defensores do regime. Dentro do jornal existiam três republicanos convictos: Avelino de Almeida, Mário Salgueiro e Edmundo de Oliveira. Qualquer momento de dúvida que tenha surgido durante a revolta de Monsanto era contrariada por esses três, afirma o autor. A revolta de Santarém também encontrou no *Século* um forte apoio e quando o movimento terminou pela positiva, toda a redacção se sentiu feliz e vitoriosa. Abreu acrescenta também, que no dia do cortejo em que se realizou a parada de voluntariado no Campo Pequeno, se sentiu comovido e sensibilizado.

Apesar de todo o apoio que o jornal demonstrava e prestava ao povo, este várias vezes o encarniçou e julgou injustamente. Bastava um boato de que o jornal havia publicado ou afixado no *placard* algo tendencioso, que as pedras contra os vidros do edifício não tardavam a ser atiradas. Quando nada era afixado no *placard*, o povo revoltava-se na mesma, acusando o *Século* de ocultar a verdade. Durante muito tempo a situação manteve-se e o jornal nada podia fazer a não ser esperar que as pessoas parassem.

No quarto capítulo da obra, o autor começa por referir Morais Pinto, jornalista e poeta que tanto escreveu pequenas peças de teatro, como coloriu as páginas do seu jornal, o *Pimpão*. Este jornal era alegre e irreverente, distinguindo-se dos outros pelo seu formato mais pequeno. Já Morais Pinto é definido pelo autor como “um poeta elegante e satírico, que soube acerrar-se do público e conquistá-lo apesar do seu janotismo e do seu feitio aristocrata.” (pag.123). O autor passou pelo *Pimpão* como um “extra”, tendo tido o papel de redactor interino. Silva Pinto redigia as crónicas políticas. O autor, sobre a sua passagem no jornal, conta apenas uma história em que, certa vez, ficou encarregue da secção *Diabo Azul*, que consistia na adaptação de contos ilustrados e outras histórias publicadas. Quando o jornal saiu, Morais Pinto foi procurado por um juiz, pois a história que Abreu havia escolhido adaptar era igual ao desse juiz, incluindo nomes. O homem, sentindo-se ridicularizado e profanado, procurou o director e atirou-lhe “um mundo de queixumes” (pag.125). Muito trabalho teve Morais Pinto para convencer o juiz da inocência do jornal e de Abreu. Mesmo assim, muitos outros casos depois surgiram em que vários indivíduos tinham o nome ou outro elemento idênticos às histórias que o *Diabo Azul* adaptava.

O quinto capítulo inicia-se com Abreu a relatar uma história do *Século*. A breve história conta que, certa vez, o jornal incumbiu um oficial de comentar diariamente as fases da guerra – a primeira guerra mundial – elucidando o público. Quando dispensou o militar, o jornal entregou a pasta a Jorge de Abreu, e este redigiu anonimamente o *Boletim da Guerra*, do jornal de Silva Graça. O mesmo se passou com o jornal *Novidades*, quando o autor redigiu artigos como jornalista desportivo. Para redigir uma notícia sobre um *match* de ciclismo, o autor dirigiu-se até Pavilhã para assistir ao espectáculo. O autor relata na obra aquilo que viu, descrevendo um pouco a multidão que assistia também. Regressando ao jornal, redigiu a crónica desportiva – a primeira do jornal – e apanhou-lhe o jeito e o gosto. Depois disso, abalançou-se a “cultivar a especialidade” (pag.132). Algum tempo depois, travou relações com José Ponte, considerado pelo autor como o “supremo arquitecto do progresso do desporto no nosso País” (pag.132), e ambos desenvolveram

uma espécie de gazeta desportiva. A composição e a impressão eram feitas em Atalaia que posteriormente se tornou a redacção e administração do periódico. Vários jornalistas ajudaram a sua elaboração, como foi o caso de Álvaro de Lacerda, César de Melo, Fernando Correia, Carlos Gonçalves e Ruy de Cunha, entre outros. A principal preocupação de todos os envolvidos no projecto era a de encontrar assuntos desportivos que realmente interessassem ao público, pois na altura o desporto não tinha tanta importância como nos dias de hoje. O autor dá o exemplo dos torneios futebol que na altura tinha, no máximo, duas dúzias de pessoas a assistirem aos jogos.

Com poucos adeptos de desporto, o jornal corria o risco de se extinguir. Contudo, quando Santos do Coliseu chega a Lisboa com a sua trupe de lutadores e José Pontes começa a redigir artigos sobre as suas vitórias, prémios, golpes e perfil dos profissionais, o periódico atinge o seu ponto máximo, assim como a carreira do jornalista. Com o tempo, a gazeta desportiva mudou de instalações, a qualidade do papel melhorou e a disposição gráfica e a sua ilustração também.

Devido a outros afazeres e trabalhos em diferentes jornais, Pontes começa a dispensar-lhe assiduidade e com o tempo, o periódico desaparece de circulação. Abreu termina o capítulo dizendo que, enquanto durou, a gazeta foi sincera e justa sobre todos os aspectos do desporto e o desempenho dos seus profissionais e, talvez por isso, o progresso desportivo tenha sido tão lento.

No sexto capítulo, o autor fala um pouco sobre Faustino da Fonseca e conta algumas histórias que viveu e presenciou com o seu director, enquanto trabalhava no jornal *Capital*. Certa vez, Manuel Guimarães pediu a Fonseca para introduzir no rodapé do jornal um romance histórico. Foi Abreu quem redigiu o segundo folhetim desse romance. A história passava-se em Paços D'Arcos, mas quando escreveu a sua parte, o autor fez as personagens moverem-se para outro local, desenvolvendo a história noutras direcções. Fonseca adorou e lisonjeou Abreu pelo seu trabalho.

No *Capital*, o autor conheceu um jornalista chamado Salles, que era conhecido como sendo “uma espécie de dicionário Larousse.” (pag.141),

tendo sempre resposta para as dúvidas dos colegas. Abreu tornou-se seu amigo e várias vezes saíram juntos para cear.

Mais à frente na sua obra, Abreu fala sobre o breve trabalho de revisão que fez no jornal *Popular*. Foi nesse mesmo jornal, que o autor conheceu um informador de apelido Santos, que o autor define como “ignorante e inculto” (pag.143). Durante este capítulo, o autor relata outras breves histórias passadas na redacção do *Popular*, histórias estas que ele não viveu mas às quais assistiu, que incluíam Mariano Algeos, o informador Santos e o ministro Teixeira de Sousa.

No sétimo capítulo do livro, o autor começa por falar sobre a tendência que os jornais lisboetas tinham de encher espaço quando não existia nenhuma notícia verdadeiramente interessante para se publicar. Socorriam-se muitas vezes sobre problemas nacionais, problemas esses que só eram discutidos à falta de melhor assunto, geralmente na quadra estival. De Julho a Setembro, artigos “escritos na sua maioria por verdadeiros *carolas* (...)” (pag.149) surgiam em abundância pelos jornais e, assim que o Verão terminava, esses reforços de prosa eram esquecidos, dando lugar a manifestações políticas e assuntos de interesse geral.

Numa dessas alturas do ano, Silva Graça lembrou-se de fazer constar no *Século* a questão do alojamento citadino, incumbindo Mariano Algeos de tratar do assunto. O autor descreve, seguidamente, de que forma o colega o fez, relatando com quem este falou e de que forma conseguiu o projecto de obras públicas. Depois de contada a breve história, Abreu acrescenta que o público não tinha consciência do esforço e do trabalho que é dedicado aos jornais, tanto na elaboração das notícias como na recolha de informações. Naquela altura, era fácil assumir-se que bastava colocar um pé na rua e já se sabia tudo o que se havia de escrever. Abreu conta que o trabalho de um repórter tanto podia ter resultados felizes como infelizes, pois nem sempre se conseguia falar com as pessoas em causa ou ter acesso a uma certa informação mais confidencial. Para comprovar esse mesmo facto, Abreu conta umas breves histórias que tiveram como protagonistas o jornalista Emídio Navarro do *Século*, o director jornalístico Zeferino Cândido, o jornal *Século* em si e o jornal estrangeiro *Temps*.

No capítulo final da sua obra, Jorge de Abreu fala sobre o poder e importância da Imprensa. Afirmava, entre outras coisas, que “a Imprensa raras vezes utiliza poderio ou influência em benefício material (...) é a instituição que mais duros ataques sofre – a propósito de tudo e... a propósito de nada.” (pag.159). Por exemplo: quando o cabo 115 da Guarda Municipal insistiu em prestar declarações ao *Século* antes de ser preso, o povo acusou o jornal de deixar um criminoso expor a sua tese, mas Abreu acompanhou o caso de perto e chegou à conclusão que as declarações que o homem prestou ao jornal foram a forma havia arranjado de manifestar a sua defesa antes de ser perder a sua liberdade e o direito à fala.

Apesar de defender a Imprensa neste capítulo final, Abreu admite que existiam jornais que faziam a vontade aos moralistas e excluía “das suas colunas a minuciosa narrativa dos assassinios...” (pag.161). O autor considera esta uma atitude lamentável, pois ocultar uma verdade não faria dela uma mentira. Muitos anos antes desta obra ter sido escrita, os periódicos de Lisboa e do Porto resolveram abster-se da pormenorização dos suicídios e casos violentos, na esperança que o número de casos diminuísse, conta o autor. De acordo com Abreu, até à altura, o número mantinha-se igual. Mais à frente, o autor fala da importância dos retratos de criminosos e heróis nos jornais, dizendo que estes não contribuíam para o aumento da criminalidade mas sim, para auxiliar uma notícia e a polícia. O autor critica ainda os jornalistas que pintavam um criminoso benevolmente, em vez de salientar a sua crueza.

Para finalizar, o autor reforça o facto da Imprensa portuguesa ter defeitos mas termina, dizendo: “...mas, quem há por aí que não os tenha e possa, com inteira justiça, atirar-lhe a primeira pedra?” (pag.162).

Autor (nome completo): Ana Isabel Nogueira Lopes

E-mail: 18501@ufp.pt

» Amaral, 1932

Autor: Donato do Amaral, Augusto

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1932

Título completo da obra: O Depoimento dum Jornalista que Cegou

Tema principal: Jornalistas e Vida Profissional

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Sociedade Industrial de Tipografia

Número de páginas: 64

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: L 24219//13P

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Augusto Donato do Amaral foi jornalista. Começou a sua carreira no *Diário de Lisboa* e prosseguiu-a n' *A Época* e no *República*.

Índice da obra:

Prólogo.....	2
Diário de Lisboa.....	6
O Rebate.....	7
A Época.....	9
República.....	10
A propósito duma campanha difamatória	13
Eu e o Sr. Eduardo Schwalbach	13
Depois de cego	19
O Século	24
Bilhetes, cartas e telegramas.....	26
A moral de certos homens da finança.....	27
Um concurso sem efeito.....	31
Faculdade de Direito.....	33

As assuntos coloniais.....	36
Um grande português.....	42
Palavras de Reconhecimento.....	44
Dr. Mário Moutinho.....	45
Professor Inocêncio Camacho Rodrigues.....	46
Dr. José Bernardino Gonçalves Teixeira.....	47
Professor Henrique Joaquim de Vilhena.....	48
Erratas.....	49
Padre Francisco Maria da Silva.....	50
Uma grande alma.....	51
O instituto lusitano.....	52
Dois advogados.....	54
Dr. José de Abreu.....	55
Jornalistas.....	56
Cristão sim, católico não.....	57
Nasci predestinado.....	61

Resumo da obra (linhas mestras): A presente obra serve para, como o próprio autor refere, “justificar, pela última vez, os propósitos e as intenções de uma campanha derrotista, em que andou envolvido o nome do autor destas páginas” (página 2).

Segundo ele próprio conta, foi, alegadamente, alvo de difamações por parte dos seus colegas jornalistas. Como defesa e numa tentativa de apurar a verdade, ele publica o texto aqui resumido. Para uma melhor compreensão, escreve: “Pretendo, como principal visado, destruir a mentirosa e insubsistente campanha difamatória com que fui alvejado por certos sindicalistas, que em tempo competente, deslealmente, me recusaram o direito de defesa” (página 4).

Ao longo da obra, Donato de Amaral refere quais os jornais onde trabalhou e conta alguns dos acontecimentos que vivenciou. Esta é a obra que, para o próprio, poria um fim na sua vida jornalística.

Primeiramente refere o “Diário de Lisboa”, jornal onde começou o seu trabalho como jornalista, ao longo de três anos. Logo aí surgem complicações, mais nomeadamente com o Álvaro de Andrade, ex-chefe

da Redacção, e associados, que através do jornal teriam decidido insultar Augusto Donato do Amaral. Contudo, segundo conta, Joaquim Manso desfez o equívoco.

Posteriormente, trabalhou n' *O Rebate*, durante cinco anos. Considerava-o um jornal de “completo desinteresse” (página 8), visto ser pertencente ao partido mais forte da República, e estar, por isso, muitas vezes com grandes dificuldades financeiras, uma vez que as assinaturas dos associados não podiam ser de elevado custo. Contudo, refere ter saudades de “tão bela camaradagem” (página 9).

A *Época* (que mudou o seu nome para *A Voz*) é o jornal que se lhe segue. É anunciado como sendo um jornal adepto do catolicismo. No que se refere a este jornal, o autor afirma que apesar das ideias do jornal serem opostas às dele, sempre se manteve fiel às suas liberdades “para o desempenho do serviço a meu cargo e a mais franca camaradagem” (página 9).

“A República” foi mais um dos jornais onde Augusto Donato do Amaral prestou os seus serviços, mesmo que somente por alguns meses. O autor revela que tinha uma grande simpatia pelo seu fundador, António José de Almeida, que teve um papel importante na sua educação política. Donato do Amaral afirma o seu trabalho nesse jornal como um bom exemplo, através da expressão: “No *República* trabalhei, sem nunca ter havido, como nunca podia haver, contra o meu procedimento, a menor reclamação” (página 11).

É apenas no capítulo seguinte que o jornalista se refere à “campanha difamatória”, como ele próprio a intitula na página 13 da corrente obra. A personagem que mais fere a sua

susceptibilidade é Eduardo Schwalbach, na altura director do “Diário de Notícias”. Segundo conta, Donato do Amaral chegou até a escrever um manifesto, o «Desafronta», contra Schwalbach.

Nesse capítulo, o autor transcreve a carta cujo destino seria a publicação no jornal acima referido. Porém, o seu desejo foi-lhe negado. Aí refere também uma das acusações a que foi sujeito: a de “falso jornalista”. As outras permaneceram ocultas por serem “nomes feios e sujos” (página 18). Por isso, no texto o autor convida “o Sr. Schwalbach e esses

seus amigos a que venham com um júri de homens de letras competentes” (página 19) para que se realize um exame que averiguasse as suas competências profissionais.

No capítulo “Depois de cego”, refere mais alguns dos seus alegados difamadores, mas também personalidades que o ajudaram a manter a calma e a defender-se com dignidade. Diz que “estes senhores [os difamadores] (...) são os que pensam totalmente que a sua suprema razão de existência é o dinheiro, e o resto, para eles nada vale” (página 21).

Não foram só os jornalistas do “Diário de Notícias” que o atacaram, os do jornal “O Século”, revela Augusto Donato do Amaral, também participaram na “campanha”, o que levou o jornalista a responder por um delito de abuso de liberdade de imprensa.

Aquando do capítulo “A moral de certos homens da finança”, Augusto Amaral conta-nos como foi descriminado pelas suas ideologias liberais no momento em que concorreu a um cargo no Banco Nacional Ultramarino e finaliza o seu depoimento com a seguinte frase: “Como o leitor sabe, há verdades que eles não querem que se digam, e ainda hoje vociferam contra mim, por não terem razão para desmentir o que era incontestável” (página 30).

No capítulo seguinte, Donato do Amaral diz-nos como um concurso ao qual concorreu, ficando em primeiro lugar, foi anulado pelo Governo, “com alegação de que não existe verba para pagar aos funcionários nomeados” (página 32).

O autor refere, ainda, como participou numa “guerrilha” contra o Governo quando este decidiu despedir alguns dos professores da Faculdade de Direito. O jornalista afirma ter saído vitorioso e deixa a crítica: “O Estado Português, é triste dizê-lo, mas pelo menos eu sinto pesar em confessá-lo: Portugal é dos países que gastam menos em matéria de ensino. São as estatísticas que temos visto que nos levam a falar claro” (página 33).

No capítulo “Jornalistas”, o autor presta aquela que segundo ele seria “uma merecida homenagem” a jornalistas como Joaquim Manso e Manuel de Brito Camacho, “incapazes, em qualquer altura, de cometer uma afronta, fosse contra quem fosse” (pág. 56)

Donato do Amaral finaliza a sua obra dizendo estar consciente da sua “actual” incapacidade jornalística uma vez que já se encontrava com bastante idade e a visão começava a falhar. Com rendimentos reduzidos, viu-se obrigado a dar explicações, uma vez que não tinha o diploma que o autorizaria a ser professor.

Por fim, faz mais uma alusão as pessoas que ele não esqueceu nem esquece pelo apoio que lhe prestaram, em contraste com os que o autor ajudou e em troca lhe deram “aquilo a que se pode chamar a mais feroz das perseguições” (pág. 64).

Autor (nome completo): Joana Alexandra Ferreira Pinto Barreto

E-mail: joana.barreto@hotmail.com

» Andrade, 1937**Autor:** Andrade, Adolfo**Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação):** -**Ano de publicação/impressão:** 1937**Título completo da obra:** Dos Jornais**Tema principal:** História do Jornalismo**Local de edição:** Lisboa**Editora (ou tipografia, caso não exista editora):** Rotary Club de Lisboa**Número de páginas:** 12**Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas****Biblioteca:** Biblioteca Nacional**Cotas:** L.30873**Biblioteca:** Biblioteca Pública Municipal do Porto**Cotas:** Q1-9-46

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Adolfo Andrade foi presidente do Conselho de Administração da Empresa Nacional de Publicidade, proprietária do *Diário de Notícias*, e presidente do Grémio Nacional da Imprensa Diária.

Índice da obra:

O jornal – as “Acta Diurna” – Gazeta	1-3
Datas de aparecimento dos jornais nalguns países	3
Os primeiros jornais de França	3-4
Os primeiros jornais de Inglaterra	4-5
Os primeiros jornais de Portugal	5-8
O produto inglês, americano e francês	8-9
A importância da imprensa na sociedade	9-10
A missão social de cada jornalista	10-12

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra recupera uma palestra sobre história do jornalismo proferida, em 1937, no Rotary Clube de

Lisboa, por Adolfo Andrade, à época presidente da mais importante empresa jornalística portuguesa, a Empresa Nacional de Publicidade, proprietária do *Diário de Notícias*.

Adolfo Andrade começa por falar das “Actas Diurnas”, que, segundo ele, eram feitas quotidianamente a partir da ditadura de Júlio César, mas que, com a queda do Império Romano, desaparecem. Para ele, as “Actas Diurna” foram um “embrião de jornalismo”, conforme a classificação que delas deu o jornalista, historiador e polígrafo Manuel Pinheiro Chagas.

As Actas, para ele, foram uma manifestação e necessidade da vida social, mas perderam-se os seus vestígios durante a idade Média, devido aos bárbaros, que após a conquista do Império, “não conservaram entre si qualquer traço de civilização”. O autor relembra, ainda, que só nos princípios do século XVII, passados mais de 150 anos sobre a invenção de Gutenberg, é que apareceu algo que se pode considerar um jornal.

Apareceram por essa época na Republica Veneziana, diz ele, as primeiras folhas impressas, relatando acontecimentos internos ou externos, como batalhas, catástrofes, questões comerciais, etc. Eram vendidas a troco de uma pequena moeda chamada “gazeta”, o qual de nome da moeda indicativa do preço, passou a confundir-se com o da publicação, surgindo assim a denominação “Gazeta”.

As notícias das gazetas circulavam livremente, ao contrário das “fogli d’avissi” ou “foglietti”, em que o senado de Veneza redigia as questões importantes do Estado, enviando-as aos seus agentes diplomáticos para os esclarecer nas negociações internacionais, sendo naturalmente secretas, como convinha a instrumentos diplomáticos.

O autor recorda que no jornalismo a China precedeu a Europa, pois aí existiu, durante mais de um milénio, um jornal impresso em papel de seda.

Adolfo Andrade evoca, depois, as datas em que apareceram os primeiros jornais nalguns países da Europa: Alemanha, em 1590; Bélgica, em 1605; Inglaterra, em 1622; Holanda, em 1623; Espanha, em 1626; França, em 1631; Itália, em 1635; Portugal, em 1641; Suécia, em 1648; Dinamarca, em 1663; Rússia, em 1703; Hungria, em 1721; Noruega, em 1763; Turquia, em 1795 e Grécia, em 1811.

A 30 de Maio de 1631, diz Adolfo Andrade, saiu em Paris o primei-

ro número da “Gazette de France”. Foi, segundo ele, o primeiro jornal político conhecido, de marcada influência nos reinados de Luís XIII e de Luís XIV.

O autor salienta que, apesar de terem aparecido em vários países (e entre eles Portugal), alguns anos antes, certas publicações com algumas características de jornal, a “Gazette de France”, “correspondeu, como nenhum outro, à ideia que hoje fazemos do jornal, não só pela regularidade na sua publicação, mas ainda pela abundância e escolha dos assuntos, superioridade da sua redação e número de correspondentes espalhados pela Europa”. A “Gazette” chegou a deter, como privilégio do Estado francês, o monopólio da imprensa política e industrial e a publicação de anúncios, como, a seguir, o “Journal des Savants” deteve o exclusivo da imprensa literária e científica”.

Também desempenhou um papel importante na história da literatura francesa do século XVIII o “Mercúrio”, mais tarde “Mercúrio de França”. Fundado pelo dramaturgo Donneau de Vise, o “Mercúrio” trouxe, entre outras inovações, uma interessantíssima: “o folhetim – delicioso manjar, que tantos leitores, e mais ainda, leitoras, conquistou para os jornais, em gerações sucessivas”.

Em Inglaterra, em 1702, é interessante registar, segundo Andrade, o aparecimento do jornal quotidiano impresso, com o título “Daily Courant”. Os seus fundadores adoptaram para este jornal um formato correspondente a metade do usual para, segundo explicavam, “pouparem ao público pelo menos metade das impertinências que continham os jornais ordinários”. Resta saber, comenta Hain, citado pelo autor, se não seria antes para se pouparem os fundadores do “Daily Courant” a metade do trabalho que teriam em preencher dia a dia um jornal do formato habitual.

Certo é, porém, que a vitória da Inglaterra na precedência do jornal quotidiano é manifesta, retumbante.

Basta dizer que só 75 anos após o aparecimento do diário inglês surgiu o primeiro diário francês, o “Journal de Paris”.

Seguidamente, o autor coloca várias questões relacionadas com a introdução do jornalismo em Portugal, às quais responde.

Qual é o mais antigo periódico português?

A maioria dos bibliográficos portugueses consideram como sendo o mais antigo jornal português a “Gazeta em que se relatam as novas todas que ouve n’esta corte e que vieram de várias partes no mês de Novembro de 1641” – também conhecida por “Gazeta da Restauração”.

Segue-se-lhe o “Mercúrio Portuguez” com as novas de Portugal e Castela, de 1663.

Basta ler a primeira folha de cada uma destas publicações, para se verificar a flagrante evolução de processos jornalísticos operada entre uma e outra:

1ª Pagina da “Gazeta”

“Pelejou a armada de Olanda com huma esquadra da armada real de Castella, em que vinhão muitas fragatas de Duquerque: durou a pendência mais de vinte, & quatro oras; foise a pique hum galeão dos Castelhanos, & ficarão alguns destroçados, & todos com muita gente morta. O Olandez com algum dano se retirou a este porto, donde está guardando a que elRey nosso Senhor lhe de socorro para sair outra vez a atemorizar os portos de Andaluzia.

O Conde de Castanheira, que estava preso numa torre de Setuval pedio a elRey nosso Senhor usando de sua natural benignidade o mādou trazer para o castello de Lisboa.

Num lugar da Beira se afirma que ouve hum ome, que ouvindo dizer numa cõversação de amigos que na felice aclamação delRey nosso Senhor, fizera o crucifixo da Sé o milagre que a todos he notório disse que podia acaso a imagem do Senhor despregar o braço; & assim como acabou de dizer estas palavras cahio huma parede junto da qual estavam todos da conversação, & só a elle matou.”

1ª Página do “Mercúrio Portuguez”

Novas do mez de Janeiro de 1663

“Saber os successos de outros Reynos, & Províncias, não he só curiosidade, mas necessidade aos Políticos; porque de mais do

que se aprende pelos exeplos (que sendo do mesmo tepo, são melhores mestres) o estado em que se achão os outros, principalmente se são vesinhos, ou interessados, he medida per que se regulao, & encaminhão os meios da conversação, & utilidade própria.

Este serviço puderão fazer ao bem commum os Castelhanos melhor que os Portugueses, porque os seus ingenhos sempre se applicarão mais a escrever como os Portuguezes só a obrar o que deo matéria aos Scriptores mais insignes.

Porém, ou pouco informados, ou muito ligeiros, ou com demasiada paixão, referem as cousas tão erradamente, que fica a relação sem alma, que he a verdade, & sua lição muito prejudicial a quem lhe dá credito, & o peor he, que não sei por que fatilidade, o tem com os estrangeiros tão grande, que na opinião mais que nas forças os atemorisa Castella.”

Como facilmente se pode verificar, segundo Adolfo Andrade, ao passo que na “Gazeta” se apresentava ao leitor um feixe de notícias variadas, despidas de qualquer comentário e sem arrumações de assuntos, o “Mercúrio” abre com um artigo doutrinário, em tudo semelhante aos modernos editoriais ou artigos de fundo.

Para o autor, é interessante notar, também, as características dominantes da Imprensa de Londres, Nova York e Paris, sintetizadas com notável imparcialidade e superior espírito de observação, por um dos mais brilhantes jornalistas franceses, Stéphane Lausanne, no seu curioso livro “Sa Majesté La Presse”. O produto inglês, segundo Lausanne, citado por Andrade, é sério, consciencioso, bem trabalhado, mas fica quase sempre exclusivamente inglês. Falta-lhe leveza e objectividade. Não foi manufacturado e não é entregue ao público senão com o objectivo de servir o interesse inglês. O produto americano é muito mais objectivo e imparcial. Aqueles que o trabalham preocupam-se principalmente em conseguir agradar ou divertir o publico. Não descuram para isso nenhum esforço, nenhum sacrifício, nenhum estratagemas. Não têm, de resto, qualquer ideia preconcebida. Não têm grandes paixões, nem grandes ódios, nem mesmo grande opinião. Só fazem questão duma coi-

sa: contar uma boa história. Quanto ao produto francês, é um produto essencialmente individual: todavia há 25 anos vem sofrendo a influencia do produto americano. E, depois de afirmar quanto a imprensa francesa era pesada e indigesta com o seu individualismo extremo, Lausanne, citado mais uma vez por Andrade, acrescenta: “ vejamos agora o moderno jornal francês; surpreende-nos com a quantidade de notícias e a variedade de assuntos que trata. O editorial é, as mais das vezes, de carácter instrutivo e documentário. Numerosos os telegramas dos enviados especiais dispersos pelo mundo. Abundantes as entrevistas sobre os mais variados assuntos. Atraentes as fotogravuras, permitindo focar num momento uma cena ou uma fisionomia. Há nele ar, vida, luz. E isso, a imprensa francesa deve-o à americana. Deve-lhe a característica mais notável da nossa época: o gosto pela notícia.

De acordo com Andrade, “a imprensa representa indiscutivelmente uma força, uma força enorme, talvez mesmo a maior de todas, porque sem ela, ou contra ela, não há instituição que perdure, não há ideia que se arreigue, não há iniciativa que frutifique. Mas, porque essa força é poderosa, é que ela exerce com toda a prudência, superior critério, imparcialidade e justiça, tendo como “último”, sempre o interesse público, o bem comum”. Para ele, mais do que nunca, no momento “tormentoso” que o país atravessava em 1937, a imprensa deveria ser “nacionalista, no sentido de concorrer, tanto quanto possível, para o engrandecimento da Pátria”. Segundo o autor, fugindo a essas normas, a imprensa trai a sua missão, transformando-se em arma perigosa. Da sua actividade podem resultar as consequências mais fatais.

Para o autor, cada jornalista “tem uma missão social a cumprir”. E continua:

“Deve exercê-la honesta, lealmente, sob pena de comprometer junto da opinião pública o jornal que serve. Errar é humano. Por isso o jornalista, que é feito da mesma massa dos restantes mortais, uma ou outra vez pode errar. Mas esse erro não é em regra determinado por um propósito, por maldade, ou por má fé. Antes resulta, geralmente, das condições especiais em que por vezes é forçado a trabalhar. Motivo de justificado orgulho é o reconhecimento das qualidades excepcionais do jornalista português. É ver com quanta abnegação e espírito de sacrificio parte, no

momento oportuno, para as missões mais arriscadas, não se poupando a esforço de nenhuma ordem, a fim de pôr o seu jornal em condições de melhores e mais sensacionais informações ao público!”

Apesar de tudo, salienta o autor, as empresas jornalísticas e os profissionais de imprensa “são alvo, a cada passo, de censuras e críticas, quase sempre imerecidas, quando não profundamente injustas. Não se dão conta, geralmente, esses críticos, do que seja o trabalho febril numa redacção dum jornal importante, especialmente, à última hora, nos breves momentos que precedem o início da sua impressão. E que, em cada 24 horas, com enormes sacrifícios financeiros das empresas e com um esforço pessoal notável dos trabalhadores de imprensa, o jornal tem que sair, completo em todas as suas secções, sem omitir seja o que for que, interna ou externamente, possa interessar ao público conhecer. Que só o trabalho de composição dum numero de jornal, como o “Diário de Notícias”, daria normalmente para encher em cada dia um livro de formato vulgar com mais de trezentas paginas. E tudo isto tem de ser feito maquinalmente (...), para evitar o atraso na saída do jornal, as perdas de comboios e outros incidentes desastrosos, cujas consequências se reflectem em prejuízos morais e materiais valiosíssimos.”

Adolfo Andrade termina a sua palestra com as palavras do jornalista Norberto Lopes num artigo intitulado “Ingrata Profissão”, publicado no “Diário de Lisboa” sobre a profissão de jornalista e que ele generalizou à imprensa portuguesa, e de modo especial à grande imprensa, que, “realizando um esforço enorme, cumpre elegante, honesta e nobremente a sua missão”:

“Se o leitor soubesse, se o leitor tivesse a generosidade de compreender, quantas faltas lhes seriam perdoadas, quantas omissões involuntárias lhes seriam desculpadas, quantos comentários seriam injustos lhe seriam poupados – e como acabaria por se lhes fazer justiça!”

Autor (nome completo): Rafaela Peixoto
E-mail: rafaela411@hotmail.com

Livros LabCom

» Anónimo, 1959

Autor: Anónimo

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1959

Título completo da obra: História do Rádio Clube de Moçambique

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Montijo

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Composto e impresso nas oficinas da *Gazeta do Sul*

Número de páginas: 51

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: S.A. 28390 P.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: k3-7-76 (27)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): -

Índice da obra:

A fundação: pp. 1-3

Primeiros Passos: pp. 3-6

Fase de crescimento: pp. 9-12

Mudança de nome: pp. 12-14

Sempre mais além: pp. 17-19

Momento de crise: pp. 19-25

Consagração: pp. 25-27

Palavras de elogio: pp. 28-32

Novas realizações: pp. 33-34

Postos regionais: pp. 34-39

Arte em tudo: pp. 39-40

O palácio da rádio: pp. 40-41

Ao serviço de Portugal: pp. 42-47

XXV Anos de realizações: pp. 47-51

Resumo da obra (linhas mestras): Este livro, tal como o próprio título deixa adivinhar, retrata a história do rádio clube de Moçambique. Composto e impresso nas oficinas da *Gazeta do Sul* em 1959, o nome do seu autor não é conhecido, sendo de realçar, no entanto, o exaustivo trabalho de investigação que é denunciado pelo pormenor descritivo utilizado ao longo da obra.

“Corria o ano de 1931 quando Augusto das Neves Gonçalves e Firmino Lopes Sarmento conceberam a ideia de criar em Lourenço Marques um posto de radiodifusão.” (p. 1) Esta vontade, no entanto, numa fase inicial, não passou disso mesmo, devido principalmente à falta de amadurecimento de um povo ainda incapaz de realizar grandes sonhos. Mas a tenacidade destes homens, em conjunto com Alberto José de Moraes e o então regressado Aniano Mendes Serra, ultrapassou todas estas dificuldades iniciais e tornou possível a 5 de Julho de 1932, “a primeira reunião preparatória para a fundação do que viria a chamar-se Grémio dos Radiófilos da Colónia de Moçambique.” (p.2) Seguiram-se meses dedicados a estruturar a instituição, quer do ponto de vista humano quer do ponto de vista físico com todos os avanços e recuos que, um projecto tão ambicioso para a altura naturalmente originou. Realço o arrojo, que na época a muitos pasmou, ao não hesitarem assumir um encargo financeiro de grande magnitude para o aluguer do edifício para a sede e a montagem do emissor.

Corria o mês de Março, já no ano de 1933, quando foi para o ar a primeira emissão da estação, depois de ultrapassadas as dificuldades em obter os meios técnicos que possibilitassem que a voz de Mário Souteiro – primeiro locutor de Moçambique – fosse difundida por um País ainda sem noção da importância deste acontecimento. Os receios iniciais foram rapidamente ultrapassados, e “aquela voz, ouvida a princípio com surpresa, bem depressa se tornou familiar em todo o território de Moçambique, na Rodésia, na África do Sul. Solícitas informações acrescentavam, mesmo, que a estação se fazia ouvir, com relativa intensida-

de, na Madeira, em Londres, nalguns lugares da América do Norte, na cidade de Lisboa. Estava por conseguinte, atingido o máximo objectivo, que era levar a voz de Moçambique aos ouvidos da Mãe-Pátria.” (p.4)

Foram relatadas, no entanto, situações verdadeiramente hilariantes, originadas nas dificuldades técnicas, e dificuldades financeiras, só ultrapassadas pelo (...) “progresso e renome do Grémio, de tal modo que já a 16 de Março de 1934 fora resolvido passar a dar o noticiário diariamente, na emissão das 21:30 às 21:45 (...) (p.5)

No ano de 1935, já com o Dr. António de Sousa Neves a presidir os destinos da colectividade, foram tomadas diversas medidas no sentido de inverter a situação de permanentes dificuldades. Sendo dado relevo”à operação da compra e instalação do emissor «Collins» de 250 watts, porque ela marcou, nitidamente, o progresso que se iniciava. Com este transmissor o Grémio ascendeu a um nível de categoria incontestavelmente marcante, pois passava a dispor de um posto próprio para a rádio difusão, construído por casa especializada, com modulação de alta qualidade e elevado grau de eficiência.” (p.6) Era uma fase de crescimento, e a provar isso mesmo é publicado (...) “o primeiro número da revista Rádio Moçambique, uma publicação ímpar na especialidade, que, melhorando sempre, progressivamente, no aspecto gráfico e no conteúdo literário e técnico, vai agora entrar no seu 25º ano de vida ininterrupta.” (p.9) Mesmo com os sucessivos problemas que, pareciam não querer deixar de fazer parte integrante da história, (...) “o grémio abriu concurso público para a admissão de locutoras de português e de inglês, dando origem a uma nova profissão para as mulheres.” (p.10) (...) “Os programas melhoraram progressivamente. Neles intervinham, então, os grupos artísticos dos Naturais da Colónia e do instituto Goano, faziam-se crónicas sobre política internacional, palestras históricas, médicas, de viagens, críticas desportivas, novelas, contos e outros originais que eram escutados com interesse pelo número sempre crescente dos ouvintes da estação laurentina.”

No ano de 1937 faz-se uma actualização e consequente melhoria das condições técnicas. Mas ambição era a palavra da ordem, e no número 16 da Rádio Moçambique, o presidente da direcção em resultado de um

balanço claramente positivo do que tinha sido feito até então, lança a ideia do palácio da rádio como solução para todas as dificuldades.

Em 1938, já com nova denominação, a rádio clube de Moçambique ainda na expectativa de ser apetrechada com meios técnicos mais eficazes, faz a cobertura da visita do Sr. Presidente da República, general Óscar Carmona. “Participou activamente, fazendo reportagens directas das cerimónias, discursos, sessões solenes, espectáculos de gala, manifestações populares. Todas estas reportagens foram gravadas e enviada, depois para a emissora nacional, de Lisboa, por via aérea. Era o primeiro serviço exterior de envergadura nacional feito pelo rádio clube, do qual se saíra credor dos mais altos encómios.” (p.14) Em 1939 é montada uma estação de 10kws, que veio melhorar substancialmente as condições das emissões. Em inícios de 40, chegavam de varias partes do Mundo, informações animadoras acerca da qualidade de sinal que agora se sentia forte e nítido, o que viria a revelar-se fundamental na criação de novos programas e consequente expansão da rádio.

O ano de 1942, com a grande guerra europeia, viria a revelar-se extremamente difícil para a rádio clube de Moçambique, temendo-se que a quebra de receitas deitasse por terra tudo o que se tinha conseguido até então...mas mais uma vez a tenacidade e crer dos homens fizeram a obra prosseguir o seu crescimento.

O ano de 1943 mostrou que tinha valido a pena mais uma vez lutar para que a voz da rádio não se calasse. Aquando da visita a “Lourenço Marques, o Cardeal Spelmann, arcebispo de nova Iorque, falou para toda a América do Norte por intermédio das estações do Rádio clube de Moçambique.” (p.20)

“O mês de Julho de 1945 trouxe a Lourenço Marques o Ministro das Colónias, Dr. Marcelo Caetano, que em visita às instalações do Rádio Clube teve a possibilidade de falar aos portugueses de todo o império através das suas emissoras. Foi a primeira vez que de uma província ultramarina, o Ministro do Ultramar falou para as outras.” (p.23)

Em Agosto desse ano parte para a Argentina, Uruguai e Brasil o redactor de noticiários e produtor do rádio clube, António Rosado, com a missão de estudar a programação das estações sul-americanas. Esta

foi uma tarefa que se veio a revelar muito importante pois o rádio clube em 1946 começou a atingir a craveira de estação radiodifusora com nível internacional. Esta consagração coincidiu com a remodelação dos seus estatutos, (...) “aprovada pelo Governo da província, alargou-se à emissora de Lourenço Marques a sua esfera de acção, permitindo-se-lhe desdobramentos da actividade em locais de Moçambique que fossem julgados convenientes. Como fim principal, foi o rádio clube autorizado a estabelecer na província um serviço eficiente de radiodifusão com a manutenção de emissoras que hão-de funcionar sob a designação comum de «Rádio Moçambique».” (p.24) Esta responsabilidade acrescida fez com que se iniciasse uma busca e pesquisa de colaboradores, que obtiveram grande êxito nos anos que se seguiram.

“As perspectivas para 1948 eram de progresso e expansão. Levantou-se finalmente o primeiro bloco do edifício que havia de vir a ser denominado «o palácio da rádio» de Lourenço Marques.” (p.24) Durante o seu período de construção, muitas vezes se questionou se algum dia os serviços da rádio iriam mesmo instalar-se nas novas instalações. Mas tal como aconteceu até então, o bom trabalho alcançado e, acima de tudo, o reconhecimento por parte dos governos, instituições e cidadãos fizeram com que mais um objectivo fosse alcançado. O ano de 1952 assumiu grande importância na vida da instituição, com a passagem de todos os serviços para o palácio e posterior implementação de novas programações, emissões mais longas em condições técnicas substancialmente melhoradas que conquistaram definitivamente, os já muitos e fieis ouvintes da rádio. Dando continuidade a esta aproximação: “Em 1953 teve início uma nova orientação: a criação dos postos regionais. Era pensamento da direcção do rádio Clube “perante a grande extensão do território moçambicano e suas condições geográficas, por se encontrar uma grande parte dele incluída na zona de mais intensos ruídos atmosféricos do mundo, mostrar-se a grande vantagem que adviria se fossem instalados nas regiões mais densamente povoadas alguns Postos Regionais.” (p.34) Desta forma as zonas territoriais mais afastadas poderiam também, para além de receber informação, enviar as suas manifestações culturais bastante ricas, através de programas de características regionais. O investimen-

to em meios técnicos que possibilitassem levar o sinal da rádio mais além continuou: “Desta determinação falou a resolução de dotar o Rádio Clube com o mais potente emissor de toda a África, um posto de 100 kWh, cujas negociações de compra foram concluídas e anunciadas em Abril de 1955. Este emissor foi destinado a servir vastas áreas e grandes distâncias, como a metrópole, grande parte da Europa, Brasil, Estados Unidos, Canada e as Províncias ultramarinas do oriente – Índia, Macau e Timor.” (p.37)

A inauguração seria feita no ano seguinte pelo general Craveiro Lopes, em resultado da grande vontade demonstrada pelas pessoas ligadas à rádio. “Na sequência da orientação que levou a dar os seus actos importantes o maior relevo, nos programas relacionados com a vida da Nação, o Rádio Clube – como fizera já por ocasião da primeira visita do chefe de estado à província – deu a máxima cobertura à reportagem da visita do Presidente da Republica, General Craveiro Lopes, em Agosto de 1956.” (p.42)

O General, nesta visita, dedicou grande atenção ao Rádio Clube tendo inclusive feito uma incursão pela sede. “A emissora Nacional acompanhou sempre o chefe do Estado ao longo da sua jornada. Desta forma na metrópole, como em todos os pontos do Império, os Portugueses puderam seguir passo a passo as fases da sua visita oficial ao ultramar. Foram cerca de 70 as gravações que, na totalidade, realizou a equipa da Emissora Nacional, composta pelo assistente Dr. Frederico Alves, locutor Artur Agostinho e técnico Raul de Aguiar, gravações que eram enviadas para a estação de Lisboa em condições de extraordinária rapidez.” (pp.44-45) As melhorias das condições técnicas no rádio clube permitiram que a RN através dos seus meios acompanhasse e documentasse a visita difundindo poucos minutos depois todo o trabalho para o império.

A actividade desenvolvida exigia cada vez mais potente equipamento, e para este se tornar possível foi preciso grande esforço humano e financeiro compensado com a possibilidade do trabalho prosseguir, cada vez diversificado. É realçada a importância da prestação de serviço aos (...) “noticiários do estrangeiro (o da Metrópole, fornecido pela «Lusi-

tânia», é recebido através dos circuitos da Companhia Portuguesa Rádio Marconi) houve que destinar um conjunto de receptores que accionam tele-impressores e que são a ultima palavra, no género. O benefício foi de tal modo grande que o rádio clube passou a entregar à imprensa diária de Lourenço Marques esse mesmo noticiário.” (p.46)

Por altura das comemorações dos 25 anos do Rádio Clube de Moçambique e, em forma de síntese, nas últimas paginas deste livro é feita uma retrospectiva de todos os momentos marcantes da vida da instituição. (pp.47-51) Realce para a referência às (...) “reportagens directas do estrangeiro sobre acontecimentos desportivos em que a província toma parte. Assim fez-se de Montreux, na Suíça, directamente para Lourenço Marques, a reportagem integral e directa do campeonato de hóquei em patins para disputa da taça latina. Este e outros factos com ele relacionados foram aclamados pelas gentes moçambicanas, podendo afirmar-se que não houve aparelho receptor em toda a província que não tivesse estado sintonizado para Lourenço Marques, a ouvir a voz do magnifico repórter que falava de tão longe para os ouvintes do Rádio Clube”. (p.48) Bem representado ao longo do livro por belas fotografias (...) “o Rádio Clube conta no seu activo o Palácio da rádio – sala de visitas de Lourenço Marques – em que recebe uma média de 30 mil visitantes por ano; tem no ar 14 emissores que diariamente estão em operação; as suas emissões ocupam 27 horas e 20 minutos, por dia, e 32 horas aos domingos: fala muitas vezes simultaneamente, por canais diferentes, cinco idiomas: português, francês, inglês, africande e ronga: tem um serviço próprio de noticiários com terminais privativos que recebem presses da América e da Europa (...)” (p.51).

Autor (nome completo): Filipe Alexandre Ferreira Loureiro

E-mail: 17036@ufp.pt

» Anónimo, 1968

Autor: Anónimo (possivelmente Cateano, Marcelo).

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1968

Título completo da obra: “O Direito” e a Imprensa Portuguesa

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Coimbra Editora, Limitada

Número de páginas: 12

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: SC 29666 V

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Marcelo Caetano, presumível autor desta obra, nasceu em Lisboa, a 17 de Agosto de 1906, e faleceu no Rio de Janeiro, a 26 de Outubro de 1980. Sucedeu a Salazar na Presidência do Conselho de Ministros, tendo sido derrubado pelo levantamento militar de 25 de Abril de 1974. Estadista, professor, jurista e historiador, licenciou-se em Direito, pela Universidade de Lisboa, onde também se doutorou, em 1931.

Índice da obra:

Introdução – página 5

“Annaes da Sociedade Jurídica – página 5

“Gazeta da Relação de Lisboa” – página 7

“Gazeta dos Tribunais” – página 7

“Gazeta da Associação dos Advogados de Lisboa – página 8

“Revista Jurídica” – página 9

“Revista de Jurisprudência” – página 8

Revista Administrativa – Jornal de administração prática” – página 8

“Chronica Jurídica” – página 9

Livros LabCom

“Revista Jurídica” – página 9

Jornal de Jurisprudência – página 9

“O Direito” – página 10

Resumo da obra (linhas mestras): O autor começa por recordar a história da imprensa jurídica portuguesa. Lembra então, cronologicamente, os principais periódicos jurídicos que surgiram em Portugal.

1. Annaes da Sociedade Jurídica, iniciaram a sua publicação nos meados de 1835 e de cuja redacção foi encarregado o juiz da Relação de Lisboa Dr. Francisco António Fernandes da Silva Ferrão, tendo como ajudantes Veiga e Simas, advogados, e Mello e Lacerda, juizes da Relação.

2. Em 3 de Fevereiro de 1838 começou a publicar-se a “Gazeta da Relação de Lisboa” sob o lema “Protecção ao inocente, Punição ao delinquente”, conseguindo atingir unicamente doze números, por falta de compradores, em 16 de Fevereiro de 1838.

3. O periódico jurídico e literário denominado “Gazeta dos Tribunais” iniciou a sua publicação no dia dois de Outubro de 1841, tendo por redactores os advogados António Gil e António Mário Ribeiro da Costa Holtreman. Era trisemanário, saindo às segundas, quartas e sábados. Publicou-se ao longo de dezoito anos

4. Em 1856, a “Gazeta da Associação dos Advogados de Lisboa” iniciou a sua publicação, durando até 1872.

5. No Porto, criou-se, em 1836, a Sociedade Jurídica Portuense que, no segundo semestre desse ano, publicou um modesto quinzenário intitulado “Revista Jurídica”.

6. O advogado Joaquim Marcelino de Matos lança em 1856 a “Revista de Jurisprudência”, que se manteve durante três anos, até 1859.

7. Luiz António Nogueira estampou mensalmente, em Março de 1866 a sua “Revista Administrativa – Jornal de administração prática”, amparada pelo Ministério do Reino, não passando do número nove.

8. A primeira publicação em Coimbra foi a “Chronica Jurídica”, iniciada em Fevereiro de 1840, como mensário, não ultrapassando o número catorze.

9. Seguiu-se, em 1856, a “Revista Jurídica”, com o subtítulo de “pe-

riódico jurídico”. O primeiro número é de 8 de Fevereiro, indo até ao número 104, em 1858.

10. Só em 16 de Março de 1865, o lente José Dias Ferreira deu início ao novo Jornal de Jurisprudência, que manteve até 1970.

11. A revista “O Direito”, foi lançada a 3 de Dezembro de 1868 por José Luciano de Castro, “um Homem de leis que praticara e praticava o jornalismo”, juntamente com grupo de altos funcionários, o que explica a atenção dada pela revista desde o seu primeiro número ao Direito administrativo. José Luciano faleceu em 1914, depois de ter dirigido a revista durante quarenta e seis anos. Sucedeu-lhe o Visconde de Carnaxide e a este homem de leis e de letras seguiu-se o conselheiro Fernando Martins de Carvalho. Esta revista, “O Direito”, constituiu um derivativo do jornalismo e prolongou a experiência colhida nas redacções dos quotidianos. O seminário de 1868 é uma grave publicação trimestral que foi perdendo o carácter de jornal das actualidades judiciais e legislativas para se tornar, cada vez mais, em arquivo de produções doutrinárias e de comentários à jurisprudência dos tribunais. Por isso, na versão do autor, pode considerar-se “O Direito” como uma revista científica.

Autor (nome completo): Miguel dos Santos Ferreira
E-mail: migas_ferreira@hotmail.com

» Anónimo, 1821-A

Autor: Anónimo (possivelmente Fernandes, Tomás).

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1821

Título completo da obra: Carta do Compadre de Lisboa em Resposta a Outra do Compadre de Belém, ou Juízo Crítico sobre a Opinião Pública Dirigida pelo “Astro da Lusitânia”

Tema principal: Liberdade de Imprensa, Opinião Pública, Ética, Direito e Deontologia do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Impressão de Alcobia

Número de páginas: 23

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: F.R. 549

Biblioteca: Biblioteca Municipal Pública do Porto

Cotas: P-1-37 (14)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Tal como fora previamente indicado, esta obra é de autor anónimo. No entanto, José Maria Xavier de Araújo afirma que o opúsculo *Carta do Compadre de Lisboa em Resposta a Outra do Compadre de Belém, ou Juízo Crítico sobre a Opinião Pública Dirigida pelo “Astro da Lusitânia”* é da autoria de Manuel Fernandes Tomás. Manuel Fernandes Tomás nasceu a 30 de Junho de 1771, na Figueira da Foz e morreu a 19 de Novembro de 1822 em Lisboa. Pertencia a uma família burguesa. Com 20 anos trocou o sacerdócio pela advocacia tendo finalizado o grau de bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra. Da sua biografia fazem parte a fundação do Sinédrio e o facto de ter participado activamente na elaboração das Bases da Constituição da Monarquia Portuguesa.

Índice da obra:

Discussão dos conceitos da análise da carta: pp.2 - 13

Descrição da peça de jornal: pp. 13 - 14

Dependência do Brasil: pp. 14 - 16

Razões para estabelecer a corte em Lisboa: pp. 16

Comparações entre Portugal e Brasil: pp. 17 – 21

Conclusões: pp. 21 – 23

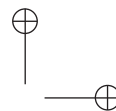
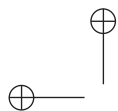
Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra, publicada em 1821, é uma carta escrita para um Compadre de Belém, na qual o autor expõe os seus pontos de vistas relativamente a situação que Portugal viveu na época da Revolução Liberal.

A carta, no seu todo, responde à pergunta elaborada por um dos compadres: “Se o *Astro da Lusitânia* tem sabido rectificar, e dirigir a opinião pública?” (p. 4). A partir daí, o autor elabora uma carta onde critica a carta que terá sido previamente enviada pelo compadre de Belém ao compadre de Lisboa.

No desenvolvimento da sua crítica, o autor utiliza diversos argumentos que sustentam a sua tese, como o caso da fuga da Regência para o Brasil e os problemas que isso poderia vir a levantar para Portugal, que passava a depender da Corte instalada no Rio de Janeiro, ficando quase na situação de colónia do Brasil.

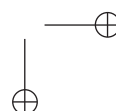
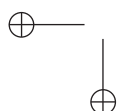
Sobre jornalismo, a obra enfatiza, essencialmente, as questões ligadas ao papel de condução da opinião pública por parte da imprensa. Todavia, esta questão é conjuntural, já que o aspecto fulcral da obra é discutir sobre, como se disse atrás, o jornal *Astro da Lusitânia* estava a elucidar o público sobre questões caras aos liberais da época, desde o papel da Igreja na sociedade, à organização do Estado, às colónias e à permanência da Família Real no Brasil.

Para o autor, os jornais conseguiriam dirigir a opinião pública, embora, por vezes, isso provocasse discórdia. De qualquer maneira, o autor diz que os jornais podem contribuir para “conduzir a opinião pública a um mesmo fim”, desde que mostrassem os “verdadeiros interesses” às pessoas (p. 5), funcionando, tal como o jornal *Astro da Lusitânia* pode-



ria funcionar, como “lanternas”. Assim, indirectamente o autor expressa a sua fé na liberdade de imprensa.

Autor (nome completo): Ana Filipa Teixeira de Sousa
E-mail: Filipa.tsousa@gmail.com



» Anónimo, 1821-B

Autor: Anónimo (atribuído a Machado, José)

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1921

Título completo da obra: Novo Mestre Periodiqueiro ou Diálogo de um Sebastianista, Um Doutor e um Ermitão Sobre o Modo de Ganhar Dinheiro no Tempo Presente.

Tema principal: Liberdade de Imprensa

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Imprensa Nacional.

Número de páginas: 34

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: H.G.6646//6V

Biblioteca: Biblioteca Municipal Pública do Porto

Cotas: P-1-37 (10 e 12)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): A obra não tem referência ao nome do autor. Pelo tema abordado e estilo do texto, a autoria é atribuída a José Machado, nascido em 1775.

Índice da obra: [Não tem índice]

Apresentação das personagens intervenientes na obra: pp. 3-4

Sebastianista expõe razões de tristeza e necessidade da vinda do “Encoberto” aos outros: p. 5

Ermitão dá a nova constituição como solução dos problemas que afligem Rogério: p. 6

Doutor contrapõe que a verdadeira solução para todos os males é a criação de um periódico: p. 7

Explicação de como ser redactor de um periódico sem ter conhecimentos e ainda assim ter êxito: pp. 7-13

Livros LabCom

Injustiças cometidas contra as ordens religiosas: pp. 13-16

Considerações sobre o que o público gosta de ouvir mas que não tem que ser a verdade: pp. 16-17

Tudo o que é estrangeiro é melhor, espírito do tempo: pp. 19-20

Reflexão sobre acusações às ordens religiosas: pp. 20-21

Razões para o sucesso do periódico do *Astro da Lusitânia*: pp. 22-24

Discussão entre personagens sobre a utilização por parte dos periódicos da situação das ordens religiosas: pp. 25-26

Referência a personalidades, Montesquieu, Henrique VIII, Marquês de Pombal para explicar acções contra os clérigos: pp. 26-31

Exposição dos bons serviços prestados pelos Regulares: pp. 32-33

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra é uma publicação de autor anónimo mas atribuída a José Machado. Trata-se de uma crítica aos periódicos que à época proliferavam e aos seus autores. O autor utiliza a forma de farsa, criando três personagens, o Sebastianista, o Eremitão e o Doutor, que representam três tipos da sociedade de então. O Sebastianista lamenta o estado da Nação e anseia e desespera pela chegada do Encoberto: “Oh meu Rei, e meu Senhor...e restituir-nos os séculos de ouro, porque suspiramos” (pp. 3-4.) O Eremitão é o sábio, que desdenha das riquezas do mundo e acredita na ordem e na reconstituição dos valores humanos: “uma boa Constituição análoga aos (...) e de que todos havemos de participar” (pp. 6-7). O Doutor aparece-nos aqui como o verdadeiro personagem da farsa, ao defender os proprietários dos periódicos e elogiar os seus métodos sem escrúpulos para obter lucros fáceis. É quem mais transmite a falta de ética e pouca honestidade dos periodiqueiros que o autor da obra pretende denunciar: “É de ser redactor de um periódico, este é o melhor meio de fazer fortuna” (p.7).

São imensos os comentários e frases de que o autor se serve, através deste personagem, para expor a sua opinião acerca dos jornais da época: “perguntai aos livreiros os lucros que com esta especulação têm feito os *Astros*, os *Patriotas*, os *Amigos do Povo*, os *Portugueses Constitucionais*, as *Menemosines*, os *Tempos da Memória*, os *Diários*, as *Minervas*, os *Pregoeiros* e toda a caterva de periodiqueiros, que são mais do que

sardinhas na costa” (p. 7).

Ao ser aconselhado a criar um periódico para a resolução dos seus problemas, o Sebastianista alega que não o pode fazer, uma vez que não possui conhecimentos: “como poderei eu ser redactor se não tenho engenho (...) e profunda sabedoria?” (p. 7), ao que o Doutor contrapõe: “enganai-vos: vós podeis fazer o mesmo que os outros fazem...recolhendo na bolsa o que desejam”(p.7). O Sebastianista refere, também, que lhe falta capacidade para: “fazer discursos, formar planos de economia política...antes fome que vergonha.” (p. 7). O doutor insiste que para ser redactor não é necessário dar ouvidos aos críticos, o importante é que os folhetos se vendam: “Um escritor deve ter ouvidos de mercador (...) e ralhe quanto quiser.”(p. 8) Acerca da pouca preparação dos redactores: “Não temais o não saber fazer discursos, hoje ninguém há que os não faça”. (p. 8)

O doutor enumera também os passos necessários para pôr em marcha um jornal, referindo a escolha do título como algo fundamental para atrair ou não os leitores: “A primeira coisa (...) é um bom título” (p. 8), diz ele, afirmando que, pelo título, se pode verificar imediatamente a qualidade do folheto, dando a entender que pouco importa o conteúdo: “o público julga das obras pelos títulos, e basta um bom título a uma obra para logo se julgar boa” (p. 8). Refere, também, que os proprietários dos jornais não devem dar a conhecer ao público que o seu verdadeiro objectivo que é enriquecer, mas sim, esconder essa intenção mediante uma falsa atitude de imparcialidade e altruísmo: “Para evitar esse dano, intitulareis vosso periódico *O Neutral* (...) e com este chamariz, cairão muitos melros na esparrela, e a vossa bolsa engrossará”(p.9).

É também necessário, segundo o doutor: “alguma boa epígrafe, para seguir a moda” (p. 9) e deve ser de algum “poeta francês, Italiano ou Inglês, porque os Portugueses sempre tiveram em maior apreço os géneros estrangeiros que os Nacionais” (p. 9) e caso optem por um poeta português, melhor que seja Camões, porque: “quem cita Camões é logo considerado como um grande literato.” (p. 9). E continua o doutor: “Deveis procurar atrair a atenção do público (...) fazendo uma confissão humilde de que não tendes luzes e talentos bastantes para o desempenho

da nobre tarefa que tomastes de ilustrar, mostrando que todo o cidadão é obrigado a empregar os seus poucos ou muitos talentos em benefício da sua pátria” (p. 9)

Para melhores resultados, um “periodiqueiro”, de acordo com o doutor, deve ainda falar mal dos antigos governos, sem se esquecer de divulgar os locais onde é possível adquirir o folheto e “prometendo logo um suplemento para a tarde.” (p. 9). Para manter a publicação, é possível que o periodiqueiro tenha de publicar informações já inseridas noutros jornais, ainda que sejam de cariz público, mas esse, segundo o autor, é um procedimento habitual no meio.

Segundo o doutor, ser redactor de um periódico é enriquecer difamando, é “Querer fazer fortuna”, mesmo que seja “de um carácter infame e vil” (p. 10), pois “o que se pretende é dinheiro, (...) venha ele do modo que vier”.

Outras formas de conseguir êxito são utilizar palavras-chave : ”bradar continuamente contra o despotismo e a tirania (...) e se possível for em todos os números” (p. 10).

O doutor também faz referência ao facto das publicações liberais insistirem em ocorrências passadas que, se não acrescentam nada, são sempre do agrado do público, “assim como as fogueiras do Campo de Santa Ana (...), será apetitoso, terá extracção e irá correndo o coco” (pp. 10-11). Na falta de assuntos, o redactor deve inventar: “fingi cartas anónimas (...) sem que ninguém vos tenha encomendado tal sermão” (p. 11). A mudança de opinião também está permitida: “Não duvideis dizer hoje uma coisa (...) e amanhã o contrário” (p. 11).

O doutor faz uma referência directa à liberdade de imprensa, para exemplificar as mudanças de posição dos redactores dos periódicos que ora a aplaudem, ora a tacham de exagerada e opinam que deveria existir maior controlo: “levantai hoje até às estrelas (...) o que lhe vem à cabeça” (p. 11)

Há também um conselho questionável que o doutor dá ao sebastianista: “Menti quanto quiseses e desempenhareis o ofício de redactor de um periódico” (p. 11).

Outra fonte de matéria publicável são, para o doutor, os litígios ou

desavenças com outras publicações. Estas, segundo o doutor, alimentam, por si só, muitos números. Entre acusações e respostas, dão assunto para vários dias e são seguidas com interesse pelo público: “se os redactores vos argüirem, (...) desta sorte desafiareis o apetite do público e terá melhor venda o vosso periódico” (p. 12).

Neste ponto da obra, o doutor explica que um dos assuntos obrigatórios para qualquer periódico que queira ser bem sucedido é falar dos frades: “o falar de frades está na moda (...) sem isto não há periódico.” (p. 12). Segundo ele, o tema da moda é vilipendiá-los, acusá-los de inúteis e apoiar a extinção das ordens religiosas. Tal é “êxito garantido” para qualquer publicação:

A partir deste ponto a obra deixa de lado o assunto dos periódicos e periodiqueiros para se debruçar sobre o que tem vindo a ser feito para extinguir as ordens religiosas: “que clamasse contra a injúria...e a sua extinção, isso não farei eu..”(pp. 12-13). Diz o doutor que nesta moda contra os clérigos, viu um folheto que os defendia, mas chamava-se “A razão e nada mais”, pelo que não teve êxito.(pp. 13-16). Retoma ainda a ideia de os periódicos explorarem o tema dos frades e da extinção das ordens religiosas como uma fórmula de sucesso para qualquer publicação, dando exemplo de um : “Ah, bom *Astro da Lusitânia* que só tu pudeste encontrar a pedra filosofal...nem próprias para fazer fortuna”(pp. 22-23).

O doutor faz também referência a feitos pouco credíveis mas que, por virem publicadas, são totalmente aceites pelo público, sobretudo se forem estrangeiros: “da feliz descoberta.do bálsamo (...) aprovada pelo Jornal das Ciências (...), de um espanhol para ser coisa boa”(pp. 18-19).

O doutor defende que os redactores não devem apurar da verdade do que publicam, a sua obrigação é dar ao público o que o público quer ouvir: “Não nos metamos nessa questões (...) e as portas dos livreiros se encherão de gente que correrá a comprar o vosso periódico” (p. 16). Reitera que o importante é acompanhar os tempos que correm, sem dar ouvidos à razão: “Assim será: mas estas não são as ideias do tempo (...) e como o povo gosta falai-lhe a seu gosto” (pp. 17-18).

Entra de novo em cena o eremitão para rebater os argumentos do

doutor. Condena, em especial, os métodos dos redactores dos periódicos, aos quais lança “horríveis maldições” (pp. 23-24).

O doutor insiste na necessidade de denegrir os frades para singrar na venda dos folhetos: “Não se trata aqui do que é decoroso e honesto, trata-se de ganhar dinheiro. O melhor meio de redigir um periódico que agrade, para que agrade, é conveniente invectivar contra frades, dizer abertamente que se devem suprimir os mosteiros. Isto é o que apregoam os políticos e o que todos desejam.” (p. 25)

Autor (nome completo): Fátima Andrade

E-mail: fatima.andrade@rtp.pt

» Anónimo, 1821-C

Autor: Anónimo

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1921

Título completo da obra: O Acólito Contra o Exorcista que Levou a Caldeirinha e o Hysope para Exorcizar a Praga Periodiqueira que Graçava em Lisboa.

Tema principal: Liberdade de Imprensa

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Nova Impressão da Viúva Neves e Filhos.

Número de páginas: 11

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional Digital

Cotas: <http://purl.pt/6650>

Biblioteca: Biblioteca Municipal Pública do Porto

Cotas: S2 – 1 – 105 (3,5)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): -

Índice da obra: [Não tem índice]

1. Chegada de um eclesiástico anticonstitucional à freguesia de Povos com o objectivo de obter material para ir a Lisboa exorcizar a “praga periodiqueira”
2. Viagem do eclesiástico com o sacristão
3. Regresso do sacristão, que se queixa de ter sido enganado pelo eclesiástico anticonstitucional

Resumo da obra (linhas mestras): Nesta obra, narrada por um acólito (sacristão), relata-se a sua viagem com um exorcista até Lisboa, com o propósito de acabar com a praga periodiqueira instalada na

Livros LabCom

Capital, devido à implantação da Constituição e numa altura em que a Inquisição já não actuava.

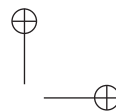
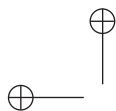
O sacristão (acólito) era natural da freguesia de Povos e trabalhava ao serviço de Deus e do Cura que pregava na sua Freguesia. Tal rotina teria sido quebrada com a chega de um eclesiástico, que se dirigira à freguesia de Povos com o objectivo de obter materiais para acabar com a praga peridioqueira que, graças à Constituição, grassava em Lisboa. O eclesiástico dirige-se junto do Cura e pede que junto com a Estola roxa, a Caldeirinha e o Hysope, mande consigo também o sacristão.

Depois de obter os materiais necessário para exorcizar, o Eclesiástico parte, juntamente com o sacristão, rumo a Almada. Ao longo do caminho, a cavalo num jumento, as duas personagens estabelecem um diálogo, onde se verifica o desgosto por parte do eclesiástico pela liberdade de expressão que se consentia com a implantação da Constituição, algo que o atormentava. Disse, portanto, assim ao sacristão: “Eu não excomungo o pulgão, excomungo-te a ti, por me falares no nome desses periódicos”. (p. 6)

Entretanto pelo caminho, em Vila Franca, o sacristão vê-se obrigado a exorcizar devido ao exame de abelhas que atacou o eclesiástico. Perante as circunstâncias e devido aos ferimentos que o eclesiástico possuía, estes vêm-se obrigados a interromper a sua viagem e recorreram a um barbeiro para que o pudesse remediar. À medida que o barbeiro ia fazendo os curativos, o eclesiástico e o sacristão explicaram ao barbeiro o propósito da sua viagem. Nessa altura, o eclesiástico afirma ser um anticonstitucional. Depois de feitos os curativos, o sacristão manifesta vontade de abandonar o eclesiástico e a missão de acabar com a praga periodiqueira.

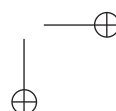
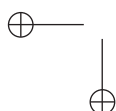
O eclesiástico segue o seu caminho rumo a Lisboa para exorcizar e acabar com as bruxas que lá se encontravam, devido à falta da Inquisição. O sacristão dirige-se para sua casa, onde vai ao encontro do cura, levando consigo o material que este tivera emprestado ao Eclesiástico.

A narração termina com a ida do sacristão para casa do cura, onde



iria contar a sua aventura em conjunto com o exorcista anti – constitucional.

Autor (nome completo): Silvia Botelho
E-mail: silvia_291089@hotmail.com



» Anónimo, 1821-D

Autor: Anónimo (eventualmente José Machado ou José Agostinho de Macedo)

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1821

Título completo da obra: A Forja dos Periódicos ou o Exame do Aprendiz Periodiqueiro

Tema principal: Liberdade de Imprensa, Opinião Pública, Ética, Direito e Deontologia do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Nova Impressão da Viúva Neves e Filhos

Número de páginas: 72

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: FG 493 ou FR 549

Biblioteca: Biblioteca Municipal Pública do Porto

Cotas: P-1-37

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): -

Índice da obra:

Conflito do possível aparecimento de um novo Periódico: p. 3

Doutor convence o Sebastianista a elaborar um Periódico: .p. 4

Construção do Periódico: p. 5

Conclusão do Periódico: p. 7

Sebastianista procura Doutor e o Monge: p. 7-8

Divergências acerca do conceito de Periódico: p. 10-27

Apresentação do Periódico: p. 28-40

Incerteza do Sebastianista: p.55

Sebastianista desiste da tarefa (Periódico): p. 57

O Periodiqueiro segue o conselho do Ermitão: p.. 72

Resumo da obra (linhas mestras): Esta é uma obra irónica que critica o acelerado aparecimento de novos periódicos no contexto da Revolução Liberal de 1820 e da institucionalização legal da liberdade de imprensa (1821).

É uma obra que se põe em cena três personagens: O Sebastianista, pobre e melancólico, candidato a jornalista; o Doutor, bem de vida e uma espécie de mestre em jornalismo; e por fim o Monge Eremitão, que não parece estar muito satisfeito com a liberdade de imprensa, ou pelo menos com as ideologias do Doutor.

O Doutor, inicialmente, convence o seu «discípulo» que escrevendo sobre tudo o que lhe viesse à cabeça, sem censura, ganharia muito dinheiro e posição social.

Este, eufórico, em algumas horas alinhavou um periódico e procurou o Doutor para o ler. Depois de algum tempo de procura, finalmente encontra o Doutor e o Monge Eremitão, que ao saberem da notícia ficam ansiosos por ler o periódico, e é aí que começa a notar-se a divergência de opiniões.

O Doutor defende a ideia de “ataque” à Política, Economia e Religião, uma pura liberdade de expressão, sem tabús, como um verdadeiro revolucionário. Há uma altura em que se denota que ele é contra os “Corcundas” (Frades e Fidalgos). Uns, porque são possuidores de grandes quintas e outros por possuírem títulos e honras que, segundo ele, têm que acabar. Mas a ênfase vai para a possibilidade de qualquer um fundar um jornal para apregoar publicamente a sua visão sobre os assuntos. A forma de o fazer nem sequer seria relevante: “Quando um homem escreve assim, de duas uma, ou é desmentido, ou tolerado; se é desmentido, não lhe vem daí nenhuma malina, nem nenhuma dor de cabeça (...) e se lhe é tolerado, não foi uma lança em África? O Libelo corre à revelia, e depois qualquer o julga por certo.” (p.33).

Para o Doutor, “Os periódicos são os defensores, e os amigos da felicidade pública. O homem é sempre inclinado ao maravilhoso. Uma linda esperança, dá maior prazer que a mais útil realidade. Sustentar o corpo

pela boca é acção ordinária; sustentá-lo pela imaginação, isso é que é delicado! E quem descobriu este segredo senão os periódicos? Quem tem posto os espíritos nesta figura? Quem tem ilustrado os Povos de maneira que já o mais estúpido aprendiz Alfaiate, qualquer barbeiro, qualquer Moço de cego, não aspira, nem se contenta já senão com o estado perfeito, o superlativo metafísico das coisas? Já ninguém consente que o que pode chegar aos cem, fique por acanhamento nos cinquenta. Os Povos porém não tinham estas ideias! Ah! Que tudo se deve aos ilustradores Periódicos!.. Eles são uns verdadeiros mágicos!.. São eles as varinhas de condão, que nos inculcaram as velhas!.. E será possível, que ainda se admita o zombar deles. Eu o digo em alto, e bom som: que todo aquele que se atreve a tocar nestas Arcas da liberdade, atrave-se a ser inimigo da sua Pátria, e da superlativa felicidade dos seus semelhantes.” (p.58/59)

O Eremitão, pelo contrário, defende que a liberdade de expressão terá que ter regras e estar limitada, conseguindo convencer o Sebastianista de que se quiser realmente prosseguir como Periodiqueiro, terá que meditar bem sobre tudo o que escreve (liberdade limitada e ponderada). Apregoa, ainda, a necessidade de sossego e contenção. Para ele, não são necessários tantos jornais políticos, muitos deles escritos em mau e ofensivo estilo, por qualquer um, ainda que sem formação à altura da tarefa. Mais, haveria, na sua óptica, muitas propostas inefectivas e irrealistas para o país apresentados pelos jornais. Segundo este personagem, “Os periódicos com o motivo de fazerem descobertas para o público (...) lhe roubaram a fama, a honra, e o dinheiro. Por exemplo, com o pretexto, de que as Religiões têm abusado dos seus institutos, pretendem roubar ao público estes estabelecimentos tão úteis, e tão santos, e atrás deles a Religião que professam, porque uma coisa deve seguir-se à outra.” (p.51). Mais, para ele os periódicos atiram “poeira aos olhos do Povo”, embora o povo já os “conheça” (p.59). São como os médicos que para curarem um dedo querem “cortar-lhe os braços, e ao som de dissertações médicas lhe vão logo metendo o ferro na carne. (...) Os periódicos são perfeitamente estes médicos, na nossa enfermidade política” (p.59). No entanto, ele diz: “o ofício de periodiqueiro é decente, e útil, quando defende a ordem, inculca o respeito às autoridades, e às coisas graves, aconselha a prudência, conduz com modestia e receio a

opinião pública, aponta as reformas sem atacar as decências, e produz as suas análises sem honra; e finalmente, quando trabalhava por fins conseguíveis, que são aqueles que só pelo útil e honesto se alcançam. Mas se pelo contrário, como fazem os nossos, só se ocuparam em descrições vãs, e impraticáveis, em formar divisões, inventar epítetos, atacar, injuriar, e escarnecer tudo, quanto se tem respeitado, ou sacro, ou profano, chamar fanatismo às fórmulas da piedade, abuso às decisões da Igreja, escravidão á obediência, depotismo á ordem, e liberal a tudo, que eles pensam, semelhante emprego é desonroso, e igualmente prejudicial ao público. (p. 60). Segundo o Ermitão, “Os bons Portugueses estremecem já, quando aparece à luz algum folheto, e quando vêem que os Periódicos se alimentam, e duram. Além de tudo isto, (...) a oposição a toda a forma de Governo. Os exemplos das Nações estrangeiras, as semelhanças das frases o fazem adevertir no perigo. (...) Ele deseja que se tome o maior cuidado com estes Procuradores gratuitos o Povo, e confia que tenha bastado alguma experiência para se dever concluir que são órgãos suspeitos da opinião pública, que atrevidamente se adornam com ela para se apresentarem em público com algumas máximas, que são propriedade sua; e que se atenda, que pela analogia de muitos exemplos, pode uma semelhante equivocação trazer a anarquia sobre nós, e vermos perturbado um sistema, que é o único conducente para a felicidade pública, a mais importante aquisição dos Povos.” (p. 68). Para o Ermitão, os “periodiqueiros ilustradores” são “os únicos verdadeiros inimigos da Constituição, da ordem, dos costumes, e de todo o género humano, que os escuta.” (p. 70)

Por sua vez, o candidato a “periodiqueiro”, o Sebastianista, que euforicamente escreveu tudo aquilo que pensava, sonhando em ser uma outra pessoa, ficou realmente na dúvida se estaria certo ou se não seria melhor continuar a ser a pessoa pobre, humilde, que antes era.

O autor enfatiza, satiricamente, alguns aspectos ligados à produção artesanal dos jornais de então e a ostentação falsa que muitos faziam sobre o número de alegados leitores-correspondentes que os alimentariam com cartas.

Autor (nome completo): Renato Marques Cabral

E-mail: renato_cabral_88@hotmail.com

Livros LabCom

» Anónimo, 1873

Autor: Anónimo

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1873

Título completo da obra: Contribuição para a História da Imprensa em Moçambique

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Lourenço Marques

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): CODAN

Número de páginas: 78

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Municipal Pública do Porto

Cotas: Q6-4-38

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): -

Índice da obra:

Introdução – Página 1

Quadros da História da Imprensa de Moçambique:

Os Jornais Oficiais – Páginas 2 e 3

Na Cidade de Moçambique, com a Imprensa particular, apareceu a Censura Prévia – Páginas 3, 4 e 5

Em Quelimane, o primeiro periódico nasceu de desavenças pessoais – Páginas 5 e 6.

Depois de Moçambique, e de Quelimane, Lourenço Marques – Páginas 6 e 7.

Na Beira, Três “Correios” logo de início – Páginas 7 e 8.

Ibo, Inhambane e Nampula – Páginas 8 e 9.

Os Jornais suprimidos ou a tal obrigados – Páginas 9, 10 e 11.

Os Diários – Páginas 11, 12, 13 e 14.

A Arma dos Números Únicos – Páginas 14, 15 e 16.

A Imprensa Técnica Especializada – Páginas 16 e 17.

A Imprensa Humorística – Páginas 17 e 18.

A Imprensa Infantil – Páginas 18 e 19.

A Imprensa Desportiva – Página 19.

A Imprensa de Moçambique e a História – Página 19.

Tabela Cronológica da Imprensa Política, Religiosa e de Informação de Moçambique – Páginas 20 a 27.

Reprodução de Primeiras Páginas de alguns Órgãos de Imprensa publicados em Moçambique – Páginas 28 a 78.

Resumo da obra (linhas mestras): Neste livro, de autor anónimo, tenta-se reconstruir a história da imprensa em Moçambique desde o início da colonização até 1973. Nele escreve-se que “A imprensa é um dos melhores inventos do espírito humano. Ela tem prestado os mais importantes serviços ao Comércio, à Indústria, aos interesses, e à civilização de uma grande parte dos povos do Universo”. É relatado também que “A imprensa é o testemunho constante do quotidiano e é desta que o cidadão comum recebe a informação que lhe reforça certezas e que o mantém inserido no mundo que o rodeia qualquer que seja o seu estatuto e nível de consciência”. Relembra o autor que muitos foram os homens que conseguiram impor, “com persistência e determinação, a necessidade da imprensa, a importância da notícia e o hábito da participação”.

Este livro mostra que a imprensa ocupou um lugar central na sociedade, segundo o autor, desempenha socialmente um papel estático (consolidando e divulgando os sucessos alcançados pela comunidade humana) e um papel dinâmico (equacionando problemas e polarizando atenções para o futuro). A imprensa moçambicana colonial, segundo o autor do livro, enquadrava-se nesses papéis. Assim sendo, fazer a história da imprensa moçambicana era, para o autor, “um acto de justiça para com a Imprensa em si, porque esclarece o público sobre a importância social da sua acção e responsabiliza os futuros profissionais de informação com o peso da herança de que amanhã serão portadores”. Aliás, nas palavras do autor, não se pretendeu fazer do livro um relato da história da imprensa de Moçambique, mas sim divulgar alguns dos passos que

ela aí percorreu, deixando a sua contribuição para a História (p. 1).

Seguidamente, é desenvolvido o capítulo intitulado “Quadros da História da Imprensa de Moçambique”. Como introdução a esta parte, é referido que “A Imprensa continua a ser a porta para o maior espectáculo do Mundo, o espectáculo dos Homens”. (p. 2) O livro relata que apenas no dia 19 de Abril de 1854, Moçambique viu chegar o prelo, a bordo da fragata D. Fernando II. Vinte e quatro dias depois, nascia em Moçambique o primeiro boletim periódico: “Boletim do Governo da Província de Moçambique”. Este, para além de divulgador dos actos do governo ainda tinha espaço para notícias, anúncios e comunicações pessoais. Foi publicado semanalmente por mais de um século, acabando posteriormente por ser trissemanário.

O autor prossegue até ao fim do seu texto apresentando vários dados importantes da cronologia jornalística em Moçambique.

Em Lourenço Marques, de 1889 a 1892 publicou-se o “Boletim Oficial do Governo do Distrito de Lourenço Marques” e entre 1897 e 1898 publicou-se o primeiro e único jornal municipal da Província, o “*Boletim Municipal do Concelho de Lourenço Marques*”. O “*Boletim da Companhia de Moçambique*” teve o início da sua publicação em 1 de Julho de 1892, sendo o primeiro e segundo números impressos em Lisboa. O principal jornal do Niassa, e primeiro do Ibo, era oficial e chamava-se “*Boletim da Companhia do Niassa*”. Iniciou a sua publicação em 8 de Novembro de 1897.

Relata-se ainda no livro que em Moçambique, com a Imprensa particular, apareceu a Censura Prévia, imposta pela primeira vez ao segundo jornal não oficial a surgir na província, “*O Progresso*”, após diversas disputas de opinião. A ordem censória nº 243 do Governador-Geral da Província foi redigida nos seguintes termos: “Sua Ex.^a, o Governador-Geral da Província manda prevenir o encarregado da Imprensa Nacional (...) de que no jornal «*O Progresso*» (...) não se devem inserir artigos, ou correspondências de natureza política ou de agressão pessoal, e como tais estranhos à índole de um jornal puramente literário”.

Em Quelimane, o primeiro periódico nasceu de desavenças pessoais, no dia 1 de Julho de 1877, sendo um semanário de quatro páginas. De

seu nome “*O Africano*”, publicou-se, pelo menos, até 1881. Este jornal foi o pioneiro a recorrer aos anúncios gratuitos para preencher espaços vazios. Em 1882, publicou-se em Quelimane um semanário denominado “*O Quelimanense*”. No número de 11 de Fevereiro de 1883, o Director-Geral do Ultramar e o Ministro da Marinha são vítimas de um violento ataque, mostrando que a Imprensa de Quelimane não era de brincadeiras. No final do século XIX surgiram ainda mais publicações com ataques pessoais, mas teve por consequência um período de desvanecimento da Imprensa dessa localidade até 1956, ano em que surge o “*Voz de Zambézia*”, publicado pelo bispo de Quelimane, D. Francisco Nunes Teixeira. (pp. 5 e 6)

Depois da cidade de Moçambique e da de Quelimane, Lourenço Marques foi a terceira a ter imprensa periódica. O primeiro jornal publicado em Lourenço Marques, em 15 de Dezembro de 1888, foi o “*Districto de Lourenço Marques*”. Tornou-se um muito importante na campanha de nacionalização da Província e defendeu de uma maneira equilibrada os interesses de Moçambique na questão do Caminho-de-Ferro para o Transval.

Muitos jornais moçambicanos dessa época tinham texto em Inglês, devido ao grande número de ingleses na capital. (pp. 6 e 7)

Na Beira, quarta cidade de Moçambique a ter jornais, surgiram três jornais logo de início, tendo sido o primeiro “A Beira”, que foi um dos primeiros jornais gratuitos da história, inteiramente sustentado por publicidade. Apareceram ainda o “*Correio da Beira*” ou “*The Beira Post*”, em distintas datas, tal como o “*Manica e Sofala*”, o “*Imparcial*” e o “*Templo*” (pp. 7 e 8).

Ibo teve dois jornais. O primeiro foi “*O Nyassa*”, publicado de 1 de Janeiro de 1900 a 6 de Julho do mesmo ano. O segundo jornal foi o “*Eco do Nyassa*”, datado de 25 de Fevereiro de 1919.

Já Inhambane, só conheceu “*A Alvorada*” como jornal tendo como subtítulo “*Semanário republicano democrático*”. Em Nampula, a Imprensa começou a existir apenas em 1941, com o “*Boletim Eclesiástico da Diocese de Nampula*”, publicado até Agosto de 1942. De fraca longevidade, existiu ainda “*O Norte de Moçambique*”. Ao contrário deste, “*A Voz do Norte*” ainda se publicava quando o livro foi escrito. (pp.8 e 9)

Nos últimos anos da Monarquia houve maior agitação político-social, pelo que, segundo o autor, foi grande o número de jornais suprimidos e censurados em Moçambique. O autor dá o exemplo do “*Correio da Beira*” e do “*Futuro de Lourenço Marques*” (oficialmente suprimido). Nesse período e na I República destacou-se em Moçambique o jornalista Clemente Nunes de Carvalho e Silva pela frontalidade das suas posições. Muitos dos seus jornais foram suprimidos, como, por exemplo, “*O Portuguez*” e “*O Progresso de Lourenço Marques*”.

Outro jornalista teve uma faceta semelhante a Clemente Silva: Manuel Nascimento Ornelas. “*O Districto*”, “*O Diário de Notícias*” são exemplos de jornais suprimidos ligados a Manuel Ornelas. (pp. 9, 10 e 11)

O primeiro diário publicado em Moçambique tinha um título que era significativo da influência inglesa: “*The Delagoa Gazette of Shipping and Commercial Intelligence*”. Foi autorizado para publicação no dia 22 de Dezembro de 1903, mas já tinha publicado o primeiro número no dia 8 de Dezembro do mesmo ano. Com 59 números, publicou-se até Abril do ano seguinte. Mas em 1910 voltou a publicar-se, com o título “*Delagoa Bay Gazette*” e o subtítulo de “*A Journal of Shipping Commercial and Agricultural Intelligence*”. Foi publicado até 1914, tendo em 1912 tentando passar a quinzenal, mudando para “*Mozambique Gazette*” / “*Gazeta de Moçambique*”. No ano de 1913, publicou suplementos em português, passando a ser, ainda nesse ano, um jornal bilingue. A última edição foi no dia 15 de Dezembro de 1914.

O jornal “*O Districto*”, foi o primeiro diário em português publicado em Moçambique, sendo propriedade do jornalista Manuel Nascimento Ornelas. O primeiro número do jornal saiu em 7 de Abril de 1904 e o último número do jornal (n.º 73) “ em 15 de Março de 1905, devido à publicação de alguns artigos ofensivos à autoridade e do decore de alguns funcionários. Mas Manuel Ornelas não baixou os braços e obteve permissão para um novo diário, o “*Diário de Notícias*”. Este jornal foi publicado de 1 de Abril de 1905 até 30 de Abril de 1907. Muitos outros diários foram publicados em Moçambique, como “*O Direito*”, também de Manuel Ornelas. Em 1907, publica-se “*A Tribuna*”, que teve uma duração efémera. Já o “*Emancipador*” foi um diário clandestino. Viu

encerrada, a 9 de Fevereiro de 1925, devido a perturbações por causa da greve ferroviária de Novembro, a Casa dos Trabalhadores, onde estavam as instalações deste jornal. Mas conseguindo a extracção de alguma material, continuou a ser clandestinamente publicado como diário, até que os tipógrafos foram presos.

Muitos outros diários existiram como o “*Notícias*”, “*O Ilustrado*”, o “*Lourenço Marques Guardian*” entre outros. No ano de 1961, um conjunto de antigos jornalistas de Lourenço Marques concebeu uma série de jornais, maioritariamente especializados, para que saíssem, alternadamente, todos os dias. A equipa era constituída por Ilídio Rocha (ex-“*Notícias*” e ex-“*Diário*”), Gouveia Lemos (ex-“*Última Hora*” do Rio de Janeiro, e na altura chefe de reportagem do “*Notícias*”) e, por fim, Vieira Simões (ex-“*Agora*” e ex-“*Notícias*”). Os jornais publicados incluíam um trisemanário noticioso (“*A Tribuna*”), um semanário desportivo (“*Marca*”), um seminário feminino (“*Feminina*”), um seminário infantil (“*Gala-Gala*”) e dois quinzenários que teriam os títulos: “*Gazeta Literária*” e “*Gazeta de Economia e Técnica*”. Depois de um ano de trabalho e já sem Vieira Simões, decidiu-se substituir a série de publicações por um diário, “*A Tribuna*”, e um semanário, o “*Gala-Gala*”. As restantes publicações passaram a suplementos do diário. Este diário foi publicado a partir do dia 5 de Outubro de 1962.

O “*Notícias da Beira*” foi o segundo diário da Beira e tratava-se da transformação em diário do mais antigo jornal que se publicava em Moçambique. “O Jornal” foi o último jornal diário a aparecer em Moçambique, em 17 de Dezembro de 1970. Era publicado como semanário desde 1966, sendo o seu fundador João Reis.

É de realçar que antes da publicação da Lei de imprensa de 3 de Setembro de 1926, a habilitação legal para a publicação de jornais não era necessária quando de números únicos se tratasse. Permitia-se, assim, a publicação de jornais comemorativos, assegurava-se a continuidade de jornais suspensos e ainda se possibilitava a publicação de outros cuja habilitação não teria despacho favorável. Exemplos disso mesmo são o “*Emancipador*”, a “*Liberdade*” e o “*Indo-Português*”.

O livro continua passando em revista as publicações técnicas espe-

cializadas publicadas em Moçambique, sendo a primeira a “*Circular n.º 1 da Secção de Entomologia da Repartição de Agricultura*”, de 1908, publicada em inglês e português. Outros exemplos da Imprensa Técnica Especializada são: “*Bulletin: Moçambique Department of Agriculture*” (redigido totalmente em inglês); o “*Jornal de Minas da Companhia de Moçambique*” e o “*Jornal de Agricultura da Companhia de Moçambique*”. A primeira publicação técnica não oficial foi o “*Algodão de Moçambique*”, saindo o primeiro número no dia 15 de Outubro de 1925 e sendo o proprietário Alves da Costa.

A imprensa Moçambicana também teve um lado humorístico. Por exemplo, “*O Gato*”, semanário publicado de 1880 a 1882, foi chamado de “ridículo órgão jornalístico, íntimo excremento da literatura semanal”. Só em 2 de Fevereiro de 1902 viria a aparecer em Lourenço Marques um jornal assumidamente humorístico, “*O Mignon*”, que se auto-intitulava como “semanário humorístico ilustrado”, mas a sua publicação foi suspensa administrativamente. Mais uma nova tentativa, a 1 de Junho de 1908, foi protagonizada por “*O Macaco*”. Este periódico teve 21 números publicados, acabando a 16 de Maio de 1909. Em 1912, foi publicado o “*Intransigente*”, subintitulado “suplemento humorístico e ilustrado”. Houve também outros como “*O Zabumba*” e “*O Riso*”, entre outros.

Em 1926 foi publicado o primeiro jornal infantil moçambicano: “*O Miúdo da Província de Moçambique*”. No dia 19 de Outubro de 1940 foi publicado o primeiro número do “*Jornal da Criança*”. Mais exemplos da presença da imprensa infantil em Moçambique são: “*Gala-Gala*” e “*Kurika*”.

O primeiro jornal desportivo publicado em Moçambique que se conhece foi o “*Semana Desportiva*”, fundado a 7 de Outubro de 1922, e que, em comparação com os desportivos actuais, dava quase nula atenção ao futebol. Os primeiros 13 números foram impressos a cores. A partir do número 14, passou à forma de revista, que se apresentava muito ilustrada. No número 62, voltou à forma de jornal. Passadas poucas semanas, deixou de publicar-se. Porém, no dia 6 de Maio de 1932, passou a publicar-se outra “*Semana Desportiva*”.

A partir de 10 de Maio de 1938 saiu para as bancas o “*Eco dos Sports*”, jornal que “viveu” até 1954, ano em que só saíram três números.

Pela época em que o livro foi escrito, o jornal “*A Equipa*” era o mais recente jornal desportivo publicado em Moçambique. Porém, só publicou sete números, o primeiro a 15 de Dezembro de 1966 e o último a 26 do mesmo mês. Era feito e impresso na tipografia do jornal “*O Notícias*”.

Em jeito de conclusão, o autor, anónimo, diz que a vida da Imprensa em Moçambique não era muito longa, mas estava cheia de altos e baixos. Em particular, segundo o autor, faltou quem salvasse o que havia. Os jornais desaparecidos, para o autor, faziam muita falta, não só para fazer a sua história mas para também fazer a história de Moçambique, que relatariam. Realce ainda no livro para o facto de ninguém saber de um “Arquivo Histórico” reunido por Caetano Montez, cuja reconstituição seria de grande utilidade para a reconstituição da trajectória histórica da imprensa moçambicana.

No final do livro são incluídas cópias das primeiras páginas de vários jornais moçambicanos: “*Boletim do Governo da Província de Moçambique*”; “*Revista Africana*”; “*Distrito de Lourenço Marques*”; “*Boletim Oficial do Governo do Distrito de Lourenço Marques*”; “*Boletim da Companhia de Moçambique*”; “*Correio da Beira*”; “*Boletim da Companhia do Nyassa*”; “*The Beira Post*”; “*Lourenço Marques Guardian*”; “*O Progresso de Lourenço Marques*”; “*O Mignon*”; “*O Futuro*”; “*O Macaco*”; “*Imparcial*”; “*Os Simples*”; “*O Germinal*”; “*O Incondicional*”; “*O Jornal do Comércio*”; “*Colónia*”; “*The Beira News*”; “*O Espectro*”; “*O Emancipador*”; “*Notícias*”; “*O 19 de Junho*”; “*O Direito*”; “*A Folha do Povo*”; “*O Brado Africano*”; “*Semana Desportiva*”; “*Clamor Africano*”; “*O Ilustrado*”; “*O Piririsca*”; “*União*”; “*Piri-Piri*”; “*O Jornal*”; “*O Oriente*”; “*Itinerário*”; “*Voz Africana*”; “*O Diário*”; “*Agora*”; “*Notícias da Tarde*”; “*Guardian*”; “*Diário de Moçambique*”; “*Diário de Lourenço Marques*”; “*Diário*”; “*Renovação*”; “*A Tribuna*”; “*Notícias da Beira*”; “*Tempo*”; “*A Voz do Norte*”.

Autor (nome completo): Gabriel António Oliveira Morais
E-mail: gmorais88@hotmail.com

Livros LabCom

» Ascensão, 1931

Autor: Araújo, Alfredo d'Ascensão

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1931

Título completo da obra: O Reporter Xiça (*com X*)

Tema principal: Jornalistas e Vida Profissional

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Imprensa Beleza

Número de páginas: 14

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: L 5843//10 A.

Biblioteca: Biblioteca Municipal Pública do Porto

Cotas: COR – 2150(1)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): -

Índice da obra:

Introdução: _P. 3

A defesa do autor: _PP 4-5

As acusações à firma Repórter X & C.^a: _PP 7-9

O financiamento e o descalabro do jornal o Repórter X & C.^a: PP 11-13

Notas finais: _P 14

Resumo da obra (linhas mestras): Nesta obra, o autor pretende defender-se das acusações que lhe foram feitas por jornalistas, entre as quais Reinaldo Ferreira, o “Repórter X”, sobre a sua alegada participação no crime de falsificação de moeda cometido por Alves dos Reis. Daí o título irónico do opúsculo: *O Repórter Xiça (Com X)*

O autor começa por dizer que não quer prejudicar ninguém: “Não venho caluniar, difamar ou insultar seja quem for.”. A sua principal luta,

para além de limpar a sua imagem, é contar a verdadeira história e defender-se das alegadas calúnias que Reinaldo Ferreira e Mário Domingues lhe fizeram em proveito próprio.

Propõe-se, também, defender a sua honra e provar que, apesar de ter sido preso várias vezes na juventude, os novos crimes que cometeu foram feitos em função de ordens que recebeu: “Fui empregado que cumpri ordens de patrões”. Ele critica as pessoas que não acreditam na sua regeneração e acusa alguns “funcionários públicos e jornalistas” de serem “criminosos”.

Para se defender, Alfredo d’Ascensão Araujo, admite mesmo que tem provas em como Reinaldo Ferreira e Mário Domingues tinham o intuito de fazer “uma campanha contra os interesses do Banco de Portugal”, de forma a receberem soldo para usarem em proveito próprio e a prejudicarem outros. Mas diz também que o principal objectivo com que escreveu esta obra foi de, pura e simplesmente, expôr a falta de “moral do director e do chefe da redacção do semanário”, apesar de estes julgarem que, estando preso, “manteria numa situação de silêncio, isolando-me do mundo.”

Para finalizar, o Alfredo d’Araújo ironiza sobre o semanário *Repórter X*: “Aqui tem, meu caro leitor, os alicerces honestos em que assentam o edifício do *órgão moralizador* da sociedade”. Esta foi a principal frase que Alfredo Araujo utilizou para demonstrar que aqueles que eram tidos por donos da razão e baluartes da justiça, afinal não seriam mais que aproveitadores e exploradores, que tudo escreviam em troca de um soldo: “O dinheiro para o jornal Repórter X era robubado!”.

E conclui: “Assim, sim...o “Reporter X” não é nada!”

Autor (nome completo): João Filipe Martins Pinto

E-mail: the_only_johny30@hotmail.com

» Associação dos Jornalistas de Lisboa e Associação dos Advogados de Lisboa, 1902

Autor: Associação dos Jornalistas de Lisboa e Associação dos Advogados de Lisboa

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1902

Título completo da obra: Apreensão de Periódicos: Consulta da Associação dos Jornalistas de Lisboa e Resposta da Associação dos Advogados de Lisboa

Tema principal: Liberdade de Imprensa

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Tipografia Universal

Número de páginas: 4

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: SC 7685/71 V

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Quer a Associação de Jornalistas de Lisboa quer a Associação de Advogados de Lisboa eram associações de classe, conforme a sua denominação indica.

Índice da obra:

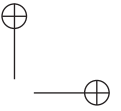
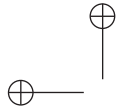
Associação dos Advogados de Lisboa, ano de 1901/1902, proposta n.º 4 relativa à apreensão de periódicos... p.1

Associação dos Advogados de Lisboa reunida em conferência na forma dos seus estatutos ... p.2

Resposta e resolução da Associação dos Advogados de Lisboa ... p.3

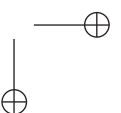
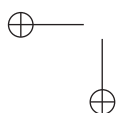
Sumário .. p.4

Resumo da obra (linhas mestras): No folheto aqui sumariado, a Associação dos Advogados de Lisboa questiona-se sobre a Lei de Imprensa e



sobre a apreensão de periódicos sem sentença. Pedem um parecer legal, questionando-se sobre a indemnização dos prejuízos sofridos e sobre a imposição de penas pelas autoridades. Interrogam-se sobre a quem compete julgar os casos de abuso de liberdade de imprensa, se é o poder judicial ou se é o Parlamento. Consultaram a Associação dos Advogados sobre as hipóteses de resolução dessa questão, tendo esta emitido pareceres favoráveis às pretensões dos jornalistas. Assim, a Associação dos Jornalistas de Lisboa obteve uma vitória moral na defesa do princípio da liberdade de imprensa.

Autor (nome completo): Carlos Alberto Nascimento do Amaral Gourgel
E-mail: 17320@ufp.pt



» Autores vários, 1948

Autor: Autores vários

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1948

Título completo da obra: Homenagem da Imprensa Portuguesa à «Revista Militar» Comemorando o seu Centenário 1848-1948

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Separata da *Revista Militar* de 7 de Julho de 1948

Número de páginas: 39

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: J. 5049 B.

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): -

Índice da obra:

Comunicação da Comissão Executiva: p. 5

Agradecimento da Direcção da «Revista Militar»: p. 7

Constituição da Comissão de Honra e da Comissão Executiva: p. 9

Prefácio: pp. 11-13

Discurso do Sr. Dr. Augusto de Castro: pp. 15-20

Discurso do Sr. Dr. Guilherme Pereira da Rosa: pp. 20-23

Discurso do Sr. Tenente-Coronel do Estado Maior Professor Costa Veiga: pp. 23-29

Discurso do Sr. General Raul Esteves: pp. 29-39

Resumo da obra (linhas mestras): No dia três de Julho de 1948, foi realizada uma homenagem à *Revista Militar*, celebrando o seu centenário. A iniciativa foi tomada pela *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, mas imedia-

tamente contaram com a participação da imprensa portuguesa, na sua generalidade, sem distinção de partidos políticos, de ideologias ou crenças.

Estiveram presentes na sessão importantes personalidades que representavam tanto a imprensa nacional como a arte militar e/ou política.

A sessão foi aberta por Carlos d'Ornellas, director da *Gazeta dos Caminhos-de-Ferro*, que fez questão de ler grande parte da correspondência enviada de todo o país, direccionada àquela noite.

Augusto de Castro, presidente da Comissão de Honra, iniciou o seu discurso, referindo-se à *Revista Militar* como a “avó” da imprensa portuguesa. Usou esta metáfora para exprimir o exemplo que foi e que era naquela altura, caracterizando-a: “esta revista calma, moderada, consagrada exclusivamente às grandes causas portuguesas e à educação militar do País, representa um vivo e simpático exemplo de continuidade”.

Fez questão de mencionar quem já tinha presidido à *Revista Militar*, que foram apenas três homens, em cem anos de existência, e daí concluiu que a fidelidade aos princípios e às pessoas compunha uma das bases da Revista.

Seguidamente, fez questão de homenagear o soldado, a sua formação – para a qual contribuiria a *Revista Militar* – e o exército; fomentou a ideia de que este último é uma grande escola humana, onde se aprende o que é a hierarquia, e que é uma escola de valores, que considerou essencial na sociedade.

Saudou os dirigentes da Revista Militar presentes na sala, proferindo que eles representavam os fundadores e todos os que já deram o seu contributo à *Revista*.

Em nome da Comissão Executiva do centenário da Revista Militar, Guilherme Pereira da Rosa (subdirector de O Século) discursou, começando por nomear as contribuições da *Revista Militar* para o progresso da ciência e arte militar, para o engrandecimento do País e para o revigoreamento da Defesa Nacional e também não deixou de sublinhar a iniciativa por parte da *Gazeta dos Caminhos-de-Ferro*.

Continuou, descrevendo especificamente o começo da *Revista*, que teve “início em 1848, quando um grupo de oficiais realizou o sonho, (...) de dotar o País com uma revista técnica para as Forças Armadas. Diz a História que foram vinte e seis os fundadores, contando-se no seu número

Fontes Pereira de Melo (...).” Relembrou, também, a difícil luta que foi manter a *Revista* viva, dando o exemplo da crise de 1904, data em que a concorrência foi muita e só uma fusão com outras revistas solucionou este problema. Solucionado esse, a *Revista Militar* teve continuidade.

O quarto orador foi o Tenente-Coronel do Estado-Maior Professor Costa Veiga, que teve o cuidado de evocar escritores militares do passado. Primeiramente, mencionou D. João I que, no Livro da Montaria, focou os dispositivos de combate. Costa Veiga, aliás, coloca o monarca num bem alto patamar, uma vez que não havia antecedentes sobre essa mesma matéria.

Seguidamente, Costa Veiga focou o *Regimento de Guerra*, no Livro I, das Ordenações Afonsinas. Também referenciou o segundo *Regimento de Guerra*, no tomo IV das *Provas de sua História*, que é uma obra anónima e não oficial e que, apesar disso, o orador situa no século XVI, por mencionar “as guerras da Índia”

O quarto e último autor designado foi Luís Mendes de Vasconcelos, pelas suas duas obras: *A Arte Militar* e *O Sítio de Lisboa*. O primeiro trata das complicadas formações tácticas da infantaria da época; o segundo aborda a fortificação de Lisboa, idealizando o aproveitamento, como linha defensiva natural, das ribeiras de Sacavém e Alcântara. Quanto a este último, o orador opina que o autor não reconheceu as dificuldades técnicas do trabalho.

Costa Veiga termina o seu discurso fazendo uma alusão à inteligência de D. Nuno Álvares Pereira, que é mostrada através de relatos de Fernão Lopes.

Em nome da *Revista Militar*, o General Raul Esteves começa por reconhecer o tributo da imprensa portuguesa à *Revista Militar* e admitiu ter o encargo de falar em nome deste periódico por ser um dos colaboradores mais antigos da publicação. Logo de seguida, faz uma contextualização política e militar em que se inseriu o início da *Revista*: “(...) a instrução geral do Exército deixava bastante a desejar, e muito havia a fazer para o elevar ao nível que devia apresentar.” Referiu o valor representativo da *Revista* naquela época, nomeadamente, a chamada de atenção dos oficiais das Forças Armadas para a necessidade de consagrarem

esforços ao estudo e discussão dos temas militares. Também esclareceu que “A *Revista Militar* não faz política nem admite questões pessoais, e com estas bem entendidas exclusões aceita, e com reconhecimento, quaisquer reflexões ou memórias a bem do exército, marinha de guerra, ciência de construções e todas as outras que lhe são acessórias.” Relembrou o facto de que os fundadores da *Revista Militar* se comprometiam a manter a sua colaboração literária e ainda tinham o encargo das despesas acarretadas pela sua publicação.

O general Raul Esteves fez também questão de citar parte do artigo de abertura do primeiro número da *Revista*, cujo autor é António Maria de Fontes Pereira de Mello. Honrou o trabalho e dedicação do General José Estêvão de Morais Sarmento; definiu a importância da imprensa numa sociedade, salientando que “Ninguém pode negar que o papel da Imprensa é preponderante para o desenvolvimento e o progresso de uma sociedade civilizada”; e relevou o proveito que para uma sociedade advém de uma imprensa bem orientada.

Autor (nome completo): Eva Gabriela Pereira da Mata
E-mail: eva.atam@gmail.com

» Autores vários, 1963

Autor: Rego, A. da Silva; Pedro Correia Marques; Jacinto Ferreira; Barradas de Oliveira; João Coito; Almerindo Lessa; Adolfo Simões Müller; Trabucho Alexandre; Silva Dias; António Avelino Gonçalves; Barradas da Silva.

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1963

Título completo da obra: Curso de Jornalismo

Tema principal: Teoria do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Junta de Investigações do Ultramar/Centro de Estudos Políticos e Sociais

Número de páginas: 199

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: PP. 10415 V

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): A. da Silva Rego – 1905-1986 - Sacerdote, licenciado em história por Lovaina. Director do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. Autor de várias obras relacionadas com o Oriente e as Colónias.

Pedro Correia Marques - Nasceu na Póvoa de Varzim, (1890 - 1972). Jornalista, passou por vários jornais tendo exercido funções de director no Jornal *A Voz* até à sua extinção. Desempenhou também funções de correspondente de jornais espanhóis e foi repórter internacional em vários países da Europa.

Prof. Dr. Jacinto Ferreira – (1906 -) Professor catedrático da Escola de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa. Director do semanário *O Debate*. Foi deputado das listas da União Nacional.

Dr. Barradas de Oliveira - Natural de Arganil, Coimbra (1912 – 1981), formou-se em Lisboa, foi escritor, jornalista, comentador da Rádio Televisão Portuguesa e Director Geral da Caixa Geral de Depósitos. À data

da comunicação exerce as funções de director do *Diário da Manhã*.

João Coito – Nasceu na Guarda, (1927-2007), iniciou a sua carreira jornalística no jornal *Novidades* em 1947, passando, em Março de 1953, para a equipa do *Diário de Notícias*, onde foi nomeado para o cargo de chefe de redacção em 1963, funções que manteve até 22 de Julho de 1974. Em 1976, entrou no jornal *O Dia*, também como chefe de redacção, sendo depois designado director, mantendo-se neste posto até à sua aposentação, em 1993. No entanto, João Coito manteve-se realmente activo no jornalismo, através da assinatura de uma coluna regular no semanário *O Diabo*.

Doutor Almerindo Lessa - Nascido em Lisboa (1909 - 1997, foi médico e professor universitário. Doutor em Medicina pelo Porto desde 1956. Professor da Universidade de Évora desde 1974 foi um dos fundadores da Universidade Internacional em 1980. Pertenceu a várias organizações médicas, assim como a sociedades científicas. Escreveu e publicou inúmeros trabalhos nesta área.

Adolfo Simões Müller - Natural de Lisboa (1909-1989), para além de escritor e poeta com obra especialmente produzida para a infância, foi também jornalista, de imprensa e da rádio e responsável pelo Gabinete de Estudos de Programas da Emissora Nacional. Autor de livros da área infanto-juvenil, onde foi várias vezes premiado, inclusive com o Grande Prémio de Literatura Infantil da Fundação Calouste Gulbenkian.

Trabucho Alexandre – Natural de Portimão (1921-1970) à data da comunicação exercia as funções de chefe de redacção *Diário Ilustrado*

Engº Silva Dias – Director dos Serviços de Programas da Emissora Nacional

Mons. António Avelino Gonçalves – Natural de Monção (1875 – 1981), Sacerdote conclui o curso de teologia em 1915. Continuou estudos em Roma, Universidade Gregoriana onde se formou em Filosofia e teologia em 1921. De 1931 a 1933 foi director do *Diário do Minho*. À data do curso exerce as funções de director do *Diário Novidades*.

Engº Barradas da Silva – Director-geral da Radiotelevisão Portuguesa

Índice da obra:

Palavras de abertura – A. da Silva Rego: p 9

Técnicas de direcção, edição e preparação de jornais – Pedro Correia Marques: pp 11-33

Órgãos de opinião e órgãos de informação – Prof. Dr. Jacinto Ferreira: pp 35-55

Ética e responsabilidade no Jornalismo – Dr. Barradas de Oliveira: pp 57-75

Tendências actuais da imprensa – João Coito: pp 77-87

A imprensa científica – Doutor Almerindo Lessa : pp 89-102

A responsabilidade do jornalismo infantil - Adolfo Simões Müller: pp 103-125

Métodos e problemas do jornalismo desportivo – Trabucho Alexandre: pp 127-141

Técnicas do jornalismo falado – Eng.º Silva Dias: pp 143-160

Algumas considerações sobre o regime jurídico da imprensa – Mons. António Avelino Gonçalves: pp 161-175

O jornalismo e os modernos meios audiovisuais – Eng.º Barradas da Silva: pp 177-199

Resumo da obra (linhas mestras): A obra consiste na publicação das conferências dos oradores que tomaram parte na celebração do primeiro curso de jornalismo realizado em Portugal. Sob a alçada do Ministério do Ultramar através da Junta de Investigações do Ultramar do Centro de Estudos Políticos e Sociais, em Lisboa em 1963.

Palavras de Abertura – A. Silva Rego - O curso é presidido por A. Silva Rego que faz a abertura referindo a urgência da realização do mesmo. A fim de chamar a atenção do público para os problemas da imprensa. Refere a excelência dos conferencistas salientando o facto de serem individualidades com provas dadas dispensando apresentações. Explica que a organização do curso foi feita segundo os moldes e orientação da actividade jornalística que é “a máxima liberdade dentro da máxima responsabilidade pessoal a movimentar-se dentro das grandes fronteiras que

enquadram a velha e sempre jovem lusitanidade” (p. 9). A. da Silva Rego diz que é seguindo essa linha que todos os problemas devem ser estudados, pelo que, também o problema da informação deverá ser abordado dentro da lusitanidade. Refere que a informação já tem sido objecto de estudo no Instituto havendo inclusive já uma cadeira sobre Sociologia da Informação. Por essa razão, o autor explica; “quisemos ouvir os mestres, os homens que lidam a todas as horas com o dever de informar o público e de o orientar na pesquisa da verdade” (p. 9). Reitera o grande interesse do curso, já que vai ao encontro de uma necessidade do momento. Explica o método adoptado, conferência seguida de debate, debate esse, que segundo o autor será de grande utilidade para uma melhor compreensão dos temas. Termina declarando aberto o primeiro curso de jornalismo.

» **Técnicas de direcção, edição e preparação de jornais** - Pedro Correia Marques. Este conferencista constrói a sua exposição mediante a narração de episódios da sua vida como profissional do jornalismo. Apresenta-se como “um modesto trabalhador de imprensa”(p. 13), dizendo que enveredou pela carreira jornalística por acaso, com uma notícia necrológica no diário Correio da Manhã, à época, 1911, dirigido por Álvaro Chagas, em troca de bilhetes para o cinema. Começa o autor narrando uma manifestação de populares contra o diário Restauração, onde justamente esse dia havia começado a trabalhar. Apesar de conseguirem afugentar os manifestantes inicialmente, estes voltam mais tarde e nem a ajuda das forças policiais resolveu o confronto, acabando a equipa presa, e a sede do jornal assaltada. “E foi assim a minha primeira experiência da profissão”, diz (p16). Pedro Correia Marques revela que os seus primeiros textos, como redactor de uma revista religiosa chamada o Rosário, eram “de um estilo empolado, atochado de vocabulário rebuscado, ridículo.” (p. 17). Continua o autor a descrever situações ocorridas no início da sua carreira, dizendo “estou a contar a anedota da vida dum jornalista”(p. 19). Retoma o tema da conferência, Direcção, edição e preparação de jornais, dizendo que lhe é particularmente difícil explicá-las: “É que exactamente as coisas mais comuns e correntes da nossa vida não têm interesse nem história” (p. 19). Dá uma definição de jornal, como uma publicação impressa de periodicidade regu-

lar, e faz um breve resumo da história da imprensa desde as actas diurnas do império romano, até aos jornais actuais, passando pelas primeiras impressões na Europa: Courant d'Italie & d'Allemagne & c., em 1620; e um impressor inglês saía dois anos depois com uma folha periódica: Weekly News.” (p. 20). Refere que o primeiro jornal a ser digno de assim ser classificado foi La Gazette de France, do médico Théophraste Renaudot,” (p. 20). Transcreve, pois, uma carta de Renaudot aos seus leitores, onde este se queixa que não escreve para agradar aos leitores, até porque essa é uma tarefa muito difícil, pois cada um quer encontrar plasmado no jornal o assunto que mais lhe interessa. O autor diz que essas razões ainda hoje são válidas: “Estas palavras poderiam aplicar-se aos jornais de hoje.” (p. 20). Após algumas considerações mais sobre Renaudot a sua ascensão e queda, debruça-se sobre a criação da imprensa em Portugal. Data-a de 1641 e conota-a com a finalidade de ajudar o país na sua campanha de independência do domínio espanhol: “Era preciso que o ânimo da população portuguesa se não deixasse dominar.” Refere o primeiro periódico português: “Chamou-se: Gazeta em Que Se Relatam...no Mês de Novembro de 1641.” (p. 21). Faz uma descrição das notícias desse primeiro número e levanta a questão da autoria “Quem a redigia? Não se sabe” (p. 22). Discorre sobre vários periódicos e publicações surgidas em Portugal, em especial no início do século XIX, após a Revolução Liberal, chamando a atenção para os títulos “pretensiosos, que hoje nos parecem ridículos” (p. 23).

» **Órgãos de opinião e órgãos de informação** – O Prof. Jacinto Ferreira começa por salientar que o conceito de jornalista evoluiu e sofreu transformações. Refere que nos seus inícios os jornais eram essencialmente de opinião, sendo a informação reduzida. Os jornalistas eram na sua maioria homens de letras “e pode-se por isso afirmar que todos os romancistas, poetas, ensaístas, etc., do século passado foram simultaneamente jornalistas” (p. 37). O que era natural, segundo o autor, dado que o jornal era à época o único veículo de comunicação e, para muitos, também uma fonte de rendimentos. Faz referência a vários jornalistas que se destacaram: “ainda hoje ressoam nos nossos ouvidos os nomes de Rodrigo Sampaio, Emídio Navarro, XXX Magalhães Lima, e tantos outros que seria, sem dúvida, fas-

tidioso fazer desfilas a um por um.” (pp. 38-39). O autor cita a definição de Saint-Beuve, que qualifica de jornalista não apenas aquele que escreve nos jornais, mas alguém capacitado para discorrer sobre qualquer assunto com brilhantez. O autor considera que poucos jornalistas da nossa praça se enquadrarão nessa definição, mas teria havido alguns, que estariam ao nível dessa definição. Refere Emídio Navarro como um desses homens, assim como Mariano Carvalho ou António Enes. Acrescenta os nomes de grandes escritores que exerceram como jornalistas e ocuparam cargos de direcção de vários jornais, “como Ramalho Ortigão Eça de Queirós, Fialho de Almeida, Guerra Junqueiro, Camilo Castelo Branco, Alexandre Herculano, Garret, Oliveira Martins” (p. 40). Sobre este último, conta um episódio ocorrido com o escritor em França, Oliveira Martins depois de uma consulta diz ao médico que é jornalista e este faz-lhe uma redução nos honorários, o que ilustra como a profissão de jornalista era mal remunerada, situação que Oliveira Martins trata com humor: “Ramalho não só não oculta, ao que se vê, a sua condição de jornalista, como até faz alarde humorístico, mas altivo, da pobreza da profissão” (p41). Jacinto Ferreira narra várias experiências vividas por personalidades célebres na sua passagem pelas redacções, fosse exercendo a profissão de jornalistas, fosse como colaboradores dos jornais. Lembra que para exercer a profissão os jornalistas devem possuir a carteira profissional emitida pelo Sindicato Nacional de Jornalistas. Começa uma abordagem ao jornalismo de informação dizendo que deve a sua expansão à melhoria dos meios de comunicação, permitindo o maior acesso aos acontecimentos mais rapidamente. Chama a atenção que a preferência do público vai para os acontecimentos negativos “e quase só de mal, porque o bem não faz escândalo nem causa admiração” (p. 43). Salienta que apesar de existirem jornais exclusivamente de opinião, o contrário não acontece: “raros são os que se possam classificar exclusivamente de informação.” (p. 43). Define órgão de opinião, “aquele cuja finalidade fundamental consiste em difundir um conjunto de princípios religiosos, morais, políticos, etc.” (p. 43) e não o move princípios de lucro. Enquanto que o órgão de informação terá como objectivo, a venda do produto, com uma perspectiva mais económica. Refere também a existência de órgãos mistos de informação e opinião,

fazendo uma reflexão ao facto de nestes a opinião ser preterida a favor da informação. Segundo o autor o aspecto informativo é mais apelativo mas não tem a profundidade da opinião. Para ele, estes órgãos mistos resultam normalmente de uma infiltração de grupos de opinião com grandes capacidades económicas em órgãos de informação já existentes, para desta forma fazer chegar a sua doutrina ao público, que de outra maneira não conseguiriam. O autor indica vários exemplos que ilustram estas situações. Aponta dois elementos essenciais para a imprensa de informação, “o público e o repórter.” (p. 44). Já a imprensa de opinião necessita do “assinante e [d]o colaborador” (p. 44). Em relação ao público, o autor é muito crítico comparando-o nalguns casos a dependentes de droga e álcool, na medida em que necessitam a sua dose diária de desastres “Muitas pessoas há que devoram com mórbido prazer, todo o noticiário dos crimes, das desgraças, dos acidentes, das desordens e motins, comprando os diários matutinos e vespertinos” (p.44). Acerca dos repórteres, faz uso de um texto de Fialho de Almeida em que estes são vistos como meros condutores de informação: “O que é o repórter? O caixeiro de fora do jornal, um receptor e um transmissor de casos,” (p.46). Voltando aos assinantes e aos colaboradores, considera que o assinante, ao se rever na publicação, actua como proprietário exigindo por vezes contrapartidas, “pois se julga com direitos especiais, como o de fazer publicar reportagens e fotografias de casamento das filhas ou das netas” (p.47). Quanto aos colaboradores, confere-lhes um papel importante: “O colaborador é a tabuleta do jornal de opinião” (p. 47), uma vez que são regra geral personalidades ilustres ou pelo menos conhecidas, dando prestígio e credibilidade ao jornal. O autor faz uma breve abordagem à censura referindo que nos países onde não existe de liberdade de expressão a imprensa de opinião é a mais afectada, dado que é a que mais pode criticar as acções do Governo. Quanto à imprensa de informação é menos susceptível do alvo das acções da censura, uma vez que, segundo o autor, os assuntos que a ocupam não são incomodativos. Ainda sobre a censura, o Professor caracteriza-a de “instituição anacrónica, pouco inteligente e até contraproducente” (p.48). Outra das diferenças apontadas entre imprensa de opinião e imprensa de informação é o facto da primeira estar mais exposta às críticas dos leitores “que pre-

cioso tempo não perde um director de um jornal de opinião a ler cartas que o descompõem e o insultam, a receber senhores que o procuram em atitudes ameaçadoras...” (p. 49). O que origina esse tipo de situações é a polémica, que o autor considera exclusiva da imprensa de opinião. A imprensa de informação é mais neutral, não suscitando, portanto, conflitos. O autor termina a comunicação questionando se um órgão de opinião deve ser diário ou semanal. Dando como exemplo os jornais espanhóis ABC e Informaciones, considera que apenas conjugando a opinião com muito boa informação é possível obter um bom jornal diário caso contrário deve ser uma publicação semanal. “Mais vale um bom semanário que um mau diário.” (p.54). Conclui dizendo que a imprensa de opinião é superior à imprensa de informação. Considera que a responsabilidade dos dirigentes dos órgãos de opinião é maior porque o seu público é mais exigente. “A responsabilidade de quem exige um jornal de opinião é muito superior à que recai sobre o director de um órgão de informação” (p.55). Faz referência à necessidade de filtrar artigos que apesar de terem qualidade não se pautam pela orientação da publicação. Alerta, no entanto, para o perigo de o jornal se tornar um meio fechado, considerando que é necessário guardar um certo equilíbrio nessa gestão. “É preciso, contudo, guardar o meio termo e não tornar o jornal um recinto fechado, em que ninguém se possa mover.” (p.55).

» **Ética e responsabilidade no jornalismo** – O Dr. Barradas de Oliveira começa a sua comunicação contando uma passagem de um livro policial onde os malfeitores se referem aos proprietários de jornais como sendo quem mais merece ser assassinado já que “deliberadamente enganam os leitores para favorecer os seus próprios fins.” (p.59). Este é, para o orador, “um dos problemas mais graves do jornalismo contemporâneo, nos aspectos da sua influência sobre o público, da atitude moral da empresa proprietária do jornal perante os interesses da comunidade e até das relações entre jornalista e a empresa.” (p.59). A razão pela qual escolhe uma situação de um livro policial, em vez de uma obra de um grande filósofo prende-se com a relação de humildade que deve ser característica do jornalista. O jornalista, para o orador, não pode escolher os temas que

aborda. Está obrigado a tratar os temas da actualidade. “O mestre, para o jornalista é a vida” (p.59). O relato e a interpretação são os critérios donde devem sair o que o autor considera as funções do jornalismo: a informação e a orientação. A informação que se cinge aos factos apenas, a orientação deve interpretá-los, mas sempre partindo da mesma matéria. Neste caso há que interpretá-los e explicá-los. Se o jornalismo de informação tenta reproduzir os acontecimentos do dia a dia, “o jornalismo de ideias procura ir mais fundo: descobrir-lhes as causas, estabelecer relações, prever as consequências” (p.60). O autor faz uma referência ao repórter como o elemento principal, dentro do jornalismo de informação, é quem vai atrás da notícia e nalguns casos, até em perigo de vida, não deixando no entanto de mencionar que, cada vez mais, os repórteres se limitam a transmitir as informações da agências perdendo-se o trabalho de campo. “Está a ser cada vez menos o homem de um jornal, para se tornar o homem de uma agência,” (p.60). No jornalismo de opinião destaca o editorialista como o elemento fundamental. Para o autor não existem dois tipos de jornalismo diferentes. Jornalismo de opinião e de informação, tem que coexistir, porque os dois utilizam os factos.

Afirma também que não é possível pensar apenas nos jornais, a rádio, televisão, cinema, também transmitem notícias, também contam com os seus comentaristas, pelo que devem também ser tidos em conta no acto de informar. De seguida, o autor aborda o que considera serem as “amarras principais” (p.61) de que depende o jornalismo: “Os meios de comunicação, o chamado direito à liberdade de informação, o direito de defesa invocado pelas sociedades constituídas.” (p.61). No que se refere aos meios de comunicação, estes têm segundo o autor, uma grande importância na vida do jornalista. Faz um resumo dos avanços dos meios de comunicação, dos primórdios até a actualidade, onde refere os grandes encargos económicos a que a indústria da comunicação obriga. Estes encargos têm levado em todo o mundo a “concentrações de imprensa”(p.64), acabando assim com a concorrência no mercado. Para o autor esta é “uma situação trágica: o progresso técnico leva as grandes empresas de informação a concentrar-se sob o poder e ao serviço os magnates da finança.” (p.65). Esta situação traz o que considera “dois problemas morais” (p. 65): a obrigação do jornalista

no exercício da sua profissão que deve expor a sua opinião seguindo as suas convicções e não por razões materiais. Retoma o tema do jornalismo, dizendo que este é na sua essência de “boa fé” (p.65). Citando Léon Daudet, defende que o jornalismo diz respeito à justiça, verdade e sentimento de dever. Obriga a preparação e estudo tanto de temas gerais como específicos. É uma profissão que exige, “aos que dignamente a exercem, estudo, consciência e trabalho.”(p.67). Também apresenta compensações. Para o autor, a profissão de jornalista proporciona qualidades que os distinguem de outros: “Há uma desenvoltura na apreciação dos homens e das circunstâncias, uma rapidez no julgar, um sentido de equilíbrio, de bom senso, de verdade sem fantasia, que o jornalismo dá.” (p.67)

Aqui faz uma referência a Marcelo Caetano e Vitorino Nemésio, como grandes vultos da universidade portuguesa que passaram pelo jornalismo e daí tiraram experiências muito úteis. De seguida, o Dr. Barradas de Oliveira, aborda o que designa por os “quatro elementos” (p.67), da função jornalística: o público, o jornalista, a empresa e o estado. Refere que o público é ao mesmo tempo o receptor e fornecedor do produto, que é a informação. Aborda a chamada opinião pública dizendo que esta existe apenas como receptáculo da opinião difundida pelos média, já que, afirma “o público não cria opinião” (p.68), o que transporta a responsabilidade para o “conjunto jornalista -empresa” (p. 68). Esta responsabilidade que deve seguir os objectivos “verdade social, educação do povo, paz social.” (p.68) deve guiar toda a actividade jornalística. Mas, considera, nem sempre o que deve ser feito é levado a cabo. Por vezes o jornalismo pode ter actos condenáveis, debaixo de rótulos de jornalismo de ideias. Aproveita para afirmar que é a favor da liberdade de imprensa, mas que essa liberdade deve ser regulamentada: “essa liberdade de imprensa corresponde a um direito absoluto, insusceptível de regulamentação? E, se há-de ser regulamentado, quem o fará?” (p.71). Acerca da liberdade de imprensa o autor usa a frase “a triste verdade” (p71), para revelar dados de um estudo da UNESCO sobre um número cada vez maior de países que restringem a liberdade da imprensa. Considera a censura “uma forma grosseira, declarada, impudente, da intervenção do estado” (p.71). Aborda a o problema da censura na União Soviética, dizendo que neste país a informação existe

para servir o regime socialista. “Ali os propósitos do estado socialista dominam por completo a actividade da imprensa.” (p.72). Voltando ao mundo ocidental, afirma que a imprensa é uma indústria, e que como todas as indústrias tem a preocupação de obter lucros, seja com as vendas, seja com os anúncios. Mas considera que há uma obrigação de benefício público, o dever de informar. Essa obrigação está contemplada na Constituição, o que obriga o estado a defendê-la.

Torna-se necessário, portanto, encontrar o equilíbrio. O autor considera este, um problema fundamental e confessa: “Mas desde já declaro que não sei resolvê-lo.” (p. 75).

» **Tendências actuais da imprensa** – João Coito inicia a sua comunicação retratando-se em seu nome, e dos jornalistas seus colegas em geral, pela pouca cobertura informativa sobre as colónias: “a nós, os jornalistas, um dos principais veículos da informação, cabem muitas culpas dos problemas que de súbito afligiram o ultramar português” (p.79) e “todos nós sabemos que raramente apareciam nos nossos jornais notícias ou crónicas do ultramar”. (p.79). Seguidamente fala da necessidade da criação de um curso de jornalismo em Portugal.

Faz alusão à necessidade do jornalista ser breve e do pouco tempo que estes profissionais dispõem por vezes para a redacção das notícias, pelo que são muitas vezes criticados, por erros ou incorrecções. Abre um parêntesis para falar da censura como uma pressão a que os profissionais da imprensa estão sujeitos, não só a que designa de oficial, mas também a que é exercida pelas empresas proprietárias dos jornais. Considera que a informação é cada vez mais filtrada, “A informação exacta, cristalina, puríssima, raras vezes consegue escapar intacta às mãos dos cozinheiros da informação.” (p.81) Outra tendência da informação é a objectividade, afirma que os leitores já não lêem como antes, querem a informação directa, sem floreios. “O leitor de hoje é apressado. Lê os títulos., ” (p. 82). Mas, afirma, a objectividade traz problemas de ordem moral, já que nem todas as informações podem ser publicadas sob pena de “ofender os costumes e a moral pública, “ (p.82), mesmo assim o autor considera que os factos devem ser noticiados “ todos os factos deverão ser publicados,

e deverão sê-lo desde que interessem verdadeiramente ao leitor,” (p.82.) Continuando com a objectividade no jornalismo, faz alusão à tendência do momento para dar protagonismo à informação em detrimento da opinião, assim como a ânsia de algumas publicações em dar as notícias antes da concorrência o que pode resultar em falhas graves de informação. A informação deve ser confirmada. O autor refere situações de indivíduos dados como falecidos, quando mais tarde se vem a confirmar, que tal não terá acontecido, obrigando os responsáveis dos jornais a retratarem-se. Aponta a rapidez em que tudo se processa, nos tempos que correm como uma das causas para esses erros. “Os acontecimentos sucedem-se em ritmo alucinante.” (p.82). Outra característica da informação que refere é a simplicidade. Afirmar que ao contrário do que parece não é fácil transmitir uma informação por escrito. A redacção deve ser feita para que todos possam compreender, sem a utilização de palavras rebuscadas. A dificuldade de escrever para jornais, diz, está comprovada até por grandes escritores. A partir do momento que a notícia chega à redacção, o tempo de que dispõe o jornalista para a trabalhar e publicá-la é escasso, o que não permite a perfeição e cuidado do escritor. “Para isso não é necessária, nem seria útil, a tortura do escritor, ansioso pela perfeição e pelas formas definitivas”. (p.85). Defende que as qualidades que são necessárias à boa escrita, não estão arredadas da escrita jornalística, mas os seus ângulos são diferentes “um voltado para as exigências imediatas e transitórias do grande público; outro debruçado sobre os temas universais e permanentes que nascem da natureza do homem e do mistério da vida.” (p.85). Conclui chamando a atenção para a importância da informação e de estar informado. “Primeiro o homem informa-se, depois age”. (p.86). Daí o papel importante desempenhado pelos meios de informação e do jornalista que deve colocar o homem e a notícia à frente de tudo. Refere-se à profissão como apaixonante e absorvente, mas dura. Volta ao tema do ultramar, reiterando a necessidade de se fazer chegar a todos os pontos de Portugal as notícias do país, “É chegar a todas as parcelas da Pátria, tornar familiares a cada português os problemas de todos, robustecer cada vez mais a consciência da comunidade.” (p.86). Termina dizendo que nem sempre o trabalho do jornalista é devidamente reconhecido que é muitas vezes

injustamente criticado. Pede mais meios para o jornalismo e afirma que iniciativas como a do curso que está a decorrer são de louvar.

» **A imprensa científica** – O Doutor Almerindo Lessa inicia a sua comunicação com uma breve introdução histórica acerca dos começos da imprensa periódica em Portugal. Em relação à imprensa científica o primeiro registo é de 1835 com a publicação de *Jornal das Ciências Médicas*, sendo redactor principal Bernardino António Gomes. Refere ainda o *Jornal de Medicina e Ciências Acessórias*, de 1849 e *A Medicina Contemporânea* em 1897. Refere que destas três publicações, duas ainda existem à data e que o *Jornal das Ciências Médicas* é o segundo mais antigo da Europa. O objectivo destas publicações eram a difusão e actualização dos conhecimentos científicos, assim como um maior contacto entre os membros da comunidade. O autor passa a indicar os objectivos das publicações citadas que segundo ele continuam a ser válidas. Pretendem então, informar acerca de temas interessantes da ciência, novos ou pouco conhecidos. Divulgar as observações clínicas e operações cirúrgicas que pela sua importância julguem dignos do conhecimento público e de matérias de interesse divulgadas noutros jornais. O documento termina com um convite a todos profissionais médicos que queiram fornecer trabalhos para a publicação, dizendo que ditos trabalhos serão publicados sempre que “os artigos comunicados venham concebidos com decência e sem acrimónia.” (p.92). O orador considera que as questões que têm sido abordadas no curso, informação e opinião, são também importantes na imprensa científica, sendo que, a estas há que adicionar a documentação, “ou seja, a apresentação dos fenómenos científicos com todo o seu cortejo de protocolos, casuísticas, técnicas, cálculos estatísticos, elementos gráficos, etc.” (p.96). Esta é, segundo o autor, o que torna os jornais científicos menos atraentes. Analisa a informação científica sobre os aspectos da informação, opinião e documentação. Em relação à informação, são várias as condicionantes apontadas que tornam complexa a informação nesta área: grande número de médicos existentes, muitas empresas públicas e privadas na área da saúde, a realização frequente de debates e congressos, com a resultante informação, grandes movimentos científicos nas áreas europeias e luso-

-tropicais, e o fluxo de informação científica proveniente dos E.U.A., URSS e Ocidente Europeu. Trata-se de uma grande complexidade de informação, que obriga os jornais científicos a constituírem-se em empresas editoriais. Empresas essas que por condicionalismos económicos, têm de ser suportadas sobretudo pela indústria farmacêutica, e que dependem de administradores que procuram o lucro. Para o Doutor Almerindo Lessa “Esse é o primeiro fenómeno incómodo que se depara aos médicos que fazem jornalismo profissional,” (p.97). A documentação é a seu ver um problema dado que, em Portugal há o que o autor denomina de cientifismo: “O cientifismo, neologismo criado por Gregório Maraño para significar os abusos desvirtuais da ciência,...como simples exibição teatral de resultados para prestígio pessoal ou para formação de currículos académicos” (p.99). Quanto à opinião, diz o autor que no jornalismo científico existem quatro tipos de censura: A censura da afectividade, a dificuldade de criticar os pares; a censura privada das empresas particulares ou públicas onde o médico jornalista exerce, funcionando como uma forma de represália (aqui o autor não deixa de referir que é uma censura legal, e que não tem conhecimento de nenhuma pressão deste tipo exercida pelo estado); a censura profissional, a que é feita pela Ordem dos Médicos; a censura oficial, que exerce o seu controlo não só nos textos técnicos como nas formas de expressão literária. Em relação a esta última, o autor confessa que é uma situação que o envergonha: “É por tal forma chocante que eu, para evitar qualquer comentário desagradável no estrangeiro, nunca ponho no meu jornal que ele é visado pela Comissão de Censura. Mas é-o de facto”. (p.102) Conclui dizendo que com estas condicionantes o jornalismo científico continuará a reflectir as dificuldades do país.

» **Responsabilidade do jornalismo infantil** – Adolfo Simões Müller inicia a sua comunicação com a frase “uma ilustração vale bem dez mil palavras” serve de indicador do tema que apresenta que são as publicações para as crianças, sobretudo a banda desenhada. Faz umas considerações acerca da imagem afirmando que o século XX será o da imagem. Afirmar até que no ano 2000 os jovens lerão o jornal num ecrã, ou projectado numa parede. “É lícito perguntar se os jovens do ano 2000, com o avanço do cinema e

da televisão, não terão os seus jornais projectados num ecrã ou na própria parede...” (p.106) As publicações para crianças e dentro delas as histórias aos quadrinhos, são o tema que o ocupa. Começa por indicar que em todo o mundo estas histórias existem, seja em publicações autónomas seja incluídas em jornais normais, e que por todo mundo é grande a sua aceitação por parte do público. Há, no entanto, vozes críticas, que lhes atribuem efeitos negativos no comportamento dos jovens e acusam tais publicações de provocam nas crianças a desabitução da leitura. O autor refuta estas críticas considerando que há boas e más publicações, que dificilmente é possível estabelecer uma relação directa entre a leitura das histórias aos quadrinhos e o mau comportamento dos jovens, referindo estudos que apontam para o meio social e familiar na origem desses comportamentos. Alude aos primórdios da banda desenhada, situando-os em França na fábrica Pellerin d’Épinal. Em relação a Portugal onde as críticas a este tipo de publicação também se fazem ouvir, o autor fala de várias condicionantes desta indústria: A existência de poucos ilustradores de qualidade – enumera apenas dois como excepcionais, Eduardo Teixeira e Fernando Bento. As tiragens reduzidas, o que impede o pagamento de direitos autorais, o que leva os jornais a comprarem produtos estrangeiros que muitas vezes tem pouco que ver com a realidade portuguesa. Defende as publicações para crianças de cariz lúdico e de entretenimento, em oposição aos que pedem publicações de carácter pedagógico. O autor revela dados de um estudo do Diário de Notícias, onde 91% dos inquiridos gostam das histórias aos quadrinhos. O estudo permite concluir que a duração das publicações deste tipo em Portugal é breve, mas terminando uma outra surge em seu lugar com êxito. Refere nomes como: ABCzinho, Papagaio, Mosquito, Diabrete, Sr, Doutor. “Parece que os jovens portugueses, ao cabo de uma década, se fatigam do «seu» jornal, sendo necessário oferecer-lhes outro embora completamente igual”. (p.124). Conclui afirmando que são os pais os autores das publicações para as crianças, pois sobre eles recai a responsabilidade de as escolher criteriosamente, “ são os pais -seria mais justo dizer: as mães os verdadeiros autores das publicações para as crianças. (...) escolhendo-as criteriosamente, firmam com o seu amor uma obra de beleza; desinteressando-se, tornam-se responsáveis pela influência perniciosa que determina-

das páginas possam vir a exercer no coração dos jovens.”(p.124).

» **Métodos e problemas do jornalismo desportivo** – Trabucho Alexandre – começa o orador saudando a iniciativa do curso de jornalismo, dizendo que tudo o que foi feito para melhorar a qualidade e conhecimento do jornalismo é de louvar. Observa que seria mais adequado denominar-se ciclo de conferências sobre jornalismo do que curso de jornalismo.

Antes de abordar o jornalismo desportivo, afirma que todos os indivíduos são um pouco jornalistas ou repórteres, já que consiste em observar, e contar o que se viu. Mas que apesar de parecer simples, não o é: “a profissão de jornalista, embora pareça ao imediato alcance de quantos saibam ler e escrever, é bem mais difícil do que possa parecer.” (p.131). A propósito da profissão, afirma não haver uma regra, ou sequer um curso que ensine, se não existir vocação, a inteira e total dedicação ao trabalho. Em relação ao jornalismo desportivo, refere que é uma área onde as pessoas em geral tem sempre algo a dizer, no desporto em geral e no futebol em particular, o que torna a profissão de jornalista desportivo por vezes muito difícil. O autor lamenta o pouco discernimento do público que, por vezes, é muito crítico se o que está escrito não vai de encontro às suas preferências clubísticas. Queixa-se também da distorção das reportagens por parte de entidades e dirigentes, interpretando o que está escrito da forma mais vantajosa para os seus interesses. Ainda assim, refere que o jornalista não deve desanimar. Mas o jornalista também erra, e quando assim é, a rectificação é feita. O jornalismo desportivo é feito de dedicação, “procurando-se sempre acompanhar a informação de novos artigos que visam a conquista de novos adeptos e a mentalização das massas sobre os verdadeiros objectivos do desporto.” (p.135). É uma dedicação antiga, quando o desporto não era considerado assunto de importância suficiente para ser tratado nas páginas dos jornais. O autor salienta o trabalho de divulgação que a imprensa desportiva tem feito em prol do desporto e da prática desportiva, “a imprensa tem ido e continua a ir (...) até onde as suas forças o permitam”(p.135). Afirma que em Portugal não existe o hábito da prática de desporto, nas escolas é insuficiente, restando apenas os clubes, que, têm uma tarefa difícil e de louvar. Retoma o jornalismo desportivo,

mais propriamente os comentadores de futebol, para referir que são injustiçados e maltratados pelo público: “são frequentemente tão alvejados e tão mimoseados pelo público que os lê como...árbitros!” (p.137). Afirmar que os leitores só querem ver reflectida no jornal a própria opinião. Ainda sobre os comentaristas desportivos, o conferencista considera que são injustamente acusados de não partilharem todos a mesma opinião sobre os mesmos eventos desportivos. Diz “injustamente” porque lhes reconhece o direito de não pensarem todos por igual: “Se toda a gente formula a sua opinião, porque se não há-de reconhecer ao crítico o mesmo direito?” (p.138). Dá um conselho a quem queira seguir a profissão: não ceder às pressões do público: “não transijam com o público, na ânsia e na ilusão de lhes agradar, pois teriam de ser tão volúveis e tão insensatos como a multidão” (p.139). Refere que a honestidade e a isenção são elementos fundamentais para o trabalho do jornalista ou do crítico desportivo. Conclui dizendo que o jornalismo desportivo português está ao nível dos melhores. Se é verdade que nos outros países há jornais de maior tiragem, no que se refere à qualidade dos seus profissionais, Portugal não desmerece: “Lá fora pode haver jornais desportivos de maiores tiragens (...) mas não existem melhores, nem mais sérios, nem mais honestos, nem mais imparciais.” (p.140). E afirma que assim deve continuar.

» **Técnicas do jornalismo falado** – O eng.º Silva Dias, orador, faz uma introdução acerca das várias fases da comunicação desde a era da oralidade, passando pela escrita e jornais até ao que designa de civilização audiovisual, permitida pelos grandes desenvolvimentos da técnica, que por sua vez se devem ao progresso económico mundial. São vários os factores que o autor refere para destacar os meios audiovisuais dos restantes. A imediatez, a continuidade, a participação directa e a universalidade. Ainda como diferenciação dos jornais, considera que o público da imprensa não é tão indiferenciado como o da rádio, que não distingue a quem se destina. Caracteriza como técnica de jornalismo falado uma homogeneização da informação e sincretização das ideologias. Salienta que o meio radiofónico não conhece barreiras na propagação da informação, o que o torna diferente – “Daí, os seus benefícios e os seus perigos” (p.154). Preconiza

para um futuro próximo uma utilização generalizada do transistor, “O que significa a amplitude à dimensão da Terra de um sentido: o ouvir” (p.154). O autor não deixa de referir que o público tem tendência a ouvir apenas o que vai de encontro às suas próprias ideias, pelo que as atitudes persuasivas dos meios de comunicação podem por vezes ter efeitos contrários ao desejado. Alerta para a forma como podem ser utilizados os meios de comunicação radiofónicos e sobre a utilização das técnicas do jornalismo falado para fins de propaganda “no caso de estes funcionarem como arma de guerra psicológica, as técnicas do jornalismo falado, impregnadas (...) subordinar-se-ão ao objectivo principal de desmoralizar o adversário, abalar os hesitantes, dominar os indiferentes e amedrontar os tímidos” (p. 155). Refere estudos de Pavlov, como exemplo da influência da fala e a utilização das técnicas do jornalismo falado para outros fins que não os informativos. Assim, para o conferencista, os valores éticos devem ser tidos em conta nos processos de informar e formar a opinião pública.

Silva Dias aborda, seguidamente, as técnicas do jornalismo falado propriamente dito, referindo que a informação deve ser vasta e de interesses alargados, desde informação geral, a literatura, passando pelo teatro e informação específica. Para ele, deve existir uma articulação entre o público e os conteúdos, o que afirma só ser possível obter através da realização de exames sociológicos: “o agrado do público só poderá ser alcançado pelo exame da realidade sociológica e mediante sondagens, inquéritos, etc., sobre a preferência dos ouvintes” (p.158). Acerca dos boletins noticiosos, explica que é necessário proceder a uma selecção das notícias a transmitir, alude ao grande número de notícias que são distribuídas pelas agências, dizendo que a selecção deve obedecer a um critério de melhor informar os ouvintes. Quanto às notícias, deve ser seguida a regra dos cinco W: “What?”, “Who?”, “Where?”, “When?”, “Why?”. Em relação aos textos, aconselha a utilização de palavras mais correntes e que não criem confusão nos ouvintes. Ter atenção às cacofonias e à musicalidade das frases, combinando todos os elementos a fim de que o produto final seja agradável para o ouvinte, também é importante na rádio.

O autor faz também recomendações quanto à extensão dos textos, lembrando que textos da imprensa não são adequados ao meio radiofónico,

assim como nas reportagens deve haver cuidado no tipo de acontecimentos que são transmitidos. Longos discursos não prendem a atenção do ouvinte e não são aconselháveis: “a transmissão de discursos ou conferências na íntegra (...) só satisfazem a vaidade dos interessados sem proveito de maior” (p.160). Conclui fazendo alusão às capacidades técnicas dos locutores, que, considera, “devem possuir recursos artísticos para iluminar os conceitos nas palavras e fazer brilhar as diferentes tonalidades de pensamento” (p.160), já que a apreensão das mensagens depende em grande parte da forma como é lida a notícia.

» **Algumas considerações sobre o regime jurídico da imprensa** – Mons. António Avelino Gonçalves começa por afirmar que o assunto sobre o qual se vai debruçar é complexo e precisaria de um curso só dedicado ao tema para uma análise em profundidade. Pretende fazer uma abordagem leve e chamar a atenção para os aspectos mais relevantes. Começa por fazer referência ao enorme poder da imprensa, classificando-a de verdadeira potência: “Basta atentar nos milhões de pessoas que a lêem, na influência que exerce (...) na política, nos costumes, na cultura, no desporto, na educação, na opinião pública.” (p.164). Com todo o poder que lhe é atribuído, é natural, diz o autor, que a legislação se ocupe da imprensa. Refere, em primeiro lugar, a Constituição, onde está consagrado o direito individual à liberdade de expressão, assim como a legislação para impedir a repressão da opinião pública. O orador destaca a importância que a Constituição dá à opinião pública, e remete novamente para a importância da imprensa: “E aqui é chamada novamente a imprensa a cumprir um grande dever, que é o de exercer «função de carácter público» (...) «em assuntos de interesse nacional a inserir notas oficiosas ou oficiais que lhe sejam enviadas pelo Governo»” (p.165). Refere outras disposições legais que se ocupam da imprensa, com destaque para o Decreto nº12008, de Agosto de 1926, que afirma “bem pode ser considerado a nossa lei de imprensa”. (p. 166). Enumera vários assuntos do capítulos I e II, desde a liberdade de imprensa até o que é a imprensa periódica ou não periódica, a proibição de qualquer referência menos respeitosa ao Presidente da República, altas entidades do Estado Português e estrangeiros, que possam ferir a integridade e indepen-

dência da pátria, até “aos abusos da imprensa e a sua responsabilidade”. (p.166) Continua a enumerar os vários capítulos do decreto que regulam a imprensa portuguesa. Aborda, de seguida, o Código Civil, para referir que também aqui está estabelecido o direito de liberdade de “pensamento, expressão e acção” (p.168). Salienta o facto de estar explícito o direito de publicar qualquer obra literária sem censura, (Acréscita-se ainda ser lícito a todos publicar qualquer trabalho literário independentemente de censura prévia, caução ou alguma restrição (...) sem prejuízo da responsabilidade a que ficam sujeitos” (p.168). Após a enumeração das leis, o autor faz alguns comentários sobre aspectos que estas suscitam. A liberdade de expressão é dos direitos mais referidos a este propósito e considera que a liberdade nesta matéria é para o indivíduo, mas não para as ideias: “Esta liberdade, porém, é concedida ao indivíduo, ao sujeito, não ao objecto do pensamento.” (p.168). A liberdade e a responsabilidade estão juntas. Para o orador, o homem é livre de pensar, mas não será tão livre de difundir o seu pensamento, já que este pode entrar em confronto com o pensamento do outro. “A primeira só tem influência no agente a segunda pode tê-la na formação mental e na vida prática dos outros” (p.169). A liberdade deve ser, portanto, limitada e para o autor quem deve exercer essa limitação é o Estado e a Igreja, “para defesa dos valores espirituais e sociais, assim como da pessoa humana e dos direitos da colectividade” (p.169). A liberdade de imprensa, portanto, existe, mas é regulada uma vez que é necessário um controlo: “A liberdade de imprensa é direito basilar (...) mas não se pode consentir que o exercício deste direito degenere em abuso, que se converta a imprensa em instrumento de ofensa, imoralidade ou falsificação.” (p.169). A ordem jurídica deve manter o equilíbrio dos vários interesses.

O autor refere, ainda, que a crónica é o género jornalístico onde é mais comum o abuso da liberdade de imprensa (p.170). Salienta, também, que há assuntos que por razões de importância para a nação e Estado, devem ser postos limites para a sua exposição ou crítica por parte dos jornais. O indivíduo tem o direito de pensar e de comunicar, mas deve ter em atenção os efeitos que esses pensamentos e essas comunicações possam provocar. Por outro lado, o Estado está obrigado a defender o

bem comum: “às autoridades compete impedir que os abusos da liberdade de imprensa causem dano àqueles de quem têm a responsabilidade moral” (p.171). Entra o autor num tema que classifica de delicado: a censura. Fala da Igreja, como a primeira instituição a utilizá-la e refere que desde Gutenberg, passando pela Revolução Francesa até à actualidade, foram vários os governos e países que a ela recorreram. O autor considera que a censura, se for para servir o bem comum, é admissível. Faz uma distinção entre censura prévia e censura repressiva. Para a primeira, dá como exemplo os países comunistas. Quanto à censura repressiva, ao actuar posteriormente, não é considerada tão eficaz, pois depende dos mecanismos da justiça para actuar. Para o autor a censura prévia é, por vezes, necessária. Dá como exemplo situações de guerra, ou situações de crises políticas internas, onde diz, por vezes “jornais e jornalistas se não mostram à altura da sua missão” (p.173). Para o autor, o problema reside “em conciliar a liberdade com a autoridade, os direitos dos jornalistas, das empresas, da sociedade, do próprio Estado, entre si, e o de todos com o bem comum” (p.173). Conclui fazendo uma reflexão acerca da necessidade de alterar o regime de censura prévia que vigorava em Portugal para um regime de transição que admita a de censura prévia só nalgumas situações excepcionais. Esse novo regime deveria ser conjugado com uma nova lei de imprensa. Considera que, dada a conjuntura (de 1963), seria vantajoso avançar para essa situação, lembrando que não será tarefa fácil: “é mais fácil criticar o actual regime jurídico da imprensa (...) do que elaborar uma lei ideal” (p.174). Salienta que mais do que um código jurídico é necessário um código de ética dos jornalistas e das empresas para qual estes trabalham. Dá ainda como exemplos negativos da liberdade de imprensa notícias que tem saído a público nalguns órgãos de informação estrangeiros, menos positivas para Portugal: “temo-lo nos ataques contra Portugal desferidos por tantos órgãos de imprensa” (p.174). Considera que a censura é “em muitos casos(...) mais um castigo bem merecido do que uma violência injusta”(p.175). Afirma que deveria ser previsto na nova lei formação específica para jornalistas, pois “o tempo do amadorismo em imprensa tende a acabar” (p.175). Termina com a sugestão da criação de uma tribunal especial para delitos da imprensa.

» **O jornalismo e os meios audiovisuais** – O Eng. Barradas da Silva inicia a sua comunicação agradecendo o convite que lhe foi dirigido e faz algumas considerações acerca do tema - Informação, classificando-o como um tema susceptível criar polémica. Diz-se em desacordo na forma como a Informação é condicionada. “Falar sobre informação, entre nós acarreta dificuldades, e suscita melindres, sobretudo para aqueles que, como eu, (...) não concordam com a maneira como a informação é condicionada” (p.179). O orador, sugere um novo título para a sua comunicação, para «A Informação e a Televisão.» A palavra informação parece-lhe mais adequada do que jornalismo dada a área profissional a que pertence, a televisão: “Eu preferiria destinar a palavra jornalismo à imprensa” (p.182). Mesmo considerando que há afinidades entre as actividades da imprensa escrita e da informação dos meios audiovisuais, encontra-lhes, ainda assim, algumas diferenças: “Por isso usarei a palavra informação em vez de jornalismo” (p.182). Dentro dos meios audiovisuais o autor faz uma divisão entre o cinema sonoro e a televisão. No caso do cinema, a informação neste meio restringe-se à exibição de pequenos filmes de actualidades ou documentários de assuntos que o autor designa de interesse geral. Mas em termos de produção de informação, é na televisão que estes são realizados e pelo que será este meio objecto de análise. Começa por informar que no início o departamento de Informação da RTP estava englobado na produção de programas mas, dadas as suas características próprias, optou-se pela separação. A necessidade de imediatez da informação em contraponto à grande antecedência da produção surge como uma razão fundamental para esta separação. Enumera as rubricas que competem ao departamento de informação: “Serviços informativos diários e regulares, ou sejam as várias edições de um telejornal; Programas sobre assuntos políticos; entrevistas de carácter geral; Crónicas e programas do tipo «magazine»; Programas informativos ditos de interesse geral e ainda todos os que se caracterizam pela actualidade; Programas desportivos.” (p.184). O Orador faz uma descrição do funcionamento e do processo de elaboração de um noticiário, uma vez que, considera ser o programa de maior interesse para os presentes. Começa por referir que sendo o ideal um

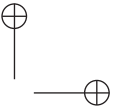
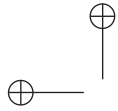
departamento de informação dispor de um estúdio próprio, e de uma régie, que designa como uma sala de comando, de onde são enviados os sinais, som e imagem para uma régie final, na RTP isso não acontece. O estúdio de continuidade é usado também como estúdio de noticiários. É importante que a autonomia operacional do departamento seja tal que à hora do programa as vias de emissão estejam disponíveis e sem interferências para uma cabal transmissão do programa. Para o autor, os telejornais são parte fundamental do departamento de informação pelas suas características únicas: contacto diário com o espectador, maior ênfase nas notícias do dia, seja assuntos de profundidade ou não. Os assuntos de maior desenvolvimento são da alçada de outros programas de menor periodicidade. O telejornal, pelo contrário, exige uma grande rapidez de acção desde o momento que a notícia chega à redacção, passando pelo tratamento da imagem até à apresentação: “Todas as intervenções directas ou indirectas que limitem a rapidez constituem um ataque prejudicial à essência dum serviço informativo de televisão” (p.185). Há ainda um elemento de grande importância nos telejornais que é o elemento humano. As pessoas são a parte visível do trabalho de uma equipa, e o seu desempenho perante a câmara ou em off tem um peso importante no produto final: “constituem o último elo de uma cadeia que pode ver os seus esforços coroados de êxito ou afectados pelo fracasso, conforme decorrer a sua actuação perante as câmaras e os microfones.” (p.185). Segundo o autor há dois factores fundamentais para o bom desempenho de um locutor – deve conhecer os assuntos, ou pelo menos transmitir a ideia que os domina, e por outro a sinceridade. “A câmara de televisão é inexorável e, se o comentador está a expender ideias nas quais não acredita, isso ressalta imediatamente” (p.186).

Para o autor não existem (1963) ainda em Portugal locutores com o nível existente noutros países, devido ao facto de que os noticiários nacionais serem excessivamente longos. “O noticiário televisivo em Portugal, (...) tem incidido frequentemente numa normalização excessiva; isto é o telejornal português vê-se obrigado a fornecer, em extensão, noticiário lido e filmado, que deveria ocupar apenas alguns segundos em cada edição.” (p.186). Considera que devem ser feitas alterações neste

modelo. Dá exemplos de outros países, como Inglaterra, referindo que na BBC o telejornal não apresenta os assuntos em pormenor. As notícias são tratadas de uma forma resumida e rápida, deixando o aprofundamento dos temas para a imprensa. Salienta que assim se evita situações de concorrência, “limitando-se a fornecer os «cabeçalhos» e não competindo com a imprensa pela utilização dos mesmos métodos.” (p.187). Afirmar que para a informação na televisão ser rápida são necessários grandes meios que em Portugal ainda não estão disponíveis, equipas técnicas de piquete, caros de reportagem e de exteriores, correspondentes no estrangeiro, verbas para enviados especiais aos grandes acontecimentos, são já uma realidade noutros países. Compara o número de trabalhadores que a televisão francesa dispõe para a informação, 250 pessoas, com o da RTP, 25, para ilustrar a disparidade de condições de trabalho entre os dois países. Passa a explicar como está organizado o Departamento da Informação no que diz respeito às funções de cada elemento: a direcção do telejornal é da responsabilidade do chefe de divisão de noticiário e desportos. O chefe de redacção planeia e coordena todo o serviço informativo do jornal. A equipa de realização é constituída por um realizador, um redactor principal e um assistente. Esta equipa reveza-se diariamente e conta ainda com o apoio de três redactores e um tradutor. Os locutores não se dedicam exclusivamente ao telejornal, sendo destacados diariamente para a função. No que se refere à montagem de imagens, o telejornal não tem um serviço exclusivo, mas tem prioridade sobre outros programas. O alinhamento do telejornal é executado pelo realizador. A selecção de imagens para ilustrar as notícias é feita por um redactor sob a orientação do chefe de redacção ou do chefe de divisão. As imagens que são utilizadas para as notícias provêm de várias fontes: agência internacional (este material chega via aérea e é recolhido seis vezes por semana); material filmado no Porto e em Lisboa por operadores da RTP. O material proveniente do Porto é enviado por comboio e chega 36 horas depois de gravado; o material proveniente dos correspondentes do ultramar é expedido por correio e é de carácter irregular; as imagens fornecidas por televisões estrangeiras também chegam irregularmente. O material, uma vez recepcionado,

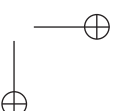
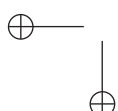
transita para o laboratório ou para o arquivo. O chefe de redacção tem ao seu dispor a informação de todo o material existente de forma a elaborar a agenda. A equipa de realização analisa o material, selecciona-o, e organiza a montagem, procedendo, então, à distribuição dos assuntos pelos redactores. Uma vez pronto o alinhamento, e preparado todo o material passa pelo controlo da censura. “Submetido à aprovação do membro do Gabinete de Exame e Classificação, a quem compete a censura do noticiário.” (p.190). Por vezes a junção de todos os elementos só está pronta quase em cima da hora do telejornal, devido a atrasos de material ou outras complicações técnicas. A informação desportiva, integrada nos telejornais, é assegurada por uma equipa especializada nesta área. Compara os serviços informativos da televisão com os jornais, apresentando as suas diferenças e semelhanças. Têm semelhanças na utilização de fontes, como as agências noticiosas. Encontra paralelismo entre a crónica do jornal e a participação dos comentadores na televisão. Considera a crónica de viagem o equivalente aos documentários filmados e comentados. O folhetim, série de episódios, também existem na televisão. As diferenças em relação ao jornal são a inexistência de artigo de fundo, a não reprodução na íntegra dos discursos nem de relatos desenvolvidos de acontecimentos. A televisão também transmite peças de teatro, programas musicais, etc., o que não acontece nos jornais.

Barradas da Silva refere, ainda, as diferenças óbvias inerentes ao meio, como o número de espectadores, a rapidez da informação transmitida e o poder de penetração. Conclui que os meios audiovisuais e a imprensa são suficientemente diferentes como para se completarem: “Apenas com orientação deficiente pode estabelecer-se a concorrência, que, no fundo, não existe.” (p.193). Aborda o tema da publicidade, dizendo que é uma questão que é vista de diferente forma conforme o meio. Em relação à imprensa, a utilização da publicidade não é contestada, mas em relação à televisão sim. Para o orador, não deveria ser assim. Considera a publicidade necessária e positiva para a televisão. A mais valia económica que a publicidade proporciona é importante para o meio, caso contrário, diz o autor, o peso financeiro torna-se excessivo para o Estado: “O Estado não poderia fácil e legitimamente sustentar, (...) um meio de



difusão caríssimo e que (...) a opinião pública considera (...) de interesse essencialmente recreativo.” (p.193). Aborda a crítica de televisão, que se por um lado aprova e lhe parece necessária, é na sua opinião levada a cabo por pessoas não conhecem o meio. Por último, refere que dadas as características de um meio como a televisão, com o seu grande poder de penetração, e pelo facto de ser a única no país, o serviço de informação deve ser um órgão de informação e não de opinião: “Precisamente porque o poder de penetração é grande (...) um serviço informativo de televisão deve ser um órgão de informação e não um órgão de opinião.” (p.196). Considera que deveria ser criada regulamentação para a televisão, “tanto nos programas correntes, como no que se refere à informação, pois dado o poder potencial incontestável, ela pode ter sobre os espectadores «efeito benéfico ou maléfico». “ (p.197)

Autor (nome completo): Maria de Fátima Andrade Ferreira da Silva
E-mail: fatima.andrade@rtp.pt



» Autores vários, 1971

Autor: Baptista, Moreira; Cardoso, Geraldês; Rogeiro, Clemente; e Valadão, Ramiro.

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1971

Título completo da obra: Opinião Pública - Imprensa, Rádio, Televisão - Problemática Nacional de Informação

Tema principal: Teoria do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Instituto de Altos Estudos Militares

Número de páginas: 84

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: SC 34049 V

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): César Henrique Moreira Baptista foi um político português do Estado Novo. Substituiu José Manuel da Costa à frente do Secretariado Nacional da Informação, a 1 de Fevereiro de 1958. Continuou à frente do organismo quando este, por acção de Marcelo Caetano, se transformou na Secretaria de Estado da Informação e Turismo, a 16 de Outubro de 1968.

César Moreira Baptista distinguiu-se por afastar o SNI, depois SEIT, da linha definida por António Ferro, tornando-o num organismo de promoção turística do país e de melhoria da imagem externa do regime.

Ramiro Valadão foi director da RTP no final do regime corporativo.

Índice da obra:

Problemática Nacional da Informação:

I. Opinião Pública e meios de Comunicação Social

II. A imprensa e a informação

III. A rádio factor de unidade nacional

IV. Problemática da televisão

Resumo da obra (linhas mestras):**I. Opinião Pública e meios de Comunicação Social**

Na óptica de Moreira Baptista, autor do primeiro texto desta colectânea, que resulta de uma conferência dada no Instituto de Altos Estudos Militares, para se compreender a formação das correntes de opinião pública é necessário primeiramente atentar na acção dos mass media na sociedade. No caso português, explica o autor, os meios jornalísticos “estão capacitados (...) para manter atenta uma opinião pública que, conscientemente, apoie o interesse nacional” (p. 10). A conjuntura de então alimentaria, em consequência, o desejo de que a opinião pública nacional fosse “consciente” e “actuante, senhora das razões porque deve optar e não ser conduzida para conclusões de que não conheça os fundamentos” (p. 10). “Isso pressupõe que (...) a informação, no que aos problemas nacionais concerne, deve determinar uma acção dinâmica no fornecimento de factos e de ideias, objectivas e oportunas, reservando as intervenções negativas tão-somente para o que cabe dentro da obrigação constitucional de defesa da opinião pública dos factores que a desorientam contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem comum” (p. 10).

É importante interrogarmo-nos, segundo o autor, sobre se a informação pode ter um papel influenciador e determinante nos comportamentos sociais individuais ou de grupo ou, se são os próprios comportamentos que originam a adequação dos meios de informação à sociedade em que vivemos.

Por outro lado, continua Moreira Baptista, a informação é usada muitas vezes pelas chefias, pelos governos como forma de “sensibilizar e conquistar as opiniões públicas” (p. 11), usando o seu poder em seu benefício de forma a implementar as suas ideologias.

Contudo, algumas considerações do autor acerca das transformações no mundo, levam-nos a afirmar que a informação tem um papel importante no progresso e desenvolvimento das sociedades, visando e salientando

objectivos e interesses definidos pela sociedade. Assim verificamos, segundo Baptista, que existe uma predisposição para mostrar “que o mundo ocidental está em crise” devido à escassez “ideológica” que faça frente à “crise no ensino, crise social, crise financeira, problemas raciais, da saúde, da poluição...” (p.13) criados assim no cerne da opinião pública. Por tudo isto, “é de importância capital a defesa das opiniões públicas (...) com factos e dando-lhes vigorosas definições doutrinárias.” (p.13)

Porém, para Marcelo Caetano, citado por Moreira Baptista, é essencial combater esta crise defendendo e esclarecendo a opinião pública com factos, mostrando “que a capacidade da técnica deve ser utilizada para serviço do homem e das nações, mas limitada por valores (...) válidos”. (p.14)

O autor não esquece, contudo, que grande parte do problema advém do facto de vivermos numa aldeia global, estando todos susceptíveis à influência ideológica e aos seus efeitos nas sociedades e nos indivíduos. Toda esta luta passa pela “conquista da opinião pública do indivíduo” através “dos meios de comunicação social” (p.14), não devendo o Estado, segundo Caetano, citado por Baptista, colocar de parte este problema, visto que cada vez mais a opinião pública é decisiva para as sociedades, determinando para isso qual a definição de opinião pública assim como, “os métodos de intervenção e limites de actuação.” (p.15)

Para Moreira Baptista, a opinião pública “É constituída por juízos compartilhados por grande número de componentes de dado grupo social, de tal modo que um indivíduo ao exprimir alguns desses juízos perante os seus concidadãos tenha considerável probabilidade de o não ver repellido, mas sim de encontrar um ambiente de receptividade e aprovação.” Ou seja, a opinião pública é um “juízo individual (...) que circula entre indivíduos num dado meio social de modo a tornar-se comum e até colectiva.” (p.15)

Na visão de Marcello Caetano, mais uma vez citado por Moreira Baptista, tudo se resume “à conquista de uma opinião pública (...) autêntica consciência nacional, que quer a Paz, mas sem rejeitar ou deixar de apoiar os sacrifícios que as Forças Armadas diariamente (...) fazem nas parcelas ameaçadas dos territórios pátrios.” (p.16-17)

De forma, a concretizar o objectivo de consciência nacional, sem deixar de dar apoio às forças armadas que tantos sacrifícios fizeram, o autor

expressa a opinião de que os militares devem contribuir para consciencializar os portugueses para dizerem não à intriga, ao boato e ao derrotismo, até porque, segundo Baptista, a opinião pública é “volúvel (...) toma atitudes porque parecem bem, desrespeitando por vezes ideologias e pessoas”.

Neste sentido, o autor refere mais uma vez Caetano, segundo o qual “a responsabilidade, o direito e o dever (...) no esclarecimento da opinião pública exercendo, desse modo, uma acção saneadora, (...) tem de ser tarefa comum (...) e não apenas missão de alguns.” (p.18).

II. A Imprensa e a informação

Segundo a opinião de Geraldes Cardoso, para se ter uma primeira ideia da imprensa em Portugal, incluindo da imprensa dos emigrantes, basta olhar para o número de jornais diários, regionais (sobre vários temas) que existem. Pode-se até mesmo concluir que os jornais não são capazes de atingir tantos leitores quanto os que pretendem, pois cada um dos numerosos jornais e revistas – incluindo os especializados em desporto e as magazines – só consegue conquistar um limitado número de leitores.

Há quem diga que “cada país possui a imprensa que merece” e, de acordo com o autor, “a imprensa reflecte as verdadeiras preocupações das nossas populações, a sua consciência política e o sentimento da sua responsabilidade”. Se levarmos em conta esta perspectiva, os estudos dos números das publicações portuguesas revela “uma imagem pouco agradável da imprensa portuguesa” (pg.26)

Por outro lado, de acordo com Geraldes Cardoso, há que ter consciência que a capacidade editorial de Portugal, se comparada a anos anteriores, está a crescer.

Para o autor, os anos posteriores adivinham-se ser de grandes mudanças no campo da informação de todo o Mundo, sobretudo no que diz respeito à TV, com a entrada dos “satélites de radiodifusão directa” e das cassetes vídeo, o que traduz a possibilidade de os telespectadores receberem em casa informação do estrangeiro, projectando também lá fora a imagem de Portugal. Assim, para o autor é evidente que o que possibilita o sucesso de informação é o que está nessa base: a técnica e a capacidade económica das empresas, o que leva a que, nomeadamen-

te na Grã-Bretanha, haja uma fusão dos jornais ou a sua concentração nas mãos de grandes empresas, porque as novas técnicas exigem muitos recursos, os salários dos jornalistas aumentaram e o crescendo da concorrência é cada vez mais visível.

Para Geraldês Cardoso, tudo isso coloca em questão a chamada “liberdade de opinião e expressão”, pois apenas algumas pessoas têm acesso aos novos meios de informação. Além disso, a publicidade é o que cada vez mais sustenta e dá lucro às empresas jornalísticas (para compensar despesas), o que acaba por anular, de certa forma, a sua liberdade.

Toda a informação pressupõe uma ética, o que se traduzirá “em nada transmitir que seja falso e em não omitir o que for verdadeiro”. Geraldês Cardoso conclui que “uma informação capaz deve orientar-se para a revelação e a descoberta da verdade e combater o que possa falsear ou desfigurar essa verdade” (pg. 31).

No entanto, o modo de vida actual não permite uma informação permanente e completa sobre assuntos de interesse geral. Porém, os órgãos de comunicação social, que têm “um papel fundador na formação da opinião pública”, seleccionam o noticiário e dão relevo apenas a certos factos e acontecimentos, o que tem repercussões sobre a opinião pública, “elemento fundamental da política e da administração do País”. (pg. 31)

Assim, segundo o autor, para se conseguir uma informação correcta, dominada por uma ética e correcta liberdade, terá que haver sempre interferência por parte da autoridade (Direcção-Geral da Informação). Compete à Informação moderna, por seu turno, descobrir o público a conquistar e por que meios deve procurar a sua adesão.

Os técnicos de informação percorrem, assim, um longo caminho, mas não podem mentir. A seu lado têm toda uma equipa: imprensa, rádio, TV, os editores e jornalistas.

Finalmente, o autor deixa como conselho a necessidade de se procurar combater sempre falsas informações. Para ele, “na informação pretendemos (...) insistir sem cansaço pela circulação da moeda verdadeira” (pg. 34).

III- A rádio, factor de unidade nacional

A T.S.F. teve o seu início em Portugal em 1925. Um dos pioneiros da radiodifusão portuguesa foi Adriano Lopes Vieira. No decorrer desse ano, foram estabelecidas as condições de emissão e recepção para particulares, criando-se as emissões nacionais e a regulamentação da radiodifusão. Como certo autor escreveu, citado por Clemente Rogério, “a rádio não encontra nenhum obstáculo à sua acção (...) penetra em toda a parte, a todas as horas (...) apodera-se do ouvinte sem defesa pois ele não teve nem oportunidade, nem tempo, nem vontade de se preparar para ouvir”(pg. 46).

Segundo Clemente Rogério, o aparecimento da televisão veio alterar a posição da rádio no seio dos meios de comunicação social, uma vez que o fascínio do público pela TV é muito maior, mas mesmo assim a procura de rádios não pára de crescer, dadas as vantagens de serem mais baratos e de fácil manejo.

Face à televisão, a rádio procura adaptar-se à nova realidade, às novas condições que vão surgindo, explorando, portanto, as suas possibilidades de rapidez e maleabilidade. A rádio é vista como um estímulo à vida local dos ouvintes e para Clemente Rogério “em Portugal vigora um regime (...) de pluralismo radiofónico”, pois há rádios particulares e uma rádio pública: a Emissora Nacional. A Emissora Nacional, por exemplo, emite para o Continente, ilhas e Ultramar e, para estes dois últimos, emite em onda curta e envia programas gravados. (pg. 49) Este “pluralismo radiofónico” é criticado por muitos, mas tem vantagens, dadas as possibilidades de escolha, e conduz a uma salutar competição.

Para Clemente Rogério “a voz da Emissora Nacional é uma presença amiga pronta a ajudar graciosamente em tudo o que esteja ao seu alcance” (pg.54), tendo programas diversificados: noticiosos, de entretenimento e educativos.

O autor diz também que em Portugal (no Portugal de 1971) a decisão de criar novos emissores compete à emissora nacional e aos C.T.T. (depois de ouvido o conteúdo nacional).

Contudo muitas questões e decisões transcendem os poderes destes organismos e falta também um secretariado técnico permanente que

lhes dê apoio. Consequentemente o Conselho Nacional de Radiodifusão, com a estrutura existente, não tem capacidade para acompanhar e responder à nova era das telecomunicações espaciais nem tão pouco é capaz de coordenar a radiodifusão do continente e Ultramar.

Na nova era que se aproxima, diz o autor, adivinham-se batalhas em que “os meios audiovisuais são meios decisivos a empregar”. Portanto, finaliza sublinhando que “para que tal aconteça com êxito, urge repensar toda a estrutura das nossas telecomunicações”. (p. 60)

IV- Problemática da televisão

Ramiro Valadão, ao falar na “problemática da televisão”, comenta que “não encontram os Homens medida pela qual exactamente afirmam a dimensão da influência daquele meio de comunicação na evolução da Humanidade”(pg.73). Refere também que “o desejo de ir mais além é característica essencial da longa caminhada do homem cuja insatisfação é origem de todas as linhas de factura do pensamento ou da acção e traduz permanente ansiedade sem a qual seria impossível a ideia de progresso”. (p. 74)

Para Ramiro Valadão, a nossa época dá extrema importância à informação, havendo especialização de determinados livros e revistas sobre vários assuntos e “cada Homem (...) está cada vez mais perdido na avalanche da informação mundial” (pg.75).

Para o autor, toda a humanidade procura estar informada e “a televisão tem um papel fundamental”(pg.75) nessa transmissão de informação. É graças à televisão que os locais mais isolados têm possibilidade de ver o Mundo, procurando ir ao seu encontro, querendo intervir.

Ora, para o autor, “esta avalanche de informação cultural traz (...) problemas e angústias, mas também facilidades e alegrias que impõem uma coordenação e controlo a que nenhum Estado pode estar alheio” (pg.77).

Assim, Ramiro Valadão refere que “os problemas da programação de qualquer empresa de televisão europeia são numerosos”, sendo o principal, “o da percentagem de produção própria no conjunto geral”. E a R.T.P. apresenta “uma percentagem semelhante à da grande maioria das suas

congêneres europeias”(pg.79), tendo em conta os novos interesses do público, que “quer que se lhe apresentem, através da televisão, excelentes espéctáculos a uma média de, pelo menos, oito horas por dia”, sendo tal desejo de “impossível realização dentro dos quadros de produção nacional de cada país”(pg.80). Comenta o autor que, conseqüentemente, começam a aparecer os acordos bilaterais com as televisões de outros países, e Portugal, por seu lado, começa a utilizar a “produção estrangeira, particularmente norte-americana”(pg.80).

O autor finaliza referindo que só em anos vindouros, e graças a questões financeiras e diplomáticas, “a utilização de satélites (...) e novas descobertas permitirão”, que a televisão seja, “vista tal como se ouve a rádio.”(pg.81)

Autor (nome completo): Juliano Joel Costa Magalhães

E-mail: juliano_prt@hotmail.com

» Azevedo, 1644

Autor: Azevedo, Luís Mariño de

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1644

Título completo da obra: Apologia Militar En Defensa de la Victoria de Montijo Contra las Relaciones de Castilla, y Gazeta de Genoba, que Culmniaron Mordaces, y la Usurparan Maliciosas.

Tema principal: Conjuntura jornalística

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): En la Empronta de Lorenzo de Anveres (Imprensa de Lourenço de Anvers)

Número de páginas: 24

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional Digital

Cotas: <http://purl.pt/12512>

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): São escassas as informações que se tem acerca do autor desta Apologia, apenas se sabe que foi um escritor e militar Português que viveu no século XVII.

Índice da obra:

A defesa da vitória Portuguesa e as contestações de Castela: pp. 1-2

Portugal vs Castela: Diferentes Exércitos: pp. 3-4

A viagem para o campo de Batalha: pp. 5-7

Descrição da Guerra : pp. 8-13

As calúnias dos Castelhanos e a retaliação do autor na Defesa de Portugal: pp. 14- 15

As calúnias da Gazeta de Genoba: pp. 16- 18

A Exalatação por parte do autor ao Barão de Mulinguen pp. 18-19

Outras batalhas Históricas pp. 19-20

Organizar o exército pp. 20-21

As últimas “palavras” dos Castellanos aos Portugueses p.21

Detalhes finais da guerra p.22

Homenagem aos guerreiros Portugueses p. 23

Apontamentos históricos das Monarquias Portuguesa e Catellana p.24

Resumo da obra (linhas mestras): Nesta apologia, Luis Mariño [Marinho] de Azevedo procura afirmar a vitória Portuguesa na batalha do Montijo, travada entre Portugueses e Catelhanos durante a Guerra da Restauração. Para isso, procura defender-se daquilo que diz serem calúnias ditas por Castela e publicadas na *Gazeta de Genoba*, que apoiava os Castellhanos. Como o próprio autor diz, Portugal foi o vencedor da batalha e como tal tem direito à sua reputação por o ter feito, embora os espanhóis insistam no contrário: “A defesa é coisa natural, e sabem os portugueses fazê-la com a espada e com a pluma, sustentando com as armas a justiça e com as letras o direito que dela emerge”. Escreve, portanto, Luís Marinho de Azevedo (1644):

“Não há coisa no mundo mais poderosa do que a verdade. (...) Querer obscurecê-la com uma mentira é como tapar a luz do sol com uma pequena nuvem. (...) Mas quis a política humana que fosse mais sustentável colorir uma mentira do que acreditar numa verdade (...), apesar de contra esta não prevalecerem, na opinião de Séneca, artifícios retóricos, palavras artificiais nem relações sofisticas. Destas usou sempre Castela para vulgarizar as mentiras que publica e as verdades que oculta com dialogismos e admoestações loquazes. (...)

Nasceu a verdade nua (...) e os vestidos com que a quiseram adornar (...) só servem de remendos (...), como sucedeu com as *relações* [itálico nosso] que imprimiu Castela. (...) Publicou Castela que se havia levantado o sítio (...) como sempre faz quando toma alguma praça, mas procura sempre desmentir as perdas consideráveis (...), distraindo o povo com *relações* ridículas para que este não sinta [essas perdas]. E ainda que um político tenha dito que não há ofensas que mais se devam ignorar que as das línguas, penas e imprecisões, para nos podermos empenhar em defendermo-nos de outras maiores, por justiça se antepõem as nossas verdades às suas [de Castela] mentiras; nossa sinceridade aos seus enganos; nossa circunspeção aos seus embustes. (...) Querem os castelhanos torcer e adulterar a verdade como sempre fizeram (...). E ainda que o sargento-mor Dom António Pardo, que foi autor da relação que

se imprimiu em Sevilha, [tenha dito algumas verdades], ocultou a maior parte, para não deslustrar a reputação de Castela. (...) E que assombração provocou António Pardo ao que escreve gazetas em Génova (...) para este dizer disparates sem pés nem cabeça e escrever mentiras (...), falseando (...) a verdade. Porque tudo (...) o (...) gazeteiro genovês escreve ao contrário. (...) Poderiam os senhores genoveses manter a neutralidade. (...) Se o autor da gazeta [genovesa] dissesse o seu nome poder-se-lhe-iam esgrimir os nossos argumentos (...). Gastem muita arrogância os castelhanos nas suas *relações* e dêem os genoveses muitas falsidades nas suas gazetas que apesar disso do dito ao feito vai grande distância (...) apesar das *relações* caluniosas escritas com penas mendigantes.”

O autor critica, portanto, Castela por querer adulterar a verdade, usando gazetas para propagandear mentiras: “Querem os castelhanos torcer e adulterar a verdade (como sempre o fazem), atribuindo-se a glória de uma vitória que foi nossa.” (p. 14).

Também a *Gazeta de Genoba*, conforme se nota pelas palavras do autor, publicou algumas inverdades contra Portugal, refutadas por Azevedo, que por sua vez acusa os genoveses de não saberem conservar a neutralidade nem manter um comportamento brioso.

Autor (nome completo): Joana Cristina Pinto Da Silva
E-mail: 17957@ufp.pt

» Baptista, 1966

Autor: Baptista, Jacinto

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1966

Título completo da obra: Um Jornal na Revolução: “O Mundo” de 5 de Outubro de 1910

Tema principal: História do jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Seara Nova

Número de páginas: 217

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: S.C. 27299 V

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: A7-6-90

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Jacinto Baptista foi jornalista e morreu em 1993, com 67 anos.

Índice da obra:

Introdução: p. 9

I. Um jornal de 10 réis: p. 15

II. A Revolução: p. 63

1. A rotunda, «diabólica caldeira...»: p. 65

2. O juro do capital investido: p. 81

3. O aparelho defensivo: p. 93

4. Enfim!: p. 109

III. Relance sobre a vida quotidiana: p.115

IV. «O Mundo» de 5 de Outubro de 1910: p. 135

Bibliografia: p. 209

Índice Remissivo: p. 213

Livros LabCom

Resumo da obra (linhas mestras): Este livro refere-se à situação vivida no mundo na época (no dia) da instauração do regime republicano (5 de Outubro de 1910) e transcreve excertos significativos do jornal republicano *O Mundo* dessa data e datas próximas.

No livro, o autor refere que *O Mundo* se propunha a abarcar mais informação do que *A Capital* ou *O Paiz*. Nessa altura, verificava-se uma “luta” para ver qual dos jornais alcançava o topo da hierarquia dos jornais diários. No entanto, apesar do nome, *O Mundo* não englobava as notícias de todo o mundo, devido a diversos factores, como a mobilidade dos jornalistas e a baixa capacidade económica da população da época (do seu *target*). Apesar de custar apenas 1 dez réis, essa quantia era necessária aos mais necessitados: “No panorama da imprensa portuguesa do tempo, *O Mundo*, jornal republicano, visava mais longe do que, por exemplo, *A Capital* ou mesmo *O Paiz* (...). Mercê do favor que a opinião democrática lhe dispensava, lograra ascender ao cume possível de uma hierarquia – a hierarquia dos jornais diários que, nas vésperas do 5 de Outubro de 1910, militavam activamente, ardorosamente, pela implantação da República em Portugal. (...) Não abarcava o mundo [devido] entre outras às limitações decorrentes da rede nacional de transportes (...), do baixo poder de compra do público a que se dirigia. (...) *O Mundo*, este *Mundo* custa 10 réis (...) quantia ínfima sem dúvida, mas não desprecienda para a economia dos mais humildes” (p. 17-20).

Jacinto Baptista diz ainda que “*O Mundo* não era um colosso da informação” (p. 20) e que “a despeito das suas informações, se afirmava, essencialmente, jornal de opinião” (p. 21). O autor acrescenta, ainda, que o número de 5 de Outubro de 1910 “não é o jornal de um dia vulgar (...), é o jornal de um dia histórico” (p. 21).

Para que se forme uma ideia do temor então manifestado pelos poderes constituídos em relação aos jornais republicanos, o autor explica que, a 11 de Abril de 1910, o Juiz de Instrução Criminal Almeida Azevedo, em carta a D. Manuel II, recomendava ao rei “lembrar aos ministros da guerra e da justiça a conveniência de não permitir a leitura de jornais republicanos nos estabelecimentos do Estado». E acrescentava: «Menciono dois ministérios. Podia referir-me a todos»” (p. 25).

O Mundo, o jornal “sem medos”, por noticiar muito do que se passava nessa época, inclusive as notícias republicanas, foi várias vezes perseguido e suspenso pela polícia: “*O Mundo* era pela coragem, vigor, desassombro e admitamos que até despejo das opiniões expressas, o campeão das suspensões; reconhece-o, por exemplo, o *Diário de Notícias* (...) quando escreve «Ontem foi apreendido novamente o nosso colega *O Mundo*, a vítima predilecta das perseguições policiais». (...) A situação de desfavor de *O Mundo* chegava, mesmo, a extremos que lhe conferiam lugar à parte no panorama da imprensa portuguesa coeva, porquanto este jornal era atingido não só por sucessivas apreensões e censuras, como, até, por «leituras prévias (!) – estas últimas jamais realizadas contra outro qualquer jornal” (p.27-28).

Conta o autor que, devido às insistências dos jornalistas em publicar o que não deviam, o Governo decidiu acabar com alguns jornais, temendo-se que acontecesse o mesmo a *O Mundo*. Mas tal não aconteceu, conforme frisa o próprio jornal: “«Desde que o Governo se abalançou a acabar com *A Pátria* e *O Paiz*, é capaz de querer acabar com *O Mundo* (...) em Portugal. (...) [Mas] *O Mundo* vingou». O seu programa era, segundo as palavras de França Borges: «servir, como sempre servimos, a Verdade e a Justiça. Queremos dizer o que sentimos – atacar a opressão, desmascarar a mentira, atacar a imoralidade, defender os oprimidos, verberar os tiranos e os exploradores.»” (p. 29).

Citando Joaquim Leitão, o autor salienta que a Liberdade de Imprensa “deixou de ter significação na nossa língua e no nosso país”. O que existia, no lugar dela, “era a lei de imprensa” (p.33): “os últimos governos monárquicos não aboliram a lei de imprensa. Por sua vez, as empresas jornalísticas e, principalmente, as novas empresas (...), mostraram-se cada vez mais interessadas em escrever verdades enérgicas nos seus jornais. As limitações, em vez de abrandarem, agravaram-se: «Para a imprensa há, em Portugal, leis de opressão e leis de excepção»” (p.33).

No início do século XIX, recorda Jacinto Baptista, as vendas dos jornais aumentaram, e estes passaram a ser alvos maiores da publicidade: “Referindo-se ao período (...) 1894 a 1899, Brito Aranha notava ter aumentado o número de publicações periódicas. (...) Em 1891 (...), figu-

ravam nos livros de matrícula do Governo Civil de Lisboa os nomes de não menos de 9750 vendedores ambulantes de jornais – e este é outro indício da expansão relativa da nossa imprensa nos fins do século XIX. Não era fenómeno exclusivamente português, (...), mas europeu, o da multiplicação dos jornais, do aumento das tiragens, do número crescente das páginas e, em especial graças à publicidade, o do embaratecimento dos exemplares. Esta expansão, que caracteriza o surto da imprensa moderna, principia em meados do século XIX” (p.34-36).

Em 1904, Alberto Bessa escreveu como o jornalismo português se desenvolveu, conquistando a liberdade de imprensa em 1820: “Ao escrever em 1904, (...) Alberto Bessa assinalava os «progressos que hoje apresenta» o jornalismo português. Datava (...) o começo desse desenvolvimento de 1820, «com a instituição da liberdade de imprensa»; ou – (...) decalcando a Carta Constitucional – com o *direito de comunicar o pensamento por escrito, na imprensa, sem dependência de censura*. Esta circunstância (liberdade de imprensa) não é, de modo nenhum, incompatível com as determinantes técnicas da expansão dos jornais” (p. 37)

No início do século XIX, recorda o autor, o jornalismo noticioso passou a predominar: “Inaugura-se (...) a era do jornalismo predominantemente noticioso, em detrimento do jornalismo essencialmente doutrinário (...) em que – no dizer de Alfredo Cunha – «eram tão grandes os artigos como pequenas eram as tiragens» (p. 38). Assim, “o aumento de tiragens dos jornais e, em particular, o crescimento da publicidade vão permitir que diminua o preço por exemplar ou, mais exactamente, se tivermos presente a revolução operada no jornalismo francês por Émile de Girardin, a diminuição do preço por exemplar vai permitir que aumente a tiragem e cresça a publicidade” (p. 44-45). Deste modo, “nos primeiros anos da sua atribulada existência, *O Mundo*, apesar de a sua tiragem exceder a habitual numa folha política, teria três mil escassos leitores” (p. 47).

Com as mudanças, as tiragens aumentaram e foi preciso uma nova máquina que as suportasse: “*O Mundo* era (...) tirado «numa velha máquina trôpega»; agora, essa máquina já não basta para imprimir os «milhares e milhares de exemplares que o seu novo público avidamente reclama». Então: «Correm-se as oficinas de Lisboa e o novo jornal – porque é um

novo jornal que desponta á luz de uma publicidade sem exemplo – é tirado em máquinas que não dão vazão ao êxito».” (p. 48). Segundo João Chagas: “*O Mundo* «é, antes de mais nada um jornal político, e dos de maior responsabilidade e (...) não lhe é lícito, sob o pretexto de fazer bom jornalismo, fazer má política»” (p. 51).

O autor relembra a prolixidade do jornalismo português no início do século XX, criticando-a com base nas palavras de João Chagas: “«A imprensa portuguesa não tem igual no mundo, porque não há por certo país algum no mundo onde circulem tantas folhas impressas, que menos correspondam à ideia e ao plano dos jornais dos nossos dias, e que menos justifiquem a sua existência de um público que as reclame». Ao pronunciar-se, em especial, sobre os jornais de opinião (dentre os quais tendia, naturalmente, a excluir os que eram afectos ao ideário republicano), João Chagas (...) era impiedoso: «A imprensa política portuguesa, com excepções que são bem conhecidas, é uma imprensa de pasquins, que desonram a instituição da imprensa e desonram a sociedade»”. (p. 62).

Já no segundo capítulo, o autor refere que, a 7 de Outubro de 1910, se lerá n’ *O Mundo*: “«Pedimos desculpa aos nossos leitores de deficiências importantes que tem havido no nosso serviço de informação. Confessamo-las. Mas o caso tem explicação. No MUNDO há jornalistas. Mas esses jornalistas são mais republicanos do que jornalistas. Este jornal não se tem feito, por isso, com serenidade. Pelo contrário, tem-se feito com sobressalto. Tudo nesta casa tem andado em desordem. Primeiro, a desordem da Revolução. Depois, a desordem do Triunfo. Desculpem-nos a falta aqueles que podem compreendê-la e justificá-la que trabalharam pela República com a mesma devoção que lhe consagramos sempre»”. (p. 67) O autor interroga-se, ainda, sobre a classificação de *O Mundo*: “Não se classificaria *O Mundo*, tão só com estas palavras, como um jornal de opinião, um jornal onde o ideário e as conveniências políticas se sobreponham à profissão jornalística?” (p. 67). Por fim, acrescenta que o jornal de França Borges durante o movimento revolucionário declarou: “«O jornal da manhã *O Mundo* dava notícia dos acontecimentos, exagerando-os, o que não prejudicava o movimento»”.

Nas páginas seguintes, Jacinto Baptista analisa como *O Mundo*

descreveu a Revolução do 5 de Outubro de 1910, evidenciando as suas vicissitudes e polémicas. Recorda, também, que um único jornal portuense, A Pátria, noticiou as operações que decorriam na capital, por ter sido informado pelos seus correligionários republicanos.

Após a Revolução, o jornal de França Borges fez, segundo Jacinto Baptista, um “balanço parcial” da situação, de forma crua, relembando “o rol dos mortos entrados na morgue; e dos cadáveres depositados e dos feridos tratados ou internados no posto da Misericórdia, que é aquele que os repórteres têm mais próximo e aonde podem deslocar-se com menos perigo” (p. 112).

Continuando a sua abordagem acerca da forma como *O Mundo* cobriu a proclamação da República, Jacinto Baptista, explica, no capítulo seguinte, que o jornal, após a Revolução, retomou “a crónica da vida quotidiana”, tornando a incluir o *fait divers* e o comentário político. Recorda, também, que *O Mundo* cobriu a morte de Miguel Bombarda, evocando as palavras deste dirigente republicano.

Nas folhas seguintes, Jacinto Baptista interroga-se sobre os critérios editoriais de *O Mundo*: “Lemos, já as principais notícias do País. E, do estrangeiro, que informações nos transmite *O Mundo*? Poucas (mas surpreenderá isso, numa época em que se noticiava livremente a vida nacional? Num dia como o 5 de Outubro?); poucas e de escassa repercussão, pois que nesse tempo, as políticas internacionais eram menos interdependentes do que hoje e processavam-se em sistemas mais fechados. Das excepções, (...) uma assume especial significado: é, sob a rubrica *O que se escreve* lá fora, a transcrição da carta de Magalhães Lima, grão-mestre da Maçonaria e proeminente arauto da revolução republicana em Portugal, ao órgão de Lloyd George, *The Nation*”. (p. 121).

Ainda sobre os critérios editoriais, o autor critica: “O que aos jornais portugueses primordialmente interessa são as notícias do País, as que mais nos afectam. Esse interesse (...) pode, até, ser tomado como viciosa tacanhez bisbilhoteira...” (p. 122). A posição crítica de Jacinto Baptista sobre esses critérios é, aliás, corroborada pela de João Chagas, que o autor cita: “João Chagas sentia a necessidade de completar com a leitura do *Matin*, que lhe dizia o que se passava no Universo: «Graças ao

Matin (...) vejo o mundo inteiro. (...) O jornal que eu leio, (...) não me fala senão da rua em que se publica». Por isso, muitas vezes lhe ocorria interrogar-se acerca do que sabiam do Universo e dos interesses humanos aqueles que não liam o *Matin*: «Ah! Deve saber muito pouco! Ver a vida por uma frincha – tal deve ser a situação d’esses. Essa frincha é – o nosso jornal».” (p. 122).

Seguidamente, o autor explica que, apesar da rivalidade existente entre os jornais da época, como entre *O Mundo* e *A Capital*, muitas vezes os periódicos não hesitavam em servir-se das informações dos concorrentes: “Os nossos quotidianos de 1910, tão *esbezerradamente* locais, não se coibirão de completar com as dos colegas as opiniões e informações próprias. É assim que *O Mundo* citará o panorama geral que *A Capital* da véspera esboçou da Revolução. (...) *A Capital* (...) jogara irreversivelmente na vitória democrática, ao escrever que, «proclamada por diversas fontes do exército, por toda a armada, e auxiliada pelo concurso popular, a República tem hoje o seu primeiro dia de historia, e a marcha dos acontecimentos, até á hora em que escrevemos, permite alimentar a esperança de um definitivo triunfo»” (p. 123).

Continuando a sua análise do número de 5 de Outubro do *Mundo*, Jacinto Baptista recorda que a questão clerical estava bem presente na época: “E que mais se passa em *O Mundo*? Passa-se a questão religiosa ou, mais exactamente, a questão clerical, que, nas vésperas do 5 de Outubro, ganha grande relevo: a notícia do jornal de França Borges sobre *O Coio do Quelhas* o exemplificava. Que significava, rigorosamente, esta notícia? Que significava a dissolução de comunidade religiosa albergada no Quelhas? Que significava, antes da revolução, *antes de proclamada a República*, esta disposição anticlerical, que, aliás, tinha antecedentes próximos? Significava uma concessão de D. Manuel II às tendências liberais do último governo monárquico, um rumo – sem dúvida tardio, se intentava satisfazer as exigências da consciência laica da população democrática do País – um rumo que o órgão progressista *Correio da Noite* acusava de «abertamente revolucionário»” (pp. 127-128).

O autor deste livro afirma, ainda, que “A verdade é que esta linha de acção liberal do governo de Teixeira de Sousa – o estadista que *O*

Mundo insinuava que confessara *não ter cabeça para isto* (isto era a política, a revolução...) – procurava ir ao encontro de uma forte corrente de opinião, que até na medicina vigente encontrava apoio para as suas reclamações. Pois num congresso em Viana do Castelo não indicara um médico como uma das circunstâncias do decrescimento da mortalidade pela tuberculose nas populações urbanas nas grandes cidades a «gradual e sucessiva clausura nos estabelecimentos religiosos?» (p. 128). A política editorial anti-clerical do *Mundo* gerava, ainda, em consonância com o autor, o silenciamento noticioso das actividades das associações religiosas (pp. 128-130).

De seguida, Jacinto Baptista mostra como *O Mundo* procurou vincar, discursivamente, que o país estava em perfeita normalidade após a Revolução Republicana: “E, quase à margem das convulsões revolucionárias, grande parte da vida quotidiana flui com o remanso habitual e as novidades que não chegam para o perturbar: o Coliseu estreou um número (...) que anuncia, e explora, espectacularmente, os progressos da aviação, novo meio de transporte inventado pelo homem. Não se efectuou, porém, a extracção da lotaria, contra o que conjecturava *O Mundo*. Estão a reabrir as escolas. O anúncio de um corrector vem lembrar que as operações da Bolsa, proclamada a República, recomeçarão o seu curso sem perturbações. E, com efeito, no jornal de amanhã – ou seja *O Mundo* de 6 de Outubro... – leremos que «ontem já todos os bancos e casas de crédito abriram, assim como a Alfândega e todos os estabelecimentos. Na Bolsa houve concorrência e, apesar das perturbações e da agitação revolucionária nas recentes horas de combate, as cotações não sofreram baixa alguma sensível, mostrando-se, pelo contrário em situação igual aquela que tinha anteriormente ao movimento insurreccional» (pp. 130-131).

Ainda no decorrer da sua abordagem, Jacinto Baptista, mais uma vez, volta a interroga-se, sobre: “Que mais nos diz *O Mundo*? Que a solidariedade não era, em 1910, uma palavra vã. (...) Outra associação partidária – o Grupo Republicano França Borges – anuncia que comemorará a vitória democrática nas eleições de 28 de Agosto: mas, sobretudo, o 5 de Outubro, será ainda mais extensa, naturalmente, a comemoração. Ora, a que vitória eleitoral se refere esta notícia de *O Mundo*? Àquela

que, pouco mais de um mês antes da proclamação da República, assegurara ao Partido Republicano assento parlamentar para catorze deputados seus, quando eram já republicanas as juntas de paróquia e a vereação da capital do reino” (p. 131).

Para finalizar, Jacinto Baptista faz uma crítica pessoal aos anúncios publicitários existentes na última página do jornal *O Mundo*: “Voltamos a última página de *O Mundo*: são os anúncios que exclusivamente a preenchem. Neles encontraríamos, também, informação de interesse, se tivéssemos a competência especializada para prosseguir a nossa análise em domínio (o económico) não menos importantes do que o dos factos políticos e sociais que vimos noticiados nas páginas da redacção do jornal. Estes anúncios (alguns deles desactualizados) representaram (...) dinheiro gasto em pura perda pelos anunciantes, já que os leitores de *O Mundo* de 5 de Outubro de 1910, aliciados para mais importantes e urgentes motivos de leitura, lhes devem ter dispensado bem escassa atenção. O leitor de hoje não será muito mais generoso. Mas aceite uma só sugestão: percorra com o olhar os anúncios de *O Mundo*. Certos nomes de firmas e de produtos anunciados são-lhe familiares: meio século decorrido, evoluções e revoluções políticas e sociais, guerras, catástrofes naturais, não os destruíram; a alguns desses nomes o tempo e os seus acidentes só contribuíram, mesmo, para que consolidassem o prestígio e a força. Correspondem a valores permanentes, sim – não tão ambiciosamente permanentes como os que se alega serem categorias do espírito; mas modestamente permanentes e tão sólidos também: os do comércio e da indústria e da agricultura, os da vida civil, que, como os demais, e talvez com maior propriedade ainda, constroem a História.” (pp. 133-134).

Jacinto Baptista coloca, no fim, como último capítulo deste livro, a transcrição integral do jornal *O Mundo* do dia em que se deu a Revolução Republicana – 5 de Outubro de 1910.

Autor (nome completo): Isabel Maria Pereira Gonçalves
E-mail: isamr.p.g@gmail.com

Livros LabCom

» Barbosa de Magalhães, 1966

Autor: Barbosa de Magalhães, J.M.

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1894

Título completo da obra: Liberdade de Imprensa: Petição de Agravo
«Correio da Tarde»

Tema principal: Liberdade de Imprensa

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Tipografia do «Correio da Tarde»

Número de páginas: 19

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: 8081 V

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): José Maria Barbosa de Magalhães nasceu em 1879, tendo feito a sua formação em Coimbra. Foi Ministro da Justiça, de Instrução Pública e dos Negócios Estrangeiros entre 1913 e 1922. Em 1933, tornou-se Bastonário da Ordem dos Advogados. Deixou uma vasta obra jurídica em publicações da especialidade. Por fim, já nos anos 40, fez parte da Comissão Directiva do Movimento da Unidade Democrática, sofrendo insistentes pressões e perseguições políticas. Morreu em 1959.

Índice da obra: [Não tem índice]

Apresentação do processo: pp.3-4

A acção do Estado: pp. 4-6

A busca da Inocência: pp. 6-15

A fuga à censura: pp.16-19

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra é um opúsculo, escrito por José Maria Barbosa de Magalhães, que resulta de um processo judicial

instaurado ao jornal “Correio da Tarde”, no qual, o autor, advogado e jornalista, tece varias considerações sobre a liberdade de imprensa.

Começa logo por atacar o poder instituído e os limites rígidos por ele imposto: “Afrontando as liberdades públicas e as garantias constitucionais, o governo, depois de haver substituído a justiça pela inquisição policial, depois de haver suprimido o direito de reunião pela dissolução das associações de classe, depois de haver insultado a soberania popular com o adiamento indefinido das cortes, e depois de haver infringido todas as leis fundamentais da nação, lembrou-se de estrangular também a imprensa independente, e mandar pelos seus agentes inaugurar a perseguição nas ruas e nos tribunais.” (p.3)

Seguidamente, o autor descreve uma lei sobre a liberdade de imprensa que data de 17 de Maio de 1866 e que é relevante no processo: “(...) no § 2.º do art. 6.º declarava o Ministério Público competente para intervir nos crimes de abuso da liberdade de imprensa nos casos de difamação ou injúria, sendo ela dirigida: 1.º contra o chefe de nação estrangeira, havendo requisição do seu governo; 2.º contra os seus embaixadores ou representantes acreditados na corte de Portugal, havendo requisição dos ofendidos.” (p.5)

Nas páginas seguintes o autor, tenta mostrar a inocência do arguido através da dissecação de diversas leis, decretos-lei e da Constituição (pp 6-15). Começa por referir um articulado legal: “Aqueles que ofendeu directamente por palavras, ameaças ou por actos ofensivos de consideração devido à autoridade, algum ministro ou conselheiro do estado, membro das câmaras legislativas, ou deputação das mesmas câmaras, magistrado judicial, administrativo ou do ministério público, professor ou examinador público, jurado ou comandante da força pública, na presença e no exercício das funções do ofendido, posto que a ofensa se não refira a estas, ou fora das mesmas funções, mas por causa delas” (p.7)

Posteriormente, José Maria Barbosa de Magalhães, esclarece: “o facto imputado ao agravante não é criminoso, porque nos artigos arguidos não há ofensa a ninguém, porque em suma se não cometeu abuso algum de liberdade de imprensa. O que nesses artigos se faz é discutir e censurar, embora com energia e veemência, os actos do governo, que ninguém

ousa contestar, que são revoltantes e atentados contra os mais fundamentais princípios e contra as mais sagradas garantias da Constituição do Reino.” (pp.16-17)

Por fim, o autor, mostra o direito à liberdade que todos os cidadãos têm, ou que pelo menos deveriam ter: “Toda a lei, que reconhece um direito, legitima os meios indispensáveis para o seu exercício (Código Civil, Artigo 12.º). Ora se pela Constituição do Reino todo o cidadão português tem o direito de intervir na marcha dos negócios públicos; se o governo da nação é representativo, e portanto do povo pelo povo; se quem deve reinar é a opinião criada pela discussão e propaganda; não podem deixar de considerar-se lícitos todos os meios de acção política na órbita das leis. Por isso, a Carta Constitucional, no artigo 145.º, permite que todos possam comunicar os seus pensamentos por palavras e escritos, e publicá-los pela imprensa sem dependência de censura (§ 3.º), e que todo o cidadão possa apresentar por escrito reclamações, queixas ou petições, e até expor qualquer infracção de Constituição e, até requerer perante a competente autoridade a efectiva responsabilidade dos infractores (§ 28.º). Reclamar contra os actos do governo, queixar-se de que ele os praticasse, pedir que eles se revoguem e se evitem, expor que infringiram a lei fundamental do país, não é crime.” (pp. 17-18)

Autor (nome completo): Diogo Miguel Vasconcelos da Silva Gomes
E-mail: diogo_curse@hotmail.com

» **Barbosa, 1968**

Autor: Barbosa, António

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1968

Título completo da obra: Relações entre o Vaticano II e a Opinião Pública do Seu Tempo. Conferência Pronunciada no Seminário Maior do Porto, no Encerramento da 1.^a Exposição de Imprensa Diária Nacional, em 19 de Maio de 1968

Tema principal: Ética, Direito e Deontologia do Jornalismo/Liberdade de Imprensa.

Local de edição: Braga

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Separata da revista “Teológica Vol. III-FAC.II

Número de páginas: 15

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: R. 12901 V.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: M7-11-6 (14)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): -

Índice da obra:

I- Opinião pública e opiniões: pp. 1-2

A) Análise da opinião e dos seus elementos: pp. 2-3

a – Opinar é conhecer imperfeitamente: pp. 3

b – A dimensão social da opinião: p. 4

B) Exame fenomenológico da opinião pública: p. 5

a – Diversificação e estruturação da opinião pública: pp. 5-6

b – Condições geradoras de opinião pública: p. 6

II- Relações do Concílio com a opinião pública: p.7

B) Como se descreveu a si mesma a Igreja do Concílio Vaticano II?: p. 7

- 1 – A importância da informação: pp. 7- 8
- 2 – O “interesse humano” do Concílio: p. 8
- 3 – A desvinculação dos poderes temporais: pp. 8- 9
- 4 – O fenómeno do “aggiornamento”: pp. 9-10
- 5 – Os profissionais dos “mass media”: p. 10

B) Que influência, se é que a houve, teve o mundo sobre o Concílio? p.11

- 1 – Os leigos e o Concílio: p. 11
- 2 – O diálogo e as suas condições de êxito: pp. 11- 12
- 3 – A presença dos não católicos: p. 12
- 4 – A influência dos “mass media” nos trabalhos conciliares: p. 13

C) O que é preciso fazer para que a Igreja esteja cada vez mais presente na opinião pública?: p. 13

- 1 – Uma nova maneira de ser: “a mentalidade laical”: pp. 13- 14
- 2 – A pluralidade e a espontaneidade como valores sociais: p. 14
- 3 – Uma meta: a diversidade de opiniões públicas cristãs: pp. 14- 15

Resumo da obra (linhas mestras): O autor, ao falar do concílio Vaticano II, diz que a Igreja está claramente interligada à opinião pública. Para ele, não é fácil dizer em que consiste a opinião pública, pois esta não tem uma definição própria, mas várias definições.

António Barbosa relembra assim, a propósito, que o Papa Pio XII considerou a opinião pública como “o património de toda a sociedade normal composta por homens que, conscientes da sua conduta pessoal e social, estão intimamente ligados à comunidade de que fazem parte. É o eco natural, a ressonância comum, mais ou menos espontânea, dos acontecimentos e da situação actual nos seus espíritos e nos seus juízos” (pp.1-2)

Barbosa diz também que, segundo as conclusões da quinquagésima terceira Semana Social de França, a opinião pública “é a reacção dum grupo humano a um estímulo interno ou externo que coloca em crise o seu sistema de valores. (...) Há, portanto, opinião pública, num grupo humano que supera determinada dimensão, quando a reacção desse grupo se manifesta numa atitude que envolve um certo compromisso.

A opinião constitui uma realidade ao mesmo tempo pessoal e social. O indivíduo é simultaneamente espectador e actor; pode influir sobre a opinião, e em certos casos até notavelmente, embora a opinião pública não se forme enquanto não houver uma situação social propícia. Por sua vez o indivíduo é também influenciado pela opinião do ambiente”. (p.2)

Citando uma notável “personalidade do nosso país”, Barbosa realça, ainda, que a “opinião pública é constituída pelos juízos compartilhados por grande número de componentes de dado grupo social de tal modo que um indivíduo ao exprimir algum desses juízos perante os seus concidadãos tenha considerável probabilidade de o não ver repellido, mas sim de encontrar um ambiente de receptividade e aprovação.” (p.2) Trata-se então de um juízo individual; mas que se torna público e portanto, circula entre indivíduos num dado meio social de modo a tornar-se comum e até colectivo.

O autor, depois disto, faz uma análise da opinião pública e dos seus elementos, começando por dizer que opinar é julgar. O homem para os outros, encontra-se quotidianamente como um espectador activo que interpreta e explica os acontecimentos da forma como os vê, com uma atitude de subjectivismo psicológico. Por isso, entre os diferentes tipos de juízo há alguns que podem ser menos certos – os juízos de opinião. Estes juízos são diferentes dos chamados juízos ou conclusões científicas e das afirmações intuitivas. Não são juízos científicos porque o seu objecto não é abrangido completamente pela razão; distinguem-se das afirmações intuitivas pela ausência de um factor de evidência. Assim sendo, o ser humano é obrigado a opinar sempre que não tenha um conhecimento perfeito da realidade. O autor diz ainda que todo o processo de conhecimento tem no seu início uma interrogação e, passando pela dúvida, pode conduzir a um juízo científico ou de opinião. Quando este é o termo final do raciocínio e se emite a opinião, o ser humano, está, portanto, a conhecer uma realidade que em si mesma é imperfeita, logo, a verdade é imperfeita. A opinião é também um acto de vontade, contendo um outro elemento essencial que é a liberdade. Neste contexto o autor conclui que “É, com efeito, necessário, para que possamos formular uma opinião, que a apresentação das diferentes hipóteses sobre as quais vai

recair a nossa escolha não restrinja a nossa liberdade, não apenas no sentido de uma liberdade jurídica, mas no sentido de uma liberdade concreta e prática” (p.3).

Segundo o autor, citando o papa João XXIII, a opinião pública é um facto simultaneamente social e pessoal, resultado da socialização, isto é, a “multiplicação progressiva das relações na vida pública (...) tendência natural, quase incoercível, dos seres humanos para a associação, com vista a conseguir objectivos que ultrapassam as capacidades e os meios de que os indivíduos podem dispor” (João XXIII, Enc. “Mater et Magistra). (p.4)

António Barbosa conclui, então, que, enquanto fenómeno pessoal, a opinião pública compromete-nos a cada um de nós porque não é uma simples avaliação, mas consiste numa orientação para a acção.

No fenómeno social, a opinião pública não é unicamente pessoal, mas também colectiva, nascendo no grupo, no meio ou comunidade a que pertencemos.

O autor considera que os católicos são responsáveis da própria opinião e da opinião pública a que aderem na Igreja e na Cidade, e que são igualmente responsáveis da opinião pública que exprime a sua consciência comunitária.

Barbosa sustenta que, a nível fenomenológico, distinguem-se na opinião pública como que dois estados: estado latente e estado de lucidez ou despertar.

O autor diz que “podemos medir a sua intensidade e referirmo-nos a opiniões pacíficas e tranquilas, que agitam levemente a vida social ou descrever opiniões activas e turbulentas, que alteram o ritmo de vida de uma nação. Uma opinião pública nunca é um ponto imóvel e fixo, mas sim dinâmico que tende a desenvolver-se vitalmente como um drama ou uma comédia.”(p.5)

A opinião pública, segundo o autor, também pode ser diversificada e estruturada. É diversificada na medida em que as pessoas que constituem os grupos sociais e produtores de opinião não são os mesmos e as razões que os mantêm unidos são diferentes. Os motivos de interesse, os tipos de comunicação e os diversos níveis culturais especificam os seus pontos

de vista. A soma destes factores faz com que o propósito de um mesmo assunto se estabeleçam opiniões públicas diferentes: cada grupo tem a sua.

Mas dentro de cada grupo de opinião diversificam-se muitas vezes as tendências profundas em sub-grupos. A opinião pública não é, portanto, monolítica.

Segundo o autor, a opinião pública é estruturada a partir dos hábitos, preconceitos, costumes e tradições dum grupo. É isto que determina certos comportamentos e atitudes de um indivíduo face a um acontecimento. Os partidos políticos, as instituições sindicais e as associações profissionais, a família e a escola também são um modo de estruturação da opinião pública.

Neste exame fenomenológico, o autor menciona, por fim, alguns pontos relacionados com a génese da opinião pública, que são os seguintes: “A opinião pública pode ter origem num acontecimento central ou numa série de pequenos factos simultâneos ou sucessivos”; “Esse acontecimento gerador da opinião pública precisa, para vingar, de um clima social propício”; “O conteúdo ou mensagem desse acontecimento deve harmonizar-se”; “A mensagem contida no acontecimento produtor da opinião pública deve ir ao encontro das necessidades confessadas ou inconfessadas de um grande número de indivíduos”; “A transcendência do acontecimento conhecido num âmbito restrito numa primeira fase é posteriormente amplificada pelos “mass-media”; “Por último, esse acontecimento deve encontrar um eco reforçado na intervenção directa dos indivíduos que constituem o todo social.” (p.6)

Uma vez que ficaram traçadas as linhas mestras dos principais conceitos – Concílio Vaticano II e opinião pública – o autor, daqui em diante, vai examinar de um modo genérico o conjunto de juízos e de reacções colectivas provocadas pelo Concílio no mundo do seu tempo.

O autor começa, então, por fazer duas perguntas: “Como se apresentou a Igreja do Vaticano II à opinião pública? Que descrição fez de si própria?”(p.7)

Sendo assim, e segundo o autor, o primeiro facto que se deve mencionar é o da informação que a Igreja soube dar de si mesma ao mundo.

“A informação é reconhecida unanimemente como um direito universal, inviolável e inalienável. (...) É um direito simultaneamente activo e passivo; a procura da informação e a possibilidade de que todos a recebem”. (p.7)

Assim sendo, a falta de informação que o mundo católico e não católico sofria a respeito da Igreja foi, deste modo, preenchida com inegáveis benefícios.

Para o autor, a rádio, a imprensa, a televisão... em suma, todos os meios de comunicação, desempenharam, sem dúvida uma função insubstituível para a difusão do Concílio e, com ele, da mensagem cristã e de uma mais exacta mensagem da Igreja. Embora tenha havido erros e abusos, o que era inevitável, a Igreja deve aos “mass-media” ter sido o centro de interesse para milhões e milhões de leitores, auditores e telespectadores, tomando, com toda a naturalidade, o seu lugar no quotidiano. Segundo o autor, a melhor verificação deste facto transparece no comentário de um director de uma agência de notícias que afirmava, durante o tempo em que decorriam as sessões conciliares: “a notícia religiosa vende-se e vende-se bem”. (p.8)

Para o autor, “o «espectáculo» das sessões conciliares; a figura extremamente simpática do «bom Papa João» – a agonia e a morte de João XXIII levantaram em todo o mundo uma enorme onda de solidariedade humana, a atitude de compreensão, de modéstia, patentes na Aula conciliar, impressionaram a opinião publica, sem distinções de credos ou de raças”.(p.8). O facto de que os bispos contestarem livremente as questões, e não tivessem aderido sem discussão nas matérias que foram objecto de divergência, escandalizou, com certeza, alguns católicos, excessivamente habituados a considerarem a Igreja como um exército em que a disciplina substitui a simples investigação da Verdade.

Segundo Douglas Woodruff, director da revista londrina *The Tablet*, citado pelo autor, “não houve até agora nenhum Concílio em que os governantes menos interviessem, nem houve outro em que se tivesse pensado de um modo mais premeditado sobre a opinião pública do mundo exterior e no que a Igreja podia fazer para lhe dar uma satisfação”. (p.8)

O autor afirma que “a Igreja enquanto instituição não apareceu atra-

vés do Concílio como potência “política”(p.8); logo, “foi registado como um facto decisivo pelos indiferentes e pelos adversários da Igreja, a sua desvinculação dos poderes políticos. Mas ao mesmo tempo essas mesmas pessoas foram agradavelmente surpreendidas por verificarem o interesse da Igreja por todos os problemas que afligem a Humanidade, participando nas preocupações do homem da rua e manifestando estima pelos valores humanos e temporais” (p.9).

E é neste contexto que surge o fenómeno a que se deu o nome de “*aggiornamento*”. *Aggiornamento* significa Fidelidade. Para o autor, *aggiornamento* significa fidelidade de um marido, um soldado... isto é, de qualquer pessoa aos compromissos de amor e de justiça que um dia assumiu. “A fidelidade delicada, operativa e constante – que é difícil, como é difícil qualquer aplicação de princípios à realidade mutável do que é contingente – por isso é a melhor defesa da pessoa contra a velhice de espírito, a aridez de coração e a anquilose mental.” (p.9) O mesmo ocorre na vida das instituições, particularmente na vida da Igreja, que obedece, segundo Barbosa, não a um preçário do homem, mas a um desígnio de Deus. Para Barbosa, a Redenção, a salvação do mundo, é a obra da amorosa e filial fidelidade de Jesus Cristo – e da do cristão com ele – à vontade do Pai que O enviou. Logo, o *aggiornamento* da Igreja é fundamentalmente uma reafirmação gozosa da fidelidade do Povo de Deus à missão recebida, ao Evangelho.

Segundo o autor, muitos dos assuntos tratados no Concílio alcançaram fácil difusão na opinião pública mundial: o controle de natalidade, a bomba atómica, o casamento dos diáconos, entre outros, mas também se falou da colegialidade, da Sagrada Escritura, entre outros temas relacionados especificamente com a Igreja. Os meios de comunicação social, apesar de terem um papel muito ingrato, pois facilmente adquirem e publicitam informações erradas e equívocas sobre um determinado assunto ou acontecimento, não falharam no que toca à informação publicada sobre o Concílio. Segundo o autor, “toda a informação publicada sobre o Concílio é (...) extraordinariamente consoladora. Não se pode esquecer que predominou a informação honesta e cheia de respeito” (p.10)

Houve uma certa influência do mundo sobre o Concílio. Segundo o

autor, e baseando-se nos documentos conciliares: “O mundo esteve lá” (p.11), isto é, o “mundo” esteve na Aula conciliar e influenciou os trabalhos conciliares na medida em que este foi assunto de ponderação e decisão para os padres conciliares e para toda a Igreja.

O autor faz referência a outros temas debatidos no Concílio, tais como os casamentos mistos, o papel da mulher na Igreja e outros que, “vindos de fora” da aula conciliar, vieram a encontrar lugar em virtude da “missão materna que a Igreja desempenha em relação a toda a humanidade”. Para o autor, toda esta problemática, iniciada com a encíclica *Ecclesiam Suam*, ficou recompilada nos parágrafos 40 e 45 da *Gaudium et Spes* e pode resumir-se numa única e perfeita palavra: diálogo. De acordo com o autor, para a Igreja Conciliar esse é o meio de resolver os grandes problemas. Mas para se dialogar é necessária, sustenta António Barbosa, uma boa formação, pois não se pode dialogar com analfabetos ou com alguém que não fale a nossa língua. Logo, o autor classifica como requisito essencial do autêntico diálogo a necessidade uma boa formação cristã, sendo este o único acesso possível para a formação de uma sã opinião pública. “Por isso, o problema de fundo da “necessária opinião pública na Igreja” é equivalente ao problema da necessária formação doutrinal dos fiéis.” (p.12)

Um outro problema tratado na Aula conciliar foi a presença da opinião pública do mundo profano, por via oficial da presença dos observadores não católicos.

Por fim, o autor questiona-se sobre se os meios de comunicação social influenciaram o desenvolvimento dos trabalhos conciliares, pelos seus artigos e comentários, tornados públicos na imprensa, na rádio e televisão. Para o autor, a resposta é “claramente afirmativa e negativa” (p.13): “Na medida em que a informação publicada contribui para dar a conhecer às camadas mais selectas da opinião pública o sentimento geral mais vulgar sobre os trabalhos conciliares podemos responder que sim (...). Pelo contrario, é preciso pronunciar-se negativamente quando se julga a possível transcendência nos trabalhos conciliares das opiniões pessoais manifestadas durante a época do Concílio através de artigos ou de comentários”. (p.13)

Finalizando, o autor, termina com uma última pergunta: “O que é preciso fazer para que a Igreja esteja cada vez mais presente na opinião pública?” (p.13). Segundo ele, e iniciando o seu discurso com uma mentalidade laica, todos devem respeitar a liberdade pessoal de cada cristão e pela sua legítima espontaneidade apostólica, até porque o Concílio Vaticano II foi o primeiro que dedicou um documento ao apostolado dos leigos. Segundo António Barbosa, também pertence a este Concílio o mérito de dedicar, pela primeira vez, um documento aos meios de comunicação social, onde se afirma que o apostolado da opinião pública pertence, doravante, aos leigos. Portanto, segundo o autor, nenhum cristão “deve pensar ou dizer que desce do templo ao mundo para representar a Igreja, e que as suas soluções são as soluções católicas daqueles problemas” (p.13).

Depois da mentalidade laical, o autor diz que os católicos podem vir a desempenhar uma função criadora de uma opinião pública sã e autêntica se existir um clima de pluralidade e espontaneidade sociais, que apenas podem nascer e aumentar num regime de liberdade responsável. Por fim, e como forma de conclusão, o autor sublinha que, “os cristãos enquanto cidadãos, devem agir com inteligência nos importantes sectores da actividade humana em que se forma a opinião pública para neles mostrar a autêntica personalidade da Igreja”. (p.15)

Autor (nome completo): Maria de Fátima Belinha Santos
E-mail: minnies_2as@hotmail.com

» Barros, 1944

Autor: Barros, Pedro Amor Monteiro de

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1944

Título completo da obra: Emídio Navarro

Tema principal: Jornalistas e vida profissional

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Gráfica Lisbonense (Separata do volume dos discursos na sessão comemorativa dos centenários de Anselmo de Andrade e de Emídio Navarro – Instituto Superior Técnico – 18/12/1944)

Número de páginas: 16

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: S.C. 13267//7 V.

Biblioteca: Biblioteca Municipal do Porto

Cotas: W7 – 12 – 36 (24)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): -

Índice da obra: [Não tem índice]

Contexto em que surgiu a obra: pp. 7-8

Pretexto para a obra: p. 8

Biografia política e jornalística de Emídio Navarro: pp. 8-16

Resumo da obra (linhas mestras): Este livro biografa o jornalista Emídio Navarro por ocasião da sessão comemorativa do centenário do seu nascimento, realizada no Instituto Superior Técnico, a 18 de Dezembro de 1944.

O autor, Pedro Amor Monteiro de Barros, relembra que Emídio Navarro nasceu a 18 de Dezembro de 1844 e que foi o homem que

“iluminou a penúltima época da monarquia em Portugal com a sua vigorosa personalidade”. Filho de pais modestos, viveu em Bragança até ir para a Universidade de Coimbra estudar, de onde sai bacharel em Direito. Como teve de viver do seu trabalho, a sua passagem pela velha Universidade não deixou rasto que despertasse grande interesse, dispersa como foi a sua actividade. O acaso do seu encontro em viagem com Ferreira Baltar, o “velho Baltar” do *Janeiro*, do Porto, fã-lo jornalista.

Segundo Monteiro de Barros, Emídio Navarro tinha um apurado senso crítico, o que mais tarde o levaria a ser atraído pela política. Em 1880-1890, reinava D. Luís em pleno liberalismo constitucional, Navarro ingressava no Partido Progressista. Pela política foi para Lisboa e com António Enes e Mariano de Carvalho fundou *O Progresso*, onde, mais tarde, “encontraria a sua sanidade mental”.

Conta Pedro Monteiro de Barros que quando Emídio Navarro entrou no Governo como ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria implementou a reorganização do ensino profissional e técnico e decretou, em 1886, a reforma dos Institutos Industrial e Comercial, de Lisboa e Porto. Criou, também, o Instituto de Agronomia e Veterinária e as escolas agrícolas de Coimbra e Santarém. O Reitor da Universidade Técnica, Azevedo Neves, citado pelo autor, defende que o ensino deve muito ao ministro Emídio Navarro, “que iniciou a época de mais brilho no ensino técnico em Portugal”.

Tendo-se afastado do Partido Progressista, e já desvinculado da obediência partidária, Navarro continuou a luta no *Novidades*, o jornal mais apreciado de então e onde pontificava a política. Nas colunas do *Novidades* é que o talento do jornalista “desabrochou”. Para Monteiro de Barros, Navarro apresentava destreza, vigor, riqueza dos conceitos e forma primorosa de escrita, qualidades que fizeram famosos os seus artigos, “escritos em meia hora, no meio do frenesim da sala de redacção”.

Um tanto epicurista, Emídio Navarro, só deixou um livro, “Quatro dias na Serra da Estrela”. O relato da sua viagem através da serra com os companheiros Sousa Martins (Professor na antiga escola Médica) e Carlos Tavares (que lhe viria a suceder na cátedra) é expressivo e ligeiro.

Durante o ministério de Dias Ferreira – Oliveira Martins, de 1892 a

1893, Emídio foi nomeado ministro de Portugal em Paris.

Diz dele o autor que enquanto homem Emídio Navarro não foi nem santo nem demónio, mas apenas uma pessoa “como todos nós”. As suas qualidades de carácter eram evidentes.

Monteiro de Barros relembra, a encerrar o seu texto, que alguém disse que um *gentleman* “era todo aquele que tendo na algibeira onze escudos, fosse capaz de dar dez de esmola, ficando somente com um escudo para o bilhete do eléctrico”. Pois então, para o autor, Emídio Navarro foi um *gentleman*.

Autor (nome completo): Fernando Miguel da Costa Ferreira

E-mail: ff_16564@hotmail.com; ffradiolinear@gmail.com

» Bessa, 1898**Autor:** Bessa, Alberto**Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação):** -**Ano de publicação/impressão:** 1898**Título completo da obra:** A Associação da Imprensa Portuguesa no 2º Ano da sua Existência**Tema principal:** História do Jornalismo**Local de edição:** Lisboa**Editora (ou tipografia, caso não exista editora):** Associação da Imprensa Portuguesa/Tipografia de “O Expresso”**Número de páginas:** 61**Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas****Biblioteca:** Biblioteca Nacional**Cotas:** SC7058//9V.**Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.):** Alberto Bessa, escritor e jornalista, nasceu no Porto (29 de Setembro de 1861) e morreu em Lisboa (27 de Janeiro de 1938).

Principiou a sua carreira de jornalista como redactor principal do jornal socialista *O Operário*, do Porto, que, mais tarde, se fundiu com *O Protesto*, de Lisboa, chamando-se *O Protesto Operário*, com redacção nas duas cidades. O primeiro artigo em *O Protesto Operário*, que assinou com A. B. (iniciais do seu nome, empregues em toda a vida jornalística), saiu na primeira página da edição de 14 de Janeiro de 1883. Depois, o jornalista fundou e dirigiu publicações no Porto como *A Semana*, *Miniaturas*, *Novidades*, *Velocipedista*, *Revista Luso-Espanhola*, *Galeria Portuguesa* e *Crónica*, e colaborou em vários diários do Porto, como *A Discussão*, *Dez de Março*, *Voz do Povo*, *República Portuguesa*, *Jornal da Manhã*, *Província* e nos jornais humorísticos *Zé-povinho*, *Tam-tam* e *Pimpolho*.

O jornalista mudou-se para Lisboa em 1896, aos 35 anos, para trabalhar em *O Século*, a convite do seu director Silva Graça. Mais tarde,

Livros LabCom

saiu para fundar o Diário, em 1902, com mais nove redactores efectivos do Século, em conflito com as posições do jornal na questão dos tabacos. Em 1906, tornou-se redactor efectivo do *Diário de Notícias*.

No ano da implantação da República, transferiu-se para o *Jornal do Comércio e das Colónias*. A morte do representante da empresa e director, a 12 de Julho de 1917, levou Alberto Bessa ao desempenho das funções de redactor principal e, a 1 de Janeiro de 1921, o seu nome aparecia, na cabeça do jornal, como director. Ficou nesse cargo até 1932, quando o conselho de administração passou a dirigir o jornal. O jornalista atingia os 70 anos de idade e no último editorial que assinou, escreveu: “Não desrespeitei as gloriosas tradições do velho órgão jornalístico. [...] Sempre procurei servir honestamente a imprensa sem a desprestigiar ou conspurcar, não tolerando sem os meus protestos – um dos quais teve mesmo certa retumbância – que outros a deslustrassem ou envilecessem, pois que, modesto como sou, zelei sempre a honra do meu nome e a dignidade da minha profissão”.

Além de uma vida dedicada ao jornalismo, Alberto Bessa escreveu teatro (*O Cabecilha*), poesia (*Ondeantes*, 1883), opereta (*A reviravolta*), colaborou com Guedes de Oliveira na imitação da opereta *O Moleiro de Alcalá*, Espanhóis em Melilha e Rebenta a bexiga e fez crítica (*Palavra dos Lusíadas*, 1895; *Quem foi Almeida Garrett*, 1903).

Consagrou grande actividade à vida associativa da classe, na antiga Associação da Imprensa Portuguesa e na Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, bem como a homenagens a vultos do jornalismo, como Rodrigues Sampaio. Representaria ainda o Instituto de Coimbra, a Associação de Escritores e Jornalistas de Lisboa, a Real Academia Galega da Corunha e a Real Academia de Buenas Letras de Barcelona.

Índice da obra:

- Duas palavras – 5
- Instalação da secretaria – 6
- Aprovação dos estatutos – 8
- A exposição de Imprensa – 10
- O congresso internacional jornalístico – 19
- As leis de imprensa – 23

Concessão de subsídios – 30
Donativos e ofertas – 34
Cobrança de quotas – 39
Secretaria – 40
Os nossos mortos – 42
Exclusão de um sócio – 43
Movimento de sócios – 44
Subscrição no Brasil – 45
Diplomas de honra – 47
Actos diversos – 48
Ao terminar – 49
Conclusões – 50

Resumo da obra (linhas mestras): A Associação de Imprensa Portuguesa foi criada em 1897, tendo como Presidente Ludgero Vianna, J. V. D'Andrade Neves, como vice-Presidente, e Alberto Bessa, como Secretário. Além das questões da defesa da profissão de jornalista e da Liberdade de Imprensa, esta associação criou as bases de um sistema mutualista de apoio aos jornalistas e suas famílias, precursor da Casa da Imprensa. Este último objectivo é realçado logo nas primeiras páginas do relatório assinado por Alberto Bessa: “*Vários associados e algumas viúvas, órfãos, etc., de antigos colegas, têm encontrado na nossa Associação um determinado conforto que, de outro modo, lhes escassearia*”.

O relatório de actividades dedica vários capítulos às questões administrativas, como o movimento de sócios, o aluguer de sede própria, a instalação dos vários serviços, a aprovação dos estatutos, a concessão de subsídios, os diplomas de honra atribuídos e uma subscrição realizada no Brasil, cuja importante receita iria fortalecer o cofre extraordinário da instituição, “logo que as condições cambiais sejam favoráveis”, como é sublinhado no relatório.

Este documento revela, no entanto, três assuntos de bastante importância à época – a exposição de Imprensa, em Lisboa, o Congresso Internacional jornalístico e o debate sobre as leis de Imprensa.

Uma das principais e primeiras realizações da Associação da Impren-

sa Portuguesa foi a Exposição da Imprensa, em Maio de 1898, por ocasião do centenário da descoberta do caminho marítimo para a Índia. De um dos textos extraídos do número único de jornal que acompanhou a exposição, escreveu Alberto Bessa: “*Desde há muito que o meu espírito acariciava a ideia de promover como que a realização de uma parada das forças jornalísticas no nosso país, de modo a deixar ver, aos que as desconhecem, qual a importância entre nós adquirida por essas instituições*”. O próprio jornalista, e autor do relatório, ficara surpreendido pela enorme quantidade de publicações expostas e que se haviam reunido em pouco tempo. A venda do jornal, atrás referido, renderia 23\$100 réis, proporcionando a exposição um saldo positivo, que foi canalizado para o cofre da instituição.

Pela mesma ocasião, a Associação da Imprensa Portuguesa fez-se representar no congresso internacional da imprensa, realizado em Lisboa, em Setembro de 1898. Apesar de não filiada no Bureau Central das Associações de Imprensa, promotor e organizador do congresso, pôde assistir e projectou ler uma mensagem na ocasião, que dizia: “*A liberdade de consciência, a mais bela e mais pura de todas as liberdades, ainda não é um princípio universalmente admitido, e a liberdade de escrever e de falar, que dela derivam, sofre ainda as consequências de regulamentações por vezes absurdas, injustas ou anacrónicas. [...] Ao mesmo tempo, vemos que, em muitos países, os jornalistas, perseguidos impiedosamente pela lei, expiam, sob o peso das mais rigorosas sentenças, o crime de terem livremente exposto o seu pensamento, e quase sempre na intenção, louvável e digna de respeito, de defender a liberdade e a justiça. É o que acontece ultimamente, sobretudo em Itália, Espanha e mesmo Portugal*”.

Esta preocupação com a defesa da Liberdade de Imprensa foi, aliás, uma constante da actividade da Associação e ocupa espaço importante no Relatório elaborado por Alberto Bessa. Os responsáveis da instituição não hesitaram em confrontar o Chefe de Governo e o seu Ministro da Justiça para os atropelos à Carta Constitucional, prejudicando a liberdade criativa dos jornalistas. Mais tarde, interpelaram os próprios deputados da Nação, exigindo numa petição o fim da censura prévia e as

prisões e as multas arbitrárias aos jornalistas: “Assim é que ao passo que nós vemos a absorção da justiça na polícia e um simples artigo de regulamento passar por cima da lei fundamental, que não autoriza a censura prévia, vê-mos também que uma lei especial, preparada contra os inimigos da sociedade, leva o seu desprezo pela imprensa até ao ponto de permitir que uma das suas malhas colha o jornalista inofensivo que no ardor do seu entusiasmo profere, sem a menor intenção criminosa, sem o menor vislumbre de rancor, uma palavra que possa ser tomada como agressiva a qualquer funcionário ou a qualquer autoridade”.

Por tudo isto, um simples relatório de actividades da Associação da Imprensa Portuguesa constitui um imprescindível instrumento de trabalho para a compreensão e o estudo da História do Jornalismo em Portugal!

Autor (nome completo): João R. Oliveira e Silva

E-mail: rochaysilva@iol.pt

» Bessa, 1899

Autor: Bessa, Alberto (Dir.).

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1899

Título completo da obra: Almeida Garrett: Número Único em Homenagem à Memória do Insigne Reformador da Literatura, do Teatro e do Jornalismo Português

Tema principal: Jornalistas e vida profissional

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Imprensa Lucas

Número de páginas: 17

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Municipal do Porto

Cotas: AG-5-1

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): -

Índice da obra:

I – A Associação da Imprensa a Garrett

II – Garrett e a Instrução Pública

III – Na morte do cantor

IV – A obra de Garrett

V – Gil Vicente e Garrett

VI – Garrett na poesia heróica

VII – Almeida Garrett

VIII – Retrato à pena

IX – Ai Helena

X – Certidão de nascimento

XI – Coquete de prados

XII – O floricultor Garrett

XIII – D. Branca

- XIV – Garrett na terceira emigração
- XV – Garrett e a liberdade de imprensa
- XVI – A virtude
- XVII – Garrett e a cidade do Porto
- XVIII – Contribuição dos mortos
- XIX – Colaboradores artísticos
- XX – A Garrett
- XXI – Garrett e a imprensa periódica
- XXII – O Génio
- XXIII – Garrett político
- XIV – Pensamentos, etc

Resumo da obra (linhas mestras): Nesta obra, que surge como um jornal de número único, Alberto Bessa dirige uma compilação de textos, escritos por personalidades várias como Teófilo Braga, que, de certa forma, espelham o que foi o percurso de vida do jornalista, político e escritor Almeida Garrett, desde o seu nascimento e infância até ao fim da sua vida, numa época em que era comum os políticos serem igualmente “jornalistas”, porque também políticos eram a maioria dos jornais, neles pontificando o artigo político. O texto sobre “Garrett Jornalista” é da autoria de Joaquim de Araújo. Tratando-se de uma publicação de homenagem à memória de Garrett, o estilo laudatório insinua-se em todos os textos.

Segundo Joaquim de Araújo, Garrett jornalista era uma pessoa intervencionista: lutava pela liberdade de imprensa, pelo desenvolvimento das empresas jornalísticas (muito ao estilo inglês e francês) e pela verdade. Estas arestas da sua personalidade jornalística, salienta Araújo, eram também bastante visíveis quer nas suas obras quer nas suas intervenções políticas. Para Joaquim Araújo, a obra, a personalidade e a índole política de Garrett tiveram um traço quase “heróico” (tal como a sua vida o foi).

O Garrett político é evocado quer por Alberto Bessa, quer por Teófilo Braga e por Joaquim Araújo, como uma pessoa apaixonada, dominada e absorvida pela vida de estadista. O seu génio, o seu dom da palavra ,

os eu génio e o seu talento fizeram dele, dizem, um político de eleição.

Quanto ao Garrett escritor, evocado por autores como Ana de Castro Osório, Delfim Guimarães e outros, relembra-se a extensão da sua obra e revela-se que Garrett lia os grandes autores portugueses e estrangeiros desde os seis anos, o que contribuiu para moldar a sua cultura, maneira de pensar, agir e escrever.

Autor (nome completo): João Filipe Martins Pinto
E-mail: 15447@ufp.pt

» Bessa, 1904

Autor: Bessa, Alberto

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1904

Título completo da obra: O Jornalismo. Esboço Histórico da sua Origem e Desenvolvimento Até aos Nossos Dias

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso

Número de páginas: 365

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: H.G. 20867 P. P. 6704 P.

Biblioteca: Biblioteca Municipal do Porto

Cotas: J1-1-2

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Alberto Bessa, escritor e jornalista, nasceu no Porto, em 1861, e morreu em Lisboa, em 1938. Iniciou a sua carreira no jornal “O Operário” e depois no “Protesto Operário”. Fundou, dirigiu e colaborou com vários periódicos portuenses, mas a sua carreira profissional ganhou particular impulso a partir do momento em que ingressou no “Século”, em Lisboa, em 1896. Em 1902, saiu do “Século” para fundar jornal “Diário”. Em 1906, transferiu-se para o “Diário de Notícias”, como redactor. Em 1910, transferiu-se para o “Jornal do Comércio e das Colónias”, do qual foi redactor principal (1917) e director (1921), cargo que ocupou até 1932. Bessa foi também um grande dinamizador do movimento associativo dos jornalistas, sendo um dos fundadores da Associação da Imprensa Portuguesa. Foi secretário da comissão instaladora da *Associação da Imprensa Portuguesa* (1897) e membro da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto. Em 1912, en-

Livros LabCom

quanto esteve ligado ao “Jornal do Comércio e das Colónias”, escreveu a “Enciclopédia do Comércio e do Industrial”. Prometeu lançar um livro intitulado “Nos Bastidores do Jornalismo” mas, aparentemente, nunca o publicou e, se o tinha em manuscrito, provavelmente este perdeu-se.

Índice da obra:

O jornal e o público (artigo-prefácio) p. VII
Ao leitor p. XXI
Synthese da imprensa p. 23
A necessidade da convivência p. 39
Origem da publicidade periódica p. 47
Origem das «folhas» e das «gazetas» p. 53
O jornalismo na Inglaterra p. 59
Jornaes portuguezes impressos em Londres p. 88
O jornalismo em França p. 91
Jornaes portuguezes impressos em Paris p. 140
O jornalismo em Portugal e Hespanha p. 143
Do modo de ser do jornalismo entre nós p. 178
O jornalismo na China p. 187
Jornaes portuguezes impressos na China p. 194
O jornalismo no Japão p. 195
Jornaes portuguezes impressos no Japão p. 205
O jornalismo na América p. 207
Jornaes portuguezes impressos nos Estados Unidos p. 235
O jornalismo no Brasil p. 237
Jornaes portuguezes impressos no Brasil p. 255
Jornaes orientaes e argentinos p. 257
Jornaes portuguezes impressos em Montevideu e Buenos-Ayres p. 259
O jornalismo na Rússia p. 261
O jornalismo na Itália p. 272
Na Áustria – O jornal-telephonico p. 278
O jornal do Oceano e o jornal do Pólo p. 283
O jornalismo no futuro – Conclusão p. 285
Resenha Chronológica e Alphabetica do jornalismo brasileiro p. 287

Addenda relativa ao jornalismo do Estado de S. Paulo p. 355

Errata importante p. 365

Resumo da obra (linhas mestras): *O Jornalismo – Esboço Histórico da Sua Origem e Desenvolvimento Até aos Nossos Dias*, de Alberto Bessa, prefaciado por Edmundo d’Amicis, editado em 1904, é o primeiro exemplo de uma verdadeira história (internacional) do jornalismo publicada no país, embora o autor, como outros da mesma época, extravase o seu objecto de estudo para desenvolver, por exemplo, várias considerações sobre o jornalismo nacional e estrangeiro que se praticava na altura.

O artigo-prefácio de Edmundo d’Amicis incluído no livro de Bessa demonstra não só que os autores portugueses conheciam e colaboravam com autores estrangeiros que teorizavam sobre jornalismo mas também que muitas das preocupações dos teóricos contemporâneos eram também as preocupações dos teóricos que os antecederam.

Edmundo de Amicis, ao prefaciar o livro de Alberto Bessa (1904: VII) escreve que o jornal é “um livro impresso sobre uma folha (...), um livro volante” que coloca os leitores a par dos grandes e pequenos acontecimentos do quotidiano, aconselha nos negócios, anuncia produtos e serviços e oferece empregos, oferece passatempos e folhetins e entretenimento para as crianças, mas que “na manhã seguinte está sepultado e esquecido” (Amicis, in Bessa, 2004: VIII). Numa abstracção destas descrições concretas chegaríamos, assim, a algumas das funções sociais do jornalismo: *informar; orientar; entreter*.

Para Edmundo d’Amicis (in Bessa, 1904: XI), apesar de o jornal sair para a rua todos os dias, conserva os seus românticos mistérios:

“Dos milhões de homens que lêem diários (...), uma grande parte não faz ideia da vasta complexidade do trabalho de que o jornal é a resultante, da grande variedade de cooperadores, da rigorosa economia do tempo, da admirável complicação de auxílios mecânicos que ele requer. (...) A folha sai, segundo eles pensam, de uma oficina misteriosa (...).” (Amicis, in Bessa, 1904: XI)

A citação anterior mostra, por outro lado, que Edmundo de Amicis já

tinha, no advento do século XX, uma noção clara da *pressão do tempo* sobre a complexa actividade jornalística.

Amicis (in Bessa, 1904: IX) descreve os efeitos do jornalismo de forma concreta, ao dizer que o jornal, além de colocar as pessoas a par do que acontece, pode ajudar o criminoso a fugir, o negociante a fechar um negócio, um cidadão a decidir; pode convocar o ódio ou o amor dos atingidos pelas suas notícias, provocar discussões e originar desmentidos, etc., mas, caminhando-se no sentido da abstracção, verifica-se que as ideias principais, sistemáticas e contemporâneas sobre os efeitos pessoais e sociais do jornalismo estão presentes no texto desse autor. Os jornais têm efeitos:

- a) *Cognitivos*: Os jornais fazem as pessoas *conhecer* o que acontece e *alimentam as conversas*, ou seja, *agendam* temas. Amicis (in Bessa, 1904: XVI) diz mesmo: “Suprimi o jornal e suprimireis entre milhões de homens a discussão dos negócios públicos”!
- b) *Comportamentais*: Uma notícia pode, por exemplo, originar desmentidos.
- c) *Afectivos*: Os conteúdos podem gerar ódios e rancores, mas também paixões.

Interessantemente, Amicis (in Bessa, 1904: XI) também explica que os “ingénuos (...) formam um conceito quase fabuloso da força do periódico”. As palavras do autor documentam que alguns teóricos já no início do século XX tinham a percepção nítida de que certas pessoas, nomeadamente ao nível do senso-comum, têm tendência para exagerar os efeitos (perversos?) da comunicação social, ideia relevante da hipótese actual do *third person effect*. Porém, esse autor também estava consciente da capacidade de, a médio e longo prazo, o jornal, como diríamos contemporaneamente, não apenas agendar *temas* na agenda pública, mas também agendar *os enquadramentos* propostos para esses temas (ou seja, a comunicação social, junto de certas pessoas e em determinadas circunstâncias, pode ter idêntico êxito em não só levar as pessoas a pensar sobre certos assuntos

mas também em fazê-las pensar de determinada maneira acerca desses mesmos assuntos): “Que interessante estudo poderia fazer-se sobre a lenta infiltração de ideias, sobre a gradual modificação de juízos e de convicções que realiza o jornal em grande número de homens, os quais, a pouco e pouco, acabam por não raciocinar senão com o raciocínio daquele” (Amicis, in Bessa, 1904: XIII).

Já para Alberto Bessa (1904: 29), a imprensa “é um grande bem (...) porque é a palavra organizada em instituição, tornada eco da multidão (...), servindo, com a sua voz, de válvula de segurança”. Estas palavras de Bessa demonstram que em Portugal também já se tinha espalhado, no início do século XIX, o conceito sociológico da imprensa como *instituição social*, caro aos pioneiros oitocentistas alemães da sociologia.

O cruzamento entre jornalismo e democracia também vem de há muito tempo atrás. Alberto Bessa (1904: 36) escrevia, por exemplo, que o jornalista é o “catedrático de democracia em acção”.

Outras funções atribuídas aos jornalistas por Alberto Bessa (1904: 36) são ser “mestre das primeiras letras” (dimensão pedagógica oculta do jornalismo), “advogado e censor, familiar e magistrado”. Porém, as elegias ao jornalismo e aos jornalistas não são gratuitas. Alberto Bessa (1904: 27), por exemplo, como outros autores, associa o mérito do jornalismo à condição deste respeitar o histórico valor da verdade: “embora as maiores instituições humanas se alienem ou enxovalhem, restará sempre uma nova – a imprensa, capaz, por si só, de reconquistar todas as outras quando associada à (...) verdade” (Bessa, 1904: 27).

Outros valores profissionais realçados por Alberto Bessa (1904: 30-31 e 34-35) são a *independência*, a *coragem*, o *civismo* e a *integridade*, que asseguram que o público considera um jornal *credível*:

“O jornal tem de ser um órgão vivo, correspondente a uma actividade necessária, executando um trabalho fecundo e proveitoso, servindo a inteligência (...) dos (...) que o lêem (...). Não deve ter hesitações nem fraquezas (...). No curso dos factos e das ideias entram como elemento de apreciação, de crítica e de estudo, o temperamento, o valor e o mérito do jornalista, que é o factor subjectivo e pessoal, moral e responsável, do exercício da imprensa. Deve ser de coragem, de independência e de civismo formado o seu carácter; de penetração, de lucidez e de imparcialidade

formado o seu critério (...) a sua alma votada a todas as concepções mais elevadas (...) na justiça, na verdade e no bem.

O *cachet* pessoal que o temperamento do jornalista possa dar ao seu trabalho não o prejudica se ele tiver (...) originalidade e mérito. O que é preciso ter em atenção é que não basta a um jornal possuir a admiração dos que o lêem: necessita de ter a confiança daqueles que o procuram, porque o jornal é mais dos seus leitores do que dos seus redactores ou proprietários (...).

A característica da confiança que inspira um jornal está na segurança que possa ter o seu público (...), sendo a independência de opinião de um jornal o único meio de garantia de uma tal segurança.” (Bessa, 1904: 30-31 e 34-35)

Para Bessa, o jornal precisa, para concretizar a sua missão, de respeitar uma espécie de contrato que estabelece com o leitor, assente nos valores profissionais:

“Seja por afinidade de pontos de vista e de sentimentos, ou por comprovadas tradições de seriedade, de escrúpulos, de independência e de hombridade, o leitor acostuma-se a um jornal (...) e quase lhe entrega a direcção do seu espírito, a justificação dos conceitos que emite, dos juízos que forma, das críticas que faz e até, por vezes, das resoluções públicas que toma. Para que este facto se generalize, é necessário que o jornal se tenha identificado com o geral da opinião, já dirigindo-a, já reflectindo-a (...)” (Bessa, 1904: 35).

Uma concepção comum do jornalista nos autores portugueses, na sua luta pela *dignificação* e *justificação* da profissão, é a do *jornalista paladino*, espécie de *cavaleiro andante*. Alberto Bessa (1904: 26) escreve: “O jornalista deve sentir todas as dores, revoltar-se contra todas as injustiças, aplaudir todas as boas acções, opor-se a todas as vilezas (...), só deve ferir combates cuja vitória nobilite e enalteça o vencedor”. Porém, o conceito mais vezes repetido pelos autores portugueses para caracterizar o verdadeiro jornalista é o do *jornalista sacerdote*. “O jornalismo é um sacerdócio”, segundo Bessa (1904: 36), é uma frase “velha”, mas “justa, porque o sacerdócio (...) significa (...) o exercício de todas as funções elevadas, de todas as profissões nobres, e aplica-se a todos os misteres que demandam dedicação e desinteresse absolutos” como, para ele, sucedia com o jornalismo.

Um binómio presente nos escritos dos autores portugueses que se debruçaram sobre o jornalismo é o da *máxima liberdade – máxima responsabilidade*, como é o caso de Bessa (1904: 36).

A inclusão do artigo-prefácio de Edmundo d’Amicis no livro de Bessa evidencia, por outro lado, que os autores portugueses liam e conheciam obras referenciais dos estudos jornalísticos. Bessa (1904: 31), aliás, cita Tarde e o seu importante livro *L’Opinion et la Foule* para diferenciar entre público e multidão. Relembra, identicamente, o brasileiro Medeiros e Albuquerque (*cit. in* Bessa, 1904: 33), segundo o qual cada pessoa “pertence simultaneamente a diversos públicos”. No entanto, de acordo com Bessa (1904: 33), “Esta *interpenetração* de públicos, sem a imprensa, não seria susceptível de se estender, porque cada um não teria tempo nem meios de procurar todos os que se ocupassem dos mesmos assuntos (...). É por isso que o jornal, grande formador de públicos, se constituiu (...) um verdadeiro dissipador de multidões.”

Também é visível que, conforme tendência geral da imprensa do final do século XIX e princípios do século XX, alguns autores dessa época vêem a imprensa como uma espécie de representante não eleita do público. É o caso de Alberto Bessa (1904: 35), que reflecte o pensamento do teórico brasileiro Rui Barbosa: “(...) [deve] o jornal dirigir a vontade, a resolução e os actos; reflectir a impressão, o sentimento, as emoções; dirigir o protesto, a reclamação, a queixa; reflectir a agressão, a injustiça, o sofrimento; dirigir a iniciativa, o movimento, a liberdade; reflectir a ameaça, a opressão, a tirania.”

Apesar das considerações gerais que o autor faz sobre jornalismo, a história dessa actividade de comunicação em sociedade é o principal assunto abordado no livro. Nele, Alberto Bessa passa em revista a génese e desenvolvimento do jornalismo na Europa, tecendo particular atenção a Inglaterra, Espanha, França, Itália, Rússia e Portugal. Fala, também, do jornalismo nos Estados Unidos, China, Japão, Uruguai e Argentina. O Brasil merece-lhe, igualmente, particular atenção. Surge mesmo no livro uma resenha cronológica e alfabética dos jornais brasileiros com uma adenda sobre os jornais publicados no Estado de São Paulo, coisa que o autor não faz para Portugal. O autor também inclui várias referências aos

jornais portugueses publicados nos territórios coloniais e noutros países, como a Inglaterra (em particular durante a emigração liberal), o Uruguai, a Argentina, os Estados Unidos e o Brasil.

Transparece do livro uma certa indistinção entre jornalismo e literatura, jornalista e literato, o que não é de estranhar tendo em conta que o jornalista do tempo era, essencialmente, um “escritor de jornal” e que nos periódicos colaboravam, como folhetinistas e redactores (de artigos de fundo), altos vultos da intelectualidade e da política da época. Por exemplo, para o autor, o jornal *L’Echo* de Paris, surgido em 1884, conseguiu “democratizar a literatura”, graças às colaborações de grandes nomes das letras francesas. No entanto, o autor também dá repetidamente conta de que existia tensão entre o que o público queria e o que alguns entendiam dever-lhe dar. Por isso, os “pessimistas” diziam, segundo Bessa (1904: 178), que o jornalismo português tinha “falseado a sua missão, descendo a satisfazer o gosto depravado do grande público e esquecendo o seu papel de guia da opinião”. O povo, descreve Bessa (1904: 178-179) quer “a notícia desenvolvida e ridiculamente pormenorizada de uma cena de facadas na rua Suja ou de um caso de adultério na Baixa” e não os artigos dos “escritores consagrados”, “por melhor escrito e melhor pensado”, excepto nos poucos casos em que o artigo se notabilize pela “virulência da linguagem, pela revelação grosseira do escândalo ou pelo ataque descabelado e irrespeitoso a qualquer dos poderes do Estado”.

A consideração de Bessa pelo jornalismo norte-americano e por alguns jornais ingleses, como o próprio *Times*, era ambivalente. Para ele, os jornalistas americanos, sob a pressão exacerbada do tempo [o autor estava perfeitamente consciente dos constrangimentos que o *factor tempo* provoca na actividade jornalística], tinham de fazer notícias “breves, sérias e secas, a não ser que se trate de casos verdadeiramente sensacionais” (Bessa, 1904: 208), o que obviamente “escandalizava” um autor, como Bessa, habituado ao artigo grave, solene, profundo e sério que constituía uma das imagens de marca de algum jornalismo português. O *Times*, por seu turno, “dá por uma insignificância a parte que pode chamar-se intelectual” (Bessa, 1904: 71). No entanto, o autor manifesta a sua admiração pelo número, dinamismo, poder, número de páginas, capacidade de cobertura e recursos

humanos e tecnológicos (Bessa enfatiza a importância do telégrafo e, em menor grau, do telefone) dos jornais britânicos e americanos, graças à riqueza proporcionada pelas enormes tiragens, muitas vezes alimentadas pelos brindes distribuídos aos assinantes e pelos concursos, e pela massiva inserção de anúncios publicitários. De qualquer maneira, o autor não via o jornalismo português como “inferior ao das restantes nações da Europa”, pelo menos nos jornais politicamente independentes e “pelo que respeita ao seu pessoal que chamarei graduado” (Bessa, 1904: 183).

Em variadíssimas passagens, Bessa mostra também o seu assombro pela capacidade de improviso e “desenrascanço” dos seus colegas estrangeiros para obtenção das melhores informações em primeira-mão, qualidade internacionalmente apreciada em qualquer repórter. A capacidade de envio de correspondentes para várias partes do mundo demonstrada pelos maiores jornais e o engenho por estes revelado para obterem e mandarem exclusivos para os seus jornais, escapando à censura, mesmo em situações de guerra, também são realçados pelo autor.

Outra qualidade que Bessa considera importante nos repórteres é a capacidade de dissimulação quando tomam contacto com uma informação importante, referida indiscreta ou imprevistamente. O repórter, para Bessa, não deve, nessas ocasiões, dar ao seu interlocutor a ideia de que este lhe deu matéria relevante, para que, na sequência da conversa, novas informações possam vir à superfície.

Uma das passagens mais interessantes do livro diz respeito a um jornal telefónico que Bessa diz que existia em Budapeste, que antecipa os radiojornais:

“Chama-se *Telefon-Hirmondo* e (...) [foi] criado em 1893. A empresa tem uma rede telefónica que distribui um fio e um aparelho auditor a cada assinante.

(...)

Na sala de redacção, os empregados (...) têm o seu serviço perfeitamente detalhado (...). Um tem o artigo de fundo, outro a crítica teatral, a científica, a literária, a secção de modas, a de desporto e assim sucessivamente, uma secção a cargo de cada pessoa. Outros redactores classificam e redigem os telegramas, as notícias políticas, militares ou sociais, as observações meteorológicas (...). O *Telefon-Hirmondo* substitui os jornais

impressos, não tendo leitores mas tendo ouvintes.

A leitura dos manuscritos é feita diante de dois poderosos microfones, colocados a par um do outro e que não oferecem senão pequenas modificações em relação aos aparelhos ordinários. Para a música, os receptores acham-se munidos de pavilhões e a transmissão do canto realiza-se do mesmo modo que a da palavra. A sucessão das diversas secções acha-se perfeitamente determinada e todos os dias se reproduz pela mesma ordem. O jornal telefone funciona para todos os assinantes desde as 8 horas da manhã até às 11 da noite, podendo deste modo os respectivos subscritores, quando se deitam, ter já conhecimento das novidades que os assinantes dos jornais impressos só conseguem conhecer na manhã seguinte. Às tantas horas, ouve-se o artigo de fundo, querendo ouvir-se; porque não querendo é só fechar a comunicação e esperar a hora em que deva ouvir-se a secção que mais agrade ou que mais directamente interesse a cada um dos assinantes.

Se há algum acontecimento de particular alcance (...) não se demora um momento a sua transmissão. Um sinal especial de alarme repercute nas campainhas e o assinante fica logo sabendo, sem se incomodar, que faleceu a rainha Vitória, que foi eleito enfim um novo papa ou que rebentaram as hostilidades entre a Rússia e o Japão.

A assinatura do jornal-telefone, que tem sobre os jornais impressos vantagens relativas em muitos pontos, custa apenas três francos por mês. Nada custa ao assinante a instalação do aparelho em sua casa, como também nada precisa despendar quando há qualquer desarranjo. Tudo corre por conta da empresa (...).

Não só nas casas particulares, como nos bancos, companhias, hotéis, cafés, casas de espectáculos, etc., o jornal-telefone tem larga aplicação. Enquanto se espeta uma visita, o resultado de uma transacção, ou enquanto decorre o intervalo de um espectáculo, quantas novidades e quantas delas de particular interesse não podem saber-se por intermédio do jornal falado. E nos hospitais e consultórios de médicos e advogados, quantas aplicações pode ter e quantos minutos de aborrecimento fazer passar ligeiramente!” (Bessa, 1904: 279-281)

O futuro do jornalismo também não passa em branco a Bessa, mas o autor cinge-se, nesta matéria, aos avanços tipográficos, que permitiriam aumentar as tiragens, e à crescente proliferação de jornais em todo o mundo.

Autor (nome completo): Nair Silva / Jorge Pedro Sousa

E-mail: j.p.sousa@mail.telepac.pt

www.labcom.pt

» Boavida Portugal, 1949

Autor: Boavida Portugal, José Manuel

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1949

Título completo da obra: A Vida Complexa e Grandiosa do Jornal

Tema principal: Teoria do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Sociedade Nacional de Tipografia.

Número de páginas: 6

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: L. 13724//6 V.

Biblioteca: Biblioteca Municipal do Porto

Cotas: J3-1-10

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): José Manuel Boavida foi jornalista e membro de várias direcções da Casa da imprensa. Morreu em 2005.

Índice da obra:

O hábito de ler o jornal e as diferentes abordagens ao mesmo: p.1

O poder e a complexidade do jornal: p.2

O processo complexo da elaboração da notícia até ao momento em que o jornal é impresso: p.3

A vida dos jornalistas correspondentes de guerra e o caso de John Del Val: pp.3/5

A importância de um director num jornal: p.5

O jornalismo em Portugal e a sua qualidade: p.5

Última abordagem ao jornal e ao trabalho imenso dos seus colaboradores: p.6

Resumo da obra (linhas mestras): *A Vida Complexa e Grandiosa do Jornal* explora o jornalismo impresso em várias vertentes: o jornal impresso e a sua complexidade; o poder do jornal; o processo de elaboração e divulgação da notícia (desde o momento em que uma notícia é aceite como tendo interesse até ao ponto em que o jornal é distribuído); a vida dos jornalistas correspondentes e a vida do jornalista correspondente John del Val em particular; a importância da existência de um director num jornal. O autor finaliza com um elogio ao jornalismo que se fazia em Portugal na época em que o livro foi escrito, considerando o autor que os jornalistas portugueses se distinguiam pelo seu profissionalismo.

No início da obra, Boavida Portugal reflecte sobre a efemeridade do jornal. Diz ele: “A vida do jornal dura apenas umas horas. (...) Mas esta efemeridade (...) está longe de constituir a prova de que é superficial ou frívolo o que nele se escreve”. (p.1)

Segundo o autor do livro, apesar das diferentes abordagens que os vários leitores fazem ao jornal, este é indispensável a todos, pois funciona como “uma ponte que nos liga ao mundo”. (p. 1)

Ao longo das poucas páginas que a obra contém, o poder do jornal é destacado. José Manuel Boavida Portugal afirma que o povo acredita piamente no jornal e que este, na maioria dos casos, molda o pensamento do leitor, mas “não quer isto dizer (...) que todos saibam apenas aquilo que o jornal lhes diz” (p.2). Basicamente, o autor acredita que o jornal “alicia, orienta e convence. Todos os dias é novo, mas todos os dias deixa alguma coisa de si.” (p.2).

Na abordagem à complexidade do jornal, são destacados o necessário espírito de equipa, pois “ou puxam todos para o mesmo lado – ou não presta” (p.2), e a importância da abordar todas as matérias com o mesmo afinco.

No desenvolvimento do texto, o autor descreve o percurso da notícia num jornal português do final da década de Quarenta, desde que o acontecimento surge e um informador “de que os jornais dispõem em diversos pontos” (rede de captura de informações) avisa o jornal. “O telefonista recolhe a informação. O chefe de redacção toma conhecimento e avalia a importância do que se passa. Às vezes um repórter chega [para cobrir o acontecimento]. Outras vezes é necessária toda uma equipa com

jornalistas especializados (...) que conhecem as pessoas [as fontes] (...). Escolhido o pessoal, preparado o fotógrafo, aprontado o carro, segue-se para o local do sucedido. A equipa vai informando a redacção e regressa. Enquanto o repórter reúne as suas notas e o redactor as coordena, o fotógrafo encerra-se na câmara escura com os técnicos do laboratório. (...) Entretanto, a tipografia vai recebendo o original (...). A prova fotográfica chega à gravura e depois é reproduzida em vidro e depois em zinco. (...) A prova tipográfica (...) entra na revisão (...). Os paginadores esperam na composição (...). Jornalistas e gráficos (...) procuram (...) que a notícia se apresente ao leitor o mais elegantemente possível.” (p. 3). Segue-se a impressão e a distribuição do jornal, relata Boavida Portugal.

Recordando que “Quando a informação vem de fora não é menos entusiasmado nem menos complexo o jornal”, numa fase posterior do livro o autor mostra a sua admiração pelos correspondentes que, para o bem do jornalismo e para fazerem chegar às pessoas informação com rigor, passam momentos nada fáceis, como o caso de John del Val, um correspondente de guerra que esteve presente em alguns dos mais ferozes combates de que há memória, mas que sempre os retratou “com a objectividade que a profissão (...) exige.” (p. 4).

Finalmente, Boaventura Portugal evoca o director dos periódicos, que presidem à organização que cada jornal é. “Quando o jornal é político, o nome do director tem de ser uma garantia”, frisa o autor. Mas “Ao lado do director, os jornais portugueses contam com jornalistas do melhor temperamento, da mais sólida cultura e da mais cuidada formação”, salienta Boavida Portugal.

Autor (nome completo): João André Carvalho Saraiva Gonçalves

E-mail: andré_dv_82@hotmail.com

» Boavida Portugal, 1959

Autor: Boavida Portugal, José Manuel

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1959

Título completo da obra: Para a História da Casa da Imprensa

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Oficinas Gráficas da *Gazeta dos Caminhos de Ferro*

Número de páginas: 5

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: SC 21339 P

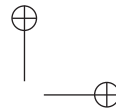
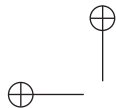
Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): José M. Boavida Portugal nasceu em 1917 e faleceu em 2006. Foi jornalista, dramaturgo e poeta salientando-se, sobretudo, pelo seu protagonismo na criação e desenvolvimento da Casa da Imprensa. A maioria da sua pesquisa e reflexão é relativa ao jornalismo.

Índice da obra: [Não tem índice]

Resumo da obra (linhas mestras): Encarregue de proferir umas palavras aquando da inauguração da lápida dedicada aos directores que construíram o edifício da Casa da Imprensa, J.M. Boavida Portugal agradeceu aos directores que levaram a cabo a obra, como Artur Portela, Pinto Monteiro e José Malheiro. Falou, ainda, sobre as dificuldades sentidas para concretizar o sonho da instituição, sendo esta a parte mais relevante para a edificação de uma história dos jornalistas e das organizações jornalísticas em Portugal:

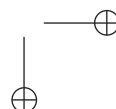
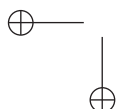
“Quando se começou a obra, nada tínhamos para pagar – a menos que tocássemos nos fundos da Caixa e arruinássemos a instituição, por cau-

www.labcom.pt



sa de um sonho de grandeza, um sonho que ninguém, jamais, nos perdoaria. O edifício cresceu, concluiu-se, apetrechou-se – e eram muitas centenas de contos, mais de mil contos, em breve, que sentíamos (nós, jornalistas que nada mais tínhamos do que o nosso salário, do que os nossos limitados recursos) sentíamos a fazer-nos frente, como um desafio e uma ameaça! Obtivemos a comparticipação do Estado, sem nos ser nada exigido em troca; alcançámos donativos, descontos, amabilidades, auxílios vários; a empresa arrendatária do nosso salão de cinema foi de uma colaboração lealíssima; a corrida de touros que então se organizou foi um êxito rotundo; a Grande Noite do Fado, que promovemos no Coliseu, ajudou a sua parte... Enfim: respirámos, aliviados!”

Autor (nome completo): Bruno Fernando Graça
E-mail: 17838@ufp.pt



» Boavida Portugal, 1971

Autor: Boavida Portugal, José Manuel

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): 1970

Ano de publicação/impressão: 1971

Título completo da obra: Uma Nova Ética da Informação

Tema principal: Liberdade de imprensa

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Editora Gráfica Portuguesa/Palestra Rotária

Número de páginas: 6

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: L.13724//6V e S.C.33257.V

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: 07-6-75 (10)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): José M. Boavida Portugal nasceu em 1917 e faleceu em 2005. Foi jornalista e escreveu várias pequenas obras sobre jornalismo e sobre a Casa da Imprensa, da qual foi dirigente..

Índice da obra:

Jornalismo é sinónimo de responsabilidade: pp. 2

Questão de verdade: pp. 2

Palavra do bispo de Sevilha: pp. 3

O dialogo: pp.4

Resumo da obra (linhas mestras): Este é um pequeno opúsculo sobre a ética no jornalismo, constituindo um dos primeiros exemplos da utilização da palavra e do conceito de ética jornalística em Portugal.

O autor começa por dizer que, “ A evolução exige uma nova ética da informação, porque o conceito de informação e a palavra que o exprime se

deixaram penetrar por elementos de corrosão e de suspeita que os tornam extremamente vulneráveis.”

Para ele, jornalismo é sinónimo de “responsabilidade”: “O público sente a responsabilidade do jornalista ou do locutor e aceitando essa responsabilidade estabelece a comunicação, forma opinião, procura estabelecer-se. Está-se longe da informação do velho estilo, irresponsável ou tendenciosa tantas vezes. Mas terá de instituir-se uma nova ética: a ética da comunicação responsável da verdade, através de fontes que se completam e estimulam”.

Para o autor, faz então todo o sentido falar-se da complementaridade entre os meios jornalísticos – a rádio anuncia, o jornal aprofunda e remete para a televisão, onde se vê. A questão da verdade é, para Boavida Portugal, fundamental em jornalismo “O jornalista sente a opinião pública, tomada como vontade popular. E obriga-se por ela, no serviço da verdade.”

Relembra também o autor as palavras do bispo auxiliar de Sevilha, António Montero, que disse que “o fenómeno social da opinião pública não deve confundir-se com o boato nem com a maledicência anónima. Mas também não deve confundir-se com a voz dos governantes, uma vez que estes, mais que sujeito, são objecto da opinião do público. Olhando para o Mundo actual, seria muito arriscado ou mesmo ofensivo afirmar que existem países em cujo conjunto social não haja esse coeficiente indispensável de cidadãos capazes de articular solidariamente uma opinião pública. Sem recusar que possa haver algum caso de inexistência desse coeficiente, o mais vulgar é que, por infelicidade, haverá que lamentar o seu mutismo. Quando isso sucede, em ditaduras de marxista ou nazi, ofende-se, segundo Pio XII, a ordem do Mundo, oferecendo simultaneamente Deus e o homem. Do que se trata é de servir o homem em vez de servir-se dele. «Não existe multidão que seja composta por pessoas e estas não devem servir nunca de instrumentos. Despertando nelas uma atitude e opinião sadia sobre aquilo que acontece à sua volta, consegue-se uma sociedade adulta e equilibrada, vacinada ela própria contra guerras civis e catástrofes internas. Uma opinião pública saudável, na qual todas as partes em presença respeitem as regras do jogo, é um tesouro moral para um país civilizado.»”

Depois, o autor refere-se, essencialmente, ao diálogo, “como síntese de opiniões em confronto estruturadas de forma a impedir o antagonismo, a irreducibilidade. Haverá o contraditório, o oponente, o resistente, o contestativo. Mas terá de evitar a neutralização mútua das opiniões em encontro”.

Boavida Portugal encerra o seu texto salientando que “Numa sociedade em evolução (...) a ética da informação terá de furtar-se à tendência para as posições revolucionárias, dominantes e aniquiladoras, porque essas destroem, de maneira inexplorável, a figura do diálogo. É preciso, deveras, uma enorme capacidade de renúncia ao poder e um desejo esclarecido da autocrítica. Só assim existirá diálogo, não a figura estranha e caricatural reservado a uma só casta de predestinados, messiânticamente armazenistas da verdade e da lucidez.”

Para ele, deve fomentar-se, em conclusão, uma nova ética da informação, “na recusa do silêncio acobardado ou frutuoso e na exigência da responsabilidade que a verdade urgentemente impõe.”

Autor (nome completo): Carlos Guilherme Ferreira da Silva Borges Cardoso
E-mail: guilhasamt@hotmail.com

» Borges, 1900

Autor: Boregs, França

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1900

Título completo da obra: A Imprensa em Portugal (Notas de um Jornalista)

Tema principal: Ética, Direito e Deontologia do Jornalismo/Liberdade de Imprensa.

Local de edição: Porto

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Tipografia A Vapor da Empresa Litteraria e Typographica

Número de páginas: 32

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: H.G. 16934//5 P. H.G. 16987//6 P.

Biblioteca: Biblioteca Municipal do Porto

Cotas: COR-973

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): França Borges nasceu em Sobral de Monte Agraço, a 10 de Janeiro de 1871, filho de António Ribeiro Borges e Cândida Borges França, tendo vindo a morrer em Davos-Platz (Suiça), a 5 de Novembro de 1915. Realizou os seus estudos no Colégio Luso-Brasileiro e mais tarde prosseguiu-os na Escola Nacional. Começou por trabalhar como funcionário público, na repartição de Fazenda Pública, em Sobral de Monte Agraço. Pertenceu à Maçonaria, iniciado na Loja *Montanha* em 1901, com o nome simbólico de *Fraternidade*. Pertenceu, ainda, à Loja *Justiça* e presidiu à Loja *O Futuro* (1905), tendo alcançado o 7º grau do Rito Francês, em 1914. Foi presidente da Associação do Registo Civil, membro do Directório do Partido Republicano e deputado em 1912. Caracterizado por ser um jornalista rebelde, França Borges teve vários problemas ao longo da sua vida, tendo sido preso e exilado em algumas ocasiões.

Livros LabCom

Índice da obra: [Não tem índice]

Estado da Imprensa – corrupção da polícia, falta de liberdade de imprensa e o corregedor Veiga: pp. 3-5.

II: Esquadra inglesa e aliança luso-inglesa: pp. 6-7

Página de *O Mundo* não publicada com alusões à opressão inglesa sobre Portugal: pp. 8-28

O crime nas escadinhas da Mãe d'Água: pp. 29-31

A revolta de França Borges: pp. 31-32

Apesar de não ter índice formal, o autor incluiu na capa da obra o seguinte sumário:

- O fim desta publicação
- Interesse das questões da imprensa
- O regime do jornalismo em Portugal
- O que se sabe e o que não se sabe
- Jornais dirigidos pelo juiz Veiga
- O caso José de Macedo
- A esquadra inglesa em Lisboa
- Uma injúria à Inglaterra
- O que se dizia numa página de jornal que saiu em Branco
- O drama das Escadinhas da Mãe d'Água
- Ordem do juiz Veiga à imprensa
- A reportagem em Lisboa
- O cúmulo
- Consequências do precedente
- O que a imprensa fez e o que devia fazer
- Protesto

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra retrata as dificuldades e as imposições do regime regulatório da liberdade de imprensa escrita que os jornalistas do final do século XIX/início do século XX enfrentavam. Escrito na noite de 10 para 11 de Dezembro de 1900, França Borges fala, nele, da apreensão de jornais que se opõem à polícia e em especial ao juiz corregedor Veiga, que, segundo o autor, vigiava o que podia e não

podia ser escrito pela imprensa.

França Borges realça que a censura à imprensa impede o público de conhecer acontecimentos “gravíssimos” ocorridos em Portugal.

O impulso para a elaboração do texto ocorreu, revela França Borges, quando um jornalista foi preso e acusado de ser socialista. Só o jornal de França Borges (*O Mundo*) escreveu a notícia, tendo sido obrigado mais tarde a apagá-la, em mais um episódio de censura à imprensa.

A visita a Portugal de uma Esquadra inglesa, capitaneada pelo Almirante Rawson para a renovação da aliança luso-inglesa e o modo como a imprensa portuguesa descreveu os factos é outro dos pontos visados pelo autor. Segundo ele, os órgãos e jornais “do Governo” descreveram os ingleses como um povo exemplar, dizendo ainda que as relações entre os dois países sempre foram honrosas e muito boas, quando para França Borges isso não passa de pura ilusão e manipulação da imprensa. França Borges Passa então em revista vários acontecimentos que ilustram o seu ponto de vista: o Ultimato Inglês, o Tratado de Methuen, etc. Essa recapitulação das “injúrias” da Inglaterra a Portugal deveria, segundo o autor, ter sido publicada n’*O Mundo* de 7 de Dezembro de 1900, mas o jornal foi impedido de o fazer pelo censor, o juiz corregedor Veiga.

França Borges recorda ainda um outro episódio de censura à imprensa: no dia 8 de Dezembro, Pinto Coelho matou Alberto O’Neill nas escadinhas da Mãe d’Água, tendo sido preso no mesmo dia. O próprio juiz corregedor Veiga encarregou-se de divulgar à imprensa o que se passou, alegando “motivos familiares”, não permitindo que os jornais divulgassem que se tratou de uma vingança por motivo de adultério.

Autor (nome completo): Simão Pedro Machado da Silva Fonseca

E-mail: slam0@hotmail.com

» Bramão, 1899

Autor: Bramão, Alberto

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1899

Título completo da obra: O Jornalismo: Conferência Realizada na Sede da Associação dos Jornalistas de Lisboa.

Tema principal: Conjuntura jornalística

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Tipografia da Rua da Barroca, n.º 72

Número de páginas: 44

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Municipal do Porto

Cotas: M4-4-55 (21)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Sobre Alberto Allen Pereira de Sequeira Bramão (1865-1944) poucas ou nenhuma referências podem encontrar-se em obras actuais. Colega de infância de Raul Brandão, ligou-se como este, na sua juventude, ao grupo dos nefelibatas portuenses. As actividades a que se dedica são, sobretudo, o jornalismo - desde bem jovem - e a criação poética. Se bem que tenha feito algumas aproximações à estética decandentista que à época era o “último grito”, a sua poesia acaba por revelar quase sempre um romântico tardio.

Como republicano convicto, Alberto Bramão foi preso nos últimos anos da Monarquia e depois de liberto enveredou por uma activa carreira política bem como por um jornalismo muito mais crítico e mordaz.

No final da carreira, enquanto desempenhava importante papel como deputado Regenerador e secretário de Hintze Ribeiro na presidência de ministérios (foi o primeiro a sugerir e levar perante a Assembleia uma proposta de Lei defendendo a possibilidade do divórcio), Alberto Bramão escreveu várias obras memorialistas, livros de impressões e reco-

lhas de crônicas que traçam um quadro notável de uma das épocas mais conturbadas da nossa história e que demonstram a própria importância do autor na sua época e a relevância do seu papel.

Índice da obra:

Explicação - 5

I. Introdução ao tema - 9

II. Criação da Escola de Jornalismo - 12

III. A situação jornalística em Portugal - 17

IV. Como remediar o mal - 21

V. O jornalismo estrangeiro - 23

VI. Divagação sobre vida pessoal/profissional - 27

VII. Conclusão - 41

Resumo da obra (linhas mestras): *O Jornalismo*, de Alberto Bramão, é a versão escrita de uma conferência que o autor fez a pedido da Associação dos Jornalistas de Lisboa, à qual pertencia, para definir o “honesto equilíbrio entre a missão moral do jornalista e o seu interesse prático” vencendo a grande dificuldade que representa “sustentar a equidade profissional dentro da necessidade financeira”. (p. VI)

Ainda na “Explicação”, primeiro ponto do seu texto, o autor começa por definir o jornalismo como uma “gloriosa instituição” com “alta influência social” (p. VII)

O autor procura, seguidamente, reflectir sobre a questão “Qual a maneira de elevar o jornalismo?”. Para lhe responder, Bramão começa por assinalar o debate que se fazia na altura sobre a conveniência de uma escola de jornalismo em Portugal, à semelhança do que acontecia no estrangeiro. No entanto, sem aprofundar a questão, parte logo para a distinção entre os jornalistas portugueses e os estrangeiros, pois, diz ele, não havia “salvo algumas poucas excepções, jornalistas portugueses à maneira dos jornalistas estrangeiros” (p. 13). E porquê? O autor responde: “Alguns dos mais brilhantes espíritos da nossa imprensa diária, os que não desanimaram diante das asperezas da profissão, circunscreveram o

seu talento ao único ramo jornalístico capaz de compensar a enormidade dos seus esforços: a política. O artigo de fundo passou a ser quase a única aspiração dos trabalhadores da imprensa diária. E assim acontece com alguns dos nossos mais afamados jornalistas: são simplesmente políticos que escrevem, e que norteiam as questões ao sabor de interesses mais ou menos partidários ou pessoais” (p.13). Ao contrário, prossegue Bramão, “Os verdadeiros jornalistas, nos países em que esta profissão verdadeiramente existe, têm, como principal característica a faculdade de urdir, em boa prosa, impressões sobre todos os acontecimentos, o que não quer dizer que se não dediquem de preferência, para maior intensidade da sua obra, a uma ou outra especialidade. São homens de instrução variadíssima, embora, às vezes superficial, de rápido golpe de vista sobre os factos, de inteligência poderosamente assimiladora e de prontas faculdades de trabalho.” (pp.13 - 14) Assim, para se triunfar no jornalismo no estrangeiro, era preciso, salienta o autor, “possuir uma completa vocação, (...) talento, e (...) ter uma contínua aplicação ao trabalho, que absorve o tempo todo, não deixando grande margem para acumulação de profissões”. Infere-se, assim, das palavras de Bramão que os jornalistas portugueses, na viragem do século XIX para o XX, eram pessoas que acumulavam uma outra profissão com o jornalismo. Porém, ter em Portugal jornalistas inteiramente dedicados a essa profissão seria, à época, “impossível, pela razão única e suficiente de não haver jornal que pague aos seus redactores o indispensável para eles viverem exclusivamente disso” (p. 14). Consequentemente, Bramão considera inútil ter uma escola superior de jornalismo num país onde esta actividade não é vista como “verdadeira profissão” (p. 16).

Outra razão avançada por Bramão para a não criação de um curso de jornalismo tem a ver com a impossibilidade de ensinar tão vasta matéria: “dentro do jornalismo cabe o universo inteiro”, releva (p.15). Além disso, para ele “a prova do valor jornalístico não pode ser tirada em exames (...) porque sendo o jornalismo constituído por empresas particulares, de nada valeria o diploma de jornalista conferido pelo júris, a coacções e a erros. A prova do valor jornalístico só se verifica como a prova do valor guerreiro – no campo de batalha.” (p. 15). Segundo Alberto Bramão, não é, portanto, “com diplomas de bacharelato que os jornalistas podem autenticar as suas

faculdades” (p. 16). Pelo contrário, as virtudes de um jornalista, segundo Bramão, são o talento e o trabalho: “Já o disse um poeta (...): com talento e um caderno de papel, está um homem armado para a imortalidade.” (p.16)

Diagnosticando a situação do jornalismo nacional, Alberto Bramão reflecte sobre as reduzidas tiragens dos jornais e sobre a concorrência exacerbada, ironizando ao salientar que “Há jornais que chegam a quase a esta coisa fantástica – de terem mais colaboradores do que leitores.” (p. 17). A taxa de analfabetismo, que, segundo o autor, rondava 80% da população, também não contribuía para a prosperidade das empresas jornalísticas.

Esta situação trazia consequências, de acordo com o autor: “Desta forma, o dono do jornal pensa apenas numa secção, a única de que o jornal é pretexto: o artigo político. Todas as outras secções merecem-lhe maior desprezo. Portanto, em vez de escolher para elas homens com habilitações especiais, com ilustração e talento, a quem teria de dar uma remuneração condigna, aceita para cooperadores os primeiros microcéfalos que lhe aparecem com desejo de dizer tolices gratuitamente, e com a única aspiração de bilhetes de teatro e regalias vaidosas de redactores.” (p.19) Resultado desta política? “Uma rumorosa desordem de notícias sem importância, escritas com má ortografia e impressas em péssimo papel.” (p.20).

A falta de recursos e a deficiente qualidade dos colaboradores, segundo Bramão, punham o problema da qualidade jornalística. “Porque também é este um caso muito curioso e creio que peculiar do nosso país: não é o jornal que dirige a opinião pública; a opinião pública é que dirige o jornal. O proprietário orienta-se pelo gosto da multidão.” (p.20). E que a multidão quer, interpretando o autor, é sensacionalismo, que não é sinónimo de qualidade, pois o jornalista, na visão de Bramão, deveria procurar não deixar “a impressão sugestionadora”, mas antes “lograr a que o sereno espírito dos leitores meça friamente até que ponto vai a verdade” (p. 27).

“Qual a maneira de remediar o mal? Se a deficiência jornalística provém principalmente da deficiência financeira, visto que a colaboração gratuita nos jornais é o único recurso que os proprietários encontram para manter a propriedade, a maneira de remediar o mal seria uma única: valo-

rizar lícitamente todos os elementos de que o jornal dispõe”(p.21), explica Bramão. Ao jornalista compete, assim, “dar todo o relevo do seu talento e do seu carácter à obra que produz”; ao empresário do jornal compete “desenvolver os recursos financeiros, de forma a assegurar ao jornalista uma remuneração que o livre de contingências menos dignas”, pois “não pode haver independência sem lastro na algibeira”. (p. 29) “A economia encerra a independência e a dignidade” (p. 37), exclama o autor.

Em termos práticos, como Bramão pretendia que os jornais se tornassem em prósperas empresas jornalísticas? Através da venda de “artigos ou notícias de carácter mercantil” (p. 34) e publicitário.

No final do seu texto, o autor recorda, em jeito de síntese conclusiva, que só empresas jornalísticas financeiramente saudáveis podem pagar a bons jornalistas que se dediquem exclusivamente ao jornalismo e se pautem pela independência, “atmosfera em que se mantém e se desenvolve a delicada flor da verdadeira dignidade” (p. 41).

Autor (nome completo): Joana Oliveira

E-mail: nanita_ju@hotmail.com

» Branco, 1938

Autor: Branco, José Vieira

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1938

Título completo da obra: Subsídios para a História da Imprensa Algarvia

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Algarve

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Tipografia Caetano

Número de páginas: -

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: P. 7667 V.

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): França Borges nasceu em Sobral de Monte Agraço, a 10 de Janeiro de 1871, filho de António Ribeiro Borges e Cândida Borges Natural de Faro, José Vieira Branco nasceu em 1874 e faleceu em 1938. Iniciou a sua aprendizagem tipográfica no *Progresso do Algarve*, em 1882, onde procurou descobrir qual a Tipografia mais antiga em Faro. Passados onze anos, abandonou a Tipografia e seguiu a vida militar. Passou por Angola, Macau, Moçambique e pelo Continente, onde teve que lutar para sobreviver. A vida militar durou até 1928. Depois, regressou definitivamente a sua cidade.

Índice da obra: [Não tem índice]

1. Prefácio
2. A razão deste trabalho
3. Os Jornais de cada Concelho de Faro

Resumo da obra (linhas mestras): O livro fala da história do jornalismo algarvio. O autor refere que o primeiro jornal do Algarve foi a *Chronica*

Livros LabCom

do Algarve, embora, tenha sido publicado um jornal em 1833, em Faro. No Algarve, revela o autor, existiram várias tipografias. A Tipografia do Governo, segundo Vieira Branco, já existia em 1833. A Tipografia Paz Furtado, segundo Vieira, foi estabelecida em 1846. Existiu também a Tipografia Eduardo Lami, mas o autor diz ignorar a data de fundação. Posteriormente o autor indica os jornais fundados ou existentes nos vários concelhos algarvios, a seguir listados, dando também informações sobre a data de fundação, fundadores, etc:

Concelho de Albufeira

Avesinha e Constituição.

Concelho de Alcoutim

Não foram publicados jornais.

Concelho de Aljezur

Não foram publicados jornais.

Concelho de Alportel

Algarvio, Ecos do Sul (semanário), Ecos do Sul (quinzenário).

Concelho de Castromarim

Alvorada.

Concelho de Faro

Académico Fareense, Académico (semanário), Académico (quinzenário), Algarve (semanário), Algarve (numero-único), Algarve Desportivo, Algarve Ilustrado (quinzenário), Algarve Ilustrado (numero extraordinário), Algarve (O nosso), Algarve Pitoresco, Algarvio, Algarvios, Alma Académica, Alma Algarvia, Alma Luzitana, Alvoradas do Sul, Asas de Portugal, Baluarte, Boletim do Algarve, Boletim Mensal de Publicidade Artística, Capas Negras, Chabi, Chronica do Algarve, Combatente, Comercio do Sul, Correio Algarvio, Correio do Algarve, Correio do Sul, Cruzada Nova, Correio Teatral, Destino, Diário do Algarve, Districto de Faro, Echo da

Academia, Ecos do Alem, Educador, Elmo, Festa, Filmagem, Folha do Domingo, Herald, Homenagem da Academia Farense a João de Deus, Homenagem, Ideia Republicana, Ilustração Algarvia, Inauguração, Jornal dos Agricultores do Algarve, Jornal de Anúncios, Jornal Cómico do Algarve, Labareda, Lanceta, Luzitania, Luzitano, Móca, Mocho, Mocidade, Moralista, Mutualidade Popular, Nacional – Sindicalista, Normalista, Notícias do Algarve, Novato, Paíz e o Trafico Internacional, Parodia, Pequeno em Tudo, Progresso do Algarve, Progresso do Sul, Realizador, Rir, Serões Académicos, Sports do Algarve, Sul, Sul Desportivo, Trovão, Vida Algarvia, Comercio do Algarve, Comercio e Industria de Faro, Correio do Algarve.

Concelho de Lagoa

Asas Brancas, Átomo, Boa Nova, Ecos do Alem, Ecos do Arade, Eco Lagoense, Progresso Algarvio.

Concelho de Lagos

Barlavento, Correio do Algarve, Correio das Províncias, Costa do Ouro, Diário do Algarve, Echo do Algarve, Echo de Lagos, Folha de Anúncios, Folha Democrática, Gazeta do Algarve, Imparcial, Intruso, Jornal de Anúncios, Jornal de Lagos, Lacobrigense, Liberal, Noticias do Algarve, Porvir, Pró-Lagos, Revista do Algarve, Semana de Lagos, Terra Algarvia, Verdade, Verdade Nua.

Concelho de Loulé

Aldeão, Algarvio, Alma Algarvia, Ecos de Loulé, Folha de Alte, Folha de Loulé, folha do Sul, grito dos Novos, Imparcial, Jornal de Anúncios, Juventude, Louletano, Loulé, Noticias de Loulé, Povo Algarvio, Pregoeiro, Primeiro de Maio, Progresso, Voz de Loulé.

Concelho de Monchique

Campeão da Província, Monchiquense, Mutualidade, Patriota, Saúde.

Livros LabCom

Concelho de Olhão

Aldeia (A nossa), Carnaval, Correio Olhanense, Cruzeiro do Sul, Écran, Eco do Sul, Enciclopédia Literária, Antiga e Moderna, Futuro, Gazeta de Olhão, Hora Literária, Novos, Olhanense, Patrão Joaquim Lopes, Popular, Porvir, Progresso de Olhão, Provinciano, Publicidade, Racional, Revolução de Outubro, Serões da Província, Verdade.

Concelho de Portimão

Algabh, Algarve, Araulo, Cidade Nova, Comercio de Portimão, Correio do Meio-dia, Eco Militar, Independente, Jornal dos Artistas, Jornal de Portimão, Liberdade, Lira, Município, Ordem, Portimonense, Rosa Cruz, Verdade.

Concelho de Silves

Alma Algarvia, Caixeiro Moderno, Chelbe, Defeza do Povo, Eco de Silves, Ecos do Além, Ideia Nova, Messinense, Povo Algarvio, Povo de Silves, Rajada, Silvense, Silves, Terra Algarvia, Vibração, Voz do Sul.

Concelho de Tavira

Acção, Combate, Correio do Algarve, Exercito Portuguez, Folha Tavirense, Gilão, Heraldo, Jornal de Anúncios, Povo Algarvio, Povo do Algarve, Província do Algarve, Reino do Algarve, Reyno do Algarve, Sentinella, Séqua.

Concelho de Vila Real de Santo António

Algarve, Ecos do Sul, Flôr de Liz, Foz do Guadiana, Guadiana, Jornal de Cinema, Nossa Terra, Noticias do Sul, Novos, Petiz, Sotavento, Voz do Guadiana,

Autor (nome completo): Igor Diogo Gonçalves Cabaço

E-mail: Igormega9@hotmail.com

» Brás Medeiros, 1956

Autor: Brás Medeiros, Guilherme

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1956

Título completo da obra: Retalhos da Vida de um Jornal (Palestra Realizada no Centro de Estudos Político-Sociais em 24 de Outubro).

Tema principal: Teoria do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Edição do autor/Tipografia da Sociedade industrial de Imprensa.

Número de páginas: 20

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: B 3872 P

Biblioteca: Biblioteca Municipal Pública do Porto

Cotas: K3-6-10-P8-(20)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Guilherme Brás Medeiros dirigiu a empresa do *Diário Popular* e foi presidente do Sporting Clube de Portugal. Foi ele o criador desse jornal.

Índice da obra: [Não tem índice]

Diferenciação entre jornais de opinião e jornais de informação: pp. 5-6

Características de um Jornal de grande Informação: pp. 6-10

Evolução do Diário Popular: pp. 11-15

O estado da evolução da imprensa nos restantes países: pp. 16-20

Resumo da obra (linhas mestras): O autor, desde logo, explica que a Imprensa se depara com problemas complexos. Como tal, apresenta pontos essenciais para a compreensão do Mundo jornalístico:

“1. É clássica a distinção entre jornais de opinião e os jornais de informação, ou, se preferirmos, entre a Imprensa de ideias e a Imprensa Industrial. 2. Logo quanto aos periódicos incluídos no primeiro tipo - a Imprensa de ideias – afigura-se-me equívoco terrível a admissão, como axiomático, do princípio generalizado em toda a latinidade, sobretudo, de nada se dever inserir neles contra, ou diferente, da maneira de sentir, pensar e agir dos apaniguados (...) daí, a crise, a todos os títulos gravíssima, por que, nos países latinos, passam os jornais de opinião. Nem admira, por entre eles ter o princípio atingido a máxima florescência.”

No parágrafo que se segue, o autor distingue três funções que o jornal de informação tem que ter:

- 1) Divertimento (“certa dose de amizade (...) conjugada com algum entretenimento”;
- 2) Representação das opiniões do público (o que implicaria uma diminuição da censura);
- 3) Educação (principal objectivo de um jornal).

Brás Medeiros explica, em consequência, que é para assegurar o entretenimento do leitor que o *Diário Popular* dá grande destaque à cobertura da Volta a Portugal em Bicicleta. Por outro lado, e a propósito da necessidade de um jornal representar as opiniões do público, relembra que, por vezes, a censura é tão acéfala que promove cortes em notícias do próprio país que acabam por ser difundidas pelas agências de notícias internacionais, tendo-se mesmo, numa ocasião, difundido uma notícia da Reuters sobre Portugal que inicialmente a censura tinha cortado.

Sobre o papel educativo de um jornal, o autor relembra que deve haver equilíbrio entre educação e expressão de opinião.

O autor também enfatiza a necessidade de um jornal ter uma política editorial agressiva, ou seja, “viril e coerente”, nas suas palavras, para conseguir obter informações em primeira-mão e, assim, aumentar as vendas e obter sucesso. Para ilustrar a sua opinião, relembra casos em que o

Diário Popular obteve furos, como o desastre de avião de Superga (que vitimou jogadores do Torino que tinham vindo jogar com o Benfica); o caso da invasão de Goa, Damão e Diu pelas tropas da União Indiana; e a deslocação do Sporting a Belgrado.

Medeiros chama ainda a atenção para o facto dos jornais – em especial os vespertinos – estarem sempre expostos a *gaffes* que podem destruir a reputação dos próprios e mesmo dos que não estão envolvidos – e tudo por causa “do ritmo a que tem de obedecer a recolha do noticiário”, ou seja, por causa da pressão do tempo, e também por causa da falta de verificação da informação. O autor relata, por exemplo, uma notícia de um jornal de Marselha, de 1934, que reportava a chegada do rei Alexandre, da Jugoslávia, “com discursos e tudo”, apesar deste ter sido assassinado antes da visita.

O autor menciona, também, os problemas de Imprensa dos outros países, constatando que estes residem, sobretudo, nos gastos e nos custos de produção.

Terminando a sua palestra, Brás Medeiros deu a chave do sucesso para a expansão de um jornal: “desafogo económico e índice de cultura da população”. Porém, diz, igualmente, que quanto ao número de exemplares adquiridos por milhar de habitantes, Portugal fica nos últimos lugares entre os principais países do mundo.

Autor (nome completo): Ana Catarina Araújo dos Santos Pereira
E-mail: nana_feiah@hotmail.com

» Brito Aranha, 1894

Autor: Brito Aranha, Pedro Venceslau

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1894

Título completo da obra: Rapport de la Section Portugaise – 1^o Congrès International de la Presse

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Imprimerie Universelle (Imprimerie de Sa Majesté le Roi)

Número de páginas: 51

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Municipal do Porto

Cotas: P. 7676 V.

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Pedro de Venceslau de Brito Aranha nasceu em 1833 e faleceu em 1914. Foi um escritor, jornalista e bibliógrafo português. Tendo começado a destacar-se aos 16 anos como tipógrafo, mais tarde foi convidado para, em 1889, ser redactor principal do *Diário de Notícias*.

Índice da obra:

[Os textos encontram-se divididos por numeração romana, mas não estão definidos como índices]

I Apresentação e objectivos do encontro: pp.5-8

II História do Jornalismo em Portugal pp.8-14

III Agradecimentos pp.14-15

IV Lista dos jornais existentes pp. 19-50

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra tem duas partes. Relembra, inicialmente, a forma como foi decidida a participação portuguesa no primeiro congresso internacional da imprensa, que decorreu em Anvers, em

1894, incluindo, seguidamente, a comunicação aos congressistas lida por Brito Aranha durante este certame.

O autor revela que a imprensa lisboeta se reuniu na capital, a 16 de Fevereiro de 1894, no *Diário de Notícias*, para decidir sobre a resposta a dar ao convite para participar no referido congresso, previsto para 12 de Julho desse ano. Na reunião, participaram redactores dos diferentes jornais da época, como Brito Aranha, Mariano Pina, Palermo de Faria, Alves Correia, Ferreira Lobo ou Gouveia Pinto.

Brito Aranha conta que, após a apresentação dos objectivos do congresso, foi proposta uma comissão, que ficou composta por Ferreira Lobo, Magalhães Lima, Mariano Pina, Gomes da Silva, Palermo de Faria, Armando da Silva, Carlos Ferreira e Eduardo Coelho, encarregue de dinamizar a representação dos jornalistas portugueses no certame.

De seguida, o autor evoca, diacronicamente, a forma como os jornalistas portugueses decidiram participar no evento, passando, de imediato, para a tese que apresentaram ao congresso.

“A imprensa belga inspirava-nos a todos uma grande simpatia”, afirma, então, Brito Aranha, salientando a importância do congresso para uma afirmação e solidariedade da classe que em Anvers se reunia em congresso. “Os jornalistas representam certamente a classe mais forte da sociedade, e têm como os outros trabalhadores interesses morais e materiais para defender”, referiu também Brito Aranha, de forma a reforçar a importância da união dos jornalistas.

Para Brito Aranha, este primeiro congresso internacional da imprensa aspirou ser uma fonte de união, de lealdade e de fraternidade, de forma a contribuir para o progresso e o desenvolvimento de cada um e da sociedade. “A imprensa é o elemento civilizador por excelência”, salienta ainda Brito Aranha, para quem o congresso esperava, com esta união, promover a sua missão do jornalismo de levar até as sociedades modernas o exemplo do esforço colectivo e de mostrar ao mundo a forma como esta profissão honra a humanidade nas suas múltiplas manifestações de progresso e de bem-estar social.

A comunicação de Brito Aranha abordou, ainda, o nascimento da tipografia, destacando o facto de Portugal ter sido um dos primeiros países

onde foi utilizada essa inovadora invenção.

A comunicação do autor ao congresso continua referindo a expansão da tipografia pelo mundo através dos Descobrimentos portugueses. O autor salientou então, a propósito, a falta de conhecimento sobre a história de Portugal na Europa, o que levaria os europeus a considerar injustamente Portugal como um dos “últimos países a contribuir para a evolução da tipografia”.

O objectivo da comunicação de Brito Aranha foi, assim, relembrar que “este pequeno país” (Portugal) foi um dos primeiros a utilizar a invenção de Gutenberg. O autor comprova essa informação com a referência a obras impressas em Leiria e em Lisboa no século XVI.

Portugal, continua Aranha, foi também um dos pioneiros da história do jornalismo, já que no país se editaram relações e *notícias avulsas* logo no início do século XVII, bem antes das gazetas em Espanha. Foi ainda focada a história portuguesa e a sua relação estreita com o jornalismo e, seguidamente, foi descrito o movimento do jornalismo da altura em que o texto foi escrito.

O autor diz também que Portugal acompanhou o progresso das técnicas de impressão de gravuras, incluindo na imprensa periódica”. Salienta, nomeadamente, que as gravuras impressas surgiram em Portugal, concebidas por artistas portugueses, em edições dos séculos XVI e XVII.

Seguidamente, o autor destaca a importância da informação levada pelos portugueses até as colónias de então.

Finalmente, os representantes da imprensa portuguesa no primeiro congresso internacional da imprensa anunciaram – narra Brito Aranha – a convocação, para Lisboa, em 1897, de um novo congresso internacional, por ocasião da passagem de mais um centenário da descoberta do caminho marítimo para a Índia.

A comunicação de Brito Aranha ao congresso internacional de jornalistas de Anvers encerra com um agradecimento aos organizadores do certame e salienta que os representantes portugueses consideraram honrosa a sua participação no evento e o convite que lhes foi formulado.

Autor (nome completo): Milena Oliveira de Matos
E-mail: milenamatos@portugalmail.pt

» Brito Aranha, 1885

Autor: Brito Aranha, Pedro Venceslau

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1885

Título completo da obra: Subsídios para a História do Jornalismo nas Províncias Ultramarinas Portuguesas

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Imprensa Nacional

Número de páginas: 24

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: HG 8193//4 P

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Pedro Venceslau de Brito Aranha (nasceu a 1933 e faleceu no ano de 1914) foi um escritor, jornalista e bibliógrafo português, continuador do trabalho de Inocêncio na produção do *Dicionário Bibliográfico Português*. Brito Aranha começou a ganhar a vida aos 16 anos, como aprendiz de tipógrafo. Foi como autodidacta que conseguiu alcançar uma sólida cultura. Ganhou fama pelas colaborações em jornais e revistas e por ter dirigido, juntamente com Vilhena Barbosa, os últimos números do *Arquivo Pitoresco*.

Índice da obra: [Não tem índice]

1. Resumo da obra
2. Jornais Ultramarinos
3. Jornais dedicados aos negócios ultramarinos

Resumo da obra (linhas mestras): Neste livro, Brito Aranha lista os jornais surgidos nas então províncias ultramarinas (até 1885).

Segundo o autor, a liberdade de imprensa permitiu um enorme desenvol-

vimento na civilização. Para ele, foi graças à implementação da liberdade de imprensa que fora da Europa, Portugal foi reconhecido pelo seu valor no que cabe à liberdade e ao progresso.

Segundo Brito Aranha, o desenvolvimento da imprensa Portuguesa nas colónias começou em 1820, devido à revolução liberal, que fez com que os homens com qualidades cívicas (políticos, e homens das Letras) fossem evidenciados através dos jornais.

Segundo Brito Aranha, entre 1820 e 1885 foram editados 150 jornais. Por ordem alfabética (e na grafia da época), transcrevem-se:

A

Abelha (A) de Bombaim.-bombaim.1848.

Abelha (A) da China.-Macau.1922.

Africa oriental.- Moçambique. 1922.

Africano (O) – Quilimane. 1878.

Álbum literário.-Nova Goa.1875.

Amigo (O) do processo.- Hong Kong.

Anglo.portuguez (O) – Bombaim,1866.

Aquilão (O) – Schangae. 1867.

Archivo de pharmacia e sciencias accessorias da Índia portugueza. – Nova Goa. 1864

Archivo portuguez oriental – Nova Goa.1857

Aurora.-loanda. 1855

Aurora macanense- Macau.1843

B

Biblioteca (A) de Goa. – Nova Goa. 1839.

Boletim official do governo de Angola. – Loanda. 1845

Boletim do governo da província de Cabo Verde. – Cidade da Praia.1842

Boletim do governos da província da Guiné. Bolama. 1880

Boletim do governo do estado da Índia. – Nova Goa. 1837

Boletim official do governo da província de Moçambique.- Moçambique. 1854

Boletim official do governo da província de S. Tomé e Príncipe.-

S. Tomé. 1857

Boletim da província de Macau e Timor,- Macau. 1834

Boletim da sociedade propagadora dos conhecimentos geográficos africanos. Loanda. 1881

C

Catholico.- Hong Kong. 1873

Chronica constitucional de Goa.- Nova Goa 1835

Chronica de Macau. 1834

Chronista (O) de Tissuary.- Nova Goa 1866

Civilização (a).- Nova Goa. 1878.- (continuação do Dexâssudhârânetexó)

Civilização da Africa portugueza.- Loanda 1866

Commercio (o) de Loanda. 1867

Compilador (O) (1º) - Nova Goa. 1943

Compilador (o) (2º) – Nova Goa. 1847

Correio de Cabo Verde. – Cidade da Praia. 1879

Correio (O) De Goa.- Nova Goa. 1882

Correio (O) da Índia.- Pangim. 1884

Correio (O) de Nova Goa.- Nova Goa. 1844.

Correio (O) macanense, (1º) – Macau. 1838

Correio (O) macanense, (2º). – Macau 1883

Correspondência de Angola.- Loanda. 1875.

Crente.- Orlim (índia). 1883

Cruz (A).- Nova Goa. 1876

Cruzeiro (O) do Sul.- Loanda

D

Defensor (O) da ordem e da verdade. - Nova Goa. 1852

Defensor (O) do real pedroado. - Nova Goa. 1853

Dexâssudhârânetexó. – Ribandar (Índia) 1878 (Em Portuguez e marata)

E

Echo (O) de Angola, - Loanda.1882

Echo (O) De bombain – Bombain. 1863

Livros LabCom

Echo de Cabo Verde. – Cidade da Praia. – 1880
Echo de Lusitana. – Nova Goa. 1836
Echo Popular. - Índia 1883
Echo (O) portuguez.- Bombain. 1873 (Em portuguez e inglez.)
Echo (O) do povo. Hong Kong. 1858
Encyclopedico (O). Pangim. 1841.
Equador (O). – S. Tomé. 1870.
Estreia litterária. – Margão (índia). 1877
Estrella (A) do norte. - Bombain. 1862 (em portuguez e inglez)

F

Fraternidade. – Guiné. 1883
Futuro (O) de Angola.- Loanda. 1882

G

Gabinete (O) literário das Fontainhas. – Nova Goa. 1846
Gato (O). – Moçambique. 1880
Gazeta de Angola. – Loanda. 1881
Gazeta de Bardez. – Bardez Assagão. 1874
Gazeta (A) de Goa. (1º) – Jornal oficial do governo. – Nova Goa. 1821
Gazeta (A) de Goa (2º) – Nova Goa. 1872
Gazeta de Macau. – Macau. 1839
Gazeta de Macau e Timor. – Macau. 1872
Goa sociável. – Nova Goa. 1866
Goamitra (O). – Margão. 1882

H

Harmonia(A). – Nova Goa. 1862
Harpa do Mandovi.- Nova Goa. 1865

I

Ilustração goana. – Nova Goa. 1864.
Imparcial Macau. 1873
Imparcial (O). – mapuça (índia) 1878

Imprensa (A). – Ribandar (índia) 1870
Imprensa – Cidade da Praia. 1880
Impulso (O) ás letras. – Hong Kong
Independente-(O) - Hong Kong 1869
Independente – Cidade da Praia. 1877
Independente. – Macau. 1868
Índia (A) Catholica. – Bombaim – 1874
Índia (A) portugueza. – margão 1861. Orlim. 1864
Índio (O) Bombaim. 1872. (em portugez e inglez)
Índia imparcial. – Bombaim. 1843
Instituto Vasco Da Gama. – Nova Goa. 1872
Investigador portugez em Bombaim – Bombaim. 1835

J

Jornal de Loanda. – Loanda. 1878
Jornal de Macau – Macau. 1875
Jornal de Moçambique - Moçambique. 1873
Jornal de Mossamedes – Mossamedes. 1882
Jornal de Noticias – Ribandar (índia) 1868
Jornal das Novas Conquistas – Nova Goa 1883
Jornal de pharmacia, chimica e historia natural medica – Nova Goa 1872
Jornal de pharmacia e sciencias medicas da índia portugueza - Nova Goa
Jornal de Santa Igreja Lusitana - Nova Goa. 1844
Jornal de S. Tomé e Príncipe. S. Thomé- 1881

M

Macaense (O) – Macau 1982
Macaísta (O) imparcial - Macau. 1836
Mensageiro(O) - Mapuçá (índia) 1872
Mensageiro bombayene - Bombaim 1831
Mercantil (O) – Loanda 1869
Meteoro - Loanda 1873
Mosaico – Nova Goa 1848

Livros LabCom

N

Nova Goa – Nova Goa 1872

Noticiador macaense – Macau. 1869 Hong Kong. 1869

Noticianrio de Angola – Loanda. 1880

Noticiário de Moçambique – Moçambique 1872

O

Obersevador. – Bombain. 1846.

Oberservador (O) – Pangim (índia) 1839.

Opinião Pública.- Orlim (índia) .1873

Oriente (O) Macau – 1874

Oriente (O) catholico – Nova Goa 1867

P

Paiz (O) - Margão (índia) 1873

Pátria - Mapuçá (índia) 1877

Patriota (O) – ponna (índia inglesa) 1863 (em inglez e portuguez)

Patriota (O) – Bombain. 1860 (em inglez e portuguez)

Patriota (O) – Nova Goa. 1861

Periódico militar do ultramar portuguez – Nova Goa. 1863

Periódico do povo. S. Thomé (índia) 1883

Pharol (O) do povo - loanda 1883

Phenix de Goa – mapuçá: Calangute. 1861

Portuguez (O) em Bombaim – Bombaim. 1863

Portuguez (O) em Damão (índia) 1935

Pregoeiro da liberdade - Bombain 1838

Procurador dos Macaístas - Macau 1845

Progresso (O) Cassaabé de Pernem (índia) 1873

Progresso Moçambique 1868

Protesto (O) Cidade da Praia de Cabo Verde 1883

Q

Quilimanese (O) - Quilimanense 1882

R

Recreio (O) (1º) - Nova Goa 1859

Recreio (O) (2º) Nova Goa 1865

Recreio das Damas – Nova Goa. 1863

Revista (A) ilustrativa - Nova Goa 1854

Revista medicomilitar da Índia portuguesa – Nova Goa 1862

S

Semana (A) - Margão (Índia) 1880

Sentinela (A) da liberdade – Bombaim (Índia) 1864

Sentinella (A) da liberdade na guarita de Damão - Damão (Índia) 1837

T

Ta-ssi-yang-kuo – Macau 1863

Tirocínio literário - Nova Goa 1862

U

Ultramar (O) – Margão Salcete (Índia) 1859

Ultramar (O) Loanda 1882

União – Calangute (Índia) 1878

União (A) Africo-portuguesa – Loanda 1882

V

Verdade (A) - Moçambique 1880

Verdade (A) - Nova Goa 1882

Verdade (A) –Loanda 1882

Vigilante (O) Nova Goa 1836

Vigilante (O) - Quilimeane 1883

Voz (A) dos povos da Índia - Nova Goa 1845

JORNAIS PELAS ORDENS DAS PROVINCIAS**ANGOLA**

Aurora. Literário - loanda 1855

Boletim official do governo da província de Angola- Loanda – 1845

Bolteim da sociendade propagadora dos conhecimentos geographicos africanos. Scientifico e literário – loanda. 1881

Civilização da Africa portugueza. Político, industrial e noticioso – loanda 1866

Commercio (O) de Loanda – politico, litterario e noticioso – Loanda 1867

Correspondência de Angola - Politico - Loanda 1975

Cruzeiro do Sul - político – Loanda 1873

Echo de Angola – politico e noticioso- Loanda - 1882

Futuro (O) de Angola – politico - Loanda 1882

Gazeta de Angola. Politica - Loanda 1881

Jornal de Luanda - Político – Loanda 1878

Jornal de Mossamedes . politico – Mossamedes 1882

Mercantil (O) Politico – Loanda 1869

Meteoro. Litterario – Loanda 1873

Noticiário de Angola. Politico e noticionso – Loanda 1880

Pharol (O) do povo. Politico - Loanda 1883

Ultramar (O) Politico - Loanda 1882

União (A) afro-portugueza. Politico. – Loanda 1882

Verdade (A) Político - Loanda 1882

CABO VERDE

Boletim official da província de Cabo Verde – Cidade da Praia. 1879

Correio De Cabo Verde, político e noticioso - Cidade Da Praia 1879

Echo de Cabo Verde, político e noticioso - Cidade Da Praia 1877

Imprensa. Commercial, industrial e noticioso – Cidade Da Praia 1880

Independente, Político – Cidade da Praia 1877

Protesto (O), político - Cidade da Praia

CHINA

Amigo (O) do progresso, Literário – Hong Kong –
Aquilão (O) Político – Schangae -1867
Cathólico, politico e religioso - Hong Kong 1973
Echo (O) do Povo Político - Hong Kong 1858
Impulso (O) das letras, Litterrario, Hong Kong
Independente (O) político, Hong Kong
Noticiador Macaense, politico . Hong Kong 1869 (publicado priedramente
em Macau)

GUINÉ

Boletim official do governo da província da Guiné – Bolama 1880
Fraternidade (A) Literário – Guiné 1883

INDIA INGLEZA

Abelha (a) de Bombain, político - Bombain 1848
Anglo-portuguez. Político - Bombain 1866
Echo (O) de Bombain, Político – Bombain 1863
Echo portuguez Político- Bombain 1873 (em imglez e portuguez)
Estrela (A) do Norte. Político literário e comercial - Bombain 1862 – (em
portugez e inglez)
Índia Catholica – político e religioso,- Bombain 1874
Índio (O) político- Bombain 1872 (em português e inglês)
Índia imparcial. Político .- Bombain 1843
Investigador portuguez em Bombaim. Politico e leterário. Bombain 1835
Mensageiro bombayense. Politico - Bombain -1831
Observador político - Bombain 1846
Patriota (O) Politico, bombain. 1860 (em inglês e português)
Patriota (O). Político e letterario – poona - 1863 (Em inglês e portuges)
Português (O) em Bombaim. Politico - Bombaim. 1863
Pregoeiro da liberdade. Político – Bombain 1838

ÍNDIA PORTUGUEZA

Álbum literário, literário - Nova Goa – 1875

Archivo de phamarca e sciencias accessorias da inda portugueza, scientifico e literário – Nova Goa 1864

Archivo portuguez oriental. Histórico e letterario. Nova Goa 1857

Aurora (A) de Goa, poliítico - Nova Goa 1863

Biblioteca (A) de Goa , literário - nova Goa 1839

Boletim do governo do estado da índia - nova Goa 1837

Chronica constitucional De Goa, politico – Nova Goa 1835

Chronista (O) de Tissuary, politico - Nova Goa 1866

Civilização , politico e literário - nova Goa 1878 (continuação do Dexâs-sudhârâneterxó)

Compilador (O) (1º) Literário - Nova Goa . 1843

Compilador (O) (2º) literário –nova Goa 1847

Correio (O) de Goa, Politico e noticioso – Nova Goa 1882

Correio (O) da Índia. Político - Pangim. 1884

Correio (O) de Nova Goa, politico - nova Goa 1844

Crete (O) religioso - Orlim 1883

Cruz (A) religioso – Nova Goa 1876

Defensor (O) da ordem e da verdade. Político - Nova Goa 1852

Defensor (O) Real padroado, político Nova Goa 1853

Dexâssudhârâneterxó. Político. Ribandar (índia) 1878 (em portuguez e marata)

Echo Lusitânia, político - Nova Goa 1836

Echo Popular. Político - Goa 1883

Encyclopedico (O) literário - pangim 1841

Gabinete (O) leterario das Fontainhas. Literário - Nova Goa 1846

Gazeta de bardez. Politico, literário e noticoso –Bardez Assagão 1921

Gazeta de (A) Goa (1º) político- jornal oficial do governo – Nova Goa 1821

Gazeta (A) de Goa (2º) politico - Nova Goa 1972

Goa sociável . literário – Nova Goa 1866

Goa mitra (O) Politico . Margão. 1882

Harmonia (A) Politico - Nova Goa – 1865

Ilustração goana. Literário - Nova Goa. 1864
Imparcial (O) politico, - Mapuçá 1878
Imprensa (A), politico – Ribandar. 1870
Índia portuguesa (A) Politico - Margao 1861 orlim 1864
Instituto Vasco da Gama, literário e scinetifico – Nova Goa 1872
Jornal de noticias , politico - Ribandar 1868
Jornal das novas conquistas, politico e noticioso – Nova Goa 1883
Jornal de pharmacia chimica e historia natural medica, scientifico – nova Goa 1872
Jornal de pharmacia e ciencias medicas na índia portugueza. Scientifico-nova Goa 1862
Jornal da santa igreja lusitana - literário e reliogisos - nova Goa 1844
Mensagem (O) politico - mapuçá -1872
Mosaico, literário - nova Goa 1848
Nova Goa. Politico,literário e noticioso - Nova Goa 1876
Oberservador. Politico – Pamgim -1839
Opinião publica. Politico – orlim – 1873
Oriente (O) politico e noticioso – Camorlim 1874
Oreinte catholico. Politico e religioso – Nova Goa 1867
Paiz (O) politico - Margão 1873
Patrai (A) politico- mapuçá 1877
Patriota (O) politico - Nova Goa 1861
Periodoco militar do ultramar portuguez. Politico e scientifico – Nova Goa 1863
Periódico do povo. Politico - S Tomé 1883
Phenix de Goa, politico e literário - Mapuçá,Calaguete 1861
Português em Damão, politico . Damão 1835
Progresso (O) politico - cassabé de Pernem 1873
Recreio (O) (1º) literário – Nova Goa 1859
Recreio (O) (2º) literário - nova Goa 1865
Recreio das Damas. Literário – Nova Goa 1863
Revista (A) ilustrativa literário - Nova Goa 1854
Revista medico-militar da índia portugueza – Scientifi e literário –Nova Goa 1862

Livros LabCom

Semana (A) politico e literário – Margão 1880
Sentinella (A) da liberdade. Politico – benaulim 1864
Sentinella (A) da liberdade na guarita de Damão. Politico. Damão 1837
Tirocínio literário. Literário - Nova Goa 1862
Ultramar. Politico - Margao (salcete) 1859
União (A) politico – Calangute 1878
Verdade (A) politico - Nova Goa 1883
Vigilante (O) politico - Nova Goa 1836
Voz (A) dos povos da índia . politico - nova Goa 1845

MACAU E TIMOR

Abelha (A) da China. Político - Macau 1822
Aurora Macaense. Politico - Macau. 1843
Boletim da província de Macau e Timor - Macau - 1834
Correio (O) macaense – político e literário - Macau 1838
Correio (O) macaense, politico, literário e noticioso, - Macau 1883
Chronica de Macau – Político - Macau 1834
Gazeta de Macau, politico e literário - Macau 1839
Gazeta de Macau e Timor, politico literário e noticioso – Macau 1872
Imparcial . político – Macau 1873
Independente (O) politico e noticioso - Macau 1868
Jornal de Macau. Politico - Macau 1875
Macaense (O) politico, literário e noticioso - Macau 1882
Macaísta (O) imparcial- politico e noticioso – Macau 1836
Noticiador Macaense. Politico - Macau 1869
Oreinte- -politico – Macau 1872
Procurador dos macaístas. Literário - Macau 1845
Ta-ssi.yang.kuo. literário - Macau 1863

MOÇAMBIQUE

Africa oriental. Politico - Moçambique 1872
Africano (O) Político e noticioso – Quilimane 1878
Boletim official do governo da província de Moçambique – Moçambique 1854

Gato (O) Moçambique. 1880

Jornal de Moçambique –político e noticioso – Moçambique 1883

Noticiário de Moçambique. Politico e noticioso – Moçambique 1872

Progresso. Politico Moçambique 1868

Quilimanense (O) Politico e noticioso – Quilimane 1882

Verdade (A) politico, noticioso e literário Quilimane 1883

S. THOMÉ E PRÍNCIPE

Boletim official do governo da provincia de S. Thomé e Príncipe – S.Thomé 1857

Equador (O) literário, agricula e scientifico – S.Thomé 1870

Jornal de S. Thomé e Príncipe. Politico - S. Thomé 1883

JORNAIS PUBLICADOS NA METRÓPOLE E DEDICADOS AOS NEGÓCIOS ULTRAMARINOS

Africa portugueza. Politico literário e noticioso- Lisboa 1877 (tinha edição em Francez: “Afrique portugaise)

Annaes da commissão central permanete de geographia . Lisboa 1876

Annaes do conselho ultramarino (parte official parte não official. A legislação d’estes annaes, mandados imprimir pelo ministerioda marinha, começa em Janeiro de 1854) – Lisboa - 1867

Annaes da marinha, do ultramar e do exercito. – Lisboa 1866

Annaes marítimos e coloniais (revista da associação marítima e colonial) - Lisboa 1840

Boletim da sociedade de geographia de Lisboa – Lisboa -1877

Boletim da sociedade de geographia commercial do porto . Porto 1880

Colónias (As) Portuguezas, literário,scientifico e noticioso – (com gravuras) 1883

Correio (O) das colónias, politico, literário e noticioso – Lisboa 1883

Jornal das Colónias –politico e noticioso – Lisboa – 1875

Marinha e colónias. Politico e noticioso. Lisboa 1856

Marinha e ultramar. Politico e literário – Lisboa 1863

Memorial ultramarino e marítimo (publicação subsidiada pelo ministério da marinha e do ultramar, centendo parte official e não official, memórias,

documentos históricos etc)

Povo ultramarino – político e noticioso, - Lisboa 1880

Revista (A) colonial Político e noticioso - Lisboa 1885

Revista universal. Político literário e noticioso – Lisboa 1877

Autor (nome completo): Patrícia Alexandra Geraldês Mendes

E-mail: rukinha86@gmail.com

» Brito Aranha, 1886

Autor: Brito Aranha, Pedro Venceslau

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1886

Título completo da obra: Mendes Leal Júnior, Memórias Várias Políticas, Literárias e Bibliográficas, Brinde aos Senhores Assinantes do Diário de Notícias

Tema principal: Jornalistas e Vida Profissional

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Tipografia Universal

Número de páginas: 160

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Municipal Pública do Porto

Cotas: V1-1-141v

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Mendes Leal Júnior foi um homem polivalente, estando ligado à poesia e dramaturgia, sendo ao mesmo tempo jornalista e um homem público. Nasceu na freguesia de Nossa Senhora da Pena, na cidade de Lisboa no dia 18 de Outubro do ano de 1818. Faleceu no dia 22 de Agosto de 1886, na vila de Sintra.

Índice da obra: [Não tem índice]

Introdução - Pág. 7

Capítulo I – Dados biográficos de Mendes Leal - Pág. 9

Capítulo II – Criação das suas primeiras obras - Pág. 11

Capítulo III – Elogios por parte do autor a Mendes Leal - Pág. 12

Capítulo IV – A Restauração da Carta - Pág. 14

Capítulo V – Dedicção e importância de Mendes Leal no teatro - Pág. 15

Capítulo VI – A sua passagem pelo Estandarte - Pág. 16

Capítulo VII – Filiação no Partido Conservador e passagem pela Lei - Pág. 17

Capítulo VIII – Conclusão da sua carreira jornalística - Pág. 18

Livros LabCom

Resumo da obra (linhas mestras): Nesta obra, Brito Aranha biografa Mendes Leal Júnior. Apresenta-se, assim, a biografia deste último, tal como foi exposta pelo primeiro.

Mendes Leal Júnior nasceu em Lisboa no dia 18 do mês de Outubro no ano de 1818. Foi na capital que passou a sua infância e juventude. O seu pai e o seu tio nortearam a sua formação.

Mendes Leal Júnior escreve os seus primeiros versos por volta dos 17 anos e estreia-se, em 1837, no *Recopilador*, com ensaios poéticos. A grande popularidade de Mendes Leal foi essencialmente conseguida com o drama *Dois renegados*.

Um ano antes da publicação de o *Recopilador*, Mendes Leal conseguiu uma graduação burocrática numa repartição, da qual mais tarde viria a ser chefe. Por portaria de 28 de Julho de 1836, nomearam-no oficial honorário da Biblioteca Nacional de Lisboa, declarando no diploma que era sem vencimento. Os factos ocorridos após a revolução de 1836, que prepararam a restauração da carta, fizeram com que os irmãos Cabraes, Sotto Maior, Rebello da Silva, os irmãos Lacerdas, José Feliciano de Castillo, Felner entre outros, ligados em intuitos políticos, chamassem para o seu grémio homens de mérito e prestantes. Mendes Leal foi então convidado para os apoiar na imprensa diária, opondo-se à propaganda vigorosa da revolução de Setembro. O convite foi aceite e Mendes Leal ingressou no jornal *A Restauração da Carta*, em 1846, tendo aí publicado vários capítulos do seu romance *A Estátua de Nabuco*. No mesmo ano, tomou posse como secretário-geral do Governo Civil de Viana do Castelo, onde desempenhou também funções como governador-civil interino, assumindo também o posto de capitão no batalhão dos cartistas.

Mais tarde, com a separação dos irmãos Cabraes, José e António, Mendes Leal ficou com os partidários de José. Depois, em 1848, acabou por ser nomeado secretário do Real Conservatório Dramático. O grande sucesso alcançado com a peça *Dois Renegados* deu-lhe ânimo para continuar a sua escrita vocacionada para o teatro, e apesar das suas actividades relacionadas com a política e o jornalismo, deu para a cena nacional não menos de 21 peças entre 1840 e 1847. Para além desta actividade teatral, Mendes Leal também compunha versos.

Mendes Leal foi convidado para escrever na nova folha do conselheiro José Bernardo, tarefa que desenvolveu durante algum tempo. Como responsável do *Estandarte*, lê-se o seu nome desde o nº 289, de 2 de Janeiro de 1849, até ao nº 485, de 5 de Setembro do mesmo ano, em que acaba por ser substituído. Após a saída do *Estandarte*, Mendes Leal passou para *A Lei*, jornal fundado com o intuito de defender o grupo do Conde de Tomar.

Em 1850 deu-se o fim do *Estandarte*, substituído por *Rei e Ordem*, cujo primeiro número saiu à luz em Janeiro de 1857, durando até Junho de 1860, nº 897. Mendes Leal Júnior entrou, então, de uma forma intensa no mundo da poesia lírica e do teatro, transformando-se num vulto incontornável destas áreas. Foi, com Lima Felner, primeiro-oficial do Tesouro Público, que Mendes Leal se filiou no Partido Conservador. Luís de Vasconcelos, Felner e Mendes Leal eram os únicos a trabalhar no jornal *Lei*. O quarto, numa casa da travessa das Mercês que ficava perto da rua dos Caetanos, era o local no qual Mendes Leal passava, por vezes, dias e noites a escrever para o partido do qual era militante, a compor peças para teatro ou a criar artigos e folhetins para os periódicos literários que lhe pediam ou encomendavam os serviços. A sua carreira jornalística acaba por chegar ao fim em 1853, devido a conveniências políticas.

Autor (nome completo): João Henrique Correia Pinto Carvalho de Matos
E-mail: overlights@hotmail.com

» Brito Aranha, 1900

Autor: Brito Aranha, Pedro Venceslau

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1900

Título completo da obra: Le Mouvement de la Presse Périodique en Portugal de 1894 a 1899

Tema principal: Conjuntura jornalística

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Lisbonne Impremiere Nationale

Número de páginas: 55

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Municipal do Porto

Cotas: 01-6-39

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Pedro Venceslau de Brito Aranha nasceu no ano de 1833, tendo falecido em 1914. Escritor, jornalista e bibliógrafo português, começou a ganhar a vida aos 16 anos, como aprendiz de tipógrafo e foi como autodidacta que conseguiu alcançar uma sólida cultura. Colaborou em diversos jornais e revistas, tendo sido mesmo redactor principal no *Diário de Notícias*, em 1889, devido à morte do seu fundador, Eduardo Coelho. Tornou-se membro da Sociedade de Geografia de Lisboa, bem como da Academia das Ciências de Lisboa e foi um dos principais obreiros do *Dicionário Bibliográfico Português*, começado por Inocêncio Francisco da Silva.

Índice da obra: [Não tem índice]

Capítulo 1: Introdução ao tema do livro – pp. 5-8

Capítulo 2: Lista, por distritos administrativos e possessões ultramarinas, dos periódicos existentes – pp. 9-44

Resumo dos livros existentes em Portugal continental, nas ilhas, nas colónias e fora do território português – p. 45

Capítulo 3: Conclusão – pp. 47-48

Tabela de administradores de jornais – pp. 49-51

Tabela de jornalistas – pp. 51-54

Tabela de proprietários – pp. 54-55

Resumo da obra (linhas mestras): Em *Mouvement de la Presse Périodique en Portugal de 1894 a 1899*, Brito Aranha (1900) procura dar notícia dos jornais portugueses existentes em território nacional e além-fronteiras entre 1894 e 1899. O trabalho encontra-se redigido em francês, pois destinava-se a marcar presença na Exposição Universal de 1900, em Paris. Apesar dos esforços tendentes a apresentar uma lista exaustiva dos periódicos nacionais em circulação, o autor adverte para a possibilidade de existirem lacunas, por alguns jornais poderem ter cessado a publicação ou assumido outras formas. O autor aponta “as flutuações políticas ou o capricho dos proprietários” para explicar essas eventuais lacunas.

Sobre o formato e tipo de impressão dos jornais portugueses, Aranha (1900) regista que, normalmente, os diários políticos têm 48 cm de altura por 34 de largura, 54 por 35 ou ainda 58 por 42, enquanto as publicações especializadas têm menor formato (*in-quarto* ou mesmo *in-octavo*, entre outros) e os grandes diários podem atingir 72 cm de altura por 51 de largura. Regista, ainda, que “é difícil precisar as dimensões de forma perfeita” por causa “dos caprichos e conveniências particulares de editores e autores”. Além disso, o autor salienta que as dimensões dos jornais, bem como o número de páginas, podiam variar, em função do volume de anúncios e também do número e da qualidade dos textos a inserir em cada número e do prestígio dos respectivos autores.

Brito Aranha comenta, seguidamente, que, considerando o número de habitantes, Portugal pode ombrear com os países mais avançados da Europa em número de jornais publicados (583), até porque estes existem em todo o país, nas colónias e alguns são mesmo editados no estrangeiro.

A segunda parte da obra de Brito Aranha é uma compilação, ordenada por distritos, ilhas, possessões ultramarinas e estrangeiro, dos jornais portugueses em circulação, incluindo nos dados disponibilizados o local de edição dos periódicos, a data de fundação, a periodicidade e ainda o nome

dos editores, redactores principais, proprietários ou outros responsáveis.

Na terceira parte da obra, Brito Aranha compara a situação portuguesa em 1894, ano em que fez uma comunicação do mesmo teor ao Congresso Internacional da Imprensa de Anvers, na qual tinha inventariado 389 jornais, com a situação em 1900, pelo que considera que o desenvolvimento do jornalismo em Portugal foi “maravilhoso”, sobretudo tendo em linha de conta que a população era “pouco considerável” e que o país era atrasado quando comparado com outros países europeus (Aranha, 1900: 47). Assim, no que ao jornalismo diz respeito, Aranha diz que Portugal se igualava aos países mais desenvolvidos, uma vez que tinha um jornal para 6500 habitantes, enquanto nos EUA a média era de um para sete mil habitantes, na Suíça de um por oito mil habitantes, na Bélgica, de um por 15 mil habitantes, etc. Porém, aqui Aranha, diga-se, tem um raciocínio equivocado, pois não entra em linha de conta com as tiragens, apenas com o número de títulos de jornais em circulação.

O autor regista ainda quais eram, na altura, os mais antigos jornais portugueses em circulação: o *Jornal do Comércio* (47 anos de existência); o *Diário de Notícias* (36 anos); o *Comércio do Porto* (fundado em 1854), *O Primeiro de Janeiro* (fundado em 1868), *O Conimbricense* (53 anos), *O Instituto* (47 anos) e, finalmente, o mais antigo de todos [e que ainda circula]: o *Açoriano Oriental*, fundado em 1834. Brito Aranha salienta que mesmo nos territórios coloniais a imprensa teve grande vitalidade, pois em 1821 foi publicado um jornal em Goa e em 1822 já existia um jornal político em Macau.

No fim da obra, o autor inclui uma lista alfabética dos jornalistas, editores, administradores e proprietários dos jornais listados.

Autor (nome completo): Cláudio Jorge e Jorge Pedro Sousa

E-mail: claudio_jorge_6@hotmail.com

» Brito Aranha, 1907

Autor: Brito Aranha, Pedro Venceslau

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1907

Título completo da obra: Factos e Homens do Meu Tempo: Memórias de um Jornalista

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Livraria Editora e Oficinas Tipográfica e de Encadernação.

Número de páginas: total 924 (tomo I: 301; tomo II: 294; tomo III: 329).

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: H.G. 9280 V. / H.G. 9281 V. / H.G. 9282 V

Biblioteca: Biblioteca Municipal Pública do Porto

Cotas: U1-9-142 / W3-9-142

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Pedro Venceslau de Brito Aranha nasceu em 1833. Aos 16 anos começou a trabalhar como aprendiz de tipógrafo. Mais tarde, devido ao seu cariz autodidacta, alcançou uma cultura acima da média. Colaborou nos mais diversos jornais e revistas. Foi escritor, jornalista e bibliógrafo português, continuador do trabalho de Inocêncio na produção do *Dicionário Bibliográfico Português*. Foi membro da Sociedade de Geografia de Lisboa e sócio efectivo da Academia das Ciências de Lisboa, para o qual foi eleito em 1 de Julho de 1886. As obras mais significativas de Brito Aranha são as seguintes: *Leituras Populares, Instrutivas e Morais* (1872); *A Marinha Grande* (1870); *Memorias Histórico-Estatísticas de Algumas Vilas e Povoações de Portugal* (1871); *A Obra Monumental de Luís de Camões* (1886); *Subsídios para a História do Jornalismo nas Províncias Ultramarinas Portuguesas* (1875); *Nota Acerca das Invasões Francesas em Portugal* (1909). Brito Aranha morreu em 1914.

Livros LabCom

Índice da obra:

Tomo I

- 1 – O Silva das “Barbas Brancas”: pp. 1-20
 - 2 – O visconde de Juromenha: pp. 21-60
 - 3 - Sampaio, jornalista: pp. 61-124
 - 4 – O barão de Marajó: pp. 125-144
 - 5 – Teixeira de Vasconcellos e a *Gazeta de Portugal*: pp. 145-178
 - 6 – O dr. José Carlos Rodrigues e o *Jornal de Commercio*, do Rio de Janeiro: pp. 179-208
 - 7 – Moraes Mantas e Manuel de Jesus Coelho: pp. 209 – 260
 - 8 – Quatro dias em Madrid: pp. 261-288
- Additamentos: pp. 289-300
- Indicações dos nomes de escriptores, artista e outras pessoas, citadas no tomo presente: pp. 301-306

Tomo II

- 1 – Retrato de Alexandre Herculano: pp. 7-9
- 2 – Lembrança do insigne historiador para os editores Bertrands. Autographo: pp. 10-18
- 3 – Casa de Alexandre Herculano em Valle-de-Lobos: pp. 19-218
- 4 - Casa de Victor Hugo em Hauteville- house: pp. 219-220
- 5 – Victor Hugo no seu jardim em Hauteville- house: pp. 221-226
- 6 - Carta do egrégio poeta sobrescripto. Autographos: pp. 227-289

Tomo III

- 1 – Editores, livreiros e gravadores: pp. 6-37
 - 2 – No Atheneu Commercial. Trecho de propaganda útil: pp. 38-69
 - 3 - Sousa Neves e Santos Valente: pp. 70-85
 - 4 – Camonistas antigos e modernos: pp 86-107
 - 5 – Pinheiro Chagas. Páginas consagradas à sua memória: pp. 108-124
 - 6 – O acto Tasso: pp. 125-126
- No palco do theatro normal de D. Maria II – recordação saudosa de Manuela Rey – Lembranças de alguns escriptores dramáticos – Rodrigo de Lima Felner: pp. 127-134

Glorificação do actor: pp. 135-147

Glorificação da Imprensa: pp. 148-162

7 – Tito de Carvalho: pp. 175-191

8 – Um livro do Rei-artista: pp. 192-218

9 – Urbano de Castro: pp. 219-232

10 – O França, do Arsenal: pp. 233-242

Juízo da Imprensa acerca destas memórias: pp. 243- 292

De cartas endereçadas ao auctor: pp. 293-301

Nota final: pp. 302-312

Indicação dos nomes de escriptores, artistas e outras pessoas, os quaes são citados ou dos quaes se faz referência no tomo presente: pp1 313-318

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra relata personalidades ligadas à escrita, jornalismo e política do final do Século XIX e início do Século XX.

No tomo I, o autor descreve António da Silva (o Silva das Barbas Brancas), como um veterano, popular, homem que aliou respeito e a amizade dos grandes e humildes. Nasceu a 31 de Julho de 1801, no lugar de Adão Lobo (Cadaval). Veio para Lisboa com a família aos 7 anos de idade, após a invasão de Junot a Portugal. Em 1821, já estava casado com D. Joana Francisca da Costa e Silva, tento interrompido a lua-de-mel para assentar praça no regimento das milícias de D. Jorge. António da Silva pôs várias vezes a vida em risco, por estar convencido que a felicidade da nação só seria possível através da liberdade, com óbvio sacrifício para a família. Foi preso em 1829, na conspiração do brigadeiro da brigada marinha. Faleceu em Junho de 1879, deixando três filhos vivos, dos catorze que teve durante a vida.

Fala do Visconde de Juromenha como um homem que “não perdia nenhuma ocasião de satisfazer o desejo de averiguar e saber” (p.23). Nascido em Lisboa a 25 de Maio 1807, com o nome de João António de Lemos Pereira de Lacerda, herdou a nobreza de seu pai, general Lacerda. A seu pai foram-lhe dados encargos confidenciais, aliados à sua inteligência e lealdade. O Visconde de Juromenha tomou o seu lugar, assumindo os mesmos princípios na Nobreza. Depois de emigrar durante quatro anos,

casou-se e estabeleceu-se em Lisboa, no ano de 1937, para “dar à luz as primícias dos seus estudos históricos literários e artísticos.” (p. 33). Na sua estreia, publicou, de forma anónima, *A Cintra Pnituresca*, edição com 238 páginas, pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis. Nesta publicação, encontram-se referências a Camões para “entrar mais afoutamente no estudo das obras do sublime cantor dos Lusíadas” (p. 38). Foi este o seu principal trabalho. Faleceu em 1877, rodeado dos seus parentes mais próximos. O autor considera uma perda nacional, o desaparecimento deste homem, pois não considera fácil substituir uma pessoa com “o seu carácter e tempera, a sua persistência nas convicções íntimas” (p.49).

António Rodrigues Sampaio nasceu em S. Bartolomeu do Mar, Esposende, a 25 de Julho de 1806, e faleceu em Sintra, a 13 de Setembro de 1882. O autor descreve-o como um jornalista e político português que, entre outras funções, foi deputado, ministro e presidente do ministério. Como jornalista “conquistou o título adequado de mestre, que lhe pertencia pelo valor de seus artigos e das suas controvérsias e a qualificação de patriarca do jornalismo que lhe davam todos os que viam nele talento e qualidades para o seu na mais selecta grei dos periodistas.” (p.58). Como redactor principal do periódico *A Revolução de Setembro* “demonstrou a pujança do seu talento, do seu valor de combate e onde ele chegou ao apogeu do periodismo, sem competidor na sua altura no discorrer do Século XIX.” (p.71).

José Estêvão Coelho de Magalhães nasceu em Aveiro, no dia 26 de Dezembro de 1809, e faleceu em Lisboa, no dia 4 de Novembro de 1862. Mais conhecido por José Estêvão, Brito Aranha considera-o como “um vulto notável que este periódico [*Revolução de Setembro*] representou e cujos escritos ardentes de sincero patriotismo e cuja palavra de assombrosa e convincente eloquência, lhe davam força e prestígio.” (...) (p. 73). Foi fundador do jornal *Revolução de Setembro*. O autor menciona que “quem lia a *Revolução de Setembro* não podia apreciar as ralações porque passara o pessoal operário para dar ao publico, mas regalava-se com o artigo enérgico, fogoso, que tinha saído do cérebro privilegiado de José Estêvão” (p.75).

José Coelho de Gama Abreu, conhecido por Barão de Marajó “pertencia a uma distinta família do Pará.” (p.127). Veio para Portugal muito jovem e concluiu estudos na Universidade de Coimbra. “Muito dedicado

ao estudo e consciencioso cultor das boas letras (...), viajante corajoso e perspicaz, deixou alguns livros (...) como por exemplo *Do Amazonas ao Sena, Nilo, Bosphoro e Danúbio*, apontamentos de viagens, no qual há paginas interessantes que se lêem com deleite.” (p. 137).

António Augusto Teixeira de Vasconcelos foi um escritor e jornalista que nasceu no Porto, a 1 de Novembro de 1816. O seu plano “era fundar um periódico diferente dos que então circulavam e moldado pelos de grande formato”. Por isso, aos 9 de Novembro de 1862 saiu o primeiro número da *Gazeta de Portugal*” (pp.153-155).

José Carlos Rodrigues foi director do *Jornal do Comércio* e refere o autor que “com esta publicação prestou o autor mais um serviço à sua terra natal e não será decerto o de menor valor para registar na sua longa e brilhante carreira” (p.181). O *Jornal do Comércio* considerado “a folha que maior lustre e honra tem dado no longo lapso de quase um século à imprensa brasileira (...), um periódico em que pudesse dissertar com sinceridade e elevação” (p.196). Outro aspecto relatado é “a escolha dos seus colaboradores de máxima selecção, entre o que há mais distinto e afamado no mundo intelectual assim no Brasil como em Portugal” (p.200).

José António do Nascimento Moraes, residente na Rua do Loureiro, Porto, é apresentado pelo autor como um homem que aos 17 anos era já “barbado e rosado e tinha certa aparência de robustez” (p.211), “de um só rosto e de uma só fê” (p.213) e “que presidia a uma sociedade secreta” (p.213). A José António do Nascimento Moraes foi-lhe dado “o cognome de Mantas e não se julgando ofendido nem humilhado, antes considerando a alcunha como distintivo no seu brasão de industrial laborioso e democrata, adoptou a alcunha e acrescentou-a ao honrado nome que tinha e que legou aos seus herdeiros” (p.227). Moraes Mantas “faleceu de repente a 18 de Janeiro de 1862” (p.256).

Manuel de Jesus Coelho é classificado por Brito Aranha como publicista e activo político ligado à *Revolução de Setembro*. Trabalhou como tipógrafo e editou periódicos políticos como *O Patriota*, que “saiu até Abril de 1853, e foi então substituído pelo *Português*” (p. 221) edição que perdurou até Dezembro de 1866. Foi proposto pelos amigos “por um dos círculos de Lisboa para a Câmara dos Deputados, de cujas eleições se

tratou em Novembro de 1851” (p.247).

Para finalizar, Brito Aranha resume a sua viagem a Madrid. Foi acompanhado por Jorge Hilário de Almeida Blanco e um moço inglês. Chegado a Madrid, alojou-se numa casa na Puerta del Sol, considerada “como o coração desta capital, por muitas razões belíssima” (p.268). Descreve a Puerta del Sol como “uma exposição permanente de modas, de luxo e de elegância” (p.269). Durante a viagem, assistiu a um casamento real, onde viu “perfeitamente a nova rainha, princesa da Casa de Áustria” (p.272). Descreve a eliminação da cidade e a multidão presente, “não menos de cem mil pessoas” (p.273). Depois da cerimónia, assistiu à primeira de duas corridas de touros “não como amador, mas como curioso” (p.276). Descreve “as carruagens particulares, todas as de aluguer, omnibus, char-à-bancs, carroças de carga existentes na cidade e circunvizinhanças, transformadas para receber passageiros, (...) o trajo predominante na denominada sociedade elegante e aristocrática era de cores violeta, castanho e preto” (p.277). Visitou ainda “o Museu Nacional de Pintura de Madrid” (p.286), local com “belezas e riquezas que não se descreveriam bem num livro, quanto mais em uma carta escrita à pressa” (p.286). Para encerrar o capítulo da sua viagem, promete lá voltar para se “enlevar e inebriar diante de tantas maravilhas artísticas” (p.288).

No Tomo II, o autor biografa Alexandre Herculano e Victor Hugo, classificando-os de Publicistas.

No Tomo III, o autor pouco escreve sobre jornalismo. Relembra Sousa Neves, jornalista que editou o jornal revolucionário *Lanterna*. Menciona, ainda, Pinheiro Chagas que escrevia para a *Gazeta de Portugal*, um jornal onde por vezes se inventavam notícias. Revela o autor que, a maior parte das vezes, essas invenções davam mau resultado. Pinheiro Chagas disse: “Um dia inventei a história dos amores trágicos de um soldado da guarda municipal com uma sopeira, e pus alguns pormenores que podiam passar por verdadeiros” (p.122).

Autor (nome completo): Maria Teresa Silveira e Gilberto Ramos
E-mail: lothartete@hotmail.com e gil@bildmeister.net

» Cabral, 1949**Autor:** Cabral, António**Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação):** -**Ano de publicação/impressão:** 1949**Título completo da obra:** *As Minhas Memórias de Jornalista: Casos da Política – Lutas da Imprensa – Cartas Inéditas***Tema principal:** Jornalistas e Vida Profissional**Local de edição:** Lisboa**Editora (ou tipografia, caso não exista editora):** Edições Gama**Número de páginas:** 195**Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas****Biblioteca:** Biblioteca Nacional**Cotas:** L.38971 P.**Biblioteca:** Biblioteca Municipal Pública do Porto**Cotas:** S2-104

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): António Ferreira Cabral Pais do Amaral (1863 - 1956), jurista, foi ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria de 27 de Dezembro de 1905 a 19 de Março de 1906, durante o Governo de José Luciano. Ocupou, igualmente, a pasta de ministro da Marinha e Ultramar, no Governo de Campos Henriques, de 26 de Dezembro de 1908 a 11 de Abril de 1909. Acérrimo apoiante do Partido Progressista (fusão entre históricos e reformistas, de todos os liberais que não se assumiam como conservadores, em oposição aos militantes do Partido Regenerador), propagandista monárquico. Foi biógrafo (Camilo Castelo-Branco e Eça de Queirós), escritor (*As Minhas Memórias Políticas; Na Linha de Fogo*, Lisboa, 1930; *Em Plena República*, Lisboa, 1932; *As Minhas Memórias de Jornalista*, Lisboa, 1949.), político e jornalista.

Índice da obra:

Prefácio	Página 9
Capítulo I – Jornalismo e jornalistas	Página 23
Capítulo II – Primeiros passos.....	Página 59
Capítulo III – Em Lisboa	Página 73
Capítulo IV – No fragor da luta	Página 95
Capítulo V – “O Liberal”	Página 121
Capítulo VI – Depois de vir a República	Página 151

Resumo da Obra (linhas mestras):***Capítulo I (pp. 23-58)***

O livro aqui sumariado é, como adiante se verá, uma biografia auto-elogiosa do seu próprio autor, que destaca o respectivo papel em assuntos da mais diversa importância, nomeadamente como jornalista monárquico. Datado de 1949 e da autoria de António Cabral, nele se descrevem as memórias do jornalista que o autor foi e se relembram os colegas de profissão. Paralelamente, o autor tece opiniões pessoais quanto ao papel do jornalista, enquanto profissional condicionado por inúmeros acontecimentos de cariz tanto histórico como político.

Inicialmente, o autor refere Saint Beuve, assinalando-o como o mais ilustre crítico do século XIX e esboçando aquilo que crê ser um verdadeiro jornalista: “um ser que tem de abranger, com a sua inteligência, muitos aspectos da História, da filosofia, da política, da vida, enfim.” (p. 25).

Antagonicamente, António Cabral traça, em breves linhas, uma crítica àqueles que se consideram jornalistas que, no entanto e no seu entender, “não passam de presunçosos”. Passa, então, a enumerar aqueles jornalistas que, no seu parecer, marcaram o século XIX em Portugal.

Refere Emídio Navarro, que considera o “mais brilhante” jornalista português da segunda metade de Oitocentos (p. 26), advogado, jornalista crítico, porém brilhante. Descreve-o como astuto e fundador, em 1885, do diário vespertino generalista *Novidades*, extremamente censurado pelo carácter provocante, violento, injurioso e tumultuoso. Cabral lembra, porém que

o *Novidades* se torna o jornal lisboeta da moda, pelo seu sensacionalismo.

Seguidamente, o autor evoca Mariano de Carvalho, jornalista que se refugiava no isolamento e tranquilidade do seu gabinete, onde escrevia os seus artigos políticos. António Cabral diz que esses artigos eram perfeitos e irrepreensíveis, cheios de conceitos e sentenças substantivas. Relembra, então, que Mariano de Carvalho entrou para a redacção da *Gazeta do Povo*, assumindo, pouco depois, a direcção do jornal *O Paiz*. Mais tarde, diz Cabral, este jornal transforma-se n' *O Progresso*, sendo Mariano de Carvalho o redactor-principal. António Cabral diz ainda que Mariano de Carvalho pertenceu à redacção do *Correio da Noite*, concluindo que esta personagem oitocentista foi um jornalista límpido e leal na maneira de argumentar.

António Enes é o jornalista que António Cabral relembra a seguir. Diz dele que faleceu prematuramente e que foi fundador do vespertino periódico *O Dia*, demonstrando avultadas qualidades e notáveis méritos como jornalista. Salienta, finalmente, António Cabral que Enes foi o jornalista que presidiu, em 1898, ao Congresso da Imprensa, realizado em Lisboa.

Seguidamente, o autor fala do jornalista António Rodrigues Sampaio “o Sampaio da *Revolução*, o Sampaio do *Espectro*” (p.38). Explica o autor que Sampaio, após abdicar da formação religiosa, ingressa na redacção do jornal *A Revolução de Setembro*. Este publicou *O Espectro*, folha clandestina, espécie de panfleto jacobino democrata, contendo fervorosos textos políticos contra a monarquia estabelecida. António Sampaio foi considerado um jornalista fogaoso, vindo a falecer em Setembro de 1888.

António Cabral de seguida fala de António Augusto Teixeira de Vasconcelos, bacharel formado em Direito, na Universidade de Coimbra, parte para África onde advoga, continuando a sua carreira jornalística, iniciada ainda durante a sua vida académica. António Augusto Teixeira de Vasconcelos funda em 1862, em Lisboa, a *Gazeta de Portugal* e em 1875, funda o *Jornal da Noite*. Embora gago, apresentava um estilo sóbrio e clássico, tanto oral como escrito. António de Vasconcelos foi considerado, no seu tempo, uma figura controversa, mas acima de tudo um verdadeiro jornalista, vindo, após uma vida acidentada, a falecer em Paris.

Outro magnífico jornalista a que António Cabral refere é o Manuel Pinheiro Chagas, um homem das Letras e do Humanismo. Este foi um

trabalhador incansável no *Correio da Manhã*. Era um orador expressivo, um jornalista de estilo fácil, interessante e encantador, escrevendo para a *Gazeta de Portugal*, para o *Jornal do Commercio* e brilhando no diário político e literário *Correio da Manhã*.

José Fernando de Sousa foi, na opinião de António Cabral um verdadeiro jornalista com “aptidão e competência para tratar qualquer assunto, ou discutir qualquer questão, ou versar qualquer problema”. (p. 47) Escreveu, colaborou e fundou o *Correio Nacional*, *A Ordem*, *A Época*, *A Voz*. José Fernando de Sousa possuía um estilo irregular, porém convincente, persuasivo e de agradável leitura. Contudo o seu temperamento forte levava-o à extrema defesa dos princípios que professava, acarretando, em consequência, desgostos graves. No entanto, nada ou ninguém o desviava do seu rumo.

Segundo Cabral, José d’Alpoim, possuía de um belo estilo, sofria de grafomania, levando o seu vício pela escrita a textos mais negligentes. José d’Alpoim escreveu para: *Correio Portugalês*, *Repórter*, *O Primeiro de Janeiro*, *Correio da Noite*, *O Dia*. Foi um jornalista particularmente político, de temperamento ardente e impulsivo, sequentemente controverso. Detentor de uma oratória e memória magníficas, declamava os seus textos cuidadosamente escritos.

Posteriormente António Cabral relembra o jornalista José Barbosa Colen, ajudado por Emídio Navarro, este escreveu no *Correio da Noite*, passando mais tarde a auxiliar na redacção da *Novidades*. A pulso e a custo de muito trabalho, sobe os excessivos degraus da carreira jornalística, tornando-se no director efectivo, após a morte de Navarro, do *Novidades*. Mais tarde este falece em 1917.

Outro jornalista a que António Cabral se refere é Carlos Lobo d’Ávila um jornalista distinto, fundador de *O Tempo* e colaborou com o *Novidades*.

Continuamente Cabral relembra José Augusto Moreira de Almeida que apesar de graduado com o Curso Superior de Comércio, este nunca perdeu a sua paixão pelo jornalismo, colaborando em *O Debate* e *O Dia*, substituindo António Enes, o fundador. Embora com certa dificuldade, escrevia artigos notáveis e importantes, claros e de fácil compreensão.

Refere Dr. Aníbal Soares, escritor/ jornalista monárquico de *O Nacional*

e do *Correio da Manhã*. Bacharel de Direito, por Coimbra, de estilo irónico, satírico e apimentado, dedicou-se de corpo e alma ao mundo do jornalismo.

Posteriormente Cabral recorda Oliveira Martins escritor no *Jornal do Commercio*, no Repórter, em *O Tempo*, fundando, em 1885, *A Província. Ideólogo*, jornalista distinto, de estilo maravilhoso.

António Cabral refere-se também a José Luciano de Castro, ainda estudante universitário, escrevia no periódico *Observador*, fundando mais tarde do *Campeão do Vouga*, dirigindo, ainda, *O Nacional*. Fundou, seguidamente, com José Barbosa Leão, o *Jornal do Porto*. Escreveu, igualmente, artigos de alto valor, para o *Correio da Noite*.

António Cabral refere, ainda, nomes como D. João de Alarcão, Dr. Eduardo Burnay, Anselmo de Andrade e Dr. Brito Camacho, figuras ilustres do jornalismo português desta época.

Realça em última análise, jornalistas do Porto (Borges de Avelar, Urbano Loureiro, Agostinho Albano – do *Diário da Tarde* -, Dr. Germano Vieira de Meireles e José Sampaio), Coimbra (Joaquim Martins de Carvalho) e de Aveiro (Homem Cristo), concluindo, assim, esta primeira análise relativa aos jornalistas portugueses do século XIX.

Capítulo II (pp. 59-72)

Neste segundo capítulo António Cabral traçar os momentos mais importantes da sua vida como jornalista. Assinala os anos de 1877/78 como os primeiros anos de escrita jornalística, por altura da Regeneração, em que Fontes Pereira de Melo presidia o ministério. O Dr. Francisco da Cunha Coutinho representava o governo em Baião, terra natal do autor. António Cabral combate ferozmente Cunha Coutinho em correspondências políticas enviadas de Baião ao *Jornal do Porto*, cujo proprietário e editor era Cruz Coutinho.

Numa “prosa hesitante, irregular, onde (...), borbulhariam numerosos e graves defeitos” (p. 61), o jovem António Cabral (entre os seus catorze e quinze anos) colocava à luz do dia as desonras do Dr. Cunha Coutinho.

Em 1880, António Cabral goza férias em Barcelos, referindo o Dr. Rodrigo Veloso, homem de uma inteligência brilhante, uma verdadeira autoridade em questões de jurisprudência, cujo estilo, embora complicado e

duro, não deixava de ter fervor e extrema qualidade, tendo sido o autor do livro *Folhas ao vento* e fundador dos periódicos *Phosphoro* (1860) e *Tira-teimas* (1861), nos quais António Cabral chega a participar.

Seguem-se os anos de vida académica de António Cabral, terminando em 1886 a sua formatura na Faculdade de Direito de Coimbra, época do governo de José Luciano de Castro como presidente do conselho do Partido Progressista.

António Cabral, em 1887 é nomeado administrador do concelho de Marco de Canaveses, onde defende a honra do seu irmão, Alexandre Cabral, no semanário *A Verdade*, fundado por Adriano José de Carvalho e Melo, opondo-se tenazmente a Emídio Navarro. Retorna, entretanto, à Figueira da Foz, passando a assinar, sob o pseudónimo de Gaspar Ethyope, crónicas literárias intituladas *Pela Praia*, no bissemanário *Gazeta da Figueira*, fundado por Augusto Veiga.

Cabral relembra a importância do encontro com Manuel Pinheiro Chagas, na sua passagem pela Figueira, assim como a crónica sequente a esse encontro, atenciosamente recebida por Pinheiro Chagas, sendo, inclusive, referida no *Correio da Manhã* de Lisboa (propriedade do enaltecido político). António Cabral publicou, com certa assiduidade, as suas crónicas literárias na *Gazeta da Figueira*, até ao ano de 1889. Neste ano é nomeado delegado do Procurador Régio na Comarca de Moncorvo, continuando as suas publicações na *Gazeta da Figueira*, escrevendo as suas crónicas, igualmente, a partir de 1890, n' *O 8 de Maio*, outro bissemanário da Figueira da Foz, dirigido pelo Dr. Elísio Freire de Abreu Pessoa, atribuindo-lhes o título de *Entre montanhas* e escrevendo, ainda, sob o mesmo pseudónimo.

Após o *Ultimatum* britânico e o sequente suicídio de Camilo Castelo-Branco, António Cabral regista esta página negra da história e da literatura portuguesas, n' *O 8 de Maio*, terminando no final desse ano (1890), a sua colaboração neste bissemanário, com uma crónica intitulada *Um sonho, um hino à liberdade e à esperança do país*.

Termina este capítulo recordando todas as críticas e apoios que teve nesta sua primeira fase de jornalista, considerando, ambas as posições, fundamentais à sua edificação e consolidação da sua carreira jornalística.

Capítulo III (pp. 73-94)

Neste capítulo António Cabral relata a sua chegada e passagem por Lisboa, entre os anos de 1897 e 1900, iniciando-se, na primeira data, na redacção do Partido Progressista *Correio da Noite*, que funcionava, sobretudo, como centro de discussão política relacionada com o estado social, político e económico da nação.

Ressalva como frequentadores do *Correio da Noite*, nomes como Eduardo José Coelho (político alcunhado de violento, dado o seu carácter apaixonado), Luís de Melo Bandeira Coelho (general e deputado influente que abriu caminhos a António Cabral no mundo da política), Francisco José Machado, D. João de Alarcão, José d'Alpoim, Francisco Cabral Metelo (membros penetrantes do Partido Progressista).

Após a queda do poder regenerador, ainda nesse ano, sobe ao poder José Luciano de Castro pelo Partido Progressista, conduzindo os contra progressistas a uma reacção imediata ao novo poder, colidindo com os interesses políticos do autor e arrastando à publicação de artigos políticos no *Correio da Noite*, intitulando-se o primeiro *Violências e Perseguições*.

Simultaneamente escreve artigos políticos intitulados *Chronicas Lisboetas* no periódico *Moncorvo*, em revistas políticas, como correspondente político de Lisboa, n' *O Primeiro de Janeiro* do Porto. Conjuntamente assina as *Chronicas da Capital* no semanário de Marco de Canaveses, *A Verdade*.

Após esclarecimentos públicos, a gazetas oposicionistas, sobre a identidade, até então não reconhecida do autor, este refere a notícia da formação do grupo dos *Endireitas*, novo agrupamento partidário, presidido por João Franco, com a finalidade de reequilibrar as finanças e a política. Havia chegado a Era do *franquismo*.

A contra-resposta, assinada por Luís de Magalhães, chega dias mais tarde no jornal *A Tarde*, seguida do programa político dos *Endireitas*. Contínuas são as discussões políticas escritas pelos jornais portugueses, reflectindo todo um período de descontentamento político, social e económico.

Em 1899, o autor aconselha José d'Alpoim a realizar uma proposta de lei que institua em Portugal a *Assistência Judiciária*, cujo relatório é

redigido e relatado na Câmara dos Deputados, pelo autor.

Nos dias seguintes, António Cabral defende e explica a referida proposta nos jornais *Correio da Noite* e n' *O Primeiro de Janeiro*, recebendo, ao mesmo tempo, congratulações e críticas.

Para além de artigos políticos António Cabral assinava, igualmente, artigos comemorativos (como em 1899, n' *A Província*, pela celebração do centenário do nascimento de Almeida Garrett).

Entre guerras políticas e artigos de interesse cultural e nacional, o autor, jornalista *pro bono* e deputado progressista, assinava cada vez mais artigos, em inúmeros jornais relatando e comentando, sobretudo acontecimentos históricos relevantes de uma Lisboa dividida.

Inicia em 1898 a sua longa contribuição no semanário de Marco de Canaveses *A Verdade*, concluindo a mesma no ano de 1904.

Por esta altura surge no Porto uma epidemia peste bubónica, que ao ameaçar espalhar-se por Portugal, é atacada pela Junta de Saúde, acarretando críticas políticas severíssimas, às quais o autor responde, colocando em risco a reputação do jornal *O Primeiro de Janeiro* (Porto) do qual era correspondente. Ao demitir-se do cargo de correspondente, zelando pela idoneidade do jornal, António Cabral sofre um falsete, por parte do mesmo que fraudulentamente adultera o conteúdo do artigo a ser publicado.

Este episódio toma proporções excessivas, visto que contribui para um retrocesso da vida política do autor que, embora não remunerado, escreveu durante muito tempo para *O Primeiro de Janeiro*. No entanto este episódio negativo, ao afastar António Cabral do cargo de correspondente de Lisboa, levará *O Primeiro de Janeiro*, em anos seguintes a pedidos e favores políticos e particulares, desta feita a um António Cabral na posição de deputado conceituado.

Cabral refere, porém, o nome de Gaspar Ferreira Baltar que, então falecido, não consegue impedir a calúnia que *O Primeiro de Janeiro* comete sobre si. Apesar de tudo, António Cabral escreve neste jornal entre 31 de Março de 1897 e 13 de Março de 1900, recordando com saudade os pesados esforços sofridos enquanto deputado jornalista dividido entre eleitorado e leitores.

Capítulo IV (pp. 95-120)

A pedido de Luís de Melo Bandeira Coelho, António Cabral começa a escrever, gratuitamente, como correspondente, no periódico *O Districto de Vizeu*, a 3 de Agosto de 1900, sempre a favor do Partido Progressista.

Escreve, simultaneamente, desde 1898, n' *A Verdade*, pelos progressistas do círculo de Marco de Canaveses. Em 1902, Cabral começa a escrever artigos políticos e literários no jornal *O Dia* (dirigido por José d'Alpoim), intitulados *Vida Velha...*, *A noite de Santo António*, *Politica de Bárbaros*, *Camillo Castello-Branco*, *Dois anos de governança*, entre outros, sendo este último um artigo crítico ao governo da Regeneração. Entretanto as lutas políticas e jornalísticas mantêm-se entre *O Dia* (Progressista) e *A Tarde* (Regenerador).

António Cabral colabora com o semanário político *O Progresso*, de S. Pedro do Sul como correspondente, escrevendo artigos como *Começos d'Inverno*, *Na Lama* e *O novo empréstimo*.

Em *O Dia* publica o artigo político decisivo *Impenitentes*, atacando o governo regenerador de Hintze Ribeiro, publicando, ainda, no ano de 1903, muitos artigos como *Quem Vier Atrás...*, *A Mascarada*, *Dissidências*, *Supremo Attentado*, *Amnistia?* Esboçando, igualmente, artigos de cariz literário ou histórico como *Camillo Castello-Branco* ou *Waterloo*. De entre os demais artigos escritos para este jornal, ressalva o de Fevereiro de 1904, intitulado *Palavras, palavras!...*, onde comenta e critica a peregrinação franquista (João Franco) por todo o país sob forma de propaganda política, recebendo, imediatamente, resposta por parte do *Diário Illustrado* de João Franco.

A 20 de Outubro de 1904 sobe ao poder o Partido Progressista, incrementando a vida parlamentar do autor, decrescendo, sequelemente, a sua produção jornalística, agravando-se esta situação com a sua entrada no governo, como Ministro das Obras Públicas, em 1905.

Surge, entretanto, a época da traição política de José d'Alpoim devido a uma ambição maior, decisão não aplaudida por António Cabral, o autor, que, apoiando José Luciano, critica a decisão d'Alpoim.

Em 1906 cai o ministério progressista, demorando-se, ainda, Hintze Ribeiro 58 difíceis dias no Conselho da Coroa, seguindo-se o governo de

João Franco, o qual apoiado por António Cabral e seu irmão (Alexandre Cabral) por imposição ética do pacto de “*concentração-liberal*” que aliava o Partido Progressista ao Presidente do Conselho de Ministros.

Em Setembro de 1906, torna-se necessária a recomposição Ministerial, recorrendo-se ao apoio de António Cabral na sua constituição, o que levanta novas calúnias, infâmias e provocações por parte d’*O Primeiro de Janeiro*, às quais o autor não responde. Continuamente Cabral, como parlamentar, vê-se forçado a refutar na Câmara dos Deputados todas as ofensas verbais de José d’Alpoim, contrariando todas as calúnias e injustas críticas apresentadas por este, relativamente ao autor e ao Partido Progressista. Esta acção de António Cabral resultará num retrocesso de José d’Alpoim, que se vê forçado a asseverar na Câmara dos Pares, que não pretendia magoar qualquer membro do Partido Progressista.

Entretanto o autor passa a assinar no periódico *Jornal do Porto*, como correspondente, *Chronicas Politicas*, funcionando este como veículo de comunicação de ideias progressistas e anti José d’Alpoim, que se torna no principal alvo de António Cabral, e da sua luta restauradora de justiça. Inicia-se, assim, uma nova luta entre Progressistas (*Jornal do Porto* e *Correio da Noite*), amplamente divulgados, e Regeneradores (*O Dia*, *O Primeiro de Janeiro*). Após inúmeros artigos políticos, José d’Alpoim recua definitivamente (com a sua carreira política totalmente demolida) transformando os artigos de António Cabral em hinos de justiça publicados pelo *Jornal do Porto*.

Encontramo-nos no ano de 1907, presidindo, o ministério, João Franco desde 1906 e, devido a dificuldades governamentais, recorre a José Luciano de Castro, chefe do Partido Progressista. Vive-se uma época de insatisfação social, de tumultos políticos, de guerra aberta entre três frentes: Regeneradores, Progressistas, Monarquia. Estalam as rebeliões no Porto, prejudicando toda a nação.

Entretanto João Franco tenta implementar a *lei de imprensa* que António Cabral e José Luciano de Castro condenavam, mas que, tendo em conta o pacto de “*concentração-liberal*”, apoiavam antevendo a intensificação da crise Ministerial e a necessidade de a restabelecer, sem que para tal se substituísse João Franco.

Corria o ano de 1907 e a pedido de José Luciano, Cabral passa a assinar as suas *Chronicas Politicas* no *Correio da Noite*, sem qualquer censura prévia. Contra a imposição desta nova lei (lei da imprensa), a Associação de Jornalistas vota-se ao silêncio. Opostamente António Cabral, deixa de ser sócio da Associação de Jornalistas de Lisboa, publicando na primeira *Chronica Politica* do *Correio da Noite* as suas críticas, ridicularizando o voto de silêncio dos seus colegas, apoiando assim as decisões de João Franco, da Monarquia, pondo Barbosa Colen que praticava a crítica fácil contra El-Rei D. Carlos, leitor e admirador das crónicas de António Cabral. Identicamente José Luciano, chefe do Partido Progressista, tal como El-Rei, acreditava ter encontrado em António Cabral, um verdadeiro jornalista.

Tendo em consideração as ondas de boatos políticos, Cabral assina na sua coluna *Chronica Politica, Ilusões perdidas...*, atacando a tentativa fracassada de ascensão à posição de João Franco levada a cabo por Júlio de Villena.

Em Abril de 1907 João Franco encerra precipitadamente as cortes. António Cabral defende esta posição de Franco, acreditando que o gabinete da sua presidência cometera contra ele “uma oposição de bandidos, que ardia em anciãs de conquistar o poder para cravar as unhas aduncas no Thesouro Publico” (p.112).

Seguidamente, dentro dos parâmetros legais, António Cabral incita não à ditadura, mas à defesa de João Franco e, sequentemente, da nação. Como consequência das afirmações de António Cabral, surgem críticas por parte da oposição, combatendo assim o autor, no *Correio da Noite com Politica de encruzilhada*, ou seja, política de bandidos, conduzindo ao duelo de pistolas entre António Cabral e José d’Alpoim, a 18 de Abril de 1907, na Serra de Monsanto. Contudo a luta entre *Novidades*, por Barbosa Colen, e o *Correio da Noite*, assinado por Cabral, perdura, havendo acusações mútuas de banditismo político. O combate jornalístico e político, entre Colen e Cabral, termina com as *Chronicas Proezas dos Bandidos e Ainda os Bandidos*, às quais Colen não respondeu, depositando armas.

Em Maio de 1907, o Diário do Governo, publica os primeiros decretos ditatoriais elaborados por João Franco. Desfaz-se assim a “*concentração-liberal*”, na qual o Partido Progressista havia depositado enorme fé. No

mesmo mês, António Cabral na *Chronica Politica*, intitulada *Momento Grave*, expõe toda a situação a que o Partido Progressista havia sido exposto e vitimado. Outros artigos se seguem deste primeiro, denunciando todas as deslealdades acometidas contra os Progressistas, após tanta cooperação, inter ajuda e defesa.

António Cabral, que, até então, defendera a coligação “concentração-liberal”, de uma forma acérrima, passa a ser o seu maior oponente. Assim em Junho, por altura da visita de João Franco ao centro do seu grupo, o autor tece, em estilo bíblico, *A Voz do Profeta*, que declama, envergonhando e desacreditando Franco, perante todos.

Contanto não depõe armas e luta arduamente contra um traidor da pátria que optou pelo caminho da ditadura, conduzindo o país a numerosos tumultos, aos quais esteve inclusive exposto. Comenta, então, esta situação em *O povo assassinado!* Gritando *Aqui d’El-Rei!* Expondo a situação social dramática do país, não atacando, contudo, a família real. António Cabral suspende em Julho de 1907, as suas *Chronicas Politicas* e exila-se no estrangeiro devido à forte tensão, censura e supressão de inúmeros jornais nacionais.

Retorna em Outubro de 1908 às suas *Chronicas Politicas* pelo *Correio da Noite*, com *Politica...à parte*, inculcado de uma política individual, mas disciplinada, justa e partidária. Combate com a sua primeira *Chronica*, subtitulada *Os impacientes*, João Franco, Júlio de Villena, José de’Alpoim, Teixeira de Sousa, pelas suas péssimas políticas, corruptoras para o país, agentes da destruição e destabilização do país. Nas crónicas seguintes, inscritas no espaço de alguns meses, que passo a enumerar, ocupa-se no combate aos republicanos: *Moralidade Republicana, Comparando..., Se a Republica Viesse..., Ameaças Republicanas, A República Gloriosa..., A obra da República e Dictadura Republicana.*

Cabral combatia, simultaneamente, a facção progressista de José d’Alpoim associada ao republicanismo. Publica, assim, no *Correio da Noite, Politica...à parte*, a crónica com o subtítulo de *A Dissidência, Queremos o Poder! Dissidentes e Republicanos, Podia Lá Ser! E Para Sempre!*

Ao combater os republicanos, glorificava continuamente a monarquia, escrevendo *Viagem Triumphal* (aquando da viagem de El-Rei ao Norte)

e *Viva El-Rei!* (por altura do seu retorno). Atribui, então, respeito, dedicação e justiça à Família Real, em oposição a colegas jornalistas que ridicularizavam e criticavam a mesma, sem qualquer sentido de ética profissional ou política.

Devido à nomeação do alto cargo de Ministro e Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, António Cabral vê-se forçado a abandonar as suas *Chronicas de Politica....à parte*, de modo a coerentemente exercer as suas funções políticas.

Capítulo V (pp. 121-150)

António Cabral neste capítulo aborda a sua passagem pelo diário *O Liberal*, adquirido enquanto exercia funções de Ministro da Marinha e Ultramar, tornando-o no seu órgão político, impresso de acordo com os princípios do Partido Progressista, podendo, assim, atacar e defender-se em plena liberdade. Mais tarde, Cabral consegue este diário visto que o seu antigo director, o advogado Carneiro de Moura, havia decidido terminar a sua publicação trespassando-o, assim, ao autor.

Devido à sua qualidade como político, tornava-se, inicialmente, inviável a sua total participação no diário, pelo que entrega a directoria provisória ao Padre Adriano Guerra, a redacção do artigo de fundo a cargo de Caetano José Dias, as *Criticas e Factos* a cargo de Emílio Sampaio e Melo, sendo *O Roteiro Politico* comentado pelo deputado progressista Alexandre de Albuquerque.

Embora discordante em relação ao título do seu recém-adquirido diário *O Liberal*, opta por manter o nome, visto que se tratava já de um diário conhecido e com bastante saída, podendo, uma eventual mudança de título causar alguns contratempos financeiros, publicando-se o seu primeiro número no dia 15 de Março de 1909.

Entretanto *O Liberal* é ferozmente atacado por um jornal do Porto, ao qual Alexandre de Albuquerque não ficou indiferente, respondendo imediatamente.

A questão das *unhas aduncas*, referida no capítulo anterior, retorna à ribalta por intermédio do *Diário Illustrado*, órgão de cariz franquista, como provocação a actos políticos do autor enquanto Ministro da Ma-

rinha e do Ultramar. Esse criticado acto, extremamente moroso, tratava-se da exoneração de alguns governadores franquistas do Ultramar, assim como a concessão de recompensas a oficiais e praças colocados na campanha guineense. Tendo em conta que o *Diário Ilustrado* pretendia respostas imediatas, o autor, não dispondo de *O Liberal*, respondia aos ataques através do órgão progressista *Correio da Noite*. Assim sendo, o *Ilustrado* insinua a adesão do Partido Progressista à facção das *unhas aduncas*, o que o *Correio da Noite* contraria, argumentando ter ficado constantemente ao lado da lei e da Constituição, em oposição a João Franco, que, em ditadura, se apodera do Tesouro Público.

Em resposta ao deputado Malheiro Reimão e após inúmeras peripécias políticas, o autor envia à Câmara Alta, para o *Diário do Governo*, os documentos que “ (...) faziam prova de que durante a ditadura do governo de Franco, haviam sido feitos adiantamentos ilegais a muitíssimos funcionários que a esses adiantamentos não tinham direito.” (página 125) Esta documentação comprova, assim, toda a mora na avaliação das recompensas e dispensas a oficiais do Ultramar, assim como o mau serviço prestado por Franco à Monarquia e a Portugal.

Demoradas e longas foram as lutas entre estes dois jornais (*Correio da Noite* e *Diário Ilustrado*) até que, após a demissão do Ministério e aquisição definitiva de *O Liberal*, o autor, António Cabral, inicia o seu contra-ataque político-jornalístico, no que concerne ao caso *unhas aduncas*, culminando com o silêncio dos seus opositores. Passa o autor, a partir deste momento, a redigir diariamente o artigo de fundo de *O Liberal*, tornando-se Alexandre Albuquerque no director, redigindo, simultaneamente, a secção *Roteiro Político*, ao passo que o Padre Adriano Guerra e Eugénio de Sampaio e Melo comentavam os acontecimentos sociais mais importantes.

Reuniam-se na redacção de *O Liberal* figuras ilustres do Partido Progressista, como Alexandre Cabral, o general e par do Reino Luís Bandeira Coelho, D. João de Alarcão, o conselheiro Eduardo José Coelho, o conselheiro Francisco Cabral Metelo, o general Macedo Lacerda, o par do Reino Francisco José Machado, os deputados Meneses e Vasconcelos, Aurélio Pinto, Lacerda Ravasco, Frederico Ramires, entre outros. Entre

tertúlias e discussões acesas, António Cabral escrevia tranquilamente os seus artigos de fundo preparando-os para a tipografia do jornal.

Ainda detentor da pasta da Marinha na Câmara dos Deputados, a oposição desenvolve ataques fisicamente violentos e destruidores aos quais o autor responde criticamente com um artigo de fundo n' *O Liberal*, com o título *Fora os Desordeiros!*

Como político providente e prevenido que é, o autor escreve e publica o artigo *Só o Exército?*, em que apelava, a propósito dos tumultos parlamentares da oposição, à intervenção do exército português, concluindo, entretanto, o autor e político que o que acaba por acontecer em 1926 (revolução militar) deveria ter acontecido em 1909.

A acção política e jornalística prévia do autor conduz ao abandono da pasta de Ministro da Marinha e do Ultramar, tendo em conta que a gazeta do Dr. Brito Camacho, *A Lucta*, o acusa de pretender ser o quarto poder do Estado, ao qual chamava “*poder tarimbeiro*”. O debate foi aceso, no entanto, leva o autor a abdicar do seu lugar parlamentar.

Em Maio de 1909, *O Liberal*, inaugura uma nova secção *Escavações Políticas*, secção que transcreve simultaneamente trechos publicados naquela época e em épocas anteriores, com o intuito de demonstrar incongruências e contradições, mudanças de opinião e facção política, conforme se tornava mais proveitoso. Desmascara-se assim aqueles falsos que se apresentavam como os verdadeiros servidores da nação, com procedimentos censuráveis, sendo José d'Alpoim o melhor representante desta época.

Publicam-se em *Escavações Políticas*, subtítulos como *O Sr. José Luciano*, *Antes e Depois*, expondo os demais inimigos da Nação e as suas contraditórias acções, transcrevendo provas de incoerência política de homens públicos. Desta forma, *O Liberal* castigava o procedimento ilegal do Ministério da Justiça e Câmara dos Deputados, contribuindo, consequentemente, para a demissão de ministros e deputados, funcionando, até esta altura, *O Liberal* como o mais alto órgão político-justiceiro.

Em Agosto de 1909, o autor parte rumo a Alemanha, de modo a restabelecer a sua saúde debilitada, retornando em Outubro, do mesmo ano, e deparando com uma situação política intensamente destabilizada.

Para além das secções políticas, *O Liberal* publicava, igualmente, um fo-

lheto intitulado *Carta Aberta ao Sr. Conselheiro António Cabral*, passando o autor a enumerar as mais relevantes. Esta secção apresenta temas relacionados com a política, sobretudo do Ultramar, onde problemas e carências são constantemente relatados, indicando, ao mesmo tempo, um pedido de auxílio indirecto a António Cabral, ex-Ministro da Marinha e do Ultramar.

É chegado o trágico ano de 1910. A desastrosa presidência governamental de Teixeira de Sousa minou completamente as fundações da Monarquia portuguesa, conduzindo à sua queda, iniciada pelo regicídio e culminando com a ascensão da República.

Este desenrolar de acontecimentos já havia sido previsto em inúmeros artigos do autor como: *A Defeza da Monarchia, Republicanos e Dissidentes, A Responsabilidade dos republicanos, Defenda-se a Monarchia!, Os Escândalos da Republica, A Fallencia d'um Partido, Eternas Luminarias..., E...viva a republica!, A Monarchia em Perigo..., Chantecler..., Um Réu!, Moral Republicana!, Exploração Política, O Condenado, Não pode ser!, Justiça de Moiros!, Governam os Republicanos!*

O Liberal peleja arduamente, ainda nesse ano, contra o seu velho inimigo *Diário Illustrado* (órgão franquista de Álvaro Pinheiro Chagas) e contra o jornal regenerador do conselheiro José de Azevedo Castelo-Branco, *O Imparcial*.

Redigem-se, paralelamente, artigos de cariz literário, ilustrando as principais figuras e obras da literatura portuguesa e estrangeira de várias épocas, muitas vezes, mesmo, sob a forma de homenagem.

O Liberal, monárquico até à última instância, lutou constantemente em nome de El-Rei, embora com a chegada da República, o seu peso tenha diminuído. No entanto esta gazeta exerceu grande influência na opinião pública, por intermédio de combates políticos impressos nas suas páginas.

Nestas páginas o autor revelou-se como ele próprio proclama “jornalista probo e leal, português verdadeiramente fiel às nobres tradições da Pátria gloriosa, da Pátria amada e querida.”. (p. 150)

Capítulo VI (pp. 151-195)

António Cabral, que testemunha a instauração da República em 1910, demonstra o seu descontentamento perante tal acontecimento. Embora decorressem tumultos, um pouco por toda Lisboa, a 4 de Outubro este

dirige-se à sede d' O Liberal onde escreve um artigo de fundo intitulado *Os Acontecimentos*, onde referia as suas antevisões políticas resultantes do mau governo de Teixeira de Sousa. Refere, igualmente, o seu pesar monárquico, mas, sobretudo, a sua dor como patriota, tal a séria alteração da ordem política.

Nos dias seguintes à Instauração da República, a gazeta *O Liberal* não foi impressa devido à ausência dos tipógrafos. Contudo, António Cabral reaparece no dia 7 de Outubro com o artigo de fundo *Coveiro da Monarquia!*, no qual culpabiliza fortemente a política de Teixeira de Sousa pelo estado da nação, sublinhando, simultaneamente, o prévio papel interventivo e providente desempenhado pela sua gazeta. Seguidamente, a 8 de Outubro em *Os Erros dos Monarchicos*, refere os erros cometidos, recordando a ditadura franquista e do Partido Regenerador (1901), as incongruências de José d'Alpoim no seio do Partido Progressista (1905), a ditadura estabelecida (1907), culminando com o regicídio e ruína nacional.

Nos dias seguintes inúmeros acontecimentos indisponibilizam a publicação de *O Liberal*, dos quais se ressalva o assalto sob o comando de um cadastrado, John Alves, que destruiria material essencial à gazeta.

Na edição de 10 de Outubro sublinha-se o artigo *Porquê?...Porquê?...*, que, devido ao assalto, não pôde ser publicado. Neste artigo desenhava-se uma dura crítica ao governo de Teixeira de Sousa, cuja conduta arruinaria, tanto a monarquia como a nação, explicando passo a passo, os porquês de tanta má política.

Após a reorganização e restauro da redacção e tipografia, *O Liberal* publica, a 24 de Outubro, um suplemento que apresenta os motivos que levaram à sua suspensão revelando a próxima data de publicação. Assim sendo, uma semana depois lança nova edição, redobrando a sua luta anti-republicana.

De modo a evitar novas represálias, António Cabral, apesar de considerar monárquica a sua gazeta, opta por classificá-la como jornal *independente*, assinando finalmente o seu nome na direcção desta gazeta. Publica, então, como referido anteriormente, um artigo intitulado *O Nosso Programma*, demarcando-se, assim, da facção republicana, mantendo o devido isolamento político.

Na edição de 2 de Novembro, com o artigo de fundo *Os Adherentes*, peleja contra todos os agressores da monarquia, apresentando as diferenças que distinguiram ambos os lados, mantendo, contudo, a sua coerência e dignidade políticas, em oposição a determinadas individualidades ambiciosas que, com receio de perda de posição, aderem à República. Dá como exemplo desta dissidência o Padre Lourenço de Matos que, anteriormente, atacara com ferocidade os republicanos no periódico Portugal que então dirigia.

Paralelamente dedicava, na publicação de *O Liberal*, artigos de cariz literário e cultural, mantendo esta agenda constantemente actualizada.

A 21 de Novembro tem início nesta gazeta, uma série de artigos, *Como Cahiu a Monarchia*, onde o autor explana subtítulos incomodativos como *Os Velhos Partidos*, *O Governo dos 58 Dias*, *A Dictadura*, *A Desorientação*, *Os Conselheiros do Rei*, *O Ultimo Ministério – O Fim*.

A Lucta de Brito Camacho, ofendida por esta série de artigos, tenta combater e ridicularizar António Cabral, alegando acontecimentos passados, mas infundados, da vida parlamentar do mesmo. Novamente, diz Cabral, se vêem forçados a retroceder, reconhecendo que a verdade e a razão repousam do lado do autor.

É, entretanto, com o pseudónimo de Ruy d'Alvôr que, a 2 de Dezembro, António Cabral, inaugura uma secção de *Chronicas Literárias*, com o título *Pinceladas*, onde, para além de abordar temáticas relacionadas com a literatura portuguesa, se volta, também, para a história.

A 6 de Dezembro tem início a publicação de uma série de artigos intitulados *Cartas da Aldeia*, consistindo em artigos escritos por Alexandre Cabral, irmão do autor.

O Liberal, devido ao seu carácter anti-republicano, continua a ser vendido, lido e comentado. No entanto, a recém criada República, incomodada pelos mordazes ataques desta gazeta, decreta o seu fim, a 8 de Janeiro de 1911. Neste dia, arrombam as portas da redacção, vandalizando e destruindo *O Liberal* na sua totalidade, restando, apenas, um manuscrito da secção *Pinceladas*, sob o pseudónimo de Ruy d'Alvôr, que ficou para trás, intacto. Para além do assassinato deste órgão jornalístico, dá-se o exílio de António Cabral, durante um ano, abrandando, portanto, a sua carreira jornalística.

Retorna em Julho de 1912, publicando no *Diário de Noticias*, sob a

direcção do Dr. Alfredo da Cunha. Neste diário, escreve uma série de artigos sobre Camilo Castelo-Branco.

Colabora, em 1913, num número especial dedicado à conversão do poeta Gomes Leal ao Cristianismo, elaborando, assim, para a *Voz da Juventude*, órgão da *Juventude Catholica* de Lisboa, um artigo publicado no Natal desse mesmo ano.

Em 1914, Dr. José d'Arruela funda o *Diário da Manhã*, gazeta monárquica, na qual o autor participa, a 30 de Maio, com o seu primeiro artigo *O Maior Delito*. No entanto, por motivos de saúde, vê-se forçado a cessar, pouco tempo depois, a sua colaboração nesse jornal. Contudo, antes do seu abandono é publicado, ainda a 16 e 17 de Junho, do mesmo ano, uma entrevista realizada ao autor por Joaquim Leitão, intitulada *Como Procederá a Monarchia com os Republicanos Amanhã – Conversa Com Sua Ex.^a o Sr.^a. Conselheiro António Cabral, Antigo Ministro*. Nesta *interview*, o autor apela à coexistência pacífica entre republicanos e monárquicos.

Em 1915 surgem em público documentos políticos, encontrados por republicanos nos Paços Reais. Esta documentação aponta para a traição monárquica. Porém, diz o autor, após investigação, o caso remete para uma traição, mas por parte de falsos monárquicos, associados a ideias republicanas. António Cabral publica, relativamente a este assunto, no *Jornal da Noite* (sob a direcção de Rocha Martins), um artigo defensor da monarquia e suficientemente esclarecedor.

Ainda em 1915, Cabral colabora com *A Nação*, jornal dirigido por João Franco Monteiro, que publica, a 4 de Março, uma entrevista ao autor, realizada por António Santos.

No mesmo mês *O Nacional*, sob a direcção do monárquico Dr. Aníbal Soares, Cabral publica o artigo *Um Partido Conservador!* Onde ridiculariza a ideia de formação de um partido conservador no seio da República.

Em 1916, no semanário *Echos de Guimarães*, Cabral escreve um artigo onde incita todos os monárquicos da província a auxiliar todos os correligionários naqueles tempos difíceis.

A 7 de Julho publica n' *O Commercio de Guimarães, Os Combatentes de Chaves*, em comemoração da segunda incursão monárquica, chefiada por Paiva Couceiro.

A 15 de Novembro de 1915, havia já colocado em circulação *O Liberal*, subintitulado *Jornal Monarchico Tradicionalista*, sendo, mais uma vez, atacado pelos republicanos, desta feita pelo seu diário *A Opinião*, ao qual o autor responde com os artigos de fundo *A Monarchia não Volta e Organização Monarchica*.

Entretanto a 13 de Dezembro de 1916, *O Liberal*, onde artigos políticos e literários eram publicados (funcionando sempre os primeiros como uma crítica atenta ao funcionamento republicano) é suspenso por ordem do Governo, sendo ilegalmente presos alguns redactores e um administrador, acto contra o qual protestaram. Contudo a sua voz não foi ouvida, mantendo-se suspenso *O Liberal* durante um mês. Passado este período volta renovado para o ataque ao republicanismo, com o artigo de Cabral, *Cumprimento de um Dever* (1917), sendo fortemente censurado pelo jornal de Brito Camacho *A Lucta*.

Também em 1917 escreve n' *O Liberal* um artigo relativo à morte de Teixeira de Sousa, sob o mesmo título do nome do falecido, apresentando o mau percurso de vida, destruidor da monarquia, desta vez, amenizado pelo espírito de caridade cristã.

A 17 de Agosto de 1917 publica n' *O Liberal*, *A Tôrre do silêncio*, metaforicamente acusando o silêncio dos republicanos do alto dos seus postos, aos comentários por parte de democráticos e evolucionários.

Em Outubro desse ano, face à abertura da campanha eleitoral, o autor incita os correligionários monárquicos e conservadores ao voto, com artigos como: *Á Urna!* e *A Campanha Eleitoral*.

Em Dezembro eclode a revolução, levando Sidónio Pais ao poder. O autor assinala n' *O Liberal*, mais uma vez, o estado desordenado e desorientado da República Portuguesa, num artigo intitulado *Balburdia sanguinolenta*, realçando-se como adversário confesso da República.

Novamente surge a campanha eleitoral e António Cabral incita monárquicos e conservadores à luta anti-republicana. Resultam destas eleições 40 deputados monárquicos no parlamento, dentre os quais o próprio autor, sendo Sidónio Pais directamente eleito Presidente da República (embora com votação inferior à de Cabral).

António Cabral, agora deputado, inicia uma campanha a favor de ofi-

ciais do exército e exilados políticos, injustamente condenados por uma República facciosa e intolerante. Escreve artigos sob forma de campanha em jornais como *O Liberal*, *Pátria*, *Diário Nacional*, *O Dia*, sendo os seus esforços compensados, estampando, a 10 de Maio, em *O Liberal*, o artigo *Enfim!* Evidenciando a sua vitória, visto que recolocara oficiais monárquicos e trouxera de volta a Portugal os exilados políticos.

Simultaneamente, ataca a República e a presidência de Sidónio Pais, pelos seus erros políticos e intolerância, tecendo, também, críticas a ex-monárquicos, agora republicanos, traidores da nação (dissidentes).

A 8 de Julho de 1918, comemora com saudade e pesar o assassinato de um fiel e destemido monárquico, o tenente Manuel Alberto Soares, ajudante de Cabral enquanto ministro da Marinha e Ultramar.

A 15 de Novembro do mesmo ano, celebra-se o segundo aniversário da reabertura de *O Liberal*, com artigos a cargo de António Cabral e do seu colaborador Henrique de Paiva Couceiro.

No entanto a República não descansa e prende, a 23 de Novembro, o engenheiro Teles de Vasconcelos, director de *O Liberal*, obrigando Cabral a ocupar, apesar da saúde debilitada, o cargo e funções de director interino.

Sidónio Pais é assassinado ingloriamente a 14 de Dezembro, incapaz de organizar a sua República Nova. *O Liberal* que já havia publicado anteriormente o artigo *O Attentado*, referindo-se à primeira tentativa de assassinato de Sidónio Pais, assinala com *A Morte de Sidónio Paes*, e devidos lamentos, a morte de um adversário político, tecendo, apesar de tudo, os devidos louvores.

Novamente Cabral insere um artigo *Só o Exercito!* Onde proclama a necessidade de intervenção das forças militares, controlando, assim, o caos instalado, salvando a nação.

A 23 desse mesmo mês e ano, António Cabral publica um artigo em que critica ferozmente todos os tumultos e ataques levados a cabo aquando do enterro de Sidónio Pais, considerando-os desrespeitosos.

Com o fecho de *O Liberal*, o autor coloca em circulação o diário *Acção Realista*, considerando-se (graças à intervenção financeira de alguns amigos) o fundador deste diário. Neste diário, o autor abre a secção

Gazetilha, onde tece críticas, sob a forma de poema, a figuras caricaturáveis da época, como Cunha Leal, que ridiculariza em *O Collarinho*.

São incontáveis os artigos políticos ou literários elaborados por António Cabral, e igualmente incontável a participação numa variedade de jornais, como jornalista, correspondente ou director.

Colaborou, ainda com inúmeras revistas de Portugal e do Brasil, como *Acção Realista* (não confundir com o jornal), *Revista Commercial*, *Vasco da Gama*, *Águia*, *O Instituto*, entre outras.

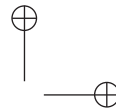
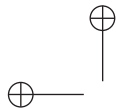
Relembra, ainda, alguns volumes de memórias, onde contribuiu através da elaboração de biografias de grandes vultos da política, da história e da literatura portuguesas.

António Cabral termina este capítulo e, sequentemente, as suas memórias de jornalista, revelando uma *interview*, cedida a Armando Boaventura, preparada para o semanário monárquico *Avante!* cuja publicação não teve início.

Nesta entrevista, António Cabral, interrogado sobre os acontecimentos que contribuíram para a queda da Monarquia, para a Instauração da República e para todo o caos político económico e social do Portugal em inícios do Século XX, responde do ponto de vista pessoal, monárquico, mas acima de tudo patriótico, como verdadeiro português, deputado e jornalista que foi. Não se adianta em muitos comentários e divagações, apontando energicamente para erros governamentais, traições, problemas financeiros, mas nunca monárquicos, tendo sempre em alta estima e consideração a Família Real, as Instituições Tradicionais e, acima de tudo a figura de El-Rei.

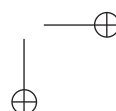
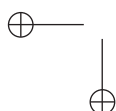
Condena a República e tudo aquilo que ela representa, tendo em consideração a sua conduta traiçoeira e corruptora da Monarquia. Relembra todos os dissidentes que, por ambições pessoais, saltitaram de facção em facção, procurando constantemente a satisfação dos seus interesses, negligenciando aquilo que deveria estar em primeiro lugar: Portugal.

Em última análise, António Cabral acredita na instauração de um *Nova Monarquia*, com base na figura do Rei, tutelando duas Comissões (Consultiva e Executiva), de modo a melhor responder às necessidades sociais, equilibrando sobretudo o estado financeiro caótico da nação.



Refere, em último lugar que não podemos esquecer a nossa localização geográfica, a nossa história, a nossa tradição, que, apesar do nosso reduzido tamanho, sempre foram reconhecidas pelo estrangeiro, mantendo o seu respeito admiração e amizade. Assim, o Portugal monárquico “ viverá nobremente, afagado pela alta consideração de todos os povos do Mundo!”. (p. 194)

Autor (nome completo): Ana Isabel Moreira Couto
E-mail: ana-couto@hotmail.com



» Cabreira, 1902-A

Autor: Cabreira, António

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1902

Título completo da obra: Discursos proferidos no congresso Internacional de Imprensa em Berne

Tema principal: -

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Typographia do Comércio

Número de páginas: 12

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: S.C. 11318//16 P.

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): António Cabreira era um matemático, jornalista e publicista português. Nasceu a 30 de Outubro de 1868, em Tavira, e morreu a 4 de Dezembro de 1918, na sua terra. Era sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa; da academia das Ciências e Letras de Montpellier; da Academia das Ciências, Inscrições e Belas Letras de Toulouse; da Academia das Ciências, Artes e Belas letras de Dijon; da Sociedade Físico-Matemática de Kasan; da Sociedade Matemática de França e do Instituto de Coimbra; Fundador e secretário-geral do Real Instituto de Lisboa.

Índice da obra: [Não tem índice]

Capítulo I: “A liberdade de imprensa em Portugal” – p. 1

Capítulo II: “Da competência dos tribunais em matéria de imprensa” – p. 2

Capítulo III: “Curso profissional do jornalismo” – p. 3

Resumo da obra (linhas mestras):***I “A liberdade de imprensa em Portugal”***

Diz António Cabreira que a liberdade de imprensa é algo a que todos os jornalistas têm direito.

Segundo o autor, essa liberdade resulta da “faculdade de sentir e pensar” e, desde que seja consciente, deve de ter o respeito de todos.

Para ele, o jornalista, tem como objectivo comentar os factos sociais, económicos e políticos, tendo assim que seguir critérios. Tudo o que o jornalista comenta, tem sempre algo de “útil e de verdade” e com isso, o jornalista vai conseguindo evoluir e manter uma postura de veracidade.

Como António Cabreira explica, todos os comentários desfavoráveis que estes profissionais faziam, estavam à inteira mercê do poder judicial. As leis que estavam em vigor não davam aos jornalistas uma total liberdade de expressão. E como se isto não bastasse, a polícia tinha o poder de suprimir, censurar e proibir a circulação dos jornais.

“Não me cumpre explicar (...) a origem de tal anormalidade (...)” da falta de liberdade de imprensa, explica António Cabreira, que regista apenas querer atenuar esta situação, em que se oprimem e humilham os jornalistas com a falta de tolerância.

II Da competência dos tribunais em matéria de imprensa

O orador começa por dizer que a sua opinião vai de encontro às aspirações do congresso.

Para ele, o acto criminoso está fortemente ligado à intenção com que é pensado e existe a necessidade de se averiguar o temperamento e o perfil do acusado. No fundo, conhecê-lo bem. Só depois disso, os juízes poderão emitir uma sentença.

Em contraposição ao modo de julgar os jornalistas em Tribunal, o autor manifesta a opinião de que os jornalistas deveriam ser julgados pelos seus pares quando acusados de crime de abuso de liberdade de imprensa. Cabreira explica que uma oposição a essa solução reside na possibilidade de falta de isenção dos juízes em virtude da camaradagem profissional com o réu. No entanto, segundo o autor, se o jornalista for

julgado pelos seus pares, haveria sempre rigor no julgamento, uma vez que existe a intenção de manter a classe numa elevada linha de seriedade.

Quanto mais elevada for a função exercida pelo réu, mais regalias ele deverá ter, defende Cabreira. É por isso os membros do parlamento de muitos países são julgados por esses parlamentos. No caso dos jornalistas, deveria acontecer algo semelhante. Todavia, o jornalista deverá estar consciente que poderá ser um elemento que colide com os interesses governativos, quando uma entidade beneficia com o silêncio da imprensa.

Se só as câmaras são competentes para julgar todos os actos puníveis que os seus membros pratiquem, também o jornalista deve ser entregue ao escrutínio da imprensa, quando abuse do seu estatuto e do seu direito profissional.

O orador termina dizendo que não crê ser difícil instituir este preceito na legislação penal. Para que isso seja exequível, deveriam as associações de imprensa, de acordo com regulamentos especiais, eleger os júris.

III Curso profissional do jornalismo

Segundo o autor, há uma necessidade de um curso para os jornalistas, uma vez que são estes que interpretam por nós os actos sociais, económicos e políticos, e assim “devem os seus membros estar convenientemente habilitados para proceder à crítica dos diversos assuntos”.

Afirma António Cabreira que o carácter e a inteligência já nascem com os indivíduos, mas é na escola que se aprende a tirar o máximo proveito disso. Assim, são exigidos dos professores algumas provas de competência. Aqui o autor compara os jornalistas com os professores, na medida em que ambos constituem uma “poderosa e, direi mesmo, indestrutível justificação de um curso para jornalistas”. Mas o autor fala numa contradição, pois na imprensa aparecem vários assuntos, vários temas, e não é possível exigir o conhecimento de tudo. Neste capítulo, o autor evidencia as matérias que lhe parecem mais necessárias num curso de jornalismo.

Assim fala no “conhecimento perfeito da língua nacional”, pois “em qualquer artigo, um erro de gramática ou de tradução de ideias pode destruí-lo por completo”. O jornalista, segundo o autor, deve também

de aprender taquigrafia para poder acompanhar os discursos. No ponto seguinte fala na importância do “estudo da geografia e da história”, pois o jornalista deve saber o que se passa nos diferentes pontos do mundo e é também importante saber história, pois muitas vezes têm que fazer uma referência memorável para situar o leitor.

É necessário, igualmente, ter conhecimento do “direito e legislação nacional”, para poder, assim, discutir os actos públicos. As “ciências matemáticas e físico-naturais” são importantes, pois são conhecimentos fundamentais e são um grande método de estudo e discussão. Para que o jornalista possa medir todos os factos sociais, extraíndo a sua importância é necessário também saber algo sobre filosofia.

António Cabreira referencia também como matérias a figurarem num curso de jornalismo a língua francesa, inglesa e alemã, pois são nelas que “são feitas as principais publicações”. Finalmente, para que exista o respeito pelo “livre exercício das opiniões alheias” e consciência de direitos e deveres, é necessário haver moral.

No final do capítulo, o autor questiona-se: “Mas como organizar os cursos dos jornalistas? Pelo aproveitamento das escolas existentes?”. Como o autor referenciou antes, é impossível haver um curso em que se lecciona sobre as várias matérias, e assim não há em nenhum sítio uma escola que as abranja. “Cada escola tem a sua psicologia, o seu modo de ser”, sendo assim, “ter-se-á de recorrer a uma escola própria”. E este problema, explica Cabreira, talvez se resolva coma colaboração do estado e de particulares.

Autor (nome completo): Cátia Andreia Lima de Barros
E-mail: 20613@ufp.edu.pt

» Caetano, 1965

Autor: Caetano, Marcelo

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): 1956

Ano de publicação/impressão: 1965

Título completo da obra: A Opinião Pública no Estado Moderno

Tema principal: Teoria do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): s.e.

Número de páginas: 86

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: Q2-9-20

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Licenciado em Direito no ano de 1927 pela Universidade de Lisboa, foi o primeiro a doutorar-se na mesma universidade (1931) na especialidade de Ciências Político-Económicas.

Professor de Direito Administrativo desde 1933, é de sua autoria o Código Administrativo, em vigor desde 1936. Foi reitor da Universidade de Lisboa (1959-1962) e, no Rio de Janeiro, director do Instituto de Direito Comparado na Universidade Gama Filho (1974-1980). Vogal da União Nacional em 1932, foi comissário nacional da Mocidade Portuguesa (1940-1944), ministro das Colónias (1944-1947), presidente da comissão executiva da União Nacional (1947-1949), presidente da Câmara Corporativa (1949-1955), ministro da Presidência (1955-1958) e, como sucessor de Salazar, chefe do Governo (1968-1974), sendo deposto e obrigado a exilar-se pela revolução de 25 de Abril de 1974. Publicou uma valiosa obra de índole jurídica e do campo da história do direito e ainda alguns volumes de temática política.

Obras principais: Manual de Direito Administrativo (1937), A Administração Municipal de Lisboa durante a 1ª Dinastia (1951), Manual de Ciência Política e Direito Constitucional (1952), Lições de História do Direito Português (1963), História Breve das Constituições Portuguesas (1965), As

Minhas Memórias de Salazar (1977), Depoimento (1977), Constituições Portuguesas (1978) e História do Direito Português, 1140-1495 (1981).

Índice da obra:

Nota Prévia - 7

A OPINIÃO PÚBLICA NO ESTADO MODERNO

I. Que é a opinião pública? - 11

II. Estrutura e dinâmica da opinião pública - 15

III. Formação da opinião pública nas correntes profundas - 19

IV. nas correntes intermédias - 23

V. e nas superficiais - 29

VI. Influências recíprocas dos três níveis de correntes de opinião - 35

VII. A expressão espontânea da opinião pública - 37

VIII. O apuramento sistemático das opiniões - 41

IX. O Estado moderno - 45

X. Funções políticas da opinião pública - 49

XI. Inserção da opinião pública na orgânica do Estado - 53

XII. O dever de informação pelos governos - 55

XIII. A participação dos governados na política e na administração - 59

XIV. Governo e opinião pública - 63

XV. Conclusão - 67

A INFORMAÇÃO INTERNACIONAL

A informação internacional - 73

RESPONSABILIDADES DA INFORMAÇÃO

Responsabilidades da informação - 79

Resumo da obra (linhas mestras):

Este livro, como o próprio título indica, é sobre *A Opinião Pública no Estado Moderno*, constituindo a ampliação de uma conferência do autor na Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto e no Instituto de Estudos Políticos de Madrid, embora também inclua dois textos que resultam das intervenções que fez num jantar da Associação dos Correspondentes da Imprensa Estrangeira e na abertura do Congresso Internacional dos Chefes de Redacção.

Segundo o autor, a opinião pública desempenha, desde o século XIX uma função capital na política. Marcelo Caetano evoca a própria Constituição do Estado Novo, que a referencia como “elemento fundamental da política e administração do País” (p.12), devendo o Estado, ainda nos termos constitucionais, defendê-la “de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem-comum” (p.11).

Procurando definir o conceito de “opinião pública”, Marcelo Caetano recorda um político do século XIX que afirmava, caricaturalmente, que a opinião pública era a “opinião que se publica”, somente para avançar com a sua própria definição: “a opinião pública é constituída pelos juízos compartilhados por grande número dos componentes de dado grupo social, de tal modo que um indivíduo ao exprimir algum desses juízos perante os seus concidadãos tenha considerável probabilidade de o não ver repellido, mas sim de encontrar um ambiente de receptividade e aprovação. Trata-se de uma *opinião*, isto é, de um juízo individual; mas que é *pública* e, portanto, circula entre indivíduos num dado meio social de modo a tornar-se comum e até colectiva” (p. 12). Além disso, Caetano admite que a opinião pública deve ser considerada em relação a um grupo social e que podem coexistir várias correntes de opinião, pelo que “o indivíduo (...) passando de grupo em grupo, encontrará aqui receptividade para certo juízo que acolá vê repellido” (p. 13). Algumas opiniões circunscrevem-se ao indivíduo e não chegam ao estatuto de “públicas”, diz o autor, mas outras obtêm a adesão de grupos sociais amplos podendo constituir-se como correntes de opinião dominantes.

As correntes de opinião pública, reflecte também Marcelo Caetano, incidem sobre os mais variados temas e não são imutáveis, formando-se em três níveis: *as profundas, as intermédias e as superficiais*.

As correntes profundas formam-se essencialmente através da educação, “que constitui o veículo transmissor da experiência das gerações passadas às gerações presentes” (p. 19). A transição de experiências de geração em geração torna os novos indivíduos beneficiários de todo o saber acumulado. Mas mesmo as correntes profundas evoluem, explica Marcelo Caetano, exemplificando com as novas opiniões que, graças ao ensino dos avanços nas ciências, nas tecnologias e humanidades, circulavam entre os

jovens e as mulheres dos anos sessenta, bastante diferentes das opiniões profundas dos seus progenitores.

As correntes de opinião intermédias formam-se, de acordo com Marcelo Caetano, na experiência vivida pelos grupos sociais actuais. Assim, muito do que vem do exterior do indivíduo – imprensa, propaganda, arte... – contribui para a modelação dessas correntes de opinião, que retroactivamente alimentam esses mesmos discursos. Aliás, pode mesmo acontecer que determinados indivíduos adiram a determinadas correntes de opinião intermédias não por força das suas próprias experiências, mas unicamente por força das experiências alheias que são relatadas e disponibilizadas publicamente. No entanto, Marcelo Caetano afirma que a doutrinação de “ideias puras”, filosóficas, só alcança êxito quando a filosofia se converte numa ideologia atida a interesses e à realidade concreta: “A opinião pública forma-se em parte limitadíssima por elementos racionais e depende sobretudo de reacções de interesses, de sentimentos, de emoções e até de instintos. A propaganda de uma doutrina nos meios populares faz-se por isso através da exploração de situações concretas às quais se ajusta um breve comentário tendencioso para mostrar a iniquidade de um sistema ou a bondade de um princípio. A ilusão de que se converte o povo mediante o ensino sistemático de proposições teóricas já não cabe na cabeça de nenhum técnico de propaganda. A própria pregação religiosa é tanto mais fecunda quando cingida ao concreto” (pp. 24-25). Por essa razão, diagnostica Caetano, os jornais estritamente políticos quase se desvaneceram, em favor dos órgãos de informação geral, onde a doutrinação se faz em correlação com as notícias sobre a realidade concreta. De qualquer maneira, o autor admite que a existência de grupos de opinião estáveis “contribui poderosamente para a estabilidade das correntes intermédias de opinião pública” (p. 27).

Por último, o autor descreve as *correntes superficiais*, imediatas e reactivas, que dependem essencialmente das notícias e comentários que, por acumulação, vão deixando lastro nas correntes intermédias. Assim, Caetano admite que “Em teoria, o processo ideal de formação da opinião pública consistiria em proporcionar a todos os indivíduos a mais ampla e circunstanciada documentação acerca dos factos e das ideias do seu tem-

po. Todo o cidadão deveria, pois, ter livre acesso à informação” (p. 29), mas, ainda de acordo com ele, a maior parte das pessoas não tem tempo para consumir mais do que alguma informação superficial, como acontece quando alguém folheia o jornal e se fica pela leitura dos títulos e de apenas uma ou outra notícia, mesmo assim nem sempre na totalidade. “Compreende-se, pois, o papel que a imprensa pode ter na formação das correntes superficiais e intermédias da opinião pública, não só através dos artigos e comentários que publica mas mediante a inserção, a disposição e a valorização do próprio noticiário” (p. 30), sentencia Marcelo Caetano, a quem também a pretensa objectividade jornalística merece um reparo: “Repare-se que, apesar da objectividade constituir o lema das agências de informação, dificilmente estas poderão escapar à influência das nações a que pertencem, dos capitais que as apoiam e dos redactores que as servem. Os países que não são produtores desta *mercadoria* – a notícia (...) – são forçados a receber os serviços de agências internacionais (...) com toda a carga de interesses que cada uma representa. A própria língua nacional fica (...) comprometida (...). Nunca como hoje tantos estrangeirismos se insinuaram por essa via no vocabulário e na sintaxe” (p. 31). Portanto, segundo Caetano, as influências sobre a produção de notícias bem como a selecção e valorização de umas em relação a outras retroactivamente afectam a formação de correntes de opinião: “Graças ao relevo dado a certo noticiário, a imprensa de informação pode provocar ondas de emoção ou despertar reacções de interesse que agitem momentânea, mas por vezes violentamente, a opinião” (p. 31). Por isso, Marcelo Caetano exige honestidade aos responsáveis pela produção e apresentação das notícias, por exemplo, a jornalistas e paginadores, até porque, prossegue, por vezes as notícias se fundam em boatos e rumores que envenenam “situações, atitudes e reputações” (p. 33), algo que os desmentidos não conseguem combater eficazmente.

Há que dizer, ainda, que em consonância com Marcelo Caetano existem relações ascendentes e descendentes entre os três níveis de correntes de opinião. A adesão a correntes de opinião intermédias, por exemplo, pode resultar das convicções profundas de um indivíduo, tal como o impacto diário dos acontecimentos pode “solidificar ou modificar os com-

portamentos ao nível intermédio e (...) *a longo prazo* as próprias atitudes ligadas às correntes profundas” (p. 36).

No capítulo VII, Marcelo Caetano distingue a formação da opinião da expressão da opinião, salientando que algumas correntes opinativas têm origem obscura e se desenvolvem na clandestinidade, às vezes por culpa da invisibilidade e inacessibilidade mediáticas dos indivíduos que partilham desses pontos de vista, confrontados com grupos dominantes que monopolizam o espaço nos meios de comunicação. Por isso, só alguns conseguem interpretar os sinais da existência dessas correntes obscuras e oprimidas de opinião, graças a manifestações ocasionais, dispersas e espontâneas das mesmas. Os principais métodos de apuramento sistemático das opiniões são, contudo, revela o autor, os inquéritos por sondagem e os sufrágios, “quando exercidos por eleitores conscientes em condições de autenticidade” (p. 42).

É possível, ainda, de acordo com o autor, que determinadas correntes de opinião se solidifiquem e expandam graças ao papel da imprensa, que vai dando sucessivamente mais voz a quem com elas se identifica, numa espécie de “reação em cadeia” (p. 37). É o que acontece, por exemplo, com determinadas cartas de leitores, que podem suscitar o desenvolvimento de correntes de opinião, isto apesar de Marcelo Caetano reconhecer que, em grande medida, os comentadores regulares monopolizam o espaço opinativo dos jornais, sendo dado pouco relevo às contribuições espontâneas dos cidadãos. Outras vezes, a manifestação pública da opinião pública resulta de um estímulo, como um acontecimento que gere comentários e controvérsia. Outras vezes ainda, minorias activas, ao promoverem sistematicamente as suas opiniões, também causam um efeito “bola de neve” ou até geram a incorporação insinuante dessas opiniões nas correntes maioritárias. Em todo o caso, como adverte Caetano: “O debate (...) só é (...) útil quando traduz o respeito recíproco (...) e decorre em ambiente de cortesia, tolerância e objectividade, raramente conseguido na vida pública. Por via da regra, (...) a controvérsia resvala para a polémica e esta degenera em questão pessoal” (p. 40).

No capítulo nono, é abordada a questão da opinião pública no Estado Moderno, que, segundo Caetano, tem de agir não apenas como discipli-

nador da vida social e dador de segurança, mas também como empresário ou fiscal, entre outras funções. O autor afirma que “o Estado se tornou uma máquina tremendamente complexa e, por isso mesmo, cada vez mais pesada de conduzir e difícil de mover” (p. 46). Uma das causas para isso, segundo Marcelo Caetano, é a opinião pública. Esta “aprova e condena actos e medidas” (p. 49). Assim, Caetano explica que num estado moderno a opinião pública pode, em consequência, ter três funções: função *motora*, função *refreadora* e função *sancionadora*. Além disso, para o autor, a opinião também pode incidir sobre a legitimidade dos governantes e sobre a vigência das concepções da sociedade que eles defendem em vez de outras. O autor dá também exemplos de situações em que os governos, não podendo vencer, se juntam à opinião pública. O caso da Grã-Bretanha, onde existe “um processo de diálogo permanente entre o gabinete e a opinião pública” (p. 53), é passado em revista. O diálogo entre o Governo e a opinião pública leva a que haja uma maior intervenção dos cidadãos sobre o Estado, de maneira passiva, quando é pedido esclarecimento, ou de maneira activa, quando envolve representação política.

Marcelo Caetano afirma que é essencialmente através da imprensa, rádio e televisão que, nos estados modernos, os governantes chegam ao público, até porque “não podem dispensar-se de dar contas do que pensam, projectam ou fazem” (p. 55). Continua o autor: “A cena parlamentar, inventada no tempo em que o convívio social decorria em conversas de salão, foi suplantada (...). Os governos acham-se constantemente em contacto com o público, sem necessidade de intermediários. Exposições ou entrevistas na televisão, discursos radiodifundidos, (...) difusão em larga escala de documentos impressos e até essa forma de facilitação da entrevista (...) que é o telefone (...) permitiram aos que governam estar sempre presentes perante os governados e ao alcance destes como nunca. As conferências de imprensa (...) são meios de informação de excepional amplitude (...). E tudo é televisionado, radiodifundido e publicado (...) de modo a permitir (...) o conhecimento dos projectos e reacções governamentais.” (p. 55).

O autor relembra, no entanto, que apesar da proximidade entre políticos e meios de comunicação é imprescindível haver representantes eleitos por

sufrágio, capazes de diluir e regular a influência dos media sobre as correntes de opinião. É necessário, diz ainda Caetano, a propósito, discernir a “autêntica” opinião pública de “meros manifestos”, até porque, segundo o raciocínio do autor, a opinião pública “facilmente se torna presa de aventureiros e charlatães” (p. 63). “Se os indivíduos não estão habituados a examinar, discutir e julgar para escolher, qualquer ilusão os seduz” (p. 63), diz ele, denunciando a sua crença na vulnerabilidade opinativa dos indivíduos em geral. Por isso, para Caetano os políticos não podem alicerçar as suas acções nas correntes de opinião superficiais nem sequer nas médias: “A estatura do governante mede-se mesmo, em muitos casos, pela coragem demonstrada em arrostar com a impopularidade até que os acontecimentos mostrem a razão que lhe assistia. (...) O Estado moderno não pode desprezar a opinião pública, mas também lhe é impossível deixar-se governar por ela.” (p. 66) Sustenta, aliás, a sua posição socorrendo-se do economista austríaco Schumpeter, que insistia no predomínio de factores irracionais na formação da opinião pública e considerava que os eleitores médios revelavam “falta do sentido das realidades, enfraquecimento da noção de responsabilidade e ausência de espírito volitivo”. Relembra, igualmente, Walter Lippman, que, de acordo com Marcelo Caetano, mostrou quanto “uma pequena minoria actuante, usando de processos publicitários e empregando atrevidas ousadias, pode, no meio da passividade geral, dar a ilusão de que se está perante uma corrente poderosa de opinião, onde não há mais que paixão ideológica, ambições audaciosas, interesses cúpidos ou então despeitos reivindicativos ou explosões de recalques.” (p. 66)

No segundo texto, sobre “A Informação Internacional”, Marcelo Caetano discorre sobre a aproximação entre países trazida pelos modernos meios de comunicação. Porém, de um ponto de vista crítico, assinala: “No meio de tamanha abundância de informação, é natural que o leitor se perca e que as suas ideias acerca do que não conhece directamente tomem um carácter fragmentário e difuso.” (p. 74) A solução para esse problema seria dispensar informação contextual através de crónicas e impedir a proliferação de “reportagens-relâmpago, feitas por jornalistas apressados, sem preparação nem reflexão.” (p. 76)

No último texto, o autor discorre sobre “Responsabilidades da Informação”. Começa por relembrar que o jornalismo não é apenas técnica, já que influi sobre a moral, a sociedade e a política. Assim sendo, questiona-se sobre a imensa responsabilidade que é decidir dentre as notícias potenciais quais se tornarão efectivamente notícias. Questiona-se, igualmente, sobre a capacidade dos leitores, maioritariamente impreparados, formarem “um juízo válido sobre os acontecimentos” (p. 81), sobretudo os que ocorrem em países diferentes dos seus, e tecerem sobre os mesmos opiniões fundadas, devido ao carácter fragmentário e veloz com que a informação lhes chega e à super-abundância informativa. Baseado nessa postura, condena as apressadas análises que por vezes se faziam na imprensa estrangeira sobre o colonialismo português e enfatiza que o jornalismo, como um magistério, se funda nas noções de dever e responsabilidade.

Autor (nome completo): Cristina Pereira / Jorge Pedro Sousa
E-mail: 15171@ufp.pt / j.p.sousa@mail.telepac.pt

» Caio, 1966

Autor: Caio, Horácio

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1966

Título completo da obra: Televisão: Iniciação às Técnicas de Produção

Tema principal: Teoria do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): s/e

Número de páginas: 99

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: W2-1-40

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): O autor foi fotógrafo, jornalista e produtor da RTP.

Índice da obra:

I. Perspectivas e implicações gerais do fenómeno TV - 13

II. Complexidade das estruturas de uma estação de Televisão - 25

III. Natureza dos programas de Televisão. Factores humanos - 39

IV. O aproveitamento das características da TV produção de programas - 57

V. O trabalho do realizador. Géneros de programas - 81

VI. Um esquema de Directoria de Programas - 91

Bibliografia - 99

Resumo da obra (linhas mestras): Este livro pretende apresentar as técnicas de produção em televisão, tendo intuítos pedagógicos num país que pouco conhecia deste meio, que, graças ao papel da visão, é, segundo o autor, “um meio de recepção propício e aliciante” (p. 21). “Por isso, a televisão ganhou (...) a maior popularidade em quase todos os sectores, nomeadamente naquelas classes de indivíduos privadas de normal vida de relação. Outros atractivos pertencem ao novo método de radiodifusão pela

imagem, os quais ou são suas características naturais ou constituem aproveitamentos conseguidos pela sua técnica: referimo-nos à instantaneidade, intimidade, actualidade e participação do espectador do próprio espectáculo” (p. 21), diz o autor, que ainda salienta: “a televisão, actuando objectivamente, facilita a aproximação entre os homens, fomenta a transmissão do conhecimento e excita a curiosidade.” (p. 23). No entanto, Caio também recorda uma citação de Sérgio Puliese, segundo a qual “Na televisão não existe uma única verdade abstracta que não possa ser interpretada” (p. 23).

O autor começa por relembrar que foi em 1957 que surgiu o primeiro êxito indiscutível da temporada na televisão. O programa “Sunrise Semester” teve um êxito que nem os próprios produtores poderiam ter presumido. Foi nessa altura que, de acordo com Caio, se iniciou a imensa tarefa de ensinar através da televisão. Foi a partir daí que tanto na rádio como na televisão, assegura Horácio Caio, começaram a ser bem definidos os conteúdos das mensagens e das técnicas de emissão e recepção. Colocou-se, então, “o problema da heterogeneidade dos grupos receptores” (p.16), cujas “exteriorizações ainda que espontâneas da emissão, devem ser colocadas num quadro geográfico, histórico e sócio-cultural bem definido.” (p.16) Segundo o autor há toda uma dialéctica divertimento-educação-ensino que, conscientemente, deverá potenciar o enriquecimento humano caso se saiba tirar proveito da difusão da televisão.

A seguir, o autor fala das estruturas produtivas em televisão, sendo enfatizada a importância do vídeo, recém-introduzido nas estações de televisão. Fala, também, dum equilíbrio necessário na programação, para precaver qualquer tipo de choque e também para o bem da televisão. A distribuição dos vários tipos de programas é, aliás, de acordo com Horácio Caio, uma tarefa “delicada”, devido às consequências sociais da programação. Na sequência dessas considerações, o autor compara a televisão, ao cinema e ao teatro. Para Caio, a televisão tenta-se firmar como arte, o que implica a necessidade de se generalizar o conceito de arte.

A televisão, lembra o autor, é a mistura de imagem, som e palavra. Em televisão, explica Horácio Caio, nada pode ser improvisado e para isso existem já várias técnicas. Em conformidade com o autor, é muito importante, nesse contexto, o desempenho do produtor, pois é este quem dirige

toda uma equipa de maneira a que a mensagem passe da melhor forma. Por isso, segundo Caio, o produtor de televisão tem de ser brilhante na forma como trata a imagem. Como afirma o autor, “na televisão tudo se resume a escrever para a vista” (p. 57), “as palavras devem pretender um efeito contributivo e não de reforço da imagem” (p. 58). E como ninguém é obrigado a saber escrever para televisão e em televisão, foram criadas regras de auxílio a quem tem essa tarefa.”O desenvolvimento a dar a uma história tem de estar conforme o tema” (p.59), lembra o autor. Segundo ele, o “produtor não deve perder de vista que, em geral, que além de contar com a possibilidade de escolher três imagens diferentes, dispõe de vários planos (pois cada câmara tem pelo menos quatro objectivas de maior ou menor afastamento”. (p.59) “Além disso, pode usar cada uma ou várias câmaras com estas funções específicas: 1) operando como personagem subjectivo; 2) operando como testemunha visual da cena; 3) operando como telespectador”. (p. 59). E é nesta fase que o modo de captar a imagem é igualmente importante. O produtor deve ter uma noção exacta do tempo que cada imagem deve permanecer no ar, argumenta Caio. “O ritmo da mudança de planos deve ser conforme o ritmo intrínseco do próprio contexto” (p. 60), explica o autor. Caio relembra, porém, que a transição entre planos numa narrativa audiovisual tem mais do que uma alternativa de execução, podendo o produtor escolher o seu estilo

Relativamente ao funcionamento jornalístico da televisão dos anos Sessenta, o autor explica que “Uma estação de televisão com dez horas de emissão diária deve fornecer pelo menos oito serviços de notícias, mais ou menos breves consoante o material de que disponha. Em geral, essa tarefa é cometida a um departamento que conta com um numero grande de notícias, laboratórios de revelação e cópia, salas de montagens, uma secção especializada da cenografia e fotografias, locutores e apresentadores privativos, vastos arquivos de material filmado e fotográfico e equipas de repórteres de filmagem (...) e meios próprios de deslocação” (p. 64). Mais à frente, explica: “Uma primeira regra de apresentação é a seguinte: toda a notícia em Tv deve ser ilustrada quanto possível. Nem sempre, porém, isso é viável, porquanto uma outra regra aconselha que a actualidade não deve ser sacrificada à ilustração. Assim, as noticias são fornecidas ao espectador

de dois modos: ilustrada como imagem (locutor *off*) ou lida directamente (locutor *in* ou em vivo)” (p. 65). Consequentemente, diz Caio, é necessário escolher o melhor modo de apresentar cada notícia.

Caio continua a sua exposição relembando que em telejornalismo a linguagem deve ser simples e as frases curtas, de modo a permitirem o entendimento geral da mensagem. “O estilo da notícia deve ser simples e sem ênfase. O estilo coloquial é o mais indicado em TV. Deve evitar-se o emprego de cifras exactas, o que não significa que sejam deturpadas” (p. 65), refere também o autor, argumentando que só assim a mensagem poder despertar o interesse do público e evitar confusões.

Depois de todas as tarefas realizadas pelo produtor e a restante equipa de produção, Caio explica que a responsabilidade pela produção televisiva passa, finalmente, para as mãos do realizador. Este é o elemento que tem que ser mais apaixonado pelo seu trabalho, pois deve procurar constantemente soluções originais para os problemas que tem que enfrentar. A mensagem recebida pelo público resulta da linguagem plástica do realizador.

Na Televisão Portuguesa dos anos Sessenta existiam, ainda, várias outras equipas de produção e directorias, todas elas chefiadas pelo Conselho Director de Produção, a que se juntavam quase sempre, os restantes directores da estação. Existiam, igualmente, vários departamentos executivos para cada tipo de programa (programas noticiosos e de actualidades, programas dramáticos, programas musicais e de variedades, programas infantis, juvenis e femininos, programas culturais, programas desportivos, programas escolares educativos e os programas de concursos) e as respectivas secções.

O livro inclui, em síntese, abundante informação sobre a organização da Rádiatelevisão Portuguesa nos anos Sessenta; sobre linguagem televisiva; escrita para televisão (dificultada pelo facto de a TV se dirigir a todos os públicos), que tem de respeitar a imagem e de ser audível; as formas de passagem de uma imagem para outra (corte, encadeado e fusão); etc.

Finalmente, Caio relembra que a Televisão Portuguesa dos anos Sessenta prestava “serviço comunitário”, outra forma de dizer “serviço público”.

Autor (nome completo): Rui Ferreira Lamoso
E-mail: ruilamoso@hotmail.com

» Câmara Manuel, 1943

Autor: Câmara Manuel, Joaquim Augusto

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1943

Título completo da obra: Subsídios para o Estudo do Jornalismo Eborense

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Évora

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): “A Cidade de Évora” -
Boletim da Câmara Municipal de Turismo de Évora

Número de páginas: 12

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: P.3197V

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Joaquim Augusto da Câmara Manuel nasceu em 1907 e morreu em 1951.

Índice da obra: [Não tem índice.]

Proémio - 3/4

O Primeiro Jornal - 5

Jornal e Jornalistas - 6

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra representa a tentativa do autor para listar todas as publicações impressas em Évora a partir do ano de 1847.

Proémio

Nesta introdução, o autor explica o porquê da sua “luta” em prol do engrandecimento e do prestígio do jornalismo Eborense. Dá o exemplo de Eça de Queiroz, que começou a sua carreira literária como jornalista em

Livros LabCom

Évora. Refere também que o seu trabalho aqui anunciado não é definitivo e espera que seja mais um incentivo para que a ideia não esmoreça, para que então Évora se possa afirmar e mostrar o que de importante tem, não só pela quantidade, mas sim pela qualidade do jornalismo Português.

O primeiro Jornal

Neste primeiro capítulo o autor procura demonstrar e esclarecer por que razão não atribui o título de primeiro jornal Eborense ao *Boletim Eborense* mas sim ao *Crónica Eborense*.

No final do ano de 1846, Évora, como todo o país, vivia tempos agitados com os movimentos revolucionários que surgiram contra o governo de Costa Cabral. No dia 4 de Novembro desse ano formou-se nessa cidade uma Junta Governativa da Província do Alentejo e nessa mesma data foi impressa e distribuída uma proclamação dirigida aos defensores da Cidade de Évora. Nos dias 11 e 12 publicaram-se *Ordens* assinadas pelo Conde de Melo. A 13, 14 e a 18 circularam *Ordens* da Junta Governativa. No dia 20, e por ordem da Junta, foi posto em circulação um *Boletim* contendo a cópia de uma comunicação enviada pelo tenente-coronel António d'Almeida Cabral a Francisco Gomes d'Almeida Branquinho. Com data de 23, publicou-se uma *Ordem* Geral inserindo uma portaria da Junta Governativa. No dia 26 de Novembro de 1846 saiu um novo *Boletim* composto por transições dos jornais publicados no dia 20, na cidade do Porto. A partir dessa data deixaram de aparecer isoladamente as portarias, determinações ou ordens, sendo todas inseridas em *Boletins*. Como explica o autor esse *Boletim* não tinha a feição de um jornal e considera-o apenas como um simples comunicado, uma vez que apenas se referia apenas e exclusivamente a assuntos de guerra. O que não era o caso do *Crónica Eborense*, que surgiu em 1847. De início saía às quartas e sábados, e posteriormente também às segundas. A sua longevidade foi de sessenta e quatro números e nesses números o *Crónica Eborense* inseriu a denominada *Parte Oficial* que publicitava as ordens da Junta Governativa, publicitava notícias dos triunfos partidários e tinha uma reduzida secção de anúncios. Comparando o *Boletim* com a *Crónica Eborense* facilmente se constata que de facto o primeiro a que se poderá chamar de jornal, é sem dúvida o *Crónica Eborense*.

Jornais

Neste capítulo o autor enumera todas as publicações e jornais que existiram (ou que ainda existiam, à data da publicação) em Évora:

Periódico Recreativo, literário, impresso em opúsculos em 1847;

Gazeta Eborensense, político, 1847;

Plástico Eborensense, periódico literário, 1 de Outubro de 1861, começou por publicar-se quinzenalmente passando depois a imprimir-se nos dias 1, 10 e 20, terminou com o número 50 em 10 de Junho de 1863;

Pharol do Alentejo, bi-semanário fundado em 3 de Maio de 1862, publicou-se às quartas e sábados passando depois para as terças e sextas, tinha tipografia própria. Terminou a publicação em princípios de 1864;

A voz da infância, jornal literário e noticioso que saiu em 13 de Setembro de 1863. No número 15 foi publicada a seguinte informação: “*A Voz da Infância começará no seguinte número a intitular-se Folha do Sul*”;

Jornal de Évora, hebdomadário de agricultura, comércio, indústria e literatura. Iniciou a publicação em 1 de Novembro de 1863. No número 388 de 28 de Dezembro de 1867 participou suspender temporariamente a sua publicação, não tornando, porém, a aparecer;

Gazeta do Meio-dia, publicando-se às terças e sextas com carácter mercantil, industrial, económico, literário, artístico, começou a 8 de Março de 1864 e acabou em 18 de Agosto do ano seguinte;

Eborensense, semanário que se fez publicar em 13 de Janeiro de 1864 e terminou com o número 23 de Dezembro desse mesmo ano;

Amor Artístico, apenas três números saíram deste semanário literário e religioso;

Alentejano, tem a data de 1 de Junho de 1866;

Perfil de Portugal, fundado em 1866, bi-semanário

Sileno, intitulava-se “Hebdomadário noticioso, literário, caricaturas. Jornal para rir sem ninguém chorar”. 1866 a 3 de Janeiro de 1867;

Districto de Évora, saiu o primeiro número a 6 de Janeiro de 1867 e fechou no dia 1 de Setembro de 1867 com o número 60;

Perseverança; de 10 de Novembro de 1867 a 1 de Março de 1868;

Manuelino de Évora, folha política, literária e humorística que tinha como divisa “*Amicus Sócrates, Amicus Platos, Sed magis amico verita*”.

Livros LabCom

Começou em 1 de Dezembro de 1880 e publicou-se com regularidade até ao número 1095 de 9 de Julho de 1903, publicando depois quatro suplementos, dois em Agosto e dois em Setembro. Publicou o último número (1096) a 1 de Dezembro 1903; Em 1931 reaparece o *Manuelino de Évora 2ª Série*. Nesta segunda fase publicou-se durante um ano como semanário.

Monitor Transtagano, jornal político e noticioso, cujos artigos eram extremamente violentos. Começou em 15 de Fevereiro de 1880 terminando com o nº41 a 9 de Janeiro de 1881

Sul, folha bimensal, política e noticiosa, órgão do partido. Data de 16 de Janeiro de 1881 a 7 de Janeiro de 1887;

Progresso do Alentejo, fundou-se em 3 de Outubro de 1883, semanário, político, literário e noticioso, militava no partido progressista e sobreviveu três anos;

Correio Académico, semanário literário, instrutivo e recreativo foi publicado 12 vezes (1-1-1884 a 29-3-1884);

Diário do Alentejo, saiu o primeiro número em 1 de Outubro de 1886 e durou um ano certo;

Imprensa Livre, Fundado na vila de Redondo em 7 de Novembro mudou-se para Évora em 14 de Agosto de 1887 (número 41) e terminou com o número de Abril de 1888;

Escola, revista de pedagogia e de instrução primária e publicou-se em 1888;

Correio de Évora, semanário imparcial, noticioso, literário e fundado em 6 de Maio de 1888 terminou em 5 de Agosto do mesmo ano;

Ordem, foi de curta duração, apenas 12 números em 1888;

Évora Académica, impresso entre 3 de Fevereiro de 1888 a 1 de Dezembro de 1888 (14 números);

Operário, publicou-se de 22 de Setembro de 1889 a 23 de Fevereiro de 1890 (22 números);

Anunciador do Alentejo, começou a publicar-se em 23 de Maio de 1890;

Monitor, semanário, é datado de 16 de Setembro de 1891 e terminou no número 13 a 4 de Novembro;

Folha de Évora, não passou do primeiro número publicado a 1 de Dezembro de 1890;

Academia, semanário fundado em 1893 e em 1903 ainda era publicada;
Geraldo sem Pavor, semanário regenerador, o seu primeiro número saiu em 4 de Março de 1894;

Espectro do Pagador, semanário independente, apenas com sete números sendo o primeiro de 7 de Abril e o último em 19 de Maio de 1894;

Revista Bibliográfica, só saíram dois números (Fevereiro e Março de 1895);

Jornal das Obras Públicas, saíram trinta números, sendo o primeiro e o último, respectivamente, de 31 de Março e 27 de Outubro de 1895;

Postal, o primeiro número foi publicado em Abril de 1895 e em francês, no ano seguinte, já em português, passou a ser noticioso e charadístico. O último número saiu a 2 de Agosto de 1896;

Jornal de Évora, foi segundo no nome o bi-semanário de propaganda que iniciou a publicação em 30 de Julho de 1896. Com o número 26 passou a ser diário independente;

Eborense, semanário independente, o número um é datado de 1 de Novembro de 1896 e terminou com o número dezoito em 3 de Setembro de 1897;

A Má Língua, o primeiro deste órgão satírico foi a 12 de Novembro de 1896, tendo curta vida, pois terminou ao oitavo número em 20 de Janeiro de 1897;

Pandora Farmacêutica, órgão dos aspirantes de farmácia foi publicado quinze vezes, de 8 de Dezembro de 1896 a 10 de Março de 1897,

Jornal do Alentejo, publicou-se em 1896 esta folha bi-semanal de propaganda e de distribuição grátis;

Rabeca, jornal satírico, noticioso e político começou a publicação a 31 de Agosto de 1897 e terminou a 20 de Abril de 1899;

Papagaio, diário satírico. De curtíssima duração, pois apenas durou seis dias, de 11 a 16 de Maio de 1897;

Diário Transtagano, militava no partido progressista foi publicado 26 vezes, de 12 de Abril a 16 de Maio de 1899,

Reclamo, semanário anunciador de distribuição gratuita, fundado em 1900 e que ainda se publicava em 1915;

Eborense, foi terceiro no nome e começou em 22 de Junho de 1900,

sendo o último datado de Junho de 1901 com o número cinquenta e um;

Transtagano, bi-semanário independente. Não passou do terceiro número, pois começou em 22 de Maio de 1900 e terminou em 10 de Junho;

Notícias de Évora, ainda hoje se publica este diário fundado em 8 de Setembro de 1900;

Democracia do Sul, fundado em 1 de Janeiro de 1901 também ainda hoje se publica;

Telefone, em 24 de Março de 1901 iniciou a sua publicação de semanário independente e terminou ao trigésimo número em 30 de Março de 1902;

Semana de Évora; saiu em 1 de Março de 1903 e terminou a sua publicação com o número duzentos e sessenta em Abril de 1908;

Portugal, semanário independente, começou em 24 de Setembro de 1903;

Voz Pública, tendo sido fundado em 1903 este semanário republicano ainda se publicava em 1915;

Avante, o primeiro número deste “Órgão da Biblioteca de Propaganda Livre” saiu em 1 de Fevereiro de 1909;

Alvoradas, publicou-se durante o ano lectivo de 1909-1910. No primeiro número apareceu como sendo uma revista política, académica, literária e científica, mas logo no segundo número surgiu sem a primeira daquelas definições;

O cidadão, semanário republicano foi fundado em 1910 e ainda se publicava quatro anos depois;

Carbonário, semanário republicano, foi publicado em 1911 e 1912;

Terminar; órgão da Academia Eborense em 1913;

A.E.I.O.U.; publicou-se em 1913 e era o órgão da Escola Normal,

Jornal Democrático, semanário republicano, foi publicado em 1913 e 1914;

Alentejo, semanário órgão da união republicana, publicado em 1914;

O Académico, quinzenário literário, científica, humorístico, foi publicado de 1914 a 1915;

Jornal de Évora, jornal da noite, noticioso e independente, iniciou a vida em 1 de Fevereiro de 1915;

Animatógrafo, publicou-se desde meados de 1919 a princípios de 1920;

Revista Académica, quinzenário ilustrado e recreativo foi fundado em 1 de Dezembro de 1919, foi publicado oito vezes sendo a última a 8 de Maio de 1920;

Sul Desportivo, publicação semanal de propaganda de educação;

O Lyceu, iniciou a sua curta vida em 12 de Fevereiro de 1920;

Alentejo, foi segundo no nome e foi fundado em 1920 e terminou em 1923;

Democrático, semanário republicano, publicou-se de 1920 a 1927;

Voz da Verdade, publicação mensal, fundou-se em 1921 e viveu cinco anos;

O Corvo, revista académica, apareceu em 1 de Dezembro de 1921 e foi desaparecendo e ressurgindo por várias vezes;

A Defeza, semanário católico, fundado em 18 de Março de 1923 ainda hoje sobrevive;

União Charadística, revista mensal de charadas que se publicou em 1923 e 1924;

A Terra Alentejana, semanário regionalista que viveu quatro anos (1923 a 1927);

Ilustração Alentejana, dedicada às principais terras do distrito, saiu em Maio de 1925 e teve seis publicações;

O Alentejano, semanário regionalista, foi publicado trinta e duas vezes, a primeira das quais em 10 de Outubro de 1928;

O Renascimento, quinzenário de arte, literatura e humorismo, foi publicado sem assiduidade de 1929 a 1933;

Revista Transtagana, fundada em 1934 ainda hoje se publica;

A Cidade de Évora, boletim da Comissão Municipal de Turismo, desde Dezembro de 1942 que tem publicação trimestral.

Autor (nome completo): José Henrique Ferreira Couto Coelho

E-mail: henriquecoelho@sapo.pt

» Carneiro Silva, 1947

Autor: Carneiro Silva, A.

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1947

Título completo da obra: Jornais e Revistas do Distrito de Coimbra

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Coimbra

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Coimbra, Biblioteca Municipal

Número de páginas: 271

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: I6 – 10 – 6

Biblioteca: Bibliotecas Municipais de Lisboa (Hemeroteca Municipal)

Cotas: 070(469.34)/SIL

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): A. Carneiro Silva nasceu em Coimbra, na freguesia da Sé Nova, a 7 de Fevereiro de 1912, tendo falecido na sua terra natal, no dia 5 de Março de 1992. Foi autor de dezenas de trabalhos, e exerceu funções de 2º Director da Biblioteca Municipal de Coimbra.

Índice da obra:

Prefácio: p VII

Explicação: p XV

Catálogo Dialístico: p I

Arganil: p I

Cantanhede: p. 4

Coimbra: p. 7

Condeixa: p. 139

Figueira da Foz: p. 140

Goes: p. 162

Lousã: p. 163
Mira: p. 165
Miranda do Corvo: p. 166
Montemor o Velho: p. 167
Oliveira do Hospital: p. 169
Pampilhosa da Serra: p. 171
Penacova: p. 172
Penela: p. 174
Poiares: p. 175
Soure: p. 176
Tábua: p. 178
Resenha Cronológica: p. 181
Índice Onomástico: p. 240
Aditamentos e correções: p. 269

Resumo da obra (linhas mestras): Este é um livro sobre os jornais e revistas publicados em Coimbra, organizado alfabeticamente, sob forma de catálogo. Diz-se no prefácio, onde se revelam algumas das fontes que o autor consultou, que: “A historiografia baseada na imprensa – e nos folhetos dispersos, a ela assimiláveis, para efeitos de investigação – não tem sido praticada com aquela perseverança e aquele propósito, regular e sistemático, que tão fecunda fonte de informação justifica.” Sendo propósito do livro colmatar essa lacuna.

A parte restante do livro diz respeito ao catálogo das publicações, por conselho, começando pelo jornal ocasional *Argus*, publicado no conselho de Arganil e terminando no jornal *A Verdade*, editado no concelho de Tábua. A lista completa das publicações referenciadas é a seguinte:

• **Conselho de Arganil:**

Argus, *Bébé*, *Celavissense*, *Comarca (A) de Arganil*, *Correio de Arganil*, *Crítico (O)*, *Folha Verde*, *Franco (O) Liberal*, *Fraternidade*, *Jornal de Arganil*, *Jornal de Arganil*, *Jornalito (O)*, *Manhãs Dominicais*, *Regedor*, *Trovão da Beira*, *Voz (A) de Arganil*.

• **Cantanhede:**

Académico (O), *Ançanense (O)*, *Anzol*, *Boa Nova*, *Comarca de Cantanhede*.

Livros LabCom

de, Correio de Cantanhede, Defensor (O) do Povo, Divertimento, Ecos de Cantanhede, Farol, Gazeta de Cantanhede, Intransigente (O), Jornal (O) de Cantanhede, Liberdade (A) Popular, Luz e Calor, Marialva (O), Negro (O), Notícias de Cantanhede, Povo (O) de Cantanhede, S. Tomé D'Ançã, Sentinela, Tesouradas, Tradição, Voz de Ançã, Voz (A) do Povo.

• **Coimbra:**

À Memória de Joaquim Falcão de Magalhães, À Sirga, A Todo Pano, Academia (A), Academia de Coimbra, Academia Portuguesa, Académico (O), Acção, Acção Liberal, Acção Nacional, Adelina Abranches, Ágora, Agricultor, Água Forte, Água Lustral, Alarme, Alarme, Álbum de Coimbra, Álbum Comercial e Industrial de Coimbra, Álbum Literário, Aldeia Portuguesa, Alferce (O), Aliado (O), Alma Académica, Alma Lusa, Altitude, Altura, Alvorada, Alvorada (A), Alvorada, Alvorada, Alvorada, Alvo-recer, Ambrózio, Amigo (O) do Estudo, Amigo (O) da Ordem, Amigo (O) do Povo, Amigo (O) do Povo, Anais Literários da Universidade de Coimbra, Anarquia, Anátema, Antiquário Conimbricense (O), Anuário da Sociedade Broteriana, Anunciador (O), Anunciador (O), Anunciador (O), Apreciações, Arauto (O), Argus, Aristarco (O) Português, Arquivo Bibliográfico, Arquivo Bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra, Arquivo da Clínica de Santa Cruz, Arquivo Coimbrão, Arquivo de História e Bibliografia, Arquivo do Instituto de História e Embriologia, Arquivo Pedagógico, Arquivo de Propedêutica Cirúrgica, Arquivos das Clínicas Cirúrgicas, Arquivos de dermatologia e sifilografia, Arquivos do Instituto de Anatomia Patológica da Universidade de Coimbra, Arquivos do Instituto de Anatomia Patológica e do de Patologia Geral, Arquivos do Instituto de Farmacologia e Terapêutica Experimental, Arquivos do Instituto de Patologia Geral da Universidade de Coimbra, Arquivos da Religião Cristã, Arquivo da Secção de Biologia e Parasitologia, Arquivos de Técnica Cirúrgica e Medicina Operatória, Arte, Arte e Arqueologia, Arte & Vida, Artista (O), Archivo (O), Associação Académica, Astro (O), Astro (O) da Juventude, Atalaia, Ateneu (O), Ateneu (O), Ateneu (O), Ateneu Popular, Átila, Atlântida, Aurora (A), Aurora Comercial, Aurora (A) do Mondego, Auxiliar (O) Administrativo, Auxiliar (O) de Escritório, Aza-gaia, Azorrague (O), Bairro dos Olivais, Bandeira (A) do Trabalho, Bár-

baros (OS), Barcarola (A), Batalha (A) Anarquista, Batina (A), Beja – Creche, Bem (O) Creado, Beneditino (O), Besouro (O), Bespa (A), Béto (O), Bibliografia, Biblioteca (A) de Faculdade de Medicina de Coimbra, Biblos, Bicho (O), Bicho (O), Bisâncio, Blague (A), Boêmia (A), Boêmia Nova, Boêmia Velha, Boêmio (O), Bofetadas, Bola, Bola (A), Boletim, Boletim da Associação dos Professores de Portugal, Boletim Bibliográfico, Boletim Bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra, Boletim Bibliográfico do Instituto Botânico da Universidade de Coimbra, Boletim Bibliográfico da Livraria Acadêmica, Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, Boletim do Burocrata, Boletim Cartista de Coimbra, Boletim do clero, Boletim de Coimbra, Boletim da Diocese de Coimbra, Boletim da Escola de Farmácia, Boletim da Escola de Regentes Agrícolas de Coimbra, Boletim do Exército, Boletim do Exército Restaurador, Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Boletim dos Hospitais da Universidade de Coimbra, Boletim do Instituto Alemão, Boletim do Instituto de Estudos Franceses, Boletim de Legislação Portuguesa, Boletim Literário, Boletim Mensal do Governo Eclesiástico da Diocese de Coimbra, Boletim Oficial de Coimbra, Boletim Paroquial de Assafarge, Boletim de “A Previdência Portuguesa”, Boletim da Relação de Coimbra, Boletim do Sindicato Agrícola de Coimbra, Boletim da Sociedade Broteriana, Boletim da Sociedade de Meteorologia e Geofísica de Portugal, Boletim da sociedade do Nível, Boletim do Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra, Bom (O) Combate, Bombeiro (O) de Coimbra, Borboleta (A), Braço de Ferro, Brado Académico, Brasileiro (O) em Coimbra, Brasília, Brasões (OS) Portugueses, Briosa (A), Brotero, Burro (O), C.A.D.C., Cabra (A), Cábula (O), Cacholetas, Cadernos da Juventude, Cadernos de Poesia, Caixeiro (O), Caloiro (O), Camarão Virginal, Caminho (O), Campeão, Campeão (O) Literário, Canção Popular, Canudo (O), Caos (O), Capa e Batina, Careta (A), Caricatos, Caricatura (A), Caridade (A), Cartão (O) de Visita, Carvoeiro (O), Catraio, Cautério (O), Cenáculo (O), Censor Provinciano, Centenário (O) do Marquês de Pombal, Centenário da Sebenta, Cidadão (O) Literato, Cidade (A), Cidade de Coimbra, Cidade do Mondego, Ciência Católica, 5 de outubro, Cinefan, Cisne (O) do Mondego, Civilização, Cla-

ção (O), Clarim (O), Clarim das Ruas, Cocotes, Coimbra, Coimbra Actualidades, Coimbra Alegre, Coimbra Anunciadora, Coimbra – Aveiro, Coimbra – Clube, Coimbra – Cómica, Coimbra Desportiva, Coimbra Filatélica, Coimbra em Fralda, Coimbra Médica, Coimbra Moderada, Coimbra Pitoresca, Coimbra dos Poetas, Colção de Legislação Portuguesa, Colibri (O), Coligação das Províncias, Comércio de Coimbra, Comércio Conimbricense, Comércio (O) e Indústria de Coimbra, Cometa (O), Conde de Valenças, Condestável, Conflito (O), Conimbricense (O), Conimbricense Harmónico, Conimbriga, Conquista do Bem, Constitucional (O), Contra (A) Mina, Corja (A), Correio (O) de Coimbra, Correio de Coimbra, Correio do Porto, Correio das Províncias, Correio da Universidade, Correios e Telégrafos, Correspondência (A), Correspondência de Coimbra, Crepusculo (O), Crisálida (A), Cristianismo (O), Crítica (A), Crónica (A), Crónica Alegre, Crónica Jurídica, Crónica Literária da Nova Academia Dramática, Crónica Teatral da Nova Academia Dramática, Cursos e Conferências – Extensão Universitária, Cutelo (O), D. Bibas, Dá-lhe (O) Gralhas, Dardo (O), De cabo a Rabo, De música, Debate (O), Defensor (O), Defensor (O) do Povo, Defesa (A), Defesa Nacional, Defesa (A) de Santa Clara, Democracia, (A), Democrata (O), Desabafo (O), Desengano, Desengano (O), Desforço, Desforra (A), Despertador Nacional, Despertar (O), Dever (O), Diabo (O), Diário de Coimbra, Diário da Tarde, Dionísios, Distrito (O) de Coimbra, Domingo, Dominó, 12 de Outubro de 1918, E.I.C.B., Eco da Curiosidade, Eco (O) da Mocidade, Eco dos Olivais, Eco dos Partidos, Ecos do Cativeiro, Ecos da Mocidade, Eduardo Coelho, Educação (A) Nova, Educação Portuguesa, Empregado (O) no Comércio, Enciclopédia Social, Ensaio, Ensaio Pedagógico, Ensaaios Literários, Ensino (O), Ensino por Correspondência, Época Era Nova, Escola (A), Escola Agrícola de Coimbra, Escola Industrial e Comercial de Brotero, Escola Nova, Escola Renovada, Escola de Verdades, Escolástico (O), Escoteiro (O) de Coimbra, Espanha e Portugal, Espectáculos, Espectro (O) do Prior, Esperança (A), Estás (O) Ta Rir, Estreia Literária, Estrela, Estrela Académica, Estudante (O), Estudo (O), Estudos, Estudos Actinométricos, Estudos Cosmológicos, Estudos Jurídicos, Estudos Médicos, Estudos Sociais, Eu Sei Tudo, Evolução (A), Faíscas, Fanto-

mas, Farsa (A), Federação (A), Federação (A) Escolar, Final (A), Flanando, Flecha (A), Flor (A), Flor de Coimbra, Flor do Mondego, Flor (A) do Mondego, Flora, Floresta (A), Folha (A), Folha Académica, Folha de Coimbra, Folha Literária, Folhas Novas, Folia (A), Folia Anatômica Universitatis Conimbrigensis, Formigcao (O), Fósforo (O), Fotografias, Fraternidade Militar, Funcionários (OS) Públicos, Futuro (O), Gafanhoto (O), Gaiato (O), Gaita (A) de Foles, Galera (A), Garoto (O), Gatinhos (OS), Gato Preto, Gazeta Académica, Gazeta de Coimbra, Gazeta do Correio, Gazeta do Domingo, Gazeta (A) Ilustrada, Gazeta Nacional, Gazeta dos Sports, Gazeta de Todos, Gente da Guerra, Gente Nova, Ginásio, Gôndola, Gorro, Grémio Alentejano, Grito da Liberdade, Grito Nacional, Grito (O) do Povo, Harpa (A), Harpa do Mondego, Hinos e Flores, Hoje, Homenagem, Humanidade (A), IAK e BO, Ícaro, Iconoclasta, Ideal (O), Ideia (A), Ideia (A) Nova, Igualdade, Imparcial (O), Imparcial (O) de Coimbra, Impertinente, Imprensa (A), Independência (A) Index Seminarii, Índia Nova, Infância, Informação Literária, Infrimador (O), Informador Telégrafo – Postal, Insolências, Instituições Cristãs, Instituto (O), Instrução (A), Instrução (A) Comercial em Casa, Instrução (A) e o Povo, Instrução (A) Pública, Insubmissos, Insultos, Intransigente (O), Iris (O), Ireverente, Jornal (O), Jornal de Administração, Jornal de Administração – Legislação Administrativa -, Jornal de Anúncios, Jornal dos Artistas, Jornal Auxiliar de Escritórios e Repartições, Jornal de Ciências Matemáticas e Astronómicas, Jornal de Coimbra, Jornal dos Estudantes, Jornal do Iniciado, Jornal de Jurisprudência, Jornal de Legislação, Jornal Literário, Jornal Militar, Jornal para Todos, Júlio e Ismael, Jurisprudência (A) dos Tribunais em Última Instância, Justiça (A), Lanterna (A), Lanterna Mágica, Lealdade (A), Legenda (A), Legislação (A), Liberal (O), Liberal do Mondego, Liberal (O) do Mondego, Liberdade (A), Libertador (O), Liceu (O), Lira (A), Lira do Mondego, Lírio (O), Lisboa – Coimbra, Literatura Ilustrada, Literatura Ocidental, Livraria Neves, Livre Pensamento, Lucerna (A), Lusa (A) Atenas, Lusa- Atenas, Lura (A) Social, Luz (A), Luz (A) Comercial, Luz do Povo, Luz da Razão, Má (A) Criação, Má (A) Língua, Madrugada, Malcriado (O), Malcriado (O) (Filho), Malha (A), Manhã (A), Manifesto, Manifesto da Razão, Manual da

Mulher, Marchante (O), Marte, Mau (O) Criado, Maucriado (O), Memoranda, Memórias e Estudos do Museu Zoológico da Universidade de Coimbra, Memórias do Instituto, Memórias do Instituto da academia Dramática de Coimbra, Memórias e Notícias, Memórias da Sociedade Broteriana, Mensagem (A), Mensagem, Mesquita (O), Meteoro, Meteorolito, Minerva, Minerva (O), Minerva Constitucional, Minerva Lusitana, Minho (O), Miniatura (A), Miniaturas, Moca (A), Mocidade (A), Mocidade, Mondego (O), Mosaico, Mosaico Feminino, Mosca (A), Movimento (O) Comercial, Movimento (O) Médico, Mundo Novo, Música Sacra, Músicas (AS) do Exército, Na morte de Junqueiro, Nação Portuguesa, Natal, Negro (O), Nem Cá Nem Lá, No Circo, Nossa (A) Revista, Nosso (O) Jornal, Notoriado Português, Notícia (A), Noticiador, Noticiador Conciso, Noticiador Conimbricense, Noticiarista, Notícias de Coimbra, Notícias Farmacêuticas, Notícias do Minho e Trás-Os-Montes, Nova Fênix Renascida, Nova Gazeta do Pátio, Nova Luz, Novato, Novo (O) Tradutor, Novos (OS), Numismática Portuguesa, Observações Meteorológicas, Magnéticas e Sismológicas, Observador (O), Observador, Oficina (A), Operariado (O) de Coimbra, Operário (O), Operário (O) de Coimbra, Oposição (A) Nacional, Ordem (A), Ordem Pública, Orfãozinho (O), Orfeon, Orfeon Académico de Coimbra, Pagode (O), Pagode (O) dos Mecânicos, País (O), Palito (O), Panorama de Coimbra, Panorama (O) Contemporâneo, Panorama Fotográfico de Portugal, Paracelso, Partido Liberal, Partido Nacional Partido (O) do Povo, Pátria (A), Pátria, Pátria Nova, Pavões, Paz (A), Pedante (O), Pelourinho, Pena, Lapis e Veneno, Pensamento (O), Pequena Revista, Pequenito (O), Peregrino (O), Pessoa (A), Petiz (O), Piadético (O), Piloto, Pimpolho (O), Pintasilgo (O), Piparote, Piparotes, Pirilampo (O), Piririca (O), Piscina (A), Plebe (A), Poesias, Ponney (O), Popular (O), Porta- Férrea, Porta (A) Férrea, Portugal, Portugal Artístico e Monumental, Portugal (O) Chauffeur, Portugal – Cine, Portugal Independente, Portugal Pitoresco, Porvir (O), Postal (O), Povo (O), Povo (O) de Cernache, Povo (O) Conimbricense, Povo (O) e o Exército, Povo (O) Livre Povo (O) de Santa Clara, Praça (A) Pública, Pregão Real, Pregoeiro (O), Preito Académico, Prelúdios Literários, Preparação (A) Militar, Presença, Primavera (A), Primeiro (O) de Maio,

Prisma, Pró-Coimbra, Progressista (O), Progresso (O), Projectção, Província (A), Publicações do Instituto de Climatologia e Hidrologia da Universidade de Coimbra, Publicador (O), Publications du Laboratoire de Physique de L'Université de Coimbra, Publicola, Queima (A), Queima das Fitas, Rabecão Elástico, Radical (O), Raio (O), Rajada (A), Reacção (A), Rebeca do Mondego, Rebelde (O), Recepção aos Novatos, Reclame (O), Reclame (O) Universal, Reclamo (O), Reclamo da Livraria Portuguesa, Recreativo (O), Recreio (O), Recreio Juvenil, Recreio Literário, Reformador (O), Regenerador (O), Renovação, Reportagem, Repórter (O), Repórter Cine, Repórter de Coimbra, Repositório Literário, República Portuguesa, Resistência, Resistência (A), Ressurreição, Restauração, Restauração (A) da Carta, Restolheira Médica, Revista Académica, Revista de Administração Pública, Revista Bibliográfica, Revista das Ciências Eclesiásticas, Revista Científica e Literária, Revista do Civil, Revista do clero, Revista Coimbrã, Revista de coimbra, Revista contemporânea, Revista de Direitos e Estudos Sociais, Revista do Distrito, Revista Eclesiástica, Revista Escolar, Revista Estrangeira, Revista da Faculdade de ciências da Universidade de Coimbra, Revista Florestal, Revista Forense, Revista Ilustrada da Exposição Distrital de Coimbra, Revista Industrial, Revista Jurídica, Revista de Legislação Financeira, Revista de Legislação e de Jurisprudência, Revista (A) Literária, Revista Livre, Revista Loura, Revista Negra, Revista Nova, Revista Pedagógica, Revista de Portugal, Revista Portuguesa de História, Revista de Teologia, Revista da Universidade de coimbra, Revolta (A), Revoltado (O), Revolução (A) de 1820, Revolução (A) Social, Revolucionário (O), Rictus, Ridículo (O), Risos Lisos, Rosa (A) Cruz, Rua (A), Sábiá, Sábio (O), Saca (O) de Carvão, Salatina (O), Sarau (O), Sargento (O), Satanaz (O), Saudade, Saúde, Sebenta (A), Século (O), Século (O) XX, Selvagem, Semanário de Anúncios, Semeador (O), Senador (O), Sentinela Conimbricense, Silfide (A), Sinal, Sinapismo (O), Síntese, Sirga, Situação (A), Social (A), Sociedade Broteriana, Société Portugaise de Biologie, Sociologia e direito, Sol (O), Sport (O), Sport, Sul de Portugal, Suplemento de Caricaturas, Teatro Sousa Bastos, Tejo (O), Tempo, Tempo (O), Termocautério, Terra (A), Tertúlia, Tesouro (O) de Legislação, Tira-Teimas (O), Trabalho (O), Tradição

(A), *Treiskaidekopeia*, *Tribuna* (A), *Tribuno*, *Tribuno* (O) *Popular*, *Trinta* (O) *Diabos*, *Triptico*, *Tripticosinho*, *Triunfo*, *Troça* (A), *Trovador*, *Trovão* (O), *Trovão da Beira*, *Última Hora*, *Ultimatum*, *União* (O), *União de Coimbra* (O), *Vanguarda*, *Vedeta* (A), *Ventosa* (A), *Verdade* (A), *Verdade* (A) *em Triunfo*, *Verdadeiro* (O) *Éco de Portugal*, *Vértice*, *Vespa*, *Vespas* (AS), *Via* (A) *Latina*, *Via Latina*, *Vida* (A), *Vida* (A) *Académica*, *Vida Livre*, *Vida Nova*, *Vigilante* (O) *de Coimbra*, *21 de Março*, *Violeta*, *Vitória* (A), *Voga* (A), *Voz* (A) *do Aluno*, *Voz* (A) *do Artista*, *Voz* (A) *do Caixeiro*, *Voz* (A) *do Calhabé*, *Voz* (A) *do Cárcere*, *Voz de Coimbra*, *Voz* (A) *de Coimbra*, *Voz* (A) *dos Combatentes*, *Voz* (A) *Desportiva*, *Voz* (A) *do direito*, *Voz* (A) *do Mondego*, *Voz do Porvir*, *Voz do Povo*, *Voz* (A) *do Sargento*, *Voz* (A) *Socialista*, *Voz* (A) *da Verdade*, *Vulcão* (O), *YO-YO* (O), *Zabumba*, *Zé P'reira*, *Zéfito* (O), *Zeros*, *Zumbidos*.

• **Condeixa:**

Gente Nova, *Jornal* (O) *de condeixa*, *Justiça* (A), *Justiça Portuguesa*, *Povo* (O) *de Condeixa*, *Voz* (A) *do Povo*.

• **Figueira da Foz:**

À Cidade da Figueira da Foz, *A B C do Banhista*, *Académico* (O) *Figueirense*, *Águia de Portugal*, *Álbum Figueirense*, *Alma Infantil*, *Alvorada* (A), *Aniversário* (O), *Anunciador* (O), *Arte* (A) *Nova*, *Assistência*, *Associação Naval 1º de Maio*, *Atrevido* (O), *Aurora* (A), *Baco* (O), *Beira* (A) *Mar*, *Bicho* (O), *Boer* (O), *Boletim da Comissão de Iniciativa da Figueira da Foz*, *Boletim da Comissão Municipal de Turismo da figueira*, *Boletim da sociedade Arqueológica "Dr. Santos Rocha"*, *Boletim do Sporting Club Figueirense*, *Bombeiro Voluntário*, *Caridade* (A), *Carnaval* (O), *Carpinteiro* (O), *Carvalhense* (O), *Chibatadas* (AS), *Cócega* (A), *Comércio* (O) *da Figueira*, *Correio da Figueira*, *Correspondência da Figueira*, *Dealbar*, *Democrata* (O), *Desafronta*, *Desdentado* (O), *Dever* (O), *Diário da Praia*, *Domingo* (O), *Doutor* (O), *Ecos do Colégio*, *Ecos da Figueira*, *Ecos da Praia*, *Educação e Trabalho*, *Em Prol dos Pobres*, *Esguicho* (O), *Estio* (O), *Europa*, *Evolução*, *Fauno*, *Figueira*, *Figueira Desportiva*, *Figueira* (A) *em Duas Palhetadas*, *Figueira da Foz*, *Figueira – Reclame*, *Figueira – Sport*, *Figueirense*, *Figueirense* (O), *Filarmónico* (O) *Português*, *Filma-gem*, *Fraternidade* (A) *Escolar*, *For-ever*, *Futuro* (O), *Garoto* (O), *Gaze-*

ta de Anúncios, Gazeta da Figueira, Gazeta de Turismo, Gazeteiro (O), Ginásio Club Figueirense, Glória dos Vencidos, Grito (O), Homenagem, In-Memorian – Rodrigo Galvão, Indústria (A) da Pesca do Bacalhau, Jornal de Cinema, Jornal Escolar, Jornal (O) da Figueira, Jornal da Figueira, Jornal- Reclamo, Lanterna (A), Legislação Médico- Farmacêutica, Literatura e Arte, Lume Novo, Luz (A), Mansinho (O), Mealheiro (O), Messe (A), Mestre (O) Popular, Mocho (O), Mocidade (A) Escolar, Na Festa das Flores e das Crianças, Nicles, No Dia da Festa, Noite (A), Notícias de Figueira, 8 (O) de Maio, Operariado (O), Operário (O) Figueirense, Pagode, Palhinhas (O), Parafuso (O), Passatempo (O), Pela Pátria, Pela República, Pensativo, Petiz (O), Playa (LA) de Figueira da Foz, Poeta (O), Porca (A), Povo (O), Povo (O) da Figueira, Povo (O) Figueirense, Praia (A), Praia (AL Elegante, Praia da Figueira, Praia (A) da Figueira, Progresso da Figueira, Prosas & Versos, Raio X, Rancho (O) do Vapor, Rapaz (O), Rápido (O), Razão (A), Real Instinto de Socorros a Náufragos, Recreio Literário, Redenção (A), Regata (A), Revista da Figueira, Revista Literária, Risota, S. João, Saudação, Sempre Pronto, Seringa (O), Seringa, Pozes & C.^a, Sport-Cine, Templos, Cruzeiros e Alminhas, Tesoura (O), Testemunho Cristão, Torniquete (O), Tribuna Literária, Uma Esmola às Famílias das Vítimas da Catástrofe de Lavos, União e Luz, Verdade (A), Verdade (A) Cristã, Vida (A) da Fé, Voz (A) de Justiça,

• **Góis:**

Alvareense, Ecos das Serras.

• **Lousã:**

Alma Nova, Boletim de Bibliografia Portuguesa, comércio da Lousã, Diabrete (O), Futuro (O), Gato (O) Bravo, Jornal de Lousã, Lousanense, Mocidade de Lousã, Povo de Lousã, Serrano (O), Voz (A) da Comarca.

• **Mira:**

Águia (A), Bem (O) Municipal, Defesa de Mira, Razão (A).

• **Miranda do Corvo:**

Mirandense (O), Recurso (O).

• **Montemor-O-Velho:**

Boletim do Sindicato Agrícola de Abrunheira, Boletim do Sindicato Agri-

cola de Montemor-O-Velho, Correio de Montemor, Crença Popular, Dever (O), Mocidade, União (A), Verdade, Vida Regional.

• **Oliveira do Hospital:**

Folha (A) de Oliveira, Gazeta (A) da Beira, Notícias da Beira, Notícias de Oliveira do Hospital, Regional (O), Unionista (O), Verdade (A), Voz da Beira, Voz de Oliveira.

• **Pampilhosa da Serra:**

Gazeta (A) das Serras, Serrano (O), Vida Nova.

• **Penacova:**

Ecos de S. Pedro D'Alva, Folha (A) de Penacova, Jorna de Penacova, Notícias de Penacova, Pirilampo, Progresso (O) Lorvanense, Voz (A) de S. Pedro de Alva.

• **Penela:**

Acção Regional, Defesa de Penela, Notícias de Penela, Pela Verdade, Voz de Justiça.

• **Poiares:**

Eco de Poiares, Grilo (O), Poiarense (O).

• **Soure:**

Arouca (O), Correio de Soure, Eco de Soure, Ecos da Infância, Ecos de Soure, Luz do Progresso, Miudo (O), Povo (O) de Soure, Redenção (A), Sourense (O), Verdade (A), Voz de Soure.

• **Tábua:**

Comarca de Tábua, Correio de Tábua, Defesa da Beira, Ecos do Mondego, Ensino (O) Profissional, Gazeta Forense da Comarca de Tábua, Jornal de Tábua, Nova Aurora, Povo (O) da Beira, Progresso (O), Revista da Beira, Tabuense (O), Verdade (A), Verdade.

Autor (nome completo): Letícia Casanova Pereira

E-mail: leticia_casanova@hotmail.com

» Carneiro, 1955

Autor: Carneiro, Alexandre Lima

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): 1954

Ano de publicação/impressão: 1955

Título completo da obra: Imprensa Periódica Tirsense (1882 – 1954)

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Porto

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Porto (Separata de *O Concelho de Santo Tirso – Boletim Cultural* – Vol. III – N.º 4)

Número de páginas: 11

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: B. 3152 V.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: I3-5-28-P.1 (11)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Alexandre Lima Carneiro nasceu em Areias, concelho de Santo Tirso, a 2 de Junho de 1898. Em 1922, terminou o curso superior de Medicina no Porto. Nesta cidade, foi docente na Faculdade de Ciências, depois de concluída a sua tese de doutoramento, com a classificação de 18 valores. Os seus numerosos trabalhos, em especial sobre as águas termais das Caldas da Saúde (de que foi director), foram reconhecidos e a sua voz escutada em muitos congressos, no país e no estrangeiro. Foi secretário das comissões portuguesas na defesa de trabalhos na área da Etnografia e da Hidrologia, por exemplo em Liège, na Bélgica, ou em Copenhaga, na Dinamarca. Foi presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, entre 1951 e 1959.

Índice da obra: [Não tem índice.]

Pequena nota Introdutória: p. 1

Relação cronológica das revistas publicadas em Santo Tirso desde 1886 a 1954: pp. 1-4

Livros LabCom

Relação cronológica dos jornais de Santo Tirso desde 1882 a 1954: pp. 4-10
Números únicos publicados em Santo Tirso desde 1934 a 1954: pp. 10-11

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra é uma resenha histórica e cronológica dos jornais e revistas publicados no concelho de Santo Tirso desde 1882 até 1954.

Relativamente às revistas, esta obra apresenta uma relação cronológica das publicações desde 1886 a 1954, e são elas:

- *Álbum do Minho* (1886), que se dedicava à arte e literatura e publicou apenas três números;
- *O Ave* (1912), também ligada à arte e literatura e publicou um único número;
- *Mensageiro de S. Bento* (1931) passou por várias tipografias, entre as quais a Pax, de Braga, e a Portuense, dirigida nos três primeiros anos pelos 2º e 3º Priores Conventuais de Singeverga;
- *Brotéria – Série Científica* (1932), dedicada exclusivamente à publicação de trabalhos de investigação, publicava, em 1955, o seu XXIII volume, dirigido pelo Padre Afonso Luisier e impresso na tipografia Minerva (Famalicão);
- *O Nosso Colégio* (1936), passou por vários directores (na sua maioria líderes religiosos), bem como por várias tipografias (Porto, Barcelos, Famalicão);
- *Liturgia* (1947), durou cinco anos, sempre com a mesma direcção e tipografia (Porto Médico, do Porto);
- *O Concelho de Santo Tirso – Boletim Cultural* (1951), direcção entregue ao Presidente da Câmara de Santo Tirso (Alexandre Lima Carneiro, autor desta obra);
- *Ora & Labora* (1954), destinava as suas páginas a assuntos exclusivamente litúrgicos, era composta e impressa pela Tipografia Minerva (Famalicão).

Quanto aos Jornais, aqui apresenta-se uma relação cronológica desde 1882 a 1954, e são eles:

- *O Jornal de Santo Thyrsó* (1882), fundado por José Bento Correia,

passou por três estabelecimentos diferentes bem como por três direcções diferentes durante a sua existência;

- *Aurora Thyrsense* (1892), semanário, político, noticioso, literário e científico. Publicaram-se nove números, impressos na Tipografia Minerva – Famalicão, sendo o lucro da venda destinado a estabelecimentos de beneficência;

- *Semana Tirsense* (1898), semanário noticioso, fundado por Adriano de Sousa Tropa;

- *Lucta Operária* (1910), semanário defensor das classes operárias, comércio e indústria, impresso na Tipografia Minerva – Famalicão, sendo o n.º 7 o último da colecção da Biblioteca do Porto;

- *O Democrata* (1912), impresso pela Tipografia Minerva – Famalicão, passou, em 1913, para a Tipografia Gráfica – Porto, sendo o último número da colecção da Biblioteca Municipal do Porto o 7º do terceiro ano (1914);

- *O Peto* (1912), quinzenário humorístico. De entre os vários dirigentes, foi com José Cardoso de Miranda que se publicou um número, sem indicação de data, no Carnaval de 1923;

- *O Gaio* (1913), quinzenário neutral, literário, humorístico e noticioso, passou pela *Tipografia do Jornal de Santo Thyrsense*, pela Tipografia Minerva – Famalicão, pela Imprensa Comercial – Porto e pela Tipografia Central – Santo Tirso, sendo que o último número da colecção da Biblioteca Pública Municipal do Porto é o 100 (1917);

- *O Rebate* (1913), órgão Republicano local, impresso pela Tipografia Minerva – Famalicão desde o 1º número. A partir do n.º 22 passou para a Tipografia da Semana Tirsense, terminando a publicação em 1916 com o n.º 28 do terceiro ano;

- *O Povo* (1917), órgão do Partido Republicano Português, impresso pela Tipografia Tirsense, passando à Tipografia Minerva – Famalicão a partir do 5º número do mesmo ano, sendo o último número existente na Biblioteca do Porto o n.º 30;

- *O Espião* (1920), quinzenário humorístico, 3º e último número impresso no mesmo ano pela Tipografia de *A Ideia – Fafe*;

- *O Progresso da Trofa* (1920), quinzenário noticioso, humorístico e

literário, deu continuação a *O Espião* (referido acima). Terminou com o nº 24 em 1921, impresso pela Tipografia de *A Ideia – Fafe*;

- *Boletim Paroquial* (1920), fundado pelo Padre Silva Gonçalves, sem mais informação sobre esta publicação;

- *O Dever* (1921), quinzenário defensor do Partido Republicano Português, impresso pela Tipografia Central – Santo Tirso, sendo que o último número da colecção da Biblioteca Nacional do Porto é o nº 7;

- *Eco de Negrelos* (1921), semanário regionalista que publicou o 1º número na Tipografia Tirsense e publicou o nº 17 do 2º ano quando passou a chamar-se *Ecos do Ave*;

- *O Agricultor* (1921), órgão da Escola Móvel Agrícola Souza Cruz, sendo o 9º o último da colecção da Biblioteca Municipal do Porto;

- *Ecos do Ave* (1922), passou pela Tipografia da Acção Católica – Braga, pela Tipografia Peninsular – Figueira da Foz, pela Tipografia Minho Gráfica – Braga, sendo o nº 36 o último que se encontra na colecção da Biblioteca Municipal do Porto;

- *O Trofense* (1927), quinzenário independente, passou pela Tipografia de Albérico Silva – Fafe e pela Tipografia Minerva – Famalicão. Suspendeu a publicação com este título no nº 8, passando a intitular-se *Ecos da Trofa*, sendo que desta nova série foram publicadas 6 números. Regressou em 1928 *O Trofense* e o nº 194 é o último da colecção da Biblioteca do Porto.

Por fim, esta obra nomeia também as publicações únicas da imprensa de Tanto Tirso:

- *Bombeiros Voluntários de Santo Tirso* (1934), comemorativo das festas de inauguração da nova sede;

- *Estrela das Aves* (1953), composto e impresso na Escola Tipográfica das Oficinas de S. José, Guimarães;

- *Desportivo das Aves* (1953), 1º boletim informativo Aves sobre as comemorações de 7 a 12 de Novembro de 1953.

Autor (nome completo): Maria Claudia Rocha Ferreira

E-mail: ufp16859@hotmail.com

» **Carneiro, 1973**

Autor: Carneiro, Alvaro

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1973

Título completo da obra: Para a História do Jornalismo em Braga

Tema principal: Jornalistas e Vida Profissional

Local de edição: Braga

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): -

Número de páginas: 15

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: 27 – 11 – 27 (17)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Álvaro Carneiro é filho do biografado no livro, Domingos Carneiro de Sá.

Índice da obra:

Nota biográfica: pp. 3 – 6

Poemas: pp. 6 – 12

Artigos: pp. 12 – 15

Resumo da obra (linhas mestras): A obra de Álvaro Carneiro retrata ao longo das seis páginas iniciais a vida e o percurso profissional de Domingos Carneiro de Sá. É uma obra sobre Jornalismo que conta com uma nota biográfica e reúne vários poemas e artigos publicados pelo jornalista Domingos de Sá no decorrer da sua carreira. Constitui uma homenagem dos seus filhos Viriato e Álvaro Carneiro ao “homem digno, bondoso e afável, chefe de família exemplar e escritor muito apreciado no seu tempo”.

A biografia resumida no início do livro revela que Domingos Carneiro de Sá, natural da freguesia de Lavradas – concelho de Ponte da Barca – nasceu a 18 de Dezembro de 1866. Com apenas 12 anos e a 4ª classe reali-

zada, partiu para Lisboa com o intuito de começar a trabalhar. Permaneceu na capital durante os onze anos seguintes, onde repartiu o seu tempo como empregado numa casa comercial e entre ávidas leituras de livros e artigos de autores de renome.

Reconhecido pelo seu espírito laborioso e pela sua paixão pelo jornalismo, somou ao longo da sua carreira variadas funções. Embora constem do seu curriculum cargos como os de Escrivão da Repartição da Fazenda de Ponte da Barca, apontador de 3ª classe da Direcção das Obras Públicas do Distrito de Braga e ainda Chefe de Secção da Direcção de Estradas de Braga, a verdade é que foi ao jornalismo que dedicou maior atenção.

Domingos Carneiro de Sá foi jornalista e editor do jornal *Correio da Barca* e assíduo colaborador no jornal *Comércio da Barca*. Em 1906, em parceria com Viriato Augusto da Cunha Vaz, fundou o semanário *Correio da Vieira*; posteriormente, em 1910, em conjunto com António Malheiro Pereira de Magalhães e Carlos de Almeida Braga, fundou o semanário *Distrito de Braga* – onde se assumiu como redactor e administrador.

Sob os pseudónimos de “Papagaio”, “Pálpebras”, “Malagueta” e “Narciso” escreveu em prosa e em verso.

Casado com Maria Júlia Pereira da Cruz, de quem teve dois filhos, Domingos Carneiro de Sá faleceu em Braga, a 14 de Abril de 1951.

Autor (nome completo): Ana Catarina das Neves Castro e Melo
E-mail: catarina_c.melo@hotmail.com

» Carqueja, 1893

Autor: Carqueja, Bento de Sousa

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1893

Título completo da obra: A Liberdade de Imprensa

Tema principal: Liberdade de Imprensa

Local de edição: Porto

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Tipografia do Comércio do Porto

Número de páginas: 141

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Pública Nacional

Cotas: S.C. 11854 V.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: W3-2-91

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Bento de Sousa Carqueja nasceu em Oliveira de Azeméis, a 6 de Novembro de 1860.

Iniciou o seu percurso na Escola Conde Ferreira. Mais tarde, a convite do seu tio e padrinho, Manuel de Sousa Carqueja, fundador de *O Comércio do Porto*, foi para esta cidade onde continuou os estudos, colaborando simultaneamente neste importante diário. Posteriormente, assumiu a direcção do jornal e iniciou uma vasta obra social de largo alcance.

Foi membro de várias Academias e Institutos estrangeiros. Foi o fundador do mensário agrícola *O Lavrador* e da Fábrica do Papel do Caima, em Oliveira de Azeméis, onde criou também a Escola de Artes Gráficas e Oficinas e um asilo hospitalar, além de proceder ao saneamento da vila.

Bento Carqueja faleceu a 2 de Agosto de 1935.

Índice da obra:

Prólogo: p.7

A Liberdade de Imprensa: p.11

Reforma da Legislação da Imprensa em Portugal: p.21

A Legislação Portuguesa – Resenha Histórica: p.33

A Legislação Estrangeira:

França: p.48

Alemanha: p.52

Inglaterra: p.54

Áustria: p.55

Bélgica: p.56

Bulgária: p.57

Espanha: p.58

Bolívia: p.59

Turquia: p.59

Compilação da Legislação Portuguesa sobre a Imprensa: p.65

A Lei Francesa de 29 de Julho de 1881: p.127

Resumo da obra (linhas mestras): A liberdade de imprensa é o ideal que agita, com vigor, a obra de Bento Carqueja aqui resumida. Este apresenta, desde as primeiras páginas (pp. 7-11), esta problemática como sendo um direito natural, inerente às sociedades humanas, que deveria ser alcançado com urgência em Portugal.

Recuperando as palavras do autor: “A questão de que nos vamos ocupar tem, pois, um elevado alcance moral e social” (p.7). Segundo Bento Carqueja tal questão envolvia, de facto, para aquela época, uma grande complexidade a nível, sobretudo, ideológico. De acordo com o autor, Portugal vivia, desde 1890, um retrocesso a nível de liberdade de Imprensa, situação que considera revoltante: “é forçoso levantar, a todo o momento, violento grito de protesto contra um regime de Imprensa, que não pode nem deve manter-se.” (p.8).

Ao longo do seu livro, Bento Carqueja insiste na defesa da liberdade de imprensa, “tão cheia de benefícios como (...) de responsabilidades.” (p.8) O autor discute, em consequência, o que vale a liberdade de Imprensa e

quais os limites que esta requer e quais as aspirações a este nível para Portugal. Tenta também provar que existia um retrocesso nacional no que respeita à liberdade de imprensa através de uma resenha do regime imposto à Imprensa desde o constitucionalismo. Inclui, igualmente, um resumo da legislação estrangeira sobre liberdade de imprensa. São essas as quatro partes que constituem esta obra, cujo objectivo é “levantar a consciência pública, empenhando-a n’uma luta, que é preciso manter acesa até ser modificado o actual regime da Imprensa.” (p.9) Para isso, segundo o autor, era preciso eliminar o decreto de 1890 da legislação portuguesa. A propósito, o autor relembra as palavras do então presidente do Conselho de Ministros: “O Governo proporá uma remodelação da lei reguladora da liberdade de Imprensa, de forma a assegurar a liberdade do pensamento” sem que seja descurada a responsabilidade que esta exige. (pp. 9-10) Como uma lei verdadeiramente defensora da liberdade de imprensa demorava a ser promulgada, o autor apela para que o Governo cumpra o seu dever, pois “A Imprensa vive pela Liberdade e para a Liberdade.” (p.10)

Bento Carqueja principia o capítulo “A Liberdade de Imprensa” (pp. 11-19) afirmando que é errado pensar que o equilíbrio social assenta na repressão da liberdade da discussão e da crítica. “A ideia voa através de todos os obstáculos, vence todas as distâncias; é arrastada, como semente, de cérebro para cérebro” (p.11), diz o autor, para se referir àquilo que a liberdade de imprensa significa: um direito acessível a todos porque o conhecimento deve ser acessível a todos que queiram agarrá-lo. “Prender cortar essa soberba corrente equivale a perverter as leis da Natureza”, acusa Bento Carqueja (p.12)

Seguidamente, autor defende, a partir de comparações com factos similares ocorridos em França desde 1660, que qualquer medida de repressão sobre a liberdade de imprensa é inútil, já que esta vence sempre (pp. 12-13). De facto, segundo Carqueja, o Governo impunha todo o tipo de restrições para impedir a liberdade de expressão: atraía, com largas quantias de dinheiro, os jornalistas para que se pusessem do seu lado; recusava a autorização da publicação de jornais só porque não eram de “confiança”, etc. (p.13).

O autor enumera a censura, a prisão, a multa, entre outros métodos,

como instrumentos descabidos “dos carrascos políticos” para fomentar “o empenho em asfixiar a opinião” (p.14), para evitarem a difusão da verdade.

O autor recorda, então, que a livre comunicação dos pensamentos e das opiniões é um dos direitos mais preciosos do Homem. (p.14) No entanto, o autor contrapõe que tal liberdade carece, igualmente, de deveres que a lei deve definir: “Não se compreende uma liberdade sã sem essa correspondência rigorosa entre direitos e deveres.” (p.14) Dessa forma, defende o autor, será possível atingir um verdadeiro equilíbrio social. Neste ponto, o jornalismo é comparado a um sacerdócio, tendo, por isso, de ser responsável. (p.15)

Bento Carqueja introduz uma pequena citação de outro autor, John Stuart Mill, referindo que as leis opressoras do pensamento impedem o progresso social, pois ninguém “ousa exercer livremente as suas faculdades.” (p.15) Para completar o juízo de Mill, Carqueja aproveita as palavras de um “distinto jurisconsulto” português que afirma que a lei existe para resolver problemas possíveis de surgir e que deve ser defensora dos Direitos do Homem e protectora da liberdade (pp.15-16).

Sendo assim, o autor diz que “convém estabelecer (...) os princípios da responsabilidade penal (...) e civil em matéria de delitos cometidos por via da Imprensa” (p.16). Do seu ponto de vista, poderiam ser impostas penalidades (dever penal) e indemnizações (dever civil) para reparar os prejuízos decorrentes do abuso de liberdade de imprensa. Só em situações extremas, prossegue Bento Carqueja, seriam admissíveis medidas repressivas, e somente na condição de intervir o júri ou de, em casos particularmente graves, o tribunal correcional.

Bento Carqueja transcreve as palavras de outro intelectual, Jules Simon, acerca da lei de 1890, a qual substituíra o júri por um sistema de tribunais colectivos: “substituir os jurados por juizes (...) é assegurar a repressão. (...) O juiz é inimigo do jornal processado, porque é seu propósito defender o Governo (...)” (pp. 17-18)

Por outro lado, Bento Carqueja salienta que os “modernos pensadores” admitiam também um regime em que, ao acusado, deveria ser conferido o direito de recusar jurados.

O autor escreve: “Se um Governo merece o apoio do país, a liberdade de Imprensa consagrar-lhe-á esse apoio; se mantém o poder contrariamen-

te à opinião pública, é verdadeiro usurpador e, nesse caso, o bem publico exige que se substitua.” (p.19)

Encetando o capítulo sobre “A Reforma da Legislação da Imprensa em Portugal”, Bento Carqueja evidencia, tendo em conta tudo o que foi anteriormente enunciado, que a legislação da Imprensa nacional carece de uma reforma profunda, até porque “não assenta em bases científicas e, portanto, não se inspira nas modernas conquistas do Direito.” (p.21)

Segundo o autor, a legislação vigente apresentava grandes confusões de ideias e uma grande imprecisão, descritas nos parágrafos posteriores (pp. 23-24). Faz também uma comparação com a lei francesa (pp. 22-23) sobre aquilo que é considerado delito na Imprensa, concluindo que Portugal poderia aproveitá-la como modelo. Para o autor, o delito de imprensa não deveria ser levado a tribunal da mesma forma que um delito criminal.

Por outro lado, de acordo com Carqueja, definir as pessoas responsáveis pelo delito de imprensa não representa tarefa fácil, existindo, também aqui, relembra, uma grande divergência entre o direito puro e o direito positivo. Enquanto que na Bélgica é considerado culpado o autor do texto, noutros casos é considerado também culpado quem publica o texto ou até mesmo quem o recita. Em Portugal, diz o autor, comprovam-se semelhantes anomalias no decreto de 1890, que contrariava por completo o de 1866 (p.27).

Outro assunto posto em causa por Bento Carqueja relaciona-se com a intervenção do Ministério Público nos crimes e delitos na Imprensa e outros meios de publicação. Em Portugal, pelo decreto de 1890, o Ministério Público podia perseguir a imprensa, por iniciativa própria. Se os funcionários não praticassem esta doutrina, seriam severamente punidos, assegura o autor. Comprova-se, assim, segundo Carqueja, que a lei da Imprensa então em vigor em Portugal era uma lei de perseguição.

No capítulo sobre “A Legislação Portuguesa: Resenha Histórica”, o autor transcreve inúmeros Artigos retirados dessas Leis, devidamente datados, analisando-os e contrapondo-os com a realidade ou criticando-os aberta e duramente para demonstrar o quanto a lei da época estava equivocada e era insustentável, sendo muitas vezes contraditória, cruel e injustificável.

No capítulo seguinte, Carqueja confronta a legislação de imprensa nacional com a legislação de outros países, com o intuito de provar o retrocesso português e de deixar evidente que a luta do povo pela liberdade de expressão é capaz mudar a Lei, fazendo referência a acontecimentos/factos históricos ocorridos em vários países. O autor coloca na obra apontamentos sobre a legislação reguladora da liberdade de imprensa de França, Alemanha, Inglaterra, Áustria, Bélgica, Bulgária, Espanha, Bolívia e Turquia, para reforçar as suas palavras e a sua luta pela defesa da mesma.

É igualmente disponibilizada a Compilação da Legislação portuguesa de 1832 em diante, com o objectivo de justificar todas as afirmações feitas ao longo da obra e dá-la a conhecer ao público. Finalmente, insere-se nesta obra a Lei Francesa Sobre a Imprensa (29 de Julho de 1881), sempre valorizada e defendida pelo autor, pois “codifica (...) completamente as disposições sobre o exercício da liberdade de Imprensa.” (p.65)

Autor (nome completo): Sandra Isabel Rebelo dos Reis
E-mail: sandra_pukatchu@hotmail.com

» Carqueja, 1924

Autor: Carqueja, Bento de Sousa

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1924

Título completo da obra: O Comércio do Porto ao Completar 70 anos: Notas Para a Sua História

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Porto

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): O Comércio do Porto

Número de páginas: 240

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: Cor - 448

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Bento de Sousa Carqueja nasceu em Oliveira de Azeméis, em 6 de Novembro de 1860. Aprendeu as primeiras letras na Escola Conde Ferreira. Mais tarde, a convite do seu tio e padrinho, Manuel de Sousa Carqueja, fundador de *O Comércio do Porto*, foi para o Porto, cidade onde continuou os estudos, colaborando simultaneamente neste diário. Quando mais tarde assumiu a direcção do jornal, iniciou uma vasta obra social de largo alcance. Bento Carqueja sempre recusou honras e louvores públicos tendo, inclusive, recusado o cargo de ministro, para o qual, por várias vezes, foi convidado. Recusou mesmo a Condecoração de Grande Oficialato de S. Tiago que lhe foi atribuída em 1928. Foi membro de várias Academias e Institutos estrangeiros. Protagonizou várias iniciativas culturais, desportivas, turísticas e de solidariedade social que se realizaram em Oliveira de Azeméis no princípio deste século XX.

Foi o fundador do mensário agrícola *O Lavrador* e da Fábrica do Papel do Caima, em Oliveira de Azeméis. Dedicou especial atenção à agricultura, fazendo vingar a ideia de se instalarem escolas móveis para apoiar tecnicamente os lavradores. Em Oliveira de Azeméis, criou também a Escola

de Artes Gráficas e Ofícios, um asilo hospitalar e procedeu ao saneamento da vila. Bento Carqueja morreu em 2 de Agosto de 1935.

Índice da obra

A fundação do jornal	-5
A expansão do jornal	- 9
Os fundadores	- 17
A Propriedade do jornal	- 23
Redactores principais	- 29
Chefes da redacção	- 31
Revista politica	- 35
Articulistas	- 41
Revistas especiais	- 49
Mulheres e crianças	- 53
Folhetinistas	- 55
Colaboradores	- 67
Administração	- 75
Secretários da direcção	- 79
As oficinas	- 81
Correspondentes	- 91
Correspondentes no estrangeiro	- 109
Publicações varias - a edição da tarde	- 115
O Comercio - Mensal	- 117
O Comercio do Porto - Ilustrado	- 119
Livraria	- 123
Biblioteca de O comercio do Porto	- 125
Venda avulsa	- 127
Tuna de O comercio do Porto	- 129
Excursões	- 131
Caridade e beneficência - Caridade	- 133
Subscrições	- 135
Incêndio no teatro Baquet	- 137
Resgate de penhores	- 137
Catástrofe Marítima	- 137

- Bairros Operários – 137
- Terramotos no Ribatejo – 138
- Inundações na região do Douro – 137
- Inundação do Rio Douro – 138
- Creches – 138
- Naufrágio do «Veronese» - 138
- Sopa económica – 138
- Tifo e gripe – 139
- Assistência – creches - 139
 - Creches de Afurada – 139
 - Creches O Comercio do Porto - 144
- Bairros operários – 151
 - Bairro do Monte Pedral – 152
 - Bairro do Lordelo -152
 - Bairro do Bonfim - 155
- Sopa económica - 155
- Lancha «cidade do Porto» - 159
- Sinal sonoro de Leixões e barra do Douro - 160
- Acarreta para o salvamento dos povos - 160
- Casa do Amparo - 160
- Serviços as instrução - 161
- Escolas moveis agrícolas - 161
- O lavrador - 179
- Livraria do lavrador - 180
- Conclusão da academia politécnica - 183
- Testamentaria Soares Basto - 185
- Serviços patrióticos - 191
- As Bodas de Ouro – 193
 - Premio das Bodas de Ouro – 228
- Sexagenário - 229
- Homenagem a O comercio do Porto – 235
 - Homenagem a Rodrigues Sampaio - 238
 - Manifestações das classes comercial, industrial e agrícola -239

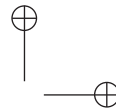
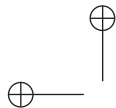
Resumo da Obra (linhas mestras): Este é um livro comemorativo, editado por ocasião do 70.º aniversário do jornal *O Comércio do Porto*. Escrito pelo seu director, recorda a fundação e os seus fundadores do jornal, Manuel Carqueja e Henrique Carlos Miranda, que se juntaram, em 1854, para dar corpo ao seu projecto de criação de um jornal exclusivamente comercial, primeiro trisemanário e depois diário, altura em que passou a ser generalista.

Nas páginas posteriores, o autor relata a expansão do jornal, a vida dos seus fundadores e de vários dos jornalistas e outros protagonistas da vida do periódico. Um dos capítulos seguintes fala das oficinas inicialmente instaladas na Rua da Ferraria de Baixo, dos impressores e dos prémios de design editorial que o jornal ganhou. Seguem-se capítulos dedicados aos correspondentes no país e no estrangeiro.

Nos seguintes capítulos, é feita a referência a novas publicações do jornal, para chegar a mais públicos: *O Comércio do Porto – Mensal*, e *O Comércio do Porto – Ilustrado*.

Nas seguintes passagens do livro, fala-se de novas marcas alcançadas pelo jornal, que dispunha de uma abundante e variada biblioteca, existindo obras de grande valor que não se encontravam em bibliotecas públicas. O livro refere que foi criada uma colecção de romances sob a designação de Biblioteca de *O Comércio do Porto*. Fala-se, ainda, da organização de uma tuna entre o pessoal de *O comércio do Porto*, regida pelo tipógrafo José Cumbre. Nos capítulos posteriores, o autor faz uma passagem sobre excursões feitas pelo pessoal do jornal, por diversas localidades, sendo referenciado que nessa ocasião foi publicado um gracioso número único, com o título *O Comércio do Porto Júnior*. As obras de beneficência social do jornal são também passadas em revista. De seguida, são evidenciadas muitas das acções criadas pelo pessoal do jornal, como os serviços à instrução (prémios literários e publicações novas, como *O Lavrador...*).

O autor, ao finalizar o livro, fá-lo de forma a mostrar a alta distinção de que foi alvo o jornal, relatando a passagem pelos aniversários importantes da existência do *O Comércio do Porto*, realçando as Bodas de Ouro, altura em que foi criado o “Prémio das Bodas de Ouro”,

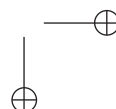
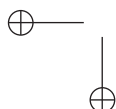


e o seu sexagenário, ocasião em que foi publicado um número de 16 páginas.

De salientar que, dez anos depois, este livro teria sequência num outro: *O Comércio do Porto* ao Completar 80 Anos.

Autor (nome completo): Jorge Miguel Madureira da Costa

E-mail: xorge_xepreto@hotmail.com



» Carqueja, 1925

Autor: Carqueja, Bento de Sousa

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1925

Título completo da obra: O Comércio do Porto no Centenário de Camilo Castelo-Branco

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Porto

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Oficinas de O Comércio do Porto

Número de páginas: 87

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: L. 5831//2 A.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: COR-502 a 509

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Bento de Sousa Carqueja é natural de Oliveira de Azeméis, onde nasceu na rua Direita, no dia 6 de Novembro de 1860. Os seus progenitores foram Bento de Sousa Carqueja e Maria Amélia Soares de Pinho de Sousa Carqueja. Bento Carqueja aprendeu as primeiras letras na “terra que o viu nascer”. Muito jovem, deslocou-se para a cidade do Porto, com o objectivo de prosseguir os estudos. Já instalado na segunda maior cidade do país, a sua vida estudantil e profissional prosseguiu com grande êxito.

Em 1880 começou a colaborar no jornal *O Comércio do Porto*, importante diário portuense, do qual seu tio foi fundador. Bento Carqueja entrou para esse jornal como revisor, sendo outra das suas actividades o início do arquivo da vasta correspondência aí existente. A sua apetência para o jornalismo levou-o a desenvolver um trabalho promissor, ao ponto de, aquando do falecimento do seu tio, se tornar co-proprietário do jornal, assumindo a direcção do mesmo.

Em 1882, formou-se no curso livre de Ciências Físico-Naturais; em 1884, foi nomeado professor da Escola Normal do Porto, onde leccionou as cadeiras da Agricultura e Ciências Físico-Naturais; no mesmo ano, instalou o Jardim Botânico e os laboratórios de Fisiologia Vegetal e Química Agrícola; em 1915, foi criada a Faculdade Técnica da Universidade do Porto, onde passou a leccionar as cadeiras de Economia Política, Contabilidade e Legislação de Obras Públicas. Enquanto isso, desenvolveu importante obra social, nomeadamente promovendo a construção de bairros operários, organizando escolas agrícolas móveis, fundando várias creches de *O Comércio do Porto*, adquirindo, para benefício das mesmas, um biplano experimentado no Porto e em Lisboa em 1912, tendo sido este o primeiro avião a voar em Portugal. Em 1918, foi eleito presidente da comissão de propaganda da Imprensa, dirigindo vários manifestos aos portugueses. Não obstante, recusou honras e favores públicos ou políticos nacionais, nomeadamente o cargo de ministro de Estado para o qual foi convidado com insistência.

Faleceu no dia 2 de Agosto de 1935, na rua do Molhe, na foz do Rio Douro, vindo a ser sepultado em Oliveira de Azeméis sua terra natal.

Índice da obra:

1. Razão de Ser
2. Relações de Camilo com *O Comércio do Porto*
3. A Obra de Camilo em *O Comércio do Porto*
4. As Três Irmãs
5. Estrelas Funestas
6. Estrelas Propícias
7. O Bem e O Mal
8. A Filha do doutor Negro
9. A Vida das Flores
10. Vinte Horas de Liteira
11. Luta de Gigantes
12. O Santo da Montanha
13. Um Viajante no Minho, em 1875
14. O Senhor do Paço de Ninães
15. A Enjeitada

16. Monumento a Camilo

17. A Morte de Camilo

Resumo da obra (linhas mestras): “Cabia a *O Comércio do Porto* o dever de não deixar passar sem uma celebração, por modesta que fosse, o Iº centenário do nascimento de egrégio escritor português que foi Camilo Castelo-Branco.” (página 5) Assim começa este livro, que nos fala sobre a participação de Camilo Castelo-Branco no jornal *O Comércio do Porto*, através dos seus romances, entre os quais “*As Três Irmãs*” (1861), “*Estrelas Funestas*” (1862), “*Estrelas Propícias*” (1862), “*O Bem e o Mal*” (1863), “*A Filha do Doutor Negro*” (1864), “*Vinte Horas de Liteira*” (1864), “*Luta de Gigantes*” (1865), “*O Santo da Montanha*” (1866), e “*O Senhor do Paço de Ninães*” (1867). “Em 1866, foi impresso na Tipografia do Comércio um volume de 291 páginas com o título de *A Enjeitada*; mas não apareceu em folhetins do jornal”, revela, ainda, Bento Carqueja (página 56).

Este livro presta homenagem a um dos maiores escritores portugueses associando-se, segundo o seu autor, “a um movimento nacional, movimento de justiça, movimento de reparação (...) porque a geração a que pertenceu Camilo nem sempre soube apreciar, à devida altura, a grandeza do escritor”. (página 8)

Para os dois fundadores de *O Comércio do Porto*, Manuel de Sousa Carqueja (tio de Bento Carqueja) e Henrique Carlos de Miranda, Camilo Castelo-Branco sempre foi uma preferência e a cumplicidade entre eles era tão elevada que Camilo chegou a pedir a Henrique Carlos de Miranda trabalho para o Dr. Luís da Costa, evocando a “razão esclarecida” deste último “como garantia do trabalho que solicita.” (página 11)

Segundo Bento Carqueja, para além de todos os romances que escreveu e que foram publicados no jornal, Camilo Castelo-Branco ainda realizou duas traduções, uma em 1861, “*Romance de um Homem Pobre*”, de Octávio Feuillet, e a outra em 1864, “*A Vida Das Flores*”, de Alphonse Karr.

“Camilo Castelo-Branco, o batalhador vigoroso, que tantas vezes deu provas da sua energia para o trabalho, não teve o mesmo vigor de ânimo

para suportar as trevas que a cegueira lhe impusera e o quebranto a que os mais graves padecimentos o arrastaram.”, diz Bento Carqueja (página 66).

Camilo Castelo-Branco, recorda o autor, morreu a 3 de Junho de 1890, em Vila Nova de Famalicão, onde lhe foi consagrado “um monumento público, a homenagem nacional ao maior dos romancistas portugueses.” (página 57). Esta acção coube, então, revela Bento Carqueja, ao *Comércio do Porto* e à Câmara Municipal, que confiaram o trabalho ao escultor Henrique Moreira.

Autor (nome completo): Joana Filipa Ribeiro Sousa

E-mail: jfribeirosousa@hotmail.com

» Carqueja, 1934

Autor: Carqueja, Bento de Sousa

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1934

Título completo da obra: O Comércio do Porto ao Completar 80 Anos: Notas Para a Sua História

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Porto

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): O Comércio do Porto

Número de páginas: 350

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: H.G.14690

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: W7-9-22; O1-4-144

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Bento de Sousa Carqueja nasceu em Oliveira de Azeméis, em 6 de Novembro de 1860. Aprendeu as primeiras letras na Escola Conde Ferreira. Mais tarde, a convite do seu tio e padrinho, Manuel de Sousa Carqueja, fundador de *O Comércio do Porto*, foi para o Porto, cidade onde continuou os estudos, colaborando simultaneamente neste diário. Quando mais tarde assumiu a direcção do jornal, iniciou uma vasta obra social de largo alcance.

Bento Carqueja sempre recusou honras e louvores públicos tendo, inclusive, recusado o cargo de ministro, para o qual, por várias vezes, foi convidado. Recusou mesmo a Condecoração de Grande Oficialato de S. Tiago que lhe foi atribuída em 1928. Foi membro de várias Academias e Institutos estrangeiros. Protagonizou várias iniciativas culturais, desportivas, turísticas e de solidariedade social que se realizaram em Oliveira de Azeméis no princípio deste século XX.

Foi o fundador do mensário agrícola *O Lavrador* e da Fábrica do Papel do Caima, em Oliveira de Azeméis. Dedicou especial atenção à agricultura,

fazendo vingar a ideia de se instalarem escolas móveis para apoiar tecnicamente os lavradores. Em Oliveira de Azeméis, criou também a Escola de Artes Gráficas e Ofícios, um asilo hospitalar e procedeu ao saneamento da vila. Bento Carqueja morreu em 2 de Agosto de 1935.

Índice da obra:

Prefácio: p. 5

A fundação do jornal: p. 9

A expansão do jornal: p.19

Os fundadores: p. 23

A propriedade do jornal: p. 27

As novas instalações: p.29

Redactores principais: p. 31

Chefes da redacção: p. 35

Revista política: p. 39

Articulistas: p. 41

Secções especiais: p. 53

Mulheres e crianças: p. 61

Folhetinistas: p. 63

Redactores efectivos: p. 77

Administração: p. 83

Secretários da direcção: p. 89

Venda avulsa: p. 91

As oficinas: p. 93

Correspondentes: p. 105

Correspondentes no exterior: p. 125

Biblioteca *O Comércio do Porto*: p. 137

Museu: p. 139

Tuna *O Comércio do Porto*: p. 155

Publicações várias – *O Comércio do Porto* – Mensal: p. 157

Tarde da criança – *O Comércio do Porto* – Infantil: p. 159

O Comércio do Porto – A edição da tarde: p. 161

O Comércio do Porto: Ilustrado: p. 163

O Lavrador: p. 167

Livros LabCom

Livraria de *O Lavrador*: p. 168/169
Excursões: p. 171
Caridade e beneficência: p. 173
Caridade: p. 173
Subscrições: p. 175
Incêndio no furadouro: p. 175
Terramotos de Andaluzia: p. 176
Incêndio no teatro Baquet: p. 177
Resgate de penhores: p. 177
Catástrofe Marítima: p. 177
Bairros operários: p. 177
Terramotos do Ribatejo: p. 177
Inundação do Rio Douro: p. 177
Creches: p. 178
Naufrágio do “Veronese”: p. 178
Sopa económica: p. 178
Tifo e gripe: p. 178
Assistência – Creches: p. 179
Creche da Afurada: p. 179
Creche O Comércio do Porto: p. 184
Bairros Operários: p. 191
Bairro Monte Pedral: p. 192
Bairro de Lordelo: p. 194
Bairro de Bomfim: p. 195
Sopa económica: p. 197
Lancha “Cidade do Porto”: p. 199
Barcos aos trabalhadores do Rio Douro: p. 199
Sinal sonoro de Leixões e Barra do Douro: p. 200
Carreta para o salva-vidas da Póvoa: p. 201
Bandos Precatórios: p. 201
Casa do Amparo: p. 201
Serviços à instrução: p. 203
Prémio “Camões”: p. 203
Prémio *O Comércio do Porto*: p. 205

Prémio “Xavier da Mota”: p. 209
Festa do Trabalho: p. 213
Fábrica do papel do Caima: p. 215
Escolas Móveis Agrícolas: p. 217
Escola “Maria Cristina”: p. 221
Escola “Conde de Agrolongo”: p. 222
Escola “Conde de Sucena”: p. 222
Escola “Conde de S. Cosme do Vale”: p. 222
Escola “José de Bessa”: p. 222
Escola “Nogueira Soares”: p. 222
Escola “Rodrigues de Moraes”: p. 223
Escola “D. Lucinda Nogueira Soares”: p. 223
Escola “Visconde da Silva Andrade”: p. 223
Escola “Maria das Dores”: p. 223
Escola “Sousa Cruz”: p. 223
Escola “Borges”: p. 223
Escola “Ceense”: p. 223
Conclusão da Academia politécnica: p. 225
Testamentaria Soares Basto: p. 227
Asilo – Hospital – Creche “José Rodrigues Cardoso”: p. 239
Homenagem a D. Carolina Michaelis: p. 243
O descerramento da lápide: p. 243
Romagem ao cemitério: p. 245
A sessão solene: p. 246
ADESÕES – Director Geral da Instrução Superior
Faculdade de Ciências de Lisboa: p. 248
Faculdade de Medicina de Lisboa: p. 249
Reitor da Universidade de Coimbra: p. 249
Faculdade de Medicina de Coimbra: p. 249
Sociedade de Belas Artes: p. 250
Homenagem enterrecida: p. 250
Diversos: p. 250
Centenário de Camilo Castelo Branco: p. 253
No túmulo de Camilo: p. 254

Livros LabCom

O cortejo cívico: p. 255
Na Praça Infante D. Henrique: p. 256
A organização do cortejo: p. 256
Escolas oficiais e outras escolas: p. 256
Aduarismo: p. 256
Instituições de beneficência: p. 258
Juntas de Freguesia: p. 258
Carro de gala dos bombeiros: p. 258
Bombeiros: p. 258
O carro triunfal: p. 258
Grupos desportivos: p. 259
Colectividades de recreio: p. 259
Associações de classe: P.259
O trajecto: p. 259
Representações: p. 260
A coroação de Camilo: p. 260
Na Associação dos Jornalistas – Sessão de homenagem – Brilhante conferência: p. 262
Benemerências: p. 263
O nosso agradecimento: p. 263
O sarau de gala: p. 264
A parte literária: p. 264
Ministro da Instrução: p. 264
Bento Carqueja: p. 265
Conferência do Dr. Júlio Dantas: p. 265
A Tuna Académica: p. 268
O “Morgado de Fafe”: p. 268
Em Famalicão – Partida do Pôrto: p. 269
O cortejo Cívico: p. 269
Na Câmara Municipal: p. 270
Ao Dr. Bento Carqueja: p. 271
Monumento ao sábio Dr. Ferreira da Silva: p. 277
Monumento ao Dr. Gomes Teixeira: p. 279
Monumento a José de Alpoim: p. 281

Recepção aos aviadores Sarmento Beires e Brito Pais: p. 283
As Bodas de Ouro: p. 287
O sexagenário: p. 315
O septuagenário: p. 321
Bodas de diamante: p. 329
Serviços patrióticos: p. 331
Homenagens a *O Comércio do Porto*: p. 335
Rua *O Comércio do Porto*, no Porto: p. 335
Rua *O Comércio do Porto*, no Furadouro: p. 336
Bairro *O Comércio do Porto*: p. 337
Rua *O Comércio do Porto*, em Coimbrões: p. 338
Homenagem a Rodrigues Sampaio: p. 338
Manifestações das classes comercial, industrial e agrícola: p. 338
Sindicato de Salamanca: p. 338
Hino *O Comércio do Porto*: p. 339

Resumo da obra (linhas mestras): Nesta obra, o director do *Comércio do Porto*, evoca a fundação do jornal por Manuel Carqueja e Henrique Carlos de Miranda que, em 1854, procuraram dar ao Porto um jornal inicialmente trisemanário, intitulado *O Comércio*. O primeiro número saiu a 2 de Junho desse ano e tinha como novidade preocupar-se com questões da economia e comércio.

A maioria das páginas narram os primeiros tempos do jornal. O segundo capítulo, sobre a expansão do jornal, narra a utilização das novas tecnologias da altura e a mudança de instalações. O terceiro capítulo é biográfico, falando dos fundadores do jornal: Manuel Carqueja (1821-1884); Henrique de Miranda (1832- 1902); Francisco Carqueja (1840-1908); Bento Carqueja (o autor); Luís Carqueja (1861-1914) e Fortunato Seara Cardoso (1894-?).

O quarto capítulo é referente à propriedade do jornal, que pertenceu em partes iguais a Manuel de Sousa Carqueja e ao Dr. Henrique Carlos de Miranda. Estes formaram sociedade com nome colectivo, no dia 1 de Janeiro de 1855.

O quinto capítulo é breve e descreve as novas instalações do jornal. O

capítulo seguinte (o sexto) fala dos principais redactores do jornal. Entre eles, contabilizaram-se António Joaquim Xavier Pacheco, José Luciano de Castro, José Joaquim Rodrigues de Freitas, Dr. José Joaquim Pinto Coelho.

No sétimo capítulo são indicados os chefes de redacção: António Rodrigues de Sousa e Silva, José Joaquim da Silva Bravo, Acácio Pereira da Conceição, João Narciso do Cruzeiro Seixas, António da Silva Caldeira e Alfredo Garcia Vieira.

O oitavo capítulo refere-se à Revista Política, que foi iniciada por Miguel Eduardo Lobo de Bolhões, e o oitavo aos articulistas: Fradesso da Silveira, Barão de Massarelos, Conselheiro António de Serpa Pimentel, Conselheiro Augusto Malheiro Dias Guimarães, Conselheiro Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, Lopo Vaz de Sampaio e Melo, Conselheiro José Joaquim Ferreira Lobo, entre outros.

O nono capítulo aponta as secções especiais do jornal, que eram as seguintes: Revista Financeira e Económica; Agricultura; Revista Vinícola e Vitícola; Revista Internacional; Revista Científica; Revista Musical; Arte; Revista Militar; Vida Elegante e Revista Judiciária.

A secção Mulheres e Crianças, criada em 1921, é o tema tratado no décimo capítulo. O capítulo seguinte fala dos folhetinistas. Entre outros, referência a Camilo Castelo Branco (em que se mostram cartas escritas por ele), Arnaldo Gama, Rebelo da Silva e Júlio Dantas.

O 11º capítulo dá-nos a conhecer os redactores efectivos, entre eles: Eduardo Augusto Salgado; António José da Fonseca Pascoal; Manuel Maria Rodrigues; António Basílio Antunes; Manuel Alberto Guerra Leal; Celestino Cândido do Cruzeiro Seixas; Alberto da Cruz Maia e Alfredo de Matos Angra.

No 12º capítulo são-nos dados a conhecer os membros da Administração: Eduardo da Silva Carvalho, Augusto António dos Santos, Augusto José do Nascimento e Cunha, Conselheiro Eduardo Artur Lobo de Ávila, António Emílio de Figueiredo e Melo, António José dos Santos Regadas, António José da Costa, Manuel Vaqueiro Carvalhal e José Rodrigues Faria.

No 13º capítulo são apresentados os secretários da direcção. São eles: Caetano de Carvalho, Bento Carqueja, Alberto Augusto Guedes Vaz e

Luís António Martins.

Os seguintes capítulos são dedicados à forma como o jornal era vendido (durante muitos anos quem quisesse adquirir *O Comércio do Porto* tinha que dirigir-se aos seus escritórios na Rua da Ferreira de Baixo, pois só lá estava à venda, a 4 réis (um pataco) cada número; às suas Oficinas de “acanhadas proporções, sobretudo a oficina de Impressão, abrigada em um modesto barracão feito de taipa”; aos seus correspondentes (que foram progressivamente crescendo, quer no país, quer no estrangeiro, com a intenção de garantir a oportunidade e autenticidade das informações. Entre os correspondentes no exterior, destaque para José da Silva Mendes Leal (em Paris); Dr. Eugene Oswald (em Londres); Victor Falcão (em Bruxelas); António J. Pires (em Nova Iorque); Fran Paxeco (em Liverpool); Dr. Eduard Engel (Berlim); Emanuele Ceria (Roma); Wenceslau de Moraes (Japão); José Dionísio de Melo e Faro (Rio de Janeiro); José Maria dos Santos (Madrid); Manuel Lustres Rivas (Vigo); Francisco Carreras y Candi (Barcelona).

O 16º capítulo refere-se ao Museu do *O Comércio do Porto*, que nasceu com o pensamento de “reunir em recinto especial as obras de arte e vários documentos existentes nos arquivos de *O Comércio do Porto*”. Neste capítulo, são-nos indicados quais os livros que se encontravam na biblioteca do jornal.

O 17º capítulo relata o percurso da Tuna do jornal (que teve início em 1903) e o 18º indica as várias publicações do jornal: *O Comércio - Mensal* e *O Comércio - Infantil*.

Os capítulos posteriores descrevem-nos: a edição da tarde do jornal, onde se “publicou uma folha suplementar, reservada quase exclusivamente, aos extractos das sessões parlamentares”; *O Comércio do Porto- Ilustrado* (esta ideia nasceu com a aquisição de exemplares do *Figaro Illustré*, de Paris); *O Lavrador* (mensário de propaganda agrícola, criado em Setembro de 1903); *As Excursões* (realizadas pelo pessoal do *Comércio do Porto*, com o intuito de “confraternização a diversas localidades”; *Caridade e Beneficência* (narrando acções desenvolvidas pelo jornal, para benefício dos pobres, “para acudir a calamidades públicas, e para realizar obras de solidariedade social”).

Livros LabCom

O 24º capítulo é dedicado aos bairros operários. Visto que o operariado, em 1889, atravessou uma grave crise, o *Comércio do Porto* encarregou-se da construção de bairros para operários. O capítulo imediato fala da Sopa Económica, uma iniciativa com início a 3 de Outubro de 1914, devido à “angustiosa situação do operariado”. Esta acção foi apoiada por várias instituições de beneficência do Porto, que ajudaram na distribuição das refeições. Este empreendimento caritativo foi mantido até 23 de Fevereiro de 1915. Umas páginas à frente são referidas as lanchas “Cidade do Porto”, fornecidas à população piscatória da Afurada, por ocasião da catástrofe marítima de Fevereiro de 1892. Seguidamente, fala-se dos serviços à instrução e das principais obras realizadas neste sentido, que foram: a criação do prémio Camões; prémio *O Comércio do Porto*; prémio Xavier da Mota; organização das Escolas Móveis Agrícolas; criação do *Lavrador*; conclusão do Edifício da Academia Politécnica e testamento de Francisco Alves Soares Basto.

No 27º capítulo é referida a Festa do Trabalho, que foi realizada pela primeira vez a 29 de Janeiro de 1928, na Nave Central do Palácio de Cristal e presidida pelo Dr. Alfredo de Magalhães.

O capítulo seguinte refere a Fábrica do Papel do Caima, que, por iniciativa do *Comércio do Porto*, foi fundada em 1900.

No 29º capítulo são mencionadas as escolas móveis agrícolas, devido ao facto de, no ano de 1901, se ter preconizado “a vantagem do ensino elementar e prático dos modernos processos agrícolas, em contacto com o lavrador”.

O capítulo seguinte trata a conclusão da Academia Politécnica. *O Comércio do Porto* empenhou-se bastante neste projecto, principalmente a partir do ano de 1898, para concluir o edifício da Academia Politécnica do Porto, “onde estão hoje instaladas as Faculdades de Engenharia e Ciências (...) cujas obras, iniciadas em 1803, estiveram paralisadas durante bastantes anos e depois continuaram com grande morosidade”.

O 31º capítulo documenta o testamento de Soares Basto. No seu testamento, encontra-se uma alínea onde este afirma deixar dinheiro suficiente para “montar uma cantina em Fermil para cinquenta ou cem crianças e dar-lhes os competentes livros e o que mais for preciso”.

Os capítulos imediatos falam do asilo – hospital – creche “José Rodrigues Cardoso (José Rodrigues Cardoso era negociante em Manaus e no seu testamento legou “duas terças partes do remanescente da sua fortuna para instalar e administrar um asilo - creche em Vila Seca de Armamar”); da homenagem a D. Carolina Michaelis, responsável pela organização da secção *Mulheres e Crianças* do jornal (a 15 de Maio *O Comércio do Porto* inaugurou uma lápide de bronze, na casa da rua da Cedofeita onde Carolina Michaelis faleceu); e do centenário de Camilo Castelo-Branco (a 16 de Março de 1925, no centenário do nascimento de “eminente romancista”, o jornal pensou em comemorar essa data inaugurando, nesse dia, dois monumentos ao grande escritor, “um no Porto, na Avenida Camilo, e outro em Vila Nova de Famalicão, em frente ao Paços do Concelho”).

No 35º capítulo e nos posteriores, referência ao monumento ao Dr. Ferreira da Silva (professor e químico de Couto de Cucujães, concelho de Oliveira de Azeméis); ao monumento ao Dr. Gomes Teixeira (na sua terra natal, S. Cosmado, concelho de Armamar); e ao monumento a José de Alpoim (em Mesão Frio, terra natal do conselheiro).

O 38º capítulo relata a recepção aos aviadores Sarmento Beires e Brito Pais. Os seguintes historiam as bodas de oiro de *O Comércio do Porto*, o sexagenário do jornal (no ano de 1914), o septuagenário (em que as festividades tiveram um carácter mais íntimo do que externo, ao contrário dos anteriores) e as Bodas de Diamante (comemoradas a 2 de Junho de 1929).

No 43º capítulo é feita uma menção aos serviços patrióticos que o jornal prestou e, finalmente, são apontadas as homenagens feitas ao Comércio do Porto. São elas: a rua *O Comércio do Porto* (no Porto); a rua *O Comércio do Porto* (no Furadouro); bairro *O Comércio do Porto*; rua *O Comércio do Porto* (em Coimbrões) e o hino *O Comércio do Porto*.

Autor (nome completo): Bibiana Moreira de Freitas
E-mail: bibiana_freitas@hotmail.com

Livros LabCom

» **Carvalho Ribas, 1953**

Autor: Carvalho Ribas, A.

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1953

Título completo da obra: Fundamentos Psicológicos do Jornalismo

Tema principal: Teoria do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Gazeta Médica Portuguesa: Separata do volume VI, segundo trimestre de 1953, n.º 2.

Número de páginas: 22

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: SA 17204//1 V

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Médico psiquiatra. Docente da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e professor de psiquiatria da Escola de Enfermagem de São Paulo.

Índice da obra: [Não tem índice]

O jornalismo: pp. 323-324

Psicologia do jornalista: pp. 324-327

Psicologia do público: pp. 327-329

Bons e maus jornais: pp. 329-340

Censura dos jornais: pp. 340-344

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra dá-nos a conhecer um pouco da psicologia e das influências (positivas e negativas) psicológicas que o jornalismo traz, de diferentes formas e com diferentes intensidades, a diferentes tipos de pessoas. O autor, J. Carvalho Ribas, refere que o “jornalismo existe em função da curiosidade dos homens em relação em relação a tudo quanto ocorre ao redor” (p. 323).

O jornalismo é então uma arte laboral que contém sempre presente uma curiosidade interessada e prática – saber o que se passa para aproveitar o que há de bom e se defender e precaver do que há de mau – curiosidade essa particularmente viva e estética, uma curiosidade de jogo – informa-se de tudo quanto é novo, imprevisto, excepcional e extraordinário.

O autor faz também uma referência à origem do jornalismo e à sua tão característica “veia” curiosa, afirmando que este já existia antes de se criarem os jornais nos moldes actuais, sendo que o jornalismo já existe desde que o homem, com todos os seus recursos linguísticos e dos materiais que possuía no seu alcance, procura satisfazer as suas curiosidades e procurar tudo o que era novo. O autor afirma ainda que o jornalismo passou por muito até chegar ao que é agora, fazendo referências aos tempos da Grécia Antiga, onde era na *Ágora* e a praça pública de cada cidade que se sabiam das novidades que mais interessavam a todos, principalmente aos políticos e homens de mais poder; o autor lembra também que em Roma, eram registados os grandes acontecimentos em tábuas (denominadas *Álbum*) que viriam a ser afixadas, a mando dos Grandes Pontífices. Quando a Idade Média estagnou e se estabeleceu, o jornalismo deixou de ser estritamente escrito passando assim a ser utilizada o relato oral dos acontecimentos pelos viajantes, músicos, mensageiros, etc.

O autor refere, também, o surgimento da imprensa, invenção de Gutenberg, que se deu em 1450. Isto deveu-se muito ao facto de inicialmente, a impressão ser dificultada pela deficiência dos prelos, pelo custo elevado e mais uma data de razões, que tornavam a impressão a distribuição de jornais impressos difícil. Mais tarde, com a queda do feudalismo, o povo pôs a imprensa ao serviço do jornalismo. O autor refere também que, impressores da Inglaterra e dos Países Baixos concluíram que a venda de *folhas* impressas, onde o público lesse as notícias importantes do momento, seria um negócio lucrativo. Isto seria lucrativo para que o público tivesse conhecimento das notícias mais importantes, pois para conhecimento dos factos menos importantes, o povo continuaria a ouvir certos indivíduos especializados – os *nouvellistes*.

Nos finais do séc. XVII, surgiu no mundo jornalístico a figura do repórter, que veio completar imenso os jornais, pois para além da publica-

ção de assuntos convencionais, divulgaram-se também os mais variados, imprevistos e extraordinários factos.

Na actualidade, diz Carvalhal Ribas, o jornal impôs-se como um dos apêndices indispensáveis para a sociedade, tornando-se assim o quarto poder do Estado, pois todos os indivíduos, desde que se alfabetizam, se habituem à leitura diária dos jornais, fazendo com que este hábito se torne tão importante como a roupa que usam, a comida que comem e outros rituais. O autor cita José de Alencar, dizendo que “o jornal é a toalha com o homem civilizado enxuga o rosto todas as manhãs” (p. 324).

Após isto, o autor dedica as páginas seguintes à explicação da psicologia e a forma de ser do jornalista, referindo que, a organização de um jornal se processa em três departamentos: redacção (integrada pelo director, redactor-chefe, redactores especializados e repórteres), administração (predomina a área dos negócios de anúncios, venda de jornais, controle das finanças, etc.) e oficinas (abrange secções de composição, estereotipia, etc.). Normalmente, os jornalistas só se revelam exponentes na carreira por vocação – *para ele, os jornalistas não se improvisam, já nascem feitos*. O jornalista contém qualidades normalmente associadas ao sexo feminino: curiosidade, visão maliciosa das coisas, espírito de bisbilhotice, etc; o repórter perfeito faz de tudo para conseguir a história ideal e para conseguir os detalhes do acontecimento mais interessante. Após obter as notícias, o jornalista deve redigir a sua peça dentro do carácter e do estilo peculiar que a imprensa tem. O autor cita Wolseley e Campbell ao dizer que “O estilo jornalístico deve ser conciso, vivo, brilhante, sem deixar de ser sucinto, cabe-lhe ser acurado e bastante completo. O que precisa ser dito, seja-o em espaço tão pequeno quanto possível, pois o repórter não tem tempo para escrever longas histórias, o jornal não tem espaço para publicá-las, nem o leitor tem paciência para lê-las.” (p. 325). No jornalismo, a questão do que é escrito não é comunicar pensamentos, é convencer o público com repetições inúteis e impressioná-lo com o desenvolvimento do artigo; os jornais descrevem os acontecimentos em cores estridentes e exageradas, romantizando-os e satirizando-os. Outro facto que o autor refere é que, um jornal, quando conta um conto, tende a acrescentar-lhe pontos – o jornalista tem a “preocupação” de suscitar emoções violentas

através de artimanhas de publicidade, mesmo que isso deturpe a verdade, criando assim uma onda de *sensacionalismo*. Apesar de por vezes os jornais obterem as informações completas sobre alguns acontecimentos, não as publicam exactamente da forma que lhes são descritas, pois correm o risco de que essa informação seja deturpada por factores como interpretações precipitadas, incultura, incompreensão ou leviandade dos noticiaristas; por muito bem informado que o jornalista esteja acerca de um assunto, ainda assim não pode dizer a verdade por completo, pois está muitas vezes impedido de divulgar o que contrarie o jornal ou outras entidades.

Mais uma vez, o autor utiliza uma citação, desta vez de Pitigrilli, dizendo que “Os jornalistas não vivem, estão à margem da vida; devem sustentar uma opinião que não têm e impô-la ao público; tratar de questões que não conhecem e vulgarizá-las para a plateia; não podem ter vida própria (...)”(p. 326); a vida jornalística faz com que estes profissionais estejam em contacto com literatos, actores, pintores, músicos, etc.

A seguir, J. Carvalhal Ribas fala um pouco da psicologia do público, focando a maneira como os jornais influenciam e levam à acção do público, referindo que este corre para comprar os jornais que publicam notícias e acontecimentos recentes; os jornais atrasados e já lidos tornam-se leituras insípidas. Cada leitor procura nos jornais os assuntos que mais lhe interessam, intelectual, afectiva e moralmente; por isso se criaram diversos tipos de jornais, direccionados para diferentes tipos de pessoas (jornais infantis, desporto, para adolescentes e adultos, etc.) e de diferentes áreas (agricultura, política, humor, economia, comércio, etc.). Para o autor, as preferências que os leitores têm na leitura e a selecção que fazem dos jornais contribuem para uma compreensão da personalidade do indivíduo, assim como a sua profissão, etc. Conforme o autor afirma ao citar Raul Briquet, “em sua versatilidade, a imprensa diária abre margem ao inconsciente de cada leitor, cuja emotividade se ajusta aos diversos artigos e notícias” (p. 328). O autor refere também que os jornais só alcançam aceitação quando são compreendidos pelo público, sendo essa a razão porque muitos jornais dedicados à sociedade alta e com mais estudos (filosofia, sociologia, estética, etc.) estão prestes a extinguir-se. Cada vez mais, as pessoas deixam de ler a parte educativa e séria dos jornais, para

verem as notícias escandalosas dos noticiários, onde os mais procurados são casos de intriga, corrupção, assassinatos, suicídios, etc. – segundo um estudo de psicanálise, as pessoas demonstram um maior prazer por esse tipo de notícias pois encontram uma satisfação imaginária de tendências condenáveis à sociedade e por isso não são realizadas e permanecem no seu inconsciente.

O autor faz, depois, uma referência aos bons e aos maus jornais, explicando o que torna um jornal bom e o que torna um jornal mau, sendo que utiliza logo uma citação de Daudet, que defende os jornais, onde este diz que o jornal é “um mal indispensável” (p.329) seguindo esta citação de uma outra, desta vez de Balzac, que “deita abaixo” os jornais e onde afirma que “se a imprensa não existisse seria preciso não a inventar.” (p. 329). Utilizando outra citação, desta vez de Galeão Coutinho, escreve: “a Imprensa não deve ser acusada por causa dos seus maus servidores, como a Medicina não deve ser condenada por causa dos charlatães, a Religião infamada por causa dos maus sacerdotes, o Direito calcado aos pés por causa dos rúbulas e juízes sem escrúpulos que o desservem, a Pátria repudiada por causa dos que lhe invocam o nome para trair e locupletar-se.” (p. 329)

O autor refere, ainda, que o mais indicado para as crianças são mesmo as leituras infantis, pois histórias de crimes, bandidos, gangsters, que infundem impressões violentas e inconscientes nas mentalidades das crianças, fazendo com que estas fantasiem em demasia e percam o contacto com a realidade: as crianças imaginam-se nos papéis dos heróis e tentam reproduzir as suas aventuras na vida real, sendo que algumas tragédias já aconteceram quando crianças morreram a tentar imitar super-heróis ou notícias que viram na televisão. Os pais, pedagogos e psicólogos devem acompanhar e evitar que as crianças leiam esse tipo de jornais, focando-se apenas nos educativos e infantis. Já na adolescência, os indivíduos tornam-se muito mais susceptíveis e sensíveis, sendo que a leitura deve ser mais cuidada, pois exerce uma maior influência na personalidade e na vida dos jovens. Essa censura deve ser feita sem que os jovens o entendam, pois caso contrário poderão entrar numa rebelião contra os mais velhos, travando conflitos no seio doméstico. O autor refere, também, que na vida atarefada dos adultos, o jornal é o truque sempre à mão para que as pessoas se consigam localizar e se orientar no

meio da avalanche de acontecimentos que é o dia-a-dia. Pela leitura do jornal, cada pessoa consegue informar-se de tudo o que acontece em qualquer parte, conseguindo manter-se a par de todos os acontecimentos. Carvalhal Ribas cita Eça de Queiroz dizendo que se “os factos dominantes não fossem flagrantemente apanhados em imagens concretas, e fixados diversíssimos e orientar-se de acordo com os acontecimentos.” (p.330). É também referido que os indivíduos estão de tal maneira habituados à imprensa e ao jornal diário que se lhes faltar uma edição chegam a experimentar sensações semelhantes as da abstinência dos tóxicos – sentem-se insatisfeitos, inquietos: “não leram o jornal, não estão a par das últimas notícias, não se integraram ao momento que passa.” (p.330).

O autor afirma, usando mais uma vez uma citação, desta feita de Larive, que “a gente pensa, deseja, espera e age com o seu jornal, pelo seu jornal, segundo as convicções deste senhor que a gente não conhece e que, entretanto, nos entra pela casa, todas as manhãs (...) Ele é o conselheiro. É o guia. É o amigo. É o evangelho. Ele fala e a gente escuta. Parece que a verdade só sai da sua boca.” (p.330). Os incidentes quotidianos contaminam os jornais de sensacionalismo; para causa sensação, abrigam-se na malícia, no picante e na perversidade.

Passando para a análise das secções livres dos jornais, o autor refere que existem diversos ataques contra indivíduos e sociedades, assinados e reconhecidos pelos cartórios. Nas restantes áreas e colunas dos jornais, existe sempre lugar para agressão contra quem quer que seja; colunas repletas de um público ávido de escândalo e podridão. Certos jornalistas tendem a afeiçoar-se a destruir reputações e também ao prazer de precipitar o público através de leituras de jornais na mesma sensualidade perversa. Esse tipo de jornalista faz jus à definição de Delphine Gay onde diz que o jornalista é “um homem que vive de injúrias, de caricaturas e de calúnias.” (p.330).

O autor refere-se à imprensa como sendo muitas vezes algo que se torna frequentemente uma das modalidades do capitalismo, estando sob o controlo dos magnatas. Balzac afirmava que “há duas espécies de jornalistas: os que escrevem e os que não escrevem (...)” (p.331). Outros autores, como Lima Barreto, acusam os jornais de se terem tornado “a mais

tirânica manifestação do capitalismo e a mais terrível também... (...)” (p.331); refere também que o poder do director de um jornal é equiparado ao de um santo ou sábio, nada é melhor do que ele. Os jornais, na fúria do sensacionalismo, noticiam os crimes minuciosamente, com pormenores e títulos sentimentalistas, apelando ao lado humano e curioso do indivíduo. Por vezes deixam-se mesmo influenciar pelas notícias e pelos comentários da imprensa. Outros indivíduos, com uma certa perversidade, são influenciados mas tendem a experimentar o que é noticiado, vivendo na expectativa e à espera que um novo crime seja notícia. São as pessoas “menos cultas” e mais desequilibradas que mais são afectadas com as notícias policiais mais chocantes, retendo-as na mente durante um longo período de tempo. Devido à publicidade feita em torno desses crimes, potenciais criminosos sentem-se tentados a dedicar-se ao mundo do crime, pois todos os criminosos aspiram a serem conhecidos e atingirem a glória, nos anais da criminalidade. Citando César Luchetti “a notícia é um rastilho acendendo vontades estranhas e desejos inconfessáveis (...)” (p.333). À imprensa cabe o papel de noticiar todo o desenrolar do crime, ou seja, desde que este aconteceu até os desenvolvimentos acerca dos criminosos (quando e como são julgados, qual a sentença, etc.) a fim de deixar o leitor a par de todo o desenvolvimento da história. O autor refere agora que para acrescentar à lista de crimes cometidos sobre outros indivíduos, os jornais também noticiam suicídios e chegam a explicitar como é que alguém se suicidou (que armas usou, que tipo de morte foi, etc.). Alguns jornais, nomeadamente os norte-americanos e os europeus, recusavam-se a publicar fotografias macabras para acompanhar as notícias, neste caso, é referido o caso dos enforcados de Nuremberga, pois não desejavam escandalizar os leitores com imagens tão mórbidas. O autor refere que alguns leitores mais susceptíveis e hiperemotivos podem correr o risco de sofrer traumatismos psíquicos devido às notícias sensacionalistas. Esses traumas podem desencadear problemas psíquicos mais graves e levar com que os indivíduos se tornem vítimas deles próprios, ficando com o seu espírito atormentado.

É também referido por Carvalhal Ribas que os jornais se precipitam a apontar suspeitos (muitas vezes inocentes) e/ou culpados de crimes que a polícia ainda não desvendou, levando a que estes fiquem comprometidos

e que por vezes sejam acusados inocentemente. Muitas vezes esses acusados fazem mesmo passar-se pelos criminosos para obterem um pouco de mediatismo; por vezes esses supostos criminosos não se contentam em fingir apenas que cometem os crimes, passando por vezes à acção e cometendo na realidade crimes dentro da mesma linha dos quais são acusados, seguindo os moldes dados pela imprensa.

O autor refere que a imprensa tem uma repercussão nos neuróticos e psicopatas e que deveriam ter um pouco mais de cuidado e apenas publicar as suas notícias após terem retirado os detalhes que sabem que influenciam a mente das pessoas mais influenciáveis. Refere também que o ideal seria a criação de jornais apenas destinados a doentes de hospitais, assim como existem jornais destinados a desporto, jovens, etc.

Mas nem só de coisas más são feitas os jornais, e como o autor refere, através de entrevistas, inquéritos e artigos, os jornais contribuem para a cultura, educação e civilização dos povos. Após um indivíduo terminar os seus estudos e arranjar emprego (por vezes um emprego pouco intelectual), a única maneira de se manter a par das notícias e do que se passa no mundo é mesmo através dos jornais. É também de referir que a imprensa diária se revela um excelente meio de divulgação de problemas científicos – o homem procura no jornal conhecimentos de ciência aplicada, como por exemplo, meteorologia, conselhos médicos, etc. O autor refere também que nem o noticiário científico não se liberta facilmente do sensacionalismo.

Carvalho Ribas, refere, citando Dumesnil, que “a indiferença da imprensa pela verdade e o bom senso não se manifesta somente nas notícias que dizem respeito à medicina, mas a medicina goza de uma situação privilegiada nesse conjunto de disparates, porque, sendo de um modo geral ignorada, é mais fácil deturpar e aumentar as notícias que os leitores, se não são médicos, não podem, à primeira vista, classificar de asneiras.” (p. 337). Os jornais, não devem em tempo algum, impulsionados pelo sensacionalismo, proclamar a incurabilidade de uma doença, pois devastaria os leitores que tivessem de facto essa doença; mas também não cabe aos jornais o papel de curandeiros, divulgando receitas secretas que nada fazem, iludindo e dando falsas esperanças aos leitores. Como o autor refere,

“o sensacionalismo na propaganda dos medicamentos, não só prejudica os doentes, mas desprestigia os métodos terapêuticos.” (p. 337).

O autor passa agora a para uma breve análise aos trabalhos científicos, onde refere que os títulos devem ser curtos mas que abranjam os assuntos focalizados, para que os leitores se informem sobre o que tratam os artigos. Também a enumeração de sub títulos é algo que funciona muito bem nos trabalhos científicos pois permite aos leitores se inteirarem melhor do que tratam estes trabalhos ou artigos (assim como a utilização de desenhos, gráficos, fotografias ou tabelas que também é uma boa ajuda e uma boa aposta para colocar no início de um trabalho, se bem que por vezes em vez de ajudarem, apenas obscurecem as questões). O autor refere que a colocação de resumos da matéria no fim dos artigos é muitas vezes útil, pois os leitores podem decidir se lhes convém ou não a leitura dos artigos da íntegra. Os autores dos trabalhos não podem esquecer de referir as contribuições de antecessores nos seus assuntos, a colocação da bibliografia discriminada, assim como a referência a trabalhos consultados em revistas, etc.

O autor refere que a imprensa, para além de intervir na formação intelectual das sociedades, se dirige também muitas vezes mais intensamente, aos sentimentos, às emoções e às paixões das colectividades. É também de mencionar que nos dias de hoje o sensacionalismo ainda se serve de temas místicos e fantasmagóricos para mexer com as emoções e a imaginação das multidões.

O autor refere também que na imprensa “o sentimento artístico encontra especial oportunidade para ser cultivado: os jornais notificam o que se realiza nas artes e, com interpretações e críticas, orientam o gosto estético do público, impelindo-o a integrar-se às novas tendências artísticas.” (p. 339). Neste tipo de noticiário também se insinua muitas vezes o sensacionalismo, com polémicas e críticas cheias de teorias complicadas, palavras técnicas e reparos mordazes em torno da pintura, literatura, teatro, cinema, etc. Mas de todas as artes, é talvez a literatura a mais susceptível de se propagar nos jornais, conseguindo estes por vezes divulgar as mais baratas e comuns literaturas, como folhetins, perversões, vícios, etc.

Os jornais servem e contribuem para despertar e orientar o espírito

público, o civismo, as paixões políticas, sendo que muitas vezes os jornais não dispensam o tempero do sensacionalismo em matérias políticas, desvendando aos leitores um panorama de catástrofes, como desvios de dinheiro, corrupção, aumentos de impostos, entre outros. “A imprensa sensacionalista posta-se a bater palmas, como claque paga para aplaudir artistas por mais medíocres que sejam. Nessas circunstâncias, o sensacionalismo jornalístico, como os divertimentos e vícios protegidos pelos déspotas, representa uma espécie de narcótico para adormecer as multidões e aniquilar-lhes quaisquer iniciativas de revolta.” (p. 340)

Carvalho Ribas passa, seguidamente, a analisar a censura dos jornais, referindo que desde longa data, literatos focalizam os aspectos ignoráveis da imprensa e a necessidade de se lhes promover guerra de morte. À medida que o tempo passava, vários profissionais analisaram os efeitos dos jornais no espírito colectivo e reclamaram medidas em prol da reparação da publicidade nociva. O autor refere também que quando bem formado e esclarecido, o público tende a enojar-se com o clima vicioso e sensacionalista da empresa; o público educado e culto, provido de maior visão das coisas não deixa de reconhecer a ridícula insignificância que muitas vezes encerram os acontecimentos apregoados pela imprensa de sensação. À medida que as multidões apuram o seu senso crítico e a sua sensibilidade, o sensacionalismo tende a ser desencorajado e a desaparecer do mercado. Carlos Lacerda é citado neste texto, por Carvalho Ribas, ao dizer que “você poderá acabar com o sensacionalismo na imprensa. Acabando antes com ele dentro da sua própria imaginação. Corrija-se antes. Os jornais seguirão o seu exemplo, e você terá então uma imprensa limpa, discutindo ideias, mostrando caminhos novos, tentando soluções para os problemas do país e dos seus homens (...).” (p.341).

A capacidade jornalística depende muito da aptidão inata de cada jornalista, mas para complementar isso, os países mais civilizados já dispõem de escolas de jornalismo onde os inscritos podem adquirir conhecimentos técnicos e gerais indispensáveis para o desempenho da profissão. O jornalista tem de ter formação e saber como trabalhar as notícias, como as redigir, como trabalhar num jornal, etc. O autor refere a opinião de Porter e Luxon, dizendo que seria base indispensável ao jornalista “sabes

história, emprego correcto do idioma, ter conhecimentos de literatura, economia, sociologia, ciência política e noções elementares de outras ciências tais como química, física, biologia e psicologia.” (p. 341). Os cursos de jornalismo no Brasil, estão compreendidos em três secções: a) secção de formação, b) secção de aperfeiçoamento, e c) secção de extensão cultural, em que cada uma das secções tem um importante quota na formação do jornalista; no Brasil, o curso de jornalismo foi considerado como tendo a mais alta significação cultural e social. Dentro das matérias dos cursos de jornalismo, uma das mais importantes é a psicologia, pois o jornalista ao lidar com o público precisa de ciência susceptível para compreender e explicar o comportamento humano. O autor refere que quando armado de conhecimentos psicológicos, o repórter consegue muitas vezes deduzir, mesmo antes de entrevistar alguém, as suas características mentais, através das suas fotografias, profissão ou hobbies – a entrevista resultará tanto mais substanciosa quanto melhor o repórter a conduzir de acordo com o tipo mental do interlocutor; o repórter deve manter-se a par do estado de espírito do entrevistado. O repórter deve iniciar uma entrevista com perguntas banais ou mesmo tolas, para deixar o entrevistado à vontade e se conseguir fazer com que ele sorria, será o ideal; após obter a confiança e o bom-humor do entrevistado, deve arriscar colocar as perguntas mais pertinentes e úteis à entrevista.

O autor refere que com o auxílio da psicologia, o jornalista identificará os indivíduos ordinários, honestos, heróis, etc., ou seja, conseguirá distinguir os verdadeiros homens dos falsos e avaliará os efeitos das projecções de uns e de outros no cenário social. O jornalista deve, para Carvalhal Ribas, relatar os factos com fidelidade baseando-se em apontamentos e por vezes somente na sua própria memória.

Há também uma referência ao Código de Ética Jornalística em vigor nos Estados Unidos, referindo-se o autor parâmetros que o jornalista norte-americano deve seguir: 1) ser verdadeiro com os ideais jornalísticos; 2) ser verdadeiro nos deveres profissionais; 3) ser sincero e desinteressado no trabalho; 4) ser verdadeiro nas notícias e nos artigos; 5) ser verdadeiro em todos os anúncios; 6) ser justo quando for preciso combater e criticar; 7) ser leal com os interesses do país; 8) ser honesto com os concorrentes

e competidores; 9) serleal para com todos os colaboradores e amigos; 10) ser correcto nos negócios e transacções. Também a imprensa norte-americana, de acordo com Carvalho Ribas, obedece a alguns princípios, como os que se seguem: 1) senso de responsabilidade; 2) liberdade de imprensa, embora não claramente expressa em lei; 3) independência; 4) sinceridade, veracidade, exactidão; 5) imparcialidade; 6) equanimidade; 7) decência. O autor refere também que, nas democracias, a liberdade de cada um tende a restringir-se à medida que as suas acções se tornem nocivas aos outros elementos da sociedade.

Para concluir a obra, J. Carvalho Ribas refere que com a restauração do regime democrático, no Brasil, “organizou-se a censura em melhores moldes, acima das camarilhas políticas, voltada somente para a missão de assegurar ao povo uma imprensa à cultura e suscitar-lhe o bem-estar psíquico, a verdadeira cultura, a disciplina das emoções, a inteireza moral, o espírito cívico, o lado superior da natureza humana.” (p. 344).

Autor (nome completo): Marta Alexandra Ferreira Bouça Fernandes Ribeiro
E-mail: tuyucapoeira@gmail.com

» Carvalho, 1924

Autor: Carvalho, Alberto Martins de

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1924

Título completo da obra: Joaquim Martins de Carvalho: Apontamentos Biográficos Seguidos d'Apreciações Relativas a Outros Trabalhos do Auto d'Esta Publicação.

Tema principal: Jornalistas e Vida Profissional

Local de edição: Coimbra

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Imprensa Académica

Número de páginas: 73

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: 461

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Alberto Martins de Carvalho é natural do Barril de Alva, onde nasceu a 30 de Dezembro de 1901.

Casou com Judite Sinde, de Coja, e licenciou-se simultaneamente em Direito e Ciências Histórico-Filosóficas, na Universidade de Coimbra.

Fez a sua instrução Primária no Barril de Alva, prosseguindo estudos liceais em Coimbra, no Liceu Dr. Júlio Henriques.

Foi professor metodólogo na actual Escola Secundária José Falcão (Coimbra) e exerceu, igualmente, funções docentes em Aveiro.

Alberto Martins de Carvalho foi autor de inúmeros artigos em dicionários, guias, livros e revistas, prefaciando, traduzindo e anotando outras obras. O seu nome também se liga à autoria de livros de temáticas variadas.

Articulista nas revistas *Presença* e *Palestra*, pertenceu à direcção da revista *Bysancio* e também colaborou com a revista *Manifesto* e o jornal *Humanidade*. Usou, em várias ocasiões, o pseudónimo de Carlos Sinde.

Nas décadas de 20 e 30 do século passado, foi um dos grandes vultos intelectuais de Coimbra, privando com nomes como Miguel Torga (a

quem apresentou Fernando Valle), Paulo Quintela, Vitorino Nemésio, José Régio e outros, não obstante o seu carácter reservado e discreto. Esteve na origem da criação das Universidades Populares, na I República. Foi Director do Centro de Estudos Pedagógicos do Instituto Gulbenkian de Ciência da Fundação Calouste Gulbenkian, entre 1975 e 1993.

Também por sua iniciativa, foi constituída a Biblioteca Fixa nº 95 da Gulbenkian, em Coja, em 1965, sob a égide dos Bombeiros Voluntários locais. Em 8 de Setembro de 2001, por proposta de Mário Valle, a Câmara Municipal de Arganil atribui-lhe o nome da Biblioteca cojense, sendo também patrono da Biblioteca da Escola Secundária José Falcão.

Faleceu na Figueira da Foz, a 26 de Março de 1993, cidade onde se encontra sepultado.

Índice da obra: [Não tem índice.]

I parte – Prólogo da 4ª edição - pág.3

II parte – Desenvolvimento da história - pág.23

III parte – Apreciações relativas a outros trabalhos do autor desta publicação - pág. 38

IV parte – Cartas - pág.48

V parte – Opiniões da Imprensa - pág. 67

Resumo da obra (linhas mestras): A obra inicia-se com o prólogo da 4ª edição. Neste prólogo, o autor, Alberto Martins de Carvalho, transcreve um excerto de um texto de Costa Cabral, no qual este refere que foi ele quem levou o já licenciado Alberto Martins de Carvalho para o jornalismo. O referido excerto acaba com o elogio de Costa Cabral.

Mais à frente, o autor centra-se no que irá ser o assunto principal deste opúsculo. Diz que foi Joaquim Martins de Carvalho o fundador do *Conimbricense*, jornal que veio substituir o *Observador*, o qual “nasceu” a 16 de Novembro de 1847. Logo de seguida, são referidos os propósitos do *Conimbricense*: “a defesa dos interesses de Coimbra, e do seu distrito, e, se tanto for mister, também da província da Beira”.

Relembra o autor que a importância do *Conimbricense* naquele tempo

era grande, pois havia bastantes malfeitores que “eram desmascarados e que, consequentemente, moviam guerras contra quem na arena da imprensa os atacava ferozmente”. Aqui, Alberto Martins de Carvalho aproveita para introduzir a história pessoal de Joaquim Martins de Carvalho (seu tio). Refere que Joaquim Martins de Carvalho foi um grande jornalista e que, “defendendo os interesses do país contra os tais malfeitores”, viu várias vezes a sua vida em perigo.

Segundo Alberto Martins de Carvalho, o seu tio Joaquim teve vários confrontos pessoais, sendo que o mais notório deu-se com João Brandão, “o mais categorizado malfeitor da época”. Este, não gostando das intervenções de Joaquim na imprensa, mandou António Rodrigues, o Boa Tarde, assassiná-lo. Contudo, o assassino não conseguiu perpetrar o acto e acabou por ser julgado e condenado à pena de morte, mas Brandão não deixou de Perseguir Joaquim Martins de Carvalho. Brandão tinha o apoio dos governos, pois exercia muita influência na sociedade. Ao contar esta vivência pessoal do seu tio, Alberto Martins de Carvalho salienta a coragem e determinação que este tinha em assumir e publicar tudo aquilo que sabia e pensava. Depois, o autor escreve sobre algumas amarguras vividas por Joaquim Martins de Carvalho (como a sua prisão).

Posteriormente, o autor inclui na obra vários excertos de textos escritos por Joaquim de Carvalho no seu livro *Assassinos da Beira*. Analisando os excertos, Alberto Martins de Carvalho aproveita para tecer duras críticas à sociedade em que vivia, dando até exemplos de retrocesso social. No final do prólogo, Alberto Martins de Carvalho transcreve textos escritos por outros autores em homenagem ao seu tio.

Alberto Martins de Carvalho refere, mais à frente, o “grande amor” a Coimbra e à liberdade que Joaquim Martins de Carvalho tinha. Neste momento da obra, é referido que Joaquim Martins de Carvalho escreveu apenas dois livros: *Apontamentos para a História Contemporânea* e *Os Assassinos da Beira*. Recorda, novamente, que Joaquim Martins de Carvalho, ainda na sua mocidade, passou momentos difíceis ao ser perseguido e preso pelas suas ideias liberais.

Nas páginas que se seguem, Alberto Martins de Carvalho conta histórias nas quais podemos tirar lições de moral. É referida a diferença de

carácter entre o tio e o pai: tiveram a mesma origem mas diferentes fados (aqui é feita uma comparação com a história de Teófilo Braga).

Mais à frente, é relatada a amargura por que passa Joaquim Martins de Carvalho, depois de ser preso pelo seu amor à liberdade. É referido que Joaquim deixou no cais o seu filho de dois anos (que depois viria a ser o General Francisco Augusto Martins de Carvalho). À frente, temos a possibilidade de ler uma homenagem feita no *Conimbricense* aos pais do autor.

Na seguinte parte da obra, que tem como título *Apreciações Relativas a Outros Trabalhos do Autor Desta Publicação*, Alberto Martins de Carvalho comenta que as suas últimas publicações homenageiam Joaquim Martins de Carvalho. O autor diz que se o seu tio tivesse vivo não se zangaria se este dissesse que Joaquim realmente não tinha a elegância da pena de escritores como Eça, mas exalta o facto do seu tio, na imprensa, se ter exposto aos maiores perigos para defender os “interesses legítimos” da sociedade. Esta parte do livro termina com uma homenagem feita por José Dias Ferreira a Joaquim Martins de Carvalho.

Os restantes pontos do livro são irrelevantes para a compreensão da teorização do jornalismo.

Autor (nome completo): Diogo dos Santos Pedrosa

E-mail: Diogo_isa8@hotmail.com

» Carvalho, 1932

Autor: Carvalho, Augusto da Silva

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1932

Título completo da obra: O Jornalismo Médico Português e a Medicina Contemporânea.

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Tipografia Labor (Separata de *A Medicina Contemporânea* nº1 de 3 de Janeiro de 1932)

Número de páginas: 41

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: RJ - 3134

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: PJ – 12 – 11 (11)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Natural de Tavira, Augusto Silva Carvalho nasceu em 1861 e faleceu em 1957. Formou-se em Medicina pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, cidade em que exerceu a arte e em que iniciou a sua longa carreira nos Serviços da Administração Hospitalar. Presidente da Sociedade de Ciências Médicas, professor de História da Medicina a convite da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa e sócio efectivo da Academia das Ciências (1928), deixou extensa bibliografia, quer no domínio da clínica cirúrgica, epidemiologia e saúde pública, quer no da História da Medicina em Portugal.

Índice da obra: [Não tem índice]

Introdução à temática do livro e breve explicação da história do jornalismo médico português: pp. 3-5

O primeiro jornal médico português: pp. 6-13

Jornais e revistas médicos portugueses: pp. 13-30

Estado da medicina em Portugal no final do séc. XIX: pp. 30-31

Revista *A Medicina Contemporânea*: pp.32-39

Ideias finais e conclusão do livro: pp.40-41

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra dá-nos a conhecer o início e a história do jornalismo médico português, contada pelo conceituado médico Augusto da Silva Carvalho. O autor começa o livro comentando e explicando o convite que lhe foi feito para falar sobre o assunto do livro (e consequentemente, escrevê-lo). Explica que vai tratar de falar do jornalismo médico português, da sua importância e significação; refere, também, que teve pouco tempo para realizar a tarefa proposta e que podem ocorrer omissões no que toca a informações relevantes.

Seguidamente, Augusto da Silva Carvalho explica qual é a missão dos jornais médicos, afirmando que estes devem exercer uma acção moralizadora e educativa, defendendo os interesses dos médicos, pelo que a sua influência na vida social pode ser grande. Segundo o autor, os jornais médicos prestam outros serviços para além dos acima mencionados, como, por exemplo, subsídios para a organização da história da medicina e para o estudo da epidemiologia moderna e contemporânea, defendendo que a colecção completa dos jornais médicos portugueses devia existir nas bibliotecas públicas e das faculdades – embora só existissem, na altura, algumas dezenas. Para o autor, as biografias e bibliografias médicas sofrem com essa falha.

A publicação do primeiro jornal português, recorda Augusto da Silva Carvalho, deu-se a Janeiro de 1749 e intitulava-se *Zodiaco Lusitano Delphico-Anatomico, Botanico, Chirurgico, Dendrologico, Ictyologico, Lithologico Médico, Meteorológico, Óptico, Ornithológico, Pharmaceutico e Zoológico*. Afirmar que este número é raríssimo pois só foram feitos dois exemplares. Este primeiro periódico continha artigos de casos médicos e de procedimentos tomados em consequência desses, assim como também narrava acontecimentos e se referia a diversos médicos.

Remetendo-nos à história do jornalismo, o autor fala da publicação de um outro jornal (durante os anos de 1764 e 1772) dirigido por Manuel

Gomes de Lima, o mesmo director do jornal anteriormente referido. Este jornal tinha o nome *Diário Universal de Medicina, Cirúrgica, Pharmacia, etc.*, que teve três números. Mais uma vez o autor descreve o que o primeiro número do jornal continha (tipos de artigos, sobre que assuntos e que nomes envolviam). À semelhança do referido anteriormente, Augusto da Silva Carvalho fala do segundo número do jornal; este contém mais memórias do que artigos sobre casos médicos e contém também notícias bibliográficas sobre publicações estrangeiras – os autores dos artigos eram associados da Academia Portopolitana; por fim, é referido o terceiro número deste jornal, publicado em 1772 mas referente a Abril de 1764. Este era de maior dimensão, tanto na quantidade de folhas como em tamanho. É um volume raro e desconhecido dos bibliográficos. Mais uma vez descreve o jornal, onde no início se apresenta uma dedicatória a D. José, intercalada com uma crítica do estado da medicina em Portugal. A isso seguem-se referências a diversos jornais em ordem cronológica e fala-se de observações meteorológicas pela primeira vez publicadas pelo jornal *Ano Médico* de 1796.

O autor fala ainda sobre o primeiro número da revista *Biblioteca de Cirurgia* (1789), cujo manuscrito se encontra na biblioteca da Faculdade de Medicina do Porto. Daqui para a frente, o autor menciona diversos jornais e revista médicos: *Os Anais da Medicina Dinâmica* (1832), composto apenas por dois fascículos, só contendo artigos de Lima Leitão; o *Jornal das Sciencias Médicas de Lisboa*, de Janeiro de 1835, de cuja redacção se encarregava Bernardino António Gomes e que servia para divulgar o movimento médico no estrangeiro e publicar memórias. Nesse ano, restaurou-se a *Sociedade das Sciencias Médicas de Lisboa*. Como o periódico passou a fazer parte desta, o seu nome mudou para *Jornal da Sociedade das Sciencias Médicas de Lisboa*. Era um jornal rico em informações sobre epidemiologia, hidrologia, história da medicina, demografia, etc. O autor afirma que se todos os livros de medicina se perdessem e apenas aquele jornal se salvasse, seria o suficiente para reconstruir a história da medicina desde o séc. XIX.

Surge depois o *Jornal Médico Cirúrgico e Farmacêutico de Lisboa* (1835), redigido por D. Benito Hordas y Valbuena e J. J. Viana de Rezende,

contendo artigos destes e de mais alguns médicos. Existe neste periódico um suplementar que contém o plano de organização duma escola veterinária proposto pelo governo (1837). Mais tarde Hordas saiu da redacção por se ausentar de Portugal; Viana de Rezende mandou fazer depois um rosto novo para este jornal de grande utilidade para a história da medicina. A seguir o autor trata de referir os diversos periódicos posteriores a este:

Annais do Conselho de Saúde Público do Reino, Lisboa (1838) – continha topografias médicas;

Annais das Sciencias Médicas (1838) – continha o *Quadro Synptico de Auscultação Nas Modéstias do Peito*;

Jornal dos Facultativos Militares (1843) e *O Escholioste Médico Publicado Sob Os Auspícios da Repartição de Saúde do Exército* – constituem dos mais importantes elementos do jornalismo médico;

Revista Médica de Lisboa (1844);

Registro Médico do Dr. Lima Leitão – continha observações do próprio;

Jornal de Medicina e Sciencias Acessórios;

Ambulância Médica (1862);

Revista Médica Portuguesa (1864);

O Correio Médico de Lisboa (1872) – considerado o precursor da Medicina Contemporânea;

Gazeta dos Hospitais Militares (1877).

Segundo o autor, no princípio de 1849 foram publicados o *Zacuto Lusitano* e *O Esculápio*. Relativamente à oftalmologia, saiu o *Periódico de Oftalmologia Prática* (1878) de Van Der Laan e Francisco Lourenço da Fonseca. Por sua vez, na Homeopatia surgiu a *Gazeta Homeopathica Lisbonense* (1859), por Bernardino Egídio da Silveira. Mais periódicos relativos a essa vertente são por exemplo: *Periódico dos Homeopatas* (1874); e *Boletim do Consultório Especial de Homoepathica* (1880).

Augusto da Silva Carvalho fala, depois, de outros métodos de tratamento vistos na *Revista Philosophica* (1853), de João Daniel de Sines, e do *Annaes de Medicina Pelo Sistem do Raspail* (1865) de D. N. de Lacerda e Dr. Guilherme Centazzi. Segundo ele, foi também publicada no Porto a *Gazeta Homoepathica Portuense* (1853) pelos Clínicos do Consultório Homoepático. Mais periódicos relacionados:

Livros LabCom

Gazeta Médica do Hospital Real de Santo António do Porto (1859);

Gazeta Médica do Porto (1860);

Archivos de História da Medicina Portuguesa (1876) – estes constituem uma colecção de memórias e informações;

Revista de Medicina Dosimétrica (1880);

A Sociedade dos Estudos Médicos de Coimbra, publicou Estudos Médicos (1878) – foi o primeiro periódico português a publicar resumos de artigos em francês;

Coimbra Médica (1881) – foram inseridos artigos de médicos estrangeiros; é um periódico indispensável para a história contemporânea da Medicina Portuguesa.

Os principais periódicos com artigos literários, artísticos ou relativos a outras ciências são a *Gazeta Literária (1761)* por Francisco Bernardo Lima, *O Jornal Enciclopédico Dedicado À Rainha N. Senhora (1779 – 1792)*. *Jornais relacionados:*

Investigador Portuguez em Inglaterra (1811) – contém críticas de escritos de diversos médicos, além de documentos e informações sobre demografia, assistência e topografias médicas.

Jornal de Coimbra (1812 – 1829) – contém artigos originais de clínicos ao Conselho de Saúde Pública.

Annaes das Sciencias e das Artes (1827).

Reportório Literário da Sociedade das Sciencias Médicas e de Literatura do Porto (1834) – este periódico continha observações meteorológicas e vários artigos sobre medicina.

Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana (1836).

Annaes da Sociedade Literária Portuense (1837).

Revista Estrangeira (1837) e Revista Literária (1838).

Jornal de Pharmacia e Sciencias Acessórias do Porto (1857).

Boletim de Chimica Applicada (1861)

Jornal de Pharmacia e Sciencias Medicas da Índia Portuguesa (1862).

Archivo de Pharmacia e Sciencias Medicas Acessórias (1864).

Jornal de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturales (1868).

Jornal de Pharmacia Chimica e Historia Natural Médica (1872).

Boletim da Sociedade de Geografia (1876).

Boletim da Pharmacia de Porto (1879).

Todos os jornais acima mencionados contêm artigos de medicina; fora estes existiram também várias publicações sobre outros assuntos distintos da medicina, mais ligados à literatura, com a Revista Popular ou O Panorama.

Fugindo um pouco do assunto das revistas e jornais e focando-se mais na medicina em si, o autor refere factos como o de no final do séc. XIX ainda haver uma deficiência e atraso no que toca à educação nas escolas de medicina em Portugal, mesmo sem conseguir identificar e numerar quais as falhas ou o porquê destas em determinadas cadeiras. Refere também o facto de haver falta de estágios para os novos médicos e o abandono que estes sofriam por parte das escolas após acabarem o curso. Davam-se – muito raramente – protestos via artigos de jornais noticiosos, mas poucos os liam e menos os entendiam e o Governo ignorava-os. Houve várias tentativas para que fossem renovadas e reformuladas as reformas e o tipo de ensino. Mais tarde, um grupo de professores hospitalares juntou-se e empreendeu esta tarefa e juntamente com Miguel Bombarda lançaram *A Medicina Contemporânea*. O corpo de redacção contava com Manuel Bento, Sousa Martins, Bettencourt Raposo, António Maria de Senna, Daniel de Matos e o Visconde de Sabóia. A revista teve um início brilhante, contendo memórias e artigos de diversos médicos. Esta publicava artigos de temas e assuntos distintos que abrangiam um vasto público, interessando à maioria dos seus leitores; para além disso, Miguel Bombarda produziu protestos e reclamações sobre o ensino, associações médicas, atraso da medicina e todos os assuntos antes mencionados e de interesse geral. Durante quatro anos, a revista viu-se envolvida em “lutas” por haver falta de respeito e tolerância para com ela; houve durante esse tempo picardias e “discussões” entre diversos médicos e até Bombarda entrou “numa guerra” com o *Correio da Manhã* por este publicar em excesso reportagens de jornais noticiosos e as novidades sobre a resposta da Escola Médica de Lisboa acerca de um convite feito à de Espanha. *A Medicina Contemporânea* alcançou o seu objectivo e cumpriu o seu papel, sendo sempre regular quanto à sua publicação.

Em 1887, Augusto da Silva Carvalho foi convidado, juntamente com Alfredo Costa, para dirigir uma revista, na qual Miguel Bombarda e outros médicos colaboravam; um ano mais tarde Alfredo Costa abandonou a revis-

ta. O autor continuou com a revista tentando mantê-la regular como sempre foi, escrevendo sobre os mais variados assuntos de importância geral. Mais tarde, conseguiu que a rainha D. Amélia promovesse assistência infantil, sendo que esta o encarregou de fundar e dirigir o Dispensário de Alcântara.

Quando mais tarde foram descobertas inovações sobre a profilaxia da raiva por Pasteur, os “ânimos” exaltaram-se na sociedade. O autor viu-se no meio de discussões com Sousa Martins; os confrontos continuaram após “a poeira assentar”, mesmo com as reportagens e sessões de Augusto da Silva Carvalho.

Em 1889, por deixar de poder continuar a desempenhar o papel de director da fundação, Augusto da Silva Carvalho confessa ter passado o cargo para Francisco Stomp, que por sua vez foi substituído um ano mais tarde por Fragozo Tavares, até 1895, contando durante esse tempo com a colaboração de vários médicos, onde foram publicados muitos relatórios, críticas e artigos sobre epidemiologia.

Em 1898 Bombarda voltou a dirigir o periódico que continha artigos valiosos sobre Sousa Martins – que entretanto falecera – tendo como secretário António de Azevedo. Mais tarde foi chamado para se juntar a Bombarda na direcção Belo de Moraes e para a redacção Pinto de Magalhães e Reynaldo dos Santos. Quando em 1910 Bombarda morreu, António de Azevedo ficou na direcção e Alberto MacBride entrou para a redacção.

O autor refere que, informações acerca da revista foram omitidas para que o livro não se alongasse mais; refere apenas que foram publicadas milhares de artigos a partir desta. Termina homenageando António de Azevedo, com textos de vários amigos.

Augusto da Silva Carvalho termina o livro dizendo qual o papel social do médico e como o jornalismo pode participar e ajudar; por fim refere quais os factos e quais as melhorias que deviam ter lugar para um próspero futuro da medicina em Portugal, acabando o seu livro dizendo que “*o jornal médico deve ser ao mesmo tempo cátedra, arquivo, tribunal e alta voz, que se faça ouvir bem claramente nas secretarias do Estado e nos senados municipais.*”

Autor (nome completo): Marta Alexandra Ferreira Bouça Fernandes Ribeiro
E-mail: tuyucapoeira@gmail.com

» Carvalho, 1973

Autor: Carvalho, Alberto Arons de

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1973

Título completo da obra: A Censura e as Leis de Imprensa

Tema principal: Liberdade de Imprensa

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Seara Nova

Número de páginas: 182

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: S.C24976.P e S.C27227.P

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: G3-4-8 e y6-9-4(3)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Alberto Arons de Carvalho nasceu em Lisboa em 1949. Fez as provas de aptidão pedagógica e capacidade científica na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 1986. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa.

Foi jornalista no *República* (1974 a 1975) e n' *A Luta* (1975 a 1976) e docente da Escola Superior de Meios de Comunicação Social (1979 a 1981).

Exerceu as funções de Secretário de Estado da Comunicação Social dos XIII e XIV Governos Constitucionais, entre Outubro de 1995 e Abril de 2002, de deputado às Assembleias Constituinte e da República (entre 1975 e 1983, de 1987 a 1995 e desde 2002) e de dirigente do Partido Socialista. Foi membro do Conselho de Imprensa e dos conselhos de informação para a Imprensa e para a RDP.

É autor de vários estudos sobre comunicação social: em co-autoria com António Monteiro Cardoso e João Pedro Figueiredo, *Direito da Comunicação Social* (2003), *Editorial Notícias; Valerá a pena desmenti-los?* (2002), Edições Minerva; *A Liberdade de Informação e o Conselho de Imprensa*

Livros LabCom

(1986), edição da DGCS; *A Censura e as Leis de Imprensa* (1973), editora Seara Nova, reeditado em 1999 pela editora Minerva com o título *A Censura à Imprensa na Época Marcelista*; e em co-autoria com António Monteiro Cardoso, *Da Liberdade de Imprensa* (1971), editora Meridiano.

É, igualmente, autor de dezenas de artigos sobre temas relacionados com a comunicação social em publicações nacionais e estrangeiras.

Índice da obra

I A Legislação da Imprensa de 1910 a 1926 - p.11

1. A Lei da Imprensa de 1910 – p.11

2. A participação Portuguesa na I Guerra Mundial e a Imprensa – p.13

II A Imprensa no Estado Novo – p.33

1. A Ditadura Militar e a Censura – p.33

2. A Legislação da Imprensa de 1926 a 1972 – p.43

a) Autorizações Prévias – p.44

b) Repressão Judiciária – p. 46

c) Repressão Administrativa – p.49

d) Apreensão – p.51

e) Direito de Resposta – p.53

2. A Legislação de Imprensa e a Censura – p.54

3. Funcionamento dos serviços de censura à imprensa – p.58

4. A actuação da censura prévia – p.63

5. As instruções da censura aos jornais – p.78

III- A Imprensa Portuguesa depois de Setembro de 1968 – p.85

A “liberalização” - p.85

A necessidade de uma nova lei – p.90

O novo regime jurídico da imprensa – p.107

Censura prévia administrativa – p.114

Entrega oficial das publicações – p.140

Direito à constituição de empresas jornalísticas – p.146

Repreensão administrativa – p.151

Repreensão judiciária apreensão – p.153

Direito de acesso às fontes de informação – p.161

Direito ao sigilo profissional – p.162

Direito de resposta, esclarecimento e rectificação – p.163

Concentração de Empresas – p.166

4. A imprensa perante os poderes económico e político – p.168

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra versa a censura e as leis da imprensa durante o período de 1910 a 1926 e durante o Estado Novo. Durante todo o primeiro capítulo, o autor passa em revista o que se passou durante a I Guerra Mundial e com o Governo presidido por Sidónio Pais.

Arons de Carvalho começa por referir que “a Implantação da República origina uma significativa mudança na situação da imprensa”. Em 1907, a imprensa começa por deparar-se com uma lei que suspende todos os termos de quaisquer processos relativos à mesma. Contudo, a II Guerra Mundial forçou o Governo Republicano a restringir a liberdade de imprensa. O poder policial passava a ter poder também sobre a imprensa e era o Governo quem passava a controlar as questões de segurança e defesa nacional. A censura, segundo a lei n.º 495, de 28 de Março, “eliminará tudo o que importa à divulgação de boato ou informação capaz de alarmar o espírito público ou de causar prejuízo ao Estado, no que respeita quer à segurança interna ou externa ou ainda aos trabalhos de preparação ou execução da defesa militar”. Devido esta lei, ao jornal *O Século* foram de imediato cortadas imensas linhas, ficando assim com um espaço em branco que não se poderia substituir. *O Século* era o mais polémico jornal daquele tempo, pois elaborava diversas críticas de cariz político e militar, entre outras, pelo que foi apreendido mais que uma vez. Em 1917, descontentes com estas leis da imprensa, os jornalistas formaram um movimento contra a censura, o que fez com que se criasse uma nova lei que consecutivamente diminuiu substancialmente os espaços em branco. Em Dezembro, através de três portarias do ministro Machado Santo, a liberdade de imprensa é consideravelmente restringida, o que gerou um descontentamento pela governação Sidonista.

A censura voltou a restabelecer-se a 13 de Abril. Contudo, jornais como *O Mundo* continuavam a ser inexplicavelmente censurados e a

censura continuava a ser acusada de irregular. Com o assassinato de Sidónio Pais e com o Governos nas mãos de José Relvas, no dia 1 de Fevereiro dá-se a primeira alteração no âmbito da aplicação da censura, que passa a ser justificada pela necessidade de derrotar os partidos monárquicos. No entanto, o Governo decide, a 28 de Fevereiro, dissolver a censura prévia.

No segundo capítulo, que Arons de Carvalho dedica ao Estado Novo, fala-se da ditadura militar e da censura, mais uma vez. O Golpe de Estado de 17 de Junho modificaria totalmente a situação da imprensa, uma vez que o General Gomes da Costa afirmou que não estabeleceria a censura à imprensa se esta não fizesse juízos de valor à sua pessoa. Contudo, o tão polémico jornal *O Mundo* decide lançar uma notícia com o assunto proibido, o que traria, a 22 de Junho, uma nova lei, publicada pelos jornais e assinada pelo segundo comandante da polícia, em que é estabelecida novamente a censura à imprensa. Qualquer jornal, antes de ser lançado nas bancas, teria de entregar quatro exemplares no Comando-Geral da GNR, para que pudessem ser analisados. A 24 de Junho, os Jornais inserem, pela primeira vez, a frase “Este número foi visitado pela Comissão de Censura”. Convinha, a quem detinha o poder, restringir a expressão do pensamento, obrigar os informadores da população a omitirem notícias verdadeiras, reduzir a imprensa a um simples repositório de factos e ideias. Apenas não eram cortadas dos jornais notícias acerca de prisões, buscas domiciliárias e deportações ou sobre as actividades dos partidos políticos. Os primeiros dias de Junho iriam, porém, modificar a situação da Imprensa Portuguesa, devido à rápida sucessão de importantes acontecimentos. A primeira lei de Imprensa da Ditadura Militar é publicada em 5 de Julho e desagrada aos jornais. “O fim da censura, que indiscutivelmente agradava aos órgãos de informação, teria sido mesmo uma das últimas tentativas do General Gomes da Costa para, através do apoio dos jornais, vencer a facção direitista do Movimento do 28 de Maio”. Com o general Gomes da Costa a ser substituído pelo general Carmona, recomeça a censura, iniciando-se um período em que o seu rigor aumenta progressivamente, o que leva mais uma vez ao desagrado por parte dos

órgãos de comunicação. A 20 de Junho, o Cardeal Saraiva de Ponte de Lima é mesmo preso por colocar, no lugar das notícias cortadas, “ilustrações de fantasia”.

São citados no livro alguns dos decretos mais importantes do período de 1926 a 1972, relativos às Autorizações Prévias, Repressão Judiciária, Repressão Administrativa, Apreensão, e Direito de Resposta.

“A instituição de um regime de censura prévia em 22 de Junho de 1926 não tem como origem qualquer diploma legal”, escreve Arons de Carvalho. A imprensa não carecia de leis e artigos onde a censura era invocada. A Junho de 1933, era criada a Direcção-Geral dos serviços da censura, que dependia do ministério do interior e que substituíra nas funções da Comissão Central, a comissão de censura de Lisboa. Através do Gabinete de Coordenação dos Serviços de Propaganda e Informação, constituído pelo Secretariado de Propaganda Nacional dos Serviços de Censura e pelo presidente da Comissão Administrativa da Emissora Nacional de Radiofusão, em 1940 é modificada a situação de dependência total da censura em relação ao Ministério do Interior. “A verdadeira Direcção de serviços de Censura saiu da alçada do Ministério do Interior”, esclarece Arons de Carvaho. Em 1934, há uma reformulação no nome do Secretariado de Propaganda Nacional, passando este a conhecer-se por Secretariado Nacional de Informação e Cultura Popular, onde são integrados os Serviços de Censura, que é controlado de forma absoluta por Salazar.

Relativamente ao funcionamento dos serviços de censura à Imprensa, podemos verificar nos escritos deste autor que era rígido: “Todo o conteúdo dos jornais diários, incluindo anúncios, fotografias, boletim meteorológico, etc., é em princípio, submetido a censura prévia. Exceptuando o noticiário proveniente das agências, cujo sistema de controlo de censura é diferente, cabe a um funcionário de cada jornal a missão de diariamente, e por mais uma vez, se deslocar à sede da Comissão de Censura, transportando o material a submeter a exame”, onde o artigo era autorizado ou não.

No que confere à actuação da censura prévia, o decreto de lei de 11 de Abril de 1933 estipula que «a censura terá somente por fim impedir a

prevenção da opinião pública na sua função de força social e deverá ser exercida por forma a defendê-la de todos os factores que desorientem contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum, e a evitar que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade”. Eram proibidos, porém, uma série de assuntos, bem como palavras tais como: *proletariado*, *luta de classes*, *repressão*, *contradições*, entre outras. O recurso a corte de frases continuava a ser utilizado pelos Serviços de Censura. O início da guerra de Espanha, em 1936, e o conflito mundial traduzem-se por um aumento acentuado da severidade da censura. São, nessa altura, cortadas todas as notícias, sejam quais forem os temas. A censura passa a cortar também temas provenientes do estrangeiro, com receio que estes se sucedam em Portugal, como notícias sobre movimentos estudantis, manifestações de rua, deserções de exércitos, factos que demonstrem desrespeito à hierarquia militar, protestos contra governos ocidentais de regime autoritário, movimentos feministas ou “hippies”, entre outros.

“As principais instruções escritas de carácter geral enviadas pelos Serviços de Censura aos jornais até 1968 são as constantes de uma circular urgente”, cujo conteúdo limita a imprensa a apenas a uma função propagandística.

Países como Grécia e Brasil sofrem da repressão por parte da censura institucionalizada pelos seus governos. Em Março de 1966, surge uma nova lei de Imprensa, que prevê a abolição da censura prévia, dando mais responsabilidade aos directores dos jornais. Porém, a com a reforma do código penal em Abril de 1967, a imprensa piora nitidamente. Posteriormente, através da Lei dos Segredos de Estado, é dado outro golpe profundo na Lei da Imprensa. As novas leis de Imprensa contêm limitações de várias ordens, como por exemplo: “possibilidade de a administração punir sem decisão judicial (Espanha e Grécia), deficiente tipificação dos delitos cometidos pela publicação não só do autor como director, chefe da secção, etc., o que se traduz normalmente pela existência de uma rigorosa censura interna (Espanha, Grécia e Brasil),” (p. 99), entre outras.

Arons de Carvalho, ao longo do terceiro capítulo, preocupa-se em revelar como era a imprensa portuguesa depois de Setembro de 1968, inti-

tulando o primeiro sub-capítulo por “A Liberalização”. O autor começa por referir que “a substituição operada, em 26 de Setembro de 1968 na chefia do Governo iniciou um dos mais importantes períodos na história do regime com naturais repercussões na imprensa” (p. 85). A tomada de posse ao poder de Marcelo Caetano, trazia a esperança da liberalização a Portugal e à imprensa. No primeiro dia do seu novo cargo, este permite a entrada dos jornalistas no gabinete, largos anos ocupado por Salazar. A 1969, com o termo do congresso que traria o fim do período da descompressão, a censura abrandava nitidamente o que de resto, não era inédito em períodos idênticos, mas que mesmo assim, mutila ou proíbe comunicados das listas oposicionistas e dos inquéritos e comentário dos jornais. “O fim do período eleitoral coincide – tal como se esperava – com um aumento de rigor da censura da censura, não prosseguindo, sequer, a lenta evolução gerada havia um ano” (p. 90).

A Março de 1969, surgia a necessidade de uma nova lei, que traria o fim arbitrário e do discricionário que a censura representava. Contudo, a legislação da imprensa vigente no ano anterior tornava-se um obstáculo à política do regime.

A 2 de Dezembro de 1970, o Governo submeteu à Assembleia Nacional uma proposta de lei de Imprensa, surgindo assim o novo regime jurídico da Imprensa. Surge, então, a discussão da lei de Imprensa na Assembleia, que ocupou dez sessões, algumas delas nocturnas, o que nunca antes havia acontecido, e que terminaria a 29 de Julho, tendo usado da palavra 24 deputados. O texto da lei de Imprensa aprovado pela Assembleia Nacional viria a ser aperfeiçoado pela Comissão de Legislação e Redacção da mesma Câmara, sendo publicado no *Diário das Sessões* de 19 de Outubro.

No sub-capítulo a, do ponto 3 do terceiro capítulo são apresentados todos os decretos-lei aprovados anteriormente, bem como a discussão e crítica das doutrinas políticas e religiosas das leis, regulamentos e mais actos da administração política e da organização corporativa, bem como intervenções como a de Ricardo Horta, Duarte Oliveira, Miller Guerra Casal-Ribeiro, Oliveira Dias, Pinto Balsemão, entre outros deputados daquela época. A entrega oficial das publicações também merece neste capítulo a opinião de alguns dos deputados citados anteriormente.

Alberto Arons de Carvalho também dedica algumas páginas do seu livro a debater o *direito de constituição de empresas jornalísticas*. No que se refere à *Repressão Administrativa*, diz-nos que “o artigo 123.º n.º 1 enumera todos os casos de interesse em que a aplicação das multas é da competência das autoridades administrativas – secretário de Estado da Informação e Turismo, que poderá delegar no director-geral da Informação” (p. 151). No sub-capítulo e, do terceiro capítulo, ponto três, o autor aborda temas como: *Competência Judiciária, Mecanismos da Responsabilidade, Delitos Cometidos pela Imprensa e Apreensão*. O autor revela-nos ainda que as novas leis previam o direito de acesso às fontes de informação, o direito ao sigilo profissional, bem como o direito de resposta, esclarecimento e rectificação e a concentração de empresas.

Sobre *A Imprensa Perante os Poderes Económico e Político* no final do Estado Novo, título de mais uma secção do livro, Arons de Carvalho relembra “o encarecimento do custo de produção dos jornais e a completa transformação dos órgãos de informação, cuja importância os torna meios poderosos e cobiçados” (p. 168). Os jornais sofrem, então, uma grande alteração no sentido em que o papel que o regime lhes reserva a partir dessa altura e as despesas que as novas técnicas exigem são incompatíveis com os poucos lucros auferidos. Relembra ainda Arons de Carvalho que nessa época o *Diário de Notícias*, o *Mundo Desportivo*, o *Vida Rural* e grande parte do capital do *Jornal de Notícias* pertencem à Empresa Nacional de Publicidade que, por sua vez, é propriedade da Companhia de Portugal e Colónias, cuja maioria de capital é da Caixa Geral de Depósitos” (p. 173). A transformação do jornal em “órgão de expressão do grupo económico”, origina profundas alterações. “A evolução da Imprensa portuguesa nos últimos anos é ditada quase exclusivamente pela progressiva dependência perante os grupos económicos e pela cada vez maior prioridade concedida à angariação de anunciantes” (p. 177).

Autor (nome completo): Carla Filipa Ferreira de Sousa
E-mail: filipasousadomarco@sapo.pt

» Castro Lopo, 1952

Autor: Castro Lopo, Júlio de

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): 1951

Ano de publicação/impressão: 1952

Título completo da obra: Para a História do Jornalismo de Angola

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Luanda

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Museu de Angola

Número de páginas: 30

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: H.G.18482//6V

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: I3-4-44-(16)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Júlio de Castro Lopo nasceu em Valpaços, em 1899 e morreu no mesmo local, em 1971. Era funcionário público, mas a sua grande paixão foi a investigação. Distinguiu-se como intelectual. Passou grande parte da sua vida, quase meio século, em Angola. É conhecido por uma infinidade de obras e artigos científicos escritos em jornais e revistas.

Índice da obra: [Não tem índice]

Apresentação e agradecimentos proferidos na Conferência em Luanda, a 1 de Setembro de 1951: pp. 9-11

Enunciação e descrição dos períodos do jornalismo em Angola: pp. 11-12

Publicações periódicas, entre elas o *Boletim Oficial*: pp. 12-22

Breve descrição da vida de António Urbano Monteiro de Castro (um dos precursores do jornalismo em Angola): pp. 22-29

Conclusão: p.30

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra resultou de uma conferência proferida pelo autor, Júlio de Castro Lopo, no Rádio Clube de Angola, a 1 de Setembro de 1951, a convite da Associação dos Naturais de Angola. Nela, o autor discorre sobre o jornalismo angolano, dando particular atenção à obra de António Urbano Monteiro de Castro, um dos precursores do jornalismo nessa ex-colónia portuguesa.

Segundo o autor, a história do jornalismo em Angola divide-se em três períodos:

- A 13 de Setembro de 1845, surgiu o “Boletim Oficial” fundado pelo Governador Geral Pedro Alexandrino da Cunha.

- A 6 de Dezembro de 1866, surgiu o semanário “A Civilização da África Portuguesa”, fundado por António Urbano Monteiro Castro e Alfredo Júlio Cortês Mântua, entre outros.

- A 16 de Agosto de 1923, surgiu o Jornal “A Província de Angola” fundado por Adolfo Pina.

O autor diz que a evolução jornalística de Angola dependeu da colonização e do desenvolvimento do Comércio. À medida que as cidades mais importantes foram aumentando em população europeia e em exportação de géneros, começaram a aparecer as tipografias, os periódicos e os jornais. A colonização, o desenvolvimento da agricultura e o incremento do comércio e da indústria foram assim, para o autor, as razões que explicam a génese do jornalismo angolano.

A criação de comarcas judiciais influíram, também, segundo Castro Lopo, na evolução do jornalismo, até porque, sendo advogados alguns dos redactores dos periódicos, os jornais tornavam-se instrumentos complementares da sua profissão, quer para atacar quer para defender.

Os três períodos do jornalismo angolano são, explica Júlio de Castro Lopo: 1) Primeiros passos do jornalismo; 2) Imprensa livre; e 3) Fase do jornalismo industrial e profissional.

O autor regista que, em 1852, foi publicado, em Luanda, o “Almanaque Estatístico da Província d’Angola e Suas Dependências”, mas não se deve com ele marcar o início de uma nova fase do jornalismo, visto que apenas se publicou um volume.

Igualmente em 1856 surgiu o periódico de Luanda “A Aurora”, mas

poucos números foram publicados, pelo que, na óptica do autor, o início desta publicação não deve ser considerada como mais uma tentativa de iniciar outra fase no jornalismo.

A fazer concorrência ao *Boletim Oficial*, surgiu, segundo o autor, em 1866, “A Civilização da África Portuguesa”, um semanário noticioso. Segundo o autor, isso não mudou a natureza do órgão oficial, que manteve, entre outras, a função de porta-voz dos colonos mais ilustres e era utilizado para publicação de diversos documentos, tais como: pastorais e provisões do bispado, crónicas de viagem, artigos e estudos, assuntos comerciais, industriais e agrícolas, e ainda textos literários. Nele se publicavam também avisos de rifas de objectos, declarações de credores a ameaçarem os devedores, participações de casamentos, nascimentos e óbitos, declarações ao comércio e ao público em geral. Em suma tudo o que pudesse ter interesse para a população era publicado.

Segundo o autor, na época em que o texto aqui sumariado foi escrito já se consideravam “ridículas” as tentativas de manifestações intelectuais exibidas no órgão oficial nos seus tempos iniciais. Diz Castro Lopo que nessa altura existiam “criaturas menos esclarecidas” que criticavam e troçavam cruelmente dos textos literários impressos, nos quais os seus autores manifestavam publicamente a mágoa que sentiam pela morte de alguém conhecido, enaltecendo-o e demonstrando as saudades que tinha deixado.

O autor enfatiza a colaboração prestada ao órgão oficial pelos colonos ilustres, que não destoava das leis e providenciais governativas publicadas. No entanto, ao mesmo tempo que se publicavam documentos oficiais, Castro Lopo releva que também se exteriorizavam sentimentos, ideais, pensamentos e esperanças, em prose e em verso.

Para Júlio de Castro Lopo, alguns trabalhos publicados no *Boletim Oficial* constituem documentos importantes que nos mostram os esforços dos colonos e a evolução de Angola, desde o início da colonização, pelo que serviriam para serem utilizados pelos historiadores, já que documental a vida social de Luanda.

Segundo o autor, o *Boletim Oficial* foi publicado durante mais de vinte anos, sendo a única publicação regular – era a “Imprensa do Governo”.

Até que em 6 de Dezembro de 1866, como já foi referido, surgiu “A Civilização da África Portuguesa”, dedicado a tratar de interesses administrativos, económicos, mercantis, agrícolas e industriais. O aparecimento desse periódico inaugurou, de acordo com Castro Lopo, o segundo período do jornalismo Angolano, a época da Imprensa Livre. Muito dos periódicos dessa época eram vendidos avulsamente nas localidades em que eram editados, e os que lá publicavam artigos eram das mais variadas condições sociais – agricultores, comerciantes, lojistas, magistrados, médicos, professores, etc.

Os periodistas, diz Castro Lopo, utilizavam os jornais da época com fins variados: recriação literária, expansão intelectual, propaganda política, defesa de interesses regionais, comerciais, etc. Para ele, este jornalismo episódico e de amadores da “segunda época” do jornalismo angolano foi muito importante pelos valores que se revelaram ao longo dos anos. Os periódicos que se mantiveram durante mais tempo foram o “Semanário de Luanda” (1867 a 1870) e o “Mercantil” (1870 a 1897), este último com tipografia própria. No entanto o jornalismo de Angola só se tornou verdadeiramente industrial e profissional, diz Castro Lopo, em 1923, com o surgimento do jornal “A Província de Angola”.

Para Castro Lopo, não se pode deixar de salientar o papel importante de António Urbano Monteiro de Castro no jornalismo de Angola, já que foi, de acordo com o autor, “um dos maiores valores intelectuais do século XIX”. Exerceu em Luanda a profissão de advogado e de jornalista, sendo um verdadeiro artista da prosa, fazendo trabalho literário, sem esquecer as notícias e as doutrinas. Era romântico e negociante, autoridade administrativa, advogado, patriota, orador, político, participante de todos os movimentos sociais e cívicos que pudessem melhorar a vida da população de Luanda.

Autor (nome completo): Ana Catarina Almendra Correia de Almeida d'Eça
E-mail: catarina_eca@hotmail.com

» Castro Lopo, 1964

Autor: Castro Lopo, Júlio de

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1964

Título completo da obra: Jornalismo de Angola, Subsídios para a sua História

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Luanda

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Centro de Informação e Turismo de Angola

Número de páginas: 127

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: P 3273 V

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: 07-7-31

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Júlio de Castro Lopo nasceu em Valpaços, em 18 de Abril de 1899, e morreu na mesma vila, em 4 de Março de 1971. Passou mais de meio século em Angola, onde deixou bem marcada a sua passagem por ali. Profissionalmente, era funcionário público. Mas ele foi, essencialmente, um intelectual. Deixou uma infinidade de obras, para além das muitas dezenas de artigos que deixou nos jornais e revistas, tanto do Ultramar como da Metrópole.

Índice da obra:

Introdução: pp. 7-9

O Primeiro Órgão da Imprensa de Angola: pp. 11-18

Períodos do Jornalismo e um dos precursores da Imprensa Livre: pp. 19-29

Três Periódicos (de Luanda) do Dr. Alfredo Troni: pp. 35-39

Dispersos da Vida da Imprensa: pp. 41-63

Livros LabCom

Notas sobre alguns periódicos (de Luanda) do Século XIX: pp. 65-74

Alguns dos Africanos que se evidenciaram no jornalismo de Luanda: pp. 75-84

Resenha cronológica de órgãos da imprensa fundados no séculos XX, até final do ano de 1945: pp. 85-92

Dois extintos periódicos de Luanda (do século XX) e dois jornalistas, já falecidos: pp. 93-98

Jornalismo industrial e profissional: pp. 99-110

Considerações sobre Jornalismo, à margem desta monografia: pp. 111-116

Resenha de órgãos da imprensa de Angola existentes em 31 de Dezembro de 1963: p. 117

Resumo da obra (linhas mestras): Neste livro, Júlio de Castro Lopo, começa por dizer quais foram os apontamentos bibliográficos que consultou e as dificuldades que teve para recuperar os dados que apresenta sobre a história do jornalismo em Angola.

Após a introdução explica o percurso vivido pelo primeiro órgão da imprensa de Angola, intitulado *Boletim do Governo Geral da Província de Angola*, que iniciou, a 13 de Setembro de 1845, o primeiro noticiário mundano, inseriu o primeiro anúncio comercial e o primeiro noticiário teatral. Em 3 de Julho de 1847, o título foi alterado para *Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola*.

A 27 de Junho de 1922, foram criadas a segunda e a terceira séries do *Boletim*. A primeira série era constituída pela colecção da legislação da Província, a segunda série destinada à publicação de decretos, portarias e despachos e a terceira série destinada à publicação de avisos e anúncios oficiais. O órgão passou a ser intitulado *Boletim Oficial de Angola*.

Júlio de Castro Lopo divide a história do jornalismo de Angola em três períodos mais ou menos distinto. O primeiro período iniciou-se com o *Boletim Oficial* em 13 de Setembro de 1845, merçê das providências tomadas por Pedro Alexandrino da Cunha, que poucos dias antes (6 do referido mês) havia tomado posse do cargo de governador-geral. O segundo período é marcado com o aparecimento, em Luanda, do semanário *A Civilização da África Portuguesa*, a 6 de Dezembro de 1866 e fundado

por António Urbano Monteiro de Castro e Alfredo Júlio Cortês Mântua, sem embargo de também se considerarem fundadores do periódico os seguintes indivíduos: João Feliciano Pedreneira, Feliciano da Silva Oliveira, Francisco António Pinheiro Bayão e o brasileiro Francisco Pereira Dutra. O terceiro período do jornalismo angolano é iniciado em 16 de Agosto de 1923, também em Luanda, com o jornal *A Província de Angola*, fundado por Adolfo Pina. Os três períodos do jornalismo angolense podem designar-se assim: primeiros passos do jornalismo; imprensa livre; jornalismo industrial e profissional.

Os periodistas redigiam as folhas com fins diversos: como recreção literária; por expansão intelectual; ou por temperamento de escrevedores; ou por vocação, conjuntural ou verdadeira, para propaganda política; ou por partidarismo local: para defesa de interesses regionais, comerciais, agrícolas e industriais; por mercantilismo, com feição noticiosa, a favor de determinados interesses particulares; por motivos e intuítos panfletários, em que a pena ora se transformava em espada leal do combatente, ora em punhal de assaltante grosseiro e traçoeiro. Certo é que o jornalismo episódico e de amadores foi muito importante em Angola, pelos valores mentais que nele se revelaram durante muitos anos. A tal período do jornalismo, os colonos e os povos africanos devem a Portugal serviços apreciáveis, pelas campanhas que nos periódicos se fizeram em defesa dos interesses nacionais e dos míseros negros, que, aliás, humanitárias leis portuguesas defendiam de traficantes.

Um dos percursores da imprensa livre foi António Urbano Monteiro de Castro, mais conhecido no jornalismo, na política e no foro de Angola pelo nome abreviado de Urbano de Castro. O autor considera-o um símbolo dos jornalistas do século XIX de Luanda e que a seu entender foi um dos maiores valores intelectuais e mentais que passaram pelo jornalismo de Angola.

O autor descreve também os três periódicos (de Luanda) do Dr. Alfredo Troni intitulados: *Jornal de Luanda*; *Mukuarimi* e *Concelhos de Leste*.

O autor diz ainda que o bi-semanário *A Defesa de Angola* se fundou em Luanda em 1903. Por convite do Dr. Sebastião de Magalhães Lima, foi o jornalista e publicista José de Macedo para a capital de Angola, a fim de

dirigir o periódico, visto o grémio português de Luanda haver solicitado a escolha de jornalista competente para orientar tecnicamente o periódico.

Para o efeito, foi pois José Macedo a pessoa escolhida pelo Dr. Sebastião de Magalhães Lima. Tratava-se de um jornalista com alguma prática de redacções e, além disso, já então José de Macedo se dedicava a estudos relacionados com problemas ultramarinos.

Anteriormente à fundação do periódico, influentes políticos e do comércio de Luanda haviam publicado (20 de Dezembro de 1902) uma circular a lançar um empréstimo para angariamento de fundos destinados à aquisição de oficinas de composição e impressão, etc., para a criação de *A Defesa de Angola*. Para isso foram emitidos títulos de empréstimo do valor nominal de dez mil réis cada um.

Entre os africanos que na capital da província de Angola colaboraram em periódicos de Luanda, no segundo período do jornalismo angolense, que se designa de imprensa livre, Júlio de Castro Lopo distingue João da Ressurreição Arantes Braga, José de Fontes Pereira e Pedro da Paixão Franco.

João da Ressurreição Arantes Braga era um homem de curiosidades intelectuais e que tinha um apreciável temperamento de jornalista. Morreu em Luanda, a 16 de Novembro de 1885, e foi sepultado no cemitério do Alto das Cruzes. Ainda hoje é venerada a memória de Arantes Braga, entre algumas velhas famílias africanas de Luanda.

José de Fontes Pereira era mais culto que João da Ressurreição Arantes Braga e dominava melhor do que ele a língua portuguesa. José de Fontes Pereira é uma das mais distintas figuras do jornalismo de Luanda, entre os africanos do século XVIII. João Pereira era mestiço, natural de Luanda e morreu em Luanda de pneumonia fibrinosa, a 3 de Maio de 1891, sendo sepultado no cemitério do Alto das Cruzes (tinha 67 anos).

Pedro da Paixão Franco era negro, natural de Luanda e tinha qualidades distintas de intelectual talentoso e cheio de entusiasmo; de pessoa moralmente corajosa e de carácter; de cidadão que se dedicava ao bem público, fazendo a apologia das normas de justiça e de bondade. Faleceu a 16 de Junho de 1911 e foi sepultado também no cemitério do Alto das Cruzes.

O autor apresenta, no seu livro, uma resenha cronológica de órgãos da imprensa fundados no século XX, até final do ano de 1945.

Mais à frente, Castro Lopo faz uma breve história dos periódicos já extintos *Voz de Angola* e *A Província* e a dois falecidos jornalistas, Júlio Lobato e Francisco Pereira Batalha.

Quase a concluir, o autor refere-se aos jornais industriais e profissionais publicados em diversas cidades de Angola, incluindo *A província de Angola* (Luanda), *Jornal de Benguela*, *O Distrito de Benguela*, *Notícias de Benguela* e *O Intransigente* (Benguela), *O Planalto* e o *Voz do Planalto* (Nova Lisboa/Huambo), *O Lobito* e *Notícias do Lobito* (Lobito), *Angola Norte*, *A Lunda*, *O Democrático* e *a Era Nova* (Melanje), o *Jornal de Huila*, o *Notícias da Huila* (Sá da Bandeira/Lubango), *O Namibe*, *O Sul de Angola* e *Jornal de Moçâmedes* (Moçâmedes) e finalmente o *Jornal do Congo* (de Uíge).

O último capítulo é dedicado aos leitores angolanos. Nele se inserem excertos de dois artigos publicados em Lisboa, em 1941. No primeiro, da autoria de Homem Christo, diz-se que o jornalismo deve ser um “sacerdócio moral e cívico”, “culto” e “honrado”, devendo ainda “orientar-se pelos interesses colectivos e não pelo interesse (...) dos homens políticos e das facções”. Para Homem Christo, citado por Castro Lopo, “em Portugal, o verdadeiro jornalismo nem se iniciou ainda”. No segundo artigo, da autoria de Joaquim Leitão, equipara-se o jornalismo a uma “arte literária” e considera-se a actividade como um “magnífico campo de estudos” para as ciências sociais e humanas.

O livro encerra com uma resenha de órgãos da imprensa de Angola existentes em 31 de Dezembro de 1963.

Autor (nome completo): Hugo Gabriel Oliveira Gonçalves
E-mail: 15951@ufp.pt

» Castro Lopo, 1965

Autor: Castro Lopo, Júlio de

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1965

Título completo da obra: Algumas Coisas Sobre Jornalismo

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Luanda

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Fundo de Turismo e Publicidade

Número de páginas: 17

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: P3330v

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: I3-1-176-(24)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Nasceu em Valpaços, em 18/04/1899 e morreu na mesma vila, em 04/03/1971. Passou mais de meio século em Angola, onde deixou bem marcada a sua passagem por ali. A sua ocupação principal passou-a como funcionário público. Mas ele foi, essencialmente, um intelectual. Deixou uma infinidade de obras, para além das muitas dezenas de artigos de carácter científico que deixou nos jornais e revistas, tanto do Ultramar como da Metrópole.

Índice da obra: [Não tem índice.]

Introdução sobre a conferência que motivou o livro: p.5

Percurso pessoal: p.5-7

Fundadores do jornalismo angolano: p. 10

Jornais em Angola: pp. 12-13

Evocações de várias figuras do jornalismo angolano e da vida em Angola e encerramento: pp. 15-17

Resumo da obra (linhas mestras): Este livro dá conta da conferência realizada no dia 1 de Fevereiro do ano de 1965 por Júlio Castro Lopo, no Museu de Angola, em Luanda, para encerramento da “Semana dos Meios de Comunicação Social”, por sua vez integrada nas celebrações do “Dia da Imprensa”, uma iniciativa levada a cabo pela Liga Independente Católica Feminina.

O tema mor da conferência de Castro Lopo era o jornalismo e por isso tratou de dizer por que razão se considerava ligado ao jornalismo. Disse, então, que desde pequeno lia jornais que parentes ou vizinhos lhe davam.

Retratando como um jovem das elites do início do século XX tomava contacto com o jornalismo, Castro Lopo explica que jornais como o *Le Matin*, de Paris, *O Comércio do Porto*, *O Primeiro de Janeiro*, *A Nação*, *O Dia*, *A Época*, ou mesmo o *Diário de Notícias* faziam parte da sua leitura habitual, em substituição do Latim ou da Álgebra, disciplinas escolares, que lhe valiam, por vezes, um forte puxão de orelhas por parte de seu pai.

Em relação aos artigos e aos seus autores, Castro Lopo, disse que se começou a interessar pelos textos do advogado Dr. Cunha e Costa, que escrevia para jornais como *A Nação*, *O Dia* ou *A Situação*. Do *Primeiro de Janeiro*, Castro Lopo apreciava especialmente a secção “Tribuna Livre”, de Guedes de Oliveira. Disse também sentir-se privilegiado pois tinha à sua disposição o melhor e mais culto jornalismo português.

Castro Lopo contou um facto curioso que consistia em, apesar de ser republicano, não se importar de ler os artigos do Dr. Cunha e Costa mesmo depois de este ter aderido à causa da Monarquia já depois de implantado o sistema republicano, tal era a sua admiração por ele.

Lopo identificava-se com as ideias do Dr. Cunha e Costa, pois este “sintetizava qualidades morais e intelectuais, que assim podiam determinar o superior homem de imprensa.” O autor reconhece, assim, que Cunha e Costa foi influente na construção da personalidade do autor.

Segundo Castro Lopo, Cunha e Costa dizia, também, que o bom jornalista era aquele que denotava sinceridade jornalística e servia os interesses da comunidade nacional, devendo exercer a profissão “com o mesmo escrúpulo que o médico honrado põe exercício do seu *métier*”. Mais, segundo Cunha e Costa, igualmente citado por Castro Lopo, o bom jorna-

lista levava as pessoas a lerem o que escrevia, ainda que estas não concordassem com as ideias expressas pelo primeiro.

Devido então à forma de pensar de Cunha e Costa, Castro Lopo afirmou que o primeiro o influenciou nas tendências do seu espírito.

No texto, Casto Lopo tributa homenagem à memória de Pedro Alexandrino da Cunha, considerado o fundador da Imprensa de Angola, pois, enquanto governador do território, fundou o *Boletim Oficial de Angola*, a 13 de Setembro de 1845. Castro Lopo lembrou, ainda, que o periódico *A Civilização da África Portuguesa*, fundado em 1866 por Urbano Castro e Alfredo Mântua, marcou uma nova fase da história da Imprensa nessa província ultramarina, pois a partir dessa altura “a imprensa particular foi considerada mais uma voz activa na interpretação e no enquadramento da opinião pública.” (p. 10). Falou, ainda, das 116 publicações periódicas que ao longo da história surgiram em Luanda, das 23 de Moçâmedes, das seis de novo Redondo, das 19 de Benguela, das cinco de Malanje, de uma na antiga Dalatando (cidade nova de Salazar), das oito de Sá da Bandeira, das três de Silva Porto, de uma de Santo António do Zaire, das quatro do Lobito, das cinco de Nova Lisboa e das duas da Missão Católica do Bailundo.

Castro Lopo fez referências às principais publicações periódicas de Angola (*O Apostalado*, *Notícia*, *Jornal de Benguela*, *O Lobito*, *O Planalto* e *Jornal da Húlia*) que juntamente com os diários (*A Província de Angola*; *Diário de Luanda*; *O Comércio*; e *ABC – Diário de Angola*) tinham grande importância na província.

Finalizando, Castro Lopo disse que o Patriotismo não era um negócio mas sim um sentimento moral que define o carácter do homem que se não deixa subjugar por rancores ou despeitos pessoais. Desejou, em consequência, que os jornalistas de Angola fossem sempre dignos da herança moral deixada pelo fundador da imprensa deste território e que nunca atentassem contra a honra e os interesses de Portugal.

Autor (nome completo): Diogo dos Santos Pedrosa
E-mail: diogo.pedrosa8@hotmail.com

» Cerqueira, 1952

Autor: Cerqueira, Eduardo

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1952

Título completo da obra: O Centenário do Campeão do Vouga

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Coimbra

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Oficinas Gráficas da Coimbra Editora, L.da

Número de páginas: 24

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: H.G. 18741//13 V

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: J – 3 – 1 – 63 (35)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Eduardo Cerqueira nasceu a 5 de Setembro de 1909 na freguesia de Vera-Cruz, em Aveiro. Frequenta, em 1927, sucessivamente as Faculdades de Ciências e de Farmácia, na cidade do Porto, que viria a deixar tempos depois. Em 1933, ingressou no funcionalismo público indo trabalhar para a cidade da Guarda, regressando, em 1936, a Aveiro já casado e com filhos, para aqui se radicar definitivamente, como funcionário da Junta Autónoma das Estradas. Desde cedo começou a dedicar-se ao jornalismo, sendo correspondente de “O Século” e “O Primeiro de Janeiro” e delegado de “O Diário de Notícias” e colaborador, a partir de 1945, da revista “Arquivo do Distrito de Aveiro” e, de 1966, da revista “Aveiro e o seu Distrito”. Escreveu também para os semanários regionais, como o “Correio do Vouga” e o “Jornal de Aveiro”, sendo um dos frequentes e primeiros colaboradores do jornal “O Litoral”, desde o primeiro número surgido em 1954. Sócio de diversas colectividades aveirenses, foi director do Sport Club Beira – Mar e da Associação de Futebol de Aveiro e mem-

Livros LabCom

bro das Comissões Municipais de Cultura e de Toponímia. A 15 de Março de 1971, Eduardo Cerqueira assumiu as funções de Presidente da Junta do Porto de Aveiro, cargo que ocupa até 1977. Um ano depois, afirma-se como “uma débil voz que secunda o coro a favor do património local” e torna-se um dos colaboradores da ADERAV, escrevendo para o “Boletim” desta Associação e participando em várias iniciativas. Por volta do ano de 1982, é agraciado pela Câmara Municipal de Aveiro com a Medalha de Prata da Cidade.

Na madrugada de 5 de Setembro de 1983, falece Eduardo Cerqueira, quando completava precisamente setenta e quatro anos de idade.

Índice da obra: [Não existe índice]

História do Nascimento de um “Campeão”: pp. 5-8

Estrutura e formação dos Quadros do jornal: pp. 9-10

Um periódico de Crenças e Ideias: pp. 11-13

Missão Orientadora e Informativa – A sua mensagem: pp. 14-15

Remodelação dos Quadros: pp. 16-17

Perfil de Manuel Firmino de Almeida Maia – A Afirmção de um Homem: pp. 18-19

A Evolução do “Campeão”: pp. 20-21

Uma Nova Geração e a extinção do “Campeão”: pp. 22-23

Homenagens – “Por detrás de um grande Homem há sempre uma grande Mulher”: pp. 24

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra é uma homenagem mas sobretudo a comemoração do centenário de um jornal na história da imprensa periódica aveirense, sem dúvida das mais ricas e significativas das pequenas cidades nacionais, ocupando um lugar destacado o *Campeão das Províncias*, inicialmente chamado *Campeão do Vouga*. O papel preponderante desse jornal durante largas décadas da vida pública de Aveiro, quer no ponto de vista da doutrinação e acção política, quer na propaganda e defesa dos problemas regionais ou na divulgação dos seus motivos de prestígio e das suas glórias, residiu, segundo o autor, na revelação dos seus valores intelectuais e espirituais ou nas iniciativas que tomou e preconizou.

O Campeão foi, segundo o autor um repositório e testemunho dos acontecimentos locais, mas teve ainda, mais acentuada relevância como actor, figurante de primeira plana, directo e activo, na cena pública da cidade e do distrito. Nasceu de gente nova, com os intemeratos entusiasmos e as ilusões generosas próprias da idade, eivada de novas ideias, vogando nas águas do romantismo e do liberalismo. Com o fim do cabralismo novos horizontes abriram-se aos moços irrequietos e inconformistas. Manuel Firmino de Almeida Maia, regressara à sua terra natal, cheio de confiança nas suas pujantes qualidades e decidido a patenteá-las e fazê-las vingar. A imprensa, soltas as peias do malquistado cabralismo, era o campo propício para um jovem, compenetrado dos seus méritos, audaz e voluntarioso, provar e exercitar as faculdades iniludíveis que aguardavam o ensejo e o quadro de acção para se manifestarem e convenceram. O jornal seria o veículo das suas doutrinas, dos seus critérios de julgamento e conduta, do poder de irradiação da sua inteligência e da sua vontade, o instrumento de que se serviria para persuadir das suas verdades e refutar as contrárias, para levar o seu nome a um círculo cada vez mais largo de leitores, quiçá, de admiradores e correligionários. Até então, o país não contava com mais de uma vintena de folhas periódicas, editadas, apenas, e, Lisboa, Porto e Coimbra, e em Aveiro, que é como quem diz, em todo o distrito, só até essa altura se publicara o *Boletim de Notícias*. Manuel Firmino estava, então, na plenitude dos seus vinte e sete anos. Apoiado, se não instigado, pelo conselho acalentador da dedicada esposa, lança a ideia a ideia do jornal por meados de 1851. A primeira adesão à iniciativa, porventura a mais decisiva e valiosa, encontrou-a num adolescente que encetava os passos de uma carreira política de contínuos triunfos – o aluno de Direito José Luciano de Castro Pereira Corte Real. Em fins de Agosto distribui-se o prospecto anunciando a saída do *Campeão do Vouga – Jornal Literário e Político*. O prospecto – circular anunciava o seguinte: “Um novo jornal vai aparecer neste canto de Portugal, um novo soldado vem tomar a cruz, e marchar para a santa cruzada da emancipação do pensamento! (...) *O Campeão do Vouga* será um jornal literário em cujas colunas terão um honroso lugar a história, biografia, descrições, a poesia, a tradução de alguns trechos mais importantes, etc. (...) A nossa divisa, o nosso timbre

será – O Amor da Pátria, a que morreremos abraçados. Conhecemos a arduidade da matéria, mas não trepidamos, não recuamos ante ela. Oxalá que uma estrela propícia nos sirva de farol, na alpestre vereda por onde caminhamos. (...) Publica-se uma vez por semana. Assina-se em Aveiro, no Escritório da Redacção. Preço da assinatura: por ano, 2.000 reis; por semestre, 1.100 reis; por trimestre, 550 reis.” (pp. 5-8).

Adquiriu-se, então, uma larga parcela do material pertencente à modesta tipografia de Joaquim Maria plácido – única que existia além da do Governo Civil e recorreu-se à habilidade do ensamblador José Pereira para executar um imprescindível prelo de madeira. Porém, escasseavam os profissionais gráficos para trabalhos de tamanha monta e responsabilidade; faltavam os recursos financeiros para lançar a publicação e sustentá-la com normalidade. Mas não estava na índole perseverante de Manuel Firmino desistir a meia encosta, nem José Luciano o deixara desacompanhado a enfrentar os contratemplos e embaraços, as atitudes negativas dos cépticos. Conseguiram tipógrafos, embora em condições precárias, ganharam a confiança dos irresolutos e dos menos crédulos e, graças à generosidade afectuosa da mãe do segundo, desvanecida com os sucessivos êxitos do filho, em que se revia orgulhosa e com a possibilidade de abrir-lhe nova senda aos caminhos, da glória que lhe ambicionava, também foi solucionada a questão económica. A bondosa senhora cedeu, para as despesas iniciais do jornal, um valioso cordão de ouro, pelo qual um capitalista adiantou as precisas e suficientes quinze moedas. *O Campeão do Vouga* veio, assim, a publicar o primeiro número a 14 de Fevereiro de 1852 (completou-se um século na altura em que esta obra foi escrita 1952), subintitulando-se de “Jornal Político, Literário e Comercial”. A política e a literatura, ao concretizar-se a iniciativa, trocaram a ordem, dando primazia à primeira, a qual, aliás, seria pelo tempo adiante a razão dominante do periódico, e alargou-se ao âmbito das actividades mercantes. Procurava-se, entretanto, para o cargo de redactor principal um nome mais decisivamente conceituado, com maior prestígio literário e político, e surgiu então o nome do Dr. José Maria de Almeida Teixeira de Queirós. Como editor figurava o bacharel João Gonçalves Meireles Monteiro, muito conhecido no meio aveirense, o lugar de administrador pertencia a Manuel Firmino.

José Luciano e Bernardo de Magalhães não apareciam como redactores efectivos ou responsáveis da publicação, mas conservavam-se fiéis à sua sorte. Seriam colaboradores permanentes. O jornal foi impresso na Tipografia de Manuel Firmino de Almeida Maia. Os preços da assinatura são mais elevados do que o mencionado no prospecto atrás transcrito: por ano, 3.000 reis; por semestre, 1.500 reis; por trimestre, 750 reis. Não houve, porém, propriamente um encarecimento. Pelo contrário, cada número tornou-se mais barato, pois em lugar de se publicar uma vez por semana, como era intenção inicial, saiu como bi – semanário, com uma edição aos domingos e outra às quintas – feiras (pp. 9-10).

A posição que tomava e que era demonstrada no primeiro número do *Campeão do Vouga*, fixava-se, porém, no campo das ideias liberais que “caminhavam ao passo que a ilustração ia chegando a todas as classes, e que a razão e a inteligência do povo se desenvolve e engrandece”. Vincava resolutamente essa posição: “Pertencemos ao grande partido liberal. Temos uma crença firme no progresso do espírito humano; e é dela que esperamos a aurora da redenção. (...) É necessário que sejamos revolucionários, mas nas ideias, e não nas praças. Têm-nos alcunhado de anarquistas e demagogos, talvez porque não sabem apreciar a sensatez do nosso juízo, a elevação das nossas ideias, a prudência das nossas aspirações; talvez porque querem indispor-nos com a nação, e com a Europa. (...) Não renegamos as nossas crenças, nem encobrimos as cores da nossa bandeira, mas temos bastante prudência para não comprometer o futuro com as nossas leviandades (...)”. O número propunha-se, naturalmente, dar a conhecer o que seria o jornal no futuro: “*O Campeão do Vouga* é um periódico de tolerância e de independência. Havemos de apresentar os actos da administração pública à sua verdadeira luz, apreciá-los sem ódio, nem afeição de partido. (...) Mas havemos de julgar os actos, e não os homens. E, se porventura uns e outros estiverem de tal modo identificados que na apreciação daqueles possamos ferir algumas susceptibilidades, desde já declaramos sinceramente que nos leva a isso a suprema lei da utilidade pública, que, para nós, é onipotente, e superior a todas as considerações pessoais” (pp. 11-13).

Foram mitos os nomes que deram o seu contributo ao *Campeão*, alguns

deles como o poético, o nonagenário Francisco Joaquim Bingre, o venerado e desafortunado “Cisne do Vouga”» e Bernardo de Magalhães, que dera o seu apoio nos trabalhos preliminares da fundação do periódico. José Luciano, o mais pronto e prestimoso companheiro do fundador, não podia faltar. Subscreeveu uma “Introdução Literária” onde proclama convictamente: “O espírito é rei do futuro, livre e independente levanta a bandeira da ressurreição social, desdenha a ignorância e a superstição sentado no seu trono de diamantes”. Enfeita o estilo com todas as riquezas de expressões de que dispõe, defende com ardor a liberdade do pensamento, num ou outro passo lança afirmações de nítida heterodoxia católica, para terminar: “Fortalecidos com a fé em Deus e no progresso social, e submissos nesse campo glorioso, em que inteligências mais fortes já se têm estreado – nós vimos, com a mão no coração escrever algumas páginas de instrução para esse povo que desfalece á minguá – e que marcha com os olhos vendados pela neblina da ignorância, no caminho das gerações. Se nos enganarmos, oxalá que Deus e o futuro nos perdoem!”. Falava a sinceridade, muito longe ainda das responsabilidades do poder e das contingências da acção. Um último artigo doutrinário – “O Jornal e o Distrito” - vem assinado por Francisco Maria de Sousa Brandão. É um elogio ditirâmico da imprensa pois “tem formado uma ciência pública que, pela sua força e extensão tem exautorado as ciências antigas das universidades, e democratizado as suas doutrinas mais elevadas”. Aponta com clarividência incontestável a influente acção do jornal na ilustração das diversas classes de leitores, quer expondo as conquistas da ciência ou o decorrer dos factos, pretéritos e presentes, “à lareira do lavrador, na tenda do vendilhão, na loja do operário, como na banca do advogado e no bufete do ministro do Estado”, quer no despertar e incentivar as correntes de opinião: “Quando às nossas mãos chegavam as folhas em que líamos as revoluções de um país vizinho, era como se tocássemos no excitador eléctrico, que nos comunicava o mesmo estremecimento que eles sentiam”. O *Campeão do Vouga*, como o nome aliás inculcava, vinha com seus assomos de ardoroso defensor de um ideal e de uma região, e vinha para prosseguir intrepidamente, a sua missão orientadora e informativa. Logo a 17 de Abril, apenas decorridos dois meses sobre a saída do periódico, o Dr. Teixeira de Queirós abandona

o seu lugar de redactor principal (pp. 14-15).

A direcção política do periódico foi assumida por José Luciano de Castro, que não se conservará na efectividade do lugar por mais de dois meses (19 de Abril a 21 de Junho). O jornal estava no início, desejava singrar e criar raízes, necessitava de usar, para esse fim, de uma cauta moderação, de captar e não desagradar. O jovem estudante, nos seus arrebatamentos moços estaria de algum modo a comprometer-lhe o futuro. Queria antes desagradar do que degradá-la e, assim, despedia-se, aproveitando uma suspensão do jornal, com as susceptibilidades magoadas, mas “fazendo votos pela duração do *Campeão do Vouga*, cuja existência, se receber alguma animação, pode ainda ser de alguma utilidade para a terra que o viu nascer”. Um suplemento ao n.º 37, de 22 de Junho, anunciava a suspensão a que atrás é referida, sendo justificada da seguinte forma: “os compositores do jornal eram, até agora, cumulativamente empregados do governo civil, já se vê por esta circunstância que nem o jornal podia ser imparcial, como há-se ser infalivelmente, nem ser publicado com a regularidade necessária, visto que aqueles empregados têm no governo civil obrigações diárias a que satisfazer”. Passou a exercer a direcção política do jornal José Maria de Sousa Lobo (pp. 16-17).

Mas já Manuel Firmino, sempre zeloso a velar pelo êxito e pelo futuro do que era fundamentalmente obra sua e em cuja redacção colaborara permanentemente, tomara o comando da táctica política a adoptar e na orientação geral a ministrar-lhe. Em consequência de uma campanha implacável contra o governador civil da altura, Antero da Silveira Pinto, o *Campeão* (já antes, de 9 a 23 de Agosto, forçado a crismar-se com o nome de Aveirense), sofreu uma suspensão por sentença judicial, acerbamente criticada por diversos órgãos da imprensa. O jornal passara a hostilizar o governo que sustentava o malquisto governador civil e veio a sofrer as consequências da sua intransigência. O cargo de redactor político passara então a ser exercido por José Eduardo de Almeida Vilhena. Todavia, desde Março de 1853, na cabeça do jornal figurava apenas um nome, o de Manuel Firmino de Almeida Maia, na tripla qualidade de proprietário, redactor e responsável, declarando pouco antes o seguinte: “Dispensamos de hoje para o futuro de assinar os nossos artigos. Gerente único, proprie-

tário exclusivo deste jornal, queremos e devemos tomar sobre nós toda a responsabilidade da sua doutrina. Ninguém mais, por conseguinte, a partilhará – caber-nos-á toda”.

O *Campeão*, em boa verdade, não era só sua propriedade, mas construção sua, desde os alicerces levantados pelo seu esforço infatigável e pela sua vontade. Deixava de ser partilhado por outras inteligências, ganhava unidade e tomava a feição definitiva. Era e permanecia a tribuna de Manuel Firmino, o seu potente porta – voz. Alargava-se cada vez mais o círculo de influência do já radicado periódico, tornava-se maior a audiência das opiniões que expendia e, o prestígio do seu director. A defesa dos problemas locais e dos mais honrosos títulos da cidade atraindo simpatias entre os conterrâneos. Em 1860, na sua primeira eleição para presidente do município aveirense, obtém uma vitória de forma natural e lógica. Subira o primeiro degrau como regedor de Avança, venceu um segundo (...) Avançava outro, assumindo durante quatro biénios consecutivos a gerência da Câmara Municipal da sua terra. Hábil, sabia ladear obstáculos; inteligente, tinha a visão dos problemas e propunha-lhes as soluções convenientes; contumaz, sabia perseverar nas suas resoluções. E era ilhano e afável, dispunha da capacidade de querer, e saber querer, e de incansável energia. Mostrou, decerto, fraquezas, mas foi essencialmente uma personalidade forte, diligente, operosa e profícua. Teve, sem dúvida defeitos, mas talvez os defeitos necessários para demonstrar as suas qualidades e torná-las benfazejas. Era bondoso e prestável, soube pelo seu espírito empreendedor granjear fortuna e morreu pobre. Um pescador da Beira – Mar, ao entrar pela primeira vez em casa de Manuel Firmino, por ocasião do seu funeral, mirando o recheio da residência do patricio eminente, fizera este significativo comentário: “muito rico sério o Sr. Conselheiro Manuel Firmino se não devesse quase tudo quanto tinha!”. Na espontânea sinceridade de um homem rude, brotava o reconhecimento de que, dispondo não só do mando, mas da prosperidade material, não guardara para si só os meios de fortuna que lograra. Os adversários apelidaram-no com irónicos intuitos, de “pai dos pobre”, mas, diria o Dr. Joaquim de Melo Freitas, junto ao seu ataúde, “mal pensavam que lhe faziam desta arte o melhor dos elogios” (pp. 18-19).

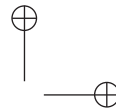
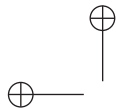
Em 12 de Novembro de 1859, o *Campeão do Vouga* mudou o título para *Campeão das Províncias*. “Não é um novo atleta da publicidade (...), era o mesmo denodado bi – semanário, ao atingir uma expansão que excedia as regiões compreendidas no «pátrio do Vouga». Esta substituição não personifica vontade individual. É o reflexo da aceitação que esta folha tem granjeado dentro e fora do país”. Quanto ao mais, não havia qualquer mudança: o seu orientador era Manuel Firmino, ele continuava a conduzi-lo e inspirá-lo consoante se lhe afigurava mais conveniente. Em política manteve-se inteiramente como dantes: “*O Campeão das Províncias* nem é oposição nem governamental. Representa uma ideia; e afervora o empenho em ser útil, ao país, sem se prender como o modo de pensar dos ministros uma vez que os seus actos sejam proveitosos à cauda pública”. A própria numeração seguiu a do *Campeão do Vouga* e o aniversário do jornal foi sempre assinalado em 14 de Fevereiro e não a 12 de Novembro. O reputado jornal aveirense foi singrando, ano após ano, criando e engrossando a corrente dos adeptos, rumando conforme as inclinações do seu pilar e mentor, ora pró ora contra os ventos dominantes. Em Outubro de 1872, toma uma iniciativa que não pode deixar de se considerar audaciosa, lançando uma edição quinzenal para o Brasil – onde, aliás, já possuía numerosos assinantes – que sustentou durante cinco anos. O propósito da edição consistia, segundo o autor, em levar “ao império do Brasil, duas vezes em cada mês, as notícias mais importantes de Portugal e da Europa, concorrendo quanto pudesse para estreitar cada vez mais os laços que prendem os dois continentes”. Revelava notável rasgo e visão. pp. 20-21

Por morte de Manuel Firmino, em 30 de Julho de 1897, seu filho Firmino de Vilhena de Almeida Maia ocupava a direcção do jornal que, tendo militado por muitos anos no partido progressista, veio a evolucionar no sentido da política republicana e a alinhar nas fileiras “democráticas”. O novo director, formado na escola de seu pai, mas menos propenso à acção, mantém o jornal num elevado nível, a par dos mais conceituados da província. Firmino de Vilhena, além de inúmeros artigos e locais que, deixou no bi – semanário, escreveu e publicou numerosas e apreciáveis produções poéticas e algumas obras teatrais, interessantes e bem tecidas.

Entre os seus trabalhos literários citaremos: *Crianças*, poemeto, 1885; *Hespanholas*, versos, 1885; *Sombrios*, versos, 1886; *O Beijo*, 1886; *Perdão*, drama em 3 actos, 1886; *Ao desamparo*, poesia, 1892; *Na mi-carême*, versos, 1893; *Noivos*, comédia em verso, 1894 (...). O último período do *Campeão*, contado a partir do falecimento de Firmino de Vilhena, a 5 de Outubro de 1922, é a fase fugaz da direcção do Dr. Manuel de Vilhena e não ultrapassa o ano seguinte. Dificuldades ocasionais não permitiram conservar aquela honrosa herança do avô e do pai ao derradeiro director. Quebrado o impulso provindo do seu animoso iniciador, mudadas as circunstâncias e determinantes, o glorioso *Campeão* veio a extinguir-se com o n.º 6.879, de 26 de Janeiro de 1924. em Manuel Firmino o jornal era uma necessidade, uma forma de se afirmar e de exercer a sua missão de homem público; no Dr. Manuel de Vilhena representava o encargo de manter uma tradição de família que, à margem das suas predilecções jurídicas, manteria por diletantismo. O velho *Campeão das Províncias* cessou a publicação, mas deixou um nome vincado na imprensa nacional e, particularmente, na história do jornalismo aveirense, onde não ficou apenas como o periódico mais duradouro, mas, incontrovertidamente, como dos mais notáveis e representativos. O jornal contou, porém, com colaboradores de elevada envergadura intelectual e política (entre os mais notáveis, José Estêvão e Mendes Leite), “fraternos companheiros nas lutas pelos princípios liberais” (pp. 22-23).

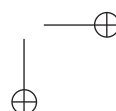
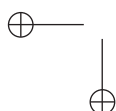
Deve assinalar-se, ainda, segundo o autor, o nome de D. Maria Arrábi-da de Vilhena de Almeida, a já citada esposa de Manuel Firmino. Para o autor, “nenhum amparo e nenhum incentivo influíram mais decisivamente para a publicação do jornal, ninguém com mais carinhoso desvelo o acompanhou nos passos incertos ou nas horas de êxito, nem lhe apeteceu uma carreira de maiores venturas. Delicado espírito de poetisa, dispondo de uma bagagem literária pouco vulgar na sua época, senhora que deixou uma recordação perdurável pela distinção, bondade e infatigável solicitude, foi a fada benfazeja do *Campeão das Províncias* e destinou-lhe numerosas poesias que caíram em injusto olvido. Foi das mais profícuas a sua discreta interferência e das mais estimáveis a sua efectiva colaboração”.

O autor relembra, finalmente, a história do *Campeão das Províncias*



com as seguintes palavras: “Ao terminar este bosquejo da existência do *Campeão das Províncias* – que, vai para o meio século, mereceu ao município ser inscrito nas designações toponímicas aveirenses – ocorre lembrar que há muito existe um busto de Manuel Firmino, que se destinava a perpetuar a sua memória numa praça pública” (p. 24).

Autor (nome completo): João Manuel Gomes Ferreira
E-mail: joaoferreira@gmail.com



» Coimbra, 1934

Autor: Coimbra, Armando Dias

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1934

Título completo da obra: Jornalismo Escolar Figueirense

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Figueira da Foz - Aveiro

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Tipografia Popular

Número de páginas: 61

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: L. 27136//9 P.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: I3-4-78 (15)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Professor no liceu José Estêvão em Aveiro e autor de “Os “Presépios” ou “: Autos Pastoris” da Figueira da Foz”. Director do Jornal “Fraternidade Escolar”, em 1913.

Índice da obra:

Prefácio: p. 7

Recreio Literário: pp. 9-12

Ecos do Colégio: pp. 13-17

O Petiz: pp. 18-20

O Rapaz: pp. 20-21

A Fraternidade Escolar: pp. 22-27

A Mocidade Escolar: pp. 28-30

O Raio X: pp. 31-32

Sempre Pronto: pp. 33-34

Jornal Escolar: pp. 35-37

Águia de Portugal: pp. 38-40

Alma Infantil: pp. 41-44

O Académico Figueirense: pp. 45-52

O Bicho: pp. 53-56

Jornais manuscritos e copigrafados: pp. 57-58

Adenda: pp. 59-60

Resumo da obra (linhas mestras): Armando Coimbra, autor do volume intitulado *Jornalismo Escolar Figueirense*, faz uma descrição detalhada do que foi o percurso dos jornais escolares figueirenses desde 1903. Este volume vem de encontro a um volume anteriormente escrito no ano de 1926 por um outro autor, Cardoso Marta. Segundo Armando Coimbra, Cardoso Marta, no seu livro *Jornalismo Figueirense*, não reuniu todos os jornais escolares. E por isso, em 1934, Armando Coimbra entendeu reunir com algum cuidado a história dos vários jornais escolares figueirenses numa mesma obra, descrevendo-os de forma pormenorizada.

Esses jornais escolares eram feitos por alunos para alunos. Na perspectiva de Coimbra, o jornal escolar figueirense mais antigo foi o *Recreio Literário*. Iniciou a sua publicação em Julho de 1903, terminando em Julho de 1905. Sobre o jornal *Recreio Literário*, Coimbra afirma que Cardoso Marta incorre em dois erros, nas datas de publicação e no número de publicações. O redactor principal deste jornal era José Brandão, aluno da 2ª classe. Eram publicações mensais dos alunos do Colégio Liceu Figueirense. Este jornal tinha por objectivos de ser científico, recreativo e noticioso e que as suas notícias fossem de facto sobre a vida escolar. Para a primeira publicação, este jornal era impresso no colégio, só a partir da oitava publicação é que o jornal passou a ser composto na tipografia do colégio, e só na décima quarta publicação o jornal era composto e impresso no colégio. Coimbra menciona “o jornal é de todos os alunos e todos darão a sua cota parte para o seu engrandecimento”. Este jornal deixou de ser publicado e é continuado por outro jornal chamado *Ecos do Colégio*. *Ecos do Colégio* “ (...) é o sucessor do “Recreio Literário” (...)”. Era como o anterior, um jornal dos estudantes, composto e impresso na tipografia do colégio. A primeira série de tiragens iniciou-se em Março de 1906, numa publicação mensal de aspecto gráfico “interessante”. Foi pu-

blicado entre 1906 e 1911, com algumas interrupções. Posteriormente, Armando Coimbra verificou que foi retomado entre 1925 e 1926 de 1926 a 1927. Armando Coimbra, nas palavras de Cardoso Marta, diz-nos que o jornal *O Petiz*, de 1905, era um “ (...) jornalzinho que a mocidade das oficinas tipográficas da Figueira preenchia as horas de lazer, e dava folga às suas questiúnculas pessoais (...). O “Petiz” era mensal, e o seu nº 1 foi de Março de 1905. Num artigo de fundo, é dito “ (...) A vida jornalística é a melhor vida que há no mundo inteiro, a vida jornalística não é só boa como poderosa, não é só poderosa como linda. (...)”, terminando da seguinte forma “ (...) sempre avante, viva a liberdade! viva a imprensa!”. Armando Coimbra não tem bem ciente o local de impressão do primeiro número de *O Petiz*, mas especula que tenha sido na Imprensa Lusitana, onde foram impressos o segundo e o terceiro números. O último número de *O Petiz* foi datado de Maio de 1905. Surge em simultâneo, em 1905, um jornal chamado *O Rapaz*. Este jornal era um “jornal de bota-abaixo e es-cacha pessegueiro”. Iniciou a sua publicação em 31 de Maio de 1905, na Figueira da Foz. Na primeira página do seu primeiro número, ao centro estava um desenho representando *O Rapaz* armado de um varapau e zurrando *O Petiz*, caído. Estes dois jornais eram rivais: “ (...) “O Rapaz” foi mais um jornal para combater “O Petiz” do que outra coisa. Os redactores destes dois jornais eram irmãos e como tal tinham rivalidades que fomentaram a existência de *O Rapaz*. *O Rapaz* tinha uma literatura “nada recomendada” pois era pouca e má. Novamente Armando Coimbra encontra uma falha entre 1912 e 1915 no volume de Cardoso Marta. Este, em *Jornalismo Figueirense*, não dá notícia de nenhum jornal publicado nesse intervalo de tempo. No entanto, em 29 de Agosto de 1913 surgiu à luz um jornal académico, *A Fraternidade Escolar*, de publicação quinzenal e fruto dos alunos das escolas de Figueira. Na quarta edição deste jornal, Armando Coimbra, passa a director e coloca como redactor seu irmão Augusto Coimbra. Este jornal teve uma complicada situação financeira devido à falta de colaboração e à falta de verbas para impressão do mesmo. As assinaturas não eram pagas e as dificuldades acumulavam-se. A 20 de Setembro de 1913, Armando Coimbra, antes de se assumir como director, escreve dois artigos para inserção nas secções, um deles assinando com o

seu pseudónimo. Mesmo lutando, diversificando artigos e temas, a vida deste jornal foi-se extinguindo pouco a pouco. *A Fraternidade Escolar* desapareceu “por causa da falta de fraternidade”. Finda de forma atribulada por causa de dívidas com a tipografia no seu número sete, a 10 de Janeiro de 1914. Entre 1914 e 1924, houve um decréscimo e até interregno na publicação de qualquer jornal escolar, por causa da Grande Guerra, entre outros factores que contribuíram para o encarecimento do papel e de todo o restante material de impressão. Em Janeiro de 1924, surge-nos o jornal *A Mocidade Escolar*. Os seus proprietários eram alunos da escola Comercial. Era uma publicação quinzenal, composto e impresso na tipografia peninsular. Um jornal “feito por rapazes para rapazes, contribuindo para o proveito da escola e a trabalhar com o ínfimo préstimo a favor do desenvolvimento do ensino”. Jornal possuidor de várias secções, “de forma a agradar a todos os paladares”. A partir do terceiro número, sofre uma alteração no cabeçalho do jornal, que apresenta um aspecto gráfico diferente e passa a ser composto e impresso na tipografia Mondego. Terminou a sua publicação a 25 de Maio de 1924. A 5 de Fevereiro de 1924, entra em cena um jornal de cariz humorístico, quinzenal, chamado *O Raio X*. Era composto e impresso pela tipografia Peninsular. Neste jornal colaboravam alunos da Escola Comercial da Figueira da Foz. O jornal esperava dos seus colaboradores “um bom acolhimento, (...) valiosa cooperação intelectual e principalmente... monetária.” Possivelmente por terem falhado tais colaborações, este jornal não passou do seu primeiro número. No primeiro de Dezembro de 1925, surge um semanário do Grupo de Escuteiros nº 31, da Escola Industrial da Figueira da Foz, o *Sempre Pronto*. Um jornal de propaganda escutista. No artigo de fundo, Ernesto Tomé diz: “(...) os rapazes do grupo nº31- resolveram publicar o presente semanário, sem preocupações de fazer jornalismo, mas tão somente com o desejo de estadulhar o seu amor e dedicação pela causa do Escutismo”. Terminou a sua publicação no número oito, a 4 de Março de 1926. Este mesmo grupo publicou um outro jornal, de novo de cariz escutista, intitulado *Águia de Portugal*. Depois dos jornais *Mocidade Escolar*, em 1924, e *Sempre Pronto*, em 1925, os alunos da escola Comercial da Figueira da Foz abriram uma terceira publicação, com o nome de *Jornal Escolar*. Iniciou-se

em 1925, composto e impresso na tipografia peninsular, na Praça do Comércio. Este jornal foi fundado com o objectivo principal de beneficiar a escola e tudo que lhe dissesse respeito. No número 6 deste jornal começa a faltar colaboração monetária, pelo que finda a 5 de Março de 1926. Em 1927, é publicado pelos alunos da Escola Comercial e Industrial da Figueira da Foz um segundo jornal de cariz escutista. Esse jornal era o *Águia de Portugal*, elaborado pelo mesmo grupo que fez o jornal *Sempre Pronto* em 1925. O seu número um é de Janeiro de 1927, trazendo uma pequena novidade: no canto direito da cabeça do jornal, um mandamento dos escuteiros. No artigo “Palavras Iniciais” é dito que este jornal é: “o esforço que nós fizemos pelo escutismo. É quase nada o auxílio que prestamos aos escuteiros, porque eles são os Cavaleiros contemporâneos, os pioneiros da bem, os homens verdadeiros de amanhã (...)”. Com o número cinco terminou a sua publicação, em Maio de 1927. No dia 1 de Maio de 1931, em Paião, pertencente ao concelho da Figueira da Foz, iniciou a sua publicação um jornal chamado *Alma Infantil*. Este jornal pertencia ao Órgão da Associação dos Amigos da Escola Oficial do Paião. Composto e impresso na Tipografia Popular, a redacção e administração pertencia à Escola Masculina do Paião. Com o número sete, de Abril de 1932, deixou de ser publicado. De todos os jornais escolares deste livro, o mais regular dele todos foi o jornal *O Académico Figueirense*. A ideia de constituir este jornal foi ideia dos próprios alunos da Academia Figueirense. Depois de Assembleias para constituição dos órgãos do jornal e de se legalizar, saiu para as bancas no dia 11 de Novembro de 1933. Era composto e impresso na Tipografia Popular. Trata-se de um jornal mensal, educativo, instrutivo e recreativo. As tiragens rondavam entre os 450 e os 800 exemplares. Findou a 1ª série, com o número dez, a 31 de Julho de 1934, “cumprindo os seus objectivos de educar, instruir e recrear”. A 2ª série este jornal apareceria em Outubro do mesmo ano.

Publicado pelos alunos do Liceu Municipal do Dr. Bissaia Barreto, o jornal *O Bichoé* um único número, pois foi constituído para as comemorações da festa escolar do liceu, no ano lectivo de 1933 a 1934. No cabeçalho do jornal estava o símbolo do liceu, duas mãos segurando um molho de vimes. A tiragem foi de cerca de 800 exemplares. Trazia o programa da

festa e alguns artigos de interesse para os alunos. Armando Coimbra faz um pequeno comentário a este jornal comemorativo, afirmando que: “A revisão das provas do jornal não mereceu à redacção o cuidado necessário que era de esperar numa publicação de alunos para um número único comemorativo das festas do seu liceu. Inúmeras gralhas adejam pelo corpo do jornal, o que prova que não se fez revisão de provas, ou se se fez, muito imperfeita ela foi. (...)”. Acrescentado que: “foi o último jornal que se publicou até hoje.”. Relativamente aos jornais manuscritos, Armando Coimbra só tem conhecimento de um, *O Carvalhense*, de 1880. Já dos jornais copigrafados, Armando Coimbra dá-nos conta de: *O Baco*, em 1897; *A Aurora*, em 1887; *O Atrevido*, em 1898; *A Risota*, em 1898; *A Noite*, em 1900; *A Alvorada*, em 1903; *O Gazeteiro*, em 1918; *O Seringa*, em 1923, e por último *A Porca e O Parafuso*, em 1923.

Autor (nome completo): Bélinda Patrícia Marques Abreu
E-mail: belindapatricia@gmail.com

» Correia, 1912

Autor: Correia, Henrique Fernando de Oliveira

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1912

Título completo da obra: Relatório da Visita ao Jornal “O Século”

Tema principal: Conjuntura Jornalística

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Imprensa Nacional de Lisboa

Número de páginas: 15

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: M4-5-70

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): À data da publicação, era estudante do 3º ano de Tipografia.

Índice da obra: [Não tem índice]

Tipografia: pp. 3-7

Oficina de Gravura: pp. 7-8

Oficina de Estereotipia: pp. 8-10

Oficina de Impressão de “O Século”: pp. 10-11

Serralharia: p. 11

Casa de Venda: p. 11

Serviço de Expedição de Jornais: p. 12

Tipografia de “Ilustração Portuguesa”: p. 12

Fundição: p. 12

Oficina de Impressão da “Ilustração Portuguesa”: pp. 12-13

Oficina do “Suplemento do Século”: p. 13

Armazém do Papel: p. 14

Oficina Geradora de Electricidade: p. 14

Conclusão do autor: p. 14

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra, redigida em 1912 por Henrique Fernando de Oliveira Correia, estudante do 3.º ano da Escola Tipográfica, assume-se como um relatório da visita ao Jornal *O Século*. No texto, o autor vai descrevendo as secções tipográficas desse jornal, os elementos que as constituíam, bem como as funções próprias de cada uma.

Do ponto de vista técnico, o autor faz uma descrição de cada sector, assim como a interligação entre as diferentes áreas do jornal. Começa por falar da tipografia, salientando alguns aspectos técnicos e organizativos da empresa como essenciais para se ganhar tempo durante o processo produtivo, fundamental em jornalismo. (pp.3-7)

Passando pela Oficina de Gravura, o autor fala da sua composição: “Assim vi: duas belas máquinas de reprodução de imagens, empregadas na fotogravura e fotozincografia”. (pp. 7-8)

Seguidamente, o autor considera que é na secção de Estereotipia que se realiza uma das fases mais interessantes por que passa o jornal, devido à multiplicidade de técnicas que envolve, muitas delas novas. (pp. 8-10)

Na Oficina de Impressão, que sucede à Estereotipia no ciclo produtivo do jornal, Henrique Correia destaca as cinco rotativas onde se fazia a impressão do jornal e descreve a forma de impressão: “fica o jornal dobrado com todas as páginas seguidas; mas é ainda a própria máquina que se encarrega de dobrar”. Fica -se ainda a saber que a capacidade de tiragem das máquinas era de doze mil a quinze mil exemplares por hora. (pp. 10-11)

De forma menos detalhada, o autor refere-se às secções de Serralharia (p.11); Casa de Venda (p.12); Serviço de Expedição de Jornais (p.12); Tipografia da Ilustração Portuguesa (p.12) e Fundição (p.12). Dá, porém, relevância à Oficina de Impressão da Ilustração Portuguesa (pp.12-13) devido, essencialmente, “à máquina de imprimir com a moderníssima inovação dos marginadores automáticos” e à máquina de impressão não rotativa que evitava o dispêndio de tempo numa prévia secagem. Ainda neste campo da impressão, o autor refere-se à Oficina de Impressão do Suplemento do Século (p.13), pelo facto da impressão do suplemento ser a cores, ainda que básicas.

Antes de fazer as considerações finais e agradecimentos, o autor refere-se ao sistema fornecedor de energia do jornal, insuficiente para as

necessidades da empresa, tendo esta que recorrer à “Companhia do Gás” para lhe fornecer a restante.

Em jeito de conclusão, o autor faz referência à boa organização e asseio das Oficinas e restantes instalações, explicando que isso apenas era possível devido a “uma direcção inteligente e acertada”. (pp.14-15)

Autor (nome completo): José António Vieira Chambel de Sousa Cálix
E-mail: manta_shogun@hotmail.com

» Costa, 1954

Autor: Costa, Alves

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1954

Título completo da obra: Breve História da Imprensa Cinematográfica em Portugal

Tema principal: Imprensa Cinematográfica

Local de edição: Porto

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Empresa Industrial Gráfica do Porto, LDA

Número de páginas: 45

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: L3-4-61(6)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): -

Índice da obra:

Aurélio da Paz dos Reis: pág. 5

Cine Revista: pág. 5 - 8

O Film: pág. 8

Jornal dos Cinemas: pág. 10

Portugal Cinematográfico / Cine Lisboa: pág. 10 – 11

InvictaCine: pág. 11 – 13

Cine Teatro / Associação dos Amigos do Cinema: pág. 13 – 14

Espectáculo: pág. 15 – 16

De Cinema: pág. 16 – 17

Arte Muda: pág. 17 – 18

Imagem / Cine-Notícia / Cine-Teatro: pág. 19 – 20

Crónica cinematográfica / Kino: pág. 20 – 24

Movimento: pág. 26 – 27

Livros LabCom

Animotógrafo: pág. 29 – 30

Cinema de Amadores: pág. 31

Cinema: pág. 32 – 36

Apêndice: pág. 39 – 45

Resumo da obra (linhas mestras): O autor começa por explicar que Portugal teve, logo nos primeiros tempos do cinema, uma incipiente indústria cinematográfica. A verdade é que, relembra o autor, Portugal foi dos primeiros países a fazer cinema, a pouca distância da apresentação pública, em Paris, do invento dos irmãos Lumière. O início do cinema em Portugal, recorda Alves Costa, tem lugar com exibição das primeiras curtas-metragens amadoras de um comerciante português e entusiástico amador fotográfico, chamado Aurélio da Paz dos Reis, cujo primeiro filme se intitulava “Saída dos operários da Fábrica Confiança”.

O autor esboça, posteriormente, uma cronologia da imprensa cinematográfica portuguesa:

A 15 de Março de 1917, sai em Lisboa a primeira publicação portuguesa exclusivamente dedicada ao cinema, intitulada *Cine Revista*.

Em 1919, aparece, em Lisboa, outra revista de cinema: *O Film*, de que são proprietários, directores e editores Raúl Reis (Ultus) e José Figueiroa. Era um quinzenário de poucas páginas.

O autor explica que também em 1919, no mês de Agosto, aparece, desta vez no Porto, a revista *Porto Cinematográfico*, da qual era director, editor e proprietário Alberto Armando Pereira. A revista, que teve, nos primeiros anos, Amadeu Alves Salazar como administrador, era mensal, tinha a princípio 16 páginas e custava cinquenta centavos. Excelente na apresentação (sobretudo a partir do 3º ano), notável pela variedade e interesse do texto, ineditismo e profusão das gravuras, esta publicação pode considerar-se, sem favor, uma das melhores revistas cinematográficas que se editaram em Portugal. Alberto Pereira, que ficou com um lugar de excepcional relevo na história da imprensa cinematográfica portuguesa, foi também o primeiro a fazer crítica de filmes em Portugal, com regularidade e conhecimento em causa. Em Março de 1925, *Porto Cinematográfico* termina a sua carreira. Alberto Pereira, viria a abandonar de vez o jornalis-

mo cinematográfico para se dedicar à distribuição de filmes. Em 1954, é director da « Aliança Filme ».

Com o desenvolvimento da indústria cinematográfica portuguesa e do crescente interesse do público pelo cinema, novas revistas vão-se fundado. Em Lisboa, aparecem sucessivamente *Portugal Cinematográfico*, mensário dirigido por Fernando Pardal, que publicou apenas dois números, e *Cine Lisboa*, cujo primeiro número traz a data 15 de Julho de 1923.

No Porto, em 25 de Março de 1923, surge a *Invicta Cine*, uma nova revista que “singrando contra todas a procelas” (segundo o seu próprio lema) viria a ser uma das publicações cinematográficas nacionais de mais longa duração. Só em princípios de 1934 suspenderia a sua carreira, não completamente, porque ainda publicava, para garantia do título, um número em 11 de Março de 1935 e outro, o derradeiro, em 11 de Março de 1936, que tem o nº 229.

Em Lisboa, também no ano de 1923, e sob a direcção de Valentim da Cunha, surgiu, com pouca duração, o quinzenário *Cine Teatro*, de que se publicaram apenas seis números, tendo saído o primeiro no dia 4 de Maio. Em 1 de Setembro de 1924, editada por Manuel Pinto Lello, professor de liceu e então proprietário do cinema de Campolide, e dirigida por Valentim da Cunha, nasce outra revista, intitulada *Cinema*. O terceiro número lança a ideia da fundação de uma Associação dos Amigos do Cinema. Prevvia a criação de uma biblioteca especializada, exhibições de filmes de reconhecido valor artístico acompanhadas de palestras, instituição de um prémio para o exibidor que apresentasse melhores filmes, realização de fitas de curta metragem, etc. A ideia nunca teve realização e a própria vida da revista nunca seria longa.

Em 1925, e quando ainda frequentavam o curso dos Liceus, Fernando Pamplona e Rodolfo da Cunha Reis, que pouco tempo depois desapareceria do número dos vivos, fundam, no Porto, a revista *De Cinematografia*. Segundo o autor, a revista é muito bem apresentada, bem redigida e tem um nível superior ao das revistas da época. O autor explica, também, que nela se faz eco de uma outra Associação dos Amigos do Cinema (com sede no Porto), fundada em 1924. “Quando um dia se fizer história dos Cines-Clubes portugueses não se poderá deixar de apontar a simpática

Associação como percursora do cine-clubismo”, escreve Alves Costa.

Em 15 de Outubro de 1927, Alberto Armando Pereira volta para as lides jornalísticas saindo com um jornal de novo tipo: o *Espectáculo*. Trata sobretudo de cinema, mas também de teatro e desporto. Começou por bissemanário, foi também trissemanário e chegou a ser diário, durante uns dias...

Em 15 de Abril de 1930 aparece a segunda tentativa de diário cinematográfico (o primeiro foi o *Espectáculo*, de A. Armando Pererira). Intitula-se *Crónica Cinematográfica*, tem formato de revista com oito páginas. É seu director Magalhães de São Boaventura. Mota e Costa é o redactor principal e editor. A partir do nº 18, por desinteligências internas, Boaventura sai da revista e Mota da Costa passa a director. Com o nº 23, publicado em 24 de Junho de 1930, dá-se a sua suspensão por razões de ordem administrativa.

No dia primeiro de Maio de 1930 vem para a rua o primeiro jornal cinematográfico impresso em rotativa. Era um semanário intitulado por Kino. Tinha um ar novo, jovem e combativo.

Em 1933, nascem duas revistas que, embora não tenham durado muito tempo, maracaram posição inconfundível: *Animatógrafo* e *Movimento*.

O primeiro número de *Animatógrafo*, revista fundada e dirigida por António Lopes Ribeiro, saiu em Lisboa a 1 de Abril de 1933. Apoiada por uma intensa publicidade da Agência Cinematográfica H. Da Costa, a revista apresenta-se com boa colaboração e um belo aspecto gráfico. Cesará a sua publicação em Julho do mesmo ano com o nº14.

Movimento, fundada e dirigida por Armando Vieira Pinto, aparece no Porto em Junho de 1933. Impressa em óptimo papel, esta revista apresenta-se com um aspecto gráfico « revolucionário » e toma rapidamente posição de relevo dentro da imprensa cinematográfica portuguesa. Era uma revista muito viva. Mais tarde uma manobra infeliz do administrador da revista, e quando esta tinha já uma grande audiência, faz com que todos os colaboradores a abandonem. Como consequência, o *Movimento* deixa de ser publicado. O último número é o 27, com data de 30 de Setembro de 1934.

Após inúmeras revistas, quase todas ela sem sucesso, em Setembro de

1950 aparece, em Lisboa, a luxuosa revista *Grande Plano*, dirigida por Luís Miranda, de que se publicam apenas seis números.

Em 28 de Outubro de 1950, Baptista Rosa, funda, ainda em Lisboa, uma revista popular de cinema que traz novamente o título de *Imagem*. Saía uma vez por mês, apresentava-se com bom aspecto, mas vivia muito da publicidade. Com o andar dos tempos, a revista vai procurando, com êxito, alternar a futilidade de algumas crónicas com assuntos mais sérios. Justamente ao completar dois anos de existência, suspende a publicação com o nº 31, que traz a data de Novembro de 1952.

Em Abril de 1953, aparece, em Lisboa, a revista *Estúdio*, profusamente ilustrada e com um excelente aspecto gráfico. Era uma revista tipo magazine, que se dirige especialmente ao grande público, pelo que não regateia a inserção de «pin-up girls», «vamps» e «estrelas» em atitudes sugestivas.

Em 1 de Janeiro de 1954, sai, também em Lisboa, o primeiro número da segunda série da revista *Imagem*.

Ao percorrer esta vasta galeria de publicações, não deixa de ser curioso notar a evolução que se foi operando com o decorrer dos anos até 1954. Não só se abandonou aquele tom de intimidade que caracterizou as revistas dos anos trinta, como também desapareceram a impertinência e a agressividade que até 1954 eram correntes.

Autor (nome completo): Hugo Gabriel Oliveira Gonçalves
E-mail: goncalo.hugo@gmail.com

» Costa, 1963

Autor: Costa, Francisco Alberto Arruda Carreiro da

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): 1961

Ano de publicação/impressão: 1963

Título completo da obra: No 1º Centenário da Introdução do Jornalismo e da Imprensa em Vila Franca do Campo. Também resume a obra intitulada Comemoração do Primeiro Século de Jornalismo de Vila Franca do Campo, que é idêntica à sumariada.

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Ponta Delgada

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Oficinas Topográficas do Diário dos Açores (separata da revista Insvlana, órgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada vol. XVII – 2º Semestre, 1961)

Número de páginas: 29

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: P. 3121 V.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: J 3 – 1 – 58 (27)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): -

Índice da obra: [Não tem índice]

A vida em Vila Franca do Campo: pp. 5-14

O aparecimento e a história do jornalismo em Vila Franca do Campo no séc. XIX: pp. 15-23

A história do Jornalismo em Vila Franca do Campo na primeira metade do séc. XX: pp. 24-29

Resumo da obra (linhas mestras): Nas primeiras páginas do livro, Francisco Alberto Arruda Carreiro da Costa evoca a vida que se levava em Vila

Franca do Campo um século antes (séc. XIX), quando surgiu *O Vilafranquense*, a 5 de Julho de 1861, tendo como editor José Maria Brasil. Seguidamente, o autor evoca algumas vicissitudes da vida do jornal, relembrando, por exemplo, a rivalidade entre esse periódico e os jornais de Ponta Delgada. Em seguida, o autor remete-nos para o fim de *O Vilafranquense*, após três anos de vida, a 26 de Maio de 1864. A partir daqui Francisco Arruda faz um apanhado de todos os jornais que existiram em Vila Franca do Campo, até ao final do século. Começa por lembrar o semanário *A Convicção*, nascido em Agosto do mesmo ano e tendo como editor João Moniz Machado, a quem mais tarde se junta João Moniz Pereira da Câmara. Este semanário desapareceu em Fevereiro seguinte, mas logo em Março aparece outro: *O Conciliador* que, depois de 51 números, era fechado pelo proprietário e responsável Guilherme Augusto Botelho. Durante três anos não houve jornal em Vila Franca do Campo. Só a 7 de Março de 1868, com o lançamento do *Eco Vilafranquense*, propriedade de Guilherme Botelho, é que a vila volta a ter um jornal, que logo se calou. E mais dois anos se passaram sem jornais na vila, até que surge, pela mão do editor José Medeiros Júnior, o *Eco Civilizador*, que durou três parcos meses. Mais tarde, a 11 de Junho de 1873, nasce o semanário político *A República*, tendo como redactor principal o Bacharel Francisco Félix Machado; ao fim de nove números extingue-se. Em seguida aparece, a 13 de Junho de 1874, uma folha satírica intitulada: *O Chicote*. O responsável era Baltazar Moniz. A folha não demorou um mês a cair. O autor recorda também *A Liberdade*, homónima de uma folha semanal política de Ponta Delgada, mas propriedade de João Jacinto Botelho, que possuía uma tipografia privativa. Com algumas interrupções, a publicação desta folha terá durado até 1914. Oito meses após o nascimento de *A Liberdade*, surge outro semanário político: *A Voz do Povo*. O seu redactor era António Ernesto Tavares de Andrade. A 15 de Janeiro de 1880 surge, de novo, o *Eco Civilizador*, ficando Vila Franca do Campo com três semanários. O *Eco Civilizador* e *A Voz do Povo* calam-se em Setembro e Julho seguintes, respectivamente. O autor evoca, em seguida, um jornal satírico que não terá tido mais do que um número publicado, provavelmente em 1885: *O Azorrague*. A 2 de Outubro de 1897, fundado por José Arruda, surge *O Sul*; a 27 de Agosto de 1898 surge *O Autónimo*, editado por

António Rodrigues Carroca Júnior. E já no século XX, a 15 de Junho de 1902, aparece uma revista quinzenal intitulada: *A Phenix*. Era ilustrada e tinha como dirigentes o Dr. Urbano de Mendonça Dias e o Padre Ernesto Ferreira, como editor-gerente António Rodrigues Carroca Júnior e como colaborador frequente o Padre Manuel José Pires. Esta revista seria extinta em Março de 1904 para voltar a surgir em Junho seguinte, mas desta feita com um outro nome: *A Vila*, e tendo como redactores principais os mesmos Dr. Urbano de Mendonça Dias e Padre Ernesto Ferreira. Estes dois senhores lançariam, em 1906, um jornal quinzenal com o mesmo nome: *A Vila*. O autor refere, seguidamente, a implantação da República, a 5 de Outubro de 1910, e o lançamento do semanário *A Pátria*, apenas três semanas após a dita implantação e do qual Virgílio Silva era proprietário. A 19 de Dezembro de 1915 surge o primeiro boletim paroquial, que tinha por título *A Crença*; era dirigido pelo Padre Ernesto Ferreira e era propriedade do Padre João Melo Bulhões. Logo a seguir, a 25 de Dezembro, surge uma pequena revista literária, feita pelos estudantes do Instituto Vilafranquense sob a direcção do Dr. Urbano de Mendonça Dias, intitulada *A Alvorada*, da qual só saíram dois números. Mais tarde, a 23 de Junho de 1927, é lançado *O Chorata*, um jornal humorístico, propriedade de José Moniz de Medeiros, que pouco durou. Em finais de 1930, António José Arruda Rodrigues Carroça lança o primeiro almanaque em Vila Franca do Campo, intitulado *Almanaque S. Miguel* para 1931, do qual apenas saíram dois números. O autor refere mais um jornal humorístico, propriedade de Félix Dias e chamado *O Canta Claro*, sem fazer referência à data de lançamento. Francisco Arruda lembra ainda o desaparecimento do semanário *O Autónimo*, por volta de 1943 e depois de ter sido transplantado para Ponta Delgada. Por último o autor evoca o lançamento, em Março de 1957, do jornal *A Vila*, sob a direcção do Dr. Augusto Simas. À data em que este livro foi escrito, o jornal de Vila Franca do Campo é este *A Vila*. Francisco Arruda termina o livro elogiando a notável profusão de jornais e a vitalidade cultural de Vila Franca do Campo.

Autor (nome completo): Francisco Couto da Silva
E-mail: xikogogo@gmail.com

» Cunha, 1891

Autor: Cunha, Alfredo da

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1891

Título completo da obra: Brinde aos Senhores Assinantes do Diário de Notícias // Eduardo Coelho – A Sua Vida e a Sua Obra

Tema principal: Jornalistas e Vida Profissional

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Tipografia Universal

Número de páginas: 189

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: H.G. 10700 V

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Natural do concelho do Fundão, Alfredo da Cunha nasceu em 1863. Jornalista, exerceu o cargo de director do Diário de Notícias. Casou com a filha do fundador do jornal, D. Adelaide da Cunha. Realizou vários estudos sobre história do jornalismo português, tendo-se dedicado, em especial, à sua génese. Alfredo da Cunha faleceu em 1942.

Índice da obra:

1 – Introdução: pp. 7-16

2 – 1835-1854: pp. 17-28

3 – 1854-1857: pp. 29-39

4 – 1858-1865: pp. 40-52

5 – 1865 – O Diário de Notícias: pp. 53-131

6 – 1865 - 1889: pp. 132-180

7 – Resenha bibliográfica: pp. 181 – 189

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra relata a vida e a obra de Eduardo Coelho, jornalista e tipógrafo, fundador do *Diário de Notícias*.

Livros LabCom

Na introdução desta obra, Alfredo da Cunha refere a inexistência de uma autobiografia de Eduardo Coelho “(...) na rigorosa acepção da palavra, completa em todas as particularidades, na enumeração de factos e na fixação de datas” (p. 7).

Eduardo Coelho era um homem paciente e corajoso “(...) revestido de uma forte coiraça de indiferença, à prova dos néscios e os invejosos” (p. 8). O autor considera Eduardo Coelho um homem, que viveu a lutar com a desgraça e que “(...) depois de infinitos combates, chega a ser o criador da imprensa imparcial e independente” (p. 10).

Ainda sobre Eduardo Coelho, diz Alfredo da Cunha que era “(...) tipógrafo, pois, como tantos outros homens notáveis o têm sido, por necessidade ou por vocação (...) ninguém trabalhou com mais afinco, com mais ardor, com fé mais veemente nos seus esforços” (p. 14).

Alfredo da Cunha relata, seguidamente, a vida do pai de Eduardo Coelho, João Gaspar Coelho, entre 1835 e 1854. Diz que ele era detentor de uma vasta fortuna, mas foi “perseguido” em Lisboa e Setúbal, “sofrendo todos os riscos a que as suas avançadas ideias o expunham” (pp. 17-18). No entanto: “depois da entrada do Duque da Terceira em Lisboa foi-lhe reconhecido honra e zelo pelos bons serviços prestados à pátria. Regressa pobre a Coimbra, decorria o ano de 1834, estando o seu filho Eduardo Coelho a celebrar o seu primeiro aniversário. Em 1844, fundou a imprensa e publicou o primeiro número da folha revolucionária *A Oposição Nacional*” (p. 18).

Depois da morte de seu pai, a educação de Eduardo Coelho e de seus irmãos teve de ser interrompida. Trabalhou na carreira comercial, numa loja de ferragens e quatro anos mais tarde mudou-se para a loja de um outro comerciante, de nome José Anastácio Verde, pai do poeta Cesário Verde. Assinala Alfredo da Cunha que “Desde logo se acentuou em Eduardo Coelho, uma invencível tendência para as letras” (p. 25).

O autor relata o facto de Eduardo Coelho estar constantemente a ler e que esse acto foi comunicado aos redactores do *Jornal do Comércio* de Lisboa. Eduardo Coelho lia, segundo Alfredo da Cunha, “como que às escondidas do patrão, (...) ele mal atendia o freguês, e dizia: estou enganando o patrão; eu não nasci para vender pregos, não estou bem aqui”

(p. 25). Foi ainda enquanto comerciante que publicou o *Livrinho dos Caixeiros*, um conjunto de quadras “em que se proclamava contra certas opressões e vexames desnecessários, que esta classe sofria” (p. 25). Em 1854, Eduardo Coelho sofreu “pequenas contestações do seu patrão” (p. 27), que o aconselhou a deixar a vida de poeta e que se “entregasse inteiramente ao comércio” (p. 27). Assim, pensava Eduardo Coelho para si próprio: “quem me diria então a mim que ainda viria a ser compositor, tipógrafo, autor dramático, empresário e redactor de jornais” (p.27).

O autor refere que Eduardo Coelho abandona definitivamente a carreira de comerciante e inicia uma nova etapa da sua vida entre 1854 e 1857, a que chamou “o tempo da fome”, elas dificuldades “sempre crescentes com que lutava” Foram essas dificuldades que o fizeram “pensar na aprendizagem da arte tipográfica” (p. 31). Depois de ter tido lições e ter passado por um exame na escola tipográfica, tornou-se compositor tipográfico na imprensa nacional, decorria a ano de 1857 e reinava D. Pedro V. Em Lisboa, publicou “os primeiros prospectos de um jornal noticioso (...) a que se chamaria o *Boletim Noticioso*” (p. 35).

Entre o capítulo de 1858 e 1865, o autor refere-se a Eduardo Coelho como um homem que “subsistiu exclusivamente do trabalho literário, sofrendo durante sete ou oito anos até à plena aceitação do seu jornal” (p. 40). Um dos periódicos mais antigos no qual colaborou designava-se o *Jornal para Todos*, “pequena revista ilustrada que começou a publicar-se em Lisboa, em 24 de Setembro de 1859” (p. 43). No entanto “a sua mais longa e assídua colaboração foi, porém, na *Crónica dos Teatros* (...), publicação que iniciou actividade no dia 1 de Setembro de 1861 e de que foi (...) director e quase exclusivo redactor” (p. 44). Foi ainda folhetista e cronista da folha política *Conservador* e em simultâneo noticiarista na *Revolução de Setembro*.

Foi durante esse período de sete anos que Eduardo Coelho “(...) se entregou aos trabalhos dramáticos” (p. 48). Revelava uma aptidão correspondida pelas “boas graças do público” (p 49). O autor revela que é de tal forma “difícil fazer a enumeração completa do que ele chamou as suas tentativas dramáticas, como não é fácil também enumerar todos os livros que publicou anteriormente a 1865” (p. 49). Porém, anterior à

fundação do *Diário de Notícias*, sobrevivem três livros: *A Vida de um Príncipe*, um romance histórico que relata a morte do príncipe D. Afonso; *Primeiros Versos*, volume de cem páginas, publicado em 1861; e *Opressão e Liberdade*, um drama que data de 1861, mas editado apenas dez anos mais tarde.

O quinto capítulo relata a criação do *Diário de Notícias*, decorria o ano de 1865. Alfredo da Cunha refere que “Eduardo Coelho foi quem, em Portugal, primeiro e mais perspicazmente do que qualquer outro previu o largo futuro de uma empresa de índole inteiramente nova entre nós, como seria a de um jornal noticioso, genuinamente imparcial e independente” (p. 53). Segundo o autor, nem todos a reconheceram a publicação como um verdadeiro progresso, mas na percepção do mesmo “estávamos, em verdade pouco mais adiantados do que se estava em França, no tempo da Restauração, no tempo do jornalismo essencialmente doutrinário, em que eram tão grandes os artigos, como pequenas eram as tiragens. Porque ainda efectivamente não havia chegado Girardin, o grande revolucionário da imprensa francesa, e com ele o período em que a literatura e as notícias deviam começar a preponderar nos periódicos, cedendo a política, pouco a pouco, o passo à reportagem e à crónica.” (p. 56).

O *Diário de Notícias* tinha, por essa altura, uma crescente aceitação, e passou de uma tiragem de cinco mil exemplares no seu início, para nove mil exemplares diários ao fim do primeiro ano. Um mês e meio após a sua fundação, uma outra publicação surgia em Lisboa, o *Jornal de Notícias*, com idêntica linha editorial e cuja primeiro número teve distribuição gratuita. Tinha como objectivo aniquilar o *Diário*. A 27 de Março de 1866, surge “uma outra folha (*As Notícias*), da mesma índole, e de título que, pela semelhança, parecia escolhido de propósito para se confundir com o do *Diário*” (p. 60). No entanto, a publicação dirigida por Eduardo Coelho não parou de progredir, adequando-se-lhe de um comentário de Voltaire, que afirmou, nos seus *Conselhos a um Jornalista*, que “o meio único de um periódico ainda poder vingar, entre o aluvião de publicações (...), se resumia em duas palavras – ser imparcial.” E, para Alfredo da Cunha, “ninguém o foi mais e melhor do que Eduardo Coelho; e nenhum jornal tanto como o *Diário de Notícias*,

soube compenetrar-se daquela máxima sensatíssima” (p. 63).

No entanto, ser imparcial não implicou que o DN se tenha mantido em silêncio ou abstenção “nas questões de princípios de ordem pública, ou de utilidade geral” (p.66). O *Diário de Notícias* foi considerado de tal forma, como meio de utilidade pública, que a grande mais valia da sua existência foi pôr pessoas de fracos recursos a ler.

Outra causa à qual o *Diário* se juntou foi montar “um serviço regular de recepção e distribuição de donativos para atribuir a pessoas que pediam alívio para a sua miséria” (p.77).

Ao praticar um preço fixo de 10 Reis “facilitava pela exiguidade do custo, a aquisição de um jornal acessível a todos, com essa mesma facilidade se promovia a divulgação do gosto pela leitura” (p. 81).

No decorrer do seu primeiro ano o número de vendedores “que em grande parte se sustentam dessa indústria, e que dia e noite enxameiam nas ruas da capital” subia a cem (p. 83).

A reportagem também surgiu em Portugal pela mão do *Diário de Notícias*, “que a implantou no país, onde então constituiu uma quase completa novidade” (p. 85). Alfredo da Cunha descreve ainda que foi o próprio Eduardo Coelho quem deu o exemplo, “constituindo-se em guia e modelos de repórteres mais activos e mais perspicazes” (p. 90).

O *Diário de Notícias* foi também o grande impulsionador da publicidade, pois até à altura “o anúncio era tido por uma ostentação imodesta, e quem dele usasse, por mais lacónico e parcimonioso que fosse em seus dizeres, passava, aos olhos de quem lia, por um charlatão, ou, se era negociante, por um homem sem freguesia e sem crédito” (p.95).

Fazia também parte do seu programa habitual a inclusão de “romances originais, de um interesse notável, como foi, em 1870, O Mistério da Estrada de Sintra (...), um dos mais belos e imaginosos trabalhos de Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão” (p. 106).

Em 1878, Eduardo Coelho comentou “o atraso em que se estava, antes da criação do *Diário de Notícias*, e o quanto depois deste se desenvolveu, a indústria tipográfica” (p.15).

No último capítulo, sobre o período entre 1865 e 1889, “houve quem comparasse Eduardo Coelho, como jornalista a Millaud, o fundador do

Petit Journal, e a Villemessant, o criador do *Fígaro*” (p. 132). Era considerado um escritor “de estilo simples e de dicção claríssima, coração aberto a todas as acções generosas, entusiasticamente apaixonado, como jornalista, pela sua profissão e pela sua obra, e como patriota, pelos progressos e pelas legítimas glórias do seu país” (p.133).

Segundo Alfredo da Cunha, foi Eduardo Coelho que, no decorrer do tricentenário de Camões, propôs que se lhe fizesse uma manifestação de celebração, mas que se deveria incluir “a fundação, no dia 10 de Junho de 1880, da *Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses*” (p.138).

Como homenagem a Camões no seu tricentenário, foi distribuída uma edição gratuita de 30 mil exemplares dos *Lusíadas*, com o *Diário de Notícias*.

A 12 de Junho de 1881, Eduardo Coelho foi aprovado por aclamação “para membro da comissão provisória promotora do congresso” do tricentenário da morte de Camões (p.147).

Eduardo Coelho colaborou, ainda, na organização da exposição agrícola, em 1884, sendo convidado para representar esta comissão como vice-presidente. Eduardo Coelho “no ardor com que promoveu a realização daquele brilhantíssimo certame, que durante três meses mais de 150 mil pessoas visitaram” (p.151), bem mereceu ter sido vice-presidente do congresso, destacou Alfredo da Cunha.

Em 1886, Eduardo Coelho tinha abandonado a vida activa que até então levava, pois “uma doença pertinaz e irremediável dele se apoderara” (p. 172).

A 21 de Abril de 1886, “Eduardo Coelho encontrou os alívios que ansiosamente procurava; e se sempre fazia por animar os que o cercavam com palavras de confiança em melhoras próximas, bem no íntimo compreendia sem dúvida a gravidade da doença.

Alfredo da Cunha não esquece a notícia saída no dia 14 de Maio de 1889: “de manhã, a conversar pausadamente com um empregado e amigo, dissera-lhe: – Já não tenho operários nesta minha casa nova. Como se quisesse desabafar: – Agora posso morrer descansado” (p. 176).

Autor (nome completo): Gilberto Ramos

E-mail: Gil@bildmeister.net

» Cunha, 1913

Autor: Cunha, Alfredo da

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1913

Título completo da obra: O Portuense Sousa Viterbo

Tema principal: Jornalistas e Vida Profissional

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): .

Número de páginas: 30

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: H.G. 9352 V.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: X5-4-2 (7)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Natural do concelho do Fundão, Alfredo da Cunha nasceu a 1863 e faleceu em 1942, Jornalista, exerceu o cargo de Director do *Diário de Notícias*. Casou com a filha do fundador do jornal, D. Adelaide da Cunha. Realizou vários estudos sobre a história do jornalismo português, tendo-se dedicado, em especial, à sua génese.

Índice da obra: [Não tem índice]

Sousa Viterbo – Apresentação – pp. 5 – 6

Sousa Viterbo – Vida e Obra – pp. 6 – 12

Sousa Viterbo – O orgulho Portuense – pp. 12 – 17

Sousa Viterbo – Filho adoptivo de Lisboa – pp. 17 – 23

Resumo da obra (linhas mestras): Neste livro, Alfredo da Cunha biografava e enaltece a figura do jornalista Sousa Viterbo. Sempre orgulhoso e nunca esquecido da sua origem plebeia, nascido e falecido no dia 29 de Dezembro de 1845 e de 1910, respectivamente, este era, segundo Alfredo

da Cunha, o portuense Sousa Viterbo, “filho adoptivo de Lisboa”. Para Alfredo da Cunha, Sousa Viterbo foi um dos vultos mais altos da sociedade da última metade do século XIX. O autor revela, também, que Sousa Viterbo nunca obedeceu realmente a seu pai, que sempre sonhou que o seu filho fosse um médico e não um poeta e jornalista, algo que para ele não teria futuro algum.

Alfredo da Cunha revela que Sousa Viterbo se matriculou na Escola Médico-Cirúrgica e demorou a tirar o curso de Medicina, que nunca realmente desejou. Enveredou por outros caminhos e foi desde cedo que começou a trabalhar em jornais. Realça Alfredo da Cunha que o nome “Sousa Viterbo” foi inicialmente publicado como autor de poemas que apareciam em jornais no Porto, Lisboa e Coimbra. Rapidamente passou de colaborador a redactor e publicou, em 1870 o seu primeiro livro, *O Anjo do Pudor*.

Alfredo da Cunha salienta que o seu “grande e querido amigo” e “rara e inconfundível figura intelectual e moral na sociedade portuguesa” Sousa Viterbo nunca foi devidamente reconhecido pela família, num tempo em que ser poeta era ser vadio. Explica Alfredo da Cunha que, nessa época, um dos maiores desgostos que um pai poderia ter era ver o seu filho tão íntimo com as letras.

Segundo o autor, Sousa Viterbo foi poeta, a sua verdadeira vocação, foi jornalista, foi historiógrafo e investigador, foi médico, embora exercendo por pouco tempo, foi professor e foi ainda, algumas vezes, orador. Sobre esta última ocupação de Sousa Viterbo, Alfredo da Cunha revela que “a sua eloquência sugestiva e fácil, sóbria e elegante, como o estilo dos seus escritos, apenas se tornasse conhecida de muitos poucos, visto que raramente a sua tímida modéstia o animava a usar da palavra em público”.

Relembrando o seu percurso jornalístico, o autor diz que foi no Porto que Sousa Viterbo se estreou como colaborador, de seguida passou a redactor em vários jornais e director político do *Jornal da Manhã*, no Porto. Quando foi “forçado” a partir para Lisboa para estudar, Sousa Viterbo começou, também, a trabalhar como jornalista na capital, desta vez no *Diário de Notícias*. Segundo Alfredo da Cunha, Viterbo é, justamente, considerado um dos mais notáveis jornalistas da época.

Viterbo viria, revela ainda Alfredo da Cunha, a ser alvo da cegueira e da paralisação dos seus órgãos locomotores. No entanto, o autor revela que: “No meio de tantas torturas morais e físicas, raros eram em Sousa Viterbo os gritos dilacerantes de desespero.”

Quando partiu para Lisboa, o poeta nunca se esqueceu da sua cidade natal e a sua maior satisfação era poder mostrar a todos que era natural do Porto. Era com gozo que recordava em crónicas suas as ruas, as gentes e as quintas do Porto.

Ao trabalhar num jornal lisboeta, Sousa Viterbo era, por vezes, confrontado com a rivalidade entre as duas principais cidades do país. Lembra Alfredo da Cunha que, nessas ocasiões, Viterbo rapidamente assumia a sua posição como defensor do Norte e lembrava que estas rivalidades serviam para que ambas pudessem progredir para um futuro mais risonho.

Foi esta, segundo Alfredo da Cunha, a vida de Sousa Viterbo, portuense mas, sobretudo, Português, uma personagem que marcou pela genialidade, pela modéstia e humildade que caracterizam também as gentes nortenhas e que tinha, nas palavras do autor, “a virtude, o culto e o ideal que predominam e avultam no étnico da gente portuense laboriosa – a tenacidade laboriosa. (...) Justo é, pois, que o se não esqueça nem desinteresse deste filho seu.”

Autor (nome completo): Sérgio Miguel Alves Magalhães
E-mail: sergio.magalhaes@gmail.com

» Cunha, 1914

Autor: Cunha, Alfredo da

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1914

Título completo da obra: O Diário de Notícias, a sua Fundação e os seus Fundadores.

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Diário de Notícias

Número de páginas: 285

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: HG 2830 A

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: S5-9-66

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Alfredo da Cunha nasceu em 1863 e era natural do concelho do Fundão. Exerceu o cargo de director do *Diário de Notícias*, tendo a determinado momento casado com a filha do fundador do jornal, D. Adelaide da Cunha. Para além da sua actividade jornalística, Alfredo da Cunha realizou também vários estudos sobre história do jornalismo português, tendo-se dedicado essencialmente à sua génese. Faleceu em 1942.

Índice da obra:

Prefácio: IX

O Diário de Notícias: p. 1

Thomaz Quintino Antunes, conde de S. Marçal: p. 75

A Tipografia Universal: p. 93

Eduardo Coelho: p. 105

Introdução: p. 107

Juízos Críticos: p. 113

- 1835-1854: p. 115
1854-1857: p. 125
1858-1865: p. 132
1865-1889: p. 143
Homenagens póstumas: p. 187
O monumento: p. 195
A homenagem do *Diário de Notícias*: p. 215
Resenha Biográfica: p. 221
Efemérides do *Diário de Notícias*: p. 227
Brindes aos senhores assinantes do *Diário de Notícias*: p. 234
Diário de Notícias ilustrado: p. 237
NOTAS FINAIS: p. 241
A- *O Petit-Journal* lisbonense: p. 243
B- A fundação do *Diário de Notícias*: p. 244
C- Pactos sociais: p. 248
D- Comemoração do 4º. Centenário do descobrimento da Índia: p. 249
E- Sousa Viterbo e o livro *Cem artigos de jornal*: p. 250
F- Os precursores do *Diário de Notícias*: p. 253
 As primeiras *Gazetas*: p. 257
G- O Grátis e outros antigos jornais de anúncios: p. 264
H- Mistério da Estrada de Cintra: p. 267
I- Pessoal do *Diário de Notícias*: p. 270
J- Eduardo Coelho, casa e data em que nasceu: p. 273
L- Distribuição gratuita, pelas escolas da 2ª. edição do presente livro: p. 274
M- Solidariedade Jornalística: p. 275
N- Interrupção na publicação do *Diário de Notícias*: p. 278
A IMPRENSA PERIÓDICA EM PORTUGAL – Breve memória apresentada ao quinto *Congresso Internacional da Imprensa*, em Lisboa: p. 281

Resumo da obra (linhas mestras): A obra em questão destinou-se a comemorar o cinquentenário da fundação do *Diário de Notícias*, de Lisboa, tendo sido escrita por Alfredo da Cunha, director da Fundação, em homenagem à memória dos fundadores e colaboradores falecidos, bem como aos cooperadores actuais (em 1914) do jornal. No prólogo, Alfredo da

Cunha dá-nos elementos importantes acerca da conduta e dos valores que o *Diário de Notícias* defendeu desde o princípio.

O *Diário de Notícias* apresentou-se com a obrigação de “respeitar e observar o singelo programa” que os seus fundadores, Eduardo Coelho e Thomaz Quintino Antunes, lhes estatuíram. Este jornal e os seus dirigentes sempre reivindicaram para si o direito de se conservarem alheados de artimanhas ou conjunturas de partidos e superiores, “às paixões que se debatem nas arenas dos partidos”. Criado, diz Cunha, principalmente para prestar serviços que nada têm a ver com os de ordem política, para educar as classes menos ilustradas, auxiliar os desprotegidos da fortuna, estimular as forças produtoras da nação, ou seja, ser um instrumento de beneficência e um elemento de regeneração de costumes e de propaganda útil e civilizadora, este jornal não ambicionava nada mais. Em vez de ter sido “um portador de guerra e um fomentador de discórdia”, o *Diário de Notícias* procurava exercer, dentro dos limites da sua influência, uma acção de paz. “Fiel às suas regras de moderação e de benevolência, nunca estimulou as paixões populares contra as pessoas que mantinham a ordem e os depositários do poder”, embora muitas vezes tivesse motivos suficientes para censurar, e efectivamente censurasse o poder e as autoridades por não corresponderem como deviam às aspirações e legítimos interesses do povo. Quanto à forma de desempenhar o seu papel de jornal moderno e de corresponder à simpatia e confiança de quem o lia, “apenas se esforçava por evitar a justiça da censura, apenas procurava não incorrer nas faltas explicativas da proibição aplicada aos periódicos da época pela pouca verdade de muitos e o estilo de todos”.

Segundo Alfredo da Cunha, o fundador do DN, Eduardo Coelho, foi quem, em Portugal, intentou “com mais fê, planeou com melhor critério e realizou com mais êxito a criação de um jornal popular, noticioso, instrutivo e moralizador, imparcial e sem dependências financeiras ou políticas, acessível literalmente a todas as inteligências e pecuniariamente a todas as carteiras”. Eduardo Coelho concorreu para a fundação do DN, elogia Cunha, com o seu trabalho “infatigável”, e Thomaz Quintino Antunes com as “forças do seu modesto capital, para lançar à publicidade, entre a natural ansiedade dos seus fundadores, a indiferença de um público sem o

hábito da leitura, e a desatenção dos sacerdotes da literatura e do jornalismo, no dia 29 de Dezembro de 1864, o “número-programa” do *Diário de Notícias*”. De acordo com a empresa, cita Alfredo da Cunha, o *Diário de Notícias* anunciava-se como “uma compilação cuidadosa de todas as notícias do dia, de todos os países e de todas as especialidades, ou seja, um noticiário universal. Em estilo fácil e com a maior concisão, informará o leitor de todas as ocorrências interessantes, assim de Portugal como das demais nações, reproduzindo à última hora, todas as novidades políticas, científicas, artísticas, literárias comerciais, industriais, agrícolas, criminais e estatísticas. Não discute políticas, nem sustenta polémica. Regista com a possível verdade todos os acontecimentos, deixando ao leitor, quaisquer que sejam os seus princípios e opiniões, comentá-los como melhor lhes parecesse. Escrito em linguagem decente e urbana, as suas colunas são absolutamente vedadas à exposição dos actos da vida particular dos cidadãos, às injúrias e às alusões desonestas. É pois um jornal de todos e para todos, para os pobres e ricos, de ambos os sexos e de todas as condições, classes e partidos.”

Alfredo da Cunha diz que a prodigiosa actividade desenvolvida para que em nada o jornal faltasse aos compromissos contraídos, sem demora determinaram um tal crescendo de aceitação e de simpatia que, pelo fim do primeiro ano de publicação, o *Diário de Notícias* tinha elevado a sua tiragem de 5000 exemplares, no princípio, para 9.600 exemplares por dia. Ou seja, o autor explica que em pouco mais de um ano o DN quase duplicou a tiragem, triplicando ainda o número dos seus anunciantes e vendedores. Quase simultaneamente, o seu formato foi ampliado para o dobro do inicial.

Para avaliar o sucesso da nova forma de fazer jornalismo introduzida pelo DN em Portugal, pode salientar-se que mês e meio depois da fundação do *Diário de Notícias*, uma folha de Lisboa tomava como título suplementar o de “Jornal de Notícias”, facilmente confundível com aquele, adoptando ainda idêntico programa, formato semelhante e idêntica forma de venda.

Alfredo da Cunha também não desvaloriza o facto de simultaneamente serem lançadas contra o *Diário de Notícias* falsidades de toda a ordem, por

parte dos que pretendiam viver à sombra dos seus créditos e desconceituá-lo na opinião do público. No entanto, o autor sublinha o facto de que ninguém mais do que Eduardo Coelho, e nenhum jornal tanto como o *Diário de Notícias*, “souberam penetrar-se na máxima sensatíssima defendida na época, o ser imparcial”. O autor refere alguns aspectos significativos da «Tipografia Universal», da propriedade de Thomaz Quintino Antunes, um dos grandes impulsionadores deste diário de referência da época. Alfredo da Cunha salienta que durante o seu percurso a Tipografia Universal foi adquirindo máquinas e utensílios aperfeiçoados para composição, estereotipagem e impressão, quer de livros, quer de jornais e, especialmente do *Diário de Notícias* que, a partir de Março de 1900 passou a ser estereotipado e a imprimir-se em máquinas rotativas de grandes tiragens.

Numa fase seguinte do seu livro, Alfredo da Cunha dedica cerca de 40 páginas a Eduardo Coelho. Essa homenagem inicia com um breve, mas completo texto sobre alguns factos da personalidade de Eduardo Coelho, da sua vida e daquilo que durante alguns anos a rodeou. Posteriormente existem uma série de “juízos críticos” reproduzidos no *Diário de Notícias* a 29 de Dezembro de 1904, dos quais constam testemunhos de várias individualidades como Oliveira Martins, Júlio César Machado, Pinheiro Chagas e Trindade Coelho, entre outros. Todos os testemunhos salientam factos da pessoa que era Eduardo Coelho e de todo o trabalho que fez, não havendo críticas nem defeitos a apontar-lhe. “Filho de João Gaspar Coelho, que fora amigo e companheiro de muitos dos homens públicos que mais importante papel desempenharam nas lutas da liberdade travadas no segundo quartel deste século, José Eduardo Coelho deixou uma pequena biografia do seu pai”. Alfredo da Cunha incluiu assim no seu livro uma biografia que Eduardo Coelho fez de seu pai, João Gaspar Coelho, cingindo-se para isso diferentes etapas da sua vida, retratando também um pouco da sua própria biografia, dando a conhecer aspectos sobre a sua pessoa, alguns dos seus feitos, bem como certos episódios curiosos da sua vida e dos factos que a rodeavam, respectivamente, a evolução da imprensa por exemplo. No final do discurso de Eduardo Coelho, Alfredo da Cunha explica: “A vida de tipógrafo mais havia acentuado ainda em Eduardo Coelho a sua irresistível tendência para as letras, que nunca

abandonara de todo, e a que resolveu por fim entregar-se exclusivamente, sem que o amedrontassem os reveses das primeiras tentativas”. Alfredo da Cunha descreve o fundador do *Diário de Notícias* como sendo um “escritor de estilo simples e de expressão claríssima, coração aberto a todas as acções generosas, entusiasticamente apaixonado, como jornalista, pela sua profissão e pela sua classe, e como patriota, pelos progressos e pelas legítimas glórias da sua pátria”. As palavras são da autoria de Alfredo da Cunha, mas o sentido que cada uma comporta era defendido por si e por várias outras individualidades que partilhavam da mesma ideia. Sendo por isso esta definição, como que o grito da nação sobre este ser humano. Da mesma opinião só não eram os seus opositores, quer políticos quer profissionais, e que acima de tudo viam na personalidade de Eduardo Coelho, uma ameaça. Alfredo da Cunha diz: “Manteve-se sempre jornalista, na genuína e mais levantada acepção da palavra, não querendo nem procurando cargos que o desviassem da missão a que se impusera e, aceitando unicamente aqueles que, sem lançarem sobre os seus intuitos a mais ligeira suspeição de parcialidade – porque nunca desempenhou funções públicas remuneradas – lhe não dessem proveito, directo ou indirecto, a ele próprio, mas o dessem ao país que servia”. Alfredo da Cunha chega mesmo a ir mais longe nas suas observações sobre Eduardo Coelho. O autor diz: “Escritor propagandista, ora inspirando-se nos quadros mais gloriosos da nossa história, ora tratando assuntos que mais directamente importava, à prosperidade do país e à ilustração do povo, os seus romances, os seus contos, as suas cartas de viagem encerram sempre ensinamentos proveitosos e revelam todos um elevado intuito moralizador e educativo”.

O autor explica que foi a partir de 1886 que uma doença pertinaz e irremediável se apoderou de Eduardo Coelho tendo-o obrigado a abandonar a vida activa que até então levava. “Passou a ser raras vezes visto em público e já pouco escrevia pelo seu próprio punho, limitando-se a ditar os artigos que quotidianamente apareciam no *Diário de Notícias*, e de que o último fora publicado no próprio dia da sua morte”. Alfredo da Cunha refere o facto da morte de Eduardo Coelho ter sido uma “lúgubre surpresa” no seio de toda a população da capital. “Durante mais de dois meses, o *Diário de Notícias* teve de conservar aberta uma secção especial,

em que, sob o título de «Homenagens a Eduardo Coelho», dava conta do modo como a imprensa e as corporações do país, desde a câmara municipal da primeira cidade do reino, até à mais humilde associação popular, manifestavam o sentimento profundo que lhes causara o doloroso acontecimento”. O autor salienta que cada jornal que publicava a notícia, fosse monárquico ou republicano, conservador ou revolucionário, apontava ao mesmo tempo uma virtude e punha em relevo uma qualidade eminente, uma acção generosa de Eduardo Coelho.

Numa fase seguinte o autor refere algumas, das muitas homenagens póstumas, quer individuais, quer colectivas, que após a sua morte foram prestadas à sua memória. Entre outras coisas podem destacar-se por exemplo gravuras, bustos e ainda um monumento que fora colocado na Alameda de S. Pedro de Alcântara, em Lisboa, referiu Alfredo da Cunha, ressaltando que este fora um passo apreciado e elogiado por muitos ilustres da época. “Aos milhares de pessoas que assistiram à cerimónia da inauguração do monumento a Eduardo Coelho, haveria ainda a acrescentar as muitas que, por não poderem assistir à solenidade, enviaram telegramas e cartas de congratulação e aplauso”, tendo o autor citado nomes como o presidente do conselho de ministros conselheiros, José Luciano de Castro, entre muitos outros. Alfredo da Cunha salienta ainda o facto de a Câmara Municipal de Lisboa lhe ter prestado também uma homenagem, dando o seu nome como designação à antiga rua dos Cardeais de Jesus, onde o jornalista vivera grande parte da sua vida. “A ideia de se perpetuar a memória de Eduardo Coelho para que a todos, letrados ou iletrados, o seu nome ficasse recordado como o de um verdadeiro benemérito da pátria, foi lançada como semente fecunda no espírito público por ocasião da morte do popular jornalista, e germinou enfim no coração dos seus amigos mais devotados”, diz o autor. No dia da inauguração do monumento erigido a Eduardo Coelho e, como naturalmente não podia deixar de ser, o *Diário de Notícias* publicou um grande número de homenagem ao seu fundador. Alfredo da Cunha considerou ainda curioso relembrar quais os periódicos que primeiro ou mais especialmente se subordinaram na imprensa portuguesa a intuítos análogos aos do jornal de que Eduardo Coelho foi o iniciador. A «Gazeta» foi um exemplo disso. Era um periódico noticioso ou de

informações que surgiu em 1641, cujo seu título indicava bem expressivamente “Gazeta em que se relatam as novas todas que se ouvem nesta corte e que vieram de várias partes no mês de Novembro de 1641”. O autor relatou ainda que houve em Lisboa uma outra folha, *O Dez Réis*, que era um jornal de Utilidade, em cuja cabeça se via gravada uma moeda deste valor, e que se começou a publicar a 1 de Janeiro de 1841, durando até 25 de Outubro e, sendo depois dessa data continuada pelo Jornal de Utilidade Publica, que durou até 31 de Dezembro de 1846. Outro jornal diário de carácter popular, primitivamente do preço de dez réis, mais antigo e que mais aceitação e duração teve, foi o *Periódico dos Pobres*, de Lisboa, cartista que viveu desde 30 de Setembro de 1826 até 15 de Outubro de 1846, sendo de quatro páginas, de formato aproximado ao primitivo do *Diário de Notícias*, e custando, a princípio, 10 réis. No entanto Alfredo da Cunha referiu que o jornal que bateu o recorde por ser o mais barato no século XIX foi o *Cinco Réis*, folha de notícias e anúncios, que durou apenas de 1 de Abril a 7 de Agosto de 1843, publicando-se em Lisboa. Este era de quatro páginas e continha várias secções tais como: Parte Oficial, Exterior, Noticias Diversas, Anúncios, Espectáculos, entre outras.

Refira-se que ao longo do livro, em vários momentos Alfredo da Cunha relembra aspectos particulares e peculiares da imprensa em Portugal. O autor explica também por diversas vezes a evolução que o jornalismo foi sofrendo. Ou seja, por parte de quem (Eduardo Coelho foi um dos nomes), o quê (primeiro jornal a dispor de um sistema organizado e avançado de obtenção de informação) e, onde (*Diário de Notícias*), aclarando assim o modo como essas evoluções iam acontecendo ao longo das décadas. Para além disso são também diversas as ilustrações que o autor faz do tema que está a retratar, usando imagens, fotografias de aspectos ou características do *Diário de Notícias*, como por exemplo do carro alegórico do jornal, de um certificado de participação no Primeiro Congresso Pedagógico realizado em Lisboa, de fachadas de casas onde o *Diário de Notícias* praticava actos de solidariedade, imagens das transformações efectuadas no cabeçalho do jornal, desenhos figurativos, reproduções de quadros de azulejos existentes nos escritórios do jornal, esculturas de algum modo relacionadas com a empresa do DN, sendo dos mais variados temas, projectos de

ilustração para publicações específicas, páginas com inovações e termos quer de conteúdo, quer de formatação, imagem dos primeiros números do *Diário de Notícias* com 12 e 24 páginas, caricaturas e fachadas do edifício da empresa, entre muitos outros factores que o autor usou para explicar e comprovar aquilo que ia dizendo. Durante o seu livro, Alfredo da Cunha incluiu várias vezes testemunhos referentes a temas variados, escritos pelo próprio Eduardo Coelho. Durante a sua obra o autor não quis deixar de referir a introdução no *Diário de Notícias* de 2 novos géneros jornalísticos: o editorial e as grandes reportagens, explicando que o primeiro editorial havia surgido em 1868 na rubrica “Assunto do Dia”. O autor refere que as primeiras grandes reportagens que foram feitas cobriram acontecimentos como por exemplos incêndios no Porto e em Lisboa ou acidentes quotidianos.

É deste modo e, com esta obra, que Alfredo da Cunha presta uma sentida homenagem a Eduardo Coelho, por ter sido então o responsável pela fundação do *Diário de Notícias* e pela evolução no mundo da imprensa a nível nacional. Eduardo Coelho é agora recordado pela sua vocação jornalística e literária, bem como pela sua acérrima luta pela dignificação do jornalismo a nível mundial.

Autor (nome completo): Diana Isabel Campos Ferreira
E-mail: dianacampos.ferreira@gmail.com

» Cunha, 1923

Autor: Cunha, António Maria da

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): 1922

Ano de publicação/impressão: 1923

Título completo da obra: A Evolução do Jornalismo na Índia Portuguesa

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Nova Goa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Imprensa Nacional

Número de páginas: 52

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: B. 840//8.V

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: N3-10-7

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): António Maria da Cunha foi médico e jornalista.

Índice da obra: [Não tem índice]

A imprensa em Goa: p. 1-2-3-4

O primeiro jornal: p. 5-6-7-8-9-10

A imprensa particular: p. 13-14-15-16-17

O jornal diário: p. 19-20-21-22-23-24

O jornal literário: p. 25-26-27-28-29-30

O jornal científico: p. 31-32-33-34

O jornal religioso: p. 35-36-37-38

O jornal histórico, arqueológico, etc.: p. 39-40-41

O jornal português em Damão, Dio e Bombaim: p. 43-44-45-46

O jornal marata: p. 47-48

Epílogo: p. 49-50-51-52

Resumo da obra (linhas mestras): Esta é uma obra que, conforme o

Livros LabCom

título, descreve a evolução da tipografia e do jornalismo na antiga Índia Portuguesa. O autor diz que a primeira obra foi impressa nesses territórios no século XVI, embora o primeiro jornal, *A Gazeta de Goa*, só tenha surgido a 22 de Dezembro de 1821, sendo redactor o físico-mor Dr. António José de Lima Leitão.

Depois, foram publicados os seguintes jornais:

1) a *Crónica Constitucional de Goa*, que foi o segundo jornal publicado na Índia Portuguesa, redigido pelo José Aniceto da Silva, que na sua parte não oficial se dedicava à política em combate violento com os jornais portugueses. A *Crónica* suspendeu a sua publicação em 30 de Novembro de 1837;

2) *Constitucional de Goa*, redigido por João de Sousa Machado, que iniciou em 18 de Junho de 1835 e acabou em 3 de Setembro do mesmo ano. Embora estes jornais se tivessem dedicado à política, o primeiro jornal político da Índia Portuguesa foi o *Echo da Lusitania*, tendo dado início em 7 de Janeiro de 1836 e terminado em 5 de Março de 1837, dirigido pelo desembargador Manuel Felicíssimo Lousada de Araújo. Na mesma tipografia foram depois impressos *O Vigilante*, de João de Sousa Machado, major do exército de Moçambique; e o *Observador* de José Aniceto da Silva. *O Vigilante* tinha as simpatias da maioria do país, mas não agradava aos poderosos, e por isso o seu redactor teve por vezes, a sua vida em perigo;

3) *O Correio de Nova Goa*, de Bento Ceferino Gonçalves de Macedo, cuja duração foi muito efémera;

4) *A Voz dos Povos da Índia*, de redacção colectiva de José Aniceto da Silva e outros, de 3 de Julho de 1845 a 3 de Março de 1846;

5) *O Defensor da Ordem e da Verdade*, da redacção de José António de Oliveira e outros, de 24 de Agosto de 1852 a 31 de Agosto de 1853;

6) *O Defensor do Real Padroado*, político-ecclesiástico, dos mesmos redactores do anterior, começando em 1 de Setembro de 1853 terminando em Março do ano seguinte.

7) *Apenso aos Boletins do Governo*, de 22 de Maio de 1844 ao fim do ano de 1845, tomando depois o nome de *Jornal da Santa Igreja Lusitana do Oriente*, sendo redigida a sua publicação sob os auspícios do Arcebispo D. José Maria da Silva Torres, e que se publicou desde Janeiro de

1846 até Março de 1849.

Segundo o autor, a imprensa política no meio goês, naquela época, exerceu uma influência negativa, devido ao facto de os jornais serem escritos conforme os interesses dos seus promotores, não contendo nenhuma informação útil, nem nenhum ensinamento proveitoso, não mostrando qualquer interesse em acalmar as perturbações políticas.

O *Ultramar* foi o primeiro jornal com tipografia própria e teve como fundador Bernardo da Costa. Este jornal executou toda espécie de publicações, dando larga à actividade literária. Por conseguinte, a época em que o jornal foi publicado foi também a época literária mais brilhante de Goa.

O *Ultramar* iniciou a sua publicação a 6 de Abril de 1859 e teve como redactor principal o irmão de Bernardo da Costa, António Anastásio Bruto da Costa.

É importante salientar que o *Ultramar* foi o único jornal da Índia Portuguesa que celebrou 50 anos e também foi o único que resistiu a todos os contratempos.

Depois do *Ultramar* seguiram-se os seguintes jornais:

1) A *Índia Portuguesa* teve início em 4 de Janeiro de 1861, sendo redactor Manuel Lourenço de Miranda Franco. Com a sua morte, o jornal sofreu várias alterações, tendo vários sucessores ao longo dos anos. Por motivos políticos, não só foi suspensa a publicação da *Índia Portuguesa* como também foi suspenso um outro jornal que se intitulava de *O Popular*. A sua última publicação foi a 26 de Novembro de 1921.

A *Índia Portuguesa* e o *Ultramar* foram os primeiros jornais publicados em tipografia própria, e foram os de mais longa duração. Estes dois jornais foram pioneiros da imprensa periódica em Goa. Mais tarde, registou-se uma suspensão da imprensa periódica, e depois da anulação da portaria draconiana que suspendeu a publicação dos jornais, reapareceram *O Ultramar*, *A Índia Portuguesa* e alguns mais.

Apesar da interrupção de quase dois anos imposta à imprensa local, a *Índia Portuguesa* tinha defensores nos jornais anglo-indianos de Bombaim, como o jornal *O Tempo*, do estadista José Dias Ferreira e, principalmente, *O Universal*, de Constâncio Roque da Costa. E assim fe-

chou o segundo período da imprensa luso-indiana.

A imprensa periódica na Índia Portuguesa deu um grande passo com a publicação do primeiro jornal diário: *O Herald*, editado a partir de 22 de Janeiro de 1900 e que pertencia ao Macias Gomes e a outros. *O Herald* tinha como seu redactor efectivo o general médico José Maria da Costa Álvares. Mais tarde, *O Herald* passou a intitular-se *A Era Nova* e terminou a sua publicação em 1905.

No ano de 1905 publicaram-se também os seguintes jornais:

1) *O Echo da Índia*, cujo primeiro número saiu em 9 de Setembro de 1905 e foi suspenso em 1907.

2) *O Diário de Goa*, a sua publicação teve apenas um ano de duração, iniciando-se em 1905 e terminando em 1906.

Em 1908, surgiu *O Pygmeu*, a 4 de Fevereiro, sendo publicado até 31 de Dezembro de 1909; *O Comércio* principiou a 1 de Outubro de 1909 e suspendeu a sua publicação em 30 de Dezembro de 1912; *O Correio da Índia* iniciou a publicação em 14 de Setembro de 1911 e durou até 31 de Novembro de 1912; *O Diário da Noite* apareceu em 1 de Dezembro de 1919.

Para o autor, a imprensa diária exerceu uma influência nas mentalidades do povo da Índia, abrindo-lhes um campo de mais proveito da actividade na imprensa periódica que até ali era exclusivamente dedicada à política. Os jornais diários causaram alguma estranheza por usarem linguagem cortês e serena e, sobretudo, por causa da delicadeza da frase, pois tal não estava nos hábitos dos leitores. A imprensa passa então a usar linguagem moderada e menos agressiva.

O primeiro jornal literário em Goa foi *A Bibliotheca de Goa*, de redacção colectiva de João António da Avelar e outros, e do qual saiu apenas um número, em Janeiro de 1839.

Depois seguiram-se os seguintes jornais:

1) *Encyclopedico*, publicou-se a 31 de Julho de 1841 a 30 de Junho de 1842, dirigido por Cláudio Lagrange Monteiro Barbuda.

2) *O Compilador* foi igualmente um estimulante poderoso do progresso literário e reproduziu dos melhores artigos do *Panorama*, de Lisboa. Tinha direcção de João António de Avelar e publicou-se em duas séries: a pri-

meira, de 7 de Outubro de 1843 a 28 de Dezembro de 1844, e a segunda, de 15 de Julho de 1847 a Dezembro do mesmo ano.

3) *O Mosaico*, de Manuel Joaquim da Costa Campos, o qual durou apenas 6 meses, de Janeiro a Julho de 1848.

4) *A Revista Ilustrativa*, que principiou a 6 de Novembro de 1854 e acabou em 16 de Julho de 1855.

5) *O Vergel*, de C. A. da C. Campos, em 1858.

6) *O Recreio*, publicado na tipografia do *Ultramar*, que se iniciou em Outubro de 1859 e durou até Junho de 1860, sob a redacção colectiva de Augusto Estanislau Xavier Soares e outros.

7) *O Tirolino Literário*, impresso na Imprensa Nacional de Nova Goa que se iniciou em Janeiro de 1862 e durou até Fevereiro de 1863, de redacção colectiva de Joaquim Jourão Garcez Palha e outros.

8) *O Recreio das Damas*, sob direcção do tenente do Exército de Portugal João Filipe de Gouveia, saindo o seu primeiro número em 9 de Maio de 1863 e o último em 5 de Outubro do mesmo ano.

9) *Ilustração Goana*, de que era director e proprietário Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves, iniciou-se a 30 de Novembro de 1864 e durou até 31 de Dezembro de 1866.

10) *A Harpa do Mandovy*, tinha uma redacção colectiva, sendo o seu editor Ubaldo da Costa Campos, teve início a 7 de Junho de 1865, durando até 20 de Novembro do mesmo ano.

11) *O Recreio*, que tinha como seu director e proprietário Joaquim Vitorino de Noronha Rodrigues, desde Outubro de 1865 até Abril de 1866.

12) *Goa Sociável*, redigida por Manuel Joaquim da Costa Campos, desde Março de 1866 até Novembro do mesmo ano.

13) *Instituto Vasco da Gama*, associação literária de maior prestígio fundada em Goa, inseria as Memórias lidas nas suas sessões. O primeiro número foi publicado em Janeiro de 1872 e durou até Dezembro de 1875, sob a mesma denominação dessa associação.

O responsável pela época mais brilhante do movimento literário da Índia Portuguesa foi, para o autor, Tomás Ribeiro, tendo a sua presença, em 1870, impulsionado a literatura.

Depois, foram publicadas as seguintes revistas:

1) A revista *O Álbum Literário* iniciou-se em Abril de 1875 e terminou a sua publicação em 1877, tendo como seu redactor o Rev. Narciso Arcanjo Fialho e António Félix Pereira.

2) *A Estrea Litterária* iniciou-se em 15 de Abril de 1877 tendo terminado em 15 de Outubro do mesmo ano. Teve como seus directores Caetano Francisco Filomeno de Figueiredo, João Joaquim Roque Correia Afonso, José Filipe Alvares, Joaquim Mariano Alexandrino Alvares e José Nicolau da Silva Albuquerque.

3) *Cavaco Instrutivo*, cujo primeiro número saiu em 1 de Julho de 1877, pela mão de Joaquim Vitorino Barreto Miranda, que foi um jornalista que desenvolveu juntamente com os seus irmãos as artes gráficas, introduzindo retratos e caricaturas nas publicações periódicas.

4) *O Divan Litterário*, de Leopoldo Francisco da Costa, continha as primícias literárias da juventude daquela época. Iniciou a sua publicação a 5 de Abril de 1894 e terminou em 15 de Novembro do mesmo ano.

5) *Republicas* - Esta revista anual foi publicada em 1894 por Roque B. Barreto Miranda.

6) *Luz do Oriente*, revista literária e científica lançada em 1906 por Ramachondra Panduronga Vaidia. Foi uma revista com muito proveito para a difusão da literatura oriental.

7) *Revista da Índia*, foi publicada como suplemento literário do semanário *Boletim do Comércio* e foi a mais recente manifestação do progresso literário em Goa. Teve como seus directores o poeta Paulino Dias e Adolfo Costa.

8) *Revista Académica*, também se publicou como suplemento literário do mesmo *Boletim do Comércio*, dirigida aos estudantes do Liceu de Nova Goa. Era composta pelos redactores António da Cunha Gomes, Marcos Caetano Colaço e António da Noronha Rodrigues. Editaram-se poucos números, entre 1919 e 1920.

Na Índia Portuguesa, também foram consagradas revistas ao estudo das ciências e sua vulgarização, desde 1862, ano em que, a 15 de Janeiro, apareceu o *Jornal de Pharmacia e Sciencias Medicas da Índia Portuguesa*, redigido pelo farmacêutico António Comes Roberto. Foi publicado até 15

de Dezembro de 1863. Em Janeiro de 1864, decorreu a uma troca de título, tendo o jornal passado a ostentar a designação de *Archivo de Pharmacia e sciencias Accessorias da Índia Portuguesa*. Terminou a sua publicação em Dezembro de 1871.

Seguiram-se outros, tais como:

1) Revista *Medico-Militar da Índia Portuguesa*, do cirurgião-mór Augusto Carlos de Lemos, teve início em 1 de Outubro de 1862, terminando a sua publicação em 1 de Janeiro de 1864.

2) *Periodico Militar do Ultramar Portuguez*, iniciou a sua publicação em 16 de Março de 1863, redigido pelo tenente João Filipe de Gouveia cessando a sua publicação em 16 de Outubro do mesmo ano.

3) *Jornal da Pharmacia, Chimica e Historia Natural Medica*, do farmacêutico João Herculano de Moura. A sua publicação deu-se de Janeiro de 1872 a Dezembro de 1873.

4) Revista *O Archivo Medico da Índia*, publicada pelos médicos Luís Napoleão de Ataíde e Angelo Custódio Martins, impresso na tipografia Rangel, de Bastorá. Teve início em Julho de 1894 e terminou em Maio de 1906. Essa revista foi vítima, como muitas outras publicações periódicas daquela época, da portaria que proibiu na Índia Portuguesa a publicação de periódicos.

5) *A Clínica Moderna*, publicada pelo Dr. Paulino Dias, teve apenas 6 meses de existência, de Janeiro a Junho de 1908.

A revista médica, que afirmou mais acentuadamente o progresso científico da Índia Portuguesa, foi o *Boletim Geral de Medicina e Farmácia*, fundado em 1911 pelo Professor Froilano de Melo. Pode-se afirmar que foi a melhor revista especializada em publicidade, sobretudo em relação a trabalhos originais que foi publicando, de reconhecida importância. Esta revista, em virtude dos respectivos Estatutos, passou desde o seu número I da IV série, em 1917, a ser o órgão oficial da *Associação Médico-Farmacêutica da Índia Portuguesa*. O mesmo médico iniciou também a publicação dos arquivos *Indo-Portugueses de Medicina e História Natural*, como órgão do *Instituto Bacteriológico de Nova Goa*, saindo o primeiro volume em 1912.

Uma outra publicação médica se principiou em 1916, de carácter ofi-

cial, foi o *Boletim Sanitário*, órgão dos serviços de saúde da Índia Portuguesa. Esta iniciativa deve-se ao chefe dos serviços de saúde, Dr. F. Wolfgang da Silva.

Apesar de em Goa não ter existido uma Escola de Direito, muitos jornais tinham secções jurídicas, mas também existiram publicações jurídicas, como a *Revista dos Tribunais*, do advogado Ascanio Sebastião dos Remédios Costa. O seu primeiro número publicou-se em 2 de Abril de 1893. A partir de 15 de Abril de 1921, alguns números foram editados por Emílio da Costa Martins, que editou alguns números.

Em 1 de Setembro de 1909 a 18 de Janeiro de 1912 também se publicou, em Quepém, *O Foro Indiano*, sob direcção do advogado Língu Roguivir Dolvi.

Na Índia Portuguesa não faltaram revistas de outras especialidades, como o *Boletim de Agricultura*, publicação oficial, de propaganda, da Direcção dos Serviços Agrícolas e Florestais. Saíram apenas dois volumes. Em 1921, foi convertido em *Boletim de Fomento*.

Não se pode calcular o grau da cultura das ciências e artes na Índia Portuguesa pelo número ou qualidade de revistas das respectivas especialidades, porque nenhum jornal político é exclusivamente monopolizado pela política.

No que respeita à imprensa religiosa, o *Jornal da Santa Igreja Lusitana do Oriente*, embora fosse consagrado à defesa dos interesses religiosos, não se pode considerar um jornal de carácter eclesiástico.

No dia 22 de Dezembro de 1862, o advogado Esmeraldo Vicente Xavier Vás, veio afirmar no primeiro número de *A Aurora de Goa*, que iria sair a publicação de um jornal religioso, redigido por António Caetano Pais de Noronha, que então se destinava para clérigo, o qual se intitularia *O Catholico da Índia*. Mas a sua publicação não chegou a dar-se, não existiu outro periódico eclesiástico até à aparição do *Oriente Catholico*, do Pe. Casimiro Cristóvão de Nazaré. A publicação do *O Oriente Catholico* deu-se a 15 de Março de 1867 e terminou a 31 de Dezembro de 1870 e era impresso na imprensa Nacional de Nova Goa.

Seguiram-se:

- 1) *A Cruz* teve como seus redactores o capelão militar, Pe. Manuel

Agostinho de Carvalho e o Pe. António Francisco Xavier. *A Cruz* principiou-se a 15 de Julho de 1876, passando em 26 de Julho de 1879 para in fôlio. Em combate contra a propaganda Fide, o jornal assumiu-se mais político que religioso. Em Julho de 1882 o arcebispo D. António Sebastião Valente proibiu ao redactor a sua publicação e aos fiéis a sua leitura, conseguindo assim a sua eliminação. Embora *A Cruz* não reaparecesse mais, o seu redactor continuou as suas lutas em outros periódicos que fundou, como a *Verdade*, *O Progresso*, o *Times of Goa* e *O Brado Indiano*.

2) *O Crente*, redigido pelo Monsenhor Francisco Xavier de Loiola, apareceu a 9 de Agosto de 1883 e era impresso em Orlim.

Em Setembro de 1884 houve uma controvérsia religiosa entre *O Crente* e o *Ultramar*, publicando este uma série de artigos sob a epígrafe *Fastos do Fanatismo*. O arcebispo Valente condenou como heréticos e opostos à fé esses e outros artigos, proibindo que *O Ultramar* tivesse ingresso no Seminário e na residência dos párocos, missionários e suas dependências.

Registamos estes factos de intervenção da autoridade eclesiástica no jornalismo devido aos grandes efeitos morais e económicos, que o arcebispo contra esses jornais pretendeu e acabou por alcançar.

Este jornal (*O Crente*) foi publicado em Orlim até 3 de Dezembro de 1894 e em 1895 o Rev. João Excelso de Almeida assume a sua direcção.

3) *Revista Moderna*, a sua publicação teve início em Março de 1909 e terminou em Fevereiro de 1910. A revista intitulava-se religiosa, científica e literária e a sua colaboração selecta, valorizava-a e garantia-lhe uma maior existência, o que não chegou a acontecer.

Foram publicados jornais religiosos nas Dioceses, tais como:

1) *O Oriente Catholico*, que se publicou a 2 Abril de 1894 a 2 de Setembro de 1895 na diocese de Damão;

2) *O Vinte e Três de Novembro* publicou-se em 1896 na Diocese de Cochim;

3) *Boletim da Diocese* e o *Catholic Register*, na Diocese de Meliour;

4) *A Revista The Angelus*, publicada em Bombaim, da direcção do Pe. António da Cruz, missionário português de raro valor. Acompanha-a, em suplemento, uma boletim da Diocese de Damão.

O autor afirma que relativamente ao jornal histórico e arqueológico

as “Publicações periódicas de reconhecida utilidade houve algumas que contribuíram poderosamente para a vulgarização de documentos inéditos que jaziam nos velhos arquivos oficiais, como o *Gabinete Litterario das Fontainhas*” da direcção de Filipe Neri Xavier, investigador paciente e patriótico”. Este repositório de variadas informações de estatística e descrição de usos de costumes teve início em 1846. A partir de 1848, quando começou a publicar-se irregularmente, foi perdendo o carácter de jornal. O investigador Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara empreendeu também a reprodução de vários documentos, intitulados de *Archivo Portuguez Oriental*. O primeiro fascículo publicou-se em 1857 e terminou em 1875 (a primeira parte) e em 1876 (segunda parte).

Joaquim Rivara publicou também um periódico, *O Chronista de Tissuary*, em Janeiro de 1866 e terminou em Junho de 1869.

O médico Pitágoras iniciou a publicação de um jornal de ciências e artes, publicado na tipografia Rangel, de Bastorá. Este jornal sofreu também a sua interrupção quando ocorreu a suspensão geral de todas as publicações periódicas, em 1895. Chamou-se *O Indispensável*. Reapareceu com uma secção musical, dirigida pelo Sr. V. J. Janim Rangel, e foi ilustrado a 1 de Outubro de 1909. A 29 de Janeiro de 1913 saiu com uma secção inglesa, dirigida pelo Sr. F. X. Pinto, e deixou de a publicar a 17 de Janeiro de 1914, abandonando também poucos meses depois, a sua direcção o seu fundador. Foi editado, novamente, a 17 de Julho de 1914, sob a direcção do Sr. V. J. Janim Rangel, sob o título de Indispensável e subtítulo de *Revista, Enciclopédica, Biográfica, Científica, Histórica, Social, Jurídica, Médica, Musical, Literária, Artística, Noticiosa*, etc. Era uma revista interessante e útil, continha um pouco de tudo.

Às tentativas para a fundação de um museu arqueológico, feitas desde 1894 e realizadas pelo Infante D. Afonso a 22 de Maio de 1897, seguiu-se a publicação da revista *O Oriente Português*. Publicou o seu primeiro número em Janeiro de 1904, em cumprimento das obrigações impostas à comissão. A sua comissão de redacção era constituída por Dr. Alberto Osório de Castro, pelo capitão José Augusto Alves Roçadas e por José António Ismael Gracias. Esta comissão foi sucessivamente remodelada. O último número saiu em Abril de 1922.

Os distritos de Damão e Dio, também tiveram os seus jornais, tais como:

- 1) *O Portuguez de Damão*, em 1835;
- 2) *A Sentinella da Liberdade na Guarda de Damão*, em 1837;
- 3) *O Damanense*, impresso em Bombaim, teve como seus redactores o advogado Manuel Sebastião Vás e o advogado Luís Diogo de Brito. O seu primeiro número saiu a 1 de Julho de 1890 e foi publicado até ao fim de 44 números;
- 4) *Correio de Damão*, impresso em Bombaim, redigido por Francisco da Costa. A sua primeira publicação saiu a 1 de Agosto de 1893.

O distrito de Dio teve apenas um jornal, *O Diuense*, publicado em 1892. Supõe-se que teve como seu redactor Belarmino do Rosário.

A imprensa portuguesa teve um certo relevo em Bombaim, não apenas por ter um grande aglomerado de cidadãos portugueses, mas também porque nas crises políticas se podia escrever com mais liberdade. Em Bombaim começaram-se a publicar jornais portugueses em 1831.

A imprensa indo-portuguesa de Bombaim teve 3 fases:

1^a, o jornal português em Bombaim era uma espécie de eco dos oprimidos, que longe da sua terra, desabafavam mais livremente. Foram os tempos áureos do *Investigador Portuguez*, do *Pregoeiro da Liberdade*, do *Observador* e da *Abelha de Bombaim*. Foi o primeiro período da imprensa indo-portuguesa de Bombaim.

2^a, a questão do Padroado Português no Oriente em Luta com as ambições da *Propaganda Fide* e a questão chamada *Consular*. Eram causas que exigiam outros meios para uma mais activa defesa dos interesses portugueses. Assim nasceu *Anglo-Lusitano*, *Horas Vagas*, *A Colónia Lusitana*, o *Boletim Indiano* e o *Portuguez Britânicos*.

Desenvolveu-se a cultura do concani, após a publicação do *Dicionário Português-Concani*, de Rodolfo Dalgado e de outros trabalhos de vários concanistas, habilitando a ler e a escrever muitos dos goeses saídos das massas analfabetas que ignoravam o português, daí a 3^a fase da Imprensa Concani. Desta maneira, progrediu a imprensa indo-portuguesa de Bombaim em quantidade.

O primeiro jornal marata apareceu tardiamente em 1872, o

Dexassudaranetxo, vindo depois com algum intervalo, os seus sucessores o *Kesri* e o *Maharata*. Além das importantes revistas ilustradas de Puna, cresceu o número de jornais e revistas maratas, desde o *Pathea Bodha* até à revista literária *Prachi Praba*.

Autor (nome completo): Marta Lopes
Email: martinhuxx@hotmail.com

» Cunha, 1925

Autor: Cunha, António Maria da

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1925

Título completo da obra: Camilo Castelo Branco, Jornalista

Tema principal: Jornalistas e Vida Profissional

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Casa Ventura Abrantes
– Livraria Editora

Número de páginas: 44

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: H.G. 6941//10 A

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Natural do concelho do Fundão, Alfredo da Cunha nasceu em 1863. Jornalista, exerceu o cargo de director do Diário de Notícias. Casou com a filha do fundador do jornal, D. Adelaide da Cunha. Realizou vários estudos sobre história do jornalismo português, tendo-se dedicado, em especial, à sua génese. Alfredo da Cunha faleceu em 1942.

Índice da obra:

1 – Introdução: p. 1 - 3

2 – Jornais em que Camilo colaborou – pp. 3 - 25

3 – Cartas de Camilo ao DN e outros destinatários: pp. 26-44

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra relata a vida do escritor Camilo Castelo Branco como jornalista.

Nesta obra, são várias as personalidades que descrevem Camilo Castelo Branco. O autor deste livro, Alfredo da Cunha, considera que Camilo foi um homem privilegiado por “(...) uma realza literária que a todos logrou impor-se, quer pela fanática admiração que o seu génio a uns inspirava,

Livros LabCom

quer pelo justificado temor que a sua pena descaroava noutros infundia” (p.2). O próprio Camilo se auto-intitula como jornalista independente, ao dizer “(...) graças a Deus, ainda não escrevi duas linhas a meu favor, nem sequer nos locais do jornalismo” (p.3).

Na primeira fase da vida jornalística, Camilo dedicou-se a publicar folhetins no *Nacional*. Camilo conta: “(...) dava-me este pequeno trabalho duas horas de diversão em cada dia. (...) *O Nacional*, periódico onde experimentei a vocação e a minha curta capacidade se desenvolveu, foi o único jornal do Porto que afrontou em justiça e o ouro, levantando a voz em meu favor” (p. 4). Escreveu ainda “(...) capítulos do romance *Anos de Prosa para a Revolução de Setembro* e traduzi uma novela, muito apreciável e consolativa, para o *Comércio do Porto*.” (pp. 5-6).

Foi em *O Nacional*, que Camilo, diz Alfredo da Cunha, encontrou a verdadeira vocação jornalística. Foi também neste periódico que ele e “(...) muitos experimentaram também a dureza dos seus ataques, por vezes em proporções de rara energia e violência” (p.7). Ramalho Ortigão conta que Camilo Castelo Branco foi “(...) espancado na Rua de Santo António, em reivindicação de um artigo de jornal contra a família Constantino, então em demanda com a família Bolhão” (p. 8).

Camilo Castelo Branco foi colaborador em jornais como o *Eco Popular* e o *Jornal do Povo*, sedeados no Porto, e *A Nação*, em Lisboa. Colaborou ainda “(...) Em *A Semana*, de Lisboa, jornal literário redigido por João de Lemos, Silva Bruschy, Ayres Pinto de Sousa e Aguiar de Loureiro” (p. 9). Neste jornal foi publicado uma grande parte do romance *Ana Thema*, não sendo concluído porque Camilo passou a escrever para outra redacção.

Entre 1851 e 1858, escreve Alfredo da Cunha, Camilo Castelo Branco escreveu poesias, romances em publicações tão distintas como em a *Miscelânea Poética*, *O Bardo*, *O Cristianismo*, *A Cruz*, e em *Porto e Carta*. Alfredo da Cunha menciona ainda as publicações de Camilo, em prosa e verso, em *O Portuense* e também no *Jornal do Comércio*. Alfredo da Cunha indica ainda que Camilo, sob o pseudónimo de João Júnior, publicou dois romances, *Carlota Ângela* e *A Natureza das Coisas*, para o jornal de Viana do Castelo, *A Aurora do Lima*. Foi também redactor do *Clamor Público*, com Evaristo Vasto e Coelho Lousada. Redigiu um jornal da sua

autoria, designado *O Mundo Elegante* onde inseriu “(...) além de muitos outros escritos, a notícia de um viajante em Portugal há 393 anos, reaparecida mais tarde, em 1867, sobre o título Portugal há 400 anos” (p. 12).

A publicação onde se encontram grande parte dos romances de Camilo é o *Comércio do Porto*, mas “(...) outra importante folha, de Lisboa, *O Jornal do Comércio*, inseriu, durante alguns anos folhetins de Camilo” (p. 13).

Alfredo da Cunha considera curioso que Camilo “(...) achasse nos versos graça e originalidade, coisas que escassamente se nos deparam abraçadas e ainda mesmo em separado” (p. 16), tendo justificado ter deixado de escrever para a *Gazeta Literária* porque, dizia, não havia ninguém que viesse a ler as suas poesias.

A partir de 1871, continua Alfredo da Cunha, Camilo Castelo Branco colaborou em diversos jornais dedicados às artes e letras, como os seguintes: *Diário da Tarde*, *Artes e Letras*, *República das Letras* e *A Arte*.

Na década de 80 do Século XIX, Camilo colaborou em publicações diversas, como *A Bibliografia Portuguesa e Estrangeira*, *As Ribaltas e Gambiarras*, *O Panorama Contemporâneo*, *A Alvorada*, publicação de “(...) Vila Nova de Famalicão, terra onde Camilo viveu em época de fecunda actividade literária, [e onde] ficaram arquivados diversos escritos seus, já empregados do desalento e das angustias morais e físicas que tão cruelmente lhe torturaram o final da sua existência (p.20). No final dessa década, colaborou ainda em *As Novidades*, no círculo Camoniano e, principalmente, na revista *As Repúblicas*, a ultima publicação em que “(...) mais ostensiva do que assiduamente figurou como redactor” (p.22). Disse Camilo acerca da sua colaboração para *As Repúblicas*: “(...) escrevi para *As Repúblicas* duas bagatelas, porque, sendo eu o director literário, nunca dera nada inédito ao Thomaz Ribeiro” (p. 23). Thomas Ribeiro figurava em *As Repúblicas* como director político.

Alfredo da Cunha faz ainda referência “(...) que para muitos ofereceria novidade, visto que nem sequer lhe faz alusão o Sr. Henrique Marques na sua bibliografia – à colaboração de Camilo no *Diário de Notícias*” (p. 25).

Nesta obra são, assim, publicadas algumas cartas, “(...) quase todas dirigidas a Eduardo Coelho, o bondoso e benemérito fundador do *Diário*

de Notícias” (p. 26). As cartas aqui publicadas “(...) mostram também com que desleixo de redacção e ortografia Camilo escreveu essa correspondência” (p. 26). A política pouco ou nada interessava a Camilo, pois “(...) o que verdadeiramente o dominou, sempre foram os seus impulsos sentimentais e afectivos, os seus devaneios românticos, as suas predilecções literárias” (p. 42). Alfredo da Cunha refere ainda que Camilo, no que diz respeito ao jornalismo partidário “(...) ficasse abaixo da grandeza colossal a que ascendeu nos outros géneros literários, que cultivou e em que assumiu proporções de assombro” (p. 43).

O jornalismo de Camilo era, segundo Alfredo da Cunha, “(...) inconfundível, porque foi o único, e porque aí, nesse vasto campo onde as suas forças se mediam vitoriosamente com as dos nossos maiores escritores da segunda metade do século passado, quase pode dizer-se que de cada frase ressaltavam, coros cantes e vivos, uma centelha de originalidade e um revérbero de génio” (p.43).

Autor (nome completo): Maria Teresa Silveira

E-mail: lothartete@hotmail.com

» Cunha, 1930

Autor: Cunha, António Maria da

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1930

Título completo da obra: Comemorações – O Tricentenário da Publicação do Primeiro Periódico Português. As Relações de Manuel Severim de Faria e as Gazetas da Restauração. Comunicação que o Sócio Correspondente Sr. Alfredo da Cunha fez na Sessão da 2ª Classe em 10 de Abril de 1930

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editores (ou tipografia, caso não exista editora): Separata do Boletim da Academia das Ciências de Lisboa, Nova Série, vols. I e II, pp. 358-371.

Número de páginas: 14

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: PP 24760 V

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Natural do concelho do Fundão, Alfredo da Cunha nasceu a 1863 e faleceu em 1942, Jornalista, exerceu o cargo de Director do Diário de Notícias. Casou com a filha do fundador do jornal, D. Adelaide da Cunha. Realizou vários estudos sobre a história do jornalismo português, tendo-se dedicado, em especial, à sua génese.

Índice da obra: [Não tem índice]

Primeira parte da comunicação de Alfredo da Cunha (problemática da data de publicação do primeiro periódico português) – pág. 358; 361

Segunda parte da comunicação de Alfredo da Cunha – pág. 362; 368

Conclusão do estudo – pág. 369; 371

Resumo da obra (linhas mestras): Nesta comunicação de Alfredo da Cunha, o autor começou por lembrar a data em que apareceu na imprensa a ideia de se comemorar solenemente o tricentenário da publicação do primeiro periódico português.

O autor remete para a grande questão aqui presente, que é a do início do jornalismo em Portugal. Haveria, segundo ele, duas posições em confronto: uma, que ele próprio perfilhava, considera que o jornalismo em Portugal teve início com a aparição do primeiro periódico português, a *Gazeta* “da Restauração”, em Novembro de 1641; outra que via nas *Relações* de Manuel Severim de Faria, cujo primeiro número foi lançado em 1626, o início do jornalismo em Portugal. O autor explica que estas últimas publicações não tiveram periodicidade, quer no aparecimento, quer nos períodos de tempo a que pertenciam, pelo que não podem ser consideradas um jornal. Para além disso, não teriam tido continuidade, uma vez que, aparentemente, apenas foram publicados dois números das *Relações*, tendo o primeiro sido reeditado.

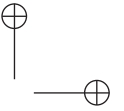
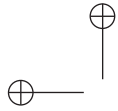
Alfredo da Cunha, ainda em defesa da primazia da *Gazeta* como primeiro jornal português, diz também que as *Relações* não apresentam “perfeita identidade de denominação ou título – que é para os jornais como o nome de baptismo para as pessoas”.

Um outro aspecto focado é o facto de não haver constância no local de impressão das *Relações*, porque a primeira foi impressa em Lisboa e reimpressa em Braga, e a segunda em Évora. Pelo contrário, a *Gazeta* (1641-1647) terá sido sempre impressa em Lisboa.

Em desfavor das *Relações*, Alfredo da Cunha escreve: “Em sexto e último lugar, careciam de publicação oportuna, de actualidade nas informações, de aparecimento quási imediato, aos sucessos, desses viços ou dessa frescura nas novidades, que é também uma das características essenciais dos jornais modernos”.

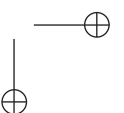
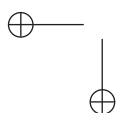
Em conclusão, Alfredo da Cunha defende que o primeiro periódico português foi a *Gazeta* de 1641 (e que durou até 1647), que por sua vez cumpria todos os requisitos essenciais para ser considerada jornal, ao contrário das duas *Relações* publicadas por Severim de Faria.

Chegando ao termo do longo estudo, Alfredo da Cunha propõe que se



reconheça a *Gazeta* da “Restauração”, cuja publicação foi iniciada em Novembro 1641, como o primeiro periódico português, pelo que a comemoração do tricentenário da imprensa portuguesa deveria ter lugar em Novembro de 1641 ou em Dezembro seguinte, mês em que provavelmente saiu a público o primeiro número dessa *Gazeta*.

Autor (nome completo): Marco Manuel Gonçalves da Silva
E-mail: marco.mgs@hotmail.com



» Cunha, 1939

Autor: Cunha, Alfredo da

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1939

Título completo da obra: Olisipo, Berço do Jornalismo Português; O Tricentenário Da “Gazeta” Cognominada “Da Restauração”

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Amigos de Lisboa

Número de páginas: 30

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: P. 4810 V.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: I3-4-85 (24)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Natural do concelho do Fundão, Alfredo da Cunha nasceu em 1863 e faleceu em 1942. Jornalista, exerceu o cargo de director do *Diário de Notícias*. Casou com a filha do fundador do jornal, D. Adelaide da Cunha. Realizou vários estudos sobre a história do jornalismo português, tendo-se dedicado, em especial, à sua génese.

Índice da obra: [Não tem índice]

Comemoração do tricentenário da imprensa portuguesa: pp. 1-7

Primeiro periódico português: pp. 7-11

As “relações” de Severim Faria como cartas noticiosas contrariamente a jornalismo: pp. 11-21

A Carta Régia: pp. 21-22

Publicações das duas relações: pp. 22-25

A “Gazeta” como primeiro periódico português: pp. 25-27

O protótipo do jornal moderno: pp. 27-29

Lisboa, o berço do jornalismo português: pp. 29-30

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra de Alfredo da Cunha incide sobre o tricentenário da imprensa portuguesa. No texto, o autor defende que a imprensa portuguesa tem origem em 1641, com a *Gazeta* “da Restauração”, que é “o primeiro periódico português que se vendeu ao preço de 10 réis (...) [e que] data de 1641 (...)”, contrariamente à ideia que foi lançada em Julho de 1925 pelo Sindicato dos Profissionais da Imprensa, que alegava que o tricentenário deveria ser comemorado em Setembro de 1926, tricentenário da data em que foram lançadas as *Relações* de Severim de Faria.

Alfredo da Cunha relembra, de facto, que o Sindicato dos Profissionais da Imprensa sustentava, em 1925, que a imprensa portuguesa deveria comemorar o seu tricentenário em 1926, ideia contra a qual o autor se manifestou. Às objecções históricas de Alfredo da Cunha, o Sindicato contrapôs que não seria altura de fazer história, num claro ataque às insinuações de Alfredo da Cunha de que o tricentenário seria somente em 1941. No entanto, Alfredo da Cunha, refuta estas afirmações no livro e declara que não fez a biografia da Imprensa, apenas elaborou algumas notas arqueológicas sobre jornalismo, acrescentando, também, que se tivesse sido comemorado em 1926 o tricentenário da imprensa portuguesa, deveria tê-lo sido no mês de Novembro ou Dezembro e não em Setembro. De qualquer modo, em defesa da sua tese de que a *Gazeta* “da Restauração” é o primeiro periódico português, Alfredo da Cunha cita Teixeira de Vasconcelos, que disse “Não devem entrar nessa classe (das gazetas ou papeis periódicos) algumas poucas *Relações* avulsas”. Alfredo da Cunha relembra, seguidamente, Hatin, que revela que logo após a invenção da imprensa surgiram muitas cartas noticiosas sem relação nenhuma entre si, as chamadas *Relações*, que Alfredo da Cunha considera que não possuíam qualquer continuidade e regularidade: “Não pode reconhecer-se regularidade e continuidade em dois folhetos apenas”, escreve Alfredo da Cunha referindo-se às *Relações* de Manuel Severim de Faria. Alfredo da Cunha apresenta, como exemplo, outros folhetos que nada tinham a ver com periodismo mas que tudo tinham a ver com as *Relações* de Severim

de Faria, os de Garcia de Resende, que retratavam “guerras, viagens, mortes e nascimentos” e que, embora em verso, se tratavam de “uma forma de fazer historia e não de fazer jornalismo.”

Nas páginas seguintes, é mesmo feita mais meticulosamente uma comparação entre as *Relações* de Severim de Faria e a *Miscelânea* de Garcia de Resende, transcrevendo o autor algumas estrofes que fazem referência directa a Lisboa, extraídas desta última obra. Segundo Alfredo da Cunha, “desde os usos e costumes dos povos bárbaros até às cerimónias e festas da corte (...), tudo na *Miscelânea* vem narrado com pormenores dignos dum bom noticiarista”, pelo que, considerando este aspecto noticioso das obras de Garcia de Resende, deveriam ser elas as bisavós do jornalismo português se as *Relações* de Severim de Faria fossem consideradas as avós, pelo que nem em 1926 nem em 1941 se poderia comemorar o tricentenário da imprensa jornalística portuguesa: teria de se comemorar o quadricentenário em 1954.

Na página 21 e 22, Alfredo da Cunha começa, então, a apresentar argumentos sobre a impossibilidade de as *Relações* serem consideradas o marco representativo do nascimento do jornalismo português e para tal apresenta a Carta Régia de 26 de Janeiro de 1627 que dizia que já tinham sido impressas outras relações. Para Alfredo da Cunha, essa carta régia “não aludia só à *Relação* de Severim de Faria publicada em Lisboa no ano antecedente, porém a outras alguns anos mais antigas”. Alfredo da Cunha considera mesmo que as *Relações* de Severim de Faria não são o protótipo dos jornais modernos, até porque “protótipo significa o modelo mais perfeito e exacto”.

É então que Alfredo da Cunha apresenta a *Gazeta* referente a Novembro de 1641 como sendo o primeiro periódico português, citando um artigo que referia que o objectivo era relatar as notícias de guerra com Castela mas apresentando também novidades ocorridas noutros países, as novas publicações literárias etc. Alfredo da Cunha revela, então, que estas gazetas foram publicadas mensalmente, o que lhes atribuía carácter contínuo e periódico. Para além disso, possuíam “encadeamento, porque algumas delas chegam a inserir rectificações e esclarecimentos às precedentes”.

Revela também Alfredo da Cunha que a Comissão de Centenários acei-

tou, então, que se celebrasse em 1941 o tricentenário do primeiro periódico português, após a exposição do autor.

Para finalizar a sua dissertação sobre qual foi, na verdade, o primeiro periódico português, Alfredo da Cunha revela-nos que existe um ponto de concordância entre os defensores da *Gazeta* e os defensores das *Relações*, porque tanto uma como outra foram impressas em oficinas olisiponenses.

O autor diz, também, que tem gosto que tenha sido em Lisboa que foi impresso o primeiro jornal português, rematando: “Ora, com esta espécie de processo de investigação de paternidade legítima, que deixo instruído, o que pretendo é evitar que chegue a transitar em julgado alguma arbitrária sentença contra a aludida *Gazeta*, espoliando assim Lisboa da inauferível glória de ter sido, como lhe chamei no título deste estudo, o «berço do periodismo português»”.

Autor (nome completo): Tiago Emanuel Gonçalves Moreira
E-mail: tiago_moreira77@hotmail.com

» Cunha, 1941 - A

Autor: Cunha, Alfredo da

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1941

Título completo da obra: Relances sobre os três séculos do Jornalismo Português: Conferência proferida na Câmara Municipal de Lisboa, em 29 de Novembro de 1941.

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Gráfica Santelmo (Separata do Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas, N.º 4 – Outubro – Novembro – Dezembro – 1941)

Número de páginas: 34

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: P. 7680 V.

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Natural do concelho do Fundão, Alfredo da Cunha nasceu em 1863 e faleceu em 1942. Jornalista, exerceu o cargo de director do *Diário de Notícias*. Casou com a filha do fundador do jornal, D. Adelaide da Cunha. Realizou vários estudos sobre história do jornalismo português, tendo-se dedicado, em especial, à sua génese.

Índice da obra: [Não tem índice]

Motivações para a escrita da obra: pp. 3-4

Delimitação dos três períodos da imprensa periódica portuguesa: pp. 4-5

Contextualização história: pp. 5-33

Época antiga: pp. 5-16

Época moderna: pp. 16-31

Época contemporânea: pp. 31-33

Conclusão: pp. 33-34

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra é a versão escrita de uma conferência de Alfredo da Cunha, sócio da Academia de Letras de Lisboa e director do *Diário de Notícias*, acerca dos três séculos do Jornalismo Português.

Após criticar aqueles que haviam prometido escrever a história do jornalismo português até então (1941), Alfredo da Cunha congratula-se por ter sido ele a escrevê-la e a viu ser publicada sob o título *Elementos para a História da Imprensa Portuguesa* pela “Academia das Ciências”, em comemoração do tricentenário do primeiro periódico (A Gazeta - 1641) que viu a luz em Portugal (pp. 3-4).

Alfredo da Cunha considera então três as épocas do jornalismo em Portugal: a época antiga que se inicia a Novembro de 1641 (aparecimento da Gazeta) e se prolonga até 1821 (promulgação da lei que institui no país o novo regime legal para a imprensa); a *época moderna*, que decorre de 1821 a 1890; e finalmente a *época contemporânea*, que se iniciou com o reinado de D. Carlos.

Segundo o autor, a *época antiga*, foi vivida em tempos de conflito, no reinado de D. João IV, o qual, com a falta de apoio do povo português para lutar contra Castela, sentiu a necessidade de fazer chegar a sua mensagem ao povo. Foi então que surgiu a *Gazeta* “da Restauração”, cujo primeiro número documentado é de Novembro de 1641 e que foi publicada pelo menos até 1647. Apenas em 1663 é que surgiu um novo periódico – o *Mercúrio Português* – redigido pelo Dr. António de Sousa de Macedo, tendo, no entanto, desaparecido de circulação em 1666. Com o regime de censura vivido, então, em Portugal, apenas em 1715 é que surge um outro periódico digno de menção – *Notícias do Estado do Mundo* e a *Gazeta de Lisboa*, que somente viria a desaparecer de circulação a 24 de Julho de 1833, com a entrada das tropas libertadoras em Lisboa, embora na altura já sob o título único *Lisboa*. Outras publicações surgiram neste período, mas as mesmas tinham, por norma, pouco tempo de vida.

Finda a contextualização histórica da *época antiga*, Alfredo da Cunha passa por descrever a *época moderna* do jornalismo, a qual foi vivida entre 1821 e 1890. D. João VI aprovou, em 1822, a instituição legal do novo regime da imprensa. No entanto, rejeitou a mesma lei que havia aprovado

um ano depois. Ao longo dos anos, os membros do Congresso debateram-se sobre o assunto até que foi promulgada a Carta Constitucional, em 1826, embora, a abolição da censura só tenha sido colocada em prática a 22 de Dezembro de 1834.

Com isto, o número de periódicos aumentou exponencialmente, contabilizando-se um total de 67 em 1836. Face tal tendência, em 1850 surgiu a lei de Costa Cabral, com o cognome “*das rolhas*”, descendo o número de periódicos para 15. Em 1866, com a promulgação de uma lei mais liberal, voltou a sentir-se um aumento enorme no número de periódicos, chegando a mais de 200, em apenas um ano. Este segundo período do jornalismo é caracterizado por Alfredo da Cunha como a época em que as grandes questões políticas e sociais foram tratadas. Foi também nesta época que se notou o aperfeiçoamento nos sistemas de impressão e dos trabalhos de gravura que ilustravam as publicações. Ao contrário dos tempos do *antigo jornalismo*, durante o qual os jornais eram apenas usados como agentes de propaganda e arma de combate, foi nessa segunda época que o jornalismo português se tornou numa indústria, pela importância dos capitais nele empregues e pela adopção de processos mecânicos consideráveis. Foi neste período que surgiram os “ardinas”, os quais apregoavam os títulos dos jornais pelas ruas dia e noite.

A *época contemporânea* tem início com o decreto de 29 de Março de 1890, que veio combater o excesso de jornais políticos. Em 7 de Julho de 1898 e a 11 de Abril de 1907 vieram as leis gerais, ainda em tempo de Monarquia, e finalmente, embora já em República, a lei de 28 de Outubro de 1910. No entanto, eram observados dois cenários distintos. Se por um lado os jornalistas eram colocados à altura das profissões mais nobres, à imprensa era aplicado o regime de censura.

Autor (nome completo): Bruno Fernando da Costa Mendes Alves da Graça
E-mail: bruno_graca@sapo.pt

» Cunha, 1941 - B

Autor: Cunha, Alfredo da

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1942

Título completo da obra: Jornalismo Nacional: Das Malogradas Associações de Imprensa á Alvitrada Ordem dos Jornalistas Portugueses.

Tema principal: Jornalistas e Vida Profissional / História do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Sindicato Nacional dos Jornalistas (Separata do Boletim do Sindicato Nacional Dos Jornalistas Nº 2, Junho de 1941)

Número de páginas: 39

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: L.5934 A.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: N4-6-4 (10)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Natural do concelho do Fundão, Alfredo da Cunha nasceu em 1863 e faleceu em 1942. Jornalista, exerceu o cargo de director do *Diário de Notícias*. Casou com a filha do fundador do jornal, D. Adelaide da Cunha. Realizou vários estudos sobre história do jornalismo português, tendo-se dedicado, em especial, à sua génese.

Índice da obra: [Não tem índice]

Celebração do tricentenário da primeira Gazeta portuguesa: pp. 7-8

Antecedentes da *Gazeta* “da Restauração”: p.9

Aumento do número de jornais e jornalistas: pp.10-11

Comemoração do Tricentenário de Camões: pp.12-13

Fundação da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses: pp.13-16

Publicações ocasionais de vários jornalistas: pp.17-19

Livros LabCom

Renascimento da Associação de Jornalistas de Lisboa: pp.20-21

Congresso Internacional da Imprensa: pp.21-23

Serviços prestados pela segunda Associação de Jornalistas de Lisboa: p.24

Formulação dos estatutos da segunda Associação dos Jornalistas: pp.25-26

Defeitos das Associações: pp.26-29

Criação da Associação dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa: pp.29-30

Instituição do Sindicato dos Profissionais de Imprensa de Lisboa: pp.30-32

Primeiro boletim do Sindicato: p.33

Várias Associações que existiram em Portugal: pp.34-35

Situação dos trabalhadores da imprensa periódica portuguesa: pp.35-36

Criação e desenvolvimento da Ordem dos Jornalistas – pp.36-38

Conselhos de Alfredo da Cunha – pp.38-39

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra de Alfredo da Cunha retrata o desenvolvimento do jornalismo e das associações jornalísticas em Portugal, resultando de uma conferência proferida pelo autor a convite da Sociedade de Geografia de Lisboa. Apesar de breve, é uma obra vital para se compreender o desenvolvimento do associativismo jornalístico no país, bem como as tensões e discussões que dividiam os jornalistas portugueses entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. É também relevante para se entender os processos de profissionalização e de busca de prestígio e relevância sociais dos jornalistas.

O autor começa por evocar a celebração do tricentenário da *Gazeta* “da Restauração” e o seu próprio papel nas comemorações. Aliás, pelo meio da obra Alfredo da Cunha não deixará de se referir a episódios da história e pré-história do jornalismo e de discutir a questão da formação dos jornalistas, lembrando que à pretensão do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa de instituir uma escola, ou curso, de jornalismo Bento Carqueja, então director do *Comércio do Porto*, exclamou que “assim como não há escolas de poesia, também não as pode haver de formação de jornalistas!” (p. 31). Todavia, Alfredo da Cunha lembra não só que a fundação de escolas de jornalismo já tinha ocorrido em vários países mas também que uma tese nesse sentido, defendida pelos jornalistas Albert Bataille e Paul Oker, tinha sido aprovada no Congres-

so Internacional da Imprensa realizado em Lisboa, em 1898. O autor mostra-se, em consequência, favorável ao ensino do jornalismo, “mais do que numa simples escola, numa espécie de Faculdade própria, que não ficaria mal numa Universidade, com um programa de disciplinas e um corpo docente que (...) competirão com o dum instituto de estudos superiores” (p. 32). Justifica a sua posição escrevendo: “ao profissional da imprensa (...) convém uma educação especial. Toda a arte tem a sua técnica e toda a técnica exige ou, pelo menos, muito lucra com a preparação e a aprendizagem” (p. 32). Esta noção do jornalismo como técnica, espaço de fusão da teoria com a prática, avançada por Alfredo da Cunha, é extremamente interessante, pois trata-se de uma antecipação do debate contemporâneo sobre o lugar do jornalismo. Todavia, Alfredo da Cunha, num tom historicamente bem demarcado, não deixa de salientar: “Claro que tais escolas não formam, no rigor do termo, jornalistas. O verdadeiro jornalista, como o verdadeiro actor, como o verdadeiro artista, como o verdadeiro homem de negócios, nasce já com determinadas faculdades, que as escolas não fazem senão adestrar. E em jornalismo, como noutra qualquer profissão, a vocação é ainda o principal. Mas, como dizia um nosso clássico acerca das musas, que não fazem dano aos doutores, também se pode dizer do ensino e das noções gerais de literatura, de ciência ou de arte, que não fazem senão bem aos que escrevem em periódicos.” (p. 32).

Apesar das divagações por temas colaterais, o propósito principal de Alfredo da Cunha na conferência que deu origem ao livro, conforme esclarece na página 10, foi o de “recordar como o jornalismo se tornou profissão e os jornalistas constituíram classe” em Portugal. Verifica-se, assim, que a história da profissionalização dos jornalistas não era um tema desdenhado pelos primeiros teorizadores do jornalismo em Portugal. Diz, a propósito, Alfredo da Cunha: “Só no século XIX o jornalismo chegou a ser verdadeira profissão e os jornalistas formaram classe e tiveram consciência do prestígio que resulta da sua união e da força que representa a sua acção colectiva. Nem o sentimento gregário podia manifestar-se nos escritores de jornal, nos dois séculos precedentes, em que, por vezes, não havia periódicos durante largos períodos, ou os havia

em tão limitado número, que todos os seus redactores e colaboradores caberiam juntos à volta de uma pequena mesa de redacção.” (pp. 10-11).

Alfredo da Cunha explica que o primeiro esforço associativo dos jornalistas foi, ingloriamente, tentado por António Augusto Teixeira de Vasconcelos, que propôs, a 28 de Julho de 1870, num jantar de escritores e jornalistas, a criação de uma Sociedade de Homens de Letras, imitando a francesa. Dez anos volvidos, segundo o autor, foi a vez de Mendes Leal se pronunciar a favor do associativismo jornalístico, usando uma expressão que evidencia que em Portugal já se entendia a imprensa como instituição social, à semelhança do que fizeram os precursores das ciências sociais na Alemanha: “O ascendente influxo da *imprensa-instrumento*, deu origem à *imprensa-instituição*; e do desenvolvimento da *imprensa-instituição*, com suas contingências e riscos, espontaneamente brotou a *imprensa-associação*.”

No livro, Alfredo da Cunha recorda o percurso das diferentes associações e grémios profissionais dos jornalistas portugueses fundados em Lisboa, a saber, por ordem cronológica:

1. *Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses*. Esta Associação, segundo Alfredo da Cunha, foi fundada a 10 de Junho de 1880, aquando das festas comemorativas do tricentenário da morte de Camões. Tinha como objectivos estabelecer uma biblioteca do jornalismo português, um cofre de coadjuvação editorial, um júri de honra para os conflitos de Imprensa e organizar cursos livres de ciências naturais e sociais. Os estatutos desta associação foram aprovados a 14 de Outubro de 1880 e neles se indicava que a colectividade tinha por fim “promover e defender os interesses legítimos, morais e materiais, das colectividades ou corporações formadas pelas classes que a constituem, e individualmente os interesses dos seus associados, em tudo ao que diga respeito ao exercício da sua profissão”. O seu primeiro presidente foi, à época, o decano dos jornalistas portugueses, António Rodrigues Sampaio, redactor principal daquele que nessa altura era o jornal mais antigo do país, o *Revolução de Setembro*. Entre os fundadores estavam Ramalho Ortigão, Magalhães Lima, Pinheiro Chagas e Eduardo Coelho e a ela aderiram,

posteriormente, grande parte dos mais conhecidos jornalistas lisboenses, como Emídio Navarro, Mariano de Carvalho, Brito Aranha, Latino Coelho, Mendes Leal e outros. A Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, apesar de uma tentativa de revitalização desencadeada por uma revisão estatutária, em Janeiro de 1885, acabou por desaparecer com poucos projectos realizados e sem conseguir cativar jornalistas de fora de Lisboa, assegura Alfredo da Cunha.

2. *Associação de Jornalistas* (de Lisboa), depois também designada por (segunda) *Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses*. Esta Associação, segundo Alfredo da Cunha, foi fundada, em 1896, pelo autor, por Trindade Coelho (pai) e por Lourenço Cayolla, a que se juntaram Magalhães Lima e Brito Aranha, que já tinham estado na Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses. Os fins desta Associação eram “pugnar pelos direitos e interesses da Imprensa periódica, da literatura, arte e ciência da pátria, e promover os seus progressos” (p. 20), podendo proteger e auxiliar os seus associados quando circunstâncias especiais reconhecidas pela Associação os colocassem em condições de precisarem de protecção e auxílio. Esta Associação, diz o autor, durou quase o dobro da primeira, tendo o seu momento alto ocorrido em 1898, quando organizou o Congresso Internacional da Imprensa, que reuniu 343 jornalistas de 18 países e de diferentes ideologias políticas, sendo particularmente numerosa a representação francesa (102 congressistas). Nesse evento, debateram-se temas quentes para o jornalismo da época, como o ensino do jornalismo, os direitos de propriedade intelectual, o direito (e a liberdade) de imprensa, a criação de carteiras de identidade dos jornalistas, as tarifas telegráficas internacionais, a criação de um tribunal arbitrário internacional, etc. A Associação de Jornalistas, conta ainda Alfredo da Cunha, enviou delegados a vários congressos de jornalistas realizados no exterior. No entanto, as suas actividades decaíram e nem a remodelação dos estatutos, em Fevereiro de 1907, nem a alteração da denominação para *Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses*, constante nos novos estatutos, a salvaram da extinção, provocada, em grande medida, pelo seu carácter elitista, já que, como

afirma Alfredo da Cunha, “só intentava congregar (...) escritores tirocinados e categorizados, de reputação feita no meio literário português – a aristocracia da imprensa.” (pp. 24-25).

3. *Associação da Imprensa Portuguesa*. Esta Associação, segundo Alfredo da Cunha, foi fundada em 1897, por iniciativa dos Jornalistas Alberto Bessa, José de Lemos, Vieira Correia e Ludgero Viana. Tinha um carácter “mais democrático” (p. 25), ou seja, menos elitista, dando acesso à condição de sócio aos informadores e repórteres (duas das categorias profissionais dos jornalistas de então) e tendo uma quota mensal cujo valor era metade do praticado pela Associação de Jornalistas. A Associação da Imprensa Portuguesa e a Associação de Jornalistas de Lisboa acabaram por se tornar rivais: “os seus membros (...) cada vez mais seguiam direcções diversas e concorriam para formar na imprensa de Lisboa duas correntes, se não contrárias, pelo menos separadas e enfraquecedoras daquela almejada união que a todos daria prestígio e força”. Na avaliação de Alfredo da Cunha, a Associação da Imprensa Portuguesa distinguiu-se no socorro mútuo, na luta pela liberdade de imprensa e mesmo através da realização de eventos, como uma exposição de imprensa.

4. *Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa* (depois *Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa*). Esta Associação, segundo Alfredo da Cunha, foi fundada em 1904 e os seus fins eram “o estudo e defesa dos interesses económicos comuns dos seus associados, a organização de uma biblioteca e a fundação de aulas para sócios e seus filhos.” (p. 29). Na avaliação de Alfredo da Cunha, a Associação dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa, que se passou a denominar *Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa*, em 1924, foi “a que mais anos viveu, melhor compreendeu e executou a sua missão de previdência, e mais avultada soma conseguiu recolher no seu cofre, para aplicações de utilidade comum” (p. 30) numa caixa autónoma, pese embora ter sido a que “mais despretensiosamente se apresentou” e a que “menos favorecida foi pela adesão dos maiores do jornalismo”. Os textos dos *Boletins* da Associação/Sindicato con-

tribuíram, no dizer de Alfredo da Cunha, para explicitar quem se considerava profissional da imprensa, por motivos de atribuição de carteira de identidade, mas também discutem outras questões relevantes para os jornalistas da altura, como o contrato de trabalho, as condições de exercício da profissão, as condições de existência dos jornalistas, a criação de uma escola de jornalismo, etc. No primeiro *Boletim* do Sindicato, datado de 1926, mostra-se que, segundo um documento da Direcção dos Serviços das Associações Profissionais, apenas tinham existência legal em Junho de 1925 a *Casa dos Jornalistas*, que tinha sido fundada em 26 de Março de 1921, e o próprio Sindicato (dos Profissionais da Imprensa de Lisboa).

Realce para o facto da *Caixa de Previdência do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa* ter antecedido a *Casa da Imprensa*, que já existia quando a obra foi impressa e que ainda hoje subsiste. A *Casa da Imprensa* albergou o Sindicato enquanto ele durou.

5. Finalmente, em 1934, foi instituído o Sindicato Nacional dos Jornalistas, com fins “morais, culturais e materiais” (p. 35), de previdência, de formação profissional e especialmente de representação da classe dos jornalistas, tendo lugar na então Câmara Corporativa.

Ao longo de vários anos, relembra Alfredo da Cunha, fundaram-se várias associações de jornalistas em Lisboa mas a grande maioria “afundou-se” (por exemplo, a *Associação dos Escritores e Jornalistas Portugueses*, de 1925, apenas teve uma única assembleia-geral, e a *Casa dos Jornalistas*, de 1921, quase não passou do papel), sendo que, quando a obra aqui resumida foi escrita, o Sindicato Nacional dos Jornalistas era o principal grémio da classe. No entanto, o autor não deixa de lembrar que, no Porto, a Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, fundada a 13 de Outubro de 1882, continuava viva e actuante em 1941 (como ainda hoje sucede).

Na continuação, Alfredo da Cunha destaca a atenção dada aos profissionais da imprensa periódica pelos legisladores, que criaram uma carteira de identidade de jornalista (22 de Dezembro de 1924); um bi-

lhete de identidade dos jornalistas da pequena imprensa e da imprensa regional (1931); e a carteira profissional (Janeiro de 1941).

A encerrar, Alfredo da Cunha manifesta o seu apoio à criação de uma Ordem dos Jornalistas, “disciplinadora e orientadora” (p. 36).

Autor (nome completo): Paulo Jorge Pinho Xavier Mendes da Costa / Jorge Pedro Sousa.

E-mail: paulo1987@msn.com / j.p.sousa@mail.telepac.pt

» Cunha, 1941 - C

Autor: Cunha, Alfredo da

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1941

Título completo da obra: Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821)

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Academia das Ciências de Lisboa.

Número de páginas: 299

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: P.7675 V.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: 01-5-177

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Natural do concelho do Fundão, Alfredo da Cunha nasceu em 1863 e faleceu em 1942. Jornalista, exerceu o cargo de director do *Diário de Notícias*. Casou com a filha do fundador do jornal, D. Adelaide da Cunha. Realizou vários estudos sobre a história do jornalismo português, tendo-se dedicado, em especial, à sua génese.

Índice da obra:

Preâmbulo – XII

Introdução – p.p. 1-34

Capítulo I – Século XVII p.p. 35-63

Capítulo II – Século XVIII p.p. 65-120

Capítulo III – Século XIX (1801 a 1821) p.p. 121-162

Resenha bibliográfica – p.p. 239-283

Aditamento – *Gazeta de Lisboa* – p.p. 284-285

Livros LabCom

Gravuras de vários periódicos – p.p. 287-294

Índice Onomástico – p.p. 295-298

Resumo da obra (linhas mestras): Com esta obra, Alfredo da Cunha pretende dar a conhecer um pouco do que foi a imprensa periódica portuguesa nos séculos XVII, XVIII e XIX (essencialmente até à Revolução Liberal e período subsequente). Trata-se de um livro clássico e minucioso sobre a história do jornalismo em Portugal, no qual foram beber muitas das obras posteriores. O resumo aqui dado, obviamente, não poderá dar conta dessa minúcia com que Alfredo da Cunha narra a história do jornalismo periódico em Portugal.

Antes de se alongar nessa área, Alfredo da Cunha procurou transmitir um pouco em que contexto estava inserido o jornalismo que se praticava em Portugal, bem como o respectivo crescendo de importância na sociedade ao longo dos anos. O autor refere também, de uma forma constante, a evolução do conceito de “liberdade de imprensa” desde então.

Poucos meses depois do começo da imprensa periódica portuguesa, lembra, a propósito, Alfredo da Cunha, uma lei implementada por D. João IV proibia as gazetas que tivessem notícias do reino ou de fora, o que condicionou, desde logo, um começo saudável da imprensa periódica. Por esta altura, ninguém suporia que o jornalismo, dois séculos mais tarde, se viesse a tornar num bem de primeira necessidade, como se tornou. (p. 4).

À medida que a imprensa se ia integrando na sociedade, iam-se formando derivados do conceito de jornalismo. Por exemplo: jornalismo e jornalista; periodismo; periodístico, periodista e periodiqueiro; folhetista e foliculário; diarista; gazeteiro. Mais tarde outras novidades começaram a fazer parte do vocabulário da imprensa tais como: revista, boletim, arquivo para designarem certas espécies de publicações periódicas, como que intermédias entre o jornal e o livro.

Alfredo da Cunha faz uma observação curiosa quando se refere às contradições do uso da expressão “liberdade de imprensa”, afirmando que “o (...) intuito [do uso dessa expressão] não tem sido outro senão restringir ou refrear aquela liberdade”.

O autor explica que a invenção da letra de forma, ou da imprensa, fez

crescer as livrarias e a aumentar a ciência. No entanto, alguns anos mais tarde, essa evolução da imprensa seria também razão de novas publicações, que se proporiam satisfazer, com relativa frequência e intervalos regulares, a curiosidade pública, proporcionando-lhe o conhecimento de “histórias presentes” e “casos que aconteceram”. (p. 35)

O autor lembra que a génese da imprensa periódica em Portugal ocorreu com a publicação da *Gazeta* e do *Mercúrio Portuguez*. Estes foram, na designação de Alfredo da Cunha, os “patriarcas do jornalismo português”, que não teve, no século XVII, outros representantes dignos de recordação. A *Gazeta* pode reputar-se o primeiro periódico de notícias que se publicou em Portugal, e o *Mercúrio* o primeiro periódico político, de redacção literariamente cuidada. (p. 42)

O Século XVIII é considerado por Alfredo da Cunha como um período amorfo no que diz respeito à evolução da imprensa periódica portuguesa. Os dois únicos periódicos, merecedores desse nome haviam nascido no século precedente e no século XVIII morreram. No entanto, segundo Alfredo da Cunha, não se pode considerar um grande feito terem existido dois periódicos no século XVII, uma vez que não tinham contribuído para a edificação do jornalismo como instituição nem determinaram a aparição de jornalistas profissionais. Portanto, “do mesmo modo que a dois livros se não chama biblioteca, nem a dois quadros compete a classificação de museu, as duas folhas seiscentistas não podiam representar o jornalismo como força social, ou sequer deixar entrever o predomínio que ele viria a ter na vida dos povos modernos”. (p. 65)

No período pombalino, recorda o autor, nenhum periódico teve suficiente relevo para a vida do país ou para a literatura nacional que justifique especiais referências. Alfredo da Cunha refere que o Marquês de Pombal foi um combatente da imprensa, apesar de nem sequer ter visto nela um bom agente de propaganda.

Dos periódicos publicados no século XVIII, nenhum era de carácter político, de combate partidário; nenhum pretendia representar a tão mistificada “opinião pública”, uma vez que, de acordo com Alfredo da Cunha, a opinião dominante, que abafava ou sufocava todas as tímidas opiniões divergentes, “jera a de quem governava”. “Não havia lugar a controvér-

sias ou comentários sobre a matéria de administração e não havia partidos políticos que se digladiassem pela obtenção do poder, porque este concentrava-se no Rei, segundo as doutrinas que prevaleciam no país”. (p. 114)

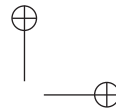
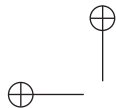
Alfredo da Cunha, antes de começar a descrever a imprensa periódica portuguesa no século XIX, refere uma citação de Henry Maret: “escrever a história do jornalismo no século XIX seria escrever a história do próprio século”. Este foi, de facto, em conformidade com Alfredo da Cunha, o século onde se denominou, pela primeira vez, o jornalismo como o “quarto poder”, uma vez que era a força que desfazia as outras três forças. Jules Claretie chamou a esse século, o século “dos jornalistas”, já que estes teriam conseguido, na versão de Cunha, que o público aderisse às suas ideias.

Em Portugal, diz Alfredo da Cunha, só apareceram periódicos de combate político no primeiro quartel do século XIX, devido quer às invasões napoleónicas quer ao influxo das ideias revolucionárias e liberais, em luta com as dos absolutistas. Fundaram-se ainda folhas para defender ou atacar a independência do Brasil, recorda Cunha.

A pressão exercida pelo regime absolutista até 1820 não impediu totalmente, mas dificultou bastante, a importação das inovações revolucionárias traduzidas pela Declaração dos Direitos do Homem, que, no nº XI do seu primeiro artigo, preceituava que todo o cidadão podia falar, escrever e imprimir livremente.

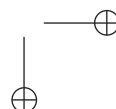
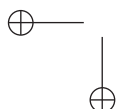
Alfredo da Cunha refere que no século XIX raro era o homem de letras ou homem político que não cultivou o jornalismo e nele não conquistou renome, quando, pelo contrário, no século anterior, os grandes prosadores, poetas, oradores ou políticos, raramente se notabilizaram como jornalistas. Há, no entanto, para o autor, uma pessoa que sobressai na imprensa periódica portuguesa do primeiro quartel do século XIX. É o Padre José Agostinho de Macedo, redactor de diversos periódicos pró-absolutistas.

O autor desta obra, termina o capítulo acerca do século XIX fazendo uma observação pertinente: “Do que não há dúvida é de que a imprensa de parcialidade ou de facção nasceu do embate das ideias liberais com as absolutistas, pois, enquanto estas forem as únicas professadas e predominantes, os periódicos não tiveram, para se desenvolverem e robustecerem



na ginástica da discussão, o estímulo da polémica partidária e da contro-
vêrsia política”. (p. 162)

Autor (nome completo): João Alexandre Nogueira dos Santos
E-mail: joão.nsantos@hotmail.com



» Cunha, 1942

Autor: Cunha, Alfredo da

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): 1941

Ano de publicação/impressão: 1942

Título completo da obra: Periódicos e Relações, Periodistas e Noticiaristas

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Academia das Ciências de Lisboa (Separata do *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. XIII, Dezembro de 1941).

Número de páginas: 24

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: L. 12809//4

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: V5-8-29(12)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Natural do concelho do Fundão, Alfredo da Cunha nasceu em 1863 e faleceu em 1942. Jornalista, exerceu o cargo de director do *Diário de Notícias*. Casou com a filha do fundador do jornal, D. Adelaide da Cunha. Realizou vários estudos sobre história do jornalismo português, tendo-se dedicado, em especial, à sua génese.

Índice da obra: [Não tem índice]

Comemoração do tricentenário da imprensa portuguesa: pp. 5-6

Antecedentes da *Gazeta* “da Restauração”: p. 6

Comparação da *Gazeta* “da Restauração” com as publicações noticiosas ocasionais: pp. 6-10

Comemoração do tricentenário da imprensa portuguesa: pp. 10-13

Primeiro “gazeteiro” [jornalista]: pp. 13-19

Publicações ocasionais antecessoras da *Gazeta* “da Restauração”: pp. 10-19

Perspectivas de autores do século XIX sobre o jornalismo e os inventos do século XX: pp. 19-22

Comemoração do tricentenário da imprensa portuguesa: pp. 22-24

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra é a versão escrita de uma conferência de Alfredo da Cunha, sócio da Academia de Letras de Lisboa e director do *Diário de Notícias*, no âmbito das comemorações do tricentenário da imprensa portuguesa (1941). No texto, o autor passa em revista a génese da imprensa periódica portuguesa, defendendo que esta nasceu com a *Gazeta* “da Restauração”, cujo primeiro número documentado é de Novembro de 1641 e que foi publicada pelo menos até 1647. Alfredo da Cunha serve-se desse argumento para defender que foi acertada a decisão, por ele próprio proposta, em 1939, de comemorar-se o tricentenário da imprensa portuguesa em 1941: “Nesta mesma sala (...) proferi, vai para doze anos, estas palavras (...): (...) é justo que a seu tempo se pense (...) na comemoração do tricentenário do primeiro periódico português (...) fazendo a conta dos 300 anos (...) a partir (...) ou de Novembro de 1641, mês a que a primeira *Gazeta* diz respeito, ou de Dezembro seguinte, em que provavelmente foi publicada” (p. 6). O autor relembra que o Sindicato Nacional dos Jornalistas tomou a seu cargo essa comemoração.

Alfredo da Cunha diz a propósito da *Gazeta* que no século XVII era “pouco habitual” lerem-se gazetas, apesar de as bibliotecas particulares crescerem, devido ao “desejo de (...) saber” (p. 7). A *Gazeta*, nas palavras do então director do *Diário de Notícias*, era “De formato exíguo, composta em grosseiro elzevir, impressa em papel ordinário, num prelo manual rudimentar, como esses que se viam (...) em Antuérpia, cidade donde viera o seu impressor Lourenço d’Anveres, não ostentava artigos científicos ou literários (...) nem consta que ali colaborassem os grandes escritores do seu tempo, (...) nem sequer pode (...) apurar-se com segurança quais foram os seus redactores. Indigiam-se vagamente o prosador e poeta Manuel de Galhegos e João Franco Barreto, aos quais foram concedidos privilégios para fazerem publicações dessa natureza, e também (...) o cronista Frei Francisco Brandão ” (pp. 7-8). Adverte, porém, Alfredo da Cunha que a respeito de quem colaborou na *Gazeta* “só há conjecturas” (p. 7).

O primeiro número da *Gazeta*, recorda Alfredo da Cunha, foi taxado a 6 reis. A *Gazeta* era vendida nas ruas pelos cegos-papelistas, da irmandade do Menino Jesus (p. 7).

O principal motivo de comemoração do tricentenário da imprensa periódica portuguesa relaciona-se com o papel social do jornalismo, que permite ao público “ser alimentado na sua nunca saciada curiosidade, satisfazendo-se-lhe o natural anseio de saber novas e (...) de adquirir ilustração e conhecimentos (...) não por acaso ou fortuitamente mas com a regularidade e frequência de que lhe adveio o hábito (...) de se pôr ao corrente (...) do que vai pelo mundo” (p. 8). As relações (incluindo as duas *Relações* de Manuel Severim de Faria (de 1626, reeditada em 1627, e 1628) e as restantes folhas noticiosas ocasionais, não tendo carácter de periodicidade, não podem, segundo Alfredo da Cunha, ser catalogadas como periódicos, precisamente por lhes faltar periodicidade (pp. 8-12). Por essa razão, explica o autor, opôs-se aos que queriam comemorar o tricentenário da imprensa periódica portuguesa em 1926.

Discorrendo sobre a génese do jornalismo em Portugal, Alfredo da Cunha interroga-se sobre quem se deve considerar o primeiro “gazeteiro” português. Para ele, o mais importante em “saber, talento e hierarquia social” foi António de Sousa Macedo, redactor do *Mercúrio Português* (periódico mensal publicado entre Janeiro de 1663 e Julho de 1667). Quanto ao “mais antigo”, o autor tem dúvidas. Na versão de Alfredo da Cunha, Manuel Severim de Faria, autor das *Relações*, não pode ser considerado o mais antigo “gazeteiro” português, até porque, segundo o autor, existem pelos menos duas publicações ocasionais noticiosas anteriores ao primeiro número das *Relações* de Manuel Severim de Faria: *a Relação da Enfermidade e Morte de El-Rei D. Filipe III Com Todas as Novidades Que Sucederam na Corte Até Agora, de 1621, e a Memorável Relação da perda da Nau Conceição*. Além disso, Pêro Vaz de Caminha (1500), Fernão Mendes Pinto (1614) ou Garcia de Resende (1550) também seriam excelentes candidatos a esse título (pp. 13-15).

Na parte final da obra, Alfredo da Cunha relembra os vaticínios futuristas de autores do século XIX, como António Feliciano de Castilho e Sousa Viterbo, sobre o século XX e o jornalismo futuro, tendo mostrado que acer-

taram em vários dos seus prognósticos, como o jornal falado (radiojornal), vaticinado por Viterbo em 1889 (pp. 19-22).

Referindo-se, para finalizar, ao significado das comemorações do tricentenário da imprensa portuguesa, Alfredo da Cunha salienta: “O que se celebra e comemora (...) é (...) a vinda ao mundo das letras duma espécie até aí desconhecida em Portugal, e que se tornaria a propagadora, e como que a propiciadora, de todas as outras espécies científicas, literárias ou artísticas, que lhe têm devido tanto da sua vulgarização e do seu êxito. O que se celebra e comemora é (...) um símbolo (...) do raiar duma instituição revolucionária nos domínios da inteligência (...). E tal é hoje o predomínio da imprensa periódica na maneira de sentir, de pensar e de agir (...), tal a sua influência sobre os (...) que conduzem as nações (...) que se (...) ela subitamente se (...) suprimisse (...) dar-se-ia (...) como que a paralisação ou o colapso de algumas das mais activas manifestações da vida social moderna.”

Autor (nome completo): Jorge Pedro Sousa
E-mail: j.p.sousa@mail.telepac.pt

» Curado, 1964

Autor: Curado, Fernando Ribeiro

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1964

Título completo da obra: Rádio –Produção - Realização - Estética

Tema principal: Teoria do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Comp. Editora do Minho
para a Editora ARCADIA

Número de páginas: 231

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: 28679V

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Fernando Curado Ribeiro foi jornalista de rádio.

Índice da obra:

Excertos de uma carta a um amigo autor - 11

Primeira Parte -Produção Radiofónica

Exploração radiofónica - 19

Rádio e cultura - 32

O ouvinte - 48

Segunda Parte - Realização Radiofónica

Realização Radiofónica - 67

Rádio-Teatro - 70

Rádio- informação - 124

Voz- palavra falada - 137

Textos- palavra escrita - 154

Formação profissional do pessoal da rádio - Realização - 160

Terceira Parte

Cânones da estética radiofónica - 189

Possibilidades de uma estética aplicável à Rádio-publicidade - 206

Integração da Rádio numa estética geral - 221

Caminho e resistências da Obra de arte radiofónica - 229

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra revela a perspectiva do autor sobre a essência da rádio e a sua interacção com factores internos e externos.

Na sua perspectiva, existem dois elementos essenciais que determinam a “a estrutura da radiodifusão – o papel jogado pelo estado e a proveniência dos recursos financeiros”. Segundo o autor, o estado tem sempre intervenção no domínio radiofónico, mesmo no domínio privado, tendo em conta que o direito de emissão é sempre concedido e validado pelo governo ou por um organismo representativo.

O autor apresenta-nos através desta obra o dilema que existe no seio da rádio relativamente à programação e ao seu conteúdo e compara-o à democracia, ou seja, ou se obedece à vontade colectiva, ainda que os conteúdos sejam pobres, ou se faz a aposta na tentativa de educar a população e instigar o seu melhoramento intelectual. O autor remata este assunto apontando como solução o equilíbrio destes dois factores: “o problema resume-se à escolha das proporções entre o que o público deseja, e o que os responsáveis preferem. Desta escolha nasce o equilíbrio desejado.”

“Para se conseguir a atenção do ouvinte é preciso dar-lhe emissões que lhe interessem, às horas em que as deseje ouvir.” Esta abordagem feita pelo autor é sintomática daquilo que é a sua leitura e para a sobrevivência da rádio. A rádio tem que ir ao encontro do ouvinte, a rádio tem que o procurar e tem que o entreter. A caracterização da época é, no entanto, muito importante para que o leitor melhor entenda a importância desta análise “O automatismo do ouvinte... Este entra em casa e abre o seu receptor... ouve a rádio e lê o seu jornal”. De referir a importância da mensagem fraternal ser permanente regular e insistente – “a rádio dirige-se, simultaneamente, a um auditório enorme e a um só auditor”.

A noção de que os ruídos podem ser activos e passivos é muito definida pelo autor. Para ele, “um ruído é activo quando tem um papel pre-

ponderante, substituindo o narrador. (...) Um ruído é passivo é quando faz parte do ambiente ou da ilustração”. Segundo Fernando Curado Ribeiro, o único bom critério de ruído é a absoluta necessidade explicativa.

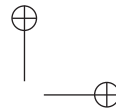
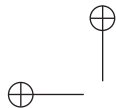
Outro ponto importante desta obra é a abordagem ao tema da Rádio-Informação. O autor revela-nos, criticamente, o que se passava à época: “a Rádio em todo Mundo, no aspecto informação, tem-se quase limitado a transportar para o domínio puramente auditivo a forma do jornal”, apesar das diferenças entre os dois meios. De facto, para Curado Ribeiro, o jornal permite a segunda leitura imediata o que não acontece na rádio, que não proporciona segunda audição. No entanto, o autor destaca as grandes e principais virtudes da radiodifusão, como sendo – “a possibilidade duma maior rapidez de dar notícias ao público, permitindo a maior oportunidade, e a possibilidade, também oportuna, da rádio reportagem.”

A rádio-reportagem é dissecada pelo autor, que a define como “a descrição verbal, feita para a rádio, no local próprio, de qualquer acontecimento”. Segundo ele, esta é uma das vantagens em relação à imprensa. O autor faz, depois, a comparação entre o trabalho entre o repórter de televisão (“a imagem também fala”) e o repórter de rádio. O repórter radiofónico terá que ter como características fundamentais a observação rápida e uma excelente provisão de palavras, facilidade de exposição e principalmente dotes de improvisação.

Como fundamental na reportagem radiofónica, o autor sublinha a luta contra o silêncio. Segundo ele, as “brancas” são terríveis em rádio. Também pode acontecer que o repórter, ainda que possuindo qualidades profissionais acima da média, se depara com um acontecimento que mesmo bem relatado pode não captar o interesse do ouvinte. Por isso, Curado Ribeiro sentencia: “conhecer os limites que marcam as possibilidades de um trabalho de reportagem, é um dever profissional”.

O autor aborda também a possibilidade da reportagem gravada (em diferido), “mais incisiva e objectiva”, pois “o que se perde em sinceridade ganha-se em estilo e em interesse e ninguém lamenta a ausência das fastidiosas improvisações na luta contra a falta de tema”.

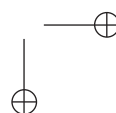
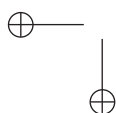
Para Curado Ribeiro, as entrevistas incluídas nas reportagens são im-



portantes, já que são elas que dão o tom da reportagem. No entanto, não devem ser separadas do seu todo, devem ser usadas com conta peso e medida.

O autor deixa ainda um género de conselho ao rádio-repórter: “o rádio-repórter, deve preparar teoricamente a sua reportagem” e quando possível “tentará ensaiar tudo, reunir o maior número de elementos, visitar ou prever o local onde vai trabalhar”.

Autor (nome completo): Valter Filipe Neves Viana Bandeira Vieira
E-mail: valter.vieira@lipor.pt



» D'Abreu Curado, 1912

Autor: D'Abreu, Jaime [Jaime Rodolfo de Abreu]

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1912

Título completo da obra: Julgamento d'um jornalista no Tribunal Marcial de Cabeceiras de Basto

Tema principal: Liberdade de Imprensa

Local de edição: Braga

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Imprensa Henriquina a Vapor

Número de páginas: 44

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: S.C.-6962//1-V

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: L3-3-133 (17)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Jaime Rodolfo de Carvalho Abreu nasceu a 16 de Fevereiro de 1869, na freguesia de Refojos, no concelho de Cabeceiras de Basto, e faleceu a 15 de Março de 1935. Licenciou-se em Direito em 20 de Junho de 1895, foi advogado, jornalista, primeiro administrador e presidente da primeira comissão republicana de Vieira do Minho, em 1910. Foi director do jornal *Notícias de Vieira* e director, proprietário e editor do jornal *Povo de Vieira*.

Índice da obra: [Não tem índice]

Explicação prévia: p. 4

Leitura da acusação: pp. 5-7

Interrogatório: pp. 7-16

Inquirição de testemunhas: pp. 16-20

Debates: pp. 20-23

Quesitos: pp. 23-24

Sentença: pp. 24-25

Recurso: p. 26

Exposição ao Presidente da República: pp. 27-28

Apensos: p. 29

Suplemento ao n.º 37 do “Povo de Vieira”: p. 30

Apreciações da Imprensa: pp. 31-38

Pareceres: pp. 39-44

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra trata do julgamento do advogado e jornalista Jaime Rodolfo de Carvalho Abreu, no dia 3 de Setembro de 1912 (quase dois anos após a implantação da República), no Tribunal Marcial de Cabeceiras de Basto e está redigida de acordo com a terminologia da época, a qual iremos respeitar na medida do possível. Numa “explicação prévia”, Jaime d’ Abreu assume que irá relatar o seu julgamento, “abstendo-se de comentar ou fazer a mínima apreciação”, optando por “uma narrativa fiel” e “nada mais”. Uma narrativa feita na primeira pessoa.

De acordo com o respectivo libelo, Jaime d’ Abreu foi “culpável de incitar o cometimento do crime previsto no art. 1.º da lei de 30 d’abril do corrente ano, com a publicação de um artigo, de que é autor, inserto no n.º. 37 de Julho (1912) do jornal *Povo de Vieira* e que tem por epígrafe “Tudo por culpa do atual regime”, jornal este de que se acha junto um exemplar a fl. 3, e de que o réo é diretor, proprietário e editor, cometendo o mesmo réo, com este artigo, o crime previsto e punido pelo art. 3.º. Da citada lei de 30 d’ abril do corrente ano.”

Lida a acusação, o advogado de defesa, dr. Manuel Sá Couto, pediu a palavra para “deduzir a excção de incompetência do tribunal militar, visto faltar absolutamente base d’acusação pelo crime de incitamento de que trata o artigo 3.º. da Lei de 30 d’ Abril; e de não haver possibilidade de tal incitamento, decorridos os acontecimentos revolucionários que a referida lei teve por fim reprimir, e serem permitidos quaisquer meios de discussão ou crítica, segundo o regime de Imprensa em vigor”.

A dedução de excepção foi indeferida pelo tribunal e o advogado

de defesa manifestou o seu protesto, dizendo que iria recorrer para o Supremo Tribunal de Justiça. De seguida, Manuel Sá Couto dita os artigos da contestação, alegando “não haver corpo de delito, muito menos fundamento d’acusação; não poder o artigo incriminado considerar-se incitamento a qualquer dos crimes de que fás menção o artigo 1º. Da Lei de 30 d’Abril, quer pela interpretação isolada d’aquele artigo, quer pela subordinação á série d’ artigos que Jaime d’ Abreu escreveu e publicou no *Povo de Vieira*, desde o seu primeiro número, quer pelos seus antecedentes pessoais e políticos: antecedentes de homem de bem, como chefe de família, cidadão, advogado, jornalista, primeiro administrador e presidente da primeira comissão republicana de Vieira, nos tempos d’ estudante, em Portugal e no Ultramar, como republicano ardente e sincero que sempre foi”.

O advogado de defesa alegou ainda “os serviços prestados pelo réo á República e, especialmente, ao concelho de Vieira”, concluindo pela “necessidade da absolvição de Jaime d’ Abreu”, apoiado em pareceres escritos dos advogados drs. Alexandre Braga e Alves de Sá, dos jornalistas Bento Carqueja, diretor do *Comercio do Porto*, dr. Alfredo da Cunha, diretor do *Diario de Noticias*, dr. Abílio Nápoles, diretor do *Povo d’ Águeda*, e do senador Goulart de Medeiros, tenente coronel d’ artilharia. Todos os pareceres foram no sentido da improcedência da acusação, “por não verem no artigo incriminado frases ofensivas da dignidade dos poderes públicos, muito menos incitamento à rebelião contra eles ou qualquer atentado contra a segurança do Estado”.

Seguiu-se o interrogatório de Jaime d’ Abreu que começou por afirmar desconhecer por que estava acusado, desafiando os juízes a concretizar a acusação, porque assim “facilitariam a sua defesa”. “Sou arguido pelo libelo, d’ incitar ao cometimento do crime do artigo 1º. Da Lei de 30 d’ Abril, quando é certo que o mencionado artigo trata não apenas d’ um crime, mas de seis crimes (...). Qual deles será? – tentativa contra a forma de governo republicano? Ou contra a integridade territorial da Republica Portuguesa? Excitação á guerra civil? Atentado contra o presidente da Republica? Contra os ministros? Ou para impedir a deliberação das câmaras legislativas?”

“Não se referindo o artigo incriminado, quer diréta ou indiretamente

á mudança da fôrma de governo republicano, nem á destuição da integridade do território nacional, muito menos aludindo ao presidente da Republica, aos ministros d' ela e a qualquér perturbação do livre exercício do poder legislativo, - poderá admitir-se que houvésse o intuito de me acusarem por incitador á guerra civil? É provável, visto que, nesse sentido, fui interrogado no quartel general, á passagem a Coluna em Vieira. – Nesta ultima hipótese, que movimento podia eu ter excitado? – A sublevação projetada em Vieira, na noite de 6 para 7 de Julho? – Seria absurdo, porque o artigo foi publicado a 13, uma semana depois” (...).

“Averiguado que não incitou a revolta alguma, haveria, todavia, no artigo, o intuito de a provocar? – Não, de modo nenhum. – O artigo é, pelo contrário, a condenação formal e categórica da guerra civil” (...). E é por este artigo – todo pás e fraternidade, aconselhando juízo, quando falte coração, e repelindo com horror a guerra civil – que me trazem aqui e me conservam preso ha mais d' um mês, para responde como rebelde, por incitador a essa mesma guerra civil!”

Segue-se uma análise detalhada do artigo, com Jaime d' Abreu a recordar o seu passado de “patriota e republicano desde os 18 anos”, concluindo: (...) “sou vítima dos meus próprios correligionários e da Republica, que tanto desejei e para que tanto trabalhei. – Em nome d' ela fui preso e mudado d' um quarto para uma enxovia, onde havia apenas um metro quadrado devoluto para mim e dois companheiros”. (...) Em nome d' ela conservam-me preso e incomunicável dos meus amigos, pessoas de família, filhos e até de minha mulhér, devassando-me a correspondência, lendo-me todas as cartas, os próprios documentos e elementos de defesa, que em toda a parte, onde ha respeito ou piedade por um acusado, são considerados invioláveis”. (...) E, todavia, srs. Juizes, nem as minhas convicções vacilaram um instante, nem eu vos peço benevolência. – Não, não preciso d' ela. – Só desejo que me façais justiça – justiça d' homens honrados”.

Seguiu-se a inquirição das testemunhas – todas de defesa, porque a acusação “não ofereceu nenhuma” – que “confirmaram plenamente quanto, em contestação, alegou a defesa, referindo-se ao réo, que sempre conheceram como republicano sincero e entusiasta, nos termos mais honrosos”.

Nos debates, o promotor disse que o réu “não podia duvidar do efeito das suas palavras, escrevendo e publicando o artigo incriminado no próprio teatro dos acontecimentos. Esse artigo constitui, evidentemente, um incitamento á rebelião, pelo ataque feito ás instituições republicanas (...)”. E o promotor concluiu pedindo a costumada justiça.

Por sua vez, o advogado de defesa reiterou que não havia “qualquer ofensa no artigo aos poderes públicos ou instituições republicanas” e que “falta absolutamente base para incriminar o réu”, conforme os pareceres apresentados e a prova testemunhal produzida em audiência de julgamento. Terminou pedindo a absolvição do réu.

Elaborados e lidos os quesitos, o júri retirou para conferenciar, tendo o Tribunal de Guerra proferido uma sentença, a qual, não sendo unânime, acabou por ditar a condenação de Jaime d’ Abreu na pena de 18 meses de prisão correccional, levando em conta a prisão já sofrida, e em seis meses de multa à razão de 100 réis por dia”.

Na sequência da condenação, Jaime d’ Abreu recorreu, primeiro para o comandante da coluna, pedindo a anulação do processo ou da sentença – a qual foi indeferida sem qualquer fundamento; e depois para o Supremo Tribunal de Justiça, através de um requerimento que foi igualmente indeferido.

Jaime d’ Abreu fez ainda uma exposição ao Presidente da República que o indultou da pena ainda por expiar.

Em apenso, o livro inclui “as explicações de Jaime d’ Abreu perante a autoridade militar que foram publicadas no suplemento ao nº. 37 do Povo de Vieira; as apreciações da Imprensa ao julgamento e respectiva decisão, nomeadamente dos jornais *Primeiro de Janeiro*, *Comércio do Porto*, *Diário de Notícias*, *Século*, *Jornal de Notícias*, *Povo d’ Águeda*, *A Nação*, *Maria da Fonte*, *Alvorada* e *Folha da Manhã*; os pareceres dos advogados Alexandre Braga e Alves de Sá, dos jornalistas Bento Carqueja, Alfredo da Cunha, Abílio Nápoles, Manuel Goulart de Medeiros; e, por último, o parecer da comissão que se pronunciou a favor da clemência presidencial.

Autor (nome completo): Manuel da Conceição Cardoso Neto

E-mail: mneto2006@gmail.com

» **Daciano, 1958**

Autor: Daciano, Bertino

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1958

Título completo da obra: Um Jornalista Portuense do Século Passado: Manuel Fernandes Reis

Tema principal: Jornalistas e Vida Profissional

Local de edição: Porto

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Tipografia Empresa Guedes, Lda. Porto

Número de páginas: 12

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: P.8057V.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: I3-1-128(8)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Bertino Daciano nasceu no Porto a 10 de Novembro de 1901 e faleceu, na mesma cidade, a 29 de Agosto de 1965. Licenciado em Ciências Económicas e Financeiras, dedicou-se a estudos linguísticos, à música e à literatura, colaborando em vários jornais e revistas. Possui uma lista extensa de publicações, entre elas, novelas e trabalhos, dedicando-se também ao teatro. Foi professor da Escola Comercial Mousinho da Silveira, director do Instituto de Cegos, pertenceu à Associação dos Arqueólogos Portugueses e desempenhou cargos administrativos na Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto.

Índice da obra: [Não têm índice]

Fotografia de Manuel Fernandes Reis: p. 3

Introdução: pp. 5-6

Biografia de Manuel Fernandes Reis: pp. 6-8

Livros LabCom

Caricatura de Manuel Fernandes Reis: p. 7

Publicações de Manuel Fernandes Reis: pp. 8-9

Sociedade Graciosa: pp. 9-10

A poesia de Manuel Fernandes Reis: p. 10

Admiração de outros autores por Manuel Fernandes Reis: pp. 10-11

Notícia de falecimento: pp. 11-12

Resumo da obra (linhas mestras): O objectivo deste texto centra-se em homenagear a vida e obra de Manuel Fernandes Reis. Bertino Daciano começa por identificar várias causas que levavam à distinção entre pessoas nos finais do séc. XIX e inícios do séc. XX. Naquela altura “singularizavam-se algumas dessas pessoas pelas atitudes ou porte físico, pela extravagância do seu trajar, pela forma da sua vida aventureira (...)” (p. 5). O autor considera Manuel Fernandes Reis “uma dessas figuras típicas de há cem anos e nos dá o recorte expressivo de um janota da sociedade do século passado, por sinal de um jornalista austero e respeitável, que é bom conhecer” (p. 6). Assim sendo, após este elogio o autor compromete-se a escrever sobre o jornalista. Comenta a sua vida “Trata-se de Manuel Fernandes Reis (Júnior), portuense de gema, tripeiro dos quatro costados (...) Foram seus pais Manuel Fernandes Reis, um dos *Bravos do Minde*lo, e D. Antónia Augusta da Cruz Reis (...)” (p. 6). Profissionalmente depois de Manuel Fernandes Reis desempenhar funções como oficial da Marinha Mercante “ (...) dedicou-se de alma e coração ao *jornalismo*, onde deu provas de invulgar actividade, sempre servida por um carácter apumado, recto, e um coração de ouro, que lhe permitiu granjear muitos e muitos amigos, ao mesmo tempo que grande número de admiradores sinceros e leais” (pp. 7-8). Valorizado por ser um trabalhador incansável onde “todos os seus recursos físicos e mentais foram postos ao serviço do «Jornal do Porto» (...) e de «A Província»” (p. 8). Manuel Fernandes Reis utilizou os mais variados pseudónimos nestes dois jornais como também no «Flor do Tâmega». Abraão Queiroga, M. Sier, António Joaquim, Elvira de Albuquerque, Anastácio Picaluga, Obscuro Forasteiro, entre outros foram alguns exemplos. Elogios eram tecidos com facilidade, uma vez que, Manuel Fernandes Reis era considerado por muitos “um dos mais ilustres

membros do Jornalismo portuense” (p. 8). O jornalista era admirado pela sua dinâmica, tendo nesta obra espaço para a “dedicatória que Simões de Castro autografou, em 3 de Maio de 1904, no seu conto «O Último Beijo» (...)” (p. 11), bem como, através de um retrato desenhado por António Carneiro onde o artista deixou algumas palavras em homenagem a Manuel Fernandes Reis. A provar a admiração pelo jornalista está presente nesta obra a notícia de falecimento do mesmo inserida no jornal «Flor do Tâmega». De forma a comprovar o facto de ser um “Homem austero, digno e bom” (p. 12) é possível perceber isso através das palavras que finalizam esta obra, escritas por Manuel Fernandes Reis “«Nada há mais digno, nada mais consolador que a prática das boas acções. Felizes os que podem exercer largamente o bem»” (p. 12).

Autor de muitos livros, uma breve passagem pelo teatro ao escrever a comédia «O Pronto Alívio», e pela a poesia, estando um dos seus poemas disponível nesta obra.

Autor (nome completo): Rita Emanuel Teixeira de Sousa Amaro
E-mail: 14399@ufp.pt

» Dantas, 1942

Autor: Dantas, Júlio

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): 1941

Ano de publicação/impressão: 1942

Título completo da obra: Discurso Proferido na Sessão Comemorativa do Tricentenário da Fundação do Primeiro Periódico Português

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Ottosgráfica LTD.

Número de páginas: 2

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: HG 37409V

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: V5 – 8 – 29(22)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Julio Dantas nasceu em Lagos, a 19 de Maio de 1876, e faleceu em Lisboa, a 25 de Maio de 1962. Além de poeta, dramaturgo e diplomata, foi jornalista e presidente da Academia das Ciências de Lisboa. Publicou o seu primeiro artigo no jornal *Novidades*, em 1893, e seu primeiro livro de versos em 1897. Colaborou com os principais jornais de Portugal, além do *La Nación* (Argentina) e *Correio da Manhã* (Brasil). Foi médico no exército português. Fez traduções e publicou livros em prosa.

Índice da obra: [Não tem índice]

Parágrafo 1 – Introdução ao tema do discurso

Parágrafo 2 – Apresentação dos factos históricos: o primeiro periódico de 1641

Parágrafo 3 – O valor da Imprensa como elemento de discussão e opinião

Parágrafo 4 – Honras aos jornalistas membros da Academia

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra é a versão escrita do discurso proferido por Júlio Dantas, presidente da Academia das Ciências de Lisboa, no âmbito das comemorações do tricentenário da fundação do primeiro periódico de Portugal, em 1941. No texto, o autor menciona o facto de que Alfredo Cunha havia apresentado, em 10 de Abril de 1930, na própria Academia, a *Gazzeta* da “Restauração” como sendo o primeiro periódico português, fundado em Dezembro de 1641 e produzido na oficina de Lourenço de Anvers. Diz ainda que a instituição havia lançado uma versão devido às comemorações: “Foi ainda a mesma Academia que, há poucos dias, lançou a público a obra com que (...) ilustrou e enriqueceu a história da hemerografia portuguesa.” (p. 1).

Ao falar sobre o papel da imprensa na sociedade Dantas valoriza a importância dos meios noticiosos como instrumento de opinião pública, como agente de vulgarização de factos e doutrinas e como fonte documental. Conclui, ainda, que o papel da imprensa é “um elemento inestimável de contacto com as realidades” (p. 1).

A celebração do tricentenário do primeiro periódico português, segundo o discurso, é para homenagear o jornalismo, aquilo que o autor considera ser a “magistratura da opinião” (p. 2).

Dantas finaliza dizendo que a própria Academia das Ciências tem entre seus membros jornalistas portugueses importantes e que eles serão, naquele momento, os intérpretes das homenagens da Academia para com a imprensa.

Autor (nome completo): Keiny Andrade Silva
E-mail: knyand@yahoo.com.br

» D'Armelin Junior, 1909

Autor: D'armelin Junior, Manuel Veloso (relator)

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): 1909

Ano de publicação/impressão: 1909

Título completo da obra: Papel da Imprensa na Grande Obra da Regeneração Nacional: Alvitres Práticos. Memória da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses [ao Congresso Nacional de Lisboa de 1909. Tese 18º do Programa deste Congresso]

Tema principal: Teoria do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Imprensa Lucas

Número de páginas: 8

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: H.G. 2736//4 A.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: D8-16-50(23)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Vítor Manuel d'Armelin Júnior nasceu em 1857 e morreu em 1935. Era Visconde de Carnaxide. Foi advogado e sócio efectivo da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses.

Índice da obra: [Não tem índice]

A imprensa (papel geral): pp. 3 a 4

A “missão” da imprensa: p. 5

O papel da imprensa na regeneração nacional: pp. 6 a 8

Resumo da obra (linhas mestras): O folheto que aqui se resume, elaborado por Manuel Veloso D'Armelin Júnior, na qualidade de relator da direcção da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, constitui a memória da 18ª tese apresentada a um congresso nacional (pre-

sume-se que dessa mesma Associação) realizado em Lisboa, em 1909.

O autor começa por referir-se à história da imprensa, que considera uma obra de “instrução e educação públicas” influente na “marcha ascensional e progressiva da civilização e na de todos os progressos científicos, industriais, artísticos, literários, económicos, morais, jurídicos e sociais e da grande obra da regeneração e progresso dos povos e dos estados” (p. 3). Segundo ele, a imprensa tem o direito, e dever, de reivindicar o seu “lugar de destaque”, devido ao seu potencial político, social, moral e jurídico; ao papel que tem percorrido e aos progressos que tem realizado, tornando-se um dos esteios da *democracia moderna*. No entanto, relembra d’Armelim Júnior, a força da imprensa impõe-lhe grandes responsabilidades, para que dela possam surgir as “grandes conquistas em honra da glória da humanidade”: a sua missão social e histórica. A informação jornalística, relembra o autor, deverá ser sempre correcta, pois a imprensa deve ser portadora da verdade e pôr em foco tudo o que há de bom. Mais do que isso, o jornalismo tem de aportar um certo “espírito de tolerância”, contrapondo-se aos “fanatismos e facciosismos” exacerbados que “impelem e arrastam a lutas e polémicas bem encarniçadas, cruéis e iníquas, em que a verdade, a justiça e a bondade sangram” (p. 4) Manuel Veloso d’Armelim Júnior defende, em consequência, que a imprensa necessita de precisar, definir e afirmar a sua missão e o seu direito e, só depois, reivindicá-los para os poder exercer livremente. Considera a imprensa uma arma que deve ser sempre do bem e nunca do mal, da justiça e não da mentira. De vida e não de morte. Só assim, diz, virá o respeito.

Quais são, segundo V.M. d’Armelim Júnior, as funções “orgânicas” (p. 7) da imprensa na grande obra da regeneração nacional?

1. *Função de Informação*: A imprensa deve informar com “precisão e rigor” para corresponder a um “espírito público, sempre e cada vez mais ávido de notícias” (p. 6), numa sociedade em rápida transformação em que a informação circula a rápida velocidade, graças a tecnologias como o telégrafo e o telefone e ao incremento das comunicações em geral. Para o autor, porém, os efeitos do jornalismo sobre pessoas predis-

postas a cometer crimes ou a serem protagonistas de escândalos obrigam os jornalistas a serem contidos nas notícias e a realçar “alguma coisa útil para a moralidade pública” (p. 6), pois “A narração descarnada, (...) a poetisada do escândalo, do facto vicioso ou criminoso, pode ser, e é bastas vezes, (...) incentivo a novos escândalos e exemplar de (...) novos crimes” (p. 6).

2. *Função de Vulgarização*: A imprensa deve vulgarizar o conhecimento científico, artístico, industrial, económico-social, económico-doméstico, bem como “noções e ensinamentos morais e religiosos” (p. 7).

3. *Função de Instrução*: A imprensa deve facultar um ensino público e útil.

4. *Função de Educação*: A imprensa deve dar noções que elevem a inteligência, transmitam valores e fortaleçam o carácter das pessoas.

5. *Função Crítica*: A imprensa deve ter uma visão crítica em todos os temas.

6. *Função Económico-Social*: A imprensa deve promover instituições de assistência, caridade e higiene públicas.

7. *Função Exemplar*: A imprensa deve contribuir, com o seu exemplo, para criar um ambiente de dignidade e moralidade;

Para que as funções orgânicas da imprensa se exerçam contribuam para a “regeneração nacional” (p. 7), o autor considera que é necessário:

- a) Assegurar a formação moral, física e educacional do jornalista;
- b) Promover o associativismo jornalístico, para que os jornalistas percebam a força do jornalismo e as suas inerentes responsabilidades;

- c) Obter remunerações justas e equitativas para todos os trabalhadores da imprensa, assegurando-lhes “independência económica e moral”;
- d). Defesa da propriedade intelectual de jornalistas e escritores por meio de tratados internacionais. Promoção da instrução nacional, para que aumente o consumo dos livros e, consequentemente, a remuneração dos escritores.

O autor remete ainda para o facto de a imprensa ser, no seu entender, um “sacerdócio” (p. 8). Segundo d’Armelim Júnior, o ideal do jornalismo como sacerdócio não deve ser imposto pela violência, mas sim pela evangelização e pelo exemplo, embora existam algumas publicações que a ponham em causa.

A finalizar, o autor professa a sua fé na “mais ampla e absoluta” liberdade de imprensa, “contra todas as leis de excepção que a regem” (p. 8).

Autor (nome completo): João Francisco Ferreira de Carvalho
E-mail: 15493@ufp.pt

» D'assumpção, 197_

Autor: D'Assumpção, Beckert

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 19_

Título completo da obra: Para uma Axiologia da Rádio

Tema principal: Teoria do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Separata do n.º 2 do Boletim Informação, Cultura Popular e Turismo

Número de páginas: 8

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional Centro de Informação e Documentação da RTP

Cotas: n.º 7981

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): -

Índice da obra: [Não tem índice]

A rádio como processo - p. 33

O progresso do homem e dos meios de comunicação - p. 35

O que é comunicar? - p.37

A música na rádio - p.37

A ética presente na rádio - p.39

Os programas gerais das estações radiofónicas - p.40

As leis gerais da estética radiofónica - p.45

O homem e a rádio - p.46

Resumo da obra (linhas mestras): Neste trabalho, o autor tenta definir em que consiste a rádio, explicando que “A Rádio – radiofonia – é resultante de todo um processo natural no desenvolvimento da sociedade, na evolução do homem, é um meio de comunicação de massas, ou um meio

de comunicação social (como hoje também designamos) e, como tal um meio necessário, digamos, mesmo essencial, para que a massa possa consolidar-se, e o homem sobreviver e coexistir”. (página 33)

A rádio, segundo o autor, tornou-se “quase humana” (página 33) depois de ter nascido puramente técnica uma vez que apoia a vida do Homem na área “da ética e da estética, da psicologia...” (página 34).

Posteriormente, o autor faz uma pequena comparação entre o papel da rádio e a evolução de uma criança. O primeiro sinal de vida de uma criança – diz ele – é o choro, um sinal sonoro; só depois a criança vai aprendendo outros sinais, designadamente os sinais visuais. Por isso, o som tem uma valia comunicacional relevante, apelando ao que de primogénito a humanidade conserva. O autor remata este raciocínio dizendo, em concreto, que a sociedade só se explica “através da comunicação e dos complexos de comunicação que possui e que subiram na sua heterogeneidade a *órgãos de informação*, continuando, contudo, como principal e mais eficiente o meio oral – a palavra, a língua – que foi, com o rodar dos tempos, projectada e difundida muda pela imprensa, e que conseguiu a sua reconstituição (a palavra é grande mas efectiva) com a rádio, principalmente com as possibilidades de difusão auditiva que esse *órgão* lhe possibilitou.” (página 35).

Segundo Beckert d’Assumpção, o homem precisa de outro homem, para interagir e conviver. A sociedade perdura graças a essa interacção. Mas foi também graças a essa interacção, continua o autor, que a sociedade criou e deixou obras como *A Ilíada*, *A Odisseia* e *A Bíblia*, ainda na antiguidade, tendo-se, posteriormente, diversificado os meios de comunicação.

A rádio surge dessa evolução social e técnica da humanidade como um importante meio de comunicação, uma vez que é capaz de transportar a palavra a grandes distâncias, “o que foi festejado como uma vitória da técnica, do domínio do homem sobre a matéria” (página 36). Deste modo, graças à rádio, o mundo tornou-se “mais pequeno” e o homem muito mais participante do mundo.

Na rádio, a música incentiva a participação, sustenta o autor. Por ser mnemónica, nela encontramos uma necessidade de comunhão – o ho-

mem convive ao som da música.

Mas, para Beckert d'Assumpção, a rádio surge, também, como meio de informação, assim como meio de opinião, uma vez que tem a capacidade de criar a “diversidade dentro da unidade e a unidade dentro da diversidade” (página 38).

O autor prossegue o seu raciocínio explicando que, enquanto meio de opinião, a rádio conduz o homem para o estudo da ética nela presente, pois para a transmissão de notícias é reunido um enorme leque de juízos de valor que devem servir para melhor informar, sem enganar o público; caso contrario a informação não é ética. Uma vez que a rádio informa, também contribui para a formulação da opinião, sendo neste campo um excelente meio, uma vez que, citando o autor, é “omnidireccional, com a vantagem, por vezes, de ser anónima, impessoal, uma voz não deste ou daquele, mas que em sociedade menos desenvolvidas, e mesmo nas mais, actua junto das grandes multidões como a voz da consciência da massa.” (página 40)

Para o autor, a radiodifusão integra quatro tipos de programas essenciais, com dois denominadores comuns – a música e a informação – que servem para formação de opinião. São esses programas o *programa cultural*, acima de tudo informativo; o *recreativo*, essencialmente de música ligeira mas actualizada, de curiosidades, de evasão; o *geral informativo*, chamado “programa intermitente, ou de recurso, (...) que o ouvinte só escuta em parte” (página 42); e por último o programa geral eclético, que surge como um apanhado de todos os outros programas de rádio.

As rádios locais, continua o autor, servem-se de programas de “pontas”, como o programa geral eclético, para manter os ouvintes activos, pois o maior interesse de qualquer estação de rádio é manter o ouvinte interessado. Contudo, segundo Beckert d'Assumpção, estudos já demonstraram que o homem, em geral, tem uma capacidade limitada de atenção. Esta processa-se com altos e baixos, com desvios constantes provocados pelo meio ambiente. Um exemplo pode ser, segundo o autor, o caso da transmissão do noticiário, em que as estações seguem um conjunto de princípios que ajudam a prender o ouvinte, como a transmissão das notícias mais importantes e que captam mais atenção no princípio,

meio e fim de toda a informação – processo tecnicamente designado como *clímax* e *anticlímax*.

A elaboração de programas radiofónicos deve, segundo o autor, respeitar “as leis gerais da estética radiofónica: a tonalidade emotiva, o recorte, a sinuosidade da atenção, a forma e o fundo, o som e o silêncio” (página 45). O silêncio, por seu turno, serve de tempo de reflexão ao ouvinte, e não, defende o autor, como “ponto branco”.

O autor defende, em síntese, que “qualquer programa radiofónico é uma composição radiofónica, tem que ter um fundo para a palavra; e o fundo reparte-se entre o silêncio e a música” (página 46).

O livro termina com o pensamento de que o homem cada vez interage mais consigo próprio, e cada vez se serve mais dos meios de comunicação para evitar espaços de solidão, procurando adaptar-se no seio da comunidade de massas. A rádio surge como um meio de aproximação e de afastamento simultâneo, mas também, afirma o autor, como “um acontecimento importante na nossa vida, que continua a sê-lo e que a sua estrutura, a sua influência, a sua presença no mundo, tem foros de axiologia” (página 48).

Autor (nome completo): Joana Alexandra Ferreira Pinto Barreto
E-mail: joana.barreto@hotmail.com

» Diário de Notícias, 1925

Autor: [Obra Colectiva – Diário de Notícias]

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1925

Título completo da obra: Diário de Notícias: O Grande Jornal Português

Tema principal: Conjuntura Jornalística

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Tipografia da Empresa
Diário de Notícias

Número de páginas: 59

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: HG 22464//10 P

Biblioteca: Biblioteca Municipal do Porto

Cotas: T7 – 14 – 6 (2)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): -

Índice da obra:

Como se faz o *Diário de Notícias* - p.3 à 6

Curiosidades e factos sobre o *Diário de Notícias* - p.7 à 12

O Diário de Notícias e a Publicidade - p.13 à 14

Páginas especiais do *Diário de Notícias* - p.17 à 19

A obra nacional do *Diário de Notícias* - p. 20 à 23

Secções e Serviços - p.25 à 27

A Acção Regionalista do *Diário de Notícias* - p.29 à 31

Sucursais e Placards do *Diário de Notícias* - p.32 à 33

O que representa o papel consumido pelo *Diário de Notícias* - p.34

“O Dia das Misericórdias”: A festa nacional de caridade - p.35

Notícias Comercial, Industrial e Financeiro - p.37

Notícias Literário - p.38

Notícias Agrícola - p.41 à 42
Notícias Cinematográfico - p.42
Notícias Desportivo - p.44
Notícias Musical - p.45
Notícias Insular - p.46
Notícias Colonial - p.47
Eva - p.48
Diário de Notícias no Porto - p.49
Secção Feminina - p.50
Colecção “Patrícia” - p.51
O Livro, a Arte e a Curiosidade - p.51
Caixa de Beneficência e Donativos - p.52
Biblioteca Clássica Portuguesa - p.53 à 54
Colecção “Diário de Notícias” - p.57 à 58
Colecção de Romances Populares - p.58 à 59

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra aborda vários factores relacionados com o jornal *Diário de Notícias*, desde a sua elaboração à importância para o povo português e às temáticas dos artigos. É uma obra que tem como objectivo informar um pouco mais as pessoas acerca do trabalho que é dedicado a um jornal tão lido e de tamanha importância nacional como o *Diário de Notícias* foi e continua a ser.

O *Diário de Notícias* emerge da obra como o grande jornal português que deixa o povo expectante para saber as notícias, um símbolo de patriotismo e um elo de ligação e união entre populações. A montagem do jornal em si é vista como uma combinação de trabalho árduo, dedicação, interesse profissional, bom senso, disciplina e arte por parte de várias pessoas que se dedicam a diferentes áreas e secções do jornal.

A brochura dá várias informações sobre a fundação e evolução do DN. Diz-se que o jornal foi fundado em Dezembro de 1864 por Eduardo Coelho e Tomás Quintino Antunes e que o seu primeiro número saiu em 1865, apesar de a 29 e 30 de Dezembro, antes da primeira verdadeira edição do jornal ser publicada, terem sido publicados dois números-programas.

Livros LabCom

Na altura em que esta obra foi publicada (1925), o *Diário de Notícias* era o jornal português de maior tiragem e influência no país. Foi também o primeiro jornal a ser vendido na rua e o primeiro a custar 10 réis.

Como jornal patriota que, no livro, afirma ser, o *Diário de Notícias* sempre fez propaganda e incentivou iniciativas de interesse geral, como o *raid* aéreo Bordéus – Lisboa – Porto; o inquérito às câmaras municipais sobre a projectada viagem de circum-navegação aérea; a celebração do “Dias das Misericórdias” em todo o país; a campanha regionalista de grandes resultados para a economia nacional; os concursos instrutivos das quadras; os Congressos da Imprensa Latina que concorreram para prestigiar Portugal no estrangeiro, etc. Também conhecido pela sua publicação de reportagens fidedignas e de fonte segura, o jornal publicou entrevistas e depoimentos da maior importância feitas a pessoas de alta representação mundial. Para além de promover e realizar campanhas, o DN presta homenagens (como fez com a celebração do tricentenário de Camões) e realiza conferências a favor de causas nobres.

A publicidade é sempre uma mais valia para a promoção de produtos. No caso do *Diário de Notícias*, esta sempre funcionou com eficácia visto que este era, na altura, o jornal mais vendido de Portugal. Em média, mil pessoas procuravam, diariamente, aí colocar publicidade, pois sabiam ser certo que iria ser lida. Muitos comerciantes recorriam, portanto, a este jornal para publicitarem os seus artigos e produtos. Em 1965, o jornal publicou 207 milhões de páginas de publicidade. “Anunciar no *Diário de Notícias* é conseguir o triunfo.” (pág. 13)

Amante da sua terra e Pátria, mostra-se no texto que o *Diário de Notícias* procurou sempre louvar as belezas e virtudes de Portugal. Através das suas *Páginas Regionalistas* falava da nossa terra, divulgava a sua beleza natural, defendia o comércio e a indústria, etc. Para além das páginas regionalistas, o jornal publicava ainda vastas secções sobre medicina, finanças, literatura, teatro, astronomia, economia, cultura estrangeira, política internacional, etc. Para fugir um pouco dos temas sérios, apresentava, semanalmente, a crónica *Os meus domingos*, por André Brun, que era muito apreciada pelos leitores.

Na secção *Nota Internacional*, fazia-se uma apreciação política dos

principais acontecimentos mundiais; em *Cultura Estrangeira*, enumeravam-se os artigos mais interessantes de natureza científica e filosófica estrangeira e colocavam-se resumos de livros da mesma natureza; na secção *A Nossa Terra*, o poeta Cardoso dos Santos cantava as belezas da Pátria em verso; em *Fita da Semana*, o poeta Acácio de Paiva falava dos ridículos da vida de uma forma irónica e descontraída; em *Notícias Miudinho* (que era um pequeno jornal para os mais novos), divertiam-se os jovens, mas sempre com artigos educativos e moralmente intelectuais; a secção *Por esse mundo fora* falava de uma forma filosófica sobre os mais emocionantes acontecimentos europeus (especialmente sobre França); quem se interessasse pelos astros, podia ler *Semana Astronómica*, pelo astrónomo Frederico Oom; e em *Vida Económica*, pretendia-se expor aos leitores do *Diário de Notícias* as relações sociais entre trabalhadores, capitalistas, consumidores e o público em geral.

Estas secções foram intituladas de “Páginas especiais do *Diário de Notícias*”.

Dizendo-se sempre com boas intenções e princípios morais, o *Diário de Notícias* levou a cabo várias campanhas defendendo causas superiores, incentivou a solidariedade, lançou ideias e fundou algumas instituições. A 29 de Janeiro de 1868, o jornal criou uma secção especial para distribuição de esmolas que se manteve até à data de publicação deste livro. Em 1885, advogou a criação de uma sociedade de protecção a crianças abandonadas que mais tarde levou à fundação do *Albergue das Crianças Abandonadas*. Em 1880, incentivou a subscrição para construção de um monumento a Alexandre Herculano (erguido nos Jerónimos em Lisboa). Em 1909, iniciou a subscrição a favor das vítimas do terremoto de 23 de Abril, que devastou parte do Ribatejo. Numa subscrição que realizou para os famintos de Cabo Verde, somou 7.662\$63; organizou uma festa para a compra de um hidroavião; a 26 de Janeiro de 1922, tomou a iniciativa de uma subscrição a favor das pessoas que perderem os seus bens e familiares no vendaval que devastou a Murtosa e Pardeilhas a 16 e 17 de Janeiro, entre muitos outros.

As causas humanitárias organizadas pelo *Diário de Notícias* juntaram biliões de escudos e recuperaram a fé a muita gente ao longo dos anos.

Os serviços administrativos do *Diário de Notícias* eram, na altura, distribuídos por seis secções: Correspondência e Arquivo (registo e arquivamento de toda a correspondência recebida e onde se realiza a sua expedição também), Contabilidade Central (unificação da escrituração das outras secções e registo das operações financeiras), Tesouraria (onde se efectuam os pagamentos dos débitos e créditos da Empresa), Publicidade (onde são registados todos os anúncios publicados diariamente no jornal e se extrai a facturação a enviar aos anunciantes), Secção Industrial (registo dos consumos das matérias primas empregadas nas oficinas de impressão, organização das férias do pessoal assalariado e determinação dos custos dos produtos trabalhados nas oficinas) e Secção Comercial (onde se escrituram as contas dos agentes, anunciantes e assinantes do jornal e se dirigem e promovem as expedições e vendas do jornal).

Em dois anos, a Empresa D. N. tinha editado 25 obras, 10 das quais já tinham esgotado, e o primeiro volume da “Colecção Patrícia”, que esgotou em 15 dias. Esta colecção destinava-se à propaganda de escritores, monumentos, poetas e belezas de Portugal.

O *Diário de Notícias* tinha consumido, então, 2 milhões de quilos de papel e mais de 15 mil quilos de tinta.

O livro explica que o *Diário de Notícias* era constituído por várias secções. As mais analisadas na obra são: *Notícias Comercial, Industrial e Financeiro* (destinava-se a esclarecer todas as questões que o título indica); *Notícias Literário* (punha as pessoas a par da corrente literária, proporcionava uma boa leitura, divulgava o amor pelas belas artes); *Notícias Agrícola* (secção vasta que divulgava conhecimentos práticos agrícolas, tornava conhecidas as variadas regiões agrícolas do país e publicava periodicamente tabelas dos salários, dos alugueres dos gados, dos preços nos mercados e feiras, etc.); *Notícias Cinematográfico* (apesar do seu atraso em Portugal, a arte cinematográfica já despertava algum interesse nos portugueses e esta secção anunciava tudo o que dizia respeito a cinema, incluindo os maiores sucessos); *Notícias Desportivo* (secção publicada às segundas-feiras, informava e acompanhava com cuidado o movimento desportivo); *Notícias Musical* (criada para os amantes de música, tratava assuntos musicais nacionais e estrangeiros);

Notícias Insular (dedicadas às ilhas da Madeira e Açores, onde se apresentavam factores históricos, falava da gente da terra, etc.); *Notícias Colonial* (pretendia prender a atenção dos leitores interessando-os pela grande causa colonial portuguesa).

A obra informa que, sentindo que a mulher era pouco estimada e que pouca atenção lhe era prestada, o *Diário de Notícias* criou uma publicação periódica feminina designada de *Eva*. Com esta publicação pretendia louvar a mulher que é mãe, irmã, esposa, filha. Continha conselhos de vida para ajudar a solucionar problemas, dicas de estética, ensinamentos, etc.

Em *Diário de Notícias* no Porto (secção mensal) procurava-se dar a ideia exacta da vida portuense. Funcionava como uma resenha de actividades da cidade e como propaganda do Norte, visto que falava da cidade e de tudo que nesta se passava.

Uma colecção rica e acessível dos melhores clássicos portugueses surgiu com *Biblioteca Clássica Portuguesa*, lançada pela *Empresa Diário de Notícias*. Não é uma colecção erudita, ao contrário do que se pense. Os seus objectivos eram dar a conhecer escritores de outros tempos, prestar auxílio a estudantes e deleitar os amantes de literatura. Outras colecções foram publicadas pelo *Diário de Notícias*, sendo, porém, essas as de maior relevância.

Autor (nome completo): Ana Isabel Nogueira Lopes
E-mail: 18501@ufp.pt

» Diário Popular, 1962

Autor: Diário Popular

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1962

Título completo da obra: Diário Popular - O Jornal de Maior Expansão no Mundo português

Tema principal: Conjuntura Jornalística

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Diário Popular/Arranjo Gráfico e Ilustrações de António do Vale

Número de páginas: 52

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: P 6738 P

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): O *Diário Popular* foi um jornal diário Lisboa em actividade entre 1953 e 1991. Teve como director António Tinoco.

Índice da obra: [Não tem índice]

Cap. I – Assim nasceu o Diário Popular

Sonho de uma tarde de Verão: pp. 4

Convergência de forças sobre impulso dinâmico: pp. 5-6

Capitalistas precisam-se!: pp. 7

...E o sonho converteu-se em realidade!: pp. 8

Pedra no lago: pp. 10

Cada exemplar uma apólice: pp. 10

Consolidação e Progresso

Ponto de Partida: pp. 11

Suplemento Aéreo: pp. 11

Jornalistas privativos: pp. 13

Cada vez mais...: pp. 13

Maré alta: pp. 14

Cap. II – Como se faz o jornal

Cada um ao seu serviço: pp. 19

Trata-se de crime?: pp. 20

O relógio, esse inimigo...: pp. 24

Bons linotipistas compõem (agora) bons originais: pp. 24

Reacende-se a luta pelo “espaço vital”: pp. 25

Ser e não ser não pode ser...: pp. 26

O jornal vai fechar: pp. 26

As fases que se seguem: pp. 29

Mito de Sísifo: pp. 31

Resumo da obra (linhas mestras): A obra aqui resumida é uma brochura de divulgação e publicidade do *Diário Popular*, resultando o seu interesse do relato que faz sobre a vida de um periódico.

Foi numa tarde de Verão, em 1942, que nasceu o sonho de criar um Jornal diferente, o “Diário Popular”. António Tinoco foi o principal responsável pelo surgimento de um jornal livre política e financeiramente, que abordava temas que interessavam a sociedade desde a mais alta a mais baixa.

Depois de estarem acertados os pilares onde iria assentar o projecto do novo Jornal, eram necessários investidores, que não tardaram em surgir. De muitos, apenas Francisco e Henrique Pinto Balsemão resistiram.

Mesmo sem director interino, sem sede e material técnico, o projecto seguiu em frente, onde não faltavam compromissos. A felicidade de todos os que sonharam com o novo jornal era inegável.

O primeiro número foi a prova das mutações já esperadas na redacção, na imprensa e na sociedade, que via aqui a sua oportunidade de legitimar os seus interesses. O êxito não parava e acompanhou o projecto ao longo de toda a vida.

Todo o capital investido foi gasto no necessário apetrechamento técnico. O sucesso não parava de aumentar e os princípios morais nunca se alteraram. O jornal também não se esqueceu dos portugueses a combater no ultramar e dos emigrantes, pois criou um suplemento ao serviço

da união e identidade nacional.

O “Diário Popular” foi o primeiro a enviar jornalistas para o estrangeiro para cobrir vários acontecimentos, com foi exemplo a Revolta de 1956 na Hungria, ou a chegada do paquete “Santa Maria” ao Recife. Não faltou, ainda, a preocupação de garantir ordenados justos aos seus empregados. Esta foi uma das razões para o aumento quantitativo e qualitativo da rentabilidade do trabalho levado a cabo.

A parceria com algumas das maiores agências de notícias internacionais intensificou-se, a par com a actividade do jornal.

Em 1958, remodelou-se o equipamento técnico com uma nova rotativa. No vigésimo aniversário do jornal inaugurou-se a sucursal do Largo de S. Domingos.

Seguidamente, descreve-se o processo de produção e distribuição do *Diário Popular*, em 1962.

Segundo a brochura, na estrutura do “Diário Popular” (de 1962) há duas figuras principais: o chefe de redacção e o encarregado da agenda. É entre o primeiro e o responsável pela publicidade que é determinado o espaço que cabe a cada uma das duas partes.

Quando é enviada uma equipa de reportagem para cobrir um acontecimento, esta é composta por um repórter, que está incumbido de recolher testemunhos e confrontar ideias, e por um fotógrafo, que ganha maior importância em determinadas situações, quando a imagem vale mais do que qualquer texto escrito.

As notícias chegam ao Jornal por via telefónica, correio, pessoalmente, ou por teleimpressoras, no caso de virem do estrangeiro. Nas principais metrópoles encontram-se repórteres do “Diário Popular” para melhor perceberem e informarem o acontecimento, o mais rapidamente possível.

Por volta da hora de almoço, a edição de cada dia começa a ser terminada, dando-se os últimos ajustes. O redactor-paginador é o próximo interveniente. Ele ordena as notícias em função da actualidade e da importância. É, igualmente, ele que define o espaço a ser ocupado pela publicidade. Mesmo depois de concluída a edição e de ocupados os espaços livres, esta pode ser totalmente refeita no caso de surgir uma notícia de última hora à escala nacional ou mundial.

Os meios materiais, que aumentam de ano para ano, garantem a rapidez do processo de composição formal que segue depois para ser revisto e emendado, se necessário.

Depois de pronta a primeira prova, é enviada para a Censura e logo depois são preenchidos os espaços cortados com outras notícias. O processo entre “flans” e “clichés” termina com a impressão final da enorme rotativa.

Remessas de trezentos jornais são agrupados e levados para a “venda” e “expedição”. Na “venda”, estes são recebidos pelos ardinas, para serem levados para toda a capital, enquanto na “expedição” são divididas as encomendas para posterior envio para o ultramar, estrangeiro e diferentes regiões do país, através dos mais variados meios de transporte.

Depois de uma hora de autêntico alvoroço, tudo volta ao normal e trabalha-se para a edição do próximo dia.

Autor (nome completo): João Pedro Martins de Figueiredo Augusto
E-mail: joao_augusto__@hotmail.com

» Dias, 1957

Autor: Dias, Raul Neves

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1957

Título completo da obra: A Imprensa Periódica em Moçambique: 1854-1954 – Subsídios para a sua História

Tema principal: História do jornalismo

Local de edição: Moçambique

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique

Número de páginas: 121

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: P. 2678 V

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): -

Índice da obra: [Não tem índice]

Introdução – p. 3

Legislação – p. 5

Fontes de Informação – p. 11

Informações inéditas – p.29

Qual foi o primeiro jornal não oficial publicado em Moçambique? – P.31

A evolução da imprensa periódica em Moçambique – p. 43

O primeiro periódico – p.47

Segundo Periódico – p. 63

Concluindo e agradecendo... – p. 105

Como foi comemorado o primeiro centenário da imprensa periódica em Moçambique – p. 106

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra reporta-se à imprensa periódica em Moçambique durante o período de 1854 a 1954, sendo essencialmente um catálogo hemerográfico da mesma.

Na introdução, o autor cita a sua monografia intitulada *Quatro Centenários em Moçambique*, subordinada ao tema da *Imprensa Periódica em Moçambique*. Diz também que é muito difícil fazer uma enumeração completa dos jornais que foram publicados na então Colónia portuguesa, visto só se encontrarem elementos de informação nos *Anuários de Moçambique*. No entanto, o autor procurou obter elementos para fazer uma resenha, quanto possível completa de todos os jornais publicados em Moçambique, elementos esses que resultaram de uma copiosa colheita do Arquivo Histórico.

Seguidamente, Raul Neves Dias faz uma enumeração de algumas leis a que a imprensa periódica em Moçambique esteve sujeita, legislação essa que era comum para a Metrópole e Ultramar.

De acordo com Raul Dias, a imprensa periódica em Moçambique foi, no passado, caracteristicamente combatível, mas a par das campanhas bem intencionadas que nela se desenvolveram havia campanhas pessoais pouco dignificantes. Daí o desaparecimento de alguns jornais ou a sua substituição.

Em 1926, o ministro das Colónias, Comandante João Belo, publicou um decreto regulador da liberdade de imprensa nas colónias, revogando toda a legislação em contrario.

Com o passar do tempo, entrou em vigor legislação que estabeleceu pesadas sanções para os abusos de liberdade de imprensa.

Meses antes da visita ao ultramar do ministro das Colónias, Armin-do Monteiro, este proclamou outro decreto-lei, com vista a dispensar os directores de imprensa periódica da exigência do diploma de curso superior ou especial e de, na falta desse diploma, demonstrarem a sua capacidade em provas públicas.

Finalmente, outro ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado, publicou no *Boletim Oficial* legislação relativa ao exercício da liberdade de imprensa nas colónias. Os fundamentos invocados foram a necessidade de reunir num só diploma a legislação para as colónias sobre o

exercício da liberdade de imprensa e de refundir alguns dos seus preceitos, de modo a adaptá-los melhor ao Ultramar, dotando os governos das colónias de meios mais eficientes.

Contudo houve vários decretos e artigos reguladores da liberdade de imprensa nas colónias que modificavam e aperfeiçoavam algumas das disposições dos decretos anteriores.

Seguidamente, em *Fontes de Informação*, o autor enumera alguns contributos de vários autores para a construção da história da imprensa periódica de Moçambique, entre os quais se destacam Brito Aranha, Sousa Ribeiro, Lourenço Marques, Rocha Martins, Maia Costa, entre outros.

Em *Informações Inéditas*, o autor revela outras fontes de informação de que se serviu para o seu trabalho, dando especial destaque a Filipe Gastão de Almeida.

Relativamente à questão sobre qual foi primeiro jornal publicado em Moçambique, o autor, de início, e porque não havia notícias de qualquer outro periódico anteriormente publicado, julgou que este fosse uma gazeta intitulada *O Progresso*, que surgiu a 9 de Abril de 1868.

Mais tarde, o *Baluart*e foi reconhecido como o primeiro jornal publicado em Moçambique. O autor revela, porém, ter ficado desapontado com o sucedido, visto que acarinhava o projecto de utilizar o *Progresso* “para rabiscar uma dessaborida notícia sobre o primeiro jornal impresso em Moçambique”. Posteriormente, o autor deixa para os seus leitores uma história moçambicana de título “O Nascimento de *O Progresso* e etc. em Moçambique”, ilustrada com artigos retirados do mesmo.

O autor divide em dois períodos a história do jornalismo moçambicano. O primeiro vai de 1854 a 1898; o segundo vai de 1898 a 1954.

Primeiro Período, 1854 – 1898

1854

- Boletim do Governo da Província de Moçambique. Foi o boletim oficial da província.

1860

- O Baluarte foi supostamente o primeiro jornal publicado em Moçambique.

1866

- O Clamor Militar: Outro jornal que se deu como publicado em Moçambique, e que teria sido dos primeiros jornais da província se, de facto, tivesse nela sido publicado, foi Clamor Militar. Mas o seu prazo foi expirado devido á falta de provisões.

1868

- O Progresso (hebdomadário religioso, instrutivo, comercial e agrícola): o primeiro número sai em Moçambique a 9 de Abril segundo os seus redactores. Brito Aranha classifica este jornal em 1868, Rocha Martins e Mário Costa desconhecem-no mas Mário Costa dá conta de um jornal, o Progresso colonial. Mais tarde por mais ninguém é citado, havendo possivelmente confusão com o Progresso.

1870

- A imprensa: Brito Aranha não dá conhecimento deste jornal, enquanto Rocha Martins e o Capitão Mário Costa dão como tempo de publicação entre 1870 a 15 de Março de 1873.

- Sr. Almeida de Eça também diz que em Moçambique se publicou a imprensa, semanário político, literário e noticioso.

1871

- A verdade: Brito Aranha e Mário Costa situam-no em 1880 enquanto Rocha Martins situam-no em 1871. O Sr. Almeida de Eça refere que saíram por duas vezes jornais com o título A Verdade, um 1871 e outro em 1880.

1872

- Noticiário em Moçambique (Bissemánario): Proprietários, Francisco de Paula Carvalho, Joaquim José e João Carvalho, este ultimo alegado como administrador, o nº 1 saiu numa quinta-feira, 5 de Setembro. Em 19 de Dezembro de 1872 Joaquim José deixou de fazer parte do jornal.

1873

- Jornal de Moçambique (periódico semanal):
- Saiu o n.º 1 em quinta-feira, 10 de Abril em Moçambique. Foram seus proprietários Francisco de Paula Carvalho, como editor responsável, e
- João Carvalho como director e administrador.

1876

- Africa oriental (periódico semanal):
- Foi criado por Joaquim José Lapa e saiu o primeiro número na cidade Moçambique numa quinta-feira 30 de Novembro de 1876 tipografia da África oriental, nunca indicado nomes redactores, directores e editores.
- Era propriedade de Francisco de Paula Carvalho.
- Jornal noticioso e literário, com características governamentais.

1877

- O Africano (Semanário): Publicou-se Quelimane era um jornal de “trazer por casa”, tinha por divisa ou lema “instrução - religião - moralidade. Tinha como proprietário e administrador, João António Correia Pereira.

1879

- Ilustração: Na África oriental passavam um comunicado que indicava que em Agosto de 1879 se publicava em Quelimane um periódico intitulado ilustração.

1880

- A Verdade (político literário e noticioso): Publicado em 10 de Abril e terminado em 2 Maio do mesmo ano.
- O Gato publicado em 30 de Agosto era Hebdomadário e publicava-se em Moçambique.

1881

- Revista Africana (Periódico, mensal de instrução e recreio): director e proprietário, J.P. da Silva Campos de Oliveira. Primeira publicação

Março de 1881. Tendo apenas a durabilidade de um ano mas reaparecendo em 1885 sendo publicado mensalmente, com o mesmo director.

- O Correio de Moçambique: o Capitão Mário Costa situa o primeiro número em 15 de Março.

1882

- O Quelimanense (Semanal): órgão dedicado aos interesses da Zambézia, redactor Mariano Henriques de Nazaré.

- O Vigilante: Saiu em Quelimane o primeiro número em 9 de Agosto.

1885

- Imparcial: apenas saíram 3 números e era seu fundador, director e redactor principal o ex. - Alferes Alfredo de Aguiar.

1886

- Civilização africana

- O progresso colonial

- Correio de Zambézia

1888

- O primeiro jornal não oficial publicado em Lourenço Marques

- Districto de Lourenço Marques

- Moçambique

1889

- O primeiro jornal oficial em Lourenço marques

- Boletim Oficial do Governo de districto de Lourenço marques

1890

- A situação (semanário): Propriedade da empresa tipográfica portuguesa de Lourenço Marques, Director Artur António Mateus Serrano. Publicado a 1 de Fevereiro.

1891

- Gazeta do Sul: fundada por Alfredo de Aguiar que também publicara em 1885 O imparcial.

1892

- Clamor Africano: também fundado por Alfredo Aguiar e a primeira publicação saiu em Quelimane a 2 de Março.

- O primeiro jornal oficial na Beira, A beira

- Commercio de Lourenço Marques (semanário): propriedade de Batista de carvalho & Irmão e como director, Pedro Chichorro. O n.º foi publicado em 3 de Setembro.

1893

- Correio de beira: primeiro número em 2 de Abril e teve como administrador Albano de Mendonça e como editor Henrique moral.

1894

- O Futuro de Lourenço Marques (semanário): propriedade de Leão Cohen & C.^a

- Echo da Zambézia: o capitão Mário Costa assinala este jornal em Quelimane

1897

- O primeiro e único jornal municipal na Província: Boletim Municipal do concelho de Lourenço Marques

- O primeiro jornal oficial no Niassa: Boletim da Companhia do Niassa: publicado em 8 de Novembro.

1898

- The Beira Post, como título e Correio da Beira, como subtítulo.

- O Futuro (Trissemanário, sucessor de O Futuro de Lourenço Marques, suprimido em 1885)

Segundo Período, 1898 – 1954:

1898 a 1905

- O Português (Semanário)
- Portuguez (Semanário, sucessor de O portuguez, suprimido em 30 de Novembro de 1900)
- O Progresso de Lourenço Marques (Semanário, sucessor de O Portuguez e do Portuguez, ambos suprimidos)
- A portugueza (Semanário, sucessor de O Portuguez, do Portuguez e de O Progresso de Lourenço Marques, todos suprimidos) Imparcial (Semanário)
- O Mignon (Semanário humorístico, ilustrado)
- Boletim das Alfandegas
- O Ideal
- The Delagoa Gazette (Diário)
- Jornal do Commercio (Semanário)
- O Districto (Diário)
- Diário de Notícias
- Boletim da Repartição de Agricultura e Boletim Agrícola Pecuário

1906 a 1910

- Boletim dos correios, dos correios e telégrafos e dos correios, telégrafos e telefones
- Vida Nova (Bissemanário)
- A Tribuna (Diário)
- O Macaco
- Delagoa Bay Gazette – Mozambique Gazette – Gazeta de Moçambique: sucessoras de “the Delagoa Gazette”, diário publicado em 1903
- O Inconditional (Semanário)
- A Portugueza
- Era Nova

Livros LabCom

1911 a 1920

- A Republica
- Heraldo (Semanário)
- O Despertar (Semanário)
- Os Simples: destinado á defesa de todos aqueles que usurpados nos seus direitos, tenham fome e sede de justiça.
- O Graphico
- Província de Moçambique
- Africano
- O intransigente: suplemento humorístico e ilustrado
- O Zabumba (quinzenário humorístico)
- O Jornal do Comercio
- Germinal (jornal operário)
- Boletim dos Portos e Caminhos de Ferro
- Pró – Pátria (Semanário)
- O Ferroviário
- A Cidade
- O Riso
- A Província (semanário, órgão da sociedade de propaganda Colonial)
- O Brado Africano (Semanário)
- Emancipador
- O Oriente
- O Estudante (educação e trabalho)
- Boletim Sanitário: publicação dos serviços de saúde da província, dando conta do seu estado sanitário

1921 a 1925

- Dambu de Africa (sol de Africa)
- Moçambique (revista mensal de propaganda da província)
- Correio de Moçambique (Semanário)
- A colónia (Jornal republicano, defensor dos interesses da Província)
- O Colonial
- Semana Desportiva
- Imparcial (Semanário)

- O direito
- O Comércio
- Brado do Comércio
- Boletim Económico e Estatístico e Boletim Mensal e trimestral de Estatística
- Correio de Lourenço Marques
- A Voz do Comercio
- O Radical (órgão da Sociedade de Propaganda colonial “ Pró-pátria” –
- Jornal republicano, defensor dos interesses da Província de Moçambique Portugal (Semanário)
- O Sol (revista quinzenal – critica, propaganda, arte, sport, etc.)
- Algodão de Moçambique (revista quinzenal agrícola)
- Província de Moçambique

1926 a 1930

- A liberdade e O Jornal
- Acção Nacional
- Noticias (Diário)
- Agulhas e Alfinetes (Humorístico)
- A Luz
- O Despertar do Interior
- O Indo-português
- O Miúdo da província de Moçambique
- O Funcionário (boletim da Associação dos Funcionários Cíveis da Província de Moçambique, organização filiada na associação dos Funcionários Coloniais de Lisboa).
- Imprensa de Lourenço Marques
- O Evangelho (jornal de propaganda religiosa)
- O Zoófilo: Jornal de propaganda da liga Nacional de defesa dos Animais
- Boletim dos Portos, Caminhos-de-ferro e transportes
- Miragem (Revista)
- Gazeta da Relação de Lourenço marques: revista critica dos tribunais
- Boletim da Sociedade de estudos da província de Moçambique

Livros LabCom

1931 a 1935

- Moçambique (órgão da Liga de Defesa e Propaganda da Província da Moçambique)
- Republica (Pela Liberdade – pela Democracia)
- Semana Desportiva
- O Oriente de Africa (Sucessor de oriente)
- Clamor Africano: em prol dos interesses dos naturais das Colónias Portuguesas
- Cine – África: cinema, teatro, musica, literatura, humorismo, desporto.
- Revista quinzenal.
- O Ilustrado: edição gráfica do noticias
- Africana: revista mensal ilustrada
- Democracia (Semanário republicano)
- União (Semanário)
- O Casapiano
- Africa Medica: revista mensal de higiene e medicina tropicais
- Boletim Mensal das Observações meteorológicas
- Moçambique (documentário trimestral)
- Leituras
- Piri – Piri
- Rádio Moçambique (revista mensal)
- Lusitânia
- Ordens da província

1936 a 1940

- Africa: revista quinzenal de cultura e propaganda colonial.
- O Jornal (Diário da manhã)
- Primeiro de Maio
- Anseio: folha de literatura e critica, tentativa dos novos.
- Boletim dos serviços de industria e Geologia
- Boletim do Clube dos lisboetas
- Q.R.V (boletim da liga dos Radioemissores de Moçambique)
- Eco dos sports
- O Diário

- O Desportivo
- Boletim da Costa das Beiras
- Boletim Sanitário dos Serviços de veterinária e Pecuária
- Boletim dos organismos de Coordenação económica da Colónia de Moçambique
- Jornal da Criança

1941 a 1945

- Itinerário
- Sentinelas do Império
- O diário
- Alvorada: revista de cultura e propaganda dos alunos da escola
- Técnica Sá da Bandeira
- Notícias (numero extraordinário de domingo)
- Horizonte: revista da actualidade
- Africa Ilustrada: revista gráfica mensal de propaganda e intercâmbio colonial, estudos, cultura e critica
- O Ferroviário (órgão Clube de Moçambique)

1946 a 1950

- Ritmo (revista da actualidade)
- Boletim Mensal da Associação Comercial de Lourenço Marques
- SNECI (Boletim de Informação e Propaganda)
- Jornal da Mocidade Portuguesa
- Vida Académica
- Ao Serviço da Eucaristia (Órgão de propaganda da Guarda de Honra do Santíssimo Sacramento)
- Agora (Semanário)
- Manifesto: Liberdade pela autoridade
- Gazeta do Agricultor: Publicação mensal de divulgação dos conhecimentos agrícolas e veterinários
- Tribuna
- Jornal dos Farmacêuticos
- A Voz de Moçambique: Boletim noticioso da Casa da Metrópole

Livros LabCom

- Elo: revista, tentativa de novos

1951 a 1954

- Império (revista mensal)
- Guia dos Exportadores e Importadores de Moçambique
- O Nosso Jornal: Boletim do Grupo Desportivo Organizações Pendray
- Boletim da Casa do Porto
- Noticias da Tarde (diário)
- Voz da Munhuana (mensal)
- Actualidade (revista)
- Sol e Touros
- KuriKa (semanário infantil)
- Guardian Desportivo
- Boletim do Clube Naval (anual)
- Nauticus: Jornal de seguros
- Espectáculo: Semanário de divulgação e critica – Cinema, Teatro e Musica
- Union: political and cultural information. A Portuguese bimonthly journal
- A Imprensa de Mozambique
- O Zé dos Pobres

INHAMBANE

1912

- A Alvorada
- Correio da Beira e Beira Post
- Noticias da Beira
- Manica e Sofala
- Jornal de Minas da Companhia de Moçambique
- Imparcial
- Pátria
- Tempo
- Espectro
- Comercio da Beira

- O 19 de Junho
- Missão Africana
- Voz Africana
- Vanguarda
- O Piririsca
- Aqui Beira CR7IB
- Centro Recreativo Indo-português
- Arauto
- Diário de Moçambique
- O Domingo
- O Echo de Moçambique
- O Moçambique
- Avante
- O Nacional
- O Distrito
- O Norte

Outras Publicações Periódicas, embora não possam classificar-se como pertencendo à imprensa jornalística periódica:

- The Delagoa Bay Directory – Anuário de Lourenço Marques
- O Africano (Almanaque)

Como conclusão da obra, Raul Neves Dias inclui um texto denominado “Como Foi Comemorado o Primeiro Centenário da Imprensa Periódica em Moçambique”, em 1954.

Autor (nome completo): Susana Pedreira Pedra
E-mail: Susana_pedra@hotmail.com

» Eça, 1953

Autor: Eça, Filipe Gastão de Almeida de

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1953

Título completo da obra: Qual foi o Primeiro Livro Impresso em Moçambique?

Tema principal: História do jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Separata dos n.º 341-342 do *Boletim Geral do Ultramar*

Número de páginas: 30

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: J6-7-48

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): -

Índice da obra: [Não tem índice]

Primeiro prelo moçambicano e introdução da tipografia em Moçambique: pp. 6-17

Primeiro livro impresso em Moçambique: pp. 17-29

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra gira à volta da questão lançada no título: *Qual foi o primeiro livro impresso em Moçambique?*

Antes de responder a esta pergunta, o autor apresenta um pequeno perfil demográfico de Moçambique nos séculos passados. Prefere começar por apresentar a história do surgimento da imprensa neste país (ou província portuguesa), fazendo uma abordagem ao estado da censura em Portugal.

Segundo o autor, a imprensa só surgiu em Moçambique em 1854. A fragata “D. Fernando II”, que trazia a bordo o novo Governador-Geral de Moçambique, o Major Vasco Guedes de Carvalho e Meneses, e o Gover-

nador do novo distrito de Tete, o major António Cândido Pedroso Gamito, trouxe também um prelo e material tipográfico para estabelecer a primeira tipografia no país (a imprensa nacional).

13 de Maio de 1854 foi, de acordo com Eça, a data de publicação do primeiro jornal impresso em Moçambique. Foi o primeiro número do *Boletim Oficial do Governo da Província de Moçambique*. A gazeta oficial tinha 4 páginas, onde estava inserido um artigo de fundo, provavelmente do Governador-Geral: “A imprensa é um dos melhores inventos do espírito humano. Ela tem prestado os mais importantes serviços ao comércio, à indústria, aos interesses, e à civilização duma grande parte dos povos do universo”, explica o autor.

De seguida, é apresentado o primeiro folheto impresso em Moçambique, considerando-se a seguinte distinção: menos de 50 páginas: folhetos; entre 50 e 100 páginas: opúsculos; mais de 100 páginas: livros. O primeiro folheto moçambicano teria, assim, surgido em Setembro de 1854, intitulado-se *Regulamento Geral das Alfândegas da Província de Moçambique*, de 18 páginas.

O primeiro livro impresso em Moçambique, apesar de estar previsto pelo autor que fosse publicado em finais de 1858 ou início do ano seguinte, surgiu apenas no final de 1859. Foi o *ALMANCH / CIVIL EC-CLESIASTICO HISTORICO-ADMINISTRATIVO / DA / PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE / Para o Anno de 1859, 3.º depois do Bissexto. / Por / J. V. da Gama / Vinheta com as armas reais portuguesas / MOÇAMBIQUE / IMPRENSA NACIONAL / 1859 /*. Continha efemérides de cada dia do ano, o orçamento geral de Moçambique e da Câmara Municipal de Moçambique. Divulgava, também, a população da colónia. Tinha um artigo sobre a plantação de mandioca na província, entre outras coisas. Como diz o autor da obra: “é um valioso repertório de notícias históricas”.

O autor do primeiro livro impresso em Moçambique (do Almanaque) era indiano.

Autor (nome completo): Alexandre Sousa Fernandes
E-mail: aesafs@gmail.com

Livros LabCom

» Falcão, 1932

Autor: Falcão, Victor

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1932

Título completo da obra: Reflexões e Paradoxos – Terras Fradescas (Crónica “O Jornalismo e o Fabrico de Super-Homens”)

Tema principal: Teoria do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Gomes de Carvalho

Número de páginas: 13

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: L. 24005 P

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Victor Falcão foi jornalista, tendo-se distinguido como cronista. É autor de vários livros de crónicas, que constituem o repositório da sua actividade jornalística.

Índice da obra: [Não tem índice]

O Jornalismo e o Fabrico de Super-Homens Página 201-203

Carreira de um Jornalista Página 204-205

A imprensa Página 206-208

Resumo da obra (linhas mestras): Entre as várias crónicas de Victor Falcão que constituem esta obra, de 1932, uma delas destaca-se porque teoriza sobre jornalismo. Intitula-se “O Jornalismo e o Fabrico de Super-Homens”.

Nela, o autor começa por relatar uma situação passada em Paris, em que segundo ele, um jornalista ingénuo e com pouca originalidade se queixava mais uma vez, ao público, já cansado de o ouvir, das fracas remunerações auferidas pelos jornalistas, apesar dos: “inestimáveis (...)”

serviços que a imprensa presta aos magnates da terra, mormente aos homens do Estado.” Contudo, o autor conclui que tal queixume só se justifica devido à tenrura da idade e à pouca experiência de um jovem jornalista, receoso de ficar “virgem de glória”, pois para Falcão a imprensa somente “eleva ao Olimpo terreno” os “pataratas habilidosos”. De facto, tal como escreve a seguir, Victor Falcão tem plena consciência de que os “homens célebres” manifestam “ingratidão” pelos jornalistas “que os celebrizaram”. Escreve, pois, o autor:

“Os maníacos que labutam intelectualmente nos periódicos, a troco de soldadas inferiores às que aufere qualquer limpa-chaminés analfabeto, não têm o direito de se queixar do menosprêzo com que são tratados pelos fetiches, mais ou menos quebradiços, da multidão crendeira, logo que esses furavidas cínicos se topam em atarraxados no alto da torre Eiffel do mando.”

Posteriormente, o autor relata a forma como ingressou e evoluiu no jornalismo:

“Entreí no jornalismo profissional como se entra na tropa – como recruta, como soldado raso. Não me servi de empenhos para me isentar das empreitadas duras e modestas, para irromper de chofre do anonimato, que é o inferno de todos os literários incipientes. Para trepara de entrada ao mastro de cocanha da notoriedade, ser-me-ia necessário lustrar, com a humildade de um limpa-botas, a presunção elásticas de certos papagaios das letras. Como não tinha, nem tenho, fôlego moral para esfregar pomada sobre as penas de semelhantes passarões, fui obrigado a subir a escada de caracol da minha profissão, lentamente, com longas paragens em todos os degraus. E se nunca escorreguei, a pesar das cascas de laranja que topei no meu caminho, foi porque tive o cuidado de me agarrar ao corrimão e porque não sou atreito a vertigens.

Comecei no jornalismo por escrever a lápis. Como se escreve o rol da roupa suja... Palmilhei então quilómetros e quilómetros, como andarilho lesto, umas vezes intrometido em cortejos espalhafatosos, outras vezes na peugada dos próceres da nossa terra, frequentemente atrás de bombas e bombeiros, nas suas correrias alarmantes, espectaculosas, pelas ruas da cidade. Durante esse período, a minha nobre missão intelectual consistiu em inscrever em tiras de papel, nomes, números, horas, minudências, como qualquer máquina registradora.

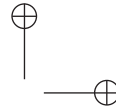
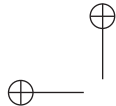
Depois fui promovido, passei a emendar, reduzir, anodinar, a prosa verrinária ou enfática dos solícitos correspondentes provincianos, todos eles cidadãos imaginosos, capazes de escrever um *Rocamble* em trinta volumes. Em seguida, por *étapes*, fui entrevistador, cronista parlamentar, chefe de secção, chefe de redacção, chefe de mais isto e de mais aquilo... Mas só consegui, na imprensa, ser chefe de mim próprio, no dia em que tive um jornal meu, meu pela bondade daqueles que mo entregaram... Todo este arrazoado auto-biográfico quer dizer que nenhum dos escaninhos da imprensa me é desconhecido.”

Tendo em conta a sua experiência, o autor classifica o “ambiente jornalístico” como “dissoluto, mesquinho, incompatível com a sensibilidade das pessoas decentes de inteligência e de moral.” E continua: “Ao invés, uma sala de redacção, mesmo em periódicos pobretões, é uma espécie de arcádia despretenciosa e atraente, onde o espírito esfuzia, de parceria com o talento, e uma escola típica de camaradagem [o] que (...) faz lembrar, pela resistência dos seus elos, a solidariedade inquebrável que humaniza os forçados no inferno do degredo.”

Escreve, ainda, Victor Falcão, desgostoso com o jornalismo e a política portuguesas:

“O que descoroça e repugna é o assédio que nos fazem todos os répteis, todos os camaleões, todos os bucéfalos, todos os pavões, a fauna completa dos videirinhos que, mercê das louvaminhas da imprensa, ascendem a financeiros, surgem como estadistas, vergam ao peso das comendas e passam por homens de génio. O que desespera e revolta é o compadrio que os empresários de alguns jornais mantêm com todos esses cagliostros, com todas essas sanguessugas, com todas essas alimárias guizalhantes. O que entristece e deprime é ver a facilidade com que certos directores impõem aos seus subordinados a glorificação desse exame de bigorrilhas, que putrefazem, desacreditam e cretinizam as classes dirigentes. O que é fantástico, incrível, é a convivência de nós todos, jornalistas assalariados, homens livres, pregadores de moral, gente que não se vende, nesta obra de emercantilismo, de corrupção e de fraude.”

O autor afirma, ainda, que os casuístas, ao depararem com jovens jornalistas inexperientes, podem raciocinar, sem malícia, da seguinte forma: “se a imprensa enaltece os méritos de quem os possui, cumpre a sua

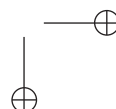
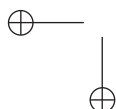


obrigação e não deve reclamar agradecimentos; se, pelo contrário, diviniza patetas e marotos e constrange o respeitável público a venerá-los, não há palavras suficientes duras para verberar a torpeza da sua acção.”

Para concluir, o autor salienta:

“ Há, é claro, muitas escusas para o nosso delito. Uma delas é a perspectiva da miséria, da miséria em que seríamos lançados se nos recusássemos a obedecer aos mandarins tripudiantes da nossa majestosa instituição. Eu mesmo, a pesar da minha indisciplina e do meu orgulho, cedi, cedi mil vezes, cobardemente, diante desse espectro apavorante. E só comecei a resistir, a revoltar-me, a cumprir o meu dever, no dia em que, depois de consultar os meus botões, compreendi que é preferível ter de vender jornais nas ruas, como os ardinhas, a escreve-los em desacordo com a consciência...”

Autor (nome completo): Mariana Coelho Rodrigues de Sousa
E-mail: mianacoelho@hotmail.com



» Ferreira, 1945

Autor: Ferreira, Rafael

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1945

Título completo da obra: Nos Bastidores do Jornalismo – Memórias de Rafael Ferreira

Tema principal: Jornalistas e Vida Profissional

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Romano Tôrres

Número de páginas: 199

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: P. 5862 P.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: S2-4-15

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Rafael Ferreira nasceu a 1865 e morreu a 1952 em Lisboa. Exerceu várias funções em diversos jornais. Para além disso, foi romancista, dramaturgo e poeta.

Índice da obra: [Não tem índice]

Conversando: pág. 9

I- Atracção do imprevisto – Disposições para repórter: pág. 13

II- A minha iniciação – O quinzenário «O Monóculo»: pág18

III- *Dia* de António Enes e Moreira de Almeida: pág29

IV- Silva Graça e *Século*: pág55

V- Visitas de Chefes de Estado-Nos paços de Sintra, Belém e Ajuda: pág83

VI- Centenários – De Camões a Bocage: pág107

VII- Sob a bandeira brasileira – Reportagens e entrevistas: pág130

VIII- No *Jornal do Comércio e das Colónias* – Visitas à Batalha, ao Luso e a Coimbra: pág147

IX- Regressando à infância – Aspectos, figuras e episódios: pág165

X- O *Correio da Europa* e o *Comércio do Porto*: pág185

Recompensas morais: pág192

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra é uma autobiografia de um jornalista típico do final do Século XIX e primeira metade do Século XX. É muito útil para a compreensão das transformações que ocorreram no jornalismo português nesse período de expansão da imprensa e está cheia de referências a jornalistas, a jornais, às rotinas produtivas e ao clima “boémio” das salas de redacção de então.

Rafael Ferreira traça o seu perfil de jornalista desde a sua infância, considerando que já nessa época demonstrava vocação para a profissão. Rafael Ferreira atribuiu essa disposição ao gosto pelo imprevisto e à ansiedade pelas surpresas. Isto também justifica o fascínio do autor pelo teatro, revelado nas páginas do livro. Conta ainda o autor que desde novo se interessava por periódicos manuscritos, que só eram fornecidos aos colegas mais velhos. Em troca deles, oferecia objectos escolares. Rafael Ferreira confessa também que quando ia a alguma festa tinha a capacidade da observação e memória suficiente para descrevê-la em pormenor.

Diz Rafael Ferreira que, ainda estudante, inaugurou um quinzenário de nome *O Monóculo*, juntamente com outro colega. Mas, devido à falta de capital para manter o periódico e às vendas insuficientes tiveram de desistir.

Entretanto, o pai de Rafael Ferreira foi convidado para administrador do jornal *Dia* e conseguiu-lhe arranjar emprego no mesmo como empregado da administração. Os oito anos que esteve nesse jornal, confessa o autor, foram um período de “grande aprendizagem” com os colegas e superiores (a socialização e aculturação na profissão faziam-se na “tarimba”), em particular com o director do jornal, António Enes, uma pessoa onde “talento, (...) energia, (...) bom senso” se combinavam com “a forma literária (...) numa comunhão ideal”. Para ele, António Enes era, para além disso, uma pessoa justa, amigo do seu amigo, que transmitia grandes valores.

Com o sucessor de Enes na direcção do *Dia*, Moreira de Almeida, Rafael Ferreira, segundo narra, foi encarregado de grandes reportagens,

aquilo de que mais gostava. Pelo contrário, ele refere que, como não se interessava por política, sempre que por falta do jornalista responsável desta área o tinha que substituir sentia-se “desnorteado” e tinha que recorrer, embora “contrafeito”, a colegas de outros jornais. Rafael Ferreira admite, aliás, ter tido bons colegas, com os quais “cresceu enquanto jornalista e membro da sociedade”. Rafael Ferreira termina o seu relato sobre o *Dia* admitindo “uma tão grande saudade como a que se consagra a um grande bem que se perdeu”.

Do *Dia*, o autor partiu para o jornal *Século*, onde, tal como no jornal anterior, teve “bons mestres”. Também no *Século* se deparou com excelentes colegas e um excelente director, Silva Graça. Rafael Ferreira conta que no director do *Século* viu qualidades como a sensibilidade, a humildade (de reconhecer a razão nos outros), a simplicidade e generosidade dos seus actos, o amor à Pátria e a solidariedade demonstrada em muitas campanhas, como as de protecção às crianças pobres. Revelando, mais uma vez, que o “tirocínio profissional” se fazia na “tarimba”, Rafael Ferreira salienta que o *Século* dirigido por Silva Graça era “uma escola dum jornalismo, de actividades e de inteligência, que deu (...) grandes alunos”, alguns dos quais vieram a ser subdirectores do *Século* e directores de outros periódicos.

Falando sobre as reportagens que fez no *Século* acerca das visitas de chefes de Estado aos paços de Sintra, Belém e Ajuda, Rafael Ferreira salienta a prestabilidade e a recepção amável do povo português aos estrangeiros. Relembra também com saudade as festas da Tapada de Ajuda, em que a rainha e as mulheres da aristocracia portuguesa vendiam flores em auxílio da sua obra de benemerência, provando a simplicidade e bondade da alta classe portuguesa. Rafael Ferreira sintetiza: “A bondade nativa da gente portuguesa não é apenas uma frase mas sim uma verdade”.

A propósito de comemorações festivas, Rafael Ferreira relembra centenários, desde o de Camões ao de Bocage. Do tricentenário de Camões lembra-se claramente que “foi todo o povo de Lisboa e muitos milhares de forasteiros do país e do estrangeiro que lhe deram extraordinário brilho”. Para ele, desde o cortejo, ao fogo de artifício, à distribuição gratuita de milhares de exemplares duma edição popular dos *Lusíadas*,

aos versos escritos em dedicação ao poeta, a festa foi a “mais entusiástica e patriótica” que se realizou. Após a celebração camoniana, Rafael Ferreira relembra no livro as reportagens que fez sobre os centenários do Marques de Pombal e da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia, mas sem lhes dar a mesma atenção. A comemoração do centenário de Bocage foi descrita com maior interesse, visto Rafael Ferreira ter realizado uma reportagem, na altura, para o jornal *Dia*, que o encheu de emoção. Como jornalista, visitou o local onde o poeta faleceu e relatou a partir daí a vida deste. Duas outras reportagens para o *Século* que Rafael Ferreira evoca no livro foram sobre a visita de oficiais da marinha brasileira e da Grécia a Lisboa.

Rafael Ferreira revela que, durante o tempo em que esteve afastado do *Dia* e do *Século*, trabalhou em vários jornais da noite e da manhã, onde desempenhou funções como empregado de administração, revisor na *Capital*, redactor, repórter, crítico teatral no *Debate* e tauromáquico no *Jornal do Comércio e das Colónias*. Chegou, diz, a trabalhar em mais que um jornal ao mesmo tempo, descansando e alimentando-se pouco. Um dos jornais por onde passou foi a *Vanguarda*, do qual se recorda com orgulho e cheio de admiração pelos colegas que teve. Rafael Ferreira conta-nos, também, episódios da sua vida de repórter, nos quais se sentiu bastante embaraçado, pois “essa coisa de entrevistar um leopardo não era reportagem de confiança”. Já no jornal *Opinião* teve a oportunidade de entrevistar personalidades tão distintas como Manuel de Arriaga e José Relvas.

Para além dos jornais *Dia* e *O Século*, Rafael Ferreira também trabalhou no *Jornal do Comércio e das Colónias* durante dezasseis anos. Diz que pela redacção passaram algumas das figuras mais ilustres do jornalismo e da literatura do nosso país, como Alberto Bessa, que tinha vindo do *Século*, tal como o autor (a amizade representava, aparentemente, um útil factor de acesso às redacções). Do trabalho no *Jornal do Comércio e das Colónias*, Ferreira relembra com particular saudade as reportagens das suas visitas à Batalha, ao Luso (inauguração de um monumento ao jornalista Emídio Navarro) e a Coimbra. Desta última viagem relembra de um almoço de confraternização, as visitas aos monumentos da cidade e à Universidade.

De outras memórias vive Rafael Ferreira. Regressando à sua infância, conta-nos com simplicidade as procissões imponentes a que assistia com fervor. Faz questão de elucidar os seus leitores que para além dos monárquicos também os republicanos participavam na procissão da Senhora da Saúde. Também das comemorações dos santos populares se lembra com alegria, evocando, por exemplo, os bailes nos quintais. Revela que desde criança adorava a tauromaquia, daí que se explique ter desempenhado o papel de crítico desta arte. Foi influenciado por uma sociedade em que a simplicidade e o espírito de sacrifício predominavam. Tais qualidades verificam-se, explica, no modo humilde que sempre evidenciou para se dirigir a pessoas de estatuto elevado. Da sua infância, relembra Rafael Ferreira, que apesar de ser uma “Época sem progresso e sem a ciência das bombas atómicas, era cheia de pitoresco e mais económica que a de hoje”.

Dos vários jornais por onde passou, Rafael Ferreira sentiu necessidade de, no seu livro, mencionar ainda *O Correio da Europa* e *O Comércio do Porto*. Assim, nas páginas do seu livro de memórias sai uma homenagem a Francisco Pastor, dono do *Correio da Europa*, e ao seu sobrinho. De Francisco Pastor diz ser um homem inteligente, culto e acima de tudo “Corajoso velho, cheio de dignidade e de amor do seu jornal e ao cumprimento do seu dever”. Para comprovar as suas revelações, conta-nos que para manter o seu jornal Francisco Pastor chegou a ir ao Brasil, com o objectivo de cobrar assinaturas em débito. Quanto a Luís Pastor de Macedo, o sobrinho, Rafael Ferreira elogia o seu valor enquanto escritor.

Da passagem pelo *Comércio do Porto*, Rafael Ferreira conta que desempenhou o papel de informador notícias sobre as colónias, que chegavam mais rápido a Lisboa que ao Porto. Relembra Bento Carqueja, director do jornal, do qual Rafael Ferreira se afirma amigo e que considerava ser “um homem que merecia valor tanto pela sua inteligência como pela sua bondade”. Conta Rafael Ferreira que Bento Carqueja lhe confiou, também, trabalhos de que investigação, os que mais lhe agradavam.

No seu livro de memórias, Rafael Ferreira, em jeito de conclusão, salienta que o jornal de cada jornalista deve ser considerado como a

“bandeira, que devemos sempre honrar” e que o seu empenho e amor pessoais à profissão eram reconhecidos quando via que as pessoas se interessam pelo que escrevia.

De recompensas morais, relembra a entrega da Ordem de Cristo ao Sindicato dos Jornalistas, que “uma agradável compensação aos (...) sacrifícios e aos (...) desejos de bem servir” protagonizados pela classe.

Rafael Ferreira não podia deixar de lembrar a homenagem proferida à sua pessoa pelos colegas do *Século* Guilherme Pereira da Rosa e Leopoldo Nunes. Sentindo-se feliz e estimado pelas pessoas que o rodeavam, julgava-se, finalmente, merecedor da tranquilidade, depois de uma vida agitada e por inteiro consagrada ao jornalismo.

Autor (nome completo): Andreia Susana Afonso Rodrigues
E-mail: andreiasusana8@hotmail.com

» Ferro, 1949

Autor: Ferro, António

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1949

Título completo da obra: Imprensa Estrangeira

Tema principal: Ética, Direito e Deontologia do Jornalismo/ Liberdade de Imprensa

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Edições SNI

Número de páginas: 29

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: L. 39051//3 P.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: I3 – 4 -45 (6)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): António Ferro nasceu em 1895 e faleceu em 1956. Jornalista, escritor e político, ligado ao primeiro modernismo português desde a sua participação como editor na revista *Orpheu* (1915). Director do SNI durante o Estado Novo, até à sua morte.

Índice da obra:

Cap. I - Liberdade e Servidão

- O problema da Liberdade (p.11)

- A liberdade e os seus limites (p.12)

- Os dois blocos (p.12;13)

- O sensacionalismo (p.14)

- Imprensa Portuguesa (p.15)

- Limitações á liberdade de Imprensa (p.15; 16)

Cap. II - Cada um em sua casa e todos na sua Pátria

- Quando a Imprensa é indispensável (p.19; 20)

- O papel do jornalista (p.20)
- O correspondente e o enviado especial (p.22; 23)
- Referência ao livro «Homens e Multidões» (p.22; 23; 24)
- A oferta de um espaço aos jornalistas (p.26; 27; 28)

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra é a versão escrita de discursos pronunciados por António Ferro em Genebra, na Conferência Internacional da Liberdade de Informação, em 2 de Abril de 1948, e na inauguração do Círculo da Imprensa Estrangeira, em 12 de Outubro de 1949.

O texto defende que antes de se falar de liberdade de imprensa é preciso definir o conceito de liberdade. Para o autor, a liberdade de expressão “choca-se permanente contra o grande drama (...) [de cada] época, a conciliação da liberdade e da consequente autoridade para defendê-la da corrupção.” (p.11)

Segundo António Ferro, o facto de cada um ter o seu conceito de liberdade esvazia a palavra do seu conteúdo, tornando-se sinónimo de servidão, de todas as paixões humanas.

António ferro sustenta que existem muitos países que pensam gozar de uma liberdade completa, mas ao mesmo tempo nesses mesmos países existem limitações, designadamente de ordem religiosa, racial, literária ou até política. A verdade é que “a liberdade integral não existe em parte nenhuma.” (p.12).

Para Ferro, “já é tempo de sanear a atmosfera do mundo actual, de não deturpar mais o sentido de algumas palavras (...) usadas como vocabulário de combate.” (p.13)

No seu texto, o autor explica que há dois conceitos rígidos e diferentes da liberdade de imprensa: um é o do “bloco da Imprensa considerado como engrenagem do Estado” e o outro o do “bloco da Imprensa considerada livre.” (pp.12;13)

Para o autor, existe a “grande necessidade de terminar com o sensacionalismo (...) e sobretudo com o mercado negro das falsas informações.” (p.14)

“A palavra informação, como sublinhou, na primeira Comissão, o

presidente da delegação da China na conferência acima referida, limita ela própria a liberdade” (p. 14), escreve António Ferro, sendo poucas vezes eficazes simples medidas de repreensão.

Segundo o autor, existem algumas restrições na imprensa portuguesa que “derivam de preconceitos constitucionais e exercem-se principalmente em matéria que possa afectar a soberania nacional, as boas relações internacionais, a propaganda subversiva, e os incitamentos à guerra entre as nações e à guerra civil, que não é menos perigosa do que a primeira, porque constitui, muitas vezes, o seu prefácio.” (p.15)

No segundo capítulo, intitulado “Cada Um em Sua Casa e Todos na Sua Pátria”, o autor escreve que a “Imprensa quer dizer, antes de mais, sociabilidade, convívio”. Afirma, ainda, que, em alguns lugares, como nas pequenas aldeias, não se sente a falta da Imprensa, porque a sociabilidade é forçosa. Aí, “o jornal não é escrito mas vivido naturalmente”. Deste modo, o jornal apenas se torna indispensável quando as populações aumentam, “quando é preciso criar essa tal sociabilidade que deixou de ser fácil” (p.20).

Ferro constata que “quando a própria organização da sociedade obriga a reunir os seus elementos dispersos (...) para se encontrarem nos seus ideais comuns (...), esse elo que liga os diversos sectores de uma sociedade, ou os elementos de cada sector, é, sem dúvida, a Imprensa, que Gutemberg só tornou possível no século XV, porque só então se deu o alargamento do mundo e a sua consequente dispersão”(p.20).

“No breviário íntimo de todos os jornalistas deve existir o princípio da máxima sociabilidade: *ouvir* sempre o *por* e o *contra*. E tirar depois a média.”, sustenta António Ferro. O autor, porém, adverte para o facto de o “contra” ser “mais sedutor, mais publicitário (...). O *por* é quase sempre apagado, fica nas entrelinhas”. (p.20)

Para o autor, deste modo o “sensacionalismo do nosso tempo é raramente feito de boas notícias, tranquilizadoras” (p. 20). Pelo contrário, “A imprensa pode (...) apressar as grandes catástrofes da História”, embora se admita que não as cria. Mais ainda, diz Ferro, a imprensa pode “criar ou engrossar as grandes correntes de ideias, os fortes movimentos espirituais, até consolidar e iluminar certas épocas de renascimento”. (pag.21)

Numa segunda parte do livro, ligada à inauguração do Círculo da Imprensa Estrangeira, em Lisboa, António Ferro refere-se à “missão difícil, espinhosa, delicada dos correspondentes”, dizendo acreditar “na sua boa fé, para além das suas ideias próprias, no seu desejo de compreensão do país em que passa a viver, em que deseja viver” (p.22). “O correspondente, aliás, quanto mais profundamente conhecer o país, quanto mais em contacto estiver com a sua alma, quanto melhor puder informar o seu jornal, mais probabilidade tem de reduzir visitas dos enviados especiais (...) e melhor poderá informá-los, encaminhá-los, diminuir os seus riscos quando a sua vinda for inevitável”. (p. 24)

O autor afirma que foram inauguradas salas destinadas à imprensa estrangeira, dando assim as “as boas-vindas” a todos os que vierem visitar Portugal. “Os jornalistas estrangeiros, como sabem, gozam em Portugal duma liberdade absoluta, entendido, como todos entendem, certamente, que a liberdade termina onde começa a mentira” (p.25).

“Teremos um grande prazer em entregar-vos as chaves destas salas que podereis frequentar com a maior independência e sem nunca sentirdes a mais leve intromissão na nossa vida ou a mais dissimulada tentativa de coacção sobre os vossos espíritos. Não é um favor que vos fazemos mas um direito mais que vos concedemos para o exercício livre da vossa profissão” (p.26), sublinha António Ferro, que termina dizendo: “Aceitai-o sem escrúpulo. É um antigo jornalista, um camarada vosso, que, em nome do Governo Português, vo-lo oferece sem restrições nem condições. (...) Jornalistas éramos quando escrevíamos, jornalista somos quando criamos, quando inauguramos, por exemplo, as salas deste pequeno círculo. Até sempre camaradas!” (p.28).

Autor (nome completo): Bárbara Raquel da Conceição Silva
E-mail: barbinha5@hotmail.com

» Ferro, 1950

Autor: Ferro, António

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): 1941-1950

Ano de publicação/impressão: 1950

Título completo da obra: Problemas da Rádio

Tema principal: Teoria do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Edições SNI Lisboa

Número de páginas: 102

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: S.C.16053P.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: J6-10-17

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Nasceu em Lisboa a 1895. Foi o principal arquitecto da propaganda Salazarista no início do Estado Novo, na qualidade de director do SNI.

Índice da obra:

1º Capítulo – Homenagem á memória de Duarte Pacheco, criador da emissora nacional (p.5-12)

2º Capítulo – Programa sem programa (p.13-30)

3º Capítulo – Programa com programa (p.31-44)

4º Capítulo – A primeira festa da rádio (p.45-60)

5º Capítulo – Política Nacional da Rádio (p.61-70)

6º Capítulo – Experiência falhada (p.71-80)

7º Capítulo – Inauguração de um novo emissor (p.81-86)

8º Capítulo – Dois aniversários (p.87-96)

9º Capítulo – O gabinete de estudos Musicais (p.97-103)

Resumo da obra (linhas mestras): Este livro é baseado em vários discursos proferidos pelo autor, António Ferro, durante a época Salazarista. No primeiro capítulo, o autor faz uma breve homenagem ao criador da Emissora Nacional, Duarte Pacheco. Lemos nestas páginas as palavras elogiosas que, sobre Duarte Pacheco, foram pronunciadas ao microfone da Emissora Nacional por António Ferro, em 17 de Novembro de 1943.

O segundo capítulo, intitulado “Programa sem programa”, corresponde ao discurso do autor pronunciado no acto de posse no gabinete do ministro das Obras Públicas, em 12 de Junho de 1941. Neste capítulo, o autor interroga-se sobre se a Emissora Nacional deveria tentar agradar, ou não, à população, e qual o preço a pagar pela decisão tomada. Ferro revela, em consequência, a sua aposta numa rádio dinâmica, que eduque a população e o seu ouvido e dê voz a Portugal, mas que também não aborreça o ouvinte, sendo crucial existir empatia entre locutor e ouvinte.

No terceiro capítulo, intitulado “Programa Com Programa”, são relatadas as palavras pronunciadas ao microfone da Emissora Nacional em Junho de 1942. Diz que o grande drama da rádio é nunca conseguir abranger e agradar a todos os ouvintes. A escolha dos programas torna-se, assim, de acordo com António Ferro, um momento de dúvida.

“A Primeira Festa da Rádio”, título do quarto capítulo, reporta-se a um discurso do autor no Teatro de São Luís, na primeira festa da Rádio, em 19 de Junho de 1942. Neste, a festa é justificada como uma tentativa de balanço dos valores da Rádio. No quinto capítulo, “Política Nacional da Rádio”, o autor faz referência às palavras pronunciadas na inauguração do “Estúdio” da Emissora regional do Norte, a 16 de Julho de 1943. Na inauguração dos estúdios e serviços administrativos da emissora regional do norte, o autor afirma que esse acto é “um grande passo para a comunicação na região norte do País”. Para ele, o novo estúdio “vem assim tentar minimizar a falta de apoio que de que os nortenhos se queixavam”.

Nos últimos capítulos, o autor faz referência à evolução da Emissora Nacional. Diz também que devido a essa mesma evolução, dentro de pouco tempo (estava-se em 1950) seria possível ouvi-la por todo o País e, mais tarde, graças à inauguração de um emissor de Ondas Curtas em

Barcarena, nos países onde habitam grande número de portugueses e nas colónias, pois, para Ferro, “é necessário que a rádio portuguesa também se universalize, que se ouça em todo o mundo como a expressão mais alta do que pensa e do que sente Portugal”. Além disso, diz Ferro, a rádio em ondas curtas tem ainda o papel de ligar “os Portugueses dispersos de todo o mundo” sendo “o elo da grande família do Império português”, informando e entretenendo.

O autor salienta que, na sua opinião, a Emissora Nacional foi “o grande arauto da vida portuguesa”. Exclama, ainda, que “todas as nossas alegrias e tristezas têm passado através dos seus microfones: horas de apoteose e horas de luta, momentos de certeza e momentos de dúvida”.

Para António Ferro, “seria longa a exposição de tudo quanto a Emissora Nacional tem feito para dar expressão e voz à alma do País, para elevar o seu nível”.

Autor (nome completo): Isabel Maria Figueiredo Pereira dos Santos
E-mail: ufp6787@hotmail.com

» Fraga, 1958

Autor: Fraga, Gustavo

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1958

Título completo da obra: As Técnicas de Informação e o Pensamento Contemporâneo

Tema principal: Teoria do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Revista de Filosofia

Número de páginas: 15

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: S. A. 20639 V.

Biblioteca: Universidade Católica Biblioteca João Paulo II

Cotas: 1(041) SER – 3

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Gustavo Fraga nasceu em 1922 e faleceu no dia 15 de Novembro de 2003 (morreu aos 81 anos). Dedicou mais de 14 anos da sua vida à Universidade dos Açores, desde a sua fundação (1976), aposentando-se em 1990. Atingiu a categoria de professor catedrático em 1981. Com percurso académico, Gustavo Fraga escreveu várias obras e artigos, tendo total interesse na área Filosofia Moderna e Contemporânea, entre outros.

É uma referência na cultura e na filosofia em Portugal, sendo uma das mais destacadas personalidades do mundo académico, na área da filosofia. Exerceu, ao mesmo tempo, o papel de jornalista na capital portuguesa.

Índice da obra: [Não têm índice]

As técnicas de informação e o pensamento contemporâneo: pp. 3-5

A presença da cultura: pp. 5-8

O conceito de massa e outras visões filosóficas do mundo da comunicação e da cultura: pp. 8-10

Livros LabCom

A transmissão noticiário radiofónico e a educação para a rádio: pp. 10-11

A informação e a difusão de notícias: pp. 11-11

A essência de informar e de ser informado pela rádio e imprensa: pp. 12-14

O papel do jornalista, o agente da humanidade: pp. 14-15

Resumo da obra (linhas mestras): A obra aqui resumida foi publicada na revista *Filosofia*. Nela, Gustavo de Fraga discorre sobre as técnicas de informação e o pensamento contemporâneo. Para o autor, considerando “na relação (...) pela copulativa, entre as técnicas de informação e o pensamento contemporâneo”, a informação é vista como uma “técnica restrita” (p.3).

Dirigindo-se apenas às “técnicas” informativas da rádio e da imprensa, o autor fala do pensamento contemporâneo através de “filósofos de cada povo”, ou seja, sobre uma “forma reflexiva” dos dois difusores de informação (rádio e jornais) transmitirem a existência do homem no mundo (p. 4).

Olhando para a rádio e a imprensa “como actividades vitais primaciais”, ambos “encontram eco” nos jornalistas, metamorfoseados em “pensadores” (p. 4).

Reportando-se aos jornalistas, diz que eles são concisos quando se tratar de informar os outros: “o redactor tem de encontrar a sua coordenada exacta (...) sobre a essência do serviço que lhe é entregue (...), dando ou evitando notas emocionais e pessoais, servindo ou não interesses”. Porém, “O repórter pode dominar o acontecimento, vivê-lo” (pp. 5).

Para o autor, a nossa consciência não nos permite conhecer a realidade cultural, “sempre em crise”, fragmentada e múltipla, o que tem reflexos no jornalismo.

Num segundo ponto da sua obra, o autor reflecte sobre o conceito de “massa”, contrapondo a posição de Ortega y Gasset, de massa como homem médio, ao conceito de massa de Jaspers, do homem indiferenciado. A comunicação social usaria duas linguagens para lhe chegar: a da tranquilidade e a da sedição.

O terceiro ponto do texto de Gustavo de Fraga realça as conexões entre a rádio e a imprensa:

“Apesar da tendência que se regista em todo o mundo para transformar os serviços de radiodifusão em serviços públicos, dotados de funcionários privativos, são evidentes as relações entre a informação da rádio e a informação da imprensa. Como na empresa de imprensa diária, a rádio precisa de ter montada a sua informação para funcionar com relativa independência, e até, por vezes, prevê o contrato como meio de obter jornalistas qualificados para execução dos programas informativos.” (p. 10)

Para o autor, a rapidez com que se tem de fazer uma notícia para rádio e o facto de esta ser oralizada e imediatamente escutada por milhões de ouvintes “não justifica o traçamento de um fosso entre a rádio e a imprensa” (p. 10). Ainda assim, Gustavo de Fraga explica que a rádio “exige uma educação (...) do jornalista, com atenção às exigências da palavra dita” (p. 10). Porém, a rádio também exigiria uma educação por parte do público, “que só se consegue efectivamente a partir dum determinado nível de cultura” ou do hábito. Quando o público não é educado para ouvir rádio, poderiam, na versão de Gustavo de Fraga, ocorrer “mal-entendidos”, provocados pela audição imperfeita de notícias, por mais clareza com que estas tenham sido escritas e ditas. A educação para a rádio, de acordo com o autor, teria de começar nas escolas, conforme ocorria já em vários países.

O ponto seguinte do trabalho de Fraga desenvolve-se em torno do conceito de trocas informativas e dos processos culturais, agregadores ou desagregadores, que essas trocas desencadeiam. Para tecer o seu raciocínio, Fraga recupera o conceito de massa de Gabriel Marcel (“humano degradado”) para mostrar que não é possível uma educação das massas, somente das pessoas, porque as massas, tal como pretendia Jaspers, são seduzidas pela propaganda e fanatizáveis. Por isso, Marcel, citado por Fraga, desconfia da rádio, sedutora, tal como dela desconfia Joseph Roth, que lhe atribui um papel satânico. Mais: “O privilégio da onnipresença que a rádio empresta aos homens poderá conferir a uma inteligência (...) universal um papel eminente, mas (...) a facilidade de o homem transcender a sua condição sem esforço, pelo meio técnico, facilita a degradação” (p. 11). Diga-se, porém, que Jaspers, parafraseado por Fraga, tem uma concepção neutral das técnicas de divulgação e de informação e até as vê com certo optimismo, ao contrário de Marcel, pois considera que os meios de comu-

nicação abrem “possibilidades insuspeitadas” ao homem.

“O privilégio da onnipresença que a rádio empresta aos homens poderá conferir a uma inteligência verdadeiramente universal um papel eminente, mas o que acontece é que a facilidade de o homem transcender a sua condição sem esforço, pelo meio técnico, facilita a degradação. O dom prodigioso da ubiquidade perde a sua virtude ao ser atribuído a um homem qualquer” (p. 12), diz Gustavo de Fraga, acentuando que o facto da rádio ser escutada, genericamente, por homens comuns (a “massa”) lhe retirar parte das suas potencialidades mais positivas.

Gustavo Fraga aponta que Marcel e Jaspers dão importância à comunicação, tendo ambos participados activamente nos periódicos e emissoras do seu tempo. “Alcançaram a familiaridade do microfone”, salienta o autor. No seguimento da apresentação desta proposição, Fraga cita, mais uma vez, Jaspers, segundo o qual o jornal se converte “como ideia na possibilidade duma realização grandiosa da cultura das massas, recria, por assim dizer, uma nova dimensão, a consciência da época, espalhando o que sem ele seria apenas património de alguns.”

Qual seria, então, o trabalho de um jornalista consciente, na versão de Fraga? O de traduzir o mundo “em termos simples e acessíveis na linguagem simples da informação” e o de intervir “nas ideias que os homens têm como massa”, pelo que é “digno do maior respeito” (p. 12) Além disso, “O jornalista participa na criação do momento, emprestando o verbo ao «agora».” (p. 12)

O jornalismo, porém, enfrenta, de acordo com Gustavo de Fraga, dois grandes perigos: subordinar-se às exigências da massa e dos poderes político-económicos. Quando ambos confluem para o jornalismo, e triunfam, causam a degradação da informação. “Por isso, já que sem imprensa, sem informação, o mundo moderno não pode viver”, é preciso, clama Fraga, reconhecer o “magistério” do jornalista sobre as massas.

No desfecho do livro, Augusto Fraga coloca em evidência quanto os pensadores modernos reflectiram sobre a informação. Para ele, “a imprensa e a rádio constituem diariamente a teia intersubjectiva da consciência da época”, pelo que “o jornalista é um dos mais categorizados e responsáveis funcionários da humanidade”. Mesmo que as condições técnicas condicio-

nem a expressão, o jornalista, prossegue Gustavo de Fraga, “está na vanguarda de todos os que mantêm despertadas as possibilidades de reacção do ser humano disperso na massa, se tomar consciência (...) da missão a que é chamado”.

Sintetizando a sua posição, Gustavo de Fraga afirma: “A informação exige (...) um elevado grau de cultura e de reflexão dos espíritos. (...) A chamada ao humano é sempre possível, dentro de condições éticas em que o jornalismo tenha presente a condição do homem como consciência” (p. 14). Embora reconheça as pressões sobre a actividade jornalística e os receios decorrentes da onnipresença dos media e da atenção que estes despertam, bem como da “emotividade comunicativa” da rádio, o autor salienta que “O jornalismo será sempre em grande parte o que for o jornalista, dependerá (...) da sua maturidade cultural e do seu escrúpulo e sentido de responsabilidade.” (p. 15) Mesmo o conceito de massa não pode representar, para Fraga, um homem “anti-humano e antipessoal”.

Para encerrar, o autor diz: “Mundo de aventura e de novidade que o é, o jornalismo é transmissão e recriação por um meio próprio de expressão (...). Quem não adivinhará nele uma nova forma de contacto pessoal, reduzindo distâncias, repondo um pouco o homem moderno na cena gigantesca dum mundo com que pode entrar em contacto, criando uma cena (...) análoga à da pequena praça ateniense.” (p. 15)

Autor (nome completo): Carla Sofia Amaro de Assunção
E-mail: camaro11@hotmail.com

» Freire, 1934

Autor: Freire, João Paulo

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1934

Título completo da obra: Pela República – Dois Anos de Luta ao Parapeito do “Diário da Noite”

Tema principal: Teoria do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Livraria Central Editora

Número de páginas: 236

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: S.C. 14736P.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: O2-8-21

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Natural da Murjeira (Mafra), João Paulo da Silva Veneno Freire nasceu a 14 de Setembro de 1885 e faleceu a 16 de Janeiro de 1953. Em 1904, iniciou a sua carreira jornalística a qual exerceu até à morte, tendo antes ingressado na vida eclesiástica e também na vida militar. De todo o percurso de João Paulo Freire há que referir que ele não só se evidenciou como jornalista mas também como poeta, ensaísta, novelista e cultor de outros géneros literários, tendo sido até importante ao nível de estudos etnográficos. Segundo o *Jornal de Notícias*, a sua morte fez com que desaparecesse “um dos últimos – se não o último – dos mosqueteiros do jornalismo”.

Índice da obra:

Explicação: p.13

Porque sou Republicano: p.15

Porque me fiz Republicano: p.20

República!: p.25
Ser Republicano: p.29
Pela Pátria, pela República, pelo Povo e peça Liberdade: p.31
Acima de todas as paixões está o ideal da República: p.34
Data Gloriosa: p.37
O Alentejo: p.39
Bolchevismo?! Não! Humanidade apenas: p.43
Os Monárquicos e a República: p.47
A província: p. 50
Organização: p.52
Organização!: p.56
Soluções: p.59
Pela República – 3 horas de palestra com o antigo Presidente Sr. Dr. Bernardino Machado: p. 64
Feras à solta! – Dois crimes monstruosos: p.72
Seis meses de trabalho: p.75
Infamíssima canalha!: p.78
Crença indispensável: p.82
Orientação prática: p. 85
Um homem!: p.88
Tartufos!: p. 91
Fariseus!: p.94
O Sr. Quirino!: p. 98
O Sr. Quirino! – Segunda Dose: p. 102
O Sr. Quirino! – Terceira Dose: p.106
Crimes e criminosos: p.109
Cautela!: p.112
Tarefa de chacais: p. 114
Temas da actualidade – Acerca do perigo Espanhol: p. 118
Os inimigos da paz: p.121
Política: p.125
Caminhos novos: p. 129
Palavras Claras: p. 132
Razão de peso!: p. 134

“Novos” e “Velhos”: p.137
Três abcessos: p.140
Único refúgio!: p. 144
Roosevelt: p. 147
Liberalismo e Democracia: p.151
Cautela!: p.155
Desabafo!: p.159
A independência jornalística – Santíssima laracha!: p.161
Figuras do Povo e da República – Manuel Ferreira Capa: p.168
Devaneando!... - ...Acima da chinela: p. 173
Um problema: p. 178
Alcalá Zamora – Azaña – Lerroux: p.182
A Penitenciária: p. 186
A linha de Sintra: p.191
Pão nosso de cada dia: p. 194
Turismo...Nacional: p. 197
Cuba: p. 201
A Boa-Hora: p.204
3 de Outubro: p. 208
Vinte e três anos: p. 211
Esforço Salutar!: p. 214
Conversando: p. 217
Justiça?! Não!: p. 221
A nossa posição! p. 225
Ser Chefe!: p.228
Um exemplo: p.231
Palavras serenas: p.233

Resumo da obra (linhas mestras): A obra reúne artigos publicados pelo autor, durante cerca de dois anos, no *Diário da Noite*, jornal de que foi director.

O articulista, na sua nota explicativa, aponta como razão principal para o livro mostrar como se faz um “jornalismo de combate” (p.13), “servindo a República” e os “interesses da Pátria”, “pelo povo”, contra

aqueles que o caluniam para esconder a sua subserviência e oportunismo, nomeadamente o jornal *A Voz*.

Dos artigos publicados no *Diário da Noite* e coligidos nesta obra, apenas cinco têm particular interesse para a teorização do jornalismo.

No texto “Seis Meses de Trabalho”, o autor refere a luta do *Diário da Noite* “sem cansaço e sem tréguas, pela Liberdade e pela República” (p.75), ao longo dos seis meses de existência do jornal, mesmo sendo este pobre e passando por enormes dificuldades. Contando com “republicanos ilustres que constituem autênticos valores da República” (p.76), o *Diário da Noite* encontrava por todo o país “fê, (...) carinho” (p.75) que o ajudaram a vencer todas as dificuldades. João Paulo Freire refere ainda os seis meses de triunfos, de lutas e de sacrifícios de “um jornal que tem sido mantido apenas pelos republicanos” (p.76) para “defender a Pátria, a Liberdade, a Democracia e a República” (p.76), sem esperar por recompensas e agradecendo todas as ajudas com um “Muito Obrigado!” (p.77), pois como refere no texto “Infamíssima Canalha!”, não há, nem houve nenhum trabalhador do *Diário da Noite*, excepto ele, “que não tenha recebido a paga do seu trabalho” (p.79) mesmo tendo sido muito dinheiro gasto ali em seis meses de existência.

No texto “Um Homem!” o autor faz uma nota biográfica acerca do jornalista e político António Rodrigues Sampaio. Relembra Freire que Rodrigues Sampaio nasceu em 1806 e tirou o curso de humanidades e teologia no distrito de Braga, sendo conhecido como “o Sampaio da Revolução” (p.88). Iniciado no jornalismo por um padre, António Rodrigues Sampaio, segundo Freire, “foi um homem honrado” (p. 89) que tudo fez para se manter “no seu posto: o de jornalista” (p. 89), tendo passado por outras funções por “incidente” (p.89).

“Tartufos” é o título do texto no qual João Paulo Freire, depois de fazer uma breve alusão a um artigo do jornal *A Voz* onde foi criticado, defende-se dizendo que “o «homem que se passou»” (p.92) é um homem livre que defende causas nobres e que não tem de “pedir licença” (p.92) a ninguém para defender os seus interesses e ideais. Refere que o *Diário da Noite* é um jornal onde “mandam todos os republicanos” (p.91) e que o facto de ser o director não o faz ser dono dele.

No texto “A Independência Jornalística... Santíssima Laracha!”, talvez o mais interessante como reflexão acerca do jornalismo português do início da década de trinta, o autor, em resposta à carta de um amigo que lhe perguntava porque não escrevia ele diariamente um artigo no *Diário da Noite*, salienta que não pode, dizendo que o facto de o jornal ser pobre, faz com que tenha de ser ele, director, a “cuidar da redacção e da administração, da tipografia e da casa da máquina” (p.161). Salienta, ainda, que “não há em Portugal independência jornalística” (p.161) pois, para se criticar algo ou alguém é necessário ter dinheiro para se suportar as consequências desses actos.

A “independência jornalística” (p.162) só existia no tempo em que os jornais representavam as vontades e os pensamentos de um único homem, explica João Paulo Freire, dando como por exemplo o jornal *Novidades*, de Emídio Navarro. Ao referir que não é o dinheiro que faz esta independência, mas sim o número de assinantes que assegura a existência, a liberdade e as vendas de um jornal, o autor confessa que não escreve um artigo todos os dias no *Diário da Noite* porque, em dois anos de existência, ainda não conseguiu fazer daquele jornal “um jornal desfogado, de vida equilibrada e segura” (p.166).

Autor (nome completo): Daniela Alexandra Trocado Bernardo

E-mail: daniela_bernardo_757@hotmail.com

» Freire, 1936**Autor:** Freire, João Paulo**Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação):** -**Ano de publicação/impressão:** 1936**Título completo da obra:** Escolas de Jornalismo – Temas Profissionais**Tema principal:** Ensino do Jornalismo**Local de edição:** Porto**Editora (ou tipografia, caso não exista editora):** Educação Nacional**Número de páginas:** 51**Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas****Biblioteca:** Biblioteca Nacional**Cotas:** L. 28170//1P**Biblioteca:** Biblioteca Pública Municipal do Porto**Cotas:** NI – 12 – 181

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Ilustre personagem da viragem do século XIX para o século XX, João Paulo Freire nasceu na Murjeira (Mafra), a 14 de Setembro de 1885. Era jornalista de profissão, mas também se destacou como poeta, ensaísta, novelista e cultor de outros géneros literários.

Trabalhou em vários jornais e, em 1932, fundou o *Diário da Noite*. Recebeu vários prémios devido ao seu talento e profissionalismo.

Casou com uma farmacêutica, Judite Lúpi Nogueira Freire, e teve duas filhas: Judite e Maria de Lurdes.

Faleceu no dia 16 de Janeiro de 1953 com 68 anos de idade, na sua casa, em Lisboa, vítima de uma doença prolongada.

Índice da obra: [Não têm índice]

Propostas de Escolas de Jornalismo – pp. 9 – 18

Um verdadeiro Jornalista – pp. 19 – 21

A constituição de um jornal – pp. 21 – 27

As categorias dentro de um jornal – pp. 28 – 32

Livros LabCom

O vencimento dos jornalistas – pp. 32 – 36

A formação dos jornalistas – pp. 37 – 38

Informadores, repórteres e redactores – pp. 39 – 41

Proposta de um curso geral – pp. 42 – 43

Curso Superior de Jornalismo – pp. 43 – 45

Os Sindicatos para os jornalistas – pp. 46 - 51

Resumo da obra (linhas mestras): Este livro do jornalista João Paulo Freire é extremamente importante para a compreensão da teorização do jornalismo feita por portugueses porque foi o primeiro a ser publicado em Portugal que incidiu sobre o tema da formação dos jornalistas. O autor diz, assim, em consonância, que o seu principal objectivo foi colocar diante do país a sua ideia de criação de escolas de jornalismo. Considerava o autor ser este um problema interessante e, ao mesmo tempo, socialmente relevante.

O autor recorda que em 1932 publicou no *Diário da Noite*, jornal que fundou e dirigiu, quatro artigos sobre escolas de jornalismo, recolhidos no livro. Estes artigos abordam a necessidade da existência, ou não, de escolas para os jornalistas. “No nosso país (...) o jornalismo faz-se (...) ou por vocação e auto-didatismo, ou por necessidade; e embora haja *profissionais*, não existe ainda entre nós, para tal, aprendizagem escolar e científica, apesar do jornalismo ser uma profissão como a medicina, o notariado, a advocacia ou outra qualquer” (p.9), diz João Paulo Freire, evidenciando, assim, que havia já, nessa época, um certo entendimento do jornalismo como *profissão liberal*.

Relembra João Paulo Freire que a educação dos jornalistas começou a ser discutida a sério, em Portugal, no 5º Congresso Internacional da Imprensa, realizado, em 1898, em Lisboa. Albert Bataille foi, segundo Freire, o defensor da necessidade da educação profissional dos jornalistas durante o evento. Disse Bataille, citado por Freire, nessa ocasião: “Com o aperfeiçoamento das máquinas de imprimir, com o telégrafo e com o telefone, com a transformação do espírito público, cada vez mais ávido de ser informado, uma metamorfose de operou (no jornalismo): a polémica foi relegada para segundo plano e a informação passou para o primeiro. E quando dizemos informação, encarámo-la sobre todas as suas fórmulas, com a

maneira pessoal que lhe possa imprimir o talento do autor: quer se trate de crónica literária, crítica de arte, extractos das Câmaras ou dos tribunais, viagens ou expedições. (...) Por isso é necessário que a educação geral do jornalista seja completada pela educação profissional” (p. 10). Com estas palavras, Bataille não apenas deixou gravada para a posteridade a percepção que se tinha das transformações no jornalismo no século XIX (predominância da informação sobre a opinião), ideia que Freire acentua na página 27 ao exclaimar que “o melhor jornal era aquele que melhor falava ao coração, hoje (...) é aquele que fornece melhores notícias (...) em maior número”) como também lembrou algumas das tarefas cometidas aos jornalistas na transição do século XIX para o XX e repisou uma ideia que já tinha expressões concretas na Europa e nos Estados Unidos desde o início de Oitocentos: a necessidade de formação específica para os jornalistas. João Paulo Freire lembra, aliás, não só várias dessas experiências como também alguns dos ilustres defensores dessa ideia (como Périvier, director do *Figaro*; Tavernier, da Universidade Católica de Lille; e Adolf Kock, que oferecia, na Alemanha, um curso livre de jornalismo). Em especial, João Paulo Freire passa em revista o curso de John French Johnson, na Universidade da Pensilvânia, que durava quatro anos e incluía disciplinas de história da imprensa, legislação, economia política e social, ciência política e expressão jornalística. Lembra Freire que o curso de Johnson mantinha um jornal, redigido pelos estudantes. No entanto, segundo Freire, Bataille queria mais. Queria, segundo Freire, um curso “completo” com “cursos e conferências (...) dirigidas não por jornalistas, mas por professores universitários, línguas estrangeiras, história da arte, história contemporânea e economia política, história do progresso das ciências e história do teatro contemporâneo” (p. 13) e ainda que no recrutamento de futuros estudantes de jornalismo se privilegiassem não apenas os conhecimentos gerais anteriores dos candidatos mas também a sua “moralidade”.

João Paulo Freire recorda que, em 1899 surgiu, em França, a Escola de Jornalismo do professor Henry Fouquier. Apesar de, segundo Freire, essa escola possuir um bom programa, “falhou” por razões que o autor desconhecia. O curso dessa escola assentava, como muitos outros, em

disciplinas técnicas (redacção jornalística, conhecimentos sobre o funcionamento dos jornais, impressão, composição e paginação, etc.) e de conhecimento geral e aplicado (história da imprensa, legislação aplicável ao jornalismo, história contemporânea, economia política, ciência política, etc.). Em suma, a lógica da formação de jornalistas do final de Oitocentos mantém-se, de certa forma, no mundo contemporâneo: pois assentava, como assenta, em três grandes áreas: técnica; ciências sociais e humanas aplicadas; ciências sociais e humanas em geral. Descrito o curso de quatro anos de jornalismo de Fouquier, o autor considera que, apesar de muito completo, ainda não era o que mais certo estava. “Uma escola de Jornalismo é indispensável, mas uma escola de jornalismo prático, e não de jornalismo de diplomas”, sentencia João Paulo Freire (p. 17).

O autor tenta, seguidamente, explicar quais as características de um bom jornalista. Para ele, um bom jornalista nasce já com uma certa vocação para a profissão (“os maiores jornalistas de todos os países não tiraram o curso de jornalismo”, escreve Freire na página 20), mas é do seu interesse melhorá-la com uma educação conveniente. Freire afirma, por exemplo, que um bom jornalista tem de ter conhecimentos acerca de todas as áreas da vida em sociedade, algo que só uma cuidada educação pode dar. O mundo transforma-se – salienta ainda Freire, pelo que o bom jornalista tem de estar permanentemente actualizado.

A constituição típica de um jornal português dos anos trinta é igualmente referida nesta obra.

Diz João Paulo Freire que um jornal dessa época tinha duas divisões gerais: a redacção e a administração. A redacção é, por sua vez, dividida em várias secções: política, social, falecimentos, desporto, etc. Cada uma das secções, segundo Freire, exige a liderança de um técnico especialista, “que se faz acompanhar de redactores, repórteres e informadores da sua confiança” (p. 22). Nesta parte do seu livro, Freire não apenas evoca as categorias profissionais dos jornalistas portugueses no início dos anos trinta (por ordem hierárquica, redactores, repórteres e informadores), mas também, implicitamente, reconhece que a profissão jornalística possui um cunho técnico. No entanto, adverte o autor: “Não basta hoje, para a confecção de um jornal, o conjunto (...) de boas vontades. É necessário que a

essas boas vontades presida o saber, a competência, a cultura. Evidentemente, não se exige que um simples informador, ou mesmo um repórter, tenha uma cultura excepcional. Se a tiver, melhor. Mas requer-se que um chefe de redacção, um redactor categorizado, seja um jornalista com uma cultura geral e uma especialização, tanto quanto possível perfeita”. Num comentário, ontem como hoje já se observada a necessidade de especialização se não de todos, pelo menos de alguns jornalistas.

A administração é, por seu turno, segundo Freire, a “chave mestra dum jornal” (p.23). Dividida igualmente em varias secções, a administração terá que ser muito competente para que um jornal funcione bem, mas tem de estar perfeitamente separada da redacção: “Num jornal que mereça este nome, os empregados duma redacção não devem poder entrar na administração, nem os da administração na redacção” (pp. 24-25), escreve Freire, indiciando já o conceito de que o jornalismo é uma profissão com fronteiras e limites.

Além da administração e da redacção, um jornal, de acordo com Freire, tem de possuir uma boa biblioteca, uma secção de telefones e um competente sector de revisão, com revisores que aliem a sabedoria e o profissionalismo.

Na sequência do seu livro, João Paulo Freire critica algumas escolas de jornalismo norte-americanas por oferecerem, segundo ele, cursos por correspondência. Mas para chegar à escola de jornalismo ideal, Freire prefere retomar o tema das categorias profissionais dos jornalistas, excluindo as figuras especiais do chefe de redacção, chefe de secção e redactores principais. Relembra o autor as três categorias de jornalistas: os redactores, os informadores e os repórteres, cada qual com as suas responsabilidades, as exigências de cultura, o seu âmbito de acção e os seus vencimentos. “O informador é o que informa, sem responsabilidades de redacção. Repórter é o que se dedica à reportagem de acontecimentos com relativa responsabilidade de redacção. *Redactor* é o que toma, perante os chefes, a responsabilidade redactorial do que escreveram o repórter e o informador, ou o que ele próprio redigiu”, explica Freire (pp. 29-30). Assim, “Se há (...) responsabilidades diferentes, há, ou deveria haver, conhecimentos e cultura superiores. Logo, um curso para jornalistas tinha de ser *geral*

e superior.”, argumenta Freire. Mas, “Antes disso, tinha de se estabelecer (...) o regime de categorias e o salário mínimo. Não se compreende, por exemplo, que haja jornais onde os redactores ganhem menos do que os informadores doutros jornais”, salienta Freire, defendendo uma lei de imprensa que desse aos jornalistas liberdade absoluta, mas que também os punisse com rigor, em tribunais sumaríssimos; que impedisse a organização de jornais “à matroca, sem direitos nem deveres para com os seus servidores, sem organização profissional” e que assegurasse aos jornalistas reformas e protecção na saúde e na invalidez. Esta preocupação de João Paulo Freire tem, aliás, um tom bem contemporâneo, tantas as vezes que o Sindicato dos Jornalistas clamou, recentemente, contra a criação de empresas jornalísticas mal organizadas e com péssimos planos de negócio, que, ao falirem, atiraram e continuam a atirar para o desemprego milhares de jornalistas.

No penúltimo capítulo da obra, baseado no quarto dos artigos que escreveu no *Diário da Noite*, João Paulo Freire continua a abordar a questão da existência de escolas de jornalismo, embora, acusadoramente, tenha escrito que onde se tentaram criar “se caiu ou no fracasso ou na vigarice” (p. 37), ideia que à luz do que conhecemos hoje parece deslocada e injusta. Diz João Paulo Freire que “Uma escola de jornalistas não pode ser um curso de tretas, nem uma academia de larachas. Tem de ser um curso especializado, não para *improvisar* jornalistas, mas para completar o jornalista.” De qualquer maneira, João Paulo Freire continua a defender que deveria ser criada uma escola de jornalismo, com dois cursos: um geral e outro superior, em função das necessidades específicas de informadores, repórteres e redactores. Esta discriminação é muito vincada na mente de Freire, pois este escreve, talvez em sintonia com a conjuntura cultural da época, ou seja, da forma como, então, se olhava para o mundo: “Uma pessoa medianamente instruída (não digo culta) pode muito bem ser um jornalista informador ou um jornalista repórter. Mas se for apenas medianamente culta, já não deve aspirar a ser um jornalista redactor e muito menos um jornalista chefe ou um jornalista director. (...) Para um informador, o saber ler e escrever é o bastante. (...) Para um repórter, não é necessária uma cultura especializada, embora esta lhe não faça mal (...). Mas não ficaria

mal se ao repórter profissional se exigisse o 5º ano dos nossos liceus. (...) Mas para o repórter o que se exige (...) é que ele tenha vocação. (...) Pode ser-se ao mesmo tempo repórter e redactor e então ser-se-á um jornalista completo. (...) Resta-nos (...) o redactor (...) que, pela sua posição dentro dum jornal, necessita ser um homem culto. Para o informador e para o repórter, a vocação é tudo, o resto auxilia. Para o redactor, a vocação não basta. Necessita, além duma cultura geral, conhecimentos especiais (...) e (...) para ingressar no (...) jornalismo devia exigir-se-lhe, além dum curso, a devida especialização” (pp. 40-41). Que habilitações defende, então, João Paulo Freire para os redactores? O curso geral dos liceus, acrescido de um ano de “preparação jornalística” onde o candidato adquirisse conhecimentos sobre história do jornalismo, organização dos jornais e técnicas de redacção e, para quem tivesse “aspirações de mando e destaque” (p. 43), um curso superior de jornalismo, agregado ao de letras, com três anos de duração e com defesa de uma tese no final. O primeiro ano seria, essencialmente, dedicado ao estudo da história do jornalismo, da organização dos jornais e das funções sociais do jornalismo no mundo; o segundo ano seria dedicado à aquisição de competências e conhecimentos técnicos (redacção, impressão) e ainda ao estudo de aspectos básicos da administração das empresas jornalísticas; finalmente, no terceiro ano, abordar-se-ia a legislação da imprensa e rever-se-ia toda a matéria dada.

O último capítulo do livro é dedicado ao associativismo e sindicalismo jornalísticos. O autor considera que a Associação de Trabalhadores da Imprensa, que deu lugar ao Sindicato dos Profissionais da Imprensa, entretanto desaparecido para dar lugar à Caixa dos Trabalhadores da Imprensa, e o recém-criado, naqueles tempos, Sindicato Nacional dos Jornalistas “a que pertencem alguns jornalistas e outras pessoas que por tal se intitulam” (p. 46) não davam resposta às necessidades da classe. O autor defende, assim, a criação de um sindicato que agrupasse todos os trabalhadores da imprensa (por razões de força), repartidos por secções específicas, de acordo com o sector em que trabalhavam (tipografia, redacção, etc.), que agregasse uma caixa de pensões e reformas. Esse sindicato deveria ter um tribunal arbitral que resolvesse questões laborais, nomeadamente situações de incumprimento do contrato de trabalho.

Merece realce a preocupação de Freire com o futuro dos jornalistas, pois, conforme ele próprio escreve sobre a dramática situação dos jornalistas portugueses no início dos anos trinta, “Não se compreende que um jornalista que deu ao seu jornal 30, 40, 50 anos de esforço chegue ao cabo da vida esmolando a graça duns míseros cobres ou a complacência das empresas onde continua como um tropeço inútil e incómodo que só por caridade se tolera.” (p. 34)

Autor (nome completo): Patrícia Cristina Araújo e Jorge Pedro Sousa

E-mail: princesa1987_1987@hotmail.com / j.p.sousa@mail.telepac.pt

» Freire, 1939

Autor: Freire, João Paulo

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1939

Título completo da obra: O Diário de Notícias – Da sua Fundação às suas Bodas de Diamante. Escôrço da sua História e das suas Efemérides

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Diário de Notícias. Lisboa, 1939

Número de páginas: 419 (1º Volume) + 489 (2º Volume)

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: P. 2969 V.

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): João Paulo Freire nasceu numa pequena aldeia situada a cerca de três quilómetros de Mafra, a 14 de Setembro de 1885, e faleceu em 1953, em Lisboa. O seu enterro foi no Porto, a terra do seu coração e a cidade que mais o respeitou e amou. Foi jornalista e escritor, destacando-se pelo seu estilo combativo. O jornalismo de crítica e combate foi sempre a sua melhor arma e ficou mesmo conhecido como um jornalista que não só era respeitado como temido. Trabalhou para vários jornais, como *Campo de Ourique*, *O Distrito de Beja*, *A Ordem*, *A Nação*, *A Capital*, *Diário Ilustrado* e *Jornal de Notícias*. Neste último, escreveria as suas últimas crónicas pouco antes de morrer.

Índice da obra:

1º volume

Prefácio: p. 5

Capítulo Primeiro – Breve escôrço sobre a fundação, os seus primeiros números, a sua aceitação junto do público, como sentido de ligação entre

Livros LabCom

o passado e o presente: p. 11

Capítulo Segundo – O país ao findar o ano de 1914: p. 61

Capítulo Terceiro – De Janeiro de 1915 a Dezembro de 1918: p. 111

Efemérides do *Diário de Notícias* de 1 de Janeiro de 1915 a 31 de Dezembro de 1919: p. 127

Capítulo Quarto – De 1919 a 1926: p. 165

Efemérides do *Diário de Notícias* de 1 de Janeiro de 1919 a 31 de Dezembro de 1926: p. 187

Capítulo Quinto – De 1927 a 1938: p. 275

Efemérides do *Diário de Notícias* de 1 de Janeiro de 1927 a 31 de Dezembro de 1938: p. 313

2º Volume

Capítulo Primeiro – organização geral: p. 17

Capítulo Segundo – Descrevem-se minuciosamente as instalações do novo edifício: p. 109

Capítulo Terceiro – Uma publicação em curso: p. 119

Capítulo Quarto – Publicações que existiram: p. 155

Capítulo Quinto – Cultura económica e cultura científica: p. 175

Capítulo Sexto – A secção de edições: p. 189

Capítulo Sétimo – O que é, o que vale e o que representa, na vida social, desportiva e económica do País a iniciativa da “Volta a Portugal em bicicleta”: p. 223

Capítulo Oitavo – O que representa o *Diário de Notícias* na economia da Nação, como força construtiva: p. 237

Capítulo Décimo – O *Diário de Notícias* no Império Colonial Português: p. 255

Capítulo Décimo Primeiro – A Projectão do *Diário de Notícias* na cultura da Nação como força construtiva: p. 273

Capítulo Décimo Segundo – A inauguração da nova sede: p. 305

Efemérides: p. 429

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra é uma edição comemorativa das Bodas de Diamante do *Diário de Notícias*. No seu prefácio, é citado o

prefácio de outra obra relativa à fundação do *Diário de Notícias* e aos seus fundadores, da autoria de Alfredo da Cunha, director do jornal: “O *Diário de Notícias* é, portanto, o décimo jornal português, não oficial, que pode festejar as bodas de ouro desse consórcio espiritual com os seus leitores e cooperadores. E ao fazê-lo, sente-se com a energia e o vigor dos melhores anos da mocidade.” Esta obra reportava-se a 1914, ideia que seria ainda mais reforçada 25 anos volvidos por João Paulo Freire.

Ao longo de todo o livro, podemos ver várias ilustrações, gravuras ou fotografias que contextualizam a história do segundo mais antigo jornal português ainda em circulação. Eduardo Coelho, fundador do *Diário de Notícias* e seu primeiro director é a primeira figura destacada.

No primeiro capítulo, o autor fala dos primeiros números do jornal, bem como da sua fundação. Explica a ligação entre o passado e o presente através da aceitação do público. Este primeiro volume da obra é mais cronológico e descritivo do que o segundo, que acaba por ser mais analítico. As ilustrações permitem avaliar a evolução do jornal, como acontece, por exemplo, com o número de anúncios, em comparação a primeira edição, uma edição de 1914 e outra de 1939 (p. 27). Estes três anos, 1864, 1914 e 1939 são constantemente referidos como marcos na história do jornal – como é natural, tratando-se do ano da fundação, dos 50 anos e dos 75 anos, que se comemoram nesta obra. Mas este primeiro volume não se limita a ser descritivo, pese embora o tom elogioso. O autor destaca, uma vez mais, Eduardo Coelho: “é que não faz jornalismo quem quer, mas sim quem é de facto jornalista, e Eduardo Coelho era-o no mais alto grau desta especialidade comunicativa, social e mental.” As alterações gráficas são também analisadas aqui, com destaque para as mudanças nos cabeçalhos. (p.31) A crítica aos críticos e à pequenez de um país (já então) não passam ao lado desta obra: “Claro que, num país pequeno como o nosso, a inveja cria por vezes fundas raízes, e as más vontades surgem como cogumelos em terreno fresco. Foi o que aconteceu com o *Diário de Notícias*, cujos inimigos, despeitado uns, supostamente prejudicados outros, lhe começaram movendo uma guerra sem tréguas, nem sempre elegante, e, por via de regra, grotesca. E também já nesta altura, em 1939, João Paulo Freire encontra um vício no português que se mantém actual. Se hoje se queixam

alguns do anonimato de críticas que circulam na Internet e nos blogues, já naquela altura isso acontecia através de cartas: “Um dos grandes vícios do português foi sempre o uso e abuso da carta anónima, arma infame e infamante de que se servem todos quantos não conseguem estabelecer na sua atrasada mentalidade o domínio da dignidade e da honra.”

Como curiosidade, é referido também na obra, a iniciativa, entre outras, de em 1880 o *Diário de Notícias* distribuir, gratuitamente, a grande edição popular dos lusíadas – 30 000 exemplares.

Há lugar também para as inovações técnicas: “Em 1903, o *Diário de Notícias* começava a ser impresso em grande máquina rotativa de Augsburg, para jornais de doze páginas” (p. 53), escreve-se, com direito a fotos ilustrativas das referidas máquinas nas páginas seguintes (p.55).

A censura é também abordada nesta obra, que ao reflectir alguns acontecimentos noticiados no *Diário de Notícias*, acaba por revelar a história do nosso país, com especial relevo para primeira metade do século passado.

Na procura de depoimentos notáveis que abrangessem todas as províncias de Portugal, João Paulo Freire chega a obter resposta poética – *Jornalismo e Poesia* (p.275), por António Correia de Oliveira. A pergunta é sempre a mesma: “Qual tem sido a projecção do *Diário de Notícias* na cultura da Nação, como força construtiva?” – as respostas variadas, de Agostinho de Campos, Sousa Costa, Ferreira de Mira, entre outros, sempre com referências biográficas aos entrevistados em roda pé. Algo em comum todos mantêm, o tom constantemente elogioso ao *Diário de Notícias*, como referência do Jornalismo em Portugal.

Autor (nome completo): João Manuel Mesquita Pires Malainho
E-mail: JoaoMalainho@clix.pt

» Galvão, 1937

Autor: Galvão, Carlos

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1937

Título completo da obra: Imprensa Regional, Comunicação Apresentada ao Congresso Nacional da Imprensa Regionalista

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Mafra

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Tipografia Liberty

Número de páginas: 6

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: S.C. 11690/ /21 V.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: 56-1-30 (10).

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Carlos Galvão nasceu em 21 de Outubro de 1857 na freguesia de Azueira, Livramento, e era filho de Dr. Sabino José Maltês dos Anjos Galvão, que foi médico municipal naquela povoação, e de D. Maria José de Lima Galvão. Entre 1877 a 1881 frequentou a Academia Politécnica do Porto. Faleceu em Mafra, no dia 3 de Agosto de 1953, contando 96 anos de idade.

Índice da obra:

História do Jornalismo Mafrense - p.3 à 4

Cronologia das Publicações de Jornal de Mafra/Mafrense - p.4 à 5

Numeração de Jornais publicados, distinguidos pelo carácter regional e educativo - p.5

Nomes Prestigiados pelo Jornalismo Mafrense - p.6

Resumo da obra (linhas mestras): Este livro contém uma comunicação apresentada ao Congresso Nacional da Imprensa Regionalista, em Mafra.

Para o autor, este congresso é de um grande valor para toda a civilização e com ele o Jornalismo regionalista acabará por assumir um novo lugar na sociedade.

O autor revela no texto que a *Gazeta do Campo* foi o primeiro semanário em Mafra, tendo surgido a 1 de Janeiro de 1866.

Na direcção deste semanário estava Inocêncio de Sousa Duarte, patrocinado por um grupo político de grande peso no concelho. Surgiu, depois, o *Jornal Noticioso, Agrícola e Literário*, que foi bastante importante para a vila de Mafra, chegando a ser “porta-voz independente”. Após a saída de Mafra do principal redactor do semanário, este acabou e a vila encontrou-se durante vinte anos sem qualquer tipo de publicação.

Carlos Galvão revela, igualmente, que, a 3 de Junho de 1887 nasceu o *Jornal de Mafra*, sendo o seu redactor e proprietário o Jornalista Francisco Silva. Para Galvão, o jornal citou “curiosidades” devido ao seu sentido de crítica muito activo. Esse sentido crítico levou à publicação de *O Mafrense*, surgido para combater o *Jornal de Mafra*. *O Mafrense* começou a ser publicado a 25 de Dezembro de 1887 e terminou em 1894.

Apesar de envolvido em lutas políticas, *O Mafrense* não teve muito sucesso. Outra publicação em Mafra foi o Concelho de Mafra, na qual os redactores tentaram conservar o anonimato.

A 1 de Julho de 1896, em consequência dos artigos lidos no *Jornal Mafrense*, o povo revoltou-se contra a vereação municipal, invadindo, assim, os Paços do Concelho. Tornou-se, deste modo, importante a existência de um semanário que informasse o povo da “justiça das medidas camarárias”. Assim sendo, começou a publicar-se, a 16 de Agosto de 1896, a *Folha Mafrense*, terminando a sua publicação em Fevereiro de 1898.

Após a *Folha de Mafra*, seguiram-se outros jornais, que se distinguiram pelo seu “carácter regionalista educativo”.

O Despertar, apesar de muito bem redigido, teve “curta” duração. Em 1920 nasceu o *Liberal*, contando com a escrita de Aleixo Baptista Ribeiro, poeta mafrense, e com o Doutor Domingos Machado Pereira, na área de textos jurídicos. Este jornal terminou em 1924.

No entanto, ainda muitas mais publicações surgiram, continuando, porém, a ter vida curta.

O *Concelho de Mafra* foi, portanto, a publicação mais duradoura nesta vila.

No final do seu texto o autor recorda que a realização do Congresso Nacional da Imprensa Regionalista em Mafra deve-se a Júlio de Amaral, redactor do *Concelho de Mafra*.

O texto encerra-se com a menção de alguns nomes do Jornalismo Mafrense e ainda com os agradecimentos à Liga Regionalista Portuguesa, impulsionadora do referido congresso, que “ honra a vila de Mafra e afirma perante o país a acção civilizadora do Jornalismo Regional e Local”.

Autor (nome completo): Daniela Filipa Oliveira Rocha

E-mail: 15581@ufp.pt

» Gama, 1956

Autor: Gama, Eurico

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1956

Título completo da obra: Jornalismo Campomaiorense

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Coimbra

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Coimbra Editora

Número de páginas: 58

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: B 3810 P

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: D8-10-62

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Nasceu em Elvas, em 1913, e faleceu em 1977. Bibliófilo, editor, membro da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Academia Portuguesa de História. Colaborou em diversos jornais e revistas. Entre 1963 e 1969, foi director da Biblioteca Municipal de Elvas. Dirigiu e editou a colecção de estudos elvenses *À Sombra do Aqueduto*. Doou o seu espólio particular, de cerca de seis mil volumes, à Biblioteca Municipal.

Índice da obra:

Capítulo I: A modo de prefácio.....	7
Capítulo II: <i>O Campomaiorense</i> (1921-1923)	11
Capítulo III: <i>O Campomaiorense</i> (1924-1928).....	21
Capítulo IV: <i>O Campomaiorense</i> (1933-1934).....	33
Capítulo V: <i>O Noticias de Campo Maior</i> (1926-1929)	39
Capítulo VI: Antologia - I - Os Contrabandistas.....	49
- II - Evocações.....	55

Resumo da obra (linhas mestras):*Capítulo I (pp. 7-10)*

Neste capítulo introdutório, o autor Eurico Gama constata que, até ao momento, a Vila de Campo Maior apenas teve dois jornais: *O Campomaioirensense* e o *Noticias de Campo Maior*.

O autor identifica desde já o assunto que desenvolverá ao longo da sua obra, na medida em que nos diz que esses jornais “tiveram uma vida atribulada, por isso, efémera”.

Seguidamente, o autor refere o motivo que, na sua óptica esteve na base de todas as dificuldades para manter vivo um jornal na Vila de Campo Maior: a falta de uma tipografia.

Eurico Miranda considera, assim, que não foi por falta de leitores, jornalistas capazes ou capital que os jornais de Campo Maior desapareceram – “leitores, capital e colaboração não escasseariam por certo. Os primeiros – se não lhe chegassem os habitantes da progressiva e histórica vila, seriam bastantes com os campomaioirenses espalhados pelas sete partidas do mundo; o segundo – numa terra de gente rica como Campo Maior seria uma indignidade e uma afronta se faltasse; quanto há terceira – há na vila valores para o desempenho da missão, digo-o sem receio de cair no erro” (p.7).

Saliente-se, desde já, o modo temerário e comprometido como o autor fala da sua região e a forma acérrima e descomplexada como expressa os seus pontos de vista sobre o tema em questão.

Para sustentar esta tese, Eurico Gama lança mão de nomes como João António Dubraz, Lourenço Cayolla e João Ruivo, apontando-os como exemplo de grandes jornalistas da região que se impuseram a nível nacional, pelo seu talento.

Ao longo desta nota introdutória, o autor manifesta, por isso, a esperança de que um dia a Vila de Campo Maior recupere os seus periódicos: “espero que, ambos ou um só, voltem um dia a ver a luz da publicidade, para bem de Campo Maior, do Alentejo e da Nação” (p.8).

É de realçar, ainda, a referência a alguns dados estatísticos referentes a Campo Maior, descrita como “vila, sede de concelho rural, com uma área de 240 km², com uma população “de cerca de 8000 habitantes (...) e como

terra de lavoura, terra de pão e de vinho com arredores que são um luxo, realmente a Campo Maior fica bem o título de “Campo das Flores” (p.10).

Capítulo II (pp. 11-20)

Neste capítulo aborda-se aquela que é considerada a primeira fase da vida do jornal *O Campomaiorense*. São apresentados os seus criadores, os objectivos e a data da sua publicação.

Assim, o número espécime d’*O Campomaiorense* foi publicado “a 24 de Junho de 1921, figurando no cabeçalho como director e editor, Eduardo Ramos”. Este jornal era propriedade do Grupo Pró Terra Nostra e era impresso na Rua Manuel Gomes Estela, em Elvas (p.11).

Os seus responsáveis afirmavam ser sua intenção chefiar um jornal que divulgasse as notícias da terra e da nação e que adoptasse uma atitude de total independência em termos políticos.

Deste modo, Eduardo Ramos traça as directrizes do periódico: “Conhecendo-se em absoluto a necessidade de um periódico nesta localidade, que este possa enfim, despido de toda e qualquer cor política, defender os interesses desta região” (p.11). Na sua génese, o *Campomaiorense* vinha para “lutar lealmente, pugnando apenas pelos interesses locais e regionais, trabalhando para a construção do maravilhoso edifício que se chama *Progresso*, extinguindo no possível esses ódios pessoais que a sociedade apodrecida nos tem trazido” (p. 12).

Era um jornal cujas dimensões eram de 240*350mm, com 4 páginas e 4 colunas cada, normalmente em corpo 10. O preço da assinatura era de 1\$20 por série de 12 números, e avulso 10 centavos cada. Ao longo desta primeira fase da sua existência deve dizer-se que as dimensões, o grafismo e a direcção d’*O Campomaiorense* sofreram frequentes alterações – “Mudámos de cabeça para embelezarmos a nossa humilde folha, para lhe darmos umas tintas de novidade, de pitoresco, de bairrismo original” (p.14), sendo que, no entanto, continuava a proclamar-se politicamente independente. “*O Campomaiorense* não está filiado em nenhum dos partidos monárquicos, republicanos ou socialistas” (p. 15).

Esta era, contudo uma tese que Eurico Gama refuta constantemente, na medida em que afirma que o jornal sempre foi veículo de ideias republicanas.

No final deste capítulo, deve colocar-se o acento no anúncio da suspensão deste periódico, mais precisamente com o “número 62, saído em 30 de Outubro de 1923” (p.16), devido a problemas financeiros.

Paralelamente, Eurico Gama, apresenta uma lista de colaboradores do jornal, bem como o conjunto de artigos e folhetins que, no seu entender, são mais interessantes.

Capítulo III (pp. 21-32)

Neste capítulo, o autor propõe-se tratar da história da segunda fase de vida do jornal *O Campomaiorense*. Na verdade, começa por afirmar que este foi um periódico que deixou saudades ao seu público e à região - “a suspensão do simpático jornal foi lamentada por todos os campomaio-rensens que, embora não o tivessem acarinhado como deviam, sentiam agora a sua falta” (p.21) mas que felizmente veio a reaparecer

Deste modo, o jornal surge de novo a 24 de Fevereiro de 1924, tendo como director Telo da Gama, e passando a ser impresso na Minerva Comercial, Limitada, em Évora. “O formato manteve-se o mesmo mas a composição foi dividida em 4 colunas” (p.22). A sua publicação era feita com a colaboração de uma maioria de colaboradores que haviam participado na primeira série e o preço avulso 30 centavos.

Todavia, continuava a haver uma enorme instabilidade em termos do local de Impressão do jornal, das suas linhas editoriais e dos seus directores o que levou a que a regularidade da sua publicação fosse afectada e compromettesse a sua continuidade – A partir de 24 de Junho de 1925, o jornal começou a sair com certa irregularidade, publicando-se alguns números com o intervalo de um mês uns dos outros.

Apesar de se ter centrado em aspectos interessantes do quotidiano, através da publicação de artigos sobre o estado da nação e da região, nomeadamente referindo o “péssimo estado da rede de estradas e fornecimento de energia eléctrica à vila” (p.25), *O Campomaiorense* veio a desaparecer novamente em 15 de Abril de 1927, saído a 14 de Abril do ano seguinte o número 127 apenas para garantia de título.

De referir que Eurico Gama apresenta, novamente, nesta segunda fase, uma lista de colaboradores, artigos e folhetins considerados mais relevan-

tes. Ao mesmo tempo dá-nos uma panorâmica bastante interessante sobre a forma como, no nº 114 de 13 de Junho de 1926, apreciando a revolução ocorrida em Maio do mesmo ano, o director d'*O Campomaiorense* manifesta a sua alegria e esperança num Portugal melhor: “O exército reagiu e o exército venceu! Que em boa hora venha a sua intervenção!” (p.26), lamentando apenas a existência da Censura “Por coerência com o nosso passado, não podemos deixar de protestar contra a existência de Censura, que é sempre uma afronta à liberdade de pensamento” (p.27).

Capítulo IV (pp. 33-38)

Este é o momento escolhido por Eurico Gama para fazer, pela primeira vez, referência a um outro periódico que circulou na Vila de Campo Maior e que se intitula *Notícias de Campo Maior*. Contudo, apenas no próximo capítulo saberemos mais sobre este jornal.

Desta forma, o autor centra a sua atenção naquela que considera ser a terceira e última fase da vida do jornal *O Campomaiorense*. Com efeito, é dito que o jornal *O Campomaiorense* reapareceu em 31 de Março de 1933, tendo como director Marciano Alves e como tipografia a Tipografia Popular, em Elvas. O formato era, agora, mais pequeno e tinha por dimensões 425*295mm, dividindo-se as páginas por quatro colunas.

Na opinião de Eurico Gama, “sem abertamente se declarar um jornal político, não era difícil verificar, pela sua orientação, que representava mais um baluarte do Nacionalismo” (p.34)

“Até a suspensão deste periódico, saíram 31 números regularmente (...). O número 31 só veio a lume em 20 de Janeiro de 1935”(pp.35-36) e com ele terminou a vida do jornal.

Refira-se, mais uma vez, a crença inabalável por parte de Eurico Gama de que um dia a Vila de Campo Maior voltará a ter um periódico, pois como o próprio afirma “há em Campo Maior muito boa gente com qualidades para meter ombros a essa tarefa, sem dúvida espinhosa, mas sempre aliciante quando se ama entranhadamente a terra em que se nasceu.” (p.36). Esta é uma convicção vincada pelo autor ao longo de toda esta obra.

Capítulo V (pp. 39-48)

Este capítulo dá conta que *O Notícias de Campo Maior* surgiu num período coincidente com a interrupção, pela segunda vez, do jornal *O Campomaiorense*. Este jornal teve como suporte organizativo o Grupo Pró Terra Nostra e constituiu-se alicerçado nos elementos que haviam estado na génese d'*O Campomaiorense*.

Deste modo, o novo periódico apresentou-se com um aspecto gráfico bastante arejado, publicando quase sempre 6 páginas e algumas vezes 8, no formato de 370*255mm.

A sua direcção e os seus colaboradores eram bastante numerosos, o que “daria logo a sensação de que se tratava duma iniciativa em que nem um só pormenor teria sido descuidado. Afinal, em três anos de publicação, só saíram 38 números.” (p. 40).

A redacção e administração era em Évora e o primeiro número saiu a 1 de Junho de 1926, sendo dedicado a João Ruivo – “a alma e o cérebro do jornal”(p.40). Na sua maior parte, *O Notícias de Campo Maior*, dedicava-se aos assuntos locais e à literatura, com leitura variada e interessante.

Apesar de se afirmar independente politicamente, segundo Eurico Gama, este era também um jornal que se orientava pela trilogia: Pátria, República e Democracia.

João Ruivo, como já vimos, era a cabeça pensante deste periódico e afirma que este jornal não apresenta um programa de intenções, pretendendo apenas ser julgado de acordo com a sua qualidade – “O nosso programa será, pois, a obra que viermos a realizar: boa ou má; útil ou inútil – e que só o tempo, verdadeiro juiz, poderá julgar” (p.41).

Eurico Gama chama ainda a atenção neste capítulo para o facto de este jornal se caracterizar por alguma irregularidade na sua publicação. Segundo ele tanto saíam três números num mês, como só dois ou um, chegando até a haver meses em que não era publicado nenhum o que, quanto a mim, será de novo indicador da pouca estabilidade e consolidação da imprensa campomaiorense.

O princípio do fim deste periódico dá-se com a saída do seu mentor, João Ruivo, pois por motivos profissionais, este abandonou o projecto e, sem ele, tudo ficou mais difícil.

“O último número publicado foi o 38, em 1 de Junho de 1929” (p.43).

Como conclusão deste capítulo e, em certa medida, desta obra Eurico Gama afirma ter concluído um despretenso trabalho sobre o jornalismo campomaiorense.

Capítulo VI (pp. 49-58)

Este capítulo resume-se, em traços gerais, a dois artigos que se intitulam os Contrabandistas e Evocações. São assinados por Lourenço Cayolla e Celestino David, respectivamente.

No primeiro caso trata-se de um artigo retirado d’«*O Campomaiorense*» e, no segundo caso, estamos perante um artigo extraído do *Notícias de Campo Maior*.

O primeiro artigo versa sobre a actividade de contrabando que reinava entre a população da vila de Campo Maior e a vizinha Espanha.

Lourenço Cayolla recua até 1891 e afirma que “nesses tempos a situação financeira da Espanha, dividida por crudelíssimas guerras civis e dilacerada por tentativas revolucionárias era bem pouco lisonjeira.” (p.50). Assim, “tornava-se irresistível a tentação de se realizarem compras importantes nos mercados do país vizinho e de se aproveitar uma fronteira aberta de centenas de quilómetros, impossível de ser eficazmente fiscalizada, para furtar os artigos e géneros adquiridos aos direitos de importação. O contrabando tomou as proporções de uma grande indústria.” (p.50)

No que diz respeito ao segundo artigo, trata-se de uma evocação de Celestino David à vila de Campo Maior, em que este fala do seu percurso e recordações da região – “Quando se vai a caminho da velhice, recordar é um doce prazer.” (p.55). Este, aproveita o facto de colaborar com o *Notícias de Campo Maior*, para se lembrar de “mil imagens diferentes e queridas” (p.56). No fim de contas, como o próprio refere dado passo neste texto “É o tanger das saudades. É a invocação do passado que não torna” (p.57).

Autor (nome completo): Ana Isabel Moreira Couto
E-mail: ana-couto@hotmail.com

» Gamboa, 1822

Autor: Gamboa, Hipólito [Doutor Hipólito Gamboa, possivelmente pseudónimo.]

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1822

Título completo da obra: A Corcundice Explicada Magistralmente, ou Resolução de Dos Problemas Interessantes a Respeito dos Corcundas

Tema principal: Liberdade de Imprensa

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Oficina de Simão Thaddeo Ferreira

Número de páginas: 28

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: HG15081 P

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): -

Índice da obra:

Preambulo: pp.3 - 9

Problema I. Que coisa seja um Corcunda: pp.9 - 15

Problema II. Quem são os verdadeiros Corcundas?: p. 15 - 28

Resumo da obra (linhas mestras):

1.Preambulo

Este livro começa por nos descrever o entendimento humano e a sua vontade e os direitos em descobrir as verdades ocultas, enriquecendo o mundo com descobertas mais úteis, cultivando as ciências e renovando a linguagem dos homens.

Ao longo do texto, são feitas referências aos Corcundas, Corcundinhas e Corcundíssimos. Segundo o autor, é sempre um mistério, uma alegoria,

Livros LabCom

tentar definir o que é um corcunda, denominação pejorativa dada pelos liberais aos adeptos da Monarquia Absoluta. O autor conota os corcundas com o “pobre religioso” que “caminha da casa do moribundo para o seu convento” e com “homem sábio”, “homem sisudo”, “cidadão pacífico e cristão edificante”, “eclesiástico exemplar”, “religioso modesto”, “personagem de alta consideração e de conhecimentos luminosos”.

Não tendo o autor conseguido explicar tal significação, foi desabafar com um amigo. Considera, igualmente, que a conversa que então teve foi suficientemente proveitosa para ser comunicada aos seus compatriotas e para instruir os ignorantes.

O autor conta, também, que:

“Quis manter escrita a interessante conferencia a algum redactor, para inserir no seu Periódico, a título de Artigo Comunicado ou Noticias Nacionais: porem uma instrução esfarrapada, que tenho de químico, me faz temer a fermentação, que podia resultar da mistura de elementos heterogéneos, lembrei-me; que a curiosa Gazeta Universal aonde não entram os alcalinos, podia sem perigo satisfazer o meu empenho, mas não quis incomodar o meu Redactor, que no Tribunal do Publico anda em actual Livramento pelo horroroso crime, que cometeu em publicar a Pastoral do Patriarca, e usar no Preâmbulo da escandalosa palavra rebanho que por seu volume não pôde entrar pela goela de um pato ainda que tivesse saído pela delicada garganta de uma cândida pomba que voou do Coe. Ora Patates em lamentos: dizia directamente um Oficial de Estudante de Universidade com exercício do passeador das ruas de Coimbra.

Resolvo-me pois a dar eu mesmo ao prelo a corcundice explicada. Queira deus que não esteja a Imprensa ocupada com alguma babosice, como é de bico a rabo a célebre Resposta à Pastoral do ex-patriarca de Lisboa, assinada por J.A.F. Ouvi dizer, que o nome é suposto, e que a eloquente peça fora composto por um curioso Aguadeiro junto ao chafariz do Carmo, nos intervalos de esperar vez para encher o seu barril. Não se faz incrível a notícia a quem confrontar imparcialmente o carácter de um tal autor com o merecimento da obra”.

Tentando, responder, ao seu problema número 1, “Que coisa seja um corcunda”, o autor explica que o corcunda é um homem a sua imagem e semelhança, que comunica aos seus semelhantes as “afeições ocultas da alma”, porque a natureza reservou-lhe o regulamento de certos sons, para

significarem perpetuamente as internas impressões ingratas.

A definição de corcunda tem uma “enxurrada de nomes”. Corcunda é como um diamante lapidado com valor desconhecido; é um bicho careta incluído numeroso exercito de mascarados cujas funções são bem patentes. No sentido próprio, corcunda é aquele desgraçado de elevação monstruosa com o corpo em linha curva. É no sentido metafórico oprimido pelo terror das próprias paixões, de alma curvada para o crime, para o vício. O corcunda em sentido abusivo é considerado ocioso, tolo, ou um rapaz de rua. A estas designações, a corcundice “só pode ser mensurável pelo ódio, raiva, furor, a loucura dos próprios inventores”.

O corcunda é um “cidadão pacífico composto ao insulto, à inocência dirigida com a calúnia”. É um religioso que usa um hábito podre, que vive recolhido, e gasta as suas manhas na igreja em desempenho do Mistério Santo. É um cristão devoto, um honrado militar, um sério português, um “cidadão temente a Deus, que não aplaude a frase incendiária de certos Periódicos, e não concorre com a bendita esmola, para ajudar a viver os seus piedosos Redactores”. Um homem pacífico se depara com a grosseria e maledicência que lhe é dirigida.

O autor continua dizendo que desde que o grito da liberdade suou, nasceu uma Constituição vantajosa ao homem sociável. O amanhecer da nação trouxe dias de felicidade. Para ele, “o equilíbrio entre as atribuições do Monarca, e da nação, defende o homem livre, planta a justiça, castiga o crime e protege o cidadão de todas as violências”.

Seguidamente, o autor tenta resolver o seu segundo problema: “Quem são os verdadeiros corcundas?”

Existem muitas definições de corcundas, e só é de lamentar e má aplicação deste nome alegórico. Estes “não merecem o nome de corcundas; e seria melhor honrá-los com o nome de crocodilos, pelas ternas lágrimas que derramam sobre a presa devorada”.

É um “verdadeiro corcunda, aquele que se afasta da rectidão da lei com uma tortura sistemática para o vício”. Mas qualquer que seja a lei, a religião católica é ordem de todas, auxilia e protege intimidando em nome de Jesus Cristo, e todas concordam com ela mesmo não gostando de tanta clareza por temor das consequências”.

O culto religioso da nação “quer, determina, e manda legalmente, que essa religião santa seja a religião dos portugueses, inclusive, reconhece, decreta essa mesma religião, num artigo bem claro, para ser base, fundamento, alicerce do majestoso e edifício da Constituição. A religião católica existe há dezoito séculos e reconhece no bispo de Roma jurisdição verdadeira, ordenando aos fiéis o respeito aos seus, obediência, devoção”.

Que coisa é essa de nação Portuguesa? É a união moral, constitucional, um pacto espontâneo, voluntário, solene que resulta num ajuntamento de todos os indivíduos debaixo de uma forma de governo, com sujeição de novas leis. Todos os cidadãos portugueses têm a plena fruição dos direitos do homem livre, a eleição da vontade para aderir aos sistema constitucional, mas ser católico não é um título honorário de impostura, viver sem religião é desobedecer à lei, por impedimentos à união da grande família Portuguesa”.

O autor fala, mais à frente, do papel calunioso dos jornais políticos do Portugal vintista:

“Mas, que vejo praticado notoriamente à face de toda a nação Portuguesa na brilhante aurora da sua regeneração política? uns homens que a título de instruir o público pegam a pena para arremetrem um furioso com uma espada na mão; e depois corta aqui, corta ali, corta acolá: estocada neste, cutilada naquele, golpe mortal naqueloutro: fere, mata, degola: queixa-se quem se queixar, perca a honra quem a perder, seja difamado quem for. Ande embora o nome do inocente arrastado pelo pavimento dos botequins, pelo chão inundado das tabernas, pelas estações lamaçais das praças, em volta da infâmia, e calcado aos pés de homens indignos. Triunfante a calúnia, o ódio, a vingança, com o auxílio eficaz dos periódicos, que sem distinção de factos verdadeiros, ou falsos, certos ou duvidosos, sinceros ou exagerados estão prontos a ser os instrumentos da malevolência, e trombetas sonoras da rival mordacidade.

Diga agora Portugal, falem os habitantes do globo civilizado; pergunte-se às mesmas feras a quem a natureza imprimiu declarações amigáveis para os seus semelhantes, se já mais aconteceu um procedimento, que seja tão irregular e escandaloso! Acaso realizou-se a vida selvática sonhada pelo Ímpio Hobbles com a aparição desse homem fera, que foi criatura imaginária do seu delirante cérebro? Perdeu a humildade, as essenciais atribuições que lhe designou o sábio criador do Universo? Trocaram-se em armas ofensivas todos os vínculos da vida social, o amor, a compai-

xão, a beneficência, a ternura, a urbanidade? Extinguiu-se a brilhante luz, que até resplandeceu nos descer dos mais incultos e medonhos para que os homens todos lessem o eterno código da Natureza: quod tibi non vis, alteri ne facias? Riscou-se do evangelho a segunda parte do grande preceito da caridade: diliges proximum tuum sisut te ipsum? Cidadãos contra cidadãos invadindo os bens mais apreciáveis do homem honrado com desprezo da Constituição regeneradora que os mantêm? Com o abandono de todas as leis? Com a ofensa do glorioso epíteto de homem sociável? Que respondem os senhores redactores?

Responderam talvez uns com riso de mofa, outros com uma olhadura medonha, mas alguns dirão com mais humanidade que a lei faz responsável os autores dos artigos comunicados. Não o nego. Porém, dar armas ao matador, e ser participante do seu crime, ajudar o ladrão e concorrer para a injustiça, dar à estampa a acusação do impostor e ser instrumento de calúnia. Dirão também, que o cidadão invadido nos seus direitos pessoais pela liberdade da imprensa, acha na mesma imprensa o meio eficaz de uma completa indeterminação. É falso. O vestígio precioso lavado da nódoa perde o lustro, a ferida corada deixa a fidelidade da cicatriz. A fama que uma vez foi manchada, fica sendo na opinião popular indemonstrado”.

No final, o autor dá concelhos aos redactores de periódicos:

“Senhores Redactores, outro officio ou emendar os erros do officio. Gozem da liberdade da imprensa, mas finjam de cooperar para o sei abuso. A mãe pátria ama ternamente os seus filhos, não quer a amargura dos seus filhos, não consente o desperdício do seu bom-nome, se não quando a justiça o manda por meios legítimos, e autoridades competentes. A segurança do sistema constitucional exige que se acabe por uma vez essa impolítica guerra civil, em que as penas de escritores públicos servem de espadas para levar a dor até o coração de tantos portugueses beneméritos. A nossa Constituição política fundada sobre a base da religião católica Apostólica Romana, jamais poderá aprovar uma praxe, que a mesma religião condena. Outro officio, ou emendar os erros do officios. Aliás; estão tortos, inconstitucionais, corcundas e corcundíssimos”.

Autor (nome completo): Gustavo Frias Pollmann
E-mail: GustavoPollmann@gmail.com

Livros LabCom

» Gândara, 1956

Autor: Gândara, Alfredo

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): 1955

Ano de publicação/impressão: 1956

Título completo da obra: A Imprensa Regional ao Serviço da Nação
(Separata da revista ilustrada Portugal d'Aquém e d'Além Mar)

Tema principal: Teoria do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Tipografia Silvas, Lda.

Número de páginas: 16

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: i3-5-28-P1-(16)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Alfredo Ferreira de Oliveira Gândara nasceu em 13 de Setembro de 1896, na Marinha Grande. Foram seus pais Joana Ferreira Gândara e João de Oliveira. O pai de Alfredo Gândara era vidreiro e a mãe possuía uma pequena loja. Frequentou na Marinha Grande o ensino oficial e obteve como autodidacta toda a sua considerável formação posterior - graças à qual veio a investigar, a realizar conferências públicas e a ser, a partir de 1962, membro do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia.

Em 3 de Outubro de 1917, torna-se *amanuense* da administração municipal, sendo o facto noticiado pelo *Marinhense*, provavelmente o primeiro periódico em que colaborou. A partir de 1921, ano em que vai para Lisboa munido de uma recomendação ao director d'*O Século* passada pelo escritor e pedagogo republicano João de Barros (de ascendência marinhense e que o prefaciará em 1954), começa a trabalhar neste jornal. Manter-se-á ligado a *O Século* até à aposentação, em 1972, aí tendo dirigido durante muitos anos a secção *O Século nas Províncias*. Foi, igualmente, redactor da Emissora Nacional e da agência noticiosa

alemã DNB, tendo ainda deixado colaboração dispersa por vários outros media, nacionais, regionais ou locais – por exemplo, em 1961 a revista *Portugal Daquém e d'Além-Mar* inclui-o na galeria dos seus colaboradores mais assíduos. Dirigiu, ainda, a publicação *Boletim Cultural de Informações*.

Gândara foi um activo cidadão situacionista. Durante os anos 1950, foi procurador à Câmara Corporativa e secretário da respectiva Mesa, bem como, por duas vezes (1956 e 57), membro da delegação portuguesa às Conferências Internacionais do Trabalho, promovidas pela OIT. Pertenceu, ainda, por diversas vezes, à direcção do Sindicato dos jornalistas, à qual chegou a presidir, em 1955, tendo-se batido, no princípio dos anos 50, pela instituição do contrato colectivo de trabalho da classe (unindo-se para o efeito, segundo afirmou posteriormente, a colegas que pensavam “de maneiras diferentes” da sua). Pela mesma altura (1951) é incluído entre as figuras *luso-brasílicas* que a Associação Brasileira de Imprensa convida a visitar aquele país – embora não tenha chegado a efectuar tal visita. Foi condecorado Oficial da Ordem de Cristo.

É provável que os primeiros textos de Gândara referindo o passado marinhense e vidreiro datem de entre 1921 e 1926, inclusive. Na verdade, surgem nessa altura n’*O Século nas Províncias* (secção de que era já responsável) notícias sobre a Marinha Grande não provenientes do correspondente local e contendo alusões à história marinhense cujos estilo, temática, conhecimentos e opiniões implícitos e explícitos são facilmente reconhecíveis noutros textos (assinados) do autor. Acresce ainda o facto de este ter, em Abril de 1923, participado num ciclo de conferências promovido pela Comissão Administrativa da Fábrica, proferindo uma palestra intitulada *Vidraria, Profissão de Beleza* – o que demonstra que já nessa altura Gândara tinha o vidro por objecto de estudo. Por outro lado, é a partir de Maio de 1924 que desenvolve, simultaneamente no anarquista *A Batalha* e no monárquico *Correio da Manhã* (dois jornais que, embora por razões bem diversas, combatiam com igual veemência o governo republicano), uma campanha pela permanência da Fábrica, cujo fecho, possivelmente seguido de venda, o mesmo governo acabara de anunciar.

Gândara enfrentou deste cedo o infortúnio da progressiva perda de visão. No seu último opúsculo, ditado a um familiar, refere o facto de lhe estar doravante barrado o acesso aos documentos, sendo obrigado a citar “de memória”. Faleceu em Lisboa, a 5 de Fevereiro de 1979.

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra é a versão escrita da conferência proferida pelo autor no dia 1 de Dezembro de 1955, na Casa do Concelho de Gouveia (Lisboa), no âmbito do seu terceiro aniversário, sob a direcção do Dr. António Alçada, Presidente do Concelho Regional.

Segundo o autor, a Imprensa Regional é uma realidade activa do Estado, com duas exigências psicológicas: a curiosidade de saber o que se passa no mundo e na “casa do vizinho”; e a “ânsia da universalidade”. Foi devido a estes motivos que nasceu o que muito caracteriza, segundo o autor, a época em que vivia: a propaganda.

O autor pensa que a Imprensa é o espelho de um povo, sendo que um jornal depende das preferências dos leitores, o que constitui a força e a fraqueza do jornalista. No entanto, para Gândara, o jornalismo não se mede pelas tiragens, visto haver semanários locais de grande peso na vida nacional, como é o caso de *O Povo de Aveiro*, de Homem Cristo.

Alfredo Gândara considera que a Imprensa Regional consegue aprofundar mais o conhecimento das regiões, o que somado aumenta o conhecimento nacional, ao contrário da imprensa nacional, que se dilui no espaço. Outra condicionante da grande Imprensa, explica Gândara, será o tempo, fazendo cativos os profissionais que não possuem tempo para meditação, sempre com pressões externas que condicionam o pensamento. Refere também o autor que no outro extremo estará o pequeno jornal, “campo sereno e calmo de meditação”.

Gândara lembra que Portugal deve muito à Imprensa Regional, referindo que os grandes homens de letras e muitos políticos de relevo se iniciaram em gazetas de comarca. Tal foi o caso do Dr. Augusto de Castro, de João de Deus, de Eça de Queirós, de Fialho de Almeida, de António Nobre, de António de Oliveira de Salazar, do Cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira e muitos outros “povoadores do panteão mental”, como Almeida Garrett, António Sardinha e Teófilo Braga. Grande parte dos

jornalistas descobriram a sua vocação nos jornais das regiões, sustenta o autor. À imprensa regional se deve “o enriquecimento do património espiritual, moral, científico e estético da nação”, fortalece Alfredo Gândara.

Segundo o autor, a obra dos jornalistas de imprensa diária dura apenas 24 horas, ao contrário da do jornalista regional e local. Este, sendo a voz do adro e “arauto do bairrismo” transforma-se num enriquecedor da nação. O pequeno semanário “ensina, acorda consciências, associa vontades, pede, reclama, aconselha, protesta”, argumenta Gândara, sendo uma autêntica ponte entre as regiões e a capital.

Alfredo Gândara considera, ainda, o papel mais que muito importante da imprensa regional “na defesa e propagação da ideia, credos e de posições mentais”. Refere, também, que “as publicações locais eram escutadas como oráculos”. Só que, infelizmente, no diagnóstico de Gândara, os jornais regionais e locais, “riquíssimos repositórios de talento” estavam a desaparecer, embora ainda existissem alguns de grande relevo intelectual, como, diz o autor, *A Soberania do Povo*, fundado em 1879 por Albano Homem de Mello e mantido em 1955 pelo seu bisneto, o Conde de Águeda, Manuel José Homem de Mello. O autor lembra que o pequeno periódico muitas vezes é acusado de cheirar a botica, mas existe uma grande compensação com o que “muito de nacional e universal” nele encerra. “O seu poder persuasivo é perfurante”, salienta Gândara, cumprindo “a exortação de S. Paulo aos Tessalonicenses: “Não deixeis morrer o espírito”.

Alfredo Gândara define determinados “ingredientes” que o jornal da província tem de ter para encarnar “o pedaço de Portugal onde exerce a sua acção, o seu magistério”. São eles: “o modo de ser”, uma tradição, uma atmosfera, uma personalidade; (...) o solo, os monumentos, a paisagem – a dos Seres e a da Natureza”.

O autor termina com uma referência à filiação corporativa dos redactores dos jornais não diários, pensando que o seu lugar terá de ser no Sindicato Nacional dos Jornalistas que, ao momento, preparava estatutariamente o seu ingresso. Assim, a pequena imprensa deve, segundo Gândara, ter o seu núcleo no Sindicato, para que melhor possam “cuidar

dos interesses privativos, perfeitamente distintos” da grande imprensa. Todos os jornalistas (regionais e nacionais) “estarão associados sobre o mesmo tecto”, vivendo “como amigos, como irmãos (...), na tarefa comum de servir e engrandecer a Pátria”.

Autor (nome completo): Rui Manuel de Matos de Noronha e Ozório

Email: ruy_ozorio@hotmail.com

» **Gastão, 1959**

Autor: Gastão, Marques

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1959

Título completo da obra: A Nobre Condição do Jornalista Diante da Literatura

Tema principal: Teoria do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): -

Número de páginas: 32

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: P.6379 P.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: y7-5-5-(25)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): -

Índice da obra: [Não tem índice]

Prefácio do Presidente da Associação da Imprensa Estrangeira em Lisboa, Luiz Mendez Dominguez - pp. 7 - 8;

Preâmbulo sobre a natureza do Homem, o jornalista e a literatura - pp. 9 - 12;

As qualidades do jornalista e o ensino do jornalismo - pp. 13 - 14;

A competição no jornalismo e o seu resultado - pp. 15 - 16;

Como a notícia deve ser colocada perante o leitor pelo jornalista vocacionado - pp. 16 - 17;

O jornalismo como obra de arte - pp. 18 - 19;

As diferenças entre a literatura e o jornalismo - pp. 20 - 23;

A arte da reportagem - pp. 23 - 26;

Formas do jornalismo como literatura - pp. 27 - 28;

A acção do jornalista perante a sociedade - pp. 29 - 32.

Livros LabCom

Resumo da obra (linhas mestras): O livro aqui resumido corresponde ao texto de uma conferência do autor, Marques Gastão, no círculo de Imprensa Italiana, em Roma, e na sala de Imprensa do SNI.

O autor começa por acentuar que o jornalismo norte-americano e britânico podem servir de exemplo para o jornalismo de outros países, embora também reconheça algum exagero à afirmação.

Embora lembre o papel de Pulitzer na afirmação e ensino do jornalismo, o autor diz que o seu objectivo ao escrever a obra não é destacar o ensino do jornalismo. Segundo o autor, há quem defenda que o jornalista nasce feito e há quem pense que o jornalista se faz através do ensino, como nas outras profissões. Todavia, Marques Gastão não deixa de expressar a sua convicção segundo a qual os jornalistas comuns, mesmo quando ensinados, não chegam a ser autênticos, pois estes últimos têm qualidades que os jornalistas comuns não possuem.

O autor admite que pode parecer contraditório, mas recorda, mais uma vez, o próprio Pulitzer, que defendia o ensino universitário do jornalismo mas que se questionava sobre se todas as condições necessárias para ser jornalista podiam ser aprendidas, visto que várias delas tinham de ser qualidades intrínsecas. “O jornalismo não é uma profissão que se aprende como as outras profissões, pois é preciso improvisar, arrojo e audácia”, escreve Marques Gastão. Para o autor, o jornalista não pode ser uma pessoa indiferente ao que se passa à sua volta, “tem de ser dinâmico, extrovertido e apaixonado pelo que faz”. Desta forma, “não se faz um jornalista como se faz um engenheiro ou doutor”. Desse modo, o autor questiona: “se o jornalista autêntico tiver todos os requisitos de Pulitzer, para que precisa do ensino?”

Marques Gastão afirma que há jornalistas que marcaram o seu lugar no mundo jornalístico sem o ensino universitário. Mas, aqueles que estudam e desde cedo não mostram qualquer valor intrínseco para a profissão, irão falhar no futuro. Para o autor, apesar das escolas de jornalismo que existem na América e na Europa, o estudo não passa de exercícios de redacção, faltando muita prática a quem sai de lá formado.

Gastão lembra também a forte competição que existe no jornalismo, de onde pode surgir o melhor, mas também o pior, criticando “a ânsia das

novidades especulativas” que provocam o aumento das tiragens, o industrialismo jornalístico que se sobrepõe ao idealismo.

Passando, seguidamente, às relações entre jornalismo e literatura, tema que dá mote ao título da obra, Gastão defende que, no essencial, o jornalista precisa de ser capaz de expor ao leitor notícias de forma concisa, clara, veemente, pitoresca e exacta, para serem entendidas e compreendidas sem erros, mas, apesar de tudo, o *acto de criação* do enunciado jornalístico é um acto de criação. O autor cita mesmo António Olinto, que afirmava que o jornalismo tem as mesmas oportunidades para criar obras de arte, como as outras artes.

Para António Olinto, os poetas e escritores valorizam a sua criação acima de tudo, ignorando a possibilidade que o jornalista também tem para criar, até porque a matéria-prima do trabalho do jornalista é a mesma que o poeta e o escritor usam – a palavra. O jornalismo, para Gastão, pode ser uma espécie de *literatura diária*.

Marques Gastão considera que a única ingratidão para o jornalista é a falta de permanência da notícia, pois esta, ao longo do tempo, tende a perder a sua força, pelo desvanecimento do seu carácter de novidade: “O que pode torturar o jornalista é a permanência. Ligado ao tempo que flui, à notícia que, um dia depois, é capaz de perder a força, sente-se preso ao imediato, à transitoriedade. É preciso, contudo, que ele compreenda o que é *Notícia*. No plano mais alto, notícia (...) é tudo o que insuflando-se nas palavras, busca uma comunicação”. Assim, o importante no trabalho do jornalista seria, para o autor, que as notícias que faz tenham algo de intemporal, para terem sempre a mesma força.

Para Gastão, a grande diferença entre a literatura diária e a literatura de sempre está na reacção do leitor. A literatura diária, própria do jornalismo, dá lugar a uma reacção imediata; a literatura de sempre gera a sedução da posteridade.

Apesar de tudo, Marques Gastão também acredita que as circunstâncias profissionais e os objectivos informativos dos meios jornalísticos limitam artisticamente o jornalista. Ainda assim, diagnostica que determinados jornalistas cultivam a técnica vocabular e um estilo, enquanto outros não o fazem. Seria errado, portanto, dizer-se que o jornalista não

pode ser um artista, até porque “nem todos os poetas escrevem poesia”.

O autor cita, mais uma vez, Olinto, que afirmava que “os jornalistas, poetas e escritores colocam a sua arte num lugar pior que numa organização – ao serviço de uma ortodoxia”, mas para todos, o que importa é a permanência e importância da linguagem.

Marques Gastão defende, assim, em tese, que o trabalho de opinião elaborado por um jornalista pode ser elaborado com arte. Neste caso, o jornalista, enquanto homem com opinião, deve mostrar as coisas como são, mas também fazer as pessoas pensarem. Tanto o jornal como os romances são reflexões sobre a sociedade.

A reportagem, segundo Gastão, também permite a expressão jornalística com arte. A propósito, faz novo paralelo com a literatura. O autor socorre-se, neste ponto, mais uma vez de Olinto, que no seu livro *O Sentido da Reportagem* explica que embora uma reportagem ou uma notícia façam reviver momentos do quotidiano, com sentido no imediato, uma obra literária pode também morrer com o tempo. Assim, para Gastão, um verdadeiro jornalista consegue fixar a notícia no tempo, tal como um escritor fixa a sua obra. Foi assim, naturalmente, que surgiram os livros de viagem elaborados por jornalistas, explica o autor.

Marques Gastão considera que o jornalista deve contemplar as situações e senti-las da mesma forma que as pessoas sentem. A partir daí, precisa de transformar essas sensações em palavras de uso diário. No entanto, seguindo as regras, não pode transpor para o seu texto as suas emoções, como o escritor faz, o que não o impede de redigir com arte. Aliás, para Marques Gastão nem todos os jornalistas estão viciados na rotina, pelo que as emoções, muitas vezes, aparecem mais sinceras e profundas no texto jornalístico do que num romance. Marques Gastão afirma, porém, que o jornalismo, para assumir uma forma mais literária, sujeita-se à descrição e narração, mas não pode fugir da realidade, ao contrário da ficção.

De acordo com as regras, o jornalista que escreve tenta colocar o leitor numa posição “visual” para compreender o acontecimento. Tem de questionar: “Que coisa aconteceu? Quem provocou a coisa acontecida? Onde foi? Porquê? Para quê?” São estas, segundo Gastão, citando Olinto, as perguntas que têm de ser respondidas na notícia. Uma obra literária não

necessita de responder a estas questões todas.

Para Marques Gastão, a reportagem é também um conto, recolhendo factos e pessoas, de incidências boas ou más, para criar no seu próprio enredo, o que a torna próxima da literatura. Todas as reportagens são, para Gastão, contos que o jornalista escreve mas com dados actuais e factuais. O contorno literário e artístico na reportagem obtém-se, diz Gastão, através da utilização de uma linguagem pessoal pelo jornalista. Inclusivamente, o autor recorda que o hábito da reportagem contribuiu para muitos jornalistas poderem escrever jornais.

Realçando pontos cruciais da teoria do jornalismo (relação entre jornalismo e realidade, valores, ética, pressão do tempo e do espaço, constrangimentos organizacionais, rotinas e “vícios profissionais”...), Marques Gastão conclui que, face ao que foi dito, devem acabar os preconceitos contra os jornais e jornalistas capazes de redigir com arte sem fugir aos factos: “o que certos preconceitos procuram anular no jornalista ou no escritor de jornal não é a essência do jornalismo. O que se torna necessário para nós, jornalistas ou escritores de jornal, é que precisamos de manter uma permanente vigilância sobre nós mesmos; sobre o modo como se aproxima da realidade, sobre o seu senso de valores, como sobre a sua mistura de resistência e adaptação à pressão do tempo, do espaço e do público. (...) Gostaríamos, de resto, que alguns dos que combatem o jornalismo e os jornalistas e até aqueles que negam ao jornalismo a classificação de Obra de Arte, eles que não são *Escritores de Jornal* (...) se vissem dentro da fogueira onde arderam também Jack London, Chersterton, Hemmingway e tantos mais” (p. 32).

Autor (nome completo): Rita Daniela Alves Pereira

E-mail: ritapereira87@gmail.com

» Germano Cunha, 1893

Autor: Germano Cunha, José

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1893

Título completo da obra: Jornalismo no Distrito de Castelo Branco.
Resenha Histórica

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Fundão

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Tipografia da Beira Baixa

Número de páginas: 36

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: P. 8062 V. T.R. 1831//3 V.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: O1-2-79

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): José Germano da Silva Pereira e Cunha, jornalista e poeta, natural de Castelo Branco nasce a 1839 e morre no Fundão em 1903. Ainda novo colaborou em prosa e verso no *Almanaque de Lembranças* e depois em vários jornais. Fundou o *Apóstolo da Verdade*, que no ano de 1870 começou a ser publicado no Fundão. Criou também o *Jornal do Fundão* (1898) e o *Unhais da Serra* (1900).

Tem várias publicações, especialmente sobre a terra onde nasceu, tais como *A propósito da Monografia de Castelo Branco*, *Jornalismo no Distrito de Castelo Branco (Resenha História)* e *O Fundão* (breve notícia, com gravuras).

Índice da obra: [Não tem índice]

Resenha Histórica pp. 5-6

I – Sentinela da Liberdade pp. 6-8

II – O Comércio da Covilhã pp. 8-9

- III – A Estrela da Beira pp. 9-10
- IV – A Sentinela da Liberdade pp. 10-11
- V – Eco Operário pp. 11-12
- VI – O Apóstolo da Verdade pp. 12-13
- VII – O Covilhanense pp. 13-14
- VIII – O Campeão da Beira pp. 14-15
- IX – O Clamor Popular p. 15
- X – O Anunciador da Beira p. 16
- XI – O Correio da Beira pp. 16-17
- XII – A Defesa p. 18
- XIII – O Penamacorense pp. 18-19
- XIV – O Entusiasta pp. 19-20
- XV – O Artista p. 20
- XVI – O Covilhanense pp. 20-21
- XVII – O Heitor Pinto p. 22
- XVIII – Jornal da Sertã pp. 22-23
- XIX – Correio da Covilhã p. 23
- XX – O Resumo p. 24
- XXI – O Distrito de Castelo Branco pp. 24-25
- XXII – O Correio das Províncias p. 25
- XXIII – O Albicastrense p. 25
- XXIV – O Certaginense p. 26
- XXV – 6 de Setembro de 1891 p. 26
- XXVI – A Beira Baixa pp. 26-27
- XVII – A Covilhã pp. 27-28
- XXVIII – A Religião e o Operário pp. 28-29
- Folhas sem habilitação legal p. 31*
- XXIX – O Morcego p. 31
- XXX – Perseguição À Imprensa p. 32
- XXXI – O Moscardo p. 32
- XXXII – O Cri-cri p. 32
- XXXIII – O Bacalhoeiro p. 33
- XXXIV – O Doméstico p. 33

Resumo da obra (linhas mestras): Este livro encerra uma listagem de jornais existentes no distrito de Castelo Branco. O autor começa por fazer uma curta introdução sobre o aparecimento do Jornalismo, primeiro na Europa. José Germano da Cunha atribui a condição de primeiro jornal ao Nieuwe Tijdingen, fundado por Abrahão Verhoven (p. 5). Seguidamente, fala do contexto nacional, referindo, por exemplo, as Relações de Manuel Severim. Finalmente, reporta-se ao jornalismo no distrito de Castelo Branco. O autor faz ainda uma lista de agradecimentos a todos os que o auxiliaram a recolher todas as informações sobre os periódicos do distrito.

A esta pequena introdução segue-se, então, uma lista de todos os periódicos impressos e publicados em Castelo Branco, cada um distinguido por um número. Em todos os jornais que aparecem nesta Resenha são apontadas e descritas as notícias contidas no seu interior, tipologia da publicação, data de início e sua duração.

No final o autor inclui ainda uma relação de publicações albicastrenses sem habilitação legal.

Autor (nome completo): Nair Silva
E-mail: nair.silva@gmail.com

» Gomes, 1925

Autor: Gomes, Luiz Fernando

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1925

Título completo da obra: Os Jornalistas do Porto e a sua Associação

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Porto

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Empresa Guedes

Número de páginas: 212

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: S.C.-6962//1-V

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: L3-3-133 (17)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Luiz Ferreira Gomes nasceu a 19 de Janeiro de 1874, no lugar do Corvo, freguesia de Arcozelo, concelho de Vila Nova de Gaia. Quando cursava o liceu, fundou e dirigiu os semanários não académicos *O Disparate* e *O Corvo*. Mais tarde (1902), dirigiu o semanário portuense de crítica teatral *O Teatro Portuguez*. Em 8 de Outubro de 1910, fundou o semanário *A Plateia* que suspendeu a publicação em 5 de Outubro de 1911. Em 10 de Maio de 1906, ingressou no quadro redactorial do diário portuense *Correio do Norte*, onde ocupou o lugar de secretário de Redacção até ao fim do jornal, em 1909. Um mês depois, entrou para a Redacção de *A Pátria*, donde saiu no dia 1 de Maio de 1910, para a Redacção de *O Comércio do Porto*. Também em 1910, assumiu a direcção da *Agência Havas*, no Porto. Trabalhou, ainda, na Secretaria da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto de 1917 a 1921 e integrou a respectiva Direcção de 1921 até 1925.

Índice da obra:

- RAZÃO DE SER DESTE LIVRO (prefácio de Luiz Gomes): p. V
DE COR E SALTEADO (Matos Angra): p. 3
BRIO ALTRUISTA – Mitigando lágrimas (Catão Simões): p. 9
EVOLUÇÃO DE UMA IDEIA – Resultados positivos: o grémio da classe (Souza Moreira): p. 17
MEMÓRIAS DE UM ESQUECIDO – Notas sem tom nem som – 1878-1883 (Lopes Teixeira): p. 39
AI, QUE SAUDOSOS TEMPOS! – Jantares da Imprensa que eram de verdadeira confraternização (Marcos Guedes): p. 47
JORNALISMO DE ANTANHO (Alberto Bessa): p. 57
O JORNALISMO NO PORTO – Evocações dum passado que se esconde nas últimas dobras do século findo – Jornaes e jornalistas de há 40 anos para cá (Júlio de Oliveira): p. 67
Como eram feitos os jornaes há 50 anos: p. 69
O Primeiro de Janeiro: p. 71
O Comércio do Porto: p. 77
Jornal de Notícias: p. 79
O Nacional: p. 81
A Independência Portuguesa: p. 82
O Progresso Comercial: p. 83
Jornal do Porto: p. 84
O Jornal da Manhã: p. 88
Diário da Tarde: p. 92
A Actualidade: p. 93
O Petiz-Jornal: p. 99
A Discussão / O Comércio Português/A Luta: p. 100
O Dez de Março/A Palavra: p. 102
A Folha Nova: p. 104
A Província: p. 105
O Norte / Diário do Comércio: p. 107
A Voz Pública / A República Portuguesa: p. 108
O Alarme: p. 110
Educação Nacional / O Correio do Norte: p. 111

A Montanha / Diário Nacional: p. 113

A Pátria: p. 114

O Norte / O Porto: p. 115

Diário do Norte / A Tribuna: p. 116

Resenha cronológica do jornalismo portuense: p. 117

Jornaes satíricos e humorísticos: p. 125

Rematando: p. 129

JORNAES SATÍRICOS ILUSTRADOS – Apontamentos para a história do jornaes do Porto (Guedes de Oliveira): p. 135

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra, editada pela Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto e “cujo produto reverte a favor da sua Caixa de Socorros e Pensões”, trata de factos e personagens ligados ao jornalismo portuense, no meio século que antecedeu a respectiva publicação (1925). Nela se descreve, pormenorizadamente, os passos que conduziram à fundação da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, a partir de uma reunião de jornalistas, a convite dos redactores de *O Comércio do Porto*, realizada na noite de 20 de Setembro de 1882, na Sociedade de Geografia Comercial, na Rua Formosa, no Porto. Nessa reunião, foram aprovadas duas propostas: uma, destinada a nomear uma comissão para “promover uma condigna manifestação de sentimento pela morte do ilustre jornalista António Rodrigues Sampaio e que promova uma subscrição para se instituir um prémio que, na escola de instrução primária de S. Bartolomeu do Mar, seja anualmente conferido ao aluno que mais se distinguir na mesma aula”; outra, a sugerir que, na sequência da comemoração da morte “do ilustre decano da imprensa portuguesa, se lancem as bases de uma Associação de Jornalistas, que tenha por um dos seus fins principais a criação de um montepio destinado a socorrer as famílias dos jornalistas que faleçam em circunstâncias precárias”.

Menos de um mês decorrido sobre a referida reunião, mais precisamente no dia 13 de Outubro de 1882, no salão nobre do Teatro Príncipe Real, decorreu a instalação solene da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, tendo-se registado, desde logo, a inscrição de 35 sócios. Durante a cerimónia, foram registados vários apoios, entre

os quais se destaca: o do dr. Soares Franco, a oferecer os seus serviços médicos aos membros da Associação; e do jornalista e professor António José da Silva Reis, a oferecer-se para ministrar, gratuitamente, o ensino das línguas francesa e inglesa aos filhos dos associados. “Foi assim que, para honrar a memória de António Rodrigues Sampaio, insigne jornalista português, benemérito da pátria e da liberdade, se instituiu no Porto, no trigésimo dia do seu passamento, a Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto”.

No dia 13 de Outubro de 1921, a Associação assinalou 39 anos de existência, e foi então que um grupo, auto denominado “Velhada do Jornalismo Tripeiro”, decidiu conjugar esforços para reconstituir quase meio século da vida portuense, no que aos jornais e jornalistas diz respeito. Reconstituição que culminou na publicação desta obra, compilada por Luiz Ferreira Gomes, quatro anos após ter sido lançada a ideia de reunir testemunhos de reconhecida idoneidade, como: Alfredo de Matos Angra, Catão Simões, José António de Souza Moreira, António Maria Lopes Teixeira, Marcos da Silva Nunes Guedes, Alberto Bessa, Júlio de Oliveira e Henrique António Guedes de Oliveira. E é com base nestes preciosos testemunhos que é descrito, com grande minúcia, “como eram feitos os jornais há cinquenta anos” (finais do séc. XIX e início do séc. XX), desde os tempos de predomínio de *O Primeiro de Janeiro* (1871) e *O Comércio do Porto* até ao aparecimento do *Jornal de Notícias* (1879), após uma fracassada experiência como título de uma gazeta que durou pouco mais de um ano. Eram os três jornais diários da cidade do Porto que tinham as suas posições consolidadas.

A história do jornalismo diário no Porto, contemplada nesta obra (1846-1920), envolve outros títulos (alguns dos quais com uma duração efêmera) tais como: *O Nacional* (1846-1870), *A Independência* (1877), *Progresso Comercial* (1873), *Jornal do Porto*, *Jornal da Manhã*, *Diário da Tarde* (1871-1875), *A Actualidade* (1874), *O Petiz-Jornal* (1876), *A Discussão* (1883-1887), *O Comércio Português* (1876-1879), *A Luta* (1874-1882), *Dez de Março* (1879-1889), *A Palavra* (1872-1911), *A Folha Nova* (1881-1888), *A Província*, *O Norte* (1888-1889), *Diário do Comércio* (1889-1890), *Voz Pública* (1891-1894), *A República Portuguesa* (1890-1891),

O Alarme (1904), *Educação Nacional*, *O Correio do Norte* (1906), *A Montanha* (1911), *Diário Nacional* (1883-1884), *A Pátria* (1909-1911), *O Norte* (1900-1910), *O Porto* (1874-1876), *Diário do Norte e A Tribuna* (1920). Além do destaque dado aos títulos, a obra dá a conhecer alguns dos nomes mais destacados do jornalismo portuense, na época em apreço.

A “Resenha Cronológica do Jornalismo Portuense”, a partir de 1808 e até 1925, refere 202 títulos, sendo certo que muitos deles sofreram inter-regnos mais ou menos prolongados, reaparecendo com novos editores e, por vezes, também com orientação diferente da anterior. Entre cerca de 70 publicações satíricas e humorísticas, publicadas no Porto, entre 1851 e 1916, o autor destaca as seguintes: *O Pirilampo*, *A Lanterna*, *O Pist e o Pistarola*, *O Charivari*, *O Sorvete*, *O Serrote*, *A Maria Rita*, *O Palito*, *O Diabo*, *A Minhoca* e *Os Pontos*. Neste leque de destaques, são referidos igualmente os nomes de alguns jornalistas que se evidenciaram nesta vertente das publicações periódicas.

A obra contempla, também, uma descrição pormenorizada sobre a fundação da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, do respectivo Projecto de Bases e a composição de sucessivos elencos directivos. É referido, de igual modo, o esforço desenvolvido para a constituição do Montepio da classe e elaboração dos Estatutos da Associação., bem como algumas dificuldades, especialmente de natureza económica, sentidas pelos dirigentes para manterem vivo o espírito dos fundadores. São, ainda, postas em evidência as diligências desenvolvidas pelos dirigentes da Associação, em defesa dos jornalistas, designadamente na obtenção de melhores regalias sociais e salariais.

Por último, são referidas as acções empreendidas pelas sucessivas direcções junto dos diversos poderes, para a obtenção de sede própria e a atribuição de uma carteira de identidade para os sócios (garante de alguns benefícios sociais).

Autor (nome completo): Manuel da Conceição Cardoso Neto
E-mail: mneto2006@gmail.com

Livros LabCom

» Gomes, 1926

Autor: Gomes, Luiz Fernando

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1926

Título completo da obra: A Carteira de Identidade Profissional e a Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto

Tema principal: Conjuntura Jornalística

Local de edição: Porto

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Tipografia Empresa Guedes/Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto

Número de páginas: 30

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: I3-1-50 (7)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Luiz Ferreira Gomes nasceu a 19 de Janeiro de 1874, no lugar do Corvo, freguesia de Arcozelo, concelho de Vila Nova de Gaia. Quando cursava o liceu, fundou e dirigiu os semanários não académicos *O Disparate* e *O Corvo*. Mais tarde (1902), dirigiu o semanário portuense de crítica teatral *O Teatro Portuguez*. Em 8 de Outubro de 1910, fundou o semanário *A Plateia*, que suspendeu a publicação em 5 de Outubro de 1911. Em 10 de Maio de 1906, ingressou no quadro redactorial do diário portuense *Correio do Norte*, onde ocupou o lugar de secretário de redacção até ao fim do jornal, em 1909. Um mês depois, entrou para a redacção de *A Pátria*, donde saiu no dia 1 de Maio de 1910, para a redacção de *O Comércio do Porto*. Também em 1910, assumiu a direcção da *Agência Havas*, no Porto. Trabalhou, ainda, na Secretaria da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, de 1917 a 1921, e integrou a respectiva direcção de 1921 até 1925.

Índice da obra: [Não tem índice]

Conveniência de criação de uma carteira de identidade de profissional da imprensa/carteira de jornalista: pp. 7-8

Conceito de jornalista: p.. 8

Criação da carteira de profissional da imprensa para obtenção de regalias: pp.. 9-12

Troca de argumentos legais sobre a criação da carteira de jornalista: pp.12-30

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra é um relatório apresentado na Assembleia-geral Extraordinária da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, levada a cabo no dia 17 de Março de 1926, que teve por objectivo descrever as acções desenvolvidas pela Associação para “o estabelecimento de um bilhete de identidade para os sócios (...) e simultaneamente (...) uma carteira de identidade exclusivamente destinada aos jornalistas” (p. 7).

O relator define como jornalista profissional, a quem seria concedida a carteira, “o indivíduo que assim se tivesse afirmado, de modo a merecer essa consideração da classe, tendo pertencido durante três anos, pelo menos, ao quadro redactorial efectivo de qualquer diário e não constituindo impedimento para essa consideração o facto de não estar nesse momento exercendo a sua profissão” (pp. 7-8). Mais ainda, o autor escreve que seria considerado jornalista profissional não só o que exercesse a profissão mas também aquele que “deu já provas de que nela sabe trabalhar”, pelo que ninguém perderia essa qualidade se fosse temporariamente impedido de exercer a profissão. (p. 8) Na sequência do relatório, o autor, em consonância, faz um levantamento da troca de correspondência entre a Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto e várias entidades sobre a atribuição da carteira de jornalista. Em particular, é relatada a troca de argumentos sobre a atribuição da carteira de jornalista ao proprietário-gerente do jornal *A Montanha*, Seixas Júnior, a quem a direcção da Associação não concedeu a carteira por considerar que não era jornalista profissional, já que não recebia remuneração do jornal a troco dos serviços prestados (era apenas proprietário) e “carecia de toda a habilitação literária para o dirigir”

(p. 22). Segundo a direcção da Associação, referida no relatório, “Aquele que gratuitamente presta serviços, sem carácter obrigatório (...) poderá ser um grande jornalista, poderá ser um grande amigo do jornal, terá jus a todas as considerações, mas não é um profissional do jornalismo” (p. 18).

A restante parte do relatório é consagrada à exposição dos requerimentos feitos pela Associação a várias entidades para a obtenção de regalias para os sócios (carteira profissional, descontos nos caminhos-de-ferro, acesso aos espectáculos e/ou descontos nos bilhetes, etc.) e respectivos casos de sucesso e insucesso. O texto desses documentos figura no relatório, oferecendo dados interessantes para a compreensão da situação dos jornalistas portugueses e do jornalismo nacional no final do primeiro quartel do século XX bem como para o entendimento das discussões que ocorriam no seio da classe. Por exemplo, num requerimento para que o Governo concedesse descontos nos caminhos-de-ferro aos jornalistas filiados na Associação para que estes pudessem relatar o que o país tinha de bom, à semelhança de condições similares oferecidas noutros países aos seus jornalistas, relembra-se o papel social e educativo da imprensa jornalística e “o seu valor educativo, muito superior ao do livro, sob o ponto de vista do seu intenso poder de penetração (...). O livro só é acessível às elites; o jornal vai a todos os lares, é essencialmente democrática a sua acção.” (p. 9)

O relatório destaca também o decreto n.º 10.401, de 22 de Dezembro de 1924, que regulamentava a atribuição da Carteira de Identidade dos Profissionais da Imprensa (que, entre outros direitos, facultava ao titular o livre acesso aos lugares onde necessitasse de exercer a sua profissão), salientando que a Associação já tinha pedido e obtido junto das entidades competentes a prerrogativa de emitir essa carteira. Relembra ainda o relatório que, antes da existência da carteira, o “livre-trânsito para serviço de Imprensa, mediante a aposição do respectivo selo” não dava quaisquer regalias aos jornalistas.

Autor (nome completo): Ana Raquel Esteves Silva
E-mail: anarah_3@hotmail.com

» Gonçalves, 1961**Autor:** Gonçalves, José Júlio**Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação):** -**Ano de publicação/impressão:** 1961**Título completo da obra:** Técnicas de Propaganda, Elites, Quadros e Outros Estudos**Tema principal:** Teoria do Jornalismo**Local de edição:** Lisboa**Editora (ou tipografia, caso não exista editora):** Edição do autor**Número de páginas:** 307**Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas****Biblioteca:** Biblioteca Nacional**Cotas:** S.A.29145P.**Biblioteca:** Biblioteca Pública Municipal do Porto**Cotas:** I6.3.106

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Natural de Pampilhosa da Serra, José Júlio Gonçalves nasceu a 19 de Janeiro de 1929. É doutorado pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (do qual foi professor extraordinário desde 1961) e, em Ciências Políticas, pela Universidade de Madrid. Foi membro do Centro de Estudos Luso – Árabes da Sociedade de Geografia de Lisboa, membro do centro de Estudos da Guiné Portuguesa e vogal director do Centro Português de Estudos Europeus. É autor de diversas obras e artigos, colaborou na preparação e revisão da Classificação Decimal Universal (edição abreviada portuguesa) publicada pelo Centro de Documentação Científica do Instituto de Alta Cultura, 1954, e na *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura da Editorial “Verbo”*. Esteve ligado, em 1984, à elaboração da moção da Nova Esperança (de um grupo de figuras do PSD, com Marcelo Rebelo de Sousa, Santana Lopes e Durão Barroso), de alternativa ao grupo de Pinto Balsemão e Mota Amaral. Fez parte do grupo de professores que saíram em divergências com a Universidade

Livros LabCom

Livre e de cuja iniciativa partiu, em 1986 a criação da Universidade Moderna, da qual foi nomeado reitor, tendo sido vogal da Direcção no triénio 1991-1993 e Presidente da Direcção, no triénio 1997-1999.

Índice da obra:

Técnicas de propaganda - p.15

Ensayo sobre las elites - p.45

Escultura dos negros Guiné Portuguesa - p.71

O Protestantismo face ao continente africano - p.107

O Islamismo através dos números - p.141

Os Portugueses na Tailândia - p.159

Alguns aspectos do problema dos quadros no ultramar português - p.209

Quelques Aspects du probleme des cadres dans les territoires portugais d'outre-mer - p.235

Projecção do protestantismo na África portuguesa - p.265

Resumo da obra (linhas mestras): Nesta obra sobre *Técnicas de Propaganda, Elites, Quadros e Outros Estudos*, escrita por José Júlio Gonçalves, o autor refere a marcada tendência do homem para viver em sociedade, que o leva a estabelecer relações sociais e a trocar informações, opiniões, etc.

Quem prestou cuidadosa atenção a esta permuta de conhecimentos e pontos de vista foi Juan Beneyto, frequentemente citado por José Júlio Gonçalves. Para Beneyto, as comunicações que o homem pode estabelecer com os seus semelhantes podem ser: *comunicações individuais; comunicações colectivas e comunicações comunitárias*. (p.15-16). “Esta classificação dos meios de informação humanos corresponde, até certo ponto, à própria evolução da sociedade humana desde o passado remoto (...) até nossos dias, desde o começo da estratificação das sociedades primitivas até às contemporâneas, autênticas *sociedades de massas* que, não raro, as elites e pseudo-elites arrastam a seu belo talante sob a influência de uma bem norteada propaganda (...) obedecendo a estados emotivos provocados pela anestesia da capacidade de deliberar e de decidir” (pp. 16-17).

Gonçalves relembra que a radiodifusão e a televisão permitem “levar informações, ideologias, sugestões e ordens, quase instantaneamente, a grandes distâncias e a todos os públicos (...). Por seu lado, os aperfeiçoamentos introduzidos na imprensa permitem a publicação de grandes diários (...), beneficiando (...) da aceleração dos transportes (...) que lhes asseguram cheguem aos leitores a tempo de não se desactualizarem ante os *diários falados, televisados e filmados*” (pp. 18-19). A propaganda nos nossos dias, explica Gonçalves, serve-se essencialmente da comunicação comunitária, dos meios de comunicação social.

Na obra, é também referido que no estado actual dos nossos conhecimentos é ainda possível determinar, com rigor, quais os meios e instrumentos de que os seres humanos inicialmente se serviram para intercomunicarem. Luís Lúpi, citado nesta obra, refere que a mímica e a palavra “devem ter sido os primeiros meios de comunicação de que os homens dispuseram para se entenderem e informarem” (p.17).

Relativamente à propaganda, Beneyto, citado por José Júlio Gonçalves, explica que esta pode dividir-se em: *propaganda política, propaganda comercial e propaganda religiosa*.

Segundo José Júlio Gonçalves, a propaganda política pode definir-se como sendo um conjunto de procedimentos destinados a obter a adesão a um sistema ideológico de natureza política. Este tipo de propaganda pode ainda subdividir-se em outros tipos, sendo estes: *propaganda de tipo Lenista ou comunista; propaganda de tipo hitleriano ou fascista; e propaganda de tipo democrático*. Os meios jornalísticos, segundo o autor, desempenham um papel de relevo em todos os tipos de propaganda.

A propaganda comunista utiliza os ensinamentos de Marx e de Lenine desenvolvidos por equipas de peritos em matéria de propaganda política através de poderosos meios tecnológicos (p.23). A propaganda de Lenine, como é referido na obra, não designa sempre objectivos concretos, traduz-se antes em toda uma gama de palavras de ordem.

A propaganda de tipo democrático, diz José Júlio Gonçalves, distingue-se das anteriores porque não busca, normalmente, só factos, palavras de ordem (p.26-27). Gonçalves diz que este tipo de propaganda tem muitas vezes como objectivo informar.

Deixando agora de lado a propaganda política e as suas subdivisões, a propaganda comercial, isto é, a publicidade, considerada por muitos autores a filha da propaganda, pode definir-se como sendo o conjunto das técnicas de efeito colectivo utilizadas em benefício de uma empresa ou de um grupo de empresas, a fim de adquirir, desenvolver ou manter clientes (p.39).

O último tipo de propaganda estudado, a propaganda religiosa, visa, segundo Gonçalves, convencer as pessoas da excelência de uma certa verdade e traduz-se também, normalmente, numa competição entre uma ou mais religiões. Este género de propaganda, tal como as antecedentes, pode ser feita por *contacto directo ou indirecto* (p.42). Os meios jornalísticos, em particular os audiovisuais, podem, segundo o autor, ser usados para a propaganda por contacto indirecto.

O autor relembra várias técnicas de propaganda através dos meios de comunicação, como sejam a *repetição, a simplificação da mensagem, a orquestração, a desfiguração, o sobredimensionamento, a individualização do inimigo*, etc.

Na continuação da obra, o autor aborda temáticas como as religiões, a demografia e a formação de quadros, temas alheios à área da comunicação.

Autor (nome completo): Xavier Filipe da Silva Sá

E-mail: xavier.s.sa@gmail.com

» Gonçalves, 1963-A**Autor:** Gonçalves, José Júlio**Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação):** -**Ano de publicação/impressão:** 1963**Título completo da obra:** Política de Informação (Ensaios)**Tema principal:** Teoria do Jornalismo**Local de edição:** Lisboa**Editora (ou tipografia, caso não exista editora):** Junta de Investigação do Ultramar - Centro de Estudos Políticos e Sociais (Col. Estudos de Ciências Políticas e Sociais, nº 61, 1963)**Número de páginas:** 208**Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas****Biblioteca:** Biblioteca Pública Municipal do Porto**Cotas:** J6-8-40**Biblioteca:** Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**Cotas:** EA-CPS-50; ECPS/61**Biblioteca:** Univ. Cat. Bibl. João Paulo II**Cotas:** 3(082)CB-61**Biblioteca:** Fund. Calous.Gulb. Bib.Geral Arte**Cotas:** 15

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Natural de Pampilhosa da Serra, José Júlio Gonçalves nasceu a 19 de Janeiro de 1929. Doutorado pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (do qual foi professor extraordinário desde 1961) e em Ciências Políticas pela Universidade de Madrid. Membro do Centro de Estudos Luso-Árabes da Sociedade de Geografia de Lisboa, membro do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa e vogal director do Centro Português de Estudos Europeus. Autor de diversas obras e artigos, colaborou na preparação e revisão da *Classificação Decimal Universal* (edição abreviada portuguesa), publicada pelo Centro de Documentações

Livros LabCom

Científicas do Instituto de Alta Cultura, 1954, e na *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* da Editorial “Verbo”. Esteve ligado, em 1984, à elaboração da moção da Nova Esperança (de um grupo de figuras do PSD, com Marcelo Rebelo de Sousa, Santana Lopes e Durão Barroso), de alternativa ao grupo de Pinto Balsemão e Mota Amaral. Fez parte do grupo de professores que saíram em divergência com a Universidade Livre e de cuja iniciativa partiu, em 1986 a criação da Universidade Moderna, da qual foi nomeado reitor, tendo sido Vogal da Direcção no triénio 1991-1993 e Presidente da Direcção, no triénio 1997-1999.

Índice da obra

Prefácio: p. 11

Política de Informação: Concepções capitalista, comunista e cristã da Informação: p. 13

Sociologia da Literatura (Breves Considerações): p. 49

A Terminologia Científica e o Ultramar (Ciências Sociais): p. 85

Estrutura Religiosa da Guiné Portuguesa: p. 117

Alguns Números sobre o Protestantismo na África Ao Sul do Sara: p. 169

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra aborda, segundo o prefácio do autor, temas cujo estudo não tinha, na época em que foi escrita, “tradição entre nós”. (p. 11). No primeiro capítulo, José Júlio Gonçalves começa por esclarecer a expressão – *Política de Informação* – tal como a concebe Dovifat, que evidencia o papel que a essa política cabe na formação da opinião pública. Discorrendo sobre as definições de Dovifat, o autor concorda que, em boa parte, elas giram à volta da “ideia de que a Política de Informação é preocupação essencialmente assinada pelos Governos” (p. 17). Refere que o prosseguimento de políticas informacionais se verifica também em organizações supranacionais, empresas e mesmo indivíduos com determinados estatutos sociais. Segundo o autor, várias são, pois, as instituições que adoptam políticas face à Informação: “uma força e, ao mesmo tempo, um instrumento poderoso de penetração psicológica” (p. 18). Tendo em conta a enorme amplitude da Política de Informação e o enorme peso da notícia nos acontecimentos, percebe-se o interesse

por parte dos Estados e respectivos Governos e de outras instituições, na intervenção negativa ou positiva na Informação, condicionando-a muitas vezes apenas de acordo com os seus interesses, e percebe-se, também, a preocupação dos estudiosos acerca dos meios de informação e da sua conduta perante a atitude dos Governos em relação aos “veículos da comunicação social (p. 19)”.

José Júlio Gonçalves considera, a título académico, dois tipos de Política de Informação: “a *Política de Informação de figurino capitalista* e a *Política de Informação de figurino comunista*” (p. 20), não deixando, no entanto, de tecer algumas considerações sobre a *Política de Informação da Igreja Católica*. Considera o autor que são três os aspectos essenciais comuns à política informativa dos dois modelos: a preocupação de informar e fazer propaganda; a ideia de informar e educar, porque a informação conduz à educação que cada um dos regimes considera útil; e a tendência para informar e “desinformar”. Em qualquer dos blocos a informação é usada como meio eficaz de difusão de ideias políticas e não só – “A informação é uma poderosa arma psicológica”. No seguimento do que anteriormente afirma, o autor esclarece que as informações transportam uma carga ideológica que se destina a influenciar as populações que vivem dentro e fora dos territórios dos respectivos Estados, provocando mudanças de opinião e atitudes políticas; salienta que educação e informação estão intimamente ligadas visto que a primeira é o “mais eficaz obstáculo que pode opor-se à difusão das ideias que se deseja não penetrem no espírito da população” pelo que não seria errado classificar a educação de propaganda (pp. 21-23); e finalmente explica que a “desinformação”, a chamada *lavagem ao cérebro*, desprende os indivíduos da antiga perspectiva ideológica, substituindo ou mesmo eliminando a velha formação, na angústia de proteger a ordem política que se considera adequada, ou para discriminar outra diferente. José Júlio Gonçalves discorre que por muito objectiva que a Política de Informação dos dois blocos em causa possa ser, por alguns, considerada, não fica alheia à influência “das correntes interiores, dos grupos de pressão, dos mitos, etc”. Em seguida o autor analisa o que mais representativamente caracteriza cada uma das Políticas de Infor-

mação dos exemplos capitalista e comunista, afirmando que a primeira se qualifica a si própria como livre, aberta e democrática, sendo a segunda geralmente considerada condicionada, fechada, ditatorial. Objectivando o assunto em questão, José Júlio Gonçalves adverte que não há, em nenhum lugar, uma Informação isenta de controle directo ou indirecto e, assim, a Informação do estado mais representativo dos Estados Capitalistas (EUA), é condicionada ao mínimo indispensável para manter a verdade e a objectividade que se deseja, facto parcialmente revelado, por exemplo, pelas leis da Televisão e Imprensa e pelo próprio mecanismo eleitoral. Este condicionamento é conforme à lei e o controlo geralmente admitido pelos cidadãos e apesar da existência de outros tipos de controlo exercido pelos grupos de pressão, pelo poder económico, à margem do Estado, que nem sempre têm como objectivo o bem-estar geral, “não pode identificar-se com o que se destina a proteger sistemática e indiscriminadamente o Poder”. O autor conclui que a Informação não é, no caso analisado, um instrumento do Governo, embora alguns órgãos possam servir os propósitos governamentais (pp. 24-26). José Júlio Gonçalves não duvida que a propaganda, instrumento cientificamente organizado, é, depois da intervenção dos grupos e dos proprietários dos meios de comunicação, o fenómeno que mais alteração causa na objectividade da informação nos EUA. de que se servem quer os particulares para atingir o poder, quer o Poder para subsistir, impor-se ou convencer; distinguindo-se, como indústria cultural particular que é, da comunista, que é estatal. O autor informa que pode dizer-se que a propaganda no bloco capitalista nem sempre confunde, domina e orienta as massas tornando-as espiritualmente alienadas, uma vez que não consegue sempre impedi-las de receber notícias fidedignas e verídicas e expressa o pensamento da generalidade dos estudiosos respeitante à Informação nos EUA afirmando-a como relativamente livre, aberta e democrática, apesar de o controlo económico e social de natureza privada, ser um mal numa Informação considerada livre. Seguidamente, José Júlio Gonçalves passa à análise da Informação no bloco comunista, tomando como paradigma a Informação na URSS, que caracteriza como sendo condicionada, ou seja, controlada, dado que é governamental e

partidária e que o autor afirma ter como objectivo principal a educação do povo permitindo-lhe a sua preparação política e cultural; é fechada, o que decorre do controlo que os órgãos políticos exercem sobre ela e é ainda, ditatorial. Segundo o autor, na URSS informação e propaganda são fenómenos que profunda e reciprocamente se penetram e confundem uma vez que quem informa “promove, directa ou indirectamente, a doutrinação dos indivíduos” (pp. 27-30). Refere ainda o autor, a propósito do carácter fechado da Informação no bloco comunista, que a Imprensa Regional permite que os seus colaboradores e leitores se ocupem de problemas políticos, possibilitando-lhes apenas pequenas discordâncias em relação aos problemas susceptíveis de prejudicar o prestígio do Partido Comunista e dos seus líderes. Quando se quer mostrar “neutro”, o Partido chega a fomentar críticas aos responsáveis particulares por quaisquer fracassos e deficiências. Isto leva José Júlio Gonçalves a considerar tendenciosos os que afirmam que a Informação da URSS é livre, classificando-a, ele, de “poderosa arma psicológica, que habilmente explora todas as fraquezas do adversário interno e externo” (pp.31-32. O autor explica também que um dos mais importantes aspectos da vida e sociedade contemporâneas que a URSS parece apostada em condicionar, gastando para tal somas astronómicas (objectivo a que se opõe a contrapropaganda anticomunista), é o impacto da Informação-Propaganda comunista no mundo não comunista, e conclui que tanto nos EUA como na URSS a Informação parece exprimir no seu condicionamento actual uma tendência crescente para o aviltamento das suas essência, estrutura, ética e objectivos (p. 33). Relativamente às considerações que tece sobre as linhas principais da Política de Informação da Igreja Católica, a de maior autoridade moral no Ocidente, Gonçalves afirma que a Igreja Católica, guardiã da ideia de expansão do catolicismo, tem vindo a combater no sentido de devolver à Informação a sua função social: ser objectiva, honesta, sem ferir a verdade e a moral, recomendações que faz aos manipuladores da Informação. O autor observa que o ideal seria a despolitização da Informação pois a mediação ideológica no processo em causa torna subjectivas e imprecisas as notícias que, às vezes, já de si, se tornam um serviço/produto de mercado, con-

cluindo que, no entanto, a Informação não escapa às deformações que vão desde erros humanos a erros de transmissão e circulação alheios a factores humanos. Em seguida, José Júlio Gonçalves refere alguns aspectos curiosos relacionados com o facto do preço da Informação ou a sua simples dádiva constituírem dois obstáculos à propagação e circulação das notícias, como por exemplo, o facto de terem mais aceitação as notícias que se pagam a uma agência nacional ou mundial especializada do que as que a mesma agência oferece gratuitamente; isto tem diversas explicações nomeadamente os elevados custos de um bom dispositivo de verificação de notícias que permite ganhar a confiança dos destinatários, mas dificulta a difusão da informação. Aos obstáculos à difusão e circulação de notícias já indicados, o autor acrescenta, por exemplo, a carência de meios técnicos, a falta de quadros apetrechados, os entraves burocráticos, o analfabetismo e não duvida que as maiores dificuldades a vencer pela Informação autêntica são as inerentes aos aspectos negativos da Política de Informação, aludindo ao recurso à censura e outros instrumentos eficazes e poderosos, postos em prática por Governos com uma política menos aberta (pp. 34-36). No penúltimo ponto deste capítulo José J. Gonçalves fala-nos de forma breve da Liberdade de Informação. De três fenómenos que em grande parte decorrem da evolução das mentalidades dos povos e que são: o direito à Informação, o direito a informar e a obrigação de informar; da informação como dádiva, como privilégio concedido pelos chefes (em que os veículos por excelência das informações eram a “viva voz” e o “boato”), evoluiu-se, com o advento da imprensa e dos modernos meios audiovisuais, para um sentido de responsabilidade perante a Informação. Daí decorre a ideia de que todos os elementos que compõem a sociedade têm o direito de serem informados livremente e ao direito à informação segue-se a necessidade de opinar, de comunicar e informar os outros. O autor refere ainda que através dos serviços de informação pública os governos levam a cabo uma missão social institucionalizada que se exprime na obrigação de proporcionar informações aos cidadãos dos vários estratos sociais; é o que normalmente acontece nos estados capitalistas modernos em contraste com os estados totalitários de carácter comunista que possuem um

violento mecanismo de controlo dado que a Informação é filtrada por organismos que chegam a impedir os cidadãos da recepção de informações objectivas (alusão à censura). O autor considera que o princípio da liberdade de Informação tem preocupado diversos organismos internacionais, nomeadamente a ONU, que também pela influência do artigo 19^a da Declaração Universal dos Direitos do Homem, tem proclamado amplamente a sua adesão a esse princípio com dupla forma – liberdade de Informação e de ser informado. José Júlio Gonçalves refere ainda que, também através da UNESCO, se tem procurado obter a cooperação internacional com o fim de ampliar os meios de comunicação, alargar as áreas por eles abrangidas atingindo um número de pessoas cada vez maior, contribuindo assim, os diversos organismos para a liberdade de Informação. O autor conclui este capítulo com um resumo das principais actividades, meios, métodos e problemas da UNESCO (p.p.37-44). No capítulo 2 da obra em questão, em que tece breves considerações sobre a Sociologia da Literatura, o autor discorre sobre o livro como meio de comunicação social clássico, afirmando que a Literatura, o livro não só fornece formas de comportamento, mas também os conserva; sendo espelho de certas épocas, arquivo tradicional da Cultura humana influencia a Sociedade e é influenciado por ela.(...) A diminuição da distância psicológica entre autor e leitor, pode ter profundas influências no fenómeno literário conduzindo à chamada literatura de segunda categoria, pelo que é um aspecto importante do estudo dos sociólogos (da literatura e da comunicação). Estes, não devem confundir a difusão de uma obra literária com o seu valor artístico, nem deixar de tomar nota de que a subliteratura desempenha uma função social (sobretudo junto das massas) mais marcada e representativa que muitas obras-primas; a difusão destas últimas reduz-se muitas vezes a uma elite o que as afasta dos efeitos da comunicação literária na opinião e atitudes dos leitores (p.p. 57-60). (...) Integrada na política cultural levada a cabo pelos Governos há, diz o autor, um aspecto fundamental: a política do livro de que faz parte a fundação de bibliotecas móveis e fixas cuja existência tem, entre outras conseqüências, a de influenciarem as atitudes perante a vida pelas obras que os leitores terão ao seu alcance. (...) Fi-

nalmente, as instituições sociais actuam como instrumentos de controlo (do qual alguns tipos não são entendidos pelo literato) que pode ser positivo ou negativo, mas que pode levar ao “conformismo, à cristalização” (p.p. 78-80).

Os outros capítulos da presente obra não são sobre jornalismo, pelo que não foram objecto de resumo.

Autor (nome completo): Duarte Nuno da Cunha Pernes
E-mail: d16770@hotmail.com

» Gonçalves, 1963-B**Autor:** Gonçalves, José Júlio**Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação):** -**Ano de publicação/impressão:** 1963**Título completo da obra:** Sociologia da Informação – Volume I - Introdução**Tema principal:** Teoria do Jornalismo**Local de edição:** Lisboa**Editora (ou tipografia, caso não exista editora):** Junta de Investigações do Ultramar**Número de páginas:** 280**Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas****Biblioteca:** Biblioteca Pública Municipal do Porto**Cotas:** PP 10415 V

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): José Júlio Gonçalves é um académico contemporâneo, professor do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e antigo reitor da Universidade Moderna. Dedicou-se aos estudos jornalísticos nos anos sessenta e setenta.

A sua abordagem do jornalismo é eminentemente sociológica, embora grande parte da sua produção (cheia de dados interessantes sobre a conjuntura jornalística da época) diga mais respeito às ex-colónias do que a Portugal.

Índice da obra:

- 1 – Sociologia da informação. Definição. Esclarecimento terminológico.
- 2 – Porque se informa? Porque se busca a informação? Informação e informação: as suas estruturas (breve nota) -. Conteúdo, recolha, verificação, elaboração, difusão, circulação, percepção, retenção, selecção e vigência das informações. Área de Informação e espírito da época.
- 3 – Política informativa: concepções capitalistas, comunista e cristã (cató-

Livros LabCom

lica) de Informação. Informação e ideologia. Alguns obstáculos à difusão e circulação das informações. Direito à informação. Direito de informar. Obrigação de informar.

4 – As agências de Informação. Sua história, sua orgânica e seus modos de trabalho.

5 – Panorama actual da Informação. A Informação em África.

6 – A sociedade moderna: uma sociedade condicionada pela informação?

7 – Documentos e Bibliografia.

7.1 – Projecto de convenção sobre a transmissão internacional de notícias e o direito de correcção (1948).

7.2 – Projecto de declaração sobre a liberdade de Informação (1960).

7.3 – Organizações internacionais de Informação (1960).

7.4 – Lista alfabética das agências de Informação (1952).

7.5 – Meios de Informação em África (1962).

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra tem um carácter pedagógico e aborda a Sociologia da Informação.

Segundo o autor, esta cadeira (Sociologia da Informação) foi introduzida no elenco de disciplinas do curso complementar de Estudos Ultramarinos, ministrado no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, pelo Prof. Doutor Adriano Moreira, em 1961, por se considerar a Informação um dos mais relevantes problemas do mundo. Para José Júlio Gonçalves, a projecção adquirida pela Informação e seus meios, associada ao grande desenvolvimento das técnicas de comunicação ou informação, têm levado os responsáveis políticos de inúmeros países a formularem uma autêntica política de informação, onde a opinião pública merece cuidados especiais.

Para o autor, a investigação de problemas inerentes à difusão social de notícias, como é o exemplo das imagens, opiniões, símbolos, ideias, entre outros, tem merecido especial atenção por parte dos técnicos ligados à Imprensa, Radiotelevisão, Radiodifusão, Cinema e cultores da Sociologia, podendo dizer-se que em relação a estes, as contribuições dadas para um melhor conhecimento destes problemas devem-se especialmente aos Ingleses, Norte Americanos, Russos, Franceses e Japoneses. Parece

ainda dever-se ao facto de o fenómeno da Informação ter importantes percussões na sociedade moderna, sendo esta considerada uma sociedade de massas. O encaminhamento destes estudos, acerca dos meios e métodos de Informação ou comunicação e seus reflexos sociais, deu origem a um novo ramo da Sociologia – a Sociologia de Informação. Explica-se desta forma que este novo ramo da sociologia possa definir-se como sendo: “o ramo da sociologia que tem por objecto o estudo da estrutura da Informação e dos efeitos produzidos por esta opinião e no comportamento dos indivíduos e grupos que integram a sociedade humana” (p. 15).

Segundo José Júlio Gonçalves, a Informação foi estudada no âmbito da Sociologia do Conhecimento – ou Sociologia do Saber, como lhe chamam outros autores – cuja preocupação dominante são “as relações entre o pensamento e a sociedade”. Aliás, citando Roger Girod, o autor sustenta que essa preocupação é comum à Ciência da Informação (p.16). É a esta Ciência da Informação referida por Girod que certos autores chamam de Teoria da Informação ou Mass Communication Research ou ainda Science of Communication. Com o passar dos tempos e para evitar equívocos resultante s do antigo consumo que se fazia da palavra *communication*, que era vinculada à ideia de vias de comunicação e transportes, passa a usar-se o termo *Information* para designar uma comunicação de informação, isto é, “a comunicação da notícia” (p.18), segundo René Maheu.

Segundo o autor, que se reporta a Juan Beneyto, a Informação destina-se a um público geral, reporta-se a notícias que não exigem uma audiência educada. Este último autor, citado por Gonçalves, propõe mesmo a expressão “comunicações comunitárias”, em vez de *mass communication(s)* para caracterizar o fenómeno. Porém, José Júlio Gonçalves explica que os portugueses não manifestaram qualquer preferência de um determinado termo, uma vez que comunicação e informação são vocábulos empregados pelos comunicadores.

Para José Júlio Gonçalves, as prudências europeias dão preferência à palavra Informação, estando presentes nesta dois aspectos importantes: a novidade e a transmissibilidade. Segundo o autor, mais problemas de definição vocabular foram colocados, tais como o que se entende por jornalismo, imprensa, opinião, opinião pública, publicidade, propaganda, entre

outros. Citando o autor: “a informação, quer como difusão social do saber, quer como simples notícia que se comunica a um indivíduo ou grupo mais ou menos numeroso de indivíduos, a um auditório qualificado” (p.23). O autor cita, a propósito, Jacques Driencourt, que refere que a informação é «necessidade natural do homem».

O autor diz também que o homem informa com interesses e objectivos. Segundo José Júlio Gonçalves, podemos incluir os interesses em diversas categorias, tais como, espirituais, materiais e outros. Seguindo o raciocínio do autor relativamente aos objectivos traçados pelo Homem a respeito da informação, podemos englobar os objectivos políticos, económicos, culturais, entre outros. Para além das razões que levam os indivíduos a informarem, há um aspecto de referência neste estudo, o da pureza ou impureza das informações que diversos informadores, juntamente com os meios de transmissão de informação oferecem aos seus leitores, auditores, espectadores, telespectadores, etc. Mas em relação à Informação há certas questões que não devem ser postas de parte, tais como: Porque se preocupam com a Informação o poder político e económico? As religiões? E certos agrupamentos culturais ou os próprios indivíduos?

Em relação ao poder político, a relação que se estabelece com este poder e com o poder da Informação é indispensável, sendo a informação considerada o quarto poder. Os políticos não podem prescindir da informação, tentando manipular, fazer com que o seu público-alvo se “renda” às suas palavras. No que toca ao poder económico, este possui os seus meios próprios de comunicação, dominando muitos canais da Informação existentes nos vários países. Para além dos poderes políticos e económicos, há que assinalar a necessidade que o comércio e a indústria, agricultura, etc., têm em possuir meios que lhes permitam obter futuros clientes, despertando o desejo de adquirir determinados produtos. Em relação às religiões, também elas possuem os seus meios de informação, também elas se preocupam com o fenómeno informativo, e com as técnicas de informação. Tudo isto porque informar é transmitir a verdade ou a inverdade, informar, comunicar, convencer, incutir ideias. Informar implica a interacção social.

Outra questão colocada ao longo deste capítulo é o motivo pelo qual certos grupos de pessoas sentem necessidade de informar. Certamente por

motivos que os venham a favorecer, que lhes tragam benefícios, mas é verídico que, para Gonçalves, temos uma necessidade imprescindível de comunicar, falar, etc.

Os seres humanos sentem uma necessidade enorme de buscar as novidades, as informações e de informar, continua ele. Os seres humanos procuram informar -se, estar a par dos acontecimentos, sendo esta uma condição de viver em sociedade. A curiosidade é outro motivo pelo qual as pessoas procuram estar de “olhos abertos” às novidades. O autor tem o cuidado de dividir a curiosidade em diversas categorias: **a curiosidade preocupada** que consiste nos cuidados resultantes de certas deficiências, a curiosidade científica, que conduz à busca de informações. Por último o autor faz referência à **curiosidade mórbida**, doentia, sendo a informação clandestina, em especial o boato, o mais conhecido exemplo.

O Homem procura a informação por diversos motivos, entre os quais se encontram a segurança, prossegue Gonçalves. Isso justificará as palavras que Huxley põe na boca de Jefferson quando observa que “as pessoas nunca podem estar em segurança sem informação” (p.27).

Outro aspecto que leva os indivíduos procurar informar-se é a defesa, sendo este um motivo muito evidente nos planos político e económico. Citando o autor, “desejo de saber e a necessidade de falar são mais duas das razões visíveis que os indivíduos têm para procurar saber o que se passa à sua volta, que novidades há, que se conta, que diz. «Que é que diz?», «Então novidades?». Eis duas expressões, por certo, familiares aos ouvidos de toda a gente”(p.28).

Segundo José Júlio Gonçalves, para obter um bom entendimento da problemática da Informação e do seu estudo, é indispensável uma óptica sociológica. O autor afirma que: “devemos advertir que uma coisa é a estrutura da Informação, outra a estrutura de uma informação, comunicação ou notícia”(p.28). Com isto podemos concluir que o conteúdo de uma notícia ou informação pode ou não corresponder a um facto que se pretende retratar, descrever. Ao transmitir uma notícia, é necessário ter em conta determinadas regras de ética, como a verdade ou falsidade de uma notícia. O mesmo acontece com uma notícia menos exacta, tendo o comunicador a obrigação de rectificar o que está errado. Certo é que informação fal-

sa é um recurso utilizado pelos manipuladores da Propaganda Política. A falsa notícia, a mentira, também desempenha um papel fundamental no boato, de onde o autor conclui que mesmo a falsa notícia desempenha um papel social. A análise do conteúdo de um documento ou de uma série de documentos também é um tema a que o autor dá importância. Ele divide a análise de conteúdo em quantitativa e qualitativa. Em relação à análise quantitativa, esta está relacionada com a quantidade de palavras, por exemplo; a análise qualitativa remete, por seu turno, para a importância que é dada a uma ideia na estrutura geral de um texto.

Para Júlio Gonçalves, informar é comunicar e é também influenciar. Na maior parte dos países, a Informação é controlada por diversos poderes, circunstâncias estas que condicionam as relações entre informador e informado e condicionam, consequentemente, a actividade de quem recolhe os elementos integrantes das informações a comunicar. Para além de todo o condicionamento exterior à técnica de recolha da informação, há que destacar que o informador, ao recolher as notícias, tem necessidade, por motivos de estabilidade, de segurança e fidelidade, actuar de acordo com a orientação do jornal, agência, T.S.F ou T.V que serve. O autor conclui defendendo que “modernamente a busca e captação dos acontecimentos susceptíveis de construir uma notícia se tornou menos penosa e mais eficiente devido ao progresso tecnológico que pôs à disposição dos jornalistas, operadores, informadores, correspondentes, enviados especiais, observadores, etc., instrumentos que tornam cada vez mais cómoda uma actividade que noutros tempos exigia dos que a ela se dedicavam uma grande superação pessoal” (p.37). Uma vez recolhida a informação procede-se à verificação da notícia, à qual se seguirá a elaboração.

O processo de verificação consiste na análise dos elementos fornecidos às redacções, a fim de ser adaptado, modificado, corrigido, esclarecido, simplificado, e assim passar à fase da elaboração. Bem vistas as coisas a informação antes da elaboração é constituída por factos em bruto. À semelhança do que acontece com a recolha, também no discurso da elaboração se cometem erros. Com efeito, os profissionais, ao trabalharem a informação, podem ter desvios por inúmeros motivos sendo eles, falta de tempo, espaço, etc. O autor cita Beneyto, que refere o seguinte: “as notícias falsas

poderão satisfazer quem deseja lê-las mas afastarão futuros leitores, pois nada prejudica a Imprensa”(p.38).

Um vez verificada a consistência das informações segue-se outra fase: a difusão das informações. Ao haver difusão de notícias, as Agências de Informação procuram atingir o maior número de órgãos de informação, vendendo o maior número de notícias, procurando alcançar as várias camadas sociais, alargando a sua área de Informação. A Informação dispõe-se desta forma ao grande público possuindo características especiais, tais como, ser clara, breve, simples, instantânea. A difusão de informação, notícias, ideias, etc., através de diversos meios de comunicação, faz com que circulem rapidamente, o que pode, por vezes, prejudicar a sua clareza. Uma vez difundida a informação, esta chega, finalmente, aos destinatários. Ao ser transmitida ao destinatário a informação ou notícia atingirá mecanismo de atenção, podendo ignorar a mensagem, recebe-la ou então rejeita-la. Se a informação é recebida, verifica-se a retenção ou apreensão da mensagem. Segundo Wilbur Schramm, citado por Gonçalves, o êxito na comunicação deve-se à atenção do destinatário da mensagem, informação ou notícia (p.45).

Para Gonçalves, o maior ou menor poder de convencimento de uma informação depende muito da sua consistência, mas também do grau de receptividade e sugestibilidade do destinatário, do seu poder de interpretação e apreensão. Este mecanismo de atenção tem as mais íntimas ligações com a interpretação do leitor, telespectador, etc. A interpretação é feita em função da formação cultural do destinatário. Em suma: a percepção e retenção das comunicações dependem, em larga medida, da atenção sendo esta condicionada pela experiência do destinatário. Para além destes aspectos, importa não esquecer que os destinatários das informações recebem o impacto destas numa conjuntura em que se tem de contar com as respectivas condições psicológicas. Quando a atenção permite a retenção da notícia, esta não é normalmente recebida sem selecção, selecção esta que usualmente afecta a informação total. A selecção, para o autor, é desvio, é escolha, é de certo modo, interpretação, é distorção, é deformação. Com base na perdurabilidade de uma notícia, esta pode variar dependendo do seu conteúdo.

O veículo pelo qual a notícia é difundida também é extremamente importante para José Júlio Gonçalves. Por exemplo, a difusão de uma notícia veiculada pelo jornal é mais demorada do que se esta for transmitida através de T.S.F. A Imprensa tem como grande vantagem a leitura. O facto de esta ser uma actividade predominante de horas livres, tem a vantagem de permitir novas leituras, reler, rever, repensar. A informação escrita é mais lenta, mas o leitor aproveita tal facto e analisa-a com mais cuidado, podendo arquivá-la durante anos a fio. Tal não acontece com a informação audiovisual, moderna que mesmo sendo muito eficaz, não permite uma económica e fácil retenção noutra arquivo económico. Acerca da notícia oral, esta depressa morre, ao passo que a notícia escrita tem maior vigência recorda-se e revê-se melhor. Não que dizer isto de modo algum que a informação escrita é mais eficaz que a oral ou visual. Simplesmente tem uma vigência mais prolongada, a despeito da maior facilidade em retirar as notícias escritas da circulação.

No que toca à percepção e à retenção, quanto mais completa é a percepção e firme a retenção, mais duradoura será a vigência de qualquer mensagem ou comunicação, explica o autor. O tempo que uma informação vigora depende do interesse atribuído à notícia.

José Júlio Gonçalves explica, também, que a área em que se difunde uma notícia costuma chamar-se área de vigência de uma informação ou notícia. A denominação “área de” atribui-se ao espaço geográfico e ao número de habitantes que um determinado meio de comunicação pode cobrir. O gosto actual leva as pessoas a adquirirem preferência por aparelhos de T.S.F. ou T.V.. Aliás, o próprio contorno das informações modifica-se.

De acordo com Gonçalves, o espírito da época é um problema pelo qual a Sociologia de Informação demonstra grande interesse, em virtude de o livro, o jornal e a revista literária veicularem informação e terem reflexos no comportamento dos indivíduos e dos grupos, cujo estudo recai no seu âmbito, sempre que tal comportamento é afectado ou movido pela opinião.

Para o sociólogo, a sociologia da Informação recai sobre outros aspectos, como a Política de Informação. Esta anda habitualmente ligada à ideia de “influência exercida conscientemente sobre o público por meio da

propagação de determinado grupo de notícias ou da retenção de notícias de outro grupo” (p. 53). Na verdade, são os governos que habitualmente definem determinadas linhas que servem de limite à Informação nos seus territórios e, em certa medida, no plano internacional. Os governos e certos organismos nacionais e internacionais, as igrejas e as pessoas adoptaram, face à Informação, regras e sugerem ou determinam princípios a observar em relação ao que se transmite, às informações ou notícias que se difundem. Em suma, as pessoas possuem doutrinas, concepções próprias sobre a liberdade e evitam determinar atitudes e decisões que lesem os seus interesses, podendo afectar os seus objectivos. Porém, a Informação não tem dificuldades em vencer fronteiras sociais, nacionais, etc. Os Governos interferem no funcionamento do mecanismo da Informação, condicionando desta forma a comunicação social. De um modo geral, os Estados adoptam políticas informativas que se baseiam na ideia de transmitir estimular ou consentir informações, exibindo intenções que podem não defender a ética e os interesses público e privado dos países.

O autor afirma que a Informação é como um poder que se traduz em transmitir, em comunicar, em alimentar opiniões, provocar atitudes e decisões e, sobretudo, incluir ajuda na educação dos governos. Em suma, para Gonçalves é esse o comportamento que a Informação tem face à política governativa. Isto leva a que os especialistas, ao analisarem a política informativa, se preocupem com os meios de comunicação e o seu comportamento perante as atitudes adoptadas pelos governos face aos veículos da comunicação social. O autor cita, W.Philips Davison e Alexander L.George que, ao estudarem a Informação política no plano internacional, concluem que: “includes consideration of the machinery by which communication policy is transformed into communication content, and also study of personal who operate this machinery and the media and techniques which they use”(p.55). Tais comportamentos condicionam os meios de comunicação de ideias, afectando a eficácia das Informações e vê desta forma a sua receptividade influenciada.

Para Gonçalves, na conjuntura política internacional podem isolar-se para efeitos de estudo os seguintes segmentos-tipo de política informativa. A política de informação de figurino capitalista e política de Informa-

ção de figurino comunista, complementadas com a política de informação da Igreja Católica.

Diz o autor que numa primeira abordagem do problema, verifica-se que tanto o bloco capitalista, como o bloco comunista, se adaptaram às concepções de Informação, podendo distinguir-se nestas três aspectos essenciais: a preocupação de informar e fazer propaganda, a ideia de informar e educar e a tendência para informar e «desinformar». Isto porque a Informação tem sido um instrumento de difusão de ideias políticas, sociais, entre outros, de cada bloco, no seio das populações que vivem dentro das fronteiras dos Estados, afectando, de algum modo, os países alinhados em blocos opostos.

Quando as emissoras, as empresas jornalísticas, outros meios de comunicação informam, transmitem notícias, têm sempre como finalidade influenciar os destinatários, sustenta Gonçalves. Logo informar é a preocupação dominante de alguns países que integram os blocos referidos, todos com vista a proteger a sua verdade e evitar a verdade dos outros, defendendo os princípios que alicerçam a ordem política em que vivem. Citando José Júlio Gonçalves: “a preocupação de informar e fazer propaganda, a ideia de informar e educar e a tendência para informar e «desinformar»”(p.57). A informação é considerada como sendo propaganda, uma autêntica arma psicológica, muito usada pelos blocos referidos anteriormente.

Para José Júlio Gonçalves, fazer propaganda é impor a verdade, insinuar uma mentira ou uma verdade, provocando uma onda de opiniões e consequentes atitudes políticas. Ambos os blocos internacionais mencionados têm a preocupação de Informar, educar, induzir a formação dos indivíduos. No entanto, para Gonçalves a desinformação mata a informação, até porque as novas notícias tendem a eliminar as anteriores da ordem do dia.

A Informação capitalista, existente, por exemplo, nos Estados Unidos da América, tem por características principais, para Gonçalves, ser livre e democrática, em oposição à comunista, existente em países como a URSS, que é condicionada, fechada e ditatorial. Em concreto, a concepção capitalista da Informação traduz-se, segundo o autor, na entrega dos meios de comunicação, a grupos económicos, que tomam a forma de empresas, fazendo do público um mercado, das notícias mercadoria e do espectador

um cliente, que consome a informação, de acordo com as tendências e gostos pessoais. Por isso se chama à Informação “indústria cultural”, explica José Júlio Gonçalves.

Apesar de, em teoria, a Informação nos países capitalistas ser livre, as leis relativas à Imprensa, à rádio e televisão e ao próprio mecanismo eleitoral americano condicionam-na. Aliás, tal como refere o autor: “em parte alguma há Informação não condicionada ou controlada, directa ou indirectamente” (p.61). Este controlo é geralmente aceite pela sociedade, para assegurar a manutenção da verdade. Por isso, num país como os EUA o condicionamento da Informação é totalmente legal, pois o controlo é exercido pelo Estado com o objectivo de salvaguardar os interesses políticos e privados do país e o bem-estar da população. Apesar de tudo, o controlo exercido pelo Estado está sujeito a uma grande pressão por parte do poder económico, dos grupos organizados, da publicidade e da propaganda.

Segundo Gonçalves, apesar do controlo Informativo pelas agências do governo americano, a Informação nos Estados Unidos não é um instrumento governamental. Gonçalves assegura que só raramente o Governo dos EUA interfere na Informação, apesar do vigor da propaganda.

José Júlio Gonçalves prossegue lembrando que nem todos os países têm acesso livre à Informação. Tais países são caracterizados como sendo países de informação fechada. Nesses países, aos condicionamentos políticos pode-se adicionar o condicionamento social. Para o autor, a Informação comunista, que alguns autores designam de condicionada e outros de fechada ou ainda ditatorial, insere-se nessa categoria de Informação fechada. Segundo Gonçalves, esse condicionalismo tem uma explicação, pois nos países do bloco comunista a Informação tem como objectivos servir o Estado e educar o povo. Os órgãos de informação nos países marxistas são assim considerados pelo autor como instrumentos do povo, das classes operárias, sendo destinados a permitir o progresso desta classe e a doutrinação dos indivíduos.

Avançando na sua descrição, José Júlio Gonçalves explica que a Informação na U.R.S.S. se diz fechada porque os órgãos políticos exercem grande controlo sobre ela, para não prejudicarem nenhum dos seus ob-

jectivos. Vemos desta forma uma imprensa designada de regional, que possibilita uma área para leitores e colaboradores e que tende a ocupar-se de problemas essencialmente políticos. Apesar de se dizer que a informação da U.R.S.S não é “livre”, o povo sempre teve acesso à informação e a algum entretenimento. No entanto, para Gonçalves, a Informação na U.R.S.S é uma gigantesca máquina, uma arma psicológica, que explora todas as recaídas dos adversários. Designa-se como Informação mas geralmente actua como propaganda.

Já a Informação associada às doutrinas da Igreja Católica, salienta José Júlio Gonçalves, visa restituir o jornalismo à sua função social, tendo como objectivos primordiais: noticiar objectivamente, honestamente sem alterar a verdade e a moral.

A Igreja Católica, tem uma ideia muito própria da Informação, que implica a transmissão da verdade aos mais variados povos do mundo. O poder da Igreja é tal sobre os meios de comunicação que esta recomenda aos manipuladores da informação a verdade e a objectividade. Assegura Gonçalves que o ideal seria ter uma Informação despolitizada, de forma a manter a sua objectividade. O facto é que, por vezes, a Informação assume características mercantis, sendo que as notícias que se pagam a uma agência mundial ou nacional especializada são mais aceites do que as agências ou os serviços oficiais que qualquer país oferece gratuitamente, e isto apesar de o preço da informação condicionar a difusão e a circulação das notícias.

Para que se possa divulgar a informação, não se pode ignorar a importância de um bom dispositivo de verificação de notícias, permitindo que a informação se torne objectiva e com viabilidade. Mas existem muitos outros obstáculos, de várias naturezas, relacionados com a difusão e circulação das notícias, tais como: o condicionamento político, a carência de meios técnicos, as dificuldades financeiras, as barreiras psicológicas relacionadas com o espírito da época ou a mentalidade criada, entre outros. Contudo, para Gonçalves, a grande barreira a superar pela informação autêntica é a inerente aos aspectos negativos da Política de Informação perseguida pelos governos, quando se socorrem de instrumentos poderosos para manter a informação conforme desejam, por vezes sem mesmo

recorrer à censura.

Seguidamente, o autor passa para o tema do Direito à Informação. Explica, então, que o direito à informação, o direito de informar e a obrigação de informar são três fenómenos provenientes da evolução da mentalidade dos povos, dos governantes e governados. Para Gonçalves, com a evolução dos meios de comunicação e da forma de organização das sociedades, os problemas do Estado passaram a interessar mais aos governados e não apenas aos governantes. Os primeiros querem, agora, saber o que se passa, estar ao corrente dos principais acontecimentos e receberem as informações úteis para uma melhor qualidade de vida. Daí advém, para José Júlio Gonçalves, a ideia do Direito à Informação.

O facto de a sociedade ter livre acesso à informação leva a que se sinta uma necessidade extrema de se comentarem as notícias e emitirem opiniões a sua opinião. A informação tem, assim, para José Júlio Gonçalves, um papel decisivo nas dinâmicas sociais, em particular nas dinâmicas sócio-políticas. Na realidade, hoje os Governos, através de serviços de informação pública, cumprem uma missão social que se baseia na obrigação de facultar aos cidadãos informações, notícias indispensáveis para as diferentes camadas sociais. Em suma: os Estados capitalistas modernos admitem, normalmente, um livre acesso por parte dos cidadãos à informação. O Direito à Informação faz parte da vida de cada cidadão.

Existe outro facto que, para Gonçalves, é necessário salientar: os Estados democráticos e liberais respeitam o direito que cada cidadão tem de informar. Em relação aos Estados capitalistas menos democráticos, o acesso e o direito à Informação estão sujeitos a um condicionamento, mais ou menos acentuado. O facto é que o Governo tem de manter o clima informativo, tem de influenciar o público para que não suscite opiniões que o desestabilizem. Os Estados totalitários adoptam o mesmo comportamento que os estados capitalistas autoritários, embora nestes o controlo da informação seja mais drástico.

O autor continua lembrando que a liberdade de Informação tem preocupado diversos organismos internacionais, nomeadamente a O.N.U., organização que em 1946 considerou a liberdade de informação como sendo essencial para a vida humana, tornando-se um direito para todos. A

supramencionada organização procura, assim, no dizer do autor, conciliar esforços no sentido de expandir os meios de comunicação para que todos tenham acesso à informação. A U.N.E.S.C.O., de acordo com Gonçalves, desempenhou um papel notável no sentido de promover a liberdade de Informação e a livre circulação das informações. O autor conta, ainda, que no último decénio (portanto a partir dos anos 50) têm-se reunido de dois em dois anos técnicos de vários países sob os auspícios da U.N.E.S.C.O. para avaliarem as políticas informativas dos países representados e promoverem a cooperação internacional no domínio da Informação, servindo essas reuniões também para se debaterem os progressos dos meios e métodos da Informação.

Relembrando, posteriormente, o papel das tecnologias de transmissão de informação à distância, como a rádio, o autor salienta o papel das agências de notícias no mundo, que, segundo ele, fornecem a maioria das notícias que circulam na imprensa. Seguidamente, José Júlio Gonçalves evoca a história das agências noticiosas, recordando que estas remontam ao século XIX, com a criação da Agência Havas, em 1835, especializada em publicidade e na recolha e difusão de notícias políticas. Mais tarde, fundou-se a Agência Wolf, em Berlim, em 1849. A terceira grande agência a ser fundada foi a Reuters. Para Gonçalves, essas são as três mais poderosas agências noticiosas existentes no mundo. Com o passar dos tempos começaram a surgir novas agências de informação, mundiais e nacionais, especializadas, oficiais, privadas, católicas, publicitárias, entre muitas outras agências. Em 1952, assinalava-se numa fonte documental da U.N.E.S.C.O a existência de 143 agências de Informação, das quais 94 se encontram em funcionamento nessa mesma data (1963). Das restantes, várias desapareceram e outras mudaram de nome. A análise de dados expostos ao longo do livro permite inclusivamente verificar que as agências especializadas se têm relevado mais estáveis, mas as agências nacionais são instáveis.

Segundo Gonçalves, a U.N.E.S.C.O. assinala a existência de seis agências mundiais de Informação, 77 nacionais e 12 especializadas em actividade. Segundo um estudo realizado pelo autor relativamente às agências de Informação, este conclui que as agências mundiais de Informação

se repartem desigualmente por vários continentes e países mas atingem grandes sectores da população mundial.

O autor salienta, seguidamente, o papel das principais agências mundiais de notícias –France-Press, Reuters, Associated Press, United Press e Telegrafnoie Agenstvo Sovietskavo Soiuza (TASS) – no controlo dos fluxos internacionais de informação (ele escrevia em 1963, não o esqueçamos). Recorda a história das mesmas. Faz também um levantamento de algumas das agências nacionais, incluindo as portuguesas Agência de Notícias e Informações e Lusitânia, realçando que os objectivos que presidiram à criação de agências nacionais foi a elaboração, por cada país, da sua própria informação e a possibilidade de se difundirem notícias através de agências não estrangeiras. Segundo Gonçalves, um facto curioso é que as agências nacionais, normalmente, não têm como principal objectivo a obtenção de lucro, mas sim o controlo da Informação, visto serem estatais ou inspiradas pelos governos. Porém, para José Júlio Gonçalves o “poder do governo”, neste último caso, condiciona a informação. O autor realça que, apesar de tudo, também existem agências nacionais criadas por acção da iniciativa privada.

Recorda, ainda, José Júlio Gonçalves que a UNESCO divide as agências especializadas por critérios étnicos (exemplo: Associated Negro Press), religioso (exemplo: Agência Telegráfica Judaica) e geográfica (exemplo: Arab News Agency).

O tema que José Júlio Gonçalves desenvolve a seguir é o do panorama actual (1963) da Informação, salientando que as novas tecnologias acentuam a concorrência, pois os órgãos informativos vêm-se obrigados a adaptar-se, ou seja, a melhorar tecnologicamente e a acelerar a distribuição para melhorar o quadro informativo. De acordo com o autor, esta concorrência, quando não é saudável, cooperativa ou concentrada, leva ao desaparecimento dos meios de comunicação, sendo ilação daí tirada que os órgãos de opinião são mais efémeros que os de Informação.

Ainda sobre o panorama internacional da informação, o autor chama a atenção para a desigual distribuição da informação, havendo regiões do planeta que são mais informadas e outras regiões onde não chega a informação. Esta desigual distribuição de informação levou Robert Chapuis,

citado por Gonçalves, a dividir o planeta em três zonas: zona deserdada; zona intermediária; zona fortemente desenvolvida.

O autor recorre, seguidamente, a Bernard Vouenne, que no seu livro *La Press dans la Société Contemporaine* fornece dados globais relativos aos jornais, aos receptores de T.S.F. e à T.V. Nesse trabalho, são de grande importância os dados comparativos relativos aos anos de 1948 a 1962, pois mostram a perda de importância da Imprensa escrita, o aumento do número de aparelhos de T.S.F. e o crescimento gigantesco da T.V. em escassos anos. O cinema entrou em crise após 1956, por causa da concorrência da TV.

No que toca à rádio, o autor destaca o esforço da maior parte dos países no sentido de dotarem os serviços de T.S.F. de maior potência e maior número de emissores, aproveitando também as ondas curtas e a frequência modulada.

Falando, seguidamente, da TV, José Júlio Gonçalves relembra que nos países em vias de desenvolvimento as audiências são comunitárias, isto é, uma televisão não serve apenas para os elementos de uma só casa, de uma só família, serve para inúmeras famílias. A realidade é que, em conformidade com o autor, a T.V. actua no plano educativo, propicia um melhor tipo de audições, de onde se conclui que quanto maior é a carência de receptores e menos famílias estão expostas a este meio de comunicação maior é o número de radiouvintes por cada aparelho T.S.F.

A Informação em África também é alvo de estudos por parte deste autor.

O autor define esse continente como praticamente deserdado no que diz respeito à Informação.

Para ele, a T.S.F. é o meio de transmissão mais apropriado para África, verificando-se, inclusivamente, a sua expansão no continente africano, o que prova um crescente poder aquisitivo por parte da população, mas o facto é que, sustenta o autor, África está aquém do mínimo indispensável de cobertura e audiências radiofónicas significativas.

Acerca da Televisão, muito pouco se fala no livro, apenas se explicita que existem poucos emissores.

Apesar dos condicionalismos, o autor conclui que os progressos dos meios mencionados anteriormente têm sido extraordinários em África, apesar das barreiras étnicas, do baixo poder de compra, do analfabetismo

e da falta de pessoal técnico.

O autor continua este volume abordando um tema deveras interessante, intitulado: “uma sociedade condicionada pela Informação?”

Nesse capítulo, José Júlio Gonçalves interroga-se sobre a influência dos meios de comunicação social nos indivíduos e na sociedade no seu conjunto. De acordo com o autor, os meios condicionam os comportamentos e atitudes que implicam alterações importantes nas estruturas sociais. Mais: a maior parte da sociedade forma uma opinião decalcada pelas notícias, onde a propaganda se imiscui. O mundo em que vivemos encontra-se, por isso, assegura Gonçalves, em constante mudança devido ao impacto dos meios de informação. A Imprensa, o Cinema, a Radiodifusão e a Televisão cada vez se penetram mais na sociedade, nas etnias, nos grupos. O desenvolvimento das técnicas de comunicação não pode deixar de ser considerado como um fenómeno da maior projecção na cultura e na civilização. Aliás, para o autor, rigorosamente toda a sociedade participa na Informação ou da Informação. Os instrumentos de comunicação condicionam as opiniões, as atitudes, os comportamentos e, por outro lado, na medida em que veiculam os símbolos, condicionam também os relatos, os acontecimentos e as ideias, podendo, em conclusão, dizer-se que a Informação condiciona a actividade humana, sendo também uma garantia contra grupos que desejem ter um total controlo sobre a sociedade.

O autor termina esta parte com uma pergunta retórica, na qual questiona o facto dos órgãos informativos, de propaganda e publicidade poderem determinar atitudes e comportamentos e intervir no processo social, violando as vontades ao penetrarem no subconsciente humano.

O autor termina a sua reflexão com a exposição de documentos intitulados: Projecto de convenção sobre a transmissão internacional de notícias e o direito de correcção, de 1948; O projecto de declaração sobre a liberdade de Informação, de 1960; Organizações internacionais de Informação, de 1960; Lista alfabética das agências da Informação, de 1952 e por último os Meios de Informação em África.

Autor (nome completo): Sílvia Cristina Teixeira Botelho
E-mail: Silvia_291089@hotmail.com

Livros LabCom

» Gonçalves, 1964

Autor: Gomes, Luiz Fernando

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1964

Título completo da obra: A Informação em Angola

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): ISCSPU

Número de páginas: 95

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: P.320OV.

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): José Júlio Gonçalves foi professor no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina e reitor da Universidade Moderna. Tem obra publicada nos domínios da antropologia, do direito e da comunicação social, grande parte dela referente ao ultramar português.

Índice da obra: [Não tem índice]

Apontamento Preliminar a informação na África pré-colonial - página 11

A informação na África contemporânea síntese de enquadramento - página 19

Alguns aspectos da informação em Angola - página 24

A informação na imprensa - página 24

As primeiras publicações entradas em Angola a presença holandesa - página 24

Breves considerações sobre as primeiras publicações periódicas impressas em Angola - página 29

O «Boletim», depois do chamado «Boletim Oficial». Aspectos mais significativos da sua criação e evolução história - página 29

Os primeiros jornais angolanos de figurino clássico. Apontamento histó-

rico - página 38

Contribuição para a elaboração de um inventário completo das publicações periódicas postas a circular em Angola depois de 1845 - página 50

Jornais e outras publicações periódicas de Angola (ou relacionadas com a actual conjuntura angolana) cuja publicação foi e é determinada por factores políticos, religiosos, militares e outros - página 55

Alguns números sobre os jornais, revistas, boletins, anuários e livros difundidos no seio da população angolana - página 69

A informação audiovisual - página 74

Da «Lanterna Mágica» Às Modernas Máquinas de projecção cinematográfica - página 74

Notas estatísticas sobre a frequência anual dos cinemas angolanos - página 75

Introdução da T.S.F em Angola. Os principais emissores angolanos. Quadro sumário das emissores existentes em Angola, em 1962.- página 76

Alguns problemas da Informação auditiva em Angola: poder de penetração, programação, aperfeiçoamentos técnicos introduzidos e necessários; as barreiras linguísticas - página 78

Tentativa de planificação da T.S.F. angolana (1961). Papel complementar da T.S.F. metropolitana AT.S.F. ao serviço da Administração Civil - página 83

Dados estatísticos sobre a audiência da T.S.F entre os habitantes de Angola - página 89

Outros meios de comunicação social: a correspondência postal e fonopostal, o telégrafo, o telefone, as cintas magnetofónicas, os estafetas, etc. - página 90

A informação e o futuro de Angola. Apontamento final - página 92

Bibliografia - página 93

Trabalhos assinados - página 93

Trabalhos não assinados e outros - página 95

Resumo da obra (linhas mestras): Diz José Júlio Gonçalves que os meios utilizados pelo homem no contacto com os seus semelhantes compreendem não só os órgãos somáticos, mas também todas as ferra-

mentas de transmissão verbal, escrita, mímica ou mecânica, não repartidas uniformemente pelo Mundo, mas distribuídas em função dos níveis culturais e civilizacionais duma dada população. E é em função dum maior ou menor número de ferramentas que uma dada população utiliza, que se determina as zonas mais informadas ou não, cabendo a algumas destas últimas o epíteto de zonas deserdadas, inserindo-se aqui o continente africano e, conseqüentemente, Angola.

Segundo o autor, antes da chegada dos europeus a estas paragens africanas, a comunicação cingia-se à transmissão verbal, directa ou por estafetas, a transmissão mímica, a ideológica e pouco mais, sendo a mais corrente a comunicação falada (normalmente pessoalizada, em que os indivíduos se punham em posturas definidas em função do assunto e da privacidade), a linguagem gritada (quando a natureza assim o permitia, sendo o caso de pastores e outros que elevavam a voz para se fazerem ouvir), a linguagem cantada (utilizada em rituais) e a linguagem convencional (utilizada nas manifestações religiosas)

O autor diz que a fala e depois o gesto (processos utilizados pelo homem nos seus primeiros passos na comunicação), seguidos da ideografia e do som (através de tambores, chifres, etc.), foram os modos mais frequentes de comunicação. Para o autor, o gesto, a ideografia e o som foram formas de comunicação que ultrapassaram a barreira das numerosas línguas dos povos africanos e até das distâncias. De acordo com José Júlio Gonçalves, em síntese, esse era o cenário das gentes africanas antes da colonização.

Na obra o autor salienta o facto que após a colonização ocorreu um impacto das tecnologias europeias nas gentes africanas, o que alterou profundamente o quadro da informação. Os primitivos meios de comunicação vieram sucessivamente a serem substituídos, pela escrita, a tipografia, a imprensa, o cinema, a TSF e nalguns territórios a TV, o telégrafo e o telefone. A par disto, abriram-se estradas, aperfeiçoando-se os meios de transporte e a instalação dos Correios, meios estes que vieram a veicular grande parte da comunicação individual, colectiva e comunitária.

Para José Júlio Gonçalves, pode dizer-se que a viragem se iniciou com a instalação da primeira tipografia e a publicação dos primeiros jor-

nais - sendo mais morosa, essa viragem, nos povos bantos e sudaneses, já que estes, e nomeadamente os Bantos, estavam instalados fora dos grandes centros de informação.

O autor admite que o primeiro jornal africano foi editado na África do Sul. Mas, em 1845, em Angola é editado o primeiro jornal, intitulado “*Boletim*” que mais tarde veio a denominar-se “*Boletim Oficial*”. Novos jornais foram editados no continente africano, sendo de realçar um jornal editado na África do Sul, destinado exclusivamente a africanos.

Todavia, conforme dados da UNESCO, a Informação em África era muito escassa. Na análise feita no ano de 1962 à informação escrita, ao cinema e à TSF, os africanos estavam em grande défice quanto aos dois primeiros canais de informação atrás referidos, só se notando melhorias significativas no campo da TSF.

No que diz respeito a alguns aspectos da informação em Angola, julga-se que a informação impressa entrou em Angola em 1845, fruto tardio dos navegadores que rumavam àquelas paragens.

Pelo menos desde o século XVI até à data da primeira impressão de um jornal (o *Boletim*, de 1845), a única informação impressa a que os angolanos tinham acesso era a proveniente de Portugal e de países estrangeiros, publicações essas levadas pelos missionários e colonos.

O *Boletim* do Governador-geral da Província de Angola, foi mandado pôr em circulação pelo governador Pedro Alexandrino da Cunha, colmatando assim, uma lacuna por demais evidente. O 1º número foi publicado em 13 de Setembro de 1845.

O *Boletim Oficial* era, de facto o único órgão informativo existente, tornando-se (como já noutras províncias) o órgão de informação das disposições legais, notícias, anúncios, poesia, declarações de credores a devedores e demais eventos.

Nas primeiras informações angolanas de figurino clássico, sempre se discutiu se, em Angola, o *Almanak* foi ou não a primeira publicação periódica aí impressa, depois do *Boletim Oficial*, se, pelo contrário, dada tal característica, tal primazia caberia ao semanário literário *A Aurora*, editado em 1855, apesar deste ter tido uma vida curta.

Diz-se que, como publicação periódica, o “*Almanak*”, foi sem dúvi-

da, o primeiro. Mas jornal propriamente dito foi o *Aurora*.

Em 1866, surge o jornal *Civilização da África Portuguesa*, periódico padronizado com notícias de política, economia e do mundo em geral.

Atenta a profusão e a ordem da característica da informação lançada em Angola, levou Mário António a referir que o jornal em Angola surgiu sob o signo da literatura, passando depois a ter por referência a informação noticiosa.

Surgem, de seguida, variadíssimos jornais, revistas, boletins e outros formatos impressos, com edições curtas, já que a analfabetização não comportava a existência de tanta imprensa.

Segundo José Júlio Gonçalves, pela não obrigatoriedade do depósito legal das publicações, tornou-se difícil saber, duma forma sucessiva, quais os jornais que foram editados após o *Civilização da África Portuguesa*. Tudo aponta para que o *Comércio de Luanda*, fundado em 1867, tenha sido o primeiro a surgir. Em 1870, editava-se o Mercantil.

O *Mercantil*, conjuntamente com o *Boletim Oficial* e o *Comércio de Luanda* foram os primeiros a ter tipografia própria. Realça-se o facto, do Mercantil, com 18 anos de durabilidade, ser um daqueles que teve maior tempo de vida.

Há também a realçar, que o *Jornal de Moçâmedes*, editado em 1882, foi o primeiro jornal de província, conforme afirma Mimoso Moreira.

De 1845 a 1953, são inúmeras as publicações editadas em Angola.

A livraria também assume o seu papel de veículo informativo. Os angolanos – assegura José Júlio Gonçalves – mostravam grande interesse pelo livro e mais concretamente pelos autores de reconhecido nome na metrópole. Todavia, os livros estrangeiros eram de melhor acesso, o que não se compreende.

Quanto à informação audiovisual, a mesma foi introduzida pelos missionários, com tecnologia que José Júlio Gonçalves assegura que já estava ultrapassada em 1966 – como suporte de explicação e seguimento da religião. Foi longo o caminho percorrido por este meio de comunicação, mas é certo que, em 1956, em Luanda, haviam 19 salas de cinema que, face ao número da assistência, despertavam o interesse da população.

E no tocante à T.S.F, em 1960, já operavam em Angola 36 postos

emissores. Crê-se que o aparecimento dos rádio-receptores de transístores, por desnecessidade de energia eléctrica, foi a mola que impulsionou a rádio angolana.

Com vista a reforçar e disciplinar a rádio, em 1961 foi criada uma Comissão Coordenadora, que tutelava toda a Radiodifusão em Angola.

Com a guerra ultramarina, verificou-se o decrescimento do cenário de informação técnica e a promoção do aparecimento de órgãos de comunicação escrita de cariz político, face ao cenário em que Angola mergulhava. Ao mesmo tempo, a Imprensa da Metrópole alargou consideravelmente o espaço dedicado aos problemas ultramarinos.

As missões religiosas, segundo Júlio Gonçalves, deram também um contributo muito positivo à informação, quer através da escrita, quer através da Rádio, realçando-se o *Jornal Apostolado* como um dos órgãos de maior importância no quadro social angolano.

Não obstante, o crescendo da imprensa escrita e falada agudizou o problema do controlo da informação por parte dos agentes da Metrópole, já que, periféricamente, há uma onda de notícias ao serviço das forças independentistas. Seria exemplo significativo desse estado de coisas o *Jornal Kovaso*.

Como já tinha acontecido na Guiné e no Estado da Índia, a eclosão do terrorismo trouxe como consequência a ida das Forças Armadas para Angola, que logo promoveram a elaboração e circulação de vários órgãos de imprensa (de militares para militares).

Dentro deste quadro, não é por demais perguntar, relembra o autor, que poder poderá advir dos órgãos informativos na ajuda ao futuro de Angola, Será que eles terão influência na sua evolução política, económica, social, religiosa, etc.? Não se sabe, de facto. O futuro dos povos depende, sobretudo, de acordo com Gonçalves, do seu presente, alicerçado na herança que lhes foi legada.

Autor (nome completo): Catarina Rafaela dos Santos Ferreira

E-mail: katarinaraf@hotmail.com

» Gonçalves, 1965-A

Autor: Gomes, Luiz Fernando

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1965

Título completo da obra: Leis da Informação (Portugal): 1627-1965

Tema principal: Ética, Direito e Deontologia do Jornalismo/Liberdade de Imprensa

Local de edição: Braga

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Editora Pax Braga

Número de páginas: 390

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: J6-7-145

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): José Júlio Gonçalves foi professor no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina e reitor da Universidade Moderna. Tem obra publicada nos domínios da antropologia, do direito e da comunicação social, grande parte dela referente ao ultramar português.

Índice da obra:

Esclarecimento preliminar – p.11

1. Carta Régia de 26 de Junho de 1627 – p.14
2. Carta de Lei de 4 de Julho de 1821 – p.16
3. Carta de Lei de 29 de Janeiro de 1822 – p.33
4. Carta de Lei de 21 de Julho de 1822 – p.34
5. Decreto de 21 de Novembro de 1833 – p.37
6. Decreto de 7 de Janeiro de 1834 – p.38
7. Carta de Lei de 22 de Dezembro de 1834 – p.38
8. Carta de Lei de 30 de Abril de 1835 – p.47
9. Decreto de 7 de Dezembro de 1836 – p.48
10. Carta de Lei de 19 de Novembro de 1837 – p.50

11. Portaria de 18 de Dezembro de 1837 – p.54
12. Portaria de 22 de Março de 1838 – p.54
13. Carta de Lei de 14 de Agosto de 1840 – p.55
14. Carta de Lei de 14 de Setembro de 1840 – p.56
15. Carta de Lei de 6 de Fevereiro de 1844 – p.57
16. Carta de Lei de 22 de Fevereiro de 1844 – p.59
17. Decreto de 20 de Abril de 1846 – p.59
18. Carta de Lei de 20 de Abril de 1846 – p.60
19. Decreto de 7 de Outubro de 1846 – p.61
20. Decreto de 5 de Novembro de 1846 – p.62
21. Decreto de 6 de Dezembro de 1846 – p.62
22. Decreto de 6 de Janeiro de 1847 – p.63
23. Decreto de 27 de Janeiro de 1847 – p.63
24. Decreto de 6 de Fevereiro de 1847 – p.64
25. Decreto de 6 de Março de 1847 – p.65
26. Decreto de 6 de Abril de 1847 – p.65
27. Decreto de 6 de Maio de 1847 – p.66
28. Decreto de 6 de Junho de 1847 – p.66
29. Decreto de 6 de Julho de 1847 – p.66
30. Carta de Lei de 3 de Agosto de 1850 – p.67
31. Decreto de 22 de Maio de 1851 – p.104
32. Lei de 24 de Maio de 1851 – p.105
33. Lei de 1 de Outubro de 1856 – p.106
34. Decreto de 16 de Setembro de 1862 – p.107
35. Carta de Lei de 17 de Maio de 1866 – p.108
36. Decreto de 12 de Novembro de 1868 – p.113
37. Lei de 9 de Julho de 1912 – p.114
38. Lei de 12 de Julho de 1912 – p.115
39. Decreto n.º 2270, de 12 de Março de 1916 – p.116
40. Decreto n.º 11839, de 5 de Julho de 1926 – p.118
41. Decreto n.º 12800, de 29 de Julho de 1926 – p.135
42. Decreto n.º 12580, de 30 de Outubro de 1926 – p.154
43. Decreto n.º 13725, de 27 de Maio de 1927 – p.156
44. Decreto n.º 13841, de 27 de Junho de 1927 – p.220

45. Portaria n.º 5422, de 12 de Junho de 1928 – p.239
46. Decreto n.º 18281, de 30 de Abril de 1930 – p.239
47. Portaria n.º 7166, de 5 de Agosto de 1931 – p.243
48. Decreto n.º 19952, de 30 de Julho de 1931 – p.244
49. Decreto n.º 20431, de 24 de Outubro de 1931 – p.252
50. Decreto n.º 22469, de 11 de Abril de 1933 – p.254
51. Decreto n.º 23054, de 25 de Setembro de 1933 – p.256
52. Decreto n.º 23203, de 6 de Novembro de 1933 – p.261
53. Decreto n.º 24525, de 4 de Outubro de 1934 – p.264
54. Portaria n.º 8301, de 2 de Dezembro de 1935 – p.164
55. Decreto-Lei n.º 26474, de 30 de Março de 1936 – p.265
56. Decreto-Lei n.º 26589, de 14 de Maio de 1936 – p.269
57. Decreto-Lei n.º 26636, de 25 de Maio de 1936 – p.273
58. Decreto-Lei n.º 27495, de 27 de Janeiro de 1937 – p.276
59. Decreto-Lei n.º 33015, de 30 de Agosto de 1943 – p.301
60. Decreto-Lei n.º 40341, de 18 de Outubro de 1955 – p.303
61. Decreto-Lei n.º 41484, de 30 de Dezembro de 1957 – p.317
62. Decreto-Lei n.º 41485, de 30 de Dezembro de 1957 – p.340
63. Decreto-Lei n.º 41486, de 30 de Dezembro de 1957 – p.355

Apêndice

64. Decreto n.º 12271, de 3 de Setembro de 1926 – p.381
 65. Decreto n.º 21214, de 20 de Abril de 1932 – p.382
 66. Decreto-Lei n.º 23228, de 15 de Novembro de 1933 (arts. 207 e seguintes) – p.384
 67. Portaria n.º 8652, de 9 de Março de 1937 – p.385
 68. Decreto n.º 27543, de 1 de Março de 1937 – p.386
 69. Decreto-Lei n.º 31119, de 30 de Janeiro de 1941 – p.387
 70. Portaria Ministerial n.º 10993, de 15 de Junho de 1945 – p.389
- Fontes Documentais – p.391

Resumo da obra (linhas mestras): Este livro é uma compilação de legislação sobre imprensa e informação promulgada em Portugal desde 1627, tal como o índice referencia. Foi usado pelos alunos da cadeira de

Sociologia da Informação do 2º ano do Curso Complementar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina. O autor frisa, no “Esclarecimento Preliminar”, que “até 1627 só os livros (...) tinham merecido as atenções do Poder, sempre atento a tudo quanto pudesse afectá-lo”. No entanto, a partir de 1627 a atenção do poder estende-se à imprensa, com a publicação de uma Carta Régia, a 26 de Janeiro de 1627, embora a primeira, a “autentica”, lei de imprensa tenha sido promulgada apenas em 1821.

A partir daqui, segue-se, no livro, a compilação da legislação, conforme o índice.

Autor (nome completo): Joana Helena Veloso Cordeiro dos Santos
E-mail: joanavcordeiro@hotmail.com

» Gonçalves, 1965-B

Autor: Gomes, Luiz Fernando

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1965

Título completo da obra: A Informação em Moçambique

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Universidade Técnica de Lisboa

Número de páginas: 164

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: SA 30088 V

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Nascido a 19 de Janeiro de 1929, José Júlio Gonçalves, natural de Pampilhosa da Serra, é doutorado pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina e, em Ciências Políticas, pela Universidade de Madrid.

José Júlio Gonçalves foi membro do Centro de Estudos Luso – Árabes da Sociedade de Geografia de Lisboa, membro do centro de Estudos da Guiné Portuguesa e vogal director do Centro Português de Estudos Europeus.

Esteve ligado, em 1984, à elaboração da moção da Nova Esperança (de um grupo de figuras do PSD, com Marcelo Rebelo de Sousa, Santana Lopes e Durão Barroso), de alternativa ao grupo de Pinto Balsemão e Mota Amaral. Fez parte do grupo de professores que saíram em divergências com a Universidade Livre e de cuja iniciativa partiu, em 1986 a criação da Universidade Moderna, da qual foi nomeado reitor, tendo sido vogal da Direcção de 1991 a 1993 e Presidente da Direcção, de 1997 a 1999.

Índice da obra:

1. Breves considerações sobre os meios e processos tradicionais de comunicação utilizados pelos autóctones pré-gâmicos de Moçambique...pg. 17
2. Impacto do Islão na África Oriental. A difusão do Corão e outros livros religiosos Muçulmanos...pg. 17
3. Penetração portuguesa em terras moçambicanas. Meios e métodos de comunicação usados nos primeiros contactos com os autóctones e alienígenas de estirpe Árabe...pg. 25
- 3.01. Os intérpretes(«línguas»), os gestos, os «recados» e as carta...pg. 26
4. Primeiras publicações levadas para Moçambique pelos cavarelistas e missionários portugueses...pg. 28
- 4.01. As Ordenações do Reino, as cartilhas, as cartilhas e catecismos...pg. 29
- 4.02. A comunicação pela imagem: uma imagem do anjo Gabriel e o retábulo de D. Gonçalo da Silveira...pg. 32
5. Introdução da tipografia em Moçambique (1854)...pg. 35
- 5.01. Primeiros jornais publicados em prelos moçambicanos...pg. 38
- 5.01.1. O Boletim do Governo da Província de Moçambique(1854)- primeiro jornal oficial...pg. 38
- 5.01.2. O Progresso (1868): primeiro jornal não oficial de Moçambique...pg. 42
- 5.02. Primeiras publicações não periódicas impressas em Moçambique...pg. 49
- 5.02.1. O Regulamento Geral das Alfândegas da Província de Moçambique(1854): primeira separata tirada em prelos moçambicanos...pg. 51
- 5.02.2. O Almanach Civil Ecclesiastico Histórico-administrativo da Província de Moçambique para o ano de 1859. 3º depois do Bissexto (1859): primeiro livro impresso em Moçambique...pg. 53
- 5.02.2.1 Regime jurídico das actividades tipográficas e informativas à data da instalação do primeiro prelo em Moçambique...pg. 55
- 5.03. Contribuições de Mário Costa, Raul Neves Dias e Filipe Gastão de Almeida de Eça para o conhecimento da evolução histórica da Imprensa em Moçambique. Um número especial – A Imprensa de Moçambique – comemorativo do 1º centenário (1854-1954) da Imprensa em

Moçambique...pg. 62

5.04. Algumas notas sobre a informação sectorial impressa da província de Moçambique...pg. 64

5.04.1. A imprensa católica de Moçambique...pg. 64

5.04.2. Publicações protestantes impressas ou circuladas em Moçambique...pg. 68

5.04.3. Publicações periódicas e não periódicas muçulmanas divulgadas em Moçambique...pg. 72

5.04.4. Jornais e outras publicações militares muçambicanas de ontem e de hoje...pg. 76

5.05. Alguns problemas cruciais da informação impressa de Moçambique...pg. 79

5.05.1. As barreiras linguísticas e culturais. Pluralismo linguístico e cultural. Analfabetismo... pg. 79

5.06. Relação das principais publicações periódicas postas a circular em Moçambique desde 1854 a 1964...pg. 93

5.07. Notas sobre as publicações impressas em Moçambique. O movimento de bibliotecas locais – um indicador cultural...pg. 116

6. A informação Audio-Visual

6.01. Introdução e desenvolvimento do cinema em Moçambique. A frequência dos cinemas e a diferenciação social típica das regiões pluriculturais. Elementos estatísticos...pg. 117

6.02. Introdução da T.S.F em Moçambiques...pg. 119

6.02.1. Quadro das emissoras existentes em Moçambique e respectivas potências...pg. 120

6.02.2. Problemática da informação auditiva em Moçambique. Poder de penetração, programação, evolução técnica e cultural. Os programas destinados aos autóctones. A chamada «hora nativa»...pg. 123

6.02.3. A informação auditiva em terras moçambicanas. Estatísticas, audiência aparente e audiência real...pg. 126

6.03. O turismo: Uma fonte de dividas e de informação...pg. 128

7. Outros meios de comunicação

7.01. A correspondência postal, fonopostal, telefónica, telegráfica e magnetofónica. Teor estatístico da sua utilização em Moçambique...pg. 135

- 7.02. Perspectivas e campos que se abrem à informação em terras moçambicanas...pg. 138
- 8. Lei da Imprensa em vigor em Moçambique...pg. 140
- 9. Bibliografia consultada
- 9.01. Trabalhos assinados...pg. 160
- 9.02. Trabalhos não assinados e outros... pg. 163

Resumo da obra (linhas mestras): Este estudo foi elaborado a fim de perceber e “descobrir” a informação em Moçambique. Neste estudo podemos verificar que Portugal, em Moçambique, usou correspondência escrita, tipografia, escultura, pintura e gravuras.

Em 1498, data da chegada dos navegadores portugueses a Moçambique, os portugueses foram confrontados com uma comunicação e processos de comunicação tradicionais. À semelhança dos Bantos ocidentais, também os Bantos orientais intercomunicavam socorrendo-se dos clássicos meios de comunicação primitiva; a viva voz, a música; o ideograma, o som, etc.

A comunicação baseava-se também em gravuras em madeira e cabaças, tatuagens, bastões, nós em cordéis, riscos no solo, estafetas, sinais nas árvores, tam-tam, búzios, tubas, etc.

A chegada dos portugueses a Moçambique veio alterar o quadro das relações humanas locais.

A comunicação entre os portugueses e autóctones de Moçambique foi estabelecida pela primeira vez na foz do rio Inharrime (rio ao qual os portugueses chamaram Rio do Cobre).

Vasco da Gama e a sua frota prosseguiram viagem rumo a Norte, destino Inhambane, comunicando através de gestos e articulações orais. Do gesto passou-se a intérpretes locais, com a possibilidade de Vasco da Gama poder-se entender com o “xeque”, a propósito dos livros da sua lei.

O uso da correspondência escrita integra-se, então, em Moçambique, nos hábitos dos chefes locais.

Os portugueses possibilitaram o contacto dos autóctones de Moçambique com esculturas, pinturas e gravuras. Existiram casos em que imagens causaram algum clima de tensão nas relações entre os homens da

frota de Vasco da Gama e os muçulmanos da ilha de Moçambique.

A introdução da tipografia em Moçambique foi muito tardia.

Em 1854, dá-se a introdução do prelo na África Oriental portuguesa, da qual vieram a sair as primeiras publicações periódicas e não periódicas, oficiais e não oficiais. Pensa-se que a primeira dessas publicações periódicas foi o *Boletim do Governo da Província de Moçambique*, que “saiu” pela primeira vez a 13 de Maio de 1854. É de referir que, de acordo com o autor, o primeiro periódico impresso em Moçambique “mudou ao longo da sua centenária existência várias vezes de título, de formato e de preço” (pag.40).

O primeiro jornal impresso e posto a circular em Moçambique foi *O Progresso*.

Após a criação deste jornal, outros se destacam, como: *A Imprensa* (1870); *A Verdade* (1870); *O Noticiário de Moçambique* (1873) e *África Oriental* (1876).

De acordo com José Júlio Gonçalves, Mário Costa, Raul Neves Dias Gastão, com os seus escritos, deram uma vasta contribuição para o conhecimento da história da imprensa em Moçambique. Quanto ao primeiro, deve-se-lhe o facto de, na sua Bibliografia Geral de Moçambique, ter registado cerca de 120 títulos de jornais que se publicaram em Moçambique até 1945, data em que entregou o seu original à Agência-Geral do Ultramar, para publicação. Foi um contributo importante e o mais volumoso até então dado para uma inventariação exaustiva da imprensa de Moçambique.

Mário Costa tem jus a ser considerado o primeiro bibliógrafo que publicou uma bibliografia didascálico-ideográfica sistematizada relativa a Moçambique.

Quanto a Raul Neves Dias, fez um exaustivo inventário e grande repositório de informações históricas sobre a imprensa moçambicana, que intitulou: *A Imprensa Periódica em Moçambique, 1854-1954*.

A informação impressa de Moçambique atravessou vários problemas, pois Moçambique não poderia deixar de sentir o seu lento crescimento. O facto de existir uma grande variedade dialectal não favoreceu o alargamento da área de informação abrangida por cada um dos órgãos que

veiculam notícias.

A expansão e a melhoria da informação em Moçambique esteve, assim, intimamente ligada ao condicionalismo económico-social da província, que sempre foi baixo.

Segundo o autor, em 1965 existiam apenas dois meios audiovisuais modernos em Moçambique: o cinema e a T.S.F.

Ao todo eram sete as emissoras de rádio que preenchiam o quadro de emissoras existentes em Moçambique.

Este estudo inclui várias estatísticas e insere as leis de imprensa em vigor em Moçambique.

Autor (nome completo): Renato Marques Cabral

E-mail: renato_cabral_88@hotmail.com

» Gonçalves, 1966

Autor: Gomes, Luiz Fernando

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1965

Título completo da obra: A Informação na Guiné, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe (Acheegas para o seu Estudo)

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina Universidade Técnica de Lisboa

Número de páginas: 231

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: SC 26930 V

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Professor extraordinário do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina da Universidade Técnica de Lisboa. Ministrou o Curso de Extensão Universitária de 1965/1966. Foi reitor da Universidade Moderna.

Índice da obra:

Sumário pp. 1-15

Apontamento preambular, p. 15

Introdução p. 17

1. Breves Considerações históricas sobre o descobrimento e a colonização da Guiné, de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, 17-20
Guiné Portuguesa

1. Meios e processos de comunicação entre os navegadores portugueses e as populações guineenses., pp. 21-35

2. Primeiras publicações introduzidas na costa da Guiné pelos navegadores e missionários portugueses p. 36

- 2.01. Publicações muçulmanas, não impressas, que se presume circular na Costa da Guiné nos primórdios da expansão portuguesa, p. 40
- 3. A primeira publicação periódica oficial da Guiné portuguesa. O Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo Verde (1842), p. 40
- 4. Introdução da Tipografia na Guiné Portuguesa (1879), p. 40
- 4.01. Início da publicação do Boletim Oficial do Governo da Província da Guiné Portuguesa (Bolama, 1880), p. 44
- 4.02. Primeira publicação periódica não oficial da Guiné Portuguesa: Pró-Guiné (1924), p. 47
- 4.03. Breve apontamento sobre a evolução da imprensa periódica da Guiné Portuguesa, p.49
- 4.04. Publicações periódicas e outros meios não periódicos de comunicação utilizados pelo protestantismo em terras guineenses, p.68
- 4.04. Comunicação catequética protestante destinada aos muçulmanos – sobretudo aos jovens – através de discos, p. 75
- 4.05. “Jornais de caserna” editados pelas forças militares estacionados na Guiné Portuguesa. Panfletos e outros meios de comunicação e convencimento, p. 79
- 4.06. Jornais escolares impressos e de parede, p. 98
- 4.07. Alguns números elucidativos sobre jornais, as revistas, os boletins, e outras publicações periódicas difundidas entre os Guineos-Portugueses, p. 100
- 4.08. A propósito das publicações não periódicas que circulam na Guiné Portuguesa, p. 102
- 4.09. Alguns aspectos e problemas significativos da informação impressa ao alcance dos Guineenses, p. 105
- 4.09.1 O “português” – língua oficial dos movimentos que visam a Guiné Portuguesa. O livro de leitura clandestina Cadernos Escolares, editado pelo P.A.I.G.C., p. 105
- 4.09.2 Movimento das bibliotecas locais. Inconfidências estatísticas,.110
- 5. Da Informação Áudio-Visual, p. 113
- 5.01 O cinema – um meio de comunicação, lustração, cultura, informação e distração pouco utilizada na Guiné Portuguesa, p. 113
- 5.02. Introdução e evolução da T. S. F. na Guiné, 116

- 5.02.1. Problemas da informação auditiva na Guiné Portuguesa, p.121
- 5.02.2. T.S.F. e estatística, p.122
- 6. Outros meios de comunicação e informação, p.123
 - 6.01. A correspondência postal, fonopostal, telefónica e telegráfica, p.123
 - 6.02. O turismo – uma fonte de informação e divisas em perspectiva, p.131
 - 6.03. O boato – um poderoso meio de informação clandestina, p. 134
- 7. Perspectivas da Informação na Guiné Portuguesa, p.135
- Cabo Verde
 - 1. Chegada das primeiras pessoas e publicações ao arquipélago de Cabo Verde, p. 137
 - 2. O primeiro prelo transportado para Cabo Verde, p. 141
 - 2.01. O Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo Verde - primeira publicação periódica composta e impressa em Cabo Verde (1842), p.142
 - 2.02. Primeiras publicações periódicas não oficiais editadas em Cabo Verde, p. 147
 - 2.03. Breves notas sobre a evolução da imprensa periódica em Cabo Verde, p. 150
 - 2.04. A imprensa protestante em Cabo Verde, p.168
 - 2.05. O Telémetro – um jornal “jornal de caserna” que se recorda, p.177
 - 2.06. Alguns dados estatísticos sobre a imprensa periódica de Cabo Verde, p.177
 - 2.07. O livro em Cabo Verde, p. 181
 - 2.07.1. Da antiga “Livraria do Convento dos capuchos” da Ribeira Grande, e da Biblioteca do Seminário de S. Nicolau, à Biblioteca Pública da Praia e às bibliotecas escolares actuais, p.181
 - 2.07.2. O livro, como meio de comunicação entre os “incrêntes” ou “rebelados” de Santiago, p. 185
 - 3. A Informação Áudio-Visual, p. 186
 - 3.01. Cinemas e filmes exibidos, p. 186
 - 3.02. Introdução da T.S.F. em Cabo Verde, p.187
 - 3.02.1. A T.S.F. cabo-verdiana traduzida em números, p. 189
 - 4. Outros meios de Comunicação e Informação, p. 189
 - 4.01. A correspondência postal, fonopostal, telefónica e telegráfica, p. 190
 - 4.02. O turismo, p. 192

4.03. O boato – um meio esotérico de informação, p.193

5. Perspectivas da Informação em Cabo Verde, p. 193

São Tomé e Príncipe

1. Primeiras publicações provavelmente introduzidas em São Tomé e Príncipe, p. 195

2. Dois impressores alemães em São Tomé, no ano de 1494, p. 195

3. Introdução da tipografia em São Tomé e Príncipe, p. 196

3.01. A primeira publicação periódica e impressa em São Tomé e Príncipe: O Boletim Oficial do Governo da Província de S. Tomé e Príncipe (1857), p. 197

3.01.1. Aspectos característicos do Boletim Oficial do Governo da Província de S. Tomé e Príncipe, p. 201

3.02. Da imprensa periódica semioficial e não oficial de São Tomé e Príncipe. Apontamento histórico, p. 201

3.02.1 Jornais, panfletos e outros impressos clandestinos, p.208

3.02.2 Elementos estatísticos relativos às publicações periódicas são toenses, p. 214

3.03. O movimento das bibliotecas locais, p. 214

4. A informação Aúdio-Visual, p.217

4.01 O teatro popular – tchilôli - , um meio de comunicar pela viva voz e pelos gestos, p. 217

4.02. O cinema – projecção social e expressão estatística, p. 221

4.03. Introdução da T.S.F. em São Tomé e Príncipe e alguns problemas com que aquela se defronta, p. 222

5. Outros Meios de Comunicação, p. 225

5.01. A correspondência postal, fonopostal, telefónica e telegráfica, p. 225

5.02. O turismo – função do binómio transportes-alojamento, p. 227

Apontamento conclusivo p.228

Bibliografia pp.229-231

Resumo da obra (linhas mestras): O autor desenvolve neste artigo, cujo conteúdo foi apresentado numa lição na Universidade Técnica de Lisboa, as principais etapas pelas quais passaram a comunicação e a difusão da informação nas terras africanas mencionadas no título. A abordagem é feita

de modo cronológico e percorre as diversas etapas desde a comunicação oral até à introdução da imprensa. O artigo é ilustrado com fotografias, tabelas, dados estatísticos e reproduções de textos originais exemplificativos. O autor foca, ainda, as diversas categorias de trabalhos impressos que vão desde os boletins oficiais, os primeiros sempre a serem divulgados, até aos livros de carácter religioso, passando pelas publicações periódicas e pela criação de bibliotecas.

A maior parte do artigo é dedicada ao território da Guiné portuguesa, desde os primeiros contactos entre os portugueses e os nativos. As maiores dificuldades encontradas deveram-se à existência de uma diversidade de dialectos falados que acabou por levar à utilização da língua árabe como língua franca, difundida entre os diversos povos guineenses. Faz-se também alusão à prática de sinalização das novas terras por meio de inscrições e a colocação de padrões.

O facto da imprensa ter sido difundida na mesma época das descobertas marítimas, fez com que esta fosse, desde muito cedo, levada para as terras recém descobertas. Livros didácticos e prelos são conhecidos na Guiné antes de 1494. O carácter missionário desta acção está subjacente a este movimento tão precoce. No séc. XVII já se publicam periódicos que chegavam à Metrópole sempre com grande interesses por parte dos leitores. Contudo a primeira publicação oficial da Guiné portuguesa data de 1842 e é impressa em Cabo Verde, já que à data os dois territórios formavam uma unidade política. Era também na Praia, capital de Cabo Verde que se encontrava a tipografia da Imprensa Nacional. Somente em 1880 é que o Boletim da Guiné é publicado neste território com a criação da capital em Bolama. Assim, de 1842 a 1880 os boletins oficiais eram comuns aos dois territórios. Em Bolama, em 1879, estabeleceu-se a primeira imprensa do território e o “Boletim Oficial da Província da Guiné Portuguesa” representa a primeira publicação periódica. Contudo, somente em 1946 é que este órgão de difusão oficial manteve uma periodicidade estável. É também no séc. XX que aparece a primeira publicação não oficial da Guiné com o jornal “Pró-Guiné”, em 1924. De carácter político, a sua publicação era errática. Em 1930, surge uma tipografia privada em Bissau, de onde saía o “O Comércio da Guiné”. Em 1942, com a publicação do 1º número

do “Arauto”, surge o primeiro jornal periódico, católico, de publicação regular. Em 1946 aparece o “Boletim Cultural da Guiné Portuguesa”, que servia de veículo de divulgação cultural como o nome indica. Uma forte concorrente na área das publicações religiosas era a Missão Evangélica da Guiné Portuguesa, que através da Livraria Vitória punha a circular publicações que iam de outras paragens, tais como o Brasil, os Estados Unidos, o Senegal e mesmo da Europa.

O autor diz que o mercado livreiro na Guiné era muito pobre e recebe da Metrópole quase tudo, desde as publicações oficiais aos livros didáticos e até aos romances. O autor, a propósito da divulgação do livro na Guiné, faz referência ao facto do movimento para a independência do território, o P.A.I.G.C., utilizar um livro em português para promover a alfabetização. Não querendo deixar de lado outros meios de divulgação culturais, José Júlio Gonçalves refere-se ao facto do primeiro cinema construído em Bissau e aberto ao público em 1929, tendo-se esta prática espalhado por outras localidades. Já a rádio foi introduzida somente em 1944. A TSF nesta altura dependia dos Serviços Centrais dos Correios, Telégrafos e Telefones. Em 1948, foi possível melhorar as condições de trabalho com a importação de aparelhos mais actualizados. As emissões eram feitas em diversas línguas nativas bem como em português. As maiores dificuldades prendiam-se com a falta de cobertura das áreas geográficas ficando limitado o seu alcance, ao mesmo tempo, a maior audiência era composta pela população mais jovem. As comunicações postais, de telégrafos e fonopostais foram também introduzidos. O autor apresenta tabelas que suportam a importância destes meios de comunicação na Guiné. A criação do Centro de Informação e Turismo em 1962, incrementou o número de turistas no território e representava uma fonte de receita e desenvolvimento local. Os movimentos missionários constituíam uma grande parte deste movimento. Segundo José Júlio Gonçalves, a década de 60, sofreu um incremento significativo nos meios de comunicação e na informação na Guiné.

No território de Cabo Verde a imprensa periódica teve início com o “Boletim Oficial” publicado na ilha da Boavista, em Agosto de 1842. Este Boletim circulava igualmente na Guiné até 1880 e, a partir de 1887, ex-

clusivamente em Cabo Verde. As primeiras publicações não periódicas no território foram “A Justiça” de 1876 e o “O Independente” publicado na Praia em 1877. “O Correio de Cabo Verde” foi a segunda, publicada em 1879. Outros jornais se seguiram, exemplificando a actividade jornalística no arquipélago. A imprensa periódica no início do séc. XX é mais lenta na sua evolução, mas em breve uma elite intelectual vai activar este sector. Em 1924, é criado o “Vasco da Gama”, a “A Defesa”, o “Ressurgimento” entre outros jornais. Mas a revista emblemática seria a “Claridade”.

O advento da 2ª Guerra Mundial levou a que as publicações sofressem um abrandamento. Em 1944, é publicada a “Certeza” que prossegue na mesma linha de acção das anteriores entretanto extintas. O boletim “Cabo Verde” prossegue uma tradição de literária muito activa. Somente em 1962 é que um boletim oficial, “O Arquipélago”, é criado pelo Ministro do Ultramar. O jornal do mesmo nome e de publicação periódica surge em 1950. Revistas publicadas pela Editorial Nazarena no Mindelo, como “Maná”, “Seara Nazarena”, “Lâmpada” e “Epístola”, representam um atractivo para a juventude. A falta de militares estacionados em Cabo Verde justifica a ausência significativa dos jornais de caserna, que tanto relevo tiveram na Guiné. As estatísticas apresentadas referem quem em 1960 havia sete publicações periódicas de diverso carácter, algumas delas com mais de dez anos de publicação. O livro em Cabo Verde foi um veículo importante para alimentar uma elite literária. A Cidade Velha, na Ribeira Grande, foi a primeira cidade fundada pelos portugueses no Ultramar e foi aí, no Convento dos Capuchos, no séc. XVI que se fundou a primeira biblioteca ultramarina. Mais tarde, é no Seminário de São Nicolau, na Ribeira Brava, transferida depois para a Praia, quando esta se tornou sede do bispado, que se criou uma outra biblioteca. Em 1871, é aberta ao público a Biblioteca e Museu Nacional de Cabo Verde, com quatrocentas obras. Em 1964, um livro de carácter religioso era utilizado por uma minoria religiosa católica que pretendia preservar as tradições mais arcaicas da religião. O cinema era um meio de divulgação bastante activo, já que existiam cinco cinemas mas apenas em três das dez ilhas do Arquipélago. Segundo o autor, em 1964 serviam 223 000 espectadores. A TSF foi introduzida com a criação do Rádio Clube de Cabo Verde, em 1945, que funcionava

na Cidade da Praia. Contudo em 1966, existiam já três estações de rádio no Arquipélago. A insularidade fazia com que este meio de comunicação tivesse grande adesão por parte da população. A comunicação através dos correios, telégrafos e fonopostal são também mencionados e apoiados por estatísticas no artigo.

De acordo com José Júlio Gonçalves, as perspectivas futuras (pós-1966) da informação em Cabo Verde não seriam muito animadoras devido à insularidade do território. Contudo uma melhoria na potência dos transmissores iria superar muitas barreiras.

O último território abordado no artigo foca a informação nas ilhas de São Tomé e Príncipe. Não existe certeza quanto à data da introdução do primeiro livro no território, mas as “Ordenações do Reino”, as cartilhas e os catecismos estariam entre os primeiros livros a circular. Em 1494, segundo consta, dois impressores alemães chegaram a São Tomé com a intenção de aí se estabelecerem e fazer. Contudo esta versão não corresponde à verdade já que estes estrangeiros teriam sido forçados a permanecer na ilha devido às condições adversas de navegação. Assim, de certeza sabemos, que as primeiras máquinas de impressão foram levadas para a ilha, em 1836, para a publicação de boletins oficiais. A primeira publicação periódica foi o “Boletim Oficial do Governo da Província de São Tomé e Príncipe”, em 1857. A sua publicação é feita com regularidade até à data da elaboração do presente artigo. Em 1869 surge o 1º jornal não oficial o “Equador” que apresentava notícias de carácter agrícola, comercial e científico. A segunda série desta publicação ainda era publicada nos anos 60. É a partir desta publicação que se obtém muita informação sobre os restantes periódicos em circulação na ilha de São Tomé desde 1881 até 1964. Outras publicações com carácter clandestino circulavam igualmente nesta altura. Destacam-se a “Faúlha”, de carácter intelectual mas igualmente panfletos de propaganda africanizada. A referência mais antiga relativa a uma biblioteca em S. Tomé data de 1600, quando o bispo de S. Tomé faz uma referencia ao facto dos seus livros terem sido queimados pelos ingleses e holandeses. Nos anos 60, apenas existia uma biblioteca, bastante pobre, mas igualmente pouco procurada pelos leitores. O teatro tradicional ou tchlóli, em crioulo é ainda hoje uma tradição com

vida. Os textos dramatizados são baseados em peças de teatro portuguesas dos séculos XV e XVI, criando uma curiosa mistura de elementos arcaicos portugueses e indígenas. A literatura oral em São Tomé é igualmente um fenómeno que tem raízes mais profundas, do que em qualquer dos outros territórios, aqui mencionados. O cinema, apenas um nesta ilha, é frequentado por emigrados e aculturados, no dizer do autor. Feito para acolher 1000 espectadores, a frequência habitual não ultrapassava um quarto da capacidade. A TSF foi introduzida em São Tomé em 1925 e em 1949 foi fundado o Rádio Clube de São Tomé ainda em funcionamento mas com uma maior capacidade de alcance. O José Júlio Gonçalves ilustra, numa tabela, a programação passada na rádio, em 1965. A falta de recursos financeiros limitava bastante a programação apresentada. Os meios de correspondência tradicionais como os CTT, o fonopostal, o telefone e o telégrafo tiveram maior projecção, em São Tomé, do que nos outros territórios. As tabelas apresentadas corroboram estes factos. O turismo numa palavra, na década de 60 era inexistente, não obstante as condições naturais das ilhas de São Tomé e Príncipe oferecerem condições naturais de excelência.

O balanço final apresentado por José Júlio Gonçalves acentua o facto do poder central metropolitano, ao longo dos tempos, mas sobretudo na primeira metade do séc. XX, ter investido nos meios de comunicação disponíveis à época nos territórios da Guiné, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, embora os resultados nem sempre corresponderem às expectativas.

Autor (nome completo): Maria A. Oliveira van Schoor

E-mail: 18317@ufp.pt

» Gonçalves, 1967

Autor: Gonçalves, José Júlio

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1967

Título completo da obra: A Informação nas Províncias do Oriente (Elementos para o seu Estudo)

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Junta de Investigações do Ultramar/Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina

Número de páginas: 134

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: -

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): José Júlio Gonçalves foi professor no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina e reitor da Universidade Moderna. Tem obra publicada nos domínios da antropologia, do direito e da comunicação social, grande parte dela referente ao ultramar português.

Índice da obra:

I – INTRODUÇÃO

- Breve nota sobre os meios e processos comunicacionais indiáticos pré-gamianos: p. 1
- Processos e meios de comunicação usados nos primeiros contactos entre navegadores portugueses e os povos orientais: p. 2

II – ÍNDIA PORTUGUESA

- Publicações introduzidas pelos navegadores e missionários portugueses nos primeiros anos da sua presença na Índia: p. 7
- Introdução da tipografia em Goa (1556): p. 8

III – MACAU

Livros LabCom

- Primeiros contactos dos portugueses e consequente comunicação com os habitantes da China: p. 65
- Introdução da tipografia em Macau: p. 67

III – TIMOR

- A comunicação social ao modo da terra e no período inicial de transição provocada pela presença portuguesa: p. 116
- Primeiras publicações provavelmente introduzidas em Timor: p. 116
- Primeiras publicações periódicas do Oriente Português que se projectam na vida timorense: p. 117
- Primeira publicação periódica oficial privativa de Timor: p. 120
- Primeira publicação periódica não oficial composta e impressa em Timor: p. 122
- Outras publicações periódicas timorenses: p. 122
- Alguns números sobre os jornais e restantes publicações periódicas de Timor (1960): p. 124
- Movimento das bibliotecas de Timor: p. 126
- Outros meios de informação: p. 126
- Bibliografia: p. 130

Resumo da obra (linhas mestras): Este é um livro da autoria de José Júlio Gonçalves que faz um breve estudo da informação nas províncias ultramarinas portuguesas do Oriente, iniciado em 1964. Na primeira parte do livro (Introdução) são tratados os meios e processos comunicacionais indiatícos pré-gamianos, assim como os meios que foram utilizados nos primeiros contactos entre os navegadores portugueses e os povos orientais. Refere o autor, baseado no “Roteiro da Viagem de Vasco da Gama”, que a existência de um “intérprete mouro” foi o factor que tornou possível os primeiros contactos entre os portugueses e o rei de Melinde. Juntando a isso, o contacto com as “gentes” originou a “intercomunicação e a consequente permuta de informações”.

Outro aspecto abordado neste livro são as publicações que foram introduzidas pelos navegadores e missionários portugueses durante os primeiros anos de presença na Índia, tal como: livros para “as necessidades da escolarização”, “cartinhas”, “cartilhas” e outras publicações. Depois, nesta

parte do livro intitulada de “Índia Portuguesa”, o autor aborda a “Introdução da Tipografia em Goa”, que aconteceu em 1556 e que envolve alguns acontecimentos importantes, tais como: as primeiras obras compostas e impressas no Estado da Índia (segundo alguns estudos, o primeiro livro publicado em Goa foi a “Doutrina Cristã de São Francisco Xavier”), a primeira publicação periódica oficial da Índia Portuguesa (“Gazeta de Goa”, em 1821), a evolução da imprensa periódica de Goa, Damão, Diu e dos núcleos portugueses nos territórios circunvizinhos, entre outros.

De seguida, no capítulo do livro intitulado “Macau”, o autor fala sobre os primeiros contactos dos portugueses e a consequente comunicação que estes estabeleceram com os habitantes da China. Segundo o autor, as relações entre portugueses e chineses tiveram, como primeiro episódio, o contacto de alguns “marinheiros que estavam ancorados em Malaca, quando Diogo Lopes de Sequeira ali chegou em 1509”. De referir o facto de, segundo o autor, “a opinião oficial portuguesa, a opinião chinesa e quase unânime opinião dos escritores atribuem o estabelecimento de Macau ao facto de os Portugueses terem auxiliado os Chineses na destruição de piratas”, onde, como é óbvio, foi muito importante a existência de uma boa comunicação entre ambos os povos.

Ainda neste capítulo do livro, o autor aborda a “Introdução da Tipografia em Macau”, onde destaca alguns acontecimentos importantes, tais como: “os prelos xilográficos chineses”, os primeiros livros que foram impressos em Macau (“Christiam Pveri Institvtio, Adolescentiaeqve perfugium”, foi o primeiro livro impresso em Macau e era um trabalho sobre a educação cristã), alguns dados estatísticos sobre a imprensa periódica de Macau, entre outros. O movimento das bibliotecas macaenses e a existência de outros meios de informação em Macau (como o cinema, o teatro, a TSF, as agências noticiosas e os CTT de Macau) são outros temas que mereceram o interesse e o destaque por parte do autor.

No último capítulo do livro, intitulado de “Timor”, o autor aborda vários aspectos importantes relacionados com a informação e com a comunicação social existente em Timor. Refere o autor, numa espécie de introdução sobre este capítulo, que “com o advento da presença portuguesa introduzem-se novos meios de comunicação: emissários (nas comuni-

cações em campanha); o envio de bilhetes (para obstar a contactos com doentes contagiosos); distribuição de «sinais de panos de cor para evitar confusões desastrosas durante o combate»; a troca do «cartucho da paz», findos os combates ou durante as negociações, e mais recentemente: os CTT, a Imprensa, a TSF, etc.”. Outros temas, como as “primeiras publicações periódicas do Oriente Português que se projectam na vida timorense: o *Boletim* do governo da província de Macau, Timor e Solor (1838) e a *Gazeta* de Macau e Timor (1872)”, a “primeira publicação periódica não oficial composta e impressa em Timor: o *Boletim Oficial do Distrito Autónomo de Timor* (1900)” e a “primeira publicação periódica oficial” (*Boletim Oficial do Distrito Autónomo de Timor*), são também abordados neste último capítulo do livro.

Para finalizar, o livro trata ainda o “movimento das bibliotecas de Timor”, apresenta alguns números sobre os jornais e as restantes publicações periódicas que existiam em Timor (1960) e refere outros meios de informação existentes no território (onde se destacam “a TSF, o Cinema e os CTT).

Autor (nome completo): Hugo André Guedes de Castro

E-mail: 18545@ufp.pt

» Gonçalves, 1972-A

Autor: Gonçalves, José Júlio

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1972

Título completo da obra: Os Meios de Comunicação Social à Luz da Sociologia

Tema principal: Teoria do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Academia Internacional da Cultura Portuguesa

Número de páginas: 38 (começa na p.63).

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: S.A. 41872 V.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: A7-8-64-23

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): -

Índice da obra: [Não tem índice]

Cap. 1-Estruturas sócio-culturais e sistemas comunicacionais - 63

Cap. 2-Sistemas e subsistemas de comunicação social coexistentes nas sociedades plurais - 65

Cap. 3-Influência vertical e horizontal dos modernos meios de comunicação nas sociedades pluriétnicas- 69

Cap. 4-Meios de comunicação social, instituições e grupos sociais - 71

Cap. 5 -Os Meios de comunicação social e as estruturas familiares coexistentes nas sociedades plurais - 72

Cap.6 -Intervenção dos Meios de comunicação social no processo de socialização. Aceleração da aprendizagem social - 74

Cap. 7 -Acção modificadora dos Meios de comunicação social nos pro-

Livros LabCom

cessos sociais - 76

Cap. 8 -Meios de comunicação social, mobilidade social e processo +mudança - 77

Cap. 9-Propaganda, contra propaganda, opinião publica, e efeito de “feedback” - 79

Cap. 10 -Os Meios de comunicação social ao serviço das culturas doadoras - 83

Cap. 11-Meios de comunicação da massa, gostos e preferências dos leitores, Radiouvintes, espectadores e telespectadores.

Dissonâncias e vedatização - 92

Cap. 12-Metas sociais, modelos sociais, Estereótipos e heróis filmicos propostos pelos meios de comunicação social - 94

Cap. 13 -Noticiários, Reportagens e possíveis efeitos “boomerang” - 97

Cap. 14-Um compreensível e “quase-abuso informativo” chamado publicidade - 100

Resumo da obra (linhas mestras): O presente livro, da autoria de José Júlio Gonçalves, propõe uma análise sociológica, em termos genéricos ou recorrendo a um exame da realidade empírica, aos problemas (étnicos/multiculturais) inerentes aos meios de comunicação social. Retrata, em especial, múltiplos problemas que podem surgir devido a uma comunicação intercultural deficiente.

Segundo o autor, há três tipos de sociedades: *modernas, tradicionais* (também designadas *primitivas ou arcaicas*) e *pluralistas ou plurais*. Uma sociedade pluralista resulta da interação entre as duas primeiras, conjugando características de ambas mas caminhando no sentido de se transformar numa sociedade moderna. A sociedade tradicional é heterogénea, apresenta imobilismo tecnológico e resistência à mudança e solidariedade de tipo tribal. Evolui lentamente. A “moderna”, caracterizada pela “europiedade”, é homogénea e culturalmente coesa e não apresenta entraves à mudança. A sociedade tradicional estaria em “processo de desagregação” (p. 63); a moderna, de figurino ocidental, estaria em expansão (p. 63).

Na perspectiva de José Júlio Gonçalves, o crescente contacto das sociedades tradicionais com as modernas leva a mais rápidas transformações

nas primeiras. Os media são, segundo o autor, uma peça chave nesse fenómeno: “as populações ainda tribalizadas, com o advento da televisão completarão o salto iniciado com a imprensa, o cinema e a radiodifusão sonora, de um sistema de comunicação de base marcadamente biológico-mecânico para, sem completo desaparecimento deste, um outro caracterizado pelo recurso a meios de comunicação de massa convenientemente estruturados e pelo aparecimento de novos *líderes formais e informais*, em que estes últimos tenderão a ceder o passo àqueles.” (p. 66)

Para José Júlio Gonçalves, quando “dois ou mais sistemas de comunicação se põem em contacto, o mais avançado tecnologicamente (...) acaba (...) por exercer uma espécie de *dominância* que produz uma série de efeitos sociológicos que vão desde a concessão e alteração de status até à modificação dos padrões de credibilidade e das pautas sociais, morais ou religiosas, etc., aproximando a cidade do campo, a riqueza da pobreza e, naturalmente, a própria sociedade moderna da sociedade tribal” (p. 66). A isto acresce que “Em geral, os mass media acumulam-se nas zonas citadinas, permitindo a formação, ali, de uma elite de proximidade, sem que o mesmo aconteça nas áreas rurais, não obstante estas constituírem verdadeiras reservas de valores que os *meios de comunicação* não revelam com a frequência com que o fazem em relação a quem está mais próximo.” (pp. 66-67). Os valores das sociedades tradicionais, difundidos pelos respectivos sistemas comunicativos (simples, assentes em meios bio-mecânicos), mesmo quando arcaicos, funcionam, porém, explicita o autor, como travões aos processos de socialização e aculturação promovidos pelos media tecnologicamente avançados (sistemas comunicativos complexos) próprios das sociedades modernas. Mesmo assim, defende o autor, devido à acção dos media modernos sobre as sociedades tradicionais notam-se nestas últimas alterações nos estilos de vida, nas hierarquias sociais, nas relações entre as pessoas, nos padrões de conduta e, em suma, nas mentalidades. Mais do que isso, a imposição de sistemas mediáticos modernos às sociedades tradicionais põem o domínio sobre os sistemas comunicativos nas mãos de profissionais, quando antes estava nas mãos dos líderes tradicionais.

Segundo José Júlio Gonçalves, as mensagens geram efeitos verticais

(entre indivíduos de classe social diferente) e horizontais (entre indivíduos da mesma classe). No entanto, de acordo com o autor, quanto mais complexo e mutável é um sistema social, mais complexos e difíceis de detectar são os efeitos da comunicação social. Para ele, nas sociedades africanas, cada vez mais plurais (no sentido de misturarem traços modernos com traços arcaicos), é também cada vez mais difícil detectar e prever os efeitos dos media, até porque nelas o sistema comunicativo moderno coexiste com o sistema comunicativo tradicional. Contudo, o autor admite a existência de fenómenos de resistência cultural aos valores, modos de vida e atitudes propostos pelos media modernos, que inclusivamente seriam mais fortes nas sociedades plurais, que ainda mantêm sistemas comunicativos tradicionais paralelos aos modernos, do que nas sociedades modernas, marcadas pela complexidade e mudança.

No ponto 4 da obra, o autor perfilha várias teses do interaccionismo simbólico. Para ele, as instituições e grupos sociais são as mais básicas estruturas que se formam entre indivíduos para a satisfação das mais básicas necessidades. Comunicar, neste contexto, é indispensável. Essas instituições e grupos são responsáveis pela atribuição dos papéis e estatutos sociais que são fundamentais para a estabilidade e harmonia da sociedade. Estes papéis são, no entanto, afectados pela comunicação. José Júlio Gonçalves afirma, nomeadamente, que os media têm contribuído para a ocorrência de mudanças nas instituições e grupos sociais, ao nível das posições, status, papéis sociais, relacionamentos, comportamentos, sentimentos de vinculação, identificação e participação, algo que se compreende porque as instituições se estruturam ao redor de “padrões, papéis e relações que os indivíduos realizam segundo determinadas formas sancionadas e unificadas com o objectivo de satisfazer necessidades sociais básicas e que os grupos são conjuntos de pessoas em interacção e comunicação obedecendo a normas, valores e interesses para concretizarem certos objectivos” (p. 71). No contexto africano, que o autor tem presente, “os meios de comunicação (...) contribuem para acelerar o processo de destribalização” ao acelerarem os contractos entre sociedades, ao proporem novas formas de encarar o mundo e de agir e ao facultarem processos de aprendizagem social alternativos aos tradicionais (p. 72). Um efeito semelhante, aliás, segundo

o autor, ocorre em torno das famílias, que estariam, segundo José Júlio Gonçalves, em plena transformação, quer nas sociedades plurais, quer nas modernas, pesem embora os fenómenos de resistência à mudança. “Começa a não se poder ler o presente e menos ainda o futuro dos jovens no passado de seus pais”, salienta (p. 76). As mensagens mediáticas podem, aliás, contribuir para conflitos entre gerações, explica o autor.

Os meios audiovisuais, em particular a televisão, são, para José Júlio Gonçalves, os mais influente nas mudanças sociais e nos processos de mobilidade social, gerando mudanças de padrões comportamentais e promovendo a uniformização de padrões culturais. Ele admite mesmo que a escalada social anda intimamente ligada aos graus de informação e de conhecimentos de cada indivíduo, condicionados pelos meios a que acede. Por outro lado, os líderes tradicionais podem-se ver substituídos por líderes revelados pelos media, pois estes são mecanismos de vedetização e revelação de líderes. Os trabalhadores dos media, de acordo com Gonçalves, também aumentam o seu prestígio social, assegurando a sua própria mobilidade social ascendente. Em consequência, as sociedades tribais, prevê o autor, verão o seu sistema hierárquico antigo desaparecer, dando lugar a um sistema de modelo europeu.

No capítulo seguinte, o autor tenta demonstrar que é através dos media que circula e é vinculada a propaganda e contrapropaganda, com vista à manipulação da opinião pública, especialmente de pessoas alheadas da vida política, que não procuram, ou não têm acesso, aos melhores e mais diversificados meios de comunicação. No entanto, o autor reconhece que as mensagens veiculadas pelos media estão sujeitas a diferentes interpretações e a diversos níveis de aceitação, consoante as crenças, religião valores etc. dos receptores. Em certas situações, o autor admite mesmo a ocorrência do efeito *boomerang*: as mensagens não só não são aceites como originam efeitos contrários aos pretendidos, voltando-se contra o emissor. Por exemplo, procedimentos que na Europa se consideram correctos, fora dela mostram-se, por vezes, errados.

Mais à frente, encarando os meios, em particular a televisão e a rádio, como “veículos de informação e (...) instrumentos de cultura” (p. 83), o autor atribui-lhes grandes responsabilidades e necessidade de sentido

ético na selecção da informação transmitida, pois conseguem afectar os valores fundamentais e geram mudanças de mentalidade. Estes aspectos estão intimamente ligados à problemática da doação cultural (mas também da propaganda e contrapropaganda), pois, segundo o autor, há culturas *doadoras* e culturas *receptoras*. Aqui estão em causa a aceitação ou recusa de valores, crenças, atitudes, comportamentos, etc.

Questionando-se sobre a influência da comunicação social sobre a segurança interna e externa de um país, o autor relembra que um variado número de informações veiculadas pelos media pode ser usado pelos adversários desse país em seu próprio proveito, para além de os meios poderem ser usados como veículos de propaganda e contrapropaganda. Aliás, relembra José Júlio Gonçalves, “*o poder virtual de uma falsa notícia é sensivelmente o mesmo do que uma notícia verdadeira.*” (p. 88). Por outro lado, quando um órgão jornalístico se vê compelido pelas autoridades a emitir desmentidos frequentes cai no descrédito: “O desmentido (...) pode fazer-se indirectamente. Deixa-se ao público o entendimento da comunicação não-directa sobre a notícia ou boato e evita-se, por vezes, que a dúvida e a desconfiança se ampliem. O *desmentido directo* alarga a audiência e faz desconfiar. (...) *Desmentir e rectificar* notícias são, pois, tarefas que requerem certos cuidados” (p. 87).

A partir desse ponto, o autor aborda a questão da objectividade jornalística, reconhecendo que não é possível dar “*informação pura*”, nem sequer nos meios audiovisuais, mas que é possível pugnar por uma “informação objectiva” que cubra “sectores significativos do assunto, embora mesmo esta deva, na sua óptica, ser “limitada por valores essenciais”, para não conflitar com “os pilares da nossa existência”, pois “objectividade não é sinónimo de verdade” (p. 88 e 90). De qualquer maneira, o autor reconhece ao receptor uma lata liberdade interpretativa e de aceitação ou rejeição das mensagens, embora temperada pelo grau de sugestibilidade destas últimas, em função de factores como a educação, a cultura, a religião, a ideologia, a localização geográfica, o sexo, a ocupação, a capacidade, etc.

Prosseguindo a sua análise sociológica dos meios de comunicação, o autor do livro refere que, tendencialmente, os media escrevem/dizem o que as pessoas querem ouvir/ler, para captar audiências. Os programas

televisivos e radiofónicos, as páginas dos jornais e revistas, ressentem-se, de acordo com José Júlio Gonçalves, da “mediocridade do gosto popular”, dominante (p. 92).

No que respeita ao jornalismo propriamente dito, o autor relembra a “dissonância resultante de algumas notícias e reportagens (...) serem incompatíveis umas com as outras” e o facto de “nos telejornais a imagem desmentir, por vezes, a palavra ou esta aquela” (pp. 92-93). Aliás, salienta: “Este mesmo fenómeno ocorre (...) devido à variedade de meios e suas ideologias, orientações, deficiências, etc., ou, noutra perspectiva, devido a distorções, localizações intencionais ou não das notícias, choque de informações, qual *wagon effect*, etc.” (p. 93). E prossegue: “Quando a dissonância ocorre ou a orquestração fica à vista, há tendência para a neutralizar, para reduzir tal dissonância. É uma tentação que envolve o risco de efeito boomerang” (p. 93), pelo que, inclusivamente, diz o autor, há quem procure reduzir a dissonância de forma implícita e não explícita, recorrendo, por exemplo, não a um desmentido, mas sim a uma nova notícia que passe uma mensagem contrária à que se quer desmentir.

O autor recorda, finalmente, que os meios propõem modelos sociais e passam frequentemente estereótipos. Ora, se “noticiar e fazer reportagem são duas funções primordiais dos meios de comunicação social” (p. 97), então torna-se necessário que os jornalistas tenham uma profunda preparação, incluindo uma boa formação etnológica, para não cometerem erros graves nem gerarem efeitos de boomerang. Um vocábulo usado sem problemas na Europa, por exemplo, pode ferir susceptibilidades em África, relembra. Contudo, José Júlio Gonçalves, sem desculpabilizar os erros jornalísticos, também reconhece que “recolher, verificar, seleccionar informações para fazer notícias, elaborar um telejornal, etc. não é tarefa fácil” (p. 98).

Autor (nome completo): Tiago João Valente Alves / Jorge Pedro Sousa
E-mail: black_lizard_08@hotmail.com / j.p.sousa@mail.telepac.pt

» Gonçalves, 1972-B

Autor: Gonçalves, José Júlio

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1972

Título completo da obra: Efeitos dos Modernos Meios de Comunicação nas Sociedades Plurais (Breve Análise Sociológica)

Tema principal: Teoria do Jornalismo

Local de edição: Bissau

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Separata do n.º 107 do ano XXVII do Boletim Cultural da Guiné Portuguesa

Número de páginas: 39

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: SC36212V

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Natural de Pampilhosa da Serra, José Júlio Gonçalves nasceu a 19 de Janeiro de 1929. Doutorado pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (do qual foi professor extraordinário desde 1961) e em Ciências Políticas pela Universidade de Madrid. Membro do Centro de Estudos Luso-Árabes da Sociedade de Geografia de Lisboa, membro do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa e vogal director do Centro Português de Estudos Europeus. Autor de diversas obras e artigos, colaborou na preparação e revisão da Classificação Decimal Universal (edição abreviada portuguesa), publicada pelo Centro de Documentações Científicas do Instituto de Alta Cultura, 1954, e na Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura da Editorial “Verbo”. Esteve ligado, em 1984, à elaboração da moção da Nova Esperança (de um grupo de figuras do PSD, com Marcelo Rebelo de Sousa, Santana Lopes e Durão Barroso), de alternativa ao grupo de Pinto Balsemão e Mota Amaral. Fez parte do grupo de professores que saíram em divergência com a Universidade Livre e de cuja iniciativa partiu, em 1986, a criação

da Universidade Moderna, da qual foi nomeado reitor, tendo sido Vogal da Direcção no triénio 1991-1993 e Presidente da Direcção, no triénio 1997-1999.

Índice da obra:

Estruturas sócio-culturais e sistemas comunicacionais: pp. 441-443

Sistemas e subsistemas de comunicação social coexistentes nas sociedades plurais: pp. 443-446

Influência vertical e horizontal dos modernos meios de comunicação nas sociedades pluriétnicas: pp. 446-448

Meios de comunicação social, instituições e grupos sociais: pp. 448-449

Os meios de comunicação social e as estruturas familísticas coexistentes nas sociedades plurais: pp. 449-451

Intervenção dos meios de comunicação social no processo de socialização. Aceleração da aprendizagem social: pp. 451-452

Acção modificadora dos meios de comunicação social nos processos sociais: pp. 452-453

Meios de comunicação social, mobilidade social e processo de mudança: pp. 453-455

Propaganda, contrapropaganda, opinião pública, líderes de opinião, e efeito “feedback”: pp. 455-459

Os meios de comunicação social ao serviço das culturas doadoras: pp. 459-466

Meios de comunicação de massa, gostos e preferências dos leitores, radiouvintes, espectadores e telespectadores. Dissonâncias e vedetização: pp. 466-469

Metas sociais, modelos sociais, estereótipos e heróis filmicos propostos pelos meios de comunicação social: pp. 469-471

Noticiários, reportagens e possíveis efeitos “boomerang”: pp. 471-475

Resumo da obra (linhas mestras): Neste texto, José Júlio Gonçalves faz uma abordagem acerca dos efeitos dos novos meios de comunicação sobre as sociedades. O autor começa por fazer uma análise sociológica de aspectos relativos ao “impacte” (p. 441) da comunicação social sobre

a sociedade, referindo que, este, pode ser feito de duas maneiras: “numa atitude metodológica própria do chamado enciclopedismo sociológico ou recorrendo a um exame da realidade empírica (...) (p. 441). No texto, são salientadas três tipos de sociedades: a sociedade tradicional, a sociedade moderna e a sociedade pluralista. O autor refere que, estas sociedades, estão envolvidas por diversos factores - religiosos, educativos, culturais e sociais – que influenciam os pontos de vista e a integração sócio-cultural. A sociedade tradicional, que está em queda livre, é caracterizada por “heterogeneidade (...) por um visível imobilismo no plano tecnológico, por uma grande resistência institucional à mudança, por uma solidariedade de tipo clânico e tribal, por uma apreciável variedade de instituições sociais diferentes das europeias e por uma comunicação de tipo acentuadamente biomecânico (...) (p. 442). A sociedade moderna, tipicamente europeia e em expansão, é caracterizada por uma maior homogeneidade, “mais dinamismo tecnológico e social, instituições (...) mais maleáveis (...), uma solidariedade (...) baseada no contacto indirecto e (...) dependente de mecanismo de comunicação de massa” (p. 442). A sociedade pluralista, resultante de uma interacção entre as duas anteriores, trata-se de uma sociedade de transição, a sociedade do futuro.

José Júlio Gonçalves menciona a existência de sistemas e subsistemas comunicacionais coexistentes nas sociedades pluralistas. O sistema comunicacional “biológico-mecânico” (p. 444) (Imprensa, Rádio e Televisão) que caracteriza a sociedade tradicional, irá dar lugar a sistemas de comunicação em massa, sem o desaparecimento do anterior, mas funcionando em conjunto, como um complemento. Deste modo, aparecerão novos líderes formais e informais, em que estes últimos tenderão a ceder o passo aos primeiros. Assim, quando dois ou mais sistemas de comunicação se vêm frente a frente, o que possuir maior avanço tecnológico avançará mais rapidamente, acabando por exercer uma “espécie de dominância” (p. 444), que produzirá uma série de efeitos, aproximando o campo da cidade, a sociedade tradicional da sociedade moderna. Como o autor refere, os “mass media acumulam-se nas zonas citadinas, permitindo a formação, ali, de uma elite de proximidade sem que o mesmo aconteça nas áreas rurais (p. 444) constituindo, estas, “verdadeiras reservas de valores” (p. 444). Os

sistemas de informação permitem a transmissão, recepção e transmissão de mensagens “em relação às quais a aprendizagem social e a tradição podem funcionar (...) como freios, a despeito de aprendizagem e tradição serem também produtos da comunicação social” (p.445). Por outro lado, “o uso de sistemas de comunicação espelha os correspondentes sistemas sociais e a partir da análise destes, facilmente nos daremos conta da complexa teia de mecanismos de comunicação, informação e “desinformação” coexistentes” em localidades habitadas por todo o tipo de pessoas, com diferentes características, hábitos, normas e valores (p. 445). O autor afirma que “por outras palavras, aos meios de comunicação quentes, biomecânicos, sucedem-se os frios, sem calor humano, mas com mais vasto e profundo poder de penetração e envolvimento. Resulta daqui uma mudança – condicionada pelas resistências mobilizadas pela mentalidade tribal – nos padrões explícitos de cultura e comportamento e, bem assim, nos padrões implícitos em que incluímos os chamados padrões íntimos de conduta, por sinal os de mais retardada desagregação. Quer isto dizer que dois dos sinais de modernização e desenvolvimento são a mudança de “temperatura” comunicacional e o alargamento da quantidade de informação transmitida e recebida, em virtude da melhoria ou ampliação – por difusão cultural ou mesmo inovação – dos canais de comunicação preexistentes (p. 446). Os novos meios audiovisuais, não alteram apenas o modo de comunicação, mas também o conteúdo cultural desta.

José Júlio Gonçalves afirma que em estruturas sociais homogêneas como, por exemplo, as tribais, as mensagens transmitidas produzem efeitos verticais e horizontais, que a rotina permite “prever e graduar” (p. 447). O mesmo não acontece nas sociedades pluralistas, sendo que, aqui, os efeitos produzidos pelos meios de comunicação, difíceis de detectar. “Os complexos efeitos do impacto dos modernos meios de comunicação social (...) têm desempenhado (...) um papel decisivo do ponto de vista da definição do perfil socio-cultural das sociedades plurais do continente africano (...) (p. 447). Deste modo, podem ocorrer mudanças sob um ponto de vista qualitativo e quantitativo, reguladas pelas “crenças religiosas, fronteiras entre o sagrado e o profano, (...) código genético, etc. (p. 448).

Neste texto, o autor salienta a existência de duas estruturas parciais,

para cuja transformação a comunicação colectiva mais tem contribuído: as instituições sociais e os grupos sociais. As instituições são estruturadas por “padrões, papéis e relações que os indivíduos realizam segundo determinadas formas sancionadas e unificadas, com o objectivo de satisfazer necessidades sociais básicas” (p. 448). Os grupos são conjuntos de pessoas em “interacção e comunicação, obedecendo a normas, valores e interesses para concretizarem certos objectivos” (p. 448). A comunicação “atinge por vezes no cerne estas estruturas que implicam posições, status, papéis sociais, relações recíprocas, normas de comportamento e sentimentos de vinculação, identificação e participação” (p. 448). Segundo o autor, os meios de comunicação em massa, contribuem para “acelerar o processo de destribilização, mais se não refere a um fenómeno de descomposição institucional, grupal, em suma, social” (p. 449). O autor acrescenta ainda que, a comunicação social, desempenha uma “acção moderadora (...) dada a vocação dos comunicadores para proporcionarem (...) novas formas de convivência e hostilidade humanas” (p. 449).

O autor do texto sublinha que a família é uma das instruções sociais sobre as quais os meios de comunicação de massa, sobretudo a televisão, exercem maior influência. No que diz respeito aos povos africanos, população que o autor frisa várias vezes, estes, embora resistentes à mudança, não recusam “os modelos e valores transmitidos pelos meios de comunicação em massa” (p. 450). Relativamente às sociedades plurais, “se o impacte da economia de mercado, de acção missionária e do papel modelar e plasmador da família de tipo europeu – a verdadeira estrutura social elementar – na família africana já vem há anos a produzir efeitos redutores no modo tradicional de agregação familiar – a família extensa – é de prever que a acção dos modernos meios audiovisuais, venha a contribuir mais decisivamente para o desaparecimento desta instituição social tal como ainda a conhecemos, aproximando a família africana do modelo europeu” (p. 450). Alguns dos efeitos que os meios de comunicação poderão trazer, tais como, “marido e esposa que suportam vidas paralelas, (...), lares sem lugar nem espaço para filhos, tornados estes um incómodo eliminável por meio de contraceptivos” (p. 451), acentuaram-se e ganharam maior vigência, desde que o cinema, através de películas “mal seleccionadas”, começou a

divulgar estes modelos de vida familiar.

José Júlio Gonçalves acentua que algumas estruturas parciais, como as instituições e os grupos, sofrem transformações sob a acção dos novos meios de comunicação, especialmente os audiovisuais. Assim, como as instituições e os grupos são meios de aprendizagem para a vida, “segue-se daí o fenómeno da socialização” (p. 451).

O autor do texto refere que ocorre uma acção modificadora dos meios de comunicação social nos processos sociais. “Da interacção inerente aos contactos repetitivos e que decorrem segundo pautas aprendidas no decurso da socialização de cada indivíduo, resultam processos sociais, ou seja, acções e reacções, isto é, modos vários de actuação dos indivíduos uns sobre os outros dentro da sociedade, essa complexa teia de multivinculações físicas, intelectuais, morais, religiosas, etc.” (p. 452).

Gonçalves, afirma que, apesar de alguns dos instrumentos comunicacionais poderem “taxar-se, sociologicamente, de meios conformistas de comunicação social, nem por isso, através destes, deixa de ser veiculada propaganda e contrapropaganda, com vista a formação ou manipulação da opinião pública” (p. 455). O autor refere que os líderes de opinião, deixam de poder liderar a opinião global para, simultaneamente, ouvirem e lerem a opinião de outros comunicadores informais para, daí, seleccionarem os dados que acharem pertinentes e, deste modo, alargarem os seus conhecimentos e opiniões “quantitativa e qualitativamente” (p. 457). O autor menciona ainda a existência do chamado feedback, não o de reacções espontâneas, mas o feedback de pesquisa, que poderá auxiliar, “por meio de acção de retorno, a melhorar os jornais e os programas radiofónicos e televisivos” (p. 459).

José Júlio Gonçalves revela-nos a existência de um fenómeno de doação Cultural, que envolve uma “velha dictomia: culturas doadoras – culturas recebedoras” (p.460). Neste caso, torna-se necessário encontrar formas equilibradas de dar e receber (desde os bens espirituais aos materiais). Todo este processo deverá desencadear-se com a máxima segurança. Sendo assim, os doadores terão de ter em conta o destinatário, de modo a não quebrar as regras ou ferir os seus valores.

O autor do texto fala sobre a influência dos gostos e preferências dos

leitores, radiouvintes e telespectadores na sociedade e refere ainda aquilo a que chama de “dissonâncias e vedetização” (p. 466). A dissonância refere-se ao facto de ser frequente na informação, algumas notícias, reportagens, rubricas de programas televisivos, serem incompatíveis umas com as outras, devido aos conteúdos ou horários. A vedetização refere-se à capacidade que os meios de comunicação social têm como “mecanismos de fazer gente” (p. 468), isto é, por tudo e por nada, por motivos injustificáveis, as pessoas tornam-se famosas, figuras públicas.

José Júlio Gonçalves diz-nos que o Cinema, a Rádio e a Televisão têm metas sociais a atingir. Estes veículos de informação, afectam “as concepções profundas da vida, ferem os padrões culturais íntimos” (p. 469). O autor revela que os modelos sociais divulgados pelos modernos meios de comunicação não são sempre formativos e, muitos deles, correspondem a estereótipos. Por outro lado, os heróis filmicos, divulgados pelo Cinema e pela Televisão, têm a capacidade de projectar-se no comportamento dos povos levando-os, por vezes, a tomar atitudes erradas.

O autor aborda os noticiários e as reportagens, que para ele são a essência dos meios de comunicação social. Por fim, refere-se à publicidade, como um compreensível e “quase abuso informativo” (p. 474). A publicidade, aliada ao marketing, traduz-se, “por um lado, na arte de violar a vontade alheia, motivando desejos aquisitivos em relação a determinados produtos e, pelo outro, é um conjunto de métodos e técnicas aplicados à dinamização da economia, proporcionando o desenvolvimento e a ampliação dos mercados” (p. 474).

Autor (nome completo): Susana Patrícia Vasconcelos Cerejo

E-mail: susanavasconcelos@hotmail.com / susanapvcerejo@hotmail.com

» Gracías, 1880

Autor: Gracías, José antónio Ismael

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1972

Título completo da obra: A Imprensa em Goa nos séculos XVI, XVII e XVIII

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Nova-Goa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Imprensa Nacional

Número de páginas: 111

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: TR. 535 // 1V.

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): José António Ismael Gracías nasceu a 29 de Agosto de 1857, na freguesia de Curtorim, concelho de Salcete, distrito de Goa, antigo Estado da Índia. Foi considerado o aluno mais distinto em Latim e teve uma brilhante carreira: foi o Primeiro Oficial Chefe da Secção Interior, Oficial Maior, Professor de Economia Política e Direito Administrativo, escritor de inúmeros artigos literários, científicos e históricos, entre outros cargos exercidos. Durante os últimos 35 anos da sua vida, colaborou na redacção de muitos regulamentos, códigos e outros diplomas legislativos publicados no Estado da Índia e também em Portugal. Tinha um lema de vida: “O Trabalho tudo vence”.

Faleceu a 27 de Janeiro de 1919.

Índice da obra:

Prólogo

Introdução da imprensa em Goa no século XVI - Pág. 1

Fundação do Colégio de S. Paulo – Dom Gaspar de Leão Pereira - Pág. 6

O Doutor Garcia d’Orta – Seus Colóquios (...) Primeira poesia impressa

Livros LabCom

- de Camões (...) O doutor Dimas Bosque - Pág. 7
Carta ao Povo de Israel – Jerónimo de Santa Fé - Pág. 11
Concílios celebrados em Goa - Pág. 12
Constituições Synodales do Arcebispado de Goa impressas em 1568 - Pág. 19
Mapa-Mundo do cosmógrafo português Fernão Vaz Dourado - Pág. 19
Desenganos de perdidos compostos pelo arcebispo Dom Gaspar e impressos em 1573 – Índice expurgatório - Pág. 22
Censuras e licenças que havia em Goa e em Portugal para a publicação de livros - Pág. 23
Notícia sobre o falecimento e jazigo do arcebispo D. Gaspar de Leão Pereira e do arcebispo Cochim D. Fr. André de Santa Maria - Pág. 24
Colégio de Salcete - Pág. 26
Padre Thomaz Estevam – carta que escreveu a seu pai – Notícia da sua morte – Os reitores do colégio Rachol - Pág. 27
Obras do Padre Thomaz Estevan - Pág. 39
Padre Diogo Ribeiro da Cruz – Seus discursos sobre a vinda do apóstolo S. Pedro, impressos em 1634 - Pág. 46
Manoel Jacome de Mesquita – Sua relação impressa em 1643 - Pág. 47
Purana da Biblioteca - Pág. 48
Padre António de Saldanha – suas obras impressas e inéditas - Pág. 49
Padre Miguel de Almeida – Suas obras - Pág. 50
Padre João de Pedrosa – Suas obras - Pág. 64
Cessam as tipografias de funcionar - Pág. 65
Os Franciscanos e as letras - Pág. 67
Os jesuítas e a imprensa no Malabar. Padre Henrique Henriques - Pág. 69
Carta do secretário d’Estado proibindo as imprensas em Goa - Pág. 70
Explicação dos motivos da cit. Carta O Marques de Pombal e os Jesuítas - Pág. 71
Extinção da companhia de Jesus em Goa - Pág. 80
Primeira tipografia em Goa no século presente - Pág. 89
Movimento literário em _Goa – Imprensa particular - Pág. 90

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra de José António Ismael Gracias consiste na elaboração de “Apontamentos Histórico-Bibliográficos” que listam os livros e jornais impressos em Goa, a partir de 1557. O autor informa no seu livro que o primeiro impressor a chegar à Índia foi João Bustamante que imprimiu o catecismo que visava proporcionar um ensinamento religioso, em 1557. Foi também fundado o Colégio de S. Paulo, onde estavam abertas tipografias, de forma a acompanhar o movimento intelectual.

São apontados diversos nomes de arcebispos que marcaram a imprensa, tal como D. Gaspar de Leão Pereira, referido pelo autor como o “primeiro arcebispo de Goa em 1560, varão doutor e virtuoso, presidindo aos destinos da arquidiocese, presidia igualmente ao movimento dessas imprensas”.

São referidas publicações de D. Gaspar de Leão Pereira, entre outros arcebispos, tal como: “Os desenganos de Perdidos”, em 1573. No entanto, José António Ismael Gracias faz lembrar a existência de censura prévia aos livros que foram impressos: “Já se viu que a maior parte dos livros que fizemos menção, foram impressos com prévias censuras e licenças, inclusive os do arcebispo Dom Gaspar! (...) O que mostram essas censuras e licenças até para os livros escritos por pessoas de reconhecidas letras e piedade? Quando muito provam o poder da terrível Inquisição, poder que não conhecia limites, e que se estendia até a acorrentas o espírito e opor-se à livre manifestação do pensamento.” (p. 23).

Outras personalidades são também mencionadas ao longo desta obra, como o Padre Thomaz Estevan, Padre Diogo Ribeiro, Padre António Fernandes, Padre Miguel de Almeida, Padre António de Saldanha, bem como as suas obras e cartas publicadas.

Entre outras obras de conotação jornalística publicadas em Goa, o autor indica as seguintes:

1) Publicados entre 1821 e 1826

Gazeta de Goa – Jornal Oficial do Governo; Crónica Constitucional de Goa – Jornal Oficial; Boletim do Governo do Estado da Índia – Jornal oficial; Eco da Lusitânia – Jornal Político; O Vigilante – Jornal Político;

Livros LabCom

O Observador – Jornal Político; A Biblioteca de Goa – Jornal Literário; O Enciclopédico – Jornal Literário; O Compilador – Jornal Literário; Correio de Nova Goa – Jornal Político; Jornal da Santa Igreja Lusitana do Oriente – Jornal Oficial Eclesiástico; A Voz dos Povos da Índia – Jornal Político; O Gabinete Literário das Fontainhas – Jornal Literário; O Compilador – Jornal Literário; O Mosaico – Jornal Literário; O Defensor da Ordem e da Verdade – Político; O Defensor do Real Padroado – Político; A Revista Ilustrativa – Literário; A Sentinella da Liberdade na Guarita de Damião – Político; Mensageiro Bombayense – Semanal; Investigador Português em Bombaim – Semanal; Pregoeiro da Liberdade – Semanal; Índio Imparcial; Observador; Abelha de Bombaim – Político

2) Publicados entre 1856 e 1877 (semanais e de carácter político)

Boletim do Governo do Estado da Índia; O Ultramar; A Índia Portuguesa; A Phenix de Goa; A Harmonia; A Aurora de Goa; A Sentinella da Liberdade; Jornal de Notícias; A Imprensa; A Gazeta de Goa; O Mensageiro; O País; O Progresso; A Opinião pública; O Oriente; A Gazeta de Bardez; Nova Goa; A Pátria; Desejo da Civilização do País.

3) Publicados entre 1856 e 1877 e de carácter científico ou literário

Recreio Bimensal; Tiocínio Literário; Jornal de Farmácia e Ciências necessárias da Índia Portuguesa; Revista medico-militar da Índia Portuguesa; Periódico Militar do Ultramar Português; Recreio das Dunas; Ilustração Goana; Harpa do Mandory – que consiste num jornal de poesias –; O Recreio Mensal; O Cronista do Tissue; Jornal de Farmácia Química e História Natural médica; Instituto Vasco da Gama; Album Literário; A Estreia Literária. Dentro dos religiosos publicados, são referidos também, na obra de José António Gracias, diversos jornais, sendo os seguintes: O Oriente Católico; A Cruz; O Patriota; A Estrela do Norte; O Anglo-Português; A Semana e A União

Autor (nome completo): Cíntia Leticia Batista Ferreira
E-mail: batista_cintia@hotmail.com

» Grave, 1929

Autor: Grave, João Mourato

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1929

Título completo da obra: A Imprensa no Distrito de Castelo Branco

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Vila Nova de Famalicão

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Tipografia Minerva de Gaspar Pinto de Sousa & Irmão

Número de páginas: 64

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: SC 13855//4P

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): -

Índice da obra: [Não tem índice]

Introdução – página 3

Jornais publicados no concelho de Alpedrinha – página 5

Jornais publicados no concelho de Belmonte – página 6

Jornais publicados no concelho de Caría – página 7

Jornais publicados no concelho de Castelo Branco – página 7

Jornais publicados no concelho de Castelo Novo – página 36

Jornais publicados no concelho de Covilhã – página 36

Jornais publicados no concelho de Fundão – página 48

Jornais publicados no concelho de Idanha-a-Nova – página 55

Jornais publicados no concelho de Oleiros – página 56

Jornais publicados no concelho de Penamacor – página 56

Jornais publicados no concelho de Proença-a-Nova – página 57

Jornais publicados no concelho de S. Fiel – página 57

Jornais publicados no concelho de Sarzedas – página 58

Livros LabCom

Jornais publicados no concelho de Sernache do Bomjardim – página 58

Jornais publicados no concelho de Sertã – página 59

Jornais publicados no concelho de Tortozendo – página 62

Jornais publicados no concelho de Vila Velha de Ródam – página 62

Aditamento – página 63

Resumo da obra (linhas mestras): No início da obra o autor começa por explicar que o conteúdo da obra está inserido no IV Congresso Beirão, realizado em Castelo Branco.

O autor afirma também que com a elaboração da obra não tinha qualquer pretensão pessoal e que apenas fez um “apanhado” de vários materiais recolhidos pelo próprio, formando, assim, um conjunto de simples notas bibliográficas. Diz, também, que a obra serviu apenas de incentivo para futuros trabalhos, mais elaboradas, acerca do assunto. Mourato Grave aproveita, também, para agradecer aos que contribuíram para que a obra pudesse ser elaborada.

Depois disto, o autor lista os jornais surgidos na região albicastrense, concelho a concelho, e as respectivas datas de publicação do primeiro número.

Alpedrinha

A Estrela da Beira (1864); O Morcego (1846); O Bacolheiro (1883); O Local (1898); O Camaleão (1890); Azul e Branco (1900) e A Voz do Pároco (1914).

Belmonte

A Defesa (1884); A Serra (1925).

Caría

O Agricultor (1921).

Castelo Branco

O Boletim de Exército de Operações (1837); Sentinela da Liberdade (1847); O Albicastrense (?); O Cri-Cri (1883); O Correio da Beira (1884); O Distrito de Castelo Branco (1889); O Albicastrense (1889); A Defesa da Beira (1893); O Cacula (1895); O X.P.T.O (1895); Estrela d’Alva (1898); Retratos da Beira (1900); A Luta (1904); Notícias da Beira (1904); O Jor-

nal (1905); A Gazeta da Beira (1906); A Beira (1908); Átomo (1909); O Petiz (1910); A Beira Baixa (1911); A Pátria Nova (1911); A Beira (1912); O Imparcial (1912); O Rebate (1912); O Futuro (1912); O Futuro da Beira (1912); A União (1912); O Beirão (1912); A Fita (1923); O Tipógrafo (?); Liberal (1915); O Eco (1915); O Semeador (1915); Mocidade (1915); O Casmurro (1915); A Infância (2) (1915); A Alva (1916); O Radical (1916); O Albicastrense (3º) (1916); A Aurora (1916); A Beira Baixa (2º) (1917); A Madrugada (1917); A Resistência (1917); A Aurora (2º) (1917); Voz Académica (1917); Notícias de Castelo Branco (1918); A Juventude (1919); A Voz da Razão (1919); Defesa de Castelo Branco (1919); Echo Pedagógico (1919); A Província (1920); O Albergue (1921); A Aurora (3º) (1923); O Centro Artístico (1924); Acção Regional (1924); Folhas Soltas (1925); A Academia (1926); O Soldado de Portugal (1926); A União (1926); A Era Nova (1927); Questão Nacional (1927); A Província (2º) (1929).

Castelo Novo

Écos do Alardo (1916).

Covilhã

O Comércio da Covilhã (1864); A Sentinela da Liberdade (2º deste nome) (1864); Éco Operário (1869); O Covilhanense (1871); O Entusiasta (1886); O Artista (1886); O Covilhanense (2º) (1886); O Heitor Pinto (1887); Correio da Covilhã (1888); Sul da Beira (1890); 6 de Setembro (1891); A Covilhã (1891); O Doméstico (1892); A Religião e o Operário (1893); O Covilhanense (3º) (1894); A Covilhã no Centenário de Santo António (1895); A Pilhéria (1895); O Agitador (1895); O Nacional (1896); O Cáustico (1896); O 19 de Setembro (1896); O Rebate (1897); Amigo do Povo (1897); O Barato (1897); Correspondência da Covilhã (1899); Éco da Beira (1907); Comércio da Covilhã (1907); O Progresso da Covilhã (1907); A Justiça (1913); o Intrépido (1913); O Futuro (1913); A Manchester (1915); O Aráuto da Beira (1919); Notícias da Covilhã (1919); O Dever (1919); O Semeador (não foi publicado); O Liberal (1920); O Trabalho (1921); Avante (1922); A Mocidade Portuguesa (1924); O Covilhanense (4º) (1925); Questão Nacional (1927); O Covilhanense Eventual (1929); A Verdade (1908).

Depois o autor publica uma lista, também de jornais da Covilhã que lhe terá sido fornecida pelo Bibliotecário Municipal, Nicolau Alberto Ferreira Almeida, na qual estavam contidos os seguintes jornais: Aliança (1928); Artista (1886); Cidade (1925); Covilhã (1906); Covilhanense (1828); Covilhã Nova (?); Debuxador (1926); Democracia (1912); Éco Operário (1869); Estrela (1926); Folha de Anúncios (1926); Folha da Covilhã (1904); Folhas Soltas (?); Guia (1928); Lidador (?); Mocidade (1924); Patusco (?); Peregrino da Virgem (1904); Raio (?); Scout Lusitano (1927); Sports (1926); Textil (1927); Trabalho (?); União (?); Verdade (?); Voz da Caridade (1901); Voz da Paróquia (?).

Fundão

Apóstolo da Verdade (1870); Perseguição à Imprensa (?); O Campeão da Beira (1871); O Moscardo (1871); O Clamor Popular (1873); O Anunciador da Beira (1878); A Beira Baixa (1891); O Piparote (1894); O Jornal do Fundão (1898); A Beira (1898); O Escalpelo (1898); A Beira Baixa (1899); A União (1900); Jornal do Fundão (1898); Ecos da Gardunha (1900); O Correio da Beira (1901); A Beira Baixa (1903); Folha do Fundão (1904); Horas de Ócio (1906); O Fundão (1908 ou 1909); Trovão da Beira (1912); Cantina dos Pobres (1912); Voz do Pároco (1913); A Gardunha (1914); A Renovação (1915); A Verdade (1922); A Mentira (1922); O Serrano (1922); E Não As Corta... (1923); O Pindão (1925); O Fundão (2) (1927); Cova da Beira (1929).

Idanha-a-Nova

O Beliscão (1893); Folhas Rurais (1911); Povo de Idanha (1915).

Oleiros

O Bem (1915); O Heraldo de Oleiros (?).

Penamacor

O Penamacorense (1885); O Resumo (1888).

Proença-a-Nova

Amigo do Povo (1915); A Nova Proença (1918).

S. Fiel

Brotéria (?).

Sarzedas

O Sarzedense (1916).

Sernache do Bomjardim

O Riso (1894); Oito de Dezembro (?); Boletim do Instituto (?).

Sertã

Correio da Sertã (1884); Jornal da Sertã (1887); O Correio das Províncias (1889); Sertaginense (1889); Ecos da Beira (1896); A Ninfa do Zêzere (1897); Gazeta das Províncias (1898); Eco da Beira (1910); Eco da Beira (2) (1914); Voz do Povo (1910); Boa Nova (1914); A Voz da Beira (1914); A Pátria da Celinda (1917); O Sertagenense (2º) (1918); Progresso da Beira (1925).

Tortozendo

O Tortozendo (1908); O Jornal? (1927); Nunhaes da Serra (1900).

Vila Velha de Ródão

O Novo Rodense (1899); Legislação e Elucidário Municipais (1900); Notícias de Ródão (1905); O Rodense (1910).

Aditamento:

Mourato Grave menciona ainda um número especial do Acção Social, no âmbito do IV Congresso e Exposição das Beiras. Diz que se tratou de um número de ouro e que contou com a colaboração do Presidente da República na altura, general Carmona, contribuindo este com uma fotografia sua, assim como um autógrafo de saudações.

Menciona também o Terra da Beira (1926).

Autor (nome completo): João Sousa Coimbra Tavares

E-mail: joao_coimbra41@hotmail.com

» IPOPE, 1973

Autor: Estudos IPOPE

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1973

Título completo da obra: Os Portugueses e a Política

Tema principal: Teoria do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Moraes Editores

Número de páginas: 13

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: SC 36 303 V.

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): -

Índice da obra:

1. Introdução: p. 7.
 2. Caracterização dos entrevistados: p. 21.
 3. Influência do acesso aos meios de comunicação de massa: p. 35.
 4. Cultura Política dos entrevistados: p. 49.
- Inquérito prévio: p. 97.
Questionário: p. 99.

Resumo da obra (linhas mestras): O livro engloba vários capítulos. O terceiro capítulo fala sobre o acesso aos meios de comunicação de massa por parte dos portugueses, em 1973.

O autor explica que formulou o inquérito apresentado neste capítulo com o objectivo de realizar uma análise da relação existente entre a sociedade e o seu sistema de comunicações e do grau de exposição da sociedade portuguesa aos meios de comunicação que tendem a controlá-la. O autor faz referência a Rui Patrício, Ministro dos Negócios Estrangeiros, que afirma:

www.labcom.pt

“Grande parte da hostilidade ou da incompreensão que persiste em certos meios, relativamente às necessidades da nação portuguesa, é apenas fruto da falta de informação eficiente ou de uma informação deformada.” O autor indica que os meios informativos que mais influem nas opiniões dos receptores são, por esta ordem, televisão, rádio e imprensa escrita (periódica ou diária).

Concluiu-se também que a mulher vê os programas informativos em maior proporção que o homem. O autor supõe que o homem vê programas informativos em locais colectivos não frequentados pela mulher devido à maior proporção destes na audiência não diária. A audiência diminui com a classe social porque a classe baixa não possui aparelho de televisão.

O autor declara que a Emissora Nacional “goza” da maior audiência entre as rádios, pois é esta que transmite mais notícias.

Por outro lado, o autor explicita que os entrevistados declaram que nunca ouviram notícias dadas por alguma emissora estrangeira, com certeza devido à desconfiança em relação aos entrevistadores.

A imprensa escrita, segundo o autor, difere da falada por causa de dois fenómenos: menor utilização deste meio para o acesso à notícia e o facto de a mulher ser pior leitora que o homem, certamente devido ao seu nível escolar e cultural inferior. O autor acrescenta, ainda, que uma quarta parte dos entrevistados nunca lê um jornal e metade não lê revistas. São os mais jovens os que lêem mais. Conclui então o autor que o «cidadão médio» vê televisão e ouve rádio, mas não lê a notícia impressa.

Entre os leitores de jornais, as preferências das pessoas de idade vão para o «Diário de Notícias» e as dos jovens para o «Diário Popular».

Fizeram-se outras perguntas para determinar o grau de confiança que os entrevistados tinham sobre os meios jornalísticos portugueses. Segundo os dados, existe um elevado grau de confiança nas informações sobre Portugal disponibilizadas pela imprensa portuguesa em desfavor daquelas que são disponibilizadas pela imprensa estrangeira. A classe baixa desconhece a imprensa estrangeira.

Para além disso, segundo o estudo os portugueses preferem a televisão para se porem a par das notícias mas preferem a imprensa para se informarem com detalhe.

O autor afirma, ainda, que o crédito das notícias na imprensa é muito maior nos estratos mais elevados da sociedade portuguesa.

Eis os dados levantados, no que se refere à comunicação social portuguesa:

Quadro 1: Frequência com que os portugueses costumam ver o telejornal, segundo o sexo do entrevistado

	<i>% dos que vêem o Telejornal</i>		
	Masculino	Feminino	Total
Todos os dias	67,7	71,2	9,8
Nunca	16,1	14,0	4,8
Duas ou três vezes por semana	8,1	7,7	7,9
Uma vez por semana	7,7	7,9	6,2
TOTAL	100%		
	(310)	(465)	(775)

Quadro 2: Frequência com que os portugueses costumam ouvir notícias pela rádio, por sexo

	<i>% dos que ouvem as notícias</i>		
	Masculino	Feminino	Total
Todos os dias	54,2	54,8	54,6
Nunca	19,0	23,0	21,4
Alguma vez	17,4	13,5	15,1
Uma vez por semana	5,8	5,8	5,8
Duas vezes por semana	2,6	2,4	2,5
TOTAL	100%		
	(310)	(465)	(775)

	<i>% dos que ouvem as notícias</i>		
	Masculino	Feminino	Total
Emissora Nacional			64,5
Rádio Clube Português			31,9
Rádio Renascença			18,2
Emissores Associados			5,9

Qualquer Emissora	2,6
Emissores Norte Reunidos	0,5
Emissora Estrangeira	...
Não Respondem	2,1
TOTAL	100% (775)

Quadro 3: Frequência com que os entrevistados lêem as publicações periódicas

	Masculino		% entrevistada que lê		Total	
	A	B	A	B	A	B
Todos os dias ou quase todos os dias (a)	54,2	54,2	54,2	54,8	54,2	54,6
Duas vezes por semana (b)	54,2	54,2	54,2	54,8	54,2	54,6
Uma vez por semana	54,2	54,2	54,2	54,8	54,2	54,6
Algumas vezes	54,2	54,2	54,2	54,8	54,2	54,6
Nunca	54,2	54,2	54,2	54,8	54,2	54,6
Não respondem	54,2	54,2	54,2	54,8	54,2	54,6
TOTAL	100%					
	54,2	54,2	54,2	54,8	54,2	54,6

Notas – A) Jornais diários; B) Jornais não diários, revistas, etc.; a) Semanas, se se trata de B; b) Meses, se se trata de B.

Quadro 4: Jornais lidos com mais frequência

(% de entrevistados que lêem com frequência)

Diário de Notícias: 20,6	Jornal de Notícias: 19,3
Diário Popular: 18,9	Primeiro de Janeiro: 16,7
O Século: 11,7	Diário de Lisboa: 9,8
Capital: 7,6	Comércio do Porto: 7,0
República: 5,9	Jornal do Comércio: 0,9
Época: 0,4	Novidades: 0,4
Jornais Desportivos: 0,7	Outros: 5,9
Não respondem: 0,7	

Livros LabCom

Quadro 5: Semanários e revistas lidos com mais frequência*(% de entrevistados que lêem com frequência)*

Século Ilustrado: 21,2	Fama: 12,8
Vida Mundial: 9,6	Observador: 8,7
Expresso: 7,4	Seara Nova: 4,2
Comércio do Funchal: 1,6	O Tempo e o Modo: 1,3
Notícias da Amadora: 1,3	Nouvel Observateur/ Express: 1,0
Outras: 55,8	Não respondem: 5,4

Quadro 6: Meios de comunicação preferidos pelos entrevistados para se informarem do que acontece em Portugal

Classe social	<i>Imprensa Diária</i>		<i>Revistas</i>	
	Nacional	Estrangeira	Nacional	Estrangeira
Alta e Média alta	81,4	11,0	31,0	9,0
Média	74,7	6,7	24,7	2,8
Média Baixa	62,3	2,5	13,8	0,7
Baixa	47,7	0,6	7,4	---
TOTAL	65,4	4,6	18,1	2,6

Classe social	<i>Rádio</i>		<i>Televisão</i>
	Nacional	Estrangeira	-
Alta e Média alta	49,0	7,6	4,8
Média	47,2	2,2	6,7
Média Baixa	54,0	1,1	10,5
Baixa	61,4	2,8	11,9
TOTAL	53,2	3,0	8,9

Quadro 7: Veracidade dos meios de informação

	<i>Não confiam</i>				Não respondem
	Muito	Bastante	Pouco	Nada	
Jornais	15,7	35,5	28,0	1,4	19,4
Revistas	14,7	32,1	22,2	1,2	29,8
Rádio	19,4	40,8	24,1	1,2	14,6
Televisão	19,4	38,8	24,1	1,8	15,9

	% dos que confiam nos distintos meios	
	Sim	Não
Rádio	60	52
Televisão	58	26
Diários	51	29
Revistas	47	23

Autor (nome completo): José Pedro Soares de Oliveira
E-mail: ze.pedro.oliveira@gmail.com

» **Jornal de Notícias, 1963**

Autor: Jornal de Notícias (autoria colectiva)

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1963

Título completo da obra: Jornal de Notícias – Os Setenta e Cinco Anos do Jornal de Notícias

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Porto

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Jornal de Notícias

Número de páginas: 55

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: -

Cotas: -

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): -

Índice da obra: [Não tem índice]

História de um jornal (o caso do Jornal de Notícias) - p. 7 e 8

Edição nº1: os Espectáculos no Príncipe Real – p.8 à 10

Edição nº2: os roubos da Giralдинha – p. 10

A edição nº3 e alguns dos anúncios mais característicos da época – p. 10 à 14

O célebre crime da Rua das Flores e os acontecimentos do Porto – p.15

Outros anúncios – p. 16 à 17

As crónicas portuenses e o suplemento ao nº102 – p. 18

A criação de novas secções – p. 19 à 26

A triste derrocada da sala de notícias – p. 27

As campanhas jornalísticas e o ataque da Imprensa Inglesa a Portugal – p. 28

O assassinato d'El Rei e o concurso das quadras populares – p. 29

Outros acontecimentos – p. 30 à 59

Últimas considerações acerca do Jornal de Notícias e do seu futuro - p. 60 à 62

Resumo da obra (linhas mestras): Neste livro encontra-se resumida a história do *Jornal de Notícias* que, em 1963, comemorava o seu septuagésimo quinto aniversário.

Tal como o autor nos diz, “a história dum jornal é o desenrolar da história do próprio homem em todas as suas manifestações – do crime ao desporto, da descoberta científica à notícia literária e crítica, da guerra aos festejos populares, da luta política ao interior da nossa vida individual – por meio do anúncio (p.8)”, e é disso que trata, no geral, este livro. Nele encontramos referências a notícias e anúncios que fizeram parte da história do periódico, conforme se observa no índice.

As notícias que encontramos referem-se a crimes, à política, à guerra e relações internacionais, etc. Na página 15 encontramos uma notícia sobre a sublevação militar do Porto, a 31 de Janeiro de 1890, que abalou os habitantes do Porto e que constava do suplemento ao nº28 do *Jornal de Notícias*, publicado nessa mesma data.

Além das notícias e anúncios, o livro refere-se às novas secções que foram aparecendo ao longo do tempo, enriquecendo o Jornal, assim como, às reportagens de características modernas publicadas no JN.

A primeira crónica de modas apareceu, no JN, a 23 de Março de 1902. Desde 1901 que existia uma secção de caricaturas alusivas à vida política e social, da autoria de Cristiano Carvalho.

O livro alude, igualmente, à trágica derrocada de uma sala do Notícias, durante uma festa, o que marcou definitivamente a vida do periódico. Da história do Jornal de Notícias fazem também parte “campanhas jornalísticas pelo descanso semanal e pela revisão do contracto de abastecimento de água à cidade (p.28)”.

Em 28 de Fevereiro de 1912, o *Jornal de Notícias* organizou o Circuito do Minho que, segundo o autor, foi uma “grande prova desportiva para automóveis, motocicletas e bicicletas (p.32)”. O facto também é referido no livro, tal como o é a imposição da censura à imprensa, durante a I Guerra Mundial.

Quando se aborda a questão dos crimes noticiados no *Jornal de Notícias*, não podemos esquecer o crime que o JN ajudou a esclarecer, o assassinato da actriz Maria Alves.

Após Guerres de Amorim e Norberto Lopes terem assinado crónicas do JN, surge uma nova secção denominada de “Coisas do Porto”, depois de 1926.

Seguidamente, o livro conta, entre outros episódios, a campanha com o fim de “salvar a vida dum português condenado á morte nos Estados Unidos (p.45)”, em 1933.

A 19 de Dezembro de 1934, o Jornal de Noticias sofre uma grande perda, pois Aníbal Moraes, durante muitos anos director do jornal, morre.

Em 1937, “o jornal apresentou a “Quinta Feira da Mulher (p.55) ”

Segundo o autor “todos os acontecimentos a partir daqui estão na memória de todos. (...) O jornal interveio sempre – transmitindo as notícias, procurando esclarecer, combatendo por o que considerava os melhores interesses da população (p. 57) ”.

Autor (nome completo): Ana Filipa Teixeira de Sousa

E-mail: filipa.tsousa@gmail.com

» Lacerda, 1904

Autor: Lacerda, Augusto de

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1904

Título completo da obra: A Irradiação do Pensamento nas Bodas de Ouro do Comércio do Porto

Tema principal: Teoria do Jornalismo

Local de edição: Porto

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Oficinas do Comércio do Porto

Número de páginas: 84

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: TR-2148//13V

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: Q1-9-46

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): -

Índice da obra:

Preâmbulo - IX

Atravez do Passado

I. A infância da linguagem escripta.- Os monumentos megalithicos.- Allegoria e geroglypho.- Invenção das letras.- A xylographia.- Papyrus, pergaminho, papel - 3

II. Origem da imprensa.-Tradições escriptas.-Histriographos babylonos e gregos.-*As Acta diurna* e as *Hebdomadae*.-Chronicas e Dietarios.-Pasquim e Marforio - 9

III. Jornaes medievaes manuscritos.-Nascimento da Imprensa.-Resurge e xylographia com diversa applicação.-Inutilidade prática da illuminura.-Primeiros productos da Imprensa.-Primeira estampa em gravura.-Gu-

Livros LabCom

temberg, Schoeffler, Pfister, Coster - 15

IV. Expansão do Jornalismo.- *Gazetta*.-A introdução da Imprensa em Portugal.- Primeiras edições; primeiros jornaes.- *As relações dos cegos* - A alma popular e a expansão jornalística.- Em França e em Portugal.- Os decanos do Jornalismo Portuguez - 21

V. Factores importantes na expansão do Jornalismo Portuguez.- Medidas legislativas: o Correio, os Caminhos de Ferro, o Telegrapho - 29

A Imprensa de Hoje

I. Pretendidos defeitos do jornal moderno - Theoria darwiniana extensiva ao Jornalismo.- As revoluções, os grandes homens e a critica histórica.- O jornal, producto do meio.- A politica, o éclamo e a fêbre de informação.- Interesse e desinteresse pela politica - 35

II. O reclamo.-D'onde veio e o que é.-Porque se desenvolveu.-Difficuldades de evital-o - 45

III. A febre de informação.-o *repórter* como exigenciada expansão dos grandes centros.-Gratuita affirmação de que Portugal é um paiz retrogado.-Desequilibrio manifesto no seu desenvolvimento.-*reporter e informador* - 49

IV. Imprensa: livro e jornal.-O livro, o pão e o espírito.-Acuriosidade do Homem.-O jornal e a educação do povo.-Romance popular: folhetim e caderneta.-Sua benéfica influencia.-A gravura illustrativa, auxilliar da repotagem.-Serviços que presta - 57

V. O jornal e o desenvolvimento das varias manifestações da actividade humana.-O anuncio e seus grandes beneficios.-A concorrência.-O pequeno annuncio e a sua importância - 65

VI. As modernas machinas de impressão.-Grandes tiragens.-O desenho como arte industrial.-O trabalho de uma machina de grande tiragem - 69

VII: aspectos do Jornalismo Portuguez.-O jornalista da capital do reino, oda capital do norte, e o das províncias.-Influencia do meio na feição características dos jornaes.-Correspondentes brasileiros - 73

VIII. Liberdade de Imprensa e paixões partidárias.- O Jornalismo e a consciência Humana. -A mentira jornalística. -Opinião Publica. -A Verdade.- Conclusão - 79

Resumo da obra (linhas mestras): A obra aqui resumida foi realizada para o concurso do *Comércio do Porto* de “memórias ou comunicações sobre os serviços que a imprensa presta em geral, e em especial sobre os que prestou em Portugal”. O autor divide o trabalho em duas partes. Uma primeira que tenta resumir a história da palavra escrita e o seu relacionamento com a Imprensa, bem como os aperfeiçoamentos desta, e uma segunda parte que se ocupa da observação da Imprensa moderna (ou seja, para o caso, da imprensa do início do século XX). O título da obra evidencia aquela que Augusto de Lacerda, o autor, considera a maior vantagem da imprensa: *A Irradiação do Pensamento*.

A primeira parte, “Através do Passado”, fala da tendência do homem em exprimir o seu pensamento por escrito na infância da linguagem escrita, recordando os monumentos megalíticos, os hieróglifos, a invenção do alfabeto, a xilografia, o papiro, o pergaminho e o papel.

O autor relembra, também, os escritos historiográficos de babilónios e gregos, as *Efemérides gregas*, instituídas por Alexandre o Grande, e ainda o discurso de Demóstenes contra Filipe da Macedónia, amplamente copiado e distribuído na Grécia Antiga. Conclui Augusto de Lacerda, assim, que na “infância do jornalismo” estiveram “três aspectos capitais: histórico, noticioso e político” (p. 11). Pode pois dizer-se que, segundo a visão do autor, na génese do jornalismo se encontra a historiografia, a necessidade de transmitir notícias à distância e ainda a política. Recorde-se, a propósito, sobre este último aspecto, que no início do século XX muitos jornais eram políticos, pelo que o texto de Augusto de Lacerda reflecte o contexto da época.

Augusto de Lacerda detém-se, em particular, sobre as *Actas Diurnas* romanas, salientando que historiadores como Du Cange, Beckmann e Victor Le Clerc “fazem datar das *Acta Diurna* a existência do jornalismo”, devido à função noticiosa e pública que elas tinham. As *Hebdomadae* de Varrão também são lembradas por Lacerda como uma espécie de protótipo de revista ilustrada.

Seguidamente, o autor passa em revista os fenómenos medievais que contribuíram para a génese do jornalismo, como sejam as crónicas, os registos historiográficos diários dos frades dietários e ainda Pasquim e

Marfório, considerados pelo autor precursores do jornalismo satírico. O autor conta que Pasquim era um sapateiro conhecido pelas suas tiradas humorísticas, mas “a sua popularidade generalizou o nome aos que usavam e abusavam da graça pesada” (p. 13). E continua: “No pedestal de uma estátua, Pasquim afixava pequenos cartéis com perguntas maliciosas; as respostas, ainda mais maliciosas, apareciam no pedestal de outra estátua baptizada com o nome de Marfório” (pp. 13-14).

As folhas volantes renascentistas e os panfletos são igualmente considerados pelo autor como fenómenos jornalísticos, até porque o aparecimento da tipografia de Gutenberg potenciou a sua afirmação. Seguidamente, e seguindo o percurso histórico do jornalismo, o autor relembra as gazetas e mercúrios do século XVII, primeiros jornais. Refere, em particular, mas nem sempre com rigor, alguns dos periódicos mais conhecidos dessa época, como a *Gazette* de Renaudot. Relembra que Manuel Severim de Faria publicou as suas *Relações*, “primeira folha de feição jornalística” portuguesa, mas erra ao dizer que eram mensais (na realidade, só foram impressos dois números e uma reedição do primeiro número, intervalados por cerca de um ano cada um). Recorda, também, a *Gazeta* “da Restauração”, que se iniciou em 1641 e que foi o primeiro periódico português. Diz ainda que após a *Gazeta* surgiram em Portugal “mais ou menos regularmente várias folhas impressas, umas com feição jornalística, outras que tinham por fim tornar conhecidos certos e determinados factos isoladamente (...) e que à falta de melhores documentos são muitas vezes valiosos auxiliares históricos.” (pp. 24-25) Fala, depois, dos periódicos portugueses setecentistas e ainda dos jornais que surgiram em Portugal graças à Revolução Liberal de 1820. Recorda, também, que antes da independência surgiram no Brasil vários jornais políticos nos quais predominava o ideal separatista.

O autor considera que as convulsões políticas foram “a legítima e poderosa força que daria decisivo impulso ao jornalismo” (p. 25) devido ao aguçar das necessidades informativas da população em situações de crise. Destaca, nesse âmbito, a Revolução Francesa e os conflitos entre absolutistas e liberais em Portugal, mas, reflectindo a francofilia da época, nada diz, por exemplo, sobre a evolução da imprensa inglesa, bastan-

te mais relevante para a emergência do modelo Ocidental de jornalismo.

No capítulo V, que encerra a primeira parte do livro, o autor diagnostica os factores que propiciaram o desenvolvimento do jornalismo em Portugal. Classicamente, evoca o Correio, que a partir de 18 de Janeiro de 1797 deixou de ser entregue a particulares e passou a ser um serviço público oficial; os caminhos-de-ferro, que potenciaram a circulação de notícias e permitiram uma melhor e mais rápida distribuição de jornais; o telégrafo, que tornou célere a transmissão de notícias; e ainda as medidas legislativas que facultaram a criação de jornais e instituíram e regularam a liberdade de imprensa.

Na segunda parte da obra, intitulada “A Imprensa de Hoje”, o autor procura diagnosticar as virtudes e defeitos do jornalismo moderno (para o caso, o do início do século XX), baseado na observação da realidade.

Augusto de Lacerda procura demonstrar, em primeiro lugar, que alguma da crítica ao jornalismo é exacerbada, pois exigir-se-ia do jornalismo um grau de perfeição que está longe de constituir atributo das actividades humanas e exigir-se-ia dele também que corrigisse os erros sociais que não provoca. Aliás, Lacerda interroga-se sobre “como se pode exigir que a imprensa exerça nas sociedades uma missão de contrariedade à corrente geral, sendo, como é, uma parcela no conjunto das manifestações sociais”? Diga-se que nesta questão, como noutras que também coloca, o autor parece sugerir que o jornalismo é, em cada época, regido pelo respectivo contexto histórico-cultural, uma ideia cara a grande parte das correntes teóricas actuais sobre jornalismo.

O autor reconhece, também, nesta parte da obra, que a competição entre jornais se assemelha à luta pela vida (concorrência vital) que Darwin identificou como mecanismo que baseia a evolução das espécies.

Nesta segunda parte do livro, o autor fala também dos defeitos do jornalismo português da sua época, enunciando três grandes razões para os mesmos: a política, o reclamo (publicidade) e a febre de informação. A política, ao invadir o jornalismo, tê-lo-ia feito “participante nos defeitos” da mesma, sendo notórios a irresponsabilidade e os agravos pessoais, mas também, noutro plano, a censura. Por outro lado, “O interesse do público de hoje está em informar-se do que se passa, para aparentar

depois, em frases de chapa, um sistemático desinteresse” (p. 41), observa Lacerda. A publicidade exacerba o “louvor em boa própria” (p. 45) de estabelecimentos, bens e pessoas. A febre de informação potencia a “bisbilhotice” e a divulgação de informação irrelevante, “para satisfazer o espírito do público”. (p. 53) Assim, “O repórter viu-se, portanto, em face destas duas obrigações: encher as colunas do jornal e bisbilhotar” (p. 53). Este diagnóstico evidencia que as discussões sobre sensacionalismo jornalístico não são de agora...

É interessante a forma como Augusto de Lacerda se refere à ascensão do repórter e de outra categoria profissional de então, o informador, nas redacções, inicialmente dominadas pelos “jornalistas de secretária”, ou seja, por aqueles que redigiam os grandes artigos. O repórter, diz o autor, “Começou por ser nas redacções jornalísticas uma criatura à parte: mais do que o revisor, menos do que o jornalista; o que quer que fosse semelhante a uma ave de arribação, que só aparecia se o calor de uma notícia sensacional o chamava para a mesa de trabalho. Da argúcia, precisão nos termos, riqueza de pormenores, colorido no descritivo, e quejandas qualidades requeridas para a sua profissão, nasceu a rivalidade entre os repórteres; e quanto mais a rivalidade aumentava, mais subia de ponto na classe o apuramento daquelas qualidades. Se uma parte do público é adversa a semelhante género de noticiário (...), a parte máxima, que infelizmente é menos ilustrada, tem pelo pormenor uma verdadeira mania (...). O repórter tornou-se rapidamente uma instituição; e assim passou à categoria de jornalista. Na América e em França, e depois em todas as nações europeias, o *interview* [entrevista], como fórmula interessante, impressionista e de atraente leitura, deu ao repórter foros especiais em matéria jornalística; e a profissão generalizou-se até a alguns indivíduos de elevada cultura intelectual. No nosso país, o repórter ficou sendo o jornalista das ruas e das antecâmaras, com o seu lugar perfeitamente demarcado no corpo da redacção, gozando da consideração que, em certos jornais, chega a ser superior à de alguns jornalistas de secretária; e como a profissão criou uma categoria distinta, logo exigiu a de alguns auxiliares secundários, que modestamente foram chamados «informadores».” (pp. 53-54) Na sequência do seu raciocínio, o autor relembra que a aspi-

ração do informador é logicamente tornar-se repórter, pelo que procura “colher o maior número possível de notícias, de boatos, de pormenores, de pequeninos nadas muito fúteis”. Augusto de Lacerda relembra, neste ponto, que a ilustração não apenas tornou o jornal mais atraente a todos os públicos como também aumentou o valor da reportagem.

Apesar dos defeitos do jornalismo, o autor considera que o jornal, barato e transclassista, prestou “um altíssimo serviço” à “irradiação do pensamento” (p. 57), com resultados superiores aos do livro, caro e elitista (estas comparações entre livros e jornais e as discussões sobre se o jornal eliminaria o livro eram recorrentes desde o século XIX e prolongar-se-iam pelas primeiras décadas do século XX). Mesmo “A mania política e a febre de informação (...) deixam de ser (...) um mal, porque se transformam num atractivo que desenvolve nas classes pobres o gosto pela leitura e até o reconhecimento de que ela é hoje uma necessidade imprescindível”, afirma Lacerda. Inclusivamente, o autor salienta que através dos folhetins publicados nos jornais os mais pobres têm acesso à literatura.

No quinto capítulo da segunda parte do livro, o autor procura evidenciar que o jornalismo deu um contributo positivo a “todas as manifestações (...) da inteligência e da actividade humana”, porque “nele se debatem os assuntos que vão servir os interesses dessas manifestações” e se recorre ao anúncio publicitário para promover e divulgar pessoas, bens e serviços (pp. 65-66). A publicidade, aliás, é vista genericamente como benéfica por Lacerda, já que, na sua visão, promove a concorrência e informa o público.

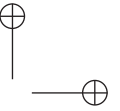
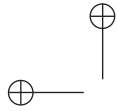
A impressão industrial não passou ao lado do autor, que, no sexto capítulo da segunda parte do livro, faz uma referência aos benefícios que as rotativas emprestaram ao jornalismo.

Outra reflexão que o autor faz é sobre os vários jornalismos existentes em Portugal: o da capital do Reino (Lisboa), o da capital do Norte (Porto) e o das províncias. Lacerda procura caracterizá-los e compará-los, começando pelos protagonistas do processo: os jornalistas.

O autor observa, assim, em primeiro lugar, que o jornalista de Lisboa, no início de Novecentos, se caracterizava por levar uma vida bo-

émia, ter outros empregos e, em vários casos, também por se dedicar à política. Era um “frequentador de tabacarias célebres, de cafês ruidosos, de teatros, de centros onde se discutem os acontecimentos políticos da última hora, onde encontram primeiro eco, ou onde se forjam, os boatos que à noite ou no dia seguinte farão as delícias dos que se comprazem nas notícias de sensação.” (p. 74) Já muitos dos jornalistas portuenses, segundo o autor, viviam exclusivamente do jornalismo, eram pessoas graves e laboriosas, conscientes e metódicas, pelo que se contariam no Porto “mais jornais bem feitos do que em Lisboa” (p. 75), que “conseguem oferecer leitura mais atraente” (p. 76). Finalmente, o jornalista da província, “talentoso e distinto”, era caracterizado pela “sinceridade inata ao homem mais em contacto com o campo (...) e por uma maneira muito sua de apreciar os casos da alta política, evidenciando a influência das discussões nos pequenos centros, onde os ditos casos parecem ser vistos por vidros esfumados” (p. 76). Os jornais de província, porém, procurariam imitar os lisboetas ao trazerem uma secção dedicada à “vida mundana”. “Em algumas terras de província, o jornalista apresenta um aspecto muito simpático (...). É pobríssimo, vive apenas do que independentemente chama a sua profissão, e alguns escrevem, compõem, imprimem e distribuem aos vendedores o jornal que é obra deles e só deles” (p. 77), continua o autor. Nesse mesmo capítulo, o autor não esquece os correspondentes brasileiros, que contribuem para manter as boas relações materiais e intelectuais que unem o “pequeno” Portugal ao “grande” Brasil.

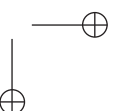
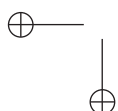
Antes de concluir, o autor defende que “o jornalismo moderno é o mais sólido esteio dos direitos do Homem, a sentinela vigilante da sua liberdade, o propagador dos seus ideais e das suas aspirações” (p. 79), mostrando, nesta passagem, convicções de tom bem contemporâneo do modelo Ocidental de jornalismo e fé na liberdade de imprensa. Mais, para Augusto Lacerda nenhuma outra “instituição” (o jornalismo como instituição social é uma noção que provém do pensamento dos primeiros cientistas sociais alemães, do século XIX) “manifesta com mais justeza (...) o estado intelectual e moral de um povo, num dado momento, nem regista as tendências da humanidade” (p. 80). Além disso, o autor



desconfia da onnipotência que alguns atribuem a determinados jornais na condução da opinião pública, lembrando a pluralidade de jornais existentes: “A opinião pública, se por momentos é ofuscada (...), a breve trecho se orienta, não pelo que afirma este ou aquele jornal, mas pelo que (...) conclui das afirmações colectivas do jornalismo”.

Em conclusão, para o autor “Não há interesses sociais, dos mais simples aos mais complexos, que não dependam do jornalismo (...), intenso foco de luz (...) irradiando a jorros (...) o fulgor do pensamento humano” (pp. 83-84).

Autor (nome completo): José Pedro Andrade Maia Ribas Fontes / Jorge Pedro Sousa
E-mail: zpf@sapo.pt/j.p.sousa@mail.telepac.pt



» Lemos, 1964

Autor: Lemos, Mário Matos

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1964

Título completo da obra: Liberdade de Imprensa em Portugal. Mundo Novo e Universidade Portuguesa. Para a Formação da Europa

Tema principal: Ética, Direito e Deontologia do Jornalismo / Liberdade de Imprensa

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Oficinas da Tipografia Leandro, Limitada

Número de páginas: 84

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: P. 6806 P.

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Mário Matos e Lemos é licenciado em História. Foi jornalista em diferentes meios de comunicação. Entre os anos de 1972 e 1998 e desempenhou funções de conselheiro cultural e de imprensa em diversas embaixadas portuguesas. Como investigador, é colaborador no CEIS 20. Entre obras publicadas contam-se numerosos artigos em jornais e revistas portugueses e estrangeiros. É, também, autor de várias obras, designadamente, *Liberdade de Imprensa e Outros Ensaios*, *O 25 de Abril*, *Uma Síntese*, *Uma Perspectiva*; *Um Vespertino do Porto*, *Os Portugueses na Guiné e Política Cultural Portuguesa em África – O Caso da Guiné-Bissau* e *Dicionário de História Universal*.

Índice da obra:

A propósito da Liberdade de Imprensa em Portugal p. 5

Mundo Novo e Universidade Portuguesa p. 35

Alguns apontamentos sobre a formação da Europa p. 61

Resumo da obra (linhas mestras): O livro aparece-nos dividido em três capítulos distintos. O único relevante para este nosso estudo é o primeiro, intitulado *A Propósito da Liberdade de Imprensa em Portugal*.

O autor começa por fazer um contexto histórico acerca do aparecimento da primeira censura à imprensa. Diz Mário Matos Lemos que a “imprensa periódica (...) nasceu num meio político e social – e consequentemente jurídico – onde a liberdade de expressão não era possível.” (p. 7) Como tal, a censura à imprensa surge pela primeira vez em Inglaterra, em pleno reinado de Isabel I, no ano de 1586. Mas, como explica o autor, “havia de ser abolida em 1641 e logo restabelecida dois anos mais tarde, para desaparecer definitivamente em 1695” nesse mesmo Reino (p. 7).

Após uma rápida contextualização histórica sobre a imprensa, o autor alerta para o “aparecimento de três doutrinas cuja concepção de Estado e Direitos Civis iria influir directamente (...) na liberdade de imprensa: o Comunismo, o Fascismo e o Nacional-Socialismo (Nazismo).” (p. 9) Neste capítulo Mário Lemos, sempre do ponto de vista da liberdade, aborda os três regimes e seus princípios e como influíram para o conceito que hoje conhecemos como liberdade de imprensa.

A conclusão a que o autor chega é a de que “se verifica que no Estado totalitário, seja comunista, fascista ou nacional-socialista, a imprensa é sempre considerada *serviço público* (...), reacção ao individualismo da concepção dominante no século XIX, herdeira das ideias da Revolução Francesa.” (p. 15) Em contraposição a estes factos, o autor enumera os princípios do Estado democrático e como a liberdade se transformou num veículo das liberdades individuais.

O caso de Portugal é também aqui explorado. Num breve resumo, são retratadas as principais doutrinas e fundamentos, bem como a posição da Constituição portuguesa perante a imprensa. O autor auxilia-se de outros teóricos e autores que abordaram o assunto, como Alfredo da Cunha e Marcello Caetano. E é evidente a posição que Mário Lemos assume perante a legislação em vigor no nosso país: “o regime português, mantendo a legislação de 1936, não acompanhou, no aspecto de imprensa, o progresso social do mundo e o seu próprio progresso.” (p. 32)

Contudo, para o autor, o problema do jornalismo português não decor-

ria unicamente da falta de liberdade de imprensa. Devia falar-se também da falta de qualidade dos jornalistas nacionais, facto que, na versão de Matos Lemos, resulta directamente da inexistência de uma escola de jornalismo (p. 28). A consequência directa é “um bom número de falhados que enveredam pelo jornalismo porque não sabem fazer mais nada do que escrever”. A isso acresce que “os poucos que vêm para o jornalismo por verdadeira vocação e com «bagagem» constituem uma ínfima minoria. E é praticamente impossível explicar a muitos dos velhos profissionais que se nasce tanto jornalista como médico ou advogado”. (p. 28)

A posição do autor em relação aos cursos e às escolas de jornalismo é muito clara: “A prática é indispensável, mas o conhecimento teórico é, pelo menos, tão indispensável como aquela.” (p. 28)

Autor (nome completo): Nair Silva/Jorge Pedro Sousa

E-mail: nair.silva@gmail.com

» Lima, 1911

Autor: Lima, Archer de

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1911

Título completo da obra: Magalhães Lima e a Sua Obra – Notas e Impressões

Tema principal: Jornalistas e Vida Profissional

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): A Editora

Número de páginas: 320

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: H.G. 15061 V. e H.G. 8767 V.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: A4-6-39

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Archer de Lima, escritor, nasceu em 1882 e morreu em 1942.

Índice da obra:

Capítulo I – Primeiros tempos da vida de Magalhães Lima, a sua vida de estudante de direito em Coimbra: pp. 7-29

Capítulo II – A influência de grandes pensadores: pp. 31-54

Capítulo III – O livre pensador e escritor romântico: pp. 55-86

Capítulo IV – Crítica à sociedade e ao poder: pp. 87-104

Capítulo V – O seu papel na advocacia e o sonho de continuar a vida de jornalista: pp. 105-124

Capítulo VI – Magalhães Lima no *Comércio de Portugal*, a sua faceta de republicano: pp. 125-149

Capítulo VII – Magalhães Lima no *Século*, prisão de Magalhães Lima: pp. 151-192

Capítulo VIII – Missão no estrangeiro, imprensa estrangeira – Portugal

Livros LabCom

questão do dia na Europa: pp. 193-215

Capítulo IX – Novas viagens pela Europa, director da *Vanguarda*, crítico teatral: pp. 217-268

Capítulo X – Perseguições a Magalhães Lima, o exílio, o regicídio: pp. 269-284

Capítulo XI – Grão Mestre da Maçonaria Portuguesa: pp. 285-299

Capítulo XII – A República, o regresso a Lisboa, ingratidão dos republicanos para com Magalhães Lima: pp. 301-318

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra, de Archer de Lima, tem como tema principal a vida e obra do jornalista e político Sebastião de Magalhães Lima, até 1910.

Conta Archer de Lima que desde cedo Magalhães Lima evidenciou qualidade na escrita. Esse atributo foi empregado para transmitir as suas ideias e visões sobre o mundo, a sociedade e o poder. Diz Archer de Lima que a arte de prosa e a sua frontalidade de Magalhães Lima eram “admiradas” até pelos adversários políticos: “A *Tribuna* (...), apesar do seu director não ser republicano, não deixa de abrir as suas colunas à prosa honesta do escritor” (p. 18).

Continuando a ler o livro, fica-se a saber que, enquanto estudava Direito, em Coimbra, Magalhães Lima demonstrou ter uma “poderosa” escrita de intervenção. Aplica esta faceta enquanto jornalista, daí o seu papel ser tão importante, como descreve Archer de Lima: “a sua obra de jornalista é poderosa e intensa.” (p. 19). Nesta altura, escreve para jornais como a *Tribuna*, o *Diário da Tarde* ou a *República Portuguesa*. A luta que Magalhães Lima trava contra a monarquia inicia-se nesses tempos de estudante. Essa luta durou por mais de trinta anos: “Magalhães Lima foi o jornalista de combate que mais tempo se conservou na estacada, por isso mesmo se lhe deve essa justa homenagem.” (p.20). Este trecho da obra demonstra a principal razão de Archer de Lima a ter escrito: homenagear uma personalidade que teve um papel muitíssimo importante, para a implantação da República e para o jornalismo português. Assim, o autor refere que: “toda a primeira fase do jornalista é pujante e fogosa” (p.27). Esta vivacidade é, segundo Archer de

Lima, “natural” para um jovem universitário. Mas Magalhães Lima nunca perdeu este ímpeto ao longo da vida. Aliás, essa é, segundo Archer de Lima, uma qualidade da sua personalidade que se manteve ao longo da sua vida. “Magalhães Lima, por vezes, levado pela paixão que o impele a contar, esquece-se que é a sua pena que descreve: é principalmente – e nós vemos isso passando a obra do jornalista – influenciado pela sua palavra.” (p. 43).

Conta Archer de Lima que Magalhães Lima escreveu, também, no *Espetro de Juvenal*. Nesse jornal, diz o autor, Magalhães Lima denunciou à sociedade as alegadas atrocidades que eram cometidas pela polícia, mas sempre dizendo a verdade: “Foi esse cerco que Magalhães Lima esfrangalhou, como o complemento dos seus artigos, em que mostra toda a beleza heróica do jornalista que diz a verdade.” (p. 117).

Inevitável é referir que, já em finais da década de 70 do século XIX, Magalhães Lima demonstrou um grande respeito pela liberdade de imprensa, defendendo, ainda nos tempos de estudante, um político acusado de abuso de liberdade de imprensa (p. 118). Após a conclusão deste mediático processo, Magalhães Lima pôde enveredar pela “carreira que no seu íntimo ambicionava: o jornalismo efetivo.” (p. 119). Em 1879, Magalhães Lima é chamado para redactor efectivo no jornal *Comércio de Portugal*.

O *Comércio de Portugal*, prossegue Archer de Lima, era sobretudo um jornal conhecido pela sua vertente económica e financeira. Era um jornal para as elites, devido ao seu elevado preço. O seu maior rival era o “*Diário de Notícias* que Eduardo Coelho lançara com a etiqueta de jornal barato para o povo” (p. 127). A passagem de Magalhães Lima pelo *Comércio de Portugal* deve-se, segundo o autor, à grande vontade que ele tinha de transmitir aos leitores as suas ideias. Assim, continua Archer de Lima, em 1880 Magalhães Lima foi encarregado de dirigir o *Comércio de Portugal*. Foi durante a sua direcção que o *Comércio de Portugal* teve um papel preponderante no contexto da imprensa nacional, promovendo a comemoração do centenário de Camões e divulgando “a obrigação moral da celebração do centenário.” (p. 131). Fruto dessa campanha, explica Archer de Lima, o dia 10 de

Junho de 1880 foi de festa. “Do mesmo modo, o jornalismo – *O Diário de Notícias* com Eduardo Coelho e outros – surgiram saudando em Camões o símbolo de toda a pátria.” (p. 134).

Com a comemoração do centenário de Camões, diz Archer de Lima que Magalhães Lima notou que o *Comércio de Portugal* não era o jornal que sonhava e que a imprensa portuguesa não era realmente eficaz, pois apenas o *Comércio de Portugal* e o *Diário de Notícias* tinham divulgado o acontecimento. Ainda assim, por altura da comemoração do centenário, inaugurou o *Atheneu Comercial*, “que saudou, em nome da comissão executiva da imprensa portuguesa.” (p.136). De qualquer maneira, segundo o seu biógrafo, pouco tempo depois, Magalhães Lima deixa o *Comércio de Portugal*. Vai, então, abraçar um novo projecto, dirigir o *Século*. O dia “4 de Janeiro de 1881 tem a marcá-lo o aparecimento do primeiro número do *Século* e um artigo sensacional de Magalhães Lima” (p. 156), escreve o autor. Este artigo, para além de criticar o regime, ataca os homens pela sua indiferença. Magalhães Lima utiliza, assim, o novo jornal para criticar ainda mais a repressão, a fome e o Rei. O *Século*, prossegue, consequentemente, Archer de Lima, era já visto como um jornal condenado a não aguentar muito, tal era o incómodo que trazia ao Rei. “O *Século* foi querelado por abuso de liberdade de imprensa.” (p. 163), conta Archer de Lima. Este facto levou a que Magalhães Lima criticasse veementemente o Governo, por mais esta privação de liberdade, explica o biógrafo.

Apesar de tudo, salienta Archer de Lima, *O Século* conseguiu expandir-se rapidamente, fazendo frente aos outros jornais. Seguro do sucesso, explica Archer de Lima, Magalhães Lima usa o jornal como um poder, uma arma para a sua intervenção política. O jornal contribuiu para o desenvolvimento do Centro Republicano de Lisboa, com uma divulgação constante das suas actividades.

Após uma série de fortes ataques à Coroa, Magalhães Lima é preso, na prisão do Limoeiro. Depois de sair da prisão, narra Archer de Lima que Magalhães Lima parte em viagem por vários países da Europa. A imprensa internacional, diz o autor, “admira” Magalhães Lima pela sua “coragem” e “firmeza de convicções”. Segundo os eu biógrafo, nessa viagem

Magalhães Lima passou por Espanha, França, Inglaterra e Bélgica.

Archer de Lima diz que Magalhães Lima, em 1886, deixou o *Século*, “esse jornal, a que tinha ligado o seu nome e a sua alma.” (p. 214), no seu auge.

Após a saída do *Século*, segundo o seu biógrafo Magalhães Lima articipa nos Congressos de Imprensa em Anvers e em Estocolmo e recupera a *Folha do Povo*, de Cecílio de Sousa. Mas, apesar de “uma necessidade de ter um jornal onde empregasse a sua acção contínua, onde o jornalista continuasse a sua tarefa.” (p.241), a passagem pela *Folha do Povo* foi fugaz. Participa no Congresso da Imprensa em Roma, onde reitera a intenção de realizar o mesmo congresso em Lisboa, o que se viria a suceder.

Uma nova etapa na sua vida de jornalista sucede, prossegue o biógrafo, quando Magalhães Lima se torna director da *Vanguarda*. “A *Vanguarda* torna-se, sobretudo, internacionalista, aproveitando as suas secções e outros sueltos, para trazer à vida portuguesa apontamentos de crises por que passa o mundo civilizado.” (p. 246). O jornal “fugia às pressões que caracterizavam a imprensa de Lisboa.” (p. 246).

Após sentir que era impossível continuar a sua obra em Lisboa, conta Archer de Lima que Magalhães Lima abandona Portugal e rumo a Paris. Participa no Congresso de Imprensa que se realizou em Bordéus. Leva, então, à imprensa mundial informações sobre o que se passava em Portugal.

Para além de ter sido marcante o seu contributo para o jornalismo, ao longo da sua vida Magalhães Lima desempenhou outras funções de relevo, tendo sido advogado, crítico teatral, Grão Mestre da Maçonaria Portuguesa, e, respeitando piamente a sua inclinação política, foi um dos nomes primeiros da luta pela implantação da República em Portugal.

Autor (nome completo): Fernando José Flores Geração
E-mail: fernando_geracao@hotmail.com

» Lopes, 1897

Autor: Lopes, Alfredo Luis

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1897

Título completo da obra: Resenha Bibliographica e Chronologica dos Jornaes Portuguezes de Medicina e Cirurgia

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Typographia do “Dia”,

Número de páginas: 16

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: B 3959 V

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): -

Índice da obra: [Não tem índice]

Introdução: p. 1

Resenha de jornais: pp. 2-24

Appendice: pp.25-26

Resumo da obra [linhas mestras]: Esta obra é a primeira edição de um catálogo escrito por Alfredo Luís Lopes, no âmbito dos jornais portugueses de medicina e cirurgia da época. O texto está escrito com a enumeração de 72 jornais da área em questão. O autor refere-nos ainda os seguintes jornais: O jornal 1 é o “Zodíaco lusitano, delphico, anatómico, botânico, chirurgico, chymico, dendrologico, ictylogico, medico, meterologico, óptico, etc.” do mês de Janeiro, ano de 1749. É uma obra académica que tem por fim, publicar em cada mês observações interessantes sobre medicina, física, cirurgia, anatomia, botânica, química, etc. Foi o primeiro jornal médico que se publicou em Portugal. O jornal 2 é

o “Diário Universal de Medicina, Cirurgia, Pharmacia, etc.” Este diário, relativo ao mês de Janeiro de 1764, contém os trabalhos académicos das duas Academias Medica e Cirúrgica do Porto e também o extracto dos livros e descobrimentos que se vão publicando na Europa sobre a arte de curar. O jornal 3 é o “Anno medico” que contém as observações meteorológicas e medicas feitas na cidade do Porto em 1792. Esta obra não deve ser considerada um jornal mas sim uma espécie de efemérides feitas mensalmente, coleccionadas em volume e depois publicadas apenas no fim do ano. O jornal 4 é a “Collecção de opúsculos sobre a vacina”, feitos pelos sócios da Academia real das ciências quem compõem a Instituição vacinica, e publicados de ordem da mesma academia. O jornal 5 é o “Periódico médico” escrito em dialecto galego, publicado no Porto, em 1820 a 1821, por F. Caminha, médico galego. O jornal 6 é o “Annaes da Medicina dynamica”, fundado em Lisboa, por António José de Lima Leitão, em 1832. O jornal 7 é o “Repositório Litterario da Sociedade de Sciencias Medicas e de Litteratura do Porto”, fundado no Porto, pela Imprensa de Alvares Riebeiro, em 1834. O jornal 8 é o “Jornal Medico, Cirúrgico e Pharmaceutico de Lisboa”, fundado em Lisboa, por Don B. Hordas y Albuena, em 1835 até 1837. O jornal 9 é o “Jornal das Sciencias Medicas de Lisboa- Mez de Janeiro”, em Lisboa, por João Maria Rodrigues e Castro, em 1835. O jornal 10 é o “Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa”, fundado em Lisboa, por João Maria Rodrigues, em 1836. O jornal 11 é o “Annanes do Conselho de Saúde Publica do Reino”, fundado em Lisboa, por Francisco Ignacio dos Santos Cruz, João Correia de Faria, João José de Sousa e Silva e António José de Sousa Pinto., em 1838. O jornal 12 é o “Annanes das Sciencias Medicas”, por Figueiredo e Silva, em 1838. O jornal 13 é o “Medicina Portuguesa”, publicado em Lisboa, em 1839, sendo que nenhum dos colaboradores desta Resenha viu, porém, este periódico, nem dele conseguiu obter qualquer outra informação. O jornal 14 é a “Gazeta Medica do Porto”, publicada no Porto, por Januário Peres Furtado Galvão e Luiz António Pereira da Silva, em 1843. O jornal 15 é o “Jornal dos Facultativos Militares”, publicado em Lisboa, sendo a comissão de redacção composta por Joaquim José Ro-

drigues da Câmara, redactor chefe, António Gomes do Valle, João Baptista Moreira, João Pinheiro d'Almeida, José António de Azevedo e António Henriques da Silveira, membro adjunto como director do Hospital militar da Estrella. Na segunda edição do jornal, a nova direcção deu a este importante periódico uma feição altamente científica, esmerando-se na escolha, distribuição e variedade das matérias e no apuro da revisão do jornal, cujo título ficou depois sendo: 15 A. – “Escholiaste Medico. Jornal dos Facultativos Militares”, fundado em Lisboa, por António Gomes do Valle, José António Marques e João Clemente Mendes, em 1853. O jornal 15 B. é o “Escholiaste Medico”, publicado em Lisboa, em 1856. O jornal 16 é a “Revista Medica de Lisboa”, pelos doutores Figueiredo, Pulido e Simas, em 1844. O jornal 17 é a “Galeria dos autores mais celebres da medicina, cirurgia e pharmacia”, publicado em Lisboa, em 1844. O jornal 18 é o “Registro Medico do dr. Lima Leitão”, publicado em Lisboa, em 1847, que consta de observações feitas na clínica médica da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa por ele dirigida, e na clínica particular e de doutrinas e reflexões médicas suas. O jornal 19 é o “Zacuto Lusitano”, fundado em Lisboa, por José Eduardo Magalhães Coutinho, em 1849. O jornal 20 é o “Esculapio”, fundado em Lisboa, em 1849, redigido por uma sociedade de médicos, cirurgiões e farmacêuticos, que teve como redactor principal António Maria dos Santos Magalhães. O jornal 21 é o “Jornal de medicina e sciencias accessorias”, redigido pela Sociedade Emulação Medico Cirúrgica de Lisboa, em 1849. O jornal 22 é a “Gazeta homoeopathica portuense, fundada no Porto, pelo Consultório homoeopathico portuense, em 1853. O jornal 23 é a “Gazeta medica de Lisboa”, fundada em Lisboa, em 1853. O jornal 24 é a “Agulha Medica”, fundado em Lisboa, por António Maria dos Santos Brilhante, em 1855. O jornal 25 é a “Gazeta Medica do Hospital Real de Santo António do Porto”, fundado no Porto, por Joaquim José Ferreira e António Moreira da Rocha, em 1859. O jornal 27 é a “Gazeta medica do Porto”, fundado no Porto, por José Fructouso Ayres de Gouveia Ozorio, em 1860. O jornal 28 é o “Boletim do Consultório especial de homoeopathia pura”, fundado em Lisboa, em 1861. O jornal 29 é o “Ambulância Medica”, fundado em Lisboa,

por António José d'Abreu, em 1862. O jornal 31 é a “Gazeta Homoeopathica”, fundado no Porto, por Augusto Carlos Chaves de Oliveira e Dr. Raymundo Francisco da Gama, em 1863. O jornal 32 é a “Revista Medica Portuguesa”, fundado em Lisboa, por João Ferraz de Macedo, José Gregório Teixeira Marques, José Maria Alves Branco e Manuel Bento de Sousa, em 1864. O jornal 33 é o “Annaes de Medicina pelo systema de Raspail”, fundado em Lisboa, em 1865. O jornal 34 é o “Correio Medico de Lisboa”, fundado em Lisboa, por Clemente dos Santos, João Ferraz de Macedo, José Joaquim da Silva Amado e José Maria Alves Branco, em 1871. O jornal 35 é o “Periódico dos Homoeopatas”, fundado em Lisboa, em 1874. O jornal 36 é a “Revista Homoeopathica Portuguesa”, por António Joaquim Nunes e António Maria dos Santos Brilhante, em 1876 durando até 1889. O jornal 37 é a “Gazeta dos Hospitais Militares”, fundado em Lisboa, por António Manuel da Cunha Belém, Guilherme José Ennes e João Vicente Barros da Fonseca, em 1877. O jornal 38 é o “Periódico de Ophtalmologia Practica”, fundado em Lisboa, pelos doutores Vander-Laan e F. L. da Fonseca Júnior, em 1878. O jornal 39 é o “Estudos Medicos”, fundado Coimbra, por Dr. António Maria de Senna, Luiz Augusto Teixeira Lobato, José de Azevedo Castello Branco, Francisco da Graça Miguens, João Henrique Tierno, Eduardo Burns e Luiz Pereira da Costa, em 1878. O jornal 40 é o “Notas estatísticas e observações clínicas do consultório de Lourenço da Fonseca, fundado em Lisboa, pelo Dr. Van-der-Luan, em 1879. O jornal 41 é o “Boletim geral do Consultório Oculistico de Lourenço da Fonseca”, fundado em Lisboa, pelo Dr. Van-der Láan, em 1881. O jornal 42 é o “Resumo da estatística necrológica da cidade de Lisboa, e freguezias suburbanas”, publicado pelo Governo Civil do Districto de Lisboa, em 1880. O jornal 43 é o “Resumo da estatística necrológica da cidade do Porto e freguezias suburbanas”, publicado pelo Governo Civil do districto do Porto, em 1880. O jornal 44 é o “Medico Illustrado”, fundado em Lisboa, por António Maria da Serra, em 1880. O jornal 45 é a “Revista de Medicina Dosimetrica”, fundado no Porto, por A. J. d'Oliveira Castro, em 1880. O jornal 46 é o “Boletim Demographico Sanitário”, publicado pelo Governo Civil do Dis-

tricto de Lisboa, em 1881. O jornal 47 é o “Archivo ophtalmo therapteo de Lisboa”, fundado em Lisboa, por Lourenço da Fonseca, em 1880. O jornal 48 é a “Revista Portuguesa de Therapeutica Homoeopathica”, fundado em Lisboa, pelos Dr. P. Jousset, de Paris, e Augusto Cesário de Vasconcellos Abreu, em 1880. O jornal 49 é o “Boletim Hedbmadario, e Estatística Demographica e Medica”, fundado em Lisboa, por José Joaquim da Silva Amado, em 1881. O jornal 50 é o “Coimbra Medica”, fundado em Coimbra, por Augusto Rocha, em 1881. O jornal 51 é a “Medicina Contemporânea”, fundado em Lisboa, pelo prof. Miguel Bombarda, em 1883. O jornal 52 é a “Saúde Publica”, fundado no Porto, por Agostinho do Souto, Antunes Lemos, Almeida Brandão, Eduardo Pimenta, Moraes Caldas e Ricardo Jorge, em 1884. O jornal 53 é o “Boletim Hebdomadário de Estatística Demographica e Medica”, publicado pelo serviço de hygiene da Cidade de Lisboa, em 1886. O jornal 54 é o “Archivos de Historia da Medicina Portuguesa, por Maximiliano de Lemos Junior, em 1886. O jornal 55 é a “Revista de Medicina Militar”, fundado no Porto, por Eugénio Augusto Perdigão, em 1886. O jornal 56 é o “Boletim de Saúde e Hygiene Municipal de Lisboa”, por Francisco Severino de Avellar, em 1887. O jornal 57 é a “Revista de Medicina e Cirurgia do Hospital da Misericórdia do Porto”, fundado no Porto, por Arthur Maia Mendes, em 1887. O jornal 58 é a “Revista de Nevrologia e Psychiatria”, fundado em Lisboa, pelo Dr. Bettencourt Rodrigues, em 1888. O jornal 59 é o “Boletim de Medicina Homoeopathica”, fundado em Lisboa, em 1888. O jornal 60 é a “Mortalidade no Porto”, fundado no Porto, por Joaquim Urbano da Costa, em 1888. O jornal 61 é o “Pathea-Bodha ou Conselhos Hygienicos”, por Ramachondra Panduronga Vaidea Panvelcar, de Querim, em 1892. O jornal 62 é a “Dosimetria”, fundado no Porto, em 1890. O jornal 63 é a “Revista de Medicina Positiva, e Sciencias accessorias”, fundado em Lisboa, por Cesário de Abreu e Marques da Costa Júnior, em 1891. O jornal 64 é o “Boletim de saúde e hygiene da cidade de Lisboa”, de 1891. O jornal 65 é o “Boletim mensal de estatistca sanitária”, fundado no Porto, pelo prof. Ricardo Jorge, em 1893. O jornal 66 é o “Medicina moderna”, fundado no Porto, por Oliveira Castro, em 1894. O jornal 67

é a “Revista de Medicina e Cirurgia”, fundado em Lisboa, por Alfredo da Costa, em 1894. O jornal 68 é a “Electro-Homoepathia”, fundado em Lisboa, por J. C. Macedo de Bragança e Ricardo Nogueira Souto, em 1894. O jornal 69 é o “Archivo Medico da Índia”, por Luiz Napoleão de Athaide e Ângelo Custodio Martins, em 1894. O jornal 70 é o “Boletim Hebdomadário de EStatistca Demographica e Medica da Cidade de Lisboa”, fundado em Lisboa, em 1896. O jornal 71 é a “Revista Portuguesa da Medicina e Cirurgia praticas”, fundado em Lisboa, por Alfredo Luiz Lopes, em 1897. Por ultimo, o jornal 72 é o “Archivos de Medicina”, fundado em Lisboa, por Francisco Stromp, Silva Telles, José de Magalhães, Hygino de Sousa, Augusto de Vasconcellos, Ildefonso Borges, Reis Martins, José Lacerda e Annibal Bettencourt, em 1897. A obra possui ainda um apêndice que contém apontamentos bibliográficos por J. A. Ismael Gracias, do “Jornal de Pharmacia e Ciencias Medicas da Índia Portuguesa”, do “Archivo de Pharmacia e Ciencias Accessorias”, da “Revista Medico-Militar da Índia Portuguesa”, do “Pathea-Bohda ou Conselhos Hygienicos” e do “Archivo Medico da Índia”.

Autor (nome completo): Rui Ferreira Lamoso
E-mail: ruilamoso@hotmail.com

» Lupi, 1944

Autor: Lupi, Luiz Caldeira

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1944

Título completo da obra: Consolidação da Unidade Portuguesa através do Noticiário Internacional na Imprensa e na Rádio

Tema principal: Teoria do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

Número de páginas: 15

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: L. 13137//2 V.

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Luíz Caldeira Lupi, nascido em 1902, foi fundador da primeira agência noticiosa portuguesa, a Lusitânia. Sendo jornalista de profissão, escreveu vários livros e monografias sobre o Ultramar Português publicados entre os anos 50 e o final dos anos 70. Foi também correspondente em Portugal da Associated Press e da Reuter.

Índice da obra: [Não tem índice]

A importância de estar informado: Páginas 3 e 4

Agencias Noticiosas: Páginas 5 a 9

O Caso Português: Páginas 10 a 13

Conclusões: Páginas 13 a 15

Resumo da obra [linhas mestras]: Luiz Caldeira Lupi apresenta esta sua comunicação no Segundo Congresso da União Nacional, com o objectivo de dar a conhecer as suas propostas para a remodelação do jornalismo de imprensa em Portugal.

Começa por apresentar três verdades “incontestáveis” sobre o mundo do jornalismo: as pessoas têm a necessidade da informação do seu país e do mundo; o Estado usa os meios de comunicação – imprensa e rádio – para o seu próprio interesse; a informação faz parte da sociedade, molda opiniões e interfere na vida real dos cidadãos.

De seguida, o autor faz uma breve análise das agências noticiosas espalhadas por vários pontos do globo, nomeadamente em Portugal. O caso português é o ponto fulcral desta comunicação, na qual Luiz Caldeira Lupi apresenta a sua opinião sobre o jornalismo que é feito em Portugal.

As agências noticiosas – diz ele – constituíram-se desde cedo factores imperiais para o Mundo. Graças às facilidades de comunicação que a ciência e o progresso proporcionaram, alguns países de grande poder económico desenvolveram o negócio das agências noticiosas. Exemplo disso, foi a Grã-Bretanha, que se afirmou como uma forte nação no mundo através dos media. Estes deram a possibilidade de a informação percorrer todos os pontos do mundo, embora muitas vezes essa informação fosse transmitida de acordo com os interesses que serviam.

O autor reporta-se, ainda, à evolução das agências noticiosas. As três primeiras dividiram o mundo em três zonas de influência: o império inglês “Reuter”, o império francês “Havas” e o império alemão “Wolf”.

O tempo foi passando e os problemas entre os três impérios noticiosos começaram a surgir. As suas agências entraram numa luta de competição invadindo os territórios das suas aliadas. O comunicador norte-americano Kent Cooper chama à atenção aqueles que estão em guerra. Há, para ele, uma necessidade de assegurar uma imprensa livre, informada e independente, para o futuro.

O caso português foi, para Luiz Caldeira Lupi, o exemplo que tomou para analisar a forma como o jornalismo se faz para o público.

O autor inicia o seu discurso com uma dura crítica à propriedade estrangeira dos órgãos de comunicação e ao facto de 50% das notícias serem de conteúdo estrangeiros. Sendo a imprensa portuguesa rica em elementos jornalísticos, e pagando salários elevados aos jornalistas, não se entende, diz Lupi, como os leitores se interessam mais por aquilo que

está fora do território nacional. Esta dependência dos estrangeiros é um facto, mas não deve ser aceite por Portugal, defende Lupi.

O autor alega que a palavra “iniciativa” é o que tem faltado a Portugal. O congresso em que interveio foi para Lupi, segundo afirma, uma forma de chamar a atenção do Governo e da Nação para esta situação. Apresentando como solução a criação de uma agência portuguesa, o autor reforça a ideia de que os jornais portugueses merecem o respeito e a admiração do seu público. Portugal – sustenta – possui os meios para estabelecer um serviço imperial noticioso e tornar-se independente em termos informativos.

O Segundo Congresso da União Nacional, em que interveio o autor, aprovou, então, propor ao Governo algumas medidas em prol da imprensa portuguesa, das quais se destaca a criação de uma agência cooperativa que incluía todos os jornais portugueses, da metrópole, ilhas e Ultramar, com o fim de obter informações valiosas para os cidadãos interessados em tudo o que se passa no território nacional.

Autor (nome completo): Patrícia Cristina Araújo

Email: tichaaraujo@hotmail.com

» Lupi, 1956

Autor: Lupi,

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1956

Título completo da obra: A Imprensa e a Revolução Nacional

Tema principal: Teoria do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editores (ou tipografia, caso não exista editora): Editora Império

Número de páginas: 13

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: I3-5-28-P1-(15)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Luís Lupi nasceu em 1901 e foi o fundador da primeira agência noticiosa portuguesa, a Lusitânia. Jornalista, escreveu vários livros e monografias regionais sobre as antigas colónias portuguesas, essencialmente sobre Angola.

Índice da obra: [Não tem índice]

Fundação da primeira agência noticiosa portuguesa, a «Lusitânia»: p. 5

Visão negativa da imprensa Portuguesa: pp. 6-8

A infidelidade da imprensa relativamente a Salazar: pp. 8-9

Males apontados à imprensa Portuguesa: pp. 9-11

Votos do autor: p. 13

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra resulta do discurso de Luís Lupi, fundador da primeira agência noticiosa portuguesa, a Lusitânia, no IV congresso da União Nacional, partido único durante o Estado Novo. Nela trata-se das razões que, segundo o autor, levavam a uma alegada falta de acompanhamento pela imprensa portuguesa da Revolução Nacional operada por Salazar, o que a tirava da posição de “vanguarda” (p. 6) em

Livros LabCom

que deveria estar. “É que as realidades (...) têm de ser explicadas à opinião pública num dia a dia de informação e crítica, esclarecedoras. A imprensa tem de constituir um alimento tão precioso e puro como o leite (...). Se o cidadão deve ser protegido das especulações e dos abusos que ponham em risco a sua saúde (...) e a sua consciência política, impõe-se igualmente que tenha ao seu dispor uma informação diária em que deposite a mais sincera confiança. Alimentar a sua curiosidade, o seu entusiasmo e interesse, e conquistar a sua participação leal e consciente na vida e no progresso da Nação é a incontestável e nobre missão da imprensa.” (pp. 6-7)

O autor diz, então, que “à imprensa não foi dado acompanhar o ritmo da grandiosa Revolução Nacional que se deve ao génio do Salazar” (p. 8), embora tivesse potencialidades para o fazer, mas, nesse aspecto, segundo Lúpi, a responsabilidade de Salazar seria mínima. Aliás, para ele “Entre o Chefe do Governo e a opinião houve erros de interpretação (...) sempre inconvenientes para a Nação e para o Homem que a conduz, porque entre Ele e a Imprensa foram criadas barreiras que, se tiveram por vezes oportunidade e virtude, não deixaram de ser barreiras que diminuía a luz de uma total verdade. É certo que a estatura excepcional do Chefe do Governo conseguiu ultrapassar todos os impedimentos (...). Se, porém, Salazar é hoje o mais respeitado e prestigioso dos portugueses, ousaremos dizer que preferíamos que fosse, igualmente, o mais íntimo em todos os corações. Essa intimidade (...) somente a imprensa a poderia ter realizado, se as tais barreiras não houvessem prejudicado a sua acção”.

Em grande medida, segundo o autor, a insuficiência observada na imprensa portuguesa no que toca à cobertura da obra de Salazar deveu-se a uma “quase sempre estandardizada análise feita durante anos seguidos” à obra de Salazar e à sua personalidade. Teria havido, na sua opinião, uma certa “falta de espontaneidade” que, se não tivesse ocorrido, teria permitido “levar à opinião pública uma mensagem muito mais real, convincente e sincera” (p. 8). Essa situação também teria, na óptica de Lúpi, provocado efeitos perversos em Salazar: “é de supor que o Chefe do Governo, por falta de elementos de análise e crítica que uma espontaneidade jornalística havia de representar, terá, por vezes e apesar da sua ex-

cepcional perspicácia, ficado com uma ideia menos exacta do ambiente que, de longe ou de perto, o cerca” (p. 8).

Assim, segundo Lúpi, a imprensa foi incapaz de dar aos portugueses retrato fiel de Salazar: “Pois isto que parece ter importância secundária, avulta em meu entender, porque traduz grande injustiça para a portugue-síssima personalidade do Doutor Salazar que, se não fosse tal como é, não teria realizado no nosso País tão grandiosa, humana e compreensiva obra nacional, de tipo puramente português” (p. 9)

O autor atribui as culpas da situação diagnosticada, que afectaria a evolução e progresso da imprensa nacional, “a uma exagerada acção de controlo, de propaganda oficial e de uma censura prévia que se prolonga demasiadamente” (p. 9).

O autor aponta vários males à imprensa portuguesa da sua época: “Ora, segundo parece, alguns dos principais jornais portugueses não têm elevado a sua venda na proporção do aumento do nível de vida nacional, do aumento demográfico que resulta do importante saldo fisiológico anual e ainda do felicíssimo decréscimo que se tem verificado, no nosso País, no índice do analfabetismo, nas últimas três décadas. (...) Por outro lado, parece incontestável que em Portugal, e não apenas nos seus grandes centros populacionais, aumentou em proporções inconcebíveis a venda e expansão de revistas e jornais estrangeiros, com enorme prejuízo não somente para a indústria da Imprensa como para a livre informação nacional” (pp. 9-10). A razão destes factos, segundo Luís Lúpi, assentaria nos condicionalismos que a censura e a propaganda oficial colocavam à imprensa portuguesa. Assim, em vez de competirem internamente uns com os outros, os órgãos da imprensa portuguesa competiriam com a imprensa estrangeira que “por gozar da fama de independente e livre de orientações oficiais, parece por vezes merecer a preferência de importante número de leitores portugueses” (p. 10).

Para o autor, a imprensa portuguesa incorreria ainda nos “erros”, “remediáveis”, de publicar demasiado noticiário estrangeiro, de inserir notícias de pouco interesse que apenas se justificariam em jornais de circulação local e de publicar, provincianamente, “longas listas de nomes das pessoas que assistem a actos públicos ou particulares com prejuízo para

o relato e valorização do próprio acontecimento” (pp. 10-11). A crise da imprensa portuguesa, de acordo com Lúpi, agravar-se-ia devido ao alto preço do papel. No entanto, o autor apresenta soluções: “aproveitamento do espaço nos jornais”, revisão “da legislação em vigor relativa à indústria e à actividade e à imprensa (particularmente a Imprensa diária), tendo em vista a plenitude dos direitos e deveres que lhe são consignados na Constituição de 1933, nomeadamente com a promulgação de uma nova Lei de Imprensa e a integração da actividade social dos periódicos portugueses no quadro integral do Regime Corporativo” e ainda “Que seja considerado de interesse nacional a publicação de uma grande [revista] Ilustração Portuguesa, e para tal concedidas as facilidades habituais à empresa editora que se proponha preencher essa lacuna na vida cultural do País” (p. 13).

Autor (nome completo): Marta Lopes
E-mail: martinhuxx@hotmail.com

» Lupi, 1958

Autor: Lupi, Luís

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1958

Título completo da obra: A Informação e a Formação da Opinião Pública no Ultramar Português

Tema principal: Teoria do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Tipografia Minerva

Número de páginas: 183

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: S.A. 20626 V

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Luís C. Lúpi nasceu em 1901, sendo autor de vários livros sobre o ultramar português publicados entre os anos 50 e o final dos anos 70. Foi responsável pela agência noticiosa Lusitânia e correspondente em Portugal da Associated Press.

Índice da obra:

I – Introdução.....	141-142
II – Investigação e plano.....	143-146
III – Da técnica da informação e das comunicações comunitárias	
A) Da história da informação.....	146-153
B) Da sua importância e influência no mundo.....	153-155
C) Telecomunicações e agências noticiosas.....	156-160
D) A “Lusitânia” e o caso nacional.....	161-163
E) Rádio e televisão.....	164-171
IV – Particularidades de Angola e Moçambique	
A) O sentimento de “saudade” e a importância de uma língua comum para a unidade nacional.....	172-176

Livros LabCom

B) Revelação de estatística.....	176-182
V – Definição de uma atitude.....	182

Resumo da obra (linhas mestras): O livro *A Informação e a Formação da Opinião Pública no Ultramar Português* debate vários temas ligados ao meios de comunicação e à informação que na altura era transmitida à massa populacional portuguesa. O autor começa por evidenciar os avanços da técnica e da ciência, as suas vantagens evidentes e o “reverso da medalha”, quando utilizadas de forma inadequada. O progresso ético, de acordo com Lúpi, não acompanha o avanço tecnológico. No entanto, segundo o autor, o pânico e o desespero numa altura crítica como a guerra do ultramar português podia ser evitado através da informação. Para que tal feito pudesse ser obtido com sucesso, seria, segundo o autor, necessário investir na formação dos profissionais da informação, até porque a imprensa portuguesa, na versão do autor, seria constantemente subvalorizada em prol da estrangeira, apesar da qualidade dos jornalistas ser igualmente boa e, na avaliação de Lúpi, em alguns casos superior. Essa situação agravar-se-ia, em conformidade com Luís Lúpi, porque Portugal estaria, na altura, a deixar importantes pontos das colónias serem controlados pelas potências britânica e francesa. O patriotismo encontrava-se, assim, escondido, argumenta Lúpi, devido à gravitação em torno da Inglaterra, em busca de protecção.

Para reverter a situação, segundo o autor, seria necessário afastar a ideia de incapacidade e de que os outros são melhores do que os portugueses. Assim, de acordo com Luís Lúpi, seria vital uma boa informação da população, de modo a que esta se mantivesse formada e atenta aos factos que estavam a tomar lugar na história da humanidade.

Na altura dos acontecimentos narrados, os media estavam em plena evolução. A televisão tinha uma vida recente. Nas colónias e na metrópole, os noticiários audiovisuais eram transmitidos principalmente nos cinemas, pelo que os jornais e as rádios continuavam a ser, segundo o diagnóstico de Lúpi, um meio fulcral para a obtenção de informação. Ora, em qualquer meio, defende Lúpi, um dos critérios essenciais para a boa informação é a honestidade, o relatar verdadeiro dos factos. Em

consequência, de acordo com Lúpi uma notícia que vai influenciar e informar uma população não pode conter interesses políticos associados nem ser alvo da censura e da propaganda, pois se o for a visão clara dos factos é adulterada. Para o autor, isso era especialmente assustador numa época em que a ânsia de informação era cada vez mais notável. Luís Lúpi, inclusivamente, dá o exemplo dos negros de África preferirem comprar um rádio a uma bicicleta.

No capítulo III, o autor relembra a história da comunicação no mundo e em Portugal, enfatizando que acredita que “o problema da informação tenha surgido com a própria vida racional e que os seres humanos ansiaram, desde sempre, por obter respostas à sua curiosidade.” (p. 147) O autor crê que a informação permitiu “a criação de grupos mais ou menos homogêneos, mas de aspirações afins – porque informação é também cultura.” (p.147)

Ainda no mesmo capítulo, o autor reflecte sobre a importância e influência do jornalismo no mundo, reconhecendo-lhe capacidade de moldar a “opinião e consciência dos povos” (p. 153), pelo que não pode ser menos-prezado pela “inteligência organizada nos grandes países.” (p. 153)

O autor recorda, também, a história e o “assombroso” desenvolvimento das telecomunicações, que “tornam possível a divulgação quase simultânea em todo o Mundo, de quanto se passa em qualquer parte da Terra, por intermédio das Agências Noticiosas, que, com as suas constantes informações, conseguem que a Humanidade se conheça melhor, se emocione com os seus eventos, mesmo que algumas vezes possam ser acoimadas de indiscretas.” (p. 156). Assim, as agências noticiosas são, para o autor, “as grandes responsáveis pela divulgação do que se passa no Mundo e, portanto, o alimento básico da curiosidade humana nos tempos modernos” (p. 156). Evoca, então, o papel da primeira agência noticiosa portuguesa, a Lusitânia, que o autor dirigiu e que teria, nas suas palavras, sido criada “graças ao alto sentido político do Prof. Dr. Marcelo Caetano, que então sobrava a pasta das colónias”. (p. 161) A criação da Lusitânia foi, para o autor, um “novo elo espiritual” que “teve decididamente influência na consolidação da Unidade Nacional”, tendo, só em 1954, publicado 14611 notícias (p. 161). Além disso, de acordo

com o autor, a criação da Lusitânia teria sido fundamental para combater o domínio da informação estrangeira no espaço nacional português, quer na metrópole quer nas colónias.

O autor fala das funções da imprensa, mas critica os jornais portugueses: “se a função ideal da imprensa é «estimular a vida no que ela contém de melhor, compete ao jornal diário, mais do que a qualquer outro órgão de informação escrita, consegui-lo dentro do cumprimento das suas três principais tarefas, que são: «informar, orientar e distrair». Uma simples análise da nossa imprensa actual mostra-nos que estas tarefas se cumprem, no geral, em inspiração e pensamento estrangeiro ou de origem extra-nacional. Mas não creio que as causas desta moléstia se possam atribuir com inteira justiça e exclusivamente aos seus próprios jornais. Creio que a perda de características definidas em alguns jornais que faziam os seus «fiéis leitores», e aos quais estes chamavam, com recíproco afecto, «o meu jornal», terá igualmente concorrido para um crescente desinteresse, criando uma espécie de apatia, mesmo perante a análise e comentários dos problemas nacionais que ocasionalmente neles apareçam. Escuso certamente de excepcionar desta regra os periódicos pedibola-desportivos. Para as gerações novas, os actuais jornais portugueses (refiro-me em especial aos da Metrópole e aos de grande circulação) são todos parecidos uns com os outros e isso leva-os a recorrerem para variar de «prato único» aos jornais e revistas estrangeiros de todo o Mundo.” (p. 162)

O autor apresenta, seguidamente, as estatísticas da UNESCO que suportam a sua posição de “alarme” em relação ao caminho que a imprensa nacional trilhava, onde se mostra, por exemplo, que Portugal foi o único entre 22 países em que o índice de consumo de papel de jornal por habitante tinha baixado de 1949 para 1951 (p. 163).

No que toca à rádio e televisão, o autor considera-as “elementos de primordial importância na comunicação de ideias que uma inteligência organizada deve cientificamente conduzir” (p. 164) e destaca o papel da Emissora Nacional nesse contexto. Lembra, em particular, que os que viram a cerimónia de coroação da Rainha Isabel II de Inglaterra pela televisão puderam “ver mais” do que aqueles que, como o autor, acom-

panharam o acto como convidados, em Westminster, pois “A televisão realiza verdadeiras radioscopias” (p. 167). No entanto, o elitismo crítico do autor vem ao de cima ao comparar essa abertura proporcionada pela televisão na coroação de Isabel II com a coroação de Jorge VI, a que Luís Lúpi também assistiu: “Na coroação de Jorge VI (...) quem quis ver Suas Majestades foi para aPraça e para a Rua e (...) aguardou com sacrifício os minutos de glória de ver passar o cortejo e de participar, em conjunto com a massa ignara do povo, do favor de um aceno cordialmente paternal. As massas precisam de «mistério» para que algumas das suas crenças não se desvançam. Parece-me que a famosa Intelligence Service deu um passo perigosamente em falso, em Inglaterra, no dia 2 de Junho (...) de 1953.” (p. 167)

A crítica elitista do autor à televisão continua, de resto, mais à frente: “O orador (ou actor) e o seu auditório (ou plateia), postos frente a frente, estabelecem, mesmo que seja somente um a falar, uma espécie de diálogo espiritual (...). Na televisão, que multiplicou numericamente o auditório, quebra-se, contudo, uma das mais belas e tradicionais formas de colaboração directa entre as elites e as massas. Aquela tem que considerar um público que envolve todos os graus culturais e intelectuais e todas as gamas sociais. Estas, completamente despidas dos tradicionais preconceitos de presença em multidão, de estar fora de casa, em público, vêm, dentro do seu próprio lar, ou no ambiente familiar do seu clube, ou café, o orador, ou o actor, que as inferioriza e por vezes desespera, por lhes não permitir colaborar retribuindo directa e imediatamente os seus impulsos espirituais de agrado ou desagrado, de aprovação ou reprovação. Por tudo isto (...), a televisão é um problema muito sério, que deve merecer o mais atento estudo técnico, psicológico e social, para que de mais um Bem da ciência não venha um Mal para a sociedade humana.” (pp. 167-168)

Luís Lúpi mostra-se também consciente do papel que a televisão poderia vir a ter na luta ideológica que Portugal travava, no contexto dos processos de descolonização que avançavam no mundo: “Arma poderosa, como nenhuma outra, sobretudo quando utilizada em sociedades culturalmente subdesenvolvidas, convém que nos antecipemos, ou pelo

menos nos não deixemos atrasar um momento que seja, quando (...) em África se criem postos emissores” (p. 167) para se assim se evitar a ausência de Portugal dessa batalha hertziana.

O autor reflecte, também, sobre a língua portuguesa, elemento que, segundo ele, unia Portugal aos territórios ultramarinos colonizados, embora estes fossem altamente permeáveis a outras influências culturais, o que se via, por exemplo, pela penetração das publicações estrangeiras nas colónias. Realça, finalmente, que Portugal teria fazer dos nativos “verdadeiros portugueses” se não quisesse, no futuro, vir a ter problemas nos territórios colonizados.

Autor (nome completo): Ana Patrícia da Cunha Bandeira
E-mail: patricia_bandeira@hotmail.com

» **Macedo, 1812**

Autor: Macedo, José Agostinho de

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1812

Título completo da obra: Resposta aos dois do Investigador Portuguez em Londres, que no caderninho VIII, a páginas 510 atacão, segundo o costume, o poema Gama

Tema principal: Liberdade de Imprensa, Opinião Pública, Ética, Direito e Deontologia do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Impressão Regia

Número de páginas: 64

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: HG 12156//2P

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): José Agostinho de Macedo (11/09/1761-02/10/1831) nasceu em Beja e faleceu em Lisboa. Foi uma figura controversa, tida como indisciplinada, obstinada e incorrigível. Era adepto fervoroso do absolutismo e inimigo da Revolução Francesa. Toda a sua luta direccionou-se para a denúncia dos jacobinos, ou *pedreiros-livres*. Aliás, quase todas as suas obras reflectem essa luta. Ficaram, ainda, célebres as polémicas que teve com Bocage e com Almeida Garrett.

Índice da obra: [Não tem índice]

Proémio: pp. 3-5

Introdução à resposta: pp. 6-10

Argumentos contra cada uma das críticas: pp. 10-59

Esclarecimentos sobre termos utilizados no Investigador Portuguez: pp. 59-64

Livros LabCom

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra é um ataque de José Agostinho de Macedo àqueles que criticaram o seu poema “Gama”, com o qual o autor se propunha a superar Camões. Não sendo este um livro sobre jornalismo, é, no entanto, um livro onde são feitas várias considerações sobre a imprensa e a classe jornalista. O primeiro momento relevante a esse nível situa-se na quarta página, quando afirma que “cá fia-se mais fino a respeito da imprensa” (p. 4), apontando para as maiores restrições à publicação de conteúdos nos jornais em Portugal. De seguida, ainda nesta página, chama a atenção para a arrogância intelectual da classe (“a arrogância de hum Periodista sabe-tudo” (p. 4)) e interroga-se sobre o porquê da autoridade desta no seio do campo das Letras (“Quem deo poder a hum enchalmo Jornalista para governar em seco a República das Letras?” (p. 5)). Após essa parte inicial, a obra é maioritariamente constituída por momentos em que José Agostinho de Macedo dissecas as críticas que lhe são feitas e procura expor as suas lacunas. No meio de todo esse processo, aproveita para, ocasionalmente, ir tecendo comentários irónicos (“bens, que Vv. mm. fazem à cega humanidade, tirando-a das trevas da ignorância” (p. 6)) e, de certo modo, agressivos aos jornalistas aos quais responde, que se acabam por estender à generalidade da classe. Entre essas críticas, aponta aos jornalistas a sua incapacidade para se expressarem adequadamente (“Ora falta de Grammatica! He preciso investigar o Chorro, e Amaro do Roboredo, e depois, serão – Jornalistas.” (p. 12)), o seu desrespeito pela língua portuguesa (“Vv. mm. Enxovalhao a bellissima, e abundantissima lingua Portugueza” (p. 61)) ou a ignorância e falta de habilitação para opinarem sobre assuntos como, neste caso, o da literatura (“porque não sabem o que dizem, quando fallão em coizas alheias de sua profissão” (p. 28)). A sua posição relativamente ao jornalismo em geral está, aliás, bem explícita quando diz: “eu em vendo assim Periodico taludo, mensal, ou semanal, logo digo, ahi vem asneira!” (p. 38).

Autor (nome completo): Vítor Manuel Meirinho Moura
E-mail: vitormoura_88@hotmail.com

» Macedo, 1821-A

Autor: Macedo, José Agostinho de

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1821

Título completo da obra: Carta ao Senhor Redactor do Patriota

Tema principal: Liberdade de Imprensa

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Imprensa Liberal

Número de páginas: 7

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: BN L 6256 V

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): José Agostinho de Macedo nasceu a 11 de Setembro de 1761 na cidade Portuguesa de Beja.

Foi um escritor português com um enorme sentido crítico e polémico, sempre atento às polémicas da sociedade do seu tempo, não deixando ninguém indiferente com o seu estilo literário, frequentemente baixo e vulgar.

Adepto fervoroso do absolutismo, teve uma enorme responsabilidade nos crimes cometidos nesta altura, além de também ter perseguido muitas pessoas. Era odiado pela maioria das pessoas do seu tempo, apesar do enorme sucesso dos seus textos.

Escreveu Ensaaios, Críticas, Cartas filosóficas, Odes, Epístolas e Poesia.

Faleceu em Lisboa, no dia 2 de Outubro de 1831, com setenta anos.

Índice da obra: [Não tem índice]

O descontentamento do autor face às calúnias publicadas pelo jornal o Patriota pp. 1-4

As acusações do autor ao redactor do jornal pp. 4-6

Os efeitos dos textos publicados no jornal e as consequências do “Excesso” da liberdade de imprensa pp.6-7

Livros LabCom

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra, em forma de carta, revela o descontentamento de José Agostinho de Macedo, escritor Português do início do século XIX, em relação ao facto de qualquer pessoa poder escrever o que quisesse nos jornais sem que, no Portugal vintista, houvesse qualquer critério ou qualquer controle acerca dos conteúdos escritos. Usa também o seu poder de argumentação para defender uma das alegadas vítimas do jornal *O Patriota*, D. Carlos de Menezes.

O autor defende que os jornais, principalmente *O Patriota*, permitem que se ofenda ou enxovalhe qualquer pessoa apenas por vingança ou ressentimento, *”Seja a pessoa, ou classe qual for, uma vez que quizerão enxovalhar, é irremissivelmente enxovalhada. Se há particular ressentimento, a vingança é publica, porque o meio é fácil”*. Segundo Macedo, *“Os periodiqueiros levantaram-se em Tribunal com alçada para infligir a pena de infâmia a qualquer cidadão, sem mais processo, e mais provas que a má vontade de um malvado que queira ter o trabalho de escrever num papel o que lhe vier á cabeça”*.

José Agostinho de Macedo classifica um artigo redigido por Paulo António contra D. Carlos de Menezes, Principal da congregação camarária, como *“a mais revoltante patifaria com que os periodiqueiros nos tem ilustrado até agora”*. Aliás, Macedo também não se poupa a críticas na hora de falar do redactor do artigo, caracterizando-o como *”miserável que tem o coração tão perverso como a alma aparvalhada”*.

Críticas feitas, o autor parte para a descrição dos argumentos do jornalista contra D. Carlos de Menezes. Segundo Paulo António, os portugueses teriam que saber dos abusos das leis e como estes abusos cometidos por D. Carlos de Menezes prejudicariam a fazenda Nacional. José Agostinho de Macedo, por sua vez, vê isto como uma afronta e defende que este tipo de coisas devem ser comunicadas ao ministro da Fazenda e não serem discutidas na praça pública.

Segue a carta, bem como a troca de acusações. Contrariando as acusações de corrupção por parte do jornalista relativamente ao Principal Menezes, o autor continua em sua defesa, dizendo que o Prin-

Principal Menezes presidiria aos cofres contra a sua vontade, obrigado pelo patriarca, e que o jornal não teria o direito de publicar um título que contribuiu para o descrédito da sua pessoa.

Refere José Agostinho de Macedo ao redactor do jornal que o jornalista que escreveu as acusações contra o Principal Menezes é “miserável” e que o redactor do jornal se torna igual a ele ao publicar “tamanhos desaforos” contra terceiros, pois tal publicação só teria servido para “*Emporcalhar o seu papel e tornar abominável o mister de Perodiqueiro. Esta publicação torna gémeos em desaforo o autor da carta e o seu publicador*”.

Depois de tanto defender o nome e a honra do Principal Menezes, o Autor desta carta acusa o jornalista Paulo de dever dinheiro à fazenda nacional e de só escapar à alçada do fisco por causa da influência do seu “padrinho”. Macedo apresenta, inclusivamente, o documento que prova que o jornalista Paulo teria contas a ajustar com a Fazenda Nacional, pelo que, para Macedo, não possuiria moral para falar de quem quer que seja.

Para rematar esta troca de galhardetes, defende o autor que o papel dos periodicos é unicamente o de pôr os cidadãos uns contra os outros através das calúnias publicadas. Refere, ainda, que não existe qualquer respeito por classes e que se podem atacar homens de bem nos jornais sem qualquer limite ou pudor. Há, inclusivamente, uma advertência em forma de ameaça ao redactor do Patriota: “Quem diz o que quer, ouve o que não quer; e cuidando que mete uma lança em África com uma injúria sem fundamento, põe-se em termos de lhe descozerem o fiado”.

O autor, descontente com o comportamento do jornal *Patriota*, finaliza a carta dizendo que o periodismo “*nos rouba o dinheiro (...) rouba-nos a paz, pois andam os cidadãos em guerra viva uns com os outros, rouba-nos a reputação de homens de bem, pois dão a conhecer que existe uma imoralidade pública, que nem respeita a coisa mais sagrada que há, o bom nome do homem, tesouro mais precioso que a mesma vida*”.

Como conclusão, salienta: “*Folheio as páginas da história não*

encontro em todas elas um quadro de corrupção como o presente nos está oferecendo... e esta desgraça só tem por autores os Periódicos... julgo ter vingado a honra e o bom-nome do Principal Menezes”.

Autor (nome completo): Vítor Manuel Meirinho Moura
E-mail: vitormoura_88@hotmail.com

» Macedo, 1821-B

Autor: Macedo, José Agostinho de

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1821

Título completo da obra: Exorcismos Contra Periódicos e outros Malefícios

Tema principal: Liberdade de Imprensa, Opinião Pública, Ética, Direito e Deontologia do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Oficina da Viúva De Lino da Silva Godinho, 1821

Número de páginas: 32

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: L.69092P.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: N-D-1-120

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): José Agostinho de Macedo nasceu em Beja em 1761. Foi professor na Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho em 1778, do qual foi expulso por ser considerado “contumaz e incorrigível”. Chegou a ser acusado e condenado por desrespeito e roubos. Depois de obter a dispensa dos votos monásticos, tornou-se pregador, alcançando grande notoriedade com os seus sermões. Posteriormente, tornou-se membro da Nova Arcádia, onde entrou em quezílias com Bocage. Fez, também, parte da Arcádia de Roma, com o pseudónimo de Elmiro Tangideu. Era contra a Revolução Francesa e odiava Voltaire e Napoleão. As suas obras reflectem a sua luta pela denúncia dos jacobinos. Eram bem conhecidas as polémicas que tinha com Bocage e Almeida Garrett. Veio a falecer em Lisboa, em 1831.

Índice da obra: [Não tem índice]

Apresentação da proliferação de jornais como flagelo, praga: pp. 3-5

Pertinência do tema e dimensão do problema: pp. 6-11

Circunstâncias em que se formam os periódicos: pp. 12-16

Necessidade da informação, periódicos como meio de transmissão: pp. 17

Acusações feitas aos periódicos: pp. 18-23

Comparação entre frades e “periodiqueiros”: pp. 24-32

Resumo da obra [linhas mestras]: Este é mais um opúsculo do padre adepto do Antigo Regime José Agostinho de Macedo contra a proliferação de jornais, muitos deles mal escritos e redigidos por pessoas impreparadas, após a Revolução Liberal de 1820.

Macedo começa por apelidar os periódicos de “malefício”, pelo que se imporia o “exorcismo” de que o seu texto dá conta. Refere-se à proliferação exagerada de jornais, comparando-a a um “flagelo, ou praga, tudo que consigo traz calamidades”. Acusa os Periódicos de exagerarem nos males dos portugueses e de os multiplicarem, criando um estado de incerteza entre todos, não havendo lugar para a credibilidade de informação. Diz ele: “ Já ninguém se entende. A multidão dos faladores fez parar a majestosa obra da Torre da Babilónia: onde todos falam, ninguém se entende”.

Quem eram então os “periodiqueiros” de que fala Macedo? Eis o seu retrato, de acordo com o autor: eram pessoas que tinham outros ofícios e os abandonavam para fazerem jornais. Por isso, o autor interroga-se: “e a quem lembraria, que no momento em que Portugal necessitava de mais luzes, mais ciência, mais conhecimentos, que coadjuvassem a mais árdua, e difícil empresa, os Martelos, as Enchós, os Formões, as sovelas, as Tripeças, as Cadeiras, os Bancos, os Bufis, as Forjas, os Foles, tudo seria desamparado, e que os seus cultores se converteram em Periodiqueiros? Parece que para grande arte de escritor não se necessita de outra coisa senão saber formar bem ou mal, tortos ou direitos, os caracteres do Alfabeto”.

Embora Macedo reconheça que a profissão de jornalista é importante para ilustrar o país, demonstra, igualmente, que outras profissões existem de igual ou maior importância para a criação de riqueza e o progresso nacional. Assim, explica que o estado do país é bem mais relevante do que a

necessidade de o fazer conhecer.

Ao longo de toda a obra o autor procura humilhar os periódicos e quem os escreve. Acusa os periodiqueiros de manipularem a informação e de cederem a chantagens e subornos, tornando-os responsáveis pela crescente perda de valores a que se assistia naquela altura.

Nesta crítica, José Agostinho de Macedo compara os frades com os periodiqueiros, referindo, na comparação, grandes nomes da Literatura Portuguesa oriundos do meio eclesiástico, como o Padre António Vieira e Baltazar Teles. Pergunta ele: “Se não fossem os Frades e os clérigos, que coisa seria a Literatura Portuguesa?” Deste modo, pretende defender os frades e outros eclesiásticos dos ataques de que eram vítimas constantes nos periódicos radicais, salientando que eram mais “doutos” e, portanto, mais capazes de contribuir para a ilustração dos portugueses do que a maioria dos “periodiqueiros”.

José Agostinho de Macedo conclui com uma série de acusações fortes e directas aos “Franchinotes Periodiqueiros”: “Mentem, tanto dizem, tanto desdizem, tão mal, tão fora do tempo querem propor coisas, demolindo em lugar de concertar, que o povo alucinado, e que chega a dizer a um pobre – Deus o favoreça irmão, tomara cá eu dinheiro para periódicos – cuida que se obra”.

Autor (nome completo): João Pedro Martins de Figueiredo Augusto
E-mail: joao_augusto__@hotmail.com

» Macedo, 1821-C

Autor: Macedo, José Agostinho de

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1821

Título completo da obra: Carta Sétima Escrita ao Senhor Pedro Alexandre Cavoé

Tema principal: Liberdade de Imprensa

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Oficina da Viúva de Lino da Silva Godinho

Número de páginas: 23

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: HG 10128 V

Biblioteca: Biblioteca Nacional Digital

Cotas: <http://purl.pt/6645>

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): José Agostinho de Macedo foi um padre que se destacou pela defesa do Antigo Regime e se encarniçou contra a proliferação de periódicos políticos após a Revolução Liberal de 1820, apesar de ele próprio ter lançado alguns. Nasceu em 1761 e morreu em 1831.

Índice da obra: [Não tem índice]

A Guerra entre os dois autores: p.3

A falta de vergonha do autor Pedro Cavoé: p. 5

O fraco estilo do autor Pedro Cavoé: p. 6

Erros gramaticais do autor Pedro Cavoé: p. 7

Os nomes baixos e odiosos: p. 9; 10

Referência a certas personalidades da história: p. 11

A soberania Nacional: p. 12

A Liberdade de expressão: p. 14

Os sentimentos de um verdadeiro patriota: p. 15

A bajulação: p. 16

Comparação dos animais: p. 17

Pedro Cavoré como mentiroso: p. 19

A fria e desenxabida passagem de coluna de Pedro Cavoré: p. 20

A carta de 19 de Março do autor Pedro Cavoré: p. 21

Poema final: p. 22

Resumo da obra (linhas mestras): Este é mais um opúsculo de José Agostinho de Macedo contra um autor de um periódico liberal, Pedro Alexandre Cavoré, considerado manifestamente impreparado para essa tarefa. A maior parte da obra é preenchida com aquilo que poderíamos considerar como insultos pessoais e ataques às propostas e análises “inconscientes” e ao mau estilo do periódico de Cavoré, o *Mnemosine*, não havendo reflexões sobre o jornalismo propriamente dito.

Autor (nome completo): Marco Manuel Gonçalves da Silva

E-mail: marcosilva_sd@hotmail.com

» Macedo, 1821-D

Autor: Macedo, José Agostinho de

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1821

Título completo da obra: Cordão da Peste ou Medidas contra o Contágio Periodiqueiro

Tema principal: Liberdade de Imprensa

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Oficina da Viúva de Lino da Silva Godinho

Número de páginas: 44

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: H.G14929//15p

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: N4-7-26- (13)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Natural de Beja, José Agostinho de Macedo nasceu em 1761 e faleceu em 1831. Padre, poeta, um dos precursores do jornalismo político português, era um escritor polémico e agressivo, adepto fervoroso do absolutismo. Nas suas obras, é reflectida a luta contra a revolução.

Índice da obra: [Não tem índice]

O terrível mal da “Peste” – pp. 3-8

O primeiro sinal do contágio – pp. 8-11

A Nação Portuguesa até à Implementação da “Peste” – pp. 11-14

O medo pela penetração nas províncias – pp. 14-23

Nostalgia do tempo de D. Sebastião – pp. 23-24

A Religião na sociedade e sua importância – pp. 24-29

As cartas periodiqueiras – pp. 29-37

Revolta contra a implementação da “Peste” – pp.37-44

Resumo da obra (linhas mestras): Este opúsculo de José Agostinho de Macedo representa mais uma reacção deste padre partidário do Antigo Regime contra a ploriferação de periódicos em Portugal, muitos deles artesanais e mal escritos, após a Revolução Liberal de 1820.

O autor apelida de “peste” o surgimento intempestivo de jornais, sendo, portanto, necessário estabelecer um “cordão sanitário” que imponha uma “quarentena” à criação de jornais. Mais, para Macedo os jornais eram uma “nuvem negra” cheia de “parvoíce”.

Os “periodiqueiros”, termo com que Macedo alcunha os fazedores de jornais, seriam, ademais, ignorantes: “Eu não falo daquela ignorância que provém da absoluta carência de luzes, de instrução, e conhecimentos, que provém da instituição de alguns nos ofícios braçais, tão úteis à Pátria quando esta pode dispor ou tem que dispor do numerário ainda mesmo na forma, para comprar um trono, e uma cadeira; nem menos falo daquela ignorância que noutros provém da ociosidade e pobreza, porque quem não tinha dinheiro para uma Filipina, e um charuto de botequim, menos o teria para comprar um livro ainda que seja de Benjamim Constant, que estão pela hora da morte por aqueles Livreiros Galos, que aqui nos enriquecem, ou se enriquecem: falo daquela ignorância em que os mais campanudos de Política, e Publicitismo existem a respeito da índole, do carácter, e dos sentimentos da Nação para quem escrevem, e que eles querem, ou dizem que querem, ilustrar.” (pp. 9-10)

Macedo critica também a pressa com que os periodiqueiros queriam reformas: “Eis a primeira bostela, a ignorância do carácter geral da Nação Periodiqueiro, ó Peste, deixai que o tempo faça a reforma, que não é obra de dias, nada se faz de repente, a marcha de uma revolução política deve ser lenta, deve ter as mesmas gradações que tem a marcha da Natureza nas estações do ano.” (p. 10)

Segundo Macedo, os “periodiqueiros”, sem habilitações, gostariam de governar o país, mas nem sequer sabem governar a sua casa: “E a si sabem eles governar-se? Alguns conheci eu, antes de rebentar a Peste, e que agora dão grandes planos de economias, de finanças e melhoramentos, que não digo eu que não sabiam governar a sua casa, porque a não tinham, nem eira nem beira, nem ramo de fogueira, mas nem a si mes-

mos, porque nunca atinavam com um plano de trabalho para fazerem uma casaca; a que traziam, tinha mais remédios, que Negociante a falir com Letras de aparato e mais pontos, que a partitura da missa grande de Marcos. E agora ensinam o governo a melhorar o estado de arrecadação do Tesouro Público, e Nacional; são como os Alquimistas, que ensinavam a fazer ouro, e pediam esmola.” (pp. 14-15)

O autor diz ainda que as medidas reportadas pelos “periodiqueiros” liberais são irreflectidas e inaplicáveis, sob pena de levar o país à ruína.

Macedo referencia, igualmente, as cartas escritas pelos “periodiqueiros” para os seus próprios jornais, comi se fossem leitores, de modo a mostrar a sua popularidade: “E quem não vê que são os mesmos periódicos que se escrevem a si? Todos os seus artigos comunicados, são comunicados por eles mesmos” (p. 32) “Finja-se uma carta, mandado por um sincero admirador do periodiqueiro” (p. 33).

Assim, Macedo, apela à união do povo e ao combate da “peste periodiqueira” que para ele é maléfica e sente-se nostálgico pelo tempo de há 700 anos, um tempo caracterizado, por ele, como um tempo de simplicidade e de mais contenção.

Autor (nome completo): Cíntia Letícia Batista Ferreira

E-mail: Batista_cintia@hotmail.com

» **Macedo, 1821-E**

Autor: Macedo, José Agostinho de

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1821

Título completo da obra: Carta Quinta Escrita ao Senhor Pedro Alexandre Cavoé, Mestre de Móveis

Tema principal: Liberdade de Imprensa

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Oficina da Viúva De Lino da Silva Godinho

Número de páginas: 18

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: HG 10127 V

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Natural da cidade de Beja, José Agostinho de Macedo nasceu em 1863 e faleceu em 1942. Era um padre/escritor adepto do Absolutismo.

Índice da obra: [Não tem índice]

Metáfora comparativa entre Newton e Pedro Alexandre Cavoé: p.3

Mnemosine: pp.4-5

Revolução Liberal de 1820: pp. 5-9

Desprezo pelos periódicos artesanais: pp. 10-11

Os publicistas: pp.12-15

Origem dos jornais e do termo gazeteiro: pp.13-14

Ataque a Pedro Alexandre Cavoé: pp.14-17

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra é uma carta escrita pelo Padre José Agostinho de Oliveira a Pedro Alexandre Cavoé, carpinteiro de móveis liberal e “jornalista” (1821), numa altura em que se multiplicavam

Livros LabCom

os periódicos e em que toda a gente podia escrever um jornal, mesmo sendo-se um simples carpinteiro, como era o caso (Cavroé editava o *Mnemosine*). No texto, o autor faz uma crítica irónica e mordaz ao liberalismo em geral e ao referido carpinteiro liberal, auto-proclamado “publicista”, em particular, já que o considera um símbolo daquilo que combate: periódicos mal escritos, incontidos e irreflectidos, feitos por pessoas sem preparação para o ofício e ignorantes.

A maior parte do texto é consumida em ataques meramente pessoais do autor a Pedro Cavroé, sendo reduzido o espaço dedicado a reflexões sobre o jornalismo. De qualquer maneira, numa passagem em que ironiza com uma inábil utilização da palavra “requerer”, o autor, mostrando o seu desprezo pelos periódicos artesanais mal escritos por pessoas mal preparadas e ignorantes, diz: “Com efeito, se aqueles homens ilustrados de que tanto abunda a nossa amada, e idolatrada Pátria, que tem encanecido no estudo, e porfiadas aplicações e, que tanto, se distinguem em conhecimentos políticos, se atrevessem a requerer para redigir um Periódico, não nos causaria admiração, porque neles não seria um atrevimento, mas um acto de justiça, que se fariam a si mesmos, e até a nós, para merecerem a nossa aprovação, á vista do emprego a que se davam, cujo desempenho nos ficava afiançado nos próprios, e conhecidos talentos. Mas vemos que se abalançam a este Ofício um Mestre Pedro, ainda que examinado no Ofício de móveis, um Mestre Artista, o desdichado! Um Amigo do Povo, o embrulhado, um Liberal, que se lhe ajuntasse o nome próprio e daria a completa ideia de si mesmo, e é com efeito quando pode ser ousadia! V.m. tem razão em dizer: - Atrevi-me a requerer - porque se para fazer uma cadeira, e um assentosinho para um *Bidé*, é preciso dar cinco e mais anos de ofício, quantos serão preciso de estudo para escrever dignamente para o Público” (pp. 10-11).

O autor ironiza, seguidamente, com a fama e riquezas imediatas que podem provir da publicação de um periódico: “Faço um Periódico a trinta reis, fica-me a algibeira pejada, e a fama estabelecida; assim o disse, e assim o tem feito. Resulta daqui mesmo uma questão importante, que por si se resolve; convém a saber: Se com a noticia da navalhada do Frade de Aranzazí fica a Pátria ilustrada, os Cidadãos conhecedores dos seus

deveres para com o Governo, para consigo mesmos, e para com os seus semelhantes? Até aqui, Mestre Pedro, vamos nós concordes e amigos; basta isto para redigir magistralmente um Periódico; porque os outros a pouco mais se adiantam e os que estão mais aliançados com as Potências estrangeiras apenas trazem alguma coisa da folha que vem fora da mala, e que adianta meio-dia. Outros dizem que não vem na folha ou o contrário do que vem na folha. Ponha v.m. ponham eles o que quiserem, ilustrem a Nação, e sirvam a Pátria como bem lhes parecer, eu não o hei de sentir, porque real não mo levam”: (pp. 11-12)

Após estas considerações, José Agostinho de Macedo interroga o visado, Pedro Alexandre Cavoé: “Diga-me, assim o nosso senhor lhe dê boa venda aos tamboretas, diga-me Gazeteiro, e ser Publicista é a mesma coisa? Por isso o Couto dizia: Ui! Naquelas grosas de palmotoadas, tão bem merecidas, e tão bem dadas! É v.m. João Jaques, é v.m. Mably, é v.m. Algernon Sidney? É v.m. Grocio, Cumberland, Pufferdorff, Humberto Ulrico? Não, v.m. é Mestre Pedro, e este são Publicistas, uns mais antigos, outros mais modernos. Será v.m. Bonald? nem Benjamim Constant v.m., é; só se v.m. julga que eles redigirão *Mnemosines* com a navalhada de *Aranzazú*, e não aquelas obras imortais de Jurisprudências, Legislação, e alta Política, que foram sempre a honra, e o assombro do engenho humano. Pois porque, se há-de v.m. chamar Publicista, se v.m. apenas existe na ínfima relé dos Gazeteiros Portugueses! Porque v.m. saberá o que é no Ofício, muito honrado, e louvável, o que é uma Junteira, um Rebote, uma Goiva, e uma Echó; mas o Publicista não sabe o que é, porque não é o seu Ofício, e não lhe está mal esta ignorância; cuidou que ser Publicista era escrever diariamente para o Publico; não é, Mestre Pedro! Isto é uma ciência nova, apenas entrevista na Antiguidade por Aristóteles nos seus livros de Política, por Platão na sua Republica ideal, e por Marco Túlio nos livros até agora sumidos, e agora achados no Vaticano pelo Abade Mayo, que se dizem também *De Republica*. Gazeteiro, Mestre Pedro, é outra coisa; isto é não ciência, mas ofício, que tem o berço mais miserável que podemos imaginar” (pp.12-13).

O autor dá também uma explicação sobre a origem dos jornais, realçando com o seu suposto saber a ignorância do “periodiqueiro” Pedro

Alexandre Cavoé: “ Havia um homem pobre em Veneza no tempo das *Guerras do Doge Morosini* com os Turcos: O que fez este homem falto de pão, e de macarrão? Escrevia um papel por semana, ou Diário, porque a História é nisto obscura, e o enchia das notícias que traziam aos galés da Senhoria das proezas dos *Morosinis*. Este papel era vendido (oh Tempora, oh! Mores!) pela moeda mais baixa que havia na República, como v.g. entre nós agora a moeda de três reis, e que a língua Veneziana chamava *Gazzéta* - como Basaruco em Goa, Chavo em Espanha e Quatrini na florescente Itália. Os Livreiros de Veneza que tinham seu balcão à porta (não tão cheios de Periódicos como os nosso, porque já ali não tem ferramenta, tem papéis), quando chegavam os Fregueses a buscar papelinhos de notícias por Carta do Ofício, os tais Livreiros de Veneza, creio que os mais seguros nas encadernações que os nossos, pegavam em papelinho, e antes de o entregarem ao Freguês, ou ao Gondoleiro, que o ia buscar, diziam - *Gazzétta*, *Gazzeta*! - e sem tinir no balcão a *Gazzétta*, não ia o papelinho. A especulação foi boa, porque pegaram as bichas, ou a tinha, pois quando em França os Franceses pelejavam por Luís XIV contra o Cardeal Mazzarini, que sendo de Palermo não o era, outro podre também se lembrou de fazer papelinhos por Carta de Ofício como se haviam começado a fazer em Veneza, e se lhe havia de dar outro título, deu-lhe o mesmo porque já eram conhecidos na Itália – *Gazzétta*. A Portugal, como já era moda Francesa, passou a mesma mania, ou comichão de noticias, e um grande homem por certo, chamado António de Sousa de Macedo, que foi Secretario de Estado, e primeiro Enviado em Londres, foi o primeiro entre nós que nas porfiadas guerras da Aclamação, fez também - *Gazzéta* - Os curiosos as conservam. Ora se fazer papelinhos para apanhar - *Gazzeta* - baixa moeda de cobre, é ser Publicista... Ah! Mestre Pedro, v. m. enganou-se, quis dizer novelista (...).” (pp. 13-14)

Autor (nome completo): Diogo Miguel Vasconcelos da Silva Gomes
E-mail: diogo_curse@hotmail.com

» Macedo, 1826

Autor: Macedo, José Agostinho de

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1826

Título completo da obra: Resposta aos Colaboradores do Infame Papel Intitulado Correio Interceptado N° 6 impresso em Londres

Tema principal: Liberdade de Imprensa

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Tipografia de Bolhões

Número de páginas: 16

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: HG 9643//15P

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: P8-40 – (4)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Natural do Alentejo, José Agostinho de Macedo nasceu em Beja (11/09/1761) e faleceu em Lisboa (02/10/1831). Professou em 1778 nas Ordens dos Eremitas de Santo António, sendo, quatro anos mais tarde, expulso da Ordem. Foi várias vezes acusado e condenado pela Justiça por desmandos e roubos. Após ter alcançado a despenha dos votos monásticos, tornou-se pregador, tendo os seus sermões grande notoriedade na época. Tornou-se membro da Nova Arcádia, entrando em quezílias com Bocage. Pertenceu, também, à Arcádia de Roma, onde adoptou o pseudónimo de Elmiro Tangideu. Era inimigo da Revolução Francesa e odiava Voltaire e Napoleão. Toda a sua luta esteve centrada na denúncia dos jacobinos, ou “pedreiros-livres”. Quase todas as suas obras reflectem essa luta. Ficaram célebres as polémicas que teve com Almeida Garrett e com Bocage.

Índice da obra: [Não tem índice]

Introdução ao tema da obra: pp. 1-4

Análise e comentário sobre o *Correio Interceptado* nº 6: pp. 4-10

Considerações pessoais do autor sobre Inglaterra e os intitulados “Pais da Pátria”: pp. 10-15

Incentivo à vinda de um nº 7 do *Correio Interceptado*, para que haja reposta posterior do autor: pp. 16

Resumo da obra (linhas mestras): O autor, José Agostinho de Macedo, diz que a imprensa livre de Inglaterra é um “recurso dos malvados”, ou seja, dos exilados políticos. Segundo ele, esses exilados “vão a Inglaterra continuar com palavras, e escritos aqueles males, que começaram a causar com suas acções, e com suas obras. Há muitos anos que gememos debaixo da solta tempestade de Jornais, de Periódicos, de Folhas, que se encaminham a perverter a Moral, a confundir a Política, e desorganizar a sociedade, a indispor os Povos contra os Reis, a fazer odiosos os soberanos às suas mesmas Nações: são fecundos aqueles malvados na invenção dos títulos de suas composições vulcânicas capazes de illudirem os incautos, e de engrossarem o partido, que jurou guerra eterna, e exterminadora, às associações humanas, aos Tronos, aos Altares, às Leis, e à pública tranquilidade dos homens. Tal é a vingança bárbara, mas cobarde, que elles tomam da injúria, que julgam fazer-lhe a Nação em os conhecer, em os desprezar, e em os repelir de seu mesmo seio como víboras que o dilaceram”.

Para o autor, no entanto, as autoridades deveriam permitir a entrada dos jornais dos exilados em Portugal, “fazendo-se acompanhar de um antídoto este veneno, dar-se antes da publicação um exemplar de cada um deles a alguns de tantos homens honrados, e illustrados, que entre nós existem, encarregando-se de terminantes respostas; assim se rectificava a opinião pública, e se desvaneciam tantas illusões, confundindo-se a audácia, e impotência de tantos revolucionários acolhidos ao valha couto da liberdade Anglicana”.

O autor é particularmente crítico para com o periódico *Correio Interceptado* que alcunha de “pequeno”. Para ele, quem o publica é “criminoso”, mas aqueles que lhe mandavam cartas de Lisboa também o seriam. A

seguir, o autor diz que “estes impressos” teriam por fim descobrir verdades impossíveis de encontrar nas ciências ou nas artes úteis. O autor prossegue dizendo: “a sua forja é uma Seita, que prossegue com pertinácia na execução do plano de acabar com a Religião, e com os Tronos”.

Referindo-se a acontecimentos como a Revolução Liberal e a morte de D. João VI, o autor interroga-se: “E depois de tantas desgraças, que vem aqui fazer tantos papéis impressos em Londres? Continuar as mesmas desgraças, porque quem causou estas, escreve aqueles.”

O autor descreve e critica as cartas enviadas de Portugal e publicadas no *Correio Interceptado* nº6, das quais, nenhuma é sobre jornalismo.

Para Macedo, se a imprensa ataca, também por ela deve surgir a defesa.

Para concluir, o autor diz o seguinte: “Concedam-se em Portugal os meios, e a liberdade de responder, não ficará tão impune em Inglaterra a liberdade de imprimir”. Por último, pede a vinda de um nº7 para que ele possa, mais uma vez, responder.

Autor (nome completo): Ana Irma Osório Amorim Coelho

E-mail: anairmacoelho@hotmail.com

» Maciel, 1958

Autor: Maciel, Artur

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): 1955

Ano de publicação/impressão: 1958

Título completo da obra: Viagem de Cem Anos

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Viana do Castelo

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Câmara Municipal da Cidade de Viana do Castelo

Número de páginas: 65

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: P.6005P

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: W7-2-55

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): O autor foi jornalista durante mais de 30 anos. Nasceu em 1900 e faleceu em 1977. Publicou várias obras sobre arte e artesanato e monografias regionais sobre o Minho, bem como uma grande reportagem sobre a Guerra Colonial em Angola.

Índice da obra: [Não tem índice]

Prefácio - 1^os. folhas

Fases de edição / O sentimento do autor – fls. 15 e 16

Histórico e político sobre a imprensa em Portugal – fls. 17 a 24

O jornal e a cidade – restantes fls.

Resumo da obra (linhas mestras): No prefácio, Artur Maciel dedica a crónica “Viagens de Cem Anos” à memória dos poetas, dos escritores, dos jornalistas vianenses e de outros que deixaram impresso, de qualquer modo, o amor à terra e à gente de Viana.

Diz ele que circunstâncias de vária ordem concorreram para que a sua crónica, fruto duma escrita em vésperas da conferência – realizada no Teatro de Sá de Miranda, de Viana do Castelo, em 15/12/1955 – não lhe deixaram tempo para uma reflexão que a crónica requeria, mas que assim a deixava sem qualquer modificação, dentro dum contexto jornalístico, em louvor do jornal *Aurora do Lima*.

Quando lhe foi pedido para ser orador das comemorações do centenário do jornal *Aurora do Lima*, as razões invocadas não lhe deixaram margem para grande hesitação: Apelava-se, para que a voz a ser escutada fosse de alguém ligado à terra e ao seu jornalismo.

Segundo Maciel, data de 1847 a Portaria ministerial que obrigava os Municípios a abrirem um livro especial, denominado “Anais do Município”, sendo registado em tais livros a longevidade das pessoas de que houvesse noticia, com a declaração do modo de vida e do alimento habitual que tivessem.

O autor salienta que se viviam, nessa altura, momentos conturbados na política, benéficos para o desenvolvimento da imprensa escrita em Portugal, já moda em França. Sustenta, ainda, que o homem, como animal político, como Aristóteles o tinha definido, espalha as suas ideias através da imprensa, fazendo dela o poder substituidor dos canhões napoleónicos, como foi ilustrado na França Restauracionista por Luís Filipe, “o Rei cidadão”.

Nessa época conturbada de Oitocentos, relembra o autor, a imprensa portuguesa, onde se incluíam jornais como o *Tira-Teimas*, o *Terrível* e o *Chega a Todos* “fazia das suas”...

Em 1850, recorda igualmente o autor, para travar o abuso de imprensa, foi publicada a lei que veio, na gíria, a intitular-se a Lei da Rolha. Em 1851, posta a revolução na rua, entra-se no período da Regeneração. Até 1856, pela acalmia política, assiste-se ao desenvolvimento do Reino – levantam-se pontes, aumenta a rede de estradas, abre-se o primeiro troço ferroviário (Lisboa-Carregado), assina-se o contrato para o primeiro telégrafo eléctrico.

Foi então dentro desta aurora progressista que, evoca Artur Maciel, nasceu o *Aurora do Lima*, em 1855, numa localidade que tinha sido ele-

vada a cidade, apenas sete anos antes, por D. Maria II. Salienta Maciel que no primeiro número do *Aurora de Lima*, aqueles que o fundaram pediam a Viana que despertasse da sua moleza e da sua inércia e secundasse o esforço que para o futuro progresso da cidade o nascente jornal representava.

Segundo o autor, o jornal nasceu num momento em que Viana atravessava um período de crescimento económico e de progresso social, beneficiando do facto de ser uma cidade marítima. O mar era o caminho principal para as trocas comerciais, quer do Reino, quer do estrangeiro. No plano político, instala-se um poder central (regional) liderado pelo Governador Gaspar de Azevedo d'Araújo, estando os serviços de administração do Concelho, a cargo de Manuel José Gavinho. Viana é também agraciada com os serviços públicos: Fazenda, Alfândega, os Correios, tónicos do desenvolvimento da capital do distrito. Abrem-se as portas do primeiro Liceu., por esforço de vários letrados da cidade.

O primeiro número do *Aurora de Lima*, esclarece então o autor, aparece em 15 de Dezembro de 1855, fruto da dedicação de alguns vianenses, sendo o seu primeiro director José Barbosa e Silva.

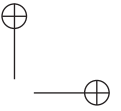
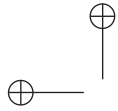
O jornal, explica Artur Maciel teve altos e baixos no seu percurso, mas foi sempre pautando por uma linha editorial progressista.

Logo nos primeiros anos de publicação o jornal beneficiou, relembra o autor, do facto de o director José Barbosa e Silva ter boas relações com Camilo Castelo Branco, pelo que este se tornou um colaborador assíduo do *Aurora do Lima*, até 1858. Da colaboração deste romancista com o *Aurora do Lima* resultaram obras, diz também Artur Maciel, como “Cenas da Foz”.

Nos seus cem anos de vida, o *Aurora do Lima* assistiu às grandes mudanças operadas em Viana, em que o jornal e os seus directores tiveram preponderância, pela sua “tenaz luta em prol das suas gentes e da cidade”.

Para Artur Maciel, o jornal, viveu os seus períodos áureos, em termos literários, entre 1887/88 e 1895/1896. Neste último período, é atingido, na opinião do autor, o mais alto nível, graças à colaboração de João Verde.

Muitos nomes ilustres colaboraram com o *Aurora* durante os seus cem anos de vida. Maciel evoca, a título de exemplo, Silva Campos, João da Rocha, Figueiredo da Guerra, Manuel Afonso Espregueira e outros poetas

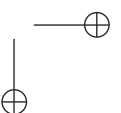
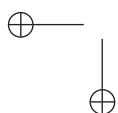


e escritores.

Segundo Artur Maciel, a linha editorial progressista do *Aurora do Lima* provocou-lhe alguns contratempos na entrada no século vinte, devido à conjuntura política adversa, mas José Viana e Aníbal Galeão, resolverem, não sem custos, mantê-lo a flutuar.

Assim, em 1955, o autor pôde escrever que o *Aurora do Lima* mantinha acesa a chama que foi sempre a sua condutora, embora ofuscada pelo facto da política vigente no País ser um obstáculo perseguidor à matiz progressiva que o jornal ostentava.

Autor (nome completo): Catarina Ferreira
E-mail: katarinaraf@hotmail.com



» Magalhães Basto, 1939

Autor: Magalhães Basto, Artur de

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1939

Título completo da obra: As Três Fases do Jornalismo Portuense

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Porto

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Editora Maranus

Número de páginas: 32

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: J3-2-2

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Artur de Magalhães Basto nasceu em 1896 e morreu em 1960. Foi uma figura de referência das letras portuguesas, tendo-se destacado como docente da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto, extinta em 1931, onde leccionou as cadeiras de Geografia e História. Trabalhou em alguns estabelecimentos do ensino secundário na cidade do Porto, nomeadamente no antigo Colégio João de Deus. Foi um dos responsáveis pelos arquivos da cidade do Porto, tendo ocupado os cargos de director do Gabinete de História da Cidade, Director do Arquivo Distrital e chefe do Cartório da Santa Casa da Misericórdia.

Índice da obra: [Não tem índice]

Introdução	pág.6
1ª fase do jornalismo portuense	pág. 6
2ª fase do jornalismo portuense	pag.14
3ª fase do jornalismo portuense	pág. 22
Conclusão	pág. 26

Resumo da obra (linhas mestras): Nesta obra, o autor explana, de uma forma sintetizada, a história do jornalismo portuense durante o séc. XIX, a partir da Revolução Liberal. Começa por referenciar que, antes de 1820, “quase não houvera jornalismo no Porto”. (pág. 6) O que tinha existido eram publicações que “se ocupavam quase exclusivamente de medicina e de ciência em geral” (pág. 6), tais como: *Zodíaco Medico-Portuguez* ou *Lusitano Dêlfico*, a *Gazetta Litteraria* do Cónego Francisco Bernardo de Lima, *Diário Universal de Medicina, Cirurgia, Pharmacia* e o *Anno Medico*. Mas a Revolução Liberal altera o panorama jornalístico portuense. Surgem, pela primeira vez, jornais cujo objectivo era político. São desta data jornais como: *Diário Nacional*, *Regeneração de Portugal*, *Correio do Porto*, *O Patriota Portuense*, *O Imparcial*, *O Pacote Estrangeiro*, *A Borboleta dos Campos Constitucionais*, *O Annalista Portuense*, *Os Palradores no Café*, *A Coluna de Pasquim*, *O Velho Liberal do Porto* e, por fim, *o Noticias*. Todos estes jornais destinavam-se “a soprar ao fogo da Revolução Liberal” (pág. 9). Um dos melhores exemplos era o *Patriota Portuense*. Este periódico propunha-se “criar e orientar a opinião pública demonstrando (...) as vantagens dos governos constitucionais e os danos inerentes ao despotismo” (pág. 9). De entre esta panóplia de jornais de natureza política, houve um “que foge a regra” (pág. 9), o *Diário Portuense*. O principal objectivo deste periódico era publicar anúncios de cariz diversos, desde avisos de compras, vendas de imóveis até a “mudança de preços da carne” (pág.9). O *Diário Portuense* foi, segundo o autor, o primeiro jornal nacional a explorar o “rendoso negócio dos anúncios” (pág.9).

A partir de 1823, D. Miguel inicia a “a sua aventureira e agitada vida política” (pág. 10), pelo que “no Porto regressou tudo à antiga” (pág.10). Contudo, foi só a partir de 1823, depois da morte do rei D. João VI, que o Absolutismo se restabeleceu em Portugal. Com isto, relembra o autor, “o Porto revolta-se a 16 de Maio no movimento que ficou conhecido por *Belfastada*” (pág.11). Este movimento levou “para os cárceres do Porto (...) alguns dos mais notáveis jornalistas desse tempo” (pág.11). Um desses notáveis foi o Padre Inácio José de Macedo, “proprietário e redactor do célebre periódico *O Velho Liberal do Porto*” (pág.11). Este jornal de cariz liberal, cartista, foi publicado quer no Porto, quer em Lisboa.

Magalhães Basto evoca, também, o Padre José Agostinho de Macedo, um polemista pró-absolutista que “começou a publicar a série de opúsculos intitulados A Besta Esfolada (pág. 12), impressos em Lisboa e no Porto, contra as revoltas liberais na cidade do Porto.

Relembra também o autor que, em 1828, entrou na cadeia de Aljube, no Porto, num clérigo de 24 anos da freguesia de S. Bartolomeu do Mar. Não tinha cometido nenhum crime e dois anos depois libertaram-no. Desistiu da carreira eclesiástica enveredando pelo jornalismo. “Esse antigo recluso do Aljube do Porto era (...) António Rodrigues de Sampaio” (pág. 14), um dos mais distintos jornalistas e políticos portugueses do século XIX.

Entre 1846 a 1854, publicaram-se no Porto os seguintes jornais: A Coallisão, A Columna, O Nacional, O Periódico dos Pobres no Porto, A Pátria, Estrella do Norte, Noticiador Commercial Portuense, O Ecco Popular, O Progressista, A Concordia, O Correio do Norte, O Defensor, Informador, A Monarchia, O Jornal do Povo, O Portugal, O Porto e Carta, Puritano, O Braz Tizana, O Espectador Portuense, O Repertório Cómico, O Industrial Portuense, Jornal da Associação Industrial Portuense, A Gazetta Medica do Porto, A Gazeta Homeopática Portuense, A Carapuça, A Pega, O Pirata, Bico do Gaz, A Cruz, O Curioso, Jornal dos Operários, Omnibus, A Península, A Lyra da Mocidade, Miscelania Poetica, O Respirador Literário, O Bardo; A Grinalda; e A Rosa (periódico destinado às damas).

Numa época em que “os ódios políticos cegavam (...) as pessoas desapaixonadas começavam a sentir-se fartas de jornais assim!” (pág. 18). Foi nesse contexto que dois amigos começaram a pensar na criação “duma nova folha, que fosse independente, ponderada, séria, um jornal destinado ao Comércio, Indústria e Agricultura” (pág. 18). Os dois amigos chamavam-se Manuel Carqueja e Dr. Henrique Carlos de Miranda e fundaram, a 2 de Junho de 1854, o jornal O Comércio do Porto” (...), decano dos jornais portuenses” (pág. 18). Com isto, diz o autor, a época dos folhetins tinha terminado.

Abordando, posteriormente, a segunda fase do jornalismo portuense, cujo início, situa entre 1880 e 1882, o autor relembra que nesta época, a sociedade portuguesa se encontrava dividida: “conservadores de um

lado, radicais do outro; monárquicos à direita; republicanos à esquerda” (pág.18). As razões “deste marcador extremar de opiniões” foram, explica Magalhães Basto, a Escola Coimbrã, em 1865 e a campanha contra o rei D.Luís e o ministro Fontes Pereira de Melo (1877-88). Esse panorama era visível no jornalismo de então.

Entre 1880 e 1882 publicaram-se no Porto os seguintes jornais: O Comércio do Porto, o Jornal do Porto, O Primeiro de Janeiro, O Comércio Português, A Actualidade, A Folha Nova, A Luta, O Dez de Março, e A Palavra. Apesar de existir uma grande variedade de jornais, segundo Artur Basto, havia um que se destacava, era: O Primeiro de Janeiro. O seu fundador, Gaspar Ferreira Baltar, “deu ao Primeiro de Janeiro o máximo da sua inteligência magnífica e prática, da sua energia incansável, tornando o seu jornal um dos grandes órgãos da Imprensa Portuguesa” (pág.21).

Em 1874, foi publicada a revista A Actualidade, de Anselmo Morais. Relembra Basto que foi nesta revista que Silva Pinto e Camilo Castelo-Branco se pegaram nos célebres fascículos “Noites de Insónia”. No Comércio do Porto, escrevia Rodrigues de Freitas; no Jornal do Porto, o Dr. Didier, “advogado distinto” (pág.22); no Primeiro de Janeiro “trovejava Emídio Navarro” (pág.22); no Dez de Março, escrevia Sá de Albergaria. E, por último, na Palavra, um jornal católico, escreviam alguns sacerdotes, como o ilustre e cultíssimo conde de Samodões” (pág.22).

Finalmente, naquela que, segundo Artur Basto é a terceira fase do jornalismo portuense, houve um acontecimento, em que se embateram as “duas vivíssimas correntes de ideias – a radical e a conservadora – então dominantes na sociedade portuguesa” (pág.23). Foi a comemoração do centenário de Pombal que incitou toda essa agitação. Jornais como O Sorvete, a Folha Nova e A Palavra reflectiram esse acontecimento. O jornal A Palavra, a 26 de Maio de 1882, refere-se a esse acontecimento como uma “pandorga da rapaziada republiceira” (pág. 24). Esta citação não agradou aos organizadores da comemoração.

“Chegado o dia 8 de Maio, organizou-se o cortejo” (pág.24). Tudo estava a correr bem até se chegar ao largo da Aguardente, que tinha sido baptizado com o nome de Praça Marques de Pombal – onde iria decorrer a celebração. Subitamente “desaba um espantoso aguaceiro” (pág. 24). Este

episódio foi retratado pelo jornal satírico de então, o Sorvete, da seguinte forma: “O Siríaco estava sublime. Sem chapéu, indiferente à impertinência do aguaceiro” (pág.25). Por sua vez, no dia posterior ao cortejo, o jornal A Palavra refere-se a esse acontecimento como uma “corja de faias e das vadias republicanas” ao qual “não se unira um verdadeiro homem de bem (...), eram tudo anónimos sem honra, dignidade, ilustração, nem decoro” (pág.25). Contudo, os visados por estas “violentas expressões” (pág. 25) dirigiram-se ao escritório do referido jornal A Palavra, exigindo uma retratação.

O autor conclui que “vê-se perfeitamente que, tanto a organização como a condenação dos festejos de Pombal eram inspirados por motivos de ordem política e são um exemplo do aguerrido combate e intensa renovação de ideias, em Portugal, na última década do séc. XIX” (pág.26).

Para além disso, Artur Basto apresenta uma figura que personifica a intensa actividade jornalística que se viveu no Porto durante este período. O homem a quem Artur Basto se refere era António Rodrigues Sampaio, “o antigo recluso do Aljube do Porto, em 1828, cuja morte determinou que se fundasse, como homenagem, a Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, cujo patrono ele é. Apesar de ter ocupado um dos mais importantes cargos da Nação, segundo o autor Sampaio morreu pobre. “Ele foi bem a encarnação do verdadeiro jornalismo, no seu melhor sentido do verdadeiro jornalismo dessa época e do de todos os tempos” (pág.27), exclama Artur Basto ao recordar António Rodrigues Sampaio.

Autor (nome completo): Sónia Mariana Pedro Rosa
E-mail: sonia16740_ufrp@hotmail.com

» Magalhães Godinho, 1971

Autor: Magalhães Godinho, José

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1971

Título completo da obra: Lei de Imprensa (Crítica ao Projecto e Proposta Apresentados à Assembleia Nacional e Respectivos Textos)

Tema principal: Ética, Direito e Deontologia do Jornalismo/Liberdade de Imprensa

Local de edição: Lisboa e Vila Nova de Famalicão

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Centro Gráfico de Famalicão de José Casimiro da Silva

Número de páginas: 127

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: 8-C-10-58

Biblioteca: Universidade Católica Biblioteca João Paulo II

Cotas: D-40/II GOD

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Natural de Lisboa, José Maria Barbosa de Magalhães Godinho nasceu em 1909 e faleceu em 1994. Advogado, foi resistente antifascista e, consistente com seus ideais, forte crítico da ditadura em Portugal. Escreveu vários estudos sobre a liberdade de imprensa e seus obstáculos durante a ditadura.

Índice da obra:

Prefácio: p. 5

Aspectos gerais da Lei de Imprensa: p. 9

O Projecto dos Deputados Sá Carneiro e Pinto Balsemão: p. 23

A Proposta Governamental: p. 53

A Proposta Governamental – Projecto dos Deputados – Revisão Constitucional – Projecto Elaborado pelo Autor: p. 79

Livros LabCom

I – Projecto de Lei de Imprensa dos Deputados Sá Carneiro e Pinto Balsemão: p.81

II - Proposta de Lei nº 13/X – Lei de Imprensa: p. 87

III - Projecto de Lei nº 6/X de Revisão Constitucional: p. 107

IV - Proposta de Lei nº 14/X de Revisão Constitucional: p. 111

V – Projecto baseado no dos Deputados Sá Carneiro e Pinto Balsemão, com as inovações e alterações por mim sugeridas: p. 115

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra é a análise de José Magalhães Godinho aos projectos de Lei de Imprensa apresentados pelos deputados da Ala Liberal Sá Carneiro e Pinto Balsemão, por um lado, e pelo Governo de Marcelo Caetano, por outro, à Assembleia Nacional, em 1971.

O autor expõe o que, em seu entender, deveria ser uma lei que defendesse a liberdade de expressão do pensamento, libertando-o das pressões do poder político e/ou económico, e adianta que o projecto dos deputados citados é: “muito mais aceitável, (...) mais conforme com o respeito pelo princípio fundamental da liberdade de expressão do pensamento do que a proposta apresentada pelo Governo”(p.11).

O autor refere a enviesada defesa da opinião pública que a proposta do Governo inclui, em que o Estado se coloca como defensor da mesma contra “todos os factores que a desorientem” (p. 13), obrigando ainda a que a Imprensa insira notas oficiosas enviadas pelo Governo. Já o projecto dos deputados enfatiza que o papel do Estado é de zelar pela livre formação e expressão da opinião pública, posição convergente com a do autor. No entanto, este faz uma crítica ao facto de o projecto de lei prever que esta somente entrasse em vigor seis meses depois da sua publicação, caso fosse aprovada.

Logo no princípio do livro, José Magalhães Godinho sugere a alteração do artigo 1º da proposta de lei de Sá Carneiro e Pinto Balsemão, para abranger não só a imprensa mas também a rádio e televisão, “todas as formas de comunicação e de publicação gráfica”, de molde a que não fiquem sujeitos a qualquer “forma de censura, autorização, caução ou habilitação prévia”(p. 19). Sobre a alteração do artigo 1º, nº1, o autor

referencia a postura crítica de Mário Neves (1971), jornalista, sobre a intenção do Governo de defender a opinião pública de ser pervertida: “Desde que se pretenda justificar as restrições de liberdade de expressão (...), parece-me fundamental saber (...) como surge este conceito de opinião pública” (p. 19). Segundo este jornalista, a protecção da opinião pública servia apenas para “justificar as normas reguladoras da missão da imprensa na sociedade” (p. 20). Tendo esses aspectos em consideração, José Magalhães Godinho propõe que nenhuma discussão e crítica às questões que abranjam doutrinas políticas – incluindo actos do Governo –, económicas, sociais e religiosas possam “ser consideradas susceptíveis de perverter a opinião pública” (p. 20).

No que toca à responsabilização dos autores, José Magalhães Godinho sugere que se altere o nº 2 do art. 3º, de molde a que sejam responsabilizados criminalmente apenas estes, ou o director da publicação quando não houver indicação dos primeiros. Sugere, ainda, a modificação da redacção do art. 5º, para evitar possíveis erros de interpretação, para que “às empresas proprietárias (...) [possam] ser aplicadas sanções nos termos desta lei, delas não sendo passíveis as tipografias (...), nem os tipógrafos, impressores, compositores, (...) distribuidores ou vendedores” (p. 24).

Sobre a possibilidade de apreensão da publicação, previsto no art. 6º do projecto, o autor é contra, pois, segundo ele, já existindo o castigo devido para quem cometeu o crime de abuso de liberdade de imprensa, não vê razões para a apreensão, que considera uma duplicação da pena. Antes, ele propõe que a publicação seja obrigada a rectificar a notícia no prazo de oito dias a contar do anúncio da sentença. Por outro lado, considera importante acrescentar o art. 6-A, que preveria a pena de demissão e multa “à autoridade contra quem [for provado] (...) que submeteu à censura, ordenou ou autorizou a apreensão de quaisquer publicações (...) [mesmo com] ordem ou autorização de superior legítimo, ou do próprio Governo” (p. 27). Exceptuar-se-iam deste caso: as publicações sem identificação de responsáveis, estabelecimento em que foram impressas, e/ou não datadas; publicações com linguagem e/ou imagens despejados e pornografia, que atinjam “a moral pública geral-

mente aceite” (p. 27)

Sobre o direito de resposta, o autor propõe que seja previsto, no art. 9º - nº4, que este possa ser exercido não apenas pelo visado, mas também por: representantes legais ou herdeiros da pessoa ofendida (caso o visado falecesse antes disso); e ainda por pessoa colectiva, sociedade ou associação. Magalhães Godinho também retiraria ao director do periódico o poder de recusar a publicação da resposta desde que esta preenchesse os requisitos legais exigidos.

No art. 10º, que trata da liberdade de fundação de empresas jornalísticas, editoras e noticiosas, José Magalhães Godinho critica a ausência da mesma regulamentação para Rádio e TV e sugeria a clarificação sobre quem poderia criar empresas noticiosas através da inserção dos nºs 3-A e 3-B na proposta de lei, que regulamentariam que os proprietários das empresas mediáticas não poderiam exercer cargos públicos que pudessem gerar conflito de interesses, de forma a defender “a independência indispensável perante o poder político e económico”. Ainda no art. 10º – nº5, critica a possibilidade de haver participação de capital estrangeiro (até 1/3) em empresas noticiosas.

Sobre o art. 11º, que regula as condições a que o director do periódico deveria obedecer, suas funções, sua designação, bem como dos chefes de redacção, o autor sugere a abrangência deste regulamento a quaisquer meios de difusão de informação e não só à imprensa. Ele considera de suma importância que o director de uma empresa noticiosa tenha nacionalidade portuguesa, seja jornalista profissional há mais de cinco anos e não faça parte do corpo gerente de qualquer empresa jornalística.

O autor sugere alteração da redacção do art. 14º, sobre o livre acesso à informação e sigilo profissional, de forma a não deixar margem para dúvidas na sua aplicação, livrando as empresas jornalísticas de quaisquer formas de pressão. Ele mostra-se, ainda, contrário à suspensão pelo prazo de um ano e às elevadas multas às empresas noticiosas, propondo prazos e valores menores, que só aumentaria em caso de reincidência. No art. 16º, sobre o controlo prévio de informação em caso de guerra com países terceiros, o autor receia a possibilidade de censura, pelo que sugere a formação de uma comissão independente que analisaria a notí-

cia em questão, dando parecer em 24 horas, sobre a possibilidade de sua publicação integral ou parcial.

No capítulo dedicado à análise da proposta de lei de imprensa do Governo, José Magalhães Godinho considera que “contém (...) um apertado colete dentro do qual é muito difícil mover-se a liberdade de expressão do pensamento, (...) [com] uma série de censuras óbvias” (p. 54). Considera ainda que a proposta do Governo dá margens às mais variadas interpretações, o que a relegaria, muitas vezes, para regulamento a publicar pelo Governo, dificultando o exercício do direito que se supõe na lei. O autor mostra-se contrário à possibilidade de o Governo legislar sobre a liberdade de imprensa, cabendo à Assembleia esta competência; também é contra a inscrição dos profissionais de jornalismo sob a alçada do Governo, indicando para isso o Sindicato Nacional dos Jornalistas.

Como exemplo da censura da proposta do Governo, o autor cita, entre outros, a Base 5- nº 3, em que a imprensa surge com a “função de difundir informações (...) de fonte conhecida, [e desde que as notícias não sejam] (...) contrárias aos interesses nacionais”. Resta saber, para Magalhães Godinho, quais são os interesses nacionais.

O autor critica o capítulo V, base 24, da proposta de lei, que institui o regime de exame prévio em casos em que seja decretado estado de sítio ou emergência, para, segundo o projecto, impedir o estado de subversão. O que preocupa José Magalhães Godinho é que o Governo “quando entenda, [possa] estabelecer a censura prévia, pois outra coisa não é o regime de exame prévio” (p. 68), além de propor regulamentação prevendo que o Governo, mesmo sem declaração de estado de sítio, possa “adoptar as medidas necessárias para reprimir a subversão (...) com a restrição de liberdade e garantia individuais” (p. 70).

Como último ponto, o autor debruça-se sobre a questão dos crimes de imprensa, sua punição e entidade julgadora, itens que surgem no capítulo 6 da proposta governamental. Magalhães Godinho critica possibilidade de ser o Governo, ou outros agentes da administração, a aplicar as penalidades previstas e não os tribunais. Neste capítulo, a proposta responsabiliza não só os redactores, sobre a publicação de escritos ou

imagens não assinados ou com pseudónimos, como também os tipógrafos e impressores “se se tiverem apercebido da natureza criminosa da publicação” (p. 72). Conclui, o autor, que “o espírito da proposta [governamental] visa mais limitar a liberdade de imprensa do que assegurá-la” (p. 77), indo, portanto, contra a necessidade de “que todos falemos claro (...), e que nos deixem falar claro!” (p.78).

Autor (nome completo): Rolemberg de Oliveira Matos
E-mail: romatos@msn.com

» Magalhães Godinho, 1974

Autor: Magalhães Godinho, José

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1971

Título completo da obra: Liberdade de Imprensa

Tema principal: Liberdade de Imprensa

Local de edição: Porto

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados

Número de páginas: 32

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: S.C. 62450 V.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: Z2 – 11 – 12 – (1) e C8 – 15 – 40 – (8)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Licenciado pela Faculdade de Direito de Lisboa. Professor universitário. Em 1971, José Maria Barbosa de Magalhães Godinho, que viria a ser Provedor de Justiça cinco anos mais tarde, defendeu a ideia da criação de um Conselho Nacional de Defesa dos Direitos, inspirado no princípio do ombudsman.

Índice da obra

I – Breve introdução sobre o dever do jurista

II – Inconstitucionalidade das limitações à liberdade de imprensa e, pois da base 13 da lei e do artigo 14 do decreto regulamentar:

a) em face da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que é lei interna portuguesa e, portanto,

b) em face do artigo 4º. da Constituição

c) em face do artigo 8º. da Constituição e dos princípios constitucionais gerais da liberdade contrariados no uso do 2. do artigo 8.

Livros LabCom

III – Ilegalidade do artigo 14 do decreto-lei 150/72, que, sendo regulamentar, não podia ir além da lei 5/71 que regulamenta

IV – Regime das notas oficiosas, aclarações e rectificações

a) possibilidade e momento do seu comentário

b) a infracção do regime constitui crime

c) tribunal competente e legislação aplicável para o seu julgamento

V – Direito de resposta

a) obrigatoriedade da publicação

b) processo aplicável se não for publicada

c) crítica das deficiências

d) impropriedade do uso do processo de notificação judicial avulsa

e) crime que implica a não-publicação

VI – Regime do exame prévio

a) em que consiste

b) quando e como se institui

c) como funciona

d) regime da reclamação

e) possibilidade de recurso para o Contencioso Administrativo, e crítica dos que consideram não ser possível o recurso

f) crítica à via da reclamação; exemplos da sua inoperância

g) necessidade de a reclamação ser julgada apenas pelos Tribunais de Jurisdição Ordinária

VII – Palavras finais

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra é a versão escrita de uma conferência de José Magalhães Godinho, advogado, sobre a liberdade de imprensa. No texto, o autor começa por evidenciar o dever do advogado e do jurista dizendo que ambos “precisam de exercer as suas actividades com total liberdade de escrita e de palavra”(p.1).

Relembra as palavras pronunciadas por Adelino da Palma Carlos, Papa João XXIII e Semi Pranoj, que salientam a importância de salvar os direitos e deveres da pessoa humana, relevando desta forma o Direito, pois o advogado e o jurista têm de ser elementos vitais do progresso social.

Seguidamente, José Magalhães Godinho prova que as disposições da base 13 da antiga Lei de Imprensa e o artigo 14º do decreto regulamentar são inconstitucionais porque impõem limites à liberdade de imprensa, o que contraria a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que é lei interna portuguesa, sendo obrigatório obedecer-lhe. Em face do artigo 4.º da Constituição do Estado Novo, o problema ou a dúvida volta a surgir, embora, na opinião do autor, “a declaração continua a constituir direito interno português, que tem de ser respeitada”(p.8). Salienta, ainda, outro aspecto de inconstitucionalidade que não poderia deixar de ser encarado com primordial importância: o artigo 8º da Constituição Política, que declarava os direitos, liberdades e garantias individuais dos cidadãos, aqueles que depois enuncia nos seus diferentes números (p.10). Contudo, o 2º artigo da Constituição Portuguesa estipulava “que leis especiais regularão o exercício da liberdade de expressão do pensamento”. Esse parágrafo, “ainda que inserto na Constituição, era, segundo Magalhães Godinho, anticonstitucional pois estatuiu a possibilidade de se impedir previamente o uso da liberdade constitucional” (p.11).

Todavia, o autor não poderia deixar de referir um aspecto de ilegalidade do decreto-lei 150/72 de 5 de Maio (Regulamento da Lei de Imprensa). No entender de José Magalhães Godinho, esse decreto “não podia ampliar os limites, criar limites novos à liberdade de imprensa, para além, diferentes, excedendo os que a lei que ele regulamentava já estabelecera.”(p.15) que era precisamente o que o artigo 14.º do citado decreto-lei fazia. Aliás, o autor diz que “a simples leitura de uns e outros mostra como o regulamento foi muito mais além da lei que regulamentava”.

Nesta obra, é feita uma referência às notas oficiosas e às aclarações e rectificações das mesmas. No que diz respeito às notas oficiosas, eram remetidas pela Secretaria de Estado de Informação e Turismo e podiam ainda ser “objecto de comentários e análise crítica pela imprensa, os quais podem ser produzidos no mesmo número em que forem publicadas.” (p.16) No entanto, já não podiam, quando o livro foi publicado, ser acompanhadas “no mesmo número, de quaisquer comentários do periódico ou terceiros.” É de salientar que o autor discordava deste co-

mando legal, pois achava que se houver fundadas razões, a aclaração ou rectificação devem ser comentadas. Contudo, se a imprensa não respeitasse a lei, poderia ser processada por duas espécies de processos, a de inquérito e a de processo disciplinar. Os julgamentos seriam feitos pelos tribunais competentes.

No que diz respeito ao Direito de Resposta, os periódicos, na época, eram obrigados por lei a inserir a resposta de qualquer pessoa que se considerasse prejudicada pela publicação de um texto ou imagem na qual fosse de alguma forma aludida, sob pena de julgamento sancionatório. Saliente-se que o juiz, para Magalhães Godinho, é uma entidade meramente passiva, pois quando é estabelecido o direito de contestar por parte das entidades julgadas, sendo singular ou colectivas, o juiz não é obrigado a decidir, utilizando, assim, a notificação avulsa e não admitindo qualquer oposição. Contudo, mesmo que o director de um periódico “tenha fundadas razões para não publicar a resposta (...) ou a publica para não ter de responder criminalmente pelo crime de desobediência qualificada, ou não a publica e terá (...) de justificar porque não fez a publicação”(p.21). O autor, dá especial importância e concorda com a opinião de Pinto Balsemão: “se o público pode perdoar um erro, nunca perdoa uma fraude, e também que a omissão de informações ou a sua comunicação incompleta abala a confiança do leitor.” Para José Magalhães Godinho, o legislador esqueceu-se de regulamentar o processo respeitante ao Direito de Resposta.

O autor não poderia deixar de referir o regime do Exame Prévio, pois a publicação de textos ou imagens na imprensa periódica ficava dependente deste. Saliente-se que o exame prévio destinava-se, segundo a lei, a impedir a publicação das matérias por ele abrangidas, embora a existência do estado de subversão e a gravidade deste devessem ser confirmadas pela Assembleia Nacional, “reconhecendo que persiste a ocorrência de actos subversivos graves em algumas partes do território nacional”. Ora, de acordo com este princípio, “o Exame Prévio foi instituído só nessas partes do país, admitindo-se a legitimidade e a constitucionalidade da existência de censura ou exame prévio” (p.24). Inconformado, porém, com a forma como o Exame Prévio era imposto, exemplificando com

uma publicidade da Toyota que apenas dizia “Salvador Caetano veio para ficar ”que foi proibida pelo Exame Prévio, José Magalhães Godinho conta que escreveu para o então Presidente do Conselho, Marcelo Caetano, reclamando das constantes proibições. Esclarece, por fim, que nunca lhe foi comunicada qualquer decisão proferida sobre as reclamações que fez. Contudo, o nº 4 do artigo 103.º do decreto-lei veio estabelecer que “das decisões que proíbem a publicação poderão os interessados recorrer no prazo de 30 dias”. Magalhães Godinho realça, porém, que esse recurso era dirigido e decidido por quem superintendia nas Comissões de Exame Prévio. O autor discordava, em consequência, da situação, pois “estes recursos não poderiam nem deveriam ser dirigidos e decididos a tais e por tais entidades, pois estes não oferecem garantia de isenção e imparcialidade” (p.29). Para Magalhães Godinho, o recurso deveria ser dirigido ao Juiz de Direito, ao Tribunal Comum de jurisdição ordinária, como única garantia de apreciação desapassionada e isenta.

Na parte final da obra o autor desculpa-se por não ter sabido reduzir, sintetizar e de tanta coisa ter deixado em branco. Para compensar os leitores, transcreve algumas palavras do escritor Ferreira de Castro sobre a censura.

Autor (nome completo): Rafaela Guedes
E-mail: guedesrafaela@hotmail.com

» Manso, 1942

Autor: Manso, Joaquim

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1942

Título completo da obra: O Jornalismo

Tema principal: Teoria do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): s/e

Número de páginas: 10

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: L.12809//5V. ou P.6478V.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: -

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Nascido a 16 de Novembro de 1878 em Cardigos, concelho de Mação, Joaquim Manso notabilizou-se como escritor, ensaísta e jornalista. Para além de colaborar em diversos jornais, tornou-se redactor principal de *A Pátria*. Ocupou este cargo até 1921, ano de fundação do *Diário de Lisboa*, de que foi logo director, função que desempenhou durante 35 anos. Muito cedo Joaquim Manso assumiu o inesgotável desafio literário. De entre os vários livros que publicou, destacam-se: *Pedras para a Construção dum Mundo*, *Consciência Nua e Abandonada*, *Fábulas e Manuel*, entre outros. Juntam-se a estes títulos inúmeras conferências.

Foi sócio correspondente da classe de Letras da Academia das Ciências e professor do Conservatório Nacional, onde regia a cadeira de Literaturas Dramáticas. Faleceu a 10 de Setembro de 1956, aos 77 anos.

Índice da obra:

O jornalismo.....	5
A maldita imprensa.....	6
O motor vital da modernidade.....	7
O que é o jornal?.....	9
O que é o jornalismo?.....	9
Viva o jornalismo!.....	10

Resumo da obra (linhas mestras): Segundo o autor, “O jornalismo é a voz dos acontecimentos, a mobilização geral das aspirações humanas” (p. 5), por isso, “muito importa que o público não seja escravo do que lê nem o jornalista do seu leitor”. Joaquim Manso afirma ainda que “O jornal encontra-se ao mesmo tempo, entre o amor da verdade e o amor do lucro”.

Citando Salústio, o autor explica que um jornal, quando mal orientado, pode ter vários vícios, entre os quais o de ter “Muitas palavras e poucas obras” (p. 6). Esses vícios, sustenta Mando, têm repercussões sociais, pois “os povos tiveram no jornalismo uma segurança, um guia, um clarim, uma cidadela e bastantes vezes uma vitória” (p. 6).

“Da imprensa pode dizer-se em desabono e afronta, quanto se quer, até mesmo acusá-la de acções que não praticou” (p. 6), continua o autor, e por isso o jornalismo “paga o que deve e o que não deve à moral, à justiça, ao patriotismo e ao próprio Deus” (p. 6).

Suprimir o jornal seria quase suprimir, segundo o autor, “um dos motores vitais da modernidade” (p. 8). A curiosidade humana nutre-se do jornal, prossegue Joaquim Manso, pois esse reúne nas suas páginas “uma riqueza apetecida e saboreada, embora fugaz, corrida na terra inteira”. Mais do que isso, realça o autor, “Por intermédio do jornal todas as cidades falam, dialogam e discorrem, sob os nossos olhos”.

Segundo Guillaume Tarde, citado pelo autor, a imprensa “é livre, mas depende de duas clientelas para o mesmo papel” (p.9), uma que quer ler a baixos custos e outra que quer ser lida mas que tem que produzir a altos custos.

O autor questiona-se se “Quando o jornal trafica, mente ou calunia,

desclassifica-se e muda de clima e de espécie?” (p. 9) E seguidamente responde: “Os artigos, as notícias, as reportagens, as críticas e as crónicas não são redigidas por anjos, o que não implica que sejam por demónios” (p. 9).

“O que é um jornal no fim de contas?”, interroga-se Manso. Dá então a resposta: “Uma folha volante que anda de mão em mão, na qual, sob a responsabilidade de alguém, se emitem opiniões e juízos, se narram acontecimentos e se apreciam factos, na hora em que tudo isto ferve, arde ou palpita, na mais rigorosa actualidade” (p. 9). Em síntese, para Manso um jornal é “é a imagem viva do tempo” (p. 9), mesmo que não tenha a durabilidade dos livros.

O autor afirma, em conclusão, que “O jornalismo exige clareza mental, bom senso, visão rápida e segura, sentido moral agudo, a fim de não misturar, na forja em que tem de trabalhar, o certo com o incerto, a paixão cega com a tolerância amável, o episódio inventado com a realidade bem observada”. (pp. 9-10)

Autor (nome completo): Pedro Silva

E-mail: 16604@ufp.pt / pedricsilva@hotmail.com

» Marta, 1921

Autor: Marta, Manuel Cardoso

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1921

Título completo da obra: Jornalismo Figueirense

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Figueira da Foz

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Tipografia Popular

Número de páginas: 157

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: H.G. 22010 P.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: O1-2-82

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Professor, escritor e funcionário público, Manuel Cardoso Marta nasceu na Figueira da Foz em 1882. Tirou o curso do Seminário Episcopal de Coimbra, entre os anos de 1894 e 1903, mas não se ordenou presbítero.

Foi professor de ensino livre e das escolas móveis e mais tarde secretário da Escola Industrial Fonseca Benevides, em Lisboa. Pouco tempo depois passava a funcionário da Exposição Histórica do Mundo Português, na secção de Etnografia Metropolitana. Fez propaganda republicana no período anterior ao advento da República e foi co-fundador, na sua terra natal, do Centro Eleitoral Republicano Dr. José Falcão. Depois do 5 de Outubro de 1910, teve uma breve passagem pelo Centro Democrático.

Teve a seu cargo, durante alguns anos, a secção *Epistolário*, do *Diário de Notícias*. Fundou vários jornais e revistas: em 1929 a *Feira da Ladra*, uma revista de curiosidades históricas, arqueológicas e etnográficas, e a *Nova Gazeta de Lisboa*, em 1935.

Livros LabCom

Índice da obra:

O Figueirense p. 9
Correspondência da Figueira p. 10
A Luz p. 14
O Comércio da Figueira p. 15
O Democrata p. 19
Ecos da Figueira p. 21
O Bombeiro Figueirense p. 22
O Mealheiro p. 24
Gazeta da Figueira p. 26
Correio da Figueira p. 30
A Messe p. 33
O Operariado p. 35
O Operário p. 37
O 8 de Maio p. 39
Gazeta de Anúncios p. 41
O Operário Figueirense p. 42
A Beira-Mar p. 44
O Povo da Figueira p. 45
À Cidade da Figueira da Foz p. 49
O Filarmónico Português p. 51
O Figueirense p. 53
Correspondência da Figueira p. 56
A Voz da Justiça p. 58
Legislação Médico-Farmacêutica p. 62
O Mansinho p. 64
Saudação p. 66
Revista da Figueira p. 67
Recreio Literário p. 69
A Praia p. 71
A Caridade p. 72
Desafrota p. 73
A Figueira p. 75
O Povo e o Povo Figueirense p. 76

Glória dos Vencidos p.	79
A Razão p.	80
Revista Literária p.	82
Boletim da Sociedade Arqueológica «Dr. Santos Rocha» p.	84
As Chibatadas p.	86
Pela República! p.	87
Seringa, Pózes e C. ^a p.	88
O Petiz p.	89
O Rapaz p.	90
O Anunciador p.	91
O Esguicho p.	93
Ecos do Colégio p.	94
O Doutor p.	96
S. João p.	97
O Poeta p.	98
Uma Esmola p.	100
Figueira-Réclame p.	101
No dia da festa p.	103
Praia da Figueira p.	104
A Praia da Figueira e o Suplemento A Praia da Figueira p.	105
Assistência p.	108
A Redenção p.	109
Prosas & Versos p.	111
O Futuro p.	113
Progresso da Figueira p.	115
Evolução p.	117
Em prol dos pobres p.	119
Homenagem p.	120
Pela Pátria p.	121
O Palhinhas p.	123
A Cocega p.	126
La Playa de Figueira da Foz p.	128
O Carpinteiro p.	131
União e Luz p.	132

O Anunciador p. 134
A Praia p. 135
Fauno p. 137
O Figueirense p. 138
A Praia Elegante p. 140
O Figueirense p. 141
O Passatempo p. 144
O Grito p. 145
A Vida da Fé p. 147
Figueira-Sport p. 149
Testemunho Cristão p. 152
A Praia p. 153
A B C do Banhista p. 155
Correcções e acrescentos p. 157

Resumo da obra (linhas mestras): O autor apresenta uma resenha de todos os jornais publicados na cidade de Figueira da Foz desde o ano de 1863. Ao longo de toda a obra é apresentada uma lista extensa com mais de 80 jornais publicados e sua história. Sempre que possível o autor inclui datas de lançamento do periódico, principais notícias e analisa qualitativamente o seu conteúdo. Em muitos casos, e principalmente nos periódicos a que o autor terá tido acesso, faz uma descrição física e estética do próprio jornal.

Esta compilação de jornais figueirenses é singular pois, como diz o autor, a não serem os próprios jornais e as passageiras referências que lhes faz o saudoso bibliógrafo Aníbal Fernandes Tomás (...) nada mais há que possa consultar-se.” (p. 3)

Autor (nome completo): Nair Silva
E-mail: nair.silva@gmail.com

» **Martins, 1964**

Autor: Martins, Heitor

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1964

Título completo da obra: Manuel de Galhegos. Um Poeta entre a Monarquia Dual e a Restauração

Tema principal: Jornalistas e Vida Profissional

Local de edição: Anadia

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Cisial

Número de páginas: 189

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: L.17205 V.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: A8-6-4

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Heitor Martins, Professor Emérito no departamento de Espanhol e Português da Universidade de Indiana, nos EUA, recebeu uma das maiores distinções académicas que um docente pode receber ao ter sido publicado um livro com a sua biografia. Uma homenagem à vida e à obra deste docente fundador da associação brasileira da Universidade de Indiana e da semana do Brasil nos Estados Unidos da América. Tem obra publicada nos domínios da literatura luso-brasileira e hispânica e mais de cem artigos nos mais diversos temas, desde literatura medieval até temas do século XX.

Índice da obra

1 - Introdução: pp. 13-15

2 - O fundo histórico: pp. 17-36

3 - A vida: pp.37-39

4 - A obra: p.41

Livros LabCom

- a) Introdução: p.41
- b) Descrição bibliográfica: pp.42-48
- c) Gigantomachia: pp.48-50
- d) Anaxarete: pp.50-62
- e) Teatro: Séneca e o barroco: pp. 62-69
- f) Templo da memória: pp.69-72
- g) Obras várias: pp. 72-73
- h) Relação de tudo o que se passou: pp. 73-77
- i) Gazetas: pp. 77-79
- j) Galhegos crítico de Camões: pp.80-83
- l) As coplas de Galhegos: pp. 84-86
- 5 – Conclusão: p.87
- 6 – Bibliografia geral: pp. 89-95
- 7 – El infierno de Amor: p. 97
- 8 – Nota introdutória: pp. 99-100
- 9 – Estrutura métrica: pp.101-102
- 10 – Jornada I: pp. 103-132
- 11 – Jornada II: pp. 132-160
- 12 – Jornada III: pp. 160-189

Resumo da obra (linhas mestras): O livro trata a vida de Manuel de Galhegos, um poeta, historiador e jornalista que viveu no período de transição da monarquia dual para a Restauração da independência.

Apesar de não existirem registos biográficos a seu respeito, crê-se que nasceu em Lisboa, em 1597. Foi casado e teve filhos. Após a morte da sua mulher, viveu em Espanha vários anos, onde escreveu algumas das suas peças de teatro e conviveu com políticos e intelectuais.

O livro divide-se em três partes: a primeira comporta uma descrição do contexto histórico-cultural de 1580 a 1640; uma segunda relacionada com a vida de Galhegos e a sua obra; e a última que contém a peça não publicada de Galhegos – *El Infierno de Amor*.

A obra do Poeta, porém, pode dividir-se em duas grandes fases: a primeira virada essencialmente para o teatro, a poesia e a literatura; e a segunda relacionada com o envolvimento político dele, conforme se

observa em vários dos seus escritos, incluindo na Gazeta.

Num dos capítulos é discutida se a autoria da *Relação de Tudo o que se Passou na Feliz Aclamação de D. João o Quarto*, uma quase-reportagem sobre a Restauração da Independência de Portugal, em 1640, deve, ou não, ser atribuída a Galhegos. Segundo Heitor Martins:

“O que há de importante na *Relação* é a sua ligação com as Gazetas. Ela representa o proto-jornalismo português, pois dela sairá o primeiro jornal escrito em vernáculo lusitano. Mais que a influência de gazetas italianas, o que marcou o aparecimento do jornal da Restauração foram as várias relações anónimas, extremamente populares entre uma multidão que não sabia com certeza o que acontecera, mas que, provavelmente, no delírio morfinómano do sebastianismo, tinha sonhos de Ourique e Aljubarrota. Entre estas relações, a de Manuel de Galhegos tem lugar primacial e deve ser considerada não por seu valor intrínseco (que é quase nulo) mas pelo que representa no desenvolvimento de um género e também pela luz que lança sobre o problema das origens do jornalismo em Portugal.

Como derradeira curiosidade, que muito nos diria sobre a vaidade dos homens e o aspecto frívolo dos jornais, deve-se comparar as duas descrições do Secretário de Filipe IV, ambas provavelmente encomendadas e ambas devidas à pena de Galhegos. Apenas quatro breves anos separam as duas páginas. A primeira encontra-se nas *Obras Varias* (f. 30v, f. 31r e f. 31v) e a segunda na *Relação* (f. 12v e f. 13r)”

Em 1641, D. João IV, concede a Galhegos o privilégio de imprimir e vender as Gazetas das Novas Deste Reyno consideradas a primeira publicação lusitana a que se pode chamar jornal. No entanto, o facto de Galhegos poder imprimir e vender as Gazetas, suscita a dúvida se terá sido o próprio a escrevê-las. Martins afirma que:

“Nunca se deu, em alvará ou licença régia, permissão para se “escrever” alguma coisa. Leiam-se as licenças introdutórias de quaisquer livros deste período e ver-se-á que elas se referem sempre a imprimir e vender e são dadas aos autores. Raros são os casos em que uma terceira pessoa interessada recebe este tipo de licença. No nosso caso especial é inadmissível que Manuel Galhegos, cuja pena já se vinha mostrando eficien-

te neste tipo de literatura, fosse pedir uma licença puramente comercial e entregar a parte literária a outrem. Um pouco de bom senso leva à conclusão de que o próprio desenvolvimento da actuação de Galhegos é a mais irrefutável prova de que ele é o autor da primeira Gazeta e, logo, o primeiro jornalista português.”

No entanto, em 1642, o rei proíbe a impressão das gazetas “ em razão da pouca verdade de muitas, e do estylo de todas”. No entanto, para Heitor Martins, a Gazeta foi um excelente órgão de propaganda da recém instaurada monarquia, pois retratava excelentes proezas das armas portuguesas e superstições sebastianistas. Assim acaba a carreira jornalística do Poeta, que para Martins foi vítima da primeira proibição e censura que a imprensa em língua portuguesa sofreu.

Autor (nome completo): Joana Helena Veloso Cordeiro dos Santos
E-mail: joanavcordeiro@hotmail.com

» **Martins Rocha, 1942**

Autor: Martins, Heitor

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1942

Título completo da obra: Pequena História da Imprensa Portuguesa

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Editorial Inquérito

Número de páginas: 114

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: F. 5644

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: V5-3-189

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): -

Índice da obra

Capítulo I – Antepassados do jornalismo; da Bíblia ao primeiro noticiário português - 7

Capítulo II – A “gazeta” e os mercúrios – 9

Capítulo III – A “Gazeta de Lisboa” e os periódicos seus contemporâneos – 26

Capítulo IV – Movimento da Imprensa Portuguesa – 46

Capítulo V – Evolução da Imprensa – 57

Capítulo VI – Fases da imprensa republicana e doutrinária – 73

Capítulo VII – Outras folhas de combate – 91

Capítulo VIII – Periódicos da província, Açores, Madeira e colónias – 93

Capítulo IX – Periódicos satíricos e de caricaturas – 100

Capítulo X – Vários aspectos da imprensa

Resumo da obra (linhas mestras): “Pequena História da Imprensa Portuguesa” aborda, no primeiro capítulo, os antepassados do jornalismo, dando especial ênfase à descoberta da imprensa, no ano de 1440. Um dos primeiros ensaios noticiosos publicados em Portugal remonta a 1626, da autoria de Manuel Severim de Faria, presbítero, doutor em Teologia e mais tarde cónego da Santa Sé. A “experiência”, em forma de carta, intitulava-se *Relação Internacional do que se sucedeu em Portugal e nas mais províncias do Ocidente e Oriente desde o mês de Março de 1665 até todo o Setembro de 1666*. Neste texto, o autor optou por dar grande relevo aos factos, definindo “marcadamente o seu propósito nos ensaios: não queria ver perdidas as novas. Era o cronista dos factos, o seu cultor e até comentador”. Tratava-se de um folheto de 52 páginas, recorrendo a um sentido que o jornalismo teria séculos depois, ou seja, “revelar os sucessos e, por vezes, explicá-los ou interpretá-los sob um critério”.

O segundo capítulo da obra de Rocha Martins envolve um período entre os anos 1641 e 1662. Nestas duas décadas, posteriores ao domínio espanhol no território lusitano, surgiram folhetos que começaram a ser publicados periodicamente. A *Gazeta*, divulgada pela primeira vez em 1641, foi pioneira, falando dos sucessos das tropas portuguesas ocorridos em Novembro do ano anterior. Aliás, “as notícias da guerra nas raias ocupavam grande espaço”. A *Gazeta* “aparecia atulhada de notícias preciosas para a história do seu tempo”, incluindo igualmente uma sessão intitulada “Novas de Fora do Reino”, que correspondia, nos dias de hoje ao Internacional. A sua divulgação foi interrompida um ano depois, “em virtude de faltar à verdade e ser mau o seu estilo”, ainda que os verdadeiros motivos devessem ter sido diferentes.

Entretanto, surge em Portugal o *Mercúrio*, da autoria de Sousa Macedo, homem ligado à política, que tentou colocar a imprensa portuguesa mais próxima da europeia. Contudo, “sentiu desde a primeira hora a hostilidade da soberana (...), não obstante ter contribuído para um enorme desenvolvimento no periodismo português.

Quase um século depois, a Europa assistiu a uma “explosão” de periódicos. No terceiro capítulo sobressai o “florescer” de periódicos pelo “velho continente”, entre 1715 e 1832. Em Portugal destacou-se a *Ga-*

zeta de Lisboa, datada de 10 de Agosto de 1715. No seu primeiro exemplar “denominava-se *Notícias do Estado e do Mundo* e abria com um relato das diferenças entre Alemanha e Turquia”. A *Gazeta de Lisboa* era semi-oficial, ou seja, continha muitas notícias do Estado, e contava com a organização e redacção de José Freire Monterroyo Mascarenhas. A publicação da *Gazeta de Lisboa* impulsionou a criação de outros jornais, mas quase todas tiveram uma vida reduzida, excepção feita para o Folheto de Lisboa, que permaneceu na cidade durante oito anos. A norte do país surgiria um semanário de índole um pouco diferente, “indicador de outras produções espirituais”, intitulado a *Gazeta Literária*, jornal que fez despoletar a criação de novos ensaios do género. Muitos outros foram os periódicos que continuaram a aparecer, ainda que efêmeros. Importante também foi a criação do primeiro jornal publicado no Brasil. A *Gazeta do Rio de Janeiro* assumiu especial relevância devido à presença da família real em terras de “Vera Cruz”. A revolução “Vintista” “deu origem a um verdadeiro enxame de publicações”, das mais variadas espécies, salientando-se os periódicos dedicados às senhoras. Apesar de todos estes avanços, ainda “não existia jornalistas na acepção da palavra”. Mais tarde, com a “Vilafrancada”, e ao ser proclamado o regime liberal, o “órgão governativo passou a chamar-se *Gazeta Constitucional do Governo* (passaria depois a *Diário do Governo*)” e tinha como missão publicar as leis.

“Pequena História da Imprensa Portuguesa” relata também o período romântico da imprensa. A contribuição da Revolução Francesa fez com que os jornais passassem a ser políticos e polemistas. Portugal seguiu os exemplos vindos de França sobressaindo “uma avalanche de publicações neste período”. *O Nacional* (1834-1843) foi talvez o diário mais importante. Havia ainda “numerosas folhas-relâmpagos que faiscavam e sumiam”. *O Grátis* foi outra publicação que se distinguiu, sobretudo pela forma como previa o futuro da publicidade. Começaram também a surgir as gazetas rurais, militares e de jurisprudência. Estas “folhas” eram suportadas pelo comércio e continham romances, notícias, versos, entre outros. *A Revolução de Setembro* foi o jornal que mais destaque assumiu, devido à “maior sensação e larga longevidade”. Permaneceu

no activo durante 52 anos, terminando no número 14.861. Por este periódico passaram pessoas ilustres, tais como: José Estêvão e Mendes Leite (fundadores) e António Rodrigues Sampaio (jornalista de grande prestígio). O periódico superou variadas fases, tais como, a revolta de Passos, passando pelo radicalismo, pela regeneração e terminando à esquerda dinástica.

O quarto capítulo reparte-se entre dois tipos de movimentos da imprensa portuguesa: por um lado as publicações jornalísticas católicas e, por outros, os periódicos operários. A Igreja, com a abolição das Ordens Religiosas, apercebeu-se que tinha deixado um espaço vazio. Assim, decidiu aproveitar-se das potencialidades da imprensa, “capaz de realizar grandes movimentos”. Foi muito movimentada a acção católica, através do papel de jornais, como o semanário *A Cruz*. No entanto, o periódico que mais marcou este tipo de jornais foi, sem dúvida o *Correio Nacional*. Primava pela modernização e inseria, simultaneamente, um noticiário capaz de despertar a atenção. *A Ordem*, *O Portugal* e *As Novidades* foram outros dos ensaios que tentaram impor-se no país, mas sem o mesmo sucesso do *Correio Nacional*.

No que diz respeito aos periódicos operários, o grande volte-face foi despoletado com o “Constitucionalismo”, que “levou os trabalhadores às lutas partidárias”. Ainda assim havia um grande entrave à propagação de jornais deste tipo, na medida em que o proletariado não sabia ler. *Eco dos Operários*, *Jornal do Centro Promotor*, *Tribuna dos Operários* e *Federação* foram alguns dos jornais que retrataram a vida das classes mais baixas. No entanto, para além da *Voz do Operário*, nenhum outro periódico conseguiu vingar da mesma forma, “cumprindo a sua missão (...) educativa e associativa sem especular politicamente”.

O quinto capítulo da obra, intitulado “Evolução da Imprensa” começa por falar do *Jornal do Comércio* (1852), um dos primeiros periódicos que “conseguiu manter-se pelos seus próprios meios” e que primava pela leveza, rapidez e pelo elevado poder de captação. *O Jornal do Comércio* viveu essencialmente de anúncios e de assinaturas, vindo, anos mais tarde, a remodelar-se, passando a chamar-se *O Jornal do Comércio e das Colónias*, transformando-se “no decano dos metropolitanos”. Outro

exemplo de sucesso foi o Comércio do Porto (1854), responsável “por um grande papel na Imprensa Portuguesa”. Também o *Primeiro de Janeiro* conseguiu vingar transformando-se numa “folha de grande voz” e num “atraente colosso da imprensa”. Outro pioneiro do periodismo da época foi o *Diário de Notícias* (1864). Primava pelo equilíbrio e apostava no factor noticioso, “inaugurando o sistema de anúncios acessíveis, o que deu óptimo resultado” e, por isso, atraía as atenções do público e das pessoas interessadas em publicidade. O *Jornal de Notícias* (1865) surgiu ligado ao partido regenerador: “Havemos de estar sempre ao lado dos que mais do que ninguém, têm direito a não ser ludibriados, dos que labutam eficaz, mas ingloriamente, do povo enfim”.

Mais tarde, em 1884 apareceu o *Correio da Manhã*, a partir de *A discussão*, periódico que ganharia enorme relevo com a proclamação da república. O “Diário Ilustrado” também adquiriu notoriedade, sobressaindo a secção “High Life”, “onde se escreviam as notas da sociedade”.

“Fases da Imprensa Republicana e Doutrinária” é o título do sexto capítulo da obra de Rocha Martins. O primeiro jornal republicano surgiu pela mão de João Cândido de Carvalho: *Cortador* e *Democrata* foram os mais inovadores, colocando nas suas linhas uma “tendência anti-dinástica”. Entretanto fundou-se oficialmente o partido republicano, em 1872, grupo a que se associou o periódico *O Trabalho*. Muitos outros foram os jornais que se seguiram, no entanto, “ainda não havia público para sustentar os periódicos republicanos”. A excepção foi *A Liberdade* e, mais tarde, o *Século*. A nível regional, o “Povo de Aveiro” sobressaiu. Este semanário “atingiu tiragens formidáveis no período do regicídio e no reinado de D. Manuel II, pois proclamava verdades que ninguém se atrevia a escrever, nem mesmo a balbuciar”. Outro ícone dos jornais republicanos foi *A Luta*, um periódico “intelectual por excelência”. *A Capital* seguiu-lhe os passos, mas ainda com mais aceitação, conseguindo juntar vários jornalistas de renome. Na sua redacção a grande surpresa foi a inclusão de uma mulher – Virgínia Quaresma, a primeira mulher jornalista em Portugal. *O Mundo* foi outro periódico com grande impacto, tomando posições mais sensacionalistas, fazendo com que se tornasse no republicano com mais publicidade. Num âmbito mais doutrinário

surgiu *República*, da autoria de António José de Almeida. *Seara Nova* e *Pátria* foram outros dois jornais doutrinários de relativo sucesso.

O sétimo capítulo da obra versa sobre “Outras Folhas de Combate”, com especial ênfase para o *Diário Nacional* (jornal de índole combativa monárquica), *O Liberal* e o *Diário da Manhã*. Este último viria a tornar-se órgão do Estado Novo.

Mas nem só nas duas grandes cidades se foram produzindo periódicos, como explica o oitavo capítulo. Cidades como Coimbra (*Jornal de Coimbra*, *Despertar Nacional*, *O Conimbricense*), Aveiro (*Boletim da Torreira*, *Campeão das Províncias*, *Campeão do Vouga*), Santarém (*Eco de Santarém*, *Scalabitano*), Viseu (*Viziense*, *Viriato*), Setúbal (*Setubalense*), Figueira da Foz (*A Voz da Justiça*), Braga (*Diário do Minho*), Elvas (*Voz do Alentejo*), Caldas da Rainha (*O Caldense*), Tomar (*A Verdade*), Vila Real (*O Transmontano*), Águeda (*Soberania do Povo*), Évora (*Diário do Alentejo*), Leiria (*Leiriense*), Abrantes (*Jornal de Abrantes*), Tavira (*A Província do Algarve*) foram apenas alguns dos jornais que foram aparecendo em Portugal Continental. Nas ilhas, em especial nos Açores, “houve sempre muitos periódicos, sendo o mais antigo das ilhas e do país o *Açoreano Ocidental*. As colónias também acompanharam este movimento, sobretudo no Oriente.

No nono capítulo, Rocha Martins debruça-se sobre “Periódicos Sáticos e de Caricaturas”, nomeadamente no que diz respeito à “crítica pela caricatura”. Bordalo Pinheiro foi uma das figuras de destaque. O criador do “Zé Povinho” foi igualmente responsável pela criação de vários periódicos, fazendo “mais para o advento da república com os seus jornais do que outros jornalistas do partido”. *Lanterna Mágica*, *Mapa de Portugal* e *A Paródia* foram apenas três dos jornais por ele criados. De entre outros caricaturistas notáveis, realce para Francisco Valença, Carlos Botelho, Jorge Colaço, Julião Machado e José Maria da Cruz, homens que demonstraram excelente poder de observação, como verdadeiros artistas da sátira.

O décimo e último capítulo tece algumas considerações sobre “Aspectos da Imprensa”. Numa primeira parte é explicado o papel do panfletário: “deve ser um escritor em ataque aos regimes, correndo perigos e

nanja os que alvejam os adversários à sombra do poder”. Pessoas como José Agostinho de Macedo, João Chagas, Pádua Correia, José Caldas e Manuel Ortigão Burnay e de S. Boaventura D. Frei Fortunato foram os mais distintos.

Na segunda parte é explorada uma componente diferente dos periódicos: ilustrados, de modas e de desporto. “O primeiro periódico ilustrado português intitulava-se *Armazém Interessante*. A evolução deste tipo de jornais levou a um grande processo de melhoramento gráfico. Muitas outras tentativas foram feitas mas não foram felizes, tais como: *Arquivo Pitoresco*, *Ilustração* e o *Jornal Universal*, entre muitos outros. “Outros periódicos interessantes e de muita leitura são os desportivos (...) o mesmo poderemos dizer em relação aos jornais de cinema e de teatro e aos das diversas classes”. Muitas outras temáticas começaram a ser abordadas, tais como: tauromaquia, agricultura, vida militar, anúncios, infantis, vida académica, etc.

Autor (nome completo): João Ricardo de Carvalho Vieira
E-mail: jricardocvieira@gmail.com

» Matos, 1965

Autor: Matos, Aníbal

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1965

Título completo da obra: A Moderna Imprensa Médica Portuguesa

Tema principal: Conjuntura Jornalística

Local de edição: Porto

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Separata de O Médico

Número de páginas: 2

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: P. 3397 V.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: P-B-295

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Aníbal de Matos Filho foi gastroenterologista no Instituto dos Industriais e fundador e membro do Conselho de Redacção da *Revista Brasileira de Gastroenterologia*.

Índice da obra

1. Breve referência à moderna imprensa médica portuguesa: p.1
2. Enumeração dos diversos periódicos da imprensa médica portuguesa: p.1
3. Referência aos profissionais que contribuíram para o desenvolvimento da imprensa médica portuguesa: p.2

Resumo da obra (linhas mestras): Segundo o autor, a moderna imprensa médica portuguesa atingiu um patamar muito elevado a nível europeu, em parte por acompanhar o notável desenvolvimento cultural português, em todos os sectores. O jornalismo médico português tem, segundo Matos Filho, um padrão exemplar de sobriedade e alto conceito

científico, por mérito dos dirigentes e dos colaboradores da moderna imprensa médica portuguesa.

A *Revista Brasileira de Gastroenterologia*, fundada, em 1949, por Manuel F. Garcia, Walter Gentil de Melo e Aníbal Matos Filho, permitiu que lhes fosse dada a oportunidade de manterem contacto com diversos periódicos de Portugal. Assim, no artigo, o autor indica os periódicos da imprensa médica portuguesa, alguns “puramente científicos” e outros “dedicando-se também a assuntos paramédicos”. São eles:

- A «Gazeta Médica Portuguesa» fundada em 1949;
- «O Médico» fundado em 1950;
- Os «Arquivos de Tisiologia»;
- Os «Arquivos de Patologia» fundado em 1925;
- A «Clínica Contemporânea» iniciada em 1947;
- O «Jornal do Médico» fundado em 1940 e patrocinador das Primeiras Jornadas Médicas Luso-Brasileiras em 1952;
- O «Boletim Clínico dos Hospitais Cíveis de Lisboa» cuja redacção está sediada no Hospital S. José;
- O «Summarium Jaba»;
- A «Acta Gynecologica et Obstetrica Hispano-Lusitana»;
- A «Europa Médica» editada em alemão, francês, italiano, espanhol e português;
- A «Medicina Contemporânea» fundada em 1883;
- O «Portugal Médico», sucessor da revista «Gazeta dos Hospitais», fundada em 1915;
- A «Revista Portuguesa de Pediatria e Puericultura»;
- Os «Anais do Instituto de Medicina Tropical»;
- Os «Arquivos Portugueses de Oftalmologia»;
- A «Revista Portuguesa de Medicina Militar»;
- A «Odontoestomatologia Portuguesa»;
- Os «Anais Portugueses de Psiquiatria»;
- A «Clínica, Higiene e Hidrologia»;
- A «Semana Médica»;
- A «Coimbra Médica»;

Livros LabCom

- Os «Anais Azevedos»;
- A «Revista Portuguesa de Obstetrícia, Ginecologia e Cirurgia»;
- O «Boletim Informativo e Estatístico do Hospital do Ultramar»;
- Os «Cadernos Científicos»;
- A «Imprensa Médica»;
- A «Terapêutica»;
- A «Análise»;
- Os «Arquivos do Instituto Maternal»;
- O «Boletim do Instituto Português de Oncologia»;
- Os «Arquivos de Patologia Geral da Universidade de Coimbra».

O autor salienta ainda que a imprensa médica portuguesa se apresenta “nos moldes da moderna arte gráfica” e que o êxito da moderna imprensa médica portuguesa deve-se a todos os profissionais que cooperaram para que esta melhore, se desenvolva e se torne um marco importante de literatura científica mundial.

Autor (nome completo): Neide Muriel Domingues Ferreira
E-mail: neidemuriel@hotmail.com

» Matos Lemos, 1973**Autor:** Matos Lemos, Mário**Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação):** 1972**Ano de publicação/impressão:** 1973**Título completo da obra:** Um Vespertino do Porto**Tema principal:** História do Jornalismo**Local de edição:** Lisboa**Editora (ou tipografia, caso não exista editora):** Edição do autor / Tipografia António Coelho Dias**Número de páginas:** 79**Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas****Biblioteca:** Biblioteca Nacional**Cotas:** P.77776V.**Biblioteca:** Biblioteca Pública Municipal do Porto**Cotas:** 01-8-91

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Mário Matos e Lemos é licenciado em História. Foi jornalista em vários meios de comunicação e entre 1972 e 1998 e desempenhou funções de conselheiro cultural e de imprensa em diversas embaixadas portuguesas. Como investigador, é colaborador no CEIS 20. Além de numerosos artigos publicados em jornais e revistas portuguesas e estrangeiras, é autor de várias obras, designadamente, *Liberdade de Imprensa e Outros Ensaios*; *O 25 de Abril, Uma Síntese, Uma Perspectiva*; *Um Vespertino do Porto*; *Os Portugueses na Guiné*; *Política Cultural Portuguesa em África – O Caso da Guiné-Bissau* e *Dicionário de História Universal*.

Índice da obra: [Não tem índice]

Antelóquio: pp. 11-13

1º Relatório: pp. 14-19

2º Relatório: pp. 20-31

Livros LabCom

3º Relatório: pp. 32-46

4º Relatório: pp. 47-50

5º Relatório: pp. 51-79

Resumo da obra (linhas mestras): O livro aqui resumido é uma colecção de relatórios do autor sobre o *Diário do Norte*, vespertino do qual era subdirector.

Estando o jornal em decadência, o autor foi contratado para inverter esse processo e, nos cinco relatórios do livro, ele diz-nos as principais mudanças a realizar no jornal para que ele entre em ascensão.

No primeiro relatório, Mário de Matos e Lemos afirma que o jornal se encontra em decadência mas é recuperável se satisfizer algumas condições. Entre estas, as principais são: suspender o jornal num período nunca maior a duas semanas, implementar uma forte campanha publicitária, aumentar o número de colaboradores efectivos (apenas treze) e contratar um chefe de revisão.

O segundo relatório surge depois de já se ter começado a trabalhar em profundidade. Para o desenvolvimento do jornal, o autor decidiu convidar jornalistas a participar no mesmo (pois este tinha falta deles) e informou os colaboradores de que ou colaboravam mais ou eram obrigados a desistir. Ambas as medidas tiveram, segundo Mário de Matos e Lemos, resultados positivos. O autor fez uma melhor distribuição do pessoal e pôs a hipótese de uma renovação das máquinas devido à decadência destas. Contrata um maquetista e põe também em hipótese mudar o nome do jornal.

O autor tentou também dar mais assistência aos correspondentes, que considera “uma grande ajuda”, em especial nas cidades grandes.

Por fim, o autor relembra que lançou o primeiro número de um novo suplemento que se intitula “Juventude”.

Passa assim ao terceiro relatório. Neste o autor dedica a sua atenção aos seguintes sectores, individualmente: Redacção; Desporto e Suplementos; Tipografia; Gravura; Correspondentes; Distribuição; Publicidade e Previsão.

No que diz respeito à Redacção chega a conclusão que os profissio-

nais não eram em número suficiente para fazer um jornal de interesse, pois como ele próprio afirma que a redacção é a “espinha dorsal de um jornal.”. Novos jornalistas assegurariam “a melhor redacção das notícias, a realização das reportagens, o funcionamento de alguns novos serviços”.

No sector de Desporto e Suplementos, surge um novo suplemento desportivo, justificando-se o autor pelo facto de o desporto ser um tema bastante apreciado no norte do País.

Passando à tipografia, Mário Matos e Lemos revela que parte das máquinas têm de ser substituídas para o jornal se equiparar aos jornais de Lisboa. Entre as máquinas que têm de ser substituídas mais rapidamente encontram-se a Prensa de Estereotipia e as seis máquinas de compor.

Na Gravura, a máquina era primitiva e não permitia a inserção de fotografias de qualidade. Foi necessário, portanto, comprar uma máquina com a gravura em Chapa de Zinco e um conjunto Ampliador/Redutor. Também teve de se arranjar uma alternativa para o Laboratório Fotográfico, pois este funcionava a uma grande distância das instalações do jornal.

No que diz respeito à delegação de Lisboa, o autor declara pretender aumentá-la, substituir a chefia e dotá-la de meios que lhe permitam cumprir a sua obrigação, pois, a informação vinda de Lisboa era bastante importante.

Foi também necessário estruturar a rede de correspondentes, pois não passavam de uma centena. Ao mesmo tempo investiu-se numa frota de carrinhas para melhorar a distribuição.

Com a mesma importância surge a publicidade. O autor convida um técnico de publicidade e para divulgar o jornal patrocina os jogos do Futebol Clube do Porto no estrangeiro.

Como previsão, ele chega à conclusão que o jornal só poderá ir em frente se todas estas medidas foram cumpridas.

No quarto capítulo, ele volta a falar de alguns pontos que ainda estão pendentes. Chega à conclusão que tem de contratar um maquetista, um teletipista e aumentar o número de elementos na delegação de Lisboa. Declara que será realizado um terceiro turno durante a noite.

Neste capítulo, fala ainda da rentabilidade do jornal. Regista que não se assistiu ao decréscimo de vendas do jornal, mas também não existem casos de subida. Revela, ainda, que se nota maior interesse pelo *Diário do Norte* na cidade do que na província.

No último capítulo, Mário Matos e Lemos resume praticamente todo o trabalho feito. Realça que conseguiu convencer a Administração de todo o caminho a seguir para a “reconstrução” do *Diário do Norte*. Faz, igualmente, um balanço de todo o trabalho realizado desde o início. Diz que os trabalhadores passaram de 16 a 26 (32, se os da delegação de Lisboa também forem contados), que organizou a distribuição do jornal e que implementou o controlo de vendas.

Relembra que com o jornal de segunda-feira sai um suplemento desportivo, mas este não apresenta venda significativa, pois muitos jornais apresentam este tipo de suplementos ao domingo. Como solução, o autor apresenta a ideia de ao domingo se fazer um jornal praticamente todo dedicado ao desporto. Porém, diz Mário Matos e Lemos, contra a sua opinião a Administração não gostou da ideia e decidiu pôr termo à edição de domingo, para assim atrair mais leitores para a segunda-feira.

O autor recorda também que mexeu no grafismo do jornal, embora sem significativas alterações estruturais. A publicidade passou a ser explorada com mais vigor, salienta.

Em jeito de conclusão é apresentado ao leitor um quadro onde é visível a evolução do jornal desde Agosto até Fevereiro de 1972. Em Agosto foram vendidos 63443 jornais e, em Fevereiro, já foram vendidos 99087 jornais. Assim, Mário Matos e Lemos conclui que as mudanças no jornal foram positivas.

O autor explica, ainda, que existem dois tipos de jornais. O jornal do tipo urbano, que tem notícias curtas para um habitante citadino que não tem tempo a perder, e um jornal do tipo não urbano, com notícias mais longas, para os habitantes da província, que dispõem de mais tempo para a leitura.

Autor (nome completo): Ana Rita Ferreira Amaral
E-mail: rita.amaral@gmail.com

» Maximiliano, 1900**Autor:** Maxiano, D'aragão**Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação):** 1972**Ano de publicação/impressão:** 1973**Título completo da obra:** A Imprensa no Districto de Vizeu**Tema principal:** História do Jornalismo**Local de edição:** Viseu**Editora (ou tipografia, caso não exista editora):** Tipografia Popular d'A Liberdade**Número de páginas:** 70**Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas****Biblioteca:** Biblioteca Nacional**Cotas:** P.8061 V**Biblioteca:** Biblioteca Pública Municipal do Porto**Cotas:** 01-8-91

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Maximiano Pereira da Fonseca Aragão (Fagilde, 1853 - 2 de Julho de 1929) foi um estudioso da cidade e do distrito de Viseu. Nasceu em Fagilde, no concelho de Mangualde, mas aos doze anos mudou-se para Viseu, onde faz a instrução primária e o curso trienal do Seminário, e, mais tarde, para Coimbra onde se licencia em Direito e tira o bacharelato em Teologia. Passou então a exercer a profissão de advogado. Foi ainda administrador de alguns concelhos, professor e reitor do Liceu de Viseu, várias vezes vereador da Câmara Municipal de Viseu, provedor da Santa Casa da Misericórdia, primeiro vice-presidente da Associação dos Bombeiros Voluntários de Viseu, presidente da Junta Liberal e um dos sócios fundadores e presidente do Instituto Etnológico da Beira. Em 1914 foi viver para Lisboa onde leccionou no Liceu Camões e trabalhou no Ministério da Instrução. Pertenceu ainda à Junta Geral do Distrito de Viseu e foi um dos fundadores do Asilo da Infância Desvalida. Era considerado um homem bom e um incansável investigador.

Livros LabCom

Índice da obra:

Imprensa no distrito de Vizeu

-Primeiras publicações em Portugal pp.3

-Primeiras publicações em Vizeu pp.3-6

-Imprensa periódica na cidade de Vizeu pp.7-36

-Números únicos publicados em Vizeu pp.36-39

-Imprensa periódica nos restantes concelhos do districto de Vizeu pp.39-62

-Rectificação pp.63

-Noticia interessante pp.64

-Primeiros typographos, primeiros prelos e primeiras machinas notatorias de impressão em Vizeu no presente século pp.65-66

-Segundo Additamento pp.67-68

-Complemento pp.69-70

-Corpo typographico de Vizeu pp.70

Resumo da obra (linhas mestras): Este é o catálogo histórico-hemero-gráfico dos jornais publicados no distrito de Viseu. O autor recorda que a imprensa em Portugal é introduzida no reinado de D.Afonso V, nove anos depois da publicação do Psaltério de Mayence (1457). Diz também que só passado exactamente um século é que a arte tipográfica chega a Viseu.

Passando, depois, a sistematizar cronologicamente os periódicos de Vizeu, apresenta os seguintes: 1) "Boletim Noticioso e Politico"(1865); 2) "O Viziense"(1853); 3) "Viriato"(1855); 4) "Liberal "(1857); 5) "O jornal de Vizeu"(1865); 6) "A Mocidade"(1869); 7) "Atalaia"(1873); 8) " O Imparcial"(1870); 9) "Imparcial de Vizeu"(1874); 10) "A Liberdade"; 11) "Jornal dos Rapazes"(1873); 12)"Escolastico"(1873); 13)"Chronica Viziense"(1878); 14)"O Observador"(1878); 15)"O Século"(1879); 16)"Caridade"(1878); 17)Districto de Vizeu"(1879); 18)"Idea Nova"(1882); 19)"Album Viziense(1884); 20)"Almanach de Vizeu"(1884); 21)"Liberal"(1885); 22)"Independente"(1885); 23)"O comercio de Vizeu"(1886); 24)"Atalaia Catholica"(1888); 25)"A Folha"(1889); 26)"Viziense"(1889); 27)"Berlinda"(1889); 28)"Idea Nova"(1890); 29)"Democracia da Beira"(1891); 30)"Revista Catho-

lica”(1891); 31) ”Mocidade”(1891); 32) ”O Artista”(1891); 33) ”O Investigador”(1891); 34) ”Academico”(1892); 35) ”O Maganão”(1892); 36) ”A Vespa”(1892); 37) ”O Echo Viziense”(1894); 38) ”O Grillo da Cava”(1894); 39) ”A Nova Lucta”(1894); 40) ”O Intransigente”(1894); 41) ”Hylario”(1896); 42) ”Boletim Diocesano”(1897); 43) ”A Voz da Officina”(1898); 44) ”A Ave Azul”(1899). Números únicos publicados em Vizeu: 1) ”Almanak da Beira”(1872); 2) ”Marques de Pombal”(1882); 3) ”A Kernessee”(1886); 4) ”Vizeu-Porto”(1888); 5) ”Os Bombeiros Voluntarios Vizienses”(1893); 6) ”A Infancia Desvalida”; 7) ”Pelourinho”(1895).

Imprensa periódica nos restantes concelhos do districto de Vizeu:

- Concelho de Armamar: 1) ”Correio da Beira Alta”(1884).
- Concelho de Castro Verde: 1) ”Almanak de Castro Daire”(1889); 2) ”O Paiva”(1889); 3) ”A Voz do Paiva”(1899).
- Concelho de Lamego: 1) ”Echo da Beira e Douro”(1854); 2) ”Lamacense”(1856); 3) ”O Popular”(1856); 4) ”O Estudo”(1858); 5) ”Beira e Douro”(1880); 6) ”Jornal de Lamego”(1880); 7) ”O Azorrague”(1880); 8) ”O Povo”(1881); 9) ”Affonso Henriques”(1881); 10) ”Aurora de Lamego”(1881); 11) ”O Progresso”(1885); 12) ”Dae aos Pobres”(1885); 13) ”A Esmola”(1885); 14) ”Cysne”(1887); 15) ”Bevista Ecclesiastica de Lamego”(1889); 16) ”O Imparcial”(1889); 17) ”O Cosmopolita”(1889); 18) ”Folha do Norte”(1890); 19) ”Miniaturas”(1889); 20) ”Vindicta”(1890); 21) ”A Revolução”(1890); 22) ”A Patria”(1890); 23) ”A Lyra”(1891); 24) ”A Lyra”(1891); 25) ”Correio de Lamego”(1891); 26) ”O Piolho”(1891); 27) ”A Democracia da Beira”(1892); 28) ”Gazeta do Norte”(1893); 29) ”A Luz”; 30) ”Onze de Novembro”(1894); 31) ”O Commercio de Lamego”(1896); 32) ”Nova Auro Ra”(1897); 33) ”Trinta e um de Janeiro”(1897); 34) ”Lamacense”(1899).
- Concelho de Mangualde: 1) ”Gazeta da Beira”(1867); 2) ”Gazeta de Mangualde”(1889); 3) ”O Conspirador”(1889); 4) ”O Beirão”(1887); 5) ”O Novo Tempo”(1889); 6) ”O Povo Beirão”(1891); 7) ”A Reacção”(1891).
- Concelho de Moimenta da Beira: 1) ”Norte da Beira”(1891); 2) ”Fins

do Século”(1893).

- Concelho de Oliveira de Frades: 1) ”O Lafões”(1892).
- Concelho de Rezende: 1) ”O Douro”(1885).
- Concelho de Santa Comba Dão: 1) ”O Dão”(1889).
- Concelho de S. João D’Areias: 1) ”O Norte do Mondego”(1894).
- Concelho de S. João da Pesqueira: 1) ”O Correio da Pesqueira”(1888); 2) ”Esperança”(1890); 3) ”O Pesqueirense”(1891).
- Concelho de S. Pedro do Sul: 1) ”O Lafonense”(1891); 2) ”O Vouga”(1898).
- Concelho de Sinfães: 1) ”Gazeta de Sinfães”(1896); 2) ”A Justiça”(1897).
- Concelho de Tabuaço: 1) ”Campeão da Beira”(1891); 2) ”O Taboacense”(1897).
- Concelho de Tondela: 1) ”Atalaia de Besteiros”(1889); 2) ”Correio de Tondella”(1890); 3) ”A Atalaia”(1893); 4) ”A Atalaia de Tondella”(1895); 5) ”Tondellense”(1893); 6) ”O Dinha”(1894); 7) ”O Petiz”(1894); 8) ”O Norte”(1898); 9) ”A Folha de Besteiros”(1899).
- Concelho de Vouzela: 1) ”Aurora do Vouga”(1887); 2) ”A Democracia de Lafões”(1895); 3) ”Revista de Lafões”(1896); 4) ”O Presente”(1888); 5) ”O Echo de Lafões”(1898). Aditamento: 1) ”Sirius”(1899).

Autor (nome completo): Rui Pedro Duarte Ribeiro Mendonça
E-mail: ruizinho_13@hotmail.com

» Mello, 1854

Autor: Mello, Joaquim Lopes Carreira de

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1854

Título completo da obra: Biographia do Padre Jose Agostinho de Macedo

Tema principal: Jornalistas e Vida Profissional

Local de edição: Porto

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Typ. de Francisco Pereira D'Azevedo

Número de páginas: 58

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: HG 30015V e HG10267V

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Nasceu em 1816 e faleceu em 1885. Foi bibliófilo e biógrafo, professor e historiador.

Índice da obra:

Infância e educação – p. 3-5

Actividade religiosa – p. 5-7

Reconhecimento público – pag. 7-9

Ao serviço do reino – pag. 9-12

Morte – p. 13-17

Resumo da obra (linhas mestras): Este livro é um resumo biográfico de José Agostinho de Macedo, o mais famoso polemista do início de oitocentos. Está escrito num tom laudatório, notando-se que o autor simpatizava com a figura do Padre José Agostinho de Macedo e com a defesa do Antigo Regime que este protagonizou.

José Agostinho de Macedo, natural de Beja, nasceu a 11 de Setembro de 1761, filho de Francisco José Tegueira e Angélica dos Serafins Freire.

O pai, ourives, não pretendia que o filho seguisse a mesma profissão que ele, e, apercebendo-se da sua sapiência e engenho precoce, procurou facultar-lhe a melhor educação. Em criança, José Agostinho de Macedo aprendeu a língua e a gramática portuguesa com sucesso.

É também o pai que deseja que o filho ingresse na vida religiosa, devido aos benefícios e regalias que esta acarretava. Como ele frequentou os estudos religiosos em Beja, tomou o hábito de Santo Agostinho, dos Eremitas Calçados no convento de Nossa Senhora da Graça, Lisboa, com o nome de Fr. José de Santo Agostinho.

Apesar do talento que desde muito cedo transparecia, tinha também um orgulho desmedido. Foi no colégio de Coimbra que, juntamente com um colega, o Frade Francisco, protagonizou “algumas travessuras” que culminaram na sua expulsão da Sagrada Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho. Após o sucedido, apelida-se de Padre José Agostinho de Macedo. O castigo fê-lo regenerar-se e propicia a sua integração social.

Já mais comedido, passa a dedicar-se às Letras, lendo e analisando vários escritores eclesiásticos para que se pudesse tornar num bom pregador. A fim de consolidar os seus conhecimentos, relaciona-se com oradores, poetas e sábios, dos quais tenta explorar a sua experiência e sabedoria. Por conseguinte, começa a discursar para o público, obtendo reacções positivas. Evidencia-se a sua capacidade de improviso e fluência verbal.

Devido à relativa facilidade de comunicação que denotava, é nomeado pregador régio, em 1802, passando a pregar para a família real. Posteriormente, foi nomeado censor régio do patriarcado e cronista do reino.

Nesta biografia faz-se referências breves a algumas obras literárias, destacando-se o poema Meditação, elaborado em Dezembro de 1793 e apenas concluído a 5 de Janeiro de 1810, dedicado à Universidade de Coimbra.

José Agostinho de Macedo morre em Pedroços, enfermo da bexiga, às 11 horas da manhã do dia 2 de Outubro de 1831. Jaz na capela de S. Nicolau de Tolentino, Igreja do convento de Nossa Senhora dos Remédios, sítio do Rato, em Lisboa. À data da sua morte reinava D. Miguel, monarca que mandou realizar o enterro e todas as cerimónias fúnebres.

Em sua honra foi erguido um busto, onde está esculpido de perfil.

O catálogo das suas obras é difícil de determinar, uma vez que muitas não tiveram licença de publicação por parte da Comissão de Censura. Juntamente com esta biografia escrita por Joaquim Lopes Carreira de Mello, segue uma lista onde estão inventariados todos os escritos do Padre José Agostinho de Macedo. Entre os de pendor jornalístico, encontram-se os seguintes:

A Tripa virada. Periodico Semanal nº 1, 2 e 3. No fim. Lisboa: na Oficina da horrorosa conspiração. 4º.

Ao Capitão Cook. Ode Opodixa Jornal Encyclopedico. Lisboa: na Officina de Antonio Gomes, anno 1792. Março Artigo 5 pag. 101. 8º.

sobre as Cortes em Portugal, em que se dá huma idéa da sua natureza, e objecto, desde a fundação da Monarquia – Extrahida do nº viii. Do Jornal Encyclopedico de Lisboa. No fim. Lisboa: na Impressão Regia. 4º.

Cordão da Peste, ou medidas contra o contagio periodiqueiro. Lisboa: na Officina da Viuva de Lino da Silva Godinho, anno de 1821. 8º.

Exorcismos contra Periodicos, e outros malefícios. Lisboa: na Officina da Viuva de Lino da Silva Godinho. 1821. 8º.

Gazetas de Março de 1792 até ao fim do anno. 4º.

Jornal Encyclopedico de Lisboa, coordenado pelo P. J. de A.M. Tom. Primeiro e Segundo. Lisboa: na Impressão Regia. 1820. 2 vol. 4º.

O Desaprovador. Nº 1. A 26 e Suplemento. No fim. Nº1. a 3. Lisboa: na Impressão de Alcobia. 1818. Nº 4. A 26 e Suplemento. Lisboa: na mesma Impressão. 1819. 4º.

O Desengano periódico politico: e moral, por... Nº 1 a 9. No fim.

Livros LabCom

Lisboa: na Impressão Regia, anno 1830. N.º. 10 a 27. Lisboa: na mesma Impressão 1831. 4.º.

(O Escudo; ou Jornal de Instrucção Política. He do Desembargador Joaquim José Marques Torres Salgueiro, e não de José Agostinho de Macedo, como este declara na Carta 9ª a seu Amigo Joaquim José Pedro Lopes, a pag. 11. Linha 29.).

O Expectador Portuguez, Jornal de Literatura e critica, Por... Primeiro e Segundo Semestre. Lisboa: na Impressão de Alcobaia. 1816. 4.º Cada semestre tem 26 numeros, e o primeiro mais um suplemento.

Problema a Imprensa he hum bem? Ou a Imprensa he hum mal? S. de J. e R. Tom. 1. N.º7. Pag. 117.

Questão irresolvivel que cousa he hum Periodico? S. de J. e R. Tom. 2. N.º 38. Pag. 183: n.º 40. Pag. 215: n.º 41. Pag. 233: N.º 42. Pag. 249 : N.º40. Pag. 266 : N.º 44. Pag. 284: N.º 45. Pag. 299: N.º 46. Pag. 317.

Semanario de Instrucção e Recreio. Tom. Primeiro. Lisboa: na Impressão Regia, anno 1812. 4.º Tom. Segundo. Lisboa: na mesma Impressão, anno 1813. 4.º.

Autor (nome completo): Joaquim José Nunes Ferreira
E-mail: ferreira.fp@hotmail.com

» Mendes et al., 19_**Autor:** Mendes, Adelino (e outros)**Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação):** -**Ano de publicação/impressão:** 19_**Título completo da obra:** O Livro do Repórter X**Tema principal:** Jornalistas e Vida Profissional**Local de edição:** Lisboa**Editora (ou tipografia, caso não exista editora):** Agência Editorial Brasileira**Número de páginas:** 179**Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas****Biblioteca:** Biblioteca Nacional**Cotas:** L 12306 V**Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.):** -**Índice da obra:**

Duas Palavras	11
Um construtor de quimeras	17
Reinaldo Ferreira, émulo de Alberto Londres	23
O “Repórter” Reinaldo Ferreira	37
Da adolescência à morte	49
Reinaldo Ferreira	57
Reinaldo	65
Rapsódia em saudade	69
Vinte e quatro anos de vida intensa e tumultuosa	83
Reinaldo Ferreira, colaborador do “Janeiro”	129
Luminosa incógnita	139
Reinaldo no estrangeiro	143
Reinaldo Ferreira e os sonhos que matam	151
O adolescente	165

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra foi feita por diversos amigos de Reinaldo Ferreira, um grande jornalista, mais conhecido por Repórter X. O objectivo seria fazer a reconstituição da vida de Reinaldo.

O primeiro a fazê-lo é Adelino Mendes, chamando a Reinaldo de “um construtor de quimeras”.

As primeiras memórias relativas ao repórter são as de que trabalhava na *Capital* e de que o seu aspecto, da primeira vez que o viu, o fazia lembrar um enviado do Diabo.

Caracterizava-o também como sendo curioso, sonhador, imaginativo, lúcido e como estando sempre insatisfeito o que não o deixava sentir fadiga.

Diz-nos que viajou muito, que publicou livros e novelas, que fez reportagens e folhetins e que se “saciou de imprevisto e de exotismo”.

Dele escreveu também que “minava-o um desvario trágico, aquele mesmo desvario que o matou”.

Raramente o viu e apenas soube que “melhorara e que piorara, que se curara e que reincidira”.

Agualdo Escaleira diz-nos que Reinaldo era o émulo de Alberto Londres, sendo “pequeno no corpo, mas grande na alma e no talento”.

Reinaldo saberia fazer de tudo numa redacção, desde o artigo até à notícia. Teria sido também o primeiro em Portugal a escrever um género policial de envergadura.

Foi argumentista, realizador e dramaturgo obtendo sucesso em todas estas variantes. Apesar disto foi alvo de calúnias.

Reinaldo Ferreira tinha também, diz Escaleira, um grande poder de observação e uma “ardente fantasia”. Os seus trabalhos de espionagem foram os que fizeram maior sucesso, pois tinha também qualidades de detective.

Em jeito de conclusão, Escaleira afirma que “o “Repórter X”-jornal, foi a mais bela criação do seu espírito de grande jornalista moderno” e acrescenta: “foste verdadeiramente o príncipe dos repórteres da Europa. Descansa em Paz (...) sonhador de glórias!”.

Belo Redondo intitula as suas memórias de uma forma simples: O “Repórter” Reinaldo Ferreira.

De Reinaldo disse que tinha um grande sentido de humanidade quando realizava as suas reportagens, seduzia, comovia e fazia vibrar as multidões, mas nunca se iludindo: sabia que a glória é breve.

Por esse motivo procurava sempre por novas notícias e novos “deuses”. Para além disso tinha o sentido de oportunidade e, como ninguém, despertava o interesse nos leitores.

“Era um soldado do Bem”, recorda Belo Redondo, que recorda que Reinaldo Ferreira escreveu “O táxi 9297”, “1808”, “A dama do *sud*” e “O homem que mudou de cor” e quando ia tentar o teatro biográfico, através de uma obra de Camilo Castelo Branco, faleceu.

Escreveu até quase às portas da morte, contudo apenas viveu para os seus leitores e foi a sua profissão que o matou.

Emília de Sousa Costa escreveu neste livro evocativo o texto intitulado “Da Adolescência à Morte”. Conta que conheceu Reinaldo Ferreira ainda na fase de adolescência, ainda dava ele os seus primeiros passos no jornalismo.

“Reinaldo Ferreira foi jornalista pela mesma razão de possuir olhos claros e luminosos: nasceu assim”, apesar de esta sua amiga achar que as suas ideias eram utópicas, não estando de acordo com a opinião pública.

Da sua morte refere que se tornará “tão fecunda em beleza e originalidade, como foi a sua vida”.

Ferreira de Castro diz que se o Repórter X fosse de outra nacionalidade que não portuguesa teria sido “rico e célebre em todo o Mundo”. Mas “Reinaldo pertencia a um país que o deixou morrer de fome, como a tantos outros” ...

A única ordem que parecia existir na sua vida era a do trabalho, sendo quase uma máquina. Tinha talento, que só no início causava admiração, pois tudo era natural nele.

Para Ferreira de Castro, Reinaldo nunca conseguiu descrever os acontecimentos tal qual os via, devido à sua imaginação. Acrescentava sempre outros aspectos que tornavam a verdade em algo “interessante”.

O aspecto que teve mais influência na vida do Repórter X não foi o jornalismo, assegura Ferreira de Castro, mas sim a literatura. Foi ela que “modelou a sua personalidade”.

Era um adepto incondicional da amizade e da lealdade. Pouco tempo antes de morrer quis adaptar para o teatro duas obras deste seu amigo, mas a vida não lhe deu tempo.

Ferreira de Castro disse que com a morte de Reinaldo também se perdeu uma parte de si próprio, pois foram muitos os momentos que partilharam e muitas as lutas que enfrentaram.

Herculano Nunes, nas suas curtas memórias de Reinaldo, começa por mencionar que à volta dele “tudo era turbilhão e vertigem”. Reinaldo era uma pessoa sensível, quase tanto como as crianças, e tudo o que se passou no ano de 1914, ele absorveu-o.

Termina referindo: “Reinaldo Ferreira, que aflorou todas as formas literárias com a mesma espontaneidade exuberante e criadora, não quis que da sua pena saísse a descrição do drama pungente que foi a sua existência, em certos lances. Se o fizesse, não precisaria socorrer-se da sua imaginação prodigiosa para despertar algumas lágrimas de piedade nos olhos de quem o lesse. Pobre Reinaldo! Sofreu demasiadamente as angústias da época em que viveu. Foi ela que o matou.”

João de Sousa Fonseca, em “Rapsódia em Saudade”, conta diversos episódios onde ilustra que Reinaldo era uma pessoa de bom coração. Este autor proclama que Reinaldo escrevia com sangue, pois “o sangue é o espírito”.

Como conclusão conta como lhe foi dada a notícia de sua morte e como Reinaldo a já pressentia.

“Vinte e Quatro Anos de Vida Intensa e Tumultuosa” é o título do texto de Mário Domingues. Também este autor recorda que Reinaldo era franzino, débil e propenso a doenças, ao contrário do próprio Domingues. Aliás eram diferentes um do outro em quase tudo, menos na capacidade de sonhar.

Foi pelos 15 anos que Reinaldo se começou a interessar pelo jornalismo, conta Domingues, algo que iria ocupar toda a sua vida.

O autor diz que Reinaldo, além de despertar o interesse nos leitores, conseguia estimular a curiosidade dos seus amigos, sempre em busca da perfeição do seu trabalho. Escreveu em diversos jornais de Espanha, França, Alemanha, entre outros, chegando mesmo a fixar residência na-

lguns desses países.

Além do pseudónimo Repórter X, Reinaldo utilizava dois outros: Edgar Duque e Giraldo Sem Pavor, porém estes não tiveram tanto sucesso como o primeiro.

É no Porto que, assegura Domingues, Reinaldo Ferreira se sentia em casa, ganhando uma nova vivacidade. Apesar de tudo, estava escrito que não poderia ser feliz, mesmo com toda a paixão com que se entregava a tudo o que fazia.

Diz este seu amigo que Reinaldo antes de morrer já estava morto, por se entregar tão febrilmente às suas reportagens, novelas e outros escritos.

“Reinaldo Ferreira, Colaborador do *Janeiro*” é o texto que se segue, de Mário de Figueiredo. Segundo este autor, o nome do Repórter X começou a ficar conhecido a partir do dia 31 de Março de 1926, devido à morte da famosa actriz Maria Alves. A sua morte criou assunto para uma das suas novelas e um dos filmes para os qual escreveu o argumento, ambos intitulados de “Táxi n.º 9297”.

Quando escrevia, explica Figueiredo, Reinaldo isolava-se do resto do mundo, trabalhava, sem horários e fixando um tema desenvolvia-o rapidamente. Todos os temas o atraíam, dos mais simples aos mais morosos.

“A sua entrevista prendia. Era sonora, dialogada com inteligência, argumentada com interesses, contestada, tantas vezes, com bases sólidas”.

O seu último artigo de espírito humorístico, *Cuidado! Voltaram os Compra-Chicos*, entrou na redacção do “Janeiro” na mesma tarde em que se soube de sua morte.

Este seu amigo sente que foi injusta a vida de Reinaldo, pois como pessoa que era nunca teve direito ao que merecia somente por ser filho de Portugal.

“Luminosa Incógnita”, por Mário Monteiro, é o texto que se segue. Nele se escreve que o Repórter X foi tudo menos uma incógnita, pois toda a gente sabia quem ele era. Todavia, “foi um jornalista invulgar, foi de tudo um pouco”.

Aproveitava todas as conversas que pudessem constituir obra, “fez da vida, que atravessou sonhando, uma realidade que, por vezes, o con-

duziu a momentos de verdadeira angústia”.

Também Mário Monteiro pede justiça ao governo e que lhe preste, pelo menos, uma homenagem.

“Reinaldo no Estrangeiro” é o tema tratado por Óscar de Carvalho Azevedo. Segundo este autor, Reinaldo é mandado para Espanha no intuito de abrir duas sucursais de um jornal, uma em Madrid e outra em Barcelona. Este ao fim de um mês já estava a enviar um telegrama para que se fizesse a inauguração de cada uma.

Quando foram inauguradas, já todos os grandes jornais das duas cidades se lhes queriam juntar. Apesar de jovem, Reinaldo tinha a maturidade de um homem e uma inteligência inacreditável.

Esta sua qualidade juntada à amabilidade, cultura e juventude a todos agradava, fazendo amigos com muita facilidade.

Seguidamente organizou uma sucursal em Bruxelas com igualável sucesso. Posteriormente, dirigiu a sucursal da Agência Americana em Paris. Contudo, o Repórter X tinha o desejo de voltar a Portugal.

Mário Monteiro termina dizendo: “não lhe farei o necrológico: Reinaldo Ferreira não morreu – afastou-se de nós porque seu espírito luminoso, claro, genial, evoluiu e, em mundos melhores, certo, não esquece os entes caros que deixou na terra, os amigos sinceros que, neste livro piedoso, lhe rendem o culto de mais valia no mundo – o da amizade”.

Rocha Martins escreveu o texto “Reinaldo Ferreira e os sonhos que Matam”. Diz o autor que Reinaldo Ferreira “Lembrava uma objectiva aberta”. E acrescenta: “isto, porém, não provinha de estudo, do desejo de dar nas vistas, de se tornar original mas da sua própria natureza”.

Reinaldo queria ser um repórter internacional, queria viajar e conhecer todos aqueles de quem pudesse escrever.

Apenas a crónica não lhe bastava, necessitava das grandes reportagens, amava a liberdade, odiava privilégios e preconceitos.

Dizia Reinaldo, de uma forma serena e sincera, que a realza era um anacronismo.

Rocha Martins diz ainda: “o repórter teria muito mais que fazer no seu país do que no estrangeiro mas sentia-se inadaptável à sua terra sobretudo depois nas permanência além fronteiras”.

Reinaldo sempre foi criança, é caracterizado pelo imprevisto, rapidez e pelo caleidoscópio de sensações, “a sua imaginação inflamava-se, a mente ardia-lhe, o seu temperamento exigia: acção, acção, acção”.

Rocha Martins guardou todos os jornais em que o seu amigo brilhou e tentou apoiá-lo nos últimos dias da sua vida, quando se deixou ir abaixo.

Em “O Adolescente”, Sousa Costa afirma que Reinaldo merece um estudo aprofundado acerca da sua vida e obra. Sousa Costa adorava as suas visitas pois sempre trazia um novo mundo para descobrirem. Porém acaba por sucumbir “exausto, queimado, em cinza. Mas era tão forte e tão humana a chama desse fogo vivo, que nem a cinza da morte a apagou – continua a flamejar, a crepitar, a alumiar nas páginas admiráveis dessa obra fragmentária e dominadora, tumultuosa e cristalina”.

“Triunfador Infeliz” é o título do texto de Cristiano Lima, no qual este afirma que Reinaldo tinha uma enorme facilidade em escrever e uma imaginação enorme. Conseguiu alcançar os seus sonhos: “fez jornalismo – e triunfou. Fez filmes – e triunfou. Escreveu novelas – e triunfou. Escreveu peças – e triunfou. Apesar disso, o Reinaldo não foi feliz.”

Autor (nome completo): Nícia Carvalho Cruz

E-mail: nicia.cruz@hotmail.com

» Mesquita et al., 1903

Autor: Mesquita, Alfredo; Parreira, José e Costa, L. de Mendonça

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1903

Título completo da obra: Relatório dos Delegados da Associação dos Jornalistas de Lisboa Alfredo Mesquita, José Parreira e L. Mendonça e Costa ao 8º Congresso Internacional da Imprensa – Berna 1902

Tema principal: Conjuntura Jornalística

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Typografia Universal

Número de páginas: 14

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: P. 8055 V.

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Alfredo Mesquita nasceu em 1871, na cidade de Angra do Heroísmo. Vem para Lisboa e inscreve-se no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, onde após alguns anos alcança a nomeação de secretário da Escola Naval, sendo depois transferido para as funções na biblioteca.

Na carreira de periodista iniciou-se numa folha semanal, *O Crédito*. Com o tempo aumentou a efectividade nos periódicos diários *Democracia Portuguesa*, *Nacional*, *Portugal*, *Correio Nacional*, *Jornal do Comércio*, *Comércio do Porto* e *Diário de Notícias*. A sua escrita versava diferentes temáticas. Foi secretário da Associação de Jornalistas e Homens de Letras de Lisboa. Teve participações na revista *O Ocidente*, sob pseudónimo de João Prudêncio, mostrando talento crítico acentuado. Além da obra em que participou com José Parreira e Mendonça Costa, publicou, entre outros, *Portugal Moribundo*, *Memórias de um Fura-Vidas* e *Lisboa*, colecção que a editora iniciou sob o título geral de *Portugal Pitoresco e Ilustrado*.

José Parreira, natural de Loulé, nasceu no ano de 1865. Os primeiros

estudos são feitos em Braga, mas também ele vem para Lisboa, mostrando desde cedo dotes para o jornalismo. Foi na capital que entrou para a redacção do *Correio da Noite*. Dali transitou para o *Diário de Notícias* conseguindo o lugar de redactor na antiga Câmara dos Deputados. Colaborou n' *O Século* e no *Diário de Lisboa*. Chefiou a delegação em Lisboa do *Jornal de Notícias* e fundou os jornais *O Combate* e *O Rumor*. Como secretário da Antiga Associação de Jornalistas foi com Alfredo Mesquita e Mendonça e Costa ao 8º Congresso Internacional de Imprensa, sobre o qual publicaram o elucidativo relatório abaixo descrito.

O outro autor, Mendonça e Costa, foi um jornalista nascido em Lisboa no ano de 1849. Foi empregado na administração do *Jornal do Comércio* e começou a fazer correspondências para vários jornais dos Açores. Era reconhecido com tendo o talento de escritor correcto e de um jornalista hábil. Deve-se-lhe a iniciativa da publicação do primeiro *Manual do Viajante* em Portugal. Fundou a *Gazeta dos Caminhos de Ferro* – uma revista técnica que o autor dotou das melhores oficinas gráficas, garantindo grande longevidade. Morreu em 1922. Publicou, também, entre os anos de 1876 e 1879, um curioso *Almanaque da Senhora Angot*, muito apreciado na época.

Índice da obra: [Não tem índice]

Resumo da obra (linhas mestras): Os autores descrevem a sua participação no Congresso Internacional da Imprensa de Berna. Embora a parte final da obra, que é também maioritária, narre unicamente a forma como decorreu a estadia dos jornalistas na Suíça, na primeira parte os autores centram-se no que se passou no evento, chamando a atenção para os discursos que relevavam a necessidade de moralização e contenção verbal dos jornalistas, a proposta de criação de tribunais “de classe” para regular as questões relacionadas com a falta de ética dos jornalistas e a necessidade de os abusos de liberdade de imprensa serem julgados por tribunais específicos e especializados.

Os autores registam, por outro lado, as propostas sobre a instituição, na Europa, da formação superior universitária dos jornalistas. Estas,

porém, merecem-lhes um comentário que poderá indiciar a sua falta de acordo com elas (muitos jornalistas portugueses discordavam de que fosse necessário um curso de jornalismo para se ser jornalista): “Mencionamos o facto não na esperança de que ele possa constituir estímulo entre nós, mas no propósito de assinalar todas as novas ideias (...) a despeito de todas as descrenças”. Mesquita, Parreira e Costa dizem, finalmente, que durante o congresso se discutiram ainda questões como a propriedade intelectual, as indemnizações aos jornalistas em caso de despedimento, as garantias aos profissionais pela mudança da propriedade de um jornal, as obrigações de um jornal para com os jornalistas condenados por abuso de liberdade de imprensa, o estatuto dos jornalistas desenhadores, etc.

Autor (nome completo): Nair Silva / Jorge Pedro Sousa
E-mail: nair.silva@gmail.com

» **Miranda, 1960**

Autor: Miranda, Fernando Pereira

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1960

Título completo da obra: A Televisão em Moçambique

Tema principal: Teoria do Jornalismo

Local de edição: Lourenço Marques

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Associação dos Naturais de Moçambique

Número de páginas: 15

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: S.A. 28989 P.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: T7-5-9-(14)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Engenheiro electrotécnico.

Índice da obra: [Não tem índice]

Princípio de Funcionamento p. 3

A Transmissão p. 4

Os Programas p. 6

A Transmissão de Programas p. 8

Como se pode gravar um programa de televisão p. 9

Programas típicos p. 11

Resumo p. 13

Resumo da obra (linhas mestras): O autor começa por explicar, em termos técnicos, como se processa a transmissão da imagem à distância e como rapidamente se evoluiu da transmissão de som para a transmissão da imagem. Fernando Miranda explica que “televisão quer dizer trans-

Livros LabCom

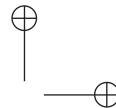
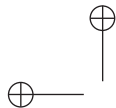
missão da imagem à distância”. (p. 3) Todo o processo de transmissão começa por “converter essa informação em sinal eléctrico, através de instrumentos adequados, como a chave Morse, o tele-impressor ou o microfone (...) Ora transformadas a imagem em sinais eléctricos susceptíveis de serem interpretados, é fácil levá-los à distância empregando fios ou pela via rádio”. (p. 4)

Fernando Miranda continua explicando o processo de transmissão de sinal e transpondo as dificuldades que a televisão encontra ao transmitir em longa distância: “a mais importante [circunstância] é a incapacidade das ondas de comprimento muito curto que os emissores de televisão utilizam (...) por isso os emissores de televisão apenas conseguem na prática cobrir aproximadamente a área definida pela linha de horizonte, que se vislumbra da sua antena.” (p. 5 e 6) Contudo, apesar das dificuldades técnicas de transmissão, a televisão foi moldada com “tal simplicidade de manejo (...) que se limita hoje à regulação do brilho do ecrã, ao volume de som e, já se sabe, do botão de ligar e desligar.” (p. 5)

Seguidamente, o autor reflecte sobre a programação a que se assiste na televisão. As temáticas abordadas, os conteúdos programáticos e a qualidade de emissões são postas em causa e criticadas de uma forma geral. Mas o mal parece estender-se aos outros meios de comunicação já que “a rádio anda muito por baixo, que a imprensa não traz contribuição literária de jeito, que os cinemas poucas vezes levam filmes de interesse (...) e que os programas de televisão...até estragam os serões.” (p. 6) A razão, segundo o autor, deve-se a “não ser possível (...) produzir em quantidades massivas e ao mesmo tempo com nível permanentemente elevado.” (p. 6) E isto acontece também na televisão “porque ela [a televisão] não se dirige com exclusividade, aos cultores de boa literatura, aos apreciadores de teatro, aos amadores de assuntos desportivos (...) aos que buscam informação cultural (...). A Televisão dirige-se a todos, todos os dias.” (p. 6)

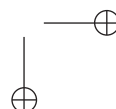
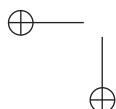
O autor continua o seu livro voltando às explicações mais técnicas do meio audiovisual, falando dos meios de transmissão de programas e de gravação, guiando o leitor por todo o processo.

No final do livro, Fernando Miranda faz uma revisão de algumas



rubricas que são emitidas em Lourenço Marques, fazendo uma breve análise e descrição dos programas emitidos. Termina com um resumo de tudo o que foi exposto.

Autor (nome completo): Nair Silva
E-mail: nair.silva@gmail.com



» Monsaraz, 1946

Autor: Monsaraz, Alberto de

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1946

Título completo da obra: Respiração Mental, O Problema da Censura

Tema principal: Liberdade de imprensa

Local de edição: Braga

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Oficina Gráfica Pax

Número de páginas: 83

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: L. 37755//4 P.

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Alberto de Monsaraz nasceu em Lisboa, a 28 de Fevereiro de 1889, e faleceu a 23 de Janeiro de 1959. Estudou na Universidade de Coimbra, onde se formou em Direito. Foi um político e poeta português. Foi ainda um dos fundadores do Integralismo Lusitano, tendo dirigido os seus órgãos *A Monarquia* e *Nação Portuguesa*. Em 1935, assumiu as funções de secretário-geral do Movimento Nacional-Sindicalista, chefiado por Francisco Rolão Preto. Como poeta, destacou-se, sobretudo, por cultivar um parnasianismo histórico.

Índice da obra:

Dedicatória: p. 7

Carta Aberta: p. 11

Legitimidade: p. 17

Utilidade: p. 27

Funcionamento: p. 37

Substituição: p. 49

I Apêndice: p. 59

II Apêndice: p. 75

Resumo da obra (linhas mestras): *Respiração Mental* é um livro sobre censura. O autor, Alberto Monsaraz, começa por revelar que tentou publicar sob a forma de folheto o texto que aqui apresenta. No entanto, quando o levou à censura, que ele alcunha de “D. Anastácia”, o mesmo foi recusado. Para ele, a censura usa a sua “cadavérica tesoura” para banir qualquer tipo de pensamento ou liberdade de expressão. A censura, para ele, é uma restrição à inteligência e à livre crítica.

Mas qual é legitimidade da censura?, interroga-se o autor. É que, para se obedecer à censura, seria também preciso “saber mandar”. Mais, segundo o autor, “toda a autoridade e força têm de ser conscientes para se tornarem legítimas”. Porém, continua ele, os governos ditatoriais deixam-se arrastar para um estrangulamento progressivo a toda a crítica. Os ditadores acabam por achar infalíveis os próprios pensamentos. Açam-se soberanos e ninguém os pode censurar. Mas, como diz Monsaraz, os verdadeiros soberanos não receiam que os julguem, pois o seu natural propósito é bem servir!

Conclui assim o autor que toda a censura é ilegítima. Mas terá ela alguma utilidade para quem a usa?, interroga-se novamente. Será que vale a pena reprimir todo o tipo de pensamento livre?

“Deus não criou uma humanidade de surdos-mudos”, exclama Alberto de Monsaraz. Segundo o autor, Deus criou uma verdade pela qual vale a pena viver e morrer sem nunca se ter medo de enfrentar com a palavra a mentira e o erro!

Impedir que o pensamento se exteriorize, significa falta de confiança e de coragem, salienta o autor. “Mas se se ponderar, “a crítica nem sempre é um elemento negativo”. Pode, diz Monsaraz, haver nela um elemento positivo que possa aperfeiçoar uma ideia.

“Não se deve nunca imobilizar o mundo mental, como tampouco se pode imobilizar o mundo físico!”, exclama mais uma vez.

Sobre um outro folheto de propaganda, intitulado “Cartilha Monárquica”, surgido em 1916, o autor revela que também foi impedido de circular. No folheto podia ler-se: “este livro foi abusivamente impedido de circular pela censura prévia à imprensa, o que testemunha o respeito desta República pela liberdade de pensamento”.

D. Anastácia [ou seja, a censura] estava de novo com as garras de fora! – exclama o autor. Depois deste novo contacto com a censura, o autor continuou a travar muitos outros combates, chegando mesmo a dizer que a conhece como a palma das suas mãos!

A pouco e pouco, relata Monsaraz, recordando os tempos conturbados da I República, D. Anastácia ia acabando com toda a forma de expressão: os periódicos quotidianos, folhetos, circulares e até mesmo livros! É uma desconfiança constante.

O autor diz-nos ainda que, face à “máquina de inconfidência”, a pouco e pouco criou-se um clima de pânico nas redacções e editoras, a que os mais velhos não se conformavam nem se habituavam, mas que a juventude se ia habituando. Os jovens autores e jornalistas deformariam, assim, o seu próprio pensamento, ao escrever aquilo que pensariam ser aceitável em vez do que quereriam mesmo escrever.

Em consequência da conjuntura, Monsaraz reclama a promulgação de uma nova lei de imprensa, que permitisse a criação de uma “tribuna de oposição”:

“Não basta, entretanto, que todas as ideias portuguesas possam ser livremente debatidas por Portugueses em Portugal. Torna-se mais do que nunca necessário que o sejam sempre em idênticas condições, em perfeita igualdade de circunstâncias. Eu me explico: - Um artigo político publicado n’*O Século*, por exemplo, atinge e abrange invariavelmente algumas dezenas de milhares de leitores. Se, porém, lhe replicarem no *Vitória*, - outro exemplo – jornal bem apresentado e sem dúvida bem intencionado, mas de âmbito restrito, injustamente confidencial, esse debate ideológico só poderá comparar-se a um imaginário assalto de Boxe entre o «Colosso de Rhodes» e o «Mannekenpiss» de Bruxelas.”

Monsaraz, lembra-nos, ainda, que os “gigantes da Imprensa se encontram todos, ou quase todos, entre mãos de importantes empresas capitalistas.” Refere, igualmente, que as páginas destes mesmos jornais são “simples emanções dos altos potentados da Finança, meros reflexos gráficos dos seus interesses”. O autor afirma que só haveria vantagens para todos se a balança da Justiça voltasse a estar novamente equilibra-

da. Na ideia do autor, “os periódicos deveriam abrir, nas suas primeiras páginas, duas altas colunas, equilibrando o artigo de fundo, e encimadas pelo segundo capitel coríntio, onde o velho espírito de tolerância e convivência das melhores épocas da Grécia florescesse de novo, como entre folhas de Acanto: Tribuna de Oposição”. Para Alberto Monsaraz, esta seria a melhor solução. “Nessa Tribuna, sempre acolhedora, os princípios e as doutrinas, expandidas pelos jornalistas da empresa proprietária, seriam comentados, apreciados ou criticados por outros jornalistas ou jornalistas que pensassem de outra maneira”. Em sua opinião, ninguém se poderia queixar da tribuna de oposição, uma vez que neste método é o público o único árbitro ou julgador.

É claro que, sublinha o autor, os “Colossos” deixariam de dominar as massas, mas por outro lado poderiam ver “essas consideráveis tiragens avolumarem-se ainda mais, pela ávida procura de todos os sectores espirituais interessados nos grandes torneios da Inteligência”.

Diz Monsaraz que se trata de “ampliar ao extenso campo da expressão gráfica do Pensamento, como elemento de informação e mais justo equilíbrio na influência de ideias, o principio salutar da conferências contraditórias, ou o da acariação das artes no fôro judicial”.

O autor acreditava que, assim este “cediço vocábulo CENSURA” ia ver-se substituído por outra palavra: “POLÉMICA!”

Neste livro o autor colocou, ainda, dois apêndices. No primeiro faz referência a um decreto-lei sobre a liberdade de imprensa e no segundo faz referência ao contrato antenupcial da censura com o poder da II República.

Autor (nome completo): Cláudia Sofia Cardoso Almeida

E-mail: Sofia_cardoso52@hotmail.com

» **Morais, 1941-A**

Autor: Moraes, Capitão de Mar e Guerra A. N. Tancredo

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1941

Título completo da obra: Comemoração do Tricentenário do 1º periódico Português “Gazeta” de 1641.

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editores (ou tipografia, caso não exista editora): Separata da Revista Militar impressa na Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.

Número de páginas: 12

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: H.G. 36315 V.

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Militar da Armada Portuguesa. Nasceu em 1882. Escreveu monografias sobre a Marinha de Guerra portuguesa, a Casa da Índia e as relações China-Portugal ao tempo dos Descobrimentos.

Índice da obra: [Não tem índice.]

1. Estudos de Alfredo da Cunha sobre a Gazeta: pp. 1-2
2. A época da Restauração: pp. 2-4
3. Análise da Gazeta: pp. 4-12

Resumo da obra (linhas mestras): Tancredo de Moraes (1941) classifica a Gazeta “da Restauração” como sendo “Moderada na linguagem, minuciosa nas informações, escrupulosa na busca da verdade, citando muitas vezes a origem [das informações]”. Para ele, a Gazeta reflecte as circunstâncias em que foi produzida e o pensar da época, pois “A imprensa periódica é sempre o reflexo, o espelho, da sociedade a que pertence. Será corrupta quando o meio (...) for corrupto; altiva, livre,

patriótica onde o espírito público exija essas qualidades; violenta, grosseira, atrabiliária quando a demagogia perverter o sentimento. E o jornal que não corresponder ao sentir do público terá vida efêmera”.

O estudo de Tancredo de Moraes, publicado na Revista Militar, tem por objecto as notícias bélicas do primeiro periódico português. Trata-se, no entanto, mais de um levantamento das notícias bélicas na Gazeta do que de uma análise das mesmas.

O autor começa por analisar a primeira notícia do primeiro número, que relata um combate entre a esquadra castelhana e a esquadra holandesa, que sob o comando de Gizels combatia pela Restauração da Independência de Portugal. A notícia termina com a retirada da esquadra holandesa para Lisboa, mas Tancredo de Moraes recorda que enquanto essa flotilha estava fundeada no Tejo chegou a notícia dos primeiros combates entre portugueses e holandeses no Brasil, pelo que a frota holandesa acabou por regressar à Holanda, a pretexto de ir ajudar a combater os espanhóis na Terceira, temerosa do que lhe poderia acontecer se continuasse ancorada em Lisboa.

Relembra ainda Tancredo de Moraes que durante o período em que a Gazeta foi publicada não se travaram grandes batalhas entre portugueses e castelhanos, com exclusão da batalha do Montijo, em território espanhol, portanto o periódico, na sua primeira fase (ou seja, antes da suspensão da publicação), só dá conta das escaramuças de fronteira e incursões no território do adversário por parte de ambos os contendores.

O autor mostra, também, que a Gazeta dedicou particular atenção aos esforços diplomáticos realizados para a legitimação do novo poder, noticiando o envio de embaixadas à Suécia e à Santa Sé, embora, neste caso, a embaixada tivesse passado dificuldades devido à pressão espanhola junto do Vaticano, tendo havido, inclusivamente, escaramuças em Roma entre portugueses e espanhóis. No juízo de Tancredo de Moraes, os esforços diplomáticos portugueses mostram o “talento e reconhecidas aptidões” de D. João IV para a diplomacia.

Mais à frente, Tancredo de Moraes constata que da Gazeta “constam (...) muitos factos, típicos da época e que ajudam poderosamente a conhecê-la e compreendê-la”. Justificando a sua tese, o autor relembra

notícias sobre o Rei e a Família Real, solenidades religiosas, casos de polícia e justiça, um auto de fé, um duelo, a celebração da reconquista da ilha açoriana da Terceira aos espanhóis, a festa do primeiro aniversário da Restauração da Independência, etc. Porém, são as notícias militares o cerne da sua atenção: marinha de guerra, escaramuças de fronteira, etc.

O autor conclui: “verifica-se que o ascendente de toda a imprensa periódica portuguesa legou tradições comuns a todos os jornais”. Mas: “um jornal é sempre influenciado pelos acontecimentos e pelos personagens da época em que se publica”. Ora, como “a guerra estava na ordem do dia. Guerra em Portugal, guerra em toda a Europa”, então também necessariamente a Gazeta indiciava esse estado de coisas.

Autor (nome completo): Jorge Pedro Sousa

Email: jorgepedrosousa@gmail.com

» Morais, 1941-B

Autor: Morais, Casimiro Augusto de

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1941

Título completo da obra: Lourenço de Anvers: Primeiro Impressor da “Gazeta” Cognominada da “Restauração”. Subsídio para a História da Tipografia em Portugal, na passagem do Tricentenário da Sua Publicação 1641-1941

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Separata do n.º 158 (Abril de 1941, Ano 14) da revista Indústria Portuguesa. Associação Industrial Portuguesa/Grémio Nacional dos Industriais de Tipografia e Fotogravura.

Número de páginas: 23

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: H.G. 16780//8 V.

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Casimiro Augusto de Morais nasceu no Porto, em 1892. Exerceu a profissão de compositor tipográfico. Escreveu, para além desta, uma obra sobre a tipografia de Gutemberg.

Índice da obra:

1. Prefácio da direcção do Grémio Nacional dos Industriais de Tipografia e Fotogravura: 5-6
2. Prefácio de Alfredo da Cunha: pp. 7-8
3. A Gazeta “da Restauração” e o contexto da época: pp. 9-17
3. Obras impressas por Lourenço de Anvers e referências à sua vida: 17-21
4. Características gráficas da Gazeta: pp. 21-23

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra sobre o impressor seis-

Livros LabCom

centista Lourenço de Anvers interessa ao campo do jornalismo unicamente por relembrar a vida e obra desse que foi o impressor de vários números da *Gazeta* “da Restauração”, tendo impresso, nomeadamente, o primeiro número desta primeira publicação periódica portuguesa.

O autor evoca a Restauração, destacando vários dos opúsculos que, quando ocorreu, foram publicados sobre esse acontecimento. Ajuíza, assim, o autor que a tipografia concorreu para a “independência e consolidação de Portugal”.

Tal como Alfredo da Cunha, Casimiro Augusto de Moraes rejeita a ideia de que as *Relações* de Manuel Severim de Faria possam ser consideradas uma gazeta. Mostra, com várias notícias da *Gazeta*, como esta reflectia os acontecimentos de que hoje temos conhecimento histórico.

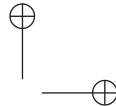
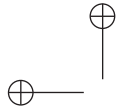
No que respeita a Lourenço de Anvers, o autor lista as principais obras impressas por este impressor seiscentista, realçando ter sido ele o primeiro impressor da *Gazeta*. Diz que era flamengo e que, certamente, foi discípulo de Cristóvão Plantin, tipógrafo belga.

Sobre a características do material tipográfico usado na *Gazeta*, o autor diz que esta foi impressa em caracteres de tipo *Elzevires*, desenhado para a família de impressores e livreiros holandeses da qual foi cabeça Luís Elzevir por um pintor discípulo de Rubens, António Van Dick, nascido em Anvers, onde morreu, em 1641, com 42 anos. O autor explica, ainda, que as irregularidades tipográficas da *Gazeta* se devem à inexistência do *ponto tipográfico* quando a mesma foi publicada. Destaca, também, que nos finais de linha se colocavam abreviaturas para evitar a separação de palavras.

Para o autor, os números da *Gazeta* impressos na tipografia de Domingos Lopes Rosa são tipograficamente mais perfeitos do que os impressos por Lourenço de Anvers.

A obra é interessante também pelo prefácio de Alfredo da Cunha, pois este explica como se chegou à ideia de celebrar o tricentenário da publicação da *Gazeta*:

“Não será a mim [Alfredo da Cunha] (...) que se ficará devendo a ideia da comemoração do tricentenário do primeiro periódico português. Foi ela aventada em 1925 por outrem, numa folha da capital.

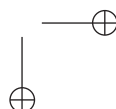
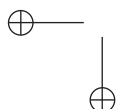


Pensara-se, porém, na celebração para Setembro de 1926 e relativamente a uma *Relação* de Manuel Severim de Faria – data e obra que não me pareceram as mais próprias para o fim proposto (...).

Não sei se as minhas objecções, reproduzidas numa entrevista que veio a lume na imprensa, foram ou não vãs. O que é um facto é que se desistiu da comemoração, cujo objecto, segundo me pareceu ter demonstrado, a não justificava.

Mais tarde, com a carta que dirigi ao (...) presidente da Comissão Executiva dos Centenários (...) renasceu a iniciativa da celebração, no corrente ano, do tricentenário da (...) primeira *Gazeta* (...).”

Autor (nome completo): Jorge Pedro Sousa
Email: jorgepedrosousa@gmail.com



» Moreirinhas Pinheiro, 1971

Autor: Moreirinhas Pinheiro, J.E. e Câmara Municipal de Lisboa

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1971

Título completo da obra: Notícias Históricas de Lisboa na Época da Restauração (Extractos da Gazeta e do Mercúrio Português)

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Câmara Municipal de Lisboa

Número de páginas: 91

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: BN HG 46845V

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): J. E. Moreirinhas Pinheiro nasceu em Coimbra a 20 de Agosto de 1923. Professor, foi também colaborador dos jornais *O Educador* e *A Voz da Figueira*. Exerceu o cargo de responsável pela organização da secção de reservados do Centro de Documentação e Informação, dedicando-se ao estudo e divulgação da História da Educação do nosso país.

Índice da obra: [Não tem índice]

Introdução: pp. 3-7

Noticiário da “Gazeta” Antecedentes da Gazeta “: pp. 11-17

Noticiário do “Mercúrio Português”: pp. 21-73

Índice onomástico: pp. 75-80

Índice de assuntos: pp. 81-87

Índice toponímico: pp. 87-88

Índice geográfico: p. 89 e ss.

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra, escrita por J.E. Moreirinhas

Pinheiro, tem como principal objectivo referenciar as principais notícias que corriam na cidade de Lisboa durante a época da Restauração.

Como publicações de referência da época, destacam-se a “Gazeta” e o “Mercúrio Português”. A primeira “inaugura em Portugal a imprensa periódica” (p.3), contendo temas muito específicos com uma publicação mensal. O seu objectivo principal era “a de informar e orientar a opinião pública acerca dos acontecimentos da guerra com a Espanha.” (p.3). Segundo José Tengarrinha, citado pelo autor, esse periódico tinha poucos leitores, “devido não só ao seu elevado preço (...) como ao baixíssimo nível de instrução”. Os seus principais leitores faziam parte da aristocracia ou da burguesia, comerciantes, homens de negócios entre outros. (pp.3-4)

“A Gazeta iniciou a publicação em Novembro de 1641”, (p.4) sempre sobre a alçada e autorização prévia do rei (D. João IV), tendo sido suspensa a sua publicação em 19 de Agosto de 1642, face a uma lei que “proibia as gazetas gerais.” (p.4) No entanto, esta proibição não impediu o regresso da Gazeta em Outubro do mesmo ano, mas só com “noticiário internacional e sob o título *Gazeta Primeira do Mês de Outubro de Novas Fora do Reino*”, tendo findado a publicação em Setembro de 1647. (p.4).

Face ao término da “Gazeta” surge, passados 16 anos, um outro periódico, o “Mercúrio Português” “redigido pelo (...) escritor e diplomata António de Sousa Macedo (...) o primeiro jornalista português” (p.5).

Em Janeiro de 1663 saiu o primeiro número do *Mercúrio*, onde eram explanados os objectivos do novo jornal. Para Sousa Macedo, era importante não só saber “os sucessos de outros Reinos e Províncias” mas também o “estado em que se acham os outros, principalmente se são vizinhos ou interessados” e por fim “servir o bem público da Europa com novas certas da guerra entre portugueses e castelhanos” (p.5).

Como primeira notícia, o “Mercúrio Português” escolheu a sucessão de D. Afonso VI ao Governo, tendo sido a última notícia publicada em Julho de 1667.

Apesar das suas intenções políticas, o *Mercúrio*, segundo o autor, sempre cumpriu os seus objectivos iniciais “de informar, com clareza e concisão (...) sobretudo em notícias que se referiam à guerra entre Portugal e Castela” (p.6), delineadas pelo jornalista Sousa Macedo.

Embora as principais notícias desses dois periódicos incidirem sobre a guerra Portugal/Espanha, ambos também tinham espaço para “procissões, notícias da Corte, festas, inaugurações, partidas e chegadas de navios, notícias mundanas, crimes, moedeiros falsos, actos de traição, espectáculos, modas, expurgação de vadios, notícias literárias, etc.” (p.6) numa linguagem “que muitos jornalistas modernos não desdenhariam assinar” (p.7). No fundo, segundo Fernando Castelo-Branco, eram notícias “na sua essência, idênticas às da actual imprensa.” (p.7).

De seguida, encontramos nesta obra uma série de extractos de notícias da época retirados da “Gazeta” e do “Mercúrio Português” (pp.11-73).

Autor (nome completo): Nélson Ricardo Gomes da Costa
E-mail: nelsonricardo_20@hotmail.com

» Moura et al., 1968

Autor: Moura, F.; Neves, Mário; Fernandes, Rogério e Zenha, Salgado

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): 1967

Ano de publicação/impressão: 1968

Título completo da obra: O Estatuto da Imprensa

Tema principal: Liberdade de Imprensa

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Prelo

Número de páginas: 142

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: c8-12-10

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Francisco Salgado Zenha nasceu a 2 de Maio de 1923 em Lisboa, foi um dos fundadores do Partido Socialista, Presidente da Associação Académica de Coimbra, Licenciou-se em Direito pelo Universidade de Coimbra e morreu a 1 de Novembro de 1993 em Lisboa.

Francisco Pereira de Moura Licenciou-se em Economia em 1950 e doutorou-se em 1961 no Instituto Superior de Ciências Económicas e financeiras. Nasceu em 1931

Índice da obra:

1. Introdução 9

2. Debate 13

3. Apêndice 94

a) Decreto 12.008, de 29 Julho de 1926 pag.95

b) Decreto – lei 22.469, de 11 de Abril de 1933 pag106

c) Decreto – lei 22.756, de 29 de Junho de 1933 pag.107

d)Decreto-lei 23.054, de 25 de Setembro de 1933 pag108

e)Decreto-lei 26.589, de 14 de Maio de 1936 pag 112

f)Decreto 30.320, de 19 de Março de 1940 pag 114

Livros LabCom

- g) Decreto-lei 31.187 de 21 de Março de 1941 pag 116
- h) Decreto-lei 33.015, de 30 de Agosto de 1943 pag 117
- i) Decreto-lei 33.545 de 23 de Fevereiro de 1944 pag 118
- j) Decreto 33.570 de 11 de Março de 1944 pag 119
- k) Decreto 34.133 de 24 de Novembro de 1944 pag 120
- l) Decreto 33.545 34.134 de 24 de Novembro pag 124
- m) Decreto-lei 37.447 de 13 de Junho de 1949 pag 131
- n) Decreto-lei 41.412 de 30 de Novembro 1957 pag 132
- o) Extractos do diário das sessões da assembleia nacional de 4 e 15 de Dezembro de 1959 pag 133
- p) Decreto-lei 43.150 de 6 de Setembro de 1960 pag 136
- q) Estatuto Judiciário aprovado pelo decreto de lei 44.278, de 14 de Abril de 1962 pag 139
- r) Constituição política de 1933 (aprovada pelo plisbicito Nacional de 19 de Março de 1933, tendo entrado em vigor em 11 de Abril de 1933) pag 141

Resumo da obra (linhas mestras): O livro resume um debate realizado em Fevereiro de 1967 (mil novecentos e sessenta e sete), entre Francisco Pereira de Moura, Francisco Salgado Zenha, Mário Neves e Rogério Fernandes a propósito do estatuto da imprensa em Portugal, cuja legislação reguladora era vista como insuficiente e obsoleta (página 9).

Na introdução compara-se, desde logo, a legislação de imprensa espanhola com a portuguesa. Em Espanha tinha-se abolido a censura prévia, “deslocando o controlo do uso da imprensa para a criação de sanções aplicáveis aos responsáveis por abusos previstos na lei” (p. 8). Em Portugal, havia censura.

Salgado Zenha reforça a ideia de que a censura na imprensa era discricionária (aliás, todos os intervenientes relatam casos de arbitrariedade e excesso de censura), governamentalizada e ineficaz, embora o jurista diga compreender a existência de um mecanismo da “repressão judiciária” para punir o abuso da liberdade de imprensa.

Salgado Zenha recorda que, historicamente, a liberdade de imprensa se institucionalizou na Inglaterra do século XVII, enquanto em Portugal foi no século XIX, com o triunfo do Liberalismo. Mas, diz Salgado Zenha, os

golpistas de 1926 e o Estado Novo, entre outros, restringiram, anacronicamente, a liberdade de imprensa em Portugal.

Ao longo de todo o livro são recordados diplomas legais, como aqueles em que a censura se baseava ou os que proibiam a entrada e distribuição em Portugal de publicações estrangeiras com conteúdos que não fossem permitidos nas publicações portuguesas.

Francisco Moura diz que “Efectivamente, justifica-se a censura prévia pela defesa da opinião pública; o sistema asseguraria que a imprensa exerça funções de educar e formar a opinião pública. Todavia, não se compreende que essa educação e formação da opinião pública se movam, essencialmente no terreno político. Ainda quanto a alguns problemas de índole moral, talvez se pudesse admitir essa argumentação; mas nunca nos domínios da política, particularmente em defesa de uma política. De modo que, sob a capa de defesa e orientação de opinião pública – e pensaríamos, naturalmente em matérias de ordem e implicações morais – o que existe é um regime para impedir e reprimir a discussão de teses, a comunicação de ideias, a divulgação de notícias de matéria política.” (p. 22)

Mário Neves interroga-se sobre se o que a censura pretende é obstar à divulgação de conhecimentos que não sejam favoráveis ao poder político, “desprezando a legítima possibilidade de existirem outros núcleos de opinião” (página 23)

Segundo Rogério Fernandes, “a definição do interesse público tem variado de época para época, em função dos interesses peculiares dos grupos ou classes que detêm em determinada conjuntura histórica as alavancas do poder. A definição de interesse público não é mais, no fundo, e muitas vezes, do que o rótulo mal empregado dum interesse muitíssimo privado. Num regime antidemocrático evidentemente que a lógica do sistema leva a confundir interesse público com o interesse que esse mesmo regime define como público.” (página 25)

Fernando Moura explica que o funcionamento da censura também provoca auto-censura, o que “aniquila todo o espírito de iniciativa, tirando espontaneidade ao que se escreve” (p. 28).

Salgado Zenha comenta que “O censor está sempre nervosamente atento às instruções vindas de cima e interpreta-as sem excepção do

modo mais rigorista. Se há casos omissos ou duvidosos, o melhor é ir riscando... A mentalidade do censor, pela própria força das coisas, avivada pelo interesse económico ou pelo facciosismo político, é sempre de natureza essencialmente política. A dependência em que se encontra foi criada intencionalmente.

Por isso, o seu excesso de zelo é, no fundo, também uma consequência necessária e querida da engrenagem montada. Quando, apesar da censura prévia, a publicação aparece com «inconveniências», o censor é repreendido, senão irradiado. Até o próprio jornal, às vezes, é castigado com suspensões mais ou menos prolongadas. A Censura é um tranquilizante para o Poder, mas para mais ninguém”. (p. 39)

O mesmo autor sublinha que “A liberdade de imprensa é (...) um veículo de expressão da consciência nacional”. Assim, aceitando-se esse juízo, ter-se-ia de proceder à extinção da censura prévia e à instituição do princípio da “desnecessidade de qualquer autorização prévia ou caução para a fundação ou o funcionamento de novos jornais ou editoriais.” (p. 50)

Os participantes no debate também se referem à censura que pode ocorrer por força das pressões do poder económico e dos proprietários dos jornais, embora Mário Neves tenha reconhecido que a imprensa portuguesa era “exemplo de certa integridade” (p. 70).

A grande conclusão dos participantes no debate é a de que era preciso haver uma lei “clara, precisa, justa e razoável” (p. 76) que garantisse a liberdade de imprensa em Portugal (no final do Estado Novo).

Salgando Zenha, quase a encerrar a sua participação no debate, conclui que “A existência de censura prévia tem como resultado o apagamento de todas as responsabilidades. Um jornal censurado é o símbolo da irresponsabilidade colectiva. O censor não é responsável, porque é anónimo e não o fez. O jornalista e o jornal (empresa) não são responsáveis, porque «se não fosse a censura» escreveriam ou fariam o jornal de modo diverso” (p. 86).

No final, são incluídos no livro, em apêndice, os diplomas legais e outros documentos mencionados no índice.

Autor (nome completo): Miguel dos Santos Ferreira
E-mail: migsantsoferreira@gmail.com

www.labcom.pt

» Moutinho, 1971

Autor: Moutinho, José Viale (Org.)

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1971

Título completo da obra: Imprensa: Deformar ou Informar?

Tema principal: Liberdade de Imprensa, Opinião Pública, Ética, Direito e Deontologia do Jornalismo e outros temas

Local de edição: Porto

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Tipografia Gutemberg Chaves

Número de páginas: 119

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca da Universidade do Minho

Cotas: BCEP070.1 (469)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): José Viale Moutinho nasceu em 12/06/1945. É escritor e foi jornalista no *Diário de Notícias*. Tem realizado investigações sobre a vida e a obra de alguns escritores portugueses do século XIX. Participou no movimento português da Poesia Experimental e em exposições de Arte Postal. Autor de numerosos textos em catálogos de Artes Plásticas. Integrou a Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da Morte de Camilo. Traduziu romances, ensaios e peças de teatro, estas para companhias profissionais que as representaram.

Índice da obra:

Um tema com muitos parágrafos (José Viale Moutinho): p. 5

Jornalista: homem de carne e osso (Costa Carvalho): p. 8

Profissionalização financeira e dignidade competente (César Príncipe): p. 19

Sociedade de jornalistas (Phillippe Boegner): p. 21

Jornalistas e participação (Phillipe Boegner): p. 27

Temas para diálogo (Padre Rui Osório): p. 41

Livros LabCom

Liberdade da imprensa e dignificação da palavra (Nuno Teixeira Neves): p.50

Argumentos contra a censura (Jean-Jacques Brocher): p.60

Os perigos da concentração das empresas jornalísticas (Miller Guerra): p.77

Apêndice: Parecer sobre a proposta de lei de imprensa apresentada pelo Governo à Assembleia Nacional: p.80

Nota bibliográfica: p.119

Resumo da obra (linhas mestras): José Viale Moutinho é o organizador desta obra que tem como ideia central as limitações sofridas pelos jornalistas no desempenhar de suas funções informativas. O autor, no texto introdutório, começa por fazer uma descrição conceptual de censura. Ele enfatiza que censura significa qualquer comando que trabalhe a favor de uma gerência política.

De acordo com Moutinho, o maior número de obras editadas (na época) era pornográfica e obscena apesar da grande procura por livros filosóficos ou políticos. E esse fato tinha uma raiz na censura, pois isso funcionava como um mecanismo de despolitização.

Ainda segundo o autor, a censura faz, do conteúdo escrito pelo jornalista, um texto sem qualidade, sendo apenas de carácter descritivo. E o profissional do jornalismo, dentro dessa perspectiva, não tem liberdade para escrever sem se preocupar com a intervenção. “O jornalista vai tendo um obcecado censor sentado na sua cabeça e os seus próprios dentes cortam a prosa que pensa, acabando por escrever aquilo que poderá passar” (p.6).

Moutinho argumenta que a censura se desenha, também, nos critérios e formatações redactoriais.

De acordo com José Viale Moutinho a liberdade de imprensa atrai os jornalistas que poderiam se submeter a uma censura, apenas quando os censores fossem eles próprios, tratando a informação de acordo com seus critérios.

No texto “Jornalista: homem de carne e osso”, Costa Carvalho descreve algumas características necessárias ao jornalista, para o seu trabalho. Entre elas, está o fato de que o profissional não deve levar em consideração apenas o dom para o exercício de sua função. O autor diz que é necessário aprendizado intelectual que leve o profissional a atingir um nível de capac-

idade plena, mesmo admitindo que, em muitos casos, alguns veteranos alcançaram lugares de destaque através da experiência. Mas, Moutinho argumenta que a profissionalização contribui para que o jornalista seja mais competente e respeitado: “(...) se por um lado esta questão de princípios tem procurado retirar méritos à criação de escolas de jornalistas, por outro vem favorecendo e sustentando a realidade de sermos mais tolerados que aceites no seio de uma sociedade caracterizada” (p. 9).

Costa Carvalho chama atenção para os jornalistas que são descobertos e integrados no mercado de trabalho, pelas empresas da comunicação, pois, segundo ele, existe o risco do profissional ser moldado através das vertentes comerciais e não das qualidades profissionais. De acordo com o autor é preciso, ainda, que o jornalista iniciante entenda que está inserido na sociedade, e que não é apenas um observador fora dela. Por isso, está debaixo de um conjunto de leis que a regem. Sendo, também, um cidadão com direitos e deveres. Não devendo, assim, exercer o seu papel com arbitrariedade.

Costa Carvalho ainda afirma que, sem o ensino obrigatório para exercício da profissão, o jornalista corre o risco de ficar sem defesas contra o sensacionalismo. E, essa prática, pode se transformar num caminho incorrecto, do ponto de vista moral, para que o jornalista alcance vantagens pessoais.

O autor também se refere ao comportamento do jornalista depois do término de um dia de trabalho. Segundo ele a imagem do repórter boémio e sem limites era aplicável apenas a roteiros cinematográficos: “Não cabe dúvida em ninguém de que o repórter não é um super-homem que possa viver sem dormir as horas regulamentares (...) um homem que só descansou quatro horas na noite anterior, não pode estar em condições de enfrentar um serviço que exija iniciativa, rapidez e acção simultânea dos cinco sentidos. Um jornalista que dorme pouco é um profissional diminuído” (p. 14)

Costa Carvalho afirma, ainda, que é a dependência financeira do jornalista perante o empregador, restringe sua liberdade, já que a concessão do título profissional dependia das empresas. Quando na realidade deveria depender da universidade, para que o profissional pudesse adquirir um direito inalienável.

Referindo-se à gestão das empresas comunicacionais e as decisões tomadas com relação a actividade jornalística, Costa Carvalho descreve que

o jornalista fica fora dessas áreas, sendo necessária a obrigatoriedade do ensino jornalístico e um código deontológico para mudar essa realidade

Para finalizar Costa Carvalho enumera qualidades num jornalista e considera um bom profissional aquele que assume a responsabilidade do que escreve, que considera uma falta grave todo o tipo de distorção da realidade dentro das notícias, que só faz aquilo que é compatível com sua dignidade profissional, que não dispõe de meios ilegais para obter informação e que não aceita dinheiro de terceiros ou entidades públicas. Além disso, segundo Carvalho, o jornalista não deve assinar artigos de propaganda comercial, cometer plágio, omitir o nome de um colega que escreveu um texto e se oferecer para assumir o trabalho de outro. É preciso ainda respeitar o sigilo profissional, não utilizar a liberdade de imprensa para fins pessoais, lutar pela liberdade de publicar suas informações, entre outras.

No capítulo intitulado de “Profissionalização financeira e dignidade competente” César Príncipe discute a questão do jornalista ser um formador de opinião e precisar desenvolver seu trabalho com ética. Para isso, o autor defende a necessidade de mudanças na profissão, ele dá maior atenção à questão dos sócios e sindicatos e também à imparcialidade, que define como: “ (...) rigor moral de obediência aos factos” (p.19). A independência económica e a profissionalização financeira também são necessárias. E, de acordo com Príncipe, o jornalista pode alcançar essa condição utilizando a liberdade de informação e o próprio trabalho jornalístico, que precisa ser visto não como amador, mas como fundamental num país que aspira por crescimento. E por último, o autor destaca a necessidade de maturidade culta e rectidão de princípios num profissional.

No capítulo “Temas para diálogo” o padre Rui Osório aborda a importância da evolução tecnológica para a informação. Segundo ele, o conteúdo informativo de uma sociedade é proporcional ao seu nível de desenvolvimento. Além disso, o autor evidencia questões inerentes a um jornalismo salutar e, entre elas, destaca a liberdade para a produção, disseminação e interpretação da informação. Numa sociedade democrática, segundo o autor, deve existir liberdade. Ele propõe, ainda, que no contexto da informação, existe um sujeito que é o produtor da notícia e que tem sua maneira de ver os factos, sem que isso interfira no resultado noticioso; e propõe também a

existência de um sujeito receptor, que é a própria sociedade e que entrega ao jornalista a responsabilidade pela produção da notícia. Segundo o autor: “Uns e outros devem ter garantias de liberdade” (p.43).

Outra questão abordada pelo padre Rui Osório é a Opinião Pública, que conceitua como: “O resultado da adesão livre dos receptores aos conteúdos de polarização propostos pelos promotores” (p.43). Ele acrescenta, ainda, que o Estado deve garantir a existência e a manutenção da opinião pública. E para a construção dessa opinião é necessário a conjugação de quatro factores: “Objecto opinável, (...) conjunto de pessoas interessadas que opinem o mesmo, (...) cada um deles conhecer como opinam o restante (...) uma tomada de consciência frente a outras opiniões (p.45).

A liberdade de imprensa é discutida pelo autor envolvendo duas vertentes: a técnico-económica e a vertente política. Sobre esta última o padre Rui Osório destaca que: “Consiste nas estruturas jurídicas garantidas pelos Estados, segundo as quais se torna viável a promoção e a recepção de notícias, a exposição, defesa e publicação de ideias, bem como a possibilidade de dialogar e replicar” (p.45).

O padre Rui Osório chama atenção, também, para a importância do papel do jornalista. Chamado de homem-ponte pelo autor, por ser uma ponte entre a sociedade e a fonte de produção do acontecimento, o jornalista, segundo ele, deve reunir duas características na realização do seu trabalho. A primeira é a responsabilidade e a segunda é a formação profissional, com conteúdo abrangente. “Formação deve garantir uma visão científica dos problemas ideológicos, económicos, sociais e culturais” (p. 47)

Como última questão o padre Rui Osório aborda a “Evolução dos Mass Media” e enumera três etapas da evolução do jornalismo. A primeira delas o autor chama de Jornalismo ideológico definido como doutrinal e moralizador. A segunda chama de Jornalismo informativo que é factual. E por fim, a terceira de o Jornalismo de profundidade, que informa, explica e comenta.

Nuno Teixeira Neves, autor do capítulo chamado “Dignidade da imprensa e dignificação da palavra”, aborda três factores que, por prejuízos causados à imprensa, afectam a vida dos portugueses. O primeiro deles é censura. Sobre a censura ele diz que é um mecanismo, usado pelas elites dominantes, que actua na tentativa de esconder as diferenças só-

cias, económicas, culturais, ou seja as contradições do povo português. O autor explica que sem liberdade de expressão, não se pode considerar os problemas de justiça sociais e humanos, sendo assim não há mudança na mentalidade das pessoas, e consequentemente, no país.

Neves chama de “ineficiência daquilo que nos deixam escrever” o segundo factor que atinge a imprensa, e, como consequência, afecta a vida dos portugueses. Ele ressalta que os textos escritos pelos jornalistas nada dizem ou influem, no sentido de serem repetição de tudo aquilo que já foi dito, de temas constantemente abordados, que passaram a ser rotina. Sendo assim, o autor questiona o papel do jornalista. “ (...) nas altas esferas, oficiais ou particulares, continuamos a ser (...) *os rapazes dos jornais*” (p.56)

Nuno Teixeira Neves fala da “destruição da palavra na consciência de quem escreve” como o terceiro factor que interfere na actividade jornalística e, também, na sociedade. O autor cogita a possibilidade dos jornalistas não saberem usar a liberdade, caso essa chegasse em Portugal. Pois, ele afirma que os profissionais do jornalismo pouco criticarão e pouco contestarão. E a explicação para isso na forma de usar a palavra. “porque a palavra portuguesa está senil, e deram-lhes mestres retóricos, empolados de barroquismo, para que com a fartura da verborreia, se esquecessem da indigência do conteúdo” (p. 58)

Já no capítulo denominado “Os perigos da concentração das empresas jornalísticas”, Miller Guerra enfatiza que o Estado exerce poder sobre a informação, a partir do momento que mantém uma fiscalização apertada e permanente, ou seja, censura.

No entanto, além da censura, o autor cita as forças económicas, representadas através dos grandes conglomerados jornalísticos, como inibidores da produção e disseminação de conteúdo informativo, por defenderem interesses financeiros. Sendo assim Guerra aponta um duplo sistema de censura, a pública e a privada.

No final, em apêndice, o livro traz a Proposta de Lei de Imprensa, apresentada ao Governo, à Assembleia Nacional, em 1971, e uma nota bibliográfica.

Autor (nome completo): Gilvana Lemos de Carvalho Corrêa
E-mail: gilvanacarvalho@hotmail.com

» Neves, 1969

Autor: Neves, João Alves das

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1969

Título completo da obra: Pêro Vaz de Caminha, Poeta e Repórter. Separata da revista Ocidente, vol. 76

Tema principal: Jornalistas e Vida Profissional

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Editorial Império, Lda

Número de páginas: 10

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: H.G. 26519 V.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: R7-11-4-(21)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Ensaísta e jornalista, João Alves das Neves nasceu em Arganil no ano de 1927. Estudou em Lisboa, Porto e Paris, onde se formou na École Supérieure du Journalisme. Em Lisboa foi redactor do *Diário Ilustrado* e da *Agência France Presse*, tendo, também, colaborado com *O Primeiro de Janeiro*, *Diário Popular*, *Nova Renascença* e a revista *Ocidente*.

De 1951 a 1954 trabalhou na Radiodifusão Francesa, tendo-se, em 1958, fixado no Brasil. Aqui exerceu jornalismo como redactor de *O Estado de S. Paulo*. Foi director da revista *Portugália* e fundador e director da revista *Comunidades de Língua Portuguesa* e da *Gazeta do Descobrimento*.

Foi professor na Faculdade de Comunicação Social “Cásper Libero”, onde fez uma pós-graduação e chefiou o departamento de Jornalismo (S. Paulo). Leccionou ainda na Escola Superior de Jornalismo e no Instituto Superior de Ciências da Informação e da Empresa, no Porto.

É autor de cerca de duas dezenas de obras abordando aspectos diversos das letras portuguesas, brasileiras e africanas de expressão portuguesa.

Livros LabCom

Índice da obra: [Não tem índice]

Resumo da obra (linhas mestras): João Alves das Neves socorre-se da *Carta* de Pêro Vaz de Caminha para analisar a forma como este cronista, considerado por muitos um jornalista, relatou a descoberta do Brasil por Pedro Álvares Cabral.

Para o autor, Pêro Vaz de Caminha, um escrivão, como era conhecido na altura, transformou-se “em repórter do acontecimento que foi a chegada dos portugueses ao Brasil.” (p. 3) A viagem do descobrimento, segundo João Alves das Neves, foi relatada por Pêro Vaz de Caminha ao pormenor, com espírito poético e um estilo fluente e seguro, num estilo próximo do jornalístico, pois a *Carta*, como refere o autor, nunca perdeu um “sentido essencialmente informativo”. (p. 3)

Esta obra, preenchida e recortada com vários excertos da *Carta*, descreve um Pêro Vaz de Caminha que é muito mais do que um escrivão. Alves das Neves recorda que Pêro Vaz de Caminha descreve espaços e traz ao conhecimento do público a vida a bordo e os termos usados pelos navegantes. Este “enviado especial”, tal como é apelidado por Alves das Neves, “sugere uma visão ampla e certa do grande episódio e dos seus intérpretes.” (p. 5) O autor chega a fazer comparações da obra de Pêro Vaz de Caminha à do astrónomo Mestre João. Esta última seria “insípida, especializada, brevíssima”. Pelo contrário, a *Carta* de Pêro Vaz de Caminha é “colorida, geral, documentada”. “É que o físico escreveu uma carta, ao passo que o jornalista fez a sua reportagem”, explica Alves das Neves (p. 5), para quem Pêro Vaz de Caminha ultrapassou a sua condição de testemunha e escrivão ao elaborar um relato “com a exactidão de um verdadeiro correspondente jornalístico.” (p. 9)

Autor (nome completo): Nair Silva

E-mail: nair.silva@gmail.com

» Nogueira, 1945

Autor: Nogueira, Henrique

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1945

Título completo da obra: Jornalismo Médico e Publicidade. Comunicação à «I Reunião de Jornalistas Médicos». Separata Jornal Médico, 5

Tema principal: Conjuntura Jornalística

Local de edição: Porto

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Costa Carregal

Número de páginas: 6

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: S.A. 24864//36 P.

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): [Não encontradas informações. Provavelmente trata-se de um médico e/ou de um editor de jornais médicos.]

Índice da obra: [Não tem índice]

Resumo da obra (linhas mestras): Henrique Nogueira critica a decisão dos laboratórios médicos espanhóis começarem a editar revistas, suprimindo ou diminuindo a inserção de anúncios noutros meios jornalísticos, designadamente nos jornais médicos, e faz uma analogia à situação vivida pelos jornais médicos portugueses. Escreve o autor: “laboratórios de especialidades estrangeiras e alguns nacionais encontraram no nosso país facilidades (...) para editar revistas que distribuem massiva e gratuitamente a todos os médicos de Espanha (...) cultivando o terreno científico e noticioso – profissional próprio das nossas revistas.” (p. 1)

Henrique Nogueira alerta para a perda de publicidade nos jornais médicos e sobre o papel que as publicações dos laboratórios farmacêuticos

Livros LabCom

desempenham no meio noticioso: “a primeira medida que estes laboratórios editores de revistas gratuitas adoptam é a de suprimir a publicidade nas nossas revistas (...) e assim podem actuar no terreno da propaganda (...) e escapar à regulamentação oficial a que as nossas revistas estão submetidas”. (p. 2) O autor é peremptório a distinguir o jornalismo médico das publicações dos laboratórios farmacêuticos, uma vez que “tais revistas não são revistas médicas: são «propaganda» e obtêm autorização como se fossem inocentes órgãos de propaganda, sendo verdadeiras revistas gerais”. (p. 3)

Um dos motivos para o sucesso das revistas dos laboratórios farmacêuticos, segundo o autor, reside na remuneração dos autores dos artigos, ao contrário do que sucede nas revistas médicas, já que, como explica, “os trabalhos científicos originais [não pagos] comunicam directamente as investigações a que procedem, divulgando-as e a valorização em dinheiro não lhes interessa, nem seria nunca apropriado” (p. 4). A questão que o autor coloca ao Estado Espanhol é se as revistas de carácter médico devem ser feitas por médicos ou pelos fabricantes de medicamentos, que são parte interessada na sua promoção e venda.

Autor (nome completo): Nair Silva

E-mail: nair.silva@gmail.com

» Noronha, 1912

Autor: Noronha, Henrique

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1912

Título completo da obra: O Passado, Reminiscências Anedóticas de Tempos Idos

Tema principal: Jornalistas e Vida Profissional

Local de edição: Porto

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Magalhães e Moniz

Número de páginas: 376

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Municipal do Porto

Cotas: V1-3-40 e X3-10-64

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Eduardo Noronha nasceu em 1859, tendo falecido no ano de 1948, foi oficial do exército, jornalista (secretário de redacção do *Novidades*, de Emídio Navarro, que, no final da Monarquia, era dos mais respeitados e aguerridos diários) e escritor. Ao longo da sua carreira de jornalista e de escritor publicou as obras que se seguem: • 1904 - *A ambição de um rei*

- 1906 - *O herói de Chaimite* Mouzinho de Albuquerque
- 1907 - *O marquês de Nisa*
- 1910 - *O Conde de Farrobo e a sua época*
- 1924 - *José do Telhado*
- 1924 - *Com os olhos da pátria*
- 1925 - *Os salteadores do norte*
- 1927 - *O missionário*
- 1937 - *Berta van Dorth*
- 1937 - *As mulheres de Pernambuco*

Índice da obra:*I. O antigo Passeio Público - 7*

O «quarta feira» - Origem do «Passeio Público» - O seu arvoredor e flores – As meninas românticas – O uniforme dos militares – O estreitamento das calças – O conde de Santa Maria – Festas diurnas e nocturnas – Os namoros – Cançonetistas, fogos de artifício, a «Tomada de Malaca», bazares, bailes infantis, neve, concertos – D. Pedro II, Imperador do Brasil – Um entalho imperial – Dois sonetos modelares – Desprezo pelo protocolo – Os gansos dançantes – Os rapazes doutora – As «Semellas» - As touradas – Professor abalisado – Sangue na guelra.

II. No Lyceu de S. José - 27

O edifício – O tanque – Umas pernas excepcionais – Agressão insólita – Nomes terríveis – Audacioso desacato – Definições curiosas – Exames de meninas – A idade de mentir – Leis d'amor - As cridas e a infância - O fado – Tocadores e cantadores – O José Augusto – A tradição da fidalquia – Sem papas na língua – Proezas hypicas – Uma tempestade num copo de água – Refrega gloriosa - Por causa de uma procissão - «Barão do Chicote» - Leis do pêndulo – O que custa a musica – Conselhos e máximas – Nova arma – Vítimas impeles.

III. Ao serviço de Marte - 49

Mania das conspirações – Infantaria ró e caçadores 5 – Um comentário de Wellington – Transferências de regimentos – Três estrelas – Primeiras impressões – Rivalidades – Um cão de ronda – Os animais no exercito - A ingratidão humana – O regimento transformado em família – Um excêntrico – Factos inacreditáveis – Militares doutros tempos – Como se sufocavam revolta.

IV. Em operações - 69

Um motim popular – Dois officas típicos – Teimosia – Aposto curiosa - Um porta-machado pudibundo – Socorro a tempo – Nada de moscas – Espectatividade ameaçadora – A arma Santo Estevam – As mulheres em campo – Solípedes salvadores – Proeza arriscada – Aboletamento demo-

rado - Uma lenda interessante - «Guardado está o bocado» - Gentileza de Lord Wellington - Despedida saudosa.

V. O culto da bandeira e a disciplina - 89

Um pacto sagrado - A bandeira, a razão das suas cores, o que significam as suas quinas - A realidade de um quadro - Receio da chuva - Odjo ao tambor - Cavallo pontual - Contrariedades de uso do chinó - A disciplina - Dois eloquentes exemplos de abnegação - O primo de um imperador - Moltke e Frederico II - Uma repreensão pela via hierárquica - Como se ganha uma medalha - Insulto punido - Uma voz de comando não regulamentar - Premio de uma boa acção - Castigo de um guloso - Saudades do passado.

VI. O príncipe de Galles em Lisboa - 109

Tudo acavalo - A velhice e a equitação - Um major comprometidíssimo - O príncipe de Galles e o burro - Promessa cumprida - O nascimento do príncipe Alberto - Delivramento prematuro - Confusão geral - Amaciosa das prerrogativas régias - Títulos - Principado de Galles - O baptismo - Discussões religiosas - Minudências da pragmática - A primeira educação - Canseira dos professores - Os primeiros passos na vida publica - Uma carta comovedora - Viagens - Em Oxford e Cambridge - Estudos superiores.

VII. Estúrdia e bom senso - 129

Um pirraça - O primeiro amor - Morte do príncipe Alberto - Palavras atiladas - Como se engana um marido - Casamento auspicioso - Lua de mel - Parto ao ar livre - Prolificidade - Afecto conjugal - Ligação amorosa - Opinião sobre as mulheres - Bombeiro por necessidade - Amor paternal - Entre a vida e a morte - Papel ingrato - Amigos íntimos - Injustiça - Nos bastidores - Aventuras femininas - Viagens deliciosas - Simplicidade - Observador de etiqueta - Um almoço com Gambetta - Simpatia - Aproximação de França - Inglaterra e Rússia - O seu constitucionalismo - O carácter de Eduardo VII como soberano e como homem.

Livros LabCom

VIII. No mar - 148

Diógenes e Pedro de Amorim Pessoa – As suas excentricidades – Retratos pedagógicos – Novo aparelho de física – O que não volta – Lição merecida – Uma bofetada histórica – Prenda de amor - Em prol das colónias – Uma portaria modelar – A exploração de África – Medidas tardias – Corrente de aventureiros – Um prato à militar paquete – O paquete «China» - A sua oficialidade – Despedidas – Partida – As primeiras saudades – A impressão do mar – Enjoou Apetite – Travessura perigosas Como se cura o enjoo – Um cacho humano.

IX. Coscuvelhice marítima - 169

Marcha lenta – Único remédio conta o enjoo – Um nihilista – Homem perigoso – Nicolau I – Orgulho e galantearia – Despeito – Marido pacífico – Castigo imerecido – Comentário de noiva – Casamento forçado – Desaire – Ajudante complacente – Torpe vingança de um galanteador coroadado – Aventura picante – Mexeriquice doméstica – Duas passageiras interessantes – O castigo dos bajoujos – Anedotas – Aristóteles em foco – Uma resposta de Sofia Arnould – Prova de lucidez - Abnegação de esposa – O prosaísmo dos maridos.

X. Na ilha da Madeira - 189

A comoção de avistar terra – Novos Christovãos Colombos – As primeiras impressões da Madeira – Supplicio de Tântalo – Fascinação Perigosa – Anfíbios que falam – Anseio de pisar terra firme – Meios de condução – Marcha sobre pontas de alfinetes – Bois-Cavallos – Na Senhora do Monte – Soporífero – Invasão inglesa – Proclamação curiosa – Beresford – A sua carreira – Bom organizador e mau general – O seu fim – Extrema Teimosia – Corrida Voluptuosa – O refugio da Madeira – Um doido coroadado – O que faz o medo – Uma capital transformada em quartel – Um capelão com sorte – Com o «Credo» na bocca – Existência torturada - «Nem tuz nem muz» - Um palaciano como muitos – A caminho de S. Vicente.

XI. O vestibulo do «Africa» - 213

A caminho de S. Vicente – Morte trágica de um louco cruel – Divorcio

obrigatório – Efeitos do calor – O «quintalinho» - Diálogos e cenas patéticas – Marido amável – O ultimo amante – Época de amores – Um atrapalhado – Chegada a S.Vicente – O príncipe Luiz Napoleão – A mesma respostas com dois séculos de intervalo – Carne para o açougue – Impressão da cidade do Mindelo – Ausência de administração colonial – Analogia dos toques – A «Cabeça do Frade» - Com rumo a Sant'Iago – Iras de uma esposa imperial – Uma fuga de revindicta – Dolorosa advertência – Dois espectros régios – A ilha de Sant'Iago – Cada um em sua casa...

XII. Na zona dos «tornados» - 231

Uma nova carreira – O calor húmido – Sondagens – Em busca de piloto – Desastres militares – Uma torre e espada deslocada – Victor Hugo – e Talleyrand – Pagamento de patente – Avista-se Bolama – O desprezo do que é nosso – Rainha Margor – Corações em bocetas – Tosão feminino – Modas Antigas – Resposta promete de um «pássaro» - O que é um «tornado»? – Iluminação poderosa e gratuita – Prosseguimento de viagem – Coragem militar e civil – Conjuntura horrorosa – O pico de S.Thomé – Tubarão enorme – Banho trágico – Mergulho forçado – Nadador emérito – Um susto monumental – Pesadelo duradouro – Uma peta bíblica – Um aforismo verdadeiro.

XIII. Bismarck - 253

Os fios da teia – Bifes de macaco – A família do chancellor – Os seu princípios – Vinte e oito duelos – Uma garrafa que salta por si – Cólicas de um sapateiro – Pensamento dominante – Nem de barro à porta – Saúde de ferro – Sem papas na língua – Agrónomo oficial – Filantropia – Casamento – Divisa histórica – Novo sistema de campanhas – Carreira diplomática – Presidente do Conselho – Governo Pessoal – A questão dos ducados - «La force prime le droit» - Tentativa de assassinio – Sadowa – Uma esporada aplicada a tempo – A questão do Luxemburgo – Doente – O telegrama de Sem - «Quem o inimigo poupa ...» - Solado esperto.

XIV. Loanda - 271

O China émulo do S. Gabriel – Loanda – O seu aspecto – Dois batalhões de pretos – Hospitalidade – Duas santas almas – Baptismo em massa – Spplício inquisitorial – Católicos à força – Novas terras, novas forças – Desequilíbrio feminino – A Natureza põe o remédio ao lado do mal – A mania dos discursos – Usurpação involuntária – Bismarck – Júlio Favre – Trabalhador Incansável – Obra formidável – Recompensa merecida – O avesso de um grande Homem – O «Batalhão da graxa» – Um batuque civilizado – Procedimento Escandaloso – Sova monumental – Desforço condigno – Exercício matutino – O «Córte» da água – Um a tragédia no vestido – Resultados do «córte» da água – penitencia – Recepção – amiga de um inimigo – Um explorador celebre – A epopeia de um órfão.

XV. Castigo Barbaro - 293

Escravidão infantil – Escola da adversidade – Vocabulário – Encontro providencial – Pai adoptivo – Novas desgraças – Militar e prisioneiro – Aventuras dramáticas – Por bem fazer... – Correspondente de guerra – Explorador africano – Corrido a tiro – Epílogo de uma existência acidentada – Farda poluída – Exigências da opinião pública – Concentração de forças – Soberba moldura de quadro mesquinho – Preparativos de um acto brutal – Pena infamante – Sofrimento e musica – Situação critica – Castigo do castigo – O terror dos fadistas – Mestre sem discípulo – Uma bofetada eloquente – Calão e pancada – Tragar balas – A Guarda Municipal em movimento – Ódio inveterado – Policia prestigioso – Autoridade exemplar.

XVI. A' vista sudoeste africano - 315

Aborto do «Africa» – Saudades – A officialidade – O sudoeste allemão – Ainda Bismarck – Os seus planos – Contra a cúria romana – Tentativas de assassinio – Cavalo e cavaleiro – Subscrição nacional – Socialismo – Desafio – Comoção – Demissão e despedida – Anoitecer da vida – Pazes com Guilherme II – Festa nacional – Um medico rijo – Remorsos ? – A morte – Deus perdoa sempre a quem foi grande – Um húmido mal recebido – Uma imprecação a tempo – Atrás nunca – Pergunta e resposta a tempo.

XVII. Cape Town - 333

«Table Mountain» - Colmeia vidente – Contrabando e repressão – Um cônsul simpático – Igualdade perante a lei – Contraste desolador – No quartel do 58 de infantaria – Regresso dos regimentos britânicos da Zululândia – Tenente Douglas – Edifícios militares – Guarnição inglesa – Alistamentos – Uniformes – A vaidade e o atavio – Pagamento deficiente – Anedotas – Uma sova merecida – Um caseiro rancoroso – Um só fósforo para muitos – Dinamarquesa implacável – Nivelamento da dor – Um susto passageiro – Horror aos caloteiros – Aversão ao tabaco – Um escândalo terrível – Pergunta de algibeira – Resposta astuta.

XVIII. A mansidão de Adamastor - 353

Um gula ideal – Apreciável liberdade – Comentarmos maledicentes – Rápida visita a Cape Town – Edifícios luxuosos – Um autógrafo de valia – Reunião de sábios – O capitão Semines e o «Alabama» - Vida aventureira – Engano bem feito – Indemnização esmagadora – Medico Ideal – Patriotismo feminino – Teimosia de mulher – Orgulho ou convicção ? – Um verdadeiro pai do seu povo – Em conta corrente – Duas observações de kébler – Maldade corteja – Réplica ativa – Lição de judeu – Despedida do Cabo.

Resumo da obra (linhas mestras): Este é um livro que evoca, impressionantemente, entre outras, as experiências do autor, Eduardo de Noronha, como jornalista em Portugal, nas colónias e no estrangeiro. O autor diz dele que é uma “ história anedótica de variadíssimas ocorrências” (parágrafo. 6). Os primeiros capítulos narram a juventude do autor e a sua passagem pelo liceu. Os restantes a sua vivência de episódios da história nacional e impressões de viagens. No que ao jornalismo especificamente diz respeito, o autor pouco diz. No entanto, faz passar a ideia de ser alguém que escrevia sobre o que via e conhecia, que não hesitava em viajar para dar conta do mundo, que se misturava com as mais diversas pessoas para mais conhecer e mais informações obter e que também era “desenrascado” e, de certa forma, “boémio”.

Autor (nome completo): Mariana Coelho Rodrigues de Sousa

E-mail: mianacoelho@hotmail.com

Livros LabCom

» Noronha, 1913

Autor: Noronha, Eduardo

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1913

Título completo da obra: 25 Anos nos Bastidores da Política

Tema principal: Jornalistas e Vida Profissional

Local de edição: Porto

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Companhia Portuguesa Editora

Número de páginas: 414

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: HG-17903P

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: V1-3-39; COR-624; XF4-8-46

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Eduardo Noronha nasceu em 1859 e veio a falecer, com 89 anos de idade, em 1948. Foi oficial do exército, jornalista (secretário da redacção do *Novidades*, de Emídio Navarro, que, no final da monarquia, era dos mais respeitados e aguerridos diários nacionais) e escritor.

Índice da obra:

I – Como eu conheci Emídio Navarro	11
II – Na política	33
III – A fundação das « <i>Novidades</i> »	55
IV – Nos conselhos da coroa	79
V – Vida de antanho	99
VI – Em plena luta	121
VII – Cenas da politica	145
VIII – O Ultimatum	165
IX – Posto de honra	185

X – O Nephlibatismo na gerência publica	203
XI – Gratidão política	229
XII – Junto do leão	249
XIII – A primeira janela de Lisboa	275
XIV – Na brecha	303
XV – Defeitos e qualidades	327
XVI – Nem sempre querer é poder	351
XVII – Poder de irradiação	371
XVIII – Contraminando a opinião	393

Resumo da obra (linhas mestras): Na presente obra de Eduardo Noronha é “apresentada” uma espécie de biografia sobre Emídio Navarro, assim como as suas obras jornalísticas.

Segundo o autor, Emídio Navarro teve um importante papel na evolução do jornalismo em Portugal, tendo sido o seu principal “feito” a fundação do jornal *Novidades*, um dos principais diários nacionais da época. Era um homem que admitia críticas jornalísticas, mas não outras: “Navarro trata rosas como escreve artigos de fundo, com a mesma perfeição e o mesmo conhecimento de causa. A diferença consiste em que não lhe importa que lhe notem um defeito num artigo, mas vai aos ares se lhe duvidarem da formosura das suas rosas ou da valia dos seus conhecimentos de agricultor” (pág. 61).

Noronha refere que, aquando da fundação (ou do projecto da fundação) do *Novidades* Navarro teve a preciosa colaboração de três companheiros, redactores do *Correio da Noite* e do *Progresso*. Eram eles, Barbosa Collen, Joaquim Tello e Carlos Lobo de Ávila. Mais tarde e já quando o jornal se aproximava da sua publicação, juntou-se à pequena hoste, Alberto Braga.

Tal como Noronha especifica, para a fundação do jornal eram necessários fundos. Barbosa Collen, não descansará enquanto não encontrou um “capitalista”, que lhes permitisse financiar o jornal.

Perante a descoberta do “tal capitalista”, Barbosa Collen e a restante equipa dirigiram-se a casa do presumível investidor e deram a boa-nova a Navarro, que se encontrava nesse momento no Luso, pedindo a sua deslocação à capital, para que se desse a legalização do contrato. Navarro não hesitou em fazer a tão esperada viagem.

O jornal teria a primeira publicação a 2 de Janeiro de 1885 e tudo já estaria estipulado. O contrato foi assinado em Novembro, restando assim cerca de dois meses para a data prevista da publicação. No entanto, o investidor não desatava os cordões à bolsa, engendrando várias desculpas e estratégias para assim não investir no jornal. O nome do financiador, no entanto, não é revelado por Eduardo Noronha. Mais tarde, conta o autor, descobriu-se que o prometido investidor teria sofrido pressões de várias entidades a quem não interessaria que a publicação do jornal fosse avante: “As entidades a quem não convinha que o novo jornal saísse, mexeram-se. O grupo, a que pertencia Mariano de Carvalho, sabendo que corriam na praça várias letra do senhor O..., comprou-as. Munido com essa poderosa arma intimou quem as passara a retirar-se por algum tempo.”. Mais tarde, explica Eduardo de Noronha, o investidor teve de pagar um conto de reis de indemnização a Navarro, “em virtude das cláusulas da escritura” (pág. 63)

Conta seguidamente o autor que, no mês de Dezembro de 1884, Emídio Navarro e a sua equipa ainda não tinham o dinheiro necessário para lançar o *Novidades*. Mas Emídio Navarro possuía um vasto leque de amigos dedicados. Francisco Machado e Ferreira de Almeida, com a ajuda de José Ribeiro da Cunha, arranjam forma de financiar o jornal, através das suas próprias poupanças. Nada, nem ninguém conseguia amortecer tal dedicação à publicação do *Novidades*.

Sendo assim a aparição do jornal significou uma eterna vitória para Navarro, tendo assinalado também um melhoramento literário significativo no país. O *Novidades* triunfou em toda a linha. Nunca o público acolhera com tão significativa simpatia um jornal, facto este também claramente enfatizado por Noronha: “Pode comparar-se Emídio Navarro a Hércules, e o *Novidades* à clava do semi-deus do Phanteon romano” (pág. 67). Sendo assim o *Novidades* foi um dos principais e mais relevantes jornais portugueses de sempre, mudando o jornalismo português, mesmo com as limitações características da época.

Autor (nome completo): João Sousa Coimbra Tavares

E-mail: joao_coimbra41@hotmail.com

» Nunes, 1962

Autor: Nunes, Joaquim Ant3nio

Ano de elabora33o (caso n3o coincida com ano de publica33o): -

Ano de publica33o/impress3o: 1962

T3tulo completo da obra: Jornais, Homens e Factos de Portim3o

Tema principal: Hist3ria do Jornalismo

Local de edi33o: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso n3o exista editora): Estudos Algarvios

N3mero de p3ginas: 50

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas p3blicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: PP10413

Biblioteca: Biblioteca Municipal do Porto

Cotas: S2-8-149

Esbo3o biogr3fico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profiss3o, etc.): Nascido em 1905, em Portim3o, e diplomado pelo ensino t3cnico, Joaquim Ant3nio Nunes n3o deixou de demonstrar grande interesse pelas Letras. Seguiu, em Lisboa, o curso complementar de admiss3o aos Institutos Industriais, e de suas fun33es na Administra33o do Porto de Lisboa, onde foi chefe dos Servi3os de Dep3sitos e o primeiro a organizar a sua Casa do Pessoal, e da reflectida experi3ncia na direc33o da Casa do Algarve, de que foi s3cio n3mero 1 (1945-46), retirou parte da linfa humana das suas narrativas. Autor de elucidativa monografia da sua terra natal, *Portim3o* (1956), publicou ainda *Jornais, Homens e Factos de Portim3o* (1962), e o apreci3vel ensaio *Da Vida e da Obra de Teixeira Gomes* (1976). Pertenceu 3 comiss3o promotora do monumento ao poeta Bernardo de Passos e tem colabora33o dispersa em jornais de *Lisboa* (*S3culo Ilustrado*, *Di3rio de Lisboa*, *Di3rio Popular*, *Revista Municipal*) e, sobretudo, na imprensa regionalista (*Di3rio do Alentejo*, *Gazeta do Sul*, *Correio do Sul*, *Jornal do Algarve*, *Com3rcio de Portim3o*). Foi tamb3m director e editor de *Algarve*, boletim informativo da Casa do Algarve em Lisboa.

Livros LabCom

Índice da obra:

O Município – pp. 12
Correio do Meio Dia – pp. 14
Liberdade – 18
Jornal do Artistas – pp. 18
O Algarve – pp. 23
A Independência – pp. 26
A Ordem – pp. 31
A Verdade – pp. 32
O Portimonense – pp. 33
Alma Algarvia – pp. 33
O Arauto – pp. 39
A Lira – pp. 40
Ecos do Além – pp. 41
O Portimonense – pp. 42
O Algarbh – pp. 43
A Cidade Nova – pp. 44
Jornal de Portimão – pp. 45
Rosa Cruz – pp. 48
Comércio Portimão – pp. 48
Jornal de Cinema – pp. 50

Resumo da obra (linhas mestras): Segundo Joaquim António Nunes, apesar de Portimão ter tido uma “importância incontestável” no desenvolvimento de jornalismo, não lhe cabe a honra de ter sido a primeira terra algarvia a publicar um jornal.

Na verdade, já em Faro se haviam publicado jornais como “A Crónica do Algarve”, de 1833 e o “Jornal Crónico”, de 1862. Também terras como Tavira e Lagos tiveram os seus próprios jornais, embora de pouca duração, excepto a lacobrigense “Gazeta do Algarve”, o primeiro semanário da província que se manteve de 1873 a 1877. Também em Lisboa surgiu “O Algarviense”, que, embora se tenha mantido por pouco mais de um ano, foi de uma importância extrema devido aos problemas vividos na altura na região, já que tratava os problemas que careciam de regulação e forne-

cia elementos de estudo ao Governo para a sua conveniente solução. “O Algarviense” funcionava como uma espécie de tribuna, onde todas as terras do Algarve apresentavam as suas lamentações e pediam aos poderes superiores as necessárias providências. Foram importantes colaboradores deste jornal nomes como João Bonança (que se evidenciou pelos famosos artigos contra a pena de morte) e Romeira Pacheco, que para além de proprietário, era o principal escritor do jornal.

O Município foi o primeiro jornal a ser publicado em Portimão, a 04 de Agosto de 1873, sendo, assim, o primeiro mensageiro portimonense que dava a conhecer as belezas e riquezas naturais da região. O jornal, que teve numa primeira tiragem apenas 1000 exemplares, deixou de se publicar a 10 de Maio de 1874, altura em que se passou a chamar “Correio do Meio Dia”, reaparecendo com o primeiro nome a 17 de Março de 1878, tendo deixado de se publicar definitivamente a 21 de Julho de 1878. Era um jornal de dimensões regulares, de 4 páginas, sempre bem recebido pela população e um incontestável defensor dos interesses da terra e dos direitos dos cidadãos. Foram principais colaboradores do jornal Bulhão Pato, César Machado e Gomes Leal.

O *Correio do Meio Dia*, também publicado em Portimão, surge com a necessidade de descanso de Domingos Leonardo Vieira do seu papel de redactor-responsável d’ “O Município”, que via em Luís Mascaranhas – proprietário e redactor-responsável do “Correio do Meio Dia” – um enérgico e competente defensor das justas pretensões da província, energia essa que, aliás, se observa em cada página do jornal. O jornal tinha o mesmo formato que “O Município”, embora inserisse também uma página de anúncios. Também n’ “O Correio do Meio dia” Bulhão Pato foi um importante colaborador.

A Liberdade, um semanário com tipografia própria que foi publicado de 18 de Outubro de 1874 a 1878, era um importante defensor dos interesses do país, em especial do Algarve. Foi seu director o Dr. José António Dâmaso e seu administrador José Paulo Serpa.

O *Jornal dos Artistas*, que se publicou de 11 de Novembro de 1875 a 20 de Setembro de 1877, teve como principais redactores Gomes Leal e José Alexandrino de Avelar. A sua primeira tiragem foi de 5350 exemplares, o

que nos demonstra a expansão do jornal no *Algarve* e outras províncias, numa época onde o número de indivíduos que sabiam ler era de 2000. Portimão atinge, assim, a culminância do pensamento graças a uma “elite” de homens cultos que aqui nasceram ou se fixaram, desejosos de expandir as suas ideias e conhecimentos. Chega-se, portanto, a pensar, que foi exactamente de Portimão que irradiou toda a força criadora que implantou e enraizou a Imprensa na província do Algarve. O jornal, cuja função era não tanto de defesa local mas instrumental, educativa e moralizadora, ilustrou páginas com galeria de celebridades de vida digna de ser conhecida pelos leitores. Nasceram, assim, João de Deus, César Pola e António José Glória. Surgem, também, Rafael Zacarias e D. Maria José da Silva Canuto, entre outros.

O *Algarve*, cujo subtítulo era “órgão do partido progressista nas províncias do Sul”, foi o primeiro bi-semanário em Portimão. Este jornal tem a particularidade de não se referir um único nome dos seus responsáveis, embora se pense que o seu director fosse Luís Mascaranhas. “O Algarve” foi publicado de 21 de Setembro de 1878 a 09 de Novembro de 1879 e tinha o formato e o grafismo semelhantes ao “Município”, embora a sua leitura se fosse tornando insípida de dia para dia pela má impressão.

A Independência, de Joaquim João Serpa, começou a ser publicada a 08 de Fevereiro de 1880 e terminou a sua publicação a 07 de Maio de 1882. O jornal tinha a sua própria tipografia, era bem impresso e tinha dimensões superiores aos jornais até então. Talvez por ser de linguagem e política moderadas e por ser de escassa colaboração, “A Independência” teve uma projecção muito limitada, embora lhe tenha cabido a honra de registar a maior manifestação cívica realizada em Portimão. Possivelmente para suprir esta falta, Joaquim Serpa publicou em folhetins obras de autores franceses. Também este jornal – à semelhança de todos os outros – nos fala de Barros e Cunha, cuja importância não pode, de forma alguma, ser esquecida.

A Ordem, que foi publicada de 18 de Junho de 1882 a 19 de Novembro do mesmo ano, e propriedade de Joaquim Serpa, manteve o mesmo formato d’ “A Independência”, agravando, contudo, a sua ilegibilidade. Também “A Ordem” não teve muita projecção, sendo visível uma crescente degradação a cada nova publicação.

A Verdade, de José Negrão Buisel, surge apenas 20 anos após “A Or-

dem”, a 04 de Maio de 1902 e deixa de ser publicado a 17 de Agosto do mesmo ano. O jornal era de formato grande e bem impresso e tratava assuntos como o analfabetismo e a higiene. Como deu publicidade a uma série de artigos de crítica à administração das Caldas de Monchique, foi o jornal processado pelo Dr. Castelo Branco.

O Portimonense, jornal gratuito cuja publicação se iniciou, numa primeira fase, a 14 de Julho de 1910 e terminou a 1 de Setembro do mesmo ano, era administrado por Joaquim da Silva Prazeres e consistia numa pequena folha de anúncios de quatro páginas. O jornal reaparece a 29 de Julho de 1926, contando com a colaboração de Camilo Cordeiro, e deixa definitivamente de ser publicado a 02 de Fevereiro de 1928.

Alma Algarvia, o décimo jornal de Portimão, surge a 12 de Março de 1911. Era um excelente jornal, de óptimo aspecto gráfico e bem impresso, que contou com a colaboração de Julião Quintinha, um excelente dinamizador. O jornal tratava assuntos que acentuavam o extraordinário período de actividades no Algarve e demonstrou ser um alto defensor dos interesses regionais, reclamando constantemente para a zona da sua influência os benefícios que mais se faziam sentir e que o país lhes podia dar. Foram seus colaboradores nomes como Júlio Dantas, João de Deus, Antero de Quental, Guerra Junqueiro, Teixeira de Pascoais e muitos outros poetas.

O Arauto, de Antony Guynnet, iniciou a sua publicação a 23 de Julho de 1914 e cessou-a a 15 de Julho de 1915. O jornal tinha o formato do “Diário de Lisboa” e apresentava gravuras de cidades próximas, acompanhadas por artigos que as enalteciam, fazendo jus ao seu subtítulo – “Interesses Algarvios”. O jornal tratava assuntos limitados ao meio portimonense, como as festas no casino ou outras notícias locais e publicou, entre outros, textos de Júlio Dantas e de Cesário Verde.

A Lira surge a 1 de Outubro de 1919, em forma de quinzenário, e, embora contasse, já no seu primeiro número, com versos de Guerra Junqueiro e Bocage, as suas constituições literária, noticiária e publicitária eram fracas, pelo que “A Lira! Não foi muito bem sucedida. O jornal tinha Manuel da Silva Duarte como director e tinha como redactores António Paiva Aragão e João Marques Simões, que o acabou por passar a dirigir logo no seu terceiro número.

Ecos do Além, cujo principal redactor foi Manuel Caetano de Sousa, teve a sua publicação ligada a Faro, a Silves e só depois a Portimão, onde começa a ser publicado a partir de 1921. O jornal, talvez por ser de propaganda espírita de vida acidentada, teve, apesar do bom aspecto gráfico, escassa colaboração e não foi, como é óbvio, um órgão defensor dos interesses da região

O Portimonense iniciou funções a 10 de Fevereiro, cessando-as a 25 de Abril de 1923, foi dirigido por José Francisco Cabrita e administrado por Amadeu Gomes. O jornal tinha como objectivos “dotar Portimão de um órgão de Imprensa” e apresentava-se, primeiramente, em formato pequeno, que foi posteriormente melhorado, impresso em tipo variado e de muito bom aspecto gráfico, revelando-se um precioso defensor dos interesses regionais. Participaram neste jornal vários escritores, nomeadamente Armando de Miranda e Maria Veleda.

Algarbh, um quinzenário de Armando de Miranda cujas publicações iniciaram a 5 de Fevereiro de 1922 e se supõe que tenham sido suspensas a 20 de Agosto de 1922, tinha Alfredo Lopes, Eugénio Belles Leiria e Pedro Luís Ferrer como redactor, editor e administrador, respectivamente.

A Cidade Nova surge a 2 de Agosto de 1925, com o entusiasmo da elevação de Portimão a cidade, e desaparece a 22 de Outubro de 1925. Tinha como director / editor Luís Moreira e como administrador Manuel Patrocínio. O jornal intitulava-se defensor dos interesses do Concelho de Portimão e teve como colaboradores Júlio Calaça e Camilo Cordeiro, entre outros.

Jornal de Portimão iniciou a sua publicação no mesmo dia que “A Cidade Nova” e deixou de se publicar a 27 de Junho de 1926, teve como director Armando de Miranda, como editor Rodrigues Branco e foi administrado por José Rosado Nunes. O jornal ultrapassa muito a craveira normal desta classe de imprensa e foi, indubitavelmente, o mais importante que se publicou em Portimão, já que foi aquele que maior colaboração local reuniu, era muito bem impresso, tinha um bom aspecto gráfico e foi considerado um grande defensor dos interesses vitais do concelho. Foram seus colaboradores Pedro Júdice, Marcos Algarve, Francisco

Marques Pereira e muitos outros.

Rosa Cruz, uma revista mensal de filosofia, ciência e religião, aparece em Março de 1926 e é publicada até Agosto de 1930. A revista tinha como redactor principal e administrador Florindo Costa e era editado por Hermenegildo Costa.

Comércio de Portimão, cujo objectivo é simplesmente substituir, na função de órgão anunciador, o “Jornal de Portimão” surge a 11 de Julho de 1926.

Jornal de Cinema, cuja publicação se iniciou a 1 de Janeiro de 1932, tinha em José Bastos Júnior o seu director e em Manuel Vieira o seu administrador. Era um jornal muito bem impresso, e de excelente aspecto gráfico, que incluía algumas fotografias, e foi publicado até 10 de Julho de 1932.

Autor (nome completo): Marcelo Guaraci da Silva e Silva
E-mail: ma.silvasilva@gmail.com

» O Primeiro de Janeiro, 1948

Autor: Não tem [O Primeiro de Janeiro]

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1948

Título completo da obra: O Primeiro de Janeiro: Pequena História de um Grande Jornal

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Porto

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): O Primeiro de Janeiro

Número de páginas: 63

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: L. 13719//8 V. e L. 13740//5 V.

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): -

Índice da obra: [Não tem índice.]

Há 75 anos: o ambiente em que nasceu “O Primeiro de Janeiro” – pp. 7-10

Um quarto de século após as “bodas de ouro”: rápida resenha de fases várias do jornal que o encaminharam para o seu pleno triunfo – pp. 11-21

Fundamentos do edifício erguido há três quartos de século – pp. 24-26

A fisionomia do pequeno quotidiano que apareceu em 1869 – pp. 26-29

O impulso dado ao jornal por Gaspar Ferreira Baltar – pp. 29-32

A guerra de 1870 foi decisiva para a vida do jornal – pp. 32-34

Expansão rápida de “O Primeiro de Janeiro” por todo o norte do país – pp. 34-36

Os aumentos da tiragem eram escrupulosamente registados – pp. 36-39

Como surgiu a expressão consagrada: A “Família” do “Janeiro” – pp. 39-41

A calma no último decénio do reinado do senhor D. Luís – pp. 41-43

O Incidente Anglo-Português e a Revolta de 31 de Janeiro de 1891 – pp. 43-45

As vitórias em África e a morte de Gaspar Ferreira Baltar – pp. 45-46
A primeira rotativa e a publicação regular de gravuras – pp. 47-49
Os progressos realizados nos primeiros anos deste século – pp. 49-52
As lutas políticas que precederam a proclamação da República – pp. 52-54
O esforço dispendido ao começar a “Grande Guerra” – pp. 54-56
A renovação operada após a mudança de empresa – pp. 56-59
Novas transformações na vida de “O Primeiro de Janeiro” – pp. 59-61
Os mais recentes progressos técnicos e as nossas iniciativas – pp. 61-63

Resumo da obra (linhas mestras): Este livro conta aquilo que de relevante aconteceu à volta do jornal *O Primeiro de Janeiro* desde a sua fundação.

Começa com uma exaltação deste, nomeadamente, do modo como cumpre a sua função e tem sabido manter a sua dimensão e estatuto.

Ao iniciar a história, começa por ir até à fundação do jornal e à sua origem na “Janeirinha”, movimento contestatário que eclodiu a 1 de Janeiro de 1868. Passa a descrever o processo de fundação do jornal, que emanou de algumas figuras ilustres do movimento já referido.

De seguida, retrata o jornal nos seus primórdios. Inicialmente, o “Primeiro de Janeiro” caracterizava-se pela sua intelectualidade e pelas suas fortes preocupações políticas.

Aproveita ainda para homenagear a figura do seu fundador, Gaspar Ferreira Baltar, enaltecendo o seu papel decisivo para o crescimento e sobrevivência do jornal, pelo seu contributo financeiro, mas também pela visão com que o soube gerir.

O momento apontado aqui como crucial para a afirmação do jornal foi a guerra franco-prussiana, em 1870. É relatada, aqui, a forma como o “Primeiro de Janeiro” conseguiu uma posição privilegiada para a cobertura do acontecimento, oferecendo ao público uma informação mais fiel do que a que lhes era fornecida pelos restantes jornais.

Pouco tempo depois, notam-se sucessivos aumentos de tiragem. Cresce também o número de colaboradores e, quase diariamente, o jornal passa a sair em grande formato e chega a muitos locais do norte. É aqui que atinge uma expressão inédita, comparativamente a qualquer outro jornal da região. O ano de 1878 viu uma subida vertiginosa na tiragem do jornal, passando de 9.500, em Janeiro desse ano, para 15.000 em Outubro.

Em 1880, o jornal muda as suas instalações para o prédio da rua de Santa Catarina, cujo segundo andar se torna residência de Gaspar Ferreira Baltar. O seu envolvimento constante no dia-a-dia do jornal e a relação que criou com os seus trabalhadores, assim como a destes entre si, deram ao grupo a imagem de uma família, começando a ser conhecido como “a família do Janeiro”.

Nas páginas 41 a 45, é abordada a vida do jornal durante os anos de 1880 e 1890, dando o livro destaque ao tratamento, por parte do jornal, de momentos como o “ultimatum” britânico ou a Revolta de 31 de Janeiro de 1891. Em 1898, falece Gaspar Ferreira Baltar, passando a direcção do “Janeiro” para o seu filho, o Dr. Gaspar Baltar. Com a nova direcção e a viragem do século, o jornal adere à revolução tecnológica, adquirindo uma rotativa alemã, dando-se uma consequente multiplicação do número de páginas de cada edição e das gravuras nelas presentes.

É apresentado, de seguida, o seu tratamento ao grande acontecimento que foi a proclamação da República, e o seu esforço dispendido na cobertura da I Guerra Mundial.

As últimas páginas do livro cobrem as últimas três décadas da história do jornal, começando por descrever o processo de renovação decorrente da sua venda, em 1917, a um grupo de capitalistas de Lisboa, encabeçado por Fausto de Figueiredo e João Pires Correia. Nas páginas 59 a 61, refere o que mudou na vida do jornal durante a década de 20, como as mudanças de direcção e a aquisição de uma nova rotativa. Por esta altura, no que aos conteúdos diz respeito, passou a haver mais espaço para os assuntos desportivos e artísticos. Nas últimas três páginas, os impactos positivos resultantes da vinda dessa nova rotativa e os méritos do jornal na divulgação do desporto e da cultura voltam a ser sublinhados.

Autor (nome completo): Vitor Moura

E-mail: vitormoura_88@hotmail.com

» Oliveira, 1956

Autor: Oliveira, Zacarias de

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): 1955

Ano de publicação/impressão: 1956

Título completo da obra: A Imprensa Católica – “Conferência lida em Fátima no 1º Encontro Nacional da UCIDT em 16-X-1955”

Tema principal: Teorria do Jornalismo

Local de edição: Coimbra

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Tipografia da Atlântica

Número de páginas: 25

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: P. . 2665 // 1V

Biblioteca: Biblioteca Municipal do Porto

Cotas: K3-6-10-P7-(13)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): -

Índice da obra:

I – A IMPRENSA EM GERAL

A imprensa em Portugal: p. 6

O jornalista: p. 6

Fim da imprensa: p. 9

Imprensa especializada: p. 10

Influência da imprensa: p. 11

A sensação em jornalismo – os escândalos: p. 12

Jornalismo e literatura: p. 12

A imprensa em Portugal: p. 13

II – A IMPRENSA CATÓLICA

Finalidade da imprensa católica: p. 15

Dificuldades: p. 16

Livros LabCom

Importância da imprensa católica: p. 17

Aspectos da imprensa católica: p. 18

III – A IMPRENSA CATÓLICA EM GERAL

Panorama: p. 19

Penetração e leitura: p. 20

Dizem os leitores: p. 21

Dizem os jornais: p. 22

Soluções: p. 23

Resumo da obra (linhas mestras): Este é um livro da autoria de Zacarias Oliveira que trata vários aspectos da imprensa católica. Na primeira parte do livro são abordados aspectos da imprensa em geral. Refere o autor que, para ele, assim como para a maior parte das pessoas, os jornais têm grande importância, uma vez que “os jornais entraram no lugar comum da existência. Influenciam, esclarecem, orientam, determinam”. Alguns factos importantes da história da comunicação são referido neste livro, como a descoberta na China, em 1900, de um livro impresso datando de 868 da nossa era e de ter sido em Leiria que se estabeleceu pela primeira vez em Portugal “uma imprensa rudimentar”.

Numa caracterização do jornalista (p. 6), o autor afirma que este é “um ser de excepção”, porque “é um homem marcado pela inquietação da verdade, pela beleza que ele não descobre” e porque “é um especialista da verdade e do bom senso”. Alguns fins da imprensa são, segundo o livro, “calar a nossa curiosidade”, “vencer distâncias e aproximar os homens”. Nas páginas 10 e 11, o livro fala sobre vários tipos de imprensa especializada que existem (futebol, cinema, turismo, etc.) e sobre a grande influência que a imprensa exerce nas pessoas, alterando as suas ideias e opiniões. Factos como a grande importância que os escândalos ou “bisbilhotices” têm no poder de venda dos jornais (p. 12) e a existência de uma grande variedade de imprensa em Portugal (p. 17), são também referidos neste livro.

A segunda parte do livro aborda em profundidade a imprensa católica. Afirma o autor que a “instrução e formação de mentalidades católicas”, assim como a “apresentação de exemplos de vida católica em letra redonda”,

são objectivos deste tipo de imprensa (p. 15). As dificuldades sentidas por este tipo de imprensa, como “possuir contra si todas as forças que se organizam para combater a Igreja”, e a sua importância, por através dela que se adquirir cultura, são também referidas pelo autor (p. 16 e 17).

A terceira e última parte do livro começa com um panorama sobre a imprensa católica (p. 19), onde o autor afirma que o número de jornais e publicações de orientação editorial católica é “grande”, e que a imprensa católica se deve “dedicar a tudo o que preocupa o homem”. Para ele, essa imprensa não melhoraria devido à falta de leitores, que a considerariam “maçadora, horrível” e com uma pobre apresentação gráfica (p. 21). Opiniões estas que os jornais católicos recusam, ao afirmarem que os leitores não possuem “mentalidade e formação católicas”, e que são católicos de “fachada”. Assim, haveria uma discrepância entre o que os leitores desejam na imprensa católica e aquilo que os responsáveis editoriais por esta estariam dispostos a dar aos primeiros.

Para terminar, o autor refere várias soluções para este problema, como sejam tornar o então diário *Novidades* num jornal dirigido às elites católicas e permitir a aparição de um outro jornal católico para o público menos exigente. De qualquer maneira, segundo Zacarias de Oliveira, a responsabilidade pelo estado da situação em que então vivia a imprensa católica portuguesa era “de todo o católico”, sendo necessário unir as vontades “num desejo positivo de mais e melhor” e levar os católicos a perceber que teriam alguma coisa a lucrar “numa vida em comum com as publicações católicas”.

Autor (nome completo): Hugo André Guedes de Castro
E-mail: 18545@ufp.pt

» Oliveira, 1969

Autor: Oliveira, Américo Lopes

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1969

Título completo da obra: Jornais e Jornalistas Madeirenses

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Braga

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Edições Pax

Número de páginas: 35

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Municipal do Porto

Cotas: S6-1-14 – (25) e D6-12-30 – (2)

Biblioteca: Universidade do Minho – Serviço de Documentação

Cotas: BGUM1 07 (469.8)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Américo Lopes de Oliveira nasceu em Lisboa, no ano de 1911. Frequentou a Universidade Clássica de Lisboa, tendo ingressado na Administração Pública em 1932, consagrando, desde então, parte do seu tempo ao jornalismo. Foi jornalista, crítico de arte e divulgador de temas históricos. Foi redactor do *Diário do Minho* e da revista *Flama*. Escreveu para vários programas da ex-Emissora Nacional e da Rádio Renascença. Foi colaborador do suplemento de letras e artes do jornal *Novidades* (1949), aí mantendo uma secção sobre artistas plásticos nacionais e estrangeiros. Correspondente de várias publicações estrangeiras, foi bolseiro do Governo Espanhol entre 1957 e 1959, para um curso de jornalismo na Universidade Internacional Menéndez y Pelayo, de Santander. Participante no Congresso de História Peninsular, em Saragoça, designado conselheiro de honra da Academia “Fernando, El Católico”, esteve presente no Congresso de Ciências Históricas em Estocolmo (1960), sendo ainda delegado em Portugal da Academia Mundial de Artistas, de Roma. Foi colaborador da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, da editora Lello Universal e da *Enciclopédia Ul-*

tramarina. Colaborou também nos jornais e revistas: *Voz*, *Correio de Minho*, *Acção*, *Vida Mundial Ilustrada*, *Século Ilustrado*, *Comércio do Porto*; *Setubalense*, *Ler e Cartaz* (Portugal); *La Noche* e *La Voz de Galicia* (Espanha); *Diário Ilustrado* e *Mercúrio* (Chile); *Voz de Portugal* (Califórnia, EUA), para além de periódicos brasileiros. Além de todo este curriculum, foi ainda membro do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnologia e sócio correspondente da Real Academia Galega. Faleceu no ano de 2003, em Fafe, cidade onde existe uma fundação com o seu nome.

Índice da obra

(Introdução) ...Pág. 3

Jornalistas Madeirenses... Pág.7

Jornais, Revistas e Publicações periódicas de outros géneros, na Madeira... Pág. 11

Jornais Madeirenses considerados clandestinos... Pág. 28

Jornais Madeirenses Números Únicos... Pág. 28

Boletins Madeirenses... Pág. 28

Almanaques Madeirenses... Pág. 29

Do Siso ao Riso: *Re-nhau-nhau* – O Jornal Humorístico da Madeira

Resumo da obra (linhas mestras): Nesta obra, o autor começa por salientar as virtudes do jornalismo e dos jornais como bastiões de valores, conhecimento variado e cultura, descrevendo os passos difíceis para o seu aparecimento e consolidação, no arquipélago da Madeira. A partir do segundo capítulo, o autor enuncia ordenada e alfabeticamente os jornais existentes no arquipélago da Madeira entre os anos de 1825 e 1969 (ano da publicação da obra), bem como os jornalistas que colaboraram nessas mesmas publicações. Nesta exposição é dado destaque a alguns jornalistas, nomeadamente a: *Francisco Jorge Abreu*, *João França*, *Joaquim José Ferreira de Freitas* e *Vasconcelos Moniz de Bettencourt*. Seguidamente, o autor apresenta uma descrição de todos os periódicos madeirenses (no período temporal analisado), incluindo a enumeração de todos eles por ordem alfabética, o tipo de publicação (jornal, revista, etc.), as datas nos quais os mesmos foram publicados, os números edi-

tados e, em muitos dos casos, os seus fundadores ou dirigentes. Nesta análise, é dado um particular relevo a publicações madeirenses como o *Comércio do Funchal*, *Diário da Madeira*, *Diário de Notícias*, *Eco do Funchal*, *O Jornal*, *O Patriota Funchalense* (o primeiro jornal da Madeira e primeiro fora do Continente Português) ou o *Voz da Madeira*, relevo esse justificado pela importância histórica que tais publicações atingiram, pelo menos no jornalismo insular.

Nos capítulos seguinte, a obra guarda ainda espaço para referências a jornais madeirenses clandestinos (*O Garoto* e o *Tribunal Secreto*), para a indicação de jornais madeirenses que apenas por uma vez saíram para edição e também para a especificação de Boletins e Almanagues madeirenses publicados no espaço de tempo pesquisado.

Por último, o autor abriga, em cinco páginas que constituem o capítulo “Do Siso ao Riso: *Re-nhau-nhau* – *O Jornal Humorístico da Madeira*”, menções ao jornalismo humorístico, destacando sobretudo a dificuldade e limitações com que se debatiam as edições deste cariz como *Os Ridículos* ou o *Sempre Fixe*, publicações de carácter nacional, concluindo pela apresentação do jornal humorístico madeirense (à altura), *Re-Nhau-Nhau*, publicação existente já desde 1928, elevando as suas virtudes e contando, de certa forma, a história do seu nascimento e posterior crescimento, do qual o autor foi parte integrante e apaixonada.

Autor (nome completo): Helder Augusto Pereira Coelho
E-mail: hapcoelho@gmail.com

» Oliveira, 1973-A

Autor: Oliveira, César

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1973

Título completo da obra: Imprensa Operária no Portugal Oitocentista: de 1825 a 1905

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Editorial Império

Número de páginas: 31

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: P. 218 V.

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): César Oliveira nasceu em 1947, na Amadora. Era licenciado em Ciências Histórico - Filosóficas, pela Universidade Clássica de Lisboa, onde regressou como professor, entre 1947 e 1988. Foi director do *Diário de Lisboa*, entre 1975 e 1989. Morreu a 24 de Novembro de 2006 de acidente de avião na América Latina.

Índice da obra: [Não tem índice.]

1. Introdução: p. 5

2. A sociedade portuguesa oitocentista: pp. 6-8

3. O espírito oitocentista, o jornalismo, a política e a questão da liberdade de expressão: pp. 9-12

4. A imprensa operária no Portugal oitocentista: p. 12-19

Bibliografia: p. 19

Anexo I - Quadros Estatísticos: pp. 20-21

Anexo II – Inventários da Imprensa Operária e Popular: pp. 22-26

Anexo III – Distribuição Geográfica dos Periódicos: pp. 27-28

Anexo IV – Criação de Periódicos: pp. 29-30

Livros LabCom

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra resulta da tentativa de responder às questões: qual o significado, como se articulou, e qual a importância da imprensa operária no Portugal oitocentista?

Segundo o autor, como ainda não era possível precisar a trajectória evolutiva da sociedade oitocentista em Portugal, este livro é meramente uma interpretação possível deste trajecto. Os dados analisados resultam, revela César Oliveira, de um estudo aprofundado da sociedade oitocentista, feito cerca de quatro anos antes do lançamento da obra.

A sociedade Portuguesa do século XIX caracterizava-se, diz o autor, pela “consciência das persistências das relações sociais do antigo regime com um processo lento, complexo e sinuoso de transformações capitalistas” (p.6). Até meados do século XIX, relembra o autor, Portugal era constituído por grupos económico-sociais isolados, cuja informação económica e cultural era trazida através de uma precária rede de navegação costeira. No entanto, com a Regeneração e o Fontismo, consolidou-se o liberalismo e surgiram as redes ferroviárias e rodoviárias que permitiram uma maior circulação de pessoas e ideias, quebrando o isolamento cultural e económico das regiões do interior. A rede ferroviária foi, na opinião do autor, o elemento mais importante na evolução do país, contribuindo para o desenvolvimento comercial, para a implantação de novas indústrias, para a circulação mais rápida do correio, para a integração dos mercados regionais, e principalmente para impulsionar a circulação de ideias. No final do século XIX, relembra César Oliveira, o crescimento urbano, em particular de Lisboa, potenciou as tensões sociais que, agudizadas pela crise económica e financeira, pelas consequências da Conferência de Berlim e do Ultimato Inglês, permitiram o crescimento do Partido Republicano e, finalmente, a queda da Monarquia.

César Oliveira salienta, então, que com o desenvolvimento económico e social e as transformações políticas se assistiu à fundação exponencial de jornais. Relembra, ainda, o autor que a imprensa oitocentista contou com a colaboração da maioria dos políticos, animados pelos ideais liberais e pelo clima de relativa liberdade de expressão. O artigo político e os jornais políticos tornaram-se, assim, elementos identitários da imprensa da época. Mas, uma vez que a rede de transportes era fraca,

lembra também o autor, grande parte dos periódicos tinham um período de vida muito curto e a sua circulação restringia-se às urbes onde eram publicados, em especial em Lisboa e Porto, onde o número de analfabetos era menor.

César Oliveira é de opinião que, nessa época, a revista *Panorama*, generalizou o gosto pela leitura e fomentou o espírito da “Ilustração”. Os folhetos volantes, por seu turno, tornaram-se uma importante forma de difusão e discussão de temas polémicos.

Continuando o seu diagnóstico sobre as condições que permitiram o desenvolvimento do jornalismo no século XIX, César Oliveira recorda o desenvolvimento da via ferroviária, veículo que trazia da Europa as grandes ideias inovadoras, bem como a introdução do telégrafo, que acentuou a rapidez da informação. Segundo o autor, a imprensa promoveu, em consequência, o interesse de Portugal pela Europa. Por essa altura, salienta, igualmente, César Oliveira, os jornalistas tornaram-se “praticamente” profissionais e os jornais começaram a ser geridos como empresas. O sucesso comercial e a concorrência ganharam peso no mundo jornalístico e criaram condições para a crescente inclusão de publicidade nos periódicos.

Por volta de 1880, “começa a difusão da imprensa periódica pelo interior (...). Este fenómeno da imprensa regional prolonga-se até ao findar do último quartel do século XX. Só a *grande imprensa* e a sua circulação rápida obrigaram ao declínio da imprensa regional, ao mesmo tempo que desaparecia a vida política localizada. À medida que o final do século se aproximava, alargava-se o leque da temática e das especialidades [dos jornais]”, continua o autor, evidenciado que a imprensa não cresceu só em quantidade mas também em diversidade, revelando-se um educador cultural e um elo de ligação entre as sociedades urbanas e sociedades não-urbanas. O autor reconhece, assim, à imprensa oitocentista uma influência “considerável” (p. 12) em Portugal, potenciada, inclusivamente, pela diminuição do analfabetismo, pese embora o facto de, em média, existir um número de jornal para cada quarenta habitantes em meados do último quartel do século XIX.

Foi nesse contexto que, segundo o autor, a imprensa operária se de-

senvolveu, inicialmente de forma tímida, até porque foi lentamente que os trabalhadores portugueses se começaram a associar em sindicatos e outras entidades. A extinção das corporações, em 1834, sublinha César Oliveira, facultou, nesse contexto, “a entrada dos trabalhadores no mercado de trabalho, como verdadeira mercadoria livre de limitações” (p. 13). Por outro lado, evoca o autor, a implantação geográfica da imprensa operária limitou-se, essencialmente, ao litoral urbanizado e industrializado. É ilustrativo verificar, ao analisar os quadros 1 e 2 da página 14 e o Anexo I, que o rápido crescimento da imprensa acompanha o crescimento urbano, nomeadamente da população lisboeta.

Entre 1850-1905, a imprensa operária, segundo o autor, pode dividir-se em dois grandes grupos: a imprensa ligada às diferentes associações profissionais e a imprensa de *doutrinação e formação*. Contudo, ambos os tipos de imprensa se transformavam e remodelavam consoante as mutações do movimento operário.

O autor, seguidamente, esquematiza as principais fases do movimento operário português, inserindo neles a imprensa operária:

A) 1850-1871: Período de associativismo mutualista português.

Neste período, existiram 24 periódicos operários de curta duração, maioritariamente semanais ou mensais. Segundo o autor, o *Eco dos Operários* foi o mais importante e influente jornal operário da época.

Na imprensa do operariado, os principais temas eram a doutrina e teorias socialistas, as reclamações por parte de grupos profissionais, as colaborações literárias, os discursos e comentários relativos ao Governo, etc.

B) 1871-1877: Da colaboração à luta de classes.

Neste período, em que se fundaram onze jornais operários, a imprensa operária adquire maioritariamente uma feição socialista, impulsionada, inclusivamente, pela fundação do Partido Socialista, em 1875, que publicava *O Protesto*, em Lisboa, e *O Operário*, no Porto, de cuja fusão emergiu *O Protesto Operário*.

Nessa época, recorda o autor, o movimento operário português foi transformado pela criação da Aliança da Democracia Socialista e, depois, pela Associação Federativa da Resistência Operária; pelo exemplo da Comuna de Paris e pelas críticas ao liberalismo. O jornal *O Pensa-*

mento Social, primeiro a lutar assumidamente por uma revolução socialista em Portugal e a divulgar o pensamento marxista e anarquista, foi um dos mais importantes dessa época. Os extremistas socialistas que viam no sufrágio um embuste concentraram-se, por seu turno, em volta de jornais como o *Proletariado Militante*, mas o grupo que esteve na origem do Partido Socialista, grande parte deles republicanos e ligados à Maçonaria, opôs-se, segundo o autor, à luta de classes e propôs, ao invés, uma “aliança de classes” contra a Monarquia, sendo as suas posições ecoadas por *O Protesto*, *O Operário*, *O Protesto Operário* e *A Voz do Operário*.

Pelo final desse período, o Partido Socialista, onde se digladiavam facções, que procurava captar votos no mesmo espaço do Partido Republicano e cujos apoiantes maioritariamente não tinham direito de voto, entrou em crise.

C) 1877-1906: Período da ascensão do anarco-comunismo e de reactivação das associações de classe (legalizadas em 1896)

Neste período assiste-se a uma grande expansão da imprensa operária, tendo-se, inclusivamente, assistido não só à criação de jornais operários fora do litoral mais urbanizado e industrializado (a partir de 1900) mas também à criação de jornais operários católicos, que competiam com os jornais de orientação socialista e marxista. No entanto, a acção dos jornais socialistas e anarquistas foi refreada por uma lei de 13 de Fevereiro de 1896, que proibia a propaganda anarquista e comunista sob pena de degredo para Timor.

César Oliveira evoca, nesse contexto, o jornal *A Revolução Social*, fundado em 1877, no Porto. Os seus ideais eram a “recusa da luta política e da legalidade dos meios de acção e a recusa de submissão a toda a autoridade” (p. 18) e tinha como lema “Comunismo e Anarquia”. Era marcadamente internacionalista, tendo publicado numerosas traduções e desenvolvido campanhas de apoio a anarquistas estrangeiros. Extinguiu-se em 1891, mas a sua orientação foi prosseguida em jornais como *A Revolta*, *O Germinal*, *O Agitador* e *A Obra*.

Em 1908 criou-se o primeiro jornal diário operário português: *A Greve*. Por esta altura, explica César Oliveira, há uma aliança entre os

anarquistas e os sindicalistas revolucionários que, embora conflituosa, contribuiu para “o desaparecimento do Partido Socialista da actividade junto dos trabalhadores e produziu, após a implantação da República, um espantoso surto da imprensa operária.” (p. 19)

Autor (nome completo): Carolina Cardoso Pinto Ferreira da Silva / Jorge Pedro Sousa

E-mail: carolina@oninetspeed.pt / j.p.sousa@mail.telepac.pt

» Oliveira, 1973-B

Autor: Oliveira, Maurício

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1973

Título completo da obra: Diário de um Jornalista

Tema principal: Jornalistas e Vida Profissional

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Edição do autor/Impressão na Empresa do Jornal do Comércio

Número de páginas: 289

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: L. 22090 V.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: A8-14-82

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Jornalista, nasceu em 1909 e faleceu em 1972. Foi chefe de redacção e director de *A Capital* e do *Jornal do Comércio*.

Índice da obra:

I – Palavras de abertura: p. 7

II – Da juventude à vida prática

- Ribatejo por acaso: p. 23
- Triste episódio revolucionário logo na meninice: p. 25
- A vida liceal – Marcello Caetano, Lima Basto, Paulo de Barros: p. 29
- Dois Encontros com Teixeira Gomes: p. 37
- Encontro com Afonso Costa: p. 42
- Deterioração política: p. 47

III – 1926

- Lançado na Profissão: p. 53
- O jornalismo – esse fascínio: p. 58

Livros LabCom

- A odisseia de Mendes Cabeçadas: p. 61
- Primeiro encontro com Salazar: p. 66
- Perfil de um vencido: p. 68
- O homem do passo pequenino: p. 74
- Traços sérios e jocosos de Gomes da Costa: p. 75
- E assim nasceram as palavras Estado Novo: p. 85
- A hipótese Gago Coutinho: p. 86
- Um documento cujo espírito vigoraria durante décadas: p. 89
- O crepúsculo de Gomes da Costa: p. 91
- Gomes da Costa na hora da derrota: p. 95
- Um cidadão exemplar: p. 103
- Na perspectiva do empréstimo que não se faria: p. 106

IV – 1927

- A batalha e a contrabatalha no empréstimo externo: p. 113
- Uma «aparição» na política: p. 119
- Insólita cena de tiros: p. 121
- O paladino do perdão: p. 124
- O «outro» Gomes da Costa: p. 126

V – 1928

- Gomes da Costa justifica-se: p. 131
- Começo da era salazariana: p. 144
- A paixão da Marina: p. 149
- Primeira conferência pública e uma romagem política: p. 153
- Multa histórica: p. 155
- Uma actividade marginada da imprensa: p. 158

VI – 1929

- Uma brecha na classe: p. 159
- No «reduto» do «Diário de Lisboa»: p. 160
- Encontro dramático com António José de Almeida: p. 165
- Primeiro embarque: quinze noites a dormir numa banheira: p. 169
- Um chá presidencial que não se perdeu: p. 176
- «A crise dos sinos»: p. 182
- Renasce a esperança: p. 186
- Novo encontro com Salazar: p. 189

- Costa Ferreira – uma figura que não esquece: p. 192
- A «preocupação republicana»: p. 196
- A mulher Marinheira: p. 201
- Lisboa de gravata preta: p. 203
- Um ministro notável que se afasta: p. 211
- Exame de segunda época: p. 214
- Episódios com Afonso XIII: p. 216
- O termo de uma vida agitada: p. 218
- A bordo de um navio soviético: p. 221

VII – 1930

- A «Crise Passos e Sousa» – ou «A noite mais longa no Palácio de Belém»: p. 225
- Numa cruzada nacional: p. 242
- «Aquecer» pouco o lugar: p. 246
- Teixeira Gomes: cartas do exílio: p. 248
- O arcebispo e o hino nacional: p. 259
- O «histórico» jantar no Estoril: p. 261
- Ver matar um homem: p. 265
- Baptismo do ar num gigante de outrora: p. 268
- Uma previsão que saiu certa: p. 271

AGENDA

- Nota: p. 277
- «Adeus, Maurício!», por Norberto Lopes: p. 279
- «Último abraço de despedida», por Mário Neves: p. 283

ÍNDICE: p. 289

Resumo da obra (linhas mestras): Este é um livro de memórias do jornalista Maurício de Oliveira, que debutou na profissão em 1926. Diz o autor que desde o liceu que queria ser jornalista, contra a opinião do pai. Lembra que começou no *Rebate*, de onde transitou para o diário de Lisboa, no qual permaneceu 35 anos. Em 1967, tornou-se, segundo conta, um dos accionistas de *A Capital* e seu primeiro chefe de redacção, tendo ainda sido director do jornal. Mais tarde, foi director do *Jornal do Comércio*, pelo que, orgulhosamente, diz que passou por todos os graus hierárquicos

da carreira jornalística; sem praticar “a subserviência” (p. 11).

Afirma ainda que foi um “homem independente”, “republicano” e “liberal” que nunca “prestou contas” aos governantes (p. 12). Diz o autor que nunca cedeu, no jornalismo, nem no seu livro, à “intriga política”, ao “sabor picante do escândalo ou à nódoa repugnante da calúnia” (p. 15), mas afirma o seu apego à “liberdade de expressão”, ao “relato isento” e ao “comentário desapassionado”, valores jornalísticos de sempre. Diz ainda, traduzindo também um valor jornalístico, que apresenta os acontecimentos “sem a deformação intencional que falseia a história e trai a verdade” (p.15).

O autor declara-se avesso a “toda a espécie de violências e de limitação dos direitos do homem” (p. 17), incluindo a censura, que, em seu entender, procedia abusiva e arbitrariamente.

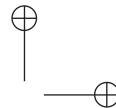
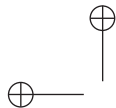
A partir da página 23 (capítulo II), o autor desfia a sua vida pessoal, recordando os companheiros e os políticos e outros homens com quem se cruzou, bem como a evolução da situação do país.

A partir do capítulo III, é a vez do autor falar das memórias jornalísticas e do seu percurso ascendente na profissão, desde informador “aprendiz” de jornalista até director de jornais.

Segundo o autor, o jornalismo tomava conta de si com todo o seu poder irresistível, sendo “a mais fascinante das actividades”, como escreveu Joseph Kessel. Relembra ainda o autor que os jornais tinham problemas financeiros, incluindo aquele onde debotou (O Rebate): “Tudo era pobre e modesto naquela casa: as mesas de pinho, as cadeiras cambaleantes, os candeeiros...”. Foi aí, porém, que o autor começou a amar o jornalismo. Afirma, também, que se entregou à reportagem com muito entusiasmo. Porém, explica que devido ao seu ingresso no jornalismo no advento da Segunda República nunca conheceu o pleno exercício de liberdade de imprensa. Integrava-se, assim, na sua geração, conhecida como “Geração do Silêncio”.

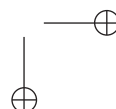
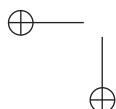
O autor revela que foi com o convívio com alguns vultos da Primeira República que a sua juventude começou a amadurecer.

Tinha o autor 36 anos quando se encontrou pela primeira vez com Salazar. No entanto, conta que apesar de estar já em plena vida jorna-



lística, o seu pai, militar e “possuidor de grande cultura geral”, “apro-
veitava todas as oportunidades para desenvolver no seu espírito o gos-
to pela cultura, pelas artes, pelas letras e pela História”.

Autor (nome completo): Luís André Vilaça Pereira Machado Rocha
E-mail: kn0xandre@hotmail.com



» Pacheco, 1964

Autor: Pacheco, Oscar

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1964

Título completo da obra: Pequena História de um Grande Jornal. Primeiro Congresso do Diário de Notícias

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Diário de Notícias

Número de páginas: 65

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: P. 3242V

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: B.M.P-W7-9-23

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Óscar Pacheco nasceu em 1904 e faleceu em 1970. Para além desta obra sobre o *Diário de Notícias*, escreveu monografias sobre Dom Carlos e vários políticos e religiosos tardo-oitocentistas e novecentistas.

Índice da obra:

Um sonho – Grande realidade: p. 3-22

A Acção de Beneficência: p. 23-25

As Grandes manifestações de Carácter Nacional: p. 26-34

Em prol da instrução popular: p. 35-44

As Iniciativas do Diário de Notícias: p. 50 – 65

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra de Óscar Pacheco descreve, em tom de elegia, a fundação e a evolução do *Diário de Notícias*, incidindo nos eixos temáticos já referenciados no índice.

Um sonho – Grande realidade

O jornal *Diário de Notícias*, como o nome indica foi criado com o intuito de relatar a vida nacional e os acontecimentos de maior importância de todos os países. Era, assim, um noticiário universal.

Criado por Eduardo Coelho, um jornalista conhecido, era ele quem redigia o noticiário da *Revolução de Setembro* e do *Conservador*. Eduardo Coelho teria também tentado anteriormente a publicação de um jornal, de título *Boletim Noticioso*.

Associado a este está Tomás Quintino Antunes, proprietário da tipografia universal. Este foi uma mais valia para o DN, publicado pela primeira vez a 29 de Dezembro 1864 (primeiro número-experimental).

O autor da obra diz que o objectivo do DN era ser acessível a tudo e todos, o seu conteúdo teria de ser de interesse geral sendo compreensível a todas as inteligências. Este era um modelo já utilizado em Inglaterra, França, Bélgica e Espanha. A ideia não era pois original destes dois autores e os meios de publicação eram também eles uma cópia do que se usava nesses países, onde se exploravam todos os meios de publicidade.

Para Óscar Pacheco, o DN era o jornal mais barato que já alguma vez havia existido em Portugal e teria sido com ele que apareceu uma nova profissão em Portugal: o vendedor de jornais ou ardina. Esta profissão foi evoluindo, mas foi graças a este jornal que se fundou a associação de socorros mútuos e escolares dos vendedores de jornais. A vida desta pequena associação prosperou graças ao subsídio do DN. Foi com este jornal que se afirmou também um dos géneros jornalísticos em Portugal: a reportagem. Este fenómeno foi de tal ordem que, segundo Pacheco, o jornal já superava muito do que de melhor se fazia no estrangeiro.

Outra criação do *Diário de Notícias* foi a publicidade, indústria que estaria em prosperidade no nosso País.

Até ao aparecimento do DN, a publicidade era escassa, podia ver-se essencialmente no jornal: O Grátis. O DN veio alterar este cenário, passando assim a publicidade a entrar nos hábitos diários da sociedade.

Para implementar este hábito, o DN chegou mesmo a criar um espaço somente para este género, chegando assim a ter a tabela mais barata dos jornais da Europa.

A publicidade teve tanto sucesso, diz o autor, que o DN teve de retirar uma quantidade enorme de notícias, tendo mais tarde aumentado o formato. A propósito deste fenómeno, Inácio de Araújo criou mesmo um poema sobre o assunto:

“Curiosos neste mundo,
Mais ou menos todos são;
Novidades e notícias
Sempre têm aceitação

E, por isso, se a verdade,
Um jornal não atropela
Nas notícias que apresenta,
Vende-se como canela.

Se bons artigos de fundo
Muita gente passa em claro,
Lê com certeza os anúncios,
E escapar-lhe um só é raro.”

Foi também com este jornal que, de acordo com o autor, se desenvolveram as artes gráficas em Portugal, implementando o uso da máquina rotativa Marinoni, sendo esta substituída logo de seguida por uma maior, a *Augsburgue*. Esta era capaz de produzir tiragens de 12000, 24000 ou 48000 exemplares à hora.

É ainda ao DN que, segundo Peixoto, se deve ainda a introdução da máquina *Linotype*, que veio fazer uma revolução na arte de compor.

A Acção de Beneficência

Óscar Peixoto revela que o *Diário de Notícias*, durante o seu longo reinado, promoveu inúmeras acções de beneficência em instituições de apoio: aos pobres, às crianças abandonadas e doentes, aos estudantes com poucos recursos económicos, aos hospitais, às creches, às várias associações públicas e muitas e muitas iniciativas levadas a cabo desde a sua fundação, em 6 Janeiro de 1865.

É de salientar o apoio prestado às vítimas do terramoto de Benaven-

te, em 1909, cujos donativos foram canalizados para a construção de um bairro com o nome *Diário de Notícias*, em que o rendimento auferido com as rendas dava para sustentar as crianças daquela vila.

Qualquer acontecimento podia contar com a ajuda incondicional do *Diário de Notícias*, quer fosse nacional ou internacional; como aconteceu no terramoto de Agadir. Também aqui o jornal fez uma subscrição a favor das vítimas.

As Grandes manifestações de Carácter Nacional

A presença do DN, segundo Paixoto, fazia-se sentir também, em todas as manifestações de carácter político. De realçar a campanha da união Ibérica em que o DN tomou posição contra esse projecto, mas a favor das boas relações entre Portugal e Espanha.

O *Diário de Notícias*, relembra, mais uma vez, o autor, assumia iniciativas culturais relevantes como: comemorações de acontecimentos históricos caídos no esquecimento. De salientar Camões, exortado nas colunas do DN em 10 de junho de 1865. Mais tarde, O DN distribuía uma edição de “Os Lusíadas”, gratuitamente, aos seus leitores, como homenagem ao grande poeta; assim como foi distribuído um exemplar a cada escola primária do então, Reino de Portugal.

Eduardo Coelho, director do DN, foi a pessoa que mais contribuiu para a realização das comemorações do tricentenário de Camões, assim como para o Congresso das Associações Portuguesas.

Em resumo, Peixoto pretende que todas as datas históricas nacionais e internacionais de relevo, foram assinaladas, pelo DN.

Em prol da instrução popular

Um dos aspectos mais relevantes da acção do *Diário de Notícias*, foi a expansão da instrução popular, inculcando o gosto pela leitura.

Ao fim de seis anos de existência, destaca Peixoto, o jornal contava já com 1500 artigos: de história pátria e universal, geografia, cronologia, artigos biográficos e bibliográficos, economia social, história sagrada, higiene popular, artigos de física, química e medicina, assim como muitos outros.

Como elemento educador, diz o autor, DN teve sempre um valor notável, tantos foram os conhecimentos úteis que difundiu pelas freguesias rurais do país: “No 1º Congresso Pedagógico, em Abril de 1908 o DN, foi proclamado sócio benemérito da Liga Nacional de Instrução, contribuindo valiosamente para o desenvolvimento da instrução popular.” (p.38)

Mas, segundo Óscar Pacheco, é no ano de 1931 que a obra do DN atinge o seu apogeu, com a iniciativa de uma campanha contra o analfabetismo. A esta campanha aderiram: escritores, poetas, pedagogos, professores, jornalistas, livreiros, associações, faculdades, o bispo do Porto, o apóstolo do ensino primário (Figueirinhas) e outras figuras conhecidas. O governo toma providências, no sentido de criar cursos nocturnos para instruir os analfabetos. De todo o país houve um acolhimento entusiástico à campanha lançada pelo jornal.

Aliás, este aspecto, de difusor da instrução popular, foi sempre uma das grandes preocupações do DN, ao qual aderiram inúmeras figuras da cultura portuguesa.

As Iniciativas do Diário de Notícias

Todos os grandes acontecimentos, quer nacionais, quer internacionais, ocorridos durante o último século estão referidos nas colunas no *Diário de Notícias*. É com esta ideia que Óscar Pacheco inicia o último capítulo da sua pequena obra.

Para o autor, o DN assistiu a três reinados e manteve sempre o seu objectivo, servir Portugal, apoiar o que era de apoiar, achar mal o que havia de censurar.

Pacheco revela que o *Diário de Notícias* promoveu, ainda, diversas iniciativas de importância nacional. Alguns exemplos dessas iniciativas foram: a realização de um congresso internacional de turismo em Lisboa, lançando a ideia da efectivação de congressos regionais; a realização de uma série de conferências sobre “O problema português”, sendo que dentro deste tema foram abrangidos diversos itens, nomeadamente: “O problema da educação”, “O ensino técnico”, “O problema agrícola”, entre outros. Foi também realizada uma campanha em prol da valorização e engrandecimento do Ultramar e desenvolveu-se o interesse pela aviação,

estabelecendo-se um prémio para o primeiro aviador a realizar a ligação aérea entre a *Metrópole* e o *Ultramar*.

Nas colunas do *Diário de Notícias*, destaca o autor, estão arquivadas entrevistas que contaram com a colaboração de algumas das mais notáveis figuras do século, como por exemplo: os Papas Bento XV e Pio XI, chefes de estado como Afonso XIII, Jorge da Grécia, príncipe Alberto do Mónaco, Presidente da Polónia, entre outras figuras de grande prestígio.

Entre os muitos congressos promovidos pelo *Diário de Notícias*, há que citar os da Imprensa Latina, o primeiro realizado em Lyon (França) e o segundo em Lisboa.

Tal como na primeira grande guerra, no segundo conflito universal o *Diário de Notícias*, defendeu sempre o interesse nacional.

Para melhor servir a causa do desporto, o DN fundou o jornal *Os Sports*, tendo como primeiro tema o hipismo, de seguida o automobilismo, o ciclismo (com a realização da Volta a Portugal) e, mais tarde, o futebol.

Autor (nome completo): Inês Isabel Rodrigues Santos

E-mail: inexita_007@hotmail.com

» Pereira, 1895

Autor: Pereira, A. Xavier da Silva

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1895

Título completo da obra: O Jornalismo Português. Resenha Cronológica de Todos os Periódicos Portugueses Impressos e Publicados no Reino e no Estrangeiro Desde o Meados do Século XVI Até à Morte do Saudoso Rei Senhor D. Luís I, Bem Como os Jornais em Língua Estrangeira Publicados em Portugal Durante o Mesmo Tempo. Extraída do Dicionário Jornalístico Português

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Tipografia Soares

Número de páginas: 236

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: B. 5853 V. (Usual de referência) H.G. 7631 V. H.G. 7632 V.

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Augusto Xavier da Silva Pereira nasceu em Lisboa no dia 18 de Maio de 1838. Na sua carreira profissional, além dos livros com que nos honrou, este ligado às Repartições de Estatística do Ministério das Obras Públicas. Chegou, efectivamente a ser nomeado chefe para essa mesma repartição. A 24 de Dezembro de 1899 passou a primeiro oficial da secção arquivista do Conselho Superior do Comércio, onde terminou a sua carreira. As duas principais obras que o consagraram a um patamar único na história do jornalismo são duas compilações de listagens de todos os periódicos existentes a partir de meados do Século XVI: *Os Jornais Portugueses. Sua Filiação e Metamorfoses. Notícia Suplementar Alfabética de Todos os Periódicos Mencionados na Resenha Cronológica do Jornalismo Português Recentemente Publicada pelo Mesmo Autor e Agora Correcta e Aumentada e O Jornalismo Português*.

Resenha Cronológica de Todos os Periódicos Portugueses Impressos e Publicados no Reino e no Estrangeiro Desde o Meados do Século XVI Até à Morte do Saudoso Rei Senhor D. Luís I, Bem Como os Jornais em Língua Estrangeira Publicados em Portugal Durante o Mesmo Tempo. Extraída do Dicionário Jornalístico Português.

Faleceu a 22 de Janeiro de 1902.

Índice da obra:

À imprensa periódica portuguesa p. I

1ª Época p. 1

2ª Época p. 2

3ª Época p. 6

4ª Época p. 12

5ª Época p. 28

6ª Época p. 66

7ª Época p. 93

Suplemento p. 231

Advertência p. 235

Resumo da obra (linhas mestras): Augusto Xavier da Silva Pereira apresenta, pela primeira vez na história do jornalismo português, uma resenha cronológica de todos os jornais periódicos que circulavam no país desde o Século XVI. O autor revela que este trabalho consiste “numa breve resenha chronologica de todos os periódicos n’ella contidos, esperando que esta resenha, curiosíssima e já de si significando um trabalho enorme, possa servir como pedra de toque para as pessoas competentes no assumpto (...)” (p. II).

O autor chega mesmo a confessar que reunir todos estes periódicos não foi tarefa fácil: “O assumpto é escabroso e difficil de elaborar e por isso tanto mais digno de incitamento e ser protegido pelos poderes públicos.” (p. III)

Após a pequena explicação inicial, a Resenha aparece dividida em sete épocas distintas:

A primeira época, à qual o autor se refere como “infância do jorna-

lismo” (p. III), compreende o período de 1965 até 31 de Julho de 1760, data da morte do rei D. João V. A época pombalina é o período que se segue. Inicia-se a 1 de Agosto de 1750, que coincide com a inauguração do reinado de D. José I, e prolonga-se até 29 de Novembro de 1807, data da partida da família real para o Brasil. Seguidamente, a época a que o autor chama de “dominação estrangeira” é estabelecida entre 30 de Novembro do ano de 1807, aquando da entrada das tropas francesas em Lisboa e o ano de 1820.

A época quarta viaja até 23 de Julho de 1833, véspera da entrada das tropas constitucionais na capital. Já a quinta época aparece-nos dividida entre 24 de Julho de 1833, com o restabelecimento do regime liberal, até ao ano de 1851. Só a 24 de Abril do mesmo ano se dá início à sexta e penúltima época denominada, por Xavier da Silva Pereira, de época da regeneração, que só conhece o seu fim a 11 de Novembro de 1861, com a morte de D. Pedro V. Finalmente, a última época principia com o reinado de D. Luís I e finda com o seu falecimento, a 19 de Outubro de 1889.

Denota-se que todo este agrupamento de informações, recolhidas por Xavier da Silva Pereira, têm a sua importância e utilidade não só para o campo do jornalismo, mas também, como argumenta o autor, “para quem precisar fazer a história dos nossos partidos políticos (...)”. (p. III)

Autor (nome completo): Nair Silva

E-mail: nair.silva@gmail.com

» Pereira, 1897

Autor: Pereira, A. Xavier da Silva

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1897

Título completo da obra: Os Jornais Portugueses. Sua Filiação e Metamorfoses. Notícia Suplementar Alfabética de Todos os Periódicos Mencionados na Resenha Cronológica do Jornalismo Português Recentemente Publicada pelo Mesmo Autor e Agora Correcta e Aumentada

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Imprensa de Libano da Silva

Número de páginas: 155

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: B. 7973 V. F. 8512

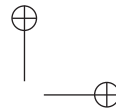
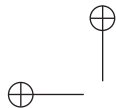
Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Xavier da Silva Pereira deixou muitas obras, que ainda hoje são uma referência no campo do jornalismo, embora tivesse falecido sem ver algumas delas impressas. Entre as mais valiosas conta-se *Os Jornais Portugueses. Sua Filiação e Metamorfoses. Notícia Suplementar Alfabética de Todos os Periódicos Mencionados na Resenha Cronológica do Jornalismo Português Recentemente Publicada pelo Mesmo Autor e Agora Correcta e Aumentada, O Jornalismo Português. Resenha Cronológica de Todos os Periódicos Portugueses Impressos e Publicados no Reino e no Estrangeiro Desde o Meados do Século XVI Até à Morte do Saudoso Rei Senhor D. Luís I, Bem Como os Jornais em Língua Estrangeira Publicados em Portugal Durante o Mesmo Tempo. Extraída do Dicionário Jornalístico Português e Leis Repressivas da Liberdade de Imprensa.* Faleceu a 22 de Janeiro de 1902.

Índice da obra: [Não tem índice]

Resumo da obra (linhas mestras): No livro «*Os Jornais Portugueses. Sua Filiação e Metamorfoses. Notícia Suplementar Alfabética de Todos os Periódicos Mencionados na Resenha Cronológica do Jornalismo Português Recentemente Publicada pelo Mesmo Autor e Agora Correcta e Aumentada*» começa por justificar a elaboração desta obra, um pouco semelhante à anterior também publicada por Silva Pereira. A edição «*O Jornalismo Português. Resenha Cronológica de Todos os Periódicos Portugueses Impressos e Publicados no Reino e no Estrangeiro Desde Meados do Século XVI Até à Morte do Saudoso Rei Senhor D. Luís I, Bem Como os Jornais em Língua Estrangeira Publicados em Portugal Durante o Mesmo Tempo*» esgotou em menos de um ano, pelo que o autor sentiu a necessidade de trazer a público uma nova edição, melhorada e com algumas rectificações. O autor compôs um índice de jornais portugueses e as transformações que estes sofreram. Silva Pereira justifica-se dizendo que dos “cento e tantos periódicos, que não figuram n’aquella Resenha não com o título em normando, e convém confessar que esses novos jornaes não appareceram em grande parte da Resenha porque escaparam ao copista, quando se procedeu à transcrição do Diccionário para a notícia chronológica (...)” (p. VII)

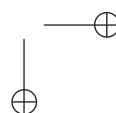
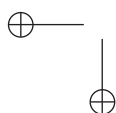
O autor termina esta pequena introdução, e antes de dar início à listagem de jornais, enaltece a importância da sua obra para trabalhos posteriores: “O meu precedente livro – *A Resenha Chronologica* – ficará para a pesquisa dos factos sociaes registados no nosso jornalismo; o da resenha alphabetica, que hoje apresento, virá para a busca rápida dos jornaes que se pretendam inquerir. Um vem completar o outro sem que nenhum fique inutilizado (...) e vão tornar-se imprescindíveis aos que collecionam jornaes, às nossas bibliothecas e livrarias públicas e particulares, aos novens jornalistas, etc.” (p. VIII)

A listagem que se segue é uma relação dos jornais portugueses publicados entre 1625 até 19 de Outubro de 1889, ou seja, durante um período que perfaz um total de 364 anos. Todos os jornais aparecem



com a data que iniciaram a sua publicação. Alguns dos jornais que saíram na Resenha não saíram neste livro por não terem chegado ao público ou por se encontrarem duplicados apenas com ligeira variação no título.

Autor (nome completo): Nair Silva
E-mail: nair.silva@gmail.com



» Pereira, 1960

Autor: Pereira, Joaquim Acúrcio

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1960

Título completo da obra: Homenagem a Eduardo de Noronha

Tema principal: Personalidades

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Revista Municipal (nº27)

Número de páginas: 19

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: HG 21670 V

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: y7-11-17 (27) VP

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Eduardo de Noronha nasceu em Lisboa, em 1860 e faleceu em 1948 aos 88 anos de idade. Escritor e jornalista prolífero, autor de mais de cem obras, foi secretário da redacção do jornal *Novidades* e colaborou com outros periódicos como *Tarde*, *Tribuna* e *Diário de Notícias*. A carreira militar de Eduardo de Noronha, iniciada aos 20 anos, foi um marco decisivo para a sua experiência enquanto cidadão, mas distinguiu-se, sobretudo, como cronista das campanhas militares onde participou. O casamento com Manuela, de quem teve seis filhos, proporcionou-lhe o equilíbrio doméstico que lhe permitiu uma carreira brilhante no jornalismo. Para homenagear a sua vida e obra, a Câmara Municipal de Lisboa descerrou uma lápide comemorativa no centenário do seu nascimento, em 1948.

Índice da obra:

Introdução à cerimónia de homenagem: p. 5

Texto do discurso sobre a homenagem ao pelo brigadeiro França Borges: pp. 5-6

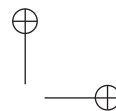
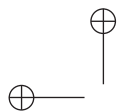
Texto do discurso sobre a vida e obra de Eduardo de Noronha pelo jornalista Acúrcio Pereira: pp. 6-13

Palavras finais de agradecimentos do filho Mário de Noronha: pp. 13-14

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra é relato da homenagem promovida pela Câmara Municipal de Lisboa ao jornalista e combatente no Ultramar Eduardo de Noronha, que marcou a vida de Lisboa na primeira metade do séc. XX. A homenagem decorreu por altura do centenário do seu nascimento, a 26 de Outubro de 1960. Uma lápide comemorativa desta homenagem foi colocada na casa onde viveu e veio a falecer. Seguiram-se os discursos evocativos da figura de Eduardo de Noronha. A primeira evocação foi feita pelo brigadeiro França Borges, que elogiou o desempenho de Noronha enquanto combatente nas diversas campanhas para onde esteve destacado. Exerceu ainda vários cargos administrativos, com louvor, como o de secretário do Governo de Lourenço Marques. Seguiu-se o discurso do jornalista Acúrcio Pereira, que destacou a vida e obra de Eduardo de Noronha enquanto homem de letras e, sobretudo, jornalista “prolífero” e “ecclético”. A figura do homenageado, que se impunha, igualmente, pelo seu porte e elegância na Lisboa de então, foi também destacada. Acúrcio Pereira não deixou de salientar o quanto a experiência do jovem soldado, combatente no Ultramar, influenciou e marcou a sua obra. As experiências vividas em primeira-mão deram origem a relatos vívidos dos acontecimentos por que passara, mas serviram, igualmente, para diversas crónicas, historiografias, memórias e até romances. Segundo Acúrcio Pereira, Eduardo de Noronha produziu mais de cem obras, com “energia inesgotável” e uma “memória invejável”. Para Pereira, o “talento” e “capacidade de trabalho” de Noronha colocaram-no à frente da redacção do jornal *Novidades* fundado por Emídio Navarro e Barbosa Cohen e onde outros “ilustres contemporâneos” colaboraram.

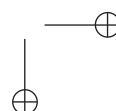
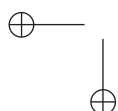
Acúrcio Pereira relembra que Eduardo Noronha era um jornalista com interesses em vários campos. A vida cultural, nomeadamente o teatro, detinha a sua atenção. As suas críticas faziam parte integrante de periódicos como *Tarde*, *Tribuna* e *Diário de Notícias*.

O autor da homenagem à personalidade e obra de Eduardo Noro-



nha, não deixa de fazer referência à esposa, Manuela, e aos filhos de Noronha, dizendo que esta dedicou ao marido a sua vida, alimentando uma vida doméstica “repleta de serenidade”.

Autor (nome completo): Maria Adelaide Oliveira van Schoor
E-mail: maria.oliveira.vs@hotmail.com



» Pina, 1894

Autor: Pina, Mariano

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1894

Título completo da obra: O Caso do Diário Popular

Tema principal: Conjuntura Jornalística

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Imprensa de Libano da Silva

Número de páginas: 39

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: H.G. 7208//9 V.

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Natural de Alcobaça veio para Lisboa. Já com alguns estudos, dedicou-se a colaborar com diversos periódicos, entre eles, *O Diário da Manhã*, *Diário Popular* e *Nacional*, de Lisboa. Neste último jornal chegou a director. A sua estreia foi aos 18 anos, no *Diário do Comércio*.

Corria o ano de 1893 quando entrou para a redacção do jornal político e católico *Correio Nacional*. Nesse mesmo ano, volta ao *Diário Popular*, na qualidade de redactor-chefe. Publicou, igualmente em Lisboa, textos políticos no folheto a *Lanterna*, sob o título *Espectro*, mas essa colaboração foi de curta duração. A escrita versava artigos de crítica e controvérsia literária.

Residiu também durante muitos anos em Paris, onde foi correspondente da *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro. Aí fundou e dirigiu a *Ilustração*, uma revista publicada entre 1884 e 1891.

Índice da obra: [Não tem índice]

Declaração Prévia: pp. 5-6

Capítulo I: pp. 7-18

Capítulo II: pp. 18-39

Livros LabCom

Resumo da obra (linhas mestras): Mariano Pina narra, neste texto, vários incidentes no *Diário Popular*, ilustrando-os com cartas, relatos de conversas e outros documentos, para tentar, ao expor a sua versão dos acontecimentos, contestar as notícias da imprensa que davam conta da sua alegada tentativa de expulsar o jornalista Mariano de Carvalho desse jornal.

Segundo Mariano Pina, o texto é, assim, “a justificação sucinta e documentada de quem julga que procedeu honradamente, durante o tempo que teve a seu cargo a exploração do *Diário Popular*”. (p.5) Escreve Mariano Pina que pelo texto “se verá quanto era falsa e odiosa a acusação que correu impressa (...) de que o autor, movido pela mais negra ingratidão, havia pretendido, com o acto da posse, expulsar do *Diário Popular*, o sr. Conselheiro Mariano de Carvalho”. (p.5)

Autor (nome completo): Nair Silva

E-mail: nair.silva@gmail.com

» Pina, 1945

Autor: Pina, Luís de

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1945

Título completo da obra: Isagoge Histórica do Jornalismo Médico

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Porto

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Conferencia lida no salão nobre da faculdade de medicina do Porto,

Número de páginas: 42

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: SA 14510 // 7V. e SA 15175 // 11V.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: J3 – 2 – 203(1)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Luís de Pina foi professor da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto e membro da Academia Portuguesa de História.

Índice da obra:

Introdução à História da Medicina: pp. 5-7

Antecedentes da Medicina: pp. 8-9

História dos livros: pp. 10-13

Documentos Médicos (obras sobre Medicina): pp. 14-40

Agradecimentos e conclusão: pp. 41-42

Resumo da obra (linhas mestras): Luís de Pina começa a sua *Isagoge Histórica do Jornalismo Médico* lembrando que a História da Medicina de todos os povos do mundo mostra que a prática médica e cirúrgica é tão antiga como o Homem na Terra.

O autor relembra que a descoberta dos tipos móveis de imprensa, por

Gutenberg fechou “com chave com chave de ouro” o primeiro ciclo de transmissão do pensamento humano pela escrita. O livro manuscrito deixa o degrau da história para o livro impresso. Weill, citado pelo autor, ao falar sobre a história do jornalismo, afirma que “só a invenção da imprensa tornou possível o jornal”. No entanto, a reboque do livro, veio, segundo o autor, “o lápis vermelho do crítico”, o que pode ser uma alusão velada à censura.

Luís de Pina relembra que alguns autores fazem remontar a história dos jornais de antigamente ao tempo de Júlio César, no século I antes de Cristo. Ele seria o criador do Diário Romano (*Diurna urbis acta*), destinado a manter a opinião pública bem informada sobre os negócios do Estado: era, segundo Luís de Pina, uma espécie de um órgão do Governo.

Prosseguindo a sua excursão pela história do jornalismo, Luís de Pina explica que no início do século XVII surgiram os primeiros semanários. Segundo o autor, o primeiro jornal diário surgiu em 1702, em Inglaterra, intitulando-se *Daily Courant*.

Em 1626, diz também Pina, citando Rocha Martins, publicava-se em Portugal a *Relação Universal*, que classifica como “ensaio noticioso em forma de carta, sem novidades frescas mas arquivos com propósitos de noticiário”. O autor refere-se também ao primeiro jornal português, como o classifica Alfredo da Cunha: a *Gazeta* “da Restauração”. Relembra, ainda, que em 1852 teria surgido o primeiro diário português, o *Paquete Comercial* (que daria origem ao *Jornal do Comércio*). No entanto, erra nisto, tal como errou ao classificar a *Gazeta de Lisboa* como sendo a sucessora da *Gazeta* de 1641-1647. Mostra, contudo, que em Portugal existiram manifestações jornalísticas antes dessa época, dando o exemplo das *Cartas das Novas do Preste João*, de Pedro Gomes Teixeira.

A partir deste ponto, Luís de Pina relembra um pouco da história do jornalismo médico, assinalando que o mais antigo jornal médico foi o *Des nouvelles découvertes sur toutes les partis de la medecine*, publicado em Paris, em 1679 pelo cirurgião real Nicolau de Blegui.

Passando, depois, a traçar a história do jornalismo médico português, o autor relembra que o primeiro jornal médico português foi criado pelo médico e cirurgião do Porto Manuel Gomes de Lima Bezerra, em 1749, intitulando-se *Zodiaco Lusitanico-Dhephico*. Sendo assim, o jornalismo

médico português nasceu no Porto. O mesmo autor (Manuel Bezerra), também em 1749, abriu a *Academia Medico-Portopolitana*, que durou pouco tempo. Em 1759, criou a *Academia Real Cirúrgica Portuense*. Em 1754 começou a publicar outro jornal médico, o *Diário Universal de Medicina, Cirurgia, Farmácia*, etc., em tipografia lisbonense.

Em 1835, surgiu o *Jornal das Ciências Médicas*, como órgão da Sociedade das Ciências Médicas; em 1836, apareceu *A Medicina Contemporânea*, dirigida de início por Bernardino António Gomes. Nas palavras de Silva Carvalho, citado pelo autor, “Se todos os livros de medicina portuguesa se perdessem, salvando-se apenas este jornal e a *Medicina Contemporânea*, seria possível reconstituir a parte mais importante da história da medicina em Portugal a partir do princípio do século XIX.”

O autor fala também, no rol dos jornais médicos portugueses, do *Jornal Médico-Cirúrgico e Farmacêutico de Lisboa* (1835), dos *Anais do Conselho de Saúde Pública do Reino* (1838), dos *Anais das Ciências Médicas*, do *Escolaste Médico* (1856) e do *Jornal dos Facultativos Militares*. Em 1844, António de Figueiredo, Francisco Pulido, José Lourenço da Luz, João José de Simas e entre outros lançaram a *Revista Médica de Lisboa*. Em 1864, Manuel Bento de Sousa, Alves Branco e outros fundaram a *Revista Médica Portuguesa* e em 1872 surge o precursor da *Medicina Contemporânea*, no conceito de Silva Carvalho, isto é *O Correio Médico de Lisboa*.

Luís de Pina afirma que a Sociedade *Emulação Médico-Cirúrgica* possuía a sua revista, o *Jornal de Medicina e Ciências Acessórias*, e que três grandes médicos militares, Cunha Belém, Guilherme José Enes e Barros da Fonseca instituem, em 1877, a *Gazeta dos Hospitais Militares*. Refere também que são valiosos outros jornais médicos, de títulos sugestivos e evocativos, como o *Zacuto Lusitano*, de 1849, obra de Magalhães Coutinho e Tomás de Carvalho; a *Agulha Médica*, de Santos Brilhante, em 1955 e o *Esculápio* em 1849.

O Porto teve, também, a sua revista da especialidade, a *A Gazeta Homeopática portuense*, em 1853. Quatro anos depois, vinha a *Gazeta Médica do Hospital Real de Santo António do Porto*, por cuidado de Joaquim José Ferreira e António José Moreira da Rocha. Em 1860,

Gouveia Osório, cultor da História Médica, publicou a *Gazeta Médica do Porto*. E em 1876 apareceram os notabilíssimos *Arquivos de História da Medicina Portuguesa*, de Maximiano Lemos, registo precioso para a especialidade e bem categorizado em toda a sua imprensa médica do mundo. É de Oliveira Castro a *Revista de Medicina Dosimétrica*, que saiu à luz em 1880.

O autor refere que “Coimbra pode patentear, entre mais, os *Estudos Médicos*, de 1878, órgão da *Sociedade dos Estudos Médicos de Coimbra*, em que trabalharam António Maria de Lima, Luís Pereira da Costa, Augusto Ferreira Lobato, José de Azevedo Castelo Branco, Francisco de Graça Miguens, João Henrique Tierno e Eduardo Burnay. Em 1881, lança-se ao mercado a *Coimbra Médica*, por carinho e energia do Prof. Augusto Rocha.”

Luís de Pina diz também que “Não passo sem aludir a curioso jornal portuense, o *O Repositório Literário da Sociedade das Ciências Médicas e de Literatura do Porto*, aparecido em 1834. E não quero deixar de recordar (saudando todas as revistas e jornais portugueses de Medicina da actualidade, nas pessoas de seus directores e colaboradores), entre mais que já se extinguiram, *A Gazeta dos Hospitais do Porto*, começada em 1907 e a *Vida Médica e Científica*, antecessores do *Portugal Médico*, velho paladino da nossa classe, repositório de originais médicos e activo divulgador da Medicina”.

Autor (nome completo): Luís André Rocha

E-mail: kn0xandre@hotmail.com

» Pinto Balsemão, 1971

Autor: Pinto Balsemão, Francisco C.

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1971

Título completo da obra: Informar ou Depender?

Tema principal: Teoria do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editores (ou tipografia, caso não exista editora): Edições Ática

Número de páginas: 329

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Faculdade Letras da Universidade do Porto

Cotas: 659B157i

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: 0°-8-104

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Francisco Pinto Balsemão nasceu a 1 de Setembro de 1937, em Lisboa.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, frequentou o curso complementar de Ciências Político-Económicas na mesma instituição.

Foi jornalista, secretário de direcção (1963-65) e administrador (1965-71) do *Diário Popular*, fundador e director do jornal *Expresso* (1973-80), fundador do Partido Social Democrata (1974), deputado e vice-presidente da Assembleia Constituinte (1975), deputado à Assembleia da República em 1979, 1980 e 1985, ministro de Estado Adjunto no VI Governo Constitucional (1980), primeiro ministro dos VII e VIII Governos Constitucionais (1981-83).

Actualmente, é presidente da holding Impresa, SGPS, SA; presidente da SIC - Sociedade Independente de Comunicação, SA; presidente da holding Controljornal, que detém participações na área da imprensa escrita.

Livros LabCom

É também presidente não executivo do Conselho de Administração da Allianz Portugal e da NEC Portugal, presidente do Conselho Consultivo do Banco Privado, membro do Conselho de Administração da Celbi, membro do “Steering Committee” do “Bilderberg Meetings”, membro do Júri do Prémio Príncipe de Asturias de Cooperação Internacional, professor associado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (UNL), presidente do “European Television and Film Forum”, organizado anualmente pelo “European Institute for the Media”, vice-presidente da Fundação “Journalistes en Europe”, administrador do “Media Business School”, membro do “High Level Group on Future European Audiovisual Policy” (1997), membro do comité executivo do “Global Business Dialogue”, presidente do “European Publishers Council” (1999), membro do “Consejo de Protectores” da “Fondación Carolina” (2001), membro não executivo do Conselho de Administração do “Daily Mail and General Trust PLC (Novembro 2002).

Índice da obra:*PARTE I – OBSTÁCULOS GERAIS***I. A COMUNICAÇÃO NA ERA ESPACIAL**

Duplo desafio

O exemplo dos satélites

Problema de índole política

II. INFORMAÇÃO LIVRE E INFORMAÇÃO CONTROLADA

O meio é a mensagem?

Informação e sociedade do futuro

União Soviética: o exemplo do «Izvestia»

China: o exemplo do «Ren Min Ri Bao»

Por que não nacionalizar a Imprensa?

Os diversos modos de dominar a empresa

III. SUBDESENVOLVIMENTO E PUBLICIDADE

Capital e domínio externo

Prisma accidental

Consumo em vez de poupança
«Pressão oculta das forças do dinheiro»
Relutância dos anunciantes

IV. REVOLUÇÃO TECNETRÓNICA

«O mundo dicotómico»
Falar de computadores
Na educação, nos negócios, nas letras
Gritos de alarme
A essência do problema
Estruturas de acolhimento
Cultura: questão de opção
Ascensão ao patamar planetário
Relativismo cultural

V. A TÉCNICA AO SERVIÇO DA INFORMAÇÃO

O jornal mundial e o banco de informações
O CATV entra no quotidiano
O jornal em cassetes
O jornal Impresso em casa

VI. O FUTURO DO JORNAL CLÁSSICO

Questão de sobrevivência
Escrever ao telefone e no ecran de TV
O computador-redactor
O jornal do século XXI
A Imprensa não renuncia
A cidade experimental

VII. DA INFORMAÇÃO RESERVADA À IRREVERSÍVEL CONCENTRAÇÃO

Informação não informada
Regra geral
Exemplos sintomáticos

Concentração à Portuguesa
Liberdade de expressão e liberdade da informação
Como evitar?
Questão não pacífica

VIII. A VIDA DIFÍCIL DA INFORMAÇÃO REGIONAL

Desprezo dos particularismos
Fronteiras e convivência
Organização moderna
Portugal: sem e com razão de ser

IX. CONTEÚDO E FORMA DO PRODUTO

Que tipo de jornal?
Seleção e apresentação
Três grandes grupos
«Nunca contra o Governo»
Servir a elite
Atingir os dois fins
Dar «personalidade»
Regime de pressão constante
A confiança do público

X. A PARTICIPAÇÃO DOS REDACTORES

Função duplamente ingrata
Como participar?
Problema novo

XI. A MASSA A INFLUENCIAR OS MEDIA

Os gostos do consumidor
Experiências curiosas
Predeterminar o conteúdo
Pequenos ditadores
Empreendimento comercial e instituição de caridade

XII. A IMPRENSA, A RÁDIO E A TELEVISÃO

Por quem e como?

A tese da decadência da Imprensa

Validade da Imprensa no sector da Publicidade

Da complementaridade à convergência

PARTE II. O CASO PORTUGUÊS

I. A FALTA DE INDEPENDÊNCIA E FALTA DE CAPACIDADE

Entrar mais pormenorizadamente

«O Fugitivo» e o recital

As razões do falhanço

II. COMO ACTUA A CENSURA

Media controlados e não controlados

Influência deletéria

Progressivamente fortalecida e poilitizada

Pouca actividade dos plenários

III. O QUE SE DISSSE E O QUE SE FEZ

Situação inalterada

«Deixar ao arbítrio dos homens»

10 anos de interregno e depois

«Como as vagas do mar»

IV. O PROJECTO SÁ CARNEIRO-BALSEMÃO

Justificação constitucional e politica

A Censura perversora da opinião pública

Debater assuntos «tabu»

Liberdade de Imprensa sem Lei de Imprensa

Linhas mestras

V. DA CENSURA POLÍTICA À CENSURA ECONÓMICA

Primeira reacção da Imprensa portuguesa

O telegrama do Grémio

Livros LabCom

Quem tem medo?
«Até os louvores perdem significado»
Estudo legítimo e obrigatório

VI. O PROJECTO DO SINDICATO

Um pouco de história
Coincidência notável
Críticas na especialidade, apoio na generalidade

VII. A PROPOSTA GOVERNAMENTAL

Independência e limites
A proposta em si
A reacção do Sindicato

VIII. A LEI DE IMPRENSA NÃO RESOLVE TUDO

Viver sob nova lei
Ninguém gosta de perder
Um lindo sonho
Formação de jornalistas
Qual a melhor solução?
O projecto de ensino das Ciências de Informação
Obrigação constitucional
O alheamento da opinião pública

IX. OS OBJECTIVOS PROSEGUIDOS

Para quê?
Criar condições de vida autónoma
Súbito despertar
Condição do cidadão
Institucionalizar a vida política

APÊNDICES

I. PROJECTO DE LEI DE IMPRENSA DOS DEPUTADOS SÁ CARNEIRO E PINTO BALSEMÃO

II. PROPOSTA DE LEI IMPRENSA DO GOVERNO

III. PROJECTO DE LEI DE IMPRENSA DO SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS

Resumo da obra (linhas mestras): Escrito no calor das convulsões que ditaram o fim do Estado Novo e propiciaram a Revolução de 25 de Abril de 1974, *Informar ou Dependere?*, do então deputado à Assembleia Nacional e jornalista Francisco Pinto Balsemão, é talvez o livro mais relevante sobre jornalismo, desenvolvimento tecnológico & sociedade publicado em Portugal, por um autor português, no início da década de Setenta do século XX, pois não apenas discute as questões relativas à liberdade de imprensa e à proposta de Lei de Imprensa que o autor tinha elaborado com Sá Carneiro e proposto ao Parlamento, mas também diagnostica o estado do jornalismo e, em tom de grande actualidade, conjectura fundamentadamente sobre o seu futuro no quadro de uma sociedade tecnologicamente avançada e marcada pelo recurso massivo aos computadores. É extremamente interessante notar que mesmo desconhecendo a Internet e a convergência concreta entre informática, televisão e telecomunicações, Pinto Balsemão, suportado pela leitura de variadíssimos trabalhos, já tinha uma percepção muito nítida daquilo que seria a sociedade no início do século XXI, embora, obviamente, não designe os artefactos comuns do nosso quotidiano actual pelos mesmos nomes que nós lhes damos.

O livro tem duas partes, cada uma delas constituída por vários capítulos. A primeira parte, talvez mais interessante para a teorização do jornalismo, é dedicada ao diagnóstico conjuntural da actividade e da própria sociedade num quadro de acelerado desenvolvimento tecnológico e a segunda às terapêuticas propostas para o caso nacional. Por razões de sistematização expositiva, optou-se por resumir sequencialmente o livro.

Parte I

I. Comunicação na era espacial

Relembrando os numerosos estudos que acentuam a importância da comunicação no mundo, o autor explica que “Comunicação, no nosso tempo, não é (...) apenas o *acto de transmitir ideias ou sucessos*; é, também, a *possibilidade de o homem o fazer com estonteante velocidade e à escala mundial*” graças a dispositivos como os satélites. Em consequência, Francisco Pinto Balsemão, no primeiro capítulo de *Informar ou Depender?*, pondera, evocando vários trabalhos de pesquisa, como os de Arthur C. Clarke, sobre a entrada da comunicação na era espacial, rápida e à escala mundial, e os desafios que daí advêm, questiona-se sobre a necessidade de uma língua mundial única; a redução da correspondência tradicional pessoal; o aumento dos contactos pessoais a longa distância; a diminuição das deslocações pessoais; e ainda sobre a praticabilidade da manutenção das barreiras de censura por parte dos estados.

A mundialização e a aceleração das comunicações constituem, para Pinto Balsemão, um desafio para vários profissionais, como os cientistas humanos e sociais e os artistas, e geram novas responsabilidades aos detentores e orientadores dos *mass media*, mas não só, pois para o autor é preciso que os responsáveis políticos tomem consciência de que nas sociedades contemporâneas, às quais a ciência deu poderosos artefactos de comunicação e computadores, “*O homem necessita de comunicar (...) sem limitações.*”. Porque “decisões erradas” por parte dos responsáveis políticos “poderão conduzir ao retrocesso ou à destruição”, o autor relembra, por exemplo, que a televisão “tanto pode ser uma arma de libertação como um instrumento de opressão – tudo depende de quem a manipula e para que fim”.

II. Informação livre e controlada

Neste capítulo, o autor faz a distinção entre informação e Informação. No caso de informação, o autor considera que todos somos, na vida quotidiana, receptores e emissores e, no segundo caso, todos somos receptores mas muito poucos são emissores.

Para o autor, são distintos em quantidade e qualidade os efeitos de informação produzidos pela informação ou pela Informação, isto é, pelos *mass media*. O autor cita a afirmação de Marshall McLuhan “o meio é a mensagem” e conclui que a informação só existe na medida em que o facto tornado notícia entra nos canais de comunicação social. Assim, e em consonância com o pensamento de McLuhan, “*A Informação é cada vez menos o que é transmitido e cada vez mais os meios usados na transmissão e as pessoas ou entidades que os manipulam.*”

A evolução técnica das comunicações tem de ser acompanhada, segundo o autor, por criatividade e responsabilidade. Para Francisco Pinto Balsemão, “a Informação não pode ter um papel neutro na procura constante de uma solução para o problema político da adaptação da crescente necessidade de comunicar do homem à vertiginosa evolução dos meios técnicos de comunicação”. E para que esse papel possa ser convenientemente exercido, Francisco Pinto Balsemão defende que “a Informação necessita de ser livre”.

O autor, reconhecendo a importância da Informação na criação das estruturas sociais capazes de assimilar e aproveitar a revolução tecnológica, afirma que é legítimo perguntar se ela está habilitada a exercer a sua influência ou se se tornará um instrumento que servirá apenas os interesses de grupos (partidos políticos, igrejas grupos de pressão) e não da comunidade.

Francisco Pinto Balsemão não pretende investigar se é possível uma Informação cem por cento verdadeira e objectiva, que considera ser uma “questão quase académica”. Mas deseja averiguar se dentro da diversidade de opiniões será possível a existência e o florescimento de uma Informação dominada por profissionais preparados para orientar a opinião pública no sentido mais favorável para a comunidade, mesmo que os factos relatados e as opiniões expressas afectem os governante, os ricos e os poderosos, questão que considera já não é académica, mas “bem real e do nosso tempo”.

O autor crê que “depende da independência da Informação face aos poderes políticos e económico a construção de uma sociedade livre em que desapareça ou diminua a diferença entre ricos e pobres; em que a

força não esteja concentrada nas mãos de um número cada vez mais reduzido de pessoas; em que o colectivismo para que, por culpa própria, somos arrastados pela revolução tecnológica seja substituído por um saudável individualismo; (...) em que todos tenham idênticas oportunidades de instrução; (...) em que a educação seja ministrada em termos de actualidade (...); em que o homem saiba ocupar os seus tempos de trabalho e de lazer libertado da obsessão do consumo pelo consumo.” Em suma, para Pinto Balsemão a edificação dos alicerces da sociedade do século XXI depende da Informação, e para esses alicerces serem sólidos e positivos, depende em particular de uma Informação livre e independente, que, segundo a Escola de Jornalismo da Universidade do Missouri, de Informação independente (independência, possibilidade de crítica, propriedade da Informação não concentrada) e controlada (dependente, controlada pelo Governo ou de propriedade concentrada).

Da pág. 22 até à pág. 28, o autor desenvolve uma descrição da Imprensa soviética e chinesa e em especial de dois dos seus jornais mais representativos – o jornal russo *Izvestia* e o jornal chinês *Diário do Povo* – para analisar a dependência directa da Informação do poder político, concluindo que nesses países a Informação “é apenas um meio para atingir determinados fins, serve uma determinada ideologia”. Aliás, o autor considera que em todas as ditaduras isso acontece em maior ou menor grau e não deixa de referir um relatório do Freedom of Information Center da Universidade do Missouri, de 1966, segundo o qual a Jugoslávia, um país comunista, tinha mais liberdade de imprensa do que Portugal e Espanha, países sujeitos, respectivamente, à ditadura corporativista do Estado Novo e à ditadura franquista.

Pinto Balsemão refere que alguns autores, como Yassen Zassoursky, advogam a nacionalização da imprensa (tal como acontece com a rádio e a televisão em vários países ocidentais), com o argumento de que o Estado é melhor proprietário do que uma empresa privada, pois nestas a lógica da liberdade de imprensa baseia-se e é limitada pela lógica da rentabilidade das publicações. No entanto, Francisco Pinto Balsemão considera essa argumentação “defeituosa, porque visa tornar a Informação um meio nas mãos do Estado e não a aceita como uma instituição com

autonomia e competência para criticar e corrigir, com autoridade para apontar caminhos que não sejam idênticos aos governamentais e com idoneidade para publicar as notícias que reputa mais importantes para a comunidade.” Balsemão salienta, ainda, que “A omissão sistemática de certas informações e a insistência na apresentação de outras sob determinado prisma provocam (...) uma visão deformada das realidades”, impedem os cidadãos de tomar as melhores decisões e dificultam a convivência internacional.

Francisco Pinto Balsemão enuncia, seguidamente, os diversos modos de dominar o sistema jornalístico: “nacionalizar”, a imprensa; manter a censura prévia, como acontecia em Portugal; compra de empresas jornalísticas pelo Governo; pressões sobre tipografia, distribuidores e anunciantes; compelir à venda ou à paragem de publicações; aplicação de sanções; inserção de publicidade estatal apenas nos órgãos de comunicação social favoráveis ao Governo; subvenções reservadas aos meios favoráveis ao Governo, entre outras. Criticando a situação portuguesa, Pinto Balsemão não deixa de referir que “Quando a nomeação do director do jornal tem de ser aprovada pelo Governo, é fácil também, através da recusa de todos os nomes que a empresa proprietária vá propondo, acabar por impor a entrada de pessoas que passam a agir como verdadeiros delegados governamentais.”

Pinto Balsemão diz, porém, que nos países ocidentais não são apenas os Governos a procurar controlar a comunicação social. Os grupos de pressão e os grupos económicos também o fazem, para favorecer determinados interesses ou mesmo ideologias. Em alguns casos, esses grupos aliam-se aos Governos. Para ilustrar a sua tese, o autor relembra, por exemplo, um artigo de Manuel Correia na revista *Política* em que este advogava a censura, o que lhe oferece o seguinte comentário: “A defesa da censura é tão incongruente, os ataques à Informação independente tão pouco fundamentados, o desejo de impor uma verdade única tão evidente, que parecem dispensáveis quaisquer comentários. Não deixa, no entanto, de ser pelo menos surpreendente que, em plena década de 70, haja quem defenda teses destas e quem subsidie publicações onde elas encontram guarida”.

III. Subdesenvolvimento e publicidade

Neste capítulo, Francisco Pinto Balsemão diz que, em tese, a Informação, em países menos desenvolvidos, pode ser causa de atraso. O autor ilustra esta ideia citando um relatório da UNESCO onde se conclui que a maior parte da informação chegada aos países subdesenvolvidos provém dos países desenvolvidos e que nem sempre a Informação dos países subdesenvolvidos tem capacidade ou idoneidade para assimilar e corrigir a Informação proveniente dos países mais desenvolvidos. A colonização informativa dos países subdesenvolvidos pelos países mais desenvolvidos deve-se, de acordo com Pinto Balsemão, à internacionalização do capital, à acção das multinacionais, ao controlo de grande parte das agências de publicidade nacionais por capitais estrangeiros e ainda à venda de serviços informativos aos países subdesenvolvidos por parte das grandes empresas dos países desenvolvidos. O autor enumera mesmo algumas formas como anunciantes ou agências publicitárias podem interferir na comunicação social, concluindo, porém, que “de um modo geral, a publicidade não conseguirá afectar gravemente a independência de qualquer órgão de informação que saiba cumprir a sua missão e resistir à tentação de lucro fácil”.

De acordo com Francisco Pinto Balsemão, a Informação nos países subdesenvolvidos dirige-se especialmente a minorias cultas, educadas segundo os moldes ocidentais e apresenta as realidades através de um prisma ocidental. Óptica que, segundo o autor, reforça o sentimento de frustração das sociedades subdesenvolvidas, podendo a Informação ser um obstáculo ao desenvolvimento, pois o autor acredita que convida mais ao consumo do que à poupança, podendo tornar o círculo da pobreza ainda mais vicioso e podendo também impedir que os membros das sociedades subdesenvolvidas concebam o seu desenvolvimento fora de uma imitação do já realizado noutros contextos históricos. Contudo, Pinto Balsemão salienta também que “a Informação livre de interferências serve a comunidade e contribui para o seu avanço”.

IV. Revolução tecnetrónica

A primeira observação de Francisco Pinto Balsemão, no IV capítulo,

reporta-se às diferenças entre ricos e pobres, e ao aumento do fosso existente entre eles, resultante, em parte, de diferentes graus de desenvolvimento científico e tecnológico. A Revolução Tecnológica, segundo a feliz expressão cunhada por Zbigniew Brzezinski, acelera mais o desenvolvimento dos países mais desenvolvidos do que o desenvolvimento dos países menos desenvolvidos, acentuando o fosso que os separa. Neste cenário, diz Pinto Balsemão, a Informação desempenha “um papel relevante e bivalente: é fundamental a revolução causada pela tecnologia na Informação, mas não menos importante é a decisiva influência da Informação no avanço tecnológico.”

Para Francisco Pinto Balsemão, “falar de Informação implica falar de computadores”. O autor enumera, assim, um conjunto de mudanças radicais que os computadores introduziram, entre elas: a possibilidade de comunicar oralmente e por escrito ao mesmo tempo; o facto de serem uma solução para o predomínio da documentação sobre a Informação; a aceleração velocidade de processamento de dados, que permite obter informações que “pelos meios clássicos” levaria semanas a conseguir; a generalização dos computadores na educação, nos negócios e mesmo na criação literária, o que modificará a face da sociedade. Assim sendo, na visão de Balsemão será necessário encontrar soluções políticas para as implicações do impacto da informática sobre a sociedade, de maneira a que seja conservada a liberdade individual num mundo que pode ser controlado por quem controlar os computadores. A palavra-chave, segundo Francisco Pinto Balsemão, para o sucesso da adaptação dos seres humanos à sociedade informatizada, é *educação*.

A seguir, o autor equaciona a situação da cultura perante a revolução tecnológica. Considerando “a chamada Cultura de massas”, conclui o seguinte:

“Os *mass media* serão tanto mais eficazes quanto maior for o avanço tecnológico do país ou do grupo de países onde se produzem. (...). Através deles a cultura perde qualidade, mas ganha em número de pessoas atingidas. Isto significa que a cultura deixa de constituir privilégio de uma elite para ser partilhada pela maioria (...). Porque essa cultura de massas não poderá nunca corresponder à cultura usufruída por aquele

escol, os seus objectivos, a sua profundidade, o seu conteúdo, a sua própria natureza terão de ser distintos. (...) Cultura geral (na acepção enciclopédica) é expressão ultrapassada: as pessoas apenas têm capacidade para tomar conhecimento dos princípios genéricos relacionados com os principais problemas do seu tempo (...) e para se especializarem, por gosto ou por necessidade, em alguns assuntos. Para além do verniz geral, a que se acede (e que se mantém) por educação de base (...) e pelos *meios de comunicação de massa*, a cultura torna-se portanto uma questão de opção (...) por certos assuntos; imediata rejeição por falta de tempo e de memória, de todos os outros”.

O computador, segundo Pinto Balsemão, poderá ser aproveitado em actividades culturais, o que “significará um acréscimo de produção cultural” e maiores possibilidades de apreender a cultura. Mas se o desenvolvimento informático é diferenciado, reflecte Balsemão, se nem todos têm acesso ao computador, então também se poderão formar hiatos culturais; por outro lado, se todos usarem computadores, então caminhar-se-á para uma globalização da própria cultura, acedida através deles. A Revolução Tecnológica, nas palavras de Adriano Moreira, citado por Pinto Balsemão, gerará ainda a “progressiva internacionalização da vida privada”. Aos políticos competirá, então, encontrar medidas que permitam adaptar o desenvolvimento tecnológico aos valores e cultura próprios de cada povo.

V. A técnica ao serviço da Informação

No capítulo V da primeira parte, Francisco Pinto Balsemão debruça-se especificamente sobre as transformações do jornalismo numa sociedade tecnológica.

O autor começa por professar a sua fé na Informação, isto é, no jornalismo. Numa sociedade tecnologicamente avançada, o autor reserva à Informação grande parte da responsabilidade pela preservação das culturas nacionais, regionais e locais, pela comunicação inter-cultural, pela manutenção das liberdades individuais e ainda pela formação continuada dos indivíduos.

Numa segunda parte do capítulo, o autor procura descrever “os novos

meios técnicos que ampliam as possibilidades de Informação e quais as suas eventuais repercussões sobre a sua independência”. O autor antevê uma era em que em cada casa exista um centro de comunicações electrónicas que permitirá escolhas entre centenas de emissões de rádio e televisão, facultará a impressão de jornais *a la carte* em cada casa (distribuído por centrais electrónicas), autorizará o acesso a bibliotecas digitais. Jornais, rádios, televisões teriam, assim, alcance mundial. O autor relembra as experiências em curso na sua época, como a televisão por cabo bidireccional, o aparecimento dos gravadores e leitores de vídeo doméstico (que permitiriam gravar o telejornal e outros programas para se verem e reverem ou até permitiriam que em vez de um jornal em papel se comprasse um jornal em cassete para se ver em casa) e ainda os aparelhos de visualização e impressão domiciliária de jornais.

VI. O futuro dos jornais clássicos

No VI capítulo, devotado à análise d’*O Futuro do Jornal Clássico*, Francisco Pinto Balsemão procura antever qual seria o futuro do jornal clássico, em papel, numa sociedade tecnologicamente avançada, marcada pela Revolução Tecnocrónica.

Para o autor, o problema dos jornais clássicos não se circunscreve à necessidade de combater a concorrência da Rádio e da Televisão, mas estende-se à possibilidade de sobrevivência num futuro próximo. Francisco Pinto Balsemão questiona-se, inclusivamente, sobre se no futuro haverá jornais em papel, sobre se estes beneficiarão, de alguma maneira, do progresso tecnológico, e sobre se as empresas de Imprensa terão de fabricar um produto diferente do actual para conseguirem sobreviver numa sociedade tecnocrónica.

Francisco Pinto Balsemão descreve, seguidamente, as inovações técnicas “que maior importância poderão ter para garantir a existência da Imprensa escrita e, sobretudo, para consolidar o seu prestígio e assegurar a autonomia”: escrever ao telefone e no ecrã de TV, uso do computador-redactor, transmissão de jornais completos à distância, etc. O repórter usaria uma “telemáquina de escrever portátil” e enviaria por telefone ou radiotelefone o seu texto para a redacção, que poderia ser

corrigido de imediato pelas chefias. O computador permitiria a redacção automática de textos e o armazenamento e gestão das notícias e das fotografias numa base de dados. A informática aliada às telecomunicações permitiria que o jornal fosse enviado sob a forma electrónica para ser impresso nas regiões e localidades, facilitando a distribuição e a gestão dos conteúdos que mais interessariam a cada localidade (possibilidade de edições regionais e locais). Mais do que isso, os dispositivos electrónicos receptores do jornal instalados em casa de cada um permitiriam que cada pessoa recebesse e imprimisse jornais *a la carte*. A quase quarenta anos de distância, a descrição de Pinto Balsemão, para a qual concorrem trabalhos de autores como William D. Reinhardt, não anda muito longe daquilo que sucede hoje em dia...

VII. Da informação reservada à irreversível concentração

Neste capítulo, o autor reflecte sobre o novo obstáculo à independência da informação: a concentração da propriedade dos *media*. Para ele, “Mesmo sendo incerto que, dentro de 20/30 anos, continuemos a sujar as mãos e a deleitar o espírito com o clássico jornal de papel, tudo parece, portanto, provar que as empresas de Imprensa e os jornalistas não perderão facilmente o lugar de relevo que hoje ocupam na preparação e divulgação da informação. Por outras palavras: *a revolução tecnocrónica, só por si, não ameaça directamente a independência da Informação*. Outra questão é saber se essa independência não é afectada pelas consequências político-económicas da revolução tecnocrónica.” O autor diz não se referir ao poder crescente das grandes agências noticiosas internacionais no fluxo internacional de informação, embora reconheça que também o preocupa, mas sim à possibilidade de se formarem monopólios mediáticos, que dominem igualmente os conteúdos e o *hardware* de produção, gestão e distribuição desses mesmos conteúdos, o que permitiria a uma minoria economicamente poderosa garantir o acesso a informação reservada, perpetuando-se no poder devido ao aumento constante do hiato de conhecimento que a separaria do resto da população, pois “*aflitiva é a tendência para a Informação independente deixar de ser a mais bem informada*.” Assim, “Para que a Informação permaneça na primeira li-

nha do noticiário, para que o poder político e o poder económico não se tornem invulneráveis à actuação da Informação, é indispensável que esta disponha dos meios técnicos que assegurem a livre circulação de todas as notícias e impossibilitem a criação de núcleos de informação só acessível a determinados grupos”, algo a que, segundo Balsemão, só empresas jornalísticas fortes e rentáveis poderão aspirar.

Neste quadro, Pinto Balsemão sugere que a concentração monopolística das empresas mediáticas, em curso no Ocidente, pode contribuir para agravar o problema atrás equacionado, ao eliminar a concorrência em benefício de alguns e ao restringir as vozes públicas, afectando, portanto, a liberdade de expressão e a liberdade de informação (que seguiria os ditames do Governo ou do grupo económico proprietário). Mesmo em Portugal existiam exemplos de concentração da propriedade dos media, sendo nomeados por Balsemão os casos do Governo e da Igreja, do Grupo *O Século*; do Grupo *O Diário de Notícias*; do Grupo *O Diário Popular*; do Grupo *União Gráfica*; e do Grupo *Agência Portuguesa de Revistas*. Apesar de tudo, diz o autor, “até certo ponto, uma concentração limitada seria aconselhável e desejável em Portugal” para fortalecer as empresas jornalísticas.

No sub-capítulo *Liberdade de Expressão e Liberdade de Informação*, o autor começa por considerar que a concentração é um fenómeno irreversível, pois as empresas de Informação são “empresas industriais e seguem a lei económica geral”. Entre as causas de aceleração da concentração, o autor considera que estão a insuficiência das receitas publicitárias, a maior exigência do ouvinte/leitor, as reivindicações sindicais (que aumentam a despesa) e a revolução tecnocrónica (motivo que o autor acredita ser o fundamental, pois exige vultuosos investimentos). No entanto, haveria, segundo Balsemão, uma forma de prevenir os efeitos nocivos da concentração: já que a concentração de empresas de imprensa é acompanhada da manutenção da pluralidade de publicações, a orientação a seguir é preservar a independência da equipa redactorial. Essa preservação, para o autor, depende da lei e da prática (política de direcção da empresa; espírito de equipa; organizações que defendem a liberdade de imprensa, etc.).

VIII. A vida difícil da Informação regional.

Este capítulo do livro de Francisco Pinto Balsemão é dedicado às publicações e emissoras regionais, ameaçadas por vários fenómenos: o desprezo dos particularismos regionais e locais no quadro da cultura de massas fomentada pelos meios de comunicação social de âmbito nacional; e os elevados investimentos de que necessitariam para acompanhar a revolução tecnocrónica; a falta de profissionalização dos colaboradores da imprensa regional e local, em especial em Portugal. No entanto, o autor acentua que a imprensa de carácter nacional e a imprensa de carácter regional e local podem conviver desde que respeitem os seus territórios específicos, até porque a proximidade da imprensa regional e local ao seu público-alvo dá-lhe um trunfo que não pode ser desprezado. De qualquer modo, para Pinto Balsemão a imprensa regional e local só conseguirá sobreviver se investir em tecnologia e na contratação de jornalistas profissionais, o que implica a concentração da propriedade. No entanto, no sub-capítulo Portugal: *Sem e Com Razão de Ser*, Francisco Pinto Balsemão denuncia a proliferação de publicações regionais e locais, algumas “sem qualquer razão de ser” e que só sobrevivem graças aos subsídios particulares e do Estado e ao entusiasmo de um indivíduo ou de uma família, apesar das excepções, como a Rádio Altitude, da Guarda, o *Jornal do Fundão* e o *Comércio do Funchal*. Estes últimos, no juízo de Pinto Balsemão, têm “bons corpos redactoriais e de colaboradores que, sem nunca esquecerem os problemas locais, souberam, dentro de uma orientação autónoma e politizada, combiná-los na justa proporção, com questões nacionais e internacionais. Para os assuntos literários, artísticos, científicos, económicos, etc. recorrem aos melhores especialistas portugueses. Conseguem, assim, criar um conteúdo de *qualidade* que lhes permite vender não apenas às pessoas ligadas à sua comunidade, mas a muitas outras (...). Trata-se, no entanto, de uma *qualidade acessível*, isto é, o conteúdo, os temas publicados, não interessam apenas a uma reduzida e intelectualizada elite, mas são seleccionados e apresentados de modo a atraírem o maior número possível de leitores.”

IX. Conteúdo e forma do produto

Na sequência do capítulo anterior, Francisco Pinto Balsemão, neste capítulo, discute o “problema da qualidade acessível”, que se liga ao perfil editorial do meio de comunicação.

O autor começa por diagnosticar a invasão dos meios por conteúdos de entretenimento, por motivos comerciais, que “*prejudica a informação e a formação*”. De facto, na sua óptica, “O problema do tipo de produto a apresentar ao público põe-se, portanto, em função do contributo que a Informação pode trazer à aceleração do desenvolvimento. Surge também como questão prévia a resolver para assegurar à Informação a independência (...). O produto-jornal ou o produto-emissão devem contribuir para o progresso da comunidade, mas só o poderão fazer se, política, financeira e tecnicamente as empresas que o fabricam tiverem assegurada a sua independência.”

Seguidamente, o autor relembra que por motivos técnicos, comerciais e de simples bom senso se torna necessário seleccionar e hierarquizar os conteúdos em função do perfil editorial do órgão jornalístico em causa, havendo, para ele, a considerar três grandes tipos de jornais: jornais de qualidade, jornais populares e jornais meio-termo.

O *jornal de qualidade* “dirige-se (...) à inteligência dos leitores. Não recorre às emoções, não apela para o sentido estético do público, nem se serve de grandes fotografias ou de paginações especialmente sugestivas. Limita-se a informar, a interpretar e a valorizar os acontecimentos, a emitir opiniões por intermédio dos seus redactores ou de colaboradores qualificados. Não tem a pretensão de cativar todo o público, mas simplesmente uma elite preparada para o ler e compreender. Publica mais artigos, comentários e críticas do que propriamente reportagens ou entrevistas. Dedicar-se à política nacional e internacional, aos problemas técnicos, culturais, financeiros, económico-sociais, em detrimento do *fait divers* (...), prefere as notícias comentadas (*news analysis*) (...) aproveitando a oportunidade para a confrontar com outros factos (...) e lança precisões (...). Em certos casos são vendidos a um preço mais elevado.” Normalmente apresenta-se em grande formato.

O *jornal popular ou de sensação*, segundo Balsemão, está nos anti-

podas do jornal de qualidade, preferindo notícias e temas leves e capazes de interessar a um grande número de pessoas, incluindo notícias sobre a vida privada das celebridades e notícias chocantes, tem um design sugestivo e apelativo e recorre a fotografias chamativas. Normalmente apresenta-se em formato tablóide.

O *jornal de meio-termo* equilibra características dos dois tipos anteriores, para assegurar vendas sem macular o seu prestígio. Distingue-se pela leveza dos conteúdos, mas sem abandonar a seriedade e rigor com que são noticiados e analisados.

Francisco Pinto Balsemão dedica a cada um dos tipos de jornais um sub-capítulo. *Nunca Contra o Governo* é dedicado ao jornal popular, ao tablóide, que acima de tudo não é contra o Governo. Aliás o autor considera que “a inversão ou a transferência provocados pela imprensa popular pode verdadeiramente contribuir para o atraso do progresso da comunidade ou para o desvio dos seus verdadeiros objectivos”. *Servir a Elite* é o sub-capítulo dedicado ao jornal de qualidade porque serve “precisamente a minoria de pessoas que atingiu já o nível de educação necessário” para compreender o que lê e intervir na comunidade. *Atingir os dois fins*, sub-capítulo dedicado ao jornal de meio-termo, que “poderá atingir os dois fins: distrair, atraindo as camadas que têm de ser instruídas, e educar, cumprindo assim a sua função nobre e verdadeira.”

O perfil de jornal a escolher pelos respectivos fundadores representa, assim, segundo Balsemão, um problema, dependendo a sua resolução do número de membros da comunidade, da sua capacidade económica, do seu nível educacional, etc. De qualquer maneira, a escolha de um perfil para um jornal, em abstracto, não é suficiente para fazê-lo sair e sobreviver: “É necessário dar-lhe individualidade e consolidá-lo, manter-lhe uma personalidade”, explica Pinto Balsemão, referindo-se, em especial, ao jornal de meio-termo e ao casamento entre *conteúdo e forma* a que este deve almejar. Em todo o caso, “A selecção, bem como a apresentação do material jornalístico, deve igualmente obedecer a um critério educativo”, sugere o autor.

Para o autor, o desafio de lançar um jornal implica resistir à pressão constante dos inúmeros problemas de orientação editorial, organizacio-

nais, técnicos e comerciais que os fundadores têm de enfrentar. Mais do que isso, “O fundador-orientador do quotidiano deve, por um lado, ser um bom psicólogo e, por outro, ter a força moral suficiente para, sem hesitações, aplicar as normas deontológicas que regulam a vida dos homens dos jornais. Só assim (...) terá a autoridade necessária para impor aos leitores, aos governantes, aos grupos políticos e económicos, o respeito devido à missão da Imprensa e criar nos colaboradores a mentalidade necessária acerca da transcendência da sua missão.”

A responsabilidade dos jornalistas e orientadores editoriais de um meio de comunicação é também posta em evidência por Pinto Balsemão, ao salientar que um jornal deve ser “um reflexo vivo e não deformado das realidades”, para o que “deve conhecer os diversos pontos de vista sobre o mesmo assunto e ter consciência de que nem sempre o seu é exacto. Deve ainda respeitar a verdade, não esquecendo que um desmentido prejudica a reputação (...) e que a omissão de informações ou a sua comunicação incompleta abala a confiança do leitor.” E essa confiança, segundo Balsemão, é vital para que o jornal sobreviva às pressões.

X. A participação dos redactores

Neste capítulo, o autor relembra que uma empresa jornalística não pode ser tratada “em estritos moldes industriais-comerciais”, dada a natureza específica do produto que vende: Informação. Assim sendo, os redactores e jornalistas, que têm por missão “informar, (...) dar forma a uma realidade não material e em constante mutação (...) e (...) criar um produto que deve traduzir a verdade, o que implica brio moral, sentido da responsabilidade e competência profissional”, têm de ser protegidos das pressões, incluindo daquelas que se produzam internamente à empresa. Assim, para Balsemão, o poder de decisão sobre a orientação editorial de um meio jornalístico deve ser partilhado entre os detentores do capital e os jornalistas e redactores, através de sociedades de redactores (opção que, Balsemão não o sabia, mas viria a ter expressão na criação dos conselhos de redacção).

XI. A massa a influenciar os media

Para o autor, a priorização do lado comercial das empresas de Informação afecta a sua independência, pois “Cada vez mais parecem ser os gostos do consumidor que impõem a linha de orientação do meio de comunicação social, em vez de ser este, com autonomia e capacidade, a dirigir e a adiantar-se sobre a evolução da sua comunidade. Exemplo flagrante desta inversão de posições e de valores é o da importância por vezes assustadora que o *marketing* adquiriu (...) no sector das empresas de Informação”. O autor prossegue dando exemplos de como, com recurso aos computadores, vários jornais um pouco por todo o mundo automatizavam e rotinizavam os processos jornalísticos de maneira a agradar aos leitores, cujas preferências eram diagnosticadas através do recurso intensivo e científico ao marketing. Ora, se para Balsemão o marketing tem o aspecto positivo de obrigar as empresas de Informação, enquanto empreendimentos comerciais que são (e “não instituições de caridade”), a “atentarem nas necessidades da sua clientela” e não somente nas ideias dos proprietários e directores, também não é menos verdade que “*a tendência (...) para actuar apenas em função da reacção do consumidor do produto se afigura excessiva e atentatória da independência da Informação.*” Impõe-se, então, de acordo com o autor, um equilíbrio, para que sejam “*os media a influenciar a massa, e não [apenas] a massa a influenciar os media*”.

XII. Imprensa, Rádio e Televisão

Neste capítulo a problemática sobre a qual Francisco Pinto Balsemão reflecte é a “eventual concorrência entre os três principais media da nossa época – Imprensa, Rádio e Televisão”.

Começa por enumerar os argumentos – descida das tiragens, desaparecimento de títulos, o fenómeno da concentração – geralmente apresentados para sustentar a tese da decadência Imprensa. Os partidários desta tese defendem que esta situação foi causada pelo aparecimento da Rádio e, especialmente, da Televisão. Francisco Pinto Balsemão, por seu turno, acredita que o aparecimento da Rádio e da Televisão não afectou a importância da imprensa, marcada pelo “prestígio e solidez da palavra

escrita”, mas concorda com uma segunda razão invocada pelos partidários da tese: o público mudou. O autor defende, em consequência, que os jornais têm que corresponder à modificação para prosperar e manter a sua influência, mas “*sem se submeterem demasiado às exigências das pessoas que os compram, sem se preocuparem excessivamente com a necessidade de não chocar o leitor e de tentar agradar-lhe de qualquer modo*”.

No sub-capítulo, *Validade da Imprensa no Sector da Publicidade*, a ideia principal que o autor transmite é a de que o aparecimento de outros meios de comunicação social não veio provocar uma menor utilização da Imprensa como suporte publicitário. Já no subcapítulo seguinte (e último), intitulado *Da Complementaridade à Convergência*, Francisco Pinto Balsemão expressa a sua fé em que a complementaridade dos meios dê lugar à convergência: “Os jornais, as estações de rádio e as de TV parecem (...) ter (...) compreendido a complementaridade das suas funções. No sector informativo, os programas de rádio ou TV são publicados e criticados nos jornais, do mesmo modo que certos artigos e notícias exclusivos os jornais são transmitidos pela Rádio e pela TV. (...) *Afigura-se indispensável que essa complementaridade se transforme em convergência, ou seja, que da coexistência se passe à conjugação de esforços informativos (...) para a obtenção de objectivos comuns.*”

Parte II

Na segunda parte do livro, devotada ao estudo da conjuntura informativa nacional, Francisco Pinto Balsemão, citando estatísticas, procura aduzir razões para a Informação portuguesa não cumprir em plenitude a sua missão na comunidade e o seu papel de apoio ao desenvolvimento do país. Encontra motivos do falhanço da Informação nacional na “falta de independência, que provoca a falta de capacidade” e vice-versa. A censura prévia, na sua visão, era então o principal obstáculo à independência dos meios jornalísticos e o principal agente perversor da opinião pública, embora nos meios controlados pelo Governo e pela Igreja também se verificassem fenómenos de auto-censura.

Seguidamente, o autor faz um historial da legislação sobre censura

em Portugal durante o Estado Novo, cita vários excertos dos debates sobre esse problema na Assembleia Nacional e promove o projecto de Lei de Imprensa que, enquanto deputado, apresentou no Parlamento, em conjunto com Francisco Sá Carneiro. Relembra, também, outros projectos e posições favoráveis à liberdade de imprensa, nomeadamente as posições do Sindicato Nacional dos Jornalistas, e refere as reacções da própria imprensa e do Sindicato dos Jornalistas ao citado projecto Balsemão – Sá Carneiro. Em sequência, apresenta e critica a proposta governamental de Lei de Imprensa.

Manifestando-se, porém, apostado em que a nova Lei de Imprensa que Portugal teria a partir de 1972, apesar de quase certamente baseada unicamente na proposta do Governo, pudesse, apesar de tudo, substituir a arbitrariedade da censura por uma certa legalidade, Balsemão considera-a uma “oportunidade única” para o jornalismo português. A reboque desse raciocínio, pega, então, no velho tema da formação de jornalistas, para insistir na instituição de um curso superior de jornalismo “com carácter permanente”, pois, diagnostica, os jornalista portugueses começam a exercer a sua profissão sem terem adquirido conhecimentos especializados sobre o modo de a exercer. “*A questão das vantagens das Escolas de Jornalismo está actualmente ultrapassada*. Já ninguém discute que o jornalismo, como qualquer outra profissão, pode e deve aprender-se em cursos para o efeito criados”, escreve Balsemão, reconhecendo, inclusivamente, uma certa receptividade do Governo para levar a proposta avante. Para o autor, um bom curso de jornalismo, segundo o autor, deveria aliar uma sólida formação em ciências sociais e humanas às disciplinas de cariz jornalístico e teria de ser ministrado nas Universidades e não noutra instituição, pois só num contexto de autonomia universitária seria possível evitar que fosse politizado. Transcreve, neste ponto, o projecto de ensino das Ciências da Informação apresentado ao Governo pelo Sindicato Nacional dos Jornalistas.

A segunda parte do livro encerra com o capítulo IX, devotado aos objectivos prosseguidos com a promulgação de uma nova Lei de Imprensa. Para o autor, se é certo que uma nova Lei de Imprensa não resolveria todos os problemas da Informação portuguesa, “não restam também dú-

vidas que *sem uma legislação que assegure a independência necessária à imprensa, nem esses problemas principiarão a ser resolvidos, nem esta poderá desempenhar o papel que lhe cabe no desenvolvimento rápido e harmónico da sociedade portuguesa.*” O autor recorda que há autores que perfilham a tese que uma nova Lei de Imprensa seria irrelevante, num tempo em que a televisão por satélite e os bancos de dados electrónicos acessíveis por computador tornarão obsoleta a censura prévia. No entanto, a esse raciocínio Pinto Balsemão opõe os seguintes argumentos: 1) A palavra escrita deve ser valorizada por estimular à reflexão e impedir o “homem unidimensional” de que falava Marcuse; 2) A imprensa deve ser independente dos poderes político e económico, nacionais ou internacionais, sendo importante instituir para a mesma condições de vida autónoma; e 3) É à Informação de cada país que cabe combater os efeitos uniformizantes da Informação planetária, influenciada pelos grandes potentados da globalização.

Autor (nome completo): Maria Goreti Almeida Fiães / Jorge Pedro Sousa
E-mail: goretialmeida@gmail.com / j.p.sousa@mail.telepac.pt

» Pires Cardoso, 1941

Autor: Pires Cardoso

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1941

Título completo da obra: O Problema da Radiodifusão em Portugal, Alguns Aspectos

Tema principal: Teoria do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Tipografia do Comercio e das Colónias

Número de páginas: 21

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional Porto

Cotas: SA13388//23V

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): -

Índice da obra: [Não tem índice]

Considerações previas – pagina 7

A Emissora nacional perante os rádio-ouvintes - pagina 8

O fim primário da rádio – pagina 10

A essência da rádio como instrumento de acção – pagina 11

Alguns princípios práticos a quem tem de subordinar-se a organização de programas – pagina 12

Considerações finais – pagina 20

Resumo da obra (linhas mestras): A tomada de posse dos chefes dos Serviços de Produção e dos Serviços Administrativos foi um acontecimento marcante para a Emissora Nacional e constitui o pretexto para o presente opúsculo, no qual o autor, Pires Cardoso, faz várias considerações relevantes para se entenderem as perspectivas sobre a rádio estatal,

a Emissora Nacional, que existiam no seio do regime corporativo. Relembra, então, o autor que após um período de ponderação, o Governo atribuiu à Emissora Nacional um estatuto autónomo e financeiro. Estes acontecimentos revelaram-se, na altura, decisivos para o desenvolvimento da Emissora Nacional.

Posto isto, surgiram duas ideias totalmente distintas sobre a forma como a Emissora Nacional se devia dirigir aos seus ouvintes: para uns, ela devia estar programada para as “Elites”; outros, porém, sustentavam que ela teria forçosamente de procurar abranger o povo. Os que defendiam as elites argumentavam que eram estas que criavam as correntes de opinião mais importantes e que só elas poderiam representar verdadeiramente o país e os seus interesses e que portanto deveria ser privilegiada pela Emissora Nacional em detrimento do povo. Inclusivamente, segundo esta “facção”, a Emissora Nacional não deveria com estas medidas recuar perder popularidade porque estaria a prestar um serviço à nação.

No entanto, aqueles que defendiam uma rádio que pudesse ser acessível em termos de conteúdo para o povo, contrapunham as ideias dos “intelectuais”, dizendo que se o povo tem as tarefas mais árduas, deve ser recompensado com algo que possa compreender.

Outro aspecto importante prendia-se com a clarificação dos objectivos da Emissora Nacional. No entender do autor, os objectivos eram simples e claros: ser ouvida pelo maior número de pessoas possível. Para compreender isto basta atentar no próprio nome da rádio (Emissora Nacional), que sugere logo uma ideia ligada a todo o Portugal. Tendo em conta todas as dificuldades que de um projecto desta envergadura advinha, tornava-se crucial que a rádio não perdesse as suas especificidades.

Partindo, agora, para uma análise mais técnica da rádio, o autor faz uma reflexão sobre os efeitos radiofónicos. Como é fácil de constatar a essência da rádio reside apenas nas capacidades auditivas de cada um, mas o autor questiona os seus ouvintes, perguntando se algum deles já tentou fechar os olhos enquanto ouvia rádio. Para o autor, aqueles que o fizeram repararam noutros ruídos externos à rádio, ruídos esses que

podem ter desviado a atenção dos ouvintes, ou pelo menos não ter feito com que estes não estivessem com toda a atenção centrada naquilo que a rádio está a passar. Este pormenor é, no entender do autor, vital para uma melhor compreensão do fenómeno da rádio.

Em seguida, o autor apresenta algumas regras a que, do seu ponto de vista, são fundamentais para a organização de programas. Um princípio chave para qualquer profissional de rádio reside na utilização de um discurso claro, simples e curto. Basicamente um discurso que reúna em si estes três adjectivos e seja acessível a todos, devendo ser, paralelamente, completo.

Como é óbvio, a atenção do ouvinte é dos factores mais importantes para o sucesso do discurso radiofónico. Para que o discurso capte efectivamente a atenção do ouvinte torna-se fulcral que este seja persuasivo, sem ser maçador e para isso não pode ser longo, pois isso só irá fatigar o público. Para isso, na Emissora Nacional, adoptou-se a palestra como forma de discurso nos programas, sendo que os minutos de discurso foram progressivamente reduzidos ao longo dos anos.

O autor foca também, dentro desta lógica de criar uma atractividade para o público conseguindo assim captar a sua atenção, a necessidade fulcral da rádio, neste caso a Emissora Nacional, de variar os seus programas, alternando por curtos períodos os vários géneros musicais. Neste ponto há que destacar o facto de nem todas as pessoas poderem ouvir rádio a qualquer hora e alguns delas só o poderem fazer num período de tempo bem definido. Neste caso, essas pessoas seriam obrigadas a ouvir sempre o mesmo tipo de programas e o mesmo estilo de músicas, é por isso que determinado tipo de programas devem ter alguma flexibilidade de horários, para que os ouvintes não vejam a rádio como algo de rotineiro e repetitivo. Isto sem esquecer que se existem programas que podem ser variáveis em termos de horário, outros há que convém manter as suas horas de emissão intactas, como por exemplo os noticiários.

Por tudo o que foi referido é pois, na opinião do autor, vital que os assuntos abordados na rádio fossem interessantes e mesmo aqueles que à partida representassem para o público um interesse menor era necessário que fossem tratados de forma a cativar os ouvintes. Isto sendo certo que

é sempre complicado fazer um inventário dos temas em consonância com o seu interesse para os ouvintes, até porque isso depende da própria conjuntura social. Uma solução, para que houvesse vários programas abrangentes aos diversos interesses da população, seria o funcionamento de mais estações em ondas distintas, mas tendo em conta que nesta altura o principal objectivo era criar apenas uma emissora para todo o país esta solução não seria facilmente praticável.

Outra das finalidades da Emissora Nacional era contribuir para o aumento do grau cultural da população, sendo que este contributo deve ser gradual já que de contrário estar-se-ia a maçar os ouvintes. Por isso este objectivo deveria ser conseguido com passos curtos e progressivos. Segundo o autor, cultura e educação são dois objectos que podem ser transmitidos indirectamente, já que, para ele, são muitas vezes palestras que não têm estes dois factores como objectivos primordiais.

O autor termina as suas considerações/recomendações com um alerta. A rádio deve ser utilizada com prudência dado a sua sensibilidade. Aqui é feita uma distinção entre o tipo de comunicação que é feita nos jornais e aquela que é feita pela rádio e que explica bem a diferença de “perigos” entre um e outro. Isto porque se nos jornais o jornalista deve ter cuidado com as palavras que escreve e tendo também em conta que os seus leitores podem ler e reler a notícia, na rádio a ideia com que o ouvinte fica é apenas uma interpretação geral da notícia, pois limita-se a ouvir e apenas uma vez, pelo que pode acrescentar pormenores que não correspondam inteiramente à verdade.

A finalidade da Emissora Nacional é portanto usar para benefício próprio aquilo que julga ser positivo e evitar os factores negativos. O autor refere com veemência que, no entanto, isto não se consegue com facilidade. Todos os pormenores devem ser tratados com igual preocupação e afincos sob pena de uma determinada emissão ser condenada ao fracasso.

Autor (nome completo): Hildebrando Miguel Brito Pereira
E-mail: miguelbp1982@hotmail.com

Livros LabCom

» Portela, 1943

Autor: Portela, Artur

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1943

Título completo da obra: Os Mortos Falam

Tema principal: Jornalistas e Vida Profissional

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Inquérito

Número de páginas: 30

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: L 35508 P

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Artur Portela nasceu em Lisboa, a 10 de Agosto de 1897, e faleceu a 4 de Outubro de 1935, também em Lisboa. Foi jornalista, repórter, cronista, novelista, dramaturgo e realizador.

Índice da obra:

O jornalismo de guerra	78
Mariano de Carvalho no Casino	88
A Confissão de Fialho.....	95
Um jornalista Republicano.....	103
A pena de Navarro	115
Um Mestre do Jornalismo	136

Resumo da obra (linhas mestras): Este é um livro de crónicas do jornalista Artur Portela.

Em várias dessas crónicas, o autor aborda temas de interesse para a compreensão do jornalismo português e para a forma como os jornalistas do início do século XX operavam em Portugal. Chama a atenção, em especial, para os expedientes que usavam, para a existência de “jornalis-

tas” que também eram políticos, etc. É dessas crónicas que se dá conta e resumem.

O Jornalismo de Guerra

Na tarde em que Manuel Cardia se suicidou, Moreira de Almeida resolveu “experimentar” um rapaz com uma vaga recomendação.

Tratava-se de Hermano Neves um jovem muito vivo e curioso. Instalou-se em Sintra ainda novo, era um jovem muito talentoso, poeta e jornalista.

A sua primeira reportagem no “*Dia*” foi sobre a “velha dos gatos”. Mais tarde viria a relatar as notícias mais sensacionais.

Hermano Neves entrou nas gazetas com uma ampla e sólida cultura. Resolveu ir pela Europa fora, instalando-se numa grande cidade estrangeira de onde enviava crónicas brilhantes para o “*Diário de Notícias*”, “*Gazeta de Notícias*” e “*Ilustração Portuguesa*”.

Concretizou o sonho de formar-se em Medicina em 1904. Pagava as suas matrículas desenhando figurinos para uma revista feminina no Brasil.

Quando regressa a Lisboa esquece-se de que é médico e faz a sua grande reportagem *O 5 de Outubro*, envolvendo-se na revolução para a redigir. Dessas jornadas resulta o livro: “*Como Triunfou a República*”.

Manuel Guimarães funda “*A Capital*” e vai buscar Hermano para trabalhar consigo. Este faz com que as tiragens do jornal subam, envolvendo-se na guerra civil e fazendo reportagens brilhantes.

Em fins de 1911, parte para África, fazendo admiráveis reportagens que contribuíram para a solução dos problemas coloniais.

Volta a Portugal onde se bate em duelo com António Centeno, escrevendo sobre o turbilhão dos acontecimentos.

Em Agosto de 1914, estala a guerra europeia. Um mês depois, Hermano Neves vai para França, onde consegue uma sensacional entrevista.

Em 1915, com Herculano Nunes, Hermano Neves publica o panfleto “*Fora da Lei*”. A notícia da entrada de Portugal na guerra dá a Hermano Neves a sua maior vitória jornalística, possibilitando-lhe afirmar-se como defensor da causa dos povos e das nações livres.

No dia da entrada de Portugal na Grande Guerra, Augusto Soares, ministro dos Negócios Estrangeiros, recusou-se a fornecer qualquer informação ao sair do Parlamento. Todos vão embora desanimados, mas Hermano Nunes arranja um esquema audacioso, instalando-se num local estratégico, e coloca-se frente ao carro do ministro. Conseguiu, assim, a cacha que ambicionava, permitindo ao *Capital* publicar o informe histórico.

Em 1919, este homem que passara a maior parte do tempo a partir de país em país, regressa a Portugal onde funda, com Herculano Nunes, a “*Vitória*”. Segue, posteriormente, para África onde permanece durante largo tempo.

Em 1929, acaba por falecer.

Mariano de Carvalho no Casino

Reuniram-se no Casino Lisbonense um grupo de intelectuais revolucionários, uma reunião política cujo tema era o velho Partido Regenerador.

O jornalista e político Mariano de Carvalho surgiu na mesa. Era possuidor de uma grande eloquência popular.

De manhã tinha aulas na Escola Politécnica, mas terminava o seu dia já de madrugada, em S. Roque, na redacção do “*Popular*”.

Quando o seu discurso no Casino terminou, a multidão aclamou-o.

Nessa altura, podia ter ascendido à direcção do Partido Republicano mas fiel ao credo progressista não deu esse passo.

Depois de António Rodrigues Sampaio, que escrevia escondido os seus tonitruantes artigos no “*Espectro*” e no “*Revolução*”, Mariano de Carvalho foi um dos grandes mestres do jornalismo português.

Nada fazia prever essa vocação, abandonou o Politécnico (onde mais tarde se tornou professor) por um curso de Farmácia, chegando também a ser boticário numa loja.

Mariano de Carvalho começou no jornalismo com Teixeira de Vasconcelos e por volta de 1862 fundou a “*Gazeta de Portugal*”. Passou ainda por jornais como o “*Notícias*”, o “*Novidades*” e o “*Popular*”.

Até que decidiu criar o seu próprio jornal, “*O Diário Popular*”.

Escrevia muitas vezes a jogar xadrez. “No meio de um linguado, levantava a cabeça e indicava a partida. E tudo isto sorrindo, entre a ale-

gria esfuziante da redacção, sentado a qualquer mesa, sempre com a beata ao canto da boca”.

Nas questões difíceis da política, a solução era Mariano de Carvalho, os seus discursos podiam considerar-se verdadeiras peças de eloquência.

Ocupou duas vezes o Ministério da Fazenda, deixando uma larga obra de administração. Para ele, primeiro estaria o jornalismo e só depois as obrigações de ministro.

A Confissão de Fialho

Fialho (de Almeida) era estudante de medicina e tornara-se o escritor mais virulento e corrosivo do seu tempo.

Era considerado o “príncipe desdenhoso da crítica, abalando as colunas do templo”.

Martinho e Eugénio, seus amigos recém-chegados a Lisboa encontraram-no na rua do Ouro, abandonado, arrastando pesadamente o seu corpo.

Fialho, farto de sua vida miserável, decidiu desistir de escrever, sentia o seu talento explorado e apunhalado pelas costas.

Não queria ficar com uma efémera bagagem de historietas e de artigos mais ou menos verrineiros. Eugénio de Castro insinuou-lhe: “Mas por que não faz o doutor um romance?”

Fialho ficou irritado, pois o romance era sua ambição, mas nunca o diria.

Por fim, foram a um botequim da travessa de S. Domingos, onde Fialho se reconciliou com a vida e com os seus amigos.

Um Jornalismo Republicano

Mayer Garção pertenceu à geração que sucedeu ao 31 de Janeiro.

Era considerado “o príncipe do jornalismo”.

Mayer Garção surgiu, por volta de 1899, com Fernando Reis, numa publicação de crítica intitulada “Os Vermelhos”. Tinha apenas 19 anos e já se revelava brilhante.

O seu lançamento como jornalista foi quando escreveu “*A Queimar Cartuchos*”, uma polémica com Silva Pinto. Mayer Garção, ainda estudante, ataca-o audaciosamente e com tanta bravura, que o escritor da “*Alma Humana*”, em vez de o derrubar, abriu-lhe os braços com ternura

e apadrinha a sua carreira jornalística.

Em 1896, funda a revista “*Inferno*”, com Júlio Dantas, Antero de Figueiredo, José Sarmiento e Domingos de Guimarães, entre outros.

Três jornais fixaram a sua personalidade: o “*Mundo*”, a “*Capital*” e a “*Manhã*”.

O jornalista está no auge da propaganda republicana. Escreve as *Notas Vermelhas* com Afonso Costa e mais tarde Notas à Margem.

Em 5 de Outubro de 1910, vive a hora da sua vida, “aquela em que viu desfraldar pela primeira vez a bandeira verde-rubra”.

Estala a primeira guerra europeia, em 1914.

Mayer, na “*Capital*”, torna-se um dos padrinhos da intervenção.

A “*Manhã*”, de que é director, atravessa períodos difíceis. É-lhe oferecida a direcção de um jornal, com um ordenado tentador. Porém, prefere continuar independente e rebelde, recusando assim a proposta.

Faleceu num acidente de viação.

A Pena de Navarro

Emídio Navarro foi “o D’Artagnam do jornalismo”.

Os seus primeiros combates no jornalismo da capital foram no “*Correio da Noite*”, jornal que fundou depois de ter colaborado com António Enes no “*Progresso*”. Ficaram memoráveis as suas campanhas contra Fontes Pereira de Melo (no “*Progresso*”, “*Correio da Noite*” e no “*Primeiro de Janeiro*”).

O tempo passa, abandona o “*Correio da Noite*” e cria o “*Novidades*”. Nenhum ministério se constituía sem passar pelo seu gabinete, pois o “*Novidades*” era o jornal mais elegante do tempo e considerado a antecâmara do Terreiro do Paço. Por lá passaram Barbosa Colen, Melo Barreto, João Saraiva, Alberto Braga e muitos outros.

Navarro, António Enes e Mariano de Carvalho eram progressistas dissidentes. Devemos-lhes um dos períodos mais belos do jornalismo português.

Navarro, como jornalista, era o mestre acatado e temido de todos os seus discípulos. É dele a célebre frase: “Um rei que se abandalha, é um rei que moralmente abdica”.

Reformaram-no, com todas as honras, no lugar de ministro em Paris, então muito invejado.

Em Portugal tinha inimigos mas voltou à sua casa no Luso para morrer.

Um Mestre do Jornalismo

Moreira de Almeida trabalhava há vários anos para o “*Dia*”, que era consagrado como um dos últimos “salões” literários e jornalísticos da Monarquia.

O “*Dia*” vinha do século XIX, pela mão de António Enes, e não tinha tendências políticas assinaláveis, embora fosse considerado progressista.

Em 1990, quando Enes voltou à metrópole, constituiu-se um grupo, do qual faziam parte Adrião de Seixas, Luís Horta, Petra Viana, Hipácio de Brion e Moreira de Almeida.

Enes voltou à direcção, mas mais com seu nome do que com a sua actividade, pois devido a problemas de saúde era substituído em alguns trabalhos por Moreira de Almeida, que além de tratar dos artigos de fundo tinha uma secção privativa com o pseudónimo de Nemo.

Quando rompeu o século XX, o jornalismo sofreu uma grande renovação.

O “*Dia*” surge com um suplemento literário, o primeiro da Imprensa portuguesa, e é considerado a melhor folha literária de 1900. Passam pela redacção, em várias épocas, escritores como: Raul Brandão, Francisco Santos Tavares, Manuel Cardia, Luís Cardoso, entre outros.

Quando António Enes é enterrado, o seu conselheiro Hintze Ribeiro propôs aos cinco proprietários do “*Dia*” a filiação do Jornal na imprensa regeneradora, fazendo-os deputados, mas apenas dois aceitaram.

Em 1904, José de Alpoim assumiu a direcção do “*Dia*”. Era um liberal dentro da monarquia. Quatro anos depois, tornou-se ministro da Justiça.

Moreira de Almeida continua a bater-se pela monarquia velha. A seu lado tem agora o filho, Moreira de Almeida.

Após a tentativa revolucionária abortada em 28 de Janeiro, surge o “*Radical*”, dirigido por Marinha de Campos, que alinha ainda mais à esquerda da dissidência progressista. No “*Radical*”, Machado Santos

foi castigado por escrever um artigo contra a monarquia.

Um mês depois, em 5 de Outubro, viam-se bandeiras republicanas por toda a cidade.

Em Janeiro de 1911, reaparece Moreira de Almeida, criticando a lei da separação da Igreja e do Estado. É então atacado por todos os lados. Foi atingido por uma bala e preso.

Quando libertado, refugiou-se em Espanha. Os seus adversários “renderam-se”, então, à sua coerência. Ele é a voz do passado. Escreveu uma página admirável sobre o raid de Gago Coutinho e Sacadura Cabral.

O seu último artigo foi sobre a princesa Vitória, que seu filho concluiu devido ao seu estado debilitado.

Autor (nome completo): Sandra Cristina Fernandes Pereira

E-mail: sandracris89@hotmail.com

» Portela, 1973**Autor:** Portela, Artur**Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação):** -**Ano de publicação/impressão:** 1973**Título completo da obra:** Norberto de Araújo. O Jornalista e o Escritor**Tema principal:** Jornalistas e Vida Profissional**Local de edição:** Lisboa**Editora (ou tipografia, caso não exista editora):** Gazeta dos Caminhos de Ferro**Número de páginas:** 29**Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas****Biblioteca:** Biblioteca Nacional**Cotas:** H G 628768//3 P**Biblioteca:** Biblioteca Pública Municipal do Porto**Cotas:** I3-5-23**Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.):** Artur Portela nasceu em Leiria no ano de 1901 e veio a falecer na mesma cidade, em 1959.

Foi repórter de guerra e jornalista do *Diário de Lisboa* durante mais de 30 anos. Republicano sem filiações, ficou famoso pelas entrevistas que fez a Churchill, Unamuno, Afonso III, Herriot e Franco.

Era também conhecido pelas suas polémicas críticas teatrais e teve ainda ao seu encargo a direcção da secção das artes plásticas e a página de literatura do *Diário de Lisboa*.

Escreveu vários livros: *Batalha Humana*, *Rosas de Itália*, *Monges Negros*, *Norberto de Araújo*, *Duelos em Portugal*, *Tumultos*, *A Lareira de Portugal* e outros.

A obra que deixou levou a que o seu nome figure numa praça da capital.

Índice da obra: [Não tem índice]

- Norberto de Araújo. O jornalista e o escritor: pp.5-6
- Guerra Junqueiro e Norberto de Araújo: pp.6-7
- A cadeira vazia: pp.7-8
- A garra do jornalista: pp.8-9
- Na trincheira da imprensa: pp.9-10
- Como começou a vida: pp.11-12
- A revelação do jornalista: pp.12-13
- As Miniaturas na Manhã: pp.13-14
- Norberto de Araújo no Diário de Notícias: pp.14-16
- A sua entrada no Diário de Lisboa: pp.16-17
- As Páginas de Quinta-Feira: pp.17-18
- Como ele foi o primeiro: pp.18-20
- Um incidente com João Chagas: pp.20-21
- Uma reportagem emocionante: pp.21-22
- A vida com o Marechal Carmona: pp.22-23
- Varanda dos meus amores: pp.23-24
- A sua paixão por Lisboa: pp.24-25
- Última imagem de Norberto: pp.26-27
- O enterro do grande jornalista: pp.27-29

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra de Artur Portela é uma contemplação do homem que Norberto de Araújo foi, assim como de toda a obra deste último, todo o seu trabalho, dando especial ênfase ao seu papel enquanto jornalista.

O autor vê Norberto de Araújo como uma referência “incomparável” do jornalismo, pela sua “perfeição” e “elevação literária”. Portela afirma mesmo que Norberto de Araújo era “*um grand-seigneur, um príncipe do jornalismo*” (pg.5). Assim, para Portela a capacidade de expressão seria uma das qualidades distintivas do bom jornalista.

Conta Portela que, ao longo de toda a vida, Norberto de Araújo assumiu várias facetas: “*O entrevistador, o crítico, o repórter, o cronista, o novelista, e até poeta...*” (pg.6) e em todos os seus trabalhos entregava-se de corpo e alma, trazendo consigo uma forma nova de encarar o

jornalismo, com uma visão e uma sensibilidade *sui generis* que “só ele conseguia ter”, fazendo-o sempre “com paixão e intensidade”, tornando a mais pequena notícia num acontecimento a que ninguém ficava indiferente.

O trabalho feito por Norberto de Araújo foi tão grandioso e significativo, diz Artur Portela, que, nem mesmo após a sua morte ele foi esquecido, sendo para todos os jornalistas uma motivação, um estímulo. Conta também o autor que apesar da personalidade multifacetada de Norberto de Araújo, era nas crónicas que ele mais se destacava.

Segundo o autor, foi devido à sua paixão pelo jornalismo, à forma “sensível”, “imprevisível” e, por vezes, “romântica” que encarava o mundo que Norberto de Araújo fez com que o jornal *Diário de Lisboa* marcassem uma renovação literária.

Conta ainda Artur Portela que Norberto de Araújo abandonou o seminário e foi trabalhar como tipógrafo para a Imprensa Nacional ao mesmo tempo que também frequentava o curso superior de Letras. Foi, aí que, ao ganhar um concurso técnico na Imprensa, fez uma conferência sobre “*A Democratização da Arte*” e logo outra intitulada “*Da Iluminação à Tricómia*” (pg.12). Surgiu delas como a nova revelação literária, sendo “amado” e “temido”.

Norberto de Araújo integra, então, continua Portela, o jornal *A Manhã*. Contudo, foi depois, no *Diário de Lisboa*, que, de acordo com Artur Portela, Norberto de Araújo “*travou a sua mais ardente e clamorosa batalha de jornalismo*” (pg.17). Segundo Portela, seu pensamento fervilhava de ideias novas, escrevendo um pouco de tudo: “*artigos, críticas, entrevistas, ...casos de rua...*” (pg.17) nas suas “*Páginas de Quinta-Feira*”. Neste espaço, tecia as suas opiniões, os seus pensamentos, os seus comentários, de uma forma apaixonada, sincera e por vezes até sarcástica. Norberto de Araújo entregava-se, conta Artur Portela, de corpo e alma ao jornalismo.

No prosseguimento da biografia de Norberto de Araújo, Artur Portela revela que o seu biografado entrevistou grandes nomes e cobriu importantes acontecimentos, como quando a perda de Ramon Franco em pleno Atlântico; o atentado político em Paris a João Chagas; a visita ao

Panteão da Rainha D. Amélia. Além disso, Norberto de Araújo, segundo Portela, acompanhou o Presidente António José de Almeida ao Brasil e fez longas entrevistas a Ruy Barbosa. Também acompanhou o Presidente da República Marechal Carmona na sua viagem a Espanha. O biografado era capaz, segundo Portela, de ultrapassar barreiras e obstáculos para conseguir sempre a melhor história, possuindo uma capacidade de improvisação inata, e uma “...*penetrante observação*” (pg.22) em todas as histórias que relatava.

Relembra Portela que, a par com a paixão pelo jornalismo, Norberto de Araújo, tinha ainda a paixão pela escrita, tendo várias obras literárias e teatrais publicadas.

Conta, finalmente, Portela que Norberto de Araújo foi ao longo de toda a sua vida um grande lutador, na “*luta diária incessante, devorante que é o jornalismo*” (pg. 26) e sendo para muitos “*uma honra, um braço de nobreza profissional*” (pg.27) que nem mesmo depois da sua morte será esquecido.

Autor (nome completo): Juliano Joel Costa Magalhães
E-mail: juliano_prt@hotmail.com

» Quadros, 1949

Autor: Quadros, Luís de

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1949

Título completo da obra: Falta uma Escola de Jornalismo em Portugal?

Tema principal: Ensino do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Oficinas Gráficas da Gazeta dos Caminhos de Ferro

Número de páginas: 24

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: L. 39040//1 P.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: J3-1-215

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Nasce a 18 de Julho de 1918, de nome Luís de Melo Giraldes Caldas e Quadros, em Castelo Branco. Filho de um combatente do exército, aos quinze anos decide integrar a organização académica anti-comunista «Acção Escolar Vanguarda». Contudo, uma enfermidade obriga-o a ficar retido em casa durante vários meses. Durante este período volta-se para os livros e aí surgem as primeiras aparições na Imprensa. O seu primeiro artigo é inserido no semanário *Gazeta do Sul*, do Montijo e este é apenas o primeiro de muitos que viria a publicar. Já recuperado do acidente, decide voltar aos estudos e não torna a perder o gosto pela Literatura e pelo Jornalismo. Primeiro como amador, e mais tarde como profissional revela, desde cedo, grandes qualidades de prosador, grande espírito de observação e, como mais tarde se vem comprovar, um forte sentimento pela Pátria e pela Verdade.

Em 1943, publica o seu primeiro livro intitulado *Revolta*, um volume de novelas de cariz social neo-realista. E apesar de possuir fortes

Livros LabCom

qualidades como escritor e ter obtido grande êxito com a sua obra junto do público, o livro é proibido pela censura. No ano seguinte, e devido à sua compreensão dos problemas espanhóis, é convidado a frequentar a Escola Oficial de Jornalismo, em Madrid, como bolseiro. Aí consagra-se colaborador da “Imprensa do Movimento” e da “Rádio Nacional de Espanha”. Nos quase dois anos de permanência em Madrid, torna-se Adido de Imprensa, ao facilitar as informações aos jornalistas e estudiosos de assuntos relacionados com Portugal, o que levava muitas vezes jornais das províncias a pedirem informações de toda a espécie a Luís de Quadros. Findo o curso, regressa a Lisboa não sem antes reunir uma compilação de entrevistas a algumas das principais figuras da actualidade do país vizinho que mais tarde viria a reuni-las em livro, a que deu o título de *Gran Via* e que por razões que se desconhecem mais tarde publicou no semanário *A Nação* e nas revistas *Brisa*, *Vida Mundial Ilustrada* e *O Século Ilustrado*. De volta a Portugal é convidado a trabalhar na redacção de um vespertino e não perde as ligações a Espanha, mantendo-se como correspondente do diário *Pueblo*, de Madrid.

Índice da obra: [Não tem índice]

Explicação p. 7

Após três séculos de Jornalismo... pp. 9-12

O que é um jornalista pp. 12-13

No século da Velocidade pp.14-16

Pioneiros do ensino profissional pp.16-17

As escolas de Jornalismo multiplicam-se pp.17-19

Conclusão p. 19

Nota biográfica pp.21-24

Resumo da obra (linhas mestras): Luís de Quadros apresenta neste livro um artigo, inserido no *Correio do Minho*, em forma de carta aberta ao Ministro da Educação Nacional. O autor diz que parece haver uma certa confusão na associação das palavras *profissional* e *jornalista*. Pior, “como se todo o confusionismo não bastasse por si só para amesquinhar uma das mais belas profissões que um ente humano pode exercer (...)”

[também se acusam] (...) os jornalistas de venais, de mentirosos, de estúpidos e ignorantes, como se toda a honestidade, verdade, inteligência e erudição deste mundo fosse personificada”. (p. 10)

Luís de Quadros questiona-se sobre o porquê deste ataque à profissão de jornalista. E dá a resposta: “Pela simples e clara razão de que, falsamente baseadas num critério estreito, as sucessivas aristocracias mentais portuguesas (...) relegaram a um incompreensível ostracismo a actividade espiritualmente mais delicada que numa nação pode existir – a orientação da Opinião Pública”. (p. 11)

Ao longo do texto, o autor defende a criação de cursos de jornalismo em faculdades, de frequência obrigatória para todos os que se quisessem tornar jornalistas. Na visão de Luís de Quadros, só através desse processo se elevaria a profissão de jornalista ao nível das (outras) profissões liberais.

Seguidamente, diz Luís de Quadros, “jornalista é, fundamentalmente, todo aquele que consegue e transmite notícias, que relata factos presentes, que os comenta e deles tira, se quiser, todas as possíveis ilações” (p. 12). Ainda ajuizando sobre o jornalismo, o autor explica que o jornalista é estruturalmente bom, pois o jornalismo “sempre foi e há-de ser por muito tempo, a melhor arma dos fracos e oprimidos” (p. 13).

O artigo relembra, ainda, quanto a sociedade mudou desde a era de Gutenberg e Coster, ao nível da tecnologia e ao nível da ideologia. Aliás, as transformações ideológicas, sustenta o autor, deveram-se, parcialmente, ao desenvolvimento das narrativas e comentários políticos, veiculadas pelos jornais. Em consequência das mudanças, o jornalismo adoptou uma faceta de “correção e educação social” (p. 13) com uma aparência de “versatilidade e ecletismo” (p. 13). Porém, adianta Luís de Quadros, num século de informação com ritmo acelerado, cada vez mais o jornalismo se tornou uma profissão específica, pelo que não pode, de forma alguma, ser exercida por qualquer pessoa, mas apenas por profissionais com formação adequada. Relembre-se que, na altura, a radiodifusão dava os primeiros passos e a informação adquiria um grau de celeridade crescente. Aliás, o autor faz uma comparação entre o aparecimento da rádio (neste século) e o estabelecimento dos correios

regulares na Europa. Para ele, a rapidez, concisão e clareza do estilo radiofónico influenciou os jornais.

Luís Quadros considera a estética (hoje diríamos o design) dos jornais um factor determinante para o seu sucesso e para realização da sua função informativa. Portanto, para ele o grafismo de um jornal também deveria ser obra de profissionais devidamente habilitados.

Relembra o autor que já em 1898 Albert Bataille, numa tese exposta no V Congresso Internacional de Imprensa, havia referido a necessidade da “oficialização dos Cursos de Jornalismo já então existentes” e da “criação de escolas oficiais de jornalistas” (p. 15).

Os últimos pontos do livro são dedicados aos pioneiros no ensino do Jornalismo, entre os quais Luís de Quadros destaca países tais como a Alemanha, França e América do Norte. No entanto, diz o autor, foi apenas em 1908 que se “fundou a primeira escola [de jornalismo] verdadeiramente digna deste nome” (p. 16), na Universidade de Missouri, Estados Unidos. Continua o seu artigo manifestando e defendendo o seu interesse na multiplicação de escolas de jornalismo, facto a que já se assistia, segundo o autor, em diversas cidades, tais como, somente para referir as latino-americanas, Havana, Buenos Aires ou Rio de Janeiro.

Em jeito de conclusão, o autor termina sugerindo que se dê início “à fundação de uma escola oficial de Jornalismo integrada na Universidade Técnica [de Lisboa]” (p. 19). Desta sugestão sobressai a ideia de que o jornalismo é, para o autor, não apenas uma *arte liberal* que pde ser aprendida e ensinada mas também uma profissão técnica.

O livro finaliza com uma nota biográfica do autor, traçando um resumido percurso profissional enquanto jornalista e principais artigos e livros publicados.

Autor (nome completo): Nair Silva

E-mail: nair.silva@gmail.com

» Reis Príncipe, 1973

Autor: Reis Príncipe, Mário dos

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1973

Título completo da obra: O Papel da Rádio no Estado Moderno

Tema principal: Teoria do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Gratelo Sociedade Gráfica do Restelo, S.A.R.L.

Número de páginas: 130

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: SA 433209 V

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Profissional da Emissora Nacional, Mário dos Reis Príncipe trabalhou no Departamento de Relações Públicas e Análise de Programas dessa rádio estatal.

Índice da obra:

A informação em geral	8
A rádio como meio de comunicação de massa	11
A rádio, a Imprensa e a Televisão - características sociológicas	12
A rádio e a opinião pública	21
Conceito de opinião pública	21
A expressão do pensamento	25
Informação e propaganda	30
Rádio: os programas emitidos e vida social	34
As funções da Rádio	49
Aspectos humanistas da informação	62
Informação e desenvolvimento	82
Informação e contra-subversão	90

Livros LabCom

Para um método de análise da informação	95
Características gerais da informação como objecto de análise	98
O problema da forma	104
E o problema do conteúdo	108
Análise do conteúdo	115

Resumo da obra (linhas mestras): O autor começa o seu livro fazendo uma introdução sobre o Gabinete das Relações Públicas e Análise de Programas da Emissora Nacional, afirmando que o mesmo tem como funções:

- “a) Assegurar as relações entre a emissora Nacional e os demais organismos nacionais e internacionais de radiodifusão;
- b) Corresponder-se com os ouvintes nacionais e estrangeiros, em tudo o que não for da competência específica de outros serviços;
- c) Promover a realização de inquéritos radiofónicos e a análise dos programas emitidos com vista a determinar o grau da sua aceitação pelo público.” “(pág.7).

Em seguida, o autor apresenta a informação como tendo um papel relevante para a sociedade, dado que o Estado só poderá estar mais próximo, diariamente, da vida dos cidadãos se esta contribuir para satisfazer os responsáveis, locais, regionais e centrais, e porque é através da informação que o Estado faz chegar as suas mensagens aos cidadãos. A informação promove o contacto entre os governantes, os cidadãos e os seus representantes. Neste contexto o autor levanta dois problemas:

“por um lado, a intervenção do Estado deve ter em vista a necessidade de motivar inteligentemente os cidadãos, levando-os a desejar uma forma válida e construtiva de contactar com as autoridades civis e políticas e a expressar convenientemente os seus anseios, as suas ideias, as suas necessidades, as suas opiniões, os seus votos; por outro lado, o Estado não pode deixar de se preocupar com o modo pelo qual os órgãos de informação difundem as ideias e anseios dos cidadãos, os esclarecimentos e orientações dos governantes e a maneira pela qual analisam os factos e as situações e os critérios que utilizam na sua actividade divulgadora de notícias, opiniões e elementos culturais e educativos” (pág. 9).

O autor cita ainda Robert Chapuis em *L'informaton*: “A informação (...) constitui uma das bases essenciais da existência humana no século XX: o homem moderno tem necessidade de conhecer os acontecimentos políticos, económicos, sociais, mesmo anedóticos, que ocorrem no momento em que ele vive, tanto como lhe importa dar a seus filhos uma instrução suficiente”

Mário dos Reis Príncipe apresenta ainda a rádio como um meio de “comunicação de massa” pela relação que se estabelece entre o órgão de Informação e o público em geral.

O autor passa, então, a fazer uma comparação detalhada entre Rádio, a Imprensa e a Televisão.

Afirma que a Imprensa tem um maior impacto sobre o público. No entanto, não fornece uma informação imediata, visto que é necessário tempo para a impressão e depende de outras estruturas para fazer chegar a sua mensagem. Realça, ainda, que o progresso da Imprensa depende do desenvolvimento cultural.

Ainda neste contexto, o autor defende que a Rádio e a Televisão primam por marcarem a sua presença no ambiente íntimo, individual ou familiar do público. Salienta, ainda, que as emissões são “efémeras” e “unilaterais”, o que obriga os emissores a conhecerem o seu público. Dá a conhecer a criação da UER (União Europeia de Radiodifusão), da Eurovisão, e da Intervisão com o intuito de fornecer artigos, documentos e mais informação.

Segundo Reis Príncipe, “A Rádio e a Televisão (...) são os grandes triunfadores do espaço e do tempo”. E prossegue:

“A rádio dirige-se à intimidade do indivíduo; muitas vezes constitui um «background» musical que actua no subconsciente do ouvinte incitando-o ao repouso, deixando livre a sua imaginação e fazendo uma companhia discreta que interessa e se acompanha sem prender, sem impedir que o ouvinte execute um trabalho ou desempenhe outra actividade mesmo intelectual ou criadora.”

O autor apresenta, seguidamente, o conceito de opinião pública num âmbito sociológico, expondo as teorias de Marcelo Caetano sobre o assunto. Em conformidade com o seu pensamento, a opinião pública influencia o comportamento colectivo dos cidadãos, as suas relações na organização política da sociedade, visto que consiste numa posição relativamente firme num contexto político, moral, filosófico, e religioso.

Defende que, as correntes superficiais de opinião pública se formam, maioritariamente, por acção de grupos que impõem determinadas maneiras de pensamento. O autor declara que: “Graças ao progresso da técnica, os meios de comunicação social, uns mais que outros, têm experimentado um surto de progresso que lhes tem permitido satisfazer a também crescente necessidade de possuir a informação que os cidadãos manifestam” (pág.7) .

Explica, seguidamente, o papel da família, da escola e da igreja como responsáveis para a formação de correntes de opinião intermédias, salientando o facto de poder trazer instabilidade social nesses sectores.

Fala também das correntes de opinião pública profundas, que enraízam “a legitimidade do poder e têm origem em juízos dominantes que são os princípios fundamentais da cultura de uma sociedade”. (p. 23)

O autor refere, também, algumas das principais características da propaganda, tais como: “a interpretação, o esclarecimento, e a contribuição para a aquisição de um conhecimento”.

Refere, ainda, no âmbito da rádio, uma estatística dos programas emitidos na época e o impacto na vida social. Neste contexto, declara que: “A rádio participa na vida social fundamentalmente por intermédio da sua programação.”

O autor concede relevante importância à informação enquanto bem público ao serviço do homem, visando o interesse comum da sociedade. Para ele, a informação é um direito e não uma necessidade, visto que o Homem é o centro de toda a vida social, sendo que a informação teria, em consequência, de “trabalhar para ele e por ele”. E acrescenta, ainda, que a nível sociológico, o desenvolvimento desencadeia um conjunto de relações sociais onde a comunicação social passa a ter o papel “de aproximação, de compreensão, de esclarecimento e de conhecimento”.

Mário dos Reis Príncipe considera necessário analisar a informação transmitida, sendo como tal necessário conhecer as tendências e os efeitos produzidos pelos meios de comunicação.

Explica, a propósito, que a programação se reparte em três sectores: musical; literário; e noticiário. A informação noticiosa deve ser dotada de características como: novidade; transmissibilidade; brevidade; singeleza; clareza. Explicita a necessidade de se ter em conta o conteúdo da mensagem, visto que é este que influencia totalmente o público, sendo necessário a análise do mesmo.

O autor defende que a rádio tem como função uma “acção continuada de cultura, educação, informação e recreio”. Constata ainda que: “da enumeração do conjunto de processos pode extrair-se a conclusão de que a sua actividade dinâmica não se limita a organizar programas como mera observadora dos factos sociais ocorridos (...). Ela própria pode (e deve) organizar festivais, certames e concursos de natureza cultural e recreativa.”

No domínio da educação, para além do desenvolvimento da sensibilidade artística (fundamentalmente nos domínios da música, da literatura, do teatro), há a considerar a Rádio Escolar. O autor afirma, no entanto, que a rádio não possui as melhores condições para divulgar a educação e a cultura nos aspectos globais, afirmando que:

“ (...) por um lado, os meios de comunicação de massa, como meios de ensino mais do que como matéria de ensino, dificilmente encontrarão o processo de servir pedagogicamente o seu público porque não só não sabem a quem se dirigem concretamente como também não estão aptos por si próprios a organizar um tipo de ensino novo ou diversificado dos esquemas oficiais, nem parece que pudessem actuar como ensino particular; por outro lado, a verdade é que, em matéria de ensino, assiste-se hoje a uma mutação que não pode deixar de levar a ensinar melhor, em menos tempo, a mais alunos, um maior número de conhecimentos muitas vezes novos.” (p.53)

Reis Príncipe considera que a escola deveria dispor de órgãos privativos de comunicação de massa, pois a função que os meios de comunicação desempenham com maior êxito, perto da função educativa, é a função cultural.

Livros LabCom

Apresenta a actividade de propaganda e critica como sendo essencial à vida política e social, visto que proporciona um esclarecimento de ideias e situações. No entanto, é preciso ter em conta que ela é prejudicada pela “paixão secretária e a ausência de ética profissional”. O autor apela: “ Sob a pena de se cair no extremo da materialização da comunicação de massa, a função cultural tem de ser atentamente revista e ampliada”.

O autor diz também que é necessário ter em conta que é impossível a imprensa de massa incluir nas suas colunas, diariamente, uma informação da problemática geral de todas as comunidades regionais.

Seguidamente, o autor distingue quatro tipos de rádio: rádio nacional; rádio local; rádio oficial e rádio comercial.

Quase a terminar, o autor apresenta-nos a análise do conteúdo como uma forma de estudar o estilo do texto e as ideias constituintes do mesmo. Diz, então, que a análise de conteúdo pode ser considerada como a “técnica de pesquisa para a descrição objectiva, sistemática e quantitativa da qualidade do conteúdo evidente da comunicação” Apresenta-nos assim, a propósito, conceitos como: análise interna; análise externa; análise criptográfica (afasta o significado como critério); análise estrutural sintáctica (tem como unidade significante a frase); e análise isomorfista (assenta na dupla articulação do significado ou conteúdo). Por fim, o autor apresenta dois documentos para análises de conteúdo, servindo-se deles para explicitar que uma análise de conteúdo deve ter em conta “elementos capazes de explicar ao analista o significado de uma citação, narração ou referência, pois é humanamente impossível que ele retenha na sua memória o significado dos mais diversos acontecimentos ou assuntos já utilizados ou a utilizar pela informação.”

Autor (nome completo): Ana Catarina Araújo dos Santos Pereira

E-mail: nana_feiah@hotmail.com

» Reis, 1943**Autor:** Reis, Fernanda**Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação):** -**Ano de publicação/impressão:** 1943**Título completo da obra:** O Jornalismo Colonial na Metrópole**Tema principal:** Conjuntura jornalística**Local de edição:** Lisboa**Editora (ou tipografia, caso não exista editora):** Agência Geral das Colónias (Separata do Nº 220 do Boletim Geral das Colónias)**Número de páginas:** 22**Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas****Biblioteca:** Biblioteca Nacional**Cotas:** L.13142//3V**Biblioteca:** Biblioteca Pública Municipal do Porto**Cotas:** I3-1-69 (32)**Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.):** A autora era jornalista**Índice da obra:** [Não tem índice]

Resumo da obra (linhas mestras): O livro “O jornalismo colonial na metrópole” aborda a falta de um jornalismo colonial na metrópole. A autora começa por expor esse assunto ao mesmo tempo que se compromete a revelar o/os culpado/os, eliminar o problema e demonstrar o que poderá ser o jornalismo colonial na metrópole.

Para clarificar a sua opinião, Fernanda Reis decide caracterizar o jornalismo português. Este tem, essencialmente, uma finalidade comercial, usando, se necessário, “todos os motivos susceptíveis de aguçar a curiosidade das multidões”, para aumentar as tiragens, a venda e, assim, aumentar as receitas. Isto “atrofia (...) o sentido da verdadeira e nobre finalidade da imprensa – divulgar cultura, informar a verdade com ver-

dade e ponderação, esclarecer e orientar”.

O facto é que Fernanda Reis detecta no jornalismo português uma falta de matéria verdadeiramente jornalística e uma grande quantidade de matéria especulativa. Mas não culpa, por tal, os jornalistas nacionais. Na sua opinião, estes desejam “servir os altos objectivos da nação”. No entanto, a industrialização impõe-lhes “regras”. Os jornalistas portugueses, para ela, não escrevem o que pensam. Escrevem aquilo que os donos das empresas industriais querem e/ou pensam. Assim sendo, conclui que a industrialização interfere com a produção jornalística.

Por outro lado, diz Fernanda Reis, o conteúdo da produção destes jornalistas é influenciado pelas amizades ou inimizades pessoais dos responsáveis pelas redacções e dos grandes senhores das empresas.

E conclui, também, que a organização da imprensa portuguesa explica, em parte, a ausência de um jornalismo colonial.

A partir daqui, Fernanda Reis questiona a viabilidade de se criar um jornalismo de feição colonial na capital portuguesa. Ela considera uma hipótese exequível desde que se evitem “os interesses, as vaidades, os planos gananciosos, as especulações grosseiras” e se lute contra a rotina. E classifica tudo com uma “questão de perseverança, de inteligência e de dedicação”.

A autora refere, de seguida, que nos jornais de Angola e Moçambique se encontram “queixas” relativamente ao silêncio dos jornais metropolitanos sobre os problemas coloniais, ou então, “ironias” a propósito dos erros cometidos pela imprensa da Metrópole a respeito de assuntos das colónias.

Afirmada a viabilidade da criação de um jornalismo colonial na metrópole, Fernanda Reis procura justificar a importância deste. O jornalismo colonial na metrópole é, segundo ela, “indispensável para o esclarecimento e orientação da nossa opinião pública, a respeito das coisas imperiais”. E a autora acrescenta que o público metropolitano se interessa pelas coisas coloniais. Assim sendo, estas duas premissas servem de base para o êxito do jornalismo colonial.

De seguida, Fernanda Reis, diz-nos como é que o jornalismo colonial deverá ser: “um jornalismo de divulgação e de orientação”, onde se di-

vulgue tudo quanto um português deva saber sobre o Império e onde se oriente a mentalidade metropolitana para uma compreensão racional do que se passa com as gentes da colónia.

Este jornalismo deverá ter uma função de utilidade pública, ou seja, zelar pelo “bem da comunidade, do progresso moral, intelectual e social da nação” e nunca ficar à mercê do industrialismo. E o jornalismo colonial na metrópole deverá ser exercido, defendendo os interesses nacionais e não interesses particulares, por quem só se preocupe em servir o Império.

Após esta reflexão, Fernanda Reis admite, em hipótese, que se decidira fundar um jornal de feição colonial na metrópole. De seguida exemplifica como o suposto jornal deveria ser.

Primeiramente, refere a quem se destinaria: principalmente às camadas populares, mas sem esquecer todas as outras. Só assim se poderia falar em generalização. Como se dedica ao grande público, o jornalismo colonial na metrópole deverá ser “simples, atraente, servido por uma forma literária correcta e facilmente assimilável”, não entrando em temas muito complexos que requeiram conhecimentos prévios. Isto não significa que se vá pelo caminho da superficialidade, muito pelo contrário. Os moldes simples e de forma acessível não são incompatíveis com a profundidade dos temas e com a excelência de quem escreve.

De seguida, a autora indica os alicerces que o jornalismo colonial na metrópole deveria ter para singrar: uma “capacidade de sugestão pela prosa e pela imagem, simplicidade de forma, cuidadosa selecção dos assuntos, perfeito sentido de oportunidade, aspecto gráfico atraente, preço acessível de cada exemplar”.

Depois de “imaginado” o jornal colonial na metrópole, Fernanda Reis fala de algumas publicações onde se fala das colónias. Mas estas publicações (revistas e livros), segundo a autora, estão longe de substituir o jornal, pois o seu preço e o seu cunho científico afastam-nas do povo. O jornalismo colonial na metrópole, para ela, é essencial e insubstituível, porque só ele poderá “ensinar, cultivar, alimentar uma consciência, fortalecer as energias intuitivas, atrair a juventude para os temas imperiais sem correr o risco de a fatigar com exposições desusadas e massudas”.

Já perto do final da sua exposição, Fernanda Reis fala de uma outra missão do jornalismo colonial na metrópole: permitir a todos os portugueses, da metrópole ou que vivam no ultramar, incluindo os jovens, a discussão sobre temas do Império. A experiência dos mais velhos aliar-se-ia à energia dos mais novos, permitindo não só a aproximação de gerações, mas também um conhecimento mais profundo das causas coloniais, para todos.

Concluindo, Fernanda Reis reitera a ideia de que o povo português gosta de ler, gosta de saber. E, acerca dos temas imperiais não tem onde ir buscar esse conhecimento. O jornalismo colonial na metrópole iria consolidar a mentalidade imperial dos portugueses e revelar o amor de cada um para com o Império.

Em 1943, Fernanda Reis afirmou que “o jornalismo colonial na metrópole virá a ser uma realidade”.

Autor (nome completo): Patrícia Oliveira Teixeira

E-mail: tichasd@hotmail.com

» Rocha, 1946**Autor:** Rocha, Hugo**Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação):** -**Ano de publicação/impressão:** 1946**Título completo da obra:** Jornalistas**Tema principal:** Teoria do jornalismo**Local de edição:** Porto**Editora (ou tipografia, caso não exista editora):** Liga Portuguesa de Profilaxia Social**Número de páginas:** 46**Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas****Biblioteca:** Biblioteca Nacional**Cotas:** P.2526//1V**Biblioteca:** Biblioteca Pública Municipal do Porto**Cotas:** D6-12-30 (8)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Nascido em 1907 na cidade do Porto, Hugo Rocha desde cedo percebeu que a sua grande vocação era o Jornalismo. Teve uma passagem muito intensa pela redacção do Jornal *O Comércio do Porto*, ao qual esteve ligado até se reformar aos 74 anos. Após uma vida inteira a “respirar” jornalismo, veio a falecer a 24 de Fevereiro de 1993.

Índice da obra:

Capítulo I – Introdução à obra “Jornalistas”. Pág.5 – 10.

Capítulo II – (Relação entre) o Jornalista e a sua criação. Pág.10 – 12.

Capítulo III – Arte do Jornalismo. Pág.12 – 16.

Capítulo IV – Trabalho Jornalístico e referência ao Mestre Bento Carqueja. Pág.17 – 20.

Capítulo V – Defesa do Individualismo do Jornalista. Pág. 20 – 22.

Capítulo VI – Exposição dos conhecimentos do Jornalista. Pág.23 – 27.

Capítulo VII – Postura e evolução do Jornalista. Pág. 27 – 29.

Capítulo VIII – Jornalista Escritor e o Escritor Jornalista. Pág. 29 – 31.

Capítulo IX – Risco da profissão. Pág. 31 – 32.

Capítulo X – Experiência em Moncorvo. Pág. 33 – 35.

Capítulo XI – Síntese da crítica tecida até agora. Pág. 36 – 38.

Capítulo XII – “Falsos Jornalistas”. Pág. 38 – 42.

Capítulo XIII – Amor e deveres do Jornalista. Pág. 42 – 43.

Capítulo XIV – Exaltação do Jornalismo. Pág. 44 – 45.

Capítulo XV – Conclusão da obra e referência a alguns indivíduos.
Pág. 45 – 46.

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra está dividida em 15 capítulos e fala de uma forma efusiva da vida do jornalista.

O autor inicia com um Antelóquio no qual refere um pouco trabalhos escritos anteriormente, fazendo também uma pequena homenagem à Liga Portuguesa de Profilaxia Social, bem como a alguns dos seus amigos. É também neste início da obra que Hugo Rocha realça o trabalho intenso do jornalista, que muitas vezes perde noites a exercer esta profissão. Aproveita para criticar de forma explícita todos aqueles que não respeitam os jornais e, assim, o trabalho jornalístico. É a partir daqui que inicia um comentário à quase relação de amor existente entre o profissional de comunicação e a sua obra, defendendo, mais uma vez, o jornalista. Aproveita para estabelecer a diferença entre o leitor citadino, que vive ocupado e não tem muito tempo para se dedicar à leitura do jornal (“Refiro-me, como deveis entender, ao leitor citadino, absorvido pelas suas ocupações, dominado pelas suas paixões, integrado, de corpo e alma, no struggle for life cotidiano.”, pág. 11), e o leitor provinciano, que tem mais tempo para disfrutar da informação contida no jornal, dando-lhe, assim, mais importância (“O leitor provinciano, para quem o jornal constitui, quase sempre, um acope cultural e uma respeitável bíblia que importa consultar, para poder orientar-se e formar opinião, não lê, levianamente, o seu jornal.”, pág. 11).

Na continuação da sua obra, preocupa-se em citar algumas linhas firmadas por José Maria de Andrade Ferreira, pelo que caracteriza de forma sucinta a vida e obra deste académico. Menciona, aqui, a criação jornalística como arte que apaixona o leitor. É nesta altura que insere a

ideia de predestinação, ou seja, que o jornalista já nasce predestinado, mas para ele não basta nascer predestinado, é necessário lutar muito para se ser jornalista.

Após esta exposição passa a explicar o individualismo do jornalista, apresentando-o como virtude, na medida em que o profissional não deve produzir ou criar algo diferente e inovador, mas também como um defeito, pois o jornalista isola-se e esquece-se das vantagens do critério de corporação e, desta forma, coloca de parte a solidariedade jornalística.

O autor insere no texto a ideia de que o verdadeiro jornalista deve cultivar e informar o seu cérebro a toda a hora. É de realçar, nesta altura do texto, uma homenagem ao seu mestre e amigo Bento Carqueja, director do *Comércio do Porto*, que o acompanhou e aconselhou a nível profissional e pessoal. O autor enaltece, também, o seu local de trabalho: o jornal *O Comércio do Porto*.

A partir daqui, Hugo Rocha defende o individualismo, através da demonstração das dificuldades por que passam os jornalistas na criação dos seus trabalhos, mas também o considera um defeito:

“O individualismo do jornalista é, por certo, a maior virtude e o maior defeito do profissional. É a maior virtude porque, sendo o jornalismo (...) uma profissão caracterizadamente activa, renovadora, dinâmica, por mais isolado que o profissional esteja no seu gabinete, a noção de que não deve produzir o *mesmo* que os outros, de que deve ser diferente na forma e na substância da obra realizada (...). Este individualismo, fundamental e essencial na profissão jornalística, tem também (...) o lado prejudicial. (...) Porquê? Porque o jornalista, convencido de que o seu trabalho não é um trabalho de *clan* e depende mais da iniciativa própria do que (...) dos cânones gerais da profissão e da classe, esquece-se, frequentemente, das vantagens do critério de corporação e isola-se (...) inacessível às solicitações da camaradagem, isto é, da sociedade e da solidariedade jornalísticas.” (pp. 17-20)

Continua, depois, com a apresentação de todos os itens que o jornalista deve respeitar para uma boa realização do seu trabalho (saber recolher a informação, ler o seu jornal e o dos outros, cultivar-se – para o que aconselha as viagens e os lviros, dedicar-se à profissão sem consideração de horários...).

Na sequência do seu pensamento, Hugo Rocha faz referência às escolas de jornalismo Madrid e da Argentina: “Vem a propósito citar, aqui, uma escola de jornalistas que funciona em Madrid e por onde passaram já alguns profissionais do jornalismo portugueses, que suponho não terem perdido o seu tempo, embora – refiro-me a dois que conheço: um de Lisboa e outro do Porto – de autênticos jornalistas natos se tratasse. Criou-se, também, há tempo, na República Argentina, uma escola «que prepara alunos para tudo o que se relacione com o jornalismo; redactores, «reporters», revisores, tradutores, etc.»” (pág. 24) Nesta altura, demonstra, que um jornalista não é capaz de exercer apenas com ensinamentos teóricos, necessita do saber prático. Para demonstrar a importância da prática e das qualidades jornalísticas, é nesta altura da obra que o autor escreve sobre uma experiência que teve com um seu camarada espanhol: “Uma vez, no Hotel de Santa Luzia, o miradoiro supremo, talvez, da paisagem portuguesa, havia eu, com um camarada espanhol, burlado a vigilância do pessoal do protocolo e dos agentes da polícia, para tentar escutar a conversa entre o finado ditador de Espanha, general Primo de Rivera, e o presidente do Conselho de Ministros de Portugal, general Ivens Ferraz. Não me recordo bem do motivo que me levou a lamentar, perante esse colega (...), a situação pouco digna em que ambos estávamos: escondidos atrás dum reposteiro, colando, alternadamente, os olhos e os ouvidos ao orifício da fechadura da porta do quarto que os dois estadistas haviam escolhido para aquela entrevista” (pág. 28). Refere, também, a sua intervenção ligada ao mediático crime da Poça das Feiticeiras, “o caso que mais papel e tinta, até hoje, me fez gastar e mais apaixonou o meu cérebro e o meu coração de jornalista.” (pág. 35), que também o obrigou a espiar.

Para o autor, um jornalista que ocupe um lugar de direcção “deve, tanto quanto possível, insistir, interessar-se, pessoalmente, por este ou aquele género de reportagem. Todos lucrarão com isso: ele, o jornal e o público.” (pág. 29).

Hugo Rocha também estabelece pontes entre o jornalismo e a literatura, explicando que “ao jornalista convém ser literato, isto é: lembrar-se de que é homem de letras e a sua prosa tem de agradar e interessar à inte-

ligência e à sensibilidade do leitor, entendo, também, que a preocupação literária não deve levá-lo à frase empolada e retórica nem à minúcia preciosa e ridícula.”(pág. 30). É por isso que, segundo ele, muitos escritores se tornam jornalistas.

Para demonstrar os riscos associados ao exercício do jornalismo e à impreparação das coberturas, numa fase da posterior da obra, o autor conta uma experiência pessoal aquando de uma ida a Moncorvo, na qual passou por situações muito complicadas devido a uma informação imprecisa, acerca de um costume local, que foi mal recebida e tida como ofensa por parte dos habitantes da localidade.

É a partir desta altura que o autor nos demonstra uma visão global do que apresentou até aqui, reiterando a sua crítica a todos aqueles que “atiraram pedras” aos jornalistas e ao seu trabalho, dando como exemplo a sua viagem à Bélgica, que teve um final desagradável, visto que, em cima da sua mesa de trabalho, tinha cartas “menos amáveis” contra a sua pessoa.

Nesta altura final da sua obra, faz uma reflexão sobre os falsos jornalistas, aqueles que se auto-intitulam como tal e não o são: “O jornalismo, como, afinal, outras profissões, sofre a praga dos falsos jornalistas. Não faltam, pelo menos em Portugal, uns indivíduos que, sem terem passado jamais por uma banca de redacção, se crêem, na verdade, jornalistas, só porque mandarm imprimir uns centos de bilhetes de visita com o título de jornalista inscrito sob o nome.” (pág. 38).

Aproveita a crítica anterior para mencionar a falta de respeito que várias pessoas ligadas ao cinema manifestam em relação aos jornalistas: “A cinematografia (e, em especial, a norte-americana) apresenta o jornalista, em regra, como um sujeito ridículo, impertinente, desajeitado e teimoso, que as pessoas de qualidade evitam, como se evita um malfeitor, ou afastam, com enfado, quando ele se assedoa no exercício da sua missão profissional.” (pág. 39). Refere, desta vez, o americano Arthur Brisbane, “que, há meses, faleceu em cheiro de santidade...financeira, bem provada, afinal, pela existência duma infinidade de dólares. Chamava-se Arthur Brisbane, trabalhava para o consórcio Hearst e ganhava, apenas, duzentos mil dólares por ano” (pág. 41).

Começa, depois, a realçar a falta de vida amorosa dos jornalistas,

devido à não-aceitação das mulheres em geral, porque os primeiros se dedicariam demasiado ao jornalismo e não teriam tempo para a vida familiar e pessoal.

No final, o autor preocupa-se em exaltar os jornalistas do Rio de Janeiro e a organização de que fazem parte, aproveitando para homenagear o Dr. Getúlio Vargas, ex-Presidente do Brasil, pela sua relação de amizade com o jornalismo. Faz, também, uma pequena dedicatória a um português, Adelino Mendes, que sobre jornalismo escreveu o seguinte: “Um jornalista tem de ouvir toda a gente, sem seguir a opinião de ninguém! Um jornalista tem de extrair o próprio ar que respire e da própria luz que o ilumine o conceito seguro, a fórmula lapidar, a palavra justa, tudo o que o habilite com segurança a servir a verdade, quer fotografando o passado, quer p+revendo o futuro. O jornalista destes tempos não é um mendigo de ideias. É um criador de convicções. Não pode ser um dirigido tem de ser um dirigente. Não pode ser um orientado, tem de ser um orientador. De contrário, em vez dum condutor de consciências, seria um palhaço, cujas ridículas piruetas não interessariam a ninguém. Deixaria de ser uma realidade para se transformar numa sombra.” (pág. 45).

Na conclusão, bem como em toda a obra, Hugo Rocha eleva quase ao divino o papel do jornalista, utilizando como conclusão uma célebre frase de Van Menden que defende o jornalista de forma intensa: “Le journalisme est une école de sacrifice. On peut en sortir devenu apôtre des meilleurs idéaux!” (pág. 46).

O autor termina *Jornalistas* com uma quadra de um grande poeta brasileiro:

Só os que têm amado e têm sofrido,
e, quanto mais sofrido, mais amado,
podem mostrar no coração ferido
o seu altar...o seu apostolado...

Autor (nome completo): João Henrique Correia Pinto Carvalho de Matos
E-mail: overlights@hotmail.com

» Rocha, 1956

Autor: Rocha, Hugo

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): 1955

Ano de publicação/impressão: 1946

Título completo da obra: O Setubalense Augusto da Costa no Jornal e no Livro

Tema principal: Jornalistas e Vida Profissional

Local de edição: Setúbal

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Serviços Culturais da Câmara Municipal de Setúbal

Número de páginas: 48

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: k3-6-60 (15)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Hugo Rocha nasceu em 1907 e faleceu em 1993. Durante a sua vida, foi romancista, poeta, biógrafo, escritor, ensaísta e jornalista.

Índice da obra: [Não tem índice]

Antelóquio: pp. 5-9

O setubalense Augusto da Costa no jornal e no livro: pp. 13-20

O jornalista e escritor político e social: pp. 21-31

O escritor de ficção: pp. 33-45

A propósito do primeiro centenário da imprensa setubalense: pp. 47-48

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra resulta de uma conferência do autor sobre a vida do jornalista e escritor Augusto da Costa, integrada nas comemorações do centenário da imprensa setubalense, iniciada pelo *Periódico Setubalense*.

O autor revela que Augusto da Costa tentou sempre manifestar “o que pensava e sentia acerca da política e da sociologia”, pelo que é ape-

lidade pelo autor de jornalista político-social. Era, também, “exemplo da pureza, da precisão e da clareza” (p.26), tendo-se destacado, por exemplo, no jornalismo económico.

O texto é, quase integralmente, uma apologia da obra de Augusto da Costa e deste “jornalista”, que talvez fosse melhor classificado de “escritor de jornal” ou de comentador político.

Autor (nome completo): Rui Pedro Duarte Ribeiro Mendonça
E-mail: ruizinho_13@hotmail.com

» Rosado, 1966

Autor: Rosado, Nuno

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1966

Título completo da obra: A Imprensa

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Plano de Educação Popular/Ministério da Educação

Número de páginas: 136

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: SA30709P

Biblioteca: Biblioteca Municipal Central – Palácio Galveias

Cotas: 070(469)(091)/ROS

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): -

Índice da obra:

Cap. I:

O aparecimento da Tipografia – p.9

Dimensão da Imprensa – p.11

A Missão da Imprensa e o seu poder – p.12

O Jornalista – p.19

S. Francisco de Sales – o patrono dos jornalistas católicos – p.23

Cap. II: Aspectos da Evolução Histórica da Imprensa

A Imprensa no Mundo – p.24

A Imprensa em Portugal – p.40

Cap. III

A Imprensa Moderna – p.121

Os Diários Portugueses em publicação – p.125

Livros LabCom

A Imprensa especializada em Portugal – p.127

A informação na vida portuguesa – p.130

Resumo da obra (linhas mestras): Neste livro, Nuno Rosado, o autor, fala sobre a história da Imprensa. Começa por explicar que a Imprensa nasce com a descoberta da Tipografia e tem como função “informar o público acerca de matérias gerais ou especializadas, conforme o seu objectivo” (p.11). Nuno Rosado considera que a Imprensa tem uma função mista. Por um lado, deve informar com verdade; por outro, deve orientar as pessoas, como se fosse um amigo. Para ele, a notícia nunca deve ser falsa ou deturpada, pois o leitor perde a confiança, e isto faz parte da má Imprensa.

Quem informa deve ter a consciência de que não pode abusar do poder que a imprensa tem perante todos, segundo o autor, pois uma falsa notícia pode ter consequências muito grandes. Dá o exemplo da Guerra Franco-Prussiana, instigada pela Imprensa. (p.14).

Para Nuno Rosado, a Imprensa, devido ao seu estatuto, tem na sua função, sobretudo, “uma acção cultural e moralizadora” (p.18). Para ele, o jornalista, que está directamente ligado à imprensa, deve saber distinguir o essencial do secundário, o importante do urgente e o durável do temporário. Esta frase define bem a posição que um jornalista deve ter perante a sua vida profissional, para além de ter sucesso na informação que transmite.

O autor refere no seu livro S. Francisco de Sales para dizer que foi ele quem começou a informar os católicos, sendo por isso chamado de “o patrono dos jornalistas católicos”.

A Imprensa nasceu muito cedo. Inicialmente, informava o povo sobre as contas do Estado, em todo o mundo. Surgiram, em Roma, as “Actas Diurnas”, e aos poucos foram nascendo os diversos tipos de jornais, como, por exemplo, “Cópia do Novo Diário das Terras Desconhecidas” que, curiosamente, relatava os descobrimentos portugueses.

No que toca a Portugal e à sua Imprensa, o autor, no seu livro, vai falando sobre os jornais que existiram no nosso país (*Gazeta, Diário do Governo*, que passou a chamar-se *Diário da Regência, Zodíaco Lu-*

sitano, Jornal do Comércio, entre outros). Nuno Rosado tenta explicar a evolução da Imprensa em Portugal, referindo em que ano e século apareceram os diversos jornais.

A Imprensa de hoje, segundo o autor, é a chamada “Imprensa Moderna”. É uma Imprensa que leva a sua informação a todos os lugares de uma forma muito mais rápida, de maneira a permitir a toda a gente saber das notícias da terra da sua naturalidade. Acontece muito com os estrangeiros que gostam de se informar sobre o que se passa no local onde nasceram. Visto que a informação já consegue chegar a todo o lado, muita gente ficou conhecida graças à Imprensa. É o caso de um poeta provinciano de Gand.

Relembra Nuno Rosado que também a Imprensa especializada é muito importante, tendo grande circulação (*A Bola, Modas e Bordados, Jornal de Turismo, Selecções Femininas, Cinema*, etc.).

Finalizando, para Rosado, em Portugal, existe a necessidade de se andar informado, mas também existe a necessidade de a opinião pública portuguesa ser exposta internacionalmente de forma esclarecedora.

Autor (nome completo): Sara Filipa da Costa Magalhães
E-mail: 20642@ufp.edu.pt

» Sacadura, 1945

Autor: Sacadura, Costa

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1945

Título completo da obra: Facetas do Jornalismo Médico Português

Tema principal: Conjuntura Jornalística

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Imprensa Médica

Número de páginas: 32

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: S. A. 14512//11 V.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: S2-6-128

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Sebastião Cabral da Costa Sacadura foi professor catedrático da Faculdade de Medicina de Lisboa. Nasceu no concelho de Mangualde, a 17 de Julho de 1872. Formou-se na antiga Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, em 1898. Desempenhou vários cargos de chefia em diferentes clínicas e hospitais. Foi também professor catedrático até 1943. Fez parte de numerosas comissões de reforma do ensino de obstetrícia, puericultura e enfermagem, sanidade escolar e educação física.

Em 1902, instituiu a primeira consulta pré-natal portuguesa. Promoveu, participou e distinguiu-se em vários congressos e seminários e recebeu várias condecorações, entre outras, as de oficial e comendador da Ordem de Santiago de Espada e comendador da Ordem de Instrução Pública.

Chefiou, ainda, a direcção do Arquivo de Obstetrícia e Ginecologia e foi redactor no *Jornal das Sociedades Médicas*, no *Portugal Médico* e na *Imprensa Médica*.

Índice da obra: [Não tem índice]

Resumo da obra (linhas mestras): Sebastião Costa Sacadura apresenta neste texto uma compilação dos periódicos que foram exibidos na “exposição notável de Periódicos Portugueses de Medicina e de Ciências Subsidiárias, que o Instituto para a Alta Cultura entendeu (...) promover.” (p. 3)

O primeiro jornal médico português a merecer a atenção do autor é o “*Zodiaco Lusitano*, aparecido há 196 anos – em Janeiro de 1749. Foi ele da iniciativa de Manuel Gomes de Lima (...), médico nortenho, exercendo a sua actividade no Porto.” (p. 6) O autor, não só faz um resumo das obras publicadas por esse médico, como também relembra o percurso profissional do mesmo, para que melhor se perceba a sua influência no meio jornalístico médico.

Dos jornais às revistas, Costa Sacadura aponta o *Jornal das Ciências Médicas de Lisboa*, lançado em 1835, como “a mais antiga revista [médica] que se publica em Portugal” (p. 16). Ao longo de 110 anos, esta publicação médica narra, segundo o autor, a evolução da ciência e da literatura médicas portuguesas.

Seguidamente, o autor expõe um esboço biográfico e bibliográfico daquele que para ele representa “o maior de todos [os jornalistas médicos] – Bernardino António Gomes”. (p. 18) Ele foi fundador do *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa* e um dos grandes vultos da história do jornalismo médico.

Outros periódicos e seus fundadores são analisados à mesma luz que os anteriores, tais como a revista *Medicina Contemporânea*, mas também são analisadas as polémicas entre colegas de profissão que se atacavam nos jornais e “esqueciam os preceitos da deontologia profissional, que impõem o dever de todo o médico respeitar os seus colegas”. (p. 22) Esta luta verbal acabou por originar a publicação de diversos folhetos anónimos, reflexo dessas diferenças entre médicos jornalistas. Segundo Costa Sacadura, os próprios jornais abrigavam e alimentavam essas polémicas.

No final, o autor descreve toda a bibliografia de Manuel Gomes de Lima, que ele considera ter sido o primeiro jornalista médico português.

Autor (nome completo): Nair Silva

E-mail: nair.silva@gmail.com

Livros LabCom

» Salgado, 1945

Autor: Salgado, Joaquim

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1945

Título completo da obra: Virtudes e Malefícios da Imprensa. Escorço Histórico Sobre a Origem, Evolução e Ética do Jornalismo

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Porto

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Portucalense Editora

Número de páginas: 94

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: P. 2526//7 V.

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Jornalista e escritor, Joaquim Salgado nasceu no Porto a 17 de Julho de 1895. Antes de ingressar no jornalismo profissional foi empregado de escritório. Iniciou a sua profissão de jornalista no ano de 1917, no diário A Montanha. Integrou também as redacções do *Comércio do Porto*, do *Jornal de Notícias* e de *O Século*. Alternou, igualmente, pelos corpos redactoriais de vários semanários e revistas, versando, preferencialmente, temas de interesse social. Esteve ligado à Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, prestando a toda a classe dos profissionais da imprensa altos serviços.

Desempenhou o lugar de delegado no Sindicato Nacional dos Jornalistas, na cidade do Porto e tendo exercido, também, funções em diferentes organismos mutualistas.

Publicou *Virtudes e Malefícios da Imprensa* e o opúsculo *Cem anos de Mutualidade Livre*. Em 1951, foi-lhe atribuído o «Prémio Garrett», do Ateneu Comercial do Porto, pelo seu trabalho intitulado *Garrett, Homem de Ideias e Político*.

Índice da obra:**Intróito**

Razão do livro – Horizontes que o assunto dele oferece à crítica histórica e ao estudo geral das ideias – Critério seguido nas dificuldades que o problema apresenta – Fugindo a conclusões dogmáticas apenas visamos à imparcialidade e à justiça – As fontes históricas aproveitadas – O carácter pensante do Jornalismo, outorgando-lhe o domínio da opinião, domina parte do nosso estudo – A Imprensa sofre o benefício das condições gerais que regulam as sociedades – O ciclo áureo dos gigantes da Imprensa passou – A actividade jornalística desenvolve-se hoje como um profissionalismo respeitável, cintilante, por vezes, mas sem viço anímico nem força original – Recorda-se a frase com que um crítico definiu os políticos escritores e os intelectuais do século passado – A reforma da Imprensa, tema de acuidade evidentíssima – Uma solução unilateral afigura-se-nos catastrófica – Anuncia-se uma tese dum escritor espanhol que se desenvolve no lugar próprio – Um trabalho de Raul Proença que não chegou a ser feito – Num tema desta magnitude não temos a pretensão de dizer a última palavra pp. 7-10

*Parte Primeira**A origem da Imprensa e sua evolução na sociedade portuguesa*

I - Moisés – O primeiro jornalista – Publicações do mundo romano – Seu carácter e desenvolvimento - «Anais Máximos», «Comentário Diurno», «Acta Senatus», «Actas Diurnas» - O jornalismo na Grécia – As «Efemérides» - Onde nasceu o jornalismo? Na República de Veneza – dizem alguns autores. As opiniões divergem, e um escritor português confere mesmo à Bélgica a glória de ter publicado o primeiro jornal – A «Gazeta de Pequim» é o periódico mais antigo do Mundo, com três edições diárias, uma das quais redigida por académicos pp. 13-17

II – Data de 1625 a criação da imprensa periódica em Portugal. Severim de Faria fundador da «Relação Universal» - Particularidade desta publicação – A Carta Régia de 26 de Janeiro de 1627 (período filipino) determina que as Relações não se «possam imprimir sem as licenças

Livros LabCom

ordinárias e que antes de as ler se revejam e examinem com particular cuidado». Os usurpadores defendiam-se coibindo a livre manifestação dos sentimentos patrióticos – Surge, em 1641, a «Gazeta» do Fr. Francisco Brandão, e nela parece ter colaborado o próprio D. João IV – Mas um ano depois era proibida de circular sob o pretexto de «faltar à verdade e de ter mau estilo». O pretexto não era exacto, mas, para quem manda, a voz que incomoda obriga-se a calar...Reaparecimento da «Gazeta» - O gosto pelo Jornalismo transforma-se numa realidade e numa necessidade – O «Mercúrio Português» aparece em 1667 dirigido por Sousa Macedo, que pouco depois toma o caminho do exílio, vítima das antipatias da Rainha pp. 19-22

III – Eclipse das publicações periódicas e seu reaparecimento no reinado de D. João V – As «Gazetas de Lisboa» - Monterrozo, Garção – seus primeiros redactores – Outra fase da «Gazeta de Lisboa», que depois se transformou no «Diário do Governo» - O labor publicitário entre 1752 e 1811 – Títulos de alguns periódicos – A influência da Revolução Vintista no desenvolvimento do Jornalismo – Jornais aos cardumes – A invasão francesa e a actividade periodística nessa época. Um exemplo triste de subserviência para com os invasores pp. 23-26

IV – O Jornalismo na primeira fase liberalista – Periódicos constitucionais e periódicos absolutistas – As paixões que dominavam o país reflectiram-se na imprensa – Alguns nomes ilustres que escreveram nos jornais, defendendo as suas ideias e sofrendo por elas – O papel dos Açores nessa aluvião de folhas e de doutrinas – Panfletos miguelistas – Depois de 1833 a Imprensa entra num ciclo novo e toma um extraordinário desenvolvimento. À «Revolução de Setembro» e o «Espectro», dois espécimes de jornalismo virulento e apaixonado. Um trabalho histórico que está por fazer e a que não desdenhámos lançar ombros se tivéssemos tempo e bossa para o executar pp. 27-31

V – A idade de ouro do jornalismo – A política domina a Imprensa – Resenha sintética duma época larga – Jornais de opinião e jornais noticio-

sos – Lisboa é inundada de diários e o Porto não lhe fica atrás – Os que desapareceram e os que ficaram – Características duns e de outros – A lista é vasta mas os elementos para um trabalho bibliográfico completo estão dispersos pp. 33-43

VI – A chamada imprensa de ideias – Alguns jornais desta feição – O «Povo de Aveiro» semanário histórico, pela violência do estilo e pela combatividade do seu Director – A «Seara Nova», revista de renovação republicana – O «Integralismo Lusitano» e a «Monarquia», seu órgão jornalístico – Jornais da província pp. 45-52

Parte segunda

VII – Imprensa operária – Dos primeiros jornais até à «Batalha», órgão da extinta Confederação Geral do Trabalho – A acção destes periódicos de opinião foi enorme, mas a obra construtiva não correspondeu à força e predomínio por eles exercidos nas massas trabalhadoras. Hoje! pp. 55-58

Duplo aspecto do Jornalismo

VIII – A missão da Imprensa – Sua posição perante o público e perante as Empresas – Dualidade contraditória mas inevitável – O jornal é, em muitos casos, o único agente de cultura e de comunicação de quem o lê – À sua influência decisiva só escapam os espíritos superiores – O panfletário da «Lanterna» - Rochefort – deitou abaixo o segundo Império – E Napoleão temia mais os jornais do que um exército de cem mil soldados – No entanto, atente-se, na maioria dos casos, a chamada grande imprensa não exprime opiniões próprias, traduz as opiniões em curso – Com a industrialização da Imprensa deu-se a proletarização do Jornalismo – O trabalho especializado – Como Voltaire, Diderot e Rousseau viam o jornalismo. – As opiniões de Veillot e de Jaurés sobre o mesmo assunto – O drama da Imprensa visto sob dupla natureza, pública e privada, que a reveste – Até que ponto esse drama contribuiu para a desorganização social dos últimos decénios? – O jornalismo em face da legislação portuguesa – De todos os males que à Imprensa se atribuem o

Livros LabCom

da liberdade é ainda o menor – Exame da questão e reflexões motivadas pelos factos – Distingue-se entre liberdade e licença – O exercício e a virtude da liberdade só são benéficas quando a opinião pública possui uma alta consciência cívica – Uma pergunta cuja resposta se deixa à inteligência do leitor. Vaticínio sobre a observação dos eventos passados e presentes – Conceito de opinião pública segundo alguns autores autorizados pp. 59-73

IX – Um inquérito interessante sobre as formas de propriedade jornalística – Quais os jornais que melhor servem o bem comum? – Os que são pertença de sociedade anónimas, ou os que são propriedades de grupos familiares? Das respostas colhidas, os desta classificação obtêm maiores aprovações – Súmula expositiva dos que votaram contra os órgãos de famílias pp. 75-82

X – O nó górdio do problema – O seu exame mostra que o carácter mercantil da Imprensa contradiz a natureza pública da sua função – É possível a criação duma Imprensa livre, sem compromissos nem dependências? A solução deste assunto não se pode compreender fora do quadro social em que vivemos. Se as condições gerais do meio melhorarem, moral e economicamente, os órgãos da Imprensa transformar-se-ão imediatamente – Tudo depende, afinal, da reforma da mentalidade – Enquanto isso não se verificar, a Imprensa sofrerá dos prejuízos que a desfiguram, e a existência de órgãos livres, confinar-se-á a um número reduzido, de projecção insignificante, mas cujo aparecimento e progresso se fazem mister, como uma indispensável obra de correcção crítica. A Imprensa que preconizamos, com um escritor espanhol que do assunto se ocupou, exercerá um verdadeiro «foro cívico em prol da comunidade, ou, se quiserem, um serviço social em proveito da Nação». pp. 83-88

Resumo da obra (linhas mestras): A história do jornalismo é o tema central do livro de Joaquim Salgado (1945) intitulado *Virtudes e Malefícios da Imprensa: Escorço Histórico Sobre a Origem, Evolução e Ética do Jornalismo*. Embora a história do jornalismo seja o seu tema principal da

obra, o autor afasta-se dele em numerosas ocasiões, para discorrer sobre, afinal, aquele que é o título do livro. É interessante notar que Salgado é, tanto quanto se constatou, o primeiro autor português a usar a palavra “ética”, referindo-se à ética jornalística, no título de um livro sobre jornalismo.

A história do jornalismo que resulta do livro de Salgado é perfeitamente ortodoxa. Os autores, até certo ponto têm de repetir-se uns aos outros, pois factos históricos são sempre factos históricos. Assim, Salgado perfilha, como outros antes dele, a tese da *origem sócio-cultural* do jornalismo. Portanto, dá aos dispositivos pré-jornalísticos romanos a honra de terem inaugurado o jornalismo e, mais até, o jornalismo periódico (Salgado, 1945: 13), embora com algumas incorrecções, como a de atribuir ao Imperador Marco Aurélio a responsabilidade pela instituição das *Actas Diurnas*. Também relembra a *Bíblia*, designadamente ao episódio da dádiva das Tábuas da Lei a Moisés, para, citando outro autor português, falar, algo absurdamente, da primeira notícia de que se tem conhecimento. Porém, mais à frente o autor especifica melhor a sua posição, que, embora mantendo a tese da origem sócio-cultural do jornalismo, adia para a Modernidade o seu verdadeiro aparecimento:

“nem os *Anais Máximos* nem as *Actas Diurnas* podem ser considerados como órgãos jornalísticos de existência normal. Faltaram-lhes os meios técnicos de desenvolvimento e de progresso (...) e (...) o ambiente indispensável. O jornalismo exige um certo número de condições mínimas, que só mais tarde puderam verificar-se. A descoberta de Gutenberg revolucionou completamente os meios de comunicação, fazendo surgir no mundo essa forma extraordinária que é a imprensa.” (Salgado, 1945: 15)

Para Salgado (1945: 60-61), há a considerar três épocas na história do jornalismo português: uma primeira de predomínio do jornalismo noticioso que se arrasta até cerca da Revolução Liberal; uma segunda que corresponde ao aparecimento, predominância e posterior crise do jornalismo político e partidário; e a terceira correspondente ao aparecimento e gradual predominância dos jornais de informação geral pertencentes a grandes empresas, no seio do sistema capitalista.

É interessante notar, tal como procurou, depois, fazer Tengarrinha

Livros LabCom

(1965), que Salgado tenta interpretar o desenvolvimento da imprensa em função do contexto social, económico, técnico e cultural de cada época, para o que dá a seguinte justificação: “a imprensa sofre e beneficia das condições gerais que regulam as sociedades. Se estas são boas – ela desempenha salutarmente a sua função; se más, ressentem-se dos vícios gerais, e espalha-os, consideravelmente ampliados” (Salgado, 1945: 8).

Nos últimos capítulos do seu livro, tal como no seu início, Salgado reflecte criticamente sobre a natureza do jornalismo, abandonando, em consequência, pelo menos parcialmente, a história do jornalismo. O autor salienta, nomeadamente, que o carácter mercantil e industrial do jornalismo contemporâneo, que reconhece como necessários, afectam a independência da imprensa, limitam-na e empurram-na para o sensacionalismo (Salgado, 1945: 59-88).

Joaquim Salgado (1945: 8-9 e 61) sublinha que “Os grandes diários são empresas de poderosos capitais – e visam, como não podia deixar de ser, uma exploração lucrativa”:

“A industrialização e outros factores (...) transformaram o jornalismo num profissionalismo respeitável (...) mas sem (...) a força original, a independência, que distinguiram a acção dos plumitivos do século passado. Eles podiam (...) não obedecer a ideias mestras de reconstrução; é possível que os movesse somente a senha dos interesses mesquinhos; admitimos, mesmo, que se não dessem conta das responsabilidades que se lhes impunha (...). Mas se, por um lado (...) falharam (...), dilacerando-se em lutas (...) e em cobiças insofridas, toda a inteligência, brilhantismo de forma, energia e vigor de estilo foram incomparáveis (...), tudo (...) imolando aos efeitos literários e à (...) febre das ambições”.

Para Salgado (1945: 63-64), a obediência teórica do jornalismo a dois senhores, o interesse público e o interesse privado, é um “drama” que decorre da sua organização industrial:

“O drama da imprensa parece consistir principalmente (...) na dupla natureza pública e privada (...). Não há dúvida de que o jornalismo exerce uma função pública (...), visto que se destina a orientar, guiar, esclarecer a opinião; a par dessa função, compete-lhe, porém, sustentar os interesses

das empresas (...) e até defender as pretensões ou planos de grande vulto que (...) os donos dessas empresas pretendam fazer vingar – pretensões e planos cujo reflexo social nem sempre se faz sentir em proveito da comunidade.

(...)

Nos países de intenso desenvolvimento, não há dúvida que a imprensa serviu os interesses capitalistas, por vezes duma maneira verdadeiramente escandalosa. (...) Como tantas outras questões (...), a imprensa sofre os vícios das condições gerais em que a vida social está organizada (...)."

A crítica de Salgado ao mercantilismo da imprensa e à sua inserção no sistema capitalista, para alguém mais desavisado, pode ser uma surpresa, mas, na realidade, o juízo de Salgado denuncia apenas a influência do pensamento católico anti-capitalista num certo grupo de intelectuais portugueses, precisamente os que apoiaram doutrinariamente o regime corporativo de Salazar, ele próprio oriundo da intelectualidade católica e rural. Por isso, embora Salgado concorde, no plano teórico, que se deve conceder à imprensa "a liberdade máxima para o cumprimento da função que lhe cabe", ele admite, insinuantemente, a censura prévia, justificando-a com a necessidade de evitar que o jornalismo caia na licenciosidade, no "desbragamento, no insulto, na malsinação das coisas mais sagradas" (Salgado, 1945: 66). Na versão de Joaquim Salgado, aliás, a censura não seria mais do que uma forma de proteger um povo civicamente imprevisto:

"não existindo condições de civismo e de elevação que permitam o exercício proveitoso do curso das ideias; carecendo o povo daquela instrução mínima que o habilita para as tarefas que a sua própria qualidade lhe impõe; faltando, em suma, o espírito de cidadania (...), poder-se-á conceber o estabelecimento efectivo duma liberdade de imprensa destituída de qualquer *controle* fiscalizador? (...) Que os homens (...) decidam em consciência." (Salgado, 1945: 68)

Apesar de tudo, Joaquim Salgado (1945) encontra na imprensa coisas positivas e coisas negativas, ou "virtudes e malefícios", conforme o título do seu livro. Subscrive, aliás, a posição do jornalista francês Veuillot, para quem a solução para evitar os males do jornalismo é a multiplicação

dos jornais, de forma a aumentar a polifonia no espaço público e a evitar que alguém se proclame, sem oposição, “dono” da verdade. Isso entronca, aliás, com o seu conceito de opinião pública, já que, para Salgado, embora a expressão seja correntemente utilizada como sinónimo de maioria, na realidade não há uma opinião pública, mas várias correntes de opinião. Para além disso, conforme ele próprio salienta, mesmo quando existe, a propósito de um assunto, uma corrente de opinião maioritária, quantidade não significa qualidade e muito menos razão, pelo que, se não existisse a necessidade de atender às condições concretas de uma sociedade, a liberdade de imprensa seria sempre uma solução melhor do que acensura. (Salgado, 1945: 70-71) Porém, mantendo-se a “contradição entre o carácter público e o fim privado da imprensa”, então a “criação e desenvolvimento de uma imprensa livre (...) é das soluções mais difíceis (...), [pois] se o periodismo mercantil anula as virtuosidades originais que caracterizam a (...) imprensa, o jornalismo livre pode ser de efeitos ainda mais negativos, desde que resvale, como a experiência demonstrou já, numa aguda hipertrofia personalista, em que aos interesses da comunidade se sobreponham as ambições dos chefes, as paixões facciosas, o dogmatismo virulento das seitas.” (Salgado, 1945: 84-85)

Joaquim Salgado (1945: 59-60) reconhece na imprensa um “ministério sacerdotal de instituição pública” e, em muitos casos, “o único agente de cultura e comunicação das pessoas que a lêem”. O autor considera, ainda, que a diversidade e acessibilidade dos conteúdos dos jornais e o seu papel na vulgarização das ideias permite alimentar as necessidades e interesses de informação, orientação ou simples distração dos mais variados tipos de leitores, sendo poucos os cidadãos que escapam à sua influência.

Joaquim Salgado (1945: 59) classifica, igualmente, o jornalismo como “o que logrou mais popularidade” entre “todos os géneros literários”, considerando, portanto, o jornalismo como uma mera manifestação da literatura, apesar de o ver, igualmente, como *instituição social*.

Numa altura em que a afirmação do repórter profissional sobre o “escritor de jornal” se fazia gradualmente sentir, Joaquim Salgado (1945: 61-62) tenta demonstrar que a profissionalização dos jornalistas radica na sua “proletarização”, provocada pela industrialização da imprensa:

“À industrialização da imprensa seguiu-se, era inevitável, a proletarização do jornalismo. Menos que intelectuais (...), os plumitivos de hoje são mais «profissionais da imprensa» do que jornalistas. Nas redacções, a sua função está taxativamente determinada, e raro eles a excedem, não lhes competindo a faculdade de iniciativa. A própria variedade e complexidade com que o periódico é feito gerou a especialização, do que resultou o trabalho ser dividido por secções e realizado por um pessoal que se confina às especialidades inerentes ao seccionamento estabelecido. Concordamos que o desenvolvimento que a factura do jornal tomou, aconselha e impõe esse sistema de trabalho; mas isso não nos inibe de reconhecer que tal sistema anulou, senão no todo, pelos menos numa grande parte, aquilo que no jornalismo e no jornalista havia de independência e espontaneidade, ou seja, a expressão mais forte e mais cara da sua inteligência e da sua personalidade.”

Joaquim Salgado (1945: 88) considera, finalmente, que para cumprir idealmente a sua missão cívica, a imprensa tem de se constituir como “um *foro cívico em prol da comunidade (...), um serviço social em proveito da Nação.*”

Autor (nome completo): Jorge Pedro Sousa e Nair Silva
E-mail: j.p.sousa@mail.telepac.pt

» Sampaio, 1906 (1987)

Autor: Sampaio, Bruno.

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): 1906

Ano de publicação/impressão: 1906 (1987)

Título completo da obra: Os Modernos Publicistas Portugueses (edição revista); Os Modernos Publicistas Portuguezes (edição de 1906)

Tema principal: Jornalistas e Vida Profissional

Local de edição: Porto

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Lello & Irmão – Editores (Livraria Chardron)

Número de páginas: 366

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: PL. 81574 P.

Biblioteca: Biblioteca Nacional (edição de 1906 - 425 páginas)

Cotas: PL. HG13961P. ; HG17011P; L. 22526P ; L. 86744P (com dedicatória a Jaime Batalha Reis); L. 89409P; L. 89804P.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: F7-6-17 (80)

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto (edição de 1906)

Cotas: Q' - 6 - 77

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Sampaio Bruno, pseudónimo de José Pereira Sampaio, nasceu no Porto, em 1857, e faleceu na mesma cidade, no ano de 1915.

Formou-se em Medicina em 1876, embora nunca tenha exercido essa profissão.

Implicado no movimento revolucionário de intenção republicana de 1891, emigra para Paris, onde redige o *Manifesto dos Emigrados da Revolução Republicana de 31/01/1891*.

Pensador notável e estudioso dos problemas filosóficos e metafísicos, cedo revelou paixão pelo jornalismo. Com apenas 15 anos é levado a

tribunal de liberdade de imprensa, pela redacção e publicação de *Vampiro*. Absolvido, continua a sua digressão pelas letras e pelo jornalismo, redigindo, fundando e colaborando em revistas e jornais, a citar: *Laço Branco* (que se segue a *Vampiro*), *Gazeta do Realismo*, *Revista de Portugal e Brasil*, *Diário da Tarde*, *Folha Nova*, entre outros.

Traduziu a *História de Portugal*, do alemão H. Schaefer. Em 1874, apenas com 17 anos, publica o seu primeiro livro: *Análise da Crença Cristã*, que provocou escândalo e suscitou polémica. Este livro seria o primeiro de uma extensa obra onde se incluem: *A Geração Nova*, 1886; *Notas do Exílio*, 1893; *O Brasil Mental*, 1898; *A Ideia de Deus*, 1902; *O Encoberto*, 1904; *Os Modernos Publicista Portugueses*, 1906; *Portugal e a Guerra das Nações*, 1906; *A Questão Religiosa*, 1907; *Portuenses Ilustres*, 1908; *A Ditadura*, 1909; *O Porto Culto*, 1912; *Os Cavaleiros do Amor*, livro inacabado, editado em 1996.

Após a Proclamação da República, em 1910, foi nomeado funcionário superior da Biblioteca Pública Municipal do Porto e, posteriormente, seu Director.

Foi dos primeiros críticos do positivismo de Comte.

Índice da obra: [Não tem índice]

Nota biográfica – pp. IV-V

Introdução – pp. VI-XXII

Capítulo I – A Revolução Francesa e o Movimento das Ideias: D’As Farpas a José Falcão, das Conferências do Casino a Pinheiro Chagas: pp. 1-35

Capítulo II – Sobre o desabrochar do Socialismo em Portugal e na Vida militante do jornalismo: pp. 37-78

Capítulo III – O federalismo ibérico. Da teoria das Nacionalidades à A Ibéria: pp. 79-124

Capítulo IV – Da ignorância à Liberdade – Apologia do povo português: pp. 125-137

Capítulo V – A crise com a Inglaterra e a republicanização da península: pp. 139-166

Capítulo VI – Portugal e Espanha – publicistas e publicações: pp. 167-190

Livros LabCom

Capítulo VII – Pi y Margall- O homem, o escritor: pp. 191-216

Capítulo VIII – “Os brandos costumes” – da pedagogia da tortura à pena de morte: pp. 217-296

Capítulo IX – A necessidade de salvador. O messianismo, o sebastianismo, os vários Mexias: pp. 297-330

Capítulo X – Da analfabetização à leitura. Da produção à publicação: pp. 331-366

Resumo da obra (linhas mestras): O livro aqui resumido inclui um conjunto de reflexões do intelectual portuense Sampaio Bruno sobre a sua vida, a sociedade portuguesa, a inserção de Portugal no mundo, as novas ideias e aqueles que as divulgavam: os *publicistas*. De facto, o termo “publicistas” surge no livro para classificar os divulgadores de ideias e de novos conhecimentos, as pessoas que tornavam públicas e discutiam as ideias, as invenções e as descobertas, os intelectuais que usavam a pena para intervir na formação do indivíduo e fomentar o progresso da sociedade. Assim sendo, no livro há vastas referências a jornalistas (melhor classificados como escritores de jornais), aos seus textos e aos periódicos da época. O livro é também, todo ele, uma apologia à liberdade de pensamento e à liberdade de expressão e de imprensa, bem como um louvor aos referidos publicistas, que se dedicavam a irradiar o pensamento moderno através dos mais variados meios, interessando-nos, para o caso, os jornais.

São várias as passagens do livro onde Sampaio Bruno exprime a sua concepção de publicista. Num determinado ponto, explica que o publicista deve “caminhar, ensinar, civilizar; e ao menos morreremos contentes por abrirmos a estrada, se não por dobrarmos o cabo, além do qual está o desejado Oriente.” (p. 173) Noutra passagem do livro, ao referir-se à revista científica *Portugália*, escreve: “as modernas gerações literárias portuguesas se têm ocupado com atenção e escrúpulo dos interesses vitais da pátria. Ocuparam-se em torná-la conhecida (...). Ótimo seria que perante as nações estrangeira a política portuguesa se apresentasse tão distintamente como perante elas a ciência portuguesa se apresenta, por intermédio da *Portugália*. Então volveria a dar orgulho o pertencer-

-se a esta ‘ocidental praia lusitana’ (...). Cumpramos o grato dever de saudar com respeito trabalhadores tão prestimosos quais os da primorosa revista científica portuense. Sem que por isso nos deslembremos daqueles a quem, por determinadamente se ocuparem dos temas que são de sua alçada especial, mais particularmente compete a categorização de «publicistas». Eles atam a tradição.” (p. 348 e p. 357)

Para Sampaio Bruno, os novos publicistas procuravam reagir contra os “monstros conservantistas de Portugal de 1871, borregóides, sem embargo” que, na sua óptica, retardavam o progresso do país (p. 29). Em consequência, para o autor seria missão dos publicistas informar, criticar e divergir, pois “o processo moral não pode dar-se desde que as almas só conheçam os preceitos do respeito e de obediência.” (p. 162) Conta assim que ele próprio, por exemplo, expôs as suas teorias sobre o federalismo ibérico nas colunas do jornal *Folha Nova*, numa série intitulada *O Federalismo*. (p. 114)

Os novos publicistas, conta Sampaio Bruno, não se limitavam à acção jornalística. Ele relembra, por exemplo, as Conferências do Casino, cujo porta-bandeira era Antero de Quental, que redigiu o *Programa para os Trabalhos da Geração Nova* (pp. 34-35); as discussões no Café Suíço, onde “se resolvia este mundo e o outro” (p. 272); bem como as reuniões informais e fornais: “a loja (...) enchia-se de antigos condiscípulos e recentes camaradas (...) em polémicas infundáveis! Quantas noites passadas, por essas ruas, a berrar de Proudhon, Bastiat, Karl Marx, a Internacional, a Comuna” (p. 46). Destes encontros, narra Sampaio Bruno, saíram vultos importantes na luta contra o conservadorismo, que escreveram a favor da liberdade e da democracia em jornais, folhetos e livros. Porque, afirma ele, para que a democracia e liberdade existam é preciso educar o povo. Aliás, conforme ele próprio afirma, “a ignorância do povo português, é, infelizmente, incontestável!” (p. 130)

Apesar de, segundo Sampaio Bruno, Ramalho Ortigão e Eça de Queirós terem escrito n’*As Farpas*, “crónica mensal de política, das letras e dos costumes”, que os intelectuais portugueses são “pequenos, obscuros, sem nenhuma (...) influência no movimento das ideias (...) ou no movimento dos factos universais” (p. 4), o autor realça a influência “po-

sitiva” dos novos publicistas portugueses nos movimentos ideológicos de vanguarda.

A coragem dos publicistas ao desafiarem o conservadorismo legal e ideológico reinante na sociedade portuguesa também é posta em destaque por Sampaio Bruno. Com vários exemplos, ele procura mostrar ao longo do livro como no período conturbado do final do século XIX e início do século XX os publicistas eram perseguidos, precisamente por serem lidos, o que os tornava incómodos. Um dos vários exemplos que o autor usa para fundar a sua tese é o de José Falcão, que “ameaçado de ser expulso da sua cátedra” e censurado por espalhar novas ideias (p. 28). Conta, aliás, que “não prosseguiram as violências” contra José Falcão “quicá em parte pela intervenção sarcástica d’*As Farpas*.” (p. 28). Relembra, também, um episódio de censura ao folheto de Julho de 1871 d’*As Farpas* – “Bom, ou mau, o folheto foi lido, levemente discutido e inteiramente comprado. Era anónimo. Que há-de acontecer? O governo proíbe-lhe a venda! (...) A única crítica é a gargalhada!” (p. 29)

Sendo os publicistas diferentes, pensando de maneira diferente, também diferente é o seu jornalismo. Sampaio Bruno observa, em consequência, por exemplo, a parcialidade jornalística de José do Patrocínio (p. 169); o jornalismo propagandístico de Xavier de Carvalho em *O Estado do Norte* (p. 169); o jornalismo elegante, embora com pouca popularidade, de Casal Ribeiro, em artigo publicado na *Revue Lusitanienne* (p. 171); o jornalismo pedagógico em revistas como *O Ensino*, dirigida por Eduardo Falcão (p. 272), e *Ensino*, de Teodoro Fernandes (p. 281); e o jornalismo polémico, em vários opúsculos e jornais, como num folheto saído no Porto, onde um autor anónimo, que se designa a si mesmo “um português”, contesta a memória *A Ibéria*, apelidada de “perigosíssima”. (p. 171) O jornalismo político de cariz democrático, afirma Sampaio Bruno, estava patente, por exemplo, no *Eco Popular*, periódico fundado por José Lourenço de Sousa, que tinha como colaborador Rodrigues de Freitas. Era considerado “o órgão da mocidade possuída das ideias novas e intrépida na sua propaganda dentro duma sociedade estagnada” (p. 280).

O autor também referencia Teófilo Braga, que ao publicar *Traços Gerais da Filosofia Positiva* abriu caminho ao influxo das novas ideias do

Positivismo e do Darwinismo, com reflexo imediato nos jornalistas e nos jornais, ou até nos publicistas em geral. Surgiram assim, explica Sampaio Bruno, jornais e revistas difusores das novas ideologias científico-filosóficas. Segundo o autor, Ramalho Ortigão, nos folhetos mensais d'*As Farpas*, disse que essas publicações “eram (...) uma janela aberta, por onde entravam para o país grandes rajadas de civilização e de educação (...) varrendo os miasmas e trazendo sempre alguma boa semente.” (p. 274) No entanto, os conservadores também expressavam o seu pensamento através da imprensa. Conta Sampaio Bruno, por exemplo, que *O Besouro*, semanário humorístico, caricaturou Correia Barata, químico e biólogo, defensor das teses darwinistas (p. 275). Contudo, o Darwinismo, segundo Sampaio Bruno, teve também eco em periódicos sérios e abertos às novas ideias, como a revista *Actualidade*, do Porto; a *Renascença*, de Joaquim de Araújo; a *Museu Ilustrado*, de David de Castro; a *Revista de Portugal*, dirigida por Eça de Queirós; a *Revista Científica*, de Ricardo Jorge” (p. 281); e ainda a *Revista Ocidental*, orientada por Oliveira Martins, que “chasqueou” João Bonança e a sua Reorganização Social. (p. 298)

A admiração de Sampaio Bruno por Rodrigues de Freitas nota-se nas abundantes páginas que lhe reserva, contando que ele escreveu para jornais como *O Comércio do Porto* acerca de assuntos económicos e de administração pública, bem como para *O Jornal do Comércio*, *O Século*, *Discussão* e *Voz Pública*. (pp. 281-282)

Relembrando, individualmente, os contributos de outros publicistas para o debate intelectual em Portugal, Sampaio Bruno evoca, por exemplo, António Feliciano de Castilho, que escreveu uma “página indignada e comovida” sobre o “feitio inquisitorial das escolas primárias” – “em Portugal, a palmatória continua ser o troféu do nosso ensino (...) desde pequeninos, os portugueses são educados no terror, na humilhação, na covardia” (p. 223).

O autor recorda, também, que o publicismo português não se esgotava no território continental. Do próprio Brasil, por exemplo, vinham jornais que contribuíam para que novas ideias chegassem e fossem discutidas em Portugal. Sampaio Bruno relata, para fundar o seu raciocí-

nio, o caso do periódico republicano País, do Rio de Janeiro, dirigido por Quintino Bocaiúva e que tinha por primeiro redactor Eduardo Salomonde, português naturalizado brasileiro. (pp. 167-168)

De Portugal para a Europa, no final do seu livro Sampaio Bruno lembra a acção de vários publicistas europeus, detendo-se, em especial, nos espanhóis Pi y Margall e Benito Perez Galdós.

De sublinhar, finalmente, que o livro *Os Modernos Publicistas Portugueses* não só condensa uma parte significativa do pensamento (em grande medida francófilo e hispanófilo) de Sampaio Bruno sobre as novas ideias que se espalhavam na Europa, na Península Ibérica e em Portugal desde a Revolução Francesa, como também constitui um repositório de memórias e sentimentos do autor aos 48 anos de vida (1905), alguns deles algo pormenorizados, como acontece numa passagem curiosa onde, a propósito do livro e de outros escritos, alude ao erro tipográfico, à influência deste na sensibilidade do autor e aos transtornos que provoca no pensamento.

Autor (nome completo): José Pedro Lopes Malafaya Baptista
E-mail: imb@brainkebab.com

» Schwalbach, 1944

Autor: Schwalbach, Eduardo

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1944

Título completo da obra: À Lareira do Passado – Memórias

Tema principal: Jornalistas e Vida Profissional

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Edição do Autor

Número de páginas: 341

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: L 31608 V – L 13108V

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: -

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Eduardo Schwalbach fez a sua estreia no jornalismo no *Diário da Manhã*, onde começou com a publicação de um folhetim. Mais tarde, ficou responsável por toda a redacção do *Diário Ilustrado* que, posteriormente, passou a chamar-se *Correio da Manhã*. Fez várias viagens para dar cobertura à família real. Trabalhou no *Jornal do Comércio*, no *Diário Popular*, no *Correio da Noite* (onde as condições salariais eram tentadoras). Participou em convívios partidários e fundou o seu próprio jornal, *A Tarde*, que mais tarde se fundiu com a *Gazeta de Portugal*, onde Schwalbach passou a ser um simples redactor. Teve grandes êxitos no teatro de revista, onde chegou pela mão de amigos. Foi director do *Conservatório* e redactor da câmara dos Pares. Conheceu o director do *Século*, que lhe entregou a direcção do *Século de Portugal e Colónias*. Dirigiu a publicação da *Revista Literária, Científica e Artística*. Foi director do *Diário de Notícias*, onde promoveu campanhas de sensibilização e solidariedade e deu início a publicações como *Notícias Comercial, Industrial e Financeiro*, *Notícias Insular e Colonial*, *Notí-*

Livros LabCom

cias Pedagógico, Notícias Teatral e Notícias Miudinho.

Índice da obra:

Prefácio: p.7

I Parte – Travessia da Vida

Saudades de mim próprio: p.17

Porque fui como fui: p.25

Maravalhas – A minha assinatura – Entre a cruz e a espada – Aguarelas da rua – Cupido entra em cena – A primeira ferida – Eu e a trompa – O Pantera: p.37

Um Parêntese: p.53

A minha estreia jornalística e literária – O “Diário da Manhã” – Pinheiro Chagas – Ouro por latão – Como elas se armam!: p. 65

Touros e touradas – Os jantares do Restaurant Club – Bulhão pato – Um discurso de Júlio Dantas – Shyloch bombardeado – O aguinhos: p.81

Um voo sobre Lisboa – Um casamento célebre...: p. 97

Viagem da Família Real ao norte do País – D. Luiz I – José Luciano de Castro – Notável paralelismo político – Uma cena confrangedora – Os serões em casa do chefe do partido Progressista – Quebram-se as minhas relações com Sua Excelência – A Tarde - Lopo Vaz – O 31 de Janeiro e António Cândido: p.113

Rápido panorama – Encontro feliz – O íntimo – El-Rei D. Carlos: p.141

O teatro e como eu o trabalhava – O D. Maria II de então – Rosa Damasceno e a grande Rachel – As primeiras figuras daquele palco – Ora o papagaio! – O sacrifício meu “leit-motiv”: p.151

Um nobilíssimo acto de João Franco – Um charuto de meio tostão e uma cigarreira de prata: p.163

A força da minha atracção sobre José Luciano de Castro, João Franco e Hintze Ribeiro – Fialho de Almeida e a Santa Umbelina – Reconhecimento de um erro – Silva Pinto e Brito Camacho – Rafael Bordalo e a jarra de Beethoven – Uma coincidência curiosa: p.173

Sousa Bastos e Palmira Bastos – A minha primeira revista – Carlos lobo de Ávila – Marcelino Mesquita e uma carta do grande dramaturgo – A

maldade humana: p.185

Pró domo mea – Política e Literatura – A cisão de João Franco – a reforma do conservatório – O meu primeiro duelo – O quarto centenário da fundação do Teatro Português – Um decreto célebre – A questão dos tabacos – A vida elegante em “puntas” – Magalhães Lima e Silva Graça – “O Século” – O beco do Fala só: p.199

Hintze Ribeiro – As suas superstições – a sua intangibilidade hierárquica – Duas lições: uma de D. Carlos, outra de Hintze Ribeiro – A aflição do chefe ante uma dádiva – A falsidade do seu apoio à dissidência alpoïnista – O seu apreço à dignidade própria e alheia – Um telegrama histórico e inédito – O seu amor ao Rei: p. 223

Uma sessão memorável – Os adeantamentos à Casa Real – Um ponto de interrogação – O preto Furunando – Discursos à hora – O aviário parlamentar: p. 241

Um erro político – O meu segundo duelo – O alegre mundo elegante – Le roi est mort vive le roi! – Júlio de Vilhena – Sol de Abril – chas sobre achas – Dez minutos com a Rainha: p. 253

Nuvem negra em céu azul – Os Postiços – A corrida dos ministérios – Um quarto de hora com D. Manuel II – Uma acusação injusta e uma falsa esperança – Enfim os monárquicos fazem aos republicanos a surpresa de implantar a Republica: p. 267

Num relance, da Republica ao Estado Novo – Um epitáfio justo – As pardalitas levantam voo, as borboletas procuram a chama – Tartufo desmascara-se – António José de Almeida – Uma instância de Afonso Costa: p. 287

O regresso ao teatro – O boneco de sabugo – Franca expansão do dr. Manuel de Arriaga – Reaparece o Cavaleiro da Aventura – Inicia-se o meu esforço patriótico – O Dia do Juízo – O ovo de Colombo – Ao Deus dará – Uma alta distinção de Sidónio Pais: p. 301

As minhas ultimas peças – Uma lágrima entre risos – Uma entrevista com Afonso Costa: p. 319

No “Diário de Notícias” – O beijo “cocktail” – Duas palavras amigas: p. 331

II Parte – Ouro Antigo

Sacrário de relíquias – Carlos Borges – Vasco Borges – Gervásio Lobato – Urbano de Castro – D. João da Câmara – Lopes de Mendonça: p. 347
Canteirinho de benquerenças – Marcelino Mesquita – Malheiro Dias – Rafael Bordalo Pinheiro – Lino Ferreira – Abel Moutinho – João Igreja: p.373

Resumo da obra (linhas mestras): *À Lareira do Passado* é uma obra memorialística na qual o autor, Eduardo Schwalbach, relembra o seu passado jornalístico e pessoal até 1926, num tom intimista. Embora não seja, propriamente, uma obra que teorize sobre jornalismo, trata-se de um livro onde se expõem pistas para a compreensão das rotinas produtivas do jornalismo português de Oitocentos e do início de Novecentos, para o conhecimento dos expedientes usados pelos jornalistas para obterem informações em primeira-mão, para o ambiente que rodeava o jornalismo da época, para o entendimento do conceito de jornalista e de jornalismo de então, etc.

Antes de iniciar a “Travessia da Vida”, o autor fez questão de enfatizar numa “Declaração Importante” que “nestas Memórias apenas me ocuparei do que fiz, vi e ouvi directamente” (p.13), assumindo, assim, o compromisso da verdade. Conta, então, a sua trajectória no jornalismo.

Muito jovem, o autor fez a sua estreia jornalística e literária com a publicação de um folhetim (na primeira página), logo no dia imediato à sua entrada no “Diário da Manhã”, “o jornal mais literário do país, sob a égide do jornalista mais brilhante daquela época”, Manuel Pinheiro Chagas (p. 68). À ilusão e deslumbramento que conduziu o seu pensamento até à perpetuidade, colocando-o ao lado de escritores imortais, seguiu-se a desilusão. Porém, o gosto pelo trabalho e as próprias dificuldades alentavam o espírito. Foi também, o ambiente de “liberdade, desaforo” (p. 70) e “estreita camaradagem” (idem), sob a direcção do chefe que admirava pela “eloquência” (idem) da escrita, “vivacidade do seu espírito” (p. 75) e pelas qualidades como pessoa “adorável, honrada e admirável” (p. 70) que desenvolveu competências e intensificou o interesse pela actividade jornalística, levando-o a tirar o curso de jornalismo. O autor destaca o

muito que aprendeu no “Diário da Manhã”, considerando ter sido uma experiência marcante, uma escola da vida, no dizer do próprio autor uma “recruta” (p. 76) que o preparou para enfrentar novos desafios.

Seguiu-se nova experiência. Assim, a pedido do director do “Diário Ilustrado”, Pedro Correia, indicado por Pinheiro Chagas, com o intuito de tornar “o jornal o mais alegre e literário possível” (p. 76), ficou responsável por toda a redacção, excepto da edição política, acumulando com o trabalho no que passou a chamar-se “Correio da Manhã”.

Entretanto, o exercício do jornalismo de Eduardo Schwalbach não se limitava às quatro paredes do jornal. Para dar cobertura à viagem da família real, deslocou-se a Madrid assim como quase toda a imprensa lisboeta. Conforme narra, na “Sociedade de Jornalistas e Homens de Letras” onde os jornalistas foram recebidos, aconteceram com ele duas situações imprevistas e de algum embaraço. Num jantar em que o próprio “fizera as devidas honras” (p. 77), sentiu uma “revolução intestinal difícil de sufocar” (*idem*) e, a primeira pessoa a quem se dirigiu foi a um homem de meia-idade que se encontrava a passear na “Sociedade”. Qual não seria o seu espanto quando esse homem lhe fora apresentado por Pinheiro Chagas como sendo “O sr. Nunez de Arce, um dos maiores poetas da Espanha, ministro das Colónias e presidente desta Sociedade” (p. 78).

Muito comunicativo e de temperamento alegre granjeava amizades facilmente, por isso, quando a actividade no “Jornal do Comércio” decorria de forma calma foi convidado por um amigo, proprietário do “Diário Popular” para fazer a reportagem da visita da família real ao Norte. Entretanto, já havia dado provas das suas aptidões, através de artigos que lhe deram alguma projecção e que escrevera para o mesmo jornal. Perante a contrariedade de não acompanhamento na viagem, alguns jornalistas já pensavam em desistir. Porém, determinado e confiante na sorte, apelando às antigas amizades e empenhando a sua responsabilidade, conseguiu uma contra-ordem. Na mesma noite escreveu o seu primeiro artigo para o “Diário Popular”, tendo merecido “palmas e chamada do autor” (p.117). Foi durante esta estadia, em contextos informais que o autor teve o seu primeiro contacto com a política, acabando por criar laços afectivos com algumas personalidades que mais tarde o conduzi-

riam para uma nova experiência profissional.

Inesperadamente, recebeu o convite de ficar com quase toda a responsabilidade do jornal “Correio da Noite”, uma gazeta afecta à política. Teve alguma relutância em aceitar, mas as condições salariais eram tentadoras.

Contratado, para o “Correio da Noite” a política começou a pairar sobre si, sentindo-se no dever de participar em convívios vulgares, mas de cariz partidário (mais por delicadeza do que por convicção) que em pouco tempo se tornaram fastidiosos e fizeram baixar a estima em que o tinham em conta; no jornal, desempenhou com isenção as suas funções e trabalhou com afinco, competindo com famosos repórteres, em reportagens, também famosas. Um conflito de interesses políticos veio provocar a sua saída.

Eduardo Schwalbach partiu, então, à aventura, perseguido pelo sonho de “fundar um jornal” (p. 128) que preenchesse uma lacuna no tempo, “onde eu livremente pusesse toda a minha actividade e visão jornalística” (idem). Assim, nasceu “A Tarde”, com poucos recursos financeiros e um corpo redactorial restrito. As grandes reportagens e os artigos de fundo fizeram triunfar o jornal, de tal modo que despertou o interesse de outro grande diário: “O Século”. Bom para a saúde económica, mas contra os seus princípios.

Sem apoios económicos, “A Tarde” ia sobrevivendo à custa de sacrifícios e peripécias; a crise agudizava-se e o jornal estava à beira do fim; não havia outro remédio senão a sujeição, aos interesses político/partidários. A Schwalbach, “metido à força na política” (p. 131), restava-lhe a consolação de poder continuar a fazer o que gostava, pois não era o responsável pela política. E continuou a fazer prosperar o seu jornal, publicando reportagens gráficas, arquitectando e planeando edições cativantes que conquistavam cada vez mais o apoio popular. Apanhada na trama, servindo interesses políticos do patrocinador e não seguindo a onda de contestação popular, “A Tarde” sofreu um duro corte financeiro. O jornal chegou ao fim com a perda de confiança política. Sem meios para fazer face aos investimentos feitos, acabou por fechar portas e fundir-se com a “Gazeta de Portugal” (um órgão partidário), onde passou a

ser um simples redactor.

Eduardo Schwalbach encontrou uma saída na escrita onde pôde dar asas à imaginação e satisfazer o seu gosto. Pela mão de amigos chegou ao teatro, obtendo grandes êxitos no teatro de revista que lhe valeram “a classificação de mestre do género” (p. 189). Norteador pelo poder educativo deste tipo de teatro, tão do agrado popular teve uma produção intensa de peças, abarcando quase todos os géneros literários e públicos variados. “Foi trabalhar a valer” (p.196) refere o autor, sem contar algumas traduções levadas à cena. Estava pois, na hora de parar.

O jovem crescera, as responsabilidades aumentaram e aceitou cargos com “sabor” político que lhe aplanaram as dificuldades da vida. Primeiro como Director do Conservatório bateu-se pela criação do Teatro Lírico Português e festejou o “4º Centenário da Fundação do Teatro”, uma festa aplaudida pela imprensa pelo seu valor educativo; mais tarde, também redactor da câmara dos Pares, numa época em que “a indisciplina irresponsável e o alvitamento de reputações eram os grandes educadores políticos” (p.214), conheceu o administrador do “Século” e estabeleceu-se, logo entre eles, uma grande empatia, “pela vivacidade de espírito, pela sua inteligência desempoeirada, pelas suas largas vistas jornalísticas” (p.216), entregando-lhe a direcção do “Século de Portugal e Colónias” que durou pouco tempo.

Segundo o autor, num clima de liberdades sem limites, a imprensa, impelida pelo exemplo lançou-se em ataque furiosos, sem olhar a quem. O jornal “O Século” foi o iniciador destas “campanhas jornalísticas” (p.215), mas os excessos de ofensas fizeram-no cair em desgraça. Para apaziguar as coisas, Schwalbach intervém e com o administrador, pessoa afectuosa, empreendedora e de grande capacidade de autocritica, mas que pecava pelos “excessos”, traçou um plano para atrair leitores que se haviam afastado, incluindo nele a publicação da “Revista literária, científica e artística”.

Numa altura em que o desânimo atingia o autor, eis que surgiu um novo trabalho, a sua última experiência profissional, como director do “Diário de Notícias”, que durou quinze anos, mas que, apenas dois “de trabalho e perseverança” (p.336) são lembranças que cabem nas “Me-

mórias”, passando o resto a ser “Actualidade” (p.335). Ciente da importância de acompanhar a evolução, olhos postos na acção educativa, pontos fulcrais para o cumprimento da missão do jornalista, e com o dinamismo que ressurgia, promovia campanhas de sensibilização e solidariedade e dava início a novas publicações: “Notícias Comercial, Industrial e Financeiro”, “Notícias Insular e Colonial”, “Notícias Pedagógico”, “Notícias Teatral” e “Notícias Miudinho”.

Este livro de memórias é importante porque relata o ambiente jornalístico da época (final século XIX, início século XX), a forma como os jornais funcionavam, a concorrência que existia entre jornais e que não interferia com a amizade entre jornalistas e directores dos mesmos (“Pedro Correia, director do “Diário Ilustrado”, pediu a Pinheiro Chagas a cedência dum dos seus rapazes para dar mais vida àquele seu jornal” - p. 76), as amizades que se estabeleciam no meio, nomeadamente entre jornalistas, ministros e, em alguns casos, até mesmo com a Família Real, etc.

Autor (nome completo): Daniela Alexandra Trocado Bernardo

E-mail: daniela_bernardo_757@hotmail.com

» Silva Dias, 1968

Autor: Silva Dias, José da

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1968

Título completo da obra: A Radiodifusão na Sequência dos Meios de Comunicação Social

Tema principal: Teoria do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Emissora Nacional/Sociedade Industrial de Tipografia

Número de páginas: 158

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: SC 30283 V

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): -

Índice da obra:

I Parte - Comunicação e Linguagem

- Nota Introdutória (pag. 7)

I - Noções de interacção e de comunicação (pag. 11)

II - A linguagem (pag. 15)

III - A Linguística (pag. 19)

II Parte

I Comunicação animal (pag. 31)

II - A era mítica – Forma de comunicação social nas sociedades primitivas (pag. 35)

III - A era da escrita – Forma de comunicação social das primeiras civilizações (pag. 43)

IV - A era da imprensa – Forma de comunicação social das sociedades modernas (pag. 49)

Livros LabCom

III Parte

I – Panorama da Filosofia ocidental – História das ideias desde a Renascença até aos nossos dias (pag. 59)

II – Configurações sociológicas (pag. 71)

III – A era do cinema – a imagem movente como forma de comunicação social (pag. 75)

IV – A Era electrónica (pag. 85)

1 – a aceleração da história (pag. 85)

2 – da física antiga e clássica à física moderna (pag. 91)

3 – A marcha da biologia – ciência da vida (pag. 103)

4 – díptico sociológico (pag. 111)

5 – a radiodifusão sonora (pag. 117)

6 – a televisão (pag. 127)

Conclusão (pag. 145)

Resumo da obra (linhas mestras): Como introdução, o autor esclarece-nos quanto a alguns conceitos necessários para compreender o assunto que irá ser tratado num contexto sociológico, tais como a comunicação e a linguagem.

O método seguido baseia-se no gestaltismo, em que o todo é mais do que a soma das partes.

O primeiro tema a ser desenvolvido são as “noções de interacção e de comunicação”: a primeira ideia relatada é que o indivíduo comporta-se socialmente e vê os outros como objectos e cada um reage de acordo com as acções dos outros.

Após isto é comparada a comunicação humana com a animal: os animais comunicam-se através de instintos, os humanos através de intenções.

O autor dá-nos várias perspectivas do conceito de comunicação, a de Cooley, Rousseau, Malebranche, mas opta pela de Levi-Valensie: “comunicação de consciências”.

Posteriormente, o autor aborda o tema da linguagem. Explica que existem diversas formas de comunicação sem linguagem, pois em torno desta “existe uma zona de trocas não verbais que simultaneamente a precedem, subentendem e prolongam”. Também relembra que há quem acredite em

“comunicações inconscientes”.

Refere que Stoetzel distingue três elementos entre aqueles que têm o papel mais importante na transmissão de ideias e sentimentos. São eles a aparência física, o gesto e a expressão momentânea da figura.

O vestuário é portador de significações sociais. Stoetzel, citado por Silva Dias, refere que “cada indivíduo transporta no seu adorno, em qualquer sociedade, uma mensagem enganadora ou não do que é, do que tem e do que faz. A aparência física é um estímulo social que desempenha o seu papel na comunicação entre as pessoas”.

Quanto ao gesto, o autor diz-nos que este serve para expressar uma ideia, servindo também como estímulo social. Este é um elemento fundamental para a vida em sociedade.

O terceiro tema abordado, e necessariamente relacionado com os anteriores, é a linguística.

Primeiramente são distinguidos dois conceitos que podem gerar confusão: linguagem, a função mais importante da comunicação verbal, que implica um sistema estabelecido e a respectiva evolução, e língua, que segundo Saussure, citado pelo autor, “é um produto social e um conjunto de convenções necessário para permitir aos indivíduos o exercício dessa faculdade”. Seguidamente diferencia “língua” de “palavra”, baseando-se novamente em Saussure: a primeira é um acto colectivo e a segunda um acto individual.

Após isto, é abordado o signo linguístico, que une uma imagem acústica com um conceito, tendo desta forma duas faces: o significado e o significante.

Existem também dois tipos de linguística: a sincrónica (estado da língua) e a diacrónica (evolução da língua).

As relações sintagmáticas também são distinguidas das relações associativas, o sentido basilar do sentido contextual, e o signo do símbolo.

O próximo assunto a tratar é a comunicação animal e como esta se distingue da comunicação humana. Para ele, os gestos dos animais são desprovidos de intenção, ao contrário dos humanos. Além disso, são de tipo analógico e na comunicação animal não existe arbitrariedade do signo linguístico.

No segundo capítulo, fala-se sobre a era mítica, de subtítulo “Forma de comunicação social nas sociedades primitivas”. O autor relembra, a propósito, Levy-Brhul, que afirmou que nesta sociedade existia uma espécie de “lei de participação”, ideia bastante contestada. Esta teoria foi atenuada nas suas seguintes obras: “Não existe uma mentalidade primitiva que se distingue da outra por dois caracteres que lhe são próprios (místico e pré-lógicos). Há uma mentalidade mística mais marcada e mais facilmente observável nos ‘primitivos’ do que nas nossas sociedades, mas sempre presente em todo o espírito humano”.

Nesse contexto, o autor alarga a discussão para a sociologia do conhecimento, que sustenta que existe uma pluralidade de géneros de conhecimento que não se reduzem apenas à distinção entre sociedades arcaicas e civilizadas.

Para Marx Scheler, citado pelo autor, existem seis tipos de conhecimento: o conhecimento teológico; o conhecimento filosófico; o conhecimento de outrem, seja ele pessoal ou colectivo; o conhecimento do mundo exterior, vivo e não vivo; o conhecimento técnico e o conhecimento científico.

George Gurvitch criou um diferente esquema das formas de conhecimento, baseado em pares opostos: 1) conhecimento místico e conhecimento racional; 2) conhecimento empírico e conhecimento conceitual; 3) conhecimento positivo e conhecimento especulativo; 4) conhecimento simbólico e conhecimento adequado; 5) conhecimento colectivo e conhecimento individual.

A conclusão retirada pelo autor foi que em qualquer sociedade ou indivíduo se poderá encontrar qualquer um dos géneros e formas de conhecimento.

Posteriormente, é-nos dada a noção de ‘sociedade primitiva’ pelas palavras de Levy-Strauss: “um vasto conjunto de populações mantidas ignorantes da escrita e subtraídas, por esse facto, aos métodos de investigação do puro historiador; tocadas somente a uma data recente, pela expansão da civilização mecânica, prosseguiram portanto estranhas, pela sua estrutura social e a sua concepção do mundo, às noções que a economia e filosofia e política consideram fundamentais, quando se trata da nossa própria sociedade”.

Quanto ao terceiro capítulo: *A Era da Escrita, Forma de Comunicação Social das Primeiras Civilizações*, o autor pergunta-se quando se desco-

briu a língua e quais as circunstâncias que favoreceram esse meio de comunicação social.

Segundo ele, a escrita surge aquando da necessidade de organização social, mais propriamente quando se necessitava de regular as correntes do Nilo, Eufrates e Tigre.

Antes da escrita fenícia, as diferentes civilizações utilizavam símbolos para representarem a realidade e transmitirem o seu pensamento.

Foi a partir da escrita que a cultura se expandiu de uma forma mais vasta e mais rapidamente. Além disso, a escrita coadjuvou o progresso das sociedades.

No capítulo sobre a Era da Imprensa, o autor diz-nos que este foi o auge da História, pois a informação deixou de ser transmitida através de mitos, para passar a ser através de juízos.

A Idade Média, diz ele, caracteriza-se pelo feudalismo e por polaridades. A Igreja usufruía do poder do conhecimento, era esta que orientava e praticava o ensino, além de ter um sistema judicial próprio. Além do poder eclesiástico havia o poder civil.

É explicado também que existem outros dois focos de tensão: por um lado, entre senhores e camponeses e, por outro, entre suseranos e vassalos. Enquanto a tendência dos primeiros seria o estado estacionário, o dos burgueses era tornarem-se em centros de atenção, originando um novo estilo de vida e assim criando a Renascença.

Uma outra tensão reside nos diferentes idiomas que existem nos povos que invadem as terras e que desta forma soterram o latim criando outras culturas e outros modos de pensar. Como Saussure diz e o autor refere: «a nação é feita em grande medida pela língua».

Com as descobertas de Vasco da Gama e de outros descobridores foi depois possível a interpenetração de culturas havendo assim um convívio global e entre todas as raças e povos.

Os descobrimentos portugueses garantiram, também, um conhecimento científico moderno.

Autor (nome completo): Inês Isabel Rodrigues Santos

E-mail: inexita_007@hotmail.com

Livros LabCom

» Silva Ferrão, 1850

Autor: Silva Ferrão, Francisco António Fernandes da

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1850

Título completo da obra: O Uso e Abuso da Imprensa ou Considerações sobre a Proposta de Lei Regulamentar do § 3.º do Artigo 145.º da Carta Constitucional

Tema principal: Liberdade de Imprensa, Opinião Pública, Ética, Direito e Deontologia do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Tipografia do Panorama

Número de páginas: 51

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: HG10713V

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: AS2-60(6)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Francisco António Fernandes da Silva Ferrão, magistrado, nasceu em Coimbra, em 1778, e morreu em 1874. Doutorou-se em Cânones na Universidade de Coimbra em 1820. Em 1828 foi nomeado, pela Junta do Porto, vice-conservador da Universidade, mas teve de fugir às perseguições do partido Absolutista. Terminada a guerra civil, seguiu a magistratura, passando sucessivamente de Juiz da Relação, para que fora nomeado em 1835, a procurador-geral da Fazenda (1836) e membro do Supremo Conselho de Justiça (1847).

Índice da obra: [Não tem índice]

Considerações sobre a proposta de lei regulamentar do uso da imprensa: pp. 3-5

O absolutismo: pp. 5-9

A responsabilidade dos Ministros: pp. 9-11

A liberdade de imprensa: pp. 11-23

As vontades do Partido Cartista: pp. 23-24

O Governo, os Tribunais e questões jurídicas: pp. 24-42

Apelo do autor ao Ministro e secretário d' Estado dos Negócios da Justiça: pp. 42-51

Resumo da obra (linhas mestras): Este livro é a publicação de uma carta de cariz jurídico que o juiz Francisco António Fernandes da Silva Ferrão enviou a Félix Pereira de Magalhães, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça. A carta aborda a proposta de lei regulamentar do § 3.º do artigo 145.º da Carta Constitucional sobre a liberdade de imprensa.

O autor mostra-se totalmente em desacordo com as linhas mestras dessa proposta de lei, que foi apresentada por parte do Governo na Câmara dos Deputados, “apesar das modificações e alterações, que pelo parecer da comissão da mesma Câmara já lhe têm sido feitas” (p. 3). Para Francisco Ferrão, essas alterações não são as suficientes e diz que não concede ao Governo “o dom do acerto, ou a impossibilidade, exclusiva de erro” (p. 4). Chega ao ponto de acusar os ministros de não terem lido, com a devida reflexão, a proposta de lei que assinaram.

Durante o seu discurso, o autor invoca o absolutismo, afirmando que “preferiria o absolutismo, a toda e qualquer outra forma de Governo” (p. 6), mas apenas caso as pessoas fossem correctas. Porém, como não se encontram num “mundo ideal, mas positivo” e é necessário “tomar os homens como eles são realmente, e não como eles podem ou devem ser” (p. 7), ele não defende o absolutismo “nem coisa que com ele se pareça” (p. 7).

É por isso que, não vivendo num mundo perfeito, Francisco Ferrão defende a liberdade dos homens, nomeadamente no que se refere à liberdade de imprensa, dizendo que “É preciso que desde o ministro de Estado até ao último chefe de repartição (...), desde o major-general da Armada até ao último dos guardas-marinhas, em uma palavra, todos os homens, em emprego ou comissão pública, saibam e sintam, que existe

uma imprensa livre” (p. 9).

O autor defende, no seu discurso, “que a imprensa, entre nós, (...) tem desconhecido a sua verdadeira missão” pois “uma malevolência activa, ardente, infatigável, trabalha incessantemente por abalar, por arruinar, o edifício social até aos seus fundamentos”. (p. 14)

O Partido Cartista, ao qual pertence, é referenciado como um partido de boas ideias, que propõe várias e interessantes alterações à proposta de lei, pois “são tantos os barrancos, os tropeços, que se encontram na proposta em questão” (p. 41) que é urgente que se altere esse estado de coisas com as medidas que esse partido propõe.

Francisco Ferrão termina a sua carta fazendo um claro apelo, “como amigo particular”, ao ministro, para não aceitar a proposta de lei: “Menos pois lhe posso aconselhar, ou aprovar a adopção de medidas repressivas, que matam, que destroem, o uso da liberdade de imprensa” (p. 46). Porém, o autor defende que deve haver “uma lei de responsabilidade, que seja forte, e inexorável para com os réus destes delitos, sem que seja opressiva e restritiva da imprensa” (p. 48), mas claro, uma lei completamente diferente da que foi proposta.

Autor (nome completo): Hugo Filipe Gonçalves Machado Falcão

E-mail: temuri_ketsbaia@hotmail.com

» Silva Pinto, 1872**Autor:** Silva Pinto, António da**Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação):** -**Ano de publicação/impressão:** 1872**Título completo da obra:** Sobre a Questão da Imprensa: Aos Jornalistas Futuros**Tema principal:** Teoria do Jornalismo**Local de edição:** Lisboa**Editora (ou tipografia, caso não exista editora):** Imprensa de Joaquim Germano de Sousa Neves**Número de páginas:** 15**Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas****Biblioteca:** Biblioteca Nacional**Cotas:** SC 12962//14P**Biblioteca:** Biblioteca Pública Municipal do Porto**Cotas:** X-6-205(6)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): António da Silva Pinto nasceu em Lisboa, no ano de 1848, e faleceu na mesma cidade, em 1911. Jornalista e importante memorialista, foi um dos fundadores e redactores do jornal *O Espectro de Juvenal*. Polemista prolífico e amigo de Cesário Verde, editou o seu *Livro Póstumo*. Teórico e crítico de arte, foi defensor do realismo na obra *Do Realismo na Arte*; mas numa outra obra intitulada *Realismos*, tomou posição inversa. Traduziu Balzac e J. Verne e experimentou, também, o drama e o romance.

Índice da obra: [Não tem índice]

Identificação do suporte utilizado na publicação e elucidação sobre os motivos da sua escrita: Advertência

Parte I:

Descoberta de escândalos na imprensa lisbonense: pp. 7

Livros LabCom

Ocultação de factos por parte de António Augusto Teixeira de Vasconcellos: pp. 7-8

Exposição de alguns factos ocultados: pp. 8

Parte II:

Crítica ao Diário de Notícias: pp. 9

*Enumeração de actos incorrectos de uma folha lisbonense: pp. 10

Referência a jornais estrangeiros e a modelos jornalísticos clássicos: pp. 10-11

Elogios a Teixeira de Vasconcellos: pp. 11

Parte III:

* Identificação da folha lisbonense: pp. 12

Evocação de autores que demonstram a sua razão: pp. 12-13

Citação de uma parte importante do *Le Monde marche*: pp. 13

Indiferentismo, por parte da opinião pública, sobre o que é escrito: pp. 14-15

Conclusão: pp. 15

Resumo da obra (linhas mestras): O autor, Silva Pinto, faz uma pequena introdução sobre o tema que vai tratar, identificando-o: “Trata-se da questão da imprensa”.

Dá, então, conta dos problemas da imprensa: “fala-se de anúncios amorosos; de anúncios indigentes, pagos pelos próprios indigentes; de excessiva minuciosidade na descrição de qualquer crime, de mercantilismo na imprensa, etc.”

Silva Pinto insurge-se, por outro lado, contra as notícias que a imprensa da época publicava: “É (...) deplorável o programa adoptado pelo *Diário de Notícias* e muito para indignar os homens probos e rectos, o espectáculo dos 300 ou 400 anúncios com que aquela folha inconsciente nos mimoseia ao domingo; mas, creio que o Sr. Teixeira de Vasconcellos partilhará da minha indignação ao pensar numas cartas fabricadas em Lisboa e datadas de ... Versalhes, por exemplo, com que outros jornais da capital mimoseiam os seus crédulos ou incrédulos leitores”.

Segundo o autor, a imprensa servia para fins questionáveis, dando, entre outros, o seguinte exemplo: “Um colaborador de uma folha lisbonense,

irritado porque uma empresa teatral qualquer não punha em cena as suas traduções ou imitações, encetou, na folha em questão, uma revista onde fulminava (sic) os pobres actores do infeliz teatro desprotegido”.

O autor critica o *Diário de Notícias*, dizendo que este devia seguir o exemplo de certas folhas “nobres, mais modernas e menos conhecidas”. Para além deste jornal, Silva Pinto refere um outro, referindo-se-lhe como “Uma folha lisbonense, assaz conhecida entre nós e especialmente conhecida pelo Sr. Teixeira de Vasconcellos” que teria declarado “não lhe permitir a falta de espaço a publicação de cartas de Thomaz Ribeiro”. Outros exemplos de erros desta última “folha” vão sendo dados, entre os quais, a identificação do autor Gerfaut como realista. Mais tarde, Silva Pinto identifica o *Jornal da Noite* como a segunda folha lisbonense que criticou.

O autor pretende mostrar que o *jornalismo não é isto* ou, no mínimo, *não deve sê-lo*. Silva Pinto afirma não querer encontrar um jornal a seguir como modelo, pois há tantos que são bons que, decerto, surgiriam reclamações. Diz, também, não ir buscar como modelos os periódicos franceses de tempos anteriores; nem ir buscar o modelo jornalístico à Roma Antiga, nem a Inglaterra e nem a Itália. Continua o seu pensamento dizendo que “O jornal modelo, a Phoenix jornalística” deve ser “forte pelo triplice dom da ciência, da consciência e da austeridade do seu fundador”.

Citando Royer-Collard, o autor diz que antes de ser uma instituição política, o jornal é uma necessidade social. Continuando com as citações, que, aliás, são uma constante nesta parte do texto, o autor refere-se a uma frase de Monsiegnat, segundo o qual: “O jornal é necessário aos homens do nosso tempo como aos romanos os espectáculos do circo”.

No entanto, Silva Pinto continua as suas críticas à imprensa: “Quando um leitor diz: Vejamos quantas mentiras diz a Gazeta de tal (...), só resta ao jornalista independente e honesto cobrir o rosto, se o desalento lhe proíbe o protestar”.

Mais à frente, o autor diz que crê que adjectivos como *Justo*, *Verdadeiro* e *Belo* não são letra morta, pelo que conta com o auxílio dos ditos “sacerdotes do jornalismo” para dizer lealmente o que pensa.

Silva Pinto cita o *Le Monde Marche* a Teixeira de Vasconcellos, principal visado pelo seu texto, e pede licença para “aplicar aos jornalistas

aspirantes a ministros alguns trechos do citado período e submetê-los-ei à apreciação independente do Sr. Vasconcellos”.

É também, afirmado que Teixeira de Vasconcellos teria a mesma visão do autor sobre as notícias que o seu jornal publicava, vendo, entre outras coisas, a mentira, a adulação servil, o impudor, a paixão mesquinha e o interesse sórdido. Face a isto, sustenta Silva Pinto, o “veredicto da opinião pública” só poderá ser a indiferença para com os jornais e a desconfiança para com o jornalismo. O protesto existe, mas é verbal: “Nada que esclareça as gerações de amanhã sobre o nosso trabalho e sobre os nossos erros”.

O autor questiona se o jornalismo não deveria ser mais do que o registro de uma evolução e enfatiza a necessidade de os jornalistas se responsabilizarem pelos seus actos, devido à influência dos jornais junto do público.

Referindo-se de novo à indiferença, Silva Pinto afirma que “O indiferentismo pela imprensa da parte mais ilustrada dos leitores não exclui a influência nefasta de uma propaganda inconsciente sobre as classes onde a escassez de crítica predomina. O homem do povo vai procurar nessas fontes impuras a noção do direito e do dever. A acusação que sobre ele pesará mais tarde pela interpretação falsa do evangelho social, deve recair sobre os apóstolos da mentira e do erro”.

Para concluir, Silva Pinto, reconhece que as suas palavras nada alterarão na forma de se fazer jornalismo, mas anima-se com o facto de a sua obra prevalecer ao longo do tempo. O autor vê, assim, a sua obra como “Registro incompleto, incorrecto talvez, desordenado enfim, de uma tentativa de regeneração, a mais urgente e a mais eficaz; regeneração” do jornalismo.

Autor (nome completo): Ana Irma Osório Amorim Coelho

E-mail: anairmacoelho@hotmail.com

» Silva, 1944

Autor: Silva, José Casimiro da

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1944

Título completo da obra: A União da Província Através da Sua Imprensa

Tema principal: Teoria do Jornalismo

Local de edição: Vila Nova de Famalicão

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Oficinas gráficas Minerva

Número de páginas: 22

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: L: 13142//V

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): José Casimiro da Silva nasceu em 1901 e morreu em 1983.

Índice da obra: [Não tem índice]

Descrição de província e competências de Junta de província: pp. 5-6

Importância da Imprensa Regional nas Províncias: p. 6

Estatística dos habitantes e numero de jornais existentes no Distrito de Braga: pp. 7-8

O que será necessário para criar habito de leitura na população do Distrito: pp. 8-9

Solução para combater o Analfabetismo: pp. 10-12

Análise dos custos de um jornal: pp. 13-15

Resumo do plenário dos pastores vigilantes da Igreja Católica realizada em Abril de 1932: pp. 17-19

Conclusão do plenário: pp. 20-22

Resumo da obra (linhas mestras): Define-se Província como associação de concelhos afins em termos geográficos, económicos e sociais, com órgãos de gestão como o Concelho Província e Junta Província,

Livros LabCom

tendo este ultimo atribuições económicas, culturais e sociais.

Em matéria cultural, a Junta de Província pode decidir sobre variadíssimas questões, entre elas o “auxílio a associações ou instituições culturais”.

É neste ponto que entra a imprensa regional, na medida em que, segundo o autor, colabora com a administração de província, nomeadamente no que diz respeito a divulgação de todo o seu património.

Reportando-se, posteriormente, ao Distrito de Braga, José Casimiro da Silva refere que este possui meio milhão de habitantes maiores de sete anos, dos quais (situação em 1944) somente 168 mil sabem ler (sendo o analfabetismo maior entre as mulheres). No mesmo distrito, há (1944) dois jornais diários, três mensários, três quinzenários na sede do distrito, três revistas em Guimarães e mais treze publicações semanais que só devem interessar a cerca de 15 mil leitores. Isto é, segundo o autor, reportando-se à situação em 1944, apenas 4% da população do distrito de Braga se interessa pela leitura, pelo que conclui que muitas pessoas sabem ler mas não se interessam pela leitura. Para ele, é preciso incutir o gosto pela leitura nessas pessoas.

Como?

Para o autor, não é tarefa fácil. Seria preciso um estudo minucioso e cuidado. Diz Casimiro da Silva que é preciso reflectir antes de elaborar qualquer plano sobre a imprensa regional, ligada à indústria das artes gráficas.

De referir, para o autor, a importância de qualquer jornal no combate ao analfabetismo e desenvolvimento em geral – neste sentido, para Casimiro da Silva, ele é sempre um factor de progresso. Sendo assim, para o autor, são precisos muitos jornais, mas jornais que sejam bem feitos gráfica e literariamente e que promovam os valores do catolicismo, como o bem, a verdade, solidariedade e a caridade cristã. Se assim fizerem, os jornalistas, diz o autor, cumprem a sua difícil missão.

Mas os jornalistas da imprensa regional são também, relembra Casimiro Silva, “incompreendidos” e “pouco acarinhados na sua tarefa desinteressada de colaborar com o poder local”. Poder que, na sua óptica, poderia colaborar mais em termos económicos com a imprensa regional,

que tantas vezes sobrevive à custa do próprio proprietário. Regra geral, diz ele, as receitas não chegam para cobrir as despesas, mesmo nos jornais de maior tiragem (imagine-se, pois, salienta, naqueles em que a tiragem é pequena). A situação é pouco atractiva do ponto de vista económico e por isso não se faz investimento no sector, não se renova a indústria.

Para estimular o gosto pela leitura dos habitantes, para o autor será necessária uma actuação semelhante à que fizeram os Pastores da Igreja em Portugal em Abril de 1932. Estes, diz ele, defendiam que a imprensa católica deveria ser modelarmente feita, profundamente espalhada, suficientemente numerosa e feita por elementos integralmente católicos. Daí resultando a necessidade de criar um curso de formação para jornalistas, de um secretariado de Imprensa e de um corpo redactorial central.

Concluindo, para o autor:

1º O Diário do Minho deveria chegar a todos os lares católicos bracaraenses.

2º Os restantes jornais devem ser apoiados pelas câmaras municipais (comprando e distribuindo alguns jornais) que, em contrapartida, publicariam os resultados das sessões camarárias.

3º Seria adoptada uma tabela única para todos os jornais da província, passando a ser o prelo, avulso e por assinaturas, uniforme.

4º Dada a dificuldade de uniformizar formatos, os jornais adoptariam uma coluna comum para facilitar o uso do linómetro.

Conclui Casimiro da Silva: “Permitam estes despreziosos elementos atingir o objectivo que nos propusemos - servir as causas da Imprensa regional e da Indústria gráfica – e dar-nos-emos como plenamente satisfeitos”.

Autor (nome completo): José António da Silva Monteiro

E-mail: goomestre@gmail.com

» Silva, 1969

Autor: Silva, Rola

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): 1968

Ano de publicação/impressão: 1969

Título completo da obra: A Censura: Consequências Marginais

Tema principal: Liberdade de Imprensa

Local de edição: Luanda

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Neográfica, Lda.

Número de páginas: 179

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: SC 38052V

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: X7-10-42

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Henrique Carlos Rola da Silva é natural de Luanda. Licenciado pelo Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramarina. Funcionário aposentado, tendo servido nas Alfândegas, Finanças, Educação e Economia.

Índice da obra:

Capítulo I

Antes de fazer: pp. 5-8

Génese: pp. 9-11

Os factos: pp. 12

Capítulo II

Cortes vários: p. 14

Napoleões e napolionices pp.15-16

As visitas papais: pp.17-18

A falta, em concreto: pp. 19-20

Antes que Deus se esqueça: pp. 21-22
Verdade e censura: pp. 23-24
Ievtuchenko: lá como cá: pp. 25-26
Assim vai a vida: pp. 27-28
Defesa... e não defesa: pp.29-30
Dizer bem, dizer mal (cont.): pp. 31-32
Coisa rara: pp. 33-34
A mania dos combates: pp. 35-36
Passagens e câmbios: pp. 37-38
Viva o descanso: pp.39-40
Depoimento dum suposto Eusébio: pp. 41-43
Bons exemplos: p. 44
Religião: respondendo a leitores: pp.45-46
Nós e a previdência: pp. 47-48
Duas frentes: pp. 49-50
O funcionar do funcionalismo: pp. 51-52
Para bem se avaliarem as ideias: pp. 53-54
A medida do louvor: pp. 55-56
Salazarismo e Marcellismo: pp. 57-58
Exames de aptidão: pp. 59-60
Duas cartas: pp. 61-62
O dever cívico só é dever... quando é devido: pp. 63-64
Cá e lá: pp.65-66
Fervor religioso: p. 67
Grão a grão: p. 68

Capítulo III

Capítulo do humor: p. 69
Anjo à experiência: pp. 70-72
A moda das bombeirais: pp. 73-76
M. Bandeira e toponímia: pp. 77-78
Diário de um nascituro: pp. 79-80
A raça e um galo: pp. 81-82
Do arreganhar da taxa: pp. 83-84

Livros LabCom

De sociedade com Ramalho: p. 85-87

Capítulo IV

Distonia entre censura e posição do Governo: pp. 88-89

A procura de “tacho”: pp. 90-92

Para ponderação de quem tem a cabeça em perigo: pp. 93-94

A nossa constituição: pp. 95-96

A “psico”: pp. 97-98

Colonização e colonialismo: p. 99

Capítulo V

Cortes parciais: p. 102

O médico do mato: pp. 103-104

Auxiliando o liceu: pp. 105-106

Não é bem assim: pp. 107-108

Gostar de cães, gostar de homens: pp. 109-110

“Canicultura”: pp. 111-112

O perigo amarelo: pp. 113-114

Outros tempos, outros reis: pp. 115-116

A propósito de uma carta mistério: pp. 117-118

Domingo: pp. 119-120

Aconteceu desnecessariamente: pp. 121-122

Facto de assinalar: pp. 123-124

Das populações autóctones e do direito: pp. 125-126

Da ideia à realidade: pp. 127-130

Capítulo VI

Censura particular: pp. 131-132

Feitios: pp. 133-134

Corte, corte: pp. 135-136

Capítulo VII

Censura “ante-prévia”: pp. 137-138

Para um verdadeiro governo do povo: pp. 139-140

Para um verdadeiro governo do poso (II): pp.141-142
Para um verdadeiro governo do povo (III): pp. 143-144
Para um verdadeiro governo do povo (IV) pp. 145-146

Capítulo VIII

Violação dos preceitos constitucionais: pp. 147-148
Má administração e má justiça: pp. 149-151
Esclarecimento do Cofre de Previdência dos Funcionários Públicos: pp. 152-153
Confirmando a má justiça: pp. 154-157

Capítulo IX

Pecadores nos confessamos: p. 158
Ironia: pp. 159-160
Da força e do seu uso: 161-162
Com ajuda alheia: pp.163-164

Capítulo X

O que é “essencial”? : pp.165-166
Relacionando em dia para a mãe: pp.167-168
Elogio do sabão: pp. 169-170
Esperando: pp. 171-172
Cata-vento: pp. 173-174
Patuleias na previdência: pp. 175-176
A monarquia dos copos: pp. 177-178
Com muitas desculpas – o problema não é esse: p. 179

Resumo da obra (linhas mestras): Silva Rola procura, neste livro, marcar a sua posição face à censura, preocupado com o prestígio da profissão de jornalista (p.8), numa altura em que, em pleno governo de Marcelo Caetano, se antevia a adopção de uma nova lei de imprensa.

Para o autor, a censura era um “instrumento de utilidade duvidosa” (p.6), pois os censores tendiam, baseando-se na Lei de Imprensa, a “fazerem o que muito bem entendiam” (p.6), com arbitrariedade.

Livros LabCom

Para sustentar a sua posição, o autor narra, ao longo da obra, diversos episódios caricatos da acção dos censores.

O livro é na sua essência, um protesto contra a censura, auto-caracterizado como “corajoso” (p.13); um protesto contra a arbitrariedade dos censores, que fariam “mal” a Portugal (p.13) e destruíram a credibilidade e prestígio do jornalismo português.

A partir do capítulo II, o autor insere textos que foram censurados, e que constam do índice, indicando as partes censuradas, opção que, no seu entender, sustenta o seu protesto contra a arbitrariedade dos censores, cujos cortes prejudicaram o autor, o jornalismo e o país.

Autor (nome completo): Mauro Marques

E-mail: 18123@ufp.pt

» Silva, 1974

Autor: Silva, A.C. Correia da

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1974

Título completo da obra: Subsídios para a História da Imprensa Farmacêutica Portuguesa. Separata do “Boletim da Faculdade de Farmácia, Volume 43”

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Coimbra

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Coimbra Editora, Lda

Número de páginas: 67

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: B. 6093 V.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: S6-1-39(18)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): A. C. Correia da Silva publicou várias obras sobre história da Farmácia portuguesa, tanto no âmbito das Faculdades de Porto, Coimbra e Lisboa, como no âmbito da Ordem dos Farmacêuticos.

Índice da obra:

- Jornal da Sociedade Pharmaceutica de Lisboa – 7
- Jornal da Sociedade Farmacêutica Luzitana – 8
- Jornal de Pharmacia e Sciencias accessorias de Lisboa – 11
- Boletim de harmacia e Sciencias Acessorias do Porto – 12
- Revista de Pharmacia e Sciencias Acessorias do Porto – 13
- Jornal de Pharmacia e Sciencias Medicas da India Portuguesa – 15
- Archivo de Pharmacia e Sciencias Acessorias da India Portuguesa – 16
- Jornal de Pharmacia Chimica e Historia Natural Médica – 17
- Boletim de Pharmacia do Porto – 17

Livros LabCom

- Gazeta de Pharmacia – 18
- A Pharmacia Portuguesa – 20
- Boletim Noticioso-Comercial da Casa Pharmaceutica – 23
- Jornal de Pharmacia e Chimica – 23
- Boletim do Centro Pharmaceutico Portuguez – 24
- Archivo Pharmaceutico – 25
- Boletim da Pharmacia Moraes – Vila Flor – 26
- Boletim da Pharmacia J. B. Birra & Irmão – 26
- Jornal dos Medicos e Pharmaceuticos Portugueses – 26
- Boletim da Associação dos Pharmaceuticos Portugueses – 27
- Novidades Médico-Pharmaceuticas – 28
- Revista de Pharmacia e de Chimica – 29
- Boletim Pharmaceutico – 32
- Revista Chimico-Pharmaceutica – Boletim Mensal da Sociedade Chimico-Pharmaceutica – 34
- Actualidades Médico-Pharmaceuticas – 35
- Galenia – 35
- A Pharmacia Moderna – 37
- Boletim Geral de Medicina e Pharmacia – 38
- Revista de Farmácia – 39
- Jornal de Farmácia – 39
- Boletim Farmacológico – 41
- A Acção Farmacêutica – 31
- Revista Químico-Farmacêutica – 42
- O Monitor de Farmácia – 44
- Hygia – Revista Médico-Farmacêutica – 45
- Notícias Farmacêuticas – 46
- Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos – 48
- Anais da Faculdade de Farmácia – 50
- Eco Farmacêutico – 51
- Boletim da Escola de Farmácia – 53
- Jornal dos Farmacêuticos – 54
- Boletim da Escola Superior de Farmácia – 55
- Bibliografia Farmacêutica – 56

- Jornal dos Farmacêuticos do Ultramar – 56
- Anais Azevedos – 58
- Revista Portuguesa de Farmácia – 58
- Revista Farmacêutica do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos da Índia Portuguesa – 60
- Farmácia Portuguesa – 60
- Notas Farmacêuticas – 61
- Pharmaka – 62
- Boletim de Informação do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos – 63

Resumo da obra (linhas mestras): O autor diz que entre 1836 e 1974, ou seja durante 138 anos, se publicaram em Portugal 50 títulos de revistas, jornais e outros periódicos sobre a actividade farmacêutica, segundo o inventário que fez para preparar uma exposição dessas publicações para o 32º congresso de Ciências Farmacêuticas, celebrado em 1973. Algumas dessas obras são as referenciadas no índice.

A maior produção de publicações sobre Farmácia, descobriu o autor, ocorreu no século XIX, aliando os autores de revistas e jornais dessa época um notável jeito literário a exigências de maior qualidade na formação dos próprios farmacêuticos. A escrita era reivindicativa, assertiva e com qualidade literária!

Outra nota interessante é a que resulta da dispersão geográfica das diversas publicações, contrariando claramente a tendência centralizadora hoje existente e que começou, neste campo da Imprensa Farmacêutica, a acentuar-se após o estabelecimento do Estado Novo. Na verdade, dos numerosos títulos publicados de 1836 até ao início do século XX, a grande maioria ocorreu na cidade do Porto (10 títulos), contra 6 em Lisboa e 3 na longínqua Goa!

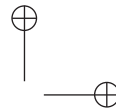
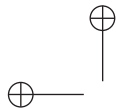
A capacidade reivindicativa, a defesa da saúde pública e a exigência de uma melhor educação e formação profissionais dos farmacêuticos foram uma constante das publicações editadas até 1900, altura em que o Presidente do Conselho de Ministros de então, conselheiro Hintze Ribeiro, foi sensível à campanha dos farmacêuticos

e instituiu uma profunda reforma da farmácia e do ensino farmacêutico no nosso país, privilegiando, finalmente, a vertente científica. A homenagem ao Presidente do Conselho de Ministros realizada dois anos depois na Sociedade Pharmaceutica Luzitana mereceu amplo destaque na Revista de Pharmacia e de Chimica, que começou a ser publicada em Lisboa em 1901.

Com a implantação da República, em 1910, surgiu um ano depois uma nova e importante reforma do ensino farmacêutico, mas curiosamente as publicações a partir dessa data passaram a incluir mais disputas pessoais entre farmacêuticos do que artigos de interesse colectivo para a classe. Também aqui se terá dado o efeito de osmose, com os anos loucos da I República a influenciarem a classe dos farmacêuticos.... O individualismo crescente dos farmacêuticos, patente no teor das publicações, acabou por permitir uma nova reforma do sector, considerada malfadada, em 1932, já em pleno período do Estado Novo. Esta reforma acabou por se manter em vigor até à Democracia.

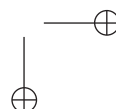
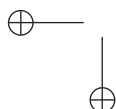
A leitura destes “Subsídios para a História da Imprensa farmacêutica Portuguesa” permite ainda acompanhar a evolução ortográfica da nossa língua. A primeira revista com o título escrito em Português corrente – digamos assim... – aparece apenas em 1914, no Porto, com a “Revista de Farmácia”. Em 1911, também no Porto, era lançada “A Pharmacia Moderna” e em 1912, em Goa, publicava-se o “Boletim Geral de Medicina e Pharmacia”. Enfim, não foi só o conteúdo das publicações que mudou, mas também a própria língua...

O que mudou e muito ao longo do período analisado pelo autor foi o número de publicações dedicadas à actividade farmacêutica. O seu número foi diminuindo e como exemplo significativo basta referir que desde o fim da II Guerra Mundial até 1973, o autor apresentou apenas 6 títulos... Daí o lamento com que A.C. Correia da Silva termina a sua obra: “*Estamos portanto muito longe de dispor de uma Imprensa farmacêutica capaz de servir a profissão, servindo ao mesmo tempo a saúde pública, e falta-nos pelo menos uma revista com carácter doutrinador que procure criar uma mentalidade*



profissional suficientemente desenvolvida e generalizada para poder imprimir ao exercício da profissão certas características, benéficas não só para ela própria, como para o importante e nobre papel que na vida nacional lhe compete”.

Autor (nome completo): João Silva
E-mail: rochaysilva@iol.pt



» Sindicato Nacional dos Jornalistas, 1971-A

Autor: Sindicato Nacional dos Jornalistas

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1971

Título completo da obra: Projecto de Ensino de Jornalismo em Portugal

Tema principal: Ensino do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Nova Lisboa Gráfica

Número de páginas: 20

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: P.8090V

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: N7-4-34 (22)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): [Obra colectiva.]

Índice da obra: [Não tem índice.]

Introdução: p. 3

Capítulo I - Experiência estrangeira no ensino do jornalismo: p. 3

Capítulo II - Necessidades Profissionais dos jornalistas: pp. 4-8

Capítulo III – Projecto de estruturação do ensino das Ciências da Informação em Portugal: pp. 9-13

Capítulo IV – Possibilidades existentes: pp 13-20

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra representa a tentativa do Sindicato Nacional de Jornalistas para elaborar um projecto de ensino superior do jornalismo em Portugal. Nela se diz que a direcção do

Sindicato nomeou uma comissão que foi composta pelos jornalistas *Silva Costa* – a presidir – *Jacinto Baptista*, *António dos Reis*, *João Gomes* e *Cáceres Monteiro* – que secretariaram a mesma. A convite do

Sindicato, ficaram consultores técnicos os jornalistas *José Lechner* (diplomado pela Escola Superior de Jornalismo de Lille e pelo Instituto Francês da Universidade de Paris), *Oliveira Figueiredo* (diplomado pela Escola de Jornalismo da Igreja de Madrid) e *Carlos da Pontes Leça* (diplomado pela Universidade de Navarra). A direcção do Sindicato fez-se representar na comissão pelos jornalistas *João Gomes* (diplomado pela Escola de Jornalismo de Lille) e *António dos Reis* (diplomado pela Escola de Jornalismo da Universidade Internacional Pró Deo de Roma).

Foi elaborado um plano de trabalhos que consistia em três fases consecutivas: *A) Documentação; B) Discussão e C) Decisão.*

Capítulo I: Experiência Estrangeira

Numa primeira fase procurou-se reunir informação sobre a experiência estrangeira, as necessidades actuais e futuras de profissionais nos sectores de Informação em Portugal e as possibilidades actualmente existentes em Portugal de colocar diplomados em jornalismo, de recrutar pessoal docente e de reunir o equipamento e o material didáctico necessários.

Relativamente à experiência estrangeira, baseou-se a busca em fontes documentais, como a revista *Journalisme* (do Centre International d'Enseignement Supérieur du Journalisme, de Estrasburgo), o livro *The Training of Journalists* (resultado de um inquérito mundial da UNESCO aos jornalistas, datado de 1958) e o relatório *O Ensino do Jornalismo nos Países da CEE* (revista *Análise Social*, 1969). Fizeram-se audições a cinco diplomados em jornalismo em França, Itália e Espanha, e leu-se bibliografia especializada diversa, como um *Anteprojecto de um Fluxograma de Curso de Comunicação* (da autoria de um professor da Universidade de Minas Gerais, Brasil), *La Prensa en los Países en Desarrollo* (de E. Lloyd Sommerlad, da Universidade do Texas), *As Novas Dimensões do Jornalismo* (do autor brasileiro Celso Kelly).

Ainda dentro deste capítulo abordam-se os seguintes temas:

Visão geral do ensino do jornalismo no Mundo;

Onde se verifica que há 650 estabelecimentos de jornalismo espalhados

pelo mundo [1971], mas Portugal é um dos raros países onde não existe [1971] uma Escola de Jornalismo (Cf. *The Training of Journalists*, pág.59).

Tendências gerais:

Dos 650 estabelecimentos de jornalismo, 80% têm carácter universitário e 20% têm carácter prático e a maior parte dos programas inclui, em proporções muito variáveis, três categorias de matérias: a) técnicas propriamente jornalísticas; b) ciências de informação e c) matérias de cultura geral.

Existem três tipos de divisão de estabelecimento de jornalismo:

1- Ao nível pós-universitário, como por exemplo: *Institute Français de Presse de l'Université de Paris* e tem como características: a admissão após licenciatura de qualquer disciplina, a duração de 2 anos, inclusão de todos os meios de informação no programa e ensinar só jornalismo, mas todas as formas de jornalismo.

2 – Ao nível universitário, como por exemplo: *Licence en journalisme – Université Libré de Bruxxelles* e tem como características: a admissão após estudos secundários. No seu programa, além das matérias jornalísticas, também integra matérias de cultura geral, para formar jornalistas polivalentes ou especializados.

3 – Ao nível médio, como por exemplo a *École Supérieure de Journalisme de Lille*. Estas escolas só têm em comum o carácter nitidamente profissional e prático e o facto de não conduzirem a uma licenciatura.

Para completar a documentação a comissão recolheu depoimentos de pessoas com uma aprendizagem escolar de jornalismo no estrangeiro. Foram ouvidos: um diplomado pela Escola de Jornalismo da Igreja de Madrid; um diplomado pelo Instituto Superior de Jornalismo da Universidade de Navarra (Pamplona); um diplomado pela Universidade Internacional Pró-Deo de Roma; um diplomado pela Escola Superior de Lille; e um diplomado pelo Instituto Francês da Universidade de Paris.

Capítulo II: Necessidades Profissionais

Neste capítulo foram focados as necessidades de formação especializada e o uso das novas tecnologias ao dispor dos jornalistas. Em resumo,

o ensino do jornalismo justifica-se portanto pelos seguintes motivos:

- a) Só um ensino sistemático pode assegurar um saber mínimo comum, que identifica uma profissão e lhe assegura a subsistência.
- b) Só um ensino sistemático das condições técnicas da objectividade permitirá ao jornalista o exercício responsável da sua missão fundamental, que é a informação objectiva.
- c) Só um ensino sistemático pode proporcionar os conhecimentos científicos, psicossociais e tecnológicos que habilitem à utilização eficaz dos meios de informação colectiva e garantam uma informação colectiva idónea.
- d) Só um ensino sistemático permite a formação de uma consciência profissional comum que facilite a adopção generalizada de rigorosos critérios deontológicos.
- e) Só um ensino sistemático pode gerar o quadro exigido pela investigação das técnicas e das ciências da informação, de que dependerá o próprio progresso dos meios de comunicação de massa.

As empresas existentes e o número de jornalistas actividade.

Para a realização deste quadro, as fontes documentais foram: o livro *L'Information à Travers le Monde*, realizado pela Unesco, Paris, 1986.; o livro *Estatísticas da Informação* realizado pelo INE, em 1969, os resultados de um inquérito feito pela comissão, outra documentação dos arquivos do Sindicato Nacional de Jornalistas e toda a informação relativa à imprensa realizada pela Secretaria de Estado da Informação e Turismo. Conclui-se que na metrópole, ilhas e ultramar, a situação dos media e dos profissionais de comunicação [1971] se pode descrever do seguinte modo:

1. Publicam-se em Portugal 48 diários, cuja tiragem global não ultrapassam em 1964, 768,575 exemplares. Segundo a Unesco os jornais com maior tiragem não ultrapassavam 120 mil exemplares e a tiragem global dos diários teria aumentado mais de 200 mil exemplares de 1955 a 1964

2. Só em dois meses de comunicação, em relação à metrópole, o consumo mínimo vital delimitado pelos critérios da Unesco foram: Impren-

sa - 10 exemplares por cada 100 habitantes, Rádio - 5 receptores por cada 100 habitantes, Televisão - 2 receptores por cada 100 habitantes e Cinema - 2 lugares por cada 100 habitantes

3. Observa-se que os diários existentes empregam, em média, dez jornalistas profissionais cada um, o que se deve considerar uma das mais baixas médias do mundo

4. De 414 jornalistas em 1966 passou-se, 5 anos depois, para 498, só no Continente e ilhas. O acesso à profissão foi portanto, em média, 16 por ano.

5. A educação escolar dos jornalistas prevista no Contrato Colectivo de Trabalho é o 5º ano do Liceu ou equivalente, o que se revela inadequado às exigências da profissão. Por isso mesmo, o projecto do novo Contrato Colectivo de Trabalho elevou a fasquia para o 7º anos de escolaridade ou equivalente.

Perspectivas de desenvolvimento da informação

Aqui analisa-se a evolução económica social de Portugal e o desenvolvimento da informação. Os autores observam que os indicadores estatísticos possibilitam antever a expansão do sector da comunicação social, referindo-se, nomeadamente, ao aumento da população (população activa em 1960 era de 9.041.800 e em 1975 era de 9.660.000), ao aumento da escolaridade (aumento de quase 90% durante os vinte anos de período considerado) e ao aumento da industrialização e da urbanização (aceleração do ritmo de acréscimo do produto nacional, repartição mais equitativa dos rendimentos e correcção progressiva dos desequilíbrios regionais de desenvolvimento).

Capítulo III: Projecto de estruturação do Ensino das Ciências de Informação em Portugal

Neste capítulo, aborda-se o projecto de estruturação do ensino das Ciências da Informação em Portugal nos seguintes âmbitos:

» **Âmbito institucional:** tendência quase universal para integrar os cursos de jornalismo nas universidades;

» **Exigências de formação:** Nas palavras dos autores do relatório,

“As exigências de formação de jornalistas numa instituição universitária são vastas e complexas. Por um lado, requiere-se a preparação que permita o entendimento de uma ampla problemática suscitada pela informação escrita e audiovisual – o que determina um nível de abstracção e uma compreensão dos fenómenos humanos que só parece poderem ser alcançados em ambiente pautado pela exigência científica e pela formação do espírito crítico, ambiente que é própria da Universidade. Importa sublinhar, neste contexto, que a função do jornalista exige a mais larga base de conhecimentos, pois os meios colectivos de informação cobrem todos os domínios do saber e das actividades humanas: o espaço, o tempo, a sociedade, as instituições, as ideologias, as doutrinas, a criação artística e científica, os próprios ideais... Mas todo o conteúdo da informação aponta para as grandes orientações da actualidade, definindo logo o programa peculiar que a informação em jornalismo reclama: interessa-lhe integrar o conjunto da problemática contemporânea”. Em consequência, para os autores do relatório, o exercício do jornalismo pressupõe uma formação superior em três domínios fundamentais e solidários: as **Ciências da Informação**, que estudam o fenómeno Notícia – sua natureza, sua comunicação, seus efeitos psicossociais; a **Técnica da Informação**, que parte daquelas ciências para fixar as regras do processo informativo e as condições de objectividade, mas também é resultante da experiência acumulada de conhecimentos e procedimentos da informação, ensaio do respectivo exercício e estudo prático da aplicação da electrónica, da cibernética e da informação aos meios de transmissão da notícia; e a **Cultura para a Informação**, que busca a transmissão de um saber polivalente, extremamente actualizado, inclusive no domínio do instrumento essencial da comunicação – a linguagem.

Esquemas de organização de um curso universitário de jornalismo

» **Inserção institucional:** Ensino universitário – criação de um Instituto Superior de Ciências de Informação.

» **Graus académicos:** Bacharel em Ciências de Informação, Licenciado em Ciências de Informação, Doutor em Ciências de Informação.

» **Duração dos estudos:** Bacharelato 3 anos, Licenciatura 5 anos,

Doutoramento igual ao regime estabelecido no Dec Lai nº388/70.

» **Acesso:** Nível de preparação igual ao de acesso a qualquer curso universitário.

» **Acessos especiais:** Os candidatos à admissão no Instituto Superior de Ciências de Informação que tenha frequentado outros cursos existentes nas Universidade seriam dispensados de cursar as disciplinas em que obtiveram aprovação.

» **Regime de frequência:** Aulas teóricas (obrigatória a presença em 2/3 das aulas). Aulas práticas obrigatória a presença em 9/10 das aulas.

» **Regime de passagem de ano:** O definido para a Universidade tendo em conta a avaliação dos conhecimentos.

» **Regime de concessão de graus:** Bacharel – corresponde à aprovação nos três primeiros anos do plano de estudo; Licenciado – corresponde à aprovação nos cinco anos do plano de estudos; e Doutor – corresponde ao regime estabelecido no Dec. Lei. Nº388/70.

» **Regime das aulas práticas:** As aulas praticas serão ministradas principalmente através de: 1 – Jornal Laboratório, 2 – Estúdio-laboratório de Rádio, 3 – Estúdio-laboratório de Cinema e Televisão e 4 – Estúdio-laboratório de Fotografia.

No relatório, reproduzem-se, seguidamente, algumas tabelas relativas ao Plano de Estudos em que se estruturam as disciplinas para o Primeiro, Segundo, Terceiro, Quarto e Quinto Ano assim como os números semanais de aulas para os vários anos.

» **No primeiro ano,** as disciplinas previstas pelos autores do relatório são: Linguística I e II; História das civilizações; Geografia Económica e Política Língua Estrangeira I e II, Tecnologia dos Meios de Informação I e II e História do Jornalismo I e II.

» **No segundo ano,** as disciplinas são: Literatura Portuguesa; História Contemporânea II, História das Artes e Noções de Estética, Língua Estrangeira III, Técnicas de Recolha de Informação I e II; Teoria da Notícia, Estilística I, Sociologia, Elementos gerais de Direito; Economia; Teoria de Informação Publica.

» **No terceiro ano,** as disciplinas são: Estilística II e III, Introdução

à Ciência Política, Instituições Internacionais, Administração Pública, Técnicas de Tratamento de Informação I e II, Deontologia, Doutrinas Económicas e Sociais, Metodologia da Documentação, Legislação da Informação.

» **No quarto ano**, as disciplinas são: Sociologia e Informação, Jornalismo comparado I e II, disciplina de Opção.

» **No quinto ano**, as disciplinas são: Informática, Gestão e Administração de Empresas de Informação, Disciplina de Opção, Desenvolvimento e Informação, Direito Comparado de Informação.

Capítulo IV: Possibilidades Existentes

Adoptada uma hipótese para o ensino universitário do jornalismo em Portugal, importava averiguar quais as possibilidades da sua criação imediata. Fixaram-se, para o efeito, critérios correspondentes às exigências fundamentais: a do financiamento, a do pessoal docente e a do equipamento e material didáctico.

» **Financiamento:** Na generalidade dos países onde estão estabelecidas as Escolas de Jornalismo de nível universitário são financiadas pelo Tesouro Público através das Universidades, pelo que o mesmo modelo deveria ser seguido em Portugal.

» **Pessoal docente:** A escolha e recrutamento do pessoal docente deveria subordinar-se às condições previstas na Lei. Os docentes da área específica do jornalismo deveriam ser recrutados entre os profissionais com larga experiência de profissão e que cumulativamente tivessem formação superior; para os restantes, seria seguido o modelo geral de recrutamento universitário.

» **Possibilidades de equipamento e material didáctico:** O equipamento deve corresponder aos objectivos do ensino e da investigação, incluindo Bibliotecas; Arquivos gerais e de informação; Hemeroteca; Jornal-laboratório (com tipografia e oficina de fotogravura); Estúdio-laboratório de fotografia; Estúdio-laboratório de televisão e cinema (com circuito fechado de TV, projector, pantalha, moviola, truca cinematográfica, etc) e Estúdio-laboratório de Rádio. O departamento deverá também ser dotado do necessário equipamento auxiliar (fotocopiador,

duplicador, teletextos, receptores de rádio e de TV. Quanto aos manuais didáticos, os autores dizem que há vários publicados em língua portuguesa e noutros idiomas acessíveis a universitários.

Na conclusão reafirma-se que o ensino de jornalismo em Portugal não só é necessário, como também é condição imprescindível para que “o povo português disponha da informação a que tem direito e que o progresso do país não pode dispensar”.

Nas últimas páginas deste livro, encontramos algumas tabelas sobre a Imprensa periódica; meios de informação; evolução do número dos sócios do Sindicato dos Jornalistas, contribuintes e jornalistas e equipados. Em anexo, vemos informação sobre: escolas de jornalismo no estrangeiro – exemplos típicos, Instituto de Imprensa da Universidade de Paris, Instituto de Jornalismo da Universidade de Munique, Instituto de Jornalismo da Universidade de Navarra, Escola Oficial de Jornalismo de Madrid e Escola Superior de Jornalismo de Lille.

Autor (nome completo): José Henrique Ferreira Couto Coelho

E-mail: henriquecoelho@sapo.pt

» Sindicato Nacional dos Jornalistas, 1971-B

Autor: Sindicato Nacional dos Jornalistas

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1971

Título completo da obra: A Lei de Imprensa e os Jornalistas

Tema principal: Liberdade de Imprensa, Opinião Pública, Ética, Direito e Deontologia do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Editorial Estampa

Número de páginas: 233

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: BAD 24 P

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): -

Índice da obra:

Nota prévia: pp.5

Prólogo, por Silva Costa: pp.7

Notícia histórica, por Luís Rosa Duarte: pp.13

Bases Fundamentais de uma Lei de imprensa, apresentadas pelo Sindicato Nacional dos Jornalistas: pp.35

O Projecto de Lei de Imprensa dos Deputados Francisco Sá Carneiro e Francisco Pinto Balsemão

Projecto de lei nº5/X:pp.47

A posição do Sindicato Nacional dos Jornalistas: pp.57

A Proposta de Lei de Imprensa do Governo

Proposta de Lei nº13/X: pp.75

Parecer do Sindicato Nacional dos Jornalistas: p.99

Anexos

Colóquio sobre a Lei de Imprensa: pp.127

Livros LabCom

Lei de Imprensa - Liberdade de Imprensa - Quem tem medo da Liberdade de imprensa (mesa-redonda publicada pela revista «Notícia»): pp.173

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra resulta da publicação em livro de documentos do Sindicato Nacional dos Jornalistas relativos à Lei de Imprensa, bem como os textos que justificaram os mais importantes documentos sindicais (projecto de Lei de Imprensa do Sindicato, projecto de Lei de Imprensa dos deputados Francisco Sá Carneiro e Francisco Pinto Balsemão e proposta de Lei de Imprensa do Governo).

O relato do Colóquio sobre a Lei de Imprensa, promovido pelo Sindicato e pela Casa da Imprensa, em Janeiro de 1971 (conforme voto unânime dos participantes), e o texto de uma «Mesa Redonda» também foram incluídos nesta obra, devido à sua conexão com a actividade sindical.

Por razões de sistematização expositiva, optou-se por resumir sequencialmente a obra em três partes, a primeira parte dedicada à notícia histórica, a segunda às Leis de Imprensa e a terceira parte aos resumos do Colóquio sobre a lei de Imprensa e da Mesa-Redonda.

Notícia histórica

Os autores do livro recordam a 12 de Julho de 1821, com o apoio de parlamentares, os jornalistas da época obtiveram uma Carta de Lei de D. João VI, na qual se podia ler: “A livre comunicação dos pensamentos é um dos mais preciosos direitos do homem”. De 1821 a 1971, porém, os jornais e os jornalistas sofreram o regime de censura prévia. “Quantas mutilações, quantos atropelos e quantas prepotências não foram cometidas”, lamentam-se (p.15).

A alteração da conjuntura política portuguesa, no ano de 1968, veio renovar as esperanças e ampliar as perspectivas dos jornalistas portugueses, no sentido de crer que finalmente a promulgação de um estatuto jurídico, de acordo com a Lei Fundamental, dispensasse a imprensa da censura prévia a que estava sujeita. Nesse mesmo ano, no dia 27 de Setembro, o novo presidente do Conselho de Ministros, Marcelo Caetano, no primeiro discurso à Nação, propunha-se a “enfrentar os ciclónicos trabalhos”, pedindo o apoio do País (p.16).

Dois meses após, o Presidente do Conselho, perante a nova Assembleia Nacional, e com uma linguagem judicativa, paralela aos anseios dos jornalistas disse: “fez-se um esforço no sentido de permitir mais larga expressão das opiniões, uma informação mais ampla, mais íntima participação”. Em 1969, numa visita oficial a Angola, o chefe do Governo, no decorrer de uma reunião com os directores dos órgãos de Informação, “teve o ensejo de afirmar que está a ser estudado um projecto de lei de imprensa, mas que não se poderá terminar com a censura de um dia para o outro”. Meses mais tarde, numa visita ao Brasil, Marcelo Caetano assumiu uma posição idêntica (p.17).

Em Maio de 1969, um grupo de jornalistas, perante este conjunto de posições tomadas pelo chefe do Governo, apresentaram ao presidente do Sindicato Nacional dos Jornalistas, uma vez que o Chefe do Governo já tinha anunciado que uma nova “Lei de Imprensa” estava em fase de preparação, um documento, propondo a participação e contribuição da classe na elaboração do diploma, considerando que a experiência dos jornalistas “não deve ser ignorada pelo legislador sem que disso se resinta a exequibilidade da lei”. O texto foi autenticado por 170 jornalistas profissionais sindicalizados, de Lisboa e do Porto (p.17).

O jornal *A Capital*, já tinha publicado uma notícia onde se relataram os problemas apresentados pelos jornalistas a César Moreira Batista, secretário de Estado da Informação e Turismo: “entre outros problemas, os jornalistas trataram (...) de assuntos respeitantes ao acesso à informação e suas limitações, valorização profissional e social”. Contudo, deste encontro não obtiveram quaisquer resultados.

No dia 23 de Junho de 1969, a Direcção do Sindicato informava a classe de que iria convocar a Assembleia-Geral para o estudo do problema. Em Agosto, o presidente da Corporação da Imprensa e Artes Gráficas, Augusto de Castro, endereçou ao Sindicato um ofício no qual, uma vez mais, chama a atenção para a “vantagem em que o assunto seja apreciado em conjunto por todos os interessados”, solicitando o envio para a Corporação do texto que estavam a elaborar, para que fosse apreciado pelo Conselho da Secção da Imprensa. Na mesma data, a Direcção do Sindicato afirmava a sua pretensão em convocar a assembleia com urgência,

convidando alguns jornalistas a formarem uma comissão. No dia 12 de Setembro, finalmente, era anunciada a constituição da Comissão (p.21). Ao fim de quatro meses foi possível elaborar um projecto de bases para uma lei de Imprensa, para apresentar à Assembleia-Geral extraordinária.

A Assembleia-Geral foi marcada para 25 de Janeiro de 1971, o parecer da comissão foi aprovado na generalidade, mas a assembleia foi adiada, devido ao atraso na distribuição das informações sindicais. A segunda sessão realizou-se a 1 de Fevereiro e as alterações e o texto da moção foram comunicados pelo Sindicato Nacional dos Jornalistas a todos os deputados e à Câmara Corporativa (p.33).

Em conclusão, a Assembleia-Geral do Sindicato Nacional dos Jornalistas manifestou a sua discordância com a proposta de Lei apresentada pelo Governo à Assembleia Nacional, por entender que a proposta não está de acordo com os princípios definidos pela classe nas suas bases.

O projecto de Lei de Imprensa de Sá Carneiro e Pinto Balsemão

No decorrer da primeira sessão legislativa da X Legislatura, na Assembleia Nacional, assistiu-se, por parte de alguns deputados, à defesa da “generalidade dos princípios emitidos pelo Sindicato”. Porém, só no dia 26 de Fevereiro de 1970 o País viria a conhecer uma declaração oficiosa e formal de que estava em curso o estudo de uma nova Lei de Imprensa por parte do Governo.

A 25 de Abril de 1970, foi entregue ao presidente da Assembleia Nacional um projecto de Lei de Imprensa, subscrito pelos deputados Pinto Balsemão e Sá Carneiro. Poucos dias após a abertura da segunda sessão legislativa da X Legislatura da Assembleia Nacional, um grupo de deputados apresentou um Projecto de lei de alteração à Constituição (o nº6/X) (p.27). Uma das inovações foi o facto de pela primeira vez se pretender consagrar na Lei Fundamental do país “princípios orientadores para a actividade da Rádio e da Televisão (p.30). A 2 de Dezembro de 1970, foi entregue a proposta da Lei de Imprensa do Governo na Câmara Corporativa, designada de “Regulamento do Funcionamento e Reorganização da Imprensa”.

A segunda parte da obra é formada pelas propostas de leis da Imprensa e está dividida da seguinte forma:

Bases Fundamentais de uma Lei de Imprensa, propostas pelo Sindicato nacional dos Jornalistas

I- Da liberdade de expressão

II- Da autonomia dos Jornais perante as forças económicas

III- Das relações dos jornalistas com as empresas

IV- Da liberdade de informação

O Projecto de Lei de Imprensa dos Deputados Francisco Sá Carneiro e Francisco Pinto Balsemão

Projecto de lei nº5/X, artigo 1º ao artigo 18º. A posição do Sindicato Nacional dos Jornalistas, perante o Projecto de Lei de Imprensa dos deputados Sá Carneiro e Pinto Balsemão. Artigo 1º ao 18º e as respectivas críticas a cada um dos artigos mencionados.

A Proposta de Lei de Imprensa do Governo

Proposta de Lei nº 13/X

Capítulo I- Base I, II e III

Capítulo II- Base IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI

Capítulo III- Base XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI.

Capítulo IV - Base XXII, XXIII,

Capítulo V - Base XXIV,

Capítulo VI - Base XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX, XXX, XXXI, XXXII, XXXIII, XXXIV, XXXV, XXXVI.

Parecer do Sindicato Nacional dos Jornalistas sobre a Proposta de Lei de Imprensa apresentada pelo Governo à Assembleia Nacional

Base I e III e as respectivas críticas

Capítulo II - Base IV, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIX, XXIV, XXVI, XXVIII, XXX, XXXI, XXXIII, XXXVII

A terceira parte da obra, recorde-se, é constituída pelos textos do Colóquio e de uma Mesa-Redonda sobre a Lei de Imprensa.

Colóquio sobre a Lei de Imprensa, Lei de Imprensa, Liberdade de Imprensa, Quem tem medo da Liberdade de Imprensa? «Mesa-Redonda» publicada pela revista «Notícia».

No colóquio realizado na Casa da Imprensa, a 12 de Janeiro de 1971, em que intervieram os jornalistas Silva Costa, João Gomes, Pinto Balsemão, João Coito, Manuel Ferreira, José Carlos Vasconcelos, Adelino Cardoso, Artur Portela, Diamantino Faria, Rodrigues da Silva, Paulo David, Manuel Rino, Manuel de Azevedo, Corregedor da Fonseca, Cáceres Monteiro, Renato Boaventura e António dos Santos, e na mesa-redonda publicada pela revista *Notícia*, a 27 de Fevereiro de 1971, na qual intervieram Barreto Lara, Silva Costa, Sá Carneiro, Pinto Balsemão, José Carlos de Vasconcelos, Manuela Alves e outros, foram feitas várias intervenções, citadas directamente na obra aqui resumida. Das intervenções, destacam-se as seguintes:

Silva Costa começou a sua intervenção felicitando o Dr. Pinto Balsemão pela sua “coragem e desassombro do seu Projecto” apresentado à Assembleia Nacional. Na sua opinião a televisão e a Rádio deveriam estar sujeitos a um regime semelhante àquele que irá vigorar para a Imprensa, uma vez que também é um meio de comunicação. Referiu a existência de um conflito de interesses entre a informação objectiva, da empresa jornalística, e o Projecto de Pinto Balsemão e Sá Carneiro contempla.

Concluiu salientando algumas ideias expressas pelos intervenientes: “a um regime de censura real ou de liberdade aparente, preferimos a liberdade de imprensa”; não partilha da opinião que a Assembleia Nacional irá aprovar a proposta do Governo, por se tratar de um documento que não representa a vontade da nação, nem o interesse do país, porque “a liberdade de Imprensa é o reflexo das instituições e de iniciativa da população” (pag. 172).

João Gomes disse na sua intervenção que os órgãos de comunicação podem desempenhar um papel fundamental no processo de desenvolvimento económico, “abrindo mentalidades à renovação”, contactando com novos modelos e experiências de sociedades economicamente mais desenvolvidas.

Salientou a contradição no “espírito que inspirou” o Artº 10 e o Artigo 15º do projecto de lei do Governo: por um lado, a liberdade na fundação de empresas jornalísticas; por outro, as sanções, que equivalem ao encer-

ramento e à destruição de um jornal.

Quanto a Pinto Balsemão, fez referência à existência de três Projectos de Lei de Imprensa: Sindicato Nacional dos Jornalistas, o dos Deputados e o do Governo, sendo da opinião que os dois primeiros têm muitos pontos de contacto.

Manuel Ferreira interveio em defesa de todos os homens que se exprimem através da escrita. Salientou os prejuízos incalculáveis que a censura e mesmo a auto-censura provocaram à literatura portuguesa.

José Carlos Vasconcelos manifestou a sua opinião relativamente à proposta de Lei do Governo, que, como referiu, “está em contradição com todos os princípios que nós defendemos” (p.142). É da opinião que a Lei de Imprensa, que é fundamentalmente o decreto 12 008, de Junho de 1926, é mais liberal que a proposta pelo Governo. Falou também sobre a possibilidade prevista na actual proposta, de um jornalista poder ser suspenso ou até proibido de exercer a sua profissão.

A chamada de atenção de Adelino Cardoso foi dirigida para a “verificação das condições em que a censura pode ser instituída”.

Artur Portela pediu esclarecimentos relativamente às diferenças fundamentais entre a proposta apresentada pelos dois deputados e as bases do Sindicato. Questionou o presidente da mesa relativamente à posição dos jornais católicos face à definição de liberdade de imprensa, salientando o interesse da questão pelo facto do Cristianismo ser a religião “oficializada e oficiosa” do nosso País.

Rodrigues da Silva manifestou dúvidas sobre a proposta do Governo, salientando a “instituição do registo” e a “instituição das empresas jornalísticas”. Na sua opinião a lei apresentada “limita mais do que regula” os direitos da liberdade de Imprensa.

Fez referência à 26ª base da proposta do Governo, que diz respeito às responsabilidades dos directores, chefes de secção e jornalistas autores do escrito, que na sua opinião, a ser aprovada, cria uma situação “nada conveniente”.

Manuel de Azevedo iniciou a sua intervenção chamando à atenção dos presentes para o caso “grave e único na lei portuguesa” de a proposta governamental prever a possibilidade de impedir um jornalista de trabalhar (p.158). Referiu que uma lei regulamentar da informação e da

imprensa diz respeito não só aos profissionais, mas também ao País. Para ele, todo o cidadão tem o direito à informação, pois um “País que não está informado pode ser profundamente enganado”.

João Corregedor da Fonseca emitiu a sua opinião relativamente à proposta do Governo, que, segundo afirmou, “é incoerente, é contraditória e só visa trazer o país mal informado”. Fez referência aos tipógrafos e impressores no exercício das suas funções e às implicações e responsabilidades nos termos desta lei e ao Estatuto dos Profissionais da Imprensa Estrangeira, que na sua opinião não é “explícita nem correcta” (pag.165).

Cáceres Monteiro refere-se à Proposta do Governo como uma “proposta classista” que defende mais do que o predomínio de determinada orientação política, o domínio de uma classe. Na sua opinião, a proposta de Lei de Imprensa do Governo visa os jornalistas, os tipógrafos e é um ataque frontal a determinadas formas de “sobrevivência”, dando como exemplo o caso dos estudantes.

Renato Boaventura interveio, em tom de ironia, dizendo que não estava totalmente de acordo com o que foi dito pelos colegas no colóquio, pois, na sua opinião, a proposta do Governo não é ambígua, é “clara e ajustada” à situação definida, só que a mesma “vai-nos sacrificar, vai-nos crucificar, vai tornar os tipógrafos denunciadores, vai arranjar denúncias entre nós”. É também da opinião que a lei de 1926, “é melhor que a actual” (pag.168).

António dos Santos reforça a ideia partilhada por alguns colegas de profissão relativamente à ambiguidade da proposta de Lei do Governo, que, como referiu, “é um exemplo típico de uma forma de legislar que dá para tudo” (pag.166). Na sua opinião a “censura não corta as mentiras, mas as verdades” e com estas pretensões (liberdade de imprensa), os jornalistas estão a manifestar um optimismo que o Governo com a sua proposta de lei, “se encarregou de esmorecer”.

Sá Carneiro enfatizou a ideia de que se aprende a liberdade exercendo-a, portanto é preciso haver liberdade de imprensa para que se possa aprender a exercê-la.

Autor (nome completo): Lucília Cristina Reguengo de Sá Coelho Monteiro
E-mail: 18569@ufp.pt

» Sousa Veloso, 1963

Autor: Sousa Veloso, Calos

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1963

Título completo da obra: A Rádio, a TV e a Imprensa no Desenvolvimento do Meio Rural

Tema principal: Conjuntura Jornalística

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Composto e Impresso na União de S. João – Gráfica de Gouveia – Gouveia (Separata do livro “Alguns problemas do meio rural”)

Número de páginas: 14

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: S.C. 22505 V

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: A7/8/31 (19)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): O Eng.º Carlos Sousa Veloso licenciou-se em Agronomia no Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa em 1954. Surge então na RTP com o famoso programa “TV Rural”, que durou 30 anos de emissões semanais, através de uma colaboração entre o Ministério de Agricultura e a RTP.

Índice da obra: [Não tem índice]

Comparação das comunidades subdesenvolvidas com as comunidades evoluídas: pp. 3-4

Problemas das sociedades baseadas na expansão industrial: pp. 4-5

Importância da utilização dos meios de informação no meio rural: pp. 5-8

As vantagens e desvantagens da Rádio como meio de informação no meio rural: pp. 9-10

Livros LabCom

As vantagens e desvantagens da Televisão como meio de informação no meio rural: pp. 11-12

Os Teleclubes: pp. 12-13

Conclusões: p. 14

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra, escrita pelo Eng.º Carlos Sousa Veloso, insere-se numa Semana de Estudos e visa apreciar qual a importância dos diversos meios de informação como instrumentos de desenvolvimento do meio rural.

Sousa Veloso começa por comparar as comunidades subdesenvolvidas com as comunidades evoluídas (à luz do pensamento de um autor Americano), explicitando que “uma comunidade subdesenvolvida equivale a uma pirâmide assente pela base” (p. 3) onde no vértice está a indústria e na base a actividade agrícola; ao invés, nas comunidades evoluídas a pirâmide está numa posição invertida, assente, portanto, pelo vértice (actividade agrícola) e com a base elevada para o ar (indústria e serviços). Segundo o autor, no primeiro caso a estabilidade parece garantida e necessita, apenas, de um baixo nível de vida, enquanto que no segundo caso é necessário um alto nível de vida de forma a responder às múltiplas necessidades intelectuais e materiais das suas populações. Sousa Veloso defende que se deve procurar inverter a pirâmide assente na base mantendo-a, no entanto, sustentável (em equilíbrio), isto apesar da facilidade de contacto entre povos que os variados meios de comunicação permitem colocarem a nu as desigualdades, o que poderá provocar “o tombar da pirâmide que se não quis deixar assente pela base” (p. 4).

O autor diz ainda, a propósito, que o facto de uma comunidade não poder basear o seu alto nível de vida na produção agrícola lava ao fomento da expansão industrial, mas com malefícios para a actividade agrícola. Veloso cita, inclusivamente, Pierre Vellas: “Esses Estados crêem não poder proporcionar simultaneamente a expansão agrícola e a expansão industrial. Escolhem a expansão industrial” (pp. 4-5), o que leva a uma subida dos preços de mercado dos produtos necessários para a agricultura e uma estagnação dos preços agrícolas na produção, o que resulta na condenação da produtividade agrícola e quebra do seu progresso, pena-

lizando com esta politica aqueles que utilizam técnicas mais avançadas e beneficiando as produções mais antiquadas.

Seguidamente o autor, centrando-se nos meios de informação, defende que a utilização desses meios à divulgação nas novas técnicas agrícolas tem, acima de tudo, de “orientar-se no sentido de pôr em evidência a complexidade dos problemas da agricultura, de modo a alcançarem-se soluções realmente válidas” (p. 6). Desta forma, a TV, pelas suas potencialidades, deve “levar também os agricultores a reconhecerem que a sua actividade tem a nossa gratidão (...) fundamental” (p. 6).

Sousa Veloso demonstra, depois, a importância de facultar a cada indivíduo, especialmente aos mais jovens, instrução, educação e aconselhamento para a utilização dos recursos técnicos, servindo os meios de informação como meio de preparar o agricultor para um melhor acolhimento a essas técnicas. Analisando os meios de informação, Sousa Veloso diz que a Rádio poderá (apesar das suas limitações), até pelo seu baixo custo, ser importante como meio de informação, desde que exerça junto dos agricultores uma acção estimuladora para o aproveitamento dos benefícios das novas técnicas agrícolas, através de relatos de pessoas bem sucedidas no meio, nas rápidas previsões de tempo e ataques de pragas e doenças.

Já quanto ao recurso à TV, o autor afirma que esta “permite a projecção de filmes (...), levando os agricultores como que a participar no debate”, podendo “assim ter conhecimento directo do processo de cultura e criação animal mais modernos”. A televisão permitiria, ainda, aos agricultores “Compreender a razão das medidas legais destinadas a melhorar a estrutura agrária, assistir às diversas práticas agrícolas, familiarizar-se com a sua execução.” (p. 11).

De seguida, o autor relata os inconvenientes da TV, como o facto de ter o poder de distrair o espectador, não o levando a pensar. Para evitar esse problema, Veloso aponta como solução para esse problema “Orientar os programas de molde a que a sua realização possa influenciar benéficamente o público (...), levando o público a aprender a discutir, não se satisfazendo apenas com a imagem.” (p. 12).

Na parte final da obra, Sousa Veloso refere a utilização dos chamados

Teleclubes em França, que consistem em juntar os habitantes de uma comunidade rural num Edifício Escolar assistindo a programas e originando debates sobre o mesmo, sob orientação de alguém, desenvolvendo o sentido de cooperação no sector, contrariando o habitual individualismo. Para finalizar, o autor propõe um modelo idêntico para Portugal, mas nas Paróquias, para os agricultores (em especial os jovens) perceberem a importância do seu trabalho e não quererem desertar do campo pela sua dureza ou por desmotivação.

Autor (nome completo): Nélson Ricardo Gomes da Costa
E-mail: Nelsonricardo_20@hotmail.com

» Taborda e Guerreiro, 1954

Autor: Taborda, Francisco e Guerreiro, Alcântara

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1954

Título completo da obra: 1º Centenário da Imprensa em Moçambique - Conferências Proferidas no Salão Nobre dos Organismos Económicos

Tema principal: História do jornalismo.

Local de edição: Moçambique

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Imprensa Nacional de Moçambique, Lourenço Marques

Número de páginas: 41

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: SA26794/7

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Francisco Taborda, compositor de primeira classe da Imprensa Nacional de Moçambique.

Alcântara Guerreiro, director da Escola Industrial de Lourenço Marques.

Índice da obra: [Não tem índice]

Resumo da obra (linhas mestras):

1ª Conferência – A evolução da imprensa através da técnica

(Francisco Taborda)

Nesta primeira conferência evocativa do centenário da imprensa moçambicana, Francisco Taborda aborda a história da tipografia,

Segundo ele, a ciência e a técnica têm-se envolvido bastante no que à tipografia diz respeito, de tal modo que as tipografias que se vêem hoje nada ou quase nada têm a ver com as que se conheciam no passado.

Várias são as vezes em que é atribuído a João Gutenberg o título de

Livros LabCom

inventor da imprensa, o que não corresponde inteiramente à verdade, já que Gutenberg apenas inventou a tipografia, acima referida, em 1440. Posteriormente, Gutenberg inicia a sua contribuição em relação ao modo de imprimir. Modificando o modo como a tinta negra de impressão era composto, Gutenberg contribuiu assim decisivamente para o desenvolvimento da impressão. Entretanto, o desenho de letra de Gutenberg era abandonado fora do território alemão. Com a tipografia a ser cada vez mais conhecida por toda a Europa, alguns ilustres tipógrafos trataram de fazer nascer algumas formas de tipografia completamente inovadoras. Com base nisto, o tipógrafo americano David Bruce desenvolveu a primeira máquina de fundir, apesar de obter resultados pouco satisfatórios, ao contrário de Foucher, tipógrafo francês que com a sua máquina universal resolveu, por fim, este problema.

No que à impressão confere, a prensa de Lorde Stanhope continuava a ser o meio predilecto, até porque garantia bons resultados. No entanto, em 1784, o *Times* construiu a máquina de dois cilindros, máquina essa que havia sido criada por Koenige e André Bauer, que por sua vez já tinham concebido a máquina de duas voltas com movimento rotativo do cilindro e máquina de retirada. As inovações continuam e em 1862 surgiram em Londres, as primeiras máquinas de impressão plana movidas a pedal graças a Degener e Weyler. Estas máquinas não tiveram no entanto grande sucesso. Foi baseada nesta invenção que a casa alemã de Dresda criou a máquina de pressão cilíndrica “Vitória”. Em 1814, Luís Robert inventou a primeira máquina para papel contínuo. Graças a esta invenção, foi possível o aparecimento da máquina de impressão rotativa, invenção inovadora para os tempos de então.

Porém, todos estes avanços tecnológicos começaram a gerar alguns problemas, já que eram necessárias várias pessoas com qualificações para trabalhar com estas máquinas. Após várias tentativas, o alemão Ottmar Mergenthaler conseguiu, por fim, resolver o problema, com a criação da máquina que apelidou de Linotype. No seguimento da criação desta máquina deu-se outra invenção importante, desta vez protagonizada por Tolbert Lanston, com a construção da máquina Monotype.

Todos estes avanços trouxeram um grande desenvolvimento a outras

vertentes das artes gráficas. A título de exemplo, surgiu, em 1798, a litografia, da autoria de Luís Senefelder, e em 1839 é inventada a fotografia pelos franceses Niépce e Daguerre, que marcou uma era nas artes gráficas e cuja evolução foi notável, tendo conhecido o aparecimento de técnicas como a *Linofoto*, a *Monofoto* ou a *Fotoseter*. A partir daqui surgiram igualmente os discos fonográficos, os jornais sonoros, o cinema e a televisão.

2ª Conferência – A imprensa na expansão ultramarina portuguesa (Alcântara Guerreiro)

Para Alcântara Guerreiro, que proferiu a segunda conferência evocativa do centenário da imprensa moçambicana, em Portugal, a cidade de Leiria terá sido o berço da imprensa. O que já não é tão pacífico é a data do seu aparecimento, apesar de haver fortes hipóteses de remontar ao ano de 1465. Aqueles que introduziram a imprensa em Portugal foram, segundo a crónica de Nuremberga, um cardeal ou prior de um convento situado em Coimbra. Este estudo não se deve, contudo, focar apenas em Leiria, deve sim procurar ir mais além. De facto já nos tempos dos descobrimentos, em Portugal, a imprensa conhece um certo desenvolvimento metodológico. Começando, no início, por se exprimir numa impressão tabular xilográfica, a imprensa portuguesa começa, em 1494, a imprimir tipograficamente.

A imprensa cristã assumiu um papel fulcral no modo como Portugal alargou a sua influência no mundo, já que foi por intermédio da igreja que a imprensa surgiu em Portugal e a partir daqui, através dos jesuítas lusos, a imprensa portuguesa foi levada além fronteiras. Pegando nesta última afirmação, é possível descobrir vestígios da imprensa lusa no norte de África, concretamente em Marrocos e na Barbária. Mais a sul, na Guiné, é possível encontrarem-se mais marcas que a imprensa portuguesa deixou nesse continente. Também no Congo estas marcas são reconhecíveis. Ainda no continente africano, mas na sua parte oriental, em Moçambique mais precisamente, era igualmente possível encontrar vestígios portugueses. Na Índia encontraram-se também referências a obras literárias portuguesas. É igualmente importante referir que na de-

nominada “Índia portuguesa” nasciam em número cada vez maior escolas dirigidas por franciscanos portugueses, o que só reforça a ideia do papel importante que a igreja teve na expansão da língua portuguesa e da sua imprensa em particular. Porém, segundo o autor, há dúvidas sobre se a tipografia portuguesa chegou à Etiópia. Neste caso não é possível afirmar se chegou de facto, assim como não é possível desmentir.

Continuando nesta análise acerca da influência que a imprensa portuguesa assumiu fora de portas, na China é instalada a primeira tipografia de cunho português, em Macau, corria o ano de 1588. Ainda na Ásia oriental, no Japão, é finalmente impresso, em 1598, um dicionário com caracteres japoneses e bastantes figuras ideográficas com as definições em português. De resto, os escritores japoneses da era moderna realçam o papel importante que os portugueses tiveram em várias áreas da sua sociedade.

Importante nesta análise é igualmente salientar o papel da imprensa portuguesa em Moçambique. Neste caso é levantada uma interrogação, já que em todo o império português se havia feito referência ao movimento, com excepção de Moçambique. A justificação para isto é dada com base no facto dos jesuítas terem chegado tardiamente à Costa Oriental africana e não terem criado aí os seus colégios, ao contrário do que haviam feito na Ásia Oriental e na Índia. De resto, os jesuítas apenas regressam a Moçambique em 1610, depois de lá terem estado entre 1560 e 1561. Os jesuítas, como comprovam diversos relatórios, pouco se preocuparam com os assuntos relacionados com a imprensa em Moçambique.

Foi necessário chegar à época do liberalismo para que tal acontecesse, com a publicação do primeiro boletim oficial de Moçambique.

Autor (nome completo): Hildebrando Miguel Brito Pereira
E-mail: miguelbp1982@hotmail.com

» Tavares de Carvalho, 1940

Autor: Tavares de Carvalho, Fernando

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1940

Título completo da obra: A Opinião Pública

Tema principal: Liberdade de Imprensa

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): -

Número de páginas: 14

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: HG16784//12V

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Fernando Tavares de Carvalho distinguiu-se como notarialista.

Índice da obra:

A defesa da opinião pública.....	pp. 2-4
A reacção individual e colectiva.....	pp. 5-6
Os actos do Governo.....	pp. 9
A “defesa” do art. 22 da Constituição.....	pp. 10-11

Resumo da obra (linhas mestras): O livro em questão refere-se ao artigo 22º da Constituição Política da República Portuguesa em vigor no Estado Novo, que estabelecia a importância da opinião pública para o bom funcionamento da administração e da política do país, assim como estabelecia o que ao Estado incumbia a defesa da opinião pública em tudo o que prejudicasse o bem-comum.

O autor explica que a defesa do Estado “contra a desorientação da opinião pública”, deve pertencer não só ao Estado, mas também aos “portugueses de fé e coragem”.

Para ele, “A feição mental de cada português é falar, não sobre o

que, «o seu espírito lhe ditou», mas sobre o que, no lar, na rua ou no escritório, «ouviu dizer», e a sua feição psíquica manifesta-se por um forte contingente de criticomania, quando não o esmaga o sentimento da paixão, da bravura ou da generosidade”.

Segundo Fernando Tavares de Carvalho, o português “não resiste a que as virtudes se lhe transformem no hábito dasatencioso da crítica impenitente, com todo o seu cortejo de ditos irónicos, gracejos mordentes ou risadas escarninhas. E isto fá-lo com habilidade tão comunicativa ou com espírito de tal forma cintilante, que não tarda em conseguir em conseguir adeptos na campanha de demolição sério-cómica.”

Assim, o autor explica que:

“Do entrechoque do «ouvir dizer» por sistema com o «dizer mal» por temperamento, resulta uma das causas da «má qualidade» da nossa opinião pública: a verificação de que, quando a matéria é acessível, se faz espírito, e bom espírito – do melhor; e a de que, quando a matéria se eleva acima dos normais conhecimentos, se faz azedume, e mau azedume – do pior. Com este azedume este espírito se tem o povo desentendido sobre o valor das palavras, e se tem construído, algumas vezes, a história de certos actos do governo.

Por outro lado, o carácter de determinados conflitos internacionais, a que, no campo das realidades, não se tem deixado de assistir, os teoremas de certas fantasias que, no campo das hipóteses, à volta desses conflitos não se tem deixado de formular, e, sem dúvida, a desinteligência entre os que alguns pretendem que esses conflitos venham a ser e o que outros julgam, talvez com mais razão, que eles, no seu conteúdo, têm sido – favorecem também, por igual modo, este estado doentio da opinião pública que vive, intranquila, na ignorância da resolução de várias incógnitas para que não valem perspicácia, experiência ou conhecimento prático dos homens e das coisas. E esta circunstância será talvez a única que poderá validamente desculpar o apatriotismo em que se resolve a inquietação da nossa opinião pública.”

Para o autor, os portugueses protestam, assim, muitas vezes sem razão e em desconhecimento de causa contra os actos do governo.

O autor diz, porém, que “o público não dispensa que o elucidem sobre o valor das palavras para que possa aperceber-se de certos actos do Governo.”

O autor conclui o seu texto, extraído de uma conferência que fez na Emissora Nacional, sublinhando que, “não deve a «defesa» do art. 22º da Constituição incumbir só ao Governo em prol da opinião pública, mas também aos «portugueses de fé e coragem» em prol do Governo. Em verdade, não se percebe porque é que uns hão-de obstinadamente desmentir, em face de outros, o que todos andam fartos de ter visto. (...) Seríamos (...) infinitamente mais justos se abrissemos um pouco mais os olhos para admirarmos o que se tem feito, e se abrissemos um pouco menos a boca para repetirmos o que se tem dito.”

Autor (nome completo): Mauro Marques

E-mail: 18123@ufp.pt

» Teixeira, 1941

Autor: Teixeira, Luís

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1941

Título completo da obra: O Diário de Notícias e o Século XIX.

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Grupo Amigos de Lisboa.

Número de páginas: 14

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: L. 12621//14 V

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: I3-4-85(23)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Luiz Teixeira de Vasconcelos, nasceu em 1904 e faleceu em 1978. O autor era jornalista.

Índice da obra: [Não tem índice.]

- Cruzamento de António da Cunha Soto Maior com Latino Coelho, em Lisboa, não se falando por não esquecerem que se tinham enfrentado em duelo: p. 7-8

- Recordações de António da Cunha Soto Maior sobre os tempos boémios e românticos da Lisboa tardo-oitocentista e referências a Garrett,

- Herculano e Castilho: p. 8-9

- O secretário de Castilho, Eduardo Coelho, trabalha no *Revolução de Setembro* e no *Conservador*, redigindo notícias para os jornais do Norte e crónicas do dia-a-dia: p. 9

- O Jornalismo essencialmente político, insolente e agressivo, dá lugar a uma nova concepção de jornalismo, a da reportagem: p. 10-11

- *O Diário de Notícias* nasce com um novo espírito, activo e irreverente,

defendendo a integridade e a independência, alargando os horizontes do jornalismo português: p.12- 14

Resumo da obra (linhas mestras): *O Diário de Notícias* e o *Século XIX*, de Luiz Teixeira, é uma crónica que retrata a evolução do jornal. O autor faz referência à Guerra Civil do meio do século XIX e à agitação que esta causou. Descreve, porém, uma época serena de paz e liberdade, a da Regeneração, durante a qual se fundou o *Diário de Notícias*.

Apesar do espírito da Regeneração, Luiz Teixeira refere episódios menos pacíficos ocorridos na época, como o duelo entre António da Cunha Sotto Maior, diplomata em Estocolmo, e Latino Coelho, que o tinha alcunhado de “modelo dos devassos” (p. 8). Mas também relembra cenas caricatas, como quando, na sua estreia parlamentar, António da Cunha Sotto Maior foi convidado a retirar-se “por não estar em traje conveniente digno” (p. 8), embora Júlio de César Machado, da revista *Contemporânea*, o tivesse chamando de “príncipe da elegância” (p. 8).

No texto, Luiz Teixeira faz referência a vários dos vultos que se cruzaram no Portugal oitocentista, como Garrett, Herculano e Castilho, bem como Pinheiro Chagas, Teófilo Braga, Antero, Anselmo de Andrade, José Falcão, e Eça de Queirós, entre outros escritores e literatos ilustres, que tanto escreviam romances, poesias e anedotas como vulgarizavam a ciência e as novas ideias. A literatura evoluía, explica, igualmente, o autor. Essa época, relembra Luiz Teixeira, era marcada pelo jornalismo político, de estilo insolente e agressivo, um jornalismo tanto destruidor como criativo.

Foi nessa altura que Eduardo Coelho, antigo secretário de Castilho com experiência jornalística (trabalhou no *Revolução de Setembro* e no *Conservador*), fundou o *Diário de Notícias*, que praticava, diz o autor, um jornalismo de tom mais actual, mais informativo, tendo, nomeadamente, introduzido a reportagem em Portugal.

A introdução da reportagem e do DN foi um facto social de muito relevo, “num sincronismo perfeito” com os “novos rumos no pensamento português”, explica Luiz Teixeira:

“ É [o *Diário de Notícias*] que introduz (...) em Portugal a REPOR-TAGEM, num brusco clarão de progresso. Onde havia pretextos para longos artigos de doutrina parcial, para exuberâncias de lirismo enfado-so, para o exclusivismo do ‘deita abaixo’ ou para a retórica apolegética dos partidários, para o efeito dramático e carpidor dos temas sombrios, para o alucinado destrambelho das campanhas pessoais ou sorridentes e ingénuo cerzir dos *potins* incisivos dos salões, dos bastidores, do mun-danismo e da vida pública, passa a haver a rigidez e a séria sobriedade da informação com interesse e sem interesses. Abre-se uma janela na velha casa lusitana. Renova-se o ar do interior. Cria-se uma expansão maior à curiosidade geral. O público quebra o seu indiferentismo num alvoro-ço de surpresa. Este ‘estrondo tipográfico’ – o jornal – deixa de ser só um boletim de grupos dispersos, um órgão isolado de opiniões isoladas e belicosas. Adquire uma expressão mais profunda. Enquadra-se como factor de primeira importância no ressurgimento da mentalidade que se desembaraça de convencionalismos anacrónicos.” (p. 11-12)

Seis anos depois da sua fundação, o *Diário de Notícias* era, revela Luiz Teixeira, o jornal mais barato da Europa. Era popular e consagrado, aumentando as vendas dia para dia. Impulsionava, igualmente, as indús-trias livreira e tipográfica. Tinha, porém, uma causa. Contra os iberistas, defendia a “plena integridade e absoluta independência política da Na-ção”. (p.14).

Luiz Teixeira relembra, igualmente, a publicação do folhetim *O Mis-tério da Estrada de Sintra*, de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, nas páginas do DN, o que contribuiu para a popularização e êxito do jornal e ajudou a renovar a literatura portuguesa.

Autor (nome completo): Gustavo Frias Pollmann

E-mail: gustavopollmann@gmail.com

» Teixeira, 1965**Autor:** Teixeira, Pe Mauel**Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação):** -**Ano de publicação/impressão:** 1965**Título completo da obra:** A Imprensa Periódica Portuguesa no Extremo-Oriente**Tema principal:** História do Jornalismo**Local de edição:** Macau**Editora (ou tipografia, caso não exista editora):** Notícias de Macau**Número de páginas:** 331**Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas****Biblioteca:** Biblioteca Nacional**Cotas:** 11961//4V**Biblioteca:** Biblioteca Pública Municipal do Porto**Cotas:** K6-7-37

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Natural de Freixo de Espada à Cinta (Trás-os-Montes), Mon-senhor Manuel Teixeira nasceu no dia 15 de Abril de 1912 e faleceu em 15 de Setembro de 2003, aos 91 anos.

Passou parte da infância na terra natal, até que aos 12 anos embarcou para Macau, onde ingressou no Seminário de S. José. Uma vez ordenado, foi nomeado pároco de S. Lourenço, A par com a missão pastoral, desenvolveu com paixão uma notável obra de investigação história sobre Macau, abordando em profundidade a expansão do cristianismo no Oriente.

A obra do P.e Manuel Teixeira ultrapassou os 120 títulos, um dos quais é tratado nesta Ficha de Obra. Mas convém assinalar e realçar também o seu empenhamento no jornalismo de formação e intervenção social, con-substanciado na fundação da revista mensal “O Clarim”(1942) e como co-fundador do semanário “União”.

Em 1948, abalou de Macau para Singapura, como missionário e Vigário Geral da Missão Portuguesa de Singapura e Malaca; aí, volta a dar nota da

Livros LabCom

sua propensão e interesse pela causa jornalística, criando a revista “Rally”, em língua inglesa.

Por fim, eis algumas das honrarias que recebeu:

1952 - Oficial da Ordem do Império Colonial;

1974 - Comendador da Ordem do Infante D. Henrique ;

1989 - Comendador da Ordem Militar de Santiago da Espada;

1996 - Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique;

1999 (dois dias antes da transferência de soberania de Macau para a China) - Grã-Cruz da Ordem Militar de Santiago da Espada.

Índice da obra:

I Parte: MACAU

Introdução: p. 1

A Abelha da China: p. 5

Gazeta de Macao: p. 11

The Canton Register: pp. 14 e 258

The Canton Miscellany: p. 17

Chinese Courier and Canton Gazette: p. 17

The Chinese Repository: p. 20

The Evangelist and Miscellanea Sinica: p. 22

Chronica de Macao: pp. 24 e 258

The Canton Press: p. 25

O Invariavel: p. 25

O Macaista Imparcial: pp. 26 e 259

Boletim do Governo de Macau: p. 27

Correio Macaense: pp. 30 e 259

O Verdadeiro Patriota: pp. 30 e 259

O Comercial: pp. 30 e 259

Gazeta de Macau: p. 30

O Portuguez na China: pp. 31 e 258

O Farol Macaense: p. 34

Aurora Macaense: p. 34

O Solitario na China: pp. 34 e 260
O Procurador dos Macaístas: pp. 25 e 260
Ta-ssi-yang-kuo: p. 37
O Independente: p. 40
O Noticiario Macaense: p. 42
O Oriente: p. 42
Gazeta de Macau e Timor: p. 44
O Imparcial: p. 46
Jornal de Macau: pp. 47 e 260
O Macaense: p. 47
O Correio de Macau: p. 49
Diário de Macau: p. 126 dos Salesianos
A Verdade: p. 128
Idea Nova: p. 130
Jornal de Macau: p. 131
Arquivos de Macau: p. 134
The Macao Review: p. 137
A Voz de Macau: p. 144
O Eco Macaense: p. 158
Macau Filatélico: p. 161
Tio Tareco: p. 162
La Revue Illustrée de Macau: p. 162
O Desporto: p. 163
Renascimento (revista): p. 164
Renascimento (jornal em português): p. 196
Renascimento (edição inglesa): p. 171
Macau Herald: p. 171
Macau Tribune: p. 172
The Clarion: p. 174
O Clarim: p. 175
União: p. 181
Educação Física: p. 185
Ilustração Cômica: p. 185
Jornal de Notícias: p. 186

Livros LabCom

Notícias de Macau: p. 188
Revista de Macau: p. 217
Momento Desportivo: p. 220
Mosaico: p. 220
Macau: p. 227
Comunidade: p. 229
Gazeta Macaense: p. 231
Periódicos Particulares dos Salesianos: I No Instituto Salesiano
II - Yuet Wah: p. 233
III - Colégio D. Bosco: p. 233
Periódicos do Seminário de
S. José Aurora (em chinês): p. 234
Oásis: p. 236
Um olhar retrospectivo: p. 241
Apêndice: p. 253
The Canton Register: p. 258
A Chronica de Macao: p. 259
O Macaista Imperial: p. 259
Correio Macaense: p. 259
O Verdadeiro Patriota: p. 259
O Commercial: p. 259
O Portuguez na China: p. 259
A Aurora Macaense: p. 260
O Solitario na China: p. 260
O Imparcial: p. 260
O Porvir: p. 260

II Parte: HONG KONG

A Voz do Macaista: p. 263
O Amigo do Progresso: p. 265
Verdade e Liberdade: p. 265
O Echo do Povo: p. 266
O Movimento: p. 270

O Impulso às Letras: p. 270
O Noticiário Macaense: p. 271
O Independente: p. 271
O Catholico: p. 272
O Echo da China: p. 273
O Extremo Oriente: p. 273
O Hongkong Alegre: p. 274
Estrella Oriental: p. 274
O Porvir: p. 274
O Patriota: p. 276
O Português: p. 277
Religião e Pátria: p. 277
The Sunday Weekly: p. 278
Pro Pátria: p. 278
Notas Sociais: p. 278
O Expatriado: p. 278
Ecos da Missão de Shiu-Hing: p. 279
O Petardo: p. 282
A Comunidade: p. 285
Boletim do Instituto Português
de Hongkong: p. 286
CANTÃO
Verdade e Liberdade: p. 290
XANGAI
O Aquilão: p. 291
O Progresso: p. 292
A Rotunda: pp. 292 e 294
Pela Pátria: p. 292
O Expatriado: p. 295
SINGAPURA
Rally: p. 295
Stop, Look, Come: p. 299
MALACA
Listen and Come: p. 300

Livros LabCom

JAPÃO / Kobe

Folha Nova: p. 300

TIMOR

Seara: p. 301

A Voz de Timor: p. 201

A Província de Timor: p. 301

HAWAI

O Luso Hawaiiano: p. 302

Aurora Hawaiiana: p. 303

A União Lusitana Hawaiiana: p. 303

A Sentinella: p. 303

O Luso: p. 304

O Direito: p. 305

As Boas Novas: p. 305

A Liberdade: p. 305

O Popular: p. 305

A Voz Pública: p. 305

A Setta: p. 305

O Facho: p. 306

Actividades culturais Portuguesas
em Hawai: p. 306

Apêndice: O Jornalismo em Portugal

Continental: p. 315

Erratas: p. 323

Resumo da obra (linhas mestras): O autor revela na introdução que a obra se destina a preencher uma lacuna, uma vez que um estudo anterior sobre o jornalismo em Portugal e nas províncias ultramarinas da autoria de Alfredo Cunha (*Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa*) pouco ou nada falava sobre Macau, embora “nós tivéssemos enviado para Lisboa elementos para esse fim”, como se pode ler ao fundo da página um.

O Livro divide-se em duas partes. Na primeira, o autor apresenta os

jornais publicados em Macau, desde o inicial, o *Abelha da China*, surgido em 1821, um semanário político, impresso na Tipografia do Governo (Constitucional), e que “foi uma verdadeira abelha para o partido conservador chefiado por Brum da Silveira”.

A segunda parte, bastante menor, é dedicada à apresentação de outros jornais portugueses publicados em Timor (*Seara*, *A Voz de Timor*, *A Província de Timor*) e noutros territórios do Extremo-Oriente e Pacífico onde os portugueses se estabeleceram. Os jornais apresentados são os que surgem no índice.

Para além disto, o autor, num capítulo intitulado “Um olhar Retrospectivo”, aborda –mesmo que sem profundidade– a interação entre os jornais e os vultos da sociedade macaense, referindo-se, amiúde, ao carácter historiográfico do próprio jornalismo e chamando a atenção para o papel civilizador de Portugal no Extremo-Oriente. Refere-se, também, às actividades culturais e religiosas portuguesas e à forma como foram noticiadas.

O Livro inclui, ainda, um apêndice sobre a história do jornalismo em Portugal até ao século XIX e desde o aparecimento das “Relações” de Manuel Severim de Faria, no século XVII, e que foram consideradas os avoengos da Gazeta (1641), o primeiro periódico português. Aí, Manuel Teixeira refere-se com especial atenção aos jornais religiosos publicados desde então.

É de destacar que o Livro faz também uma retrospectiva do que foi escrito sobre o jornalismo macaense, tendo o cuidado de corrigir alguns erros que surgiram em obras anteriores.

As últimas palavras do Livro do Pe. Manuel Teixeira são para assinalar dois jornais: o *Açoreano Oriental*, de Ponta Delgada, o mais antigo jornal português; e o *Agricultor Micaelense*, surgido em 1843, primeiro jornal agrícola português, chegando a ser dirigido por Feliciano de Castilho.

Autor (nome completo): João R. Oliveira e Silva
E-mail: rochaysilva@iol.pt

Livros LabCom

» Tengarrinha, 1965

Autor: Tengarrinha

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1965

Título completo da obra: O Diário de Notícias e o Século XIX.

Tema principal: História do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Portugália Editora

Número de páginas: 337

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: F. 2489

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Investigador e ensaísta José Tengarrinha é autor de vários estudos marcantes nos campos da sociologia e história contemporânea. Natural de Portimão, nasce no ano de 1932. Inicia os estudos em Portimão e Faro, mas conclui o secundário em Lisboa. José Tengarrinha exerceu intensa actividade jornalística entre os anos de 1953 e 1962, entre os quais se conta *República*, *Diário Ilustrado*, *Diário de Lisboa*, *O Século*, *Diário de Notícias*, *Seara Nova* e *Vértice*.

Licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas, pela Universidade de Letras de Lisboa e em 1958 acaba por publicar o seu trabalho de final de curso intitulado «António Rodrigues Sampaio, Desconhecido», numa série de artigos premiados pela Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, quatro anos mais tarde.

Teve uma participação activa em outros organismos, desde a área científica à cívica. Participou na fundação do Centro de Estudos de História do Século XIX (1961) e na criação da Comissão Democrática Eleitoral, no ano de 1968, onde foi candidato e deputado. Perseguido pela ditadura, foi impedido de leccionar e publicar artigos em jornais. Chegou mesmo a ser preso seis vezes. Após a Revolução de Abril regressa ao ensino universitário e

conclui o doutoramento em História (1993). Actualmente, é professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

No trajecto das suas influências, as suas obras científicas reflectem tendências sob uma perspectiva marxista. Destaca-se o seu trabalho na selecção e publicação de fontes, tendo organizado antologias fundamentais, prefaciadas e anotadas para o estudo do Portugal oitocentista, em trabalhos editados na célebre Colecção Portugália.

Colaborou também em várias obras colectivas, das quais se destacam o *Dicionário de Economia*, o *Dicionário de História de Portugal*, o *Dicionário de Literatura Portuguesa*, *Da Liberdade Mitificada à Liberdade Subvertida*, *Imprensa e Opinião Pública em Portugal e ainda História da Imprensa Periódica Portuguesa*.

Índice da obra:

Explicação p. 13

Prefácio p. 15

1ª Época: Os Primórdios da Imprensa Periódica em Portugal p. 27

1. As folhas volantes p. 29

2. O primeiro jornal português p. 31

3. O longínquo antepassado do actual Diário do Governo p. 36

4. O jornalismo no tempo do Marquês de Pombal p. 38

5. Censura e privilégios p. 40

6. Características gerais da 1ª época p. 41

7. Técnica jornalística rudimentar p. 46

8. Os primeiros diários portugueses p. 48

9. Antecedentes do surto revolucionário liberal p. 50

10. A imprensa portuguesa durante as invasões francesas p. 52

11. Jornais e panfletos dos invasores p. 54

12. A imprensa da primeira emigração p. 59

2ª Época: A Imprensa Romântica ou de Opinião p. 67

1. O jornalismo português quando da revolução de 1820 p. 69

2. A discussão do problema da imprensa nas Cortes p. 73

3. A primeira lei de liberdade de imprensa p. 77

Livros LabCom

4. Súbito desenvolvimento da imprensa periódica p. 80
 5. O estado da indústria tipográfica em Portugal p. 83
 6. O programa vintista de reformas da instrução pública p. 84
 7. As limitações à liberdade de imprensa p. 87
 8. O primeiro período de vigência da Carta Constitucional p. 90
 9. A imprensa sob o miguelismo p. 94
 10. A imprensa na segunda emigração p. 96
 11. A situação de compromisso sob a regência de D. Pedro p. 101
 12. O papel do jornalismo no romantismo p. 103
 13. Quem lê os jornais p. 108
 14. Intenso movimento jornalístico após 1884 p. 111
 15. Novas características dos jornais p. 113
 16. Começam em 1840 as perseguições à imprensa p. 116
 17. A imprensa sob o cabralismo p. 122
 18. Jornais clandestinos p. 128
 19. Jornalismo e panfletarismo p. 131
 20. Jornalismo literário de alcance político p. 132
 21. A «Lei das Rolhas» p. 134
 22. A Regeneração e a imprensa p. 141
 23. O jornalismo na província p. 145
 24. A organização do jornal e a situação do jornalista p. 159
 25. Dificuldades técnicas e problemas da imprensa periódica p. 157
 26. A expedição e os portes de correio p. 158
 27. A ilustração e a gravura p. 163
 28. O papel p. 165
 29. A situação da indústria tipográfica p. 167
 30. Os primeiros movimentos reivindicativos dos tipógrafos e a primeira imprensa operária p. 172
 31. A influência dos jornais na opinião pública p. 174
 32. O jornalismo no Brasil e nos outros domínios portugueses p. 177
-
- 3ª Época: A Organização Industrial da Imprensa p. 185
 1. O aparecimento do Diário de Notícias p. 187
 2. O noticiário p. 188

3. Objectividade e sensacionalismo p. 193
4. A influência do jornal sobre o público p. 194
5. A venda dos jornais p. 197
6. O jornal de 10 réis p. 198
7. A publicidade p. 200
8. Grandes progressos na indústria tipográfica p. 206
9. A alienação do jornalista no jornal moderno p. 208
10. Lutas reivindicativas dos tipógrafos p. 209
11. O movimento jornalístico alarga-se à província p. 210
12. Jornais republicanos p. 214
13. A repressão à imprensa no final da Monarquia p. 222
14. Depois da Monarquia p. 243

Notas p. 249

- Nota I p. 251
- Nota II p. 252
- Nota III p. 254
- Nota IV p. 268
- Nota V p. 269
- Nota VI p. 273
- Nota VII p. 282
- Nota VIII p. 287
- Nota IX p. 292
- Nota X p. 297
- Nota XI p. 301
- Nota XII p. 303
- Nota XIII p. 312

Bibliografia p. 315

Índices Remissivos p. 337

Resumo da obra (linhas mestras): O livro de José Manuel Tengarrinha (1965) *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, reeditado em 1989, é “apenas” a grande obra de referência de todos os que se propõem

Livros LabCom

estudar o jornalismo português durante a Monarquia. De facto, embora as últimas referências do livro digam respeito à I República e ao Estado Novo, o trabalho mais relevante do autor diz respeito ao período monárquico. Apesar de existirem outras histórias do jornalismo português anteriores ao livro de Tengarrinha, nenhuma atingiu o detalhe nem o nível de interpretação e contextualização do tema evidenciados por este autor.

O livro de Tengarrinha não é um inventário de jornais, opção que o autor recusa desde o início: “Houve especial preocupação em não cair na enumeração excessivamente longa de periódicos (...), que parece ser (...) característica dominante dos trabalhos até agora efectuados” (Tengarrinha, 1965: 24). Assim, o autor, embora dando sempre as necessárias referências hemerográficas e autorais (mencionando, nomeadamente, o nome de vários jornalistas e outros intervenientes no processo jornalístico), tentou contextualizar a génese e desenvolvimento do jornalismo português em função das circunstâncias históricas (culturais, económicas, tecnológicas...) de cada época, merecendo-lhe particular atenção os mecanismos de controlo da imprensa, nomeadamente a censura e o licenciamento, que, no seu juízo, quando aplicados, retardaram não apenas o desenvolvimento do jornalismo nacional mas também o do próprio país, conforme sucedeu durante o Estado Novo:

“Os jornais tornam-se uma máquina cada vez mais complexa. Em contraste com a relativa facilidade com que dantes se fundava um jornal, exigem-se agora, além de outras condições, pesados investimentos de capitais, cujos interesses, depois, é necessário defender. Esta circunstância e os obstáculos de ordem legal (...) (entre os quais avultam a censura prévia, as dificuldades na obtenção de alvarás e o rigor no reconhecimento da “idoneidade intelectual e moral dos responsáveis pela publicação”) e reduzem a liberdade de movimentos da nossa imprensa actual a limites muito estreitos.

Vemos, assim, como a compressão ou a libertação da imprensa é determinada por factores profundos, acompanhando a compreensão ou a libertação da actividade humana nas suas diversas manifestações. E vemos, também, como a evolução do jornalismo se enquadra num amplo conjunto de circunstâncias que, por um lado, o determina e sobre o qual, por outro lado, ele age. A não ser que se queiram fazer meras resenhas jornalísticas ou colecções de *factos anedóticos*, a história da imprensa portuguesa não

poderá ser observada como um fenómeno isolado e *sui generis*, mas como um dos aspectos – porventura um dos aspectos mais vivos e expressivos – da história da nossa cultura.” (Tengarrinha, 1965: 248)

Tengarrinha divide a história da imprensa portuguesa em três épocas: 1) Os primórdios da imprensa periódica em Portugal (até cerca de 1820); 2) A imprensa romântica ou de opinião (1820 em diante); 3) A organização industrial da imprensa, marcada pela fundação do *Diário de Notícias* (a partir de 1865; 1864 caso se considerem os números experimentais).

Sobre a primeira época, o autor relembra que, considerando a periodicidade uma das marcas do jornalismo impresso, então a primeira publicação jornalística portuguesa é a *Gazeta* “da Restauração”, que propagandeava a causa independentista portuguesa e tinha um carácter noticioso. Diz que as técnicas jornalísticas eram rudimentares e que os autores escreviam, frequentemente, baseados nas crenças, rumores e boatos e não verificavam as informações. Realça que a censura e o licenciamento constituíram travões ao desenvolvimento do jornalismo português. No entanto, descreve a diversificação do panorama jornalístico nacional graças ao aparecimento de publicações literárias, científicas e de ideias no século XVIII, bem como o aparecimento dos primeiros diários, no final dessa primeira época. Evoca, também, a imprensa da primeira emigração, que chegou a circular clandestinamente no país, e a imprensa clandestina autóctone, quer durante as invasões francesas quer durante o período anterior à Revolução Liberal de 1820.

A segunda época é a do aparecimento e crescimento da imprensa política, permitida pela Revolução Liberal de 1820, acontecimento que fez disparar o ritmo da publicação de periódicos por todo o Portugal. Classicamente, o autor relembra, porém, os constrangimentos à imprensa durante o período miguelista e a emigração liberal, que induziu à publicação de jornais portugueses no estrangeiro. Estes, recorda José Manuel Tengarrinha, entravam e circulavam clandestinamente em Portugal.

As lutas entre cartistas e setembristas durante o período de instabilidade e os constrangimentos à imprensa que daí advieram até à Regeneração e ao Rotativismo também são motivos de reflexão do autor.

A organização do jornal e a situação do jornalista no jornalismo oitocentista também não passam despercebidas a esse historiador da imprensa portuguesa, que as descreve assim:

“(…) um jornal de certa importância era, em geral, constituído por um editor (responsável perante as autoridades), por um redactor-responsável (ou chefe da redacção), por um ou dois noticiaristas encarregados da tradução das folhas estrangeiras e da informação nacional (...) e um folhetinista (...). Uma secção que toma então grande desenvolvimento é a de «cartas ao redactor», através da qual se estabelece uma comunicação íntima e constante entre o jornal e o leitor.

(...)

O chefe da redacção era o verdadeiro espírito e a alma da publicação. O jornal, geralmente, era *um homem*, mais até do que um *partido*. (...) Sendo o jornal todo, neles se concentravam não apenas as funções de redacção, mas também (...) as de direcção e administração. (...) Além dos elementos da redacção, o jornal contava com colaboradores eventuais, mais ou menos identificados com a linha política do jornal.” (Tengarrinha, 1965: 153-154)

A colaboração de grandes vultos das letras portuguesas nos jornais oitocentistas merece, por outro lado, o seguinte comentário a José Manuel Tengarrinha (1965: 155): “Pode dizer-se que, então [a partir de 1834], todos os grandes nomes das nossas letras e do nosso pensamento colaboravam assiduamente na imprensa periódica (...). Isso faz que o nível geral do jornalismo suba consideravelmente e os periódicos (...) sejam redigidos correctamente e num estilo cada vez mais individualizado”.

Ortodoxamente, Tengarrinha refere, ainda, no seu livro, as restrições à liberdade de imprensa do final da Monarquia, sem se esquecer de abordar o aparecimento da imprensa ilustrada, o surgimento da imprensa operária e revolucionária, a evolução da tipografia e a introdução das rotativas, os movimentos reivindicativos dos tipógrafos, as formas de distribuição dos jornais nessa altura (por correio, por caminho-de-ferro, por assinaturas e através dos ardinas) e a sua influência na opinião pública. Sobre esta última temática, escreve Tengarrinha (1965: 174-177):

“(…) qual seria, efectivamente, o grau de influência dos jornais na opi-

não pública? Eis-nos colocados, assim, no vórtice de um dos mais delicados e complexos problemas que levanta a história da nossa imprensa.

(...)

É claro que a questão não pode ser observada *por grosso*, e esse grau de influência varia, sem dúvida, de época para época, de acordo com as suas condições específicas e numerosos factores. Tão importante problema só poderá ficar esclarecido depois de se efectuarem bem orientadas sondagens e prospecções que nos elucidem sobre os pontos de contacto profundo entre as doutrinas dos periódicos e a atitude mental e linha política dominante nos diversos estratos sociais.

Do que não resta dúvida, porém, é que foi nesta 2ª época que o jornalismo exerceu mais vincada influência na opinião pública. O âmbito dos leitores alargou-se (...) não apenas às camadas da burguesia, mas até à pequena burguesia, especialmente depois de 1836.

Referindo-se ao peso da imprensa, diz Júlio César Machado, em *Lisboa de Ontem* (p. 212) (...): «Entendiam uns que, como princípio, a imprensa não tinha direito algum senão o que se lhe concedesse e que os jornalistas usurpavam e exerciam sem mandato um poder exorbitante que fazia com que, pelo facto de ser imprensa, tivesse mais peso nos negócios políticos do que as deliberações das câmaras.»

Os jornais, então, eram como que o centro da vida política e social. Por eles se liam os debates nas câmaras, se conheciam as disposições oficiais, se discutiam as directrizes do partido ou da facção expressas nos artigos de fundo, se sabiam os principais acontecimentos (...), se adquiriam conhecimentos (...), se dispunha de um meio de distração e divertimento. Essa influência é tanto mais evidente quanto é certo que os leitores se agrupavam em torno dos jornais com que se identificavam ideologicamente, sendo de admitir, portanto, que as opiniões expostas (...) fossem reforçar ou corrigir as suas ideias.

(...)

Também não devem ser esquecidos alguns periódicos humorísticos de conteúdo político que, por esse tempo, alcançaram notável projecção. O facto de serem lidos com avidez (...) prova (...) [que] correspondiam (...) ao gosto do público.

(...)

Não há dúvida, portanto, de que a imprensa teve papel preponderante na formação [da] (...) opinião pública (...). Mas neste ponto da questão não podemos esquecer a esclarecida afirmação de R. Manévy: «A imprensa faz a opinião (...) na medida em que esta se quer deixar fazer» (...).»

O autor evoca, igualmente, ao longo das páginas dedicadas à segunda

época do jornalismo português, os grandes nomes de políticos e escritores que se viam a si mesmos como jornalistas e que colaboraram, como folhetinistas e redactores (articulistas), nessa que Tengarrinha denomina de “imprensa romântica”.

A terceira época, de industrialização da imprensa, de acordo com Tengarrinha, faz esmorecer a imprensa opinativa e promove a imprensa informativa, *o noticiário, a reportagem e, conseqüentemente, a figura do repórter.*

“Esta preferência que o público mais largo manifesta pela *informação objectiva* (e não pela opinião), e até pelo pendor sensacionalista que a informação começa a tomar, só pode compreender-se por uma nova *atitude* mental da pequena e média burguesia (...) especialmente permeável aos relatos de aventuras ou de histórias de amor, como que buscando uma fuga emocional à estreita rotina do dia a dia.

(...)

Prefere-se cada vez mais a informação objectiva à discussão e à opinião, as notícias sensacionais aos editoriais reflectidos (...). Na necessidade de encontrar um público mais largo, o jornal procura manter uma atitude imparcialmente objectiva, dirigindo-se assim a todos, e não a um mercado *específico* de leitores ideologicamente afins, mas necessariamente muito mais restrito.

(...)

Nesse período, portanto, os jornais não ficam apenas reservados à classe relativamente pouco numerosa de eleitores censitários, mas pretendem dirigir-se a todos os que sabem ler, cujo número vai crescendo gradualmente. Embora sem esquecer a camada mais instruída, que forma (...) o grosso dos assinantes, dirige-se assim ao novo público, menos abastado e instruído, com gostos menos exigentes e requintados.” (Tengarrinha, 1965: 194)

O historiador da imprensa José Manuel Tengarrinha (1965: 155) escreve, a propósito da autonomização do jornalismo face à literatura:

“É a partir dessa altura que se poderá dizer haver grande diferença entre *estilo literário e estilo jornalístico* (...). O que começa a caracterizar o estilo jornalístico é a sua maior agilidade e vibração, a construção fácil, permitindo uma leitura corrente (...), visando um maior poder de comunicabilidade, o sentido agudo da oportunidade, que, não raro, sacrifica a perfeição à rapidez, um estilo mais *emocional* que *raciocinado*; por outro lado, a análise não tem a preocupação de ser profundamente exaustiva (...)

mas sim de mostrar várias facetas (...) utilizando não o raciocínio lento e pesado, mas o raciocínio agudo e ágil.”

Que influência passa, então, o jornal informativo a exercer sobre o público nesta terceira época da imprensa periódica portuguesa? José Manuel Tengarrinha (1965: 194 – 196) tenta responder à questão, embora numa perspectiva extremamente negativa:

“(...) não distribuindo senão uma informação fragmentária, superficial e sem continuidade, a imprensa (...) noticiosa, se é certo que pode esclarecer o leitor acerca de determinado acontecimento, não o ajuda a formar uma posição crítica em face dele. Atendo-se a dados meramente *objectivos*, não se identifica com o pensamento do leitor nem pretende, pelo menos aparentemente, exercer qualquer influência sobre ele. (...) Agora, as relações entre jornal e leitor são frágeis (...). É chocante verificar o carácter efêmero das alterações de opinião provocadas pela imprensa periódica. Segundo um fenómeno que tem vindo a acentuar-se, o jornalismo pode obter resultados notáveis (...), mas não parece apto a orientar a opinião de maneira durável (...). Uma parte considerável dos leitores de jornais de grande tiragem não só não se identificam com a sua posição como até são contrários a ela. Foi esta observação que levou o jornalista Francis William a uma interessante inferência (...): «Quanto maior é a tiragem de um jornal tanto menos sensível aparece a sua influência sobre o leitor.» O jornal agora é que tem de procurar o público, descer ao seu nível, adivinhar-lhe os gostos e apetites (...), ir ao encontro da sua mentalidade. Perde assim completamente o seu valor formativo. Com efeito, na medida em que os jornais deixavam de apoiar-se em facções políticas para serem mantidos por grupos financeiros, a imprensa transformou-se numa indústria (...). O jornal passa a ser, portanto, uma *mercadoria* (...) transitória, apenas com valor durante algumas horas.”

A transformação industrial da imprensa, recorda Tengarrinha, trouxe modificações nas redacções. Por um lado, a chefia de redacção passa a ter mais funções de coordenação e supervisão do que de redacção. O secretário de redacção torna-se fulcral para a organização diária do trabalho, numa redacção que pode comportar dezenas de jornalistas. O novo jornalista assalariado da imprensa industrial pode, eventualmente, não se identificar “ideologicamente com o que escreve (...), é apenas o

operário de uma mercadoria que é necessário vender o mais possível e com a qual não está ligado nem pelas ideias nem pelos interesses, pois não participa nos lucros e recebe um salário fixo que lhe permite viver exclusivamente dessa actividade.” (Tengarrinha, 1965: 208)

Apesar de tudo, e tal e qual como surgiram jornais noticiosos em plena época de domínio da imprensa partidária, no final da Monarquia, numa época de crescente domínio da imprensa informativa, apareceu, diz Tengarrinha, uma imprensa combativa revolucionária, de cariz republicano, por um lado, ou de cariz anarquista ou socialista, por outro. Aliás, o autor não se esquece de referir, também, os jornais da oposição monárquica durante a República (até ao Estado Novo).

Neste ponto do seu livro, Tengarrinha relembra, identicamente, as tentativas de controlo da imprensa desenvolvidas durante este terceiro período da sua história do periodismo em Portugal.

A parte final do livro é constituída por índices remissivos e extensas notas, muitas das quais remetem para textos legais portugueses no domínio da regulação da imprensa.

Autor (nome completo): Nair Silva / Jorge Pedro Sousa

E-mail: j.p.sousa@mail.telepac.pt

» Teotónio, 1970**Autor:** Teotónio, Onésimo**Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação):** -**Ano de publicação/impressão:** 1970**Título completo da obra:** Imprensa, Rádio-Tv e Cinema – Cérebros do Grande Público**Tema principal:** Teoria do Jornalismo**Local de edição:** Angra do Heroísmo**Editora (ou tipografia, caso não exista editora):** União Gráfica Angrense**Número de páginas:** 167**Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas****Biblioteca:** Biblioteca Nacional**Cotas:** SC 33000 V**Biblioteca:** Biblioteca Pública Municipal do Porto**Cotas:** O'-8-101 TJ**Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.):** -**Índice da obra:**

STOP!	5
INTRODUÇÃO	9
I – IMPRENSA	15
II – RÁDIO-TELEVISÃO	33
a) Rádio	34
b) Televisão	52
III – CINEMA	65
IV – PROBLEMÁTICA COMUM	101
1. Informação	101
2. Propaganda e Publicidade	114
3. Pansexualização	129
4. Opinião Pública	138

Livros LabCom

V – O HOMEM, A IGREJA, O FUTURO	147
ORIENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA	164
ÍNDICE	167

Resumo da obra (linhas mestras):

Introdução

Da investigação realizada por Onésimo Teotónio para ser apresentada em aula de Teologia Moral no Seminário de Angra do Heroísmo bom proveito terão obtido os seus alunos.

Numa retórica enformada pelo catolicismo, na qual procura lembrar e relevar a “palavra de Deus” (que, a seu ver, só não está presente no cinema), o Autor (A.) revela determinação e audácia na abordagem dos temas. Pormenor relevante da árdua investigação conseguida e do à-vontade com que a trata é a ausência de constrangimento moral e intelectual na exposição de ideias e opiniões – dos outros e próprias. Note-se a circunstância de assim ter procedido num tempo de privação de liberdades em Portugal, de ditadura, meia dúzia de anos antes da Revolução de Abril de 1974.

Cinco aspectos terão contribuído para um certo contorno da matriz ditatorial do regime da época (vigorava o Estado Novo e o Chefe do Governo era Oliveira Salazar, no final da sua vida):

1. A distância dos Açores (onde o A. era docente), arquipélago que estava “longe” do Continente, do poder político monolitista e da Censura estatal;
2. As aulas de Teologia Moral não concitarem especiais preocupações dos censores, que sempre esperariam uma estreita observância dos cânones religiosos do catolicismo, impostos pelo regime;
3. A investigação, as interpretações e conclusões do A. serem expostas num ambiente restrito: o da sala de aula e dos alunos que nela se encontravam;
4. A notoriedade social que o docente e investigador católico teria no meio açoriano;
5. A publicação dos escritos do A. numa revista (Atlântida) de divulgação reduzida.

Acresce que a edição do livro acontece somente depois do falecimento do ditador Salazar, numa época designada como “Primavera marcelista”, que se traduziu num curto período inicial da governação de Marcelo Caetano (depois da morte, em 1969, do criador do Estado Novo).

Desenvolvimento

Obra que ultrapassa o âmbito da Teologia Moral

Em jeito de explicação pessoal, o A. refere que apenas o primeiro capítulo saiu “tal qual fora exposto na aula” e que “os outros foram sendo refundidos e ampliados nas suas perspectivas à medida que iam sendo publicados” na revista. Alguns deles foram “totalmente modificados”.

O eclodir de acontecimentos e a evolução de técnicas e conceitos, a nível nacional e internacional, junto com a obtenção de novos saberes, induzem mesmo o A. a afirmar que, depois de impressas as páginas do livro, se tivesse de o escrever novamente, o faria “numa dimensão totalmente nova”. E esta é uma reflexão marcante da sua cultura, do seu modo de ver os “meios de comunicação social” (m.c.s.) ou “mass-media”, como lhes chama, usando terminologia do tempo em que investigou e escreveu.

A importância desta obra transcende largamente o âmbito da Teologia Moral, não obstante a componente religiosa cristã e católica que a consubstanciam.

Sob os princípios da Igreja, no plano das ciências da comunicação e com relevância intemporal

Sobre a importância e influência dos m.c.s., o A. explana diferentes pontos de vista, entremeando-os ou concluindo-os com as suas opiniões. Não é imparcial. A sua formação religiosa impele-o para a defesa dos princípios da Igreja e a sua própria interpretação desses princípios. É por isso natural que vastamente recorra a pensamentos de Pio XII (principalmente) e João XXIII (restritamente), assim como a outros pregadores da cristandade e do catolicismo. Mas a investigação realizada está muito longe de se confinar aos preceitos da Madre Igreja. O A. coloca-a no plano das ciências da comunicação e confere-lhe relevância intemporal.

Livros LabCom

Quase quarenta anos depois da publicação, esta obra caracteriza comportamentos do ser humano e da sociedade a um nível universal, define e justifica com clareza que a Imprensa, a Rádio, a Televisão e o Cinema são, realmente, cérebros do grande público.

O “homem médio” não pode “dar-se ao luxo de pensar”?

A ideia, expressa pelo Autor (A.) na Introdução Geral, de que “o homem médio não pode dar-se ao luxo de pensar” é um paradoxo no contexto das reflexões desenvolvidas em mais de 150 páginas. Dir-se-á mais: é uma ironia pesada, brutal, tantos são os conselhos, as sugestões, os desafios do A. para que o homem pense sobre o jornal que lê, a rádio que ouve, a televisão ou o cinema que vê, a publicidade mais insinuante, a propaganda mais subtil. A obra, investigativa, que caminha no sentido de demonstrar ciências da comunicação, parece autodestruir-se no despatório de que só aquele para quem “a reflexão é fundamento necessário em absoluto” pode “dar-se ao luxo de pensar”.

Mas o abstruso argumento parece ter sido criado pelo A. para sustentar imediatamente a ideia de que o “homem médio” decidiu alienar, “por necessidade, o seu cérebro na Imprensa, na Rádio, na Televisão, no Cinema” e poder concluir, sem delongas, que “[o homem médio] arranhou (...) um pensador comum que reflecte por ele e pelos seus semelhantes”.

Concluindo o A. que o “homem médio” corporiza o “grande público”, fica assim arrumado o título do livro. Quase arrumado: falta explicar a razão do hífen entre Rádio e TV, a qual apenas surge na página 34:

“Rádio-Televisão ligadas por um hífen. Sim. Hoje impera a Rádio, amanhã a Televisão. Características muito comuns; uma não destruindo a outra. Duas maravilhas que o séc. XX nos trouxe, e é necessário que saibamos haurir delas os benefícios que nos podem prestar”.

“Cérebros do grande público” em comunicação multimédia

O primeiro capítulo do livro é próprio de exposição em aula para alunos de Teologia Moral “sobre os aspectos morais das técnicas de difusão”. Nos capítulos seguintes, as reflexões seguem conteúdo retórico e literário mais adequado a um livro, embora tenham sido, como as anteriores, ex-

postas professoralmente antes de serem transcritas na revista Atlântida.

Plasmar em livro a relevância académica e científica da investigação efectuada constituiria uma necessidade cultural, a que se terá associado a vontade do A..

Ainda bem que assim aconteceu e que podemos, hoje, 37 anos depois, rever ideias, confirmar ou infirmar conceitos sobre os m.c.s..

É provável que na época não se tenha dado a esta obra a atenção justa. Terá circulado, sobretudo, nos meios académicos necessitados ou ávidos de bibliografia sobre os temas nela versados. Viviam-se, em Portugal, tempos de censura e os estudiosos (como se chamava aos que se dedicavam “a um trabalho em que a reflexão é fundamento necessário em absoluto”), aqueles que pesquisavam, que buscavam na investigação o suporte de pensamentos e lições, recorriam a autores estrangeiros... publicados fora do país.

No âmbito do pensamento reflectido pelo A., o essencial manteve-se: a Imprensa, a Rádio, a Televisão e o Cinema continuam a ser cérebros do grande público. Mas já não estão sós. Entretanto, pelo desenvolvimento das novas tecnologias e das ciências da comunicação, nasceram e consolidaram-se os “novos média”. Os conteúdos da Imprensa, Rádio, Televisão e Cinema virtualizaram-se e tornaram-se protagonistas de uma nova comunicação: a comunicação multimédia.

O lado bom e o lado mau dos meios de comunicação social

Em finais dos anos 60, “a imprensa, a imagem [da Televisão] e as ondas [da Rádio]” tinham “o poder – segundo o A. – de superar as distâncias da cultura, colocando bruscamente os retardatários diante das civilizações evoluídas”, o que podia ser feito “instantaneamente em qualquer local da terra”. Esse era o lado bom, mas coexistia com um lado mau (1970:10):

“A vida íntima de cada nação tornou-se assim um espectáculo para devoradores de imagens, de notícias e símbolos. Podemos ver o bonzo do Vietnam imolar-se nas chamas sob os nossos olhos, amotinadores fazerem explodir as portas dum palácio governamental.”

O elogio aos m.c.s. andava de braço dado com o receio de más influências (o A. cit. Pio XII: Encíclica, 1957):

“Bem mais perigosa que o progresso da máquina, no século passado, máquina da qual se pôde dizer que enobrecia a matéria em detrimento do operário, a irrupção das modernas técnicas de difusão da nossa sociedade põe em perigo a própria autonomia espiritual do homem. Através da pressão exercida por uma informação dirigida, através da sedução da imagem e da obsessão da propaganda, consegue a acção conjugada da Imprensa, do Cinema, da Rádio e da Televisão moldar a seu bel-prazer a consciência do indivíduo, apossar-se paulatinamente do seu universo mental e determinar comportamentos que são tomados como espontâneos. (...) Grandes bens, mas também tremendos perigos podem nascer dos programas técnicos, já realizados ou que continuam a realizar-se, nos sectores do cinema, da rádio e da televisão”.

“Quarto poder: uma arma potente contra a ignorância”

Sempre foram temidos a mudança e o progresso. E o A. reflecte, mais profundamente, os receios da “mãe Igreja”, como lhe chama.

Mas aviva outros medos, estes tangíveis: o de que a imprensa perdesse terreno para a rádio e a televisão. Sendo a imprensa “alavanca do progresso”, “artilharia do pensamento” (cit. Rivarol) e “uma das forças mais consideráveis dos nossos dias” (cit. Pio XII, 1928), o A. sublinhava o pensamento do cardeal Suhard ao recordar que “sermões e conferências atingem relativamente poucos ouvintes; o jornal atinge a todos” (cit. B. Haring – A Lei de Cristo: 340).

Seriam infundados os receios do A. e daqueles que acolhia na sua reflexão. Os jornais, “os olhos e a língua do corpo social” (cit. T. Luca de Tena, 1956: 8), resistiriam à concorrência da rádio e da televisão.

Mais difícil seria que os jornais e as revistas não cedessem – como desejava o A. – a alinhamentos de conveniência, não noticiassem os mesmos assuntos como se fossem diferentes, dessem (p. ex.) mais destaque ao casamento de Eusébio e Flora ou ao divórcio de Charles Aznavour do que “a viagem do Papa” ou ao “III Congresso Mundial para o Apostolado dos Leigos”.

Também muito difícil seria evitar “invenções de agências noticiosas” e expectativa invariavelmente frustrada esperar que o desmentido ocorresse.

Bom seria – reflecte o A. – que as opções editoriais dos jornais fossem outras e dedicassem mais espaço e destaque à palavra de Deus, à evangelização, à educação moral e cívica; também seria bom que os periódicos se esforçassem na objectividade e demonstrassem independência (não apenas em relação à Igreja); mas, apesar disso, o “quarto poder”, no desempenho da função política e da função social, “é uma arma potente contra a ignorância” (A. cit. Domenico Gregorio).

A “tirania do dinheiro” causa “inversão de valores”

A investigação do A. leva-o a concluir que os males da imprensa se estendem à rádio, à televisão e ao cinema: a necessidade de lucro gera comportamentos recrimináveis, como a manipulação, a instrumentalização, o sensacionalismo, a falta de gosto, a superficialidade, as inexactidões, diferindo somente a forma de o concretizar, consoante o meio. Os m.c.s. são “dominados pelo público”.

Mas não devia haver lugar para “os monopólios da verdade”, para “orientações ideológicas” e para o domínio das empresas de comunicação social por qualquer poder. Não deviam “subordinar-se a interesses”, mas defender a verdade e contrariar “a inversão de valores”.

Transmitir “toda a verdade e só a verdade” devia ser um compromisso dos jornais, que o A. considera ser indispensável, também, nos outros m.c.s., porque todos – e não apenas os jornalistas – “têm influência preponderante sobre a opinião pública”.

O A. acolhe-se num pensamento de João XXIII, observado como gracejo:

“Vós, os jornalistas, deveis limitar-vos a ser o que sois: historiadores. É mau quando vos quereis armar em profetas”.

Porém, mais nefasta do que as “profecias” dos jornalistas, é, segundo o A., a “tirania do dinheiro” quando “os meios de educação são a escola e o cérebro das massas da moderna civilização”.

“A imprensa continuará com ilimitado campo de acção”

Existirá, por vezes, uma “conspiração do silêncio” de periódicos, a que não é alheio o jornalista “no desempenho das suas incumbências”, dando ao público “o que quer e como quer”. Acusador, o A. defende que o jornalista “pode esquecer propositadamente factos e considerações importantes, mas que por diversos motivos – ideológicos, pessoais ou por qualquer outra razão – omitem”.

Nem por isso é levado a concluir que “a imprensa é redondamente perniciosa”, não se podendo, metonimicamente, tomar a parte pelo todo.

Há “boa imprensa” e “má imprensa”, na opinião do A., que não hesita em culpar “muitos católicos” de serem “cúmplices inconscientes da tirania do dinheiro, que é uma das taras da sociedade actual”.

É clara a sua posição:

“(…) assinar ou comprar uma publicação que passa por cima dos princípios cristãos é colaborar na propagação do mal, porque a nossa compra é apoio financeiro e um voto de ‘sim’ à mesma publicação.”

Acaba por aquiescer o A. que existe boa imprensa “mesmo sem o rótulo de católica”.

Também não duvida que, na vivência multifacetada do homem no mundo, “os outros meios de informação das massas não vão acabar com os jornais” e que “a imprensa continuará com ilimitado campo de acção”.

Doutrinário, o A. apoia-se em A. Frontán (1962: 38) e elenca as razões:

“[À imprensa] cabe (...) lançar um diálogo sobre os problemas mais fundamentais e urgentes dos nossos dias, brindando às minorias o acesso às suas colunas, combatendo a ignorância, fomentando as virtudes colectivas e o respeito à lei; aplaudindo o gesto generoso, esporeando a iniciativa privada, dando às suas polémicas e à sua crítica uma altura tal que a inteligência se sobreponha à paixão e o diálogo à intransigência, ensinando às massas a discrepar sem violência e a coincidir sem servilismo; sendo, enfim, no tempo próprio, porta-voz e guia, defensor e acusador, crítico que exponha ao Estado as vozes que cheguem da nação, e orientador da nação ante as necessidades legítimas do Estado. Advogado que defenda uma causa nobre e médico que diagnostique uma chaga social.”

Combater todas as formas de analfabetismo porque “o homem é a medida de todas as coisas”

No entanto, a imprensa (a imprensa em geral) está longe de ser expressar por qualquer tábua de mandamentos (embora a possa conter no seu estatuto ou “livro de estilo”). Tal como a Rádio, a Televisão, o Cinema. Não o ignora o A.. Todavia, sem pretender passar por ingénuo, ante os interesses que se movimentam no âmbito da acção e influência desses meios, procura demonstrar, com suporte na investigação efectuada, a necessidade de uma melhor intervenção social.

É no processo social que o A. radica os seus argumentos.

Com a Televisão, sabe-se “mais num minuto do que os antigos romanos em cem anos”.

A rádio, “rainha do nosso tempo”, “é o mais poderoso meio” porque “atinge quase toda a gente”, evidenciando-se como “o grande semeador de convicções”; mas “o radiouvinte é um leitor que lê com o ouvido e está mais indefeso, porque o ouvido não tem pálpebras ou membranas que repousem o tímpano” (cit. o crítico radiofónico Jean Perdet).

A televisão é “remédio para as depressões psicológicas”, mas pode gerar “uma distorção de valores sociais”. Lembrando “as profecias de dois sábios russos” (que não identifica), o A. mostra-se convencido de que, com a televisão, no séc. XXI, se poderá “ter o mundo dentro da algibeira”.

O cinema, que completa o grupo dos “tetra-mentores cerebrais” é “a aspirina mais eficaz para muitos neuróticos”, orienta modas e hábitos e pode, até, ensinar “técnicas de crime”.

Mas o A. conclui que “é tudo uma questão de educação, temperamento, meio, evolução intelectual, maturidade”. Afinal, algo semelhante relativamente aos outros meios de comunicação de massas.

A formação da pessoa nas vertentes cultural, humanística, estética e moral é tão indispensável para evitar o “analfabetismo cinematográfico” como para combater outra qualquer ausência de instrução elementar.

Está convicto o A. de que tudo repousa na “bela fórmula de Protágoras”: “o homem é a medida de todas as coisas”.

Conclusão

O homem tem direito à liberdade de expressão e à liberdade de informação, diferenciadas ambas, segundo o A, por “qualidades essenciais”, como a verdade e objectividade (“a liberdade responsável”), e “qualidades inseparáveis”, como a integridade (relacionada com “informação completa”). Concluindo com a “regra de ouro” de C. P. Scott: “Os factos são sagrados. Os comentários são livres”.

A amálgama de factos e comentários pode ser propiciadora de parcialidades e subjectividades, de seguidismo e tendenciosismo, de objectivas acções publicitárias e propagandísticas.

O A. não tem dúvidas:

- “Não diz respeito aos órgãos de informação fazer a opinião: a eles cabe simplesmente servi-la”;
- o acesso à informação enforma três níveis: económico; cultural; e uma cultura democratizada;
- a expressão de opinião deve ser manifestada, igualmente, por sondagens, referendos e inquéritos;
- “ninguém é culpado por falar; é a quem ouve que cabe aproveitar” (cit. máxima chinesa);
- “quando se reduz a silêncio a discussão, pressupõe-se imediatamente a ideia de infalibilidade”;
- a formação do homem é condicionada pelos meios de comunicação;
- a publicidade e a propaganda são “fórmulas degeneradas de informação”.

O conteúdo do livro é suportado em reflexões teológicas e filosóficas, concretizando-se, por intermédio da investigação, em conhecimento científico: não dogmático; comprovável; e refutável.

Autor (nome completo): -

E-mail: -

» Trigueiros, 1963

Autor: Trigueiros, Luís Forjaz

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1963

Título completo da obra: Função Social e Cultural dos Meios Audiovisuais na Informação

Tema principal: Teoria do Jornalismo

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Agência-Geral do Ultramar

Número de páginas: 45

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: S.A. 27919 V.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: E7-8-31(2)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Nascido em Lisboa em 1915, Luís Forjaz Trigueiros foi contista, cronista, ensaísta e crítico. Desempenhou o papel de director do *Diário Popular* entre 1946 e 1953 e colaborou na página literária do *Diário de Notícias*. A partir de 1984, dirigiu o Centro de Estudos Luso-Brasileiros do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. Homem de teatro, foi um dos fundadores do Teatro Experimental de Lisboa e colaborou no *Dicionário de Teatro Português*, dirigido por Luís Francisco Rebello. Foi director literário de empresas editoras de Lisboa e do Rio de Janeiro. Dirigiu, em 1965, uma *Antologia da Terra Portuguesa* em dezanove volumes - com Cabral do Nascimento, Urbano Tavares Rodrigues, Jaime Lopes Dias, Magalhães Bastos, Vasco Miranda, David Mourão-Ferreira, A. Côrtes Rodrigues, Tomaz Ribas e outros -, quatro dos quais são dele: *O Minho*, *África Portuguesa*, *Macau e Timor*. Organizou, também, as antologias *Raul Brandão* (1960) e *O Natal na Poesia Portuguesa* (1987). Sócio efectivo da Academia das Ciências de Lisboa e sócio cor-

Livros LabCom

respondente da Academia Brasileira de Letras, foi nomeado Doutor Honoris Causa pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Filho do contista Luís Trigueiros e irmão do poeta Miguel Trigueiros, faleceu na mesma cidade onde nasceu, no ano 2000.

Índice da obra: [Não tem índice]

Breve introdução da matéria a ser analisada no I Curso de Férias para estudantes Ultramarinos: pp. 5-10

Os três meios de comunicação e a sociedade: pp. 10-13

Impacto da Rádio e da Televisão (no meio noticioso): pp. 14-21

A utilização da Televisão para fins educacionais; A Censura e a Publicidade nos meios de comunicação: pp. 22-28

O uso dos meios comunicativos para divulgação da Cultura: pp. 29-36

Os meios de comunicação como interacção com a sociedade: pp. 36-45

Resumo da obra (linhas mestras): Este livro é uma versão escrita da lição do I Curso de Férias para Estudantes Ultramarinos, que teve lugar na Sociedade de Geografia de Lisboa, orientada por Luís Forjaz Trigueiros. Este define o curso de férias como “pretexto para um notável inventário de valores nacionais na análise de temas em que a significação e utilidade se confundem com a actualidade no presente e a importância no tempo”, mostrando ainda o agrado por este “acentuar o carácter ético, social, científico e histórico da matéria deste curso de férias” (p. 5). O autor refere, ainda, a sua passagem por outro meio de comunicação (a imprensa), não para análise detalhada neste curso de férias, mas sim para referir a importância que teve no decorrer da sua vida, como homem apaixonado pela Comunicação.

Perante a sua vivência marcante nos meios de comunicação audiovisuais (Emissora Nacional e Rádio-Televisão Portuguesa), o autor afirma que a relação entre locutor e ouvinte ou apresentador e telespectador é cada vez mais relevante, pois apesar de o contacto entre ambos não ser directo, deve haver diálogo entre os intervenientes. Sendo assim, e chamando-lhe de “observação de um espectador de dentro”, Luís Forjaz Trigueiros afirma que os apresentadores e jornalistas de rádio e televisão

têm de abandonar um tom oratório, categórico, recorrendo, ao invés, a um estilo que propicie proximidade com o ouvinte ou telespectador (p. 8). Como apresentador, Trigueiros diz que aprendeu que os telespectadores e ouvintes estão também à espera de cordialidade.

Dividindo os três meios de comunicação como três épocas de civilização diferente (oral, escrita e visual), o autor constata que, quer na Imprensa, quer na Rádio, a pessoa pode escolher o seu conteúdo, uma vez que lhe é possível comprar o jornal que quer ou ouvir a rádio que quer. Mas sublinha que com a introdução da Rádio, pela sua “imediatidade na transmissão na recepção”, há uma clara mudança do que é a transmissão tradicional de informação, habituada a séculos de aperfeiçoamento da imprensa. Logo, para o autor a Rádio deve ser um objecto de estudo para a Psicologia. No entanto, para Forjaz Trigueiros, a adaptação do meio televisivo à sociedade terá sido bastante mais fácil do que a adaptação ao meio radiofónico (pp. 10-13).

Recorda o autor que, uma vez inserida a Rádio na sociedade, foi altura de modelá-la ao seu público (segmentação das audiências), tendo então emergido as várias estações, que surgiram para os vários grupos sociais, com vários programas, música e informação (p. 14). Aliás, segundo Trigueiros, tal não só aconteceu só na Rádio, mas também na Televisão. Porém, a Televisão, relembra Trigueiros, tem um dom suplementar à Rádio: a Imagem. Esta, segundo o autor, é capaz de captar muito mais a atenção de um telespectador, não importa o quanto a palavra for boa e cativante.

Pegando na notícia, e no que ela representa nos dois meios, a Rádio tem, metaforicamente falando, continua Forjaz Trigueiros, um “duplo trabalho”, pois precisa de captar a atenção dos seus ouvintes, tornando a notícia apelativa e importante de a ouvir, sem cair no ridículo da ênfase excessiva. Já a Televisão, continua o autor, irá ter uma tendência de utilizar o factor “em directo” para transmitir os acontecimentos, gerando uma mais-valia de importância para os mesmos. Pelo contrário, salienta Luís Forjaz Trigueiros, as notícias sobre factos passados ou sobre factos que ainda se vão realizar cairão, no que à televisão diz respeito, num campo que apelida de “necrológico” (pp. 15-21)

A televisão, explica Trigueiros, é importante para mobilizar as pessoas, mas também pode ser usada com fins educativos, desde que com “responsabilidade”. No entanto, argumenta o autor, o poder da televisão levou os estados, um pouco por todo o mundo, a procurar controlá-la, de forma algo “excessiva” e “despropositada” (pp. 22-23), embora, reconhece Trigueiros, haja programas de televisão e de rádio, que, mesmo passando por algum tempo de indiferença, podem fanatizar as massas. Luís Forjaz Trigueiros sugere, ademais, que a repetição de palavras, slogans, símbolos, sinais, mitos, pode influenciar directamente o ouvinte (p. 26). Ainda assim, Trigueiros reconhece que as pessoas em geral conseguem manter a sua própria opinião face aos conteúdos que lhe são apresentados, recusando, aparentemente, atribuir à televisão um poder onipotente na manipulação das consciências.

Trigueiros diz que a inexistência de imagens na rádio pode ser um trunfo, desde que com o som se fomente a imaginação do ouvinte. Além dessa, para ele, “uma das grandes dificuldades do jornalismo falado, na rádio, será (...) a de conseguir vitalizar uma notícia seca, autenticar, tornando-a presente, o relato dum acontecimento sempre frio em seu monótono enunciado, por mais emocional que seja o conteúdo da notícia a transmitir. Até porque se sabe que uma notícia sensacional não pode ser transmitida em tom sensacional, o que correria o grave risco dum ridículo irremediável. Um perfeito equilíbrio de exposição, servido por uma articulação perfeita, uma exacta noção subtil da modulação de voz, que discretamente sublinhe o carácter trágico ou irónico dum texto – eis uma qualidade indispensável ao locutor da rádio.” (p. 17)

Ao contrário do que sucede com a rádio, para o autor “a função da TV é acima de tudo mostrar” (p. 18). Assim sendo, em matéria de telejornalismo, “Se (...) o público deseja cada vez mais ser cabalmente informado (...) com amplitão e síntese (...), quer também ser informado com clareza, tanto mais que (...) a instantaneidade dessa informação não deixa grande margem para reflectir sobre ela. Por isso, a reportagem directa do acontecimento, facilitada já hoje com os emissores transportáveis, com as câmaras portáteis ou mesmo telecomandadas, continua a ser a página principal – e sê-lo-á cada vez mais – desse jornal vivo que é a televisão.

Se na rádio a transmissão duma cerimónia (...) foi já uma aquisição primordial, apenas dependendo a sua possibilidade da comunicação com o ouvinte, (...) da natureza do acontecimento, (...) da sua apresentação (...) e da sua inteligente dosagem, poupando-o à monotonia de longos discursos e interrompendo estes, por exemplo, com o recurso ao resumo intercalado, na televisão a grande reportagem, embora ainda influenciada, conforme os casos, por certo tom jornalístico (quanto à locução) e cinematográfico (quanto à sequência das imagens), tom que naturalmente aos poucos irá perdendo, virá a ser a sua forma superior de informação, e a mais representativa.” (p. 19)

Outro dos pontos abrangidos pelo autor prende-se com a problemática da censura. Trigueiros considera “legítima” a luta pela liberdade de imprensa e contra a censura política por parte dos jornalistas, mas lembra que existem outras formas de censura, nomeadamente as “pressões e interesses (...) da própria empresa proprietária [do órgão jornalístico]” e “os interesses comerciais da publicidade” (p. 27).

Sobre a publicidade, o autor também é categórico. Reconhece que ela é necessária porque as empresas jornalísticas lutam pela sua rentabilização. Diz, porém, que a repetição das mesmas fórmulas publicitárias e dos mesmos anúncios fatiga o público, pelo que, no futuro, seria possível, correspondendo ao gosto do público pelo espectáculo, substituir os anúncios por programas com um nível artístico acumulado (concertos, concursos didácticos e recreativos). Porém, explica o autor, a má utilização da Publicidade e uma deficiente interpretação dos seus fins podem ser “nocivas” e “hipnotizantes” para o telespectador (pp. 27-29).

Passando, seguidamente, para o assunto “Cultura”, o autor enaltece o papel da Televisão e Rádio na promoção e revitalização cultural. Lembra, inclusivamente, que a televisão e a rádio levam cultura aos letrados e iletrados, mas para serem bem sucedidos nessa matéria necessitam de cultivar um estilo adequado a todos os públicos.

Ainda a respeito da influência dos meios de comunicação na Cultura e na Sociedade, o autor conta dois episódios, ambos na Rádio, pois este acredita que este meio tem algo mais do que a Televisão, no que toca à expressão cultural. Num dos seus programas na Rádio, Luís Forjaz

Trigueiros verificou que só após adicionar música de fundo e uma voz feminina ao seu programa de leitura de poemas é que este ganhou maior reconhecimento entre os ouvintes. Num outro programa, o simples facto de o locutor ter uma peculiar pronúncia madeirense, cativou mais ouvintes. Tudo isto, e em jeito de conclusão, para afirmar que os meios de comunicação (principalmente a Rádio e a Televisão) desempenham um papel que já não passa indiferente à sociedade, pois constituem cada vez mais uma forma de informação e entretenimento massiva, para todos os segmentos do público. Segundo o autor, os meios serão inclusivamente cada vez mais importantes e o mundo, sem eles, tornar-se-ia quase “inabitável”.

Autor (nome completo): Ricardo Jorge Oliveira Nunes

E-mail: 17066@ufp.pt

» Trindade Coelho, 1897

Autor: Trindade Coelho, José Francisco

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1897

Título completo da obra: Liberdade de Imprensa – Proposições Apresentadas ao Congresso da União Internacional de Direito Penal

Tema principal: Liberdade de Imprensa.

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Antiga Casa Bertrand – José Bastos

Número de páginas: 17

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: S.C. 5605//1A

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: N1-5-6

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): José Francisco Trindade Coelho- Escritor (Mogadouro, Trás-os-Montes, 1861 – Lisboa, 1908).

Depois de frequentar direito na Universidade de Coimbra, onde colaborou em diversos periódicos sob o pseudónimo de Belisário, foi delegado do procurador régio no Sabugal e em Portalegre. Fixado em Lisboa desde 1891, exerceu advocacia e foi magistrado publicando diversos trabalhos jurídicos. Fundou diversos jornais e revistas, nomeadamente *Porta Férrea*, *Gazeta de Portalegre*, *Comércio de Portalegre* e *Panorama Contemporâneo*, e empenhou-se na educação popular, tendo participado em diversas campanhas contra o analfabetismo. Depois de pedir a demissão do cargo de juiz, em 1907, não resistiu a uma forte depressão nervosa, suicidando-se no ano seguinte. Mestre do Conto, a sua colectânea *Os Meus Amores* (1891) é, no género, uma das obras primas da literatura portuguesa. Merece ainda destaque

Livros LabCom

o seu volume *In Illo Tempore* (1902), uma recordação do ambiente universitário de Coimbra. Outras publicações: *ABC do Povo* (1906) e, postumamente, *Autobiografia e Cartas* (1910) e *O Senhor Sete – Dispersos Folclóricos e de Doutrina Literária* (1961).

Índice da obra:

Proposições – Sobre a qualidade e responsabilidade do editor no delitos de liberdade de imprensa, penas a aplicar, e forma de processo na verificação e julgamento de aqueles

delitos, o autor sustenta as seguintes posições:

I – Que nos delitos de liberdade de imprensa, a responsabilidade criminal não deve ser exigida ao editor, senão no caso especial de ele não revelar o verdadeiro autor: páginas 3 - 5.

II – Que o editor não deve ser sempre o director do jornal, isto é, o indivíduo tido e havido como sendo chefe da sua redacção: páginas 5 - 9.

III – Que a pena aplicada ao autor deve ser sempre acompanhada de condenação do jornal em multa, devendo o produto desta reverter em benefício exclusivo de estabelecimentos oficiais de instrução: páginas 10 - 11.

IV – Que aos delitos de liberdade de imprensa não deve corresponder nunca pena corporal, excepto nos casos dos artigos 159.º, 160.º, 169.º, 170.º e 171.º do Código Penal (ofensas a chefes de nações estrangeiras; ofensas a representantes de nações estrangeiras; ofensas ao Chefe de Estado; rebelião; tentativa de destruição da integridade do Reino); podendo ainda nestes casos a pena corporal ser substituída por multa, consoante parecer do tribunal: páginas 11 - 15.

V – Que ao espírito da Carta Constitucional repugna que os delitos de liberdade de imprensa sejam julgados quer por um juiz singular, quer por um júri especial, devendo, sem excepção, ser cometidos todos ao júri geral, reformando este: páginas 15 - 17.

Resumo da obra (linhas mestras): Trindade Coelho, nesta obra, fala-nos das alterações legislativas sobre liberdade de imprensa, dando-nos a conhecer a nova situação no final do século XIX. Diz-nos, nomea-

damente, que o autor de uma publicação incriminada deixava de ser responsabilizado, passando a responsabilidade criminal a ser do editor e do autor. Só havia delito se fossem impressos mais de seis unidades. No entanto, do ponto de vista do autor, seria realizada uma análise pitoresca sobre o assunto, ou seja, se o editor é tão responsável quanto o autor, então todos os outros intervenientes no processo de elaboração e venda do jornal deveriam também ser punidos. Sendo assim só o autor, por essa ser uma forma de expressão do seu pensamento, deveria ser punido. Só no caso em que o editor não pretendesse indicar o autor é que deveria ser punido.

O autor insurgia-se contra a figura do editor, aconselhando mesmo a sua extinção definitiva. Considerava essa figura como um elemento criado para ser punido. Considerava, igualmente, que a qualidade, a nível de formação, dos editores, era propositadamente fraca, para que eles não tivessem conhecimento do que lhes podia acontecer. Havia casos em que os editores eram punidos levando toda a sua família à pobreza. Pensava, assim, o autor, que era esta uma desonra da lei, no sentido em que a própria lei permitia esta situação. Assim, considerava que os que deveriam ser punidos eram os proprietários dos jornais, para além dos autores.

Continuando a expor o seu ponto de vista, o autor considerava também que a lei tinha outras falhas consistentes, ou seja, o jornal onde fosse impressa uma notícia que não respeitasse os termos de liberdade de imprensa deveria também ser punido com uma multa que deveria reverter a favor de instituições de ensino, já criadas ou a serem criadas. Aconselhava, assim, Trindade Coelho a criação de uma Escola de Jornalismo.

Trindade Coelho faz, posteriormente, uma análise ao delito propriamente dito, que é provocado muitas vezes pela necessidade de inovar, defendendo, assim, o jornalista que se limita a criar um produto atractivo. Refere, ainda, que são muitas vezes criadas amnistias para os crimes cometidos pelos jornalistas uma vez que a lei aplicada não era a mais indicada. Não poderiam colocar os editores na prisão, uma vez que os seus delitos nada tinham a ver com os delitos realizados por

quem lá estava. Aconselhava, assim, que fosse aplicada uma multa em vez de pena na cadeia. E que essa multa fosse aplicada em partes iguais ao autor e ao jornal.

A pena máxima de um ano de prisão por abusos de liberdade de imprensa, continua Trindade Coelho, tinha passado para seis meses de prisão, sendo então aplicada pelo júri. No entanto, todos os outros crimes teriam sido aumentados com um castigo de pena máxima de dois anos. Seria, então, contraditório, ou seja, se os editores e jornalistas tinham uma pena inferior, o seu crime não poderia ser considerado crime.

Conclui a sua reflexão com o conselho de substituir o juiz singular, que julgava os crimes de imprensa, por um júri, uma vez que, se algo escapasse, o júri teria a capacidade de imediatamente detectar o sucedido e rectificar a situação.

Autor (nome completo): Sérgio Nuno Galvão Ribeiro de Melo
E-mail: sergio0melo@vilaazul.com

» Vasconcelos, 1914

Autor: Vasconcelos, José Leite

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1914

Título completo da obra: Severim de Faria, Notas Biográficas - Literárias

Tema principal: História da Jornalismo/Jornalistas e Vida Profissional

Local de edição: Coimbra

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Imprensa da Universidade de Coimbra

Número de páginas: 36

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: S5 – 7 – 93(2)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Etnólogo e filósofo, José Leite de Vasconcelos nasceu em Ucanha, Tarouca (07/07/1858) e morreu em Lisboa (17/01/1941). Formou-se, no Porto, em Ciências Naturais (1881) e em Medicina (1886). De 1887 a 1911 foi conservador da Biblioteca Nacional. Doutorou-se em Filologia Românica na Universidade de Paris (1901). De 1911 a 1929, leccionou na Faculdade de Letras de Lisboa. Empenhado em escrever a história do povo português, fundou a revista *Lusitana* (1889), o *Arqueólogo Português* (1895) e o Museu Etnológico de Belém (1893). Publicou mais de três centenas de estudos relacionados com as antiguidades, a linguagem e a vida do povo português, sendo uma autoridade de Renome mundial na matéria. Escreveu: “O Dialecto Mirandês” (1882); “Religiões da Lusitânia” (1897 – 1913), em três volumes; “Estudos de Filologia Mirandesa” (1900 – 1901), em dois volumes; “Opúsculos” (1928 – 1929) em quatro volumes; “Etnologia Portuguesa” (1933); “Romanceiro Português” e “Contos Populares e Lendas”, publicados depois da sua morte.

Livros LabCom

Índice da obra:*Introdução – p. 5*

I. Manuscrito de Severim de Faria

Palavras prévias – p. 6

a) Códices de Biblioteca Nacional de Lisboa – p. 7

b) Outros Códices – p. 20

II. Severim poeta – pp. 20 – 23

III. Família de Severim – pp. 24 – 26

IV. Resenha cronológica da vida de Severim – pp. 27 – 31

V. Considerações várias – pp. 32 – 36

Resumo da obra (linhas mestras)

Esta obra tenta biografar Manuel Severim de Faria, autor das “Relações” publicadas em 1626 e 1628 (a primeira das quais foi reeditada em 1627), e que alguns autores consideram ser o primeiro jornal português, embora não periódico.

J. Leite de Vasconcelos diz que encontrou na Biblioteca Nacional, em Lisboa, o código 224, onde estão arquivadas as relações manuscritas que constituem a “Relação do que sucedeu em Portugal e mais províncias do Ocidente do ano de 1610 até 28 de Fevereiro de 1611”, das quais se extraíram as referidas relações impressas.

O autor refere também outros textos de Severim de Faria, de carácter político, eclesiástico e literário a respeito de Portugal e de outros países da Europa e do Norte de África. No que concerne a Portugal, segundo o autor as notícias das relações dão conta de quem governava o país, as leis publicadas, a morte e nomeação de bispos, de abades de convento e titulares, livros publicados, a visita de Filipe II e a sua morte no dia 31 de Março de 1621, festas religiosas e profanas, falecimento de pessoas notáveis e outras das colónias e ilhas adjacentes.

As notícias dos outros países são mais breves. Há também informações sobre acontecimentos, meteorologia, de prodígios e monstros.

Resumo Cronológico da vida e obra de Severim:

- 1583 – Nasce em Lisboa Manuel Severim de Faria.
1598 – Com 15 anos apenas, já escreve versos.
1599 – Continua a escrever versos.
1604 – A viagem que fez com o Tio Baltasar de Faria a Guadalupe (Espanha) em peregrinação religiosa, dá-lhe assunto para escrever a “Memória de Chelas” e uma carta a Pedro de Mendanha.
1608 – Seu tio Baltasar de Faria renuncia nele o cargo de cônego de Évora.
1609 – O mesmo tio Baltasar renuncia nele também a função de chantre. Severim escreve o Itinerário de Miranda. Saem na 2ª parte da Monarchia Lusytana de Brito dois epigramas latinos de sua autoria.
1610 – 1611 – É a estes anos que se refere a primeira Relação manuscrita.
1615 – Severim oferece ao duque D. Teodósio II a Árvore Genealógica da Casa de Bragança.
1618 – Carta escrita de Macau pelo Padre M. Dias Júnior. Severim ordena o Índice do livro 4º dos originais do arquivo do Cabido Eborense.
1619 – Outra carta de Macau, que se encontra na caixa 29 dos manuscritos da Biblioteca Nacional.
1621- Carta datada de Angola a Severim, do missionário Mateus Cardoso.
1621-1626 – Vários tratados e apontamentos manuscritos no cod. 917 da Biblioteca Nacional.
1622 – Obrigação dos Reis de Portugal sobre a convenção dos povos da Guiné.
Instruções a seu sobrinho D. Francisco Manuel, que partia para a Índia.
1624 – Publicação, em Lisboa, dos Discursos vários políticos.
1625 – Jornada a Maçans da D. Maria. Morreu seu tio, Baltasar de Faria, que tomara o nome de D. Basílio, por ter passado para Cartuxo de Évora. Severim coordena a Notícia de Portugal e suas Conquistas, donde depois extrai a obra “Noticias de Portugal”
1626 – É publicado, em Lisboa, a sua “Relação Universal”
1627 - Publicação, em Braga, de outra Relação.
1628 – Nova edição, em Évora, de segunda Relação.
1631 – 1635 – Cartas de Jorge Cardoso a Severim.
1633 – Carta de Frei António Brandão a Severim. Severim renuncia ao

cargo de Cónego em seu sobrinho Manuel de Faria.

1634 – Severim é nomeado pelo cabido de Évora para ir cumprimentar D. Margarida de Áustria que passa de Évora para Lisboa, a fim de governar o Reino.

1638 – “Razões contra a União que se pretendia de Portugal a Castela.

1639 – Severim escreve a “Vida do Padre Gaspar de Macedo”

1641 – Última data a que se referem as Relações Manuscritas.

1642 – Escreve o index do Cartório do Cabido de Évora. Renuncia o chancelado no sobrinho.

1643 – Observações sobre os males. Escreve a “Relação da Vida Solitária da Serra de Ossa.

1649 – Severim publica em Lisboa o “Exercício de Perfeição”

1651 – Publica o “Prontuário Espiritual” (em Lisboa).

1652 – Lança, em Évora, nos alicerces do baluarte que se erigiu com o nome de Teodósio, em honra do príncipe com esse nome, uma pedra com o nome de Severim de Faria.

1655 – São publicadas, em Lisboa, as “Notícias de Portugal”. Morre, em Évora, Manuel Severim de Faria.

Todas estas obras se encontram na Biblioteca Nacional

J. Leite de Vasconcelos encerra com um capítulo intitulado «Considerações Várias», no qual afirma que Severim de Faria viveu numa época em que Portugal, perdida a sua independência com a morte de S. Sebastião, sofria o jugo castelhano, com todas as consequências negativas que daí advieram: assassinatos, perseguições, perda de colónias, ruína do comércio, vexames sofridos por todas as classes sociais. No entanto, teve a felicidade de poder ver a hora da Restauração da independência do país.

Embora não tenha tomado parte directa em todos estes acontecimentos, Severim fê-lo de forma indirecta, já que eles lhe serviram para escrever obras a seu respeito.

Cedo o levaram de Lisboa para Évora, onde estudava o seu tio Baltasar que o educou de acordo com preceitos religiosos rígidos. A paz trazida a si pela religião acabou por ser útil porque Severim terminou os graus

de Filosofia e Teologia em Évora.

Inicialmente cultivou a Poesia. Depois tentou outros campos a História, a Geografia, a Sociologia, as Antiguidades. De permeio fazia viagens.

A posição relevante que usufruía na alta sociedade eborense, facilitava-lhe amizades com padres que iam pregar para o ultramar, a quem pedia informações sobre terras longínquas, como Frei António Brandão, que lhe enviava cartas.

Sabendo Severim que um investigador precisava de ter acesso livros e documentos, imaginou formar uma livraria e um museu, e se bem pensou, melhor o fez. Para tal teve a colaboração de missionários, que lhe enviavam curiosidades ou raridades etnográficas, de Jorge Cardoso, que lhe mandava as últimas publicações de Lisboa e de pessoas de Évora e arredores, que lhe traziam toda a espécie de antiquilhas.

Dois aspectos caracterizavam-no: grande e instintiva curiosidade histórica que o levava a investigar sobre todos os assuntos e uma fé muito profunda que o levava a praticar a caridade para com os pobres e se lhe transmitia nos julgamentos que fazia dos homens e das coisas. Foi um homem comedido e ponderado, que teve um papel preponderante na sociedade do seu tempo.

Moderado na vida, foi-o também no estilo que adoptou. No século XVII, em plena euforia dos enfeites e arrebiques do Barroco, Severim cultivou a simplicidade da linguagem. Para isso contribuiu a sua vida de investigador, de estúdio, permanentemente imerso em documentos históricos, arquivos, papéis, que não lhe deixavam tempo para floreios de escrita.

Autor (nome completo): Daniel Roberto Bastos Dias
E-mail: maginhinha@hotmail.com

» Veloso, 1910-A

Autor: Veloso, Rodrigo

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1910

Título completo da obra: Jornalistas Portugueses – António Rodrigues Sampaio

Tema principal: Jornalistas e Vida Profissional

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Tipografia Minerva - Falmalicão

Número de páginas: 27

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: HG-15146//1P

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: Q2/2-94 (7)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Jornalista, bibliófilo, Rodrigo Veloso nasceu em 18XX e morreu em 1913.

Índice da obra: [Não tem índice]

Razão pela qual escreve este memorando: pp.5-7

Motivo pelo qual faz este registo e o porquê de o fazer em relação a António Rodrigo Sampaio: pp. 7-11

Comemoração do centésimo aniversário de António Rodrigo Sampaio: pp. 11-12

O que foi dito na imprensa Nacional: pp. 12-16

Transcrição do artigo publicado por um dos mais antigos militantes da imprensa do Minho: pp. 16-23

Comentário a outras notícias que foram escritas por outros jornais: pp. 23-26

Lamenta a “guerra” contra António Rodrigo Sampaio, pela parte de Gomes Leal: pp. 26-27

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra é um registo biográfico e elogioso daquele que o autor considera o “mais importante” jornalista português do século XIX, António Rodrigues Sampaio. Veloso fala da vida do biografado, desde jovem até à sua morte.

Rodrigo Velloso começa por explicar o seu objectivo com esta obra:

“Pela aparência podem pensar que o meu objectivo é falar dum grupo de escritores que se tenham salientado no jornalismo; não é verdade, o objectivo é mais modesto e pretendo apenas fazer um registo simples de algumas pessoas que entraram no jornalismo e aí se fizeram notar pelo seu mérito/qualidade e são poucos/contam-se pelos dedos da mão. O jornalismo exige qualidades que poucos têm.

Os bons (poucos) são jornalistas e os outros jornaleiros, estes que apenas se interessam pelo dinheiro que recebem. O pequeno grupo dos bons de que vou falar não posso começar melhor senão por António Rodrigo Sampaio. Ele é primeiro não só na ordem por que começo mas também pelas suas qualidades/predicados.”

Segundo o autor, António Rodrigo Sampaio nasceu em Esposende, no dia 25 de Junho de 1806. O centenário comemorou-se em 1906, em Esposende, por iniciativa de Xavier Viana, entre outros, para homenagear o homem e seus legados.

Tal homenagem, segundo o autor, foi pouco divulgada e foram poucos os jornais que a “preconizaram” e poucas as pessoas que a ela aderiram – só se conseguiram 324 reis para a construção do monumento em homenagem ao jornalista, contribuindo com 100 reis o jornal *Notícias de Lisboa*. Foram também poucos os jornais que o lembraram com pequenas notícias – excepção do *Diário de Notícias* que o lembrou em primeira página e em textos de Sousa Viterbo, nos quais se pedia a compilação da obra de Sampaio. O autor aponta o “medo” de jornais e jornalistas ao perfil do jornalista António Rodrigues Sampaio para explicar essa quase invisibilidade das celebrações do centenário do seu nascimento na imprensa. Apesar de tudo, Veloso revela que a revista *Ocidente* dedicou

a Sampaio o seu número 993 quase por inteiro, incluindo a publicação de retratos, e a *Ilustração Portuguesa* também o evocou, num artigo de Sérgio de Castro.

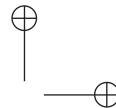
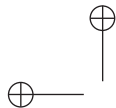
Revela também o autor que por ocasião da celebração do centenário do nascimento de Sampaio se fez uma publicação única, na qual Veloso escreveu. Nela, Veloso revela que António Rodrigo Sampaio veio de uma família de lavradores de classe média, mas, sem vocação para continuar a lavoura, manifestou o interesse em continuar a estudar. Por isso, seus pais, com sacrifício, permitiram que estudasse para padre. Nos estudos, Sampaio demonstrou “inteligência e apego ao trabalho”, salienta Veloso. Dadas estas características o Convento de Viana interessou-se por ele, o que agradou aos pais mas não a ele – ele era liberal. Apesar disso, estudou em Viana e em Braga e subiu ao púlpito várias vezes, mas as suas ideias políticas impediram-no de chegar mais longe.

Veloso conta também que a vida política de Sampaio se iniciou em 1828, sendo preso em 1831. Conheceu na prisão Ferreira Tinoco, advogado de Barcelos – seu protector e com quem muito aprendeu enquanto esteve preso. Mais tarde, segundo o autor, Sampaio lutou ao lado dos liberais na guerra civil, tendo depois sido admitido no jornal *Vedeta da Liberdade*, onde logo deu mostras do seu valor.

Quando Manoel da Silva Passos subiu ao poder, Sampaio, tornou-se secretário-geral do Distrito de Bragança e de seguida governador de Castelo Branco. Mais tarde foi demitido graças às suas ideias políticas e foi para Lisboa convidado por José Estêvão e Mendes Leite, para o jornal *Revolução de Setembro*, do qual foi também director. Redigiu o *Espectro* quando fechou o jornal *Revolução de Setembro* – uma obra contra o regime de Cabral.

Para Veloso, a obra de António Rodrigo Sampaio como jornalista é um das mais “brilhantes páginas da imprensa portuguesa”, pelo que o autor expressa pena por não ter sido publicada.

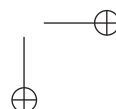
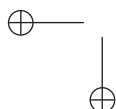
De António Rodrigo Sampaio pode dizer-se, ainda, segundo os dados avançados por Rodrigo Veloso, que foi conselheiro do Tribunal de Contas (1879), ministro do Reino (1870/71/79) e presidente do Conselho de Ministros em 1881, sendo a sua passagem pelo Governo assinalada por



medidas progressistas e liberais. Pelo meio, promoveu uma nova Lei Eleitoral e um novo Código Administrativo. Morreu de velhice em 13 de Setembro de 1888.

Quase a encerrar o seu livro, o autor recorda a campanha “injusta” contra Sampaio feita pelo adversário político Gomes Leal.

Autor (nome completo): José António da Silva Monteiro
E-mail: goomestre@gmail.com



» Veloso, 1910-B

Autor: Veloso, Rodrigo

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1910

Título completo da obra: Jornalistas Portugueses II – Emídio Navarro

Tema principal: Jornalistas e Vida Profissional

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Tipografia Minerva - Falmalicão

Número de páginas: 17

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: H.G.15146//2P

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: Q2/2-94 (8)

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Rodrigo Veloso nasceu em 1839 e faleceu em 1913. Bibliófilo, jurisconsulto e jornalista, publicou seis curtas biografias de importantes jornalistas portugueses do século XIX e princípios do século XX.

Índice da obra: [Não tem índice]

Comemoração do óbito de Emídio Navarro, no quinzenário Lisbonense do Mundo Legal e Judiciário: pp.7-8

Apresentação de alguns colaboradores e admiradores do Conselheiro Emídio Navarro: pp.8-9

As qualidades Jornalísticas de Emídio Navarro: pp.10-12

As qualidades de Ministro de Emídio Navarro: pp.12-13

Primeiro aniversário de sua morte difundido pela imprensa: pp.13-15

Testemunho e homenagem proferido pelo cónego Sena Freitas: p.15

Homenagens finais a Emídio Navarro: pp.16-17

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra é uma homenagem ao jornalista Emídio Navarro, no âmbito da comemoração do seu óbito, a 16 de Agosto de 1909.

Segundo o autor, o início do século XX foi uma época em que, ser jornalista era ter que enfrentar “mares cerrados e revoltos ” (p.9). Não havia liberdade de expressão no início desse século, marcado pela fase final do regime monárquico e pela implantação da República.

Esta obra surge numa época em que a “moda” das biografias e memórias profissionais atingiu uma forte expressão. É evidente o enorme esforço por parte do autor em homenagear e imortalizar o “admirável! surpreendente! pasmoso!” Emídio Navarro (p.11), demonstrando uma enorme amizade pelo falecido, não deixando contudo de se engrandecer a si mesmo.

O autor começa por fazer uma descrição da galeria de jornalistas portugueses do início do século XX, centrando-se no jornalista Emídio Navarro. Inicia o texto com uma breve referência a António Rodrigues Sampaio “o indisputável patriarca da classe, sob o ponto de vista moderno”, seguindo-se o perfil de Emídio Navarro, um jornalista que, no dizer de Veloso, soube e pôde levantar-se e salientar-se na imprensa periódica “erguer-se tão alto como ele se alçou e librou na imprensa periódica.

Rodrigo Veloso refere que a morte prematura do Conselheiro Emídio Navarro foi “uma desmedida, uma irreparável perda para o jornalismo”.

O autor recorda que, como outros jornalistas-políticos, Emídio Navarro desempenhou funções no Governo, passando pelo ministério das Obras Públicas, no qual também se teria distinguido.

Veloso alude ainda a alguns dos jornais que registaram a fúnebre data, como é o caso do *Novidades*, pelo porta-voz António Barbosa Colen, discípulo do falecido, no artigo “*Emídio Navarro. Um ano depois de sua morte*, bem como os casos de *O Dia*, *O Diário da Tarde* e *O Buçaco*.

Na parte final, o autor cita o testemunho que o cónego Sena Freitas deixou, apesar de todas as divergências para com o homenageado, classificado como alguém de “excesso azedo e até indesculpavelmente insidioso”. (pp.15-16).

Autor (nome completo): Lucília Cristina Reguengo de Sá Coelho Monteiro
E-mail: 18569@ufp.pt

Livros LabCom

» Veloso, 1911-A

Autor: Veloso, Rodrigo

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1911

Título completo da obra: Jornalistas Portugueses III – Conselheiro Mariano de Carvalho

Tema principal: Jornalistas e Vida Profissional

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Tipografia Minerva - Falmalicão

Número de páginas: 18

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: H.G.15146//3P

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Rodrigo Veloso nasceu em 1839 e licenciou-se em Direito. Foi advogado, notário (tabelião), jornalista, escritor e editor. Fundou o quinzenário *O Fósforo, o Átila e o Tira-Teimas*. Faleceu em 1916.

Índice da obra: [Não tem índice]

1ª Parte: Breve introdução à História da Imprensa e seus autores principais: pp. V-XI

2ª Parte: Conselheiro Mariano de Carvalho – sua história e seus contemporâneos: pp. 1-7

Resumo da obra (linhas mestras):

1ª Parte

Ceci Tuera Cela – “isto matará aquilo”, sentença que Victor Hugo formulou quando quis referir-se à superioridade da imprensa sobre a arquitectura, a arte que de entre todas foi a que mais evoluiu, traduzindo nas suas concepções todos os ideais dos povos.

O autor refere que a imprensa, mais precisamente o jornal, foi ganhando terreno ao livro, devido a todas as suas manifestações, relegando-o para interesse e plano secundários.

Estes acontecimentos são fruto da ânsia de se viver melhor e mais intensamente.

Para o autor, a leitura completa de um bom livro deverá ser pausada e meditada e para que isto aconteça as pessoas deveriam manter sempre um espírito aberto e curioso, visto que o tempo reservado a esta leitura é mínimo.

Rodrigo Veloso relata, também, a rivalidade entre os jornais da época, que tentavam sempre inovar e melhorar, de forma a serem os preferidos do público. Nesses jornais não só eram publicadas notícias como também opiniões, para facilitar o trabalho dos leitores, poupando-lhes o trabalho de pensar e formular juízos.

Veloso diz também que a “supremacia” dos jornais sobre o livro não é total, já que os leitores se mostrariam mais interessados nas notícias escandalosas e sensacionalistas do que no próprio noticiário e artigos de fundo. A atenção dos leitores, segundo o autor, inclinava-se para as notícias quando essas eram escritas por certos autores, como Rodrigo Sampaio, Emídio Navarro, Mariano de Carvalho e Barbosa Collen, que captavam e empolgavam o público com a sua escrita.

Por fim, o autor lamenta que alguns textos desses autores sejam apenas publicados em livros, sendo assim quase que esquecidos e condenados a não serem conhecidos pelo público em geral.

2ª Parte

O autor começa por referir e lamentar a morte súbita, em apenas dois meses, de dois grandes homens e mentes da imprensa portuguesa.

O falecimento do Conselheiro Emídio Navarro, em Agosto, causou uma grande surpresa a toda a imprensa. Em Outubro, outro grande nome da imprensa jornalística, Mariano de Carvalho, faleceu.

Segundo Veloso, a imprensa portuguesa por mais rica e opulenta que fosse, sentiria enormemente a falta destes dois autores, jornalistas no sentido mais puro e nobre do termo. Para ele, os dois jornalistas referidos

eram de índoles diferentes, mas os efeitos e resultados dos seus textos eram idênticos. A linguagem era igualmente diferente, porém obedecia a algumas regras e era sempre bem adaptada aos diversos assuntos.

O autor utiliza bastantes metáforas para caracterizar os dois escritores e a linguagem que eles empregavam, tal como: “Argumentadores um e outro, Emídio Navarro seguindo sempre pela estrada real e batida, Mariano de Carvalho enveredando muitas vezes, quando sentia o chão a faltar-lhe debaixo dos pés no caminho coimbrão, pelos atalhos do sofisma e enredando o adversário nos liames deste, eram dois contendores para de todo o ponto respeitar e recluir e constituíram no seu tempo os dois mais valentes e peregrinos atletas e mantenedores da imprensa política”.

Refere ainda que, com a morte de Emídio Navarro, todos os ódios esmoreceram, ao contrário do que aconteceu com o falecimento de Mariano de Carvalho, que não diluiu todos os rancores sentidos pelos seus inimigos.

Por fim, Rodrigo Veloso revela que com o tempo todos os ressentimentos em relação a Mariano de Carvalho foram desaparecendo lentamente e que a memória que ficou dele, não só como jornalista, mas também como político, saiu das sombras, ocupando um lugar privilegiado na memória da imprensa.

Autor (nome completo): Ana Catarina Almendra Correia de Almeida d’Eça
E-mail: catarina_eca@hotmail.com

» Veloso, 1911-B

Autor: Veloso, Rodrigo

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1911

Título completo da obra: Jornalistas Portugueses IV: Barbosa Collen

Tema principal: Jornalistas e vida profissional

Local de edição: Famalicão

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Minerva

Número de páginas: 22

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: A4 – 6 – 61

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Rodrigo Velloso nasceu em 1839 e faleceu em 1913.

Índice: [Não tem índice]

Introdução biográfica sobre o próprio autor

Apresentação de Barbosa Collen

Sucessão de Barbosa Collen a Emídio Navarro à frente do jornal *Novidades*

Resumo da obra (linhas mestras): Rodrigo Velloso dedica a primeira parte do seu livro a falar um pouco da sua própria vida. Dá-nos a conhecer que desde muito cedo se apaixonou pelos livros, principalmente pelos da “verdadeira literatura” (p. 5). Sente que com um bom livro pode “aspirar e sentir” (p. 6), mostrando que a leitura é indispensável.

Afirmando-se um pouco leigo em relação à imprensa periódica, Rodrigo Velloso não deixa de a explorar no intuito “de compreender qual poderia ser a sua influencia sobre a sociedade, sua evolução e modo de ser” (p. 7). O autor diz que sempre considerou a imprensa como o quinto poder do Estado, contudo afirma que se a imprensa cumprisse a verdadeira missão que lhe compete se tornaria o primeiro poder no que respeita ao

Livros LabCom

norteamento da sociedade, “e o mais bem aceite e o mais fervorosamente acatado” (p. 7)

Para o autor, a imprensa só se preocupa com a quantidade e não com a qualidade dos seus artigos, salientando que “os jornaleiros da imprensa” (p.8) trabalham apenas como profissionais à espera do salário, sendo “diminutíssimo o número dos que se consagram não só como profissionais (...) mas ainda (...) professando em seus escritos a boa doutrina, lições proveitosas para a instrução e educação do povo” (p.8). De facto, para Velloso, o exercício do jornalismo é um “sacerdócio” (p. 8).

Para Rodrigo Velloso, as ciências sociais deveriam estar na base de qualquer trabalho jornalístico, para que este fosse “desprendido de afeições e paixões e isento de conveniências e interesses (...), obedecendo em seus juízos à voz da própria consciência e às leis reguladoras do mundo social” (p. 10). Para o autor, pouquíssimos são os bons jornalistas, mas Barbosa Collen seria um ótimo jornalista.

Pode considerar-se o segundo capítulo como sendo uma biografia de um jornalista que Rodrigo Velloso considera dos melhores: Barbosa Collen. Para o autor, Barbosa Collen “entre os jornalistas portugueses da actualidade ocupa um dos primeiros lugares” (p.13).

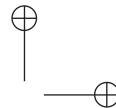
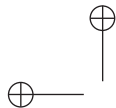
Barbosa Collen é apresentado como director e redactor principal *Novidades*, tendo sucedido a Emídio Navarro.

Velloso acredita mesmo que não houve melhor substituto para Navarro: “a confiança assim posta nos predicados que se dão no Sr. Barbosa Collen e o enaltecem, radicada no ânimo de Emídio Navarro” (p.14).

Com Collen, diz Rodrigo Velloso, o *Novidades* manteve-se sempre fiel aos princípios e qualidades defendidos por Navarro, “mas ainda tem conseguido alargar a área da sua acção, com sucessivo e extraordinário aumento da sua tiragem e difusão” (p.14).

O autor refere então, a propósito, que não é fácil ser-se um bom jornalista e que para o ser é necessário seguir as suas leis, como uma espécie de sacerdócio.

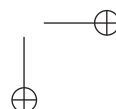
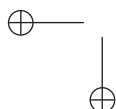
A respeito de Barbosa Collen, Rodrigo Velloso diz que “valia só por si uma legião”. Como adversário era “temível e fulminador, valendo por um exército”. Ainda característica de Barbosa Collen, na visão de Rodrigo



Velloso, era uma “indomável coragem”. Collen tinha ainda, de acordo com Velloso, o poder de “manusear a ironia”, revestindo-a de várias formas, pelo que o compara ao escritor inglês Thackeray.

Intitula Rodrigo Velloso o perfil de Collen como sendo a tela de Taine, frisada pela ironia de Thackeray.

Autor (nome completo): Susana Pedreira Pedra
E-mail: susana_pedra@hotmail.com



» Veloso, 1911-C

Autor: Veloso, Rodrigo

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1911

Título completo da obra: Jornalistas Portugueses V: Conselheiro José D'Alpoim

Tema principal: Jornalistas e vida profissional

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Livraria Clássica Editora A.M.Teixeira & C.

Número de páginas: 15

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: Q2-2-94

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Rodrigo Velloso nasceu em 1839 e faleceu em 1913.

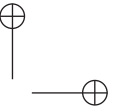
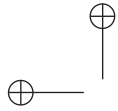
Índice: [Não tem índice]

Relação do leitor com José D'Alpoim: pp 5-9

Vida social e política de José D'Alpoim: pp 10-14

José D'Alpoim como jornalista: pp 15-20

Resumo da obra (linhas mestras): Rodrigo Velloso considera neste seu livro, escrito em tom de elegia, que José d'Alpoim foi, no seu tempo, uma das “mais importantes individualidades da política de Portugal”, que se caracterizava pela “dignidade” com que ocupava o seu cargo. De acordo com Velloso, José d'Alpoim foi muitas vezes contrariado pelos interesses do regime monárquico, apesar de ter um profundo conhecimento sobre os Negócios Estrangeiros, ciências sociais e literatura. José d'Alpoim foi ainda, de acordo com Rodrigo Velloso, um “político de grandes recursos”, orador parlamentar e conferente

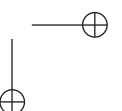
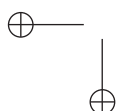


“dos que mais se salientavam” no país.

Rodigo Velloso considera José d’Alpoim um “exímio jornalista”, “sempre a favor das causas justas e meritorias”. José d’Alpoim tinha, assegura o autor, “poder suficiente para influir na opinião pública”. Por isso, Rodigo Velloso assevera que José d’Alpoim conquistou um lugar distinto no jornalismo.

De acordo com Velloso, José D’Alpoim colaborou com jornais como *O Primeiro de Janeiro*, *O Correio da Noite* e *O Dia*.

Autor (nome completo): Marta Filipa Carneiro Morato da Graça
Email: 15252@ufp.pt



» Vieira, 1850

Autor: Vieira, Custódio José

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1850

Título completo da obra: A Imprensa e a Resistência Legal

Tema principal: Liberdade de Imprensa, Opinião Pública, Ética, Direito e Deontologia do Jornalismo

Local de edição: Porto

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Tipografia do Nacional

Número de páginas: 15

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: H.G.6717//14V.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: M4 -4 -22 (6)

Resumo da obra (linhas mestras): Natural da Régua, nascido no dia 27-3-1822, Custódio José Vieira distinguiu-se como advogado e como deputado. Formou-se em Coimbra, em 1843. Frequentava o 3º ano de Direito quando rebentou a revolução de 1846, à qual aderiu convictamente. O General Sá Nogueira, então visconde de Sá da Bandeira, nomeou-o comissário civil de uma das três circunscrições em que, ao tempo, foi dividido o Algarve. Mais tarde, voltou à Universidade, formando-se bacharel em Direito.

Abriu banca de Advogado no Porto, onde depressa se notabilizou. Em 1848, estreou-se no jornalismo, no jornal republicano *Eco Popular*, propriedade do livreiro José Lourenço de Sousa. Seguiu-se uma fase da sua vida jornalística, como redactor do *Nacional*, onde se distinguiu como polemista e escritor político, nervoso e apaixonado.

Filiou-se no Partido Regenerador. Fundou e dirigiu o jornal *O Portuense*, do qual também foi proprietário. Em 1867, foi eleito deputado e nessas funções teve grande fama. Em 1871, foi proposto para reitor do liceu do Porto. Em 1876, viria a ser deputado por Lisboa. Contudo, já não voltou a ter o brilho que tivera, porque a sua doença não o permitia. Em 1878, foi ainda nomeado director-geral das Contribuições Directas. Faleceu no dia 9-5-1879, no Porto.

Índice da obra: [Não tem índice]

1. O manifesto à liberdade de imprensa: pp. 3 e 4.
2. O crime do governo para com o povo e a importância da imprensa: pp. 4 – 9.
3. A situação histórica da imprensa em Portugal: pp. 9 – 11.
4. A homenagem aos dois homens de Algodres: p. 11.
5. O alerta para o povo: pp. 11 – 15.

Resumo da obra (linhas mestras): O autor faz deste texto em favor de uma manifestação contra a repressão da liberdade de imprensa um manifesto em louvor dessa mesma liberdade, vista como sendo inerente à dupla condição de Homem e Cidadão. Para ele, a ausência de liberdade de imprensa gera servidão. E, como ele próprio diz, “No corpo do escravo morre o espírito do homem”.

O opúsculo aqui resumido é, ainda, em termos particulares, uma rejeição da lei restritiva da liberdade de imprensa que tinha sido aprovada pelo Parlamento. O autor é ofensivo para com aqueles que aprovaram a nova legislação, apelidando-os de “tiranos” e “déspotas” e classificando-os como agentes “anti-civilizadores” e “assassinos” dessa liberdade, indo contra o “espírito do século”. (p. 3) A aprovação da nova lei restritiva da liberdade de imprensa teria sido, assim, para Custódio José Vieira, “um crime”. (p. 4)

Para o autor, a governação e a aprovação de legislação tem de se subordinar à autoridade do povo. Segundo ele, o Governo e a

minoria não são mais valiosos que o povo. Por outro lado, para o autor, sociedade é pensamento e este é imprensa, por isso é que esta é profícua, sublime e poderosa. É a mais útil ao povo livre, a um governo justo, de grande vantagem para ambos, pois sente a dor, ouve e compreende. Assim, para Custódio José Vieira, o bom governo concebe a liberdade à imprensa, não lhe formula qualquer impedimento. Diz, então, Custódio Vieira que é escravatura a opressão ao direito mais legítimo que é escrever livremente. (p. 8)

Segundo o autor, os tiranos querem assumir o poder absoluto sujeitando a vontade do povo à sua, atacando, assim, o direito à liberdade de imprensa.

Menciona as tropelias e a repressão em Portugal que impediram a liberdade de expressão e de imprensa. Dá exemplos e pormenoriza casos históricos verídicos (p.10).

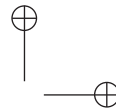
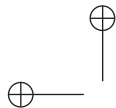
Apresenta uma lista de questões nas quais que formula a inexistência de possibilidades de Portugal extrair e libertar totalmente a imprensa após tantos anos de opressão. Para ele, seria ainda necessário muito trabalho e mudança de mentalidade na legislação.

Apesar de tudo, o autor presta homenagem e dedica um desejo de merecida recompensa a todos os homens que lutaram pela conquista destas liberdades em Portugal.

Custódio José Vieira saliente, ainda, que a imprensa, sendo livre, pode servir como escudo, combatendo a ilegalidade e o despotismo.

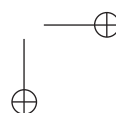
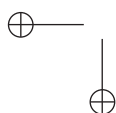
O autor faz, igualmente, um alerta ao povo, expondo a necessidade que este tem que impor respeito sob a tirania, mostrando dignidade pela sua liberdade. Para o autor, o povo deve ser entendedor e relacionar-se activamente com o jornalista, que é o seu advogado e propugnador dos seus direitos (p.12).

M. Rodde é a história que Custódio José Vieira descreve para mostrar ao povo o novo tipo de jornalista, que no futuro alastraria todo o colectivo de jornalistas exibindo “a mesma coragem e com a mesma firmeza” que o povo pode contar (p.13).



Em conclusão, seria uma cobardia e ingratidão por parte do povo não participar na manifestação a favor da liberdade de imprensa.

Autor (nome completo): José Pedro Soares de Oliveira
E-mail: ze.pedro.oliveira@gmail.com



» Vieira, 1950

Autor: Vieira, Alexandre

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1950

Título completo da obra: Em volta da minha Profissão – Subsídios para a História do Movimento Operário no Portugal Continental.

Tema principal: Jornalistas e Vida Profissional

Local de edição: Porto

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): Edição do Autor

Número de páginas: 220

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: SC 13996 V.

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Alexandre Vieira nasceu em 1884 e faleceu em 1973. Foi militante sindicalista e escreveu na imprensa operária. Deixou alguns livros publicados. Data de 1950, a edição do seu primeiro livro, intitulado *Em Volta da Minha Profissão: Subsídios para a História do Movimento Operário no Portugal Continental*. As artes gráficas, a revisão tipográfica e a história e factos do movimento operário constituem a temática central das suas obras. *Subsídios para a História do Movimento Sindicalista em Portugal: de 1908 a 1919* foi publicada postumamente, em 1977.

Índice: [Não tem índice]

Proémio – pp. 7

I – Resultados da acção legal

Tentativa de implantação duma “Organização de Trabalho” – pp. 17

O “lock-out” das Empresas Jornalísticas – pp. 22

O I Congresso Nacional Gráfico – pp. 27

A greve na “Anuário Comercial” – pp. 29

Catorze horas diárias de trabalho! - pp. 30
A questão dos “ajudas” – pp. 33
O diário operário “A Greve” – pp. 37
Organização Federal – pp. 45
Trabalho em comandita – pp. 47
Inquérito à indústria nacional – pp. 50
Dois Congressos: o “Nacional Operário” e o “Sindical e Cooperativista” – pp. 53
A implantação da República – pp. 55
<i>II – Resultados da acção directa</i>
A greve tipográfica nas “casas-de-obra” – pp. 57
Intensificação da organização sindical – pp. 60
A “Casa Sindical” – pp. 61
Greve geral de solidariedade no Sul do país – pp. 63
A bomba sobre o cortejo camoniano – pp. 65
Uma tentativa que falha – 69
O congresso Operário de Tomar – pp. 72
Pelo levantamento das Artes Gráficas – pp. 75
A Conferência Tipográfica de 1915 – pp. 77
A luta pelas 8 horas – O Porto à frente – pp. 79
Consolidando a organização sindical dos Gráficos – O III Congresso, em Coimbra – pp. 85
O IV Congresso em Évora – pp. 86
Conferências da U. O. N. no Sul e no Norte do país - pp. 88
Lutas determinadas pela carestia da vida - pp. 90
Greves de solidariedade operária - pp. 98
A revolução de Sidónio Pais - pp. 102
Novas reclamações de aumento de salário - pp. 105
Ante a carestia da vida – Mudança de Tática - pp. 108
O aparecimento do diário “A Batalha” - pp. 113
Recomeço das lutas corporativas - pp. 121
“Lock-out” das Empresas Jornalísticas - pp. 123
Novo “Lock-out” das Empresas Jornalísticas – 127
A “Organização de Trabalho” para os Gráficos dos diários de Lisboa - pp. 129

- Obtenção do salário mínimo - pp. 134
A greve dos trabalhadores da imprensa - pp. 137
Ausência forçada - pp. 152
Prossecução de reivindicações operárias - pp. 156
“Conferência Intersindical Gráfica” - pp. 162
Um conflito na biblioteca Nacional - pp. 167
Delegacia a um congresso Internacional - pp. 183
III – Cinco anos em França - pp. 185
Vagamundeando - pp. 207
Solidariedade e auxílio mútuo - pp. 211
IV – Homenageando Anónimos - pp. 220

Resumo da obra (linhas mestras): O autor pretende, com este livro, dar a conhecer algumas histórias da história do movimento sindicalista dos tipógrafos portugueses, entroncando, portanto, na história do jornalismo. Eis, pois, de seguida, os episódios históricos narrados por Alexandre Vieira.

A 18 de Abril de 1904 entra em vigor a “Organização do Trabalho”, que foi adoptada nas Casas-de-Obras. Contudo, as Empresas Jornalísticas, que se haviam vinculado às regras impostas pela organização, negaram-se a cumprir o regulamento elaborado, alegando que os tipógrafos dos jornais ganhavam muito bem, e que as suas condições de trabalho eram bastante diferentes.

Os tipógrafos dos jornais fizeram saber às Empresas que reivindicavam as regalias constantes do Regulamento, o que foi o suficiente para que as Empresas proprietárias dos jornais agissem com o “lock-out”.

Os tipógrafos dos jornais mantiveram-se firmes e pediram ao Governo que intervesse. Hintze Ribeiro, presidente do ministério, deu ordem para coagir os operários a retomar o trabalho até ao dia 25 de Abril.

Como se tratava de um “lock-out”, na medida em que foram os próprios patrões os causadores da situação, se houvesse lógica no procedimento das autoridades, a intimativa deveria ter sido cominada aos orientadores das Empresas e não aos operários.

Foram poucas as casas-de-obras a fazer greve, o que aconteceu apenas

nas tipografias de importância secundária; o trabalho foi simplesmente retomado, não sendo necessária a realização da ameaça das autoridades. Já a maioria dos proprietários que haviam adoptado a “Organização” deram o dito por não dito, votando ao regime anterior.

Os proprietários dos jornais marginalizaram os elementos mais activos dos seus quadros, como foi o exemplo do “Diário de Notícias”, que proibiu os tipógrafos de se manterem filiados no seu sindicato profissional, sob pena de despedimento.

Tanto os industriais das casas-de-obras como os dos jornais procederam de forma condenável por terem contrariado o princípio de equidade, embora os segundos o tenham feito de mais triste forma.

Até 1904, tanto nos jornais como nas casas-de-obras, não existia uma tarifa uniforme para a retribuição dos trabalhos, situação que o Sindicato, apoiado pela comissão mista de operários e industriais, quis ver resolvida, propondo que, à semelhança do que acontecia noutros países, a composição executada de empreitada fosse paga por milheiro de letras, tornando os preços uniformes.

Contudo, as Empresas Jornalísticas batalharam contra o preceito e venceram os tipógrafos, em 1904, com a ajuda do juiz Veiga, apenas adiando a situação, na medida em que, meses depois, o pagamento da produção por milheiro de letras era adoptado pelas empresas – método que se manteve durante cerca de 20 anos, momento em que foi substituído pelo sistema de trabalho a jornal.

Em algumas das mais importantes oficinas dos industriais do Livro, também a situação dos operários foi melhorada como consequência do movimento de Abril, proporcionando-lhes melhores salários e uma menor carga horária.

O “lock-out” de 1904 alertou para a necessidade de criação de uma organização sindical forte.

Catorze Horas Diárias de Trabalho

As condições de trabalho dos tipógrafos das casas-de-obras eram más, mas não eram, em geral, melhores as dos tipógrafos dos jornais, a cujo regime de produção intensa o autor esteve sujeito, tendo que traba-

lhar das 20 às 07 horas, tendo ainda que se apresentar ao serviço de novo às 14 horas, o que perfazia um total de cerca de 14 horas de trabalho.

Os trabalhadores do quadro efectivo tinham uma folga semanal, mas os “ajudas”, ou os trabalhadores do quadro suplementar, apenas tinham uma folga de 15 em 15 dias, da qual, na verdade, nem sempre usufruíam, na medida em que, como os dois matutinos mais importantes de Lisboa queriam conquistar a preferência do público, facilmente oscilavam entre as 12 e as 24 páginas, o que redobrava os trabalhos.

Contudo, regime tão intenso teria, naturalmente, de acabar, pelo que se voltou ao regime das 6 e 8 páginas, o que determinou uma considerável acalmia na produção, passando os “ajudas” a trabalhar, alternadamente, apenas quando fosse necessário substituir algum colega efectivo, embora fossem obrigados a comparecer diariamente nas oficinas.

Já os trabalhadores efectivos não só tinham a semana de trabalho garantida, como viam as suas férias acrescidas do produto da comandita semanal, cabendo-lhes também a substituição de algum comanditário que faltasse, fazendo, nessas situações, duas comanditas numa semana.

Tais diferenças levaram os “ajudas” a reivindicar, por um lado, que não os obrigassem a ir à oficina todas as noites, desde que não lhes garantissem certo número de dias de trabalho, pelo que se deveriam revezar e, por outro, que, nas noites em que os comanditários estivessem incompletos os colegas suplementares os completassem.

A questão dos “ajudas”

Os “ajudas” de “O Século”, apoiados pela Associação dos Compositores Tipográficos, da qual fazia parte o autor, desencadearam um protesto contra o regime de trabalho praticado, reivindicando iguais regalias, protesto este que os obrigou a abandonar o jornal, tendo o autor ingressado no quadro de “o Mundo”.

A Associação dos Compositores Tipográficos, depois de ver rejeitado o seu convite ao quadro efectivo de “O Século” a reunir na sua sede, entrevistou o jornalista Silva Graça, director d’”O Século”, que cobriu a retirada do quadro tipográfico do jornal.

Seguem-se um opúsculo de carácter doutrinário do Sindicato e quatro

manifestos combativos, enquanto o supra mencionado quadro publicava uma “Carta aberta à classe tipográfica”, redigida por um jornalista de “O Século”, que pretendeu justificar a falsa posição em que os tipógrafos se haviam colocado.

O Sindicato desencadeia novo manifesto, pulverizando a insubsistente argumentação dos operários bem nutridos, que achavam defensável duas categorias de assalariados na mesma profissão.

No “Diário de Notícias”, a situação dos “ajudas” era a mesma, na medida em que nem tinham uma “comandita” nem uma pequena “calhança” ou mesmo a garantia de qualquer dia de trabalho.

Já n’ “O Mundo”, surge uma acção exemplificativa que garante aos “ajudas” cinco dias de trabalho por semana, para além da possibilidade de substituírem os efectivos, sempre que necessário.

Em 1908, João Franco liderava o “Partido Regenerador Liberal”, que estava ao poder e, com o objectivo de atrair a classe operária, prometia aos trabalhadores uma legislação protectora, promessa esta que era recebida com cepticismo.

Já os republicanos fizeram aliciantes promessas aos trabalhadores, que deixaram quase desertas as Associações de Classe.

A Associação dos Compositores Tipográficos era uma das poucas que se batia pela acção sindical.

De entre os elementos de terceira categoria, surgiu um grupo de quatro tipógrafos que encetou trabalhos tendentes à fundação de um jornal operário diário de orientação sindicalista, orientação esta, também defendida por César dos Santos.

O grupo “Propaganda Social”, do qual o autor fazia parte, promoveu, em Fevereiro de 1908, uma reunião para a qual foram convocados militares de todas as tendências sindicalistas, aos quais foi pedida a cooperação, cooperação esta que foi largamente cedida, do que resultou o primeiro número de “A Greve”

Este diário tinha como objectivo a divulgação dos princípios sindicalistas, embora não tenha sido muito feliz neste sentido, na medida em que Fernandes Alves, chefe da redacção, não tinha nisso interesse, pelo que apenas no ano seguinte se faria uma eficaz divulgação do sindica-

lismo.

Quatro meses depois, os fundadores de “A Greve”, perceberam que não poderiam continuar com a publicação regular do jornal, por se terem esgotados os poucos fundos que tinham conseguido reunir, pelo que acabam por oferecer a propriedade do jornal à Associação dos Compositores Tipográficos., embora esta não se tenha mostrado apta a aceitá-la, pelas mesmas razões, passando o jornal a ser bissemanário, situação que se prolongou por três meses.

O Aparecimento do diário “A Batalha”

Raul Neves Dias, secretário-geral dos Trabalhadores do Livro e do Jornal, apresentou na Conferência Operária de 1917, uma proposta tendente à fundação de um jornal sindicalista diário, proposta esta que acabou por ser renovada pelo conselho central da U.O.N.

Assim, surge, em 23 de Fevereiro de 1919, o diário operário “A Batalha”, cujos redactores eram, no início da gazeta, operários tipográficos, como, para além do autor, Francisco Perfeito de Carvalho, Luís Consiglieri Sá Pereira e António Inês, entre muitos outros.

Recomeço das Lutas Corporativas

Perdido o esforço da greve de Novembro de 1918, voltam as lutas corporativas - que haviam sido suspensas na indústria gráfica - pelo aumento do salário.

Assim, em 30 de Janeiro de 1919, reunia-se o Conselho de delegados da Federação do Livro e do Jornal, para apreciar uma proposta que tinha por fim a realização de movimentos tendentes à adopção de tarifas de salário compatíveis com o momento, bem como a regulamentação da aprendizagem. Simultaneamente, tentar-se-ia o aumento dos salários pois, se a guerra acabara, não se haviam, contudo, melhorado as condições de vida.

A 19 de Maio era submetido à apreciação dos industriais de tipografia um caderno de reclamações, o “Convénio de Trabalhos”, que se desdobrou em duas etapas, sendo a primeira relativa aos tipógrafos das casas-de-obras e a segunda relativa aos dos jornais.

Os proprietários das casas-de-obras não acederam às reclamações dos organismos operários, pelo que estes iniciaram 33 greves parciais, que tiveram como resposta o “lock-out”.

47 dias de luta depois, os sindicatos haviam conseguido um aumento de 50% nos seus salários, tendo-se também estabelecido um acordo entre a secção gráfica da Associação Industrial e a Federação dos Trabalhadores do Livro para a constituição de uma comissão mista que elaboraria um “Convénio de Trabalho”, do qual constaria o “estabelecimento do salário mínimo e medidas atinentes ao levantamento da indústria”.

“Lock-out” das Empresas Jornalísticas

Entretanto, a Comissão executiva dos Gráficos contactava as Empresas Jornalísticas, para o mesmo efeito. Contudo, enquanto as duas partes negociavam, a União dos Sindicatos Operários de Lisboa decretou uma greve geral de 48 horas de solidariedade para com os trabalhadores da “União Fabril”, pelo que nenhum jornal diário saiu, à excepção d’ “O Século”.

No dia em que tal greve acabava, quando os operários se preparavam para retomar o trabalho, chegou a notícia de que a autoridade policial mandara encerrar e selar a sede da U. O. N. e as oficinas de “A Batalha”.

No entanto, também no dia seguinte não puderam os operários retomar o trabalho, pois, como forma de vingança, as empresas haviam declarado o “lock-out”, limitando-se, ao fim de dois dias, a fazer sair um órgão comum.

Um mês depois, cessava o “lock-out”, depois de a federação gráfica garantir não tornar a impor a suspensão dos jornais, quando um destes fosse impedido de circular.

A F. L. J. reclamou o pagamento dos tipógrafos dos dias que durara o “lock-out” e, não havendo acordo, submeteu o assunto à decisão de um árbitro, que se pronunciou de forma ambígua.

Solucionado o conflito, foram reatadas as negociações com as Empresas Jornalísticas, às quais a comissão sindical reclamou percentagens exageradas sobre a tabela de salários.

Cinco dias depois, as Empresas pediam um alargamento do prazo,

com o objectivo de darem uma resposta precisa, resposta essa que veio a consistir na oferta de “uma ajuda de custo de vida de 60%, percentagem única”, com a qual os tipógrafos não concordam.

Novo “Lock-out” das Empresas Jornalísticas

Deu-se um novo “lock-out”, desta vez parcial, por parte das empresas nos diários da manhã. As empresas dos diários da tarde concordaram em lançar um jornal comum – “A Imprensa da Noite” -, mas como não tinham pessoal suficiente para a sua manufactura, pediram ao Governo tipógrafos militares, graças aos quais as empresas do “lock-out” conseguiram, pouco depois, lançar uma segunda edição – “A Imprensa da Manhã”.

Dois meses depois, as duas partes chegaram a acordo, tendo os operários concordado com a percentagem de 60%. Contudo, os tipógrafos dos jornais intensificaram esforços no sentido de melhorarem a situação, esforços que tiveram os seus frutos não só devido à actividade de que deu provas uma minoria desses colegas, mas também ao apoio que os sindicatos lhes prestaram.

A Greve dos Trabalhadores da Imprensa

Até 1917, parte dos trabalhadores da imprensa, apesar de terem um sindicato misto, não tinham conseguido as melhorias a que tinham direito, na medida em que o que auferiam era insuficiente e continuavam a estar sujeitos a longos horários de trabalho.

Assim, não era de surpreender uma situação desta natureza, já que apenas um pequeno número dos profissionais estava inscrito no seu agrupamento de resistência, pelo que este não tinha força.

Entre os profissionais da imprensa contavam-se elementos que, para além de conhecerem bem os métodos de organização sindicalista, eram os mais activos propagandistas na imprensa avançada. Faltava apenas que, de entre esses profissionais, se destacasse um núcleo que se dispusesse a acabar com a acção dos seus mais próximos confrades, o que aconteceu quando a Federação dos Trabalhadores do Livro e do Jornal ampliou o seu trabalho de organização.

Era, contudo, necessário remover dois obstáculos relativamente aos profissionais que exerciam actividade na imprensa periódica: fazer, por um lado, desaparecer a barreira que até ali separara os trabalhadores manuais dos intelectuais e, por outro, impedir que alguns magnatas das Empresas pudessem exercer influências nocivas.

Após o desaparecimento desses obstáculos, a A. T. I. ingressou na Federação dos Trabalhadores do Livro e do Jornal.

Seguiu-se a preparação de um caderno de reivindicações, - que abrangeriam todos os trabalhadores da imprensa periódica - a apresentar às Empresas Jornalísticas. Estando este caderno organizado, foi, a 17 de Dezembro de 1920, enviado ao patronato.

Foi concebida a circular da F. T. L. J., a cujo documento de concepção responderam as Empresas Jornalísticas, dando uma ideia da perturbação em que se encontravam, mostrando-se intransigentes e sem qualquer vontade de evitar o conflito, o que levou a nova greve por parte da Assembleia dos trabalhadores dos jornais, que reuniu a 12 de Janeiro de 1921.

No dia seguinte, as Empresas respondem com nova declaração que, ao ser conhecida, provocou a maior efervescência entre jornalistas e tipógrafos, pelo que o pessoal das edições enviou emissários seus junto da comissão executiva, que aconselhou as classes a abandonarem o trabalho imediatamente nos jornais que pretendessem adoptar o documento.

Os sindicatos que tinham declarado a greve iniciaram, logo no dia seguinte, a publicação de um diário da manhã – “A Imprensa de Lisboa”-, que foi seguido por uma outra edição da tarde.

Já as empresas, lançaram um diário, “O Jornal”, composto por tipógrafos militares que o Governo enviara para as oficinas de “A Pátria”. Estas Empresas, em vez de discutirem lealmente as reclamações que tinham sido submetidas ao seu exame, preferiram atribuir aos trabalhadores da imprensa intuítos de subversão social, afirmando que a greve não só tinha um carácter ditatorial como revolucionário.

A greve, essa, terminava ao fim de 3 meses, após várias e frustradas tentativas de mediação, tendo as Empresas feito concessões que talvez

tivessem evitado o conflito caso tivessem sido feitas mais cedo.

A greve dos trabalhadores dos jornais foi um dos movimentos que maior importância teve, sendo, segundo o autor, inacreditável que tantas pessoas pudessem ter resistido tanto tempo aos propósitos dos patrões, o que aconteceu à custa de grandes sacrifícios, denotando-se várias situações de grande dignidade. Para ele, a classe operária soube ser moral e materialmente solidária para com os grevistas, na medida em que lhes deu um apreciável apoio material, embora esta ajuda não tenha sido, de forma alguma, o nervo da resistência, que se centrou no brio dos grevistas.

Autor (nome completo): Marcelo Guaraci da Silva e Silva

E-mail: ma.silvasilva@gmail.com

» **Vieira, 1960**

Autor: Vieira, Alberto Tomé

Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação): -

Ano de publicação/impressão: 1960

Título completo da obra: Memórias de um Repórter

Tema principal: Jornalistas e vida profissional

Local de edição: Lisboa

Editora (ou tipografia, caso não exista editora): -

Número de páginas: 75

Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas

Biblioteca: Biblioteca Nacional

Cotas: L.15853V.

Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cotas: Y7-8-118

Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.): Alberto Tomé Vieira nasceu em 1900, sendo a data do seu falecimento desconhecida. Trabalhou numa companhia de seguros mas resolveu seguir outro caminho, o jornalismo profissional. Fez parte da redacção do jornal “*O Século*” e exerceu o cargo de chefe de redacção do *Diário de Notícias*.

Índice:

Do jornalismo de ontem ao jornalismo de hoje: pp. 9-22

Quando os jornalistas eram “mulheres a dias” – salvo seja! : pp. 23-27

Era perigoso para a República dar voto às mulheres – dizia o Dr. Bernardino Machado: pp. 29-33

Um Governo de vinte e oito dias: pp. 35-39

Eram tantos os partidos que foi difícil escolher o nome para mais um: pp. 41-43

A verdade ia matar - a mentira vitoriou-nos: pp. 45-55

A condição é vocês ganharem as eleições: pp. 57-60

Livros LabCom

Censura responsável e censura irresponsável: pp. 61-66

O melhor detective português: pp. 67-75

Resumo da obra (linhas mestras): Esta obra funciona como um livro de memórias da carreira jornalística de Alberto Tomé Vieira. No texto, o autor começa por descrever o jornalismo, afirmando que este é activo, intenso e noticioso, ao contrário de antigamente, em que não ocorriam tantos acontecimentos e onde o jornal era o único meio de informação. No passado, diz ele, os jornais abordavam temas banais, como: aniversários, casamentos e a vida social. Na actualidade, refere o autor, o jornal prefere as catástrofes, as descobertas científicas e a confusão internacional. “A velocidade de comunicação atinge a do som” (p. 11), transformando-se o jornal num “produto do tempo” (p. 11).

Relativamente aos jornalistas, o autor refere a existência de dois tipos, embora com a mesma aptidão: os que escrevem as notícias e os que fazem o jornal, ou seja, os que escolhem os temas, os títulos e a paginação. Estes últimos são cognominados de “cozinheiros” por Alberto Tomé (p. 13). As notícias ou reportagens, quando organizadas e concluídas, são enviadas para a tipografia, onde adquirem o nome de “peças” (p. 14). Os títulos são designados por “cabeças” (p. 14). As folhas de papel onde são escritas as notícias designam-se por “linguados” (p. 14). Às ilustrações dá-se o nome de “bonecos” (p. 14). Na tipografia, depois da notícia estar composta, tira-se uma prova dessa composição, à qual se dá o nome de “granel” (p. 15). Esta prova é enviada para revisão, que tem como função não deixar passar as “gralhas” (p. 15). Por vezes, ocorre um acidente tipográfico que mistura de forma confusa mais de uma notícia num granel, que se apelida de “empastelamento ou pastel” (p. 15). Pode ainda acontecer que algumas linhas de uma notícia vão parar a outra, dando-lhe continuidade, como se tivesse ocorrido propositadamente. Este caso é designado por “salto” (p. 15).

Segundo Alberto Tomé Vieira, o trabalho jornalístico está sujeito a imprevistos, devido ao aparecimento de factos de última hora, à escassez de tempo e às exigências do leitor. “O leitor – esse terrível ditador que exige todo o nosso trabalho de todos os dias – por dez tostões” (p. 22).

Quando o autor iniciou a sua carreira como jornalista, narra o próprio, abundavam pequenos grupos, que se consideravam organizações jornalísticas. Estas nasciam e morriam a toda a hora. Havia uma carência de boas empresas jornalísticas. Sendo assim, os jornalistas viviam como “mulheres a dias” (p. 24), eram pagos pelo trabalho ao final do dia. Por vezes, não havia trabalho nem dinheiro. Neste sentido, os jornalistas eram forçados a descobrir casos, o mais insólitos possível, com o objectivo de serem publicados, para poderem garantir o seu sustento.

Alberto Tomé Vieira narra, depois, vários episódios da sua vida profissional, nos quais não reflecte sobre jornalismo, mas que são úteis para se entenderem as rotinas produtivas e os tipos de trabalhos encomendados aos jornalistas nessa época. Realça, igualmente, o seu envolvimento na política, o que mostra que, nessa época, era, de alguma forma, natural encontrarem-se jornalistas simultaneamente políticos.

Revela ele, assim, realizou uma entrevista ao senador Bernardino Machado, em que este manifestou a sua opinião relativamente à atribuição do direito de voto às mulheres, alegando que seria um enorme erro, devido à sua alma conservadora. Mais tarde, revelou-se o oposto: o voto foi autorizado às mulheres e o regime ficou mais estável, como nunca estivera.

Alberto Tomé Vieira relembra, igualmente, a revolução de 7 de Fevereiro de 1927, que o colocou na situação de maior perigo ao longo da sua carreira. Menciona que “*O Século*”, o jornal onde trabalhava, tinha ocupado sempre uma posição anti-revolucionária. Durante a revolução, o automóvel em que ele e outros jornalistas seguiam foi abordado por revolucionários. Graças ao facto de terem omitido ali a presença de um jornalista de “*O Século*”, o próprio autor, conseguiram poupar as suas vidas. Mais tarde, numa situação semelhante, o autor e alguns colegas foram novamente abordados por um grupo de indivíduos armados e, mais uma vez, com coragem e ocultação da verdade, conseguiram seguir caminho, em paz.

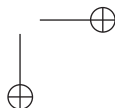
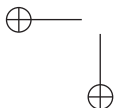
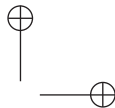
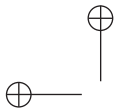
Em 1953, Alberto Tomé Vieira exercia o cargo de director do *Diário de Notícias*. Neste mesmo ano, houve eleições para deputados, abraçados pela habitual campanha eleitoral. Nessa campanha, a oposição am-

bicionava a realização de um comício em Lisboa, tendo procurado um empresário de uma casa de espectáculos, com a finalidade de conseguir o local para a realização do evento. Esse empresário, aceitou ceder a casa, impondo apenas uma condição: “Vocês garantirem-me que ganham as eleições” (p. 59). Perante esta proposta, o comício não se realizou. “Foi ainda neste período de muita propaganda (...) que um dos membros da comissão principal da campanha (...) telefonou para o *Diário de Notícias*, pedindo-me que o meu jornal publicasse (...) um comunicado qualquer. (...) Era um documento que não esclarecia a opinião pública (...), desorientava” (p.59). O jornalista aceitou publicar o comunicado, mas, aproveitando-se de uma “saída” (p. 60) que ouvira antes, decidiu apontar uma condição: “Você garantir-me que a oposição ganha as eleições” (p. 60). Deste modo, o comunicado não foi efectuado.

O autor revela que, em meados dos anos vinte, “houve necessidade de substituir a censura irresponsável pela censura responsável para a informação jornalística” (p.61). “A censura à Imprensa é tão condenável como a liberdade irresponsável. Mas foi ela (...) que encaminhou (...) os próprios jornalistas para uma acção profissional mais formativa” (p. 65), avalia o autor.

Autor (nome completo): Susana Patrícia Vasconcelos Cerejo

E-mail: susanavasconcelos@hotmail.com





Livro produzido no âmbito do projecto “Teorização do Jornalismo em Portugal: Das Origens a Abril de 1974”, referência PTDC/CCI-JOR/100266/2008 e FCOMP-01-0124-FEDER-009078, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Programa Operacional Temático Factores de Competitividade (COMPETE) do Quadro Comunitário de Apoio III, participado pelo Fundo Comunitário Europeu FEDER.



Centro de Investigação Media e Jornalismo

